ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 226

Brasília - DF, sexta-feira, 21 de novembro de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 5
Ministério da Cultura 6
Ministério da Educação 11
Ministério da Fazenda 11
Ministério da Integração Nacional 23
Ministério da Justiça 23
Ministério da Previdência Social 30
Ministério da Saúde 31
Ministério das Cidades 42
Ministério das Comunicações 44
Ministério de Minas e Energia 52
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 56
Ministério do Meio Ambiente 56
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 57
Ministério do Trabalho e Emprego 61
Ministério do Turismo 67
Ministério dos Transportes 67
Conselho Nacional do Ministério Público 68
Ministério Público da União 70
Tribunal de Contas da União 76
Poder Judiciário 220
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 282

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.444 (1)
ORIGEM : ADI - 47555 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.755 (2)
ORIGEM : ADI - 230749 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S) : PGE-ES - FLÁVIO AUGUSTO CRUZ NOGUEIRA E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, conheceu em parte da ação e, na parte conhecida, julgou-a improcedente. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.803 (3)
ORIGEM : ADI - 258680 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV.(A/S) : PGE-RS - PAULO PERETTI TORELLY E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.223 (4)
ORIGEM : ADI - 61493 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 35 da Lei nº 10.926/1998 do Estado de Santa Catarina. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.627 (5)
ORIGEM : ADI - 144078 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAPÁ
RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
ADV.(A/S) : PGE-AP - RUBEM BEMERGUY
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido formulado na inicial, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 751/2003 do Estado do Amapá. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.643 (6)
ORIGEM : ADI - 4643 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : LEONARDO FIAD

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, concedeu a medida cautelar. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.971 (7)
ORIGEM : ADI - 103411 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
AGDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.005 (8)
ORIGEM : ADI - 5278 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.422 (9)

ORIGEM : ADI - 4422 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS
ADV.(A/S) : JOSÉ ANCHIETA DA SILVA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : ANDRÉ LUIZ MELO DE OLIVEIRA CARNEIRO
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ROBERTO TADAO MAGAMI JUNIOR E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.808 (10)

ORIGEM : ADI - 12011 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : PGE-AM - OLDENEY SÁ VALENTE E OUTROS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, participando do "*Yale Global Constitutionalism Seminar*", na Universidade de Yale, o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 18.09.2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Ação direta de inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar. 2. Arguição de inconstitucionalidade do artigo 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Amazonas, que confere estabilidade excepcional a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta do Estado do Amazonas e de seus Municípios, inclusive aos servidores de suas empresas públicas, sociedades de economia mista e até mesmo aos empregados de outras entidades de direito privado de cujo capital participe o Estado ou o Município. 3. Alegações de violação dos artigos 25; 37, II; 41; 42 e 173, § 1º, da parte permanente da Constituição da República, assim como os artigos 11, 25 e 19 do ADCT. 4. Medida cautelar deferida, para suspensão, *ex tunc*, da eficácia da norma impugnada, até o julgamento final da ação. 5. Configurada usurpação de iniciativa privativa da União para dispor sobre estabilidade no emprego, matéria específica de legislação do trabalho, prevista no artigo 22, I, da Constituição Federal. 6. Inconstitucionalidade material do art. 6º do ADCT da Carta Amazonense ao estender a estabilidade excepcional aos servidores de suas empresas públicas, sociedades de economia mista e até mesmo aos empregados de outras entidades de direito privado de cujo capital participe o Estado ou o Município. 7. Ofensa aos artigos 37, II, 173, § 1º, da parte permanente da Constituição da República e 19 do ADCT. 8. Precedentes: ADI 83-7/MG, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, unânime, *DJ* 18.10.91; ADI 1.515-0/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, unânime, *DJ* 11.04.2003 e ADI 112/BA, Rel. Min. Neri da Silveira, unânime, *DJ* 9.2.1996. 9. Ação direta de inconstitucionalidade procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.957 (11)

ORIGEM : ADI - 4957 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO - ABCFARMA
ADV.(A/S) : ANDRE BEDRAN JABR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
ADV.(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV.(A/S) : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 15.10.2014.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI PERNAMBUCANA N. 14.103/2010. COMERCIALIZAÇÃO DE ARTIGOS DE CONVENIÊNCIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA EM FARMÁCIAS E DROGARIAS DE PERNAMBUCO. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL: COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR DOS ESTADOS PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA. LEI N. 5.991/1973 (LEI GERAL). ART. 24, § 2º, C/C ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL: OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTE: ADI 4.954/AC. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*

DECISÕES

Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 154 (12)

ORIGEM : ADPF - 161652 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 176 (13)

ORIGEM : ADPF - 79063 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - ABRADEE
ADV.(A/S) : LUIS RENATO FERREIRA DA SILVA E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 319 (14)

ORIGEM : ADPF - 319 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : CIANE FIGUEIREDO FELICIANO DA SILVA
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

AG.REG. NOS EMB.DECL. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 216 (15)

ORIGEM : ADPF - 216 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : ELOG SUDESTE S/A
ADV.(A/S) : FABIANE TESSARI LIMA DA SILVA E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, que participa, a convite da Academia Paulista de Magistrados e da Universidade de Paris 1 - Sorbonne, do 7º Colóquio Internacional sobre o Direito e a Governança da Sociedade de Informação - "O Impacto da Revolução Digital sobre o Direito", na Universidade de Paris 1 - Sorbonne, na França. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 06.11.2014.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Entidade: AR BRASIL CERTIFICADORA, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN RFB e AC BR RFB
Processos nºs: 00100.000208/2006-02, 00100.000040/2003-84, 00100.000183/2003-96 e 00100.000126/2008-11

Acolhe-se as Notas nºs 818/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, 801/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU e 825 e 762/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento dos pedidos de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR BRASIL CERTIFICADORA, vinculada à AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN RFB e AC BR RFB listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

AR	ENDEREÇO
BRASIL CERTIFICADORA	Anterior: Rua Piratininga, 896, Conjunto 12, Brás, São Paulo-SP
	Novo: Rua Largo da Concórdia, 87, Sala 21, Brás, São Paulo-SP

Entidade: AR ARPEN SP, vinculada à AC BR RFB
Processo nº : 00100.000126/2008-11

Acolhe-se a Nota nº 847/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR ARPEN SP, vinculada à AC BR RFB, denominada IT Cartório de Iúna, localizada na Rua Galaor Rios, 42, Centro, Iúna-ES para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.3, do DOC-ICP-03, defere-se os credenciamentos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidade: PSS ARKTEC, vinculada à SERASA CD, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS
Processo nºs: 00100.0000259/2014-36, 00100.0000263/2014-02 e 00100.0000266/2014-38

Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 87/2014 e consoante Pareceres ICP 164/2014, 169/2014 e 170/2014 - PFE/ITI/PGF/AGU, DEFIRO os pedidos de credenciamento da Empresa ARK TEC GUARDA DE DOCUMWENTOS LTDA - PSS ARKTEC, localizada na Avenia Gupê, nº 10.565, bairro Jardim Belval, Barueri-SP, subordinada à SERASA CD, AC SERASA RFB e AC SERASA JUS vinculadas à AC RAIZ, para exercer atividades de PSS - Prestador de Serviço de Suporte com disponibilização de infraestrutura física e lógica.

Entidade: Autoridade Certificadora CERTISIGN, vinculada à AC RAIZ
Processo nº: 00100.000031/2003-93

Acolhe-se o Relatório de Auditoria Operacional nº 024/2014 - AC CERTISIGN apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização, que apontou não-conformidades nos itens: Item 7.2.2.2., letra b) do DOC-ICP-04, versão 5.3; Inciso "ii", alínea "b", item 3.1.1.1, item 5.1.2.1.9, item 5.1.4 e Item 5.1.8 do DOC-ICP-05 versão 3.7; e item 5.2 DOC-ICP-08. Defere-se a manutenção do credenciamento da AC CERTISIGN sua AR CERTISIGN e seu PSS LEVEL 3 COMUNICAÇÕES, condicionada a regularização das não-conformidades nos prazos definidos no Anexo-I do Relatório de Auditoria Operacional nº 24/2014.

Entidade: Autoridade Certificadora CAIXA SPB, vinculada à AC CAIXA
Processo nº: 00100.000299/2013-05

Acolhe-se o Parecer Resumo nº 52/2014, apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização que manifesta a sua concordância com os termos do Relatório de Auditoria Pré-operacional da AC CAIXA SPB 52/2014 e DEFERE o pedido de credenciamento da AC CAIXA SPB, vinculada à AC CAIXA e da AR CAIXA para emissão dos certificados dos tipos A1. Aprova a versão 1.0 das DPC e PC da AC CAIXA SPB. Ficam atribuídos os OID conforme abaixo identificados.

OID ICP-BRASIL	AC CAIXA SPB
2.16.76.1.1.60	DPC da AC CAIXA SPB
2.16.76.1.2.1.47	PC A1 da AC CAIXA SPB

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Varginha/MG, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 3, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Umuarama/PR, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 4, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Piracicaba/SP, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 5, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Petrópolis/RJ, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 6, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Volta Redonda/RJ, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 7, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Bagé/RS, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 8, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Bauru/SP, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 9, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Blumenau/SC, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 10, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Montes Claros/MG, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 11, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Pelotas/RS, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 12, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Sorocaba/SP, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Santarém/PA, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

PORTARIA Nº 14, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

A DIRETORA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E FINANÇAS, DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria SGA-AGU nº 194, de 20 de maio de 2013, combinado com o artigo 5º, § 2º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, resolve:

Art 1º Dotar a Procuradoria Seccional da União em Presidente Prudente/SP, como unidade filial da Advocacia-Geral da União, CNPJ 26.994.558/0001-23.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚNIA CRISTINA FRANÇA SANTOS EGÍDIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de adotar medidas visando receber denúncias de crimes de discriminação nas redes sociais on line.

AS MINISTRAS DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, DA SECRETARIA DE POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA e o **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto no art. 3, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil,

Considerando o disposto nos incisos I. II e IV do art. 1ª, e Art. 5 todos do Anexo I do Decreto nª 8.162, de 18 de dezembro de 2013;

Considerando o disposto no inciso I do art. 1º, do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007;

Considerando o crescente uso de redes sociais para disseminação de inúmeras formas de discriminação atentatória a dignidade da pessoa humana, resolve;

Art. 1ª Instituir, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Grupo de Trabalho com a finalidade de receber denúncias de manifestações nas redes sociais on-line de páginas e grupos de apologia ou promoção de crimes contra os direitos humanos, especialmente que incentivem a violência discriminante.

Parágrafo único. Para o disposto nesta Portaria, considera-se apologia ou promoção de, crimes contra os direitos humanos toda manifestação que incentive a prática de qualquer um dos crimes previstos na Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989 ou no art. 140, § 3º do Código Penal..

Art. 2ª O grupo de trabalho terá como objetivo analisar denúncias encaminhadas pela sociedade civil ou oriundas de convênios assinados pelo Poder Público que versem sobre o tema previsto no parágrafo único do art. 1º, encaminhando às autoridades competentes para as devidas providências.

Art. 3ª O Grupo de Trabalho será coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 4ª Comporão o Grupo de Trabalho representantes das seguintes instituições:

I - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

II - Ministério da Justiça, por meio de representante do Departamento da Polícia Federal;

III - Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial;

IV - Secretaria de Políticas para as Mulheres;

V - Conselho Nacional do Ministério Público Federal;

VI - Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal; e

VII - Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE.

§ 1ª A critério do próprio grupo poderão ser convidados representantes da sociedade civil que possam contribuir com eficiência na busca dos objetivos desta Portaria.

§ 2ª Os representantes das instituições deverão ser indicados por ofício à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 5º As funções dos membros do Grupo de Trabalho não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 6º O Grupo de Trabalho terá duração de dois anos, prorrogável por igual período.

Art. 7ª Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IDELI SALVATTI
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos

LUIZA HELENA BAIRROS
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

LOURDES MARIA BANDEIRA
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Política para Mulheres
Substituta

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.744 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Campo Alegre (SP) (Código OACI: SDCL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.133860/2014-88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.745 - Inscrever o heliponto privado Asa Branca (PE) (Código OACI: SIGR) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.042601/2014-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.746 - Inscrever o heliponto privado Rio Santos (RJ) (Código OACI: SWIF) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.078626/2014-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.747 - Alterar a inscrição do aeródromo privado Jordão (AC) (Código OACI: SJOD) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 28 de outubro de 2024. Processo nº 00065.150794/2014-19. Fica revogada a Portaria nº 2507, de 27 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2014, Seção 1, Página 3. Esta Portaria entra em vigor em 11 de dezembro de 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº 2.748 - Homologar o heliponto em navio privado KOMMANDOR 3000 (RJ) (Código OACI:9PKQ). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 26 de setembro de 2017. Processo nº 63012.007158/2014-03.

Nº 2.749 - Homologar o heliponto em navio privado Lewek Inspector (RJ) (Código OACI:9PHZ). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 31 de março de 2017. Processo nº 63012.008026/2014-91.

Nº 2.750 - Homologar o heliponto em navio privado SKANDI NITEROI (RJ) (Código OACI:9PEB). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 29 de agosto de 2017. Processo nº 63012.006552/2014-16.

Nº 2.751 - Homologar o heliponto em plataforma privado SEDCO 706 (RJ) (Código OACI:9PAG). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 10 de junho de 2017. Processo nº 63012.006647/2014-30.

Nº 2.752 - Homologar o heliponto em plataforma privado ALASKAN STAR (RJ) (Código OACI:9PAS). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 05 de setembro de 2017. Processo nº 63012.006669/2014-08.

Nº 2.753 - Homologar o heliponto em plataforma privado Ocean Yatzy (RJ) (Código OACI:9PYA). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 11 de setembro de 2017. Processo nº 63012.0006888/2014-89.

Nº 2.754 - Homologar o heliponto em plataforma privado OLINDA STAR (RJ) (Código OACI:9PAJ). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 08 de agosto de 2017. Processo nº 63012.007333/2014-54.

Nº 2.755 - Homologar o heliponto em plataforma privado OOS GRETHA (RJ) (Código OACI:9PIE). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 29 de abril de 2017. Processo nº 63012.006477/2014-93.

Nº 2.756 - Homologar o heliponto em plataforma privado Xaréu 1 (CE) (Código OACI:9PPX). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 11 de setembro de 2017. Processo nº 63012.006887/2014-34.

Nº 2.757 - Homologar o heliponto em plataforma privado FPSO CIDADE DE MANGARATIBA MV 24 (RJ) (Código OACI:9PIV). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 10 de outubro de 2017. Processo nº 63012.008021/2014-68.

Nº 2.758 - Homologar o heliponto em plataforma privado WEST TAURUS (RJ) (Código OACI:9PWU). Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e será válida até 16 de setembro de 2017. Processo nº 63012.006889/2014-23.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
O GERENTE DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO - 121

PORTARIAS 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE OPERAÇÕES DE EMPRESAS DE TRANSPORTE AÉREO - 121, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 3378/SPO, de 20 de dezembro de 2013, resolve:

Nº 2.759 - Tornar pública a revogação do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 1999-10-OBAJ-02-01, emitido em 18 de maio de 2009, em favor da BETA Brazilian Express Transportes Aéreos LTDA, com base no art. 296 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nas seções 119.40 (a)(2) e (c) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e no item 11.1.1 (a) da Instrução Suplementar nº 119-001C (IS nº 119-001C), a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 04/2014/GCTA/SPO, a contar de 07 de novembro de 2014. Processo nº 60800.041675/2011-86.

Nº 2.760 - Tornar pública a revogação do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-01-OMLI-01-00, emitido em 19 de janeiro de 2012, em favor da MAIS Linhas Aéreas S.A., com base no art. 296 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nas seções 119.40 (a)(1) e (c) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e no item 11.1.1 (a) da Instrução Suplementar nº 119-001C (IS nº 119-001C), a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 05/2014/GCTA/SPO, a contar de 11 de novembro de 2014. Processo nº 00065.154595/2013-91.

Nº 2.761 - Tornar pública a revogação do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2000-06-OPTN-01-01, emitido em 10 de abril de 2006, em favor da PANTANAL Linhas Aéreas S.A., com base no art. 296 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nas seções 119.40 (a)(2) e (c) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e no item 11.1.1 (a) da Instrução Suplementar nº 119-001C (IS nº 119-001C), a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 06/2014/GCTA/SPO, a contar de 11 de novembro de 2014. Processo nº 00065.120677/2013-31.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BRUNO OTOCH MARTINS PEREIRA E SOUZA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.762, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta dos processos nº 00065.051798/2014-15, resolve:

Art. 1º Renovar a homologação dos Cursos teórico e prático de Voo por Instrumentos, por 5 (cinco) anos, do Aeroclube de Brasília, situado a SGAS, quadra 903, bloco B, CEP.: 70.390-030, Brasília - DF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 309, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Substituto da Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 44, inciso XXII, do Regimento Interno das SFA's, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no DOU de 14/06/10 e Decreto nº 7.127, de 05/03/2010, publicado no DOU de 08/03/10, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 87, publicada no DOU de 08/03/2006, e processo nº21018.004634/2012-64, resolve:

Atualizar a Portaria SFA-ES 312/12, que concedeu habilitação ao Médico Veterinário Antonio Marcos Guimarães Ginelli inscrito no CRMV ES nº1374 sob o nº 32/ES para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA no Estado do Espírito Santo, para Eqüídeos e Eventos Agropecuários, nos municípios de Serra, para propriedades

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

incluídas no processo em referência e para eventos agropecuários no Estado, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

LUIZ GUILHERME BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 190, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, Art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 86, de 18 de março de 2009, que habilita o médico veterinário THIAGO DE REZENDE SILVA, inscrito no CRMV-GO sob o nº 3388, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 391, de 10 de dezembro de 2010, que habilita o médico veterinário BERNARDO REZENDE CARVALHO, inscrito no CRMV-GO sob o nº 4561, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 3º - Revogar a Portaria nº 092, de 26 de abril de 2011, que habilita o médico veterinário EDUARDO GOMES VILAS BOAS, inscrito no CRMV-GO sob o nº 5055, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 4º Revogar a Portaria nº 137, de 15 de maio de 2009, que habilita o médico veterinário MARCOS LÚCIO MAGALHÃES, inscrito no CRMV-GO sob o nº 3587, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 5º - Revogar a Portaria nº 153, de 28 de junho de 2011, que habilita o médico veterinário MAURÍCIO NUNES VIEIRA, inscrito no CRMV-GO sob o nº 5291, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 6º - Revogar a Portaria nº 142, de 15 de maio de 2009, que habilita o médico veterinário MARCELO AUGUSTO GONÇALVES, inscrito no CRMV-GO sob o nº 4301, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 7º - Revogar a Portaria nº 208, de 05 de setembro de 2012, que habilita o médico veterinário DANIEL SILVA KUPPER, inscrito no CRMV-GO sob o nº 5374, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 8º - Revogar a Portaria nº 115, de 23 de abril de 2009, que habilita o médico veterinário WELITON CARLOS PEREIRA CUNHA, inscrito no CRMV-GO sob o nº 2202, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 9º - Revogar a Portaria nº 148, de 15 de junho de 2009, que habilita a médica veterinária GABRIELA DIAS DE ALMEIDA, inscrita no CRMV-GO sob o nº 4415, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 10º - Revogar a Portaria nº 83, de 18 de março de 2009, que habilita o médico veterinário DANIEL MAREGA BORGES, inscrito no CRMV-GO sob o nº 4046, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS.

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 259/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004587/2014-46 (378)

CNPJ: 18.118.151/0001-04 MATRIZ

Razão Social: CENTRO DE INOVACAO E ENSAIOS PRE-CLINICOS

Nome da Instituição: CIENP

Endereço da Instituição: Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Cachoeira do Bom Jesus, CEP:88.056-000, Florianópolis/SC.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0335.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 263/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 260/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004655/2014-77 (384)

CNPJ: 08.480.071/0001-40 MATRIZ

Razão Social: APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Av. Senador Salgado Filho Nº1610, Lagoa Nova, CEP: 59.056-030, Natal/RN.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0336.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 264/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 261/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004790/2014-12 (387)

CNPJ: 57.571.275/0007-98 FILIAL

Razão Social: FUNDAÇÃO DO ABC

Nome da Instituição: FUNDAÇÃO DO ABC - FACULDADE DE MEDICINA DO ABC

Endereço da Instituição: Avenida Príncipe de Gales 821, Vila Príncipe de Gales, CEP: 09.060-650, Santo André/SP.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0337.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 265/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXTRATO DE PARECER Nº 262/2014

O Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, arts. 34 e 35 do Decreto 6.899, de 15 de julho de 2009, e na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.004787/2014-07 (390)

CNPJ: 04.280.196/0001-76 MATRIZ

Razão Social: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Nome da Instituição: UEA

Endereço da Instituição: Avenida Djalma Batista, 3578 - Flores, Bairro Chapada, CEP: 69.050-010, Manaus/AM.

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0338.2014

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 266/2014- CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 16, de 30 de Abril de 2014, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VOCÊ SABIA QUE...

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os prelos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460

www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

Ministério da Cultura

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a regulamentação de dispositivos do Decreto nº 8.124/2013 quanto à obrigatoriedade do envio ao Instituto Brasileiro de Museus do quantitativo anual de visitação dos museus e estabelece outras providências.

O Presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, IV do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o art. 63 do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução Normativa estabelece, na forma prevista no artigo 4º, VIII do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, aos museus públicos e privados a obrigatoriedade de enviar ao IBRAM dados e informações relativos ao quantitativo anual de visitação, bem como define critérios e procedimentos a serem observados pelos museus.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

II - formulário de visitação anual - questionário constante no portal eletrônico do IBRAM, aplicável a todos os museus brasileiros, no qual serão informados: nome do museu, endereço, endereço eletrônico, telefone, dados do responsável pelo preenchimento - nome, endereço eletrônico e telefone - total de visitantes no ano referência e técnica utilizada para a contagem de visitação;

III - ano referência - ano calendário anterior ao ano da coleta de dados de visitação;

IV - ano exercício - ano subsequente ao ano referência;

V - quantitativo de visitação anual - número total de visitas feitas ao museu durante o ano referência.

CAPÍTULO II

Do PROCEDIMENTO DE ENVIO DO TOTAL DE VISITAÇÃO ANUAL

Art. 3º Caberá ao Ibram, por meio da Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM):

I - disponibilizar para os museus o acesso ao formulário de visitação anual, por meio de link em seu portal eletrônico - www.museus.gov.br;

II - publicar anualmente em seu portal eletrônico relatório com a consolidação dos dados de visitação anual enviados pelos museus.

Art. 4º A convocação para o envio do quantitativo de visitação anual será feita a partir da base de dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM).

Art. 5º Todos os museus brasileiros deverão preencher, anualmente, o formulário de visitação e deverão zelar pela veracidade dos dados e informações prestadas ao IBRAM.

Art. 6º O período para preenchimento do formulário de visitação anual será de 3 (três) meses, tendo início no primeiro dia útil do segundo mês do ano de exercício.

Art. 7º O preenchimento do formulário de visitação anual será comprovado por meio de protocolo de confirmação emitido automaticamente.

§ 1º O protocolo de confirmação não implicará qualquer prévia avaliação do IBRAM quanto ao conteúdo das informações.

§ 2º Em procedimento de avaliação dos dados de visitação anual, o IBRAM, por intermédio da CGSIM, poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao museu.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º Caberá ao IBRAM, por meio da CGSIM, disponibilizar informações e recomendações acerca de metodologias e técnicas possíveis para a contagem de visitação dos museus.

Art. 9º O IBRAM, por intermédio da CGSIM, apreciará o uso e a eficácia do formulário de visitação anual, podendo optar pelo seu aperfeiçoamento ou pelo desenvolvimento de melhores meios para coletar os dados que constam no art. 4º, VIII do Decreto nº 8.124/2013.

Parágrafo único. O IBRAM informará aos museus sobre eventuais modificações que provenham do caput deste artigo.

Art. 10. O IBRAM, por intermédio da CGSIM, poderá adicionar novos quesitos, de caráter facultativo, para compor o formulário de visitação anual.

Art. 11. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 112, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 805 de 07 de outubro de 2013, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA SILVA

ANEXO I

14 10668 - Mostra CINEMULTI - ANO II
Juliana Machado Oliveira
CNPJ/CPF: 040.269.756-14
Processo: 01400.070719/20-14
BA - Itacaré
Valor do Apoio R$: 109.998,50
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 2ª edição da mostra que prevê exibições noturnas itinerantes de curtas e longas-metragens todos brasileiros em 5 espaços públicos, como praças e campo de futebol, na cidade de Itacaré/BA, voltadas para o público infanto-juvenil e adultos, realização de bate-papos com diretores, equipe técnica e atores dos filmes exibidos após as exibições e 3 oficinas de capacitação na área, durante o período diurno, no período entre 17 a 21 de abril de 2015.
14 10962 - Clube do Cinema
Adriana Almeida do Carmo
CNPJ/CPF: 036.051.826-58
Processo: 01400.071066/20-14
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 375.800,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de 144 sessões gratuitas de cinema, visando atender no mínimo 50 escolas e uma média de 24.192 alunos, exibindo de 09 a 12 filmes diferentes, sendo todos lançamentos do cinema, com o intuito de promover a formação identitária e cultural de estudantes da rede pública de ensino, em Belo Horizonte, no período fevereiro a dezembro de 2015.
14 10474 - Cinema Pela Verdade 4ª Edição
Instituto Cultura em Movimento
CNPJ/CPF: 04.994.930/0001-69
Processo: 01400.064571/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 851.852,50
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 4º edição do festival gratuito de cinema realizado em universidades e instituições de ensino nos 27 estados, com oficinas de capacitação dos 27 Agentes no Rio de janeiro. O festival acontece em 81 instituições, realizando 216 sessões com debates e a exibição de 04 filmes de ficção e/ou documentário, no período entre 17/12/2014 a 17/07/2015.
14 11012 - Festival Miudinho - Infância, Cultura e Arte
Benditas Projetos Criativos Ltda. ME
CNPJ/CPF: 19.223.689/0001-41
Processo: 01400.074410/20-14
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 234.414,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de uma mostra de filmes infantis brasileiros, oficina de animação utilizando a técnica de stop motion e o Primeiro Fórum Infância, Cultura e Arte, e ainda uma microssérie para web e o Troca-Troca, vivência em que a criança será estimulada a trocar entre si livros e DVDs infantis, no período entre julho a novembro de 2015.
14 9628 - Pelo Sul da América - A cultura do Chimarrão
Rota 20 Propaganda, Promotora de Eventos e Projetos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.689.498/0001-30
Processo: 01400.060146/20-14
RS - Bagé
Valor do Apoio R$: 529.920,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média-metragem, com duração de 60 minutos, sendo finalizado em HD, visando difundir a cultura do Chimarrão em seus diversos aspectos a partir de suas origens históricas, ou seja, uma tradição que faz parte da cultura do sul do Brasil, do Uruguai e Argentina.
14 10480 - Pelo Sul da América - Churrasco
Rota 20 Propaganda, Promotora de Eventos e Projetos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 03.689.498/0001-30
Processo: 01400.064617/20-14
RS - Bagé
Valor do Apoio R$: 545.640,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média-metragem, com duração de 60 minutos, sendo finalizado em HD, visando difundir a cultura do Churrasco em seus diversos aspectos a partir de suas origens históricas, ou seja, uma tradição que faz parte da cultura do sul do Brasil, do Uruguai e Argentina.
14 10671 - VISUAL RIDER 2015
D+3 Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.320.143/0001-02
Processo: 01400.070722/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 374.475,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 2ª edição da mostra de filmes de curta metragem nacionais, com duração de é 5 minutos, produzidos por jovens brasileiros, a realizar-se em janeiro de 2015.
14 11585 - Realidade Brasileira: Pensadores Brasileiros
Editora Expressão Popular
CNPJ/CPF: 03.048.166/0001-76
Processo: 01400.075139/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.231.663,63
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de 6 documentários de média metragem, com a duração de 50 minutos, sobre reflexões do século XX voltado para a juventude dos movimentos sociais e produção de 6 livros de bolso sobre as contribuições socioculturais de brasileiras e brasileiros: Patrícia Galvão, Clóvis Moura, Lélia Abramo, Augusto Boal, João Saldanha e Nise da Silveira.
14 11517 - Festival Varilux de Cinema Francês 2015
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual Ltda.
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Processo: 01400.075023/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.142.850,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização do festival de Varilux, que prevê exibições de 15 filmes inéditos ao público de 40 a 45 cidades brasileiras do melhor da recente produção francesa, no período entre de 10 a 17 de junho de 2015.
14 10933 - Identidade
Vez da Voz
CNPJ/CPF: 07.367.325/0001-56
Processo: 01400.071035/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 269.800,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de DVD contendo 3 documentários de curta metragem com a duração de 5 minutos, 3 clipes com duração de aproximadamente 3 a 5 minutos, onde os protagonistas são pessoas assistidas por instituições sociais e realização de uma exposição fotográfica, no período entre março a julho de 2015.
14 10662 - Mostra Oceanos
Guariba Filmes Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 09.513.620/0001-07
Processo: 01400.070700/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 554.700,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Resumo do Projeto:
Realização da 1ª edição da Mostra Oceanos de Cinema com temática socioambiental na Baixada Santista, promovendo um amplo debate com foco no desenvolvimento sustentável, a realizar-se em agosto de 2015.
14 11511 - Cine em Cena no Ar
Ibirajá Produções Artísticas LTDA.
CNPJ/CPF: 19.387.344/0001-23
Processo: 01400.075017/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.870.516,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de duas sessões gratuitas de cinema por dia para os públicos infantil e adulto, em 42 cidades do Brasil, com duração de três dias em cada cidade, para o público de baixa renda e em locais de difícil acesso à cultura, no período entre fevereiro a dezembro de 2015.
14 11516 - MULTI CINE PARA TODOS
Multiplicando Talentos
CNPJ/CPF: 09.008.738/0001-70
Processo: 01400.075022/20-14
SC - Criciúma
Valor do Apoio R$: 439.010,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Implantação de uma sala de cinema, no formato de CINECLUBE, na cidade de Balneário Rincão, cidade com 12.000 habitantes, propiciando aos seus habitantes o acesso à arte do audiovisual, com exibições principalmente para alunos das redes publicas de ensino.
14 8521 - Audiovisual - John Blanch
Instituto Música para a Sociedade - Brasil Piano Masters
CNPJ/CPF: 13.295.363/0001-43
Processo: 01400.041226/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 149.800,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de filme, curta metragem, com a duração de aproximadamente 4 minutos, em full HD, com peça musical "Moment Musicaux" do consagrado compositor russo, Sergei Rachmaninoff, interpretado pelo jovem pianista John Blanch.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14 11141 - A Arte na Escola na voz de quem faz - 16º PAEC
Instituto Arte na Escola
CNPJ/CPF: 03.684.257/0001-06
Processo: 01400.074548/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 291.401,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de 6 documentários, curta metragem, com a duração de 5 a 9 minutos, em digital HD, que comporão um DVD que terá entre 30 e 50 minutos de duração.
14 10949 - Documentário Um Qualquer
Marcio Diogo Gerba
CNPJ/CPF: 039.151.729-52
Processo: 01400.071052/20-14
SC - São José
Valor do Apoio R$: 348.588,90
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média metragem, com a duração de aproximadamente 45 minutos, onde Marcio Gerba vai viajar pelo Brasil, mostrando em clinicas de dependentes químicos como a cultura, a arte e o esporte mudaram seu estilo de vida.
14 9152 - FICA RECIFE 2014 - II Mostra Itinerante do Festival Internacional do Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás
Instituto de Fomento ao Empreendedorismo, Inovação e Convergência Social - FOMENTI
CNPJ/CPF: 09.541.377/0001-22
Processo: 01400.059549/20-14
PE - Olinda
Valor do Apoio R$: 227.938,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de mostra itinerante com a exibição de uma mostra de curtas artísticos com a temática das bicicletas e a apresentação da Cyclophônica, única orquestra de bicicletas do mundo, e nos dias seguintes ocorrerão sessões simultâneas de filmes no cinema São Luiz e Teatro Arraial, no período entre 14 a 17 de dezembro de 2014.
14 11008 - Caricatura de Intimidade
Jhonny Oliveira Silva
CNPJ/CPF: 063.589.434-30
Processo: 01400.074387/20-14
PE - Paulista
Valor do Apoio R$: 58.586,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um filme, curta-metragem, com a duração de 15 minutos, em digital Full HD, evidenciando o cenário urbanístico de patrimônio brasileiro, assim como fomentará a possibilidade de atuação profissional de cineastas em estágio de carreira inicial e profissionais da região.
14 10694 - O Céu Luminoso
CZC Soluções Criativas LTDA ME
CNPJ/CPF: 16.096.972/0001-61
Processo: 01400.070749/20-14
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 371.833,60
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um vídeo documentário de média metragem, com a duração de aproximadamente 30 minutos, com imagens em 360º em formato Fulldome de visitas diurnas e noturnas das áreas de conservação dos parques de Vila Velha, Guartelá e Iguaçu e também prevê a realização de uma exibição itinerante do material, em 5 grandes cidades do Paraná de forma gratuita pelo período de 30 dias.
14 11509 - Olhar, um ato de resistência
Associação Filmes de Quintal
CNPJ/CPF: 03.241.398/0001-46
Processo: 01400.075015/20-14
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 337.815,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de mostra que prevê a exibição de filmes que pretendem olhar o mundo a partir de uma perspectiva cultural indígena e promover um encontro de cineastas indígenas de países americanos (Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Bolívia), no período entre 07 a 24 de março de 2016.
14 11307 - As Vozes do Equipe na Recente História do Brasil
Buriti Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 02.238.621/0001-33
Processo: 01400.074740/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 505.240,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média-metragem, com a duração de 52 minutos, em digital HD, sobre a história do colégio Equipe, fundado em 1968, durante o pior momento da ditadura no Brasil.
14 9627 - Padre Jacob
Ronaldo dos Anjos
CNPJ/CPF: 245.936.729-53
Processo: 01400.060145/20-14
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 247.260,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário ficcional, média metragem, com a duração de aproximadamente 25 minutos em mídia digital HD, sobre Padre Jacob Huddleston Slater, holandês nomeado pároco na cidade de Tijucas/SC em 1917.
14 10954 - Re Ciclo de Cinema 2015 - Centro Oeste - Fase 3
STR Estrutura para Filmes e Eventos S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 07.994.291/0001-20
Processo: 01400.071057/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 826.020,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de sessão de cinema ao ar livre em escolas de 30 cidades da região centro oeste do Brasil, trazendo cultura, hábitos salutares e informações sobre a reciclagem, no período entre fevereiro a dezembro de 2015.
14 11504 - Além dos Sentidos
Operários da Alma
CNPJ/CPF: 11.513.528/0001-80
Processo: 01400.075010/20-14
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 561.640,23
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média-metragem, com duração aproximada de 45 minutos, filmado em suporte digital, com objetivos de sensibilizar, informar, entreter e conscientizar sobre a inclusão social da deficiência auditiva.
14 10667 - Na Tela do Cinema
Confluência: Ações para a cidadania
CNPJ/CPF: 13.630.795/0001-63
Processo: 01400.070711/20-14
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 751.748,80
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização da 4ª edição do projeto "Na Tela do Cinema", que prevê sessões de cinema gratuitas, produção e exibição de um vídeo produzido a partir de depoimentos da população de cada comunidade, realização de oficinas de fotografia e exposições fotográficas em praças públicas de 18 comunidades, preferencialmente mineiras, no período entre junho a outubro de 2015.
14 10477 - DOCUMENTÁRIO CW7
Cambuí Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 10.638.697/0001-84
Processo: 01400.064611/20-14
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 150.000,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um documentário, média metragem, com a duração de 52 minutos, contando o processo de composição e gravação do novo disco da banda curitibana, que está preparando seu quarto disco.
14 10472 - O Prata da Casa - Centenário Grande Otelo
Artimanha Produções Culturais Ltda ME
CNPJ/CPF: 14.497.608/0001-88
Processo: 01400.064569/20-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 858.230,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de uma mostra de cinema em homenagem a Grande Otelo, com exibição de uma média de 40 filmes, em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, durante o ano de 2015.
14 10937 - Compositores Eruditos Brasileiros
Cinemarte Produções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 08.959.696/0001-90
Processo: 01400.071040/20-14
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.030.200,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de uma série de 12 documentários, média metragem, de aproximadamente 20 minutos cada, contando a história de alguns dos maiores compositores eruditos brasileiros.
14 11515 - Dora - A Peixinha
Walter Barthmann
CNPJ/CPF: 005.697.908-83
Processo: 01400.075021/20-14
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 652.684,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Produção de um DVD, média metragem, com a duração de 35 minutos, destacando a ecologia, onde Dora, uma peixinha, representa o espírito infantil, confusa e indignada com os problemas ecológico criados pelo homem.

ANEXO II

14 10934 - MEMORIAL DO NORDESTE
Instituto Convergência de Cultura e Educação para o Trabalho
CNPJ/CPF: 13.311.819/0001-11
Processo: 01400.071036/20-14
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 1.037.380,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Criação, produção e veiculação 52 programas de televisão, com a duração de 24 minutos cada, a ser exibido semanalmente, através da TV Diário - CE (todo estado do ceará, mais 48 TVs a cabo no Brasil e via internet para todo o mundo.
14 10952 - CineCidadania
Serviço Social da Indústria SESI
CNPJ/CPF: 03.802.018/0031-10
Processo: 01400.071055/20-14
PR - Londrina
Valor do Apoio R$: 101.430,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de 3 oficinas de cinema com foco prático e teórico no fazer cinematográfico que resultará em 3 curtas-metragens produzidos por alunos e professores e exibidos em escolas, centros culturais e comunitários, entre outros, visando fomentar a arte cinematográfica em adolescentes e jovens em situação de risco, no período entre março a dezembro de 2015.
14 11140 - APLAUSO - Cultura na Palma da Mão
Cuco Produções
CNPJ/CPF: 11.600.396/0001-24
Processo: 01400.074547/20-14
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 333.715,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Criação de uma agenda/mapa cultural (música, teatro, dança, circo, cinema, exposições e eventos) de Porto Alegre e região metropolitana em formato de aplicativo para Tablets e Smartphones, com download gratuito.
14 9735 - Ficção Viva III
Farah e Munhoz Ltd ME
CNPJ/CPF: 06.249.873/0001-19
Processo: 01400.060328/20-14
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 614.032,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de 8 workshops de direção, roteiro, atuação, som e assistência de direção e 4 encontros com exibições e bate-papos com alguns dos maiores realizadores do cinema mundial, junto aos seus principais parceiros de criação, no período entre setembro de 2015 e maio de 2016, e ainda produção de um livro contendo o resultado desse trabalho com lançamento previsto para setembro/2016.
14 10660 - Vento Forte Oficinas
Associação Cultural Vento Forte
CNPJ/CPF: 20.710.618/0001-52
Processo: 01400.070698/20-14
SP - São Sebastião
Valor do Apoio R$: 1.062.790,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 a 31/12/2014
Realização de oficinas audiovisuais gratuitas, visando atender jovens carentes em suas próprias comunidades com profissionais atuantes, e ao final de cada oficina os trabalhos serão exibidos à comunidade, no período entre 05/01/2015 a 05/01/2016.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 772, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
149557 - BH em Cena - Edição 2014
Alexandre Augusto Perdigão Nascimento
CNPJ/CPF: 919.423.906-10
Processo: 01400060046201441
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 616.594,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização de um evento cultural que celebre a cidade de Belo Horizonte. Durante 2 dias acontecerão apresentações artisticas (teatro, dança, música, vídeo, exposição) que narrarão a história de BH e a importante trajetória de personagens que contribuíram para a construção da capital mineira.
146990 - BLOCO DAS PODEROSAS DO SÍTIO VARJÃO, ANO VI
Geovane Oliveira Barbosa
CNPJ/CPF: 096.764.914-54
Processo: 01400025427201484
Cidade: Orobó - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 7.000,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Expandir o nosso Bloco Carnavalesco denominado BLOCO DAS PODEROSAS DO SÍTIO VARJÃO que, atualmente já carrega uma bagagem de 5 (cinco) anos levando ao público da comunidade e arredores um ritual nacional que une culturalmente todos numa mesma classe social, "parodizando" a sociedade e mostrando, de forma artística, suas iguais diferenças.
149473 - Boneco de mola no mundo Brincando de Papel
Tomaz Sussekind
CNPJ/CPF: 076.178.187-00
Processo: 01400059945201400
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 329.071,50
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem e temporada do espetáculo musical infantil Boneco de Mola no mundo Brincando de Papel, da dupla Tomaz Sussekind e Michelly Lemes, acompanhado de banda com quatro musicos. Temporada prevista de um mês, com oito apresentações, sendo duas por semana (sábados e domingos) no Rio de Janeiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

149620 - BOSSAGENS
MARIA DO ROCIO RIBEIRO INFANTE VIEIRA 35861207968
CNPJ/CPF: 17.115.392/0001-37
Processo: 01400060137201487
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 192.500,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O espetáculo Bossagens irá interligar a linguagem da dança contemporânea junto à Bossa Nova. Por meio da linguagem do movimento, este projeto resgata a memória cultural musical de uma época que movimentou o Brasil. A coreógrafa Rocio Infante concebeu este trabalho a partir de imagens dos livros de Ruy Castro, curador desta proposta, apresentando uma forma singular de dançar a Bossa Nova. Serão realizadas 12 apresentações do espetáculo, com musica ao vivo, no Rio de Janeiro.
149578 - Cinderela
Gatu Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.988.548/0001-17
Processo: 01400060073201414
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 725.120,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Pesquisa, produção e apresentação do espetáculo intitulado "Cinderela" pelo Grupo Gattu com temporada a preços populares durante 2 meses e contrapartida social de 10 apresentações gratuitas na cidade de São Paulo.
1410605 - Doutores da Alegria - Plano Anual 2015
Doutores da Alegria - Arte, Formação e Desenvolvimento
CNPJ/CPF: 00.491.904/0001-67
Processo: 01400069550201415
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 5.562.440,80
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Plano anual dos Doutores da Alegria. Planejamos a manutenção das intervenções artísticas em hospitais públicos de São Paulo e Recife, além do projeto "Plateias Hospitalares" no RJ. Em 2015, completaremos 24 anos de atuação e pretendemos implementar em um hospital público de São Paulo, um novo modelo de atuação artística e institucional, pensando o hospital como um todo, no qual batizamos de "Artes Hospitalares". Temos ainda, o propósito de ampliar o alcance e o impacto da nossa ação e compartilhar com a sociedade a transposição deste trabalho, através dos programas da Escola dos Doutores da Alegria (formação de palhaços para jovens e palhaços em rede), além das rodas artísticas temáticas. Seguimos mantendo um canal aberto de diálogo reflexivo com a sociedade.
1410602 - Energia em Cena 2015/16
Imagini do Brasil
CNPJ/CPF: 07.843.542/0001-75
Processo: 01400069547201493
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 447.000,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realização da edição 2015/16 do Projeto Cultural Energia em Cena, que promove apresentações teatrais em Escolas Públicas para alunos do ensino infantil, fundamental e médio, ampliando as regionais beneficiadas. A proposta visa realizar quatro montagens e circulações de peças teatrais, durante os anos de 2015 e 2016, em 35 cidades dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Neste projeto, aproximadamente 90.000 (noventa mil) crianças e adolescentes usufruem de conteúdos artísticos sob a premissa do teatro como meio de expressão e auxílio no desenvolvimento sociocultural das cidades visitadas.
1410753 - Manutenção Companhia Brasileira de Ballet
Sociedade Artística Villa Lobos
CNPJ/CPF: 31.168.644/0001-17
Processo: 01400070841201448
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.457.600,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a manutenção anual da Companhia Brasileira de Ballet que se destaca no cenário das grandes companhias nacionais. O sucesso da Companhia pode ser atribuído a sua longa trajetória, a inquestionável qualidade, brilhantismo e técnica dos seus bailarinos.
149682 - MULHERES REAIS - Espetáculo Teatral Multimída 3D
Breno Milagres da Silva
CNPJ/CPF: 165.544.936-20
Processo: 01400060258201429
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 221.182,78
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto visa produzir um Espetáculo Multimiídia VideoTeatral produzido por Breno Milagres inspirado em textos da escritora Malluh Praxedes, sobre o universo feminino. Utiliza elementos multimídia, acrescido da tecnologia 3D, quando imagens em 3D serão projetadas em 2 monitores de LED de 84 polegadas e vão interagir com atrizes no palco. Seraão 16 apresentações gratuítas nesta primeira temporada. Serão distribuídos 3.800 ingressos.
149670 - O Noviço
Rafael dos Reis
CNPJ/CPF: 009.203.459-48
Processo: 01400060244201413
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 784.200,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O espetáculo é, assim como uma diversão, também um resgate aos estilos e costumes do século XIX no Brasil. Com o objetivo de incentivar os jovens a conhecer este texto e autor o espetáculo oferecerá meia entrada a todos os jovens até 21 anos. Montar este espetáculo será um resgate deste texto clássico do teatro brasileiro através da obra de um dos mais renomados autores nacionais e patrono da academia brasileira de letras, Martins Pena. Serão no total 30 apresentações, sem contar os ensaios abertos.
149515 - Peça Teatral Infantil O Rei do Lixo
Renata de Souza Villa Verde Pereira
CNPJ/CPF: 111.596.727-41
Processo: 01400059995201489
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 257.316,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O espetáculo é direcionado ao publico infantil de forma bem humorada e questiona a importância da reciclagem na vida do planeta de uma maneira sensível ao contar a história de um menino catador de lixo que sonha encontrar sua mãe, que virou uma estrela. Do lixo ele tira material criando recursos incríveis principalmente um foguete para encontra-la culminando assim na realização de seus sonhos. Esse espetáculo será apresentado em 28 sessões durante 3 meses.
1410877 - Ponto de Partida 35 anos - PAA 2015
Associação Cultural Ponto de Partida
CNPJ/CPF: 19.556.190/0001-56
Processo: 01400070979201447
Cidade: Barbacena - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 4.009.935,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Manter e ampliar as inúmeras atividades, programas e projetos do Grupo Ponto de Partida, em 2015 e ainda comemorar seus 35 anos de trajetória. Consolidar a implantação do espaço cultural Estação Ponto de Partida, com suas atividades de ocupação e programação. Criar e montar um novo espetáculo que aprofunda a nossa pesquisa de linguagem e circular com espetáculos do nosso repertório, por 17 cidades, totalizando 44 apresentações, são os objetivos desse projeto.
1410379 - Salvando Risos
Organização Doutores Palhaços SOS Alegria
CNPJ/CPF: 13.311.763/0001-03
Processo: 01400064460201420
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 134.791,90
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Salvando Risos" tem como objetivo a promoção de 360 intervenções cênicas da ONG Drs. Palhaços em hospitais de Ponta Grossa/Paraná, bem como a apresentação dos espetáculos teatrais "O tempo" e "Cadê a Páscoa?", como forma de ressignificar o ambiente hospitalar através da arte. A experiência será registrada em um livro, que levará o mesmo título do projeto.
1410350 - Sol, amigo da infância
Sociedade Brasileira de Dermatologia - Regional do Estado de São Paulo
CNPJ/CPF: 51.541.795/0001-86
Processo: 01400064423201411
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 642.730,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da montagem do espetáculo teatral infantil "Turma da Mônica em A pele e o Sol" em parceria com a Maurício de Sousa Produções e a circulação de 24 apresentações gratuitas direcionadas a alunos de escolas públicas e instituições sociais de São Paulo, Santos e Praia Grande.
1410524 - Sophia
Origem Promoção de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 08.846.097/0001-60
Processo: 01400064667201402
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 266.530,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto SOPHIA tem como objetivo desenvolver o gosto pela leitura e escrita em alunos de 8 a 10 anos por meio de oficinas educativas e leitura de livros que serão desenvolvidas com professores e alunos da rede publica de ensino. Consiste na distribuição de 8 mil livros "O Menino e o mistério do Arco Iris" que terá como complementação um material pedagógico educativo de atividades para os alunos e um materila de apoio e orientação a aplicação das atividades pelo professor. O material pedagógico será desenvolvido pela autora do livro Cristiane Framartino. SOPHIA lança mão do livro literário para despertar nas crianças o gosto pela leitura !
149502 - Teatro Portátil - Falando sem parar
PIA FRAUS PRODUCOES ARTISTICAS E COMERCIO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.567.441/0001-00
Processo: 01400059982201418
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 924.450,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Teatro Portátil é um teatro inflável, rapidamente montável, que traz consigo todo o equipamento necessário para oferecer conforto aos seus espectadores: som, ar condicionado, assentos, etc. Perfeito para espaços abertos: praças, feiras e escolas. Para o projeto iremos montar o espetáculo "Falando Sem Parar - A História da Comunicação", e apresentá-lo no Tetro Portátil em diversas cidades do interior do estado de São Paulo.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1410552 - A História das Big Bands contada pela Big Band Sênior
Marcelo Lanza Fontanesi
CNPJ/CPF: 135.693.088-39
Processo: 01400069497201444
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.334.521,66
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A Big Band Sênior contará a história das Big Bands, partindo do seu início nos Estados Unidos e chegando ao Brasil, a Big Band Sênior é formada por músicos seniores e convidados, e contará esta importante parte da musica instrumental no mundo e em particular no Brasil, realizando 12 apresentações nas capitais: São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, Slavador,e nas cidades de Santos, Bauru, Campinas, São José dos Campos, Poços de Caldas, Ribeirão Preto e Londrina entre janeiro de 2015 e dezembro de 2015, voltada à população em geral.
149521 - Filarmônica de Nova York
Dell Arte São Paulo Eventos e Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 01.657.230/0001-90
Processo: 01400060001201477
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.410.020,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de um grande concerto com a renomada Orquestra Filarmônica de Nova York na cidade do Rio de Janeiro, no Teatro Municipal, sob a regência do maestro Alan Gilbert e participação de um solista instrumental convidado.
149694 - Mostra Paulistana de Choro - CHORANDO NA GAROA
Com Arte Produções Artísticas Ltda - ME
CNPJ/CPF: 18.500.076/0001-41
Processo: 01400060270201433
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 533.705,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto é uma Mostra Paulistana de Choro. Nessa primeira edição escolhemos quatro grupos que diferem em suas formações, a fim de explorarmos ao máximo a riqueza sonora resultante de combinações não convencionais na execução do Choro. São eles: As Choronas (flauta, cavaquinho, violão e pandeiro); Nó na Madeira (clarinete, sax/flauta, cavaquinho, violão 7 cordas e pandeiro); ClarinEtCetera (quarteto de clarinetes) e Trio São Paulo Ensemble (Oboé, clarinete e fagote). O evento contará com a realização de 4 shows realizados em praças públicas da cidade de São Paulo, com entrada gratuita.
1410536 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2015
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Processo: 01400069481201431
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 2.948.926,57
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Plano Anual de Atividades 2015 do projeto sociocultural Orquestra Criança Cidadã, que atende, gratuitamente, crianças e jovens de baixa renda da comunidade do Coque, na Região Metropolitana do Recife. O programa objetiva promover a cidadania através de aulas de música clássica e instrumentos de corda, além de inclusão digital, língua inglesa e espanhola e a orientação psicossocial. O projeto ainda mantém um centro de reparação e confecção de instrumentos musicais (lutheria).
149677 - Plano Anual de Atividades 2015
Orquestra de Câmara e Sinfônica Villa Lobos de Mogi Guaçú
CNPJ/CPF: 59.015.693/0001-39
Processo: 01400060251201415
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 586.803,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A Orquestra de Câmara e Sinfônica Villa Lobos de Mogi Guaçu, sendo uma instituição cultural sem fins lucrativos aberta ao público, vem apresentar o seu Plano Anual de Atividades para o exercício de 2015. O Plano Anual prevê a manutenção da instituição e de suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, bem como o projeto "Companhia da Música", que visa a realização de apresentações gratuitas de música instrumental erudita. As apresentações serão viabilizadas através da formação de crianças e jovens da periferia do município de Mogi Guaçu - SP em instrumentos de cordas, com aulas e ensaios abertos do grupo Oficina de Cordas (Fase 1) e da Orquestra Sinfônica Jovem da Baixa Mogiana (Fase 2). Este projeto é uma continuidade do PRONAC 130725.
1410544 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2015 - ORQUESTRA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Orquestra do Estado de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 08.415.066/0001-54
Processo: 01400069489201406
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado R$: R$ 3.060.340,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Plano Anual de Atividades da Orquestra do Estado de Mato Grosso compreendendo a realização de 12 (doze) concertos da série "Concertos Oficiais" no Cine Teatro Cuiabá; 8 (oito) "Concerto Populares", municípios do Estado de MT; 8 (oito) "Concertos Didáticos"; e 01 (uma) oficina para capacitação de professores da rede pública e privada de Cuiabá (MT).
149540 - RAFAEL RYUS - CIRCUITO MUSICAL INTINERANTE
Rafael Ribeiro
CNPJ/CPF: 802.190.120-91
Processo: 01400060022201492
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 499.400,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Rafael Ryus - Circuito Musical Intinerante é um Projeto Totalmente Instrumental representado pelo Artista , aonde será Realizados 5 Shows no Interior do Estado do Rio Grande do Sul ,com instrumentos de conceito como (Viola e Violão e Sanfona),

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

resgando a cultura Sertaneja Raiz em forma de musica .O Projeto se completara com musicas inéditas e clássicos de todas as gerações da musica Sertaneja , aonde Será Gravado um CD com 12 faixas e um DVD com 70 minutos e Prensagem de 2.000 CD`s e 2.000 DVD`s a titulo promocional, destinados a divulgação e distribuição para emissoras de rádios e Televisão em todo Pais .
1410331 - Tudo é Jazz on the beach 2015
ACL - Associação de Cultura Livre
CNPJ/CPF: 07.847.976/0001-43
Processo: 01400064403201441
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 1.790.375,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Tudo é Jazz on the Beach é um festival de música internacional dedicado ao fomento do jazz instrumental que mescla grupos brasileiros e de outros países, apresentando um panorama do jazz contemporaneo. Previsto para o ano de 2015,com duração de 03 dias,em 03 cidades da costa brasileira: Arraial D`Ajuda(BA), Anchieta (ES) e Rio de Janeiro(RJ), o evento reunirá bandas nacionais e internacionais em uma programação que contará também com cortejos e apresentações de DJ`s, totalizando 09 apresentações em cada município.Toda a programação será gratuita e aberta ao público em geral.
149524 - TURNÊ INTERNACIONAL CAMINHOS DO GÊNIO - O Homem Orquestra | Alemanha 2015.
INSTITUTO HENRIQUE UEBEL - IHU
CNPJ/CPF: 13.024.333/0001-00
Processo: 01400060004201419
Cidade: Teutônia - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 178.175,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar no período de maio a julho de 2015, em espaços privados, abertos ao público e gratuitos de sete cidades da Alemanha, uma turnê internacional, revisitando com 7 apresentações de música erudita e instrumental, mais exposição e registro videográfico, as cidades percorridas nos anos 50 por Henrique Uebel "O Homem Orquestra", para o reconhecimento da trajetória desse talento que tocava 7 instrumentos ao mesmo tempo, considerado um verdadeiro gênio musical.
149269 - Violão Erudito
Ricardo Hiroshi Marui
CNPJ/CPF: 111.761.028-42
Processo: 01400059694201455
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 728.717,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto propõe a gravação de 6 CDs de grandes nomes do violão erudito, a remasterização de 1 álbum, a manutenção e ampliação de site dedicado exclusivamente ao universo do violão erudito e a produção de aplicativos de conteúdo multimídia, que proporcionem fácil acesso a um vasto repertório de alta qualidade artística, além de materiais como entrevistas com técnicos e músicos e partituras.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
149728 - COMPOSTELA: CAMINHOS DA FÉ E DA VIDA
CLAUDIO SEIDI NONACA
CNPJ/CPF: 504.879.309-91
Processo: 01400060317201469
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 258.984,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Promover a exposição fotográfica itinerante do Projeto "Compostela - Caminhos da Fé e da Vida" com imagens coletadas durante peregrinação percorrida em um trajeto de 830 km entre Saint Jean/França e Compostela/Espanha, assim como lançamento de livro homônimo retratando os aspectos culturais das localidades visitadas, fomentando o intercâmbio cultural entre o Brasil e culturas distintas.
149244 - CorAção - Desenhando Afetos
GEORGIANA DE BARROS SILVA
CNPJ/CPF: 023.830.064-16
Processo: 01400059667201482
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 194.065,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto tem por objetivo a circulação da exposição CorAção - Desenhando Afetos do designer, ilustrador, cenógrafico e diretor de arte Java Araujo. A proposta pretende levar, além da exposição, oficinas, rodas de diálogo e espetáculos de teatro e dança para cinco cidades do interior e região metropolitana de Pernambuco.
149657 - II Edição Mostra Ciclos
MARTIN COBELO WEISZ - ME
CNPJ/CPF: 08.975.882/0001-12
Processo: 01400060231201436
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 850.510,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de uma mostra composta por duas exposições de arte e design, que terão como tema o fluxo de imigrações para a cidade deSão Paulo e sua relação com a ocupação do espaço público. Uma exposição ocorrerá em espaço fechado e a outra em cinco espaços abertos, simultaneamente. As obras serão desenvolvidas por um total de 10 artistas, sendo 5 nacionais e 5 internacionais.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
1411169 - Muitas Mãos - Memória da presença judaica no Brasil
Arquivo Histórico Judaico Brasileiro
CNPJ/CPF: 50.587.757/0001-00
Processo: 01400074589201446
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 298.000,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo dar tratamento técnico arquivístico a 5.000 fotografias do acervo do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB) relativas à imigração e a presença judaica no Brasil no século 20. As fotografias serão higienizadas, acondicionadas, digitalizadas e disponibilizadas em um site de indexação coletiva denominado Muitas Mãos. Para tanto serão contratados especialistas em processamento arquivísitco de acervos e de desenvolvimento de sites. O projeto terá a duração de 12 meses.
1410912 - Museu de Sant´Ana - Plano Anual de Manutenção 2015
Instituto Cultural Flávio Gutierrez
CNPJ/CPF: 02.930.235/0001-08
Processo: 01400071014201471
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 625.731,04
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Museu de Sant´Ana - Plano Anual de Manutenção 2015" tem como objetivo garantir a manutenção do espaço expositivo e do acervo público, formado por 291 imagens sacras de Sant´Ana, do período compreendido entre o século XVII ao século XX, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela instituição que recebe visitantes na cidade de Tiradentes, patrimônio histórico nacional, difundindo através de ações educativas e culturais o patrimônio artístico brasileiro.
1411492 - Museu Histórico de Castrolanda - organização e difusão
Associação dos Moradores de Castrolanda
CNPJ/CPF: 03.228.284/0001-66
Processo: 01400074996201453
Cidade: Castro - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 887.300,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A construção do novo prédio do Museu Histórico de Castrolanda exige o re-planejamento e execução da disposição dos acervos existentes, bem como a comunicação das novas perspectivas museológicas pretendidas. Organização e difusão do conhecimento patrimonial étnico reconstruído sob as bases do cooperativismo agroindustrial contemporâneo inseridos no município de Castro. O projeto propiciará: o desenvolvimento do Plano Museológico; a catalogação dos acervos documental, bibliográfico e museológico, bem como reparos/restauros em itens que carecem desses tratamentos; a digitalização do acervo documental; a publicação de catálogo impresso sobre o patrimônio cultural da comunidade; e a produção de conteúdos multimídia de comunicação.
149550 - Plano Anual de Atividades e de Manutenção 2015 - Museu Instituto Bruno Segalla
Instituto Bruno Segalla
CNPJ/CPF: 07.675.690/0001-28
Processo: 01400060039201440
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 472.410,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A realização do projeto visa assegurar a preservação do acervo do Museu IBS - Instituto Bruno Segalla e ampliar a atuação dessa instituição como um espaço de valorização da arte, educação e cultura para os diferentes públicos. A fim de alcançar o objetivo proposto, o projeto inclui diversas as ações socioculturais e educativas, tais como a formação de professores e o atendimento a alunos da rede pública de ensino através do Projeto Cultural ONDE ESTOU? (com ênfase na educação patrimonial), bem como o atendimento aos demais grupos interessados nas ações culturais. Como contrapartida social, todas as ações e produtos resultantes deste projeto, serão oferecidos gratuitamente para toda a comunidade, também objetivando a democratização e a inclusão social.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1410371 - 5ª Festival Nacional do Conto
DESIGN EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.855.644/0001-00
Processo: 01400064444201437
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 118.250,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A quinta edição do Festival Nacional do Conto, acontecerá no período de 20 a 24 de maio de 2015, no SESC Prainha, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Serão 5 dias de conversas, debates e oficinas. Estendendo as ações do evento, com uma exposição itinerante que atingirá 22 cidades catarinenses e um guia de leitura nas escolas da rede pública, na cidade de Itajaí. Tendo como autor homenageado o escritor baiano Hélio Pólvora, o Festival é a maior ação brasileira de fomento ao conto.
1410562 - As aulas de Mari Hirata
BEI - Comunicação Ltda.
CNPJ/CPF: 01.764.496/0001-32
Processo: 01400069507201441
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 407.924,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte com receitas da Mari Hirata e fotografias do fotógrafo Andreas Heiniger. A edição será bilingue.
1411194 - Certidão de nascimento - uma biografia musical de Francis Hime
Editora Terceiro Nome Ltda.
CNPJ/CPF: 02.868.441/0001-35
Processo: 01400074615201436
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 313.918,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto visa a produção e publicação de um livro com uma biografia musical do compositor, pianista, cantor, arranjador, maestro e letrista Francis Hime, uma das expressões mais vigorosas da música popular brasileira a partir dos anos 1960. O livro terá como foco central um texto a ser escrito pelo próprio Francis sobre seu processo criativo. Além disso, terá um texto em estilo jornalístico com seu perfil e a relação com seus parceiros; um texto sobre sua obra, procurando entender a riqueza de sua criação múltipla; e um texto de Olívia Hime, sua companheira há 40 anos, com histórias que ilustram alegrias e dificuldades de seu processo criativo. O livro também terá cerca de 100 imagens do acervo pessoal do compositor (fotos, documentos etc)
1411381 - DUAS UNHAS DE QUEIJO
Editora Barleus Ltda-ME
CNPJ/CPF: 08.812.062/0001-00
Processo: 01400074858201474
Cidade: Santa Cruz do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 199.100,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: DUAS UNHAS DE QUEIJO é um projeto de desenvolvimento e publicação de livro homônimo com coordenação de João Castanho Dias. A obra, ilustrada e construída a partir de detalhada pesquisa bibliográfica conta com aproximadamente 220 páginas e tiragem de 2.000 unidades.
1411288 - Edição de Fortuna Crítica sobre a obra de Sergio Rodrigues.
Art Cultura e Serviços Administrativos ME
CNPJ/CPF: 11.384.183/0001-02
Processo: 01400074717201451
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 320.760,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto trata de uma edição de documentos, textos e imagens, com projeto gráfico específico, contendo a fortuna crítica de diversos autores sobre o trabalho pioneiro do arquiteto e designer Sergio Rodrigues (1927-2014). Será apresentado:1) um volume em caderno de aproximadamente 120 páginas contendo os principais textos e ensaios encontrados no acervo do Instituto Sérgio Rodrigues; 2) a impressão de 40 imagens fotográficas distintas com ficha técnica no verso registrando alguns momentos de sua carreira e criações; 3) facsimile do catálogo da exposição de Sergio Rodrigues no MAM do Rio de Janeiro em 1960 com texto do crítico Mário Pedrosa. O objetivo desse projeto é difundir materiais de referência e consolidar a pesquisa nas áreas de história da arquitetura, arte e design.
1410752 - Histórias do Pará: Vivências de um Povo
Eleildo Virgolino Editora LTDA
CNPJ/CPF: 14.697.764/0001-92
Processo: 01400070840201401
Cidade: Tucumã - PA;
Valor Aprovado R$: R$ 224.136,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Histórias do Pará: Vivências de um Povo trata da produção, edição, impressão e distribuição de 4 volumes contendo 3000 exemplares cada em Historias em Quadrinhos (HQ's), utilizando a técnica de computação grafica, composto de Ilustrações e textos narrativos, cujo tema gira em torno da história do Pará e os principais momentos historico-culturais e sócio-econômicos do período da colonização até atualidade e destinado a um público infantil e adolescente.
1410742 - Itabirito, a pedra que risca vermelho
RESTA UM COMUNICAÇÃO E EDITORAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 02.740.778/0001-62
Processo: 01400070830201468
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 573.540,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto - Itabirito, a pedra que risca vermelho, composto por livro impresso e digital e cartilha, resgatará o patrimônio material e imaterial constituído pela história e memória oral de 30 moradores da cidade, criada em 1709, como Arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem da Itaubyra do Rio de Janeiro. A cidade se insere no Ciclo do Ouro em Minas, pois foi povoada em função do garimpo praticado nas redodenzas. O livro também se propõe a valorizar a cultura e o turismo da cidade, mapeando hábitos, espaços físicos e valores locais.
1410678 - Livro : Memória ? 100 anos Instituto dos Advogados de Minas Gerais
Marcelo Moreira Xavier
CNPJ/CPF: 176.916.216-04
Processo: 01400070731201486
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 206.080,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção de um livro sobre os 100 anos do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), revelando, através dos recursos da fotografia documental e do texto narrativo, a importância histórica e cultural desta instituição que muito colaborou para o fortalecimento de uma cultura de viés humanista, tanto em Minas como em todo o Brasil. Seja na luta pela prevalência dos princípios constitucionais básicos da nossa sociedade, seja participando diretamente da vida cívica, ou mesmo incitando teses e discussões de natureza jurídico-comportamental, as ações do IAMG sempre geraram ? e continuam gerando ? reflexos bem definidos na cultura moderna do estado e do país. E é isso o que essa publicação pretende mostrar. O produto cultural resultante será um livro ,no formato 518x325mm,com 140 páginas.
149618 - Livro: VIM TE VER NATUREZA - 20 anos de João Caetano
João Caetano
CNPJ/CPF: 235.991.701-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 01400060135201498
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 156.200,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: - Editar 1.000 exemplares do Livro: VIM TE VER NATUREZA - 20 anos de João Caetano, do fotografo João Caetano; - Divulgar e despertar o interesse de outros fotógrafos, profissionais ou amadores, no sentido de buscar imagens sustentáveis na rica biodiversidade do Cerrado goiano, no primeiro momento, e nos biomas brasileiros, conseqüentemente;
1410334 - Minha Primeira Coleção - Livro e Exposição
Camilla Victoria Bloisa O'Donnell
CNPJ/CPF: 102.616.477-09
Processo: 01400064406201484
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 181.131,50
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto "Minha Primeira Coleção - Livro e Exposição" irá viabilizar a produção de um livro de arte e uma exposição com gravuras feitas por artistas,ambos destinados ao público infantil. O livro terá aproximadamente 48 páginas coloridas com tiragem de 2.050 exemplares e a exposição terá cerca de 14 dias.
1411423 - Mutações: O novo espírito utópico
Artepensamento Serviços Ltda.
CNPJ/CPF: 04.528.939/0001-84
Processo: 01400074922201417
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 703.450,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O ciclo de conferências de 2015 prevê 60 conferências em 3 (três) capitais (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Este novo ciclo de conferências com pensadores nacionais e internacionais propõe não propriamente fazer a história da utopia mas analisar as utopias possíveis hoje na política, nas artes, nos costumes, na ética, nas mentalidades, seguindo o que diz Gaston Bachelard na sua Poética do espaço: o homem é um ser do desejo e não da necessidade. Desejo amoroso e utópico da liberdade.
1411261 - OS DOZE MANDAMENTOS VERDES
DENISE WEINREB
CNPJ/CPF: 222.822.380-87
Processo: 01400074690201405
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 72.996,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A edição e impressão do livro infantil OS DOZE MANDAMENTOS VERDES. A realização de Oficinas de atividades integrativas com o público em 10 escolas e/ou entidades culturais do RS e distribuição de exemplares ao público.
1411133 - Pernambuco em Postais
Emanuel Soares da Gama
CNPJ/CPF: 052.853.774-12
Processo: 01400074540201493
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 251.430,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto "Pernambuco em Postais", consiste no desenvolvimento e prensagem de 2.000 CD-ROM dotado com uma interface (software) de navegabilidade amigável e de fácil acesso contendo uma coletânea com 500 (quinhentos) Cartões postais de Pernambuco. Através do CD-ROM, o usuário terá como visualizar a história; a cultura e os pontos turísticos do estado, ter opções de impressão dos postais para envio de correios regular, bem como enviar cartões postais eletronicamente para qualquer parte do mundo via internet. Outro propósito do projeto é a construção do site: www.pernambucoempostais.com.br, para divulgação do projeto e download gratuito do conteúdo do CD-ROM. A ideia desta iniciativa partiu da necessidade de fazer difusão da prática e de manter viva a ação do uso e envio de cartões postais entre as pessoa
1411091 - Plano Anual Vaga Lume 2015
Associação Vaga Lume
CNPJ/CPF: 04.711.157/0001-86
Processo: 01400074495201477
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 2.054.990,40
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A proposta trata do Plano Anual da Associação Vaga Lume que envolve três grandes atividades: (1) Biblioteca, que envolve a formação de mediadores de leitura, distribuição de acervo, valorização da cultura local e o monitoramento das bibliotecas; (2) a formação de multiplicadores da metodologia Vaga Lume de estímulo à leitura; e (3) Intercâmbio Cultural entre crianças e adolescentes de São Paulo e da Amazônia.
1411670 - Tibete
Zazen Produções Audiovisuais Ltda
CNPJ/CPF: 01.803.185/0001-35
Processo: 01400075257201489
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 206.872,50
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Tibete será um livro do fotógrafo Marcos Prado será fruto de três viagens ao Tibete: 1986, 1993 e 1994; e duas viagens à Índia em 1996 e 1997, onde fotografou os tibetanos no exílio e foi recebido por Sua Santidade, o Dalai Lama. Conterá textos de especialistas em direitos humanos e política internacional, além de alguns textos sobre filosofia budistas. O livro tem como objetivo trazer para o público brasileiro este importante documento histórico realizado por Prado.
1411259 - Via e-mail - Encontro com 40 artistas brasileiros
P55 Edição Ltda
CNPJ/CPF: 05.219.865/0001-67
Processo: 01400074688201428
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: R$ 230.725,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Elaboração de livro inédito de entrevistas com quarenta artistas visuais integrantes do que é denominada arte contemporânea brasileira. São entrevistas exclusivas e realizadas pelo escritor e crítico de arte Claudius Portugal, concedidas através de correio eletrônico por artistas plásticos brasileiros, desde 2007 até os dias de hoje. O livro terá tradução para o inglês.
1411668 - Vilanova Artigas. Casas paulistanas 1967-1981
Abílio da Silva Guerra Neto
CNPJ/CPF: 024.674.078-70
Processo: 01400075255201490
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 266.255,00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto propõe a publicação de livro sobre a produção arquitetônica do arquiteto João Batista Vilanova Artigas (1915-1985), com especial atenção sobre a produção de residências unifamiliares entre 1967-1981, que exemplificam a conformação do modelo da "casa paulista" adotada por importantes arquitetos de São Paulo. O livro reunirá desenhos originais e fotografias de época, conformando uma iconografia fundamental para a história da arquitetura brasileira do século 20.
1411296 - Wandecok - O Barroco Brasileiro nos dias de hoje
grazieadio social club eventos e produções ltda. me
CNPJ/CPF: 11.322.261/0001-44
Processo: 01400074725201406
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 858.741,92
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Edição de livro de arte contendo obras e a descrição das técnicas utilizadas por um dos principais representantes do Barroco Brasileiro nos dias de hoje, o artista conhecido como Wandecok. Realizar exposição com obras do artista em 3 importantes cidades brasileiras. Ministrar Oficinas e palestras sobre o Barroco Brasileiro para artistas, estudantes e público em geral interessado em ampliar seu conhecimento no estilo, como uma das importantes contrapartidas do projeto.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
1410513 - DJ Thascya
Thascya Spirandelli Nogueira
CNPJ/CPF: 082.943.116-00
Processo: 01400064656201414
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado R$: 454840.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é a gravação e lançamento do primeiro fonograma autoral da DJ Thascya, neste trabalho serão gravadas 09 faixas autorais, compostas pela própria DJ e/ou por parceiros. Este trabalho também contará com a participação de músicos convidados de renome nacional e internacional dentro da cena musical eletrônica e de convidados que fazem parte do cancioneiro popular nacional. Para o lançamento deste trabalho será realizado um grande show na cidade natal da DJ, Uberlândia - MG, neste show o resultado do trabalho será apresentado ao público interessado e a convidados especiais como músicos, jornalistas e produtores.
149164 - Espetáculo Fenda - Musica com respeito ao Meio Ambiente
MOISES DE OLIVEIRA MACHADO
CNPJ/CPF: 112.360.600-59
Processo: 01400059561201489
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: 377318.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Fenda é um projeto musical com 15 composições da autoria de Sérgio Copetti, dividas com alguns parceiros, ele trata de maneira simples a natureza, sua fauna e flora e abrange as peculiaridades da nossa cidade e região. Todas as canções trazem na batida uma mistura de rítimos brasileiros, o que também é um dos propósitos do projeto, divulgar ritmos brasileiros e suas influências latino-americanas, como xote, baião, samba, ijexá, chamamé, marcha-rancho, entre outros.
149518 - Festival Instrumental TODO ROCK
Danilo Paiva Lúcio
CNPJ/CPF: 047.030.414-64
Processo: 01400059998201412
Cidade: Jaboatão dos Guararapes - PE;
Valor Aprovado R$: 592400.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o TODO ROCK, primeiro festival de Rock instrumental em Recife - PE, cujo perfil é promover trocas e comunhão de bandas iniciantes e experientes de rock pernambucano, com bandas e artistas nacionais e internacionais, realizando Jam-Sessions e Masterclasses durante dois dias. Dando-lhe visibilidade, na mídia local e externa além de oportunidades para desenvolvimento a partir de formação/capacitação e amadurecimento técnico e artístico. Shows serão realizados ao ar livre e gratuitos.
149588 - FESTIVAL INTERCOLEGIAL DE MÚSICA
Itamar stopato da fonseca
CNPJ/CPF: 175.325.868-55
Processo: 01400060083201450
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: 857780.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a criação de um festival de música para estudantes de escolas públicas e particulares de Belo Horizonte e Região Metropolitana, visando ao desenvolvimento de jovens músicos por meio do estimulo das artes. A Proposta prevê a criação de um espaço continuo para novos músicos e talentos a fim de valorizar o convívio social e cultural de jovens estudantes por meio da música e sua integração com as artes, através da participação de atividades de artes plásticas, artes cênicas, esporte e literatura dentro da programação do festival de música. Esta ação propiciará a diminuição dos riscos de vulnerabilidade entre os jovens.
149323 - Maratona Cultural - 5ª edição
Instituto Maratona Cultural
CNPJ/CPF: 16.832.939/0001-52
Processo: 01400059777201444
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: 795940.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A "Maratona Cultural de Florianópolis" visa a promoção e difusão de diversas manifestações artísticas. Em 2015 a Maratona Cultural chega a sua 5ª edição, com previsão para acontecer nos dias 20, 21 e 22 de Março de 2015. Ao longo das mais de 36 horas de programação,diversos artistas levarão para os palcos, ruas e praças da grande Florianópolis suas produções artísticas, sejam elas de música, dança, teatro, cinema, artes visuais, circo e intervenções urbanas, todas de maneira gratuita.
1410750 - MUSICA FALADA
CIDADE DA MUSICA ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 11.143.113/0001-62
Processo: 01400070838201424
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 372350.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto MUSICA FALADA, é uma iniciativa que traz um programa de rádio para o palco, co uma forma criativa de envolver o artista e seu público em um momento intimista, onde além de cantar, conta a história da carreira o trabalho que foi consolidado, conquistando seu espaço no cenário musical baiano. Serão realizada 4 apresentações a cada trimestre uma apresentação.
1410648 - SAMBABOOK DONA IVONE LARA
MUSICKERIA ENTRETENIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 16.098.086/0001-77
Processo: 01400070685201415
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 3069603.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O SAMBABOOK DONA IVONE LARA tem como escopo a produção de conteúdo multiplataforma nos formatos CD - Volumes 1 e 2, DVD musical incluindo depoimentos e entrevistas, Livro discobiográfico ilustrado, Fichário de Partituras, Website, Aplicativos e Box Especial para registrar o trabalho da cantora Dona Ivone Lara. O lançamento do SAMBABOOK DONA IVONE LARA ocorrerá em shows musicais no Rio de Janeiro e em São Paulo.
144672 - Semana Cultural da Juventude Ipiranguense
Mailson Fontes de Carvalho
CNPJ/CPF: 005.461.163-61
Processo: 01400013092201451
Cidade: Ipiranga do Piauí - PI;
Valor Aprovado R$: 601582.50
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A Semana Cultural da Juventude Ipiranguense é uma programação eclética e destinada a todas as faixas etárias e sociais, que busca resgatar e preservar a cultura local do Piauí, com shows e apresentações artísticas e folclóricas.
148680 - Turnê Comemorativa 10 anos de Fernandinho
Faz Chover Produções Artísticas e Musicais Ltda Me
CNPJ/CPF: 39.702.550/0001-98
Processo: 01400041426201487
Cidade: Campos dos Goytacazes - RJ;
Valor Aprovado R$: 6583200.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Durante 14 meses o cantor Fernandinho viajará pelas principais cidades do Brasil cantando seus principais louvores que são sucesso dentro e fora do público gospel, comemorando juntamente com este público seus 10 anos. Tido pela crítica como cantor responsável pela mudança de estilo musical evangélico, ele buscará durante a turnê reforçar que a melhor maneira de se chegar a Deus é cantando e louvando o seu nome.
1410336 - VIRADA CULTURAL DA AMAZÔNIA
Samira Abe Rodrigues
CNPJ/CPF: 003.512.852-61
Processo: 01400064408201473
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado R$: 294200.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto que visa realizar a I VIRADA CULTURAL AMAZÔNICA, na capital amapaense. O atual contexto demonstra a importância desta realização, que irá atuar na integração artístico-cultural produzida por amazônidas.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
1411557 - Devarim
Associação Religiosa Israelita do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 33.642.265/0001-42
Processo: 01400075087201432
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 265050.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resumo do Projeto: O projeto ora apresentado, destina-se ao suporte operacional e financeiro de três edições da revista Devarim, possibilitando o desenvolvimento e continuidade da sua publicação em regime quadrimestral com 3.000 exemplares cada uma, totalizando 9000 exemplares as três edições.
1411208 - Fazenda Cultural - Encontros Literários
COBALTO PRODUCOES, PROJETOS, EDITORA E COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.972.043/0001-52
Processo: 01400074630201484
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado R$: 634964.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Projeto de oficinas literárias. 10 oficinas com duração de 64 horas cadas, sendo que cada oficina receberá 20 alunos. O objetivo do projeto é discutir a arte escrita, abrindo espaço para a criação livre. A oficina será ministrada por professor e escritor profissional. Ao final do projeto será produzida uma coletânea com os contos e crônicas produzidos pelos próprios alunos.
1410699 - Ô de Casa! - Preciosidades de Escritores Brasileiros em seus Acervos
Jennifer Pereira Gomes
CNPJ/CPF: 002.817.133-08
Processo: 01400070772201472
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado R$: 287741.00
Prazo de Captação: 21/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Ô DE CASA! - PRECIOSIDADES DE ESCRITORES BRASILEIROS EM SEUS ACERVOS tem como principal objetivo incentivar a leitura ao proporcionar o contato dos leitores com escritos originais de variados autores nacionais, em especial os que atuaram na região nordeste. Num primeiro momento serão recebidas as obras de autores nordestinos, em seguida (ou de forma intercalada) autores de outras regiões do país "visitarão" o projeto. Serão palestras mensais, ao longo do ano de 2015, nas quais curadores e pesquisadores dos arquivos terão a oportunidade de compartilhar suas experiências da escrita e leitura desses escritores com o público. Será dada ênfase ao material das instituições guardiãs em questão relacionado à prática de leitura efetuada pelos escritores selecionados, na intenção de reforçar o fato de a leitura ser a base em que se

PORTARIA N° 773, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 11812 - ARQUIVO ELOMAR FIGUEIRA MELLO
Associação Cultural Fundação Casa dos Carneiros
CNPJ/CPF: 09.422.425/0001-63
BA - Vitória da Conquista
Valor reduzido em R$: 35,42

Ministério da Educação

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
DIRETORIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH em outra unidade da federação.

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, no uso das atribuições que lhe confere o seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e

Considerando o disposto no inciso V do art. 4º da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011;

Considerando o disposto no inciso XIII, art. 25, do Regimento Interno da Ebserh;

Considerando o Contrato de Gestão Especial Gratuita celebrado entre a Ebserh e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), para a Gestão do Hospital Universitário da UFPel, resolve:

Art. 1º Criar a filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, no município de Pelotas-RS, objetivando a gestão do Hospital Universitário da Universidade Federal de Pelotas, localizado na rua Professor Doutor Araújo, 538, Centro, Pelotas, RS, CEP 96020-360..

Art. 2º Autorizar o Diretor Administrativo Financeiro da Ebserh a praticar todos os atos necessários à realização dos registros pertinentes nos órgãos competentes das esferas federal, estadual e municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RUBENS REBELATTO
Diretor Executivo

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.368, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.005445/2013-37/Departamento de Psicologia/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 25/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Psicologia/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para as Matérias de Ensino: Psicologia Geral, Teorias e Sistemas, homologado através da Portaria nº 3.927, de 22/11/2013, publicada no D.O.U. de 25/11/2013, seção 1, página 25.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 2.370, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.012463/2013-75/Departamento de Museologia/Campus de Laranjeiras, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 28/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Assistente-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 012/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Núcleo de Museologia/Campus de Laranjeiras, elevado à categoria de Departamento através da Resolução nº 60/2014/CONSU, de 20/10/2014, para a Matéria de Ensino: Artes, homologado através da Portaria nº 3.947, de 27/11/2013, publicada no D.O.U. de 28/11/2013, seção 1, página 63.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta nº 43, de 25/08/2014, publicada no DOU de 26/08/2014, Seção 1, página 12, onde se lê: "Art. 1º Fica credenciamento, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária - FUNAPE..." leia-se: "Art. 1º Fica credenciada, pelo período de 02 (dois) anos, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre - FUNDAPE...".

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 714, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, conforme consta da Nota Técnica nº 1090/COREAD/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Torna-se sem efeito o disposto na linha 228 do Anexo da Portaria nº 707, de 18 de dezembro de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.565, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 16/01/2015, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2013, DOU de 19/08/2013, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 60, DOU de 16/01/2014.

FACULDADE DE FARMÁCIA
Departamento: DEPTO. DE ANÁLISES BROMATOLÓGICAS
Área de Conhecimento: Bromatologia
Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE
INST MULTIDISC EM SAUDE/ CAMPUS VITORIA CONQUISTA
Área de Conhecimento: Alimentação Coletiva
Classe: ASSISTENTE A Regime de Trabalho: DE
Área de Conhecimento: Nutrição Dietética e Nutrição Clínica
Classe: ASSISTENTE A Regime de Trabalho: DE
Área de Conhecimento: Psicanálise e Processos em Saúde
Classe: ASSISTENTE A Regime de Trabalho: DE

ROSILDA ARRUDA FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PORTARIA Nº 1.499, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 14 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2012, resolve:

Descentralizar crédito orçamentário da ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, PTRES: 061072, Fonte 0112, através da Nota de Credito n°2014NC000012, para a Escola de Administração Fazendária - ESAF, objetivando subsidiar o Termo de Execução Descentralizada 02/2014, processo nº 23091.004791/2014-84, com o objeto de realizar o curso de assessoria e secretariado. Fundamentação Legal: Decreto nº 6.170/07 e Portaria Interministerial nº 507/10. Valor: R$ 9.136,00, conforme resumo abaixo:

Elemento de Despesa - Especificações	Valor
33.90.30 - Material de Consumo	R$ 932,00
33.90.36 - Outros serviços de pessoas físicas	R$ 5.800,00
33.90.39 - Outros serviços de pessoas jurídicas	R$ 1.244,00
33.91.47 - Obrigações tributárias	R$ 1.160,00
TOTAL	R$ 9.136,00

JOSÉ DE ARIMATEA DE MATOS

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 59, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato COTEPE/ICMS 09/08, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ -, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, na sua 228ª reunião extraordinária, realizada no dia 20 de novembro de 2014, em Brasília, DF, considerando o disposto no Ajuste SINIEF 2/09, de 03 de abril de 2009, e o disposto nos §§ 1º e 2º da cláusula terceira do Convênio ICMS 17/13, de 12 de abril de 2013, resolve:

Art. 1º Os dispositivos a seguir indicados do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital - EFD, Anexo Único, do ATO COTEPE/ICMS 09/08, de 18 de abril de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - o tipo (coluna tipo) do campo 11 - COD_LST do registro 0200 - Tabela de Identificação do Item (Produtos e serviços) de "N" para "C";

II - o tamanho (coluna Tam) do campo 11 - COD_LST do registro 0200 - Tabela de Identificação do Item (Produtos e serviços) de "004" para "005".

Art. 2º Ficam acrescidos os seguintes códigos na Tabela de Classificação de Itens de Energia Elétrica, Serviços de Comunicação e Telecomunicação, Grupo 11 Cessão de Meios de Rede, do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital - EFD, Anexo Único, do ATO COTEPE/ICMS 09/08, com a seguinte redação:

Código	Descrição
1105	Lançamento de ICMS proporcional às saídas isentas, não tributadas ou com redução de base de cálculo
1106	Lançamento de ICMS proporcional às cessões de meios destinada a consumo próprio
1107	Lançamento de ICMS complementar, na condição de responsável tributário

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 20 de novembro de 2014

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 213 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Data System Softwares Ltda EPP	00.541.642/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2532014, nome: SIAC PAF, versão: 4.1, código MD-5: 9398E2C73F251EA61C704AAACFC89D3B *SIACPAF
Secrel Soluções de Informática Ltda	03.240.156/0001-38	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2942014, nome: Nexgen PDV, versão: 2.3.1, código MD-5: A284865CE6A228A7119A11D3C0A18B43 *PDV

2. Instituto de Tecnologia do Paraná - TEC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
J.R.W - Automação de Negócios e Tecnologia Ltda - ME	04.718.476/0001-13	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: TEC0332014, nome: Consolé, versão: 2.5, código MD-5: ED95A559953BA0D63D0D2139D0E2A1EA

3. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Method Comércio e Serviço de Informática Ltda	82.882.903/0001-08	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNS0552014, nome: SGM, versão: 2.2, código MD-5: c2935226b7b498aee4962d642527f953 uSGM

4. Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FSO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Alterdata Tecnologia Em Informática LTDA	36.462.778/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: FSO0372013R2, nome: PDV Alterdata, versão: 6.1353.5, código MD5: BB833E5F450FBF66587F41ADFF963436

5. Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
New Update Sistemas de Informática Ltda.	09.203.932/0001-06	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: INA0272014, nome: NewPos, versão: 3.6.2B17, código MD-5: 601fd85938e7bbec5f63fa6605cd8380

6. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SHERWIN-WILLIANS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	60.872.306/0001-60	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0502014, nome: STORE FRONT, versão: 5.0, código MD-5: 773D1BDD48C3BBFF1CE83FB2EE4C4B94

7. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Useall Software Ltda	03.907.818/0001-80	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0382014R1, nome: Useall Loja, versão: 1.3.5.0, código MD-5: ae0a147db62aa2d69b1abb1cf404abc2 *Useall_Loja

8. Faculdades Integradas Espírito-Santenses - FAESA

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VALE S/A	33.592.510/0262-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número FAE0272014, nome: SGP Web, versão: 2014.11, código MD-5: AD5666AD50A4C15EC62857CF040B66C3

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 214 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
F&J Comercio e Serviços de Informática Ltda - ME	05.510.526/0001-35	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL2952014, nome: InfoPDV, versão: 5.1, código MD-5: 67C1029DA5ABEB1BE077AB9262BA27FA *INFOPDV
SUPERSYS SOLUÇÕES EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA ME	11.914.502/0001-44	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL0562014, nome: SUPERSYSPDV, versão: 3.1, código MD-5: 621C4B8761FB2B43FEB09A6AEEF60F24 *SUPERSYSPDV

2. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Gdoor Sistemas Ltda EPP	09.358.661/0001-68	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNO1752014, nome: GDOOR, versão: 2015, código MD-5: D633066AC6CE095EB7B67640E181A755

3. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PSP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Linx Sistemas e Consultoria LTDA	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PSP0542014, nome: SPRESSCOM, versão: 2.5.2, código MD-5: 1f974fab40c8216808e5bfb8d9d661e8

4. Universidade Federal de Goiás - UFG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CANION EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	37.410.933/0001-67	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UFG0142014, nome: ORION PDV, versão: 1.0.0.34, código MD-5: 1c6424b5ec393663b83b5e37ba017601 *OrionPDV
SIAGRI SISTEMAS DE GESTÃO LTDA.	02.435.301/0001-73	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UFG0152014, nome: SIAGRI AGRIBUSINESS - PONTO DE VENDAS, versão: 3.5.16.0, código MD-5: 67435327fb18a55ffc56f295143378e0 *SAgrVecf

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Versátil Processamento de Dados LTDA ME	04.718.426/0001-36	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: IPT0662014, nome: Versátile Expert, versão: 6.0, código MD-5: f531ba31ed87fd8cd258b831792afb93 vendas

6. Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
SOFTMOBILI COMERCIO DE SISTEMAS LTDA	09.351.070/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0412014, nome: MOBILI, versão: 1.7, código MD5: 213990e94a17a7c2a3de09f0bc4e2e48
Automatiza Consultoria e Sistemas Ltda	03.598.403/0001-72	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0422014,nome:SHOPSYSTEM WEB, versão: 4.0, código MD5: 77a40c934fbe7cfdc7be251ddd892fb6
Cheina Informática LTDA.	00.543.160/0001-87	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0432014, nome: Cheina PDV , versão: 14.6, código MD5: 51A1F0A729436DEA153F22DE2E531CA 8

7. Universidade Católica Dom Bosco - UDB

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
HAR-SOFTWARE INFORMATICA LTDA.	11.019.568/0001-70	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UDB0182014, nome: GERENTE STATUS, versão:3.0, código MD-5: 5470971bbda36e6ad8a62f6f97932538

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Anexo do Único do Protocolo ICMS 10, de 21 de março de 2014, publicado no DOU de 26 de março de 2014, Seção 1, páginas 45 a 47:

onde se lê:

"...V - MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
55.2	2103.90.21 2103.90.91	Condimentos...

...",

leia-se:

"...V - MOLHOS, TEMPEROS E CONDIMENTOS

ITEM	NCM/SH	DESCRIÇÃO
55.2	2103.90.21 2103.90.91	Condimentos...

...".

Na cláusula primeira do Protocolo ICMS 24/13, de 13 de março de 2013, publicado no DOU de 14 de março de 2013, Seção 1, página 14:

onde se lê:

"XXIV - VINHOS

ITEM	Espécies de bebidas	PREÇO FINAL
1.1	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, importados	----------
1.2	Produtos nacionais classificadas na posição 2204.10 da NCM/SH	----------
1.3	vinhos, cavas, champagnes, espumantes, filtrados doces, proseccos, sangria e sidras, nacionais, exceto produtos nacionais classificados na posição 2204.10 da NCM/SH	----------
24.4	Demais bebidas	----------

",

leia-se:

"XXIV - VINHOS

ITEM	Espécies de bebidas	PREÇO FINAL
24.4	Demais bebidas	----------

".

No Ato COTEPE/ICMS 46/14, de 11 de agosto de 2014, publicado no DOU de 14 de agosto de 2014, Seção 1, páginas 15 a 33:

onde se lê: "Art. 3º Fica acrescido o art. 7º ao Ato COTEPE ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

Art. 7º O PAF-ECF deverá ter a...";

leia-se: "Art. 3º Fica acrescido o art. 9º ao Ato COTEPE/ICMS 09/13, de 13 de março de 2013, com a seguinte redação:

Art. 9º O PAF-ECF deverá ter a...".

Na Cláusula primeira do Convênio ICMS 40/14, de 31 de março de 2014, publicado no DOU de 1 de abril de 2014, Seção 1, página 14, onde se lê: "Palivizomabe", leia-se: "Palivizumabe".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 136/14, de 28 de julho de 2014, publicado no DOU de 29 de julho de 2014, Seção 1, página 16, onde se lê "...Nº 136 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ...", leia-se "...Nº 137 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ...".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 175/14, de 18 de setembro de 2014, publicado no DOU de 22 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 28 e 29, onde se lê: "2. Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA", leia-se: "6. Faculdades Integradas Espírito Santenses - FAESA".

No Despacho do Secretário-Executivo nº 178/14, de 19 de setembro de 2014, publicado no DOU de 22 de setembro de 2014, Seção 1, página 29,

a)onde se lê: "...Denúncia, pelo Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 32/82.", leia-se: "...Denúncia, pelo Estado de Pernambuco, do Protocolo ICMS 32/92.";

b)onde se lê: "... de 2014, o Protocolo ICMS 32/82 - Dispõe...", leia-se: "... de 2014, o Protocolo ICMS 32/92 - Dispõe...".

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.513, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.491, de 19 de agosto de 2014, que dispõe sobre os débitos a serem pagos à vista ou incluídos nos parcelamentos especiais na forma e condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 33 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 5º da Portaria MPS nº 133, de 2 de maio de 2006, e na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.491, de 19 de agosto de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Poderão ser objeto de pagamento à vista ou incluídos nos parcelamentos na forma e condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 30 de julho de 2014, os débitos ainda não declarados, vencidos até 31 de dezembro de 2013, em relação aos quais o sujeito passivo esteja obrigado à apresentação de declaração à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e se encontre omisso, desde que seja apresentada a respectiva declaração até 1º de dezembro de 2014.

....." (NR)

"Art. 2º .....

.....

§ 4º Nas hipóteses previstas nos incisos I e III do caput, os débitos declarados que não sejam pagos à vista ou se refiram a parcelamento que venha a ser rescindido serão encaminhados para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU).

....." (NR)

"Art. 5º .....

.....

II - o sujeito passivo desista de forma irrevogável da manifestação de inconformidade, do recurso administrativo ou da ação judicial proposta, observados a forma e o prazo disciplinados no art. 8º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, de 2014, caso o débito esteja com exigibilidade suspensa." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de matérias-primas destinadas à produção de biodiesel.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 47-A e 47-B da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na aquisição de matérias-primas destinadas à produção de biodiesel.

TÍTULO I

DAS NORMAS APLICÁVEIS A PARTIR DA VIGÊNCIA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

Art. 2º O disposto neste Título aplica-se às operações ocorridas após o início da vigência desta Instrução Normativa.

Art. 3º Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes das vendas de matéria-prima in natura de origem vegetal destinada à produção de biodiesel, quando efetuadas por:

I - pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária;

II - cooperativa de produção agropecuária; ou

III - pessoa jurídica cerealista.

§ 1º Para efeitos do disposto no caput, entende-se por:

I - atividade agropecuária, as atividades econômicas a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - cooperativa de produção agropecuária, a sociedade cooperativa que exerça a atividade de comercialização da produção agropecuária de seus cooperados, podendo também realizar o beneficiamento dessa produção; e

III - cerealista, a pessoa jurídica que exerça cumulativamente as atividades de limpar, padronizar, armazenar e comercializar matérias-primas de origem vegetal destinadas à produção de biodiesel.

§ 2º Nas hipóteses em que aplicável, a suspensão de que trata o caput do art. 3º é obrigatória, ressalvadas as hipóteses de suspensão de incidência estabelecidas no art. 29 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Art. 4º A aquisição de produtos alcançados pela suspensão de incidência de que trata o art. 3º não gera direito ao desconto de créditos presumidos ou dos créditos de que tratam o art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 5º Nas notas fiscais relativas às vendas efetuadas com a suspensão de incidência de que trata o art. 3º deve constar a expressão "Venda efetuada com suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins prevista no art. 47-A da Lei nº 12.546, de 2011".

TÍTULO II

DAS NORMAS APLICÁVEIS A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 2013

Art. 6º A partir de 10 de outubro de 2013, a pessoa jurídica produtora de biodiesel poderá descontar da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins créditos presumidos apurados na forma estabelecida pela legislação que disciplina a aplicação dos arts. 29 a 32 da Lei nº 12.865, de 2013.

TÍTULO III

DAS NORMAS APLICÁVEIS ÀS OPERAÇÕES OCORRIDAS ENTRE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 E 9 DE OUTUBRO DE 2013

Art. 7º O disposto neste Título aplica-se somente aos bens adquiridos ou recebidos entre 15 de dezembro de 2011 e 9 de outubro de 2013.

CAPÍTULO I

DA SUSPENSÃO DA INCIDÊNCIA APLICÁVEL A OPERAÇÕES OCORRIDAS ENTRE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 E 9 DE OUTUBRO DE 2013

Art. 8º Fica convalidada a suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda de soja in natura a pessoas jurídicas produtoras de biodiesel aplicada com base no art. 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, entre 15 de dezembro de 2011 e 9 de outubro de 2013, desde que a aplicação da suspensão tenha sido informada de forma expressa na nota fiscal que acobertou a operação.

Parágrafo único. É vedada à pessoa jurídica que aplicou a suspensão de que trata o caput a apuração de créditos vinculados às receitas de vendas efetuadas com suspensão.

Art. 9º Fica convalidada a suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicada com base no art. 47-A da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, entre 15 de dezembro de 2011 e 9 de outubro de 2013, em operações de vendas a pessoas jurídicas produtoras de biodiesel, desde que a aplicação da suspensão tenha sido informada de forma expressa na nota fiscal que acobertou a operação.

Parágrafo único. É vedada à pessoa jurídica que aplicou a suspensão de que trata o caput a apuração de créditos vinculados às receitas de vendas efetuadas com suspensão.

CAPÍTULO II

DO CRÉDITO PRESUMIDO APLICÁVEL A OPERAÇÕES OCORRIDAS ENTRE 15 DE DEZEMBRO DE 2011 E 9 DE OUTUBRO DE 2013

Seção I

Do Crédito Presumido Estabelecido pelo art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004

Subseção I

Do Direito ao Desconto dos Créditos Presumidos

Art. 10. Ficam convalidados os créditos presumidos de que trata o art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, regularmente apurados em relação à aquisição ou ao recebimento de soja in natura por pessoa jurídica produtora de biodiesel.

Parágrafo único. Consideram-se regularmente apurados os créditos de que trata o caput se observadas as disposições da Instrução Normativa SRF nº 660, de 17 de julho de 2006, vigentes à época da operação, especialmente:

I - a aplicação de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na forma prevista no art. 8º;

II - a utilização da soja in natura adquirida ou recebida na fabricação de produtos destinados à alimentação humana ou animal vendidos a terceiros; e

III - a sujeição da pessoa jurídica que apurou os créditos presumidos de que trata o caput ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Subseção II

Da Forma de Utilização do Crédito Presumido

Art. 11. Os créditos presumidos apurados na forma prevista no art. 10 somente podem ser utilizados para desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas pela pessoa jurídica, não podendo ser objeto de compensação com outros tributos ou de pedido de ressarcimento, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

Art. 12. Ficam convalidadas as utilizações, realizadas entre 15 de dezembro de 2011 e 9 de outubro de 2013, dos créditos presumidos apurados na forma prevista no art. 10 para desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas pela pessoa jurídica.

Seção II

Do Crédito Presumido Estabelecido pelo art. 47 da Lei nº 12.546, de 2011

Art. 13. É vedada a apuração do crédito presumido de que trata esta Seção se, em relação à mesma operação, a pessoa jurídica tiver apurado qualquer dos créditos referidos:

I - no art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e no art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003; ou

II - no art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, e convalidados na forma prevista na Seção I deste Capítulo.

Subseção I

Do Direito ao Desconto dos Créditos Presumidos

Art. 14. A pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins poderá descontar dessas Contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física ou recebidas de cooperado pessoa física entre 15 de dezembro de 2011 e 9 de outubro de 2013 e utilizadas como insumo na produção de biodiesel.

§ 1º O disposto no caput aplica-se também às aquisições de matérias-primas de origem vegetal destinadas à produção de biodiesel de:

I - pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária;

II - cooperativa de produção agropecuária; ou

III - pessoa jurídica cerealista.

§ 2º Para efeitos do previsto no § 1º deste artigo, aplica-se o disposto no § 1º do art. 3º.

§ 3º O direito ao crédito presumido de que trata este artigo aplica-se somente aos bens:

I - adquiridos ou recebidos de pessoa física residente ou domiciliada no País; ou

II - adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no País, desde que, em relação à operação, tenha sido aplicada suspensão de incidência na forma prevista no art. 9º.

§ 4º É vedado às pessoas jurídicas de que trata o § 1º o aproveitamento do crédito presumido de que trata o caput.

Subseção II

Do Cálculo do Crédito Presumido

Art. 15. O montante do crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins será determinado mediante aplicação, respectivamente, dos percentuais de 0,825% (oitocentos e vinte e cinco milésimos por cento) e de 3,8% (três inteiros e oito décimos por cento) sobre o valor das matérias-primas adquiridas e utilizadas como insumo na produção de biodiesel.

Subseção III

Da Forma de Utilização do Crédito Presumido

Art. 16. Os créditos presumidos apurados na forma prevista no art. 14 somente podem ser utilizados para desconto do valor devido a título de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

Art. 17. Ficam convalidadas as utilizações, realizadas entre 15 de dezembro de 2011 e a data de publicação desta Instrução Normativa, dos créditos presumidos apurados na forma prevista no art. 14, para desconto do valor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apuradas pela pessoa jurídica.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 18. As pessoas jurídicas que apurarem o crédito presumido de que trata o Capítulo II deste Título deverão manter, para cada período de apuração, controle contábil que, em relação às matérias-primas adquiridas, discrimine:

I - a origem, especificando se provenientes de:

a) pessoa física;

b) cooperado pessoa física;

c) pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária;

d) cooperativa de produção agropecuária; ou

e) pessoa jurídica cerealista; e

II - a destinação.

Art. 19. O saldo dos créditos presumidos de que tratam a Seção I e a Seção II deste Capítulo deve ser controlado durante todo o período de sua utilização.

Art. 20. As pessoas jurídicas que apurarem o crédito presumido de que trata o Capítulo II deste Título deverão apurar e registrar, de forma segregada, discriminados em função da natureza e origem, os créditos:

I - de que tratam o art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, observadas, no que couber, as disposições dos seus §§ 8º e 9º, o art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, observadas, no que couber, as disposições dos seus §§ 8º e 9º, e os arts. 15 e 17 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; e

II - presumidos previstos na legislação de regência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Aprovo o Parecer Normativo anexo.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

ANEXO

PARECER NORMATIVO Nº 10, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Assunto. Adicional da alíquota da Cofins-Importação estabelecido pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004.

Ementa.

O adicional de alíquota da Cofins-Importação estabelecido pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

a) entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de julho de 2013 (período de vigência das redações do mencionado dispositivo conferidas pelo art. 21 da Medida Provisória nº 540, de 2011, pelo art. 21 da Lei nº 12.546, de 2011, pelo art. 43 da Medida Provisória nº 563, de 2012, e pelo art. 53 da Lei nº 12.715, de 2012), incidia apenas nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, que se submetiam à alíquota da Cofins-Importação estabelecida no inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

b) a partir de 1º de agosto de 2013 (início da vigência da redação do citado dispositivo dada pelo art. 18 da Medida Provisória nº 612, de 2013) incide nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, estejam elas submetidas às alíquotas da Cofins-Importação estabelecidas no inciso II caput ou nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

c) deve ser aplicado na importação de produto integrante de seu campo de incidência mesmo que em relação a tal produto exista redução, parcial ou total, ou majoração da alíquota da Cofins-Importação, concedida diretamente pelo art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou por ato infralegal, sejam as alíquotas aplicáveis ad valorem ou específicas;

d) não incide na importação de produtos que não são citados no art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e que sofrem a incidência da Cofins-Importação mediante a aplicação de alíquotas estabelecidas em dispositivo legal diverso deste;

e) não incide na importação de produtos alcançados por imunidade da Cofins-Importação, seja em razão da pessoa importadora ou do produto importado;

f) não deve ser cobrado na importação de produtos alcançados por isenção da Cofins-Importação, seja em razão da pessoa importadora ou do produto importado;

g) não deve ser cobrado na importação de produtos alcançados por suspensão total da incidência, do pagamento ou da exigência da Cofins-Importação;

h) incide ordinariamente na importação de produtos alcançados por suspensão parcial da incidência, do pagamento ou da exigência da Cofins-Importação, limitando-se apenas sua cobrança à mesma proporção e ao mesmo prazo que forem aplicados na cobrança da contribuição.

Na hipótese de a Cofins-Importação ser apurada mediante a aplicação de alíquota específica, o adicional deve ser calculado com base no valor aduaneiro do bem importado, conforme inciso I do art. 7º da Lei nº 10.865, de 2004;

O pagamento do adicional da Cofins-Importação de que trata o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, não gera para seu sujeito passivo, em qualquer hipótese, direito de apuração de crédito da Cofins.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, art. 8º; Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, arts. 7º a 10, 21 e 23; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 21; Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, art. 43; Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, art. 53; Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013, art. 18; Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, art. 12.

Relatório

Cuida-se de analisar as características da incidência do adicional da alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) instituído pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

2. A redação remissiva do citado dispositivo e a grande quantidade de alterações em seu texto têm ocasionado divergências interpretativas acerca da norma jurídica decorrente.

3. Nesse contexto, dúvidas têm sido suscitadas e a falta de uniformidade na interpretação do preceito em referência tem gerado insegurança jurídica, tanto para os sujeitos passivos como para a Administração Tributária, impondo-se a edição de ato uniformizador acerca da matéria.

Fundamentos

4. O adicional da alíquota da Cofins-Importação foi instituído pela Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2011, simultânea e conjugadamente com a instituição da contribuição previdenciária sobre a receita, que substituiu a contribuição sobre a folha de salários de pessoas jurídicas de determinados setores econômicos, conforme se observa nos arts. 7º a 10, 21 e 23 da citada Medida Provisória.

5. Conforme apresentado nos itens 33 a 36 da Exposição de Motivos Interministerial nº 122 - MF/MCT/MDIC, que acompanha a Medida Provisória nº 540, de 2011, e reconhecido no Parecer Normativo nº 2, de 28 de maio de 2013, a instituição do adicional da Cofins-Importação objetivou restabelecer o equilíbrio concorrencial entre os produtos importados e os produtos nacionais, que poderia restar quebrado em razão da incidência da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, sobre a receita decorrente da venda dos produtos nacionais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014112100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. O mencionado adicional foi estabelecido pelo art. 21 da Medida Provisória nº 540, de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 8º As contribuições serão calculadas mediante aplicação, sobre a base de cálculo de que trata o art. 7º desta Lei, das alíquotas de:

I - 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), para o PIS/PASEP-Importação; e

II - 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), para a COFINS-Importação.

.....

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput fica acrescida de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) pontos percentuais, na hipótese da importação dos bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006:

I - nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00, 9404.90.00 e nos Capítulos 61 e 62;

II - nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00, 4205.00.00;

III - nos códigos 6309.00, 64.01 a 64.06; e

IV - nos códigos 94.01 a 94.03."

7. Após isso, a Medida Provisória nº 540, de 2011, foi convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, tendo o art. 21 desta Lei dado a seguinte redação para o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

"Art. 8º.....

.....

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) pontos percentuais, na hipótese da importação dos bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006:

I - nos códigos 3926.20.00, 40.15, 42.03, 43.03, 4818.50.00, 63.01 a 63.05, 6812.91.00 e 9404.90.00 e nos capítulos 61 e 62;

II - nos códigos 4202.11.00, 4202.21.00, 4202.31.00, 4202.91.00 e 4205.00.00;

III - nos códigos 6309.00 e 64.01 a 64.06;

IV - nos códigos 41.04, 41.05, 41.06, 41.07 e 41.14;

V - nos códigos 8308.10.00, 8308.20.00, 96.06.10.00, 9606.21.00 e 9606.22.00; e

VI - no código 9506.62.00."

8. Posteriormente, o art. 43 da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012, deu a seguinte redação ao referido § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

"Art. 8º.....

.....

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI, aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011."

9. Em seguida, a Medida Provisória nº 563, de 2012, foi convertida na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, cujo art. 53 deu a seguinte redação para o indigitado § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

"Art. 8º.....

.....

§ 21. A alíquota de que trata o inciso II do caput é acrescida de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto no 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011."

10. Adiante, o art. 18 da Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013, deu nova redação ao § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

"Art. 8º.....

.....

§ 21. As alíquotas da COFINS-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual, na hipótese de importação dos bens classificados na TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011, relacionados no Anexo I à Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011."

11. Por fim, antes que a Medida Provisória nº 612, de 2013, perdesse vigência, o art. 12 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, ratificou a redação que fora dada pela referida Medida Provisória ao § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, com a seguinte formatação:

"Art. 8º.....

.....

§ 21. As alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, relacionados no Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011."

12. Inicialmente, convém salientar que a estrutura redacional adotada para o art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, foi a seguinte: a) em seu caput, estabeleceram-se as alíquotas gerais, ordinárias, modais, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, aplicáveis como regra aos produtos cuja importação sujeita-se à incidência das citadas contribuições, sendo ad valorem tais alíquotas; b) em seus parágrafos, estabeleceram-se, em exceção às regras gerais constantes do caput, as alíquotas das mencionadas contribuições aplicáveis na importação de determinados produtos que sofrem tributação diferenciada (monofásica, concentrada, zerada, etc), podendo ser ad valorem ou específicas tais alíquotas; c) em seu § 21 foi estabelecido o adicional da Cofins-Importação em estudo.

13. Analisando-se cuidadosamente as diversas redações atribuídas ao aludido § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, verifica-se que:

a) as versões iniciais (redações dadas pela Medida Provisória nº 540, de 2011, pela Lei nº 12.546, de 2011, Medida Provisória nº 563, de 2012, e pela Lei nº 12.715, de 2012) estabeleceram que o adicional de alíquota da Cofins-Importação sobre que versam deveria ser aglutinado à "alíquota de que trata o inciso II do caput" do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e que as redações mais recentes (dadas pela Medida Provisória nº 612, de 2013, e pela Lei nº 12.844, de 2013) estabeleceram que o indigitado adicional deveria ser agregado às "alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo";

b) as primeiras versões (redações dadas pela Medida Provisória nº 540, de 2011, e pela Lei nº 12.546, de 2011) listavam em seus incisos os códigos da Tipi cujos produtos neles classificados deveriam se submeter ao adicional em estudo, ao passo que as versões posteriores (dadas pela Medida Provisória nº 563, de 2012, pela Lei nº 12.715, de 2012, pela Medida Provisória nº 612, de 2013, e pela Lei nº 12.844, de 2013) não trazem listagem própria, mas fazem referência ao Anexo à Lei nº 12.546, de 2011.

14. Nesse contexto, homenageando a estrutura redacional adotada para o art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, adrede explanada, e a literalidade do § 21 do citado artigo, impende reconhecer, como premissa fundamental deste Parecer, que, em qualquer das versões de redação do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, o conjunto de produtos submetidos à incidência do adicional da Cofins-Importação (seu campo de incidência) resulta da intersecção de dois conjuntos:

a) conjunto dos produtos cuja importação se sujeita à incidência da Cofins-Importação mediante a aplicação, inicialmente, da alíquota ad valorem prevista no inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e, posteriormente, das alíquotas ad valorem ou específicas previstas ao longo de todo o citado art. 8º (caput e parágrafos), conforme exposto no item "a" do parágrafo 13; e

b) conjunto dos produtos cujas pessoas jurídicas produtoras devem, em relação às receitas de suas vendas, apurar a contribuição previdenciária sobre a receita bruta instituída pelos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011 (observada a variação redacional apresentada no item "b" do parágrafo 13).

15. Com base nessa premissa, conclui-se que, enquanto vigentes as redações do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, dadas pela Medida Provisória nº 540, de 2011, pela Lei nº 12.546, de 2011, pela Medida Provisória nº 563, de 2012, e pela Lei nº 12.715, de 2012, o adicional da Cofins-Importação incidiu apenas na importação de produtos que, simultaneamente, tivessem sua importação onerada pela Cofins-Importação à "alíquota de que trata o inciso II do caput" do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e estivessem listados nos incisos do próprio § 21 do citado art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou no Anexo à Lei nº 12.546, de 2011. Diferentemente, nesse período, os produtos cuja importação estivesse sujeita às alíquotas da Cofins-Importação fixadas nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, não se submetiam à incidência do adicional da Cofins-Importação em estudo, ainda que listados nos incisos do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou no Anexo à Lei nº 12.546, de 2011.

16. Deveras, urge reconhecer que as versões textuais do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, que aludiam à "alíquota de que trata o inciso II do caput" do mencionado artigo como um dos parâmetros de determinação do campo de incidência do adicional da Cofins-Importação, acabaram limitando-o.

17. Consectariamente, deve-se admitir que, na vigência dessas versões textuais do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, foram excluídos do campo de incidência do indigitado adicional da Cofins-Importação os produtos cujas importações sofriam a incidência da aludida contribuição sob as alíquotas diferenciadas estabelecidas nos parágrafos do mencionado art. 8º.

18. A outro giro, também com base na premissa fixada no parágrafo 14, conclui-se que, a partir da redação do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, dada pela Medida Provisória nº 612, de 2013, e pela Lei nº 12.844, de 2013, atualmente vigente, o adicional da Cofins-Importação deve ser aplicado na importação de produtos em relação aos quais a Cofins-Importação incida com a aplicação de qualquer das alíquotas estabelecidas no art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, sejam mencionadas no caput ou nos parágrafos do citado artigo, desde que sejam listados no Anexo I da Lei nº 12.546, de 2011.

19. Neste ponto, insta salientar que o adicional da Cofins-Importação incide na importação de todos os produtos integrantes de seu campo de incidência, delimitado no parágrafo 14, independentemente:

a) da espécie de alíquota da Cofins-Importação aplicável, ad valorem (percentual) ou específica;

b) da ocorrência de redução, parcial ou total, da alíquota da Cofins-Importação aplicável, em razão de tratamento fiscal favorecido;

c) da ocorrência de majoração da alíquota da Cofins-Importação aplicável, em razão de regime monofásico ou de tributação concentrada;

d) da existência de ato infralegal (Decreto, etc) que, mediante autorização legal, reduza as alíquotas fixadas nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

e) da existência de remissão, nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, a dispositivos de outras leis.

20. Em outras palavras, na importação de produto participante de seu campo de incidência, o adicional da Cofins-Importação deve ser aplicado mesmo que em relação a tal produto exista redução, parcial ou total, ou majoração da alíquota da Cofins-Importação, concedida diretamente pelo art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou por ato infralegal.

21. Além disso, o adicional não deve ser agregado somente às alíquotas ad valorem da Cofins-Importação, mas também às alíquotas específicas (ad rem) previstas no art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004. Neste último caso, o adicional deve ser calculado com base no valor aduaneiro do bem importado, conforme inciso I do art. 7º da Lei nº 10.865, de 2004.

22. Deveras, as interpretações apresentadas nos parágrafos 19 a 21 decorrem de vários fatores:

a) não há qualquer ressalva legal que indique o contrário;

b) conforme explanado supra, a instituição do adicional da Cofins-Importação objetiva restabelecer o equilíbrio concorrencial entre os produtos importados e os produtos nacionais cuja produção esteja contemplada pela contribuição previdenciária sobre a receita instituída pelos arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011. Daí porque eximir quaisquer desses bens da incidência do adicional poderia prejudicar o mencionado equilíbrio concorrencial;

c) o adicional de alíquota da Cofins-Importação, como a nomenclatura deixa entrever, constitui meramente um fator de majoração da alíquota da contribuição aplicável a determinadas importações;

d) o legislador, na redação do dispositivo legal correlato, foi cuidadoso ao estabelecer o acréscimo de "um ponto percentual", e não de um por cento, à alíquota da Cofins-Importação aplicável na importação dos bens sujeitos ao adicional em análise, evitando qualquer dificuldade interpretativa acerca da forma de cálculo do acréscimo previsto.

23. Ademais, ainda com base na premissa estabelecida no parágrafo 14 deste Parecer, conclui-se que estão fora do campo de incidência do adicional da Cofins-Importação os produtos em relação aos quais as alíquotas de incidência da aludida contribuição não são tratadas no art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004. Esse fenômeno ocorre exclusivamente em relação aos produtos que não são citados no mencionado art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e cuja importação sofre a incidência da Cofins-Importação mediante a aplicação de alíquotas estabelecidas em dispositivo legal diverso deste, como ocorre, exemplificativamente, com alguns produtos elencados no art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

24. Certamente, a conclusão de não incidência apresentada no parágrafo 23 está desalinhada com a pesquisa teleológica encerrada no item "b" do parágrafo 22. Todavia, a menção expressa do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, inicialmente à "alíquota de que trata o inciso II do caput" e, posteriormente, às "alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo" não alberga conclusão diversa que inclua no campo de incidência do adicional da Cofins-Importação produtos não citados no referido art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004.

25. Ainda perquirindo as hipóteses de incidência do adicional da Cofins-Importação, urge ressaltar que descabe sua aplicação nos casos em que a importação do produto esteja beneficiada com imunidade ou isenção da Cofins-Importação, vinculadas à pessoa importadora ou ao produto importado, e com suspensão total da incidência, do pagamento ou da exigência da aludida contribuição, que, em geral, ocorre por força de regimes tributários especiais.

26. Essas impossibilidades de aplicação do adicional em testilha decorrem da própria natureza dos institutos da imunidade, da isenção e da suspensão total de pagamento. Decerto, no caso de imunidade sequer ocorre a incidência da Cofins-Importação na operação, o que também se estende a seu adicional. Já no caso de isenção e de suspensão total de pagamento, não se pode olvidar que a concessão de tais benefícios tributários objetiva, inequivocamente, desonerar por completo da citada contribuição a operação considerada, o que torna inviável a cobrança tanto da Cofins-Importação quanto de seu adicional.

27. Indubitavelmente, essa impossibilidade de aplicação do adicional não ocorre quando a importação do produto está beneficiada com alíquota zero da Cofins-Importação, dado que a redação do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, deixa claro que o percentual do adicional que institui deve ser acrescido às alíquotas da contribuição, independentemente de sua natureza ou valor.

28. Como explanado supra, o adicional de alíquota da Cofins-Importação constitui simplesmente um fator de majoração da alíquota da contribuição aplicável a determinadas importações, sendo particularidade sua apenas o fato de tal majoração não ter sido efetivada por elevação nominal das alíquotas da contribuição em lume aplicáveis na importação de cada produto eleito, mas por fixação de um fator geral de acréscimo aplicável na importação dos produtos elegíveis. Assim, considerando que, inquestionavelmente, a elevação nominal da alíquota da Cofins-Importação aplicável na importação de determinado produto (por exemplo, elevação de 7,6% para 7,9%) não afastaria a desoneração dessa importação concedida por imunidade, isenção, ou suspensão total da exigência da contribuição, deve-se concluir que a elevação dessa alíquota por meio da aplicação de um adicional, como no caso do adicional em estudo, também não tem o condão de afastar as mencionadas espécies de desoneração tributária.

29. Sem embargo, cumpre frisar que, nos casos de importação de produtos beneficiados com suspensão parcial da incidência, do pagamento ou da exigência da Cofins-Importação, o adicional da referida contribuição, caso incidente, deve ser aplicado ordinariamente, limitando-se apenas sua cobrança à mesma proporção e ao mesmo prazo que forem aplicados na cobrança da contribuição.

30. Obviamente, em qualquer dos casos citados nos parágrafos 25 a 29 (imunidade, isenção, e suspensão parcial ou total), se houver, em qualquer momento posterior à concessão do benefício, a exigência da Cofins-Importação, por extinção do regime especial tributário, fraude, descumprimento de condições ou qualquer outro motivo, haverá também a exigência do adicional da mencionada contribuição, nos mesmos momento, prazo e proporção.

31. Analisadas as regras relativas à incidência do adicional da Cofins-Importação, resta salientar que, em qualquer hipótese, o pagamento do mencionado adicional não gera para seu sujeito passivo direito de crédito da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

32. Acerca do direito à apuração de créditos da Cofins em relação à importação de bens sujeitos à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, a Lei nº 10.865, de 2004, estabelece precipuamente:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 15. As pessoas jurídicas sujeitas à apuração da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos termos dos arts. 2º e 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderão descontar crédito, para fins de determinação dessas contribuições, em relação às importações sujeitas ao pagamento das contribuições de que trata o art. 1º desta Lei, nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008)

(...)

§ 1º O direito ao crédito de que trata este artigo e o art. 17 desta Lei aplica-se em relação às contribuições efetivamente pagas na importação de bens e serviços a partir da produção dos efeitos desta Lei.

(...)

§ 3º O crédito de que trata o caput deste artigo será apurado mediante a aplicação das alíquotas previstas no caput do art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sobre o valor que serviu de base de cálculo das contribuições, na forma do art. 7º desta Lei, acrescido do valor do IPI vinculado à importação, quando integrante do custo de aquisição.

(...)

§ 8º As pessoas jurídicas importadoras, nas hipóteses de importação de que tratam os incisos a seguir, devem observar as disposições do art. 17 desta Lei:

(...)

Art. 17. As pessoas jurídicas importadoras dos produtos referidos nos §§ 1º a 3º, 5º a 10, 17 e 19 do art. 8º desta Lei e no art. 58-A da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, poderão descontar crédito, para fins de determinação da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, em relação à importação desses produtos, nas hipóteses:

(...)

§ 2º Os créditos de que trata este artigo serão apurados mediante a aplicação das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda, no mercado interno, dos respectivos produtos, na forma da legislação específica, sobre o valor de que trata o § 3º do art. 15 desta Lei.

(...)

§ 5º Na hipótese do § 8º do art. 8º desta Lei, os créditos serão determinados com base nas alíquotas específicas referidas no art. 23 desta Lei."

33. Com base nos dispositivos colacionados acima, identificam-se as diretrizes aplicáveis ao direito de creditamento em lume:

i) somente há direito de creditamento se houver efetivo pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação em relação à importação (Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, § 1º);

ii) a regra geral é que o crédito, quando permitido, seja calculado pela aplicação das alíquotas modais da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins previstas, respectivamente, no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 2002 (1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento)), e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 2003 (7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento)) (Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, § 3º);

iii) somente nas hipóteses expressamente previstas, o crédito, quando permitido, pode ser calculado pela aplicação de alíquotas diferentes daquelas mencionadas no item precedente (exemplificativamente, Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, § 8º e art. 17, §§ 2º e 5º).

34. Destarte, constata-se que, em nenhuma hipótese, o valor pago pelo importador a título de adicional da Cofins-Importação gera direito de creditamento. Com efeito, qualquer que seja a forma de incidência da Cofins-Importação sobre a importação de determinado produto (alíquota zero, modal ou majorada), a forma de creditamento obedecerá às diretrizes adrede explanadas, e, em nenhuma delas, se prevê a possibilidade de a alíquota utilizada para cálculo do valor do crédito considerar a incidência do adicional da Cofins-Importação sobre a operação.

35. Neste ponto, uma interpretação incorreta merece análise. Há quem defenda que, no caso em que a importação do produto esteja beneficiada com alíquota zero da Cofins-Importação, mas sujeita à incidência do adicional da Cofins-Importação em estudo, o crédito da Cofins poderia ser calculado pela aplicação da alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), correspondente à alíquota modal da Cofins, porque teria havido pagamento do adicional da Cofins-Importação.

36. Por certo, essa interpretação mostra-se completamente ilegal e subverte por completo os objetivos perseguidos com a instituição do aludido adicional da Cofins-Importação. Conforme demonstrado alhures, nem mesmo na hipótese em que a importação do produto está sujeita à alíquota modal da Cofins-Importação pode haver creditamento da Cofins em relação ao valor pago a título de adicional da Cofins-Importação. Dessarte, verifica-se que, em nenhuma hipótese, a ocorrência de pagamento do adicional da Cofins-Importação deve ser considerada para fins de creditamento da Cofins, pois o referido adicional guarda relativa independência em relação à Cofins-Importação.

37. Ademais, não se pode olvidar que o objetivo perseguido com a instituição do referido adicional foi restabelecer a isonomia concorrencial entre o produto importado e o produto nacional, que estaria em desvantagem devido à incidência da contribuição previdenciária de que tratam os arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011, sobre a receita decorrente de sua comercialização. Contudo, se prevalecesse a interpretação guerreada, o produto importado gozaria de ampla vantagem competitiva frente ao produto nacional, pois a pessoa jurídica importadora pagaria o adicional da Cofins-Importação à alíquota de 1% (um por cento) e apuraria crédito da Cofins à alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), o que se mostra absolutamente injustificável.

Conclusão

38. Diante do exposto, conclui-se que:

1) o adicional de alíquota da Cofins-Importação estabelecido pelo § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004:

a) entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de julho de 2013 (período de vigência das redações do mencionado dispositivo conferidas pelo art. 21 da Medida Provisória nº 540, de 2011, pelo art. 21 da Lei nº 12.546, de 2011, pelo art. 43 da Medida Provisória nº 563, de 2012, e pelo art. 53 da Lei nº 12.715, de 2012), incidia apenas nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, que se submetiam à alíquota da Cofins-Importação estabelecida no inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

b) a partir de 1º de agosto de 2013 (início da vigência da redação do citado dispositivo dada pelo art. 18 da Medida Provisória nº 612, de 2013) incide nas importações dos produtos referidos no § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, estejam elas submetidas às alíquotas da Cofins-Importação estabelecidas no inciso II caput ou nos parágrafos do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004;

c) deve ser aplicado na importação de produto integrante de seu campo de incidência mesmo que em relação a tal produto exista redução, parcial ou total, ou majoração da alíquota da Cofins-Importação, concedida diretamente pelo art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, ou por ato infralegal, sejam as alíquotas aplicáveis ad valorem ou específicas;

d) não incide na importação de produtos que não são citados no art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, e que sofrem a incidência da Cofins-Importação mediante a aplicação de alíquotas estabelecidas em dispositivo legal diverso deste;

e) não incide na importação de produtos alcançados por imunidade da Cofins-Importação, seja em razão da pessoa importadora ou do produto importado;

f) não deve ser cobrado na importação de produtos alcançados por isenção da Cofins-Importação, seja em razão da pessoa importadora ou do produto importado;

g) não deve ser cobrado na importação de produtos alcançados por suspensão total da incidência, do pagamento ou da exigência da Cofins-Importação;

h) incide ordinariamente na importação de produtos alcançados por suspensão parcial da incidência, do pagamento ou da exigência da Cofins-Importação, limitando-se apenas sua cobrança à mesma proporção e ao mesmo prazo que forem aplicados na cobrança da contribuição.

2) Nos casos citados nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do item 1 (imunidade, isenção, e suspensão parcial ou total), se houver, em qualquer momento posterior à concessão do benefício, a exigência da Cofins-Importação, por qualquer outro motivo, haverá também a exigência do adicional da mencionada contribuição, nos mesmos momento, prazo e proporção;

3) Na hipótese de a Cofins-Importação ser apurada mediante a aplicação de alíquota específica, o adicional deve ser calculado com base no valor aduaneiro do bem importado, conforme inciso I do art. 7º da Lei nº 10.865, de 2004;

4) O pagamento do adicional da Cofins-Importação de que trata o § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004, não gera para seu sujeito passivo, em qualquer hipótese, direito de apuração de crédito da Cofins.

À consideração superior.

RONI PETERSON BERNARDINO DE BRITO
Chefe da Direi

De acordo. Encaminhe-se ao Subsecretário de Tributação e Contencioso (Sutri).

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral da Cosit

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário da Receita Federal do Brasil, para aprovação.

PAULO RICARDO DE SOUZA CARDOSO
Subsecretário de Tributação e Contencioso (Sutri)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Autorização para aquisição de automóvel com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados. Extravio de documento. Cancelamento.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, declara:

Art. 1º. Fica cancelada a Autorização de Isenção de IPI nº 2158/2014, de 12 de setembro de 2014 - Processo Administrativo nº 10120.726704/2014-15, referente à contribuinte Márcia Pires Ferreira - CPF 556.454.881-72.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Reconhece o direito à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e adicionais incidentes sobre o lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e no despacho decisório exarado no processo administrativo nº 13117.720076/2014-01, declara:

Art. 1º Reconhecido o direito à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e adicionais, calculados com base no lucro da exploração, à empresa ORIGINAL LATICÍNIOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (CNPJ 05.368.293/0001-88), relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 090/2013, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Endereço da Unidade Produtora: Rua Araguanã, 537 - Chácara 397, Bairro JK, Araguaína/TO, CEP 77817-040.

II - Fundamentação Legal para reconhecimento do direito: artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pela Lei nº 12.715/2012, Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002 e Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007.

III - Percentual de redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis: 75% (setenta e cinco por cento);

IV - Condição onerosa atendida: Implantação de empreendimento industrial na área de atuação da SUDAM;

V - Setor prioritário considerado: alimentos e bebidas (alínea "h", Inciso VI, art. 2º, Decreto 4.212/2002).

VI - Produtos objeto de redução do IRPJ: Laticínios em geral.

VII - Período de fruição: 01/01/2013 a 31/12/2022 (dez anos).

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento de CNPJ 05.368.293/0001-88, limitando-se ao produto objeto da redução do IRPJ, ficando excluídas as demais atividades do objeto social da empresa em questão.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 090/2013 e nas demais normas regulamentares.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO CARLOS DE JESUS CARNEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Declara desalfandegada, a pedido, a instalação portuária de uso privativo misto, administrada pela empresa J.F. de Oliveira Navegação Ltda, localizada no município de Porto Velho-RO.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1° do artigo 30 da Portaria RFB n° 3.518, de 30 de setembro de 2011, à vista do que consta do processo administrativo n° 10240.000874/2009-34, e com base no Parecer Diana/SRRF02 nº 20/2014, declara:

Art. 1º Desalfandegada, a pedido, a instalação portuária de uso privativo misto, localizada na Estrada do Belmonte s/nº, Km 6, bairro Nacional, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia, administrada pela empresa J. F. DE OLIVEIRA NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 22.797.070/0005-89, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF02 n° 15, de 14 de julho de 2010, com código de recinto, no Siscomex, nº 2.50.16.01-6.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 15, de 14 de julho de 2010, publicado no DOU de 16 de julho de 2010.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA/CE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/FOR n° 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, no inciso II do art. 6° da orientação Interna MPS/SRP n° 8 de 11 de agosto de 2005, no art. 9º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu o art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou em que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º e art. 8° da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE no Diário Oficial da União, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal do Brasil de Fortaleza/CE, à Rua Barão de Aracati, n° 909 - 1ª Sobre Loja, Aldeota, CEP: 60.115-901, Fortaleza/CE.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

CELIA REJANE CARVALHO STUDART SOARES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação das pessoas jurídicas excluídas

07.955.842/0001-46	EDITORA FORT GRAFICA LTDA ME
41.547.852/0001-80	HIPER SEGURANÇA LTDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 20, de 22 de dezembro de 2010, publicado no DOU nº 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1, pág. 64,

onde se lê:

Processo nº 16707.003899/2010-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.268.112/0001-42 40.268.112/0004-95 40.268.112/0005-76	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98.	2050.00580083.10.2	20/12/2014

leia-se:

Processo nº 16707.003899/2010-85				
Nº NO CNPJ	CONTRATANTE	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO	TERMO FINAL
40.268.112/0001-42 40.268.112/0004-95 40.268.112/0005-76	Petróleo Brasileiro S.A.	Todas as áreas brasileiras nas quais a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/98.	2050.00580083.10.2	02/05/2015

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 07 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 149 e 150 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), alterado pelo Decreto nº 6.158, de 16 de julho de 2007, declara:

Art. 1º - Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a serem classificados ou a terem sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

ANEXO ÚNICO

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
05.928.331/0001-00	SERRA DE AREIA	De 671ml até 1000ml	2208.40.00	I
05.928.331/0001-00	SERRA DE AREIA	De 181ml até 375ml	2208.40.00	D

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do DECRETO Nº 7.212, DE 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e tendo em vista o Decreto n.º 7.660 de 23 de dezembro de 2011 declara:

Art. 1ºOs produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2ºEste Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

ANEXO ÚNICO

Classificação de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI.

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
01.222.211/0001-31	FORMOSA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	F
39.310.081/0001-61	PASTOFF	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
39.310.081/0001-61	GREEM APPLE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
39.310.081/0001-61	SÃO JOÃO FELIZ	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	I
39.310.081/0001-61	PASTOZANO	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
39.310.081/0001-61	SUPERMENT	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H
39.310.081/0001-61	DINDAL	De 671ml até 1000ml	2206.00.90 Ex 01	H

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 423, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 9º, caput da Instrução Normativa nº 1.335, de 26 de fevereiro de 2013, publicada no D.O.U. de 27 de fevereiro de 2013, com suas alterações posteriores, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada ao gozo dos Benefícios Fiscais referentes à realização, no Brasil dos Jogos Olímpicos de 2016 e Jogos Paraolímpicos de 2016, instituídos pela Lei nº 12.780, de 09 de janeiro de 2013, publicada no D.O.U. de 10 de janeiro de 2013, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 1.335/2013, com suas alterações:

PROCESSO(DOSSIÊ): 10010.032323/1014-57

NOME EMPRESARIAL: M.A.M. CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. - ME

CNPJ Nº 04.446.223/0001-38

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 30/10/2014

ENQUADRAMENTO: Inciso XV do art. 2º e arts. 12 ao 14 da Lei nº 12.780/2013

Art. 2º - O aludido benefício será aplicado à matriz e a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º - A fruição do presente benefício aplica-se aos fatos geradores que ocorrerem no período entre a data de início da vigência, indicada acima e 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do benefício.

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI
SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Coabilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - Reidi.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87 (DOU de 17/07/2012), e considerando o disposto nos artigos 226 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, e ainda, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13896.722.260/2014-58, decide:

Art. 1º Coabilitar a empresa SALVI-ELETRO FITTINGS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ 65.799.330/0001-34, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, nos termos dos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488/2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com relação ao projeto denominado "LINHA DE TRANSMISSÃO GILBUÉS II - SÃO JOÃO DO PIAUÍ, EM 500Kv (LOTE A DO LEILÃO Nº 01/2013 - ANEEL)", aprovado pela Portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia nº 123/2013, relativo ao setor de infraestrutura de distribuição de energia elétrica, com prazo estimado de execução de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO FERRAZ CASTILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Coabilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BARUERI, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria DRF/BRE nº 87 (DOU de 17/07/2012), e considerando o disposto nos artigos 226 e 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, e ainda, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13896.722.353/2014-82, decide:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Coabilitar a empresa SALVI-ELETRO FITTINGS MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ 65.799.330/0001-34, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, nos termos dos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488/2007, regulamentados pelo Decreto nº 6.144/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 758/2007, com relação ao projeto denominado "LOTE C DO LEILÃO Nº 02/2013-ANEEL (CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 15/2013-ANEEL, CELEBRADO EM 09/10/2013)", aprovado pela Portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia nº 94/2014, relativo ao setor de infraestrutura de distribuição de energia elétrica, com prazo estimado de execução de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO FERRAZ CASTILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 24, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto nos artigos 33, inciso II, e 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, correspondentes aos artigos 33, inciso II, e 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e, ainda, considerando o que consta do processo 13842.720333/2012-31, declara:

1º - NULA a inscrição nº 15.410.918/0001-86, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, da pessoa jurídica denominada ALEXANDRE MOREIRA DA SILVA ELÉTRICA ME, em virtude da constatação de ocorrência de vício no ato cadastral no CNPJ.

2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 04 de novembro de 2009.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

PORTARIA Nº 117, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - a pessoa jurídica DAROS EDIFICAÇÕES E OBRAS LTDA, CNPJ nº 80.448.103/0001-58, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, conforme a proposta exarada no processo administrativo n° 11516.723397/2014-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721716/2014-80, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
TERESINHA CIELLO BRESSAN - ME	02.050.597/0001-04	01/08/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 174, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721719/2014-13, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
TRANSPORTES KOLINSKI LTDA - ME	06.032.202/0001-00	01/07/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 175, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721722/2014-37, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
WANDERLEIA GONÇALVES DE MORAIS - ME	13.149.514/0001-55	01/10/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 176, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721724/2014-26, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
ZENITA RAMOS DE MATOS 02340602980	15.010.744/0001-64	01/08/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 177, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721726/2014-15, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
ZULMIR ANTONIO PAGANINI - ME	04.356.232/0001-38	01/08/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede inscrição no Registro Especial de estabelecimento ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de Maio de 2012, e de acordo com o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, assim como o que consta no processo administrativo nº 10010.014087/1014-97, declara:

Art. 1º Inscrito no REGISTRO ESPECIAL como ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, sob número 09105/021, o estabelecimento da empresa:

A. A. COTRIM DE CARVALHO - EIRELI - EPP
CNPJ nº 16.878.717/0001-70
Avenida Presidente Vargas, 236, Parque Industrial
CEP 86790-000 Lobato (PR)

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os seguintes produtos:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Código TIPI
Vodka	Matriova	950 ml	2208.60.00
Bebida Alcoólica Mista	Matriova Mix Maracuja	950 ml	2208.90.00
Bebida Alcoólica Mista	Matriova Mix Citrus	950 ml	2208.90.00
Bebida Alcoólica Mista	Matriova Mix Frutas Vermelhas	950 ml	2208.90.00

Art. 3º O estabelecimento fica obrigado a comunicar a esta Delegacia as alterações ocorridas nos elementos constantes no artigo 4º da IN RFB nº 1.432/2013, no prazo de 30 dias contados da data de sua efetivação, bem como continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial Obrigatório, sob pena de cancelamento do mesmo nos termos do artigo 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LOPES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados(IPI) de que trata o art. 1º da Lei 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e pelo artigo 5º, § 3º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante neste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso V, do § 2º do art. 210 do RIPI.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LOPES DA SILVA

ANEXO ÚNICO

Enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
00.060.394/0001-73	COMPANHEIRA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	M
00.060.394/0001-73	COMPANHEIRA TONEL DE IMBURANA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
00.060.394/0001-73	COMPANHEIRA ENVELHECIDA	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
00.060.394/0001-73	COMPANHEIRA CACHAÇA EXTRA PREMIUM	De 376ml até 670ml	2208.40.00	N
04.745.811/0002-53	ALJOFAR	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
04.745.811/0002-53	ALJOFAR LIFE	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	I
16.878.717/0001-70	MATRIOVA	De 671ml até 1000ml	2208.60.00	M
16.878.717/0001-70	MATRIOVA MIX MARACUJÁ	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
16.878.717/0001-70	MATRIOVA MIX CITRUS	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M
16.878.717/0001-70	MATRIOVA MIX FRUTAS VERMELHAS	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	M

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 200, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 190, de 14 de setembro de 2011, atualizando relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/214.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432,de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 190, de 14 de setembro de 2011, referente ao Registro Especial de Bebidas 10106/214, de engarrafador, no processo 11020.003274/2010-19 pertencente ao estabelecimento da empresa Agroindústria Mascaron Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 09.631.469/0001-01, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Trebbiano	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Mascaron	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Lorena	Mascaron	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Mascaron	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Ancelotta	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Mascaron	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Mascaron	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Teroldego	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Mascaron	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Mascaron	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Mascaron	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Moscato	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Moscato	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Isabel	Vinho do Daniel	2204.21.00	não retornável	1.900 ml
Produtos elaborados e engarrafados por Cooperativa Vinícola Garibaldi Ltda - CNPJ 90.049.156/0001-50 - Garibaldi(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Mascaron	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Mascaron	2204.10.90	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 201, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 86, de 10 de maio de 2012, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/300.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 86, de 10 de maio de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/300, de engarrafador, no processo 13016.000606/2010-06 pertencente ao estabelecimento da empresa Del Vale Vinhos Finos Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 07.378.884/0001-61, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Terragnolo	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Marselan	Terragnolo	2204.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Marselan	Terragnolo	2204.21.00	não retornável	750 ml

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Terragnolo	2204.21.00	não retornável	375 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Terragnolo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Produtos elaborados e engarrafados para Vinícola Barcarola Ltda. - CNPJ 06.882.108/0001-31 - Bento Gonçalves(RS)				
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Lagrein	Barcarola	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Barcarola Specialitá	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvig-non	Barcarola Specialitá	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Barcarola Specialitá	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Barcarola Specialitá	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Teroldego	Barcarola Specialitá	2204.21.00	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 187, de 03 de setembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 172, de 04 de setembro de 2012.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 20, de 05 de novembro de 1999, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/042.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, DECLARA:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 20, de 05 de novembro de 1999, referente ao Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/042, de engarrafador, no processo 13016.000313/99-53 pertencente ao estabelecimento da empresa EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária , inscrito no CNPJ sob o nº 00.348.003/0058-56, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Brandy	EMBRAPA	2208.20.00	não retornável	700 ml
Sidra	EMBRAPA	2206.0010	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	EMBRAPA	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco Frisante Suave BRS Lorena	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Frisante Suave Moscato	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	EMBRAPA	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	EMBRAPA	2204.21.00	não retornável	750ml
Produtos elaborados e engarrafados para Dunamis Vinhos e Vinhedos Ltda. - CNPJ 04.847.758/0001-10 - Dom Pedrito(RS)				
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Pinot Grigio	Dunamis	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Sauvignon Blanc	Dunamis	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	Dunamis	2204.21.00	não retornável	750ml
Produto elaborado e engarrafado para Guatambu Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - CNPJ 09.052.979/0001-16 - Dom Pedrito(RS)				
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Guatambu	2204.21.00	não retornável	750ml
Produtos elaborados e engarrafados para José Sozo Vinhos ME. - CNPJ 08.263.516/0001-30 - Vacaria(RS).				
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Sozo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Sauvignon Blanc	Sozo	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Sozo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Petit Verdot	Sozo	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Pinot Noir	Sozo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Produtos elaborados e engarrafados para Vinícola Campos de Cima Ltda. - CNPJ 07.111.094/0001-15 - Itaqui(RS)				
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Ruby Cabernet	Campos de Cima	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Campos de Cima	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Primeiro Corte	2204.21.00	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 173, de 10 de agosto de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 156, de 13 de agosto de 2012.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 203, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 258, de 23 de novembro de 2011, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/254.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 258, de 23 de novembro de 2011, referente ao Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/254, de engarrafador, no processo 13016.000311/2010-21 pertencente ao estabelecimento da empresa Indústria Vinícola São Luiz Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 90.084.609/0001-89, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Cooler com Vinho Branco e Suco de Pêssego	Bortolini	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Cooler com Vinho Rosado e Suco de Pêssego	Bortolini	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Branco Seco	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Branco Suave	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Rosado Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Rosado Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Rosado Seco	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Rosado Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Rosado Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Rosado Suave	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto Seco	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Tinto Seco	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto Suave	Bortolini	2204.21.00	não retornável	1.980 ml
Vinho Tinto Suave	Bortolini	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Champanha Branco Brut	Dom Naneto	2204.10.10	não retornável	750 ml
Champanha Branco Demi-Sec	Dom Naneto	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut	Dom Naneto	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco	Garanhão da Serra	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave	Garanhão da Serra	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Suave	Garanhão da Serra	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Garanhão da Serra	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suave	Garanhão da Serra	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato	Naneto	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Rosado Seco Fino Moscato Hamburgo	Naneto	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Seco Fino Moscato Hamburgo	Naneto	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Rosado Seco Fino Moscato Hamburgo	Naneto	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Naneto	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Naneto	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon	Naneto	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Naneto	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Naneto	2204.29.11	não retornável	3.000 ml
Vinho Tinto Seco Fino Merlot	Naneto	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Fino Moscato Embrapa	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Branco Seco Niágara	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Suave	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Rosado Seco	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado Seco	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto Seco	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco Bordô	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Vinho Tinto Suave	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Santo Américo	2204.21.00	não retornável	1.480 ml
Vinho Tinto Suave	Santo Américo	2204.29.11	retornável	4.500 ml
Sangria com Vinho Branco Seco	Serrana	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Sangria com Vinho Branco Suave	Serrana	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Sangria com Vinho Rosado Suave	Serrana	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Sangria com Vinho Tinto Seco	Serrana	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Sangria com Vinho Tinto Suave	Serrana	2206.00.90	retornável	4.500 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Varanda	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Rose Espumante Natural Brut	Varanda	2204.10.10	não retornável	750 ml
Produtos elaborados e engarrafados por Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda - CNPJ 09.276.690/0001-80 - Garibaldi(RS)				
Vinho Moscatel Espumante	Dom Naneto	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Moscatel Espumante	Varanda	2204.10.90	não retornável	750 ml
Produto elaborado e engarrafado por Estabelecimento Vinícola Armando Peterlongo S.A. - CNPJ 90.049.164/0001-04 -Garibaldi(RS)				
Vinho Rosado Moscatel Espumante	Dom Naneto	2204.10.90	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 209, de 02 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 192, de 03 de outubro de 2012.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 204, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 138, de 04 de julho de 2012, atualizando relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/335.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432,de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 138, de 04 de julho de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas 10106/335, de engarrafador, no processo 13016.000463/2010-24 pertencente ao estabelecimento da empresa Vaccaro & Cia Ltda ME, inscrito no CNPJ sob o nº 88.673.710/0001-23, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Malbec	Collina D'Oro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Sangiovese	Collina D'Oro	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (champenoise)	Degli Amici	2204.10.10	não retornável	750ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut (champenoise)	Degli Amici	2204.10.10	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Degli Amici	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Degli Amici	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Degli Amici	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Trifoglio Rosso	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut (champenoise)	Vaccaro	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750ml

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vinho Branco de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500ml
Vinho Branco de Mesa Suave Niágara	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Rosado Espumante Natural Brut (champenoise)	Vaccaro	2204.10.10	não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Vaccaro	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Vaccaro	2204.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Vaccaro	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Produto elaborado e engarrafado por Courmayer do Brasil Vinhos Ltda. - CNPJ 88.999.230/0001-57 - Garibaldi(RS)				
Vinho Moscatel Espumante	Vaccaro	2204.10.90	não retornável	750ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 117, de 29 de maio de 2012, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/328.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 117, de 29 de maio de 2012, referente ao Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/328, de engarrafador, no processo 13016.000455/2010-88 pertencente ao estabelecimento da empresa Vinícola Battistello Ltda ME, inscrito no CNPJ sob o nº 07.102.137/0001-04, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Branco de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Battistello	2204.29.11	não retornável	5.000ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Rosado de Mesa Meio Seco Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Meio Seco Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Rosado de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Rosado de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Demi-Sec Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Ancellotta	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Battistello	2204.29.11	não retornável	5.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Battistello	2204.29.11	não retornável	5.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Battistello	2204.29.11	não retornável	5.000ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Battistello	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Tannat	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	375ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Casa Sartor	2204.29.11	não retornável	3.000ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Dom Rosário	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino Cabernet Sauvignon / Merlot	Dom Rosário	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Ricieri De Bacco	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Moscato Giallo	Ricieri De Bacco	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Franc	Ricieri De Bacco	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Ricieri De Bacco	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Ricieri De Bacco	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Rota Cataratas	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Rota Cataratas	2204.21.00	não retornável	750ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Rota Cataratas	2204.21.00	não retornável	750ml
Produtos elaborados e engarrafados por Courmayer do Brasil Vinhos Ltda. - CNPJ 88.999.230/0001-57 - Garibaldi(RS)				
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Battistello	2204.10.10	não retornável	750ml
Vinho Espumante Moscatel	Battistello	2204.10.90	não retornável	750ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 254, de 14 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 243, de 18 de dezembro de 2012.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 206, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 107, de 07 de junho de 2011, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Bebidas, de Engarrafador, nº 10106/168.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 107, de 07 de junho de 2011, referente no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/168, de engarrafador, no processo 13016.000539/2010-11 pertencente ao estabelecimento da empresa Vinícola Cave de Pedra Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 03.041.631/0001-47, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Marselan	Adaga	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Gewurztraminer	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Ancellotta	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Egiodola	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Sangiovese	Adaga Cave de Pedra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Cave de Pedra	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco Licoroso Doce	Cave de Pedra Licoroso	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Licoroso Doce	Cave de Pedra Licoroso	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino	Cave de Pedra Special Blend	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut	Cave de Pedra Winery	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Chardonnay	Piedra D'Oro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Piedra D'Oro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon	Piedra D'Oro	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave Fino	Rosa Negra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave Fino	Rosa Negra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave Fino	Rosa Negra	2204.21.00	não retornável	750 ml
Produto elaborado e engarrafado por Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. - CNPJ 09.276.690/0001-80 - Garibaldi(RS)				
Vinho Moscatel Espumante	Cave de Pedra	2204.10.90	não retornável	750 ml

"

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório DRF/CXL nº 57, de 28 de fevereiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 42, de 04 de março de 2013.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 207, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2014

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto nos arts. 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e no artigo 75 da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de Novembro de 2011, declara:

Art. 1.º O contribuinte FARINSON MINI MERCADO LTDA- ME, CNPJ n.º 03.283.000/0001-34, excluído de sua opção ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, em razão da constatação de prática reiterada de infração ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme demonstrado no Relatório de Atividade Fiscal junto ao processo nº 11020-723.602/2014-21.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão ocorrem a partir de 01/01/2010, de acordo com o disposto no §§ 1º e 2º do art 29 da Lei Complementar 123/2006, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei Complementar pelos próximos 10 (dez) anos-calendário seguintes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Da presente declaração de exclusão caberá, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência, impugnação junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo (Decreto n.º 70.235/72), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

VALMOR JOSÉ LAZZARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

PORTARIA Nº 62, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do Refis.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do Refis nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, e considerando o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - Refis, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme proposta formalizada constante no processo administrativo de representação a seguir indicado.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO Nº	DT.EFEITO
91.365.130/0001-83	LEAO ORLANDO HARTMANN	13005.722059/2014-68	01/12/2010

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara a exclusão de empresa do Simples Nacional, pela omissão de receitas, pela falta de comunicação de exclusão obrigatória e pela constituição ocorrida por interpostas pessoas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO-RS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos I e IV e § 1º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e arts. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º A exclusão da empresa JOSIANE DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 10.880.583/0001-46, estabelecida na Av. Tuparendi, 1638, bairro Glória, no Município de Santa Rosa - RS, do SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão de ter omitido receitas, pela falta de comunicação de exclusão obrigatória e pela constituição ocorrida por interpostas pessoas, na forma do disposto no art. 29, incisos I e IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, consoante informações contidas no processo administrativo nº 11070.722392/2014-68.

Art. 2º A presente exclusão surte efeitos de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º Fica assegurado à empresa o direito ao contraditório e à ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo, o qual poderá ser exercido no prazo de trinta dias da ciência deste ato, mediante impugnação dirigida ao Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento de Porto Alegre - RS.

LAURI ANTONIO WILCHEN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 664, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado 2.509.723 (dois milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e três) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 7.504.049,15 (sete milhões, quinhentos e quatro mil e quarenta e nove reais e quinze centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/11/2014	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	2,989991	9.672	28.919,19
1º/1/2006	1º/1/2036	2,989991	555.105	1.659.758,95
1º/1/2008	1º/1/2038	2,989991	373.749	1.117.506,14
1º/1/2009	1º/1/2039	2,989991	232.185	694.231,06
1º/1/2010	1º/1/2040	2,989991	456.592	1.365.205,97
1º/1/2011	1º/1/2041	2,989991	258.065	771.612,02
1º/1/2012	1º/1/2042	2,989991	540.801	1.616.990,12
1º/1/2013	1º/1/2043	2,989991	83.554	249.825,70
TOTAL			2.509.723	7.504.049,15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

RETIFICAÇÕES

No art. 1º da Portaria STN nº 650, de 7 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 29,

onde se lê:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado 6.512.696 (seis milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e noventa e seis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 19.472.895,86 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/11/2014	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	2,989990	56.476	168.862,67
1º/1/2006	1º/1/2036	2,989990	1.543.471	4.614.962,85
1º/1/2008	1º/1/2038	2,989990	337.109	1.007.952,53
1º/1/2009	1º/1/2039	2,989990	1.148.129	3.432.894,22
1º/1/2010	1º/1/2040	2,989990	2.627.387	7.855.860,85
1º/1/2011	1º/1/2041	2,989990	715.772	2.140.151,12
1º/1/2012	1º/1/2042	2,989990	48.596	145.301,55
1º/1/2013	1º/1/2043	2,989990	19.605	58.618,75
1º/1/2014	1º/1/2044	2,989990	16.151	48.291,32
TOTAL			6.512.696	19.472.895,86

Leia-se:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado 6.512.696 (seis milhões, quinhentos e doze mil, seiscentos e noventa e seis) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 19.472.902,38 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e dois reais e oitenta e trinta e oito centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/11/2014	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	2,989991	56.476	168.862,73
1º/1/2006	1º/1/2036	2,989991	1.543.471	4.614.964,39
1º/1/2008	1º/1/2038	2,989991	337.109	1.007.952,87
1º/1/2009	1º/1/2039	2,989991	1.148.129	3.432.895,37
1º/1/2010	1º/1/2040	2,989991	2.627.387	7.855.863,48
1º/1/2011	1º/1/2041	2,989991	715.772	2.140.151,83
1º/1/2012	1º/1/2042	2,989991	48.596	145.301,60
1º/1/2013	1º/1/2043	2,989991	19.605	58.618,77
1º/1/2014	1º/1/2044	2,989991	16.151	48.291,34
TOTAL			6.512.696	19.472.902,38

No art. 1º da Portaria STN nº 657, de 14 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2014, Seção 1, página 21,

onde se lê:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado 123.621.182 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, cento e oitenta e dois) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 369.626.097,93 (trezentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e seis mil e noventa e sete reais e noventa e três centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/11/2014	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	2,989990	95.771	286.354,33
1º/1/2006	1º/1/2036	2,989990	16.765.529	50.128.764,05
1º/1/2008	1º/1/2038	2,989990	18.483.097	55.264.275,19
1º/1/2009	1º/1/2039	2,989990	27.494.367	82.207.882,38
1º/1/2010	1º/1/2040	2,989990	13.127.372	39.250.711,00
1º/1/2011	1º/1/2041	2,989990	11.763.653	35.173.204,83
1º/1/2012	1º/1/2042	2,989990	13.804.988	41.276.776,07
1º/1/2013	1º/1/2043	2,989990	21.273.963	63.608.936,63
1º/1/2014	1º/1/2044	2,989990	812.442	2.429.193,45
TOTAL			123.621.182	369.626.097,93

Leia-se:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado 123.621.182 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, cento e oitenta e dois) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 369.626.221,55 (trezentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/11/2014	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2005	1º/1/2035	2,989991	95.771	286.354,42
1º/1/2006	1º/1/2036	2,989991	16.765.529	50.128.780,82
1º/1/2008	1º/1/2038	2,989991	18.483.097	55.264.293,68
1º/1/2009	1º/1/2039	2,989991	27.494.367	82.207.909,88
1º/1/2010	1º/1/2040	2,989991	13.127.372	39.250.724,13
1º/1/2011	1º/1/2041	2,989991	11.763.653	35.173.216,59
1º/1/2012	1º/1/2042	2,989991	13.804.988	41.276.789,87
1º/1/2013	1º/1/2043	2,989991	21.273.963	63.608.957,90
1º/1/2014	1º/1/2044	2,989991	812.442	2.429.194,26
TOTAL			123.621.182	369.626.221,55

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 662, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.386, de 8 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º. Divulgar o montante dos recursos a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relativo ao mês de NOVEMBRO de 2014, de acordo com o disposto no item 1 do Anexo da Lei Complementar nº 87, de 1996.

R$ 1,00

UF	COEF (%)	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	0,09104	147.940,00	110.955,00	36.985,00
AL	0,84022	1.365.357,50	1.024.018,13	341.339,37
AP	0,40648	660.530,00	495.397,50	165.132,50
AM	1,00788	1.637.805,00	1.228.353,75	409.451,25
BA	3,71666	6.039.572,50	4.529.679,38	1.509.893,12
CE	1,62881	2.646.816,25	1.985.112,19	661.704,06
DF	0,80975	1.315.843,75	1.315.843,75	0,00
ES	4,26332	6.927.895,00	5.195.921,25	1.731.973,75
GO	1,33472	2.168.920,00	1.626.690,00	542.230,00
MA	1,67880	2.728.050,00	2.046.037,50	682.012,50
MT	1,94087	3.153.913,75	2.365.435,31	788.478,44
MS	1,23465	2.006.306,25	1.504.729,69	501.576,56
MG	12,90414	20.969.227,50	15.726.920,63	5.242.306,87
PA	4,36371	7.091.028,75	5.318.271,56	1.772.757,19
PB	0,28750	467.187,50	350.390,63	116.796,87
PR	10,08256	16.384.160,00	12.288.120,00	4.096.040,00
PE	1,48565	2.414.181,25	1.810.635,94	603.545,31
PI	0,30165	490.181,25	367.635,94	122.545,31
RJ	5,86503	9.530.673,75	7.148.005,31	2.382.668,44
RN	0,36214	588.477,50	441.358,13	147.119,37
RS	10,04446	16.322.247,50	12.241.685,63	4.080.561,87
RO	0,24939	405.258,75	303.944,06	101.314,69
RR	0,03824	62.140,00	46.605,00	15.535,00
SC	3,59131	5.835.878,75	4.376.909,06	1.458.969,69
SP	31,1418	50.605.425,00	37.954.068,75	12.651.356,25
SE	0,25049	407.046,25	305.284,69	101.761,56
TO	0,07873	127.936,25	95.952,19	31.984,06
TOTAL	100,00 000	162.500.000,00	122.203.960,97	40.296.039,03

Art. 2º. Dos valores discriminados no art. 1º serão destinados recursos para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA N° 309, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Quixabeira	Seca - 1.4.1.2.0	070/2014	03/11/14	59050.001576/2014-55
MG	Japonvar	Seca - 1.4.1.2.0	038/2014	27/10/14	59050.001555/2014-30
MG	Josenópolis	Seca - 1.4.1.2.0	35	04/11/14	59050.001587/2014-35
MG	Pirapora	Estiagem - 1.4.1.1.0	50/2014	14/11/14	59050.001586/2014-91
MG	Sabará	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	1055/2014	31/10/14	59050.001578/2014-44
MG	São João do Pacuí	Estiagem - 1.4.1.1.0	047/2014	28/10/14	59050.001557/2014-29
MG	Varzelândia	Seca - 1.4.1.2.0	51	22/10/14	59050.001558/2014-73
SE	Frei Paulo	Seca - 1.4.1.2.0	33/2014	01/11/14	59050.001553/2014-41
SE	Poço Verde	Seca - 1.4.1.2.0	026/2014	04/11/14	59050.001562/2014-31
RS	Capão do Cipó	Vendaval - 1.3.2.1.5	054/2014	21/10/14	59050.001588/2014-80
RS	Júlio de Castilhos	Vendaval - 1.3.2.1.5	5680	20/10/14	59050.001563/2014-86
RS	Lagoa dos Três Cantos	Enxurradas - 1.2.2.0.0	075/2014	02/10/14	59050.001370/2014-25
RS	Santo Antônio das Missões	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	3805/2014	30/10/14	59050.001589/2014-24
RS	Tio Hugo	Enxurradas - 1.2.2.0.0	0988/2014	24/10/14	59050.001554/2014-95
RS	Vitória das Missões	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	1893/2014	23/10/14	59050.001590/2014-59

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 310, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Lages - Estado de Santa Catarina.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUBSTITUTO, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 446, de 23 de agosto de 2013, publicada no D.O.U., de 27 de agosto de 2013, seção II, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Lages - SC, no valor de R$ 1.176.080,44 (um milhão, cento e setenta e seis mil e oitenta reais e quarenta e quatro centavos), para a execução de ações de Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.001592/2014-48.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ALZIRO ALEXANDRE GOMES

PORTARIA Nº 311, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Tarauacá - Estado do Acre.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SUBSTITUTO, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 446, de 23 de agosto de 2013, publicada no D.O.U., de 27 de agosto de 2013, seção II, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Tarauacá - AC, no valor de R$ 759.850,00 (setecentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais), para a execução de ações de Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.001575/2014-19.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ALZIRO ALEXANDRE GOMES

PORTARIA Nº 312, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Município de Ampére - PR.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, e respectivas alterações, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Ampére - PR, no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), para a execução de ações de Restabelecimento, conforme processo nº 59050.001532/2014-25.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6502; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 19 de novembro de 2014

Nº 1.491 - Ato de Concentração n.º 08700.008435/2014-20. Requerentes: Procosa Produtos de Beleza Ltda. e Niely do Brasil Industrial Ltda.. Advogados: (i) Barbara Rosenberg, José Inacio F. de Almeida Prado Filho e Marilia Cruz Avila (Procosa); (ii) Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e Ricardo Lara Gaillard (Niely). Acolho o Parecer Técnico nº 393/2014/Superintendência-Geral, de 19 de novembro de 2014 e, com fulcro no art. 50 da Lei nº 12.529/11 c/c a Resolução nº 07, de 18 de fevereiro de 2014, que alterou o art. 118 do Regimento Interno do CADE, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Defiro a entrada da Procter & Gamble do Brasil S/A como terceira interessada no presente ato de concentração, ressalvando, apenas, que sua atuação deverá ser pautada dentro dos limites de legalidade, conveniência e oportunidade determinados pela Superintendência-Geral do CADE, nos termos do art. 44 do Regimento Interno. Ao Setor Processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 90, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, substituto, em face da competência estabelecida por meio do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, em seu anexo I, artigo 38-A, inciso X, e com base no disposto na Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no Termo de Cooperação SENAD/DPF n° 01/2013 de 07/06/2013, resolve:

Art. 1º - Autorizar a descentralização de crédito orçamentário e o correspondente repasse de limite financeiro no valor de R$ 32.983,45 (trinta e dois mil, novecentos e oitenta e três e quarenta e cinco centavos), para o Departamento de Polícia Federal (DPF), visando ao apoio financeiro para a obra de ampliação da delegacia de Guarapuava, conforme segue:

Órgão Concedente: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas (Funad);
Unidade Gestora: 200246 (Funad);
Gestão: 00001 - Tesouro Nacional;
Órgão Executor: Departamento de Polícia Federal, por meio de sua Coordenação de Orçamento e Finanças - COF/DLOG/DPF;
Unidade Gestora: 200336;
Gestão: 00001;
PTRES: 063963;
Fonte: 0150;
Valor: R$ 32.983,45;
Natureza da Despesa: 449051;
Termo de Cooperação nº 01/2013/Senad/DPF.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário ocorrerá em única parcela, de acordo com o cronograma previsto no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Os recursos descentralizados deverão ser executados em estrita observância às normas de execução orçamentária e financeira do Governo Federal.

Art. 3º - Alterar o art. 1º da Portaria nº 61, de 12 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2014, para incluir a autorização do apoio financeiro à ampliação da Delegacia de Polícia Federal no Município de Guarapuava, Estado do Paraná, até o valor de R$ 160.993,31 (cento e sessenta mil novecentos e noventa e três reais e trinta e um centavos).

Art. 4º - O DPF restituirá ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) os eventuais saldos de créditos orçamentários e limite financeiro transferidos e não empenhados / liquidados até o final do presente exercício, aplicando no que couber a Norma de Encerramento do Exercício Financeiro de 2014, a ser editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF), bem como os dispositivos contidos no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. A Senad se compromete a descentralizar os créditos orçamentários de acordo com o cronograma de desembolso aprovado.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LEON DE SOUZA LOBO GARCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 91, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, substituto, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 6.061, de 15 de março de 2007, e com base no Edital de Chamamento Público nº 007/2014 - SENAD/MJ, torna público a habilitação e pré-qualificação (Fase 1) do referido edital, conforme os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria Senad nº 54/2014, de 02 de julho de 2014, publicada no DOU nº 125, de 03 de julho de 2014, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam habilitadas e pré-qualificadas, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 007/2014, as seguintes entidades:

CNPJ	Nome da Instituição	Nº do Processo	Vagas*
50.456.870/0007-33	DESAFIO JOVEM EBENEZER	08129.032091/2014-11	50 ADM
16.881.294/0006-52	ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA DE CANÁ	08129.030940/2014-01	45 ADM e 15 ADLM
12.565.513/0001-29	CENTRO DE RABILITAÇÃO CONTRA DEPENDÊNCIA QUÍMICA GILEADE	08129.030193/2014-01	22 ADM

*ADM: ADULTO MASCULINO. ADLM: ADOLESCENTE MASCULINO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUCAS ALBUQUERQUE AGUIAR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.082, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12340 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO GOIABEIRAS SHOPPING CENTER, CNPJ nº 33.711.029/0001-30 para atuar no Mato Grosso.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.154, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11890 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAURICEA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0001-33 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.213, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14141 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TELEVISAO CABO BRANCO LTDA, CNPJ nº 08.843.575/0001-88 para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.218, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13569 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO TAUBATE SHOPPING CENTER, CNPJ nº 57.532.665/0001-63 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.240, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10622 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI, CNPJ nº 53.991.378/0001-60 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2275/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.296, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14035 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERMERCADO NORDESTAO LTDA, CNPJ nº 08.030.363/0001-81 para atuar no Rio Grande do Norte.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.303, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13585 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO CENTURIUM LTDA, CNPJ nº 09.504.385/0001-07, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente 24 HORAS SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.450.183/0001-06:

8 (oito) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.312, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12442 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO EDIFICIO SANTA CRUZ SHOPPING, CNPJ nº 26.131.367/0001-38 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.324, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10038 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.380.412/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2171/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.329, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12092 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTERFORT SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA, CNPJ nº 59.759.241/0001-61, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2321/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.330, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3082 - DPF/CXS/RS, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GOES VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 18.939.290/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1766/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 4.335, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12988 - DPF/RPO/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COMERCIAL DO SHOPPING CENTER SANTA URSULA DE RIBEIRÃO PRETO, CNPJ nº 03.436.324/0001-65 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.336, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13256 - DPF/SJK/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ASTRO FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 65.051.591/0001-71, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4960 (quatro mil e novecentas e sessenta) Munições calibre 12

70000 (setenta mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

70000 (setenta mil) Projéteis calibre 38

3862 (três mil e oitocentas e sessenta e duas) Espoletas calibre .380

3862 (três mil e oitocentos e sessenta e dois) Projéteis calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.339, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14894 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa MANAUARA-ACADEMIA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTE LTDA-ME, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

1 (uma) Espingarda calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

6 (seis) Revólveres calibre 38

75734 (setenta e cinco mil e setecentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

756 (setecentas e cinquenta e seis) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.346, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/15418 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa A4 VIGILÂNCI A E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 14.585.324/0001-43, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.349, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10184 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FAMASEG SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.143.512/0001-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1977/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.351, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12486 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2323/2014 (CNPJ nº 17.428.731/0052-85) e nº 2324/2014 (CNPJ nº 17.428.731/0053-66).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.358, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12464 - DPF/CAC/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DESTAK SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.672.261/0001-71, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente PRONTIDÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 13.360.131/0001-21:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.359, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14012 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0010-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2336/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.361, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/10790 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2049/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.367, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12959 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STEEL MEN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.070.011/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2345/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.368, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13851 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORMESP FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 09.213.787/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2350/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.369, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14013 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORSEGUPS- ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRINCESA DA SERRA LTDA, CNPJ nº 83.424.762/0001-42, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente BACK SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 85.787.737/0001-59:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

515 (quinhentas e quinze) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.370, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14381 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa THOMPSON SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 06.978.936/0001-78, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente ULTRA VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 05.594.403/0001-20:

56 (cinquenta e seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

672 (seiscentas e setenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.371, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/15504 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRAN FORTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.730.274/0001-52, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.372, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11933 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AEGIS SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI ME, CNPJ nº 20.445.444/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2273/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.374, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13692 - DPF/SGO/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0010-61, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Revólveres calibre 38

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.377, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11565 - DPF/ARU/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPORTE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.894.429/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2320/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.379, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11787 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.077.716/0001-05, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Da empresa cedente PATRIMONIAL SEGURANÇA INTEGRADA LTDA, CNPJ nº 04.559.666/0001-35:

27 (vinte e sete) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

22 (vinte e duas) Pistolas calibre .380

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1220 (uma mil e duzentas e vinte) Munições calibre .380
218 (duzentas e dezoito) Munições calibre 12
1415 (uma mil e quatrocentas e quinze) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Considerando o que consta do processo administrativo MJ nº 08018.001470/2014-17, APROVO a transferência da nacional espanhola MARIA DEL CARMEN CAÑIZARES para o cumprimento, no país de nacionalidade, do restante da pena a que foi condenada pela Justiça brasileira, com fundamento no art. 5, item 3, do Tratado de Transferência de Presos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, assinado aos 7 de novembro de 1996 e promulgado pelo Decreto nº 2.576, de 30 de abril de 1998.

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO
Substituto

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR

O Diretor do Departamento de Estrangeiros, no uso de suas atribuições, decide:

INDEFIRO o pedido de revogação da portaria de perda da nacionalidade brasileira, do senhor SERGIO PIMENTA GODINHO processo nº 08000.000850/2014-23, tendo em vista a impossibilidade de revogação do decreto presidencial de natureza sancionatária que declarou, com efeito ex nunc, a perda da nacionalidade de brasileiro nato que se naturalizou voluntariamente em outro país, em razão do disposto no art. 1º da Convenção sobre Nacionalidade, promulgada pelo Decreto nº 2.572, de 18 de abril de 1938, e no art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição.

Indefiro o pedido de revogação da portaria de perda da nacionalidade brasileira, da senhora JULIA MOREIRA DE ANDRADE processo nº 08000.000848/2014-54,tendo em vista a impossibilidade de revogação do decreto presidencial de natureza sancionatária que declarou, com efeito ex nunc, a perda da nacionalidade de brasileiro nato que se naturalizou voluntariamente em outro país, em razão do disposto no art. 1º da Convenção sobre Nacionalidade, promulgada pelo Decreto nº 2.572, de 18 de abril de 1938, e no art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição.

Indefiro o pedido de revogação da portaria de perda da nacionalidade brasileira, do senhor ERICO FERREIRA ALVES processo nº 08000.011558/2014-36, tendo em vista a impossibilidade de revogação do decreto presidencial de natureza sancionatária que declarou, com efeito ex nunc, a perda da nacionalidade de brasileiro nato que se naturalizou voluntariamente em outro país, em razão do disposto no art. 1º da Convenção sobre Nacionalidade, promulgada pelo Decreto nº 2.572, de 18 de abril de 1938, e no art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição.

Indefiro o pedido de revogação da portaria de perda da nacionalidade brasileira, da senhora SILVIA REGINA KRAMBECK processo nº 08000.027280/2013-38, tendo em vista a impossibilidade de revogação do decreto presidencial de natureza sancionatária que declarou, com efeito ex nunc, a perda da nacionalidade de brasileiro nato que se naturalizou voluntariamente em outro país, em razão do disposto no art. 1º da Convenção sobre Nacionalidade, promulgada pelo Decreto nº 2.572, de 18 de abril de 1938, e no art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição.

Indefiro o pedido de revogação da portaria de perda da nacionalidade brasileira, da senhora CLAUDIA MARIA CARDOSO DE MENDONÇA processo nº 08000.027261/2013-10, tendo em vista a impossibilidade de revogação do decreto presidencial de natureza sancionatária que declarou, com efeito ex nunc, a perda da nacionalidade de brasileiro nato que se naturalizou voluntariamente em outro país, em razão do disposto no art. 1º da Convenção sobre Nacionalidade, promulgada pelo Decreto nº 2.572, de 18 de abril de 1938, e no art. 12, § 4º, inciso II, da Constituição.

JOÃO GUILHERME LIMA GRANJA XAVIER DA SILVA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA CHEFE

DEFIRO o pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração

Processo Nº 08280.035974/2012-69 - MUSTAFA R. H. NASSER KARIMA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 05/04/2013, Seção 1, pág. 53, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.053446/2012-18 - FRANCESCO PACINI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/03/2013, Seção 1, pág. 38, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08506.007599/2011-94 - JULIO VICTOR QUIROZ QUISPE

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/03/2013, Seção 1, pág. 39, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.089341/2011-16 - MAGDALENA APAZA CONDORI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 25/02/2013, Seção 1, pág. 42, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08491.002656/2012-36 - CRISTIAN DE JESUS BAREIRO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 29/10/2012, Seção 1, pág. 43, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08420.015540/2011-10 - MANUEL VENTURA DOS REIS FARIA GOMES

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 25/01/2013, Seção 1, pág. 34, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.088343/2012-61 - ROGER OSVALDO CANCHARI CHOQUE

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/09/2012, Seção 1, pág. 110, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08310.004927/2012-79 - GUILLERMO ALFREDO DONOSO CEA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/01/2013, Seção 1, pág. 121, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.062330/2011-81 - LUIS ENRIQUE SILVESTRE GUERRA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/03/2013, Seção 1, pág. 39, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.031161/2011-09 - LEANDRO GRAMGNA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/01/2013, Seção 1, pág. 121, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.092771/2012-98 - PETRONA FLORES QUEVEDO DE CHOQUE

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 04/12/2012, Seção 1, pág. 37, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08709.005270/2012-93 - NAOMI HAMAMOTO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 10/04/2013, Seção 1, pág. 57, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.092452/2012-82 - PASTORANGEL QUISPE YUJRA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 12/04/2013, Seção 1, pág. 49, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.092681/2012-05 - EXALTO MAMANI MAMANI e ANGELICA QUESO AGNO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 11/04/2013, Seção 1, pág. 53, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.093512/2012-84 - RIGOBERTO YUJRA QUISPE

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 28/02/2013, Seção 1, pág. 144, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08492.002435/2012-58 - AGUSTINA DE MERCEDES RIOS MEDINA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/02/2013, Seção 1, pág. 19, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08438.001203/2012-37 - WISTON ROBIN SIERRA MACHADO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 19/02/2013, Seção 1, pág. 71, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.093126/2012-92 - ANDRE DORADO MAMANI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 29/01/2013, Seção 1, pág. 24, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.079547/2012-19 - ROLANDO MARTINEZ PANIAGUA e WILMA NOYEMI AGUILAR QUISPE

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08444.012046/2013-97 - ALEXIS MICHEL ACOSTA MARTINEZ

Processo Nº 08444.012159/2013-92 - DEBORAH ELISA RIVAS PEREIRO

Processo Nº 08434.003409/2013-12 - JOAQUIM JOSE DE ALMEIDA ANDAIA

Processo Nº 08441.005898/2013-58 - VERONICA LUCIANA CARDOZO RODRIGUEZ

Processo Nº 08441.006604/2013-13 - ANA JANET VILLAFAN VIERA

DEFIRO o pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 01/97 do Conselho Nacional de Imigração,

Processo Nº 08260.005081/2013-16 - PAULO JORGE CANAS RODRIGUES

DEFIRO o presente pedido de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.

Processo Nº 08444.012021/2013-93 - VERONICA LUCIA BUENO

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009.

Processo Nº 08442.002310/2013-02 - CARLOS MAURICIO CALVI

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:abaixo relacionados;

Processo Nº 08505.066863/2013-01 - APOLINARIO MAMANI BASANTE

Processo Nº 08387.002648/2013-68 - EDUARDO CESAR GONZALWEZ e OLINDA PICARDI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/04/2013, Seção 1, pág. 54, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.074339/2011-34 - ZENON RAMOS QUISPE , EMERSON LEAO RAMOS FABABA e AYDA ORFITH FABABA PIZANGO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 25/01/2013, Seção 1, pág. 33, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.088150/2012-18 - NILDA TININI DE CUSI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/01/2013, Seção 1, pág. 40, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.083622/2012-38 - HERNAN CONDORI MAMANI

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/01/2013, Seção 1, pág. 121, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.078593/2012-92 - EVARISTO ROMERO TROCHE , JORGELINA DOMINGUEZ MARTINEZ e ANGELES NOCHELI ROMERO DOMINGUEZ

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/01/2013, Seção 1, pág. 131, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.079404/2012-07 - MAGALI VARGAS

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/03/2013, Seção 1, pág. 85, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.063154/2011-02 - VITALIO HILARIO ARUQUIPA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/10/2012, Seção 1, pág. 43, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.067293/2012-88 - GRICELDA PINTO BARRERA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 20/06/2012, Seção 1, pág. 55, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.076160/2011-11 - AKIRA TAKARA e KAZUKO TAKARA

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 05/12/2012, Seção 1, pág. 44, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.004040/2012-60 - CAMILA FERREIRO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/10/2012, Seção 1, pág. 39, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.050985/2011-14 - PEI JU CHUNG
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 03/01/2013, Seção 1, pág. 131, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.079514/2012-61 - JUAN CRESCENCIO MARCA QUISPE
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/06 / 2013, Seção 1, pág 51, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.015532/2013-03 - CARLOS ANGEL FLORES RIOS
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/10/2012, Seção 1, pág. 47, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.047486/2011-31 - KAI MARTIN WAGNER
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 14/02/2013, Seção 1, pág 19, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08286.001179/2012-17 - ROSA MARIA MATIAS DOS SANTOS LOUCAO
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 30 /_08 / 2012_, Seção 1, pág 44_, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.028821/2011-01 - MAUDE DOLBEC LORTIE
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/07/2012, Seção 1, pág 30, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08339.005853/2011-99 - AGUSTINA BENITEZ DE VARGAS
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 04/06/2013, Seção 1, pág. 31, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.004096/2012-14 - ELSA CASALETT
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/05/2013, Seção 1, pág. 32, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.004075/2012-07 - LUCIA ALAIMO
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 19/04/2013, Seção 1, pág. 59, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08354.003308/2012-51 - HOFESH MAOZ AZIZ
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/06/2013, Seção 1, pág 51, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.011069/2013-12 - RUBEN CHARLE MARTINEZ MAMANI
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 15/10/2012, Seção 1, pág 38, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08491.001254/2012-14 - RAMONA DEL CARMEN LOPEZ ZALAZAR
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 26/02/2013, Seção 1, pág. 25, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009.

Processo Nº 08089.004571/2011-63 - FERNANDO DA CRUZ DURAES
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 16/11/2012, Seção 1, pág 46, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08706.003043/2012-53 - MASSIEL DIAZ GALEA
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 29/10/2012, Seção 1, pág 43, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.073795/2012-48 - JULIO RAMOS VALDEZ
Determino a REPUBLICAÇÃO do Ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 23/07/2012, Seção 1, pág. 22, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.063899/2011-63 - SAIDA EMMA FLORES APACANI
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 24/01/2013, Seção 1, pág 120, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08295.010952/2012-27 - LUIS FERMIN SUAREZ HUERTA
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 18/03/2013, Seção 1, pág 83, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08495.002474/2011-44 - NORMA ISABEL TROCHE ORTIZ
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 22/04/2013, Seção 1, pág 39, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.092998/2012-33 - BATOUL KANBAR
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 05/12/2012, Seção 1, pág 45, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.004129/2012-23 - BERTA ANTONIO MANUEL MULENZA
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 28/05/2013, Seção 1, pág 26, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.093303/2012-31 - MARIA ANTONIA DUARTE ESCOBAR
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 10/04/2013, Seção 1, pág 57, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.092602/2012-58 - IGNACIO GAUTO GUILLEN
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 09/07/2013, Seção 1, pág 46, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08505.007383/2013-09 - FABIOLA LAJUDIT TANCARA FLORES
Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 05/09/2012, Seção 1, pág 51, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 fevereiro de 2009.

Processo Nº 08460.013010/2011-61 - MARIA VRAGOVA
Tendo em vista o pedido de cancelamento do processo formulado pelo(a) japonesa ASAKO HAYASHI FERREIRA DE FIGUEREDO, REVOGO o ato DEFERITÓRIO publicado no Diário Oficial da União de 11/07/2013, Seção 1, pág. 227, para ARQUIVAR o pedido de permanência, visto o requerente encontrar-se fora do País.

Processo Nº 08495.002158/2012-53 - ASAKO HAYASHI FERREIRA DE FIGUEIREDO

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001451/2014-80 - BEAU DEVIN HUKILL, até 30/12/2015

Processo Nº 08000.001550/2014-61 - MICHAEL JASPER LARS WESSELS, até 02/08/2016

Processo Nº 08000.004172/2014-78 - PHILIP ROBERT EVANS, até 08/04/2016

Processo Nº 08000.028417/2013-71 - NATHAN MADISON DONALDSON, até 30/12/2015

Processo Nº 08000.028425/2013-18 - BEN A DONNELL, até 30/12/2015

Processo Nº 08461.005621/2013-97 - BOGDAN MARIAN POSPIHAL, até 25/06/2015

Processo Nº 08000.001271/2014-06 - LUCIJANO KRZELJ, até 27/02/2016

Processo Nº 08000.019903/2013-07 - NOEL DAYRIT NUGUID, até 30/10/2015

Processo Nº 08000.028328/2013-25 - LOBEL DOLARESA LIBO ON, até 12/09/2015

Processo Nº 08000.021433/2013-33 - EVERT REY PATINO, até 25/09/2015

Processo Nº 08000.001865/2014-17 - JAMES FREDRICK STEWART JR, até 30/12/2015

Processo Nº 08000.000104/2014-30 - ALLEN JOHN REHMER, até 09/12/2015

Processo Nº 08000.028540/2013-92 - MICHEL LECLERE, até 10/12/2015

Processo Nº 08000.028771/2013-04 - DIDIER ANDRE JOSEPH CHAIX, até 06/08/2016

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País até 01/02/2015. abaixo relacionados;

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.001286/2014-66 - RICHARD ILAGAN FAJARDO, até 01/02/2015

Processo Nº 08000.001468/2014-37 - HARRY ABRAHAMSEN, até 01/02/2015

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 01/02/2015.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.001460/2014-71 - GERALDO BAUTISTA MABALOT, até 01/02/2015

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 31/12/2015.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.001285/2014-11 - CARLOS GASPAR PEREZ, até 31/12/2015

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 31/12/2015

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.001465/2014-01 - ALFREDO MARTINEZ ISLA, até 31/12/2015

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.029672/2013-31 - GUY JOSEPH MANUGUERRA

Processo Nº 08000.002513/2014-71 - CLARENCE WAYNE GUILOTT

Processo Nº 08000.016735/2013-90 - MELVYN THOMSON

Processo Nº 08000.024858/2013-02 - ABIR SUBHASH-CHANDRA DEY

Processo Nº 08000.028326/2013-36 - SOM RAJ RAI-CHAND

Processo Nº 08000.024858/2013-02 - ABIR SUBHASH-CHANDRA DEY

Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos de prorrogação diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.000108/2014-18 - PETER PULTZ MADSEN

Processo Nº 08000.003643/2014-21 - CHRISTOPHER MICHAEL MARTIN

Processo Nº 08000.013765/2013-44 - JOSKO JURENIC

Processo Nº 08000.023144/2013-79 - IRVAN YASIN

Processo Nº 08000.023804/2013-11 - DIRK JAN SCHUURMAN

Processo Nº 08000.024453/2013-66 - FERNANDO PENAFLOR CASIA

Processo Nº 08000.026308/2013-10 - ARTHUR FIN OLIVERIO

Processo Nº 08000.026736/2013-42 - GEORGIOS FERENTINOS

Processo Nº 08000.027574/2013-60 - ALLAN HOLM MIKKELSEN

Processo Nº 08461.005458/2013-62 - DAVIS NAVARRO LARIOSA

Processo Nº 08461.006046/2013-40 - RAYFORD KEITH WEST

Processo Nº 08461.006848/2013-50 - MARK GIJSBERT BOLL

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/03/2013, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.022484/2012-00 - ARUN KARUNAKARAN ANURAK

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/03/2013, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.021208/2012-16 - MARTIN WANGBERG

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 29/01/2013, Seção 1, pág. 29, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.016577/2012-97 - JESSE JOSEPH WATSON

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 18/06/2013, Seção 1, pág. 31, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.001380/2013-34 - TROND YTRELAND

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 11/06/2014, Seção 1, pág. 42, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.016750/2013-38 - VEERA VENKATA SURYANARAYANA BASINA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/06/2014, Seção 1, pág. 40, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.019940/2013-15 - DARREN GLYN PREECE

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/05/2014, Seção 1, pág. 36, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.019294/2013-88 - MICHAEL BUCHAN

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 23/05/2014, Seção 1, pág. 75, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.019295/2013-22 - GRZEGORZ JOZEF CZAJA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/04/2014, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.016263/2013-75 - BORJE JOHAN HOGSTROM

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 25/04/2014, Seção 1, pág. 32, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.016270/2013-77 - ALEJANDRO CARLOS ALVAREZ MALDONADO

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/03/2014, Seção 1, pág. 53, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.017865/2013-40 - GRAEME WILLIAM MCKINLEY

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/08/2014, Seção 1, pág. 39, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.026672/2013-80 - CESAR AUGUSTO QUINTERO YANES

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pela representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 07/05/2014, Seção 1, pág. 41, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.015785/2013-50 - EDGARDO JOSE AVILA ALDANA

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 27/11/2013, Seção 1, pág. 87, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.009698/2013-63 - NEIL ROGER WILSON

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/03/2014, Seção 1, pág. 48, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.016188/2013-42 - FRANK HAMMERO

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/01/2014, Seção 1, pág. 32, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.007455/2013-91 - HENRY PETER COURTNEY

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/02/2014, Seção 1, pág. 28, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.010939/2013-17 - RAY ANTHONY BREAUD

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/02/2014, Seção 1, pág. 31, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.010940/2013-41 - CALEB JAMES EASTON

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 17/01/2014, Seção 1, pág. 83, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.009384/2013-61 - GRAEME CHARLES GILBERT

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/10/2014 Seção 1, pág. 36, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.027153/2013-39 - CHANGXIN HE

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 29/10/2014, Seção 1, pág. 09, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.023001/2013-67 - BALAN THANJI

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 14/03/2013, Seção 1, pág. 37, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.022230/2012-83 - KEVIN ALAN BOARDMAN

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 06/03/2013, Seção 1, pág. 38, bem assim determino o arquivamento do pedido.

Processo Nº 08000.022226/2012-15 - ASHRAF LAGKAR

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item I,

Processo Nº 08280.015972/2013-34 - SHADI CHOOBINEH, até 03/10/2015

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s),

Processo Nº 08212.000210/2014-28 - ALICE MARIANNE AXELLE ROUX, até 22/02/2015

Processo Nº 08260.002266/2014-41 - HANNES LEUSCHNER, até 28/02/2015

Processo Nº 08270.005784/2014-06 - MURTALA MOHAMED DJALO, até 29/01/2015

Processo Nº 08270.006583/2014-18 - SOW RAY AUGUSTO BAIO, até 02/03/2015

Processo Nº 08270.006766/2014-33 - JULIA DE FÁTIMA JOSÉ BREGANHA, até 12/02/2015

Processo Nº 08270.006780/2014-37 - EUMIR TEN JUA BARREIROS, até 05/04/2015

Processo Nº 08280.001950/2014-78 - JONATHAN MPOTO JONATHAN, até 19/02/2015

Processo Nº 08280.006799/2014-64 - BETZABETH NATALIA LAJO YANEZ, até 02/03/2015

Processo Nº 08280.026720/2013-31 - JANISIA HELENE LIMA MOTA, até 28/02/2015

Processo Nº 08295.029949/2013-68 - CESAR BENITES MARIO ZIDORA, até 08/03/2015

Processo Nº 08354.001068/2014-11 - LARIOS NELCAEL MENSAH, até 14/02/2015

Processo Nº 08354.001779/2014-96 - VALDANO AQUIVO NDOMONAHENDA, até 17/02/2015

Processo Nº 08364.002074/2013-96 - URSILA MANGA ARIDJA, até 19/02/2015

Processo Nº 08386.002639/2014-68 - FREDDY ELI ZAMBRANO GAVILANES, até 20/03/2015

Processo Nº 08386.002672/2014-98 - JHIBRAN FERRAL PINA, até 27/02/2015

Processo Nº 08390.000601/2014-91 - DULCE MARIA GARCIA Y GARCIA, até 09/03/2015

Processo Nº 08390.000749/2014-26 - ORVANDO WESSEL MATOSO DA SILVA, até 27/02/2015

Processo Nº 08390.000931/2014-87 - CHANTHAL GABRIELA SALAZAR GARCIA, até 28/02/2015

Processo Nº 08444.011825/2013-75 - BO WEI, até 20/02/2015

Processo Nº 08444.012225/2013-24 - IVANILDE RIBEIRO DA CUNHA, até 24/02/2015

Processo Nº 08457.015045/2013-55 - ABELLA CRISTINA BLANDON CARBAJAL, até 07/01/2015

Processo Nº 08460.003889/2014-85 - LUIS CANJONGO JANUARIO, até 11/02/2015

Processo Nº 08460.005252/2014-23 - JULINE MERIAM WHYTE, até 13/03/2015

Processo Nº 08492.027477/2013-82 - CRISTOPHER BASTIDAS LEON, até 26/01/2015

Processo Nº 08501.000962/2014-33 - JENIFFER SENA BAPTISTA FERREIRA, até 13/02/2015

Processo Nº 08505.011099/2014-18 - CARLOS PATRICIO MONTENEGRO SILVA, até 20/02/2015

Processo Nº 08505.036031/2014-33 - GEORGETE IOLANDA JERONIMO PEREIRA, até 12/05/2015

Processo Nº 08506.021017/2013-44 - LOURENCA SIMAO DA SILVA e SILVINIA CASSOMA DA SILVA, até 04/02/2015

Processo Nº 08514.002018/2014-71 - XIMENA ELIZABETH PUENTES MARTINEZ, até 18/03/2015

Processo Nº 08707.000564/2014-19 - AKBAR ALI, até 15/03/2015

Processo Nº 08707.000708/2014-29 - LUISA FERNANDA GARCIA SALAZAR, até 15/03/2015

Processo Nº 08707.013811/2013-58 - JULIAN DAVID ALVARADO CASTILLO, até 22/01/2015

DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item VII,

Processo Nº 08495.005329/2013-87 - PHILIPPE JEAN HENRI ROCHE, até 25/01/2015

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista, o não cumprimento da (s) exigência(s) formuladas por esta Divisão.

Processo Nº 08280.001776/2014-63 - NICHOLAS PHILIPPE RIEGEL

Determino o arquivamento do presente processo, diante do término do curso.

Processo Nº 08460.003986/2014-78 - ADALGISA TEIXEIRA CORREIA

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato de ARQUIVAMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 27/10/2014, Seção 1, página 23, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até: 26/03/2015.

Processo Nº 08505.019478/2014-48 - PAOLA ANDREA ORTIZ VARGAS

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato de INDEFERIMENTO do pleito, publicado no Diário Oficial de 30/092014, Seção 1, página 65, DEFIRO o pedido de reconsideração para conceder a prorrogação de prazo da estada até: 02/04/2015.

Processo Nº 08702.001224/2014-47 - YULY ANDREA CAICEDO BLANCO

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 234, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: AL UNSER JR. TURBO RACING (Estados Unidos da América - 1988)
Produtor(es): DATA EAST USA CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004714/2014-23
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: ADVENTURES OF TOM SAWYER (Japão - 1989)
Produtor(es): WINKYSOFT
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004716/2014-12
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: ADVENTURES IN THE MAGIC KINGDOM (Japão - 1989)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004717/2014-67
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: A NIGHTMARE - ON ELM STREET (Reino Unido - 1989)
Produtor(es): RARE LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004718/2014-10
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: COCORON (Japão - 1991)
Produtor(es): TAKERU / TAITO CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004728/2014-47
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: COBRA COMMAND (Japão - 1988)
Produtor(es): DATA EAST CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004729/2014-91
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BUBBLE BOBBLE 2 (Japão - 1993)
Produtor(es): TAITO CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004758/2014-53
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BREAK TIME (Japão - 1993)
Produtor(es): OPERA HOUSE INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cassino ou Cartas
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004759/2014-06
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: A BOY AND HIS BLOB (Estados Unidos da América - 1989)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004760/2014-22
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BONKS ADVENTURE (Japão - 1993)
Produtor(es): HUDSON SOFT COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004761/2014-77
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: THE BLUE MARTIN (Estados Unidos da América - 1991)
Produtor(es): HOT-B USA, INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004764/2014-19
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BLADES OF STEEL (Japão - 1988)
Produtor(es): KONAMI CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004765/2014-55
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BIG FOOT (Austrália - 1990)
Produtor(es): KROME STUDIOS MELBOURNE/BEAM SOFTWARE
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004766/2014-08
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: BIG BIRD`S - HIDE AND SPEAK (Estados Unidos da América - 1990)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004767/2014-44
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: THE ORDER: 1886 (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): SONY COMPUTER ENTERTAINMENT AMERICA
Distribuidor(es): Sony Computer Entertainment America
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência Extrema
Processo: 08017.004773/2014-00
Requerente: SONY COMPUTER ENTERTAINMENT

Título: CYBER BALL (Estados Unidos da América - 1991)
Produtor(es): ATARI GAMES CORP
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004776/2014-35
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: CYBERNOID: THE FIGHTING MACHINE (Reino Unido - 1989)
Produtor(es): RAFFAELE CECCO
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004777/2014-80
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DAISENRYAKU (Japão - 1986)
Produtor(es): BOTHTEC COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004778/2014-24
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DARKMAN (Estados Unidos da América - 1991)
Produtor(es): OCEAN SOFTWARE
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004779/2014-79
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DEADLY TOWERS (Japão - 1986)
Produtor(es): LENAR CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004783/2014-37
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DEFENDER OF THE CROWN (Japão - 1989)
Produtor(es): KONAMI CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004784/2014-81
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DEFENDER OF THE CROWN 2 (Japão - 1989)
Produtor(es): HAL LABORATORY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004785/2014-26
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 235, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: DEMON SWORD (Japão - 1990)
Produtor(es): TOSE COL., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.004786/2014-71
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DESERT COMMANDER (Japão - 1989)
Produtor(es): KEMCO CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Estratégia
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004787/2014-15
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DESTINATION EARTHSTAR (Japão - 1990)
Produtor(es): INFINITY CO., LTD. / IMAGINEERING COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004788/2014-60
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DESTINY OF AN EMPEROR (Japão - 1990)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004789/2014-12
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DESTINY OF AN EMPEROR 2 (Japão - 1990)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004790/2014-39
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DIG DUG (Japão)
Produtor(es): NAMCO LIMITED
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004792/2014-28
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DIG DUG 2 (Japão)
Produtor(es): NAMCO LIMITED
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004793/2014-72
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DIGGER T. ROCK: LEGEND OF THE LOST CITY (Reino Unido - 1990)
Produtor(es): RARE LTD,
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004794/2014-17
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DONKEY KONG 3 (Estados Unidos da América - 1986)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004795/2014-61
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DONKEY-KONG JR (Estados Unidos da América - 1986)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA INC
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004797/2014-51
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DORAEMON (Japão - 1990)
Produtor(es): HUDSON SOFT COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004799/2014-40
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DOUBLE DARE (Reino Unido - 1988)
Produtor(es): RARE LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004800/2014-36
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DOUBLE DRIBBLE (Japão - 1987)
Produtor(es): KONAMI CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004801/2014-81
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DUCK TALES (Japão - 1989)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004808/2014-01
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DUCK TALES 2 (Japão - 1993)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004809/2014-47
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DUSTY DIAMOND`S ALL-STAR SOFTBALL (Estados Unidos da América - 1990)
Produtor(es): CAPCOM CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004810/2014-71
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: DYNOWARZ: DESTRUCTION OF SPONDYLUS (Japão - 1989)
Produtor(es): BANDAI CO., LTD.
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004811/2014-16
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: ELEVATOR ACTION (Japão - 1987)
Produtor(es): TAITO CORPORATION
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004812/2014-61
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: ELITE (Estados Unidos da América - 1991)
Produtor(es): DAVID BRABEN AND IAN BELL
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004813/2014-13
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: EXCITE BIKE (Japão - 1984)
Produtor(es): NINTENDO COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004815/2014-02
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: FELIX THE CAT (Japão - 1992)
Produtor(es): HUDSON SOFT COMPANY
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004820/2014-15
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

Título: HUDSON HAWK (Estados Unidos da América - 1992)
Produtor(es): OCEAN SOFTWARE
Distribuidor(es): BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aplicativo
Plataforma: DVD PLAYER BRITÂNIA/PHILCO
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.004859/2014-24
Requerente: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 236, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: BITCOIN RISE AND FALL (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Andresen Brian Armstrong/Margaux Avedisian
Diretor(es): Nicholas Mross
Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Documentário/Suspense/Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas
Processo: 08017.003736/2014-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: FALLING SKIES - A TERCEIRA TEMPORADA COMPLETA (+ ADICIONAIS) (FALLING SKIES - THE COMPLETE THIRD SEASON, Estados Unidos da América - 2013)
Episódio(s): 01 A 10
Produtor(es): Steven Spielberger
Diretor(es): Greg Beeman/Sergio Mimica Gezzan/Adam Kane
Distribuidor(es): AMZ MIDIA INDUSTRIAL S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.003742/2014-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: POWER RANGERS SUPER SAMURAI - 19º TEMPORADA - VOLUME 1 (+ ADICIONAIS) (POWER RANGERS SUPER SAMURAI - SEASON 19 - VOL. 1, Estados Unidos da América - 2012)
Episódio(s): 01 A 08
Produtor(es):
Diretor(es): Jonathan Brough/Akhiro Noguchi/Variados
Distribuidor(es): AMZ MIDIA INDUSTRIAL S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.003745/2014-67
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AS AVENTURAS DE PADDINGTON (PADDINGTON, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Rosie Alison/Steven Denure/Michael Donovan/Alexandra Ferguson/David Heyman/Michael Hirsh/Manohar Tahilramani
Diretor(es): Paul King
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.003831/2014-70
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: ANTONIO VIVALDI CELLO SONATAS (Brasil - 2014)
Produtor(es): Afinal Filmes Ltda.
Diretor(es): Alexandre Rocha Garcia Gonçalves/Ana Paula Dantas Camarinha
Distribuidor(es): SARAPUÍ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.003843/2014-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
CONSELHO PLENO

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento, de pedido de uniformização de jurisprudência e reclamação ao conselho pleno, da Quarta Sessão Ordinária a ser realizada no dia 27/28 do mês de novembro de 2014 às 11:00 horas, na sede do Órgão situada no Setor de Autarquia Sul - SAUS - Quadra 4 - Bloco "K" - 7º andar - Brasília - Distrito Federal.

Voto Divergente - Ana Paula Fernandes
RELATOR: Rafael Schmidt Waldrich
Protocolo: 35779.000178/2011-03 (SP)
NB: 41/155.552.269-3
Interessados: Domingos Ribeiro da Silva
Declaração de Voto - Lívia Valéria Lino Gomes
RELATOR: Geraldo Almir Arruda
Protocolo: 37145.000439/2009-44
NB: 139.832.784-8
Interessado: Jorge Marques
Declaração de Voto - Lívia Valéria Lino Gomes
RELATOR: Geraldo Almir Arruda
Protocolo: 37145.000797/2009-57
NB: 141.124.079-8
Interessado: Antônio Guedes Júnior
Declaração de Voto - Lívia Valéria Lino Gomes
RELATOR: Geraldo Almir Arruda
Protocolo: 37145.000483/2009-54
NB: 139.832.742-2
Interessado: José Antônio Medeiros
RELATORA: Ana Cristina Evangelista
NB: 152.936.398-2
Interessado: Nilza Isabel do Prado
RELATOR: Rodolfo Espinel Donadon
Protocolo: 36086.000773/2011-00
NB: 150.984.934-0
Interessado: Anastácio Lino da Silva
RELATORA: Maria Cecília de Araújo
Protocolo: 35475.000688/2010-14 (SP)
NB: 42/147.810.287-7
Interessado: Dorival Francisco dos Santos
Protocolo: 36414.001152/2011-76 (RJ)
NB: 42/155.818.618-0
Interessado: Aloncio Gonçalves Corguinho
RELATORA: Maria Madalena Silva Lima
Protocolo: 35380.001004/2002-32
NB: 120.085.425-7
Interessado: Victoria Bueno Cuenca Benito
RELATORA: Lívia Maria Rodrigues Nazareth
Protocolo: 37322.002371/2010-83
NB: 153.162.651-0
Interessado: Neusa Estevam Quintanilha
Protocolo: 36994.0011341/2012-46
NB: 157.087.701-4
Interessado: José Pedro de Carvalho
RELATOR: Geraldo Almir Arruda
Protocolo: 35475.001024/2011-45
NB: 152.559.506-4
Interessado: Rinaldo Leite
Protocolo: 36892.003107/2013-82
NB: 077.004.303-8
Interessado: Katiúscia de Melo Albuquerque
Protocolo: 36892.007306/2013-60
NB: 082.051.822-0
Interessado: Ana Priscila Carlos
Protocolo: 35237.001413/2012-64
NB: 146.610.641-4
Interessado: Josiene Moreira de Souza

Pauta de Julgamento, de Pedido de Declaração de Nulidade do Enunciado nº 35/2013, da Segunda Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 27 do mês de novembro de 2014 às 09:00 horas, na sede do Órgão situada no Setor de Autarquia Sul - SAUS - Quadra 4 - Bloco "K" - 7º andar - Brasília - Distrito Federal.

RELATORA: ANA PAULA FERNANDES
Protocolo: 35000.000135/2014-63
Processo inicial: José Marcos Custódio
Protocolo: 35779.00178/2001-03

CARLOS ALEXANDRE DE CASTRO MENDONÇA
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º e o inciso I do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MPAS nº 00000.002104/1989-15, comando nº 379968072 e juntada nº 389415749, resolve:

N° 602 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Contribuição Definida Prevdow, CNPB nº 1990.0010-92, administrado pela Prevdow - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00440.000023/1919-93, sob o comando nº 385272197 e juntada nº 389599800, resolve:

N° 603 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios Portoprev - CNPB nº 1993.0025-29, administrado pelo Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 44000.000733/2004-51, sob o comando nº 380682025 e juntada nº 389666595, resolve:

N° 604 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre a DENTAL UNI - Cooperativa Odontológica (nova denominação social da UNIODONTO de Curitiba - Cooperativa Odontológica) e o Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, na qualidade de administrador do Plano de Benefícios DentalUNIPrev (antes denominado Plano de Benefícios UNIODONTO CTBA Previdência) - CNPB nº 2012.0016-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000041/2014-56, comando nº 375415398 e juntada nº 388993250, resolve:

N° 605 - Art. 1º Autorizar a retirada da patrocinadora Merck S.A do Plano de Benefícios Merckprev - CNPB nº 2003.0006-74, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.562, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita Municípios e Estados a receberem recursos referentes aos Investimentos para ampliação de Centro de Parto Normal (CPN) e Ambiência em Servicos que realizam Partos.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria n º 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que institui as diretrizes e objetivos para a organização de atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.236/GM/MS, de 1 de outubro de 2012, que acresce e altera dispositivos das Portarias nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011; nº 2.395/GM/MS, de 13 de outubro de 2011; e nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012;

Considerando a Portaria nº 904/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que estabelece diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento à mulher e ao recém-nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o Componente Parto e Nascimento da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal;

Considerando a Portaria nº 650/SAS/MS, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre os Planos de Ação regional e municipal da Rede Cegonha, que são os documentos orientadores para a execução das fases de implementação da rede, assim como para o repasse dos recursos, o monitoramento e a avaliação da implementação da Rede Cegonha, conforme consta no § 2º do art. 8º da Portaria nº 1.459/GM/MS de 24 de junho de 2011, que instituiu, no âmbito do SUS, a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 492/SAS/MS, de 30 de abril de 2013, que readéqua o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES);

Considerando a Portaria Interministerial nº 39, de 6 de fevereiro de 2014; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 40/MF/MP/CGU/SRI, de 6 de fevereiro de 2014, que disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) para a celebração de convênios e contratos de repasse objetivando a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013, resolve:

Art. 1º Habilita os Municípios e Estados descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos referentes a investimentos para ampliação de: Centro de Parto Normal (CPN) e Ambiência em Serviços que realizam Partos.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros de investimentos.

Art. 3º Os entes federativos que forem contemplados com financiamento previsto nos termos do art. 1º ficam sujeitos ao cumprimento dos seguintes prazos para execução e conclusão das obras e efetivo início de funcionamento das unidades:

I - Nove (9) meses, a contar da data do pagamento do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para a emissão da Ordem de Início de Serviço e sua inserção no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB), cujo acesso encontra-se disponível por meio do sítio eletrônico http://dab.saude.gov.br/sistemas/sismob/; e

II - Dezoito (18) meses, a contar da data do pagamento do incentivo financeiro no respectivo fundo de saúde, para emissão do Atestado de Conclusão de Obra da Unidade e sua inserção no SISMOB.

Art. 4º Os Estados, Distrito Federal e os Municípios beneficiados com recursos tratados por essa Portaria, são responsáveis pela contínua atualização das informações no SISMOB, no mínimo uma vez a cada 60 (sessenta) dias, responsabilizando-se, ainda, pela veracidade e qualidade dos dados fornecidos, quais sejam:

I - Informações relativas ao estabelecimento, ao imóvel, ao projeto e à contratação;

II - Informações relativas à execução física da obra, incluindo- se fotos; e

III - Informações relativas à conclusão da obra, incluindo-se fotos.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de modificação das informações descritas neste artigo até 60 (sessenta) dias após a última inserção de dados, o ente federativo ainda assim fica obrigado a acessar o SISMOB para registro dessa atividade no próprio sistema informatizado.

Art. 5º Na hipótese de descumprimento dos prazos definidos no art. 3º, o ente federativo beneficiário estará sujeito:

I - À devolução imediata dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, mas apenas em relação aos recursos que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e não executados; e

II - Ao regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, em relação aos recursos financeiros que foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o respectivo fundo de saúde e executados parcial ou totalmente em objeto diverso ao originalmente pactuado.

Art. 6º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros percebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 7º Estabelecer que os recursos de que trata essa Portaria, dada a natureza plurianual das obras em questão, apresentarão efeitos orçamentários e financeiros inclusive em exercício posterior, de acordo com os prazos previstos no art. 3º.

Paragrafo único. Tais recursos são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

Centro de Parto Normal (CPN) e Ambiência em Serviços que realizam Partos

UF	MUNICÍPIO	IBGE	NOME DO ESTABELECIMENTO	CNES	CNPJ	Nº PROPOSTA	VALOR PROPOSTA	COMPONENTE	EMENDA	OBJETO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	FRUTUOSO GOMES	240400	HOSPITAL MATERNIDADE SEVERINA CARLOS DE ANDRADE	2380846	113135470001-63	11313547000114004	R$ 249.980,00	AMBIÊNCIA	12550007	AMPLIAÇÃO	10.302.2015.8535.0024
RN	FRUTUOSO GOMES	240400	HOSPITAL MATERNIDADE SEVERINA CARLOS DE ANDRADE	2380846	113135470001-63	113135470001114003	R$ 249.560,00	CPN	29020007	AMPLIAÇÃO	10.302.2015.8535.0024
Total							R$ 499.540,00				

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.563, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Boa Vista (RR) a receber recurso de Emenda Parlamentar para Construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com base na Portaria nº 615/GM/MS, de 2013.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor que os recursos do Fundo Nacional de Saúde destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, de custeio e capital a serem executados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios serão transferidos diretamente aos respectivos fundos de saúde de forma regular e automática, dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos;

Considerando a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que regulamenta o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Considerando a Política Nacional a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, de 2003;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas no âmbito do SUS, especialmente o disposto nos arts. 14 e 15 que versam a respeito da competência da União, por meio do Ministério da Saúde, de apoio à implementação, financiamento, monitoramento e avaliação da Rede de Atenção Psicossocial em todo o território nacional;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros;

Considerando a Portaria nº 121/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas (Unidade de Acolhimento), no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial, e

Considerando a Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento, em conformidade com a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria Interministerial nº 39, de 6 de fevereiro de 2014; e

Considerando a Portaria Interministerial nº 40/MF/MP/CGU/SRI, de 6 de fevereiro de 2014, que disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) para a celebração de convênios e contratos de repasse objetivando a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013, resolve:

Art. 1º Habilita o Município de Boa Vista (RR), conforme Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013 a receber o incentivo financeiro para investimento referente à construção de Centros de Atenção Psicossocial, no exercício de 2014 através de emendas parlamentares, conforme anexo I.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência do incentivo financeiro de investimento estabelecido no art. 5º da Portaria nº 615/GM/MS, de 15 de abril de 2013, na forma definida nos incisos I, II e III do art. 9º dessa mesma Portaria, para os Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, na forma do anexo desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

MUNICÍPIO HABILITADO PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO
CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

UF	MUNICÍPIO	IBGE	Nº DA PROPOSTA	CNPJ	VALOR DA PROPOSTA	VALOR DA PRIMEIRA PARCELA	CODIGO DA EMENDA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RR	BOA VISTA	140010	13464636000114028	13464636000136	800.000,00	160.000,00	26690003	10.302.2015.8535.0238

PORTARIA Nº 2.564, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Localiza, temporariamente, no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, em São Paulo, DAS 102.2.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Localizar, temporariamente, no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo, o cargo de Assistente, código DAS 102.2, nº 37.0030, do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 2.571, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 1.232, de 20 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014 que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes e serviços que farão parte da Atenção Básica de Saúde Prisional e inclui na tabela de Tipos de Equipes do SCNES, os tipos de Equipe de Saúde no Sistema Prisional (ESP); e

Considerando as Portarias que aprovam a adesão de Estados e Municípios à PNAISP, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de custeio mensal, conforme as solicitações aprovadas constantes no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores descritos, para os respectivos Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, serão oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, do bloco de financiamento Atenção Básica - PAB Variável.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

Nº proposta	UF	Município	IBGE	Componente/serviço	Valor aprovado	CNPJ beneficiário
2455/2014	AM	PARINTINS	130340	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.580,08	11.429.713/0001-91
2707/2014	AM	ITACOATIARA	130190	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	27.060,23	13.639.469/0001-17
2764/2014	DF	BRASÍLIA	530010	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	47.674,46	12.116.247/0001-57

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2769/2014	DF	BRASÍLIA	530010	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	47.674,46	12.116.247/0001-57
2767/2014	DF	BRASÍLIA	530010	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3	47.674,46	12.116.247/0001-57
2017/2014	MS	COXIM	500330	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	25.141,06	03.510.211/0003-24
2482/2014	MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI	500348	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II com Saúde Mental (EABP2SM)	46.958,63	24.616.187/0001-10
2509/2014	MS	MUNDO NOVO	500568	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.580,08	11.306.864/0001-52
2703/2014	MS	IGUATEMI	500430	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.184,33	11.169.389/0001-10
2379/2014	MS	BELA VISTA	500210	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	6.371,58	12.457.020/0001-75
2520/2014	MS	JARDIM	500500	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.975,83	11.891.451/0001-82
2519/2014	MS	JARDIM	500500	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.975,83	11.891.451/0001-82
2657/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.605,73	83.369.835/0001-40
2671/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II com Saúde Mental (EABP2SM)	34.646,31	83.369.835/0001-40
2662/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II com Saúde Mental (EABP2SM)	35.218,97	83.369.835/0001-40
2877/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.605,73	83.369.835/0001-40
3158/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.605,73	83.369.835/0001-40
3208/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.605,73	83.369.835/0001-40
3159/2014	PA	BELÉM	150140	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.605,73	83.369.835/0001-40
2732/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	91.053,92	11.430.018/0001-40
2827/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
2824/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	115.964,90	11.430.018/0001-40
2822/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	57.982,45	11.430.018/0001-40
2786/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	45.526,96	11.430.018/0001-40
2825/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	113.387,90	11.430.018/0001-40
2820/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	45.526,96	11.430.018/0001-40
2831/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.413,81	11.430.018/0001-40
2781/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	45.526,96	11.430.018/0001-40
2826/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
2788/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.221,90	11.430.018/0001-40
2829/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
2821/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	57.982,45	11.430.018/0001-40
3029/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	51.969,45	11.430.018/0001-40
3026/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	56.693,95	11.430.018/0001-40
3028/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
3037/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
3035/2014	PE	RECIFE	261160	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	52.398,95	11.430.018/0001-40
2617/2014	RS	IJUÍ	431020	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.221,90	90.738.196/0001-09
2626/2014	RS	SANTA CRUZ DO SUL	431680	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	53.257,95	11.776.182/0001-03
2632/2014	RS	RIO GRANDE	431560	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	51.969,45	12.094.476/0001-18
2860/2014	RS	CHARQUEADAS	430535	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	30.706,64	12.717.209/0001-50
2334/2014	RS	CHARQUEADAS	430535	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo III (EABP3)	68.719,94	12.717.209/0001-50
3206/2014	RS	CRUZ ALTA	430610	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	25.141,06	11.565.792/0001-68
3091/2014	RS	SÃO VICENTE DO SUL	431980	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.975,83	13.874.923/0001-14
3030/2014	RS	ERECHIM	430700	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo II (EABP2)	23.221,90	11.966.932/0001-00
2880/2014	RS	IRAÍ	431050	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.975,83	12.364.539/0001-09
2656/2014	TO	DIANÓPOLIS	170700	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I com Saúde Mental (EABP1SM)	9.573,90	11.301.094/0001-55
2658/2014	TO	LAJEADO	171200	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	6.371,58	11.952.334/0001-81
2488/2014	TO	PORTO NACIONAL	171820	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.580,08	11.315.054/0001-62
2562/2014	TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	171320	Equipe de Atenção Básica Prisional tipo I (EABP1)	5.184,33	11.545.460/0001-11

PORTARIA Nº 2.572, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera os recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Pilar (PB).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de agosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD); e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS, dos dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), relativos à produção de próteses dentárias, no período de janeiro a agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Fica alterado o valor do recurso do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Pilar (PB), conforme abaixo descrito:

I - deduz o montante anual de R$ 136.350,00 (cento e trinta e seis mil e trezentos e cinquenta reais) do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo I a esta Portaria; e

II - estabelece os recursos anuais no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no inciso II do art. 1º desta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Pilar, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO I

UF	Código	Município	Gestão	Portaria de Habilitação	Recurso Anual (R$)
PB	251150	Pilar	Municipal	Portaria nº 870/GM/MS, de 19 de abril de 2010.	108.000,00
				Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	14.000,00
				Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	14.350,00
Total					136.350,00

ANEXO II

UF	Código	Município	Gestão	Valor Anual (R$)	Valor Mensal (R$)
PB	251150	Pilar	Municipal	90.000,00	7.500,00

PORTARIA Nº 2.573, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera os recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Formoso (GO).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de agosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando o Ofício nº 024/2014/SMS, que solicita a readequação da faixa de produção do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Formoso (GO); e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS, dos dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), relativos à produção de próteses dentárias, no período de janeiro a agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Fica alterado o valor do recurso do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Formoso (GO), conforme abaixo descrito:

I - deduz o montante anual de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo I a esta Portaria; e

II - estabelece os recursos anuais no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no inciso II do art. 1º, desta Portaria para o Fundo Municipal de Saúde de Formoso, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007) Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

UF	Código	Município	Portaria de Habilitação	Gestão	Recurso Anual (R$)
GO	520810	Formoso	Portaria nº 1.585/GM/MS, de 2 de agosto de 2013.	Municipal	216.000,00

ANEXO II

UF	Código	Município	Gestão	Valor Anual (R$)	Valor Mensal (R$)
GO	520810	Formoso	Municipal	90.000,00	7.500,00

PORTARIA Nº 2.574, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o anexo da Portaria nº 1.194/GM/MS, de 30 de maio de 2014.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º A gestão do Município de União (PI), publicada no anexo da Portaria nº 1194/GM/MS, de 30 de maio de 2014, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	Município	IBGE	Gestão	Tipo	Valor Mensal	Valor Anual
PI	União	22110	Estadual	SRT tipo I	5.000,00	60.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 2.575, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o anexo da Portaria nº 2.153/GM/MS, de 26 de setembro de 2013, que suspende a transferência de recursos financeiros referentes aos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria nº 2.153/GM/MS, de 26 de setembro de 2013, que suspende a transferência de recursos financeiros referentes aos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), devido à ausência de alimentação de dados no Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar Município de Paulistana (PI) - passa a vigorar da seguinte forma:

UF	CÓDIGO	MUNICÍPIO	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	RECURSO ANUAL (R$) - POR PORTARIA	RECURSO ANUAL (R$) - TOTAL	GESTÃO
PI	220780	Paulistana	Portaria nº 2.071/GM/MS, de 23 de julho de 2010.	36.000,00	R$ 46.100,00	ESTADUAL
			Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	3.200,00		ESTADUAL
			Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	2.400,00		ESTADUAL
				4.500,00		MUNICIPAL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 2.576, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Credencia Municípios a receberem incentivos referentes aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 3.124/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas cria a Modalidade NASF 3 e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 548/GM/MS, de 4 de abril de 2013, que define o valor de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para os Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) Modalidades 1, 2 e 3; e

Considerando a aprovação do credenciamento das Comissões Intergestores Bipartites Estaduais; AC, AM, CE, ES, GO, MA, MG, PB, PE, PR, RN, RS, SC, SE e SP, enviadas ao Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde deste Ministério, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, conforme quantitativo e modalidade definidos, a receberem o incentivo financeiro dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2014.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO AO NASF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	NASF 1	NASF 2	NASF 3	TOTAL
AC	1200104	BRASILEIA	1	0	0	1
Total da UF:		1	1	0	0	1
AM	1300102	ANORI	1	0	0	1
AM	1303502	PAUINI	0	0	1	1
AM	1304302	URUCARA	1	0	0	1
Total da UF:		3	2	0	1	3
CE	2300903	APUIARES	1	0	0	1
CE	2301505	ARNEIROZ	0	1	0	1
CE	2303006	CARIDADE	1	0	0	1
CE	2303907	CHAVAL	1	0	0	1
CE	2304269	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	1	0	0	1
CE	2307700	MARANGUAPE	4	0	0	4
CE	2307908	MARTINOPOLE	0	1	0	1
CE	2310704	PENTECOSTE	2	0	0	2
CE	2311504	QUIXERE	1	0	0	1
CE	2311959	SALITRE	1	0	0	1
CE	2313005	SOLONOPOLE	1	0	0	1
Total da UF:		11	13	2	0	15
ES	3203056	JAGUARE	1	0	0	1
Total da UF:		1	1	0	0	1
GO	5204805	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	0	1	0	1
GO	5206800	DAMOLANDIA	0	0	1	1
GO	5212808	MARA ROSA	0	1	0	1
GO	5219605	SANTA TEREZA DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5221304	TRES RANCHOS	0	0	1	1
Total da UF:		5	0	2	3	5
MA	2101806	BENEDITO LEITE	0	0	1	1
MA	2101905	BEQUIMAO	1	0	0	1
MA	2103158	CENTRO DO GUILHERME	1	0	0	1
MA	2105807	LAGO DO JUNCO	0	1	0	1
MA	2107209	NINA RODRIGUES	1	0	0	1
MA	2109908	SANTA INES	2	0	0	2
MA	2110302	SANTO ANTONIO DOS LOPES	1	0	0	1
Total da UF:		7	6	1	1	8
MG	3126505	FRANCISCO BADARO	0	1	0	1
MG	3132305	ITAIPE	1	0	0	1
MG	3156304	RODEIRO	0	1	0	1
Total da UF:		3	1	2	0	3
PB	2511202	PEDRAS DE FOGO	2	0	0	2
Total da UF:		1	2	0	0	2
PE	2604007	CARPINA	3	0	0	3
PE	2605152	DORMENTES	0	1	0	1
PE	2612000	SAIRE	1	0	0	1
PE	2614402	SOLIDAO	0	1	0	1
Total da UF:		4	4	2	0	6
PR	4110409	INDIANOPOLIS	0	0	1	1
PR	4116059	MISSAL	0	1	0	1
PR	4118501	PATO BRANCO	1	0	0	1
Total da UF:		3	1	1	1	3
RN	2401503	BARCELONA	0	0	1	1
RN	2402105	CAMPO REDONDO	0	1	0	1
RN	2405405	JAPI	0	1	0	1
RN	2411106	RUY BARBOSA	0	0	1	1
RN	2413300	SERRA DE SAO BENTO	0	0	1	1
Total da UF:		5	0	2	3	5
RS	4303400	CAICARA	0	0	1	1
RS	4310702	ITATIBA DO SUL	0	0	1	1
RS	4311791	MARATA	0	0	1	1
RS	4313359	NOVA ROMA DO SUL	0	0	1	1
RS	4317301	SANTA VITORIA DO PALMAR	1	0	0	1
RS	4318622	SAO JOSE DOS AUSENTES	0	0	1	1
Total da UF:		6	1	0	5	6
SC	4200705	ALFREDO WAGNER	0	1	0	1
Total da UF:		1	0	1	0	1
SE	2807501	TOMAR DO GERU	1	0	0	1
Total da UF:		1	1	0	0	1
SP	3504206	AURIFLAMA	0	1	0	1
SP	3508801	CAFELANDIA	0	1	0	1
SP	3523701	ITIRAPUA	0	0	1	1
SP	3532868	NOVA CASTILHO	0	0	1	1
SP	3548708	SAO BERNARDO DO CAMPO	19	0	0	19
Total da UF:		5	19	2	2	23
Total Geral:		57	52	15	16	83

PORTARIA Nº 2.577, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base de cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira outubro de 2014, dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFR	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	1200385	PLACIDO DE CASTRO	0	0	0	1	0	0
AL	2702108	COLONIA LEOPOLDINA	0	0	0	1	0	0
AL	2703304	INHAPI	1	0	0	0	0	10
AP	1600402	MAZAGAO	1	0	0	2	0	4
AP	1600501	OIAPOQUE	1	0	0	0	0	9
BA	2903201	BARREIRAS	2	0	0	1	0	15
BA	2903805	BOA VISTA DO TUPIM	0	0	0	1	0	0
BA	2903904	BOM JESUS DA LAPA	0	0	0	1	0	0
BA	2905156	CAETANOS	0	0	0	1	0	0
BA	2905305	CAFARNAUM	0	0	0	1	0	0
BA	2905701	CAMACARI	0	0	0	2	0	0
BA	2906105	CANAPOLIS	1	0	0	1	0	6
BA	2909406	COTEGIPE	1	0	0	0	0	6
BA	2909901	CURACA	0	0	0	0	0	2
BA	2912202	IBICOARA	0	0	0	1	0	0
BA	2913101	IBITITA	0	0	0	1	0	0
BA	2913507	IGUAI	1	0	0	1	0	6
BA	2916005	ITANHEM	0	0	0	1	0	0
BA	2919207	LAURO DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
BA	2920007	MAIQUINIQUE	0	0	0	1	0	0
BA	2921500	MONTE SANTO	1	0	0	1	0	9
BA	2925006	PLANALTO	0	0	0	1	0	0
BA	2925931	QUIXABEIRA	1	0	0	1	0	3
BA	2927408	SALVADOR	1	0	0	4	0	7
BA	2928604	SANTO AMARO	1	0	0	1	0	8
BA	2928802	SANTO ESTEVAO	0	0	0	1	0	0
BA	2929354	SAO JOSE DA VITORIA	0	0	0	0	0	3
BA	2930303	SERRA DOURADA	1	0	0	1	0	7
BA	2933307	VITORIA DA CONQUISTA	1	0	0	1	0	20
BA	2933505	WENCESLAU GUIMARAES	1	0	0	0	0	3
CE	2300150	ACARAPE	0	0	0	1	0	0
CE	2300507	ALCANTARAS	0	0	0	2	0	0
CE	2304202	CRATO	1	0	0	0	0	6
CE	2304236	CROATA	1	0	0	0	0	7
CE	2304400	FORTALEZA	1	0	0	0	0	10
CE	2305233	HORIZONTE	0	0	0	0	0	1
CE	2307304	JUAZEIRO DO NORTE	1	0	0	1	0	8
CE	2307502	LAVRAS DA MANGABEIRA	1	0	0	0	0	4
CE	2309805	PACOTI	0	0	0	1	0	0
CE	2313906	URUOCA	1	0	0	1	0	4
ES	3200607	ARACRUZ	1	0	0	0	0	8
ES	3201407	CASTELO	0	0	0	1	0	0
ES	3201506	COLATINA	0	0	0	1	0	0
ES	3204500	SANTA LEOPOLDINA	1	0	0	0	0	8
ES	3205101	VIANA	0	0	0	1	0	0
GO	5204904	CAMPOS BELOS	0	0	0	0	1	0
GO	5208707	GOIANIA	1	0	0	0	0	4
MA	2100154	AGUA DOCE DO MARANHAO	1	0	0	1	0	6
MA	2100832	APICUM-ACU	1	0	0	1	0	6
MA	2100956	ARAME	0	0	0	0	0	12
MA	2101301	BACURI	0	0	0	1	0	0
MA	2103604	COROATA	1	0	0	0	0	8
MA	2104107	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	1	0	0	1	0	8
MA	2105005	HUMBERTO DE CAMPOS	0	0	0	1	0	0
MA	2110609	SAO BERNARDO	0	0	0	1	0	0
MA	2111003	SAO JOAO BATISTA	0	0	0	1	0	0
MA	2112803	VIANA	1	0	0	1	0	7
MG	3106200	BELO HORIZONTE	1	0	0	0	0	7
MG	3109709	CACHOEIRA DE MINAS	1	0	0	0	0	8
MG	3112307	CAPELINHA	0	0	0	1	0	0
MG	3117836	CONEGO MARINHO	0	0	0	0	1	0
MG	3118809	CORACAO DE JESUS	0	0	0	1	0	0
MG	3119500	CORONEL MURTA	0	0	0	0	1	0
MG	3126406	FORTUNA DE MINAS	0	0	0	0	1	0
MG	3129905	IBITIURA DE MINAS	0	0	0	0	0	1
MG	3130101	IGARAPE	1	0	0	1	0	5
MG	3131703	ITABIRA	1	0	0	1	0	7
MG	3135506	JEQUERI	0	0	0	0	1	0
MG	3138351	LEME DO PRADO	1	0	0	0	1	6
MG	3143153	MONTE FORMOSO	0	0	0	1	0	0
MG	3143302	MONTES CLAROS	1	0	0	0	0	6
MG	3152170	PONTO DOS VOLANTES	0	0	0	0	1	0
MG	3160306	SANTO ANTONIO DO JACINTO	0	0	0	1	0	0
MG	3161106	SAO FRANCISCO	0	0	0	1	0	0
MG	3162807	SAO JOAO EVANGELISTA	0	0	0	1	0	0
MG	3162922	SAO JOAQUIM DE BICAS	0	0	0	0	1	0
MG	3165537	SARZEDO	1	0	0	1	0	6
MG	3167103	SERRO	1	0	0	1	0	5
MG	3168002	TAIOBEIRAS	1	0	0	1	0	5
MG	3168804	TIRADENTES	1	0	0	0	0	7
MG	3170404	UNAI	0	0	0	0	1	0
MG	3171808	VIRGINOPOLIS	1	0	0	1	0	8
MS	5003702	DOURADOS	1	0	0	1	0	6
MS	5005202	LADARIO	0	0	0	1	0	0
MS	5005608	MIRANDA	1	0	0	1	0	12
MS	5007505	ROCHEDO	1	0	0	1	0	7
MT	5105176	JURUENA	1	0	0	1	0	8
MT	5105606	MATUPA	1	0	0	1	0	7
MT	5107958	TANGARA DA SERRA	1	0	0	1	0	4
PA	1500131	ABEL FIGUEIREDO	1	0	0	1	0	5
PA	1500800	ANANINDEUA	2	0	0	1	0	14
PA	1501808	BREVES	0	0	1	0	0	0
PA	1503093	GOIANESIA DO PARA	1	0	0	0	0	7
PA	1504422	MARITUBA	0	0	0	0	0	1
PA	1506161	RIO MARIA	2	0	0	2	0	12
PA	1506500	SANTA ISABEL DO PARA	2	0	0	2	0	15
PA	1507904	SOURE	0	0	0	1	0	0
PB	2501807	BAYEUX	0	0	0	1	0	0
PB	2501906	BELEM	1	0	0	0	1	5
PB	2505105	CUITE	0	0	0	1	0	0
PB	2505238	CUITE DE MAMANGUAPE	1	0	0	1	0	3
PB	2506301	GUARABIRA	1	0	0	2	0	6
PB	2507507	JOAO PESSOA	2	0	0	2	0	20
PB	2509057	MARCACAO	1	0	0	1	0	5
PB	2511400	PICUI	1	0	0	1	0	7
PB	2511509	PILAR	0	0	0	1	0	0
PB	2511905	PITIMBU	1	0	0	1	0	5
PB	2513703	SANTA RITA	0	0	0	2	0	0
PB	2515302	SAPE	1	0	0	2	0	9
PE	2600401	AGUA PRETA	1	0	0	1	0	8
PE	2601805	BETANIA	1	0	0	1	0	5
PE	2603900	CARNAIBA	1	0	0	0	0	4
PE	2606408	GRAVATA	0	0	0	1	0	0
PE	2606606	IBIMIRIM	1	0	0	1	0	7
PE	2607752	ITAPISSUMA	1	0	0	1	0	4
PE	2607901	JABOATAO DOS GUARARAPES	1	0	0	0	0	5
PE	2608206	JOAQUIM NABUCO	1	0	0	1	0	6
PE	2609808	OROCO	1	0	0	1	0	6
PE	2610400	PARNAMIRIM	0	0	0	1	0	0
PE	2610707	PAULISTA	0	0	0	1	0	0
PE	2610905	PESQUEIRA	0	0	0	1	0	0
PE	2611101	PETROLINA	1	0	0	1	0	6
PE	2611606	RECIFE	0	0	0	1	1	0
PE	2612208	SALGUEIRO	2	0	0	2	0	12
PE	2613602	SAO JOSE DO EGITO	0	0	0	0	1	0
PE	2614105	SERTANIA	0	0	0	1	0	0
PE	2615805	TUPANATINGA	1	0	0	1	0	7
PI	2201101	AVELINO LOPES	0	0	0	1	0	0
PI	2206209	MIGUEL ALVES	0	0	0	1	0	0
PI	2207900	PEDRO II	0	0	0	1	0	0
PI	2211001	TERESINA	0	0	0	1	0	1
PR	4103370	BRASILANDIA DO SUL	0	0	0	1	0	0
PR	4104105	CAMPO DO TENENTE	1	0	0	1	0	3
PR	4106902	CURITIBA	1	0	0	0	1	2
PR	4127106	TELEMACO BORBA	1	0	0	0	0	7
RJ	3300100	ANGRA DOS REIS	1	0	0	0	0	3
RJ	3300456	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	8
RJ	3300506	BOM JARDIM	1	0	0	0	0	7
RJ	3300803	CACHOEIRAS DE MACACU	1	0	0	1	0	8
RJ	3301702	DUQUE DE CAXIAS	0	0	0	1	0	0
RJ	3301900	ITABORAI	1	0	0	0	0	7
RJ	3302007	ITAGUAI	1	0	0	1	0	6
RJ	3302106	ITAOCARA	0	0	0	1	0	0
RJ	3302254	ITATIAIA	1	0	0	1	0	12
RJ	3302304	LAJE DO MURIAE	1	0	0	1	0	9
RJ	3304557	RIO DE JANEIRO	2	0	0	0	1	12
RJ	3304904	SAO GONCALO	5	0	0	4	0	33
RN	2400307	AFONSO BEZERRA	0	0	0	1	0	0
RN	2402402	CARNAUBA DOS DANTAS	0	0	0	1	0	0
RN	2403251	PARNAMIRIM	1	0	0	0	0	6
RN	2408003	MOSSORO	3	0	0	3	0	18
RN	2414407	TOUROS	0	0	0	1	0	0
RO	1100262	RIO CRESPO	0	0	0	1	0	0
RO	1101302	MIRANTE DA SERRA	1	0	0	1	0	7
RR	1400472	RORAINOPOLIS	0	0	0	1	0	0
RS	4303905	CAMPO BOM	1	0	0	0	0	7
RS	4304358	CANDIOTA	0	0	0	1	0	0
RS	4304689	CAPELA DE SANTANA	1	0	0	1	0	5
RS	4309209	GRAVATAI	1	0	0	2	0	4
RS	4312674	NICOLAU VERGUEIRO	1	0	0	1	0	5
RS	4314902	PORTO ALEGRE	5	0	0	3	2	18
RS	4315172	PROTASIO ALVES	0	0	0	1	0	0
RS	4317251	SANTA TEREZA	0	0	0	1	0	0
RS	4317608	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	1	0	0	1	0	7
RS	4320008	SAPUCAIA DO SUL	0	0	0	0	0	1
SC	4201950	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	0	0	0	0	0	1
SC	4202008	BALNEARIO CAMBORIU	2	0	0	1	0	8
SC	4203600	CAMPOS NOVOS	1	0	0	1	0	9
SC	4205407	FLORIANOPOLIS	1	0	0	0	0	4
SC	4206702	HERVAL D'OESTE	0	0	0	1	0	0
SC	4207106	ILHOTA	1	0	0	1	0	5
SC	4207601	IPIRA	0	0	0	1	0	0
SC	4211900	PALHOCA	1	0	0	1	0	3
SC	4215687	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	1	0	0	1	0	8
SC	4218806	TURVO	0	0	0	2	0	0
SC	4219002	URUSSANGA	1	0	0	0	0	7
SE	2802304	FREI PAULO	1	0	0	1	0	6
SP	3502507	APARECIDA	1	0	0	1	0	7
SP	3502804	ARACATUBA	1	0	0	1	0	5
SP	3509254	CAJATI	1	0	0	0	0	7
SP	3509502	CAMPINAS	1	0	0	0	0	3
SP	3511409	CERQUEIRA CESAR	1	0	0	1	0	3
SP	3514700	ECHAPORA	1	0	0	1	0	6
SP	3517604	GUAPIARA	1	0	0	1	0	7
SP	3518800	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	3522307	ITAPETININGA	1	0	0	1	0	6
SP	3523206	ITARARE	1	0	0	1	0	6
SP	3529005	MARILIA	1	0	0	1	0	6
SP	3529401	MAUA	1	0	0	0	0	5
SP	3538709	PIRACICABA	0	0	0	1	0	0
SP	3538907	PIRAJUI	0	0	0	1	0	0
SP	3550308	SAO PAULO	2	0	0	0	1	12
SP	3552007	SILVEIRAS	0	0	0	1	0	0
TO	1717008	PINDORAMA DO TOCANTINS	1	0	0	1	0	7
TO	1717909	PONTE ALTA DO TOCANTINS	1	0	0	1	0	12
TOTAL		195	132	0	1	163	17	863

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.578, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família nos Municípios com irregularidades detectadas em auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em especial o seu anexo I;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades na gestão das ações financiadas por meio do Incentivo Financeiro a Municípios habilitados a Parte Variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para a Saúde da Família, detectadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) em razão do Programa de Fiscalização de Municípios a partir de Sorteio Público (38º sorteio), resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros referentes à Estratégia Saúde da Família, a partir da competência financeira de agosto de 2014, dos Municípios que não corrigiram as irregularidades apuradas em auditoria pela Controladoria-Geral da União (38º Sorteio Público de Fiscalização).

Art. 2º Os Municípios que terão suspensos os incentivos financeiros referentes às Equipes da Estratégia Saúde da Família encontram-se listados no anexo a esta Portaria.

Art. 3º Em conformidade com a Política Nacional de Atenção Básica, a suspensão ora formalizada dar-se-á tão somente quanto ao número de Equipes de Saúde da Família e/ou Saúde Bucal detectadas com irregulares em auditoria e perdurará até a adequação das irregularidades por parte dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

CONSOLIDADO DE SUSPENSÕES REFERENTES AO 38º SORTEIO

UF	MUNICÍPIO	Código IBGE	Nº de Equipes de Saúde da Família suspensas	Nº de Equipes de Saúde Bucal - Modalidade I
AL	Boca da Mata	2701001	1	1
AM	Juruá	1302207	1	1
AP	Ferreira Gomes	1600238		2
BA	Itarantim	2916807	2	2
BA	Maracás	2920502	2	2
ES	Presidente Kennedy	3204302	1	
MA	Mata Roma	2106409	2	2
MS	Douradina	5003504		2
PA	Trairão	1508050	2	1
PA	Vigia	1508209	3	2
PB	Bananeiras	2501500	6	
PE	Terezinha	2615102	2	2
PI	Dirceu Arcoverde	2203354	1	3
PI	Manoel Emídio	2205904	1	1
RN	Martins	2407401	3	2
RN	Paraná	2408607		2
RN	Riacho de Santana	2410801		2
RS	Chiapetta	4305405	1	
SP	Pontal	3540200	1	
TO	Araguatins	1702208	4	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 408ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2014, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.562049/2011-16	UNIMED DE GUARATINGUETÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3178/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085375/2012-79	ASL ASSISTÊNCIA À SAÚDE LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3218/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474739/2012-91	ASSOCIAÇÃO POLICIAL DE ASSISTENCIA À SAÚDE APAS/PV	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3766/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474761/2012-31	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3647/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474762/2012-86	BENEFICENCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3633/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387561/2012-40	BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3440/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315749/2013-77	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, cujas decisões foram mantidas e revistas de ofício pelo Diretor da DIDES, mencionadas na Nota Técnica nº 3670/2014/GGSUS/DIDES/ANS , mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474881/2012-39	FEDERAÇÃO REGIONAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS UNIMEDS DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3364/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474923/2012-31	GARANTIA DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3527/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.436372/2011-27	H.B. SAÚDE S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3514/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561601/2011-41	HBC SAÚDE SA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3227/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.311527/2010-32	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAÚDE SA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3417/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215590/2005-81	LAM ASSISTÊNCIA MÉDICA S/C LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3479/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475068/2012-86	MULTI SAÚDE ASSIS.MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3679/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475073/2012-99	NOSAMED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3634/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475120/2012-02	PRO SALUTE SERVIÇOS PARA A SAÚDE LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3409/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475128/2012-61	PROMÉDICA PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3490/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561790/2011-51	SANAMED SAÚDE SANTO ANTÔNIO LTDA	DIOPE	pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3298/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816964/2011-29	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VOTUPORANGA	DIFIS	pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3435/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426982/2013-84	SEPACO SAÚDE LTDA	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3523/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817032/2011-01	SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3624/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087229/2012-88	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3322/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.475270/2012-16	UNIMED ALTO JACUÍ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3717/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817077/2011-78	UNIMED BETIM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3484/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376159/2011-59	UNIMED COSTA OESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3551/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635639/2012-48	UNIMED DE ANDRADINA COOP.TRAB.MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3626/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497139/2011-11	UNIMED DE ANDRADINA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3872/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475281/2012-98	UNIMED DE ARAGUARI COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, cujas decisões foram mantidas e reconsideradas parcialmente pelo diretor da DIDES, mencionadas na Nota Técnica nº 3578/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475328/2012-13	UNIMED DE ARIQUEMES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3747/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312937/2012-62	UNIMED DE CAMPOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3445/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475361/2012-43	UNIMED DE GUARATINGUETA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3657/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475364/2012-87	UNIMED DE ITAPETININGA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3650/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475375/2012-67	UNIMED DE LINS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICOS	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3567/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562070/2011-11	UNIMED DE MINEIROS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3414/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562087/2011-61	UNIMED DE SANTA BÁRBARA DOESTE E AMERICANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3525/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313013/2012-83	UNIMED DE SÃO ROQUE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3438/2012/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817235/2011-90	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3644/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475476/2012-38	UNIMED LESTE PAULISTA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3695/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475384/2012-58	UNIMED MONTE ALTO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3813/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388636/2012-18	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3419/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861077/2011-13	UNIMED PETRÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3569/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.313198/2012-26	UNIMED POÇOS DE CALDAS SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS mencionadas na Nota Técnica nº 3581/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.350647/2010-55	UNIMED SUL CAPIXABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3664/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861155/2011-71	UNIMED VILHENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3554/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087444/2012-89	UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, mencionadas na Nota Técnica nº 3522/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475269/2012-83	UNIMED ALTO SERRA SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do Recurso, referente às AIHS, cujas decisão foi reconsiderada parcialmente pelo Diretor da DIDES, mencionadas na Nota Técnica nº 3608/2014/GGSUS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO N° 335, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 20 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho 2014, vem tornar pública a decisão administrativa recursal decidindo:

AUTUADO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
25759.067133/2003-85 - AIS: 251344/03-7 - GGPAF/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto modificando a penalidade anteriormente aplicada para advertência. Reunião de 3 de setembro de 2014, por unanimidade

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO - RE N° 4.545, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Substituto de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 1.852, de 13 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. de 14 de novembro de 2014, aliada à Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliadas aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando o Laudo de Análise Fiscal inicial n.º 4737.1P.0/2013, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de pH, abaixo do valor de referência, para o lote 130820A do cosmético CREME CONDICIONANTE RECONSTRUTOR TÉRMICO - STEP 2, marca ROCCAPORENA, resolve:

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 130820 (val.: 20/08/2015) do cosmético CREME CONDICIONANTE RECONSTRUTOR TÉRMICO - STEP 2, marca ROCCAPORENA, fabricado por Timage Indústria Comércio de Cosméticos LTDA. (CNPJ: 58558511/0001-03).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de noventa dias.

TIAGO LANIUS RAUBER

RESOLUÇÃO - RE N° 4.546, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente Substituto de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº. 1.852, de 13 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. de 14 de novembro de 2014, aliada à Portaria nº. 993, de 11 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 13 de junho de 2014, aliadas aos incisos III e VII do art. 123 do Regimento Interno da Anvisa, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 2 de junho de 2014, e suas alterações,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de contraprova n.º 2310.CP.0/2014, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que confirmou o resultado insatisfatório obtido na análise inicial para o ensaio de esterilidade, em razão da detecção da presença do microorganismo Bacillus circulans para o lote 33336101 do medicamento GLICONATO DE CÁLCIO 10%;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o Laudo de Análise Fiscal de testemunho n.º 2311.AT.0/2014, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), que confirmou o resultado insatisfatório obtido na análise inicial para o ensaio de esterilidade, em razão da detecção da presença do microorganismo Bacillus circulans para o lote 33181101 do medicamento GLICONATO DE CÁLCIO 10%, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes 33336101 (val.: 01/07/2015) e 33181101 (val.: 01/04/2015) do medicamento GLICONATO DE CÁLCIO 10% solução injetável IV, fabricado por Isofarma Industrial Farmacêutica Ltda. (CNPJ: 02.281.006/0001-00).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LANIUS RAUBER

SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE N° 4.547, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Inspeção Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.666, de 10 de outubro de 2014, tendo em vista o disposto no art. 108 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014 e suas alterações, e

considerando a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 47594-39.2014.4.01.3400, pelo Juiz Federal da 8ª Vara Federal/DF, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

EMPRESA: UNIFARMA GESTÃO E SOLUÇÃO EM SAÚDE LTDA
ENDEREÇO: RUA MIGUEL ROMANO, N° 73
BAIRRO: CENTRO CEP: 07012060 - GUARULHOS/SP
CNPJ: 05.798.383/0001-09
PROCESSO: 25351.015869/2005-12 AUTORIZ/MS: 1.06079.1
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 20 de novembro de 2014

Processo n.º 25000.156518/2014-31
Interessado: DE MICHIELLI & CAVINATO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DE MICHIELLI & CAVINATO LTDA - EPP, CNPJ nº 04.116.110/0001-74, em LIMEIRA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157380/2014-98
Interessado: CARINE LAVARDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARINE LAVARDA - ME, CNPJ nº 14.294.562/0001-08, em SANTA ROSA/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156549/2014-92
Interessado: JUANIR BADARO CAMPOS JUNIOR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JUANIR BADARO CAMPOS JUNIOR - ME, CNPJ nº 19.587.217/0001-78, em IPATINGA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159551/2014-13
Interessado: DROGARIA DOM BOSCO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DOM BOSCO LTDA - EPP, CNPJ nº 50.048.123/0001-70, em CAMPINAS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156345/2014-51
Interessado: RICARDO DIAS CARDOSO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RICARDO DIAS CARDOSO - ME, CNPJ nº 19.202.750/0001-74, em GONCALVES DIAS/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.160288/2014-13
Interessado: MEL & MIL DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEL & MIL DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.895.998/0001-68, em RIBEIRAO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156553/2014-51
Interessado: CLEUBER RODRIGUES TEIXEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEUBER RODRIGUES TEIXEIRA - ME, CNPJ nº 04.978.038/0001-94, em BARRO ALTO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155339/2014-87
Interessado: ANDRE DE JESUS SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE DE JESUS SILVA - ME, CNPJ nº 17.075.483/0001-96, em SAPUCAIA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155801/2014-46
Interessado: ARCANGELO MIGUEL DEVEGILI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARCANGELO MIGUEL DEVEGILI - ME, CNPJ nº 04.204.395/0001-03, em BARRA VELHA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159549/2014-44
Interessado: DROGARIA CAXANGA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAXANGA LTDA - EPP, CNPJ nº 71.017.552/0001-50, em UBA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.160006/2014-70
Interessado: NATHALIA REIS VILAS BOAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NATHALIA REIS VILAS BOAS - ME, CNPJ nº 14.107.850/0001-06, em CONCEICAO DAS PEDRAS/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155675/2014-20
Interessado: SANDRA DOS S LEAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANDRA DOS S LEAL - ME, CNPJ nº 18.552.868/0001-60, em SAO GONCALO DOS CAMPOS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155354/2014-25
Interessado: NASCIMENTO & LARANJEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NASCIMENTO & LARANJEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 19.260.435/0001-01, em BELO CAMPO/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156728/2014-20
Interessado: DROGARIA MARTINS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARTINS LTDA ME, CNPJ nº 83.113.936/0001-56, em ITAJAI/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156524/2014-99
Interessado: ALESSANDRO ALVES DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALESSANDRO ALVES DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 15.031.968/0001-52, em PETROLINA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156507/2014-51
Interessado: LEIDE A BORGES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEIDE A BORGES - ME, CNPJ nº 14.790.212/0001-24, em FORMOSA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159520/2014-62
Interessado: IRMAOS MARCELINO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRMAOS MARCELINO LTDA - ME, CNPJ nº 18.548.451/0001-23, em MINACU/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo n.º 25000.155700/2014-75
Interessado: N A MOURA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa N A MOURA & CIA LTDA, CNPJ nº 89.055.669/0001-94, em SAPUCAIA DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.158640/2014-42
Interessado: EZIO DE OLIVEIRA TIRADENTES DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EZIO DE OLIVEIRA TIRADENTES DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.026.361/0001-00, em BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157708/2014-76
Interessado: MILTON FLORENTINO DE SA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MILTON FLORENTINO DE SA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.794.501/0001-12, em NOVA AMERICA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159245/2014-87
Interessado: RICARDO DEZEN ARENA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RICARDO DEZEN ARENA - ME, CNPJ nº 04.742.419/0001-70, em FLORIANOPOLIS/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155708/2014-31
Interessado: KAIO DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KAIO DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 17.448.980/0001-92, em UBAPORANGA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.160043/2014-88
Interessado: FABIANY COSTA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANY COSTA DA SILVA - ME, CNPJ nº 11.106.199/0001-53, em PRESIDENTE JUSCELINO/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.153346/2014-44
Interessado: JOSE R DA SILVA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE R DA SILVA - EPP, CNPJ nº 10.426.474/0001-53, em VITORIA DA CONQUISTA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.153353/2014-46
Interessado: FARMACIA DO TRABALHADOR DE TURMALINA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO TRABALHADOR DE TURMALINA LTDA - ME, CNPJ nº 19.211.027/0001-51, em TURMALINA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155867/2014-36
Interessado: FARMACIA CENTRAL DE ITAIPUACU LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL DE ITAIPUACU LTDA - ME, CNPJ nº 97.345.516/0001-00, em MARICA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155298/2014-29
Interessado: SANTA MONICA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTA MONICA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 42.807.230/0001-07, em UBERLANDIA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155831/2014-52
Interessado: LAZARO JUNIOR MEDEIROS DE MELO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAZARO JUNIOR MEDEIROS DE MELO - ME, CNPJ nº 00.217.751/0001-64, em FORTIM/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.158673/2014-92
Interessado: LRS FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LRS FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.128.920/0001-18, em EUCLIDES DA CUNHA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156408/2014-70
Interessado: FARMACIA DO TRABALHADOR DE SAO ROQUE DO CANAA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO TRABALHADOR DE SAO ROQUE DO CANAA LTDA - ME, CNPJ nº 19.765.201/0001-08, em SAO ROQUE DO CANAA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155286/2014-02
Interessado: FARMACIA EXATA DE REALENGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA EXATA DE REALENGO LTDA - ME, CNPJ nº 18.538.650/0001-50, em RIO DE JANEIRO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159534/2014-86
Interessado: FARMACIA UNIVERSAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA UNIVERSAL LTDA - ME, CNPJ nº 31.669.054/0001-78, em SAO GONCALO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155284/2014-13
Interessado: FARMACIA JOHN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JOHN LTDA - ME, CNPJ nº 18.616.679/0001-03, em NAVEGANTES/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157389/2014-07
Interessado: FARMACIA VILA BRASILIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VILA BRASILIA LTDA - ME, CNPJ nº 00.252.528/0001-58, em APARECIDA DE GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.158610/2014-36
Interessado: ANDERSON FERNANDES FLORES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDERSON FERNANDES FLORES - ME, CNPJ nº 14.119.565/0001-05, em LAGUNA/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155321/2014-85
Interessado: FRANCISCA MARIA RODRIGUES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCA MARIA RODRIGUES - ME, CNPJ nº 09.544.604/0001-73, em ARARIPINA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159547/2014-55
Interessado: J.DO CARMO ANGELO DOS PASSOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J.DO CARMO ANGELO DOS PASSOS - ME, CNPJ nº 07.092.356/0001-41, em SAO RAIMUNDO NONATO/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156769/2014-16
Interessado: GILIARDO DE SOUSA FREIRE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GILIARDO DE SOUSA FREIRE - ME, CNPJ nº 06.875.480/0001-10, em ELISEU MARTINS/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo n.º 25000.158620/2014-71
Interessado: KIFARMACIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KIFARMACIA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 41.005.612/0001-54, em SAO GONCALO DO AMARANTE/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159806/2014-48
Interessado: DROGARIA DI PAPPETTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DI PAPPETTE LTDA - ME, CNPJ nº 19.630.840/0001-66, em SAO GONCALO/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155684/2014-11
Interessado: FM - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FM - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 17.604.068/0001-82, em VILA VELHA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155294/2014-41
Interessado: LETICIA BARBOSA BERNARDINELLI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LETICIA BARBOSA BERNARDINELLI - ME, CNPJ nº 19.811.094/0001-07, em MIGUELOPOLIS/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155911/2014-16
Interessado: DROGARIA MIXFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MIXFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.152.550/0001-38, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.154725/2014-51
Interessado: REGINA APARECIDA DE RESENDE FERREIRA CPF:040.437.546-47 - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REGINA APARECIDA DE RESENDE FERREIRA CPF:040.437.546-47 - ME, CNPJ nº 19.828.499/0001-58, em NOVA SERRANA/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159390/2014-68
Interessado: DROGARIA JARDIM ITAPEMIRIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JARDIM ITAPEMIRIM LTDA - ME, CNPJ nº 15.631.340/0001-98, em CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155655/2014-59
Interessado: CBR DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CBR DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.209.722/0001-89, em MIRACEMA/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155791/2014-49
Interessado: RODRIGO ALBERTI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RODRIGO ALBERTI - ME, CNPJ nº 15.740.782/0001-72, em PONTA GROSSA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156717/2014-40
Interessado: DROGARIA SANTO ANTONIO DE PASSA VINTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTO ANTONIO DE PASSA VINTE LTDA - ME, CNPJ nº 13.055.505/0001-03, em PASSA-VINTE/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156596/2014-36
Interessado: DROGARIA PARQUE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PARQUE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.216.458/0001-36, em GOIANIRA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155851/2014-23
Interessado: EDSON CARDOSO DA SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDSON CARDOSO DA SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME, CNPJ nº 13.980.080/0001-30, em GOVERNADOR MANGABEIRA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157627/2014-76
Interessado: FARMACIAS ATENDE BEM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIAS ATENDE BEM LTDA - ME, CNPJ nº 12.532.890/0001-61, em CANOAS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156670/2014-14
Interessado: PRISCILLA SABINO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRISCILLA SABINO - ME, CNPJ nº 16.720.635/0001-01, em LONDRINA/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155694/2014-56
Interessado: BIOFARMA MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIOFARMA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 16.003.725/0001-73, em PADRE BERNARDO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156750/2014-70
Interessado: L DA SILVA BEZERRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L DA SILVA BEZERRA - ME, CNPJ nº 12.271.635/0001-02, em SAO JOAO DOS PATOS/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156512/2014-64
Interessado: DROGARIA SANTA FE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA FE LTDA - ME, CNPJ nº 17.903.043/0001-80, em JARAGUA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.154019/2014-18
Interessado: SALLABERY & MACIEL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SALLABERY & MACIEL LTDA - ME, CNPJ nº 07.360.582/0001-66, em ARROIO DO PADRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155925/2014-21
Interessado: WENDER BATISTA SANTANA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WENDER BATISTA SANTANA - ME, CNPJ nº 19.964.376/0001-44, em CATALAO/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.154139/2014-15
Interessado: ELIANA RONKI - EIRELI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIANA RONKI - EIRELI - ME, CNPJ nº 17.025.544/0001-00, em PEDRO LEOPOLDO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155658/2014-92
Interessado: TINOCO E TINOCO FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

empresa TINOCO E TINOCO FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 18.091.709/0001-05, em RIO DAS OSTRAS/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159996/2014-01
Interessado: J P DE CASTRO GOMES JORGE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J P DE CASTRO GOMES JORGE - ME, CNPJ nº 14.581.217/0001-47, em VILA FLOR/RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155949/2014-81
Interessado: SOUZA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOUZA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 03.306.939/0001-77, em DOURADOS/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159432/2014-61
Interessado: CLAUDIANA MENDES BARROSO AMORIM - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIANA MENDES BARROSO AMORIM - ME, CNPJ nº 19.400.119/0001-80, em BREJO DO PIAUI/PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.158613/2014-70
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA RAYDENSE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA RAYDENSE LTDA - ME, CNPJ nº 19.432.212/0001-76, em JOSE RAYDAN/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155991/2014-00
Interessado: FARMACIA COPPOLI EIRELI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA COPPOLI EIRELI, CNPJ nº 16.656.863/0001-51, em OURO PRETO/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155311/2014-40
Interessado: DROGARIA RUAN FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RUAN FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 17.552.089/0001-00, em RIBEIROPOLIS/SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155671/2014-41
Interessado: EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GAMA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GAMA LTDA - EPP, CNPJ nº 19.963.588/0001-07, em PACAJUS/CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156013/2014-77
Interessado: NERY W DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NERY W DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 89.136.766/0001-01, em PORTO ALEGRE/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159847/2014-34
Interessado: NOGUEIRA & PEGORARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOGUEIRA & PEGORARO LTDA - ME, CNPJ nº 07.822.697/0001-25, em SANTA CECILIA DO SUL/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155667/2014-83
Interessado: SILVANA DE COVAS SANTOS - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANA DE COVAS SANTOS - EPP, CNPJ nº 09.406.168/0001-76, em MURITIBA/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155823/2014-14
Interessado: DROGA LOWIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA LOWIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 18.171.146/0001-65, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156662/2014-78
Interessado: TAIANA CUNHA FERREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TAIANA CUNHA FERREIRA - ME, CNPJ nº 19.330.571/0001-12, em JATAI/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.160229/2014-37
Interessado: J. FREITAS DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. FREITAS DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 18.844.723/0001-32, em ARACARIGUAMA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156544/2014-60
Interessado: J. E. ARRUDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. E. ARRUDA - ME, CNPJ nº 04.758.804/0001-05, em AURORA DO PARA/PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155672/2014-96
Interessado: FARMACIA DROGAZUL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DROGAZUL LTDA - ME, CNPJ nº 19.325.197/0001-67, em BRUSQUE/SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159544/2014-11
Interessado: NILTON DE CASTRO ARAUJO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NILTON DE CASTRO ARAUJO - ME, CNPJ nº 11.606.244/0001-39, em GUANAMBI/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156246/2014-70
Interessado: LUCAS GILLI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCAS GILLI - ME, CNPJ nº 15.129.130/0001-04, em SANTANA DE PARNAIBA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157701/2014-54
Interessado: MONICA ELISABETE DE FARIA - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MONICA ELISABETE DE FARIA - DROGARIA - ME, CNPJ nº 01.859.795/0001-50, em PARAIBUNA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155665/2014-94
Interessado: FARMACIA VIEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VIEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 20.317.559/0001-57, em CABACEIRAS DO PARAGUACU/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155680/2014-32
Interessado: FARMACIA POPULAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA POPULAR COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.015.151/0001-00, em FIGUEIROPOLIS/TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156679/2014-25
Interessado: DIVA SCHOLL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIVA SCHOLL - ME, CNPJ nº 09.103.492/0001-15, em TRAMANDAI/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156250/2014-38
Interessado: SIRAVEGNA & NOGUEIRA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIRAVEGNA & NOGUEIRA LTDA. - ME, CNPJ nº 19.195.801/0001-88, em CAMPO GRANDE/MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155067/2014-15
Interessado: DROGARIA LAGE PAIXAO EIRELI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LAGE PAIXAO EIRELI - ME, CNPJ nº 19.967.592/0001-43, em BAIXO GUANDU/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156704/2014-71
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA - CUMARI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA - CUMARI LTDA - ME, CNPJ nº 07.066.987/0001-96, em CUMARI/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.159521/2014-15
Interessado: OLIVEIRA & SOARES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & SOARES LTDA - ME, CNPJ nº 02.978.262/0001-50, em BAIANOPOLIS/BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156634/2014-51
Interessado: DOM BOSCO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DOM BOSCO DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.653.608/0001-43, em BRASILIA/DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155669/2014-72
Interessado: J & A DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J & A DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 19.448.348/0001-74, em ALEXANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155706/2014-42
Interessado: DROGARIA GONCALVES MOURA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GONCALVES MOURA LTDA - ME, CNPJ nº 04.247.257/0001-01, em FRANCA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155879/2014-61
Interessado: FARMACIA NOSSA GUIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NOSSA GUIA LTDA - ME, CNPJ nº 02.648.715/0001-80, em GOIANIA/GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.156762/2014-02
Interessado: FARMACIA MAIS SAUDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MAIS SAUDE LTDA - ME, CNPJ nº 13.037.079/0001-77, em GUARAPARI/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.157616/2014-96
Interessado: DROGARIA MONTE KEMEL LIMITADA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MONTE KEMEL LIMITADA - ME, CNPJ nº 69.294.643/0001-91, em SANTO ANTONIO DA ALEGRIA/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.154944/2014-31
Interessado: RIDEILDO GOMES DE SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RIDEILDO GOMES DE SOUZA - ME, CNPJ nº 12.058.086/0001-92, em SAO JOAO DOS PATOS/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155970/2014-86
Interessado: FARMAVAN V DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAVAN V DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 19.276.577/0001-59, em SAO PAULO/SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155657/2014-48
Interessado: FARMACIA DO TRABALHADOR DE IBATIBA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO TRABALHADOR DE IBATIBA LTDA - ME, CNPJ nº 18.747.418/0001-22, em IBATIBA/ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155866/2014-91
Interessado: L. LORENZO MARRONE E CIA. LTDA. ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L. LORENZO MARRONE E CIA. LTDA. ME., CNPJ nº 82.023.060/0001-94, em ARAPONGAS/PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155984/2014-08
Interessado: V. DE JESUS VERAS PEREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa V. DE JESUS VERAS PEREIRA - ME, CNPJ nº 05.417.607/0001-95, em ITAPECURU MIRIM/MA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155260/2014-56
Interessado: ERIVALDO COSTA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ERIVALDO COSTA DA SILVA - ME, CNPJ nº 11.389.744/0001-66, em GARANHUNS/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.160019/2014-49
Interessado: JOAO MARLITO BARROS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO MARLITO BARROS - ME, CNPJ nº 40.879.157/0001-53, em SALGUEIRO/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155305/2014-92
Interessado: RANGEL FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RANGEL FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 18.486.037/0001-37, em CARPINA/PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.155052/2014-57
Interessado: J R GOMES DROGARIAS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J R GOMES DROGARIAS - ME, CNPJ nº 09.517.595/0001-21, em CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

09.517.595/0003-93 CAMPOS DOS GOYTACAZES/ RJ

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 132ª REUNIÃO ORDINIÁRIA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se, no Gabinete do DENATRAN - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios da Educação, dos Transportes, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Meio Ambiente, das Cidades, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Exterior, e da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a Presidência do Senhor Morvam Cotrim Duarte, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Leitura, discussão, deliberação e aprovação da Ata da 131ª Reunião Ordinária de 2014. 2) O Presidente fez a apresentação do Senhor Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, representante titular do Ministério das Cidades, informando a publicação, no dia 15 de outubro de 2014 no Diário Oficial da União, da Portaria 660 de 15 de outubro de 2014. 3) Estiveram presentes a esta reunião para auxiliar na apresentação dos Processos: Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização - CGIJF; Milton Walter Frantz, Coordenador Geral de Infraestrutura de Trânsito - CGIT; Luiz Otávio Maciel Miranda e Dilson de Almeida Souza, Assessores do DENATRAN; e Marilene Santos da Silva, Assistente Técnica. 4) O Conselho decidiu que quanto do Processo 80000.035670/2013-17, que trata da Revisão da Resolução 166 de 2004, com proposta para as Diretrizes da Politica Nacional de Trânsito e minuta de resolução, o assunto será apresentado na próxima reunião. 5) Processo nº 80000.027959/20013-54; Interessado: Federação dos Moto Taxistas, Moto Fretes e Condutores Autônomos do Estado do Pará; Assunto: Fiscalização quanto as exigências legais de colete refletivo, touca descartável e seguro de vida para mototaxista. O Conselho decidiu indeferir o Pleito. 6) Processo: 80000.013560/2014-77; Interessado: Associação Brasileira das Empresas de Movimentação e Transporte de Carga Superpesadas; Assunto: Proposta de alteração e complementação da sinalização refletiva em veículos utilizados no transporte de carga especial. O Conselho decidiu indeferir o pleito, tendo em vista que a sinalização já regulamentada resolve a questões. 7) Processo nº 80020.008777/2013-46; Interessado: Sindicato dos Mototaxistas e Motoboys do Estado de Goiás; Assunto: Inclusão de sugestões nas novas determinações do INMETRO para o colete refletivo. O Conselho decidiu que o assunto já esta regulamentado. 8) Processo nº 80000.047474/2009-09; Interessado: Sindicato dos Transportadores Autônomos de Minas Gerais - SINDITAC; Assunto: Sistema de freios para caminhões. O Conselho considerou o equipamento não recomendável. 9) Processo nº 80000.027038/2014-72; Interessado: Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS; Assunto: Consulta sobre a fiscalização nos estacionamentos de shoppings e supermercados. O Conselho concluiu que o órgão de trânsito da respectiva circunscrição tem competência para aplicar o poder de policia no estacionamento coletivo criado, aberto ao publico em geral, seja ele público ou privado, para fiscalizar o cumprimento dos preceitos dispostos na legislação de trânsito. 10) Processo nº 80000.005429/2014-36; Interessado: DETRAN/SP; Assunto: Conflito de competência para realizar perícia em veículo adquirido em leilão. O Conselho concluiu que a competência para realização da vistoria e condução do procedimento de remarcação de chassi na hipótese aventada nos autos é do órgão executivo de trânsito perante o qual o veículo encontra-se registado. 11) O Conselho tomou Conhecimento da Lei 12.971 de 09 de maio de 2014 que altera os artigos 173, 174, 175, 202, 203, 292, 302, 303, 306, e 308 do Código de Trânsito Brasileiro, decidindo que estudos sejam efetuados a respeito da alteração do Artigo 306. III - Assuntos, questões e propostas examinados preliminarmente: a) Documento: 80000.031181/2014-69; Interessado: Secretaria Nacional de Politicas sobre Drogas; Assunto: isenção de multas para os veículos apreendidos pelo Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta; b) Processo nº 08650.001052/2010-31; Interessado: Núcleo de Normas e Procedimentos de Trânsito - NUPROT; Assunto: Consulta sobre a utilização de CNH ou Permissão para dirigir plastificada. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta; c) Processo nº 80000.027515/2014-08; Interessado: CETRAN/RS; Assunto: Procedimentos relativos ao Processo de Suspensão do direito de dirigir. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta; d) Documento nº 80000.035170/2014-58; Interessado: AND; Assunto: Alteração da Resolução 425/12 que dispõe sobre o exame de aptidão física e mental, a avaliação psicológica e o credenciamento das entidades públicas e privadas de que tratam o art. 147, I e §§ 1º a 4º e o art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro. Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente, para estudar e apresentar proposta; e) Documento nº 80000.035167/2014-34; Interessado: AND; Assunto: Trânsito de tratores em vias pública. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; f) Documento nº 80000.034882/2014-50; Interessado: DETRAN / SP; Assunto: Solicita alteração da Resolução CONTRAN nº 168/2004 que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Habilitação, para estudar e apresentar proposta; g) Processo nº 80000.033976/2014-10; Interessado: CETRAN/PA; Assunto: Consulta sobre a Resolução 471/2013 que regulamenta a fiscalização de trânsito por intermédio de videomonitoramento em estradas e rodovias, nos termos do § 2º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta; h) Documento nº 80000.035614/2014-55; Interessado: Câmara Municipal de Salvador; Assunto: Sinalização de transito especifica para animais domésticos. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Engenharia da Via, para estudar e apresentar proposta; i) Processo nº 80000.012349/3014-37; Interessado: Giros Motos Implementos Ltda.; Assunto: Semi-reboque para motocicletas. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; j) Processo nº 80000.027191/2014-08; Interessado: Automarcas Indústrias e Comércio Ltda.; Assunto: Transformação de caminhonete em ambulância. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Assuntos Veiculares, para estudar e apresentar proposta; l) Processo nº 80000.057977/2011-07; Interessado: Denatran; Assunto: Faixa elevada para pedestre. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Engenharia da Via, para estudar e apresentar proposta; m) Processo nº 80000.0357082014-24; Interessado: Autofax Tecnologia em Informação Comerciais Ltda.; Assunto: Regulamentação do artigo 2º - I da Resolução nº 405/12, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A. O Conselho decidiu encaminhar à Câmara Temática de Esforço Legal, para estudar e apresentar proposta. IV - ORDEM DO DIA: 1) Processo nº 80000.022200/2009-07; Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo; Assunto: Alteração da Resolução CONTRAN nº 439/2013 - utilização de dispositivos para visão indireta em veículos de condução coletiva de escolares. Após a leitura da Nota Técnica nº 1131/2014 da Coordenação Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/MCidades nº 334/2014, o Conselho decidiu aprovar com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 504/2014, cuja ementa é: " Dispõe sobre a utilização obrigatória de espelhos retrovisores, equipamento do tipo câmera-monitor ou outro dispositivo equivalente, a ser instalado nos veículos destinados ao transporte coletivo de escolares. 2) Processo nº 80000.019907/2014-95; Interessado: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos- ANFAVEA; Assunto: Alteração da Resolução CONTRAN nº 416/2012, que trata dos requisitos de segurança para veículos de transportes de passageiros tipo micro-ônibus, categoria M2. Após a leitura da Nota Técnica nº 957/2014 da Coordenação Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/MCidades nº 616/2014, o Conselho decidiu aprovar com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 505/2014, cuja ementa é: "Dispõe sobre a alteração da tabela do item 2 do apêndice do Anexo I, da Resolução CONTRAN nº 416, de 09 de agosto de 2012, que trata dos requisitos de segurança para veículos de transportes de passageiros tipo micro-ônibus, categoria M2." 3) Processo nº 80000.045867/2012-75; Interessado: Fundações de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) Assunto: Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem, denominada ROPS- (Roll Over Protective Structures). Após a leitura da Nota Técnica nº 958/2014 da Coordenação Geral do Instrumental Jurídico e da Fiscalização e do Parecer CONJUR/MCidades nº 561/2014, o Conselho decidiu aprovar com alterações, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 506/2014, cuja ementa é: "Dispõe sobre a Estrutura de Proteção Contra Impactos de Capotagem (ROPS) para cabine de caminhonetes utilizadas nas atividades de mineração subterrânea e a céu aberto, em garimpos, beneficiamento e pesquisa mineral." 4) Processo nº 80000.012208/204-14; Interessado: AND; Assunto: Infrações no transporte rodoviário de produtos perigosos e sua codificação. Vista ao representante da ANTT que apresentou relato. O Conselho decidiu aprovar a nota técnica apresentada pelo Conselheiro representante da ANTT, respondendo a Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito- AND, nos termos da referida Nota Técnica. 5) Processo nº 80000.048954/2010-12; Interessado: DENATRAN; Assunto: Critérios de padronização para funcionamento das Escolas Públicas de Trânsito - revisão da Resolução 207 que trata da regulamentação das EPT. O Conselho decidiu que o Processo retorno ao DENATRAN para fazer consolidação da minuta apresentada com a Resolução 207/2006. V-JULGAMENTOS DE RECURSOS: 1) Processo: 08.660.006.912/2010-11; Interessado: Jose Aveline Neto; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 794/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não conhecimento. 2) Processo: 08.660.005.293/2009-04; Interessado: Renildo da Rocha Bittencourt;Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 795/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 3) Processo 08.660.016.753/2010-55; Interessado: Volmar Trindade; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 796/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 4) Processo 08.660.012.634/2009-90; Interessado: Rangel Giradello; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 797/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 5) Processo 08.660.007.686/2009-44; Interessado: Natalia Ricardo Dalpiaz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 798/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 6) Processo 08.660.005.815/2009-60; Interessado: Juliano Gonçalves de Oliveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 799/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 7) Processo 08.660.000.700/2010-12; Interessado: Jeferson da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 800/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 8) Processo 08.660.010.374/2009-18; Interessado: Rodrigo Bernardes Paz; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 801/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 9) Processo 08.660.023.788/2009-15; Interessado: Luiz Castanho; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 802/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 10) Processo 08.660.020.156/2009-91; Interessado: Tiago de Fraga Mendes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 803/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 11) Processo 08.657.014.494/2008-99; Interessado: Luzia Cristine Moreira Feitosa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 804/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 12) Processo 08.654.001.136/2012-04; Interessado: Eduardo Mitsuaki Nojima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 805/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 13) Processo 08.654.005.727/2010-81; Interessado: Roberto Nunes Caminha; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 806/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 14) Processo 08.654.001.466/2012-91; Interessado: Jose Oliveira Gonçalves Ferreira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 807/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 15) Processo 08.654.001.809/2012-18; Interessado: Davi Nascimento de Lima; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 11ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 808/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 16) Processo 08.660.010.227/2010-81; Interessado: Sidnei Fernando de Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 9ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 809/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 17) Processo 08.662.002.930/2012-68; Interessado: Vicente Pereira da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 1ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 810/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 18) Processo 08.674.000.167/2012-00; Interessado: Raimundo Evangelista da Silva Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 811/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 19) Processo 08.674.001.566/2012-80; Interessado: Micilene Pires dos Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 812/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 20) Processo 08.674.001.793/2012-13; Interessado: Everton Juliano D Ada; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 813/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 21) Processo 08.669.002.663/2013-40; Interessado: Leandro do Prado Duarte; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 3ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 814/2014,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 22) Processo 08.656.003.067/2011-64 ; Interessado: Renato Pereira Araújo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 815/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 23) Processo 08.656.003.025/2011-23; Interessado: Washington Alves da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 816/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 24) Processo 08.656.002.134/2011-23; Interessado: Prefeitura Municipal de Curvelo; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 4ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 817/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 25) Processo 08.658.017.224/2012-80; Interessado: Juliana Aparecida Canova; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 818/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 25) Processo 08.658.008.736/2013-36; Interessado: José Adauto Antunes; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 819/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 26) Processo 08.658.008.946/2013-24; Interessado: Ivonete Nogueira Machado da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 820/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 27) Processo 08.667.003.771/2010-15; Interessado: Jonas Veiga Souza; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 821/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 28) Processo 08.667.004.191/2010-37; Interessado: Alexandre Magalhães Campeão Junior; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 12ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 822/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 29) Processo 08.653.005.987/2012-28; Interessado: Carmen Rejane Freires da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 823/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 30) Processo 08.653.002.323/2013-98; Interessado: Evilásio Mendonça e Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 824/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 31) Processo 08.653.000.358/2014-73; Interessado: Francisco Ferreira da Costa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 825/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 32) Processo 08.653.005.499/2013-00; Interessado: Antonio Flavio da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 16ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 826/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 33) Processo 08.657.013.094/2010-54; Interessado: Runinei de Oliveira Bueno; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 827/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 34) Processo 08.657.014.407/2010-91; Interessado: Carlos Adriano da Silva Lazzarin; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 828/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 35) Processo 08.657.014.491/2010-43; Interessado: Luis Alberto da Costa; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 829/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 36) Processo 08.657.016.245/2009-92 e 08.657.011.529/2009-92; Interessado: Marcelo Santiago da Silva; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 830/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 37) Processo 08.657.011.462/2009-96; Interessado: Nivia Savieto Spinace; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 5ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 831/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 38) Processo 08.674.000.247/2013-38; Interessado: Josiane Kraus Mattei; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SRPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 832/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 39) Processo 08.674.000.165/2012-11; Interessado: Raimundo Evangelista da Silva Santos; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 2ª SPRF; Relator: Margarete Maria Gandini - Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comercio Exterior. Após apresentação do Parecer 833/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 40) Processo 08.666.008.530/2010-64; Interessado: Lauro Antônio da Silveira; Assunto: Recurso interposto pelo interessado contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 8ª SRPRF; Relator: Nauber Nunes do Nascimento - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Após apresentação do Parecer 834/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo não provimento. Mantendo a penalidade. 41) Processo 08.658.024.869/2009-73; Interessado: Abel Bento Filho; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal, contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF; Relator: Nauber Nunes do Nascimento - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Após apresentação do Parecer 835/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. 42) Processo 08.658.023.432/2009-12; Interessado: Transportadora Nuruã Ltda.; Assunto: Recurso interposto pelo Departamento de Policia Rodoviária Federal, contra decisão da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da 6ª SRPRF; Relator: Nauber Nunes do Nascimento - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Após apresentação do Parecer 836/2014, foi o mesmo aprovado a unanimidade decidindo o Conselho pelo provimento. Mantendo a penalidade. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata que, depois de aprovada será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos ministérios.

MORVAM COTRIM DUARTE
Presidente do Conselho

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

JOSÉ MARIA RODRIGUES DE SOUZA
p/Ministério da Educação

PAULO ROBERTO VANDERLEI REBELLO FILHO
p/Ministério das Cidades

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
p/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

PAULO CESAR DE MACEDO
p/Ministério do Meio Ambiente

PAULO SÉRGIO COELHO BEDRAN
p/Ministério do Desenvolvimento Indústria Comércio Exterior

NAUBER NUNES DO NASCIMENTO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Nº 6.365 - 53500.020536/2014 - Homologa os Contratos de Interconexão Classe II entre a rede de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP da Oi Móvel S.A. - OI, e a rede de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da Mundivox Telecomunicações Ltda. - MUNDIVOX, na modalidade Local.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 9.346, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Expede autorização à ANTONIO CESAR GARCON, CPF nº 077.738.718-25 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA
KATAVATIS NEVES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 9.229, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.015706/2014. Outorga à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, autorização de uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário e precário, associada ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prorrogável conforme as condições das outorgas de uso de radiofrequências associadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP já expedidas à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, e de acordo com os contratos de compartilhamento de recursos celebrados entre as empresas, a título oneroso.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.230, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.015706/2014. Outorga à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, autorização de uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário e precário, associada ao Serviço Móvel Pessoal - SMP, prorrogável conforme as condições das outorgas de uso de radiofrequências associadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP já expedidas à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, e de acordo com os contratos de compartilhamento de recursos celebrados entre as empresas, a título oneroso.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.324, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.005178/2014. Expede autorização à MIGTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 18.512.241/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.325, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.005178/2014. Expede autorização à MIGTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF no 18.512.241/0001-85, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.326, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.005178/2014. Expede autorização à MIGTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF n° 18.512.241/0001-85, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.327, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.026509/2014. Outorga à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, CNPJ nº 33.530.486/0001-29, autorização de uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário e precário, associada ao Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, prorrogável conforme as condições das outorgas de uso de radiofrequências associadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP já expedidas à Claro S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, e de acordo com os contratos de compartilhamento de recursos celebrados entre as empresas, a título oneroso.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 9.341, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.063119/09. APOGEU COMUNICAÇÕES LTDA ME-RTV-Lauro de Freitas/BA-Canal 45.Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.347, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 50830.001623/93. FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS-RTV-Quatá/SP-Canal 55. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.348, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53830.000888/96. FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS-RTV-Tabapuã/SP-Canal 6. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.349, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.010654/05. FUND SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUC DE SONS E IMAGENS - RTV - Taubaté/SP - Canal 26-. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.351, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.060252/12. RÁDIO E TELEV.RECORD S.A. - RTVD - Coxim/MS - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação

ATO Nº 9.352, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.041053/12. FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL - RTVD - Bela Vista/MS - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.353, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058284/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Videira/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.354, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058231/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Alfredo Wagner/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.355, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058280/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Santa Cecília/SC - Canal 28. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.356, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058283/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - São Miguel do Oeste/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.357, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058282/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - São Joaquim/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.358, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058279/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Maravilha/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.359, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.062726/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Chapecó/SC - Canal 46. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.360, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.021692/11. FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUCAO LTDA - RTVD - Imbituba/SC - Canal 32. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.361, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.021698/11. FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUCAO LTDA-RTVD-Lages/SC-Canal 32. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.362, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058211/12. TV O ESTADO LTDA - RTVD - Herval d'Oeste/SC - Canal 27. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.363, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058218/01. TV O ESTADO LTDA - RTVD - Maravilha/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.364, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058251/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Rancho Queimado/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.365, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058243/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Imbituba/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.366, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058246/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Jacinto Machado/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.367, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043600/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Lages/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.368, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058240/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Governador Celso Ramos/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.369, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058250/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Maracajá/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.370, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058275/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Curitibanos/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.371, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058276/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Dionísio Cerqueira/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.372, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.050929/12. REDE 21 COMUNICAÇÕES LTDA - RTVD - Criciúma/SC - Canal 27. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.373, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.021706/11. FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUCAO LTDA - RTVD - Tubarão/SC - Canal 39. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.374, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058266/12. TV VALE DO ITAJAI LTDA - RTVD - Joinville/SC - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.375, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.043605/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Brusque/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.376, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.021278/11. TELEVISÃO JOACABA LTDA - RTVD - Lages/SC - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.377, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058236/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Blumenau/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.378, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058202/12. TV O ESTADO LTDA - RTVD - Canoinhas/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.379, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058670/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Urupema/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 9.380, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058253/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - Rio do Sul/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.381, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058270/12. TELEVISÃO XANXERE LTDA - RTVD - Cunha Porã/SC - Canal 30. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.382, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.062752/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - Taió/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.383, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058278/12. TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANONIMA - RTVD - Joaçaba/SC - Canal 31. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.384, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.013317/09. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL - GTVD - Tubarão/SC - Canal 40. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.385, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.058256/12. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTVD - São José/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.388 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos VII do art. 156 e XVI do art. 187 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA n.º 02/2012, de 16 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 29 subsequente;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.o 34, de 04 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União no dia 08 de julho de 2014.

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.o 661, de 26 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União no dia 28 dezembro de 2005. resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV, de Televisão Digital - PBTVD, de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM, de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM e do Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária - PRRadCom, as alterações indicadas nos anexos deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação deste Ato, para que as entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas apresentem à Anatel a documentação necessária ao enquadramento nas novas características técnicas de operação.

Art. 3º Determinar os prazos de 4 (quatro) meses para alteração de frequência e de 12 (doze) meses para adaptação às demais características técnicas, contados a partir da data de publicação do respectivo Ato autorizativo das novas características de operação das emissoras, para que as mesmas realizem seu enquadramento.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA

ANEXO I

Proposta de alteração de canais do PBRTV, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute (Graus)	ERP (kW)	
MG	Três Pontas	43	21S2200	45W3045	16,000			
MG	Três Pontas	59	21S2200	45W3045	2,500			
MS	Campo Grande	2	20S2908	54W3614	4,240	199 a 211357 a 39	3,160,316	Coordenada pré-fixada 20S2908;54W3614
PA	Alenquer	19	01S5623	54W4350	1,000			
PA	Rondon do Pará	6-	04S4635	48W0500	0,200			Coordenada pré-fixada 04S4635;48W0500
PI	Parnaíba	2-	02S5400	41W4700	10,000	90	5	SBTVD
PI	Picos	13	07S0500	41W2800	31,600	12	5	SBTVD
RJ	Rio das Ostras	58	22S3100	41W5700	1,000	2 a 98	0,1	Coordenada pré-fixada 22S3100;41W5700
RJ	Rio de Janeiro ((Serra do Mendanha))	38+	22S4926	43W3123	66,000	14 a 2835 a 8083 a 151121 a 141	4,779,0311,2423, 71	Coordenada pré-fixada: 22S4926;43W3123 - Co-localizado com o canal 39D.
RJ	Três Rios	50	22S0829	43W1257	25,000	302 a 2236 a 46223 a 2398 a 16	15161615	Coordenada pré-fixada 22S0829;43W1257
RS	Vacaria	7+	28S3044	50W5602	0,316	280	0	
SC	Lages	19	27S4848	50W2220	10,000			COLINEAR COM O CANAL 34+.
SP	Araraquara	50+	21S4649	48W0935	3,500	334 a 0	0,09	SBTVD
SP	Areias	55-	22S3435	44W4150	0,100			Coordenada pré-fixada 22S3435;44W4150
SP	Caraguatatuba	32	23S3707	45W2446	10,000			Coordenadas pré-fixadas: 23S3707;45W2446 - Co-localizado com os canais 31D e 33D.
SP	Catanduva	16-	21S0934	48W5746	2,000	25 a 8182 a 9899 a 209210 a 237	0,3160,10,3160,1	Coordenada pré-fixada 21S0934;48W5746 - SBTVD
SP	Conchas	54-	23S0111	48W0011	0,100			
SP	Itápolis	23+	21S3555	48W4937	0,180			Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
SP	Itápolis	25+	21S3555	48W4943	0,200			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	29+	21S3555	48W4937	0,300			Co-localizado com os canais 28D, 30D e 36+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 22+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	36+	21S3555	48W4937	0,300			Co-localizado com os canais 29+ e 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 39 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	55-	21S3555	48W4937	0,200			
SP	Itápolis	59-	21S3500	48W4700	0,200	225 a 255	0	
SP	Matão	19	21S3747	48W2006	0,300			
SP	São Carlos	17-	22S0225	47W5206	6,000	290 a 340	2,5	Coordenadas pré-fixadas: 22S0225;47W5206 - Co-localizado com os canais 16D e 32-, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 34 ATÉ APRAVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	São João da Boa Vista	25	21S5221	46W4401	10,000			Co-localizado com os canais 17+, 26D e 32D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 24 até aprovação do MC das novas condições de operação.
SP	Sorocaba	57	23S2850	47W2522	0,500			Coordenadas pré-fixadas: 23S2848;47W2525 - Co-localizado com os canais 49+ e 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 55- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tanabi	25	20S3633	49W3933	0,500			Co-localizado com o canal 17.
SP	Votuporanga	52+	20S2434	49W5820	1,000			Coordenada pré-fixada 20S2500;49W5900
TO	Porto Nacional	10-	10S4400	48W2320	0,500	16 a 38307 a 333	00,1	Coordenada pré-fixada 10S4400;48W2320 COLINEAR COM CANAL 215/B1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute (Graus)	ERP (kW)	
MG	Três Pontas	43	21S2200	45W3045	1,000			
MG	Três Pontas	59	21S2200	45W3045	1,000			
MS	Campo Grande	2	20S2836	54W3525	4,240	358 a 44	0,316	Coordenadas pré-fixadas: 20S2836;54W3525.
PA	Alenquer	19	01S5702	54W4427	0,200			
PA	Rondon do Pará	6-	04S4658	48W0419	0,050			
PI	Parnaíba	2-	02S5400	41W4700	0,400			SBTVD
PI	Picos	13	07S0500	41W2800	0,240			SBTVD
RJ	Rio das Ostras	58	22S3113	41W5541	0,420	2 a 98	0,100	Coordenada pré-fixada 22S3113;41W5541. Colocalizado com o canal 59D
RJ	Rio de Janeiro ((Serra do Mendanha))	38+	22S4925	43W3125	66,000	14 a 2835 a 8083 a 151121 a 141	4,779,0311,2423,71	Coordenada pré-fixada: 22S4925;43W3125 - Co-localizado com o canal 39D.
RJ	Três Rios	50	22S0829	43W1257	15,000			Coordenadas pré-fixadas: 22S0829;43W1257
RS	Vacaria	7+	28S3118	50W5525	0,316			Coordenadas pré-fixadas: 28S3118 50W5525
SC	Lages	19	27S4848	50W2220	6,300			
SP	Araraquara	50+	21S4649	48W0500	3,500	330 a 0	1,500	SBTVD
SP	Areias	55-	22S3418	44W4201	0,100			Coordenada pré-fixada 22S3418;44W4201
SP	Caraguatatuba	32	23S4455	45W2537	10,000			Coordenadas pré-fixadas: 23S4455;45W2537 - Co-localizado com os canais 31D e 33D de Caraguatatuba e 46- de São Sebastião.
SP	Catanduva	16-	21S0949	48W5744	2,000	25 a 8182 a 9899 a 209210 a 237	0,3160,1000,3160,100	Coordenada pré-fixada 21S0949;48W5744 - SBTVD
SP	Conchas	54-	23S0112	48W0038	0,025			
SP	Itápolis	23+	21S3733	48W4812	0,180			Co-localizado com o canal 22D - SBTVD.
SP	Itápolis	25+	21S3733	48W4812	0,200			Co-localizado com o canal 26D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 30+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	29+	21S3733	48W4812	0,300			Co-localizado com os canais 28D, 30D e 36+, SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 22+ ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	36+	21S3733	48W4812	0,300			Co-localizado com os canais 29+ e 35D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 39 ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Itápolis	55-	21S3733	48W4812	0,200			
SP	Itápolis	59-	21S3733	48W4812	0,200	225 a 255	0,000	
SP	Matão	45-	21S3747	48W2006	0,300			
SP	São Carlos	17-	22S0041	47W5313	6,000			Coordenadas pré-fixadas: 22S0041;47W5313 - Co-localizado com o canal 16D. SBTVD
SP	São João da Boa Vista	25	21S5220	46W4400	8,000			Co-localizado com os canais 17+, 26D e 32D - SBTVD - Funcionamento permitido no canal 24 até aprovação do MC das novas condições de operação.
SP	Sorocaba	57	23S2850	47W2522	0,500			Coordenadas pré-fixadas: 23S2850;47W2522 - Co-localizado com os canais 49+ e 56D - SBTVD. FUNCIONAMENTO PERMITIDO NO CANAL 55- ATÉ APROVAÇÃO PELO MC DAS NOVAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO.
SP	Tanabi	25	20S3607	49W3840	0,100			Co-localizado com o canal 17.
SP	Votuporanga	52+	20S2434	49W5820	1,000			CoordenadaS pré-fixadaS: 20S2434;49W5820. Co-localizado com o canal 53D.
TO	Porto Nacional	10-	10S4236	48W2417	0,500			

ANEXO II

Proposta de Alteração de canais do PBTV para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Várzea Paulista	14+E	23S0948	46W5300	1,000	75 a 107235 a 36	0,20	Coordenada pré-fixada 23S0948;46W5300. SBTVD

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
SP	Várzea Paulista	14+E	23S1004	46W5224	1,000	235 a 36	nulo	Coordenada pré-fixada 23S1004;46W5224. SBTVD

ANEXO III

Proposta de Alteração de canais do PBTVD para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AC	Assis Brasil	41	10S5604	69W3331	0,080			Coordenadas do Sítio. 10S5604;69W3331.
AC	Brasiléia	41	11S0039	68W4452	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S0039;68W4452.
AC	Cruzeiro do Sul	41	07S3806	72W4033	0,800			Coordenadas do Sítio. 07S3806;72W4033.
AL	Arapiraca	40	09S4508	36W3942	0,080			Coordenadas do Sítio. 09S4508;36W3942.
AL	Colônia Leopoldina	41	08S5635	35W4402	0,080			Coordenadas do Sítio. 08S5635;35W4402 - Reuso do canal de Maceió/AL.
AL	Maceió	41	09S3707	35W4252	8,000			Coordenadas do Sítio. 09S3707;35W4252.
AL	Penedo	49	10S1710	36W3451	0,080			Coordenadas do Sítio. 10S1710;36W3451.
AM	Tefé	38	03S5451	63W5133	0,800			Coordenadas do Sítio. 03S5451;63W5133.
BA	Abaré	27	08S4331	39W0650	0,080			Coordenadas do Sítio. 08S4331;39W0650.
BA	Alcobaça	30	17S3200	39W1136	0,080			Coordenadas do Sítio. 17S3200;39W1136.
BA	Barro Alto	27	11S4613	41W5402	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S4613;41W5402.
BA	Boa Vista do Tupim	29	12S3945	40W3619	0,080			Coordenadas do Sítio. 12S3945;40W3619.
BA	Caatiba	29	14S5811	40W2431	0,080			Coordenadas do Sítio. 14S5811;40W2431.
BA	Caetité	28	14S0129	42W3118	0,080			Coordenadas do Sítio. 14S0129;42W3118.
BA	Cafarnaum	27	11S4130	41W2805	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S4130;41W2805.
BA	Camacan	27	15S2502	39W2936	8,000			Coordenadas do Sítio. 15S2502;39W2936.
BA	Canavieiras	30	15S4025	38W5738	0,080			Coordenadas do Sítio. 15S4025;38W5738.
BA	Cipó	27	11S0539	38W3035	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S0539;38W3035.
BA	Coronel João Sá	30	10S1653	37W5545	0,080			Coordenadas do Sítio. 10S1653;37W5545.
BA	Formosa do Rio Preto	28	11S0246	45W1134	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S0246;45W1134.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	Itaeté	30	12S5704	40W5817	0,800			Coordenadas do Sítio. 12S5704;40W5817.
BA	Itamaraju	26	17S0321	39W3207	0,080			Coordenadas do Sítio. 17S0321;39W3207.
BA	Laje	29	13S1117	39W2522	0,080			Coordenadas do Sítio. 13S1117;39W2522.
BA	Macururé	27	09S1023	39W0330	0,080			Coordenadas do Sítio. 09S1023;39W0330.
BA	Malhada de Pedras	27	14S2304	41W5256	0,080			Coordenadas do Sítio. 14S2304;41W5256.
BA	Nova Soure	30	11S1218	38W3010	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S1218;38W3010.
BA	Nova Viçosa	29	17S5329	39W2216	0,080			Coordenadas do Sítio. 17S5329;39W2216.
BA	Pintadas	32	11S4833	39W5442	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S4833;39W5442.
BA	Prado	29	17S2012	39W1330	0,080			Coordenadas do Sítio. 17S2012;39W1330.
BA	Uauá	27	09S4322	39W3843	0,080			Coordenadas do Sítio. 09S4322;39W3843.
BA	Vitória da Conquista	28	14S4957	40W5103	38,000			Coordenadas do Sítio. 14S4957;40W5103.
BA	Wagner	27	12S1702	41W0940	0,080			Coordenadas do Sítio. 12S1702;41W0940.
CE	Canindé	40	04S2048	39W1909	0,080			Coordenadas do Sítio. 04S2048;39W1909.
CE	Fortaleza	28	03S4447	38W3001	80,000			Coordenadas do Sítio.03S4447;38W3001.
CE	Quixadá	41	04S5808	39W0028	8,000			Coordenadas do Sítio. 04S5808;39W0028.
ES	Linhares	59	19S2210	40W0358	0,800			
GO	Anápolis	54	16S1730	48W5856	0,800			Coordenadas do Sítio. 16S1730;485856 - Co-localizado com o canal 55+.
MG	Araxá	52	19S3402	46W5427	0,800			Coordenadas do Sítio. 19S3402;46W5427.
MG	Carmo da Cachoeira	42	21S2738	45W1329	0,080			Coordenadas do Sítio.21S2738;45W1329 - Reuso do canal de Varginha/MG.
MG	Governador Valadares	52	18S5101	41W5409	8,000			Coordenadas do Sítio. 18S5101;41W5409 - Co-localizado com o canal 53.
MG	Lavras	48	21S1934	45W0056	0,800			Coordenadas do Sítio. 21S1934;45W0056 - Co-localizado com o canal 49.
MG	Passos	48	20S4353	46W3606	0,080			Coordenadas do Sítio. 20S4353;46W3606.
MG	Teófilo Otoni	52	17S5133	41W3017	8,000			Coordenadas do Sítio. 17S5133;41W3017.
MS	Dourados	54	22S1316	54W4820	0,800			Coordenadas do Sítio. 22S1316;54W4820.
MS	Nova Andradina	41	22S1400	53W2035	0,080			Coordenadas do Sítio. 22S1400;53W2035.
MT	Sinop	18	11S5100	55W3100	0,080			Coordenadas do Sítio. 11S5100;55W3000 - Co-localizado com o canal 17.
PE	Pesqueira	41	08S2145	36W4154	0,800			Coordenadas do Sítio. 08S2145;36W4154 - Reuso do canal de Arcoverde/PE.
PR	Cascavel	46	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712.
PR	Cascavel	57	24S5714	53W2712	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 58D.
PR	Cascavel	58	24S5714	53W2712	0,800			Coordenadas do Sítio. 24S5714;53W2712 - Co-localizado com o canal 57D.
PR	Guaíra	25	24S0527	54W1549	0,080			Coordenadas do Sítio. 24S0527;54W1549.
PR	Itaipulândia	26	25S0923	54W1735	0,080			Coordenadas do Sítio. 25S0923;54W1735.
PR	Jandaia do Sul	56	23S3626	51W3857	0,080			Coordenadas do Sítio. 23S3626;51W3857.
PR	Marechal Cândido Rondon	34	24S3353	54W0050	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S3353;54W0050.
PR	Vitorino	34	26S1700	52W4900	0,080			Coordenadas do Sítio. 26S1700;52W4900 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
RJ	Rio Bonito	24	22S4249	42W3710	0,080			22S424900; 42W371000 - Coordenadas do Sítio. 22S4249;42W3710.
RJ	Rio das Ostras	59	22S3118	41W5651	0,080			Coordenadas do Sítio.22S3118;41W5651 - Co-localizado com o canal 58 - Reuso do canal de Macaé/RJ.
RR	Mucajaí	43	02N2525	60W5511	0,800			Coordenadas do Sítio. 02N2525;60W5511.
RS	São Luiz Gonzaga	58	28S2418	54W5713	0,080			Coordenadas do Sítio. 28S2418;54W5713.
SC	Chapecó	30	27S0638	52W3456	8,000			Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456 - Co-localizado com o canal 31D.
SC	Chapecó	31	27S0638	52W3456	0,800			Coordenadas do Sítio. 27S0638;52W3456 - Co-localizado com o canal 30D.
SP	Araraquara	17	21S4700	48W0935	0,080			Coordenadas do Sítio.21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 18D.
SP	Cruzeiro	28	22S3436	44W5748	0,800			Coordenadas do Sítio. 22S3436;44W5748.
SP	Guarulhos	12	23S3317	46W3952	0,160			Coordenadas do Sítio. 23S3317;46W3952.
SP	Itápolis	22	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Itápolis	26	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Itápolis	28	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	30	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	35	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846 - Co-localizado com o canal 36+.
SP	Itápolis	39	21S3544	48W4846	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3544;48W4846.
SP	Pirassununga	59	22S0000	47W2542	0,080			Coordenadas do Sítio.22S0000;47W2542 - Co-localizado com o canal 58-E.
SP	São Carlos	16	22S0153	47W5235	0,800			Coordenadas do Sítio.22S0153;47W5235 - Co-localizado com o canal 17-.

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AC	Assis Brasil	41	10S5608	69W3401	0,015			Coordenadas do Sítio. 10S5608;69W3401.
AC	Brasiléia	41	11S0039	68W4452	0,030			Coordenadas do Sítio. 11S0039;68W4452.
AC	Cruzeiro do Sul	41	07S3812	72W4016	0,020			Coordenadas do Sítio. 07S3812;72W4016.
AL	Arapiraca	40	09S4344	36W3824	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4344;36W3824.
AL	Colônia Leopoldina	41	08S5518	35W4323	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5518;35W4323 - Reuso do canal de Maceió/AL.
AL	Maceió	41	09S3833	35W4322	8,000			Coordenadas do Sítio. 09S3833;35W4322.
AL	Penedo	49	10S1655	36W3329	0,080			Coordenadas do Sítio. 10S1655;36W3329.
AM	Tefé	38	03S2115	64W4241	0,800			Coordenadas do Sítio. 03S2115;64W4241.
BA	Abaré	27	08S4333	39W0657	0,031			Coordenadas do Sítio. 08S4333;39W0657.
BA	Alcobaça	30	17S3144	39W1135	0,010			Coordenadas do Sítio. 17S3144;39W1135.
BA	Barro Alto	27	11S4552	41W5417	0,036			Coordenadas do Sítio. 11S4552;41W5417.
BA	Boa Vista do Tupim	29	12S3954	40W3626	0,025			Coordenadas do Sítio. 12S3954;40W3626.
BA	Caatiba	29	14S5838	40W2411	0,030			Coordenadas do Sítio. 14S5838;40W2411.
BA	Caetité	28	14S0429	42W3023	0,080			Coordenadas do Sítio. 14S0429;42W3023.
BA	Cafarnaum	27	11S4149	41W2813	0,031			Coordenadas do Sítio. 11S4149;41W2813.
BA	Camacan	27	15S2503	39W2930	0,520			Coordenadas do Sítio. 15S2503;39W2930.
BA	Canavieiras	30	15S4025	38W5738	0,014			Coordenadas do Sítio. 15S4025;38W5738.
BA	Cipó	27	11S0440	38W3039	0,010			Coordenadas do Sítio. 11S0440;38W3039.
BA	Coronel João Sá	30	10S1653	37W5544	0,021			Coordenadas do Sítio. 10S1653;37W5544.
BA	Formosa do Rio Preto	28	11S0239	45W1138	0,017			Coordenadas do Sítio. 11S0239;45W1138.
BA	Itaeté	30	12S5808	40W5816	0,025			Coordenadas do Sítio. 12S5808;40W5816.
BA	Itamaraju	26	17S0149	39W3236	0,080			Coordenadas do Sítio. 17S0149;39W3236.
BA	Laje	29	13S1118	39W2521	0,052			Coordenadas do Sítio. 13S1118;39W2521.
BA	Macururé	27	09S1026	39W0336	0,040			Coordenadas do Sítio. 09S1026;39W0336.
BA	Malhada de Pedras	27	14S2311	41W5250	0,017			Coordenadas do Sítio. 14S2311;41W5250.
BA	Nova Soure	30	11S1241	38W2913	0,030			Coordenadas do Sítio. 11S1241;38W2913.
BA	Nova Viçosa	29	17S5339	39W2220	0,025			Coordenadas do Sítio. 17S5339;39W2220.
BA	Pintadas	32	11S4851	39W5445	0,035			Coordenadas do Sítio. 11S4851;39W5445.
BA	Prado	29	17S2041	39W1308	0,025			Coordenadas do Sítio. 17S2041;39W1308.
BA	Uauá	27	09S5017	39W2910	0,080			Coordenadas do Sítio. 09S5017;39W2910.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BA	Vitória da Conquista	28	14S4957	40W5103	32,500			Coordenadas do Sítio. 14S4957;40W5103.
BA	Wagner	27	12S1712	41W0935	0,050			Coordenadas do Sítio. 12S1712;41W0935.
CE	Canindé	40	04S2048	39W1909	0,030			Coordenadas do Sítio: 04S2048;39W1909.
CE	Fortaleza	28	03S4447	38W3001	60,000			Coordenadas do Sítio. 03S4447;38W3001.
CE	Quixadá	41	04S5759	39W0050	0,100			Coordenadas do Sítio. 04S5759;39W0050.
ES	Linhares	59	19S2429	40W0351	0,800			Coordenadas do Sítio: 19S2429;400351.
GO	Anápolis	54	16S1715	48W5714	0,800			Coordenadas do Sítio. 16S1715;485714 - Co-localizado com o canal 55+.
MG	Araxá	52	19S3517	46W5534	0,800			Coordenadas do Sítio. 19S3517;46W5534.
MG	Carmo da Cachoeira	42	21S2709	45W1455	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S2709;45W1455 - Reuso do canal de Varginha/MG.
MG	Governador Valadares	52	18S5310	41W5508	8,000			Coordenadas do Sítio. 18S5310;41W5508
MG	Lavras	48	21S1243	44W5916	0,800			Coordenadas do Sítio. 21S1243;44W5916 - Co-localizado com o canal 49.
MG	Passos	48	20S4227	46W3716	0,080			Coordenadas do Sítio. 20S4227;46W3716.
MG	Teófilo Otoni	52	17S5139	41W3016	0,390			Coordenadas do Sítio: 17S5139;41W3016.
MS	Dourados	54	22S1200	54W4902	0,800			Coordenadas do Sítio: 22S1200;54W4902.
MS	Nova Andradina	41	22S1538	53W2150	0,080			Coordenadas do Sítio: 22S1538;53W2150.
MT	Sinop	18	11S5208	55W3049	0,080			Coordenadas do Sítio: 11S5208;55W3049. Co-localizado com o canal 17.
PE	Pesqueira	41	08S2120	36W4019	0,200			Coordenadas do Sítio. 08S2120;36W4019 - Reuso do canal de Arcoverde/PE.
PR	Cascavel	46	24S5553	53W2650	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S5553;53W2650.
PR	Cascavel	57	24S5553	53W2650	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S5637;53W2700 - Co-localizado com o canal 58D.
PR	Cascavel	58	24S5714	53W2712	0,800			Coordenadas do Sítio. 24S5637;53W2700 - Co-localizado com o canal 57D.
PR	Guaíra	25	24S0519	54W1547	0,030			Coordenadas do Sítio. 24S0519;54W1547.
PR	Itaipulândia	26	25S1004	54W1551	0,080			Coordenadas do Sítio. 25S1004;54W1551.
PR	Jandaia do Sul	56	23S3457	51W3857	0,080			Coordenadas do Sítio. 23S3457;51W3857.
PR	Marechal Cândido Rondon	34	24S3342	54W0336	8,000			Coordenadas do Sítio. 24S3342;54W0336.
PR	Vitorino	34	26S1609	52W4706	0,080			Coordenadas do Sítio. 26S1609;52W4706 - Reuso do canal de Pato Branco/PR.
RJ	Rio Bonito	24	22S4340	42W3819	0,080			Coordenadas do Sítio. 22S4340;42W3819.
RJ	Rio das Ostras	59	22S3113	41W5541	0,080			Coordenadas do Sítio. 22S3113;41W5541 - Co-localizado com o canal 58 - Reuso do canal de Macaé/RJ.
RR	Mucajaí	43	02N2525	60W5511	0,060			Coordenadas do Sítio: 02N2525;60W5511.
RS	São Luiz Gonzaga	58	28S2453	54W5555	0,080			Coordenadas do Sítio. 28S2453;54W5555.
SC	Chapecó	30	27S0530	52W3553	8,000			Coordenadas do Sítio. 27S0530;52W3553 - Co-localizado com o canal 31D.
SC	Chapecó	31	27S0530	52W3553	0,800			Coordenadas do Sítio. 27S0530;52W3553 - Co-localizado com o canal 30D.
SP	Araraquara	19	21S4700	48W0935	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S4700;48W0935 - Co-localizado com o canal 18D.
SP	Cruzeiro	28	22S3436	44W5748	0,140			Coordenadas do Sítio: 22S3436;44W5748.
SP	Guarulhos	12	23S3317	46W3952	1,600			23S331700; 46W395200 - Coordenadas do Sítio. 23S3317;46W3952.Co-localizado com os canais 11 e 13
SP	Itápolis	22	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812 - Co-localizado com o canal 23+.
SP	Itápolis	26	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812 - Co-localizado com o canal 25+.
SP	Itápolis	28	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	30	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812 - Co-localizado com o canal 29+.
SP	Itápolis	35	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812 - Co-localizado com o canal 36+.
SP	Itápolis	39	21S3733	48W4812	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S3733;48W4812.
SP	Pirassununga	59	21S5813	47W2514	0,080			Coordenadas do Sítio. 21S5813;47W2514 - Co-localizado com o canal 58-E.
SP	São Carlos	16	22S0041	47W5313	0,800			Coordenadas do Sítio. 22S0041;47W5313 - Co-localizado com o canal 17-.

ANEXO IV

Proposta de inclusão de canais do PBTVD, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
TO	Porto Nacional	45	10S4229	48W2502	0,080			Coordenada de sítio: 10S4229 48W2502
RN	Macaíba	35	05S5109	35W2110	0,080			Coordenada de sítio: 05S5109 35W2110
RS	Bento Gonçalves	46	29S1007	51W3108	0,080			Coordenada de sítio: 29S1007 51W3108
MT	Barão de Melgaço	48	16S1646	55W5727	0,080			Coordenada de sítio: 16S1646 55W5727
MT	Acorizal	48	15S1220	56W2155	0,080			Coordenada de sítio: 15S1220 56W2155
PR	Arapongas	16	23S2452	51W2617	0,800			Coordenada de sítio: 23S2452 51W2617
BA	Feira de Santana	34	12S1603	38W5803	0,800			Coordenada de sítio: 12S1603 38W5803. Co-localizado com o canal 35D.
RJ	Campos dos Goytacazes	19	21S4736	41W2644	8,000			Coordenada de sítio: 21S4736 41W2644. Co-localizado com o canal 20-.
RN	Mossoró	16	05S1238	37W1818	0,800			Coordenada de sítio: 05S1238 37W1818
MG	Juiz de Fora	35	21S4544	43W2128	8,000			Coordenada de sítio: 21S4544 43W2128
SC	Joinville	36	26S1718	48W4940	0,800			Coordenada de sítio: 26S1718 48W4940
RS	Santa Rosa	14	27S5158	54W2840	0,080			Coordenada de sítio: 27S5158 54W2840
SP	Sertãozinho	46	21S0935	47W5403	0,080			Coordenada de sítio: 21S0935 47W5403
BA	Ilhéus	38	14S4738	39W0201	0,800			Coordenadas de sítio: 14S4738; 39W0201.
BA	Itabuna	44	14S4646	39W1544	8,000			Coordenadas de sítio: 14S4646; 39W1544.
BA	Jacobina	44	11S1107	40W3052	0,800			Coordenadas de sítio: 11S1107; 40W3052.
BA	Vitória da Conquista	45	14S5158	40W5022	8,000			Coordenadas de sítio: 14S5158; 40W5022.
CE	Alto Santo	39	05S3200	38W1800	0,080			Coordenadas de sítio: 05S3200; 38W1800.
CE	Iguatu	30	06S2221	39W1810	0,080			Coordenadas de sítio: 06S2221; 39W1810.
CE	Nova Olinda	39	07S0529	39W4051	0,080			Coordenadas de sítio: 07S0529; 39W4051.
ES	Barra de São Francisco	27	18S4518	40W5327	0,080			Coordenadas de sítio: 18S4518; 40W5327.
GO	Catalão	18	18S0913	47W5654	0,800			Coordenadas de sítio: 18S0913; 47W5654.
GO	Jataí	29	17S5228	51W4358	0,800			Coordenadas de sítio: 17S5228; 51W4358.
MG	Areado	50	21S2131	46W0844	0,080			Coordenadas de sítio: 21S2131; 46W0844.
MG	Bom Despacho	45	19S4542	45W1348	0,080			Coordenadas de sítio: 19S4542; 45W1348.
MG	Diamantina	46	18S1456	43W3536	0,080			Coordenadas de sítio: 18S1456; 43W3536.
MG	Ipaba	45	19S2449	42W2510	0,080			Coordenadas de sítio: 19S2449; 42W2510. Co-localizado com o canal 46-.
MG	Raul Soares (Serra do Broacha)	51	20S0607	42W2709	0,800			Coordenadas de sítio: 20S0607; 42W2709.
MG	Varginha	48	21S3336	45W2622	0,800			Coordenadas de sítio: 21S3336; 45W2622.
MS	Dourados	45	22S1316	54W4820	0,800			Coordenadas de sítio: 22S1316; 54W4820.
PE	Petrolina	32	09S2339	40W3035	8,000			Coordenadas de sítio: 09S2339; 40W3035.
PR	Castro	32	24S4728	50W0043	0,080			Coordenadas de sítio: 24S4728; 50W0043.
PR	Paranaguá	49	25S3056	48W3028	8,000			Coordenadas de sítio: 25S3056; 48W3028.
PR	Siqueira Campos	40	23S4100	49W5000	0,080			Coordenadas de sítio: 23S4100; 49W5000.
PR	Toledo	33	24S4534	53W4416	8,000			Coordenadas de sítio: 24S4534; 53W4416.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RJ	Araruama	14	22S5210	42W2013	0,800			Coordenadas de sítio: 22S5210; 42W2013. Co-localizado com o canal 15.
RS	Pelotas	48	31S4555	52W2017	0,800			Coordenadas de sítio: 31S4555; 52W2017.
RS	Rio Grande	49	32S0206	52W0555	0,800			Coordenadas de sítio: 32S0206; 52W0555. Co-localizado com o canal 50D
RS	Santa Maria	50	29S3919	53W5009	0,800			Coordenadas de sítio: 29S3919; 53W5009. Co-localizado com o canal 51D.
RS	Uruguaiana	32	29S4511	57W0505	0,800			Coordenadas de sítio: 29S4511; 57W0505.
SC	Criciúma	49	28S3921	49W2150	0,800			Coordenadas de sítio: 28S3921; 49W2150. Co-localizado com os canais 48D e 50D.
SP	Bady Bassit	51	20S5503	49W2652	0,080			Coordenadas de sítio: 20S5503; 49W2652.
SP	Caraguatatuba	48	23S4500	45W2601	0,800			Coordenadas de sítio: 23S4500; 45W2601. Co-localizado com o canal 47D.
SP	Itapetininga	30	23S3252	48W0031	0,080			Coordenadas de sítio: 23S3252; 48W0031. Co-localizado com os canais 29 e 31.
SP	Presidente Epitácio	36	21S4821	52W0613	0,080			Coordenadas de sítio: 21S4821; 52W0613.
RS	Passo Fundo	43	28S1547	52W2443	0,800			Coordenadas de sítio: 28S1547; 52W2443.
RS	Porto Alegre	24	30S0449	51W1101	8,000			Coordenadas de sítio: 30S0449; 51W1101.
BA	Irará	48	12S0300	38W4600	0,080			Coordenadas de sítio: 12S0300; 38W4600.
BA	Mucugê	46	12S5845	41W1402	0,080			Coordenadas de sítio: 12S5845; 41W1402.
ES	São Mateus	26	18S4256	39W5130	0,080			Coordenadas de sítio: 18S4256; 39W5130.
SP	Caraguatatuba	14	23S4500	45W2601	0,080			Coordenadas de sítio: 23S4500; 45W2601.
RO	Chupinguaia	19	12S3308	60W5359	0,080			Coordenadas de sítio: 12S3308; 60W5359.

ANEXO V

Proposta de exclusão de canais do PBTV, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Ilhéus	38+E	14S4720	39W0258	5,000	146 a 192270 a 180	1,53,16	Coordenada pré-fixada 14S4720;39W0258.
BA	Itabuna	2 E	14S4708	39W1649	10,000	16	0,316	
BA	Jacobina	9-E	11S1100	40W3100	0,500	12 a 36103 a 113162 a 191	0,0050,030,08	
BA	Vitória da Conquista	45 E	14S5158	40W5022	50,000			SBTVD
CE	Iguatu	30 E	06S2134	39W1755	1,000			
CE	Nova Olinda	21+E	07S0529	39W4051	0,500			Coordenadas Pré-fixadas: 07S0529;39W4051.
ES	Barra de São Francisco	27+E	18S4518	40W5327	1,000			
GO	Catalão	18 E	18S0957	47W5647	7,900			
GO	Jataí	4+E	17S5300	51W3400	1,000	165 a 150	0,1	Coordenada pré-fixada 17S5300;51W3400.
MG	Areado	50 E	21S2131	46W0844	0,316	202 a 242	0	
MG	Bom Despacho	16-E	19S4411	45W1508	0,500	94	0	
MG	Diamantina ((Morro do Cristal))	5 E	18S1456	43W3536	0,500	172 a 211251 a 280	00,1	Coordenadas pré-fixadas: 18S1456;43W3536.
MG	Ipaba	46-E	19S2449	42W2510	1,000			
MG	Raul Soares (Serra do Broacha)	51+E	20S0607	42W2709	10,000			CO-LOCALIZADO COM O CANAL 59-
PR	Castro	18+E	24S4728	50W0043	1,600			
PR	Paranaguá	10-E	25S3000	48W3100	31,600	49	10	
PR	Siqueira Campos	39+E	23S4100	49W5000	1,000	308 a 8	0,1	Coordenadas pré-fixadas: 23S4100;49W5000.
SP	Bady Bassitt	49 E	20S5443	49W2657	0,400			Coordenada pré-fixada 20S54'43";49W26'57"
SP	Presidente Epitácio	50-E	21S4548	52W0656	1,000			Co-localizado com os canais 49D e 57-.

ANEXO VI

Proposta de exclusão de canais do PBRTV, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
BA	Feira de Santana	50+	12S1600	38W5800	32,000	113 a 135	6	Coordenada pré-fixada: 12S1600;38W5800.
BA	Ilhéus	49	14S4720	39W0258	5,000			Coordenada pré-fixada 14S4720;39W0258
CE	Juazeiro do Norte	19-	07S1039	39W1927	20,000			Coordenada pré-fixada: 07S1039;39W1927 - Co-localizado com o canal 20D - SBTVD.
MA	Imperatriz	44	05S3135	47W2930	5,000			
MS	Corumbá	39	19S0033	57W3912	31,600			COLINEAR C/CANAL 25
PB	Campina Grande	43-	07S1350	35W5252	10,000			
PR	Foz do Iguaçu	7-	25S3252	54W3517	3,160	160 a 200	0	
PR	Ponta Grossa	20-	25S0542	50W0943	50,000	19 a 4375 a 79	31,618	Coordenada pré-fixada: 25S0600;50W1000 - Co-localizado com os canais 19D, 28 e 34.
SC	Criciúma	17	28S4039	49W2211	16,000			Coordenada pré-fixada 28S4039;49W2211 CO-LINEAR COM OS CANAIS 25+ E 31
SC	Joinville	51+	26S1816	48W5044	20,000			

ANEXO VII

Proposta de alteração de canais do PBFM, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
DF	Brasília	213	A4			
GO	Piracanjuba	238	C			
MG	Belo Horizonte	235	E1	8 a 52	36,4	Coordenadas pré-fixadas: 19S5815;43W5530.
MG	Três Pontas	260	A4			Coordenadas pré-fixadas: 21S2421;45W2939.
PE	Jaboatão dos Guararapes	276	A4			Coordenada pré-fixada S.I.DISTANCIA 9,00KMDO S.I.DO CANAL 271 DE RECIFE. 08S0921;34W5524.
PR	Assis Chateaubriand	221	A2	211 a 227	15	Coordenada pré-fixada 24S2526;53W3104 (ZC)
PR	Balsa Nova	229E	B2			Coordenadas Pré-fixadas: 25S3500:49W3800.
PR	Candói	203	C			
PR	Curitiba	230	A4			
PR	Pérola	296	A1	203 a 242	15	Coordenada pré-fixada 23S4822;53W4101. (ZC)
PR	Rio Azul	204	C			
PR	Sertaneja	207	C			(ZC)
PR	Wenceslau Braz	239	A4	243 a 260	2	Coordenadas pré-fixadas: 23S5216;49W4759
RN	Ceará-Mirim	290E	C			
RN	Macaíba	240	A4			
SC	Balneário Piçarras	252	C			
SC	Ilhota	251	C			
SC	Rio dos Cedros	234	C			
SC	São João Batista	296	C			
SC	São José	214	A1	250 a 260	6,5	Coordenada pré-fixada: 27S3516;48W3201.
SC	Tubarão	279	A2			Coordenada pré-fixada 28S3151;48W5955.
SE	Aracaju	204	A1			Coordandas Pré-fixadas: 10S5246;37W0345.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SP	Araraquara	220	A4			
SP	Penápolis	228	A3			Coordenada pré-fixada 21S3039;50W0109
SP	Valinhos	266	C	305 a 97	0,1	

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Canal	Classe	Limitação		Observação
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
DF	Brasília	213	A2			
GO	Piracanjuba	249	B1			coordenadas pré-fixada: 17S2000; 49W0200
MG	Belo Horizonte	235	E1	8 a 52	36,4	Coordenadas pré-fixadas: 19S5813;43W5543.
MG	Três Pontas	260	A2			Coordenadas pré-fixadas: 21S2421;45W2940.
PE	Jaboatão dos Guararapes	276	A3			coordenada pré-fixada 08S0946;34W5526
PR	Assis Chateaubriand	221	A2	211 a 227	15,000	Coordenada pré-fixada 24S2348;53W3045 (ZC)
PR	Balsa Nova	282E	B2			Coordenadas Pré-fixadas: 25S3502:49W3808.
PR	Candói	239	B1			(ZC)
PR	Curitiba	230	A2			Coordenada pré-fixada: 25S2502;49W1715.
PR	Pérola	296	A1	203 a 242	15	Coordenada pré-fixada 23S4813;53W4120. (ZC)
PR	Rio Azul	250	B1			
PR	Sertaneja	269	B1			
PR	Wenceslau Braz	239	A4	243 a 260	2,000	Coordenadas pré-fixadas: 23S5214;49W4800
RN	Ceará-Mirim	290E	B2			
RN	Macaíba	240	A2			
SC	Balneário Piçarras	239	C			
SC	Ilhota	228	C			
SC	Rio dos Cedros	238	C			
SC	São João Batista	260	C			
SC	São José	214	A1			Coordenada pré-fixada: 27S3516;48W3201.
SC	Tubarão	279	A1			
SE	Aracaju	204	A1			Coordandas Pré-fixadas: 10S5344;37W0335.
SP	Araraquara	220	A2			Coordenadas pré-fixadas: 21S4658;48W0938
SP	Penápolis	228	A3			Coordenada pré-fixada 21S3037;50W0116
SP	Valinhos	266	B1	345 a 97	0,050	Coordenada pré-fixada 22S5633; 47W0054

ANEXO VIII

Proposta de alteração de canais do PRRadCom, para comentários públicos:

UF	Localidade	Canal Atual	Novo Canal
RS	Três Passos	251	254
CE	Maracanaú	292	200
CE	Maranguape	292	200
RS	Ernestina	285	252

ANEXO IX

Proposta de alteração de canais do PBOM, para comentários públicos:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Freq. (kHz)	Potência (kW)		Campo Caract. (mV/m)	Classe	AlturaTorre (m)	Observação
			Dia	Noite				
MT	Jaciara	830	5	0,25	290	C	55	ONI/ONI

SITUAÇÃO PROPOSTA

UF	Localidade	Freq. (kHz)	Potência (kW)		Campo Caract. (mV/m)	Classe	AlturaTorre (m)	Observação
			Dia	Noite				
MT	Jaciara	830	5	1	290	C	55	ONI/ONI

ATO Nº 9.394, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Vila Velha/ES, no período de 25/11/2014 a 01/12/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 7290, de 26 de agosto de 2014, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 01, página 86, do dia 28 de agosto de 2014, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê: "Até 19 de Novembro de 2028"

Leia-se: "pelo prazo de dois anos contados a partir de 28 de agosto de 2014"

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.322, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.061082/2011-96, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de UBERLÂNDIA/MG, o canal 56 (cinquenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 722 a 728 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.451, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.045128/2012-19, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PETRÓPOLIS/RJ, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.456, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.008346/2012-64, resolve:

Art. 1º Consignar à TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PETRÓPOLIS/RJ, o canal 56 (cinquenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 722 a 728 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 1º de novembro de 2014

Nº 594 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 836/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC, constante do processo nº 53000.004171/2012-16, de sorte a dar provimento ao recurso interposto pela TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., participante do Aviso de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, com vistas à outorga para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão no município de Ubá, estado de Minas Gerais, tendo em vista a presença de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 595 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 837/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC, constante do processo nº 53000.016530/2012-88, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA., participante do Aviso de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, com vistas à outorga para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão no município de Ubá, estado de Minas Gerais, tendo em vista a ausência de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 596 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 838/2012/GTPU/DEOC/SCE-MC, constante do processo nº 53000.017130/2012-90, de sorte a dar provimento ao recurso interposto pela REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., participante do Aviso de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, com vistas à outorga para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão no município de Ubá, estado de Minas Gerais, tendo em vista a presença de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 597 - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 839/2012/GPTU/DEOC/SCE-MC, constante do processo nº 53000.010235/2012-18, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE, participante do Aviso de Habilitação nº 17, de 9 de dezembro de 2011, com vistas à outorga para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão no município de Ubá, estado de Minas Gerias, tendo em vista a ausência de fatos novos e de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de novembro de 2014

Nº 4.402, - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004388/2011-74, decide conhecer do pedido apresentado pela Parnaíba II Geração de Energia S.A. e pela Eneva S.A. de ajuste do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TAC e, no mérito, dar-lhe provimento, para, na forma da minuta anexa ao Voto do Relator, aprovar definitivamente o instrumento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TAC para o equacionamento das obrigações previstas nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs decorrentes do Leilão nº 2/2011-ANEEL (A-3) e fixar o prazo de até 5 dias, contados da publicação desta decisão, para que as Interessadas apresentem à ANEEL o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TAC assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 4.880, de 14 de outubro de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 16 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 31, onde se lê "outorgada por meio da Resolução Normativa nº 1492, de 04 de agosto de 2008, c/c a Resolução Normativa nº 4.239", leia-se "outorgada por meio da Resolução Autorizativa nº 1492, de 04 de agosto de 2008, c/c a Resolução Autorizativa nº 4.239".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Nº4.532 - Processo nº: 48500.004938/2012-36. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Decisão: aprovar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão do empreendimento Linha de Transmissão 230 kV Jorge Teixeira - Lechuga C3 e Subestação Lechuga 230/138 kV - 3x150 MVA, proposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, com as especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 014/2012-ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Nº 4.533 - Processo nº 48500.006439/2009-88. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região Itu Mairinque - CERIM (compradora) e Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL. (vendedora). Decisão: registrar, sob nº 8.008/2014, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica 57371.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Nº 4.529 - Processo: 48500.003512/2012-65. Decisão: (i) aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Isolina e seu afluente o Rio Belarmino, localizados na sub-bacia 65, no Estado do Paraná, apresentados pelo Senhor Henrique Yabrudi Vieira, inscrito no CPF sob o nº 881.719.819-68.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.530 - Processos nºs: 48500.004834/2009-26 e 48500.001359/2011-51. Decisão: (i) Informar que a aplicação dos critérios de seleção estabelecidos pela Resolução nº. 398, de 21 de setembro de 2001, não permite a definição do estudo de Revisão de Inventário Hidrelétrico do rio Canoas, no trecho entre a cota 760m (remanso do reservatório da UHE São Roque) e 780m (canal de fuga da PCH Peri), a ser analisado com vistas à aprovação, dentre o apresentado pela empresa Desenvix S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 00.622.416/0003-03 e o apresentado pela empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.663.142/0001-03; (ii) Oportunizar prazo para o contraditório das empresas interessadas, assegurando o exercício da ampla defesa, no prazo normativo.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.531 - Processo nº: 48500.004291/2009-47. Decisão: (i) facultar à empresa Alupar Investimento S.A. a reapresentação para fins de aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Borrachudo, localizado na sub-bacia 40, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no estado de Minas Gerais; (ii) definir 20/5/2015 como prazo para a reapresentação dos estudos; (iii) informar que o interesse em reapresentar os estudos deverá ser manifestado no prazo de 30 dias contados da data de ciência desta decisão; e (iv) informar que os estudos a serem reapresentados deverão atender aos tópicos que constam na nota técnica de análise da SGH/ANEEL.

A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.534 - Processo nº 48500.002391/2008-58. Decisão: i) - Facultar a empresa Guaporé Pecuária S.A. a reapresentação do Projeto Básico da PCH Nova Guaporé, com potência estimada de 14 MW, situada no rio Guaporé, integrante da sub-bacia 15, bacia hidrográfica do rio Amazonas, estado do Mato Grosso, para fins de aprovação até o dia 21 de dezembro de 2015. ii) - Informar que a reapresentação dos estudos deverá atender aos tópicos que constam na nota técnica de análise da SGH/ANEEL.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.535 - Processo nº: 48500.002310/2010-34. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio São Francisco de Paula, localizado na sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Mato Grosso, apresentados pelo Sr Hélcio Estevão Silveira, inscrito no CPF sob o n° 341.214.719-20; e (ii) informar que o interessado titular poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, referente aos aproveitamento Biguá, observado o prazo de 60 dias da publicação desse Despacho para solicitação do registro e demais condições especificadas na resolução mencionada.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 20 de novembro de 2014

Nº 4.527 - Processo n. 48500.005839/2014-33. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de JANEIRO de 2015. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de DEZEMBRO de 2014.

Nº 4.528 - Processo n. 48500.005665/2012-47. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de SETEMBRO de 2014. Prazo para recolhimento: até o dia 30 de NOVEMBRO de 2014.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 104/2014-AM

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

(323)

10631/2014-880.429/2011-GILBERTO LUIZ DE ROSS-TERMO DE COMPROMISSO ASSINADO

RELAÇÃO Nº 189/2014-SEDE-DF

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

(176)

800.496/2014-F T DE SOUSA MINERAÇÕ ME-ALVARÁ N°10617/2014-Destacado do DNPM 800.848/2013-ALVARÁ N°4.503/2014-Vencimento em 28/05/2017

800.497/2014-F T DE SOUSA MINERAÇÕ ME-ALVARÁ N°10618/2014-Destacado do DNPM 800.850/2013-ALVARÁ N°4.505/2014-Vencimento em 28/05/2017

826.788/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N°10619/2014-Destacado do DNPM 826.356/2012-ALVARÁ N°6.992/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.789/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N°10620/2014-Destacado do DNPM 826.356/2012-ALVARÁ N°6.992/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.790/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N°10621/2014-Destacado do DNPM 826.356/2012-ALVARÁ N°6.992/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.791/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N°10622/2014-Destacado do DNPM 826.356/2012-ALVARÁ N°6.992/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.792/2014-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N°10623/2014-Destacado do DNPM 826.356/2012-ALVARÁ N°6.992/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.809/2014-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°10624/2014-Destacado do DNPM 826.145/2013-ALVARÁ N°7.005/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.810/2014-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°10625/2014-Destacado do DNPM 826.145/2013-ALVARÁ N°7.005/2013-Vencimento em 16/07/2016

826.821/2014-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°10626/2014-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.822/2014-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°10627/2014-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.823/2014-AREAL DURAU LTDA.-ALVARÁ N°10628/2014-Destacado do DNPM 827.113/2013-ALVARÁ N°921/2014-Vencimento em 03/02/2017

826.829/2014-INDUSTRIA DE CAL CORADASSI LTDA EPP-ALVARÁ N°10629/2014-Destacado do DNPM 826.543/2010-ALVARÁ N°5.448/2014-Vencimento em 12/06/2015

840.244/2014-MINERALLI MINERAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°10630/2014-Destacado do DNPM 840.091/2014-ALVARÁ N°7.994/2014-Vencimento em 12/09/2016

RELAÇÃO Nº 138/2014-MT

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

(322)

10632/2014-867.087/2011-ALAOR VILELA MARINI-Termo de Compromisso

10633/2014-866.435/2013-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA-Termo de Compromisso

10634/2014-867.120/2013-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA-Termo de Compromisso

10635/2014-867.181/2013-MARCIO NASCIMENTO-Termo de Compromisso

10636/2014-867.303/2013-W.D. TERRAPLANAGEM & CONSTRUÇÃO LTDA-Termo de Compromisso

10637/2014-866.742/2014-SUPREMA MINERAÇÃO LTDA ME-Termo de Compromisso

10638/2014-866.850/2014-JOÃO PAULO RIVA-Termo de Compromisso

10639/2014-866.851/2014-JOÃO PAULO RIVA-Termo de Compromisso

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

(323)

10640/2014-866.090/2012-FLAVIO GOMES DA SILVA-Termo de Compromisso

10641/2014-866.736/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-Termo de Compromisso

RELAÇÃO Nº 177/2014-TO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(321)

(321)

10642/2014-864.310/2014-GILMAR FRANCISCO DE OLIVEIRA-

10643/2014-864.324/2014-FÁBIO ALEXANDRE CARNEIRO-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(322)

(322)

10644/2014-864.257/2014-CORCOVADO GRANITOS LTDA-

10645/2014-864.326/2014-EVERALDO DELLA VEDOVA DE ARAUJO-

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 140/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.159/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.211/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.212/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.297/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.439/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.440/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.441/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.445/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.466/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.467/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.472/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.473/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.488/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
801.003/2011-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.289/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.628/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.629/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.630/2012-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.773/2010-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.-OF. N°1581/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
800.981/2011-ANTÔNIO ROBERTO ROCHA SILVA ME-OF. N°1586/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.316/2009-ARNALDO BENTO DA SILVA- Cessionário:UNIVERSAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA-CPF ou CNPJ 11.229.498/0001-85- Alvará n°12.603/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.336/2011-RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
800.479/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.480/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.481/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.482/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.483/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
800.484/2012-CALMAPI INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS DO PIAUÍ LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.260/1991-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A-OF. N°1590/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.239/2003-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°1583/2014-180 dias
800.131/2005-CARBOMIL S A MINERAÇÃO E INDÚSTRIA-OF. N°1572/2014-180 dias
800.571/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1582/2014-180 dias
800.578/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1585/2014-180 dias

FRANCISCO FEITOSA DE CARVALHO FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 139/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
866.280/2007-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
866.986/2005-NURIA ADELL DE FREITAS GUIMARAES
866.280/2007-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
866.718/2007-MAGGI E MELLO LTDA-ME
866.392/2011-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.
866.557/2011-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.
866.558/2011-CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA S.A.
866.723/2011-VALORE INVEST PARTICIPACOES E SERVICOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO FINANCEIRA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.299/2012-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5216/2012
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.999/2008-CARLOS A R DA SILVA ME-ALVARÁ N°4258/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.031/2009-FABILA ALLI DA SILVA 02198064111-CUIABÁ/MT, VÁRZEA GRANDE/MT - Guia n° 022/2014-48.000toneladas-Areia- Validade:10/11/2015
866.032/2009-FABILA ALLI DA SILVA 02198064111-CUIABÁ/MT, VÁRZEA GRANDE/MT - Guia n° 023/2014-48.000toneladas-Areia- Validade:10/11/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
866.961/2013-CLAUDETE MARIA DA SILVA ME-Registro de Licença N°077/2014 de 19/11/2014-Vencimento em 19/05/2016
866.428/2014-MOROCÓ MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME-Registro de Licença N°076/2014 de 19/11/2014-Vencimento em 02/12/2017
866.643/2014-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP-Registro de Licença N°078/2014 de 19/11/2014-Vencimento em 16/05/2016

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
826.338/2014-BALA BALA MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
826.994/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.675/2001-GREZELLE & CIA. LTDA. ME-OF. N°1128/2014
826.587/2009-VIA VENETTO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°1125/2014/DNPM-PR
826.792/2010-PEDREIRA CAMPINA GRANDE DO SUL LTDA.-OF. N°476/2014
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.132/2012-M. T. TORTATO EIRELI ME
826.018/2013-J N B R EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
826.454/2013-DANIEL DOS ANJOS PEDREIRA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.012/2006-RENE ROGÉRIO COSTA- Cessionário:MINERAÇÃO COSTA LTDA- CPF ou CNPJ 20.998.072/0001-87- Alvará n°16690/15/12/2010
826.016/2006-RENE ROGÉRIO COSTA- Cessionário:AREAL COSTA LTDA- CPF ou CNPJ 77.510.493/0001-34- Alvará n°7407/2009
826.097/2009-LUIZ CHAPARINI- Cessionário:ARCELINA MARIA CHAPARINI- CPF ou CNPJ 14.277.207/0001-12- Alvará n°10096/2009
826.171/2012-J. A. GAI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA EPP- Cessionário:JORGE TADEU GAI- CPF ou CNPJ 059.199.969-27- Alvará n°1092/2013
826.068/2014-VALTER REIS SILVA- Cessionário:H. SILVA $ CIA LTDA ME- CPF ou CNPJ 16.458.883/0001-18- Alvará n°6545/2014
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.996/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA -Alvará N°5470/2014
826.997/2013-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA -Alvará N°5471/2014
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
826.132/2012-M. T. TORTATO EIRELI ME
826.454/2013-DANIEL DOS ANJOS PEDREIRA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
817.047/1973-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°1937/2014/DGTM/DNPM/PR
826.091/2003-AREAL MORO LTDA. ME-OF. N°1951/2014/DGTM/DNPM/PR
826.561/2003-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-OF. N°1959/2014/DGTM/DNPM/PR
826.002/2004-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1935/2014/DGTM/DNPM/PR
826.492/2005-CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S A-OF. N°1957/2014/DGTM/DNPM/PR
826.492/2005-CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S A-OF. N°1958/2014/DGTM/DNPM/PR
826.401/2007-ANILA THERMAS HOTEL LTDA.EPP-OF. N°1956/2014/DGTM/DNPM/PR
826.857/2014-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°352/2014/DNPM-PR
826.858/2014-ICATU AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°350/2014/DNPM-PR
826.859/2014-INDÚSTRIA EXTRATIVA DE ARGILA MONTE CRISTO LTDA ME-OF. N°348/2014/DNPM-PR
826.860/2014-PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°346/2014-PR
826.861/2014-PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°365/2014/DNPM-PR
826.862/2014-PEDREIRA PR 444 LTDA.-OF. N°363/2014/DNPM-PR
826.863/2014-RODRIGO NODARI ME-OF. N°359/2014/DNPM-PR
826.864/2014-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°356/2014/DNPM-PR
826.865/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAPIVARI LTDA.-OF. N°369/2014/DNPM-PR
826.866/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°382/2014/DNPM-PR
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.495/2001-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°1111/2011/DNPM/PR-180 dias
826.516/2001-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°1111/2011/DNPM/PR-180 dias
826.565/2003-MINERAÇÃO FIORESE LTDA-OF. N°611/2012/DNPM/PR-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
817.047/1973-PARANÁ GRANITOS LTDA-OF. N°1938/2014/DGTM/DNPM/PR
826.002/2004-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1936/2014/DGTM/DNPM/PR
826.857/2014-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°354/2014/DNPM-PR
826.858/2014-ICATU AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°351/2014/DNPM-PR
826.859/2014-INDÚSTRIA EXTRATIVA DE ARGILA MONTE CRISTO LTDA ME-OF. N°347/2014/DNPM-PR
826.860/2014-PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°344/2014/DNPM-PR
826.861/2014-PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°366/2014/DNPM-PR
826.862/2014-PEDREIRA PR 444 LTDA.-OF. N°362/2014/DNPM/PR
826.863/2014-RODRIGO NODARI ME-OF. N°360/2014/DNPM-PR
826.864/2014-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°355/2014/DNPM-PR
826.865/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL CAPIVARI LTDA.-OF. N°368/2014/DNPM-PR
826.866/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°383/DNPM-PR
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
826.217/2000-TEODORO EMPRESA DE MINERAÇÂO LTDA ME-OF. N°149/2013/DNPM/PR
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
826.003/2011-CORADIN & BAGGIO LTDA-Registro de Licença N°42/2014 de 06/11/2014-Vencimento em 15/10/2020
826.843/2013-FERNANDO RIBEIRO PINHEIRO ME-Registro de Licença N°40/2014 de 31/10/2014-Vencimento em 12/09/2015
826.594/2014-DANIEL DOS ANJOS PEDREIRA-Registro de Licença N°38/2014 de 24/10/2014-Vencimento em 12/06/2019
826.667/2014-J N B R EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Registro de Licença N°39/2014 de 29/10/2014-Vencimento em 06/03/2019
826.831/2014-M. T. TORTATO EIRELI ME-Registro de Licença N°43/2014 de 29/10/2014-Vencimento em 22/09/2016
826.832/2014-MOISÉS GONDRO FI-Registro de Licença N°41/2014 de 05/11/2014-Vencimento em 22/09/2019
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
826.839/2014-VITORIO SMAHA & CIA LTDA
826.869/2014-LAIDE BATISTA DOS SANTOS (F.IND.)

HUDSON CALEFE

DIRETORIA DE GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

RETIFICAÇÕES

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 2/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ, D.O.U. de 13/3/2014, Seção 1, página 86, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 80/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 62, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 82/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 62, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 171/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 63, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação das Relações Nºs 117/2014 e 118/2014- SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 63, por terem sido publicadas em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação das Relações Nºs 154/2014, 155/2014 e 160/2014 - SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 63, por terem sido publicadas em duplicidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 148/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS, D.O.U. de 9/10/2014, Seção 1, página 63, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 100/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS, D.O.U. de 14/11/2014, Seção 1, página 188, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 90/2014 - SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA, D.O.U. de 14/11/2014, Seção 1, página 189, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação da Relação Nº 180/2014 - SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA, D.O.U. de 14/11/2014, Seção 1, página 189, por ter sido publicada em duplicidade.

Torno sem efeito a publicação das Relações Nºs 172/2014 e 173/2014 - SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS, D.O.U. de 14/11/2014, Seção 1, página 190, por terem sido publicadas em duplicidade.

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 223, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.343/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à MIRANCOOP CONSULTORIA INFORMATICA ESTUDOS GEOAMBIENTAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de NITERÓI/RJ, numa área de 49,89ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°57'35,800"S/43°08'27,868"W; 22°58'05,542"S/43°08'27,867"W; 22°58'05,542"S/43°08'50,192"W; 22°57'56,798"S/43°08'50,192"W; 22°57'56,798"S/43°08'45,700"W; 22°57'35,866"S/43°08'45,700"W; 22°57'35,866"S/43°08'40,826"W; 22°57'35,800"S/43°08'40,826"W; 22°57'35,800"S/43°08'27,868"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°57'35,800"S e Long. 43°08'27,868"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 914,9m-S; 636,0m-W; 269,0m-N; 128,0m-E; 643,9m-N; 138,9m-E; 2,0m-N; 369,1m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 224, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.103/2010, resolve:

Art. 1° Outorgar à F2 IRMÃOS FERRARI TRANSPORTES LTDA ME, concessão para lavrar AREIA, CASCALHO, no(s) Município(s) de NIQUELÂNDIA/GO, numa área de 47,85ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 14°56'28,317"S/48°33'16,133"W; 14°56'26,257"S/48°33'16,133"W; 14°56'26,257"S/48°33'21,489"W; 14°56'01,538"S/48°33'21,489"W; 14°56'01,538"S/48°33'29,234"W; 14°55'58,228"S/48°33'29,234"W; 14°55'58,228"S/48°33'35,222"W; 14°55'52,344"S/48°33'35,222"W; 14°55'52,344"S/48°33'37,405"W; 14°55'48,237"S/48°33'37,405"W; 14°55'48,237"S/48°33'44,464"W; 14°55'50,785"S/48°33'44,464"W; 14°55'50,785"S/48°34'05,310"W; 14°56'09,839"S/48°34'05,310"W; 14°56'09,839"S/48°34'13,578"W; 14°56'13,784"S/48°34'13,578"W; 14°56'13,784"S/48°34'18,453"W; 14°56'22,889"S/48°34'18,453"W; 14°56'22,889"S/48°34'31,032"W; 14°56'28,217"S/48°34'31,032"W; 14°56'28,217"S/48°34'38,653"W; 14°56'35,396"S/48°34'38,653"W; 14°56'35,396"S/48°34'54,337"W; 14°56'39,846"S/48°34'54,337"W; 14°56'39,846"S/48°35'05,062"W; 14°56'44,731"S/48°35'05,062"W; 14°56'44,731"S/48°35'03,222"W; 14°56'40,962"S/48°35'03,222"W; 14°56'40,962"S/48°34'47,635"W; 14°56'36,711"S/48°34'47,635"W; 14°56'36,711"S/48°34'35,125"W; 14°56'29,457"S/48°34'35,125"W; 14°56'29,457"S/48°34'28,862"W; 14°56'25,165"S/48°34'28,862"W; 14°56'25,165"S/48°34'15,322"W; 14°56'16,541"S/48°34'15,322"W; 14°56'16,541"S/48°34'11,435"W; 14°56'12,335"S/48°34'11,435"W; 14°56'12,335"S/48°34'03,305"W; 14°56'09,290"S/48°34'03,305"W; 14°56'09,290"S/48°34'00,737"W; 14°55'53,751"S/48°34'00,737"W; 14°55'53,751"S/48°33'38,023"W; 14°55'59,873"S/48°33'38,023"W; 14°55'59,873"S/48°33'31,253"W; 14°56'03,903"S/48°33'31,253"W; 14°56'03,903"S/48°33'24,125"W; 14°56'28,317"S/48°33'24,125"W; 14°56'28,317"S/48°33'16,133"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 14°56'28,317"S e Long. 48°33'16,133"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 63,3m-N; 160,1m-W; 759,8m-N; 231,5m-W; 101,7m-N; 179,0m-W; 180,9m-N; 65,2m-W; 126,2m-N; 211,0m-W; 78,3m-S; 623,0m-W; 585,6m-S; 247,1m-W; 121,3m-S; 145,7m-W; 279,9m-S; 375,9m-W; 163,8m-S; 227,7m-W; 220,7m-S; 468,7m-W; 136,8m-S; 320,5m-W; 150,2m-S; 55,0m-E; 115,8m-N; 465,8m-E; 130,7m-N; 373,8m-E; 223,0m-N; 187,2m-E; 131,9m-N; 404,6m-E; 265,1m-N; 116,2m-E; 129,3m-N; 243,0m-E; 93,6m-N; 76,7m-E; 477,6m-N; 678,8m-E; 188,2m-S; 202,3m-E; 123,9m-S; 213,0m-E; 750,4m-S; 238,8m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 225, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.417/1999, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO ROGALSKI LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de IPIRANGA/PR, PONTA GROSSA/PR, numa área de 48,44ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°00'31,956"S/50°27'17,295"W; 25°00'33,581"S/50°27'17,294"W; 25°00'33,581"S/50°27'13,015"W; 25°00'35,855"S/50°27'13,015"W; 25°00'35,855"S/50°27'08,022"W; 25°00'38,455"S/50°27'08,022"W; 25°00'38,455"S/50°27'04,455"W; 25°00'41,705"S/50°27'04,455"W; 25°00'41,705"S/50°26'59,106"W; 25°00'44,955"S/50°26'59,105"W; 25°00'44,954"S/50°26'54,826"W; 25°00'46,904"S/50°26'54,825"W; 25°00'46,904"S/50°26'51,972"W; 25°00'48,529"S/50°26'51,972"W; 25°00'48,529"S/50°26'41,986"W; 25°00'52,428"S/50°26'41,986"W; 25°00'52,425"S/50°26'07,034"W; 25°00'55,674"S/50°26'07,033"W; 25°00'55,678"S/50°26'44,839"W; 25°00'53,729"S/50°26'44,839"W; 25°00'53,729"S/50°26'54,112"W; 25°00'51,454"S/50°26'54,112"W; 25°00'51,455"S/50°27'03,028"W; 25°00'46,905"S/50°27'03,028"W; 25°00'46,905"S/50°27'05,882"W; 25°00'44,305"S/50°27'05,882"W; 25°00'44,305"S/50°27'11,945"W; 25°00'41,705"S/50°27'11,945"W; 25°00'41,705"S/50°27'16,581"W; 25°00'38,455"S/50°27'16,581"W; 25°00'38,455"S/50°27'22,287"W; 25°00'34,231"S/50°27'22,287"W; 25°00'34,231"S/50°27'25,497"W; 25°00'38,130"S/50°27'25,497"W; 25°00'38,130"S/50°27'27,280"W; 25°00'48,855"S/50°27'27,280"W; 25°00'48,855"S/50°27'25,141"W; 25°00'51,130"S/50°27'25,141"W; 25°00'51,130"S/50°27'23,001"W; 25°00'53,405"S/50°27'23,001"W; 25°00'53,405"S/50°27'20,861"W; 25°00'56,005"S/50°27'20,861"W; 25°00'56,005"S/50°27'18,364"W; 25°00'59,900"S/50°27'18,364"W; 25°00'59,900"S/50°27'23,000"W; 25°00'58,605"S/50°27'23,001"W; 25°00'58,605"S/50°27'26,567"W; 25°00'54,380"S/50°27'26,567"W; 25°00'54,380"S/50°27'29,064"W; 25°00'51,455"S/50°27'29,064"W; 25°00'51,455"S/50°27'31,204"W; 25°00'48,530"S/50°27'31,204"W; 25°00'48,530"S/50°27'32,630"W; 25°00'36,180"S/50°27'32,630"W; 25°00'36,181"S/50°27'30,847"W; 25°00'33,581"S/50°27'30,847"W; 25°00'33,581"S/50°27'28,707"W; 25°00'31,956"S/50°27'28,707"W; 25°00'31,956"S/50°27'17,295"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°00'31,956"S e Long. 50°27'17,295"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 50,0m-S;120,0m-E;70,0m-S; 140,0m-E; 80,0m-S; 100,0m-E; 100,0m-S; 150,0m-E; 100,0m-S; 120,0m-E; 60,0m-S; 80,0m-E; 50,0m-S; 280,0m-E; 120,0m-S; 980,0m-E; 100,0m-S; 1060,0m-W; 60,0m-N; 260,0m-W; 70,0m-N; 250,0m-W; 140,0m-N; 80,0m-W; 80,0m-N; 170,0m-W; 80,0m-N; 130,0m-W; 100,0m-N; 160,0m-W; 130,0m-N; 90,0m-W; 120,0m-S; 50,0m-W; 330,0m-S; 60,0m-E; 70,0m-S; 60,0m-E; 70,0m-S; 60,0m-E; 80,0m-S; 70,0m-E; 119,9m-S; 130,0m-W ;39,9m-N; 100,0m-W; 130,0m-N; 70,0m-W; 90,0m-N; 60,0m-W; 90,0m-N; 40,0m-W; 380,0m-N; 50,0m-E; 80,0m-N; 60,0m-E; 50,0m-N; 320,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 226, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.147/2004, resolve:

Art. 1° Outorgar à INDUSCALTA INDÚSTRIA DE CALCÁREOS TAMANDARÉ LTDA., concessão para lavrar CALCÁRIO, no(s) Município(s) de ITAPERUÇU/PR, numa área de 16,35ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°15'38,260"S/49°23'36,227"W; 25°15'38,260"S/49°23'45,161"W; 25°15'19,537"S/49°23'45,161"W; 25°15'19,537"S/49°23'41,209"W; 25°15'19,498"S/49°23'41,209"W; 25°15'19,498"S/49°23'40,788"W; 25°15'17,627"S/49°23'40,788"W; 25°15'17,626"S/49°23'33,368"W; 25°15'22,501"S/49°23'33,368"W; 25°15'22,501"S/49°23'36,227"W; 25°15'38,260"S/49°23'36,227"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°15'38,260"S e Long. 49°23'36,227"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 250,0m-W; 576,1m-N; 110,6m-E; 1,2m-N;11,8m-E; 57,6m-N; 207,6m-E; 150,0m-S; 80,0m-W; 484,9m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 227, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.799/1996, resolve:

Art. 1° Outorgar à COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA., concessão para lavrar ARGILA, AREIA, no(s) Município(s) de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, numa área de 43,60ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°36'15,875"S/49°10'40,623"W; 25°36'15,875"S/49°10'59,258"W; 25°36'06,127"S/49°10'59,258"W; 25°36'06,127"S/49°11'05,708"W; 25°35'53,128"S/49°11'05,708"W; 25°35'53,128"S/49°10'40,623"W; 25°36'15,875"S/49°10'40,623"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°36'15,875"S e Long. 49°10'40,623"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 520,0m-W; 300,0m-N; 180,0m-W; 400,0m-N; 700,0m-E; 700,0m-S.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 228, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.419/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à AVP EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA., concessão para lavrar SAIBRO, AREIA, ARGILA, no(s) Município(s) de ARAUCÁRIA/PR, numa área de 49,15ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°39'19,300"S/49°22'50,978"W; 25°39'25,803"S/49°22'50,978"W; 25°39'25,803"S/49°22'48,650"W; 25°39'36,100"S/49°22'48,650"W; 25°39'36,100"S/49°22'52,550"W; 25°39'39,850"S/49°22'52,550"W; 25°39'39,850"S/49°22'59,160"W; 25°39'45,520"S/49°22'59,160"W; 25°39'45,520"S/49°22'55,720"W; 25°39'55,320"S/49°22'55,720"W; 25°39'55,320"S/49°22'57,000"W; 25°40'00,590"S/49°22'57,000"W; 25°40'00,590"S/49°22'55,300"W; 25°40'09,205"S/49°22'55,300"W; 25°40'09,205"S/49°23'03,400"W; 25°39'58,350"S/49°23'03,400"W; 25°39'58,350"S/49°23'06,350"W; 25°39'47,750"S/49°23'06,350"W; 25°39'47,750"S/49°23'08,700"W; 25°39'31,860"S/49°23'08,700"W; 25°39'31,860"S/49°23'07,180"W; 25°39'30,000"S/49°23'07,180"W; 25°39'30,000"S/49°23'05,200"W; 25°39'27,430"S/49°23'05,200"W; 25°39'27,430"S/49°23'03,180"W; 25°39'26,100"S/49°23'03,180"W; 25°39'26,100"S/49°22'58,930"W; 25°39'19,300"S/49°22'58,930"W; 25°39'19,300"S/49°22'50,978"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°39'19,300"S e Long. 49°22'50,978"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 200,1m-S; 64,9m-E; 316,9m-S; 108,8m-W; 115,4m-S; 184,4m-W; 174,5m-S; 95,9m-E; 301,6m-S; 35,7m-W; 162,2m-S; 47,4m-E; 265,1m-S; 225,9m-W; 334,0m-N; 82,3m-W; 326,2m-N; 65,5m-W; 489,0m-N; 42,4m-E; 57,2m-N; 55,2m-E; 79,1m-N; 56,3m-E; 40,9m-N; 118,5m-E; 209,3m-N; 221,8m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 229, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.196/1995, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINAS BRANCAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de PONTA GROSSA/PR, numa área de 28,07ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°10'10,021"S/50°11'59,418"W; 25°10'10,021"S/50°12'17,273"W;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25°10'27,501"S/50°12'17,273"W; 25°10'27,029"S/50°12'16,869"W; 25°10'25,806"S/50°12'15,036"W; 25°10'25,698"S/50°12'12,377"W; 25°10'26,608"S/50°12'07,973"W; 25°10'27,505"S/50°12'06,628"W; 25°10'27,505"S/50°12'05,559"W; 25°10'28,337"S/50°12'05,559"W; 25°10'30,978"S/50°12'04,672"W; 25°10'31,812"S/50°12'03,542"W; 25°10'32,738"S/50°12'02,104"W; 25°10'32,470"S/50°11'59,417"W; 25°10'10,021"S/50°11'59,418"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°10'10,021"S e Long. 50°11'59,418"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-SW 89°59'51"749;537,9m-SE 00°00'07"670;18,4m-NE 37°56'06"275;63,7m-NE 53°44'25"281;74,5m-NE 87°26'46"748;126,5m-SE 77°12'43"926;46,7m-SE 53°46'40"143;29,9m-NE 89°58'51"061;25,6m-SW 00°00'00"000;85,0m-SE 16°59'30"187;40,8m-SE 50°58'00"656;49,3m-SE 54°43'41"780;75,7m-NE 83°44'06"148;690,8m-NW 00°00'08"958.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 890.498/2003, resolve:

Art. 1° Outorgar à IG3 COMÉRCIO E TERRAPLANAGEM LTDA, concessão para lavrar SAIBRO, no(s) Município(s) de RIO DE JANEIRO/RJ, numa área de 18,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 22°55'54,366"S/43°34'45,286"W; 22°56'08,994"S/43°34'45,286"W; 22°56'08,994"S/43°34'59,325"W; 22°55'54,366"S/43°34'59,324"W; 22°55'54,366"S/43°34'45,286"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 465,0m, no rumo verdadeiro de 82°38'59"990 NW, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 22°55'56,300"S e Long. 43°34'29,100"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 450,0m-S; 400,0m-W; 450,0m-N; 400,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 231, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 886.186/2013, resolve:

Art. 1° Outorgar à OLIVEIRA & NERY LTDA, concessão para lavrar AREIA, no(s) Município(s) de RIO BRANCO/AC, numa área de 25,71ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 10°03'47,142"S/67°50'59,592"W; 10°04'03,416"S/67°50'59,592"W; 10°04'03,416"S/67°51'04,518"W; 10°04'06,670"S/67°51'04,518"W; 10°04'06,670"S/67°51'09,444"W; 10°04'09,925"S/67°51'09,444"W; 10°04'09,925"S/67°51'15,067"W; 10°04'21,749"S/67°51'15,067"W; 10°04'21,749"S/67°51'20,283"W; 10°04'03,090"S/67°51'20,283"W; 10°04'03,090"S/67°51'13,057"W; 10°03'58,859"S/67°51'13,057"W; 10°03'58,859"S/67°51'06,489"W; 10°03'57,232"S/67°51'06,489"W; 10°03'57,232"S/67°51'03,862"W; 10°03'52,350"S/67°51'03,862"W; 10°03'52,350"S/67°51'05,504"W; 10°03'47,142"S/67°51'05,504"W; 10°03'47,142"S/67°50'59,592"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 10°03'47,142"S e Long. 67°50'59,592"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 500,0m-S; 150,0m-W; 100,0m-S; 150,0m-W; 100,0m-S; 171,2m-W; 363,3m-S; 158,8m-W; 573,3m-N; 220,0m-E; 130,0m-N; 200,0m-E; 50,0m-N; 80,0m-E; 150,0m-N; 50,0m-W; 160,0m-N; 180,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 232, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.548/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à CUBATÃO DRAGAGENS LTDA., concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de JOINVILLE/SC, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°09'48,553"S/48°56'22,781"W; 26°09'48,553"S/48°56'13,527"W; 26°09'55,052"S/48°56'13,527"W; 26°09'55,051"S/48°56'03,084"W; 26°10'01,225"S/48°56'03,084"W; 26°10'01,225"S/48°56'11,366"W; 26°10'44,929"S/48°56'11,365"W; 26°10'44,929"S/48°56'12,877"W; 26°10'42,817"S/48°56'12,877"W; 26°10'42,817"S/48°56'15,218"W; 26°10'36,156"S/48°56'15,218"W; 26°10'36,156"S/48°56'17,055"W; 26°10'34,044"S/48°56'17,055"W; 26°10'34,044"S/48°56'18,495"W; 26°10'32,419"S/48°56'18,495"W; 26°10'32,419"S/48°56'20,440"W; 26°10'30,177"S/48°56'20,440"W; 26°10'30,177"S/48°56'22,781"W; 26°09'48,553"S/48°56'22,781"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice a 1782,0m, no rumo verdadeiro de 41°22'59"992 NE, do ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°10'32,000"S e Long. 48°57'05,200"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 257,0m-E; 200,0m-S; 290,0m-E; 190,0m-S; 230,0m-W; 1345,0m-S; 42,0m-W; 65,0m-N; 65,0m-W; 205,0m-N; 51,0m-W; 65,0m-N; 40,0m-W; 50,0m-N; 54,0m-W; 69,0m-N; 65,0m-W; 1281,0m-N.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 233, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 815.549/2008, resolve:

Art. 1° Outorgar à CUBATÃO DRAGAGENS LTDA., concessão para lavrar CASCALHO, no(s) Município(s) de JOINVILLE/SC, numa área de 50,00ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 26°10'06,428"S/48°55'56,940"W; 26°10'46,395"S/48°55'56,939"W; 26°10'46,395"S/48°55'59,388"W; 26°10'47,695"S/48°55'59,388"W; 26°10'47,695"S/48°56'08,175"W; 26°10'45,746"S/48°56'08,175"W; 26°10'45,746"S/48°56'11,344"W; 26°10'44,929"S/48°56'11,344"W; 26°10'06,428"S/48°56'11,344"W; 26°10'06,428"S/48°55'56,940"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 26°10'06,428"S e Long. 48°55'56,940"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1230,0m-S; 68,0m-W; 40,0m-S; 244,0m-W; 60,0m-N; 88,0m-W; 25,1m-N; 1184,9m-N; 400,0m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

PORTARIA Nº 234, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 861.928/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à DIAMANTE NEGRO MINERADORA LTDA, concessão para lavrar BASALTO, no(s) Município(s) de GOIATUBA/GO, numa área de 28,38ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 17°54'01,470"S/49°39'52,935"W; 17°53'28,944"S/49°39'52,935"W; 17°53'28,944"S/49°39'41,317"W; 17°53'42,442"S/49°39'41,317"W; 17°53'42,442"S/49°39'43,219"W; 17°53'49,826"S/49°39'43,219"W; 17°53'49,826"S/49°39'44,918"W; 17°53'57,372"S/49°39'44,918"W; 17°53'57,372"S/49°39'46,956"W; 17°54'01,470"S/49°39'46,956"W; 17°54'01,470"S/49°39'52,935"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 17°54'01,470"S e Long. 49°39'52,935"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 1000,0m-N; 342,0m-E; 415,0m-S; 56,0m-W; 227,0m-S; 50,0m-W; 232,0m-S; 60,0m-W; 126,0m-S; 176,0m-W.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 333, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.001702/2014-18, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Joana XIV, de titularidade da empresa Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.513/0001-46, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 84, de 26 de fevereiro de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA						
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA						
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO						
01	Nome Empresarial Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.			02	CNPJ 19.023.513/0001-46	
03	Logradouro Rodovia Doutor Mendel Steinbruch			04	Número s/nº	
05	Complemento km 08, Sala 169	06	Bairro/Distrito Distrito Industrial	07	CEP 61939-906	
08	Município Maracanaú	09	UF Ceará	10	Telefone (85) 4006-0503	
11	DADOS DO PROJETO					
Nome do Projeto	EOL Ventos de Santa Joana XIV (Autorizada pela Portaria MME nº 84, de 26 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 05/2013-ANEEL).					
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Santa Joana XIV, compreendendo: I - quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 230/500 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 500 kV, com cerca de setenta quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha de Transmissão São João do Piauí - Milagres, de propriedade da Iracema Transmissora de Energia S.A.					
Período de Execução	De 1º/10/2014 a 1º/9/2015.					
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Caldeirão Grande do Piauí, Estado do Piauí.					
12	PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA					
Nome: Mário Araújo Alencar Araripe.				CPF: 887.393.928-72.		
Nome: Walter Cremasco.				CPF: 493.671.707-00.		
Nome: Eugênio Pacelli Mendonça Dupin.				CPF: 486.116.706-04.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens		119.216.526,69.
Serviços		8.535.992,87.
Outros		504.113,96.
Total (1)		128.256.633,52.
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens		108.624.777,09.
Serviços		7.889.392,11.
Outros		485.713,80.
Total (2)		116.999.883,00.

PORTARIA Nº 334, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 440, de 20 de julho de 2012, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.002858/2014-16, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica denominada UHE Sinop, de titularidade da empresa Companhia Energética Sinop S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.527.586/0001-75, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, outorgado por meio do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME-UHE SINOP, de 26 de fevereiro de 2014, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de setembro de 2014 e são de exclusiva responsabilidade da Companhia Energética Sinop S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Companhia Energética Sinop S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial Companhia Energética Sinop S.A.			02	CNPJ 19.527.586/0001-75
03	Logradouro SCN Quadra 05, Bloco A			04	Número
05	Complemento Sala 220	06	Bairro Asa Norte	07	CEP 70715-900
08	Município Brasília	09	UF DF	10	Telefone (61) 3047-8072
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UHE Sinop (Outorgada pelo Contrato de Concessão nº 01/2014-MME-UHE SINOP, de 26 de fevereiro de 2014 - Leilão nº 06/2013-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Usina Hidrelétrica denominada UHE Sinop, compreendendo: I - três Unidades Geradoras, totalizando 400.000 kW de capacidade instalada mínima; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito, constituído de uma Subestação Elevadora de 500 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 500 kV da Subestação Cláudia.				
Período de Execução	De 28/3/2014 a 1º/5/2018.				
Localidade do Projeto [Município(s)/UF]	Municípios de Cláudia e Itaúba, Estado de Mato Grosso.				
12	REPRESENTANTES, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Rui da Justa Feijão.				CPF: 023.381.904-59.	
Nome: Ana Brígida Figueiredo Cardoso.				CPF: 061.727.922-53.	
Nome: Luiz Fernando Wolff de Carvalho.				CPF: 274.536.269-00.	
Nome: Alessandro Camilo da Silva.				CPF: 459.815.741-00.	
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens			1.045.066.252,34.		
Serviços			280.784.006,61.		
Outros			662.927.427,00.		
Total (1)			1.988.777.685,95.		
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens			948.397.624,00.		
Serviços			254.811.485,00.		
Outros			601.606.640,00.		
Total (2)			1.804.815.749,00.		

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 448, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução N.º 390, de 31 de agosto de 2001, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 2º, Parágrafo Primeiro, e os termos do Parecer Técnico de Análise N.º 28/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa MARTINI TRANSPORTE LTDA. - EPP - EMPRESA INDIVIDUAL, (CNPJ 04.320.884/0001-12) na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise N.º 28/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para prestação de serviço de TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EM GERAL, habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

III - o cumprimento das Normas Técnicas do Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 100, de 23 de maio de 2013, e em conformidade com a Resolução nº 193, de 05 de maio de 2003, torna público que, no período de 1 a 31/10/2014, foi requerida a seguinte solicitação de reserva de disponibilidade hídrica de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, rio São Francisco, Estado da Bahia e Pernambuco, aproveitamento hidrelétrico Riacho Seco.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 123, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro - RJ (Processo nº 02070.001761/2014-94)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como os art. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos concelhos;

Considerando o Decreto nº 87.561, de 13 de setembro de 1982, que criou a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro;

Considerando a Portaria IBAMA nº 86, de 16 de julho de 2002, que criou o Conselho da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e o funcionamento de conselhos consultivos em Unidades de Conservação Federais;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio no 02070.001761/2014-94, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º e seguintes da Portaria ICMBio nº 85, de 29 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis é composto pelas seguintes representações da administração pública e da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PARNASO, sendo um titular e um suplente;

c) Reserva Biológica de Araras, sendo um titular e um suplente;

d) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - URRJ, sendo um titular e um suplente;

e) Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, sendo um titular e um suplente;

f) Instituto Estadual do Ambiente - INEA, sendo um titular e um suplente;

g) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER, sendo um titular e um suplente;

h) Parque Natural Municipal da Taquara, sendo um titular e um suplente;

i) Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Magé, sendo um titular e um suplente;

j) Prefeitura Municipal de Petrópolis, sendo um titular e um suplente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU/RJ, sendo um titular e um suplente;

b) Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piabanha, Preto e Paquequer, sendo um titular e um suplente;

c) Comitê das Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, sendo um titular e um suplente;

d) Conselho Municipal de Meio Ambiente de Petrópolis - COMEMA, sendo um titular e um suplente;

e) Universidade Estácio de Sá - Unidade Petrópolis, sendo titular, e Universidade Católica de Petrópolis - UCP, suplente;

f) Instituto Ambiental - OIA, sendo titular, e Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade - CAALL, suplente;

g) Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis - APOP, sendo titular, e Sindicato Rural de Petrópolis, suplente;

h) Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio - CONCER, sendo titular, e Concessionária Rio Teresópolis - CRT, suplente;

i) Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN, sendo titular, e Carl Zeiss Vision Brasil Indústria Óptica LTDA, suplente;

j) Associação de Moradores e Amigos do Rocio - ASSOMAR, sendo titular, e Associação de Moradores e Amigos de Santa Monica - NOVAMOSANTA, suplente;

k) Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, sendo um titular e um suplente;

l) Slow Food, sendo titular, e Associação de Produtores e Moradores do Bonfim, suplente;

m) Condomínio Fazenda de Araras, sendo titular, e Fazenda Boa Esperança, suplente;

n) Nova Meio Ambiente, sendo titular, e Instituto Samambaia de Ciência Ambiental e Ecoturismo, suplente.

o) Ides-Ecosserra, sendo titular, e Animavida, suplente;

p) Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável - INNATUS, sendo um titular e um suplente;

q) Centro Excursionista Petropolitano - CEP, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Petrópolis é presidido pelo chefe ou responsável institucional, que indicará seu suplente.

Art. 3º O mandato dos conselheiros é de dois anos, contados a partir da data de posse, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 4º O Conselho deverá rever seu regimento interno, caso necessário.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 148, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e

Considerando a frustração na arrecadação de recursos da fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros e a possibilidade de utilização da fonte 51 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, a fim de não prejudicar a execução das ações "Administração da Unidade", "Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade", "Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento", "Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde" e "Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos", no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde; e

Considerando a necessidade de viabilizar a abertura de crédito adicional, cuja programação a ser cancelada tem fonte de recurso incompatível com o objeto da suplementação pretendida, em face das vinculações legais vigentes, no âmbito do Ministério do Esporte, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no que concerne aos Ministérios da Saúde e do Esporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ANEXO

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							34.000.000
		Atividades							
10 303	2015 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							4.000.000
10 303	2015 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							4.000.000
			S	3	2	90	6	151	4.000.000
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							14.500.000
10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional							14.500.000
			S	3	2	90	0	151	14.500.000
10 571	2015 8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde							1.000.000
10 571	2015 8315 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - Nacional							1.000.000
			S	3	2	90	6	151	1.000.000
		Projetos							
10 572	2015 147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia							14.500.000
10 572	2015 147J 0001	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional							14.500.000
			S	4	2	90	6	250	14.500.000
	2055	Desenvolvimento Produtivo							13.000.000
		Atividades							
10 303	2055 2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos							3.100.000
10 303	2055 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							3.100.000
			S	3	2	90	6	151	2.100.000
			S	4	2	90	6	151	1.000.000
		Projetos							
10 572	2055 13DT	Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz							1.800.000
10 572	2055 13DT 0033	Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.000
			S	3	2	90	6	250	1.800.000
10 572	2055 13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará							3.100.000
10 572	2055 13DU 0023	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará - No Estado do Ceará							3.100.000
			S	4	2	90	6	250	3.100.000
10 572	2055 13DV	Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG							1.000.000
10 572	2055 13DV 0031	Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	4	2	90	6	250	1.000.000

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 441, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes confere o parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) como forma de pagamento, pela administração pública federal, das despesas realizadas com a aquisição de passagens aéreas nas hipóteses de licitação ou procedimento de contratação direta, realizados pela Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá expedir normas complementares quanto ao uso do CPGF para as despesas com a aquisição de passagens aéreas nas hipóteses de licitação ou procedimento de contratação direta realizados pela Central de Compras e Contratações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10 572	2055 14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS							4.000.000
10 572	2055 14UO 0001	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS - Nacional							4.000.000
			S	4	2	90	6	250	4.000.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							1.800.000
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							1.800.000
10 122	2115 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.000
			S	3	2	90	6	151	1.800.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.800.000
TOTAL - GERAL									48.800.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte e Grandes Eventos Esportivos							10.953.276
		Atividades							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							5.476.638
27 812	2035 20JP 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - Nacional							5.476.638
			F	3	2	40	0	118	5.476.638
27 811	2035 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento							3.500.000
27 811	2035 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							3.500.000
			F	3	2	40	0	100	3.500.000
		Projetos							
27 811	2035 126V	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor							1.976.638
27 811	2035 126V 0001	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor - Nacional							1.976.638
			F	3	2	90	0	100	376.638
			F	4	2	90	0	100	1.600.000
TOTAL - FISCAL									10.953.276
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.953.276

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							34.000.000
		Atividades							
10 303	2015 20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade							4.000.000
10 303	2015 20YR 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade - Nacional							4.000.000
			S	3	2	90	6	250	4.000.000
10 303	2015 20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento							14.500.000
10 303	2015 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento - Nacional							14.500.000
			S	3	2	90	0	250	14.500.000
10 571	2015 8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde							1.000.000
10 571	2015 8315 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - Nacional							1.000.000
			S	3	2	90	6	250	1.000.000
		Projetos							
10 572	2015 147J	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia							14.500.000
10 572	2015 147J 0001	Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia - Nacional							14.500.000
			S	4	2	90	6	151	14.500.000
	2055	Desenvolvimento Produtivo							13.000.000
		Atividades							
10 303	2055 2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos							3.100.000
10 303	2055 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							3.100.000
			S	3	2	90	6	250	2.100.000
			S	4	2	90	6	250	1.000.000
		Projetos							
10 572	2055 13DT	Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz							1.800.000
10 572	2055 13DT 0033	Construção da Nova Unidade Administrativa da Fiocruz - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.000
			S	3	2	90	6	151	1.800.000
10 572	2055 13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará							3.100.000
10 572	2055 13DU 0023	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará - No Estado do Ceará							3.100.000
			S	4	2	90	6	151	3.100.000
10 572	2055 13DV	Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG							1.000.000
10 572	2055 13DV 0031	Construção do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG - No Estado de Minas Gerais							1.000.000
			S	4	2	90	6	151	1.000.000
10 572	2055 14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS							4.000.000
10 572	2055 14UO 0001	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS - Nacional							4.000.000
			S	4	2	90	6	151	4.000.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							1.800.000
		Atividades							
10 122	2115 2000	Administração da Unidade							1.800.000
10 122	2115 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.000
			S	3	2	90	6	250	1.800.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.800.000
TOTAL - GERAL									48.800.000

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2035		Esporte e Grandes Eventos Esportivos							10.953.276
		Atividades							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							5.476.638
27 812	2035 20JP 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - Nacional							5.476.638
			F	3	2	40	0	100	5.476.638
27 811	2035 20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento							3.500.000
27 811	2035 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							3.500.000
			F	3	2	40	0	118	3.500.000
		Projetos							
27 811	2035 126V	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor							1.976.638
27 811	2035 126V 0001	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor - Nacional							1.976.638
			F	3	2	90	0	118	376.638
			F	4	2	90	0	118	1.600.000
TOTAL - FISCAL									10.953.276
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.953.276

PORTARIA Nº 151, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, alíneas "a" e "b", e § 1º, do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, e a delegação de competência de que trata o art. 3º, incisos I e II, da Portaria MP nº 58, de 21 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, e ajustar o detalhamento constante do Anexo I da Portaria MP nº 58, de 21 de fevereiro de 2014, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 58, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	61.747.100
36000	Ministério da Saúde	308.252.900
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	120.000.000
TOTAL		490.000.000

Fontes: Todas as fontes, exceto 112, 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 58, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
33000	Ministério da Previdência Social	50.000.000
35000	Ministério das Relações Exteriores	60.000.000
44000	Ministério do Meio Ambiente	10.000.000
52000	Ministério da Defesa	350.000.000
63000	Advocacia-Geral da União	20.000.000
TOTAL		490.000.000

Fontes: Todas as fontes, exceto 112, 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 3, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da competência que lhe foi autorizada pela Portaria SPU nº 40, de 18.03.2009 publicada no Diário Oficial da União de 20.03.2009 alterada pela Portaria SPU n° 217, de 16/08/2013 publicado no Diário Oficial da União de 19.08.2013, e os elementos que integram o Processo nº 10283.001317/90-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a Rerratificação da Escritura Pública de Compra e Venda, celebrada entre o Senhor Francisco Martins de Oliveira e o Ministério da Marinha - Capitania dos Portos dos Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, do imóvel com área de 416,00m², perímetro de 84,00 metros e área construída de 111,15m², localizado na Rua de 21 de Setembro, nº 125, Centro, Município de Eirunepé, Estado do Amazonas, lavrada no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM, em 29 de março de 1989, Livro nº 038, Fls. 008, 1º Translado e Matriculado sob o nº R. 02-765, Folhas 259, Livro 2-A-D/Registro Geral no Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Eirunepé/AM.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria depois de registrado em nome da União, destinar-se-á ao Ministério da Defesa/Comando da Marinha, para residência de militar em atividade na Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental/Agência Fluvial em Eirunepé.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 28, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NA BAHIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria n° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU, de 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º, artigo 79 do Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946, e o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04941.000372/2013-90, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso Gratuito ao Município de Euclides da Cunha, do imóvel localizado na Rua Juarez Távora, 50, BR 116, Euclides da Cunha, Bahia, correspondente a uma fração área medindo 23.185,18m², cuja área total mede 28.193,20m², e área construída de 1.435,73m², registrada no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Euclides da Cunha, sob Matrícula nº Av-12-599, do Livro 2-A, de 27 de janeiro de 2006.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se para implantação de uma Unidade Pronto Atendimento (UPA 24h).

Art. 3º O prazo da cessão será de 10 (dez) anos a contar da assinatura do respectivo instrumento contratual, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério da Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º A Cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a Cessionária a quaisquer indenizações, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MEIRE CUNHA DE SALLES

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 24, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05062.000501/2002-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado do Rio Grande do Norte, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como terreno de marinha e acrescidos, situado à Rua Jorge Caminha, km 2, s/n, Centro, município de Areia Branca/RN, constituído por terreno com 5.483,27m², e inscrito sob o RIP Utilização 1621 00034.500-4.

Parágrafo único. O imóvel acima mencionado apresenta as seguintes características: o terreno se inicia partindo do ponto P2 de coordenadas planas UTM E708574.05, N9453121.09; deste ponto segue até o ponto P3 de coordenadas planas UTM E708612.33, N9453155.24; deste ponto segue até o ponto P4 de coordenadas planas UTM E708684.09, N9453075.46; deste ponto segue até o ponto P5 de coordenadas planas UTM E708645.80, N9453041.31; deste ponto retorna ao ponto P2, fechando um polígono com área da União medindo 5.483,27m² e perímetro de 317,20m.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento da Escola Estadual Cônego Ismar Fernandes de Queiroz.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 25, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.003273/2014-58, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado do Rio Grande do Norte, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como de Uso Comum do Povo, nos termos do Inciso IV, do art. 20, da Constituição Federal de 1988, situado na Avenida Ulisses Guimarães s/nº, Praia da Redinha, Natal/RN, constituído por terreno com 32,00m², inscrito sob o RIP Utilização 1761 00604.500-8.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Posto Guarda Vidas, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em benefício dos cidadãos que utilizam àquela praia.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 26, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.003272/2014-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado do Rio Grande do Norte, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como de Uso Comum do Povo, nos termos do Inciso IV, do art. 20, da Constituição Federal de 1988, situado na Avenida Presidente Café Filho, s/nº, Praia do Meio, Natal/RN, constituído por terreno com 32,00m², inscrito sob o RIP Utilização 1761 00602.500-7.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Posto Guarda Vidas, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em benefício dos cidadãos que utilizam àquela praia.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 27, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.003278/2014-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado do Rio Grande do Norte, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como de Uso Comum do Povo, nos termos do Inciso IV, do art. 20, da Constituição Federal de 1988, situado na Praia de Búzios, Nísia Floresta/RN, constituído por terreno com 74,75m², inscrito sob o RIP Utilização 1763 00010.500-5.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Posto Guarda Vidas, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em benefício dos cidadãos que utilizam àquela praia.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 29, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05062.000018/2001-90, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Natal, do imóvel situado na Rua Dr. Nilo Coelho, s/nº, Bairro Morro Branco, Natal/RN, com área de 1.126,88m², RIP nº 1761 00350.500-8, parte menor do imóvel de propriedade da União, caracterizado como Nacional Interior, com área total de 198.974,50m², registrado na Matrícula nº 23.232, Livro nº 2 - Registro Geral, do Registro de Imóveis da 2º CRI, da Comarca de Natal/RN.

Parágrafo único. O imóvel acima mencionado apresenta as seguintes características em coordenadas planas UTM: o terreno se inicia partindo do ponto P1: X=256800.89 Y=9357030.02, daí seguindo com 23,03m até o ponto P2: X=256822.25 Y=9357021.37, daí seguindo com 49,72m até o ponto P3: X=256803.95 Y=9356976.43, daí seguindo com 22,43m até o ponto P4: X=256783.16 Y=9356984.84, daí seguindo com 49,96m até o ponto inicial P1. Formando uma poligonal de 1.126,88m².

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento da Creche Municipal "CMEI - Vilma Maria de Faria".

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 32, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 11591.000249/00-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de São Paulo do Potengi/RN, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como Nacional Interior, situado na Praça da Matriz, nº 86, Centro, São Paulo do Potengi/RN, constituído por terreno com 527,80m² e área construída de 300,12m², registrado no livro de Transcrição das Transmissões nº 3-A, às fls. 15v/16, sob o nº de ordem 392, em 02/06/1948, do 1º Cartório Judiciário, da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, inscrito sob o RIP Utilização 1849 00002.500-2.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo do Potengi/RN.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 33, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 11591.000257/00-30, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Lajes/RN, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como Nacional Interior, situado na Rua João Militão Martins, nº 38, Centro, Lajes/RN, constituído por terreno e benfeitoria com 238,55m², registrado na Matrícula nº 2.278, livro 2-R, fls. 230, em 11/02/2005, do Serviço Notarial e Registral de Lajes/RN, inscrito sob o RIP utilização 1733 00005.500-6.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento da Escola de Informática e da Biblioteca Pública.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 04, de 18/03/2010, publicada na Seção 1, fls. 97, do DOU nº 54, de 22/03/2010.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

PORTARIA Nº 34, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "b", da Portaria SPU nº 200, de 29 de Junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e art. 2º, inciso II, alínea "a", da Portaria MPOG nº 144, de 9 de julho de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 11591.000273/00-96, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Município de Lajes/RN, do imóvel de propriedade da União, caracterizado como Nacional Interior, situado na Rua Maria da Conceição Paiva dos Santos, nº 259, Centro, Lajes/RN, constituído por terreno com 3.253,75m² e área construída de 397,80m², registrado na Matrícula 1.621, Livro nº 2-R, às fls. 229, de 11/05/2005, do Serviço Notarial e Registral de Lajes/RN, inscrito sob o RIP Utilização 1733 00006.500-1.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Centro de Convivência de Idosos.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, contados da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte.

Art. 4º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 04, de 18/03/2010, publicada na Seção 1, fls. 97, do DOU nº 54, de 22/03/2010.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA N° 18, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 2º, inciso VII, da Portaria SPU n° 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto-Lei 2398/87, com a nova redação dada pelo art. 33 da Lei nº 9636/98 e com os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04967.022667/2014-18, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a realizar obra em trecho do Rio Paraíba do Sul, localizado no Município de Paraíba do Sul.

Art. 2º O trecho do Rio Paraíba do Sul referenciado no art. 1º está inserido no polígono definido pelas coordenadas: P1(22º10'24.62"S e 43º1827.22"O); P2(22º10'16.96"S e 43º18'14.34"O); P3(22º9'58.06" e 43º17'28.47"); P4(22º9'57.81"S e 43º17'39.31"O); P5(22º9'53.88"S e 43º17'28.57"O),

Art. 3º A autorização destina-se a limpeza e a dragagem para desassoreamento do referido trecho do Rio Paraíba do Sul no âmbito do Programa Limpa Rio do INEA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º A presente autorização não exime o INEA, antes do efetivo inicio das obras, de obter todos os licenciamentos e autorizações necessários de responsabilidade de outros órgãos para a realização da mesma.

Art. 5º A presente autorização é concedida em caráter precário para realização da obra e tem validade até 12/11/2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE FONSECA MORAES

PORTARIA Nº 19, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 2º, inciso VII, da Portaria SPU n.º 200, de 29 de junho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art.º 6 do Decreto-lei 2398/87, com a nova redação dada pelo art. 33 da Lei N.º 9636/98 e com os elementos que integram o Processo Administrativo n.º 04967.009745/2007-51 resolve:

Art.1º Autorizar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a realizar obras em 5(cinco) casas localizadas em área da União no Município de Quissamã.

Art. 2 A área acima referenciada é denominada Triângulo Ferroviário de Araruama e Estação Conde de Araruama. Pertencem a União, como sucessora da extinta Rede Ferroviária Federal e está localizada na Rodovia RJ 196, s/n, Conde de Araruama, Município de Quissamã. Foi cedida provisoriamente ao Município de Quissamã com fundamento na Lei nº 11.483/2007 e no art 6º do Decreto n° 6018, de 22 de janeiro de 2007.

Art. 3º A autorização destina-se à obras de restauro de benfeitorias a serem implementadas pelo IPHAN.

Art. 4º A presente autorização não exime o IPHAN, antes do efetivo início das obras, de obter todos os licenciamentos e autorizações necessários de responsabilidade de outros órgãos para a realização da mesma.

Art. 5º A presente autorização é concedida em caráter precário para realização da obra e tem validade até 13/11/2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE FONSECA MORAES

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDONIA, no uso da competência estabelecida na Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010 e Portaria 40, de 18 de março de 2009, tendo em vista o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05044.000155/2002-23, resolve:

Art. 1º Autorizar o primeiro Aditamento do CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO, com fundamentos na Portaria nº 154 de 12 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 13 de julho de 2005, que visa alterar a Cláusula quarta do Contrato de Cessão de Uso Gratuito celebrado entre a União e o município de Porto Velho em 17 de outubro de 2005.

Art. 2º O Aditamento a que se refere o art. 1º destina-se a inclusão do Centro de Acesso a Tecnologias - CATIS por um prazo de VINTE ANOS, contados da data da assinatura do respectivo Termo Aditivo.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.803, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Fixa a localização das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e das Agências Regionais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado do Ceará, com as respectivas vinculações administrativas, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.341, de 3 de janeiro de 2008, e Decreto nº 7.050, de 12 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Fixar, nos termos do Anexo desta Portaria, a localização das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e das Agências Regionais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado do Ceará, com as respectivas vinculações administrativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria GM/MTE nº 332, de 22 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 2012.

MANOEL DIAS

ANEXO

Localização e vinculação administrativa das Gerências Regionais do Trabalho e Agências Regionais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará.

UF	Cidade	
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego	Gerência Regional do Trabalho e Emprego	Agência Regional
Ceará		Caucaia
		Fortaleza I
		Fortaleza II
	Crato	Barbalha
		Iguatu
		Juazeiro do Norte
		Mombaça
		Várzea Alegre
	Maracanaú	Aracati
		Baturité
		Canindé
		Limoeiro do Norte
		Maranguape
		Quixadá
		Russas
	Sobral	Camocim
		Crateús
		Itapipoca

SECRETARIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO EXECUTIVO E O SECRETÁRIO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso de suas atribuições, considerando as disposições do Decreto n.º 3.184, de 27 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto n.º 7.132, de 19 de março de 2010, resolvem:

Art. 1º - A operacionalização da concessão da indenização de transporte ao servidor que, por opção, e no interesse da Administração, realizar despesas com utilização de veículo próprio para execução de serviços externos, inerentes às atribuições próprias do cargo que ocupa, é a disciplinada por esta Instrução Normativa.

Art. 2º - Somente será autorizado o pagamento de indenização de transporte ao servidor que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - efetivo desempenho das atribuições próprias do cargo;

II - deslocamento em razão de execução de serviços externos inerentes às atribuições próprias do cargo que ocupa;

III - deslocamento e a execução dos serviços externos sejam solicitados e atestados pela chefia imediata; e

IV - as despesas sejam realizadas em razão de deslocamento, utilizando-se meio próprio de locomoção, assim considerando o veículo automotor particular utilizado à conta e risco do servidor, não fornecido pela Administração e não disponível à população em geral;

§1º Não haverá pagamento da indenização de transporte em caso de ausências e afastamentos legais, ainda que considerados como de efetivo exercício;

§2º Para fins de comprovação do deslocamento será exigida a apresentação de relatório sintético do serviço externo realizado pelo servidor e atestado pela chefia imediata, conforme modelo definido e disponibilizado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

§3º Compete à chefia imediata atestar e encaminhar, mensalmente, o relatório sintético de que trata o §2º deste artigo, para a respectiva unidade de recursos humanos.

§4º No caso dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o relatório sintético mensal deverá fazer menção ao número de controle da Ordem de Serviço - OS cadastrada junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT, ou a especificação da Ordem de Serviço Administrativa - OSAD, identificando, entre outros aspectos, a quantidade de dias em que a utilização de veículo particular foi necessária para o cumprimento de cada OS e/ou OSAD.

§5º A simples abertura de OS, OSAD ou de outras solicitações da Administração, para a execução de serviços externos, não caracteriza o direito ao recebimento da indenização de transporte, sendo exigido que as chefias imediatas certifiquem e atestem a efetiva realização, mediante registros e demais comprovantes das atividades executadas pelos servidores.

§6º No caso dos Auditores-Fiscais do Trabalho, a comprovação da execução de serviço externo pode ser suprida por meio do fornecimento do número do Relatório de Inspeção - RI e/ou da informação da competência do Relatório de Atividades - RA.

§7º Não se aplica, no caso dos Auditores-Fiscais, pagamento da indenização de transporte nos dias de atuação exclusiva na fiscalização indireta.

Art. 3º Compete às Unidades de Recursos Humanos das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego a expedição e a publicação de Portaria que contenha os relatórios que amparam a concessão da indenização de transporte, bem como a inserção dos dados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

§1º Para facilitar a consolidação da publicação, os relatórios de que trata o caput deverão ser encaminhados às unidades de recursos humanos em versão física e eletrônica.

§2º As unidades de recursos humanos deverão manter arquivo próprio em que ficará armazenada a versão física completa dos relatórios.

§3º A publicação em Boletim, sob responsabilidade das unidades de Recursos Humanos, poderá ocorrer por extrato, contendo a relação nominal, a indicação da solicitação da Administração/OS/OSAD e o número de dias que irão incidir para fins de cálculo da indenização de transporte.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON FRAIBERG MACHADO
Secretário Executivo

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA
Secretário de Inspeção do Trabalho

ANEXO

Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Relatório Sintético de Atividades
para fins de requerimento da Indenização de Transporte
Art.4º do Decreto n.º 3.184, de 27 de setembro de 1999
1. Identificação do Servidor

Nome:	Matrícula SIAPE:
Cargo:	
Lotação/Exercício:	Mês de competência:

2. Relatório Sintético de Atividades
Para fins de comprovação da execução de serviços externos por mim realizados, transcrevo abaixo a descrição das atividades realizadas no mês de competência acima referenciado, para fins de recebimento da Indenização de Transporte:

Identificação da solicitação da Administração/ Ordem de Serviço que amparou a execução do serviço externo	Número de dias	Observações/ número do RI-RA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Declaração

Confirmo que executei os serviços externos aqui indicados, no âmbito das atribuições do cargo que ocupo, tendo utilizado veículo próprio para a execução dessas atividades, responsabilizando-me pela exatidão e veracidade das informações acima, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (Art. 299 do Código Penal Brasileiro).
Em _____/ _____/ _____ _____ Assinatura do servidor (a)

4. Atesto da Chefia Imediata

Confirmo, com base nas solicitações/ordens de serviços emitidas por esta Unidade e diante da confirmação da execução das atividades informadas pelo servidor identificado neste Relatório, que foram executados serviços externos de interesse desta Administração.
Em _____/ _____/ _____. Encaminhe-se ao Setor/Núcleo de Pessoal para fins de publicação em Boletim e demais providências. _____ Assinatura do (a) Chefia imediata

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 759, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova alocação de recursos e as diretrizes para a campanha de publicidade institucional do FGTS, para o exercício de 2015, quanto aos temas, ao calendário e ao plano de mídia.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e no art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a necessidade de manter comunicação consistente e permanente com a sociedade sobre o FGTS, e

Considerando a necessidade de continuar demonstrando a importância do FGTS para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira, resolve:

Art. 1º Aprovar as diretrizes da campanha de publicidade institucional do FGTS, para o exercício de 2015, quanto aos temas, ao plano de mídia e ao calendário, conforme a seguir:

I - A campanha enfatizará:

a) que os recursos do FGTS são patrimônio do trabalhador, o qual pode ser utilizado em situações especiais, como demissão sem justa causa, aposentadoria, aquisição da moradia própria, em caso de doenças graves, e em decorrência de desastres naturais; e

b) que, enquanto não utilizados pelo trabalhador, os recursos do FGTS são investidos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, retornando ao Fundo para novos investimentos;

II - O plano de mídia visará atingir o trabalhador, com investimento focado em mídia dirigida, segmentada e de massa, por meio de televisão, jornais populares, mídia exterior, impressos, rádio, mídia on-line e mobile, SMS, além dos canais próprios, canais de parceiros e redes sociais;

III - A campanha compreenderá a geração de conteúdo para canais próprios ao longo de todo o exercício;

IV - A veiculação da campanha em outras mídias deverá ser iniciada até abril, com destaque para o Dia do Trabalhador, e o término ocorrerá no mês de dezembro de 2015.

Art. 2º Alocar R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a campanha institucional do FGTS para o exercício de 2015.

Art. 3º Incumbir o Grupo de Apoio Permanente (GAP) de acompanhar a elaboração e a execução das ações publicitárias, por meio de relatórios trimestrais enviados pela agência contratada, informando os respectivos resultados a este Conselho.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 760, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2015, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2016/2018 e dá outras providências.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando as diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias do FGTS constantes da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012; e

Considerando as diretrizes e metas estabelecidas para execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, e do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), de que tratam a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2015, e o Orçamento Plurianual de Aplicação, para o período 2016/2018, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Resolução.

Art. 2º Para o exercício de 2015, fica fixada em 10,91% a.a. (dez inteiros e noventa e um centésimos por cento ao ano) a Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para efeito do cumprimento do disposto no art. 29, II, da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012.

Art. 3º Excepcionar, para o exercício de 2015, a aplicação do disposto no caput do art. 14 da Resolução nº 702, de 2012, quanto à utilização do déficit habitacional acima de três salários mínimos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS
Presidente do Conselho

ANEXO I

ORÇAMENTO FINANCEIRO PLURIANUAL
(Valores em R$ mil)

	DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	2017	2018
A	Saldo disponibilidades	84.473.962	71.204.892	63.470.544	57.558.126
A.1	Fundo de liquidez	19.166.961	20.862.533	21.185.021	21.758.758
1	Arrecadação contribuições	102.516.607	104.557.538	106.639.194	108.762.388
1.1	Arrecadação bruta	101.576.538	103.608.068	105.680.230	107.793.834
1.2	Multas transf. atraso	940.069	949.470	958.964	968.554
2	Arrecadação de operações de crédito	30.442.768	34.035.926	38.079.225	42.589.158
2.1	Habitação	25.611.212	28.940.669	32.702.956	36.954.340
2.1.1	Fundo de Arrendamento Residencial	224.119	211.373	199.351	186.129
2.2	Saneamento básico	3.457.048	3.664.471	3.884.339	4.078.556
2.3	Infraestrutura urbana	1.150.389	1.219.413	1.292.578	1.370.132
3	Arrecadação Contrib. Social - LC 110	4.535.853	4.712.644	4.900.593	5.094.032
3.1	Contribuição Social - 10%	4.453.876	4.632.031	4.817.312	5.010.005
3.2	Contribuição Social - 0,5%	49.080	46.434	47.739	47.082
3.3	Contribuição Social - Outros	32.897	34.179	35.542	36.945
3.3.1	Contribuição Social - Multa	37.523	38.986	40.540	42.141
3.3.2	Contribuição Social - Devolução	-4.626	-4.807	-4.998	-5.196
4	Receitas financeiras líquidas	6.840.495	4.449.874	2.991.567	2.571.647
5	Juros CVS	122.149	137.622	145.309	153.023
6	FGTS - Resgate CRI	757.234	889.975	943.140	999.492
7	Carteira administrada	1.482.412	1.771.121	2.043.702	2.335.228
8	Créditos vinculados	319.489	338.023	357.492	377.750
9	Devolução da STN	3.960.000	3.960.000	3.960.000	3.960.000
B	TOTAL DE ENTRADAS	150.977.008	154.852.722	160.060.221	166.842.719
1	Aplicações	63.003.401	64.965.500	65.550.500	66.135.500
1.1	Habitação	54.143.000	54.143.000	54.143.000	54.143.000
1.1.1	Desembolso	45.243.000	45.243.000	45.243.000	45.243.000
1.1.2	Descontos concedidos	8.900.000	8.900.000	8.900.000	8.900.000
1.1.2.1	Desconto complemento ao mutuário	4.450.000	4.450.000	4.450.000	4.450.000
1.1.2.2	Desconto equilíbrio agente financeiro	4.450.000	4.450.000	4.450.000	4.450.000
1.2	Saneamento/Infraestrutura	8.860.401	10.822.500	11.407.500	11.992.500
2	Saques	83.450.131	84.740.082	87.035.033	88.845.482
2.1	Demissão	51.924.421	52.962.910	54.022.168	55.102.611
2.2	Habitacional	10.573.145	10.784.608	11.000.300	11.220.306
2.3	Inativas e outros	18.952.564	20.992.564	22.012.564	22.522.564
2.4	FIC	2.000.000	0	0	0
3	Comissões e tarifas	4.084.151	4.449.874	4.715.698	4.997.460
3.1	Taxa de administração	4.061.019	4.426.510	4.692.101	4.973.627
3.2	Recursos p/ reserva de risco de crédito	23.132	23.363	23.597	23.833
4	Despesas administrativas	58.147	61.471	63.315	65.214
4.1	Emolumentos judiciais e cartoriais	8.510	8.766	9.029	9.299
4.2	Desp. com publicação de jornais	72	74	76	78
4.3	Desp. honorários advocatícios CAIXA	1.905	1.962	2.021	2.082
4.4	Desp.c/ remun. fiscalização FGTS (MTE)	21.000	21.868	22.524	23.200
4.5	Desp. com a PGFN e Lei 9467/97	7.884	7.450	7.673	7.903
4.6	Desp. publicidade institucional do FGTS	20.000	21.351	21.992	22.652
5	Operações com a STN	6.093.353	6.270.144	6.458.093	6.651.532
5.1	Retenção Tesouro - LC 110	4.535.853	4.712.644	4.900.593	5.094.032
5.2	Antecipação de desconto - PMCMV	1.557.500	1.557.500	1.557.500	1.557.500

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6	Demais operações	7.554.942	2.100.000	2.150.000	2.150.000
C	TOTAL DE SAÍDAS	164.244.125	162.587.071	165.972.639	168.845.188
D	Saldo disponibilidades	71.206.845	63.470.544	57.558.126	55.555.656
D.1	Fundo de liquidez	20.862.533	21.185.021	21.758.758	22.211.371

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2015 - (fl. 01/02)
(Valores em R$ mil)

PLANO DE CONTRATAÇÕES			
UF / REGIÃO	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO BÁSICO	TOTAL GERAL CONTRATAÇÃO
RO	244.799	99.676	344.475
AC	494.770	35.049	529.819
AM	721.918	115.351	837.269
RR	489.835	16.717	506.552
PA	2.752.938	349.246	3.102.184
AP	1.095.822	92.644	1.188.466
TO	518.946	70.987	589.933
NORTE	6.319.028	779.670	7.098.698
MA	2.046.385	305.988	2.352.373
PI	1.130.152	124.140	1.254.292
CE	1.792.557	313.352	2.105.909
RN	862.446	126.697	989.143
PB	755.930	133.068	888.998
PE	3.359.406	333.556	3.692.962
AL	1.287.817	148.570	1.436.387
SE	768.854	76.406	845.260
BA	2.816.833	396.544	3.213.377
NORDESTE	14.820.381	1.958.321	16.778.702
MG	3.113.370	665.226	3.778.596
ES	702.496	133.539	836.035
RJ	3.720.374	848.079	4.568.453
SP	5.667.972	1.426.608	7.094.580
SUDESTE	13.204.212	3.073.452	16.277.664
PR	2.295.739	297.668	2.593.407
SC	781.189	282.534	1.063.723
RS	888.099	457.140	1.345.239
SUL	3.965.027	1.037.342	5.002.369
MS	1.029.569	145.001	1.174.570
MT	5.344.825	148.310	5.493.135
GO	956.698	293.707	1.250.405
DF	720.261	64.197	784.458
CENTRO-OESTE	8.051.353	651.215	8.702.568
SUB-TOTAL	46.360.000	7.500.000	53.860.000
DESCONTOS	8.900.000	-	8.900.000
TOTAL HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO BÁSICO	55.260.000	7.500.000	62.760.000
INFRAESTRUTURA URBANA			12.000.000
DEMAIS OPERAÇÕES HABITACIONAIS			1.300.000
OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS			800.000
TOTAL GERAL			76.860.000

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2015 - (fl. 02/02)

ÁREAS ORÇAMENTÁRIAS	METAS FÍSICAS		EMPREGOS GERADOS
	UNIDADE	QUANTIDADE	
Habitação popular	Famílias beneficiadas	547.053	2.579.934
Saneamento básico	Habitantes beneficiados	9.990.000	433.500
Infraestrutura urbana	Habitantes beneficiados	46.620.000	728.280
TOTAL			3.741.714

Observação: As metas físicas e os empregos gerados são calculados utilizando-se parâmetros nacionais e sua distribuição por Unidades da Federação guardam direta proporcionalidade com os recursos a elas alocados.

ANEXO III

ORÇAMENTO FINANCEIRO
ESTIMATIVA DE DESEMBOLSOS
EXERCÍCIO 2015
(Valores em R$ mil)

UF/REGIÃO	DESEMBOLSO POR ÁREA			TOTAL A DESEMBOLSAR
	HABITAÇÃO POPULAR	SANEAMENTO BÁSICO	INFRAESTRUTURA URBANA	
RO	289.555	31.832		321.387
AC	144.778	15.916		160.694
AM	470.527	66.674		537.201
RR	122.156	5.592		127.748
PA	1.719.234	162.169		1.881.403
AP	158.351	16.346		174.697
TO	280.507	40.004		320.511
NORTE	3.185.108	338.533	-	3.523.641
MA	1.470.398	117.432		1.587.830
PI	665.072	53.769		718.841
CE	1.782.574	203.894		1.986.468
RN	832.471	70.115		902.586
PB	705.791	74.417		780.208
PE	2.072.129	246.049		2.318.178
AL	637.926	77.858		715.784
SE	443.381	40.004		483.385
BA	2.719.104	299.388		3.018.492
NORDESTE	11.328.846	1.182.925	-	12.511.771
MG	4.275.464	353.588		4.629.052
ES	805.325	65.384		870.709
RJ	4.320.707	393.592		4.714.299
SP	12.012.017	876.657		12.888.674
SUDESTE	21.413.513	1.689.221	-	23.102.734
PR	2.022.362	274.439		2.296.801
SC	1.131.075	113.991		1.245.066
RS	2.506.462	244.759		2.751.221
SUL	5.659.899	633.189	-	6.293.088
MS	574.586	93.774		668.360
MT	570.062	93.774		663.836

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GO	1.348.241	198.302		1.546.543
DF	1.162.745	71.836		1.234.581
CENTRO-OESTE	3.655.634	457.686	-	4.113.320
SUBTOTAL	45.243.000	4.301.554	4.558.847	54.103.402
DEMAIS OPERAÇÕES				7.554.942
DESCONTOS CONCEDIDOS				8.900.000
TOTAL				70.558.344

ANEXO IV

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO PLURIANUAL DE CONTRATAÇÕES 2015/2018
(Valores em R$ mil)

Discriminação	Valores para Contratação			
	2015	2016	2017	2018
1. HABITAÇÃO	56.560.000	56.560.000	56.560.000	56.560.000
1.1 HABITAÇÃO POPULAR	55.260.000	55.260.000	55.260.000	55.260.000
1.1.1 Pessoas físicas/jurídicas	45.700.000	45.700.000	45.700.000	45.700.000
1.1.2 Pró-Moradia	660.000	660.000	660.000	660.000
1.1.3 Descontos concedidos	8.900.000	8.900.000	8.900.000	8.900.000
1.2 DEMAIS OPERAÇÕES	1.300.000	1.300.000	1.300.000	1.300.000
2. SANEAMENTO BÁSICO	7.500.000	7.800.000	7.850.000	8.350.000
2.1 SANEAMENTO PARA TODOS	7.500.000	7.500.000	7.500.000	8.000.000
2.2 DEMAIS OPERAÇÕES	-	300.000	350.000	350.000
3. INFRAESTRUTURA URBANA	12.000.000	12.000.000	12.000.000	4.000.000
3.1 PRÓ-TRANSPORTE	12.000.000	12.000.000	12.000.000	4.000.000
4. OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS	800.000	500.000	500.000	500.000
T O T A L	76.860.000	76.860.000	76.910.000	69.410.000

ANEXO V

ORÇAMENTO ECONÔMICO
BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO
EXERCÍCIO 2015
(Valores em R$ mil)

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADES/APLIC/TVM	149.376.871	DEPÓSITOS	341.128.478
Depósitos remunerados na CAIXA / LFT LTN NTN	50.344.313	Depósitos vinculados do FGTS	341.126.355
Fundo de liquidez	20.862.533	Saldos credores em contas de empr. e fin.	2.123
Certificados de Recebíveis Imobiliários	9.277.935		
CVS - Créditos securitizados	2.413.759	RESERVA TÉCNICA CONTAS INATIVAS	20.430.686
Debêntures, FII-FGTS e FIDC	24.954.848		
Cotas de Fundos de Investimento - FI-FGTS	41.523.484	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.757.780
		Provisão para passivos contingentes	3.514.067
CRÉDITOS VINCULADOS	7.164.838	Credores diversos	1.243.713
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	267.000.004	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.931.738
Refinanciamentos de op. c/ governo federal	10.637.389		
Financiamentos habitacionais	217.782.222	RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.519.211
Financ. de infraestrutura/desenvolvimento	38.580.393		
OUTROS CRÉDITOS	25.226.180		
Rendas a receber	756.785		
Créditos específicos	24.469.395		
TN - Financiamentos habitacionais	489.388		
TN - Valores a receber - PMCMV	10.032.452		
TN - Valores a receber - Contr Soc LC 110	13.947.555		
TOTAL	448.767.893	TOTAL	448.767.893

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Disciplina a participação de Observadores nas reuniões do Conselho Nacional de Imigração.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº. 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993 e o art. 12 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 634, de 21 de junho de 1996, resolve:

Art. 1º As reuniões do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) poderão ser acompanhadas por observadores, representantes de Órgãos Federais, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil, que atuam direta ou indiretamente na área das migrações.

Art. 2º Compõem, na qualidade de observadores nas reuniões do CNIg, os seguintes Órgãos Federais, Organismos Internacionais e Organizações da Sociedade Civil:

I - 1 (um) representante de cada Órgão Federal abaixo indicado:

a) Ministério da Previdência Social - MPS;

b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

c) Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM-PR;

d) Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR;

e) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR-PR;

f) Ministério Público do Trabalho - MPT;

g) Ministério Público Federal - MPF;

h) Defensoria Pública da União - DPU;

i) Advocacia Geral da União - AGU;

j) Departamento de Polícia Federal - DPF;

k) Agência Brasileira de Inteligência - Abin;

II - 1 (um) representante de cada Organismo Internacional abaixo indicado:

a) Organização Internacional do Trabalho - OIT;

b) Organização Internacional para as Migrações - OIM.

III - 1 (um) representante de cada Organização da Sociedade Civil abaixo indicado:

a) Comissão Nacional para População e Desenvolvimento - CNPD;

b) Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH;

Parágrafo Único. Os representantes serão indicados pelas respectivas instituições a que pertencem.

Art. 3º Aos Observadores do Conselho Nacional de Imigração é garantido:

I - Participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

II - Pronunciar-se sobre as reflexões e debates que se realizarem durante as reuniões;

III - Colaborar em seminários e pesquisas que resultem em produção de informações em favor do maior conhecimento da realidade no âmbito das migrações internacionais.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entrará em vigor na data de sua publicação, tendo validade até 31/12/2015.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 19 de novembro de 2014

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 16 de Setembro de 2014, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de permanência definitiva:

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27/98 C/C RR 08/06:

Processo: 46094006154201418 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ABDOUL SOW DIOUF Passaporte: A00739165 Estrangeiro: ABDUL HALIM Passaporte: AA1510405 Estrangeiro: ABDULLAH AL JOBAYER Passaporte: AA0378038 Estrangeiro: ABDUS SAMAD SHUVO Passaporte: AE0110516 Estrangeiro: ABU NASER Passaporte: C1174537 Estrangeiro: ABUL HOSSAIN Passaporte: AA5894325 Estrangeiro: ABUL HUSSAIN Passaporte: W0190401 Estrangeiro: ABUL HUSSEN TALUKDAR Passaporte: AF5711595 Estrangeiro: ABUL KALAM Passaporte: AD2475083 Estrangeiro: ABUL KALAM Passaporte: AF4166305 Estrangeiro: ABUL KALAM AZAD Passaporte: AA0572136 Estrangeiro: ADRAME SIDIBE Passaporte: A00793181 Estrangeiro: ADUL CARIMO BALDE Passaporte: AAIN36116 Estrangeiro: AERFAN UDDIN AHAMMED Passaporte: AE5075450 Estrangeiro: AFJOL HOSSAIN Passaporte: AA5090370 Estrangeiro: AHMED IBRAHIM KOMI Passaporte: A1504634 Estrangeiro: AHMED SHAMIM Passaporte: AA1863554 Estrangeiro: AKIB AHMED Passaporte: AF0013449 Estrangeiro: AL AMIN Passaporte: AC7172647 Estrangeiro: ALA UDDIN Passaporte: AA9784983 Estrangeiro: ALAMGIR HOSSAIN Passaporte: AF9316231 Estrangeiro: ALFA UMARU BALDE Passaporte: AAIN32232 Estrangeiro: ALHAJI AMADU BAH Passaporte: E0018793 Estrangeiro: ALHAJI MAMA SAMBA BARRIE Passaporte: E0112951 Estrangeiro: ALI HASAN Passaporte: AF4759826 Estrangeiro: ALI ISLAM Passaporte: A0401649 Estrangeiro: AMADU BALDE Passaporte: CA0091468 Estrangeiro: AMEDEME DIOP Passaporte: A00213582 Estrangeiro: AMIR HOSSAIN Passaporte: A0750298 Estrangeiro: ASAD MEHMOOD Passaporte: KH282930 Estrangeiro: ASFAK AHMAD Passaporte: AE9687422 Estrangeiro: ASSANE LOUM Passaporte: A00876115 Estrangeira: AUGUSTINE GEORGE COLE Passaporte: O250898 Estrangeiro: BABACAR DIOP Passaporte: A00011147 Estrangeiro: BARA NDIAYE Passaporte: A00243234 Estrangeiro: BASHIR ALAM Passaporte: AE4023232 Estrangeiro: BEDANSANTA INFAGA Passaporte: AAIN34435 Estrangeira: BELANITA ROSA SILVA Passaporte: J196841 Estrangeiro: BRAIMA TURE Passaporte: CA0091527 Estrangeiro: CADIDJATU BALDE Passaporte: AAIN04683 Estrangeiro: CHEIKH DIONGUE Passaporte: A00446368 Estrangeira: CISSE MOUSTAPHA Passaporte: A00710121 Estrangeiro: DANIEL OSEI Passaporte: G0045169 Estrangeira: DANIURYS DE LA PENA MARTINEZ Passaporte: H251479 Estrangeiro: DIL BAHADUR GURUNG Passaporte: 4032092 Estrangeiro: DILWAR HUSSEN Passaporte: AE1778601 Estrangeiro: DIOP MAME THIERNO Passaporte: A00027393 Estrangeiro: DISNEY MEJIAS HERNANDEZ Passaporte: H303858 Estrangeiro: DJAM URI CULUBALI Passaporte: AAIN05645 Estrangeiro: ELHADJI MAHANTA NDIAYE Passaporte: PS031DZ03 Estrangeiro: FALCONERIS MARRERO VELIZ Passaporte: B240997 Estrangeiro: FALLOU BA Passaporte: A00629536 Estrangeiro: GAZI ABU KHALED Passaporte: AA0460824 Estrangeiro: GULJAR HUSSAIN Passaporte: AE8028442 Estrangeiro: HABIBUR RAHMAN Passaporte: AA0168654 Estrangeira: HALANA BEGUM Passaporte: AC9926013 Estrangeiro: HANNAN MIAH Passaporte: AE0387556 Estrangeiro: HAROON BHUIYAN SAWPON Passaporte: AD3998660 Estrangeiro: HUSSAIN AHMED Passaporte: AE7869866 Estrangeiro: ISAQUE CA Passaporte: CA0035647 Estrangeiro: IVAN DAVID PINA BARROS Passaporte: J250430 Estrangeiro: JABER AHMED Passaporte: AG7045932 Estrangeiro: JAFOR SIDDIQUE Passaporte: AF8246234 Estrangeiro: JAINUL HAMID Passaporte: F0334187 Estrangeiro: JAKIR AHMED Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

E1421850 Estrangeiro: JARSLAV FAUSTINO KALIA Passaporte: N1012477 Estrangeiro: JAVER AHMED Passaporte: C1601189 Estrangeira: JESTINA MENDI Passaporte: E0126267 Estrangeiro: JOHIRUL ISLAM Passaporte: AA0296191 Estrangeiro: JORGE FERNANDES Passaporte: CA0101023 Estrangeiro: JORIF AHMED Passaporte: AF2787311 Estrangeiro: JUBER AHMED Passaporte: C1614377 Estrangeiro: JULIO BICAMOA NBUNDE Passaporte: CA0033805 Estrangeiro: JULIO VICTORIANO FERREIRA CONGO Passaporte: N1030534 Estrangeiro: JUNAYED AHMMAD Passaporte: AD2949807 Estrangeiro: KABIR UDDIN Passaporte: AF1482882 Estrangeiro: KAMAL HOSSAIN Passaporte: AF1015422 Estrangeiro: KAMAL PARVEZ Passaporte: C1056339 Estrangeiro: KAMRUL HASAN Passaporte: AE6556471 Estrangeiro: KAUSAR AHMOD SUMON Passaporte: AD6737246 Estrangeiro: KHALED AHMED Passaporte: AF6266173 Estrangeiro: KHANDAKER JAHIRUL ISLAM Passaporte: Z0007428 Estrangeiro: KOYES AHMED Passaporte: AE8604316 Estrangeiro: KWAKU ATSOGLO Passaporte: H2164121 Estrangeiro: LAMINE SEIDE Passaporte: CA0097389 Estrangeiro: LETAN CHANDRA DAS Passaporte: AD7083399 Estrangeiro: LI HAI HUI Passaporte: G22813418 Estrangeiro: LIANG BAI NONG Passaporte: G29230640 Estrangeira: LU LU Passaporte: G45811789 Estrangeiro: MAHMUDUL MOJID Passaporte: AF7885160 Estrangeira: MAJELA NAVARRO GANDARIA Passaporte: B722586 Estrangeiro: MAKHAMOUDANE DIOP Passaporte: A00842122 Estrangeiro: MALAM SAMICANE Passaporte: AAIN21481 Estrangeiro: MAMADOU MALADO DIALLO Passaporte: J250761 Estrangeiro: MAMANDIN DABO Passaporte: CA0026096 Estrangeiro: MANUEL NCUIE Passaporte: CA0072011 Estrangeiro: MARCELINO CUMBA NA SANHA Passaporte: AAIN36184 Estrangeiro: MARUF AHMED Passaporte: B1432425 Estrangeiro: MATEUS FERNANDO CLODE Passaporte: AAIN042427 Estrangeiro: MD ALTAF HUSSAIN Passaporte: AA2449207 Estrangeiro: MD ASHIQUR RAHMAN Passaporte: AA2376015 Estrangeiro: MD ATIQUER RAHMAN Passaporte: AD5114068 Estrangeiro: MD AYNUL HAQUE Passaporte: AB4261123 Estrangeiro: MD FAHAD AHMED Passaporte: AF0499742 Estrangeiro: MD HUSSAIN AHMED Passaporte: AE2721998 Estrangeiro: MD JEWEL AHMED Passaporte: E1408228 Estrangeiro: MD KABIR HOSSAIN Passaporte: F0724797 Estrangeiro: MD KAMAL HOSSAIN Passaporte: B0533254 Estrangeiro: MD KAMRUL HUSSAIN Passaporte: AD9183754 Estrangeiro: MD MOJIBOR RAHMAN Passaporte: E1448116 Estrangeiro: MD RASHID Passaporte: E1338656 Estrangeiro: MD RIPAN MIAH Passaporte: A0221557 Estrangeiro: MD RIPON AHMED Passaporte: B0910981 Estrangeiro: MD SHAKIL SIKDER Passaporte: AE2784267 Estrangeiro: MD SHAWKAT HOSSAIN Passaporte: AB4516155 Estrangeiro: MD SULTAN AHMED Passaporte: AF9438522 Estrangeiro: MEHEDI HASAN BABLU Passaporte: AD7918648 Estrangeiro: MENER HOSSAIN Passaporte: F0415091 Estrangeiro: MISBHA UDDIN KHAN Passaporte: AG3052787 Estrangeiro: MODOU NDIAYE Passaporte: A00874673 Estrangeiro: MODOU SECK Passaporte: A00900568 Estrangeiro: MOHAMED HASSAN MOHAMED Passaporte: A01297416 Estrangeiro: MOHAMED IBRAHIM Passaporte: AB3452706 Estrangeiro: MOHAMMAD ANWAR HOSSAIN Passaporte: AF6144398 Estrangeiro: MOHAMMAD HASAN Passaporte: AC7066340 Estrangeiro: MOHAMMAD JABER AHMED Passaporte: AF2009653 Estrangeiro: MOHAMMAD JASIM UDDIN Passaporte: AF2739738 Estrangeiro: MOHAMMAD JEKER ALI Passaporte: AC1010534 Estrangeiro: MOHAMMAD KAWSAR Passaporte: AA6230632 Estrangeiro: MOHAMMAD SANA ULLAH Passaporte: AD7980735 Estrangeiro: MOHAMMAD SHABBIR ALOM Passaporte: AB6167313 Estrangeiro: MOHAMMAD SHAZIB RANA Passaporte: AD4567205 Estrangeiro: MOHAMMAD SUJAN BHUIYAN Passaporte: B0800868 Estrangeiro: MOHAMMAD TAJUL ISLAM Passaporte: AC3192870 Estrangeiro: MOHAMMADU SAHEEL Passaporte: N2999128 Estrangeiro: MOHAMMED ABUL HUSSAIN Passaporte: AE6569756 Estrangeiro: MOHAMMED GILA MIAH Passaporte: AA1341375 Estrangeiro: MOHAMMED IKBAL HUSAIN Passaporte: AE2997641 Estrangeiro: MOHAMMED MOYNUL HAQUE Passaporte: AD3114592 Estrangeiro: MOHAMMED NAZRUL ISLAM Passaporte: AA0922029 Estrangeiro: MOHAMMED ROBIUL ISLAM Passaporte: AA4009917 Estrangeiro: MOMAR NDIAYE Passaporte: A00633906 Estrangeiro: MONJUR AHMED Passaporte: AF2898749 Estrangeiro: MOUSTAPHA FALL Passaporte: A00820707 Estrangeira: N'TINHINA NAN TCHONGO Passaporte: AAIN24126 Estrangeira: NAIA DJU Passaporte: CA0105417 Estrangeiro: NANCABI BEGHATE Passaporte: AAIN18890 Estrangeiro: NIOME MODOU KHOUDIA Passaporte: A00280820 Estrangeiro: NORUL HODA Passaporte: A0942246 Estrangeiro: OMAR BOLIVAR PEREZ Passaporte: B757818 Estrangeiro: OMAR NIANG Passaporte: A00200276 Estrangeiro: PALE KHAN Passaporte: K1126561 Estrangeiro: PATRICIO MAMUEL SANHA Passaporte: CA0066360 Estrangeiro: PRINCE ACKAH Passaporte: G0277166 Estrangeiro: QUINTINO NA SANHA Passaporte: CA0112084 Estrangeiro: RAFIQUL ISLAM RIDOY Passaporte: AE94800995 Estrangeiro: RAISUL ISLAM Passaporte: E1910417 Estrangeiro: RASEL AHMED Passaporte: AC4356244 Estrangeiro: RAZA MIA Passaporte: AB2183632 Estrangeiro: RIDOY HASAN Passaporte: AB3081063 Estrangeiro: ROBERT GARCIA SUAREZ Passaporte: B654603 Estrangeiro: ROKON Passaporte: AD0144424 Estrangeiro: ROMUALD BAMBARA Passaporte: A1520342 Estrangeiro: RUBEL AHMED Passaporte: AE6946070 Estrangeiro: RUBEL MIAH CHOWDHURY Passaporte: AA4177827 Estrangeiro: RUHUL AMIN Passaporte: C1610086 Estrangeiro: SADEK AHMED Passaporte: AE4912918 Estrangeiro: SAHIN ISLAN Passaporte: AA6365426 Estrangeiro: SALIM HOSSAIN Passaporte: AB4491812 Estrangeiro: SANIKUR RAHMAN Passaporte: AA4763909 Estrangeiro: SANWAR Passaporte: AF7395672 Estrangeiro: SAYDUL ISLAM CHOWDHURY Passaporte: B1557837 Estrangeiro: SERIFO SEIDE MONTEIRO Passaporte: J282328 Estrangeiro: SERIGNE ABDOU AZIZ KEBE Passaporte: A00652707 Estrangeiro: SHAKIL AHMED CHAUDRE TIPU Passaporte: AF5970613 Estrangeiro: SHALIM AHMED Passaporte: AD7263717 Estrangeiro: SHAMIM AHMAD Passaporte: AC2009276 Estrangeiro: SHARIF MOLLA Passaporte: A0992880 Estrangeiro: SHEIKH ZAFOR SADEK Passaporte: C1612880 Estrangeiro: SHEKU DEEN KAMARA Passaporte: O255046 Estrangeiro: SHIBBIR AHMED Passaporte: E0344742 Estrangeiro: SOMAILA MUSAH Passaporte: H1790596 Estrangeiro: SOMN MIAH Passaporte: B0371223 Estrangeiro: TAGNE DAM NA TOTE Passaporte: AAIN36171 Estrangeiro: TAJUL ISLAM Passaporte: AE99633135 Estrangeiro: TAMPIA MUSENGENI Passaporte: N0877434 Estrangeiro: THIERNO DIT KOSSO SECK Passaporte: A00741037 Estrangeiro: THIERNO KASSE Passaporte: A00669646 Estrangeiro: WEI WANG Passaporte: G36840181 Estrangeiro: WILSON CA Passaporte: AAIN05359 Estrangeiro: WILTIK NA BRENHA Passaporte: AAIN07509 Estrangeiro: XU LU Passaporte: G23348354 Estrangeiro: YEAHYEA Passaporte: B0254193 Estrangeiro: YU ZHUOLIN Passaporte: G35925502 Estrangeiro: ZAKIR HUSAIN Passaporte: AD7043343. Processo: 46094006157201451 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ABDUL JOBBAR Passaporte: AA8429229 Estrangeiro: ABDUL SATTAR Passaporte: AA2130516 Estrangeiro: ABU MOHAMMAD SHAHEEN Passaporte: AA4546218 Estrangeiro: ABU SAYED Passaporte: AE1271348 Estrangeiro: ABU SUFIAN Passaporte: AF2036970 Estrangeiro: ABU TAHER Passaporte: AD4782541 Estrangeiro: ABUBAKAR ABDULLAH Passaporte: H2395732 Estrangeiro: AFGOL HUSSAIN JUMON Passaporte: AF7013002 Estrangeiro: AFJOL HUSSAIN Passaporte: AA5145443 Estrangeiro: AFZUL HUSSAIN Passaporte: AC3373172 Estrangeiro: AHMAD KIBRIA Passaporte: AF4673795 Estrangeiro: AHMED ALI Passaporte: AA2940614 Estrangeiro: AKASH Passaporte: AC1608647 Estrangeiro: AKBOR HUSSAIN Passaporte: E0324889 Estrangeiro: AKTHER HUSSAIN Passaporte: C1600473 Estrangeiro: AL MAMUN Passaporte: AA2948269 Estrangeiro: ALA UDDIN Passaporte: AD9478942 Estrangeiro: ALAMGIR HOSHEN Passaporte: E1708805 Estrangeiro: ALI AHMED Passaporte: AD0889413 Estrangeiro: ALI AHMED Passaporte: AD1958949 Estrangeiro: ALI AMJAD Passaporte: XL1792841 Estrangeiro: ALI HUSSAIN Passaporte: AA4082956 Estrangeiro: AMDADUR RAHMAN Passaporte: AB5516912 Estrangeiro: AMRAN HOSSAIN Passaporte: AB3041726 Estrangeiro: AMRAN HUSSAIN Passaporte: AD5714099 Estrangeiro: ANISUR RAHMAN Passaporte: AC5365346 Estrangeiro: AZAHAR ULLAH Passaporte: AF4392674 Estrangeiro: CHEIKH GUEYE Passaporte: A00455389 Estrangeiro: DELOUR HOSSAIN Passaporte: C0077593 Estrangeiro: DELOWAR HOSSAIN Passaporte: AD0834620 Estrangeiro: DELWAR HOSSAIN Passaporte: E0873954 Estrangeiro: FAHIM AHMED CHOWDHURY Passaporte: AE7868236 Estrangeiro: FERDOUS ALAM Passaporte: C0792859 Estrangeiro: FOYEJ AHMED Passaporte: AE8784340 Estrangeiro: FOYSOL ALAM Passaporte: AF8403505 Estrangeiro: GAZI MASUD KABIR Passaporte: AE4220448 Estrangeiro: HABIBUR RAHMAN Passaporte: AE5156966 Estrangeiro: HASAN MIAH Passaporte: X0128216 Estrangeiro: HELAL AHMED Passaporte: B0251418 Estrangeiro: HELAL SARKAR Passaporte: AD5228873 Estrangeiro: HELAL UDDIN Passaporte: AF8108464 Estrangeiro: IBRAHIM ZULKARNAINI Passaporte: G0071509 Estrangeiro: IKBAL HUSSAIN Passaporte: AF1962416 Estrangeiro: IQBAL HOSSAIN SARKER Passaporte: AB2484607 Estrangeiro: JABER AHMED Passaporte: B0261983 Estrangeiro: JAHED AHMED Passaporte: AA3877289 Estrangeiro: JAHIRUL ISLAM Passaporte: AC4506245 Estrangeiro: JAHIRUL ISLAM Passaporte: AC8757405 Estrangeiro: JALIL JOHN Passaporte: H2507619 Estrangeiro: JAMAL AHMED Passaporte: C1613750 Estrangeiro: JAMIL HUSSAIN Passaporte: AE9052404 Estrangeiro: JASIM UDDIN Passaporte: AA0552617 Estrangeiro: JOYNAL ABEDIN Passaporte: AE7650271 Estrangeiro: JOYNAL ABEDIN Passaporte: B1430039 Estrangeiro: JUBAER AHMED Passaporte: E1975534 Estrangeiro: KAMAL UDDIN Passaporte: AF7450643 Estrangeiro: KAWSAR HOSSAIN Passaporte: AE6658254 Estrangeiro: KHAIRUL AMIN Passaporte: AE8369824 Estrangeiro: KHALED Passaporte: AF8252424 Estrangeiro: KHALED AHMED Passaporte: AD2943032 Estrangeiro: KHALED AHMED Passaporte: AF5015442 Estrangeiro: KHALED MIAH Passaporte: C0167638 Estrangeiro: KHALED SAIFULLAH Passaporte: AD3641238 Estrangeiro: LEPON AHMED Passaporte: AF8142338 Estrangeiro: LUTHFUR RAHMAN Passaporte: AA5138438 Estrangeiro: MAHBUB HUSSAIN Passaporte: C0080935 Estrangeiro: MAME MOR GUEYE Passaporte: PS008DQ8 Estrangeiro: MAMUN AHMED Passaporte: AD0487790 Estrangeiro: MAMUN SHEIKH Passaporte: AE4953287 Estrangeiro: MARUF AHMED Passaporte: AC0629892 Estrangeiro: MASHUD AHMED Passaporte: F0653928 Estrangeiro: MASHUDUR RAHMAN Passaporte: AF1951830 Estrangeiro: MASUM AHMAD Passaporte: AF3923725 Estrangeiro: MASUM AHMED Passaporte: AC7040001 Estrangeiro: MAZHARUL ISLAM Passaporte: AC6526399 Estrangeiro: MD ABDUR RAHMAN Passaporte: AF8298905 Estrangeiro: MD ABUL HUSSAIN Passaporte: AC0593560 Estrangeiro: MD ARIFUR RAHMAN Passaporte: C1885975 Estrangeiro: MD AYUB Passaporte: F0237560 Estrangeiro: MD AZHARUL ISLAM Passaporte: AD2475119 Estrangeiro: MD ESMAIL HOSSAN Passaporte: AB1303976 Estrangeiro: MD FARUK HOSSAIN Passaporte: B1283999 Estrangeiro: MD FOYSAL HOSSAN Passaporte: AF4973808 Estrangeiro: MD HARUN Passaporte: AD2735930 Estrangeiro: MD KAFIL UDDIN Passaporte: AA3584631 Estrangeiro: MD KAWSAR AHMED Passaporte: AD4611841 Estrangeiro: MD MAHADI HASAN Passaporte: AA4615149 Estrangeiro: MD MAJED Passaporte: E0863073 Estrangeiro: MD MEFTAUL ISLAM Passaporte: AC8410074 Estrangeiro: MD NOOR MUHAMMED Passaporte: C0082848 Estrangeiro: MD NURUL HAQUE Passaporte: AF1016409 Estrangeiro: MD OHIDUR RAHMAN Passaporte: C0079123 Estrangeiro: MD RASHEL AHMED Passaporte: AF3330950 Estrangeiro: MD REDWAN HUSEN KHAN Passaporte: F0018782 Estrangeiro: MD SALAH UDDIN SAHIN Passaporte: AE3912106 Estrangeiro: MD SALEAH AHMOD Passaporte: AC9461488 Estrangeiro: MD SAYESTA MIAH Passaporte: AF3662396 Estrangeiro: MD SHAED AHMED Passaporte: AF4524431 Estrangeiro: MD SHAH ALAM Passaporte: AF0789658 Estrangeiro: MD SHAH MIRAN SIRAJ Passaporte: C0383134 Estrangeiro: MD SHAHIN ALAM Passaporte: AA9410383 Estrangeiro: MD SHAIFUL ISLAM Passaporte: AF7565309 Estrangeiro: MD SHARIF UDDIN Passaporte: AC1406012 Estrangeiro: MD SHIPAN AHMED CHAWDHURY Passaporte: AD8880326 Estrangeiro: MD ZAKIR HOSSAIN SHOPON Passaporte: AC6802806 Estrangeiro: MELAD AHMED Passaporte: AA7164657 Estrangeiro: MILTON SHIKDER Passaporte: AB5237578 Estrangeiro: MIR HOSSAIN Passaporte: AE7857247 Estrangeiro: MISTER SOMOR Passaporte: AD9204781 Estrangeiro: MODOU SY Passaporte: A00825460 Estrangeiro: MOHAMMAD AMINUL ISLAM Passaporte: AE5856831 Estrangeiro: MOHAMMAD ANSARUL HAQUE Passaporte: AD2236244 Estrangeiro: MOHAMMAD AZIZI Passaporte: B0253480 Estrangeiro: MOHAMMAD HASAN Passaporte: AC5689170 Estrangeiro: MOHAMMAD KAJOL AHMED Passaporte: AF5965341 Estrangeiro: MOHAMMAD KAMAL HOSSAIN Passaporte: AF7199225 Estrangeiro: MOHAMMAD KHALILUR RAHMAN Passaporte: AC0693873 Estrangeiro: MOHAMMAD LUTFUR RAHMAN Passaporte: AE2232890 Estrangeiro: MOHAMMAD MAHMUD ALI Passaporte: AB2043901 Estrangeiro: MOHAMMAD MONIR HOSSAIN Passaporte: AC1884612 Estrangeiro: MOHAMMAD MONNA Passaporte: AF2141946 Estrangeiro: MOHAMMAD MURAD HOSSAIN Passaporte: AE8926832 Estrangeiro: MOHAMMAD RASEL MIAH Passaporte: AE9709908 Estrangeiro: MOHAMMAD SHAH ALAM Passaporte: AA4673619 Estrangeiro: MOHAMMAD SUFIAN Passaporte: AD5070009 Estrangeiro: MOHAMMED ABU TAHER Passaporte: AD1480587 Estrangeiro: MOHAMMED AFJAL HUSSAIN Passaporte: AC1293166 Estrangeiro: MOHAMMED ALAMGIR Passaporte: AC1085983 Estrangeiro: MOHAMMED ALOM Passaporte: AA7019469 Estrangeiro: MOHAMMED FAISAL Passaporte: AC7689185 Estrangeiro: MOHAMMED JAKARIA Passaporte: AD9594424 Estrangeiro: MOHAMMED JAMIL HUSSAIN Passaporte: AD6363078 Estrangeiro: MOHAMMED JASHIM UDDIN Passaporte: AC4196194 Estrangeiro: MOHAMMED MURSHED AHMED Passaporte: AE8081009 Estrangeiro: MOHAMMED OLIDUR RAHMAN Passaporte: AD7464112 Estrangeiro: MOKTAR HOSSAIN Passaporte: E1412463 Estrangeiro: MONIRUL ISLAM Passaporte: AC8432188 Estrangeiro: MONOWAR HOSSAIN HOWLADER Passaporte: F0726547 Estrangeiro: MOTIUR RAHMAN Passaporte: AF7159221 Estrangeiro: MUHAMMED AKTHER HUSSAIN Passaporte: AD0079577 Estrangeiro: MUNNA AHMED Passaporte: E1404001 Estrangeiro: MUSAH IDDRISU Passaporte: G0215417 Estrangeiro: NARUL ALAM Passaporte: AD6611395 Estrangeiro: NAZRUL ISLAM Passaporte: AD3963189 Estrangeiro: NAZRUL ISLAM Passaporte: AD4384134 Estrangeiro: NAZRUL ISLAM Passaporte: AD5754004 Estrangeiro: NDOUR BABACAR Passaporte: A01013248 Estrangeiro: NURUL ARAFAT CHOWDHURY Passaporte: AC3466573 Estrangeiro: NURUL HOQUE Passaporte: AF7354635 Estrangeiro: NURUL ISLAM Passaporte: AE4232654 Estrangeiro: OLIUR RAHMAN Passaporte: AE8028970 Estrangeiro: OMAR FARUK Passaporte: E1206433 Estrangeiro: PALASH PATHAN Passaporte: AE5290729 Estrangeiro: RAFIQUL ISLAM MANIK Passaporte: AA2717179 Estrangeiro: RAHAT AHMED Passaporte: AC9037627 Estrangeiro: RAJAN SIKDER Passaporte: F0593795 Estrangeiro: RAJI MOHAMADU Passaporte: H2064555 Estrangeiro: RAJU AHMAD Passaporte: AE3860351 Estrangeiro: RAJU AHMED Passaporte: X0754070 Estrangeiro: RASHAL AHMED Passaporte: AC3456402 Estrangeiro: RAZIB MIAH Passaporte: AA4994778 Estrangeiro: RAZU AHMED Passaporte: E0352215 Estrangeiro: REDOWAN HUSSEN Passaporte: AE1988974 Estrangeiro: REDWAN AHMED Passaporte: AB6546325 Estrangeiro: RIPON PAUL Passaporte: B1559673 Estrangeiro: RIYAD HOSSAIN Passaporte: AA1926963 Estrangeiro: ROHUL AMAIN Passaporte: AD2554742 Estrangeiro: SADEK AHMED LITON Passaporte: AD3825272 Estrangeiro: SAIF UDDIN AHAMMED Passaporte: AB9064819 Estrangeiro: SAIFUL ALAM Passaporte: C1053836 Estrangeiro: SAJEDUL AMIN Passaporte: AE8695820 Estrangeiro: SALA UDDIN Passaporte: AC4429311 Estrangeiro: SALA UDDIN Passaporte: C0907484 Estrangeiro: SALEH AHMED Passaporte: AG3002058 Estrangeiro: SAMEL AHMED Passaporte: AF1073453 Estrangeiro: SHAHAJAHAN MOLLA Passaporte: AD6426650 Estrangeiro: SHAHIN MIAH Passaporte: AA0297609 Estrangeiro: SHAHJAHAN AHMED Passaporte: AE3815867 Estrangeiro: SHAHJAHAN KABIR Passaporte: AB3458146 Estrangeiro: SHAKIL MIAH Passaporte: A0576851 Estrangeiro: SHALIM ALI Passaporte: E0334157 Estrangeiro: SHAMEEM AHAMED Passaporte: F0332196 Estrangeiro: SHAMIM AHMED Passaporte: E0332593 Estrangeiro: SHANUR AHMED RUMEN Passaporte: AD6130898 Estrangeiro: SHIBBIR AHMED CHOWDHURY Passaporte: AF2648483 Estrangeiro: SHOROF UDDIN Passaporte: AE9607837 Estrangeiro: SHUNAM UDDIN SHIRAJ Passaporte: E0326866 Estrangeiro: SIAMUR RAHMAN SAMI Passaporte: AF1051073 Estrangeiro: SODRUL ALAM Passaporte: AE3592788 Estrangeiro: SOYED BELAYET USSAIN JUNED Passaporte: AF4053360 Estrangeiro: SUHEL AHMED Passaporte: A0005237 Estrangeiro: SUMON MIAH Passaporte: AB2197880 Estrangeiro: SYED ABDUS SAYEM Passaporte: AD3404590 Estrangeiro: TARIKUL ISLAM Passaporte: F0773757 Estrangeiro: TOFAEL AHMED Passaporte: AA6991926 Estrangeiro: YAHYA AHMED Passaporte: AB3014672 Estrangeiro: YOUSUF MOZUMDER Passaporte: AC6343594 Estrangeiro: ZAMAL HUSSAIN KHAN Passaporte: AE3706378 Estrangeiro: ZIAUL HASAN OPU Passaporte: E0346843 Estrangeiro: ZILLU AHMED Passaporte: E1422048.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 11 de Novembro de 2014, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva:

Temporário - Item V - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46094006811201427 Prazo: 1 Ano Estrangeira: PAULYNA FERNANDA MORALES LOPEZ Passaporte: G04810734, Processo: 46094007105201401 Prazo: 2 Anos Estrangeiro: ISAAC SAMUEL SALINAS LOPEZ Passaporte: C01662601 Estrangeiro: ISRAEL ALEXI CALDERON MEJIA Passaporte: AO4923628 Estrangeira: MARGINE IBARRA LOPEZ Passaporte: C01695249 Estrangeiro: MARIO MANUEL MORENO Passaporte: AAA075812 Estrangeira: PAULA ANDREA GARZON ZAMORA Passaporte: AP669014.

Permanente - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 46094004895201464 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SADER ABBOUD Passaporte: RL2639777, Processo: 46215015799201428 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROMAN RAYKOV PAOUNOV Passaporte: 912072617, Processo: 46094006711201409 Prazo: Indeterminado Estrangeira: PATRIZIA D'ANTONIO Passaporte: YA3225499, Processo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014112100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46094006712201445 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIROLAMO DI NOLFO Passaporte: YA3225498 Processo: 46215016490201455 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HERCULANO MARÇO SÁ Passaporte: RGBCA0126603.

Permanente - CNIg - RN 70, de 09/05/2006:

Processo: 46094004139201435 Prazo: 5 Anos Estrangeiro: TODD LANIER LESTER Passaporte: 505830907.

Permanente - CNIg - RN 84, de 10/02/2009 (Artigo 3°):

Processo: 46215010335201425 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE MARIO FONSECA DA SILVA Passaporte: M434351, Processo: 46094005615201435 Prazo: 5 Anos Estrangeiro: SÉRGIO LUÍS LOPES DE PAULA Passaporte: H684758.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 27, de 25/11/1998:

Processo: 08460004067201250 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: POPAUL KAFISHI LUKANDA Passaporte: OB0062828, Processo: 46880000244201439 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SOHAIB MOHAMMED IBRAHIM SALAMA Passaporte: 3388683 Processo: 46204008471201484 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BARRINGTON NIGEL HANSON LEVY Passaporte: 702111646.

Permanência Definitiva - CNIg - RN 77, de 29/01/2008:

Processo: 08391000090201317 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCIANO DE FAVERI Passaporte: YA3383192.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 11 de Novembro de 2014, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos:

Processo: 08508000092201271 Estrangeiro: SUI WING LAU, Processo: 46094021061201251 Estrangeira: YERLY CAMACHO ARBELAEZ, Processo: 08503003127201192 Estrangeiro: ALFREDO FEDERICO MANGLANO GARCIA, Processo: 46094041178201251 Estrangeiro: STEFANO LICHERI, Processo: 08458002092201248 Estrangeiro: GIANLUCA MARINO, Processo: 46094003495201351 Estrangeiro: GEOFFREY RAKIRO OGOYE, Processo: 08460010985201137 Estrangeira: JESSICA ROMO GONZALEZ, Processo: 08220011050201109 Estrangeiro: BERNARDINO PALMA SOSA, Processo: 46094019962201364 Estrangeiro: FAUSTO DI BENEDETTO, Processo: 46094020198201370 Estrangeiro: PINGREWAOGA BEMA ABDOUL HADI SAVADOGO, Processo: 46094020491201337 Estrangeira: DESSIRE WANDA TARQUI GUTIERREZ Estrangeiro: JHONNY TARQUI GUTIERREZ Estrangeiro: NATALIO TARQUI FLORES Estrangeira: VIRGINIA GUTIERREZ LUJAN, Processo: 08455053006201295 Estrangeiro: OLIM DA REVOLUÇÃO RAMOS CHINGANGO, Processo: 46215014100201321 Estrangeiro: PASCAL MARCEL ZWERGER, Processo: 08478000047201211 Estrangeiro: ANTONIO CATALINO AGUIRRE, Processo: 46094024654201351 Estrangeiro: URS BOPP, Processo: 08420015296201276 Estrangeiro: ANTHONY ALEXANDRE MAILLARD, Processo: 08335025665201206 Estrangeiro: FREDDY MANOEL AYACHE, Processo: 08458002383201236 Estrangeira: NATALIE CELESTINE MOYE, Processo: 46094024360201329 Estrangeiro: GEORGES MARTIAL FOUDA EDANGA, Processo: 08708001730201214 Estrangeiro: LUIS RODRIGUES DA BALINHA, Processo: 46094022032201398 Estrangeira: MARGARITA SILVA OSÓRIO Estrangeira: SANDRID MILENA RIVERA OSÓRIO, Processo: 08461006273201294 Estrangeiro: JORGE MANUEL GOMES DA SILVA, Processo: 08709006479201274 Estrangeiro: MANEL NASPREDA MARTI, Processo: 08709010719201235 Estrangeiro: CARLOS ELIAS FLOREZ CRESPO, Processo: 08701015105201210 Estrangeiro: AMADEU JOSÉ DE MATOS PINHEIRO, Processo: 08502010671201281 Estrangeiro: RAEL DROUIANOV, Processo: 08701011443201282 Estrangeiro: HOLGER STANGL, Processo: 08505049741201261 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER PEREZ ALVAREZ, Processo: 46094026280201316 Estrangeiro: DAME MBAYE, Processo: 46094026292201332 Estrangeira: ELIZABETH MONTEIRO DA SILVA Estrangeiro: TIAGO LUCKY IWUOHA DA SILVA, Processo: 46094026279201383 Estrangeiro: EVANS JOE KOFI, Processo: 46094026111201378 Estrangeiro: JESUS EDUARDO CASTRO GONZALEZ, Processo: 46094025407201371 Estrangeiro: DANIEL JAVALOY FERRER, Processo: 46094025405201382 Estrangeiro: DAVIDE RAINERI, Processo: 46094027118201315 Estrangeira: SARA MARGARITA BAZAN ANCCO, Processo: 46000005196201352 Estrangeiro: KINDOKI AFONSO BUZY, Processo: 46094028860201330 Estrangeira: MARIA ADRIANA SILVA GONÇALVES, Processo: 46094029502201344 Estrangeira: LUCIA SILVIA PADUA, Processo: 46211003612201301 Estrangeiro: MARKUS PAAS, Processo: 46215029995201307 Estrangeira: FILIPA MARIA LEITÃO DE SAMPAIO NUNES, Processo: 08212002261201311 Estrangeiro: GERARD GARCIA SOLDEVILA, Processo: 46220006002201341 Estrangeiro: CARLOS MANUEL JANEIRO MARCOS, Processo: 46094034215201356 Estrangeiro: DAVID GASTON ROBLES, Processo: 46094000470201486 Estrangeiro: FRIEDRICH CHRISTIAN MATTHÄUS, Processo: 46094000545201429 Estrangeiro: HO JIN SEO, Processo: 46201007742201323 Estrangeiro: ALBERTO TICOZZI, Processo: 46094001712201459 Estrangeiro: CARLOS MANUEL GOMES MOUTINHO, Processo: 46215018769201473 Estrangeira: MONICA MOREIRA RATO TIPLE, Processo: 46094006149201413 Estrangeiro: NAGHI ELSHEIKH, Processo: 46219018430201437 Estrangeiro: ANTONIO CÉSAR DE OLIVEIRA COSTA, Processo: 46880000243201494 Estrangeira: LUCIA RODRIGO MARTINEZ, Processo: 46880000242201440 Estrangeiro: JULIO RODRIGO MARTÍNEZ Processo: 08460010231201268 Estrangeiro: ISMAIL SILVANO DE MORAES PINTO Processo: 46219014628201441 Estrangeiro: MAFU INDJAI Processo: 08504013155201299 Estrangeiro: ANTONIO PALOZZO.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 11 de Novembro de 2014, o Conselho Nacional de Imigração manteve o indeferimento dos seguintes pedidos de concessão de vistos:

Processo: 46094003082201457 Estrangeiro: VICTOR MANUEL FERREIRA DOMINGOS.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 19 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, na Nota Técnica 1505/2014/CGRS/SRT/MTE e no acordo celebrado entre o Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring do Estado de São Paulo, CNPJ 69.283.182/0001-51, e o SINDICATO DAS SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MS, CNPJ 01.725.775/0001-97 (fls. 87/88), resolve EXCLUIR o Estado de Mato Grosso do Sul da base territorial do Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring do Estado de São Paulo, Processo 24000.002617/92-47; e por conseqüência DEFERIR o registro de alteração de denominação do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 38 da Portaria 326/2013:

Processo	24000.002617/92-47
Entidade	Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring do Estado de São Paulo
CNPJ	69.283.182/0001-51
Fundamento	NT 1505/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 54 e 55 da Lei 9.784/1999 e na Nota Técnica 1503/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve ANULAR a anotação publicada no Diário Oficial da União, em 06 de novembro de 2014, na Seção I, pág. 75, n.° 215, que excluiu a categoria de Prestadoras de Serviços da representação do S.T.E.E.T - Sindicato dos Trabalhadores em Eletricidade no Estado de Tocantins, Processo 46226.000571/2009-47, CNPJ 25.061.748/0001-25.

O Secretário de Relações do Trablalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1504/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve REMETER para procedimentos de mediação as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios de Campinas e Região - SINCONED, CNPJ 68.001.080/0001-33, Processo 46000.007813/98-63; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Piracicaba e Região - SIEMACO - SP, CNPJ 02.037.751/0001-08, Impugnação 46000.005567/99-69; Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação (Limpeza Urbana e Ambiental) de Campinas e Região - SP, CNPJ 00.829.360/0001-09, Impugnação 46000.005851/99-62, com fulcro no art. 23 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias dos Vestuários e Confecções de Roupa do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE - SINDVESO, CNPJ 12.156.817/0001-32, Processo 46000.020893/2010-91, do inteiro teor do Ofício n.º 1.280/2014/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade em 24/10/2014, cientificando-o a respeito da Nota Informativa n.º 59/2014/CGRS/SRT/MTE, elaborada em decorrência da análise do referido processo. O Ofício citado restou devolvido conforme se verifica no Aviso de Recebimento n.º AR650126654JL (fl. 243) pelo seguinte motivo: mudou-se. Desta forma, torno pública a notificação para conhecimento.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego Substituto, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n.º 0001729-79.2013.5.10.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1513/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve: ARQUIVAR as seguintes impugnações: (1) Impugnação n.º 46000.015681/2008-77, interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Látex, Câmara de Ar, Borracheiros, Beneficiamento e Estocagem de Borracha, Montagem de Pneus, Recauchutagem, Regeneração e Pneumáticos de Americana e Região, CNPJ 46.698.544/0001-70, com respaldo no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013; (2) Impugnação n.º 46000.016831/2008-60, interposta pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral de Campinas e Região, CNPJ 46.050.993/0001-07, com respaldo no art. 18, inciso III, da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária n.º 46000.022403/2007-95 ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e de Beneficiamento de Campinas, Vinhedo, Valinhos, Americana, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Piracicaba, Araras, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, Amparo, Analândia, Artur Nogueira, Boituva, Brotas, Capivari, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Cordeirópolis, Corumbatai, Cosmópolis. Hortolândia, Indaiatuba, Itirapina, Itu, Jaguariúna, Laranjal Paulista, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Pereiras, Porto Feliz, Rafard, Rio das Pedras, Salto, Saltinho, Santa Bárbara D' Oeste, Santa Gertrudes, Santo Antônio de Posse, São Pedro, Sumaré e Tietê - SP, CNPJ 46.106.456/0001-31, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração e Beneficiamento, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Americana, Amparo, Analândia, Araraquara, Araras, Artur Nogueira, Boituva, Brotas, Campinas, Capivari, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Descalvado, Hortolândia, Indaiatuba, Itirapina, Itu, Jaguariúna, Laranjal Paulista, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Pereiras, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Porto Ferreira, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Salto, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Gertrudes, Santo Antônio de Posse, São Carlos, São Pedro, Sumaré, Tietê, Valinhos e Vinhedo, Estado de São Paulo/SP.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1511/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Milton Brandão - PI, Processo 46214.002589/2011-37, CNPJ 01.849.071/0001-26, para representar a Categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais na ativa e aposentados (as): assalariados e assalariadas rurais permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas, com abrangência no Município de Milton Brandão, Estado do Piauí - PI.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1512/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Segurança Eletrônica, Monitoramento de Alarmes e Cursos de Formação de Vigilantes do Estado do Mato Grosso - SINDESP-MT, Processo 46210.002160/2011-80, CNPJ 24.772.451/0001-05, para representar a categoria Econômica da Empresa de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Segurança Eletrônica, Monitoramento de Alarmes e Cursos de Formação de Vigilantes, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacás, Araguaiana, Araguainha, Araputanga, Arenapolis, Aripuana, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Brasnorte, Cáceres, Campinápolis, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Confresa, Cotriguaçu, Cuiabá, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória D'Oeste, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indiavaí, Itaúba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juína, Juruena, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Matupá, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Olímpia, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo São Joaquim, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréo, Primavera do Leste, Querência, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Sapezal, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Rica - MT.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1506/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Carmem/MT-SISPUMSC, Processo 46210.000140/2012-55, CNPJ 13.605.742/0001-92, para representar a categoria dos Servidores Públicos Municipais dos trabalhadores do município de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Santa Carmem-MT. Para fins de anotação no CNES, resolve ainda DETERMINAR a exclusão do município de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, da base territorial do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Diamantina - SISPUMD - MT, Processo 24230.001340/90-13, CNPJ 15.061.591/0001-84; e a exclusão da categoria dos Servidores Públicos Municipais do município de Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, da representação do Sindicato dos Servidores Públicos do Norte do Mato Grosso-SISNORTE - MT, Processo 46010.002702/93-18, CNPJ: Não Informado, conforme determina o art. 30 da Portaria 326/2013, tendo as Entidades Anotadas o prazo de 60 dias para apresentarem seus Estatutos Sociais contendo a exclusão acima, sob pena de suspensão dos seus Registros Sindicais, conforme disposto no art. 33 da Portaria em vigor.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1507/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDPAQ - SINDICATO DOS PESCADORES ARTESANAIS E AQUICULTORES DO MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI, Processo 46222.001135/2012-21, CNPJ 12.111.148/0001-82, para representar a categoria profissional dos pescadores profissionais, artesanais e aprendizes de pesca dos moradores assalariados ou não e também perante os empregados quando for o caso, com abrangência Municipal e base territorial em Cachoeira do Arari, no estado do Pará.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1508/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí- SISMUCAPI, Processo 46214.004260/2011-19, CNPJ 11.486.265/0001-68, para representar a categoria de todos os servidores e servidoras da Câmara Municipal e da Administração Direta, Indireta, Fundações e Autarquias do Município de Cabeceiras do Piauí, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Cabeceiras-PI.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014112100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1509/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDIRECICLE-ES- SINDICATO DAS EMPRESAS DE RECICLAGEM DO ESPÍRITO SANTO, Processo 46207.001785/2012-64, CNPJ 14.993.188/0001-20, para representar a categoria Econômica das Empresas de Reciclagem de Resíduos, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Espírito Santo.

O Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e na Nota Técnica 1510/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve RETIFICAR o Despacho de Publicação referente ao Pedido de Alteração Estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, SÃO JOÃO DA BARRA E QUISSAMÃ, Processo 46215.113562/2010-88, CNPJ 28.977.734/0001-44, ocorrido no Diário Oficial da União - DOU, Seção I, página 77, n.º 223, de 18 de novembro de 2014, para que onde se lê: "PEDIDO DE REGISTRO SINDICAL"; Leia-se: "PEDIDO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA"; e, para onde se lê: "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO DE CAMPOS DOS GOYATAZES, SÃO JOÃO DA BARRA E QUISSAMÃ"; Leia-se: "SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO ELETRÔNICO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, SÃO JOÃO DA BARRA E QUISSAMÃ".

CARLOS ARTUR BARBOZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 123, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art.5º da Portaria nº 3.118, de 03 de abril de 1989, baseado nas inspeções realizadas no estabelecimento MARINE INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPENSADOS LTDA - CNPJ nº. 05.552.102/0001-33, resolve CANCELAR a autorização concedida pela Portaria nº75, de 11 de agosto de 2014, publicada no DOU nº 154, de 13 de agosto de 2014, Seção 1, página 152, para o trabalho em domingos, feriados civis e religiosos. A empregadora em questão foi autuada em ação fiscal por desrespeito a normas de proteção do trabalho. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NEIVO BERALDIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO SUBSTITUTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Nº 571 - Conceder autorização à TIGRE S.A. - Tubos e Conexões, inscrita no CNPJ sob o nº 84.684.455/0069-51, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua dos Bororós, 84, na cidade de Joinville (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo Nº 46220.006553/2014-96, protocolado no dia 10/10/2014.

Nº 572 - Conceder autorização à WORK INTÍMA PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONFECÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.264.412/0001-39, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rua Dr. Paulo Zimmermann, 11391, na cidade de Blumenau (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.
Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº 46305.000978/2014-51, protocolado no dia 08/07/2014.

ALBERTO ROBERGE CAUSS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 583 de 17.11.14, Publicada no DOU nº 22, de 19.11.2014, Seção I, página 74, onde se lê: "Conceder autorização à empresa FORMITZ CONFECÇOES LTDA.EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.843.264/0001-67." leia-se: "Conceder autorização à empresa FORMITZ CONFECÇOES LTDA.EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.843.264/0003-29".

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 270, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014 (*)

Dá nova redação ao art. 53 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 53 da Portaria MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53. Nos eventos de que trata o art. 52, o apoio do Ministério do Turismo restringir-se-á ao pagamento de:

I - cachês de artistas e bandas cadastrados neste Ministério; e

II - divulgação do evento em rádio, televisão, jornal e revista, limitado a trinta por cento do valor do repasse do convênio, mediante a apresentação, quando da formalização da proposta, dos seguintes documentos:

a) tabela de valores do veículo de comunicação;

b) previsão do plano de mídia; e

c) defesa de mídia para escolha do veículo.

§ 1º Para fins de pagamento de cachês, de que trata o inciso I, fica estipulado o valor máximo de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por artista ou banda.

§ 2º Os artistas e bandas a serem contratados deverão estar previamente cadastrados no Ministério do Turismo, cujo cadastro conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação de seu representante legal, pessoa física ou jurídica, em caráter exclusivo, estabelecida por contrato registrado em cartório;

II - na hipótese do representante legal ser integrante da banda, deverá ser apresentado documento firmado pelos demais membros, registrado em cartório ou na Junta Comercial;

III - cópia do cartão de inscrição no CNPJ/MF, se pessoa jurídica;

IV - cópia do CPF e Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

V - discografia do artista ou banda, relação das premiações recebidas, e participações em eventos de destaque nacional; e

VI - comprovação dos últimos cachês recebidos de entidades públicas e privadas.

§ 3º O Proponente, na formalização da proposta de convênio, deverá inserir no SICONV Proposta de Preços do artista ou de seu representante legal.

§ 4º O Ministério do Turismo manterá banco de dados de contratos de exclusividade e valores de cachês, de que trata o inciso VI, para fins de subsidiar as análises de custos das propostas." (NR).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VINICIUS LAGES

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 4 de novembro de 2014, Seção 1, página 153, com incorreção no original.

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 404, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Ferroviário, proposto pela Sociedade de Propósito Específico - SPE, Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011; e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor ferroviário, proposto pela Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., relativo à Concessão para exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros do Rio de Janeiro, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.025501/2012-19 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO	
Projeto	Reformas e melhoramentos no Sistema de Transporte Ferroviário de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, objeto do Contrato de Concessão S/Nº (Processo nº E - 10/202/2008), celebrado com o Estado do Rio de Janeiro.
Denominação Comercial	SuperVia
Razão Social	SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
CNPJ	02.735.385/0001-60
Relação das Pessoas Jurídicas	- Rio Trens Participações S.A.
Relação dos Documentos Apresentados - Formulário de Cadastro do Projeto da SPE (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo III). - Ata da Assembleia Geral de Constituição da Riotrens - Concessionária de Transporte Ferroviário S/A	
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Relação das Pessoas Jurídicas. - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	
Local de Implantação do Projeto: Estado do Rio de Janeiro.	

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 4.494, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Aplica a pena de cassação de todos os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros operados pela autorizatária especial Viação Bonfim EIRELI - EPP

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 206, de 19 de novembro de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.140611/2013-51, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de cassação de todos os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros operados pela autorizatária especial Viação Bonfim EIRELI - EPP, por infração ao art. 3º da Resolução ANTT nº 3.075, de 26 de março de 2009, e convertê-la em pena de multa, com fundamento no art. 5º do referido normativo, valorada em R$ 20.686,33 (vinte mil, seiscentos e oitenta e seis reais e trinta e três centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 352, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 204, de 18 de novembro de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.132805/2014-62, delibera:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa REAL EXPRESSO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 25.634.551/0001-38, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT n° 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 634, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e considerando os termos da Nota nº 104/GEFAE/SUPAS/2014 constante nos autos do Processo Administrativo nº 50500.210528/2014-36, e no que dispõe o Art. 15, inciso III e § 1º da Resolução nº. 442/2004, resolve:

Art. 1º Suspender, cautelarmente, a autorização da empresa R.W. TURISMO LTDA., CNPJ nº 19.431.322/0001-13, para operar o serviço transporte rodoviário de passageiros na modalidade de fretamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 112, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação Nº 158/2010, alterada pela Deliberação Nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.116167/2014-32 e na Nota Técnica nº 189/2014/GPFER/SUFER, resolve:

Art. 1º Autorizar a obra de construção do Viaduto de Bicas que tem por objetivo principal a eliminação de passagem de nível no km 038+680, Ramal de Fábrica. O viaduto consiste em pista única, com 2 (duas) faixas de rolamento rodoviário, operação em mão dupla e com passeio destinado ao acesso de pedestres em toda a sua extensão, totalizando 10,00 m de largura.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa a Concessionária de apresentar, em até 30 (trinta) dias corridos após sua publicação, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos técnicos responsáveis pela execução da obra e da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos técnicos da Concessionária responsáveis pela fiscalização da obra, sob pena de revogação do ato autorizativo.

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, o valor empregado na obra de construção do viaduto, a ser considerado como Investimento Regulatório deve ser limitado a R$ 8.981.211,01 (oito milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e onze reais e um centavo).

Art. 3º A concessionária deverá informar à ANTT em até 15 dias da ocorrência do evento, com dia, mês e ano, o início e o fim da obra, bem como qualquer alteração no projeto autorizado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e é válida até dezembro de 2015. Após este prazo, caso a obra não tenha sido concluída, a Concessionária deverá entrar com novo pleito de Processo Autorizativo junto à ANTT.

JEAN MAFRA DOS REIS
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

PROCESSO: PCA nº 0.00.000.000758/2014-51
APENSOS: PCAs nº 0.00.000.000768/2014-97, 0.00.000.000770/2014-66, 0.00.000.000773/2014-08, 0. 00.000.000780/2014-00, 0.00.000.000791/2014-81, 0.00.000.000846/2014-53 e 0.00.000.000854/ 2014-08
RELATOR: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
REQUERENTE: Arthur Henrique Linhares Calvetti e outros
REQUERIDO: Ministério Público do Estado da Bahia
EMENTA - RECURSO INTERNO EM PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. IRRESIGNAÇÃO DIANTE DE DECISÃO DO RELATOR QUE NÃO CONHECEU DE RECURSO INTERNO. INTEMPESTIVIDADE. PEDIDOS SEM RELAÇÃO COM A DECISÃO IMPUGNADA. RECURSO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. Intempestividade de recurso interno protocolado em 10/06/2014, quando o esgotamento do prazo recursal se deu em 27/05/2014.

2. Petição não assinada pelo advogado da parte. Envio de última folha assinada para suprir a falta não modifica a intempestividade do recurso.

3. Pedidos feitos na petição recursal que não têm qualquer relação com o objeto da decisão liminar impugnada.

4. Recurso Interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em não conhecer do recurso interno interposto.

CONSELHEIRO FÁBIO GEORGE LUZ DA NÓBREGA
Conselheiro-Relator

ACÓRDÃOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCESSO: PP Nº 0.00.000.001564/2012-10
RELATOR:CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE:JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO - CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. CONSULTA. EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO PELOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PROCEDÊNCIA.

ACÓRDÃO

DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente a consulta formulada, para respondê-la ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, nos moldes do voto do relator, com os adendos dos conselheiros Fábio George e Alessandro Tramujas aos quais aderiu o relator.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

Inspeção nº 0.00.000.000966/2012-99
RELATOR: Conselheiro Alessandro Tramujas Assad
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
EMENTA - Inspeção da Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Exposição das constatações da Corregedoria Nacional e da manifestação da unidade inspecionada em face do relatório preliminar que lhe foi encaminhado para exame. Propositura de encaminhamento de determinações e recomendações para correção das irregularidades verificadas. Propositura de instauração de procedimento de controle administrativo.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção no Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator.

CONSELHEIRO ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Inspeção nº 0.00.000.000967/2012-33
RELATOR: Conselheiro Alessandro Tramujas Assad
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina
EMENTA - Inspeção da Corregedoria Nacional no Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Exposição das constatações da Corregedoria Nacional e da manifestação da unidade inspecionada em face do relatório preliminar que lhe foi encaminhado para exame. Propositura de encaminhamento de determinações e recomendações para correção das irregularidades verificadas.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator.

CONSELHEIRO ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Inspeção nº 0.00.000.000968/2012-88
RELATOR: Conselheiro Alessandro Tramujas Assad
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina
EMENTA - Inspeção da Corregedoria Nacional no Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina. Exposição das constatações da Corregedoria Nacional e da manifestação da unidade inspecionada em face do relatório preliminar que lhe foi encaminhado para exame. Propositura de encaminhamento de determinações e recomendações para correção das irregularidades verificadas.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, deliberou pela aprovação do Relatório Conclusivo de Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator.

CONSELHEIRO ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO N.º 0.00.000.000818/2014-36
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
EMENTA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. RESOLUÇÃO N.73/CNMP. EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES MINISTERIAIS E A DOCÊNCIA. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INEXISTÊNCIA DE FALTA FUNCIONAL. IMPROCEDÊNCIA DO FEITO.

1. Trata-se de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurada a partir de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado do Ceará, cujo relatório foi aprovado por unanimidade pelo Plenário deste Conselho Nacional, e que visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício das funções ministeriais e a docência por Procurador de Justiça.

2. Da análise dos autos, verifico que o membro do Ministério Público não descumpriu a Resolução nº73/2011-CNMP, no tocante ao limitador temporal de 20 (vinte) horas-aula semanais ou à exigência da compatibilidade de horário entre o magistério e as funções ministeriais ou ao município de lotação, não havendo nos autos quaisquer indícios de falta funcional.

3. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho julgada improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela improcedência da reclamação, nos termos do voto do Relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO N.º 0.00.000.000835/2014-73
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
EMENTA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. RESOLUÇÃO N.73/CNMP. EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES MINISTERIAIS E A DOCÊNCIA. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INEXISTÊNCIA DE FALTA FUNCIONAL. IMPROCEDÊNCIA DO FEITO.

1. Trata-se de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurada a partir de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado da Bahia, cujo relatório foi aprovado por unanimidade pelo Plenário deste Conselho Nacional, e que visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício das funções ministeriais e a docência por Promotor de Justiça.

2. Da análise dos autos, verifico que o membro do Ministério Público, além de não exercer mais o magistério, pelo que consta nos autos, também não descumpriu a Resolução nº73/2011-CNMP, no tocante ao limitador temporal de 20 (vinte) horas-aula semanais ou à exigência da compatibilidade de horário entre o magistério e as funções ministeriais ou ao município de lotação. Isto é, nos autos não há quaisquer indícios de falta funcional.

3.Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho julgada improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela improcedência da reclamação, nos termos do voto do Relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0.00.000.000264/2014-77
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
REQUERENTE: MARCOS ANTÔNIO SANTOS BANDEIRA - JUIZ DE DIREITO/BA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
EMENTA PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. VACÂNCIA DO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. NÃO PROVIMENTO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS SUBSCRITO POR MAGISTRADO EM RAZÃO DE PREJUÍZO AO ANDAMENTO DOS PROCESSOS QUE EXIGEM ATUAÇÃO DO PARQUET. AUSÊNCIA DE MOTIVOS PARA INGERÊNCIA DESTE CONSELHO NACIONAL PARA PREENCHIMENTO DA VAGA. JUSTIFICATIVAS SUFICIENTES. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PRECEDENTES DESTE ÓRGÃO DE CONTROLE. PROCEDIMENTO IMPROCEDENTE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. A ausência de Promotor de Justiça com atribuições perante a Vara da Infância e Juventude conforme alega o requerente, Juiz de Direito, estaria causando prejuízo ao andamento dos processos na Comarca.

2. No entanto, das informações prestadas pelo Ministério Público local, percebe-se que a Instituição Ministerial tem procurado resolver os problemas decorrentes do número insuficiente de Promotores de Justiça na Comarca, nos estritos limites de suas possibilidades jurídicas, administrativas e orçamentárias, conforme as medidas que, no contexto estadual, buscam suprir a carência da Instituição como um todo.

3. Não bastasse isso, o Conselho Nacional do Ministério Público, com base em um dispositivo isolado da Lei Orgânica Nacional, não pode desconsiderar a realidade local e, sem observância de critérios práticos, eventualmente substituir a Administração Superior e determinar o provimento de uma Promotoria de Justiça, deixando de observar o conjunto dos fatos que envolvem as realidades locais, o que, a toda evidência, poderia gerar enormes danos ao bom funcionamento dos serviços do Ministério Público. Assim, deve ser respaldada a autonomia da Instituição estadual, a quem cabe definir os critérios para criação, instalação e provimento dos seus cargos salvo em hipóteses absolutamente injustificadas. Precedentes.

4. A determinação de provimento de vaga em certa Comarca, por este Órgão de Controle, sem que fique patente a afronta ao interesse público, pode, ao menos em tese, confrontar a autonomia do Ministério Público local, sobretudo se, como no caso concreto, todas as medidas possíveis foram adotadas pelo Parquet, não havendo que se falar em omissão ou violação da Administração Superior do Ministério Público Estadual

5. Pedido de Providências improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Pedido de Providências, para julgá-lo improcedente, nos termos do voto do relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO
CONSELHO N.º 0.00.000.000816/2014-47
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
RELATOR: CONSELHEIRO JARBAS SOARES JÚNIOR
EMENTA RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO. RESOLUÇÃO N.73/CNMP. EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES MINISTERIAIS E A DOCÊNCIA. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INEXISTÊNCIA DE FALTA FUNCIONAL. IMPROCEDÊNCIA DO FEITO.

1. Trata-se de Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho Nacional do Ministério Público, instaurada a partir de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional no Ministério Público do Estado do Ceará, cujo relatório foi aprovado por unanimidade pelo Plenário deste Conselho Nacional, e que visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício das funções ministeriais e a docência por Promotor de Justiça.

2. Da análise dos autos, verifico que o membro do Ministério Público não descumpriu a Resolução nº73/2011-CNMP, no tocante ao limitador temporal de 20 (vinte) horas-aula semanais ou à exigência da compatibilidade de horário entre o magistério e as funções ministeriais ou ao município de lotação, não havendo nos autos quaisquer indícios de falta funcional.

3. Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho julgada improcedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, pela improcedência da reclamação, nos termos do voto do Relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro-Relator

DECISÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA
PROCESSO: PIC Nº0.00.000.001772/2013-91

DECISÃO

(..)

Ante o exposto, considerando a desativação daquele estabelecimento prisional, a ausência de inércia do Ministério Público local e considerando não haver outras medidas a serem adotadas no âmbito desta Comissão, determino o arquivamento dos autos, nos termos do artigo 43, inciso IX, alínea 'b' do RICNMP.

ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Presidente da Comissão de Sistema Prisional, Controle externo da Atividade Policial e Segurança Pública

DECISÕES 19 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO-PIC 0.00.000.001109/2014-78 COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Aprovo a deliberação acima e determino à Secretaria da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) que promova a instauração e, depois do cumprimento integral do deliberado, arquive este Procedimento Interno de Comissão (PIC).

ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselheiro do CNMP

PP Nº 0.00.000.001413/2014-15
REQUERENTE: ANTÔNIO ELIAS DA SILVA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
RELATOR: CONSELHEIRO WALTER DE AGRA JÚNIOR

DECISÃO

(...)

Pelo exposto, e considerando a declaração do órgão requerido de que está cumprindo as normas, bem como o seu empenho em melhorar a eficiência dos sítios, determino o arquivamento do presente pedido, nos termos do art. 43, IX, "b", do RICNMP, e determino que as sugestões apresentadas pelo requerente sejam encaminhadas para o Ministério Público do Trabalho para que adote as providências que entender cabíveis. Intimem-se as partes, nos termos do art. 41, § 1º, incisos III1, do RICNMP. Publique-se.

WALTER DE AGRA JÚNIOR
Conselheiro Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000193/2012-41
RECLAMANTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Decisão:

(...)

Diante de tudo o que foi exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional seja formulada, ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, com base nos artigos 109 a 115 do RICNMP, proposta de REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para o fim de rever a decisão que, no Procedimento Administrativo Disciplinar n. 69726/2012 (MPBA) , aplicou apenas a sanção administrativa de censura, para o fim de aplicar ao Promotor de Justiça, Dr. DIONELES LEONE SANTANA FILHO, a pena de SUSPENSÃO, em seu grau máximo, nos termos do art. 214, inciso I, c.c. Art. 220, ambos, da Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2014
RODRIGO LEITE FERREIRA CABRAL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

I- Acolho o pronunciamento feito pelo membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, adotando-o como razões de decidir (fl. 2021/2037), para propor REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em face do Promotor de Justiça, Dr. DIONELES LEONE SANTANA FILHO

II - Registro que a proposição da REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, tomada com base no artigo 130-A, parágrafo 2º, incisos III e IV, da Constituição da República e nos artigos 77, inciso V, 106 a 115, todos, da Resolução n. 92/2013 (RICNMP), está embasada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000193/2012-41 e no Processo Administrativo Disciplinares n. 69726/2012, conduzido no âmbito do Ministério Público da Bahia, que contou com a garantia da ampla defesa.

III - Lavre-se a respectiva petição inicial, que deverá ser dirigida ao Presidente do CNMP, que a distribuirá a um a um Conselheiro Relator, nos termos do artigo 110, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), garantindo, assim, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelo Promotor de Justiça, Dr. DIONELES LEONE SANTANA FILHO.

IV - Publique-se.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

CORREIÇÃO Nº 0.00.000.000451/2013-70
REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Decisão:

(...)

Considerando a matéria a ser analisada e a inclusão do Estado do Maranhão para ser inspecionado ainda no ano de 2014, tenho por prejudicada a presente correição, uma vez que a Corregedoria Nacinal poderá verificar in loco, com auxílio de profissionais da área de auditoria os referidos atos de gestão ora sob questionamento.

Ante todo exposto, determino o arquivamento dos autos Correição, devendo ser dado ciência a equipe de auditoria que acompanhará inspeção da Corregedoria Nacional no Estado do Maranhão, a fim de identificar eventuais vícios ainda não apreciados pelo Plenário do CNMP e apontar soluções para o aprimoramento da gestão administrativa da referia unidade do Ministério Público maranhense

Brasília-DF, 20 de outubro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET
www.in.gov.br

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 72, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014(*)

Fixa o valor da ajuda de custo para moradia devido aos membros do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar n° 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Fixar o valor da ajuda de custo para moradia devido aos membros do Ministério Público da União em R$ 4.377,73.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 196, de 10/10/2014, Seção 1, pág. 87, com incorreção no original.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 171ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Torre A, Edifício Parque Cidade Corporate, 12º Andar, Sala 1223, Asa Sul, Brasília, DF.

Ordem do Dia.

01 - Processo CSMPT nº 08130.006020/2012
Interessada: Amanda de Lima Dornelas
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

02 - Processo CSMPT nº 08130.006021 /2012
Interesada: Aline Rodrigues de Carvalho Cunha
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

03 - Processo CSMPT nº 08130.006022/2012
Interessado: André Vinicius Melatti
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

04 - Processo CSMPT nº 08130.006024/2012
Interessada: Amanda Fernandes Ferreira Broecker
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

05 - Processo CSMPT nº 08130.006025/2012
Interessado: Fabrício Gonçalves de Oliveira
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

06 - Processo CSMPT nº 08130.006026/2012
Interessado: Diego Jimenez Gomes
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

07 - Processo CSMPT nº 08130.006028/2012
Interessado: Carlos Eduardo Gouveia Nassar
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

08 - Processo CSMPT nº 08130.6029/2012
Interessado: Carlos Eduardo Almeida Martins de Andrade
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

09 - Processo CSMPT nº 08130.006030/2012
Interessado: Bruno Martins Mano Teixeira
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

10 - Processo CSMPT nº 08130.006031/2012
Interessada: Ana Carolina Martinhago Balam
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

11 - Processo CSMPT nº 08130.006032/2012.
Interessada: Juliana Carreiro Corbal Oitaven.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

12 - Processo CSMPT nº 08130.006033/2012.
Interessado: Ilan Fonseca de Souza.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

13 - Processo CSMPT nº 08130.006034/2012.
Interessado: Gustavo Magalhães de Paula Gonçalves Domingues.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

14 - Processo CSMPT nº 08130.006035/2012.
Interessada: Fernanda Arruda Dutra.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

15 - Processos CSMPT nºs 08130.6036/2012 e 2.00.000.026544/2014-02.
Interessada: Fernanda Alitta Moreira da Costa.
Asuntos: Acompanhamento de estágio probatório e Incidente em acompanhamento de estágio.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

16 - Processo CSMPT nº 08130.006037/2012.
Interessado: Rafael Albernaz Carvalho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

17 - Processo CSMPT nº 08130.006038/2012.
Interessada: Rachel Freire de Abreu Neta.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

18 - Processo CSMPT nº 08130.006039/2012.
Interessada: Priscila Lopes Pontinha Romanelli.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

19 - Processo CSMPT nº 08130.006040/2012.
Interessada: Priscila Dibi Schvarcz .
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

20 - Processo CSMPT nº 08130.006041/2012.
Interessado: Paulo Roberto Aseredo.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

21 - Processo CSMPT nº 08130.006042/2012.
Interessado: Natália e Silva Azevedo.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

22 - Processo CSMPT nº 08130.006043/2012.
Interessado: Melina de Souza Fiorini.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

23 - Processo CSMPT nº 08130.006044/2012.
Interessado: Mateus de Oliveira Biondi.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

24 - Processo CSMPT nº 08130.006045/2012
Interessada: Mariana Vieira da Silva Almeida
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

25 - Processo CSMPT nº 08130.006046/2012.
Interessado: Maria Nely Bezerra de Oliveira.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

26 - Processo CSMPT nº 08130.006047/2012.
Interessado: Maria Manuella Britto Gedeon.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

27 - Processo CSMPT nº 08130.006048/2012.
Interessado: Luciana Teles Nóbrega.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos

28 - Processo CSMPT nº 08130.006049/2012.
Interessado: Leomar Daroncho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

29 - Processo CSMPT nº 08130.006050/2012.
Interessado: Vítor Borges da Silva.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

30 - Processo CSMPT nº 08130.006051/2012.
Interessado: Sofia Vilela de Moraes e Silva.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

31 - Processo CSMPT nº 08130.006052/2012
Interessada - Renata Falcone Capistrano da Silva
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório
Relator: Ronaldo Curado Fleury
Revisora: Eliane Araque dos Santos

32 - Processo CSMPT nº 08130.006053/2012.
Interessado: Renan Bernardi Kalil.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

33 - Processo CSMPT nº 08130.006054/2012.
Interessado: Rafael Mondego Figueiredo.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

34 - Processo CSMPT nº 2.00.000.005913/2013
Interessado: Erik de Souza Oliveira
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório.
Relator: Ronaldo Curado Fleury.
Revisora: Eliane Araque dos Santos.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO
Presidente do Conselho

CRISTINA APARECIDA RIBEIRO BRASILIANO
Conselheira Secretária

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 222ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2014

Aos trinta dias de outubro de dois mil e quatorze às quatorze horas e quinze minutos, iniciou-se sem transmissão via intranet do MPT, a Ducentésima Vigésima Segunda (222ª) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do CSMPT da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília-DF. Presentes o Coordenador em exercício, Subprocurador-Geral do Trabalho, Manoel Jorge e Silva Neto, que inicialmente saudou a todos e os Procuradores Regionais do Trabalho, Edelamare Barbosa Melo, Adriana Silveira Machado e Fábio Leal Cardoso. Ausente justificadamente a Coordenadora, Junia Soares Nader (férias) e a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis (licença-médica). Presentes os Servidores integrantes do Núcleo de Apoio à Comissão de Gestão do MPT Digital, Sr. Rogério Veiga Lima, Sra. Denoele Taissa Becker de Souza e Sr. Marcos Alexandre Chorfi que acompanharam a sessão para darem continuidade na implantação do Sistema Digital na CCR/MPT.

1) ASSUNTOS GERAIS. A) O Coordenador, em exercício, noticiou e saudou a nomeação da Dra. Junia Soares Nader, pelo Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luís Antonio Camargo de Melo. O Coordenador, em exercício, saudou a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis pelos trabalhos desenvolvidos durante sua Coordenação. Todos os demais Membros associaram aos votos já prestados. B) O Coordenador, em exercício, comunicou a ausência justificada da Dra. Vera Regina Della Pozza Reis nesta sessão e também na próxima. C) Ofício nº 1186/14-CMPT. O Corregedor-Geral do MPT, Dr. Manoel Orlando de Melo Goulart noticia a realização de correição Ordinária na 22ª Região nos dias 03 a 07/11/14. Foi deliberado, por unanimidade, retomar os acompanhamentos das correições ordinárias, ratificando os efeitos de decisão colegiada anteriormente tomada pelo Colegiado, sendo deliberado que a Dra. Edelamare Barbosa Melo acompanhará referida correição nos dias 05 e 06/11/14. D) Manifestação do Dr. Max Emiliano da Silva Sena, nos autos do Processo PGT/CCR/11721/14 com solicitação recebimento da presente como consulta à CCR/MPT. Foi deliberado, por unanimidade, encaminhar o expediente ao Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luís Antonio Camargo de Melo, tendo em vista que os autos já foram encaminhados à Sua Excelência, para análise de recurso face à decisão da CCR. E) Ofício nº 25/2014-GAB/ALTM do Dr. Antonio Luiz Teixeira Mendes, Presidente da Comissão Permanente de Regimento Interno do CSMPT, solicitando a ratificação do Ofício anteriormente encaminhado pela Subprocuradora-Geral do Trabalho Vera Regina Della Pozza Reis na condição de Coordenadora da CCR/MPT sobre o pedido de reserva de assento para a CCR nas sessões do CSMPT. Foi deliberado, por unanimidade, retirar a proposta anteriormente encaminhada ao CSMPT.

Foi observada a respectiva composição prevista em lei nas deliberações. Considerando-se a existência na Secretaria da CCR/MPT de feitos de Relatoria da Dra. Junia Soares Nader e da Dra. Vera Regina Della Pozza Reis, aptos à deliberação nesta assentada, passou-se à designação de relator "ad hoc" para tais feitos, já que referidas Relatoras originárias, mesmo ausentes solicitaram inclusão em pauta desses feitos. Sorteado relator "ad hoc" para os feitos da Dra. Junia Soares Nader o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto e para os feitos da Dra. Vera Regina Della Pozza Reis o Dr. Fábio Leal Cardoso. A partir das quinze horas foi iniciada a transmissão via intranet da PGT. Passou-se a ordem do dia, conforme segue:

2) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo PGT/CCR/nº 2617/2014 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 4ª Região (Sede) e PRT 4ª Região (PTM de Santa Maria) - Interessados: Suscitante: Dr. Carlos Carneiro Esteves Neto (PRT 4ª Região - Sede) e Suscitado: Dr. Evandro Paulo Brizzi (PRT 4ª Região - PTM Santa Maria) - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do Dr. Evandro Paulo Brizzi (PRT 4ª Região - PTM Santa Maria), nos termos do voto do Relator.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo PGT/CCR/nº 5689/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 9ª Região - Interessados: Suscitante: Dr.ª Renée Araujo Machado (PRT 9ª Região) e Suscitado: Dr. Inajá Vanderlei S. dos Santos (PRT 9ª Região) - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e fixar a responsabilidade do Dr. Inajá Vanderlei S. dos Santos, Procurador do Trabalho lotado na sede da PRT da 9ª Região para condução do presente feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 10591/2014 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 4ª Região (PTM Santa Cruz do Sul) - Interessados: Suscitante: Dr. Márcio Dutra da Costa (PRT 4ª Região - PTM Santa Cruz do Sul) e Suscitada: Dr.ª Enéria Thomazini (PRT 4ª Região - PTM Santa Cruz do Sul) - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do Dr. Márcio Dutra da Costa (PRT-4ª Região - PTM Santa Cruz do Sul), nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 10877/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 9ª Região - Interessados: Suscitante: Dr.ª Patrícia Blanc Gaidex (PRT 9ª Região) e Suscitada: Dr.ª Andréa Nice Lino Lopes (PRT 9ª Região) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e fixar a atribuição para atuar da Procuradora do Trabalho suscitada, Dr.ª Andréa Lino Lopes, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14002/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre PRT 2ª Região (Sede) e PRT 2ª Região (PTM São Bernardo do Campo) - Interessados: Suscitante: Dr. Roberto Pinto Ribeiro (PRT 2ª Região - Sede) e Suscitado: Dr. Tiago Muniz Cavalcanti (PRT 2ª Região - PTM São Bernardo do Campo) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região para continuidade na condução do feito, fixando atribuição do suscitante, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14408/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 17ª Região - Interessados: Suscitante: Dr. Estanislau Tallon Bozzi (PRT 17ª Região) e Suscitado: Dr. Valério Soares Heringer (PRT 17ª Região) - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela responsabilidade do Dr. Estanislau Tallon Bozzi, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14573/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre PRT 15ª Região (Sede) e PRT 15ª Região (PTM Sorocaba) - Interessados: Suscitante: Dr.ª Ana Lúcia Ribas Saccani Casarotto (PRT 15ª Região - Sede) e Suscitado: Dr. Bruno Augusto Ament (PRT 15ª Região - PTM Sorocaba) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuições, porquanto suscitado fora do prazo de 10 (dez) dias previsto no art. 3º, §1º, da Resolução 69/2007 do CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 15238/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 2ª Região - Interessados: Suscitante: Dr. Ramon Bezerra dos Santos (PRT 2ª Região) e Suscitado: Dr. Bernardo Leôncio Moura Coelho (PRT 2ª Região) - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PGT/CCR/nº 15357/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre PRT 15ª Região (PTM Araçatuba) e PRT 15ª Região (PTM Sorocaba) - Interessados: Suscitante: Dr.ª Guiomar Pessoto Guimarães (PRT 15ª Região - PTM Araçatuba) e Suscitada: Dr.ª Ana Carolina Marinelli Martins (PRT 15ª Região - PTM Sorocaba) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradoria do Trabalho no Município de Sorocaba para continuidade na condução do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 15687/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 2ª Região (PTM São Bernardo do Campo) e PRT 2ª Região (PTM Guarulhos) - Interessados: Suscitante: Dr. Tiago Muniz Cavalcanti (PRT 2ª Região - PTM São Bernardo do Campo) e Suscitada: Dr.ª Rosemary Fernandes Moreira (PRT 2ª Região - PTM Guarulhos) - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela responsabilidade do Dr. Tiago Muniz Cavalcanti - PTM São Bernardo do Campo para condução do procedimento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 16896/2014 - Assunto: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT 13ª Região (PTM Campina Grande) e PRT 13ª Região (Sede) - Interessados: Suscitante: Dr. Raulino Maracajá Coutinho Filho (PRT 13ª Região - PTM Campina Grande) e Suscitado: Dr. Eduardo Varandas Araruna (PRT 13ª Região - Sede) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do conflito negativo de atribuições, eis que manifestado o declínio de atribuição fora do prazo de 10 (dez) dias do art. 3º, §1º, da Resolução 69/2007 do CSMPT, mantendo-se incólume a distribuição inicial, fixando-se a atribuição para agir do Procurador Suscitado, Dr. Eduardo Varandas Araruna, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17277/2014 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre membros da PRT-2ª Região (Sede e PTM de Osasco) - Interessados: Suscitante: Dr.ª Alline Pedrosa Oishi Delena (PRT-2ª Região - Sede) - e Suscitada: Dr.ª Damaris Ferraz Salvioni (PRT 2ª Região - PTM Osasco) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição da Dr.ª Aline Pedrosa Oishi Delena (PRT-2ª Região - Sede), nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

3) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo PGT/CCR/nº 8702/2014 - Assunto: Anulação do TAC 391/2013 de fls. 25-26 - Interessados: 1ª Vara do Trabalho de Alvorada e Generi Trish - ME - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Devolvido o feito após pedido de vistas da Drª Adriana Silveira Machado, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, proceder ao julgamento dos feitos PGT/CCR/nº 1554/2011, 8702/2014 e 10103/2014 de forma conjunta e com sua composição plena.

Processo PGT/CCR/nº 10103/2014 - Assunto: Anulação do TAC 186/2001 - Interessados: Sigiloso e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha, Pneumáticos e Afins de São Paulo - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, proceder ao julgamento dos feitos PGT/CCR/nº 1554/2011, 8702/2014 e 10103/2014 de forma conjunta e com sua composição plena.

Processo PGT/CCR/nº 15374/2014 - Assunto: Celebração de termo aditivo ao TAC nº 599/2012 - Interessados: Bom Sucesso Agroindústria LTDA - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a alteração no TAC, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16064/2014 - Assunto: Anulação do TAC de fls. 157/158 - Interessados: Daniela Candia Bonamigo e Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado o Rio Grande do Sul - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não acolher a proposta de anulação do TAC, nos termos do voto do Relator.

4) Procedimentos não homologadoS

Processo PGT/CCR/nº 46/2014 - Assuntos: Fraudes trabalhistas e Trabalho na administração pública - Interessados: Uilliam Gonçalves Damasceno; Dominium Terceirização LTDA e Município de Salvador - Secretaria Municipal do Trabalho Assistência Social e Direitos do Cidadão - SETAD - Relator: Fábio Leal Cardoso A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 4678/2014 - Assuntos: Exploração do trabalho da criança e do adolescente e Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Valter Alves Branquinho Junior (Grupo CSEG) - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 7051/2014 - Assunto: Liberdade e Organização Sindical - Interessados: Márcio de Oliveira Miranda e Sindicato dos Trabalhadores nos Escritórios de Contabilidade e Prestadores de Serviços Periciais - SINTRAESCO/MT - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso. Vencido o Dr. Fábio Leal Cardoso que apresentou voto vista divergente homologando o arquivamento.

Processo PGT/CCR/nº 12471/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Igor e Elizabete Coelho dos Santos - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 12486/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Secretaria de Direitos Humanos e Espetinho do Dalton - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 12588/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Secretaria de Direitos Humanos e Jéssica - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 12749/2014 - Assuntos: Trabalho na administração pública - Interessados: Sigiloso e Município de Teodoro Sampaio - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Devolvido o feito após pedido de vistas do Dr. Fábio Leal Cardoso, que apresentou fundamentação convergente, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, determinando o retorno dos autos à Origem com a adoção das medidas administrativas ou judiciais que forem necessárias para a integral regularização da contratação de profissionais da área de saúde para laborarem no programa Estratégia de Saúde e da Família (ESF) do município de Teodoro Sampaio, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13059/2014 - Assuntos: Temas Gerais - Interessados: Sigiloso e Prossegur Brasil S/A Transportadora de Valores (Antiga Norsergel Vigilância e Transportes de Valores S/A) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Devolvido o feito após pedido de vistas do Dr. Fábio Leal Cardoso, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 13181/2014 - Assuntos: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Elenilda do Socorro Queiroz Pinto e Brandão e Brandão LTDA - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Devolvido o feito após pedido de vistas do Dr. Fábio Leal Cardoso, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso. Vencidos o Dr. Fábio Leal Cardoso e Dra. Adriana Silveira Machado que homologavam o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 13794/2014 - Assuntos: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Disque 100 e Delgácio - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 14535/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho e Temas gerais - Interessados: SINDHOTELEIROS/RN e Lena Hotéis Empreendimentos, Investimentos e Gestão Hotelaria Ltda - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14550/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e C. P. Barbosa Mercearia - ME - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14551/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Disque 100 e Denise - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14597/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho e Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Supermercado 3 Irmãos (Nome Fantasia: G & J Comercial de Alimentos Ltda) - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 14971/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Viação União LTDA - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 14972/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: MPF/PR-SE e Cooperativa dos Trabalhadores em Extração, Beneficiamento e Comercialização de Rochas do Município de Tomar do Geru/SE - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15033/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Anônimo e Megawork Consultoria e Sistemas LTDA - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo PGT/CCR/nº 15224/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical e Temas gerais - Interessados: GRTE - Nova Friburgo; Lafarge Brasil S.A. e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Plano da Construção Civil do Centro Norte Fluminense - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15277/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: MTE-GRTE de Camaçari e Rima Instalações LTDA - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15280/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPT e Translago Transportes LTDA - ME - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15291/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Joselito Santana dos Santos e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas, Automobilísticas, e de Autopeças, Material Elétrico e Eletrônico, de Informática, e de Empresas de Serviços de Reparação, Manutenção e Montagem do Estado da Bahia - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso. Vencido o Dr. Manoel Jorge e Silva Neto que homologava o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 15294/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Antônio Marcos da Conceição Santana e Todo Dia Refeições Coletivas LTDA - ME - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15538/2014 - Assunto: Temas Gerais - Interessados: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Aéreo do Município do Rio de Janeiro e Proair Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo LTDA - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo PGT/CCR/nº 15562/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Antônio Marcos Santos e Construtora e Empreendimentos Peixoto Ltda - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15725/2014 - Assunto: Temas Gerais - Interessados: Sigiloso e Top Security Com. De Equip. Elet. LTDA - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15743/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho e Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Supermercado Manar Ltda - Supermercado São João - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15769/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Alexandro Pinto da Silva e Norte Mix (Aldízio - Dono da Obra) - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15793/2014 - Assunto: Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Interessados: SEDH/PR e Antonio Paraibano - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15795/2014 - Assunto: Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Interessados: SDH e Juvenal Tavares da Silva - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15806/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Sigiloso e Centrais de Abastecimento do RN - CEASA/RN - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15868/2014 - Assunto: Temas Gerais - Interessados: Vanessa Francisco Dias e Atento Brasil S/A - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15874/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente - Interessados: Disque Denúncia e Não Identificado - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15892/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Sindiserviços e Sempre Alerta Gestão Empresarial e Serviços Gerais LTDA - ME - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

5) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo PGT/CCR/nº 8517/2013 - Assunto: Trabalho na administração pública e Temas gerais - Interessados: Antônio Deroni da Silva Lopes e Outros e União - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 12529/2013 - Assunto: Fraudes trabalhistas e Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: MPT; Aservit Consultoria em Recursos Humanos e Serviços LTDA e Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo interposto e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 4/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Gilmar Luis França e Gilnei Rachinhas Borges e Ricardo Sousa Martins - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 200/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: SINTRAMICO e Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 296/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho e Temas gerais - Interessados: Sigiloso e 3º Cartório de Notas de Campinas - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 753/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical e Temas gerais - Interessados: MPT e Antônio Martins Ferreira - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 2824/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública - Interessados: Manoel Raimundo da Silva Neto e Estado Piauí (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora. Vencidas Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que juntou voto vista divergente e Dra. Edelamare Barbosa Melo que não homologavam o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 3799/2014 - Assunto: Trabalho Portuário e Aquaviário e Liberdade e organização sindical - Interessados: Comissão de Prevenção de Acidente no Trabalho Portuário e OGMO Rio de Janeiro, Sepetiba, Forno e Niterói - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 5722/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: SINDIMOTOSP e SINDIMMOTO - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 6122/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Depósito de Bebidas do Filé - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 7353/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPT PRT 15ª Região e UNIESP - Instituto Educacional do Estado de São Paulo - Unidade de Ensino de Hortolândia - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 7379/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Clinica Coti - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 7380/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Denival Macedo Ribeiro e SINDPD - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 7498/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Murilo Bouzada de Barros e CEB - Distribuição S/A - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 8502/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: MPT/PRT 13ª Região e SINDTEXTIL/CG - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 10114/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Dicasa Comércio e Materiais de Construção Ltda - Relator: Otavio Brito Lopes. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 10275/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Sociedade Michelin de Participações, Indústria e Comércio Ltda e STIABERJ - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 10459/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: SINTETEL e Almaviva do Brasil Telemarketing e Informática - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dra. Edelamare Barbosa Melo que apresentou voto vista divergente dando provimento ao recurso e não homologando o arquivamento do feito. O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto e a Dra. Adriana Silveira Machado acompanharam a divergência. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pelo Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 11015/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Pavitec RN Pav e Construtora Ltda - Relator: Otavio Brito Lopes. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Edelamare Barbosa Melo, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 11018/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho e Temas gerais - Interessados: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Campinas e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 11020/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Verônica Estrela da Silva e Sindicato das Cooperativas Agropecuárias de Adamantina - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 11109/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Excelsior S/A Indústrias Reunidas de Embalagens e Artes Gráficas - Relator: Fábio Leal Cardoso. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 11552/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: SINDNAÇÕES e Embaixada do Panamá - Relatora: Adriana Silveira Machado. Após a apresentação de divergência de fundamentação pelo Dr. Manoel Jorge e Silva Neto, suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas da Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PGT/CCR/nº 11882/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Associação Brasileira dos Profissionais de Rodeio e Brahma Superbull - PRB e Associação Independente dos Cavaleiros de Limeira - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 12137/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso; CET - Companhia de Engenharia de Tráfego Santos e Sindicato dos Taxistas Autônomos e Transportes Autônomos de Passageiros de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 13113/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Paulo Jorge Costa Bandeira e FGTAS - Fundação Gaucha do Trabalho e Ação Social - Relatora: Adriana Silveira Machado. O Dr. Manoel Jorge e Silva Neto apresentou divergência no sentido de dar provimento ao recurso e não homologar a promoção de arquivamento, sendo acompanhado pela Dra. Edelamare Barbosa Melo. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas do Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 13127/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Maurina Paulino de Carvalho e Luiz A V Sewaybricker - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 13130/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Alexandre Rodrigues Mendes; Israel Silveira Lima; Marcos da Silva Guedes e SINDIMMOTO/SP - Relator: Fábio Leal Cardoso. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 13131/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Sigiloso e Qualisystem Brasil Comércio de Equipamentos de Segurança e Serviços LTDA ME - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 13134/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública - Interessados: Município de Vila Velha - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo interposto e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 13142/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Terence Vieira de Carvalho Pettine e Banco do Brasil S/A - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13143/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Vigilarme Serviços de Vigilância Armada e Desarmada Ltda - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13144/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Cristiano dos Santos Andersen e Sindicarbo - Relatora: Adriana Silveira Machado. Devolvido o feito após pedido de vistas da Dr.ª Vera Regina Della Pozza Reis, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo interposto e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13145/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Faculdade de Direito de Franca - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13146/2014 - Assunto: Trabalho Portuário e Aquaviário - Interessados: PRT 13ª Região e V Ships Brasil Offshore S/A - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo PGT/CCR/nº 13216/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública e Temas gerais - Interessados: APVAR; ACVAR e AMVVAR e Caixa Econômica Federal - CEF - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13269/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Amilcar Pereira Tapioca Filho e Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A. - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e, em análise revisional, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13490/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Sigiloso e Condomínio Residencial Solar de Itapoã - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 13491/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Sigiloso e Condomínio Residencial Solar de Itapoã - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 15219/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho; Fraudes trabalhistas e Temas gerais - Interessados: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo; Rádio Hertz de Franca LTDA e Sistema Cristal de Comunicação LTDA - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 15632/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: FNHRBS e Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade, Asseio e Conservação do Vale do Mucuri - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PGT/CCR/nº 16346/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: SINTAR e Associação Comunitária Pró-Criança de São José do Rio Preto - Relator: Fábio Leal Cardoso A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e, em análise revisional, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17066/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Ataliba Tura Fuerst e SINDIMMOTO - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo interposto e, em análise revisional, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17067/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Átila Diogenes dos Santos e Raia S/A - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17068/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Sinthoresp e Condomínio Edifício Downtown São Paulo - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17069/2014 - Assunto: Fraudes trabalhistas - Interessados: MPT e Santa casa de Misericórdia de Jacareí - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17070/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviço do Ceará e Comercial Freitas - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo interposto e, em análise revisional, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17071/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Sindicato dos Arrumadores, Trabalhadores Portuários Avulso em Capatazia e Serviços de Bloco do Município de Itajaí e Navegantes e SINDOPI - Sindicato dos Operadores Portuários de Itajaí e Navegantes - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17072/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Luiz Fernando Américo de Araújo; Josmar Sebastião Lemes da Silva e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ponta Grossa e Região - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17073/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: MTE; SETERGS; SINDETRI e Sindicato das Empresas do Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, Municipais, Intermunicipais, Fretamento, Turismo, Escolar, da Serra e Litoral Norte - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Fábio Leal Cardoso.

Processo PGT/CCR/nº 17074/2014 - Assunto: Fraudes trabalhistas - Interessados: Sigiloso e Profigen do Brasil Ltda - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17075/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Brasil Kirin Indústria de Bebidas S/A - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17076/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública - Interessados: Sigiloso e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas Sede Escritório Central) - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17077/2014 - Assunto: Exploração do trabalho da criança e do adolescente e Temas gerais - Interessados: Antônio Carlos Becker e Carlos Romualdo Dornelles Tejera - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17078/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: MPT e CM Morgado Produções e Eventos Eireli-ME - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17079/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública e Temas gerais - Interessados: Silas Lima e Petrobrás Distribuidora - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17080/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo e Secretaria de Estado da Saúde (Hospital Emílio Ribas) - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17081/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPT e Delicies de France Comércio de Pães e Doces Francêses Ltda - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17082/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Eliel Marques da Rocha e Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Pedras - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 17083/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho e Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Pousada Sanellis do Rio - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17084/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Sigiloso e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17085/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública e Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Aldir Moraes dos Santos e Companhia Energética de Pernambuco - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17086/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Cetus Hospital Dia Oncologia Ltda e Terra Nova Serviços Ltda-ME - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17087/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPT e Posto Auto Sobral LTDA -EPP - Relatora: Junia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

Processo PGT/CCR/nº 17088/2014 - Assunto: Trabalho portuário e aquaviário e Temas gerais - Interessados: Anônimo e Agriex Agenciamento, Afretamento e Apoio Marítimo LTDA - Relatora: Junia Soares Nader. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PGT/CCR/nº 17089/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: MPT; Associação Paranaense de Cultura (Hospital Cajuru, Hospital São Marcelino Champagnat); Hospital Nossa Senhora da Luz e Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - Relatora: Junia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

Processo PGT/CCR/nº 17090/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sindicato dos Empregados do Comércio de Boituva, Cabreuva, Idaiatuba, Itu, Porto Feliz e Salto e Lojas do Carmo Utilidades Domésticas LTDA - Relatora: Junia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

Processo PGT/CCR/nº 17091/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical - Interessados: Paulo Roberto Moreira Morani e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro - Relatora: Junia Soares Nader. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas feito pela Dra. Edelamare Barbosa Melo.

Processo PGT/CCR/nº 17092/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Adilson de Oliveira Vachileski e Brugin e Carlesso LTDA - Relatora: Junia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

Processo PGT/CCR/nº 17093/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Sigiloso e Grabim Obras e Serviços Urbanos - Eireli ME - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17094/2014 - Assunto: Trabalho na Administração Pública - Interessados: MPT e Município de Goianira - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17095/2014 - Assunto: Liberdade e Organização Sindical - Interessados: Tiago Del Poco Informática - ME; Vlamir Ferreira Dias Produtos Alimentícios - ME; SINCOMÉRCIO (Sindicato do Comércio Varejista de Sorocaba) e Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17096/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Fabrício Ribeiro Santos e Município de Itabuna - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17097/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho e Temas gerais - Interessados: SINDES e Sociedade Educacional do Espírito Santo (Universidade Vila Velha) - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/nº 17098/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho e Temas gerais - Interessados: Robson Antônios dos Santos e Clube dos Empregados da Petrobrás - Relatora: Adriana Silveira Machado. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

6)PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo PGT/CCR/nº 2640/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Anônimo e Hospital Cristo Redentor S/A - Grupo Hospitalar Conceição - GHC - Relator: Fábio Leal Cardoso. Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 12877/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: Sindicato dos Técnicos e Auxiliares de Imobilização Ortopédica do Estado do Espírito Santo e Estado do Espírito Santo (Secretaria de Estado da Saúde - SESA) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. Devolvido o feito após pedido de vistas do Dr. Fábio Leal Cardoso, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto vista apresentado pelo Dr. Fábio Leal Cardoso. Vencidas Dra. Vera Regina Della Pozza Reis e Dra. Edelamare Barbosa Melo que não homologavam o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 13701/2014 - Assuntos: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Anônimo e Drogaria Rafah Guarani - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito com ressalva de fundamentação, nos termos do voto do Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo PGT/CCR/nº 15047/2014 - Assunto: Liberdade e organização sindical e Temas gerais - Interessados: GRTE de Petrópolis/RJ; Produtos Alimentícios Claussem LTDA-ME e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Teresópolis, Guapimirim e Magé - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Redator designado Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que não homologava o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 15300/2014 - Assunto: Meio ambiente do trabalho - Interessados: David Vilermano Bispo dos Santos e Cencosud Brasil Comercial LTDA (Antigo G Barbosa) - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Redator designado Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que não homologava o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 15427/2014 - Assunto: Igualdade de oportunidades e discriminação nas relações de trabalho - Interessados: Sigiloso e Caixa Econômica Federal - Agência de Muqui - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Redator designado Dr. Manoel Jorge e Silva Neto. Vencida a Dra. Vera Regina Della Pozza Reis que não homologava o arquivamento do feito.

Processo PGT/CCR/nº 15696/2014 - Assunto: Temas Gerais - Interessados: Sigiloso e Restaurante e Churrascaria Novo Borba Gato LTDA - ME - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 15716/2014 - Assunto: Temas gerais - Interessados: Anônimo e Metropolis Projetos Urbanos Ltda - Relator: Manoel Jorge e Silva Neto. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16409/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: Estado do Rio Grande do Sul - MPE - Procuradoria Geral de Justiça e Proservi Serviços de Vigilância LTDA - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16993/2014 - Assunto: Trabalho na administração pública e Temas gerais - Interessados: Márcia Martins Gonçalves e Autarquia Hospitalar Municipal - Relatora: Junia Soares Nader. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito determinando à Regional que encaminhe os autos ao Ministério Público do Estado de São Paulo para regular processamento, nos termos do voto da Relatora com a chancela do Relator "ad hoc" Dr. Manoel Jorge e Silva Neto.

7) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo PGT/CCR/nº 10236/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza; Integral Engenharia LTDA e ENAUT Engenharia e Instalações - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16133/2014 - Assuntos: Meio ambiente do trabalho - Interessados: Sigiloso e Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer (parcialmente) da remessa e homologar a promoção de arquivamento exclusivamente em relação ao tema exames médicos ocupacionais nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16193/2014 - Assuntos: Liberdade e organização sindical - Interessados: Anônimo; Colônia de Pescadores e Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer (parcialmente) da remessa, nos termos do voto do Relator.

Processo PGT/CCR/nº 16280/2014 - Assuntos: Temas gerais - Interessados: Juízo da 4ª VT/São Gonçalo; Clínica Santa Paula S/A e União Federal/MTE/SRTE/Niterói - Relator: Fábio Leal Cardoso. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do Relator.

8) OUTROS

Processo PGT/CCR/nº 8666/2013 - Assunto: Temas Gerais - Interessados: Sigiloso e Fundação Santo André - Relatora: Edelamare Barbosa Melo. Devolvido o feito após pedido de vista do Dr. Fábio Leal Cardoso, após debates, o Dr. Fábio Leal Cardoso requereu novo pedido de vistas.

9) Homologações de Arquivamento: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados: 1ª Região/RJ - 17541/12, 7662/13, 8000/13, 8482/13, 10658/14, 11190/14, 11446/14, 13218/14, 14543/14, 14544/14, 14545/14, 14546/14, 14547/14, 14548/14, 14549/14, 14552/14, 14553/14, 14554/14, 14555/14, 14556/14, 14557/14, 14558/14, 14559/14, 14560/14, 14561/14, 14562/14, 14563/14, 14564/14, 14565/14, 14566/14, 14567/14, 14568/14, 14569/14, 14570/14, 14571/14, 14572/14, 14779/14, 14891/14, 14892/14, 14893/14, 14894/14, 14895/14, 14896/14, 14897/14, 14898/14, 14899/14, 14904/14, 14905/14, 14906/14, 14907/14, 14909/14, 14910/14, 14911/14, 14912/14, 14914/14, 14941/14, 14942/14, 14943/14, 14944/14, 14945/14, 14946/14, 14947/14, 14948/14, 14949/14, 14950/14, 14951/14, 14952/14, 14953/14, 14954/14, 14955/14, 14956/14, 14957/14, 14960/14, 14961/14, 14962/14, 14963/14, 14968/14, 14969/14, 14970/14, 15009/14, 15010/14, 15011/14, 15013/14, 15014/14, 15015/14, 15024/14, 15035/14, 15036/14, 15037/14, 15038/14, 15039/14, 15040/14, 15041/14, 15042/14, 15043/14, 15044/14, 15048/14, 15049/14, 15050/14, 15051/14, 15094/14, 15175/14, 15177/14, 15178/14, 15179/14, 15191/14, 15200/14, 15201/14, 15225/14, 15226/14, 15227/14, 15316/14, 15317/14, 15318/14, 15319/14, 15320/14, 15321/14, 15322/14, 15331/14, 15360/14, 15368/14, 15370/14, 15371/14, 15372/14, 15373/14, 15403/14, 15404/14, 15405/14, 15421/14, 15434/14, 15435/14, 15436/14, 15437/14, 15438/14, 15439/14, 15440/14, 15441/14, 15442/14, 15443/14, 15444/14, 15445/14, 15446/14, 15447/14, 15448/14, 15449/14, 15450/14, 15451/14, 15452/14, 15453/14, 15454/14, 15455/14, 15456/14, 15457/14, 15458/14, 15459/14, 15460/14, 15461/14, 15477/14, 15478/14, 15479/14, 15480/14, 15493/14, 15494/14, 15495/14, 15496/14, 15497/14, 15498/14, 15499/14, 15535/14, 15536/14, 15537/14, 15539/14, 15540/14, 15541/14, 15542/14, 15543/14, 15544/14, 15545/14, 15546/14, 15547/14, 15548/14, 15549/14, 15550/14, 15551/14, 15552/14, 15553/14, 15554/14, 15555/14, 15556/14, 15557/14, 15558/14, 15597/14, 15644/14, 15645/14, 15646/14, 15647/14, 15648/14, 15649/14, 15650/14, 15651/14, 15652/14, 15653/14, 15654/14, 15675/14, 15688/14, 15694/14, 15695/14, 15697/14, 15698/14, 15699/14, 15700/14, 15701/14, 15702/14, 15703/14, 15704/14, 15705/14, 15708/14, 15709/14, 15710/14, 15711/14, 15712/14, 15713/14, 15714/14, 15715/14, 15717/14, 15718/14, 15719/14, 15720/14, 15721/14, 15722/14, 15723/14, 15724/14, 15726/14, 15727/14, 15728/14, 15729/14, 15730/14, 15731/14, 15732/14, 15733/14, 15734/14, 15843/14, 15844/14, 15845/14, 15846/14, 15847/14, 15871/14, 15980/14, 15981/14, 15983/14, 15984/14, 15985/14, 15986/14, 15987/14, 15988/14, 15989/14, 15990/14, 15991/14, 15992/14, 15993/14, 16045/14, 16052/14, 16053/14, 16054/14, 16055/14, 16056/14, 16057/14, 16132/14, 16134/14, 16135/14, 16136/14, 16137/14, 16138/14, 16139/14, 16140/14, 16141/14, 16142/14, 16143/14, 16144/14, 16184/14, 16185/14, 16186/14, 16187/14, 16190/14, 16191/14, 16192/14, 16195/14, 16278/14, 16279/14, 16348/14, 16349/14, 16350/14, 16367/14, 16368/14, 16369/14, 16375/14, 16376/14, 16377/14, 16378/14, 16379/14, 16380/14, 16381/14, 16436/14, 16437/14, 16438/14, 16439/14, 16654/14, 16655/14, 16656/14, 16657/14, 16658/14, 16659/14, 16660/14, 16661/14, 16662/14, 16733/14, 16734/14, 16735/14, 16824/14, 16825/14, 16826/14, 16827/14, 16828/14, 16829/14, 16830/14, 16831/14, 16832/14, 16833/14, 16834/14, 16835/14, 16836/14, 16856/14, 16858/14, 16859/14, 16862/14, 16863/14, 16872/14, 16873/14, 16874/14, 16875/14, 16876/14, 16877/14, 16878/14, 16880/14, 16946/14, 16947/14, 16948/14, 16949/14, 16950/14, 16951/14, 16952/14, 16953/14, 16954/14, 16955/14, 16956/14, 16957/14, 16958/14, 16959/14, 16995/14, 16996/14, 16997/14, 16998/14, 16999/14, 17000/14, 17001/14, 17002/14, 17004/14, 17005/14, 17006/14, 17014/14, 17015/14, 17047/14, 17048/14, 17049/14, 17050/14 - 2ª Região/SP - 15558/13, 3903/14, 10175/14, 12655/14, 13249/14, 14695/14, 14696/14, 14697/14, 14787/14, 14788/14, 14789/14, 14835/14, 14836/14, 14847/14, 14848/14, 14849/14, 14850/14, 14851/14, 14852/14, 14853/14, 14854/14, 14855/14, 14882/14, 14883/14, 14884/14, 14885/14, 14886/14, 14887/14, 14888/14, 14889/14, 14890/14, 14940/14, 14995/14, 14996/14, 14997/14, 14998/14, 14999/14, 15001/14, 15002/14, 15003/14, 15004/14, 15005/14, 15006/14, 15007/14, 15008/14, 15012/14, 15204/14, 15205/14, 15206/14, 15207/14, 15208/14, 15209/14, 15210/14, 15211/14, 15212/14, 15213/14, 15214/14, 15228/14, 15502/14, 15503/14, 15504/14, 15505/14, 15506/14, 15507/14, 15689/14, 15690/14, 15692/14, 15693/14, 15933/14, 15934/14, 15935/14, 15936/14, 15937/14, 15938/14, 15939/14, 15940/14, 15941/14, 15942/14, 15943/14, 15944/14, 15945/14, 15946/14, 15947/14, 15948/14, 15949/14, 15950/14, 15951/14, 15952/14, 15964/14, 15965/14, 15966/14, 15967/14, 15968/14, 16033/14, 16034/14, 16035/14, 16036/14, 16037/14, 16040/14, 16041/14, 16042/14, 16043/14, 16044/14, 16046/14, 16047/14, 16048/14, 16049/14, 16316/14, 16337/14, 16338/14, 16339/14, 16342/14, 16343/14, 16344/14, 16435/14, 16594/14, 16595/14, 16596/14, 16601/14, 16692/14, 16693/14, 16694/14, 16695/14, 16810/14, 16879/14, 16894/14, 16905/14, 16913/14, 16914/14, 16915/14, 16916/14, 16917/14, 16918/14, 16919/14, 16920/14, 16921/14, 16922/14, 16923/14, 16924/14, 16945/14, 16960/14, 16962/14, 16963/14, 16964/14, 16968/14, 16970/14, 16971/14, 16972/14, 16973/14, 16978/14, 16979/14, 16981/14, 16982/14, 16983/14, 16994/14, 17013/14 - 3ª Região/MG - 9962/13, 10584/13, 10662/14, 10724/14, 10768/14, 14607/14, 14612/14, 14613/14, 14614/14, 14649/14, 14650/14, 14651/14, 14652/14, 14653/14, 14654/14, 14655/14, 14656/14, 14657/14, 14658/14, 14659/14, 14660/14, 14661/14, 14800/14, 14801/14, 14802/14, 14804/14, 14805/14, 14806/14, 14807/14, 14808/14, 14809/14, 14810/14, 14900/14, 14901/14, 14902/14, 14926/14, 14927/14, 15045/14, 15046/14, 15052/14, 15053/14, 15054/14, 15282/14, 15283/14, 15284/14, 15285/14, 15286/14, 15301/14, 15303/14, 15304/14, 15307/14, 15376/14, 15377/14, 15378/14, 15379/14, 15590/14, 15591/14, 15592/14, 15593/14, 15594/14, 15608/14, 15609/14, 15635/14, 15667/14, 15668/14, 15669/14, 15680/14, 16215/14, 16216/14, 16218/14, 16219/14, 16267/14, 16273/14, 16276/14, 16277/14, 16290/14, 16291/14, 16292/14, 16293/14, 16294/14, 16295/14, 16456/14, 16491/14, 16494/14, 16495/14, 16496/14, 16497/14, 16542/14, 16543/14, 16544/14, 16545/14, 16546/14, 16547/14, 16548/14, 16549/14, 16550/14, 16551/14, 16554/14, 16555/14, 16556/14, 16557/14, 16558/14, 16559/14, 16560/14, 16561/14, 16592/14, 16593/14, 16603/14, 16614/14, 16615/14, 16678/14, 16679/14, 16680/14, 16725/14, 16726/14, 16727/14, 16728/14, 16745/14, 16746/14, 16839/14, 16840/14, 16841/14, 16842/14, 16843/14, 17032/14, 17033/14, 17034/14, 17107/14, 17108/14, 17109/14, 17110/14, 17111/14, 17112/14, 17113/14, 17114/14, 17116/14, 17117/14, 17118/14 - 4ª Região/RS - 2345/14, 10809/14, 10814/14, 11210/14, 11686/14, 12465/14, 12717/14, 12748/14, 13526/14, 13530/14, 14662/14, 14692/14, 14693/14, 14694/14, 14754/14, 14755/14, 14756/14, 14757/14, 14758/14, 14759/14, 14760/14, 14763/14, 14764/14, 14765/14, 14766/14, 14767/14, 14768/14, 14769/14, 14770/14, 14771/14, 14772/14, 14773/14, 14774/14, 14775/14, 14776/14, 14777/14, 14778/14, 14784/14, 14785/14, 14786/14, 14796/14, 14797/14, 14798/14, 14799/14, 14811/14, 14812/14, 14813/14, 14814/14, 14815/14, 14816/14, 14817/14, 14818/14, 14819/14, 14820/14, 14821/14, 14822/14, 14823/14, 14824/14, 14825/14, 14826/14, 14827/14, 14828/14, 14829/14, 14830/14, 14831/14, 14857/14, 14858/14, 14859/14, 14865/14, 14867/14, 15000/14, 15184/14, 15185/14, 15186/14, 15187/14, 15188/14, 15189/14, 15190/14, 15243/14, 15244/14, 15245/14, 15246/14, 15247/14, 15248/14, 15249/14, 15250/14, 15332/14, 15333/14, 15334/14, 15335/14, 15336/14, 15337/14, 15338/14, 15339/14, 15340/14, 15341/14, 15342/14, 15343/14, 15344/14, 15349/14, 15351/14, 15352/14, 15353/14, 15355/14, 15356/14, 15484/14, 15490/14, 15521/14, 15522/14, 15523/14, 15524/14, 15525/14, 15526/14, 15527/14, 15528/14, 15529/14, 15530/14, 15531/14, 15583/14, 15584/14, 15585/14, 15586/14, 15587/14, 15589/14, 15611/14, 15612/14, 15613/14, 15614/14, 15615/14, 15616/14, 15617/14, 15673/14, 15674/14, 15676/14, 15686/14, 15691/14, 15853/14, 15854/14, 15855/14, 15867/14, 15869/14, 15870/14, 15959/14, 15960/14, 15961/14, 15962/14, 15963/14, 15997/14, 15998/14, 15999/14, 16005/14, 16006/14, 16007/14, 16008/14, 16009/14, 16081/14, 16082/14, 16083/14, 16084/14, 16086/14, 16087/14, 16088/14, 16089/14, 16090/14, 16091/14, 16092/14, 16093/14, 16094/14, 16095/14, 16096/14, 16097/14, 16098/14, 16099/14, 16100/14, 16101/14, 16102/14, 16103/14, 16104/14, 16105/14, 16109/14, 16110/14, 16111/14, 16112/14, 16113/14, 16114/14, 16115/14, 16116/14, 16117/14, 16118/14, 16119/14, 16120/14, 16121/14, 16122/14, 16123/14, 16220/14, 16221/14, 16397/14, 16398/14, 16399/14, 16400/14, 16407/14, 16411/14, 16412/14, 16413/14, 16414/14, 16681/14, 16700/14, 16701/14, 16703/14, 16704/14, 16705/14, 16706/14, 16707/14, 16708/14, 16709/14, 16710/14, 16711/14, 16712/14, 16801/14, 16808/14, 16809/14, 16811/14, 16812/14, 16813/14, 16814/14, 16815/14, 16881/14, 16882/14, 16883/14, 16884/14, 16885/14, 16886/14, 16887/14, 16892/14, 17003/14, 17023/14, 17024/14, 17025/14, 17026/14, 17027/14, 17028/14, 17029/14, 17030/14, 17053/14, 17054/14, 17055/14, 17056/14, 17057/14, 17058/14, 17059/14, 17060/14, 17061/14, 17062/14, 17063/14, 17064/14 - 5ª Região/BA - (a Dra. Edelamare Barbosa Melo declarou-se suspeita, por motivo de foro íntimo e não votou nos feitos dessa Procuradoria Regional) 9928/14, 14681/14, 14682/14, 14683/14, 14790/14, 14791/14, 14792/14, 14793/14, 14794/14, 14795/14, 15088/14, 15089/14, 15090/14, 15091/14, 15092/14, 15093/14, 15263/14, 15269/14, 15270/14, 15271/14, 15272/14, 15273/14, 15274/14, 15275/14, 15276/14, 15278/14, 15279/14, 15281/14, 15287/14, 15288/14, 15289/14, 15290/14, 15292/14, 15293/14, 15296/14, 15297/14, 15298/14, 15308/14, 15382/14, 15383/14, 15384/14, 15385/14, 15386/14, 15387/14, 15388/14, 15389/14, 15390/14, 15391/14, 15393/14, 15394/14, 15395/14, 15396/14, 15397/14, 15398/14, 15399/14, 15400/14, 15417/14, 15418/14, 15419/14, 15420/14, 15422/14, 15423/14, 15657/14, 15658/14, 15659/14, 15660/14, 15663/14, 15664/14, 15665/14, 15666/14, 15757/14, 15758/14, 15759/14, 15760/14, 15761/14, 15762/14, 15763/14, 15786/14, 15787/14, 15788/14, 15810/14, 15811/14, 15812/14, 15814/14, 15815/14, 15816/14, 15817/14, 15818/14, 16108/14, 16146/14, 16148/14, 16149/14, 16150/14, 16151/14, 16152/14, 16153/14, 16159/14, 16160/14, 16161/14, 16249/14, 16261/14, 16388/14, 16389/14, 16390/14, 16395/14, 16415/14, 16416/14, 16417/14, 16418/14, 16419/14, 16421/14, 16422/14, 16423/14, 16424/14, 16445/14, 16455/14, 16457/14, 16458/14, 16498/14, 16575/14, 16576/14, 16577/14, 16578/14, 16579/14, 16580/14, 16581/14, 16582/14, 16583/14, 16584/14, 16585/14, 16586/14, 16587/14, 16588/14, 16589/14, 16590/14, 16597/14, 16598/14, 16600/14, 16696/14, 16697/14, 16698/14, 16699/14, 16729/14, 16730/14, 16731/14, 16732/14, 16907/14, 16908/14, 16909/14, 16910/14, 16911/14, 16912/14, 17038/14, 17039/14 - 6ª Região/PE - 14574/14, 14575/14, 14576/14, 14577/14, 14578/14, 14579/14, 14580/14, 14581/14, 14582/14, 14583/14, 14584/14, 14585/14, 14586/14, 14587/14, 14588/14, 14589/14, 14590/14, 14958/14, 14959/14, 15020/14, 15323/14, 15324/14, 15501/14, 15707/14, 15876/14, 15877/14, 15878/14, 15879/14, 15880/14, 16058/14, 16059/14, 16060/14, 16061/14, 16063/14, 16472/14, 16473/14, 16474/14, 16475/14, 16476/14, 16477/14, 16478/14, 16479/14, 16480/14, 16481/14, 16482/14, 16483/14, 16484/14, 16485/14, 16486/14, 16667/14, 16668/14, 16669/14, 16670/14, 16671/14, 16672/14, 16673/14, 16674/14, 16675/14, 16676/14, 16677/14 - 7ª Região/CE - 9846/11, 10241/14, 14621/14, 14622/14, 14623/14, 14624/14, 14625/14, 14626/14, 14730/14, 14731/14, 14732/14, 14733/14, 14939/14, 14980/14, 14981/14, 14982/14, 14983/14, 14984/14, 14985/14, 14986/14, 14987/14, 14988/14, 14989/14, 14990/14, 14991/14, 14992/14, 14993/14, 14994/14, 15105/14, 15106/14, 15107/14, 15108/14, 15109/14, 15110/14, 15111/14, 15112/14, 15229/14, 15302/14, 15305/14, 15306/14, 15354/14, 15369/14, 15401/14, 15402/14, 15410/14, 15416/14, 15662/14, 15837/14, 16106/14, 16145/14, 16156/14, 16157/14, 16158/14, 16162/14, 16163/14, 16164/14, 16165/14, 16166/14, 16175/14, 16176/14, 16177/14, 16274/14, 16275/14, 16281/14, 16504/14, 16505/14, 16506/14, 16507/14, 16508/14, 16523/14, 16837/14, 16844/14, 16845/14, 16846/14, 16847/14, 16848/14, 16849/14, 16850/14, 16851/14, 16852/14, 16853/14, 16854/14, 17031/14, 17040/14, 17041/14, 17042/14, 17043/14, 17044/14, 17045/14 - 8ª Região/PA - 10862/14, 11495/14, 14698/14, 14699/14, 14700/14, 14701/14, 14702/14, 14703/14, 14704/14, 14705/14, 14706/14, 14707/14, 14708/14, 14709/14, 14710/14, 14711/14, 14712/14, 14713/14, 14714/14, 14715/14, 14716/14, 14717/14, 14903/14, 14913/14, 15055/14, 15056/14, 15057/14, 15058/14, 15059/14, 15060/14, 15061/14, 15062/14, 15073/14, 15074/14, 15075/14, 15076/14, 15077/14, 15078/14, 15079/14, 15103/14, 15567/14, 15568/14, 15569/14, 15570/14, 15571/14, 15572/14, 15573/14,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15574/14, 15575/14, 15576/14, 15577/14, 15578/14, 16225/14, 16226/14, 16227/14, 16228/14, 16229/14, 16230/14, 16231/14, 16232/14, 16233/14, 16234/14, 16235/14, 16509/14, 16510/14, 16511/14, 16513/14, 16514/14, 16515/14, 16516/14, 16517/14, 16518/14, 16519/14, 16520/14, 16521/14, 16562/14, 16563/14, 16564/14, 16565/14, 16566/14, 16567/14, 16568/14, 16569/14, 16570/14, 16571/14, 16605/14, 16606/14, 16607/14, 16608/14, 16609/14, 16610/14, 16611/14, 16612/14, 16613/14, 16616/14, 16617/14, 16618/14, 16619/14, 16620/14, 16621/14, 16622/14, 16623/14, 16624/14, 16625/14, 16626/14, 16627/14, 16628/14, 16629/14, 16630/14, 16631/14, 16632/14, 16633/14, 16634/14, 16635/14, 16636/14, 16637/14, 16638/14, 16639/14, 16640/14, 16641/14, 16642/14, 16643/14, 16683/14, 16684/14, 16685/14, 16686/14, 16687/14, 16688/14, 16689/14, 16690/14, 16691/14, 16929/14, 16930/14, 16931/14, 16932/14, 16933/14, 16934/14, 16935/14, 16936/14, 16937/14, 16938/14, 16939/14, 16940/14, 16941/14, 16942/14 - 9ª Região/PR - 3818/11, 10918/14, 12461/14, 14631/14, 14632/14, 14633/14, 14634/14, 14635/14, 14636/14, 14637/14, 14638/14, 14639/14, 14640/14, 14641/14, 14642/14, 14643/14, 14644/14, 14645/14, 14646/14, 14647/14, 14648/14, 14680/14, 14718/14, 14719/14, 14721/14, 14722/14, 14723/14, 14724/14, 14725/14, 14726/14, 14727/14, 14728/14, 14729/14, 14734/14, 14735/14, 14736/14, 14737/14, 14738/14, 14739/14, 14740/14, 14741/14, 14922/14, 14923/14, 14924/14, 14925/14, 14928/14, 14929/14, 15063/14, 15064/14, 15065/14, 15066/14, 15067/14, 15068/14, 15069/14, 15070/14, 15071/14, 15095/14, 15096/14, 15097/14, 15098/14, 15099/14, 15100/14, 15101/14, 15102/14, 15155/14, 15158/14, 15159/14, 15160/14, 15161/14, 15162/14, 15163/14, 15164/14, 15165/14, 15222/14, 15223/14, 15230/14, 15231/14, 15232/14, 15233/14, 15234/14, 15235/14, 15236/14, 15237/14, 15483/14, 15491/14, 15492/14, 15509/14, 15510/14, 15512/14, 15513/14, 15514/14, 15516/14, 15518/14, 15519/14, 15520/14, 15620/14, 15621/14, 15622/14, 15623/14, 15624/14, 15625/14, 15626/14, 15627/14, 15628/14, 15629/14, 15631/14, 15838/14, 15839/14, 15840/14, 15841/14, 15842/14, 15856/14, 15857/14, 15858/14, 15860/14, 15861/14, 15865/14, 15994/14, 15995/14, 15996/14, 16010/14, 16011/14, 16012/14, 16013/14, 16014/14, 16015/14, 16016/14, 16017/14, 16030/14, 16031/14, 16032/14, 16167/14, 16168/14, 16169/14, 16170/14, 16171/14, 16172/14, 16173/14, 16174/14, 16222/14, 16223/14, 16224/14, 16330/14, 16331/14, 16332/14, 16345/14, 16360/14, 16361/14, 16362/14, 16363/14, 16364/14, 16365/14, 16366/14, 16370/14, 16371/14, 16372/14, 16373/14, 16374/14, 16384/14, 16385/14, 16386/14, 16446/14, 16447/14, 16448/14, 16449/14, 16781/14, 16782/14, 16783/14, 16784/14, 16785/14, 16786/14, 16787/14, 16788/14, 16789/14, 16790/14, 16791/14, 16792/14, 16793/14, 16794/14, 16795/14, 16796/14, 16797/14, 16800/14, 16802/14, 16803/14, 16807/14, 16888/14, 16889/14, 16890/14, 16891/14, 16943/14, 16944/14, 17009/14, 17010/14, 17011/14, 17012/14, 17016/14, 17018/14, 17019/14, 17020/14, 17021/14, 17022/14, 17100/14, 17115/14 - 10ª Região/DF - 11189/14, 12722/14, 14591/14, 14592/14, 14593/14, 14594/14, 14595/14, 14596/14, 14598/14, 14599/14, 14600/14, 14601/14, 14602/14, 14603/14, 14604/14, 15406/14, 15407/14, 15408/14, 15409/14, 15881/14, 15882/14, 15883/14, 15884/14, 15885/14, 15886/14, 15887/14, 15888/14, 15889/14, 15890/14, 15891/14, 15893/14, 15894/14, 15895/14, 15896/14, 15897/14, 15898/14, 15899/14, 15900/14, 15903/14, 15904/14, 15905/14, 15906/14, 15907/14, 15908/14, 15909/14, 15910/14, 15911/14, 15912/14, 15913/14, 15914/14, 15915/14, 15916/14, 15917/14, 15953/14, 15954/14, 15955/14, 16189/14, 16440/14, 16441/14, 16752/14, 16753/14, 16755/14, 16756/14, 16757/14, 16758/14, 16759/14, 16761/14, 16763/14, 16764/14, 16765/14, 16766/14, 16767/14, 16768/14, 16769/14, 16770/14, 16771/14, 16772/14, 16773/14, 16774/14, 16775/14, 16776/14, 16777/14, 16778/14, 16779/14 - 11ª Região/AM - 1903/13, 14689/14, 14690/14, 14691/14, 14964/14, 14965/14, 14966/14, 14967/14, 15016/14, 15017/14, 15018/14, 15019/14, 15166/14, 15172/14, 15182/14, 15215/14, 15309/14, 15310/14, 15311/14, 15312/14, 15313/14, 15500/14, 15850/14, 15851/14, 15852/14, 16062/14, 16425/14, 16426/14, 16427/14, 16428/14, 16429/14, 16430/14, 16431/14, 16432/14, 16442/14, 16459/14, 16682/14, 16804/14 - 12ª Região/SC - 242/14, 11307/14, 14868/14, 14869/14, 14870/14, 14871/14, 14872/14, 14873/14, 14874/14, 14875/14, 14876/14, 14930/14, 14931/14, 14932/14, 14933/14, 14934/14, 14935/14, 14936/14, 14937/14, 15156/14, 15157/14, 15508/14, 15532/14, 15677/14, 15678/14, 15679/14, 15773/14, 15848/14, 15849/14, 15971/14, 15972/14, 16155/14, 16217/14, 16443/14, 16444/14, 16450/14, 16452/14, 16492/14, 16499/14, 16500/14, 16501/14, 16502/14, 16602/14, 16644/14, 16645/14, 16648/14, 16713/14, 16714/14, 16715/14, 16716/14, 16717/14, 16718/14, 17119/14 - 13ª Região/PB - 14025/13, 14625/13, 12642/14, 12643/14, 12648/14, 14845/14, 14846/14, 15670/14, 16128/14, 16129/14, 16130/14, 16270/14, 16271/14, 16272/14, 16816/14, 16817/14, 16818/14, 16819/14, 16820/14, 16821/14, 16822/14, 16823/14, 16893/14, 16895/14, 16897/14, 16898/14, 16899/14, 16900/14, 16901/14, 16902/14, 16903/14, 16904/14, 16906/14, 16961/14, 16965/14, 16966/14, 16967/14, 16969/14, 16974/14, 16975/14, 16976/14, 16977/14, 16980/14, 16984/14, 16985/14, 16986/14, 16987/14, 16988/14, 16989/14, 16990/14, 16991/14, 16992/14 - 14ª Região/RO - 14541/14, 14542/14, 14673/14, 14674/14, 14675/14, 14839/14, 14840/14, 15021/14, 15240/14, 15606/14, 15607/14, 15637/14, 15639/14, 15640/14, 15655/14, 15735/14, 15736/14, 15737/14, 15738/14, 15739/14, 15740/14, 15741/14, 15742/14, 15753/14, 15754/14, 15755/14, 15764/14, 15765/14, 15766/14, 15767/14, 15768/14, 16050/14, 16051/14, 16336/14, 16394/14, 16396/14 - 15ª Região/Camp. - 8248/13, 10564/13, 17773/13, 8927/14, 11224/14, 14540/14, 14676/14, 14677/14, 14678/14, 14679/14, 14684/14, 14685/14, 14686/14, 14687/14, 14688/14, 14742/14, 14743/14, 14744/14, 14745/14, 14746/14, 14747/14, 14761/14, 14762/14, 14832/14, 14833/14, 14834/14, 14837/14, 14838/14, 14839/14, 14840/14, 14841/14, 14842/14, 14843/14, 14844/14, 15104/14, 15119/14, 15120/14, 15121/14, 15122/14, 15123/14, 15124/14, 15125/14, 15126/14, 15127/14, 15128/14, 15129/14, 15150/14, 15151/14, 15152/14, 15153/14, 15167/14, 15168/14, 15169/14, 15170/14, 15173/14, 15174/14, 15180/14, 15181/14, 15183/14, 15192/14, 15193/14, 15194/14, 15195/14, 15196/14, 15197/14, 15198/14, 15202/14, 15203/14, 15216/14, 15220/14, 15221/14, 15314/14, 15315/14, 15358/14, 15359/14, 15361/14, 15462/14, 15463/14, 15464/14, 15465/14, 15467/14, 15468/14, 15469/14, 15470/14, 15471/14, 15472/14, 15473/14, 15474/14, 15475/14, 15476/14, 15481/14, 15482/14, 15485/14, 15486/14, 15487/14, 15488/14, 15489/14, 15633/14, 15641/14, 15642/14, 15744/14, 15745/14, 15746/14, 15747/14, 15748/14, 15749/14, 15750/14, 15751/14, 15752/14, 15770/14, 15789/14, 15956/14, 15957/14, 15958/14, 15975/14, 15976/14, 15977/14, 15978/14, 15979/14, 16002/14, 16003/14, 16004/14, 16077/14, 16079/14, 16080/14, 16125/14, 16236/14, 16247/14, 16248/14, 16257/14, 16258/14, 16312/14, 16313/14, 16314/14, 16315/14, 16333/14, 16334/14, 16341/14, 16347/14, 16433/14, 16434/14, 16451/14, 16453/14, 16454/14, 16572/14, 16573/14, 16574/14, 16599/14, 16646/14, 16647/14, 16649/14, 16650/14, 16651/14, 16652/14, 16653/14, 16925/14, 16926/14, 16927/14, 16928/14, 17007/14, 17008/14, 17017/14 - 16ª Região/MA - 10905/14, 10906/14, 14663/14, 14664/14, 14665/14, 14666/14, 14667/14, 14668/14, 14669/14, 14670/14, 14671/14, 14672/14, 15154/14, 15171/14, 15199/14, 15217/14, 15218/14, 15325/14, 15326/14, 15327/14, 15328/14, 15329/14, 15330/14, 15772/14, 15774/14, 15775/14, 15776/14, 15777/14, 15778/14, 15779/14, 15780/14, 15781/14, 15872/14, 15873/14, 15875/14, 16303/14, 16304/14, 16305/14, 16306/14, 16307/14, 16308/14, 16309/14, 16311/14, 16464/14, 16465/14, 16466/14, 16467/14, 16468/14, 16469/14, 16470/14 - 17ª Região/ES - 5609/13, 11473/13, 9941/14, 12268/14, 13210/14, 14610/14, 14611/14, 14615/14, 14617/14, 14618/14, 14619/14, 14620/14, 14803/14, 14915/14, 14916/14, 14917/14, 14918/14, 14919/14, 14920/14, 14921/14, 14938/14, 15022/14, 15023/14, 15025/14, 15026/14, 15028/14, 15029/14, 15031/14, 15032/14, 15034/14, 15115/14, 15116/14, 15117/14, 15118/14, 15130/14, 15133/14, 15134/14, 15136/14, 15264/14, 15265/14, 15266/14, 15268/14, 15375/14, 15415/14, 15426/14, 15428/14, 15429/14, 15430/14, 15431/14, 15579/14, 15580/14, 15581/14, 15595/14, 15598/14, 15599/14, 15600/14, 15601/14, 15602/14, 15604/14, 15605/14, 15970/14, 16239/14, 16240/14, 16241/14, 16242/14, 16243/14, 16244/14, 16245/14, 16351/14, 16352/14, 16353/14, 16354/14, 16355/14, 16356/14, 16357/14, 16358/14, 16359/14, 16382/14, 16383/14, 16604/14, 16736/14, 16737/14, 16738/14, 16739/14, 16740/14, 16741/14, 16742/14, 16743/14, 16744/14, 16864/14, 17035/14, 17036/14, 17037/14 - 18ª Região/GO - 12602/13, 20392/13, 10709/14, 12699/14, 12702/14, 14605/14, 14606/14, 14608/14, 14609/14, 14616/14, 14627/14, 14628/14, 14629/14, 14630/14, 14908/14, 15424/14, 15425/14, 15432/14, 15433/14, 15671/14, 15672/14, 16076/14, 16178/14, 16179/14, 16180/14, 16181/14, 16182/14, 16183/14, 16188/14, 16210/14, 16211/14, 16212/14, 16213/14, 16214/14, 16283/14, 16284/14, 16285/14, 16286/14, 16287/14, 16288/14, 16487/14, 16488/14, 16489/14, 16490/14, 16719/14, 16720/14, 16721/14, 16722/14, 16723/14, 16724/14, 16747/14, 16748/14, 16749/14, 16750/14, 16751/14 - 19ª Região/AL - 12668/14, 13660/14, 14877/14, 14878/14, 14879/14, 14880/14, 14881/14, 15137/14, 15138/14, 15139/14, 15140/14, 15141/14, 15142/14, 15145/14, 15146/14, 15239/14, 15251/14, 15252/14, 15253/14, 15254/14, 15255/14, 15819/14, 15820/14, 15821/14, 15822/14, 15823/14, 15824/14, 15825/14, 15826/14, 15827/14, 15828/14, 15829/14, 15830/14, 15831/14, 15832/14, 15833/14, 15834/14, 15835/14, 15836/14, 16018/14, 16019/14, 16020/14, 16021/14, 16022/14, 16023/14, 16024/14, 16025/14, 16026/14, 16027/14, 16028/14, 16029/14, 16317/14, 16318/14, 16319/14, 16320/14, 16321/14, 16322/14, 16323/14, 16324/14, 16325/14, 16326/14, 16327/14, 16328/14, 16329/14, 16460/14, 16461/14, 16462/14, 16463/14 - 20ª Região/SE - 14856/14, 14860/14, 14861/14, 14862/14, 14863/14, 14864/14, 14973/14, 14974/14, 14975/14, 14976/14, 14977/14, 14978/14, 14979/14, 15131/14, 15132/14, 15299/14, 15559/14, 15560/14, 15563/14, 15564/14, 15565/14, 15566/14, 16066/14, 16067/14, 16068/14, 16069/14, 16070/14, 16071/14, 16072/14, 16073/14, 16074/14, 16075/14, 16154/14, 16194/14, 16196/14, 16197/14, 16198/14, 16199/14, 16200/14, 16201/14, 16202/14, 16203/14, 16204/14, 16205/14, 16206/14, 16207/14, 16208/14, 16237/14, 16238/14, 16246/14, 16266/14, 16268/14, 16282/14, 16301/14, 16524/14, 16525/14, 16526/14, 16527/14, 16528/14, 16529/14, 16530/14, 16531/14, 16532/14, 16533/14, 17051/14, 17052/14 - 21ª Região/RN - 13767/14, 14527/14, 14528/14, 14529/14, 14530/14, 14531/14, 14532/14, 14533/14, 14534/14, 14536/14, 14537/14, 14538/14, 14539/14, 14748/14, 14749/14, 14750/14, 14751/14, 14752/14, 14753/14, 14780/14, 14781/14, 14782/14, 14783/14, 15143/14, 15144/14, 15533/14, 15771/14, 15782/14, 15783/14, 15784/14, 15785/14, 15790/14, 15791/14, 15792/14, 15794/14, 15796/14, 15797/14, 15798/14, 15799/14, 15800/14, 15801/14, 15802/14, 15803/14, 15804/14, 15805/14, 15807/14, 15808/14, 15809/14, 16263/14, 16264/14, 16265/14, 16401/14, 16402/14, 16403/14, 16404/14, 16405/14, 16406/14, 16805/14, 16806/14, 17046/14 - 22ª Região/PI - 15362/14, 15363/14, 15364/14, 15365/14, 15366/14, 15367/14, 16126/14, 16127/14, 16391/14, 16392/14, 16393/14, 16522/14, 16865/14, 16866/14, 16867/14, 16868/14, 16869/14, 16870/14, 17120/14 - 23ª Região/MT - 15072/14, 15080/14, 15081/14, 15082/14, 15083/14, 15084/14, 15085/14, 15086/14, 15087/14, 15345/14, 15346/14, 15347/14, 15348/14, 15350/14, 15411/14, 15412/14, 15413/14, 15414/14, 15636/14, 15638/14, 15643/14, 15925/14, 15926/14, 15927/14, 15928/14, 15929/14, 15930/14, 15931/14, 15932/14, 16289/14, 16296/14, 16297/14, 16298/14, 16299/14, 16300/14, 16335/14, 16340/14, 16591/14 - 24ª Região/MS - 1278/12, 14841/14, 14842/14, 14843/14, 14844/14, 15147/14, 15148/14, 15149/14, 15241/14, 15242/14, 15256/14, 15257/14, 15258/14, 15259/14, 15260/14, 15261/14, 15262/14, 15681/14, 15682/14, 15683/14, 15684/14, 15685/14, 15918/14, 15919/14, 15920/14, 15922/14, 15923/14, 15924/14, 15973/14, 15974/14, 16065/14, 16250/14, 16251/14, 16252/14, 16253/14, 16254/14, 16255/14, 16256/14, 16260/14, 16534/14, 16535/14, 16536/14, 16537/14, 16538/14, 16539/14, 16540/14, 16541/14, 16553/14, 16663/14, 16664/14, 16665/14, 16666/14, 16762/14, 16860/14, 16861/14, 16871/14.

Ata lavrada nesta Sessão e encaminhada a todos os Membros da CCR/MPT para leitura e aprovação.

Encerrou-se a sessão às dezesseis horas e trinta e cinco minutos.

MANOEL JORGE E SILVA NETO
Coordenador
Em exercício

EDELAMARE BARBOSA MELO
Membro (Suplente)

ADRIANA SILVEIRA MACHADO
Membro (Suplente)

FÁBIO LEAL CARDOSO
Membro (Suplente)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 102, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

O Promotor de Justiça Adjunto do Distrito Federal e Territórios, em exercício na 6ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.063964/14-13, que tem como interessados: Exemplus Comunicação e Marketing Ltda e TERRACAP, visando apurar atos de improbidade, crimes e outras ilegalidades contra o erário público.

MAURÍCIO SALIBA ALVES BRANCO

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CEILÂNDIA

PORTARIA Nº 1, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a remessa de feitos considerados não-urgentes ao Setor de Diligências da Promotoria de Justiça de Ceilândia no período de 24 de novembro a 19 de dezembro de 2014.

O COORDENADOR ADMINISTRATIVO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CEILÂNDIA , no exercício de suas atribuições previstas no Regimento Interno do MPDFT (anexo à Portaria Normativa nº 275, de 11 de outubro de 2013), em seu artigo 375,

CONSIDERANDO que incumbe aos Setores de Diligências das Coordenadorias Administrativas do MPDFT, dentre outras atribuições, a de realizar pesquisas e diligências, internas e externas, para localização de réus, autores de fato, vítimas e testemunhas, mediante determinação dos Promotores de Justiça, nos processos judiciais e administrativos em que estes atuam;

CONSIDERANDO a elevada demanda de trabalho do Setor de Diligências da Promotoria de Justiça de Ceilândia e o grande acervo atual de processos com diligências a serem cumpridas;

CONSIDERANDO que, no mês de outubro de 2014, houve um incremento dessa carga de trabalho, devido à remessa ao Setor de Diligências de vários processos judiciais suspensos em razão do artigo 366 do CPP, para a finalidade de localização de réus cujo paradeiro é ignorado;

CONSIDERANDO solicitação feita pelos servidores lotados no Setor de Diligências da Promotoria de Justiça de Ceilândia;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência de suspender temporariamente a remessa de feitos não-urgentes ao Setor de Diligências desta Promotoria, a fim de possibilitar-lhe a normalização de seus serviços, evitando-se a devolução de vários processos aos Promotores de Justiça sem qualquer diligência realizada, por impossibilidade de atendimento no prazo concedido, resolve:

No período de 24 de novembro a 19 de dezembro de 2014, somente poderão ser solicitadas ao Setor de Diligências da Promotoria de Justiça de Ceilândia diligências envolvendo:

a) processos de réus presos;

b) processos com audiências ou plenários marcados até o dia 31 de janeiro de 2015;

c)medidas protetivas de urgência;

d) processos e notícias de fato em que haja crianças, adolescentes ou idosos em situação de risco;

e) outros feitos, que não os anteriores, em que o Promotor de Justiça considere que há urgência.

IRÊNIO DA SILVA MOREIRA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

DECISÃO NORMATIVA Nº 141, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova, para o exercício de 2015, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e ainda o constante no art. 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal; nos arts. 90 a 92 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), com as alterações introduzidas pelo Ato Complementar 35, de 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981, pela Lei Complementar 59, de 22 de dezembro de 1988, e pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013; e na Lei Complementar 62, de 28 de dezembro de 1989, alterada pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013, bem assim o que consta no processo TC 028.355/2014-8, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma dos Anexos I a X desta Decisão Normativa, os coeficientes destinados ao cálculo das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto no art. 159, inciso I, alíneas "b" e "d", da Constituição Federal, bem como à Reserva instituída pelo art. 2º do Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

Art. 2º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015.

AUGUSTO NARDES
Presidente do Tribunal

ANEXOS da Decisão Normativa que aprova, para o exercício de 2015, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b" E "d", da Constituição Federal, e da Reserva instituída pelo Decreto-lei 1.881, de 27 de agosto de 1981.

DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 141

RELAÇÃO DE ANEXOS

EXERCÍCIO 2015

ANEXO	DESCRIÇÃO
Anexo I	FPM - Composição
Anexo II	FPM - Fator população
Anexo III	FPM - Fator renda per capita
Anexo IV	FPM - Capitais - Cálculo dos coeficientes
Anexo V	FPM - Reserva - Cálculo dos coeficientes
Anexo VI	FPM - Interior - Participação dos estados no total a distribuir
Anexo VII	FPM - Interior - Tabela para o cálculo de coeficientes
Anexo VIII	FPM - Interior - Totais por UF
Anexo IX	FPM - Interior - Cálculo dos coeficientes
Anexo X	FPM - Nota explicativa

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141

ANEXO I

FPM - COMPOSIÇÃO

EXERCÍCIO 2015

Denominação	Participação Percentual	
	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	22,5	22,5
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*	1,0	1,0
TOTAL	23,5	23,5

Fonte: Constituição Federal, art. 159, inciso I, alíneas "b" e "d".

* Será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional 55, de 2007).

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141

ANEXO II

FPM - FATOR POPULAÇÃO

EXERCÍCIO 2015

Percentagem que a população da entidade participante representa da população total do respectivo grupo (Capital ou Reserva)	Fator
Até 2%	2,00
Acima de 2% até 2,5%	2,50
Acima de 2,5% até 3,0%	3,00
Acima de 3,0% até 3,5%	3,50
Acima de 3,5% até 4,0%	4,00
Acima de 4,0% até 4,5%	4,50
Acima de 4,5%	5,00

Fonte: Lei 5.172, de 25/10/1966.

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141

ANEXO III

FPM - FATOR RENDA PER CAPITA

EXERCÍCIO 2015

Inverso do índice relativo à renda per capita da entidade participante	Fator
Até 0,0045	0,4
Acima de 0,0045 até 0,0055	0,5
Acima de 0,0055 até 0,0065	0,6
Acima de 0,0065 até 0,0075	0,7
Acima de 0,0075 até 0,0085	0,8
Acima de 0,0085 até 0,0095	0,9
Acima de 0,0095 até 0,0110	1,0
Acima de 0,0110 até 0,0130	1,2
Acima de 0,0130 até 0,0150	1,4
Acima de 0,0150 até 0,0170	1,6
Acima de 0,0170 até 0,0190	1,8
Acima de 0,0190 até 0,0220	2,0
Acima de 0,0220	2,5

Fonte: Lei 5.172, de 25/10/1966.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IV
FPM - CAPITAIS - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015

Seq	Código IBGE	UF	Capital	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	Fator população	Renda per capita 2012 (R$) (*)	Fator renda per capita	CIFPM - Capital	Participação Relativa no Total das Capitais
				A	B	C	D	E	F
								(B x D)	(E / tot.E) x 100
1	120040	AC	Rio Branco	363.928	2,0	12.690	1,8	3,60	3,040541%
2	270430	AL	Maceió	1.005.319	2,5	9.333	2,5	6,25	5,278716%
3	130260	AM	Manaus	2.020.301	4,5	17.856	1,2	5,40	4,560810%
4	160030	AP	Macapá	446.757	2,0	14.915	1,6	3,20	2,702703%
5	292740	BA	Salvador	2.902.927	5,0	11.832	2,0	10,00	8,445946%
6	230440	CE	Fortaleza	2.571.896	5,0	10.473	2,0	10,00	8,445946%
7	530010	DF	Brasília	2.852.372	5,0	64.653	0,4	2,00	1,689189%
8	320530	ES	Vitória	352.104	2,0	29.996	0,8	1,60	1,351351%
9	520870	GO	Goiânia	1.412.364	3,0	20.134	1,2	3,60	3,040541%
10	211130	MA	São Luís	1.064.197	2,5	8.760	2,5	6,25	5,278716%
11	310620	MG	Belo Horizonte	2.491.109	5,0	20.325	1,2	6,00	5,067568%
12	500270	MS	Campo Grande	843.120	2,0	21.744	1,0	2,00	1,689189%
13	510340	MT	Cuiabá	575.480	2,0	25.946	0,9	1,80	1,520270%
14	150140	PA	Belém	1.432.844	3,0	11.679	2,0	6,00	5,067568%
15	250750	PB	João Pessoa	780.738	2,0	10.152	2,5	5,00	4,222973%
16	261160	PE	Recife	1.611.372	3,5	13.138	1,8	6,30	5,320945%
17	221100	PI	Teresina (1)	840.600	2,0	8.138	2,5	6,25	5,278716%
18	410690	PR	Curitiba	1.864.416	4,0	24.195	0,9	3,60	3,040541%
19	330455	RJ	Rio de Janeiro	6.453.682	5,0	31.065	0,7	3,50	2,956081%
20	240810	RN	Natal	862.044	2,0	12.249	1,8	3,60	3,040541%
21	110020	RO	Porto Velho	494.013	2,0	18.466	1,2	2,40	2,027027%
22	140010	RR	Boa Vista (2)	314.900	2,0	15.577	1,4	5,00	4,222973%
23	431490	RS	Porto Alegre	1.472.482	3,5	25.779	0,9	3,15	2,660473%
24	420540	SC	Florianópolis	461.524	2,0	27.772	0,8	1,60	1,351351%
25	280030	SE	Aracaju	623.766	2,0	13.181	1,8	3,60	3,040541%
26	355030	SP	São Paulo	11.895.893	5,0	33.624	0,7	3,50	2,956081%
27	172100	TO	Palmas	265.409	2,0	13.776	1,6	3,20	2,702703%
			T O T A L	48.275.557		22.646 (**)		118,40	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM
(*) Renda per capita da UF (**) Renda per capita média do Brasil
(1) Decisão Judicial: Processo nº 461, Supremo Tribunal Federal (TC-016.562/2009-5)
(2) Decisão Judicial: Processo nº 0028811-48.2013.4.01.0000/RR - SLAT, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TC-002.923/2013-0)

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO V
FPM - RESERVA - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	Fator população	Renda per capita 2012 (R$) (*)	Fator renda per capita	CIFPM - Reserva	Participação Relativa no Total da Reserva
				A	B	C	D	E	F
								(B x D)	(E / tot.E) x 100
1	270030	AL	Arapiraca	229.329	2,0	9.333	2,5	5,00	1,317523%
2	290070	BA	Alagoinhas	153.560	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
3	290320	BA	Barreiras	152.208	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
4	290570	BA	Camaçari	281.413	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
5	291080	BA	Feira de Santana	612.000	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
6	291360	BA	Ilhéus	182.350	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
7	291480	BA	Itabuna	218.925	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
8	291800	BA	Jequié	161.150	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
9	291840	BA	Juazeiro	216.588	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
10	291920	BA	Lauro de Freitas	188.013	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
11	292530	BA	Porto Seguro	143.282	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
12	293135	BA	Teixeira de Freitas	155.659	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
13	293330	BA	Vitória da Conquista	340.199	2,0	11.832	2,0	4,00	1,054018%
14	230370	CE	Caucaia	349.526	2,0	10.473	2,0	4,00	1,054018%
15	230730	CE	Juazeiro do Norte	263.704	2,0	10.473	2,0	4,00	1,054018%
16	230765	CE	Maracanaú	219.749	2,0	10.473	2,0	4,00	1,054018%
17	231290	CE	Sobral	199.750	2,0	10.473	2,0	4,00	1,054018%
18	320120	ES	Cachoeiro de Itapemirim	206.973	2,0	29.996	0,8	1,60	0,421607%
19	320130	ES	Cariacica	378.915	2,0	29.996	0,8	1,60	0,421607%
20	320320	ES	Linhares	160.765	2,0	29.996	0,8	1,60	0,421607%
21	320500	ES	Serra	476.428	2,0	29.996	0,8	1,60	0,421607%
22	320520	ES	Vila Velha	465.690	2,0	29.996	0,8	1,60	0,421607%
23	520025	GO	Águas Lindas de Goiás	182.526	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
24	520110	GO	Anápolis	361.991	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
25	520140	GO	Aparecida de Goiânia	511.323	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
26	521250	GO	Luziânia	191.139	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
27	521880	GO	Rio Verde	202.221	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
28	522185	GO	Valparaíso de Goiás	150.005	2,0	20.134	1,2	2,40	0,632411%
29	210300	MA	Caxias	160.291	2,0	8.760	2,5	5,00	1,317523%
30	210530	MA	Imperatriz	252.320	2,0	8.760	2,5	5,00	1,317523%
31	211120	MA	São José de Ribamar	172.402	2,0	8.760	2,5	5,00	1,317523%
32	211220	MA	Timon	163.342	2,0	8.760	2,5	5,00	1,317523%
33	310670	MG	Betim	412.003	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
34	311860	MG	Contagem	643.476	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
35	312230	MG	Divinópolis	228.643	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
36	312770	MG	Governador Valadares	276.995	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
37	312980	MG	Ibirité	171.932	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
38	313130	MG	Ipatinga	255.266	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
39	313670	MG	Juiz de Fora	550.710	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
40	314330	MG	Montes Claros	390.212	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
41	314800	MG	Patos de Minas	147.614	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
42	315180	MG	Poços de Caldas	162.379	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
43	315460	MG	Ribeirão das Neves	319.310	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
44	315780	MG	Santa Luzia	214.830	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
45	316720	MG	Sete Lagoas	229.887	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
46	317010	MG	Uberaba	318.813	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
47	317020	MG	Uberlândia	654.681	2,0	20.325	1,2	2,40	0,632411%
48	500370	MS	Dourados	210.218	2,0	21.744	1,0	2,00	0,527035%
49	510760	MT	Rondonópolis	211.718	2,0	25.946	0,9	1,80	0,474308%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

50	510840	MT	Várzea Grande	265.775	2,0	25.946	0,9	1,80	0,474308%
51	150010	PA	Abaetetuba	148.873	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
52	150080	PA	Ananindeua	499.776	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
53	150240	PA	Castanhal	186.895	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
54	150420	PA	Marabá	257.062	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
55	150553	PA	Parauapebas	183.352	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
56	150680	PA	Santarém	290.521	2,0	11.679	2,0	4,00	1,054018%
57	250400	PB	Campina Grande	402.912	2,0	10.152	2,5	5,00	1,317523%
58	260290	PE	Cabo de Santo Agostinho	198.383	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
59	260345	PE	Camaragibe	152.840	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
60	260410	PE	Caruaru	342.328	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
61	260790	PE	Jaboatão dos Guararapes	680.943	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
62	260960	PE	Olinda	388.821	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
63	261070	PE	Paulista	319.769	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
64	261110	PE	Petrolina	326.017	2,0	13.138	1,8	3,60	0,948617%
65	220770	PI	Parnaíba	149.348	2,0	8.138	2,5	5,00	1,317523%
66	410480	PR	Cascavel	309.259	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
67	410580	PR	Colombo	229.872	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
68	410830	PR	Foz do Iguaçu	263.647	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
69	410940	PR	Guarapuava	176.973	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
70	411370	PR	Londrina	543.003	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
71	411520	PR	Maringá	391.698	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
72	411820	PR	Paranaguá	149.467	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
73	411990	PR	Ponta Grossa	334.535	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
74	412550	PR	São José dos Pinhais	292.934	2,0	24.195	0,9	1,80	0,474308%
75	330010	RJ	Angra dos Reis	184.940	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
76	330040	RJ	Barra Mansa	179.697	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
77	330045	RJ	Belford Roxo	479.386	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
78	330070	RJ	Cabo Frio	204.486	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
79	330100	RJ	Campos dos Goytacazes	480.648	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
80	330170	RJ	Duque de Caxias	878.402	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
81	330190	RJ	Itaboraí	227.168	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
82	330240	RJ	Macaé	229.624	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
83	330250	RJ	Magé	233.634	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
84	330270	RJ	Maricá	143.111	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
85	330285	RJ	Mesquita	170.473	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
86	330320	RJ	Nilópolis	158.299	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
87	330330	RJ	Niterói	495.470	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
88	330340	RJ	Nova Friburgo	184.460	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
89	330350	RJ	Nova Iguaçu	806.177	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
90	330390	RJ	Petrópolis	298.017	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
91	330414	RJ	Queimados	142.709	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
92	330490	RJ	São Gonçalo	1.031.903	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
93	330510	RJ	São João de Meriti	460.711	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
94	330580	RJ	Teresópolis	171.482	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
95	330630	RJ	Volta Redonda	262.259	2,0	31.065	0,7	1,40	0,368906%
96	240800	RN	Mossoró	284.288	2,0	12.249	1,8	3,60	0,948617%
97	240325	RN	Parnamirim	235.983	2,0	12.249	1,8	3,60	0,948617%
98	430060	RS	Alvorada	205.683	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
99	430460	RS	Canoas	339.979	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
100	430510	RS	Caxias do Sul	470.223	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
101	430920	RS	Gravataí	270.689	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
102	431340	RS	Novo Hamburgo	248.251	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
103	431410	RS	Passo Fundo	195.620	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
104	431440	RS	Pelotas	342.053	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
105	431560	RS	Rio Grande	207.036	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
106	431690	RS	Santa Maria	274.838	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
107	431870	RS	São Leopoldo	226.988	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
108	432300	RS	Viamão	251.033	2,0	25.779	0,9	1,80	0,474308%
109	420240	SC	Blumenau	334.002	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
110	420420	SC	Chapecó	202.009	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
111	420460	SC	Criciúma	204.667	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
112	420820	SC	Itajaí	201.557	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
113	420890	SC	Jaraguá do Sul	160.143	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
114	420910	SC	Joinville	554.601	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
115	420930	SC	Lages	158.846	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
116	421190	SC	Palhoça	154.244	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
117	421660	SC	São José	228.561	2,0	27.772	0,8	1,60	0,421607%
118	280480	SE	Nossa Senhora do Socorro	174.974	2,0	13.181	1,8	3,60	0,948617%
119	350160	SP	Americana	226.970	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
120	350280	SP	Araçatuba	191.662	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
121	350320	SP	Araraquara	224.304	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
122	350570	SP	Barueri	259.555	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
123	350600	SP	Bauru	364.562	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
124	350760	SP	Bragança Paulista	158.856	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
125	350950	SP	Campinas	1.154.617	2,5	33.624	0,7	1,75	0,461133%
126	351060	SP	Carapicuíba	390.073	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
127	351300	SP	Cotia	225.306	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
128	351380	SP	Diadema	409.613	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
129	351500	SP	Embu	259.053	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
130	351570	SP	Ferraz de Vasconcelos	182.544	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
131	351620	SP	Franca	339.461	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
132	351630	SP	Francisco Morato	166.505	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
133	351640	SP	Franco da Rocha	143.817	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
134	351870	SP	Guarujá	308.989	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
135	351880	SP	Guarulhos	1.312.197	2,5	33.624	0,7	1,75	0,461133%
136	351907	SP	Hortolândia	212.527	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
137	352050	SP	Indaiatuba	226.602	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
138	352220	SP	Itapecerica da Serra	165.327	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
139	352230	SP	Itapetininga	155.436	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
140	352250	SP	Itapevi	220.250	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
141	352310	SP	Itaquaquecetuba	348.739	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
142	352390	SP	Itu	165.511	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
143	352440	SP	Jacareí	224.826	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
144	352590	SP	Jundiaí	397.965	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
145	352690	SP	Limeira	294.128	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
146	352900	SP	Marília	230.336	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
147	352940	SP	Mauá	448.776	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
148	353060	SP	Mogi das Cruzes	419.839	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
149	353070	SP	Mogi Guaçu	146.114	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
150	353440	SP	Osasco	693.271	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
151	353800	SP	Pindamonhangaba	158.864	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
152	353870	SP	Piracicaba	388.412	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
153	354100	SP	Praia Grande	293.695	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
154	354140	SP	Presidente Prudente	220.599	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
155	354340	SP	Ribeirão Preto	658.059	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
156	354390	SP	Rio Claro	198.413	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
157	354580	SP	Santa Bárbara d'Oeste	189.233	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

158	354780	SP	Santo André	707.613	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
159	354850	SP	Santos	433.565	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
160	354870	SP	São Bernardo do Campo	811.489	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
161	354880	SP	São Caetano do Sul	157.205	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
162	354890	SP	São Carlos	238.958	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
163	354980	SP	São José do Rio Preto	438.354	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
164	354990	SP	São José dos Campos	681.036	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
165	355100	SP	São Vicente	353.040	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
166	355220	SP	Sorocaba	637.187	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
167	355240	SP	Sumaré	262.308	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
168	355250	SP	Suzano	282.441	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
169	355280	SP	Taboão da Serra	268.321	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
170	355410	SP	Taubaté	299.423	2,0	33.624	0,7	1,40	0,368906%
171	170210	TO	Araguaína	167.176	2,0	13.776	1,6	3,20	0,843241%
			T O T A L	52.849.872		22.646 (**)		379,50	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM
(*) Renda *per capita* da UF (**) Renda *per capita média* do Brasil

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO VI
FPM - INTERIOR - PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO TOTAL A DISTRIBUIR
EXERCÍCIO 2015

Ordem	Unidade da Federação	Participação Percentual
1	Acre	0,2630
2	Alagoas	2,0883
3	Amapá	0,1392
4	Amazonas	1,2452
5	Bahia	9,2695
6	Ceará	4,5864
7	Espírito Santo	1,7595
8	Goiás	3,7318
9	Maranhão	3,9715
10	Mato Grosso	1,8949
11	Mato Grosso do Sul	1,5004
12	Minas Gerais	14,1846
13	Pará	3,2948
14	Paraíba	3,1942
15	Paraná	7,2857
16	Pernambuco	4,7952
17	Piauí	2,4015
18	Rio de Janeiro	2,7379
19	Rio Grande do Norte	2,4324
20	Rio Grande do Sul	7,3011
21	Rondônia	0,7464
22	Roraima	0,0851
23	Santa Catarina	4,1997
24	São Paulo	14,2620
25	Sergipe	1,3342
26	Tocantins	1,2955
	TOTAL	100,0000

Fonte: Lei Complementar 62, de 28/12/1989 c/c Resolução - TCU 242/1990.
DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO VII
FPM - INTERIOR - TABELA PARA O CÁLCULO DE COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015

Faixa de Habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Acima de 156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei 1.881, de 27/8/1981.
DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO VIII
FPM - INTERIOR - TOTAIS POR UF
EXERCÍCIO 2015

Seq	UF	Unidade da Federação	Somatório dos Coeficientes	Somatório da População	Quantidade de Municípios
1	AC	Acre	23,0	426.173	21
2	AL	Alagoas	117,8	2.316.411	101
3	AM	Amazonas	87,8	1.853.442	61
4	AP	Amapá	15,8	304.155	15
5	BA	Bahia	531,4	12.223.444	416
6	CE	Ceará	263,2	6.270.895	183
7	ES	Espírito Santo	109,6	3.532.945	77
8	GO	Goiás	242,0	5.110.858	245
9	MA	Maranhão	274,2	5.786.687	216
10	MG	Minas Gerais	842,6	18.242.988	852
11	MS	Mato Grosso do Sul	88,2	1.776.537	78

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12	MT	Mato Grosso	139,8	2.648.877	140
13	PA	Pará	243,2	6.672.036	143
14	PB	Paraíba	191,4	3.163.147	222
15	PE	Pernambuco	273,0	7.666.355	183
16	PI	Piauí	174,2	2.354.118	223
17	PR	Paraná	412,2	9.217.276	398
18	RJ	Rio de Janeiro	192,4	10.007.491	91
19	RN	Rio Grande do Norte	145,0	2.546.466	166
20	RO	Rondônia	61,4	1.254.518	51
21	RR	Roraima	11,6	182.036	14
22	RS	Rio Grande do Sul	476,2	9.734.792	496
23	SC	Santa Catarina	295,4	6.265.624	294
24	SE	Sergipe	82,6	1.595.808	74
25	SP	São Paulo	891,8	32.139.411	644
26	TO	Tocantins	100,4	1.231.471	138
		T O T A L	6.286,2	154.523.961	5.542

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: AC - ACRE

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014) A	CIFPM - Interior B	Participação Relativa no Total do Estado C (B / tot.B) x 100
1	120001	AC	Acrelândia	13.613	1,0	4,347826%
2	120005	AC	Assis Brasil	6.610	0,6	2,608696%
3	120010	AC	Brasiléia	23.378	1,2	5,217391%
4	120013	AC	Bujari	9.173	0,6	2,608696%
5	120017	AC	Capixaba	10.170	0,6	2,608696%
6	120020	AC	Cruzeiro do Sul	80.953	2,6	11,304347%
7	120025	AC	Epitaciolândia	16.417	1,0	4,347826%
8	120030	AC	Feijó	32.398	1,6	6,956522%
9	120032	AC	Jordão	7.330	0,6	2,608696%
10	120033	AC	Mâncio Lima	16.795	1,0	4,347826%
11	120034	AC	Manoel Urbano	8.514	0,6	2,608696%
12	120035	AC	Marechal Thaumaturgo	16.380	1,0	4,347826%
13	120038	AC	Plácido de Castro	17.979	1,2	5,217391%
14	120080	AC	Porto Acre	16.396	1,0	4,347826%
15	120039	AC	Porto Walter	10.453	0,8	3,478261%
16	120042	AC	Rodrigues Alves	16.475	1,0	4,347826%
17	120043	AC	Santa Rosa do Purus	5.593	0,6	2,608696%
18	120050	AC	Sena Madureira	41.036	1,8	7,826087%
19	120045	AC	Senador Guiomard	20.992	1,2	5,217391%
20	120060	AC	Tarauacá	38.201	1,8	7,826087%
21	120070	AC	Xapuri	17.317	1,2	5,217391%
			T O T A L	426.173	23,0	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: AL - ALAGOAS

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014) A	CIFPM - Interior B	Participação Relativa no Total do Estado C (B / tot.B) x 100
1	270010	AL	Água Branca	20.601	1,2	1,018676%
2	270020	AL	Anadia	17.972	1,2	1,018676%
3	270030	AL	Arapiraca	229.329	4,0	3,395583%
4	270040	AL	Atalaia	47.052	2,0	1,697793%
5	270050	AL	Barra de Santo Antônio	15.565	1,0	0,848896%
6	270060	AL	Barra de São Miguel	8.191	0,6	0,509338%
7	270070	AL	Batalha	18.353	1,2	1,018676%
8	270080	AL	Belém	4.659	0,6	0,509338%
9	270090	AL	Belo Monte	6.763	0,6	0,509338%
10	270100	AL	Boca da Mata	27.185	1,4	1,188455%
11	270110	AL	Branquinha	10.783	0,8	0,679117%
12	270120	AL	Cacimbinhas	10.775	0,8	0,679117%
13	270130	AL	Cajueiro	21.261	1,2	1,018676%
14	270135	AL	Campestre	6.952	0,6	0,509338%
15	270140	AL	Campo Alegre	55.814	2,2	1,867572%
16	270150	AL	Campo Grande	9.646	0,6	0,509338%
17	270160	AL	Canapi	17.973	1,2	1,018676%
18	270170	AL	Capela	17.591	1,2	1,018676%
19	270180	AL	Carneiros	8.867	0,6	0,509338%
20	270190	AL	Chã Preta	7.417	0,6	0,509338%
21	270200	AL	Coité do Nóia	11.049	0,8	0,679117%
22	270210	AL	Colônia Leopoldina	21.477	1,2	1,018676%
23	270220	AL	Coqueiro Seco	5.844	0,6	0,509338%
24	270230	AL	Coruripe	56.153	2,2	1,867572%
25	270235	AL	Craíbas	24.166	1,4	1,188455%
26	270240	AL	Delmiro Gouveia	51.349	2,2	1,867572%
27	270250	AL	Dois Riachos	11.229	0,8	0,679117%
28	270255	AL	Estrela de Alagoas	18.198	1,2	1,018676%
29	270260	AL	Feira Grande	22.406	1,2	1,018676%
30	270270	AL	Feliz Deserto	4.714	0,6	0,509338%
31	270280	AL	Flexeiras	12.890	0,8	0,679117%
32	270290	AL	Girau do Ponciano	40.100	1,8	1,528014%
33	270300	AL	Ibateguara	15.783	1,0	0,848896%
34	270310	AL	Igaci	26.060	1,4	1,188455%
35	270320	AL	Igreja Nova	24.455	1,4	1,188455%
36	270330	AL	Inhapi	18.535	1,2	1,018676%
37	270340	AL	Jacaré dos Homens	5.469	0,6	0,509338%
38	270350	AL	Jacuípe	7.177	0,6	0,509338%
39	270360	AL	Japaratinga	8.294	0,6	0,509338%
40	270370	AL	Jaramataia	5.706	0,6	0,509338%
41	270375	AL	Jequiá da Praia	11.918	0,8	0,679117%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

42	270380	AL	Joaquim Gomes	23.941	1,4	1,188455%
43	270390	AL	Jundiá	4.253	0,6	0,509338%
44	270400	AL	Junqueiro	25.078	1,4	1,188455%
45	270410	AL	Lagoa da Canoa	18.437	1,2	1,018676%
46	270420	AL	Limoeiro de Anadia	28.439	1,4	1,188455%
47	270440	AL	Major Isidoro	19.963	1,2	1,018676%
48	270490	AL	Mar Vermelho	3.674	0,6	0,509338%
49	270450	AL	Maragogi	31.748	1,6	1,358234%
50	270460	AL	Maravilha	9.962	0,6	0,509338%
51	270470	AL	Marechal Deodoro	50.512	2,0	1,697793%
52	270480	AL	Maribondo	13.719	1,0	0,848896%
53	270500	AL	Mata Grande	25.659	1,4	1,188455%
54	270510	AL	Matriz de Camaragibe	25.006	1,4	1,188455%
55	270520	AL	Messias	17.350	1,2	1,018676%
56	270530	AL	Minador do Negrão	5.432	0,6	0,509338%
57	270540	AL	Monteirópolis	7.230	0,6	0,509338%
58	270550	AL	Murici	28.201	1,4	1,188455%
59	270560	AL	Novo Lino	12.583	0,8	0,679117%
60	270570	AL	Olho d'Água das Flores	21.572	1,2	1,018676%
61	270580	AL	Olho d'Água do Casado	9.209	0,6	0,509338%
62	270590	AL	Olho d'Água Grande	5.169	0,6	0,509338%
63	270600	AL	Olivença	11.643	0,8	0,679117%
64	270610	AL	Ouro Branco	11.484	0,8	0,679117%
65	270620	AL	Palestina	4.970	0,6	0,509338%
66	270630	AL	Palmeira dos Índios	73.725	2,6	2,207131%
67	270640	AL	Pão de Açúcar	24.924	1,4	1,188455%
68	270642	AL	Pariconha	10.688	0,8	0,679117%
69	270644	AL	Paripueira	12.687	0,8	0,679117%
70	270650	AL	Passo de Camaragibe	15.396	1,0	0,848896%
71	270660	AL	Paulo Jacinto	7.683	0,6	0,509338%
72	270670	AL	Penedo	63.842	2,4	2,037351%
73	270680	AL	Piaçabuçu	17.977	1,2	1,018676%
74	270690	AL	Pilar	35.153	1,6	1,358234%
75	270700	AL	Pindoba	2.958	0,6	0,509338%
76	270710	AL	Piranhas	24.759	1,4	1,188455%
77	270720	AL	Poço das Trincheiras	14.449	1,0	0,848896%
78	270730	AL	Porto Calvo	27.171	1,4	1,188455%
79	270740	AL	Porto de Pedras	8.253	0,6	0,509338%
80	270750	AL	Porto Real do Colégio	20.138	1,2	1,018676%
81	270760	AL	Quebrangulo	11.644	0,8	0,679117%
82	270770	AL	Rio Largo	75.267	2,6	2,207131%
83	270780	AL	Roteiro	6.819	0,6	0,509338%
84	270790	AL	Santa Luzia do Norte	7.292	0,6	0,509338%
85	270800	AL	Santana do Ipanema	47.593	2,0	1,697793%
86	270810	AL	Santana do Mundaú	11.070	0,8	0,679117%
87	270820	AL	São Brás	7.020	0,6	0,509338%
88	270830	AL	São José da Laje	23.950	1,4	1,188455%
89	270840	AL	São José da Tapera	32.075	1,6	1,358234%
90	270850	AL	São Luís do Quitunde	34.436	1,6	1,358234%
91	270860	AL	São Miguel dos Campos	59.830	2,2	1,867572%
92	270870	AL	São Miguel dos Milagres	7.795	0,6	0,509338%
93	270880	AL	São Sebastião	34.024	1,6	1,358234%
94	270890	AL	Satuba	13.241	0,8	0,679117%
95	270895	AL	Senador Rui Palmeira	13.839	1,0	0,848896%
96	270900	AL	Tanque d'Arca	6.346	0,6	0,509338%
97	270910	AL	Taquarana	19.856	1,2	1,018676%
98	270915	AL	Teotônio Vilela	43.895	1,8	1,528014%
99	270920	AL	Traipu	27.648	1,4	1,188455%
100	270930	AL	União dos Palmares	65.764	2,4	2,037351%
101	270940	AL	Viçosa	26.249	1,4	1,188455%
			T O T A L	2.316.411	117,8	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: AM - AMAZONAS

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	130002	AM	Alvarães	15.357	1,0	1,138952%
2	130006	AM	Amaturá	10.644	0,8	0,911162%
3	130008	AM	Anamã	11.981	0,8	0,911162%
4	130010	AM	Anori	18.826	1,2	1,366743%
5	130014	AM	Apuí	20.258	1,2	1,366743%
6	130020	AM	Atalaia do Norte	17.658	1,2	1,366743%
7	130030	AM	Autazes	36.301	1,6	1,822323%
8	130040	AM	Barcelos	27.273	1,4	1,594533%
9	130050	AM	Barreirinha	30.202	1,4	1,594533%
10	130060	AM	Benjamin Constant	38.533	1,8	2,050114%
11	130063	AM	Beruri	17.755	1,2	1,366743%
12	130068	AM	Boa Vista do Ramos	17.248	1,2	1,366743%
13	130070	AM	Boca do Acre	33.148	1,6	1,822323%
14	130080	AM	Borba	38.688	1,8	2,050114%
15	130083	AM	Caapiranga	12.214	0,8	0,911162%
16	130090	AM	Canutama	14.944	1,0	1,138952%
17	130100	AM	Carauari	27.645	1,4	1,594533%
18	130110	AM	Careiro	35.938	1,6	1,822323%
19	130115	AM	Careiro da Várzea	27.357	1,4	1,594533%
20	130120	AM	Coari	82.209	2,8	3,189065%
21	130130	AM	Codajás	26.242	1,4	1,594533%
22	130140	AM	Eirunepé	33.580	1,6	1,822323%
23	130150	AM	Envira	18.422	1,2	1,366743%
24	130160	AM	Fonte Boa	21.295	1,2	1,366743%
25	130165	AM	Guajará	15.561	1,0	1,138952%
26	130170	AM	Humaitá	50.230	2,0	2,277904%
27	130180	AM	Ipixuna	26.118	1,4	1,594533%
28	130185	AM	Iranduba	45.250	2,0	2,277904%
29	130190	AM	Itacoatiara	95.714	3,0	3,416856%
30	130195	AM	Itamarati	8.205	0,6	0,683371%
31	130200	AM	Itapiranga	8.864	0,6	0,683371%
32	130210	AM	Japurá	5.599	0,6	0,683371%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33	130220	AM	Juruá	12.807	0,8	0,911162%
34	130230	AM	Jutaí	16.977	1,0	1,138952%
35	130240	AM	Lábrea	42.439	1,8	2,050114%
36	130250	AM	Manacapuru	92.996	3,0	3,416856%
37	130255	AM	Manaquiri	27.480	1,4	1,594533%
38	130270	AM	Manicoré	52.200	2,2	2,505695%
39	130280	AM	Maraã	18.367	1,2	1,366743%
40	130290	AM	Maués	58.834	2,2	2,505695%
41	130300	AM	Nhamundá	20.078	1,2	1,366743%
42	130310	AM	Nova Olinda do Norte	34.498	1,6	1,822323%
43	130320	AM	Novo Airão	17.199	1,2	1,366743%
44	130330	AM	Novo Aripuanã	23.905	1,4	1,594533%
45	130340	AM	Parintins	110.411	3,2	3,644646%
46	130350	AM	Pauini	19.265	1,2	1,366743%
47	130353	AM	Presidente Figueiredo	31.903	1,6	1,822323%
48	130356	AM	Rio Preto da Eva	29.771	1,4	1,594533%
49	130360	AM	Santa Isabel do Rio Negro	21.702	1,2	1,366743%
50	130370	AM	Santo Antônio do Içá	24.005	1,4	1.594533%
51	130380	AM	São Gabriel da Cachoeira	42.342	1,8	2,050114%
52	130390	AM	São Paulo de Olivença	35.757	1,6	1,822323%
53	130395	AM	São Sebastião do Uatumã	12.451	0,8	0,911162%
54	130400	AM	Silves	9.014	0,6	0,683371%
55	130406	AM	Tabatinga	59.684	2,2	2,505695%
56	130410	AM	Tapauá	18.266	1,2	1,366743%
57	130420	AM	Tefé	62.662	2,4	2,733485%
58	130423	AM	Tonantins	18.322	1,2	1,366743%
59	130426	AM	Uarini	12.963	0,8	0,911162%
60	130430	AM	Urucará	17.264	1,2	1,366743%
61	130440	AM	Urucurituba	20.621	1,2	1,366743%
			T O T A L	1.853.442	87,8	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: AP - AMAPÁ

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	160010	AP	Amapá	8.553	0,6	3,797468%
2	160020	AP	Calçoene	9.979	0,6	3,797468%
3	160021	AP	Cutias	5.291	0,6	3,797468%
4	160023	AP	Ferreira Gomes	6.714	0,6	3,797468%
5	160025	AP	Itaubal	4.836	0,6	3,797468%
6	160027	AP	Laranjal do Jari	44.777	2,0	12,658228%
7	160040	AP	Mazagão	19.157	1,2	7,594937%
8	160050	AP	Oiapoque	23.628	1,2	7,594937%
9	160015	AP	Pedra Branca do Amapari	13.411	0,8	5,063291%
10	160053	AP	Porto Grande	19.191	1,2	7,594937%
11	160055	AP	Pracuúba	4.404	0,6	3,797468%
12	160060	AP	Santana	110.565	3,2	20,253166%
13	160005	AP	Serra do Navio	4.850	0,6	3,797468%
14	160070	AP	Tartarugalzinho	14.754	1,0	6,329114%
15	160080	AP	Vitória do Jari	14.045	1,0	6,329114%
			T O T A L	304.155	15,8	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: BA - BAHIA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	290010	BA	Abaíra	9.243	0,6	0,112909%
2	290020	BA	Abaré	19.290	1,2	0,225819%
3	290030	BA	Acajutiba	15.668	1,0	0,188182%
4	290035	BA	Adustina	17.044	1,2	0,225819%
5	290040	BA	Água Fria	16.959	1,0	0,188182%
6	290060	BA	Aiquara	4.790	0,6	0,112909%
7	290070	BA	Alagoinhas	153.560	3,8	0,715092%
8	290080	BA	Alcobaça	23.231	1,2	0,225819%
9	290090	BA	Almadina	6.234	0,6	0,112909%
10	290100	BA	Amargosa	37.557	1,8	0,338728%
11	290110	BA	Amélia Rodrigues	26.458	1,4	0,263455%
12	290115	BA	América Dourada	16.904	1,0	0,188182%
13	290120	BA	Anagé	20.388	1,2	0,225819%
14	290130	BA	Andaraí	13.716	1,0	0,188182%
15	290135	BA	Andorinha	14.862	1,0	0,188182%
16	290140	BA	Angical	14.742	1,0	0,188182%
17	290150	BA	Anguera	11.209	0,8	0,150546%
18	290160	BA	Antas	18.970	1,2	0,225819%
19	290170	BA	Antônio Cardoso	12.216	0,8	0,150546%
20	290180	BA	Antônio Gonçalves	12.083	0,8	0,150546%
21	290190	BA	Aporá	19.063	1,2	0,225819%
22	290195	BA	Apuarema	7.780	0,6	0,112909%
23	290205	BA	Araças	12.402	0,8	0,150546%
24	290200	BA	Aracatu	14.158	1,0	0,188182%
25	290210	BA	Araci	56.023	2,2	0,414001%
26	290220	BA	Aramari	11.237	0,8	0,150546%
27	290225	BA	Arataca	11.779	0,8	0,150546%
28	290230	BA	Aratuípe	9.104	0,6	0,112909%
29	290240	BA	Aurelino Leal	13.301	0,8	0,150546%
30	290250	BA	Baianópolis	14.126	1,0	0,188182%
31	290260	BA	Baixa Grande	21.186	1,2	0,225819%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

32	290265	BA	Banzaê	12.560	0,8	0,150546%
33	290270	BA	Barra	53.786	2,2	0,414001%
34	290280	BA	Barra da Estiva	22.566	1,2	0,225819%
35	290290	BA	Barra do Choça	35.200	1,6	0,301091%
36	290300	BA	Barra do Mendes	14.540	1,0	0,188182%
37	290310	BA	Barra do Rocha	6.518	0,6	0,112909%
38	290320	BA	Barreiras	152.208	3,8	0,715092%
39	290323	BA	Barro Alto	15.230	1,0	0,188182%
40	290330	BA	Barro Preto	6.627	0,6	0,112909%
41	290327	BA	Barrocas	15.624	1,0	0,188182%
42	290340	BA	Belmonte	23.620	1,2	0,225819%
43	290350	BA	Belo Campo	18.459	1,2	0,225819%
44	290360	BA	Biritinga	15.769	1,0	0,188182%
45	290370	BA	Boa Nova	14.861	1,0	0,188182%
46	290380	BA	Boa Vista do Tupim	18.677	1,2	0,225819%
47	290390	BA	Bom Jesus da Lapa	68.922	2,4	0,451637%
48	290395	BA	Bom Jesus da Serra	10.597	0,8	0,150546%
49	290400	BA	Boninal	14.490	1,0	0,188182%
50	290405	BA	Bonito	16.730	1,0	0,188182%
51	290410	BA	Boquira	22.409	1,2	0,225819%
52	290420	BA	Botuporã	11.089	0,8	0,150546%
53	290430	BA	Brejões	15.265	1,0	0,188182%
54	290440	BA	Brejolândia	10.624	0,8	0,150546%
55	290450	BA	Brotas de Macaúbas	11.158	0,8	0,150546%
56	290460	BA	Brumado	69.022	2,4	0,451637%
57	290470	BA	Buerarema	19.297	1,2	0,225819%
58	290475	BA	Buritirama	21.418	1,2	0,225819%
59	290480	BA	Caatiba	10.486	0,8	0,150546%
60	290485	BA	Cabaceiras do Paraguaçu	18.850	1,2	0,225819%
61	290490	BA	Cachoeira	34.394	1,6	0,301091%
62	290500	BA	Caculé	23.392	1,2	0,225819%
63	290510	BA	Caém	10.282	0,8	0,150546%
64	290515	BA	Caetanos	15.913	1,0	0,188182%
65	290520	BA	Caetité	52.353	2,2	0,414001%
66	290530	BA	Cafarnaum	18.595	1,2	0,225819%
67	290540	BA	Cairu	17.457	1,2	0,225819%
68	290550	BA	Caldeirão Grande	13.555	0,8	0,150546%
69	290560	BA	Camacan	33.135	1,6	0,301091%
70	290570	BA	Camaçari	281.413	4,0	0,752729%
71	290580	BA	Camamu	36.321	1,6	0,301091%
72	290590	BA	Campo Alegre de Lourdes	29.877	1,4	0,263455%
73	290600	BA	Campo Formoso	71.900	2,6	0,489274%
74	290610	BA	Canápolis	10.137	0,6	0,112909%
75	290620	BA	Canarana	26.200	1,4	0,263455%
76	290630	BA	Canavieiras	33.415	1,6	0,301091%
77	290640	BA	Candeal	9.075	0,6	0,112909%
78	290650	BA	Candeias	88.308	2,8	0,526910%
79	290660	BA	Candiba	14.599	1,0	0,188182%
80	290670	BA	Cândido Sales	26.952	1,4	0,263455%
81	290680	BA	Cansanção	35.135	1,6	0,301091%
82	290682	BA	Canudos	17.070	1,2	0,225819%
83	290685	BA	Capela do Alto Alegre	12.123	0,8	0,150546%
84	290687	BA	Capim Grosso	29.107	1,4	0,263455%
85	290689	BA	Caraíbas	10.150	0,6	0,112909%
86	290690	BA	Caravelas	22.442	1,2	0,225819%
87	290700	BA	Cardeal da Silva	9.681	0,6	0,112909%
88	290710	BA	Carinhanha	29.864	1,4	0,263455%
89	290720	BA	Casa Nova	71.504	2,6	0,489274%
90	290730	BA	Castro Alves	27.194	1,4	0,263455%
91	290740	BA	Catolândia	3.644	0,6	0,112909%
92	290750	BA	Catu	55.380	2,2	0,414001%
93	290755	BA	Caturama	9.762	0,6	0,112909%
94	290760	BA	Central	18.101	1,2	0,225819%
95	290770	BA	Chorrochó	11.484	0,8	0,150546%
96	290780	BA	Cícero Dantas	34.540	1,6	0,301091%
97	290790	BA	Cipó	16.938	1,0	0,188182%
98	290800	BA	Coaraci	20.183	1,2	0,225819%
99	290810	BA	Cocos	19.340	1,2	0,225819%
100	290820	BA	Conceição da Feira	22.448	1,2	0,225819%
101	290830	BA	Conceição do Almeida	18.583	1,2	0,225819%
102	290840	BA	Conceição do Coité	67.651	2,4	0,451637%
103	290850	BA	Conceição do Jacuípe	33.066	1,6	0,301091%
104	290860	BA	Conde	25.961	1,4	0,263455%
105	290870	BA	Condeúba	18.312	1,2	0,225819%
106	290880	BA	Contendas do Sincorá	4.340	0,6	0,112909%
107	290890	BA	Coração de Maria	23.228	1,2	0,225819%
108	290900	BA	Cordeiros	8.795	0,6	0,112909%
109	290910	BA	Coribe	15.000	1,0	0,188182%
110	290920	BA	Coronel João Sá	17.256	1,2	0,225819%
111	290930	BA	Correntina	33.084	1,6	0,301091%
112	290940	BA	Cotegipe	14.396	1,0	0,188182%
113	290950	BA	Cravolândia	5.552	0,6	0,112909%
114	290960	BA	Crisópolis	21.529	1,2	0,225819%
115	290970	BA	Cristópolis	14.247	1,0	0,188182%
116	290980	BA	Cruz das Almas	63.761	2,4	0,451637%
117	290990	BA	Curaçá	34.974	1,6	0,301091%
118	291000	BA	Dário Meira	12.190	0,8	0,150546%
119	291005	BA	Dias d'Ávila	76.624	2,6	0,489274%
120	291010	BA	Dom Basílio	12.441	0,8	0,150546%
121	291020	BA	Dom Macedo Costa	4.140	0,6	0,112909%
122	291030	BA	Elísio Medrado	8.420	0,6	0,112909%
123	291040	BA	Encruzilhada	20.859	1,2	0,225819%
124	291050	BA	Entre Rios	42.828	1,8	0,338728%
125	290050	BA	Érico Cardoso	11.472	0,8	0,150546%
126	291060	BA	Esplanada	36.339	1,6	0,301091%
127	291070	BA	Euclides da Cunha	60.932	2,2	0,414001%
128	291072	BA	Eunápolis	112.032	3,2	0,602179%
129	291075	BA	Fátima	18.502	1,2	0,225819%
130	291077	BA	Feira da Mata	5.911	0,6	0,112909%
131	291080	BA	Feira de Santana	612.000	4,0	0,752729%
132	291085	BA	Filadélfia	17.593	1,2	0,225819%
133	291090	BA	Firmino Alves	5.766	0,6	0,112909%
134	291100	BA	Floresta Azul	11.352	0,8	0,150546%
135	291110	BA	Formosa do Rio Preto	25.074	1,4	0,263455%
136	291120	BA	Gandu	33.097	1,6	0,301091%
137	291125	BA	Gavião	4.729	0,6	0,112909%
138	291130	BA	Gentio do Ouro	11.381	0,8	0,150546%
139	291140	BA	Glória	16.039	1,0	0,188182%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

140	291150	BA	Gongogi	8.212	0,6	0,112909%
141	291160	BA	Governador Mangabeira	21.198	1,2	0,225819%
142	291165	BA	Guajeru	9.087	0,6	0,112909%
143	291170	BA	Guanambi	85.237	2,8	0,526910%
144	291180	BA	Guaratinga	22.465	1,2	0,225819%
145	291185	BA	Heliópolis	13.786	1,0	0,188182%
146	291190	BA	Iaçu	26.382	1,4	0,263455%
147	291200	BA	Ibiassucê	10.679	0,8	0,150546%
148	291210	BA	Ibicaraí	24.303	1,4	0,263455%
149	291220	BA	Ibicoara	19.309	1,2	0,225819%
150	291230	BA	Ibicuí	16.640	1,0	0,188182%
151	291240	BA	Ibipeba	18.540	1,2	0,225819%
152	291250	BA	Ibipitanga	15.231	1,0	0,188182%
153	291260	BA	Ibiquera	5.149	0,6	0,112909%
154	291270	BA	Ibirapitanga	24.118	1,4	0,263455%
155	291280	BA	Ibirapuã	8.671	0,6	0,112909%
156	291290	BA	Ibirataia	18.348	1,2	0,225819%
157	291300	BA	Ibitiara	16.614	1,0	0,188182%
158	291310	BA	Ibititá	18.740	1,2	0,225819%
159	291320	BA	Ibotirama	27.405	1,4	0,263455%
160	291330	BA	Ichu	6.288	0,6	0,112909%
161	291340	BA	Igaporã	16.193	1,0	0,188182%
162	291345	BA	Igrapiúna	14.509	1,0	0,188182%
163	291350	BA	Iguaí	27.704	1,4	0,263455%
164	291360	BA	Ilhéus	182.350	4,0	0,752729%
165	291370	BA	Inhambupe	40.441	1,8	0,338728%
166	291380	BA	Ipecaetá	15.634	1,0	0,188182%
167	291390	BA	Ipiaú	47.388	2,0	0,376364%
168	291400	BA	Ipirá	62.172	2,4	0,451637%
169	291410	BA	Ipupiara	10.054	0,6	0,112909%
170	291420	BA	Irajuba	7.443	0,6	0,112909%
171	291430	BA	Iramaia	10.809	0,8	0,150546%
172	291440	BA	Iraquara	24.712	1,4	0,263455%
173	291450	BA	Irará	29.770	1,4	0,263455%
174	291460	BA	Irecê	72.730	2,6	0,489274%
175	291465	BA	Itabela	30.852	1,6	0,301091%
176	291470	BA	Itaberaba	66.065	2,4	0,451637%
177	291480	BA	Itabuna	218.925	4,0	0,752729%
178	291490	BA	Itacaré	27.198	1,4	0,263455%
179	291500	BA	Itaeté	16.370	1,0	0,188182%
180	291510	BA	Itagi	13.448	0,8	0,150546%
181	291520	BA	Itagibá	15.871	1,0	0,188182%
182	291530	BA	Itagimirim	7.384	0,6	0,112909%
183	291535	BA	Itaguaçu da Bahia	14.533	1,0	0,188182%
184	291540	BA	Itaju do Colônia	7.428	0,6	0,112909%
185	291550	BA	Itajuípe	21.817	1,2	0,225819%
186	291560	BA	Itamaraju	67.191	2,4	0,451637%
187	291570	BA	Itamari	8.534	0,6	0,112909%
188	291580	BA	Itambé	23.520	1,2	0,225819%
189	291590	BA	Itanagra	8.029	0,6	0,112909%
190	291600	BA	Itanhém	20.671	1,2	0,225819%
191	291610	BA	Itaparica	22.476	1,2	0,225819%
192	291620	BA	Itapé	10.448	0,8	0,150546%
193	291630	BA	Itapebi	10.910	0,8	0,150546%
194	291640	BA	Itapetinga	75.440	2,6	0,489274%
195	291650	BA	Itapicuru	35.632	1,6	0,301091%
196	291660	BA	Itapitanga	10.799	0,8	0,150546%
197	291670	BA	Itaquara	8.480	0,6	0,112909%
198	291680	BA	Itarantim	19.968	1,2	0,225819%
199	291685	BA	Itatim	14.691	1,0	0,188182%
200	291690	BA	Itiruçu	13.336	0,8	0,150546%
201	291700	BA	Itiúba	38.413	1,8	0,338728%
202	291710	BA	Itororó	21.143	1,2	0,225819%
203	291720	BA	Ituaçu	19.311	1,2	0,225819%
204	291730	BA	Ituberá	28.934	1,4	0,263455%
205	291733	BA	Iuiú	11.294	0,8	0,150546%
206	291735	BA	Jaborandi	9.318	0,6	0,112909%
207	291740	BA	Jacaraci	15.380	1,0	0,188182%
208	291750	BA	Jacobina	84.577	2,8	0,526910%
209	291760	BA	Jaguaquara	55.127	2,2	0,414001%
210	291770	BA	Jaguarari	32.969	1,6	0,301091%
211	291780	BA	Jaguaripe	18.432	1,2	0,225819%
212	291790	BA	Jandaíra	11.031	0,8	0,150546%
213	291800	BA	Jequié	161.150	4,0	0,752729%
214	291810	BA	Jeremoabo	40.851	1,8	0,338728%
215	291820	BA	Jiquiriçá	14.993	1,0	0,188182%
216	291830	BA	Jitaúna	13.636	1,0	0,188182%
217	291835	BA	João Dourado	24.894	1,4	0,263455%
218	291840	BA	Juazeiro	216.588	4,0	0,752729%
219	291845	BA	Jucuruçu	10.272	0,8	0,150546%
220	291850	BA	Jussara	15.844	1,0	0,188182%
221	291855	BA	Jussari	6.434	0,6	0,112909%
222	291860	BA	Jussiape	7.429	0,6	0,112909%
223	291870	BA	Lafaiete Coutinho	4.046	0,6	0,112909%
224	291875	BA	Lagoa Real	15.676	1,0	0,188182%
225	291880	BA	Laje	23.682	1,2	0,225819%
226	291890	BA	Lajedão	3.997	0,6	0,112909%
227	291900	BA	Lajedinho	3.993	0,6	0,112909%
228	291905	BA	Lajedo do Tabocal	8.810	0,6	0,112909%
229	291910	BA	Lamarão	9.554	0,6	0,112909%
230	291915	BA	Lapão	27.432	1,4	0,263455%
231	291920	BA	Lauro de Freitas	188.013	4,0	0,752729%
232	291930	BA	Lençóis	11.340	0,8	0,150546%
233	291940	BA	Licínio de Almeida	12.965	0,8	0,150546%
234	291950	BA	Livramento de Nossa Senhora	45.647	2,0	0,376364%
235	291955	BA	Luís Eduardo Magalhães	76.420	2,6	0,489274%
236	291960	BA	Macajuba	11.836	0,8	0,150546%
237	291970	BA	Macarani	18.608	1,2	0,225819%
238	291980	BA	Macaúbas	49.861	2,0	0,376364%
239	291990	BA	Macururé	8.390	0,6	0,112909%
240	291992	BA	Madre de Deus	19.985	1,2	0,225819%
241	291995	BA	Maetinga	5.561	0,6	0,112909%
242	292000	BA	Maiquinique	9.976	0,6	0,112909%
243	292010	BA	Mairi	20.144	1,2	0,225819%
244	292020	BA	Malhada	17.416	1,2	0,225819%
245	292030	BA	Malhada de Pedras	8.918	0,6	0,112909%
246	292040	BA	Manoel Vitorino	14.618	1,0	0,188182%
247	292045	BA	Mansidão	13.652	1,0	0,188182%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

248	292050	BA	Maracás	24.156	1,4	0,263455%
249	292060	BA	Maragogipe	45.928	2,0	0,376364%
250	292070	BA	Maraú	21.098	1,2	0,225819%
251	292080	BA	Marcionílio Souza	10.962	0,8	0,150546%
252	292090	BA	Mascote	15.131	1,0	0,188182%
253	292100	BA	Mata de São João	45.194	2,0	0,376364%
254	292105	BA	Matina	12.217	0,8	0,150546%
255	292110	BA	Medeiros Neto	23.420	1,2	0,225819%
256	292120	BA	Miguel Calmon	27.627	1,4	0,263455%
257	292130	BA	Milagres	11.700	0,8	0,150546%
258	292140	BA	Mirangaba	17.881	1,2	0,225819%
259	292145	BA	Mirante	10.081	0,6	0,112909%
260	292150	BA	Monte Santo	54.807	2,2	0,414001%
261	292160	BA	Morpará	8.977	0,6	0,112909%
262	292170	BA	Morro do Chapéu	36.641	1,6	0,301091%
263	292180	BA	Mortugaba	12.450	0,8	0,150546%
264	292190	BA	Mucugê	10.400	0,8	0,150546%
265	292200	BA	Mucuri	40.514	1,8	0,338728%
266	292205	BA	Mulungu do Morro	12.398	0,8	0,150546%
267	292210	BA	Mundo Novo	26.935	1,4	0,263455%
268	292220	BA	Muniz Ferreira	7.860	0,6	0,112909%
269	292225	BA	Muquém de São Francisco	11.552	0,8	0,150546%
270	292230	BA	Muritiba	30.691	1,6	0,301091%
271	292240	BA	Mutuípe	22.742	1,2	0,225819%
272	292250	BA	Nazaré	29.297	1,4	0,263455%
273	292260	BA	Nilo Peçanha	14.119	1,0	0,188182%
274	292265	BA	Nordestina	13.270	0,8	0,150546%
275	292270	BA	Nova Canaã	17.048	1,2	0,225819%
276	292273	BA	Nova Fátima	8.105	0,6	0,112909%
277	292275	BA	Nova Ibiá	7.063	0,6	0,112909%
278	292280	BA	Nova Itarana	8.192	0,6	0,112909%
279	292285	BA	Nova Redenção	9.453	0,6	0,112909%
280	292290	BA	Nova Soure	25.813	1,4	0,263455%
281	292300	BA	Nova Viçosa	42.754	1,8	0,338728%
282	292303	BA	Novo Horizonte	12.085	0,8	0,150546%
283	292305	BA	Novo Triunfo	15.969	1,0	0,188182%
284	292310	BA	Olindina	26.722	1,4	0,263455%
285	292320	BA	Oliveira dos Brejinhos	22.756	1,2	0,225819%
286	292330	BA	Ouriçangas	8.822	0,6	0,112909%
287	292335	BA	Ourolândia	17.691	1,2	0,225819%
288	292340	BA	Palmas de Monte Alto	22.340	1,2	0,225819%
289	292350	BA	Palmeiras	9.066	0,6	0,112909%
290	292360	BA	Paramirim	21.961	1,2	0,225819%
291	292370	BA	Paratinga	32.452	1,6	0,301091%
292	292380	BA	Paripiranga	29.769	1,4	0,263455%
293	292390	BA	Pau Brasil	11.031	0,8	0,150546%
294	292400	BA	Paulo Afonso	118.323	3,4	0,639815%
295	292405	BA	Pé de Serra	14.474	1,0	0,188182%
296	292410	BA	Pedrão	7.511	0,6	0,112909%
297	292420	BA	Pedro Alexandre	18.094	1,2	0,225819%
298	292430	BA	Piatã	18.584	1,2	0,225819%
299	292440	BA	Pilão Arcado	35.255	1,6	0,301091%
300	292450	BA	Pindaí	16.758	1,0	0,188182%
301	292460	BA	Pindobaçu	21.087	1,2	0,225819%
302	292465	BA	Pintadas	10.769	0,8	0,150546%
303	292467	BA	Piraí do Norte	9.777	0,6	0,112909%
304	292470	BA	Piripá	12.452	0,8	0,150546%
305	292480	BA	Piritiba	24.785	1,4	0,263455%
306	292490	BA	Planaltino	9.413	0,6	0,112909%
307	292500	BA	Planalto	26.436	1,4	0,263455%
308	292510	BA	Poções	48.655	2,0	0,376364%
309	292520	BA	Pojuca	37.061	1,6	0,301091%
310	292525	BA	Ponto Novo	16.242	1,0	0,188182%
311	292530	BA	Porto Seguro	143.282	3,8	0,715092%
312	292540	BA	Potiraguá	9.263	0,6	0,112909%
313	292550	BA	Prado	29.158	1,4	0,263455%
314	292560	BA	Presidente Dutra	14.672	1,0	0,188182%
315	292570	BA	Presidente Jânio Quadros	13.307	0,8	0,150546%
316	292575	BA	Presidente Tancredo Neves	27.187	1,4	0,263455%
317	292580	BA	Queimadas	26.054	1,4	0,263455%
318	292590	BA	Quijingue	29.088	1,4	0,263455%
319	292593	BA	Quixabeira	10.038	0,6	0,112909%
320	292595	BA	Rafael Jambeiro	24.305	1,4	0,263455%
321	292600	BA	Remanso	42.056	1,8	0,338728%
322	292610	BA	Retirolândia	13.209	0,8	0,150546%
323	292620	BA	Riachão das Neves	23.237	1,2	0,225819%
324	292630	BA	Riachão do Jacuípe	35.322	1,6	0,301091%
325	292640	BA	Riacho de Santana	35.819	1,6	0,301091%
326	292650	BA	Ribeira do Amparo	15.229	1,0	0,188182%
327	292660	BA	Ribeira do Pombal	51.026	2,2	0,414001%
328	292665	BA	Ribeirão do Largo	8.713	0,6	0,112909%
329	292670	BA	Rio de Contas	13.653	1,0	0,188182%
330	292680	BA	Rio do Antônio	15.530	1,0	0,188182%
331	292690	BA	Rio do Pires	12.060	0,8	0,150546%
332	292700	BA	Rio Real	40.515	1,8	0,338728%
333	292710	BA	Rodelas	8.763	0,6	0,112909%
334	292720	BA	Ruy Barbosa	31.780	1,6	0,301091%
335	292730	BA	Salinas da Margarida	15.171	1,0	0,188182%
336	292750	BA	Santa Bárbara	20.635	1,2	0,225819%
337	292760	BA	Santa Brígida	15.237	1,0	0,188182%
338	292770	BA	Santa Cruz Cabrália	28.045	1,4	0,263455%
339	292780	BA	Santa Cruz da Vitória	6.778	0,6	0,112909%
340	292790	BA	Santa Inês	11.186	0,8	0,150546%
341	292805	BA	Santa Luzia	13.579	0,8	0,150546%
342	292810	BA	Santa Maria da Vitória	41.809	1,8	0,338728%
343	292840	BA	Santa Rita de Cássia	28.642	1,4	0,263455%
344	292850	BA	Santa Teresinha	10.514	0,8	0,150546%
345	292800	BA	Santaluz	36.690	1,6	0,301091%
346	292820	BA	Santana	27.132	1,4	0,263455%
347	292830	BA	Santanópolis	9.407	0,6	0,112909%
348	292860	BA	Santo Amaro	61.559	2,4	0,451637%
349	292870	BA	Santo Antônio de Jesus	100.550	3,0	0,564546%
350	292880	BA	Santo Estêvão	52.704	2,2	0,414001%
351	292890	BA	São Desidério	32.078	1,6	0,301091%
352	292895	BA	São Domingos	9.849	0,6	0,112909%
353	292910	BA	São Felipe	21.548	1,2	0,225819%
354	292900	BA	São Félix	15.049	1,0	0,188182%
355	292905	BA	São Félix do Coribe	15.548	1,0	0,188182%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

356	292920	BA	São Francisco do Conde	38.838	1,8	0,338728%
357	292925	BA	São Gabriel	19.519	1,2	0,225819%
358	292930	BA	São Gonçalo dos Campos	37.111	1,6	0,301091%
359	292935	BA	São José da Vitória	6.158	0,6	0,112909%
360	292937	BA	São José do Jacuípe	11.002	0,8	0,150546%
361	292940	BA	São Miguel das Matas	11.963	0,8	0,150546%
362	292950	BA	São Sebastião do Passé	45.292	2,0	0,376364%
363	292960	BA	Sapeaçu	17.630	1,2	0,225819%
364	292970	BA	Sátiro Dias	20.259	1,2	0,225819%
365	292975	BA	Saubara	12.161	0,8	0,150546%
366	292980	BA	Saúde	12.693	0,8	0,150546%
367	292990	BA	Seabra	44.999	2,0	0,376364%
368	293000	BA	Sebastião Laranjeiras	11.435	0,8	0,150546%
369	293010	BA	Senhor do Bonfim	80.810	2,6	0,489274%
370	293020	BA	Sento Sé	41.102	1,8	0,338728%
371	293015	BA	Serra do Ramalho	33.022	1,6	0,301091%
372	293030	BA	Serra Dourada	18.428	1,2	0,225819%
373	293040	BA	Serra Preta	15.507	1,0	0,188182%
374	293050	BA	Serrinha	82.733	2,8	0,526910%
375	293060	BA	Serrolândia	13.308	0,8	0,150546%
376	293070	BA	Simões Filho	131.630	3,6	0,677452%
377	293075	BA	Sítio do Mato	13.256	0,8	0,150546%
378	293076	BA	Sítio do Quinto	12.034	0,8	0,150546%
379	293077	BA	Sobradinho	23.511	1,2	0,225819%
380	293080	BA	Souto Soares	17.239	1,2	0,225819%
381	293090	BA	Tabocas do Brejo Velho	13.008	0,8	0,150546%
382	293100	BA	Tanhaçu	21.264	1,2	0,225819%
383	293105	BA	Tanque Novo	17.601	1,2	0,225819%
384	293110	BA	Tanquinho	8.532	0,6	0,112909%
385	293120	BA	Taperoá	20.886	1,2	0,225819%
386	293130	BA	Tapiramutá	17.413	1,2	0,225819%
387	293135	BA	Teixeira de Freitas	155.659	3,8	0,715092%
388	293140	BA	Teodoro Sampaio	8.067	0,6	0,112909%
389	293150	BA	Teofilândia	22.944	1,2	0,225819%
390	293160	BA	Teolândia	15.079	1,0	0,188182%
391	293170	BA	Terra Nova	13.537	0,8	0,150546%
392	293180	BA	Tremedal	18.367	1,2	0,225819%
393	293190	BA	Tucano	56.131	2,2	0,414001%
394	293200	BA	Uauá	25.178	1,4	0,263455%
395	293210	BA	Ubaíra	20.770	1,2	0,225819%
396	293220	BA	Ubaitaba	20.993	1,2	0,225819%
397	293230	BA	Ubatã	26.787	1,4	0,263455%
398	293240	BA	Uibaí	14.460	1,0	0,188182%
399	293245	BA	Umburanas	18.851	1,2	0,225819%
400	293250	BA	Una	22.535	1,2	0,225819%
401	293260	BA	Urandi	17.270	1,2	0,225819%
402	293270	BA	Uruçuca	21.924	1,2	0,225819%
403	293280	BA	Utinga	19.490	1,2	0,225819%
404	293290	BA	Valença	96.507	3,0	0,564546%
405	293300	BA	Valente	27.545	1,4	0,263455%
406	293305	BA	Várzea da Roça	14.693	1,0	0,188182%
407	293310	BA	Várzea do Poço	9.364	0,6	0,112909%
408	293315	BA	Várzea Nova	13.524	0,8	0,150546%
409	293317	BA	Varzedo	9.405	0,6	0,112909%
410	293320	BA	Vera Cruz	42.103	1,8	0,338728%
411	293325	BA	Vereda	6.737	0,6	0,112909%
412	293330	BA	Vitória da Conquista	340.199	4,0	0,752729%
413	293340	BA	Wagner	9.720	0,6	0,112909%
414	293345	BA	Wanderley	13.047	0,8	0,150546%
415	293350	BA	Wenceslau Guimarães	22.621	1,2	0,225819%
416	293360	BA	Xique-Xique	48.210	2,0	0,376364%
			T O T A L	12.223.444	531,4	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015

Estado: CE - CEARÁ

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	230010	CE	Abaiara	11.226	0,8	0,303951%
2	230015	CE	Acarape	16.153	1,0	0,379939%
3	230020	CE	Acaraú	60.684	2,2	0,835866%
4	230030	CE	Acopiara	52.903	2,2	0,835866%
5	230040	CE	Aiuaba	16.893	1,0	0,379939%
6	230050	CE	Alcântaras	11.247	0,8	0,303951%
7	230060	CE	Altaneira	7.271	0,6	0,227964%
8	230070	CE	Alto Santo	16.823	1,0	0,379939%
9	230075	CE	Amontada	41.672	1,8	0,683891%
10	230080	CE	Antonina do Norte	7.200	0,6	0,227964%
11	230090	CE	Apuiarés	14.483	1,0	0,379939%
12	230100	CE	Aquiraz	76.967	2,6	0,987842%
13	230110	CE	Aracati	72.248	2,6	0,987842%
14	230120	CE	Aracoiaba	26.062	1,4	0,531915%
15	230125	CE	Ararendá	10.750	0,8	0,303951%
16	230130	CE	Araripe	21.230	1,2	0,455927%
17	230140	CE	Aratuba	11.419	0,8	0,303951%
18	230150	CE	Arneiroz	7.768	0,6	0,227964%
19	230160	CE	Assaré	23.058	1,2	0,455927%
20	230170	CE	Aurora	24.658	1,4	0,531915%
21	230180	CE	Baixio	6.182	0,6	0,227964%
22	230185	CE	Banabuiú	17.842	1,2	0,455927%
23	230190	CE	Barbalha	58.347	2,2	0,835866%
24	230195	CE	Barreira	20.532	1,2	0,455927%
25	230200	CE	Barro	22.193	1,2	0,455927%
26	230205	CE	Barroquinha	14.800	1,0	0,379939%
27	230210	CE	Baturité	34.735	1,6	0,607903%
28	230220	CE	Beberibe	51.885	2,2	0,835866%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

29	230230	CE	Bela Cruz	31.956	1,6	0,607903%
30	230240	CE	Boa Viagem	53.725	2,2	0,835866%
31	230250	CE	Brejo Santo	47.645	2,0	0,759878%
32	230260	CE	Camocim	62.201	2,4	0,911854%
33	230270	CE	Campos Sales	27.077	1,4	0,531915%
34	230280	CE	Canindé	76.724	2,6	0,987842%
35	230290	CE	Capistrano	17.523	1,2	0,455927%
36	230300	CE	Caridade	21.524	1,2	0,455927%
37	230310	CE	Cariré	18.637	1,2	0,455927%
38	230320	CE	Caririaçu	26.840	1,4	0,531915%
39	230330	CE	Cariús	18.813	1,2	0,455927%
40	230340	CE	Carnaubal	17.374	1,2	0,455927%
41	230350	CE	Cascavel	69.498	2,4	0,911854%
42	230360	CE	Catarina	19.882	1,2	0,455927%
43	230365	CE	Catunda	10.257	0,8	0,303951%
44	230370	CE	Caucaia	349.526	4,0	1,519757%
45	230380	CE	Cedro	24.986	1,4	0,531915%
46	230390	CE	Chaval	12.888	0,8	0,303951%
47	230393	CE	Choró	13.246	0,8	0,303951%
48	230395	CE	Chorozinho	19.189	1,2	0,455927%
49	230400	CE	Coreaú	22.773	1,2	0,455927%
50	230410	CE	Crateús	74.188	2,6	0,987842%
51	230420	CE	Crato	127.657	3,4	1,291793%
52	230423	CE	Croatá	17.650	1,2	0,455927%
53	230425	CE	Cruz	23.514	1,2	0,455927%
54	230426	CE	Deputado Irapuan Pinheiro	9.403	0,6	0,227964%
55	230427	CE	Ererê	7.073	0,6	0,227964%
56	230428	CE	Eusébio	50.308	2,0	0,759878%
57	230430	CE	Farias Brito	18.937	1,2	0,455927%
58	230435	CE	Forquilha	23.276	1,2	0,455927%
59	230445	CE	Fortim	15.781	1,0	0,379939%
60	230450	CE	Frecheirinha	13.473	0,8	0,303951%
61	230460	CE	General Sampaio	6.679	0,6	0,227964%
62	230465	CE	Graça	15.287	1,0	0,379939%
63	230470	CE	Granja	53.682	2,2	0,835866%
64	230480	CE	Granjeiro	4.531	0,6	0,227964%
65	230490	CE	Groaíras	10.759	0,8	0,303951%
66	230495	CE	Guaiúba	25.581	1,4	0,531915%
67	230500	CE	Guaraciaba do Norte	38.995	1,8	0,683891%
68	230510	CE	Guaramiranga	3.812	0,6	0,227964%
69	230520	CE	Hidrolândia	19.970	1,2	0,455927%
70	230523	CE	Horizonte	62.002	2,4	0,911854%
71	230526	CE	Ibaretama	13.172	0,8	0,303951%
72	230530	CE	Ibiapina	24.555	1,4	0,531915%
73	230533	CE	Ibicuitinga	12.012	0,8	0,303951%
74	230535	CE	Icapuí	19.276	1,2	0,455927%
75	230540	CE	Icó	67.045	2,4	0,911854%
76	230550	CE	Iguatu	100.733	3,0	1,139819%
77	230560	CE	Independência	25.952	1,4	0,531915%
78	230565	CE	Ipaporanga	11.500	0,8	0,303951%
79	230570	CE	Ipaumirim	12.281	0,8	0,303951%
80	230580	CE	Ipu	41.292	1,8	0,683891%
81	230590	CE	Ipueiras	38.089	1,8	0,683891%
82	230600	CE	Iracema	14.042	1,0	0,379939%
83	230610	CE	Irauçuba	23.376	1,2	0,455927%
84	230620	CE	Itaiçaba	7.612	0,6	0,227964%
85	230625	CE	Itaitinga	38.131	1,8	0,683891%
86	230630	CE	Itapagé	50.671	2,0	0,759878%
87	230640	CE	Itapipoca	123.613	3,4	1,291793%
88	230650	CE	Itapiúna	19.570	1,2	0,455927%
89	230655	CE	Itarema	39.955	1,8	0,683891%
90	230660	CE	Itatira	20.077	1,2	0,455927%
91	230670	CE	Jaguaretama	18.018	1,2	0,455927%
92	230680	CE	Jaguaribara	10.999	0,8	0,303951%
93	230690	CE	Jaguaribe	34.621	1,6	0,607903%
94	230700	CE	Jaguaruana	33.324	1,6	0,607903%
95	230710	CE	Jardim	27.069	1,4	0,531915%
96	230720	CE	Jati	7.785	0,6	0,227964%
97	230725	CE	Jijoca de Jericoacoara	18.616	1,2	0,455927%
98	230730	CE	Juazeiro do Norte	263.704	4,0	1,519757%
99	230740	CE	Jucás	24.417	1,4	0,531915%
100	230750	CE	Lavras da Mangabeira	31.409	1,6	0,607903%
101	230760	CE	Limoeiro do Norte	57.782	2,2	0,835866%
102	230763	CE	Madalena	19.225	1,2	0,455927%
103	230765	CE	Maracanaú	219.749	4,0	1,519757%
104	230770	CE	Maranguape	122.020	3,4	1,291793%
105	230780	CE	Marco	26.219	1,4	0,531915%
106	230790	CE	Martinópole	10.796	0,8	0,303951%
107	230800	CE	Massapê	37.214	1,6	0,607903%
108	230810	CE	Mauriti	45.881	2,0	0,759878%
109	230820	CE	Meruoca	14.529	1,0	0,379939%
110	230830	CE	Milagres	28.419	1,4	0,531915%
111	230835	CE	Milhã	13.188	0,8	0,303951%
112	230837	CE	Miraíma	13.345	0,8	0,303951%
113	230840	CE	Missão Velha	35.150	1,6	0,607903%
114	230850	CE	Mombaça	43.557	1,8	0,683891%
115	230860	CE	Monsenhor Tabosa	16.998	1,2	0,455927%
116	230870	CE	Morada Nova	62.091	2,4	0,911854%
117	230880	CE	Moraújo	8.457	0,6	0,227964%
118	230890	CE	Morrinhos	21.737	1,2	0,455927%
119	230900	CE	Mucambo	14.346	1,0	0,379939%
120	230910	CE	Mulungu	12.364	0,8	0,303951%
121	230920	CE	Nova Olinda	15.048	1,0	0,379939%
122	230930	CE	Nova Russas	31.783	1,6	0,607903%
123	230940	CE	Novo Oriente	28.149	1,4	0,531915%
124	230945	CE	Ocara	24.979	1,4	0,531915%
125	230950	CE	Orós	21.447	1,2	0,455927%
126	230960	CE	Pacajus	67.678	2,4	0,911854%
127	230970	CE	Pacatuba	79.077	2,6	0,987842%
128	230980	CE	Pacoti	11.884	0,8	0,303951%
129	230990	CE	Pacujá	6.150	0,6	0,227964%
130	231000	CE	Palhano	9.169	0,6	0,227964%
131	231010	CE	Palmácia	12.762	0,8	0,303951%
132	231020	CE	Paracuru	33.178	1,6	0,607903%
133	231025	CE	Paraipaba	31.705	1,6	0,607903%
134	231030	CE	Parambu	31.376	1,6	0,607903%
135	231040	CE	Paramoti	11.533	0,8	0,303951%
136	231050	CE	Pedra Branca	42.696	1,8	0,683891%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

137	231060	CE	Penaforte	8.743	0,6	0,227964%
138	231070	CE	Pentecoste	36.611	1,6	0,607903%
139	231080	CE	Pereiro	16.089	1,0	0,379939%
140	231085	CE	Pindoretama	19.975	1,2	0,455927%
141	231090	CE	Piquet Carneiro	16.318	1,0	0,379939%
142	231095	CE	Pires Ferreira	10.616	0,8	0,303951%
143	231100	CE	Poranga	12.214	0,8	0,303951%
144	231110	CE	Porteiras	15.058	1,0	0,379939%
145	231120	CE	Potengi	10.722	0,8	0,303951%
146	231123	CE	Potiretama	6.299	0,6	0,227964%
147	231126	CE	Quiterianópolis	20.600	1,2	0,455927%
148	231130	CE	Quixadá	84.684	2,8	1,063830%
149	231135	CE	Quixelô	14.997	1,0	0,379939%
150	231140	CE	Quixeramobim	76.386	2,6	0,987842%
151	231150	CE	Quixeré	21.410	1,2	0,455927%
152	231160	CE	Redenção	27.182	1,4	0,531915%
153	231170	CE	Reriutaba	19.145	1,2	0,455927%
154	231180	CE	Russas	74.243	2,6	0,987842%
155	231190	CE	Saboeiro	15.793	1,0	0,379939%
156	231195	CE	Salitre	16.070	1,0	0,379939%
157	231220	CE	Santa Quitéria	43.359	1,8	0,683891%
158	231200	CE	Santana do Acaraú	31.369	1,6	0,607903%
159	231210	CE	Santana do Cariri	17.457	1,2	0,455927%
160	231230	CE	São Benedito	45.917	2,0	0,759878%
161	231240	CE	São Gonçalo do Amarante	46.783	2,0	0,759878%
162	231250	CE	São João do Jaguaribe	7.774	0,6	0,227964%
163	231260	CE	São Luís do Curu	12.713	0,8	0,303951%
164	231270	CE	Senador Pompeu	26.600	1,4	0,531915%
165	231280	CE	Senador Sá	7.290	0,6	0,227964%
166	231290	CE	Sobral	199.750	4,0	1,519757%
167	231300	CE	Solonópole	18.060	1,2	0,455927%
168	231310	CE	Tabuleiro do Norte	30.143	1,4	0,531915%
169	231320	CE	Tamboril	25.635	1,4	0,531915%
170	231325	CE	Tarrafas	8.923	0,6	0,227964%
171	231330	CE	Tauá	57.478	2,2	0,835866%
172	231335	CE	Tejuçuoca	18.301	1,2	0,455927%
173	231340	CE	Tianguá	72.803	2,6	0,987842%
174	231350	CE	Trairi	53.998	2,2	0,835866%
175	231355	CE	Tururu	15.413	1,0	0,379939%
176	231360	CE	Ubajara	33.505	1,6	0,607903%
177	231370	CE	Umari	7.662	0,6	0,227964%
178	231375	CE	Umirim	19.437	1,2	0,455927%
179	231380	CE	Uruburetama	20.991	1,2	0,455927%
180	231390	CE	Uruoca	13.435	0,8	0,303951%
181	231395	CE	Varjota	18.081	1,2	0,455927%
182	231400	CE	Várzea Alegre	39.861	1,8	0,683891%
183	231410	CE	Viçosa do Ceará	58.332	2,2	0,835866%
			T O T A L	6.270.895	263,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: ES - ESPÍRITO SANTO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014) A	CIFPM - Interior B	Participação Relativa no Total do Estado C (B / tot.B) x 100
1	320010	ES	Afonso Cláudio	32.502	1,6	1,459854%
2	320016	ES	Água Doce do Norte	12.094	0,8	0,729927%
3	320013	ES	Águia Branca	10.055	0,6	0,547445%
4	320020	ES	Alegre	32.236	1,6	1,459854%
5	320030	ES	Alfredo Chaves	14.916	1,0	0,912409%
6	320035	ES	Alto Rio Novo	7.888	0,6	0,547445%
7	320040	ES	Anchieta	27.145	1,4	1,277372%
8	320050	ES	Apiacá	7.920	0,6	0,547445%
9	320060	ES	Aracruz	93.325	3,0	2,737224%
10	320070	ES	Atilio Vivacqua	11.023	0,8	0,729927%
11	320080	ES	Baixo Guandu	31.298	1,6	1,459854%
12	320090	ES	Barra de São Francisco	44.244	2,0	1,824818%
13	320100	ES	Boa Esperança	15.244	1,0	0,912409%
14	320110	ES	Bom Jesus do Norte	10.136	0,6	0,547445%
15	320115	ES	Brejetuba	12.712	0,8	0,729927%
16	320120	ES	Cachoeiro de Itapemirim	206.973	4,0	3,649635%
17	320130	ES	Cariacica	378.915	4,0	3,649635%
18	320140	ES	Castelo	37.582	1,8	1,642336%
19	320150	ES	Colatina	121.670	3,4	3,102190%
20	320160	ES	Conceição da Barra	30.895	1,6	1,459854%
21	320170	ES	Conceição do Castelo	12.673	0,8	0,729927%
22	320180	ES	Divino de São Lourenço	4.669	0,6	0,547445%
23	320190	ES	Domingos Martins	34.239	1,6	1,459854%
24	320200	ES	Dores do Rio Preto	6.859	0,6	0,547445%
25	320210	ES	Ecoporanga	24.299	1,4	1,277372%
26	320220	ES	Fundão	19.585	1,2	1,094891%
27	320225	ES	Governador Lindenberg	12.120	0,8	0,729927%
28	320230	ES	Guaçuí	30.417	1,4	1,277372%
29	320240	ES	Guarapari	118.056	3,4	3,102190%
30	320245	ES	Ibatiba	24.913	1,4	1,277372%
31	320250	ES	Ibiraçu	12.242	0,8	0,729927%
32	320255	ES	Ibitirama	9.393	0,6	0,547445%
33	320260	ES	Iconha	13.669	1,0	0,912409%
34	320265	ES	Irupi	12.948	0,8	0,729927%
35	320270	ES	Itaguaçu	14.836	1,0	0,912409%
36	320280	ES	Itapemirim	33.952	1,6	1,459854%
37	320290	ES	Itarana	11.319	0,8	0,729927%
38	320300	ES	Iúna	29.423	1,4	1,277372%
39	320305	ES	Jaguaré	28.126	1,4	1,277372%
40	320310	ES	Jerônimo Monteiro	11.792	0,8	0,729927%
41	320313	ES	João Neiva	16.946	1,0	0,912409%
42	320316	ES	Laranja da Terra	11.428	0,8	0,729927%
43	320320	ES	Linhares	160.765	4,0	3,649635%
44	320330	ES	Mantenópolis	14.966	1,0	0,912409%
45	320332	ES	Marataízes	37.535	1,8	1,642336%
46	320334	ES	Marechal Floriano	15.910	1,0	0,912409%
47	320335	ES	Marilândia	12.224	0,8	0,729927%
48	320340	ES	Mimoso do Sul	27.329	1,4	1,277372%
49	320350	ES	Montanha	19.138	1,2	1,094891%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PORTERCEIROS

50	320360	ES	Mucurici	5.897	0,6	0,547445%
51	320370	ES	Muniz Freire	18.994	1,2	1,094891%
52	320380	ES	Muqui	15.533	1,0	0,912409%
53	320390	ES	Nova Venécia	49.932	2,0	1,824818%
54	320400	ES	Pancas	23.273	1,2	1,094891%
55	320405	ES	Pedro Canário	25.916	1,4	1,277372%
56	320410	ES	Pinheiros	26.309	1,4	1,277372%
57	320420	ES	Piúma	20.395	1,2	1,094891%
58	320425	ES	Ponto Belo	7.670	0,6	0,547445%
59	320430	ES	Presidente Kennedy	11.221	0,8	0,729927%
60	320435	ES	Rio Bananal	19.038	1,2	1,094891%
61	320440	ES	Rio Novo do Sul	12.020	0,8	0,729927%
62	320450	ES	Santa Leopoldina	12.883	0,8	0,729927%
63	320455	ES	Santa Maria de Jetibá	38.290	1,8	1,642336%
64	320460	ES	Santa Teresa	23.585	1,2	1,094891%
65	320465	ES	São Domingos do Norte	8.652	0,6	0,547445%
66	320470	ES	São Gabriel da Palha	35.785	1,6	1,459854%
67	320480	ES	São José do Calçado	11.000	0,8	0,729927%
68	320490	ES	São Mateus	122.668	3,4	3,102190%
69	320495	ES	São Roque do Canaã	12.283	0,8	0,729927%
70	320500	ES	Serra	476.428	4,0	3,649635%
71	320501	ES	Sooretama	27.409	1,4	1,277372%
72	320503	ES	Vargem Alta	20.944	1,2	1,094891%
73	320506	ES	Venda Nova do Imigrante	23.313	1,2	1,094891%
74	320510	ES	Viana	73.318	2,6	2,372262%
75	320515	ES	Vila Pavão	9.320	0,6	0,547445%
76	320517	ES	Vila Valério	14.635	1,0	0,912409%
77	320520	ES	Vila Velha	465.690	4,0	3,649635%
			T O T A L	3.532.945	109,6	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: GO - GOIÁS

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	520005	GO	Abadia de Goiás	7.733	0,6	0,247934%
2	520010	GO	Abadiânia	17.701	1,2	0,495868%
3	520013	GO	Acreúna	21.549	1,2	0,495868%
4	520015	GO	Adelândia	2.554	0,6	0,247934%
5	520017	GO	Água Fria de Goiás	5.451	0,6	0,247934%
6	520020	GO	Água Limpa	2.007	0,6	0,247934%
7	520025	GO	Águas Lindas de Goiás	182.526	4,0	1,652893%
8	520030	GO	Alexânia	25.805	1,4	0,578512%
9	520050	GO	Aloândia	2.084	0,6	0,247934%
10	520055	GO	Alto Horizonte	5.307	0,6	0,247934%
11	520060	GO	Alto Paraíso de Goiás	7.328	0,6	0,247934%
12	520080	GO	Alvorada do Norte	8.499	0,6	0,247934%
13	520082	GO	Amaralina	3.658	0,6	0,247934%
14	520085	GO	Americano do Brasil	5.866	0,6	0,247934%
15	520090	GO	Amorinópolis	3.528	0,6	0,247934%
16	520110	GO	Anápolis	361.991	4,0	1,652893%
17	520120	GO	Anhanguera	1.093	0,6	0,247934%
18	520130	GO	Anicuns	21.338	1,2	0,495868%
19	520140	GO	Aparecida de Goiânia	511.323	4,0	1,652893%
20	520145	GO	Aparecida do Rio Doce	2.505	0,6	0,247934%
21	520150	GO	Aporé	4.043	0,6	0,247934%
22	520160	GO	Araçu	3.800	0,6	0,247934%
23	520170	GO	Aragarças	19.426	1,2	0,495868%
24	520180	GO	Aragoiânia	9.278	0,6	0,247934%
25	520215	GO	Araguapaz	7.795	0,6	0,247934%
26	520235	GO	Arenópolis	3.122	0,6	0,247934%
27	520250	GO	Aruanã	8.542	0,6	0,247934%
28	520260	GO	Aurilândia	3.553	0,6	0,247934%
29	520280	GO	Avelinópolis	2.501	0,6	0,247934%
30	520310	GO	Baliza	4.321	0,6	0,247934%
31	520320	GO	Barro Alto	9.820	0,6	0,247934%
32	520330	GO	Bela Vista de Goiás	27.112	1,4	0,578512%
33	520340	GO	Bom Jardim de Goiás	8.790	0,6	0,247934%
34	520350	GO	Bom Jesus de Goiás	22.872	1,2	0,495868%
35	520355	GO	Bonfinópolis	8.508	0,6	0,247934%
36	520357	GO	Bonópolis	3.916	0,6	0,247934%
37	520360	GO	Brazabrantes	3.485	0,6	0,247934%
38	520380	GO	Britânia	5.748	0,6	0,247934%
39	520390	GO	Buriti Alegre	9.431	0,6	0,247934%
40	520393	GO	Buriti de Goiás	2.600	0,6	0,247934%
41	520396	GO	Buritinópolis	3.396	0,6	0,247934%
42	520400	GO	Cabeceiras	7.773	0,6	0,247934%
43	520410	GO	Cachoeira Alta	11.517	0,8	0,330579%
44	520420	GO	Cachoeira de Goiás	1.430	0,6	0,247934%
45	520425	GO	Cachoeira Dourada	8.399	0,6	0,247934%
46	520430	GO	Caçu	14.603	1,0	0,413223%
47	520440	GO	Caiapônia	17.962	1,2	0,495868%
48	520450	GO	Caldas Novas	79.705	2,6	1,074373%
49	520455	GO	Caldazinha	3.582	0,6	0,247934%
50	520460	GO	Campestre de Goiás	3.560	0,6	0,247934%
51	520465	GO	Campinaçu	3.744	0,6	0,247934%
52	520470	GO	Campinorte	11.940	0,8	0,330579%
53	520480	GO	Campo Alegre de Goiás	6.765	0,6	0,247934%
54	520485	GO	Campo Limpo de Goiás	6.957	0,6	0,247934%
55	520490	GO	Campos Belos	19.412	1,2	0,495868%
56	520495	GO	Campos Verdes	4.115	0,6	0,247934%
57	520500	GO	Carmo do Rio Verde	9.571	0,6	0,247934%
58	520505	GO	Castelândia	3.659	0,6	0,247934%
59	520510	GO	Catalão	96.836	3,0	1,239669%
60	520520	GO	Caturaí	4.944	0,6	0,247934%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

61	520530	GO	Cavalcante	9.747	0,6	0,247934%
62	520540	GO	Ceres	21.782	1,2	0,495868%
63	520545	GO	Cezarina	8.119	0,6	0,247934%
64	520547	GO	Chapadão do Céu	8.318	0,6	0,247934%
65	520549	GO	Cidade Ocidental	62.903	2,4	0,991736%
66	520551	GO	Cocalzinho de Goiás	18.871	1,2	0,495868%
67	520552	GO	Colinas do Sul	3.563	0,6	0,247934%
68	520570	GO	Córrego do Ouro	2.590	0,6	0,247934%
69	520580	GO	Corumbá de Goiás	10.896	0,8	0,330579%
70	520590	GO	Corumbaíba	8.945	0,6	0,247934%
71	520620	GO	Cristalina	52.235	2,2	0,909091%
72	520630	GO	Cristianópolis	3.020	0,6	0,247934%
73	520640	GO	Crixás	16.592	1,0	0,413223%
74	520650	GO	Cromínia	3.622	0,6	0,247934%
75	520660	GO	Cumari	3.001	0,6	0,247934%
76	520670	GO	Damianópolis	3.383	0,6	0,247934%
77	520680	GO	Damolândia	2.886	0,6	0,247934%
78	520690	GO	Davinópolis	2.123	0,6	0,247934%
79	520710	GO	Diorama	2.545	0,6	0,247934%
80	520830	GO	Divinópolis de Goiás	5.032	0,6	0,247934%
81	520725	GO	Doverlândia	7.890	0,6	0,247934%
82	520735	GO	Edealina	3.816	0,6	0,247934%
83	520740	GO	Edéia	11.952	0,8	0,330579%
84	520750	GO	Estrela do Norte	3.389	0,6	0,247934%
85	520753	GO	Faina	7.034	0,6	0,247934%
86	520760	GO	Fazenda Nova	6.239	0,6	0,247934%
87	520780	GO	Firminópolis	12.492	0,8	0,330579%
88	520790	GO	Flores de Goiás	13.988	1,0	0,413223%
89	520800	GO	Formosa	110.388	3,2	1,322314%
90	520810	GO	Formoso	4.780	0,6	0,247934%
91	520815	GO	Gameleira de Goiás	3.605	0,6	0,247934%
92	520840	GO	Goianápolis	11.013	0,8	0,330579%
93	520850	GO	Goiandira	5.520	0,6	0,247934%
94	520860	GO	Goianésia	64.861	2,4	0,991736%
95	520880	GO	Goianira	38.607	1,8	0,743802%
96	520890	GO	Goiás	24.615	1,4	0,578512%
97	520910	GO	Goiatuba	33.902	1,6	0,661157%
98	520915	GO	Gouvelândia	5.417	0,6	0,247934%
99	520920	GO	Guapó	14.419	1,0	0,413223%
100	520929	GO	Guaraíta	2.300	0,6	0,247934%
101	520940	GO	Guarani de Goiás	4.235	0,6	0,247934%
102	520945	GO	Guarinos	2.177	0,6	0,247934%
103	520960	GO	Heitoraí	3.718	0,6	0,247934%
104	520970	GO	Hidrolândia	19.392	1,2	0,495868%
105	520980	GO	Hidrolina	3.966	0,6	0,247934%
106	520990	GO	Iaciara	13.292	0,8	0,330579%
107	520993	GO	Inaciolândia	6.023	0,6	0,247934%
108	520995	GO	Indiara	14.729	1,0	0,413223%
109	521000	GO	Inhumas	51.144	2,2	0,909091%
110	521010	GO	Ipameri	26.178	1,4	0,578512%
111	521015	GO	Ipiranga de Goiás	2.935	0,6	0,247934%
112	521020	GO	Iporá	32.169	1,6	0,661157%
113	521030	GO	Israelândia	2.930	0,6	0,247934%
114	521040	GO	Itaberaí	38.983	1,8	0,743802%
115	521056	GO	Itaguari	4.688	0,6	0,247934%
116	521060	GO	Itaguaru	5.504	0,6	0,247934%
117	521080	GO	Itajá	5.005	0,6	0,247934%
118	521090	GO	Itapaci	20.557	1,2	0,495868%
119	521100	GO	Itapirapuã	7.017	0,6	0,247934%
120	521120	GO	Itapuranga	26.667	1,4	0,578512%
121	521130	GO	Itarumã	6.777	0,6	0,247934%
122	521140	GO	Itauçu	8.925	0,6	0,247934%
123	521150	GO	Itumbiara	99.526	3,0	1,239669%
124	521160	GO	Ivolândia	2.626	0,6	0,247934%
125	521170	GO	Jandaia	6.281	0,6	0,247934%
126	521180	GO	Jaraguá	46.048	2,0	0,826446%
127	521190	GO	Jataí	94.890	3,0	1,239669%
128	521200	GO	Jaupaci	3.034	0,6	0,247934%
129	521205	GO	Jesúpolis	2.428	0,6	0,247934%
130	521210	GO	Joviânia	7.398	0,6	0,247934%
131	521220	GO	Jussara	19.402	1,2	0,495868%
132	521225	GO	Lagoa Santa	1.406	0,6	0,247934%
133	521230	GO	Leopoldo de Bulhões	8.150	0,6	0,247934%
134	521250	GO	Luziânia	191.139	4,0	1,652893%
135	521260	GO	Mairipotaba	2.433	0,6	0,247934%
136	521270	GO	Mambaí	7.772	0,6	0,247934%
137	521280	GO	Mara Rosa	10.511	0,8	0,330579%
138	521290	GO	Marzagão	2.184	0,6	0,247934%
139	521295	GO	Matrinchã	4.505	0,6	0,247934%
140	521300	GO	Maurilândia	12.737	0,8	0,330579%
141	521305	GO	Mimoso de Goiás	2.723	0,6	0,247934%
142	521308	GO	Minaçu	31.206	1,6	0,661157%
143	521310	GO	Mineiros	59.275	2,2	0,909091%
144	521340	GO	Moiporá	1.724	0,6	0,247934%
145	521350	GO	Monte Alegre de Goiás	8.243	0,6	0,247934%
146	521370	GO	Montes Claros de Goiás	8.217	0,6	0,247934%
147	521375	GO	Montividiu	11.858	0,8	0,330579%
148	521377	GO	Montividiu do Norte	4.356	0,6	0,247934%
149	521380	GO	Morrinhos	44.204	2,0	0,826446%
150	521385	GO	Morro Agudo de Goiás	2.378	0,6	0,247934%
151	521390	GO	Mossâmedes	4.878	0,6	0,247934%
152	521400	GO	Mozarlândia	14.558	1,0	0,413223%
153	521405	GO	Mundo Novo	6.046	0,6	0,247934%
154	521410	GO	Mutunópolis	3.922	0,6	0,247934%
155	521440	GO	Nazário	8.532	0,6	0,247934%
156	521450	GO	Nerópolis	26.857	1,4	0,578512%
157	521460	GO	Niquelândia	44.895	2,0	0,826446%
158	521470	GO	Nova América	2.350	0,6	0,247934%
159	521480	GO	Nova Aurora	2.168	0,6	0,247934%
160	521483	GO	Nova Crixás	12.571	0,8	0,330579%
161	521486	GO	Nova Glória	8.604	0,6	0,247934%
162	521487	GO	Nova Iguaçu de Goiás	2.935	0,6	0,247934%
163	521490	GO	Nova Roma	3.487	0,6	0,247934%
164	521500	GO	Nova Veneza	8.957	0,6	0,247934%
165	521520	GO	Novo Brasil	3.392	0,6	0,247934%
166	521523	GO	Novo Gama	104.899	3,2	1,322314%
167	521525	GO	Novo Planalto	4.252	0,6	0,247934%
168	521530	GO	Orizona	15.140	1,0	0,413223%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

169	521540	GO	Ouro Verde de Goiás	4.039	0,6	0,247934%
170	521550	GO	Ouvidor	6.038	0,6	0,247934%
171	521560	GO	Padre Bernardo	30.599	1,6	0,661157%
172	521565	GO	Palestina de Goiás	3.490	0,6	0,247934%
173	521570	GO	Palmeiras de Goiás	25.920	1,4	0,578512%
174	521580	GO	Palmelo	2.412	0,6	0,247934%
175	521590	GO	Palminópolis	3.659	0,6	0,247934%
176	521600	GO	Panamá	2.728	0,6	0,247934%
177	521630	GO	Paranaiguara	9.678	0,6	0,247934%
178	521640	GO	Paraúna	11.187	0,8	0,330579%
179	521645	GO	Perolândia	3.090	0,6	0,247934%
180	521680	GO	Petrolina de Goiás	10.546	0,8	0,330579%
181	521690	GO	Pilar de Goiás	2.658	0,6	0,247934%
182	521710	GO	Piracanjuba	24.768	1,4	0,578512%
183	521720	GO	Piranhas	11.238	0,8	0,330579%
184	521730	GO	Pirenópolis	24.279	1,4	0,578512%
185	521740	GO	Pires do Rio	30.469	1,4	0,578512%
186	521760	GO	Planaltina	86.751	2,8	1,157018%
187	521770	GO	Pontalina	17.811	1,2	0,495868%
188	521800	GO	Porangatu	44.534	2,0	0,826446%
189	521805	GO	Porteirão	3.624	0,6	0,247934%
190	521810	GO	Portelândia	4.000	0,6	0,247934%
191	521830	GO	Posse	34.192	1,6	0,661157%
192	521839	GO	Professor Jamil	3.390	0,6	0,247934%
193	521850	GO	Quirinópolis	46.788	2,0	0,826446%
194	521860	GO	Rialma	10.935	0,8	0,330579%
195	521870	GO	Rianápolis	4.768	0,6	0,247934%
196	521878	GO	Rio Quente	3.828	0,6	0,247934%
197	521880	GO	Rio Verde	202.221	4,0	1,652893%
198	521890	GO	Rubiataba	19.747	1,2	0,495868%
199	521900	GO	Sanclerlândia	7.774	0,6	0,247934%
200	521910	GO	Santa Bárbara de Goiás	6.189	0,6	0,247934%
201	521920	GO	Santa Cruz de Goiás	3.119	0,6	0,247934%
202	521925	GO	Santa Fé de Goiás	5.134	0,6	0,247934%
203	521930	GO	Santa Helena de Goiás	38.188	1,8	0,743802%
204	521935	GO	Santa Isabel	3.825	0,6	0,247934%
205	521940	GO	Santa Rita do Araguaia	7.759	0,6	0,247934%
206	521945	GO	Santa Rita do Novo Destino	3.316	0,6	0,247934%
207	521950	GO	Santa Rosa de Goiás	2.772	0,6	0,247934%
208	521960	GO	Santa Tereza de Goiás	3.868	0,6	0,247934%
209	521970	GO	Santa Terezinha de Goiás	10.008	0,6	0,247934%
210	521971	GO	Santo Antônio da Barra	4.679	0,6	0,247934%
211	521973	GO	Santo Antônio de Goiás	5.391	0,6	0,247934%
212	521975	GO	Santo Antônio do Descoberto	69.000	2,4	0,991736%
213	521980	GO	São Domingos	12.163	0,8	0,330579%
214	521990	GO	São Francisco de Goiás	6.328	0,6	0,247934%
215	522000	GO	São João d'Aliança	11.771	0,8	0,330579%
216	522005	GO	São João da Paraúna	1.623	0,6	0,247934%
217	522010	GO	São Luís de Montes Belos	32.164	1,6	0,661157%
218	522015	GO	São Luíz do Norte	4.932	0,6	0,247934%
219	522020	GO	São Miguel do Araguaia	22.750	1,2	0,495868%
220	522026	GO	São Miguel do Passa Quatro	3.961	0,6	0,247934%
221	522028	GO	São Patrício	2.058	0,6	0,247934%
222	522040	GO	São Simão	18.804	1,2	0,495868%
223	522045	GO	Senador Canedo	97.719	3,0	1,239669%
224	522050	GO	Serranópolis	8.055	0,6	0,247934%
225	522060	GO	Silvânia	20.106	1,2	0,495868%
226	522068	GO	Simolândia	6.804	0,6	0,247934%
227	522070	GO	Sítio d'Abadia	2.956	0,6	0,247934%
228	522100	GO	Taquaral de Goiás	3.627	0,6	0,247934%
229	522108	GO	Teresina de Goiás	3.252	0,6	0,247934%
230	522119	GO	Terezópolis de Goiás	7.262	0,6	0,247934%
231	522130	GO	Três Ranchos	2.896	0,6	0,247934%
232	522140	GO	Trindade	115.470	3,4	1,404952%
233	522145	GO	Trombas	3.558	0,6	0,247934%
234	522150	GO	Turvânia	4.877	0,6	0,247934%
235	522155	GO	Turvelândia	4.829	0,6	0,247934%
236	522157	GO	Uirapuru	2.980	0,6	0,247934%
237	522160	GO	Uruaçu	39.172	1,8	0,743802%
238	522170	GO	Uruana	14.187	1,0	0,413223%
239	522180	GO	Urutaí	3.153	0,6	0,247934%
240	522185	GO	Valparaíso de Goiás	150.005	3,8	1,570241%
241	522190	GO	Varjão	3.813	0,6	0,247934%
242	522200	GO	Vianópolis	13.343	0,8	0,330579%
243	522205	GO	Vicentinópolis	8.053	0,6	0,247934%
244	522220	GO	Vila Boa	5.371	0,6	0,247934%
245	522230	GO	Vila Propício	5.520	0,6	0,247934%
			T O T A L	5.110.858	242,0	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: MA - MARANHÃO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	210005	MA	Açailândia	108.765	3,2	1,167031%
2	210010	MA	Afonso Cunha	6.277	0,6	0,218818%
3	210015	MA	Água Doce do Maranhão	12.146	0,8	0,291758%
4	210020	MA	Alcântara	21.652	1,2	0,437637%
5	210030	MA	Aldeias Altas	25.509	1,4	0,510576%
6	210040	MA	Altamira do Maranhão	11.699	0,8	0,291758%
7	210043	MA	Alto Alegre do Maranhão	26.056	1,4	0,510576%
8	210047	MA	Alto Alegre do Pindaré	31.271	1,6	0,583516%
9	210050	MA	Alto Parnaíba	10.931	0,8	0,291758%
10	210055	MA	Amapá do Maranhão	6.731	0,6	0,218818%
11	210060	MA	Amarante do Maranhão	39.974	1,8	0,656455%
12	210070	MA	Anajatuba	26.618	1,4	0,510576%
13	210080	MA	Anapurus	15.057	1,0	0,364697%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

14	210083	MA	Apicum-Açu	17.712	1,2	0,437637%
15	210087	MA	Araguanã	14.843	1,0	0,364697%
16	210090	MA	Araioses	44.800	2,0	0,729395%
17	210095	MA	Arame	31.944	1,6	0,583516%
18	210100	MA	Arari	29.096	1,4	0,510576%
19	210110	MA	Axixá	11.780	0,8	0,291758%
20	210120	MA	Bacabal	102.265	3,2	1,167031%
21	210125	MA	Bacabeira	16.276	1,0	0,364697%
22	210130	MA	Bacuri	17.280	1,2	0,437637%
23	210135	MA	Bacurituba	5.477	0,6	0,218818%
24	210140	MA	Balsas	90.679	2,8	1,021152%
25	210150	MA	Barão de Grajaú	18.223	1,2	0,437637%
26	210160	MA	Barra do Corda	85.603	2,8	1,021152%
27	210170	MA	Barreirinhas	59.623	2,2	0,802334%
28	210177	MA	Bela Vista do Maranhão	10.836	0,8	0,291758%
29	210173	MA	Belágua	7.191	0,6	0,218818%
30	210180	MA	Benedito Leite	5.515	0,6	0,218818%
31	210190	MA	Bequimão	20.837	1,2	0,437637%
32	210193	MA	Bernardo do Mearim	5.860	0,6	0,218818%
33	210197	MA	Boa Vista do Gurupi	8.816	0,6	0,218818%
34	210200	MA	Bom Jardim	40.405	1,8	0,656455%
35	210203	MA	Bom Jesus das Selvas	32.133	1,6	0,583516%
36	210207	MA	Bom Lugar	15.655	1,0	0,364697%
37	210210	MA	Brejo	35.124	1,6	0,583516%
38	210215	MA	Brejo de Areia	4.291	0,6	0,218818%
39	210220	MA	Buriti	27.864	1,4	0,510576%
40	210230	MA	Buriti Bravo	23.308	1,2	0,437637%
41	210232	MA	Buriticupu	69.548	2,4	0,875274%
42	210235	MA	Buritirana	15.055	1,0	0,364697%
43	210237	MA	Cachoeira Grande	8.762	0,6	0,218818%
44	210240	MA	Cajapió	10.876	0,8	0,291758%
45	210250	MA	Cajari	18.850	1,2	0,437637%
46	210255	MA	Campestre do Maranhão	13.921	1,0	0,364697%
47	210260	MA	Cândido Mendes	19.567	1,2	0,437637%
48	210270	MA	Cantanhede	21.299	1,2	0,437637%
49	210275	MA	Capinzal do Norte	10.725	0,8	0,291758%
50	210280	MA	Carolina	23.902	1,4	0,510576%
51	210290	MA	Carutapera	23.021	1,2	0,437637%
52	210300	MA	Caxias	160.291	4,0	1,458790%
53	210310	MA	Cedral	10.435	0,8	0,291758%
54	210312	MA	Central do Maranhão	8.354	0,6	0,218818%
55	210315	MA	Centro do Guilherme	12.713	0,8	0,291758%
56	210317	MA	Centro Novo do Maranhão	20.707	1,2	0,437637%
57	210320	MA	Chapadinha	76.972	2,6	0,948213%
58	210325	MA	Cidelândia	14.238	1,0	0,364697%
59	210330	MA	Codó	119.962	3,4	1,239972%
60	210340	MA	Coelho Neto	48.078	2,0	0,729395%
61	210350	MA	Colinas	40.097	1,8	0,656455%
62	210355	MA	Conceição do Lago-Açu	15.554	1,0	0,364697%
63	210360	MA	Coroatá	63.497	2,4	0,875274%
64	210370	MA	Cururupu	31.027	1,6	0,583516%
65	210375	MA	Davinópolis	12.650	0,8	0,291758%
66	210380	MA	Dom Pedro	22.863	1,2	0,437637%
67	210390	MA	Duque Bacelar	11.015	0,8	0,291758%
68	210400	MA	Esperantinópolis	17.238	1,2	0,437637%
69	210405	MA	Estreito	39.805	1,8	0,656455%
70	210407	MA	Feira Nova do Maranhão	8.293	0,6	0,218818%
71	210408	MA	Fernando Falcão	9.932	0,6	0,218818%
72	210409	MA	Formosa da Serra Negra	18.337	1,2	0,437637%
73	210410	MA	Fortaleza dos Nogueiras	12.360	0,8	0,291758%
74	210420	MA	Fortuna	15.226	1,0	0,364697%
75	210430	MA	Godofredo Viana	11.262	0,8	0,291758%
76	210440	MA	Gonçalves Dias	17.576	1,2	0,437637%
77	210450	MA	Governador Archer	10.531	0,8	0,291758%
78	210455	MA	Governador Edison Lobão	17.430	1,2	0,437637%
79	210460	MA	Governador Eugênio Barros	16.386	1,0	0,364697%
80	210462	MA	Governador Luiz Rocha	7.580	0,6	0,218818%
81	210465	MA	Governador Newton Bello	10.060	0,6	0,218818%
82	210467	MA	Governador Nunes Freire	25.188	1,4	0,510576%
83	210470	MA	Graça Aranha	6.147	0,6	0,218818%
84	210480	MA	Grajaú	66.732	2,4	0,875274%
85	210490	MA	Guimarães	11.881	0,8	0,291758%
86	210500	MA	Humberto de Campos	27.679	1,4	0,510576%
87	210510	MA	Icatu	26.240	1,4	0,510576%
88	210515	MA	Igarapé do Meio	13.567	0,8	0,291758%
89	210520	MA	Igarapé Grande	11.533	0,8	0,291758%
90	210530	MA	Imperatriz	252.320	4,0	1,458790%
91	210535	MA	Itaipava do Grajaú	13.579	0,8	0,291758%
92	210540	MA	Itapecuru Mirim	65.713	2,4	0,875274%
93	210542	MA	Itinga do Maranhão	25.357	1,4	0,510576%
94	210545	MA	Jatobá	9.596	0,6	0,218818%
95	210547	MA	Jenipapo dos Vieiras	16.015	1,0	0,364697%
96	210550	MA	João Lisboa	23.338	1,2	0,437637%
97	210560	MA	Joselândia	15.792	1,0	0,364697%
98	210565	MA	Junco do Maranhão	3.539	0,6	0,218818%
99	210570	MA	Lago da Pedra	48.511	2,0	0,729395%
100	210580	MA	Lago do Junco	10.565	0,8	0,291758%
101	210594	MA	Lago dos Rodrigues	8.745	0,6	0,218818%
102	210590	MA	Lago Verde	15.820	1,0	0,364697%
103	210592	MA	Lagoa do Mato	11.005	0,8	0,291758%
104	210596	MA	Lagoa Grande do Maranhão	12.822	0,8	0,291758%
105	210598	MA	Lajeado Novo	7.287	0,6	0,218818%
106	210600	MA	Lima Campos	11.612	0,8	0,291758%
107	210610	MA	Loreto	11.795	0,8	0,291758%
108	210620	MA	Luís Domingues	6.744	0,6	0,218818%
109	210630	MA	Magalhães de Almeida	18.982	1,2	0,437637%
110	210632	MA	Maracaçumé	20.549	1,2	0,437637%
111	210635	MA	Marajá do Sena	7.689	0,6	0,218818%
112	210637	MA	Maranhãozinho	15.384	1,0	0,364697%
113	210640	MA	Mata Roma	16.169	1,0	0,364697%
114	210650	MA	Matinha	22.673	1,2	0,437637%
115	210660	MA	Matões	32.773	1,6	0,583516%
116	210663	MA	Matões do Norte	15.758	1,0	0,364697%
117	210667	MA	Milagres do Maranhão	8.261	0,6	0,218818%
118	210670	MA	Mirador	20.586	1,2	0,437637%
119	210675	MA	Miranda do Norte	26.979	1,4	0,510576%
120	210680	MA	Mirinzal	14.570	1,0	0,364697%
121	210690	MA	Monção	32.516	1,6	0,583516%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

122	210700	MA	Montes Altos	9.102	0,6	0,218818%
123	210710	MA	Morros	18.747	1,2	0,437637%
124	210720	MA	Nina Rodrigues	13.746	1,0	0,364697%
125	210725	MA	Nova Colinas	5.183	0,6	0,218818%
126	210730	MA	Nova Iorque	4.595	0,6	0,218818%
127	210735	MA	Nova Olinda do Maranhão	20.184	1,2	0,437637%
128	210740	MA	Olho d'Água das Cunhãs	19.009	1,2	0,437637%
129	210745	MA	Olinda Nova do Maranhão	14.110	1,0	0,364697%
130	210750	MA	Paço do Lumiar	115.693	3,4	1,239972%
131	210760	MA	Palmeirândia	19.213	1,2	0,437637%
132	210770	MA	Paraibano	20.768	1,2	0,437637%
133	210780	MA	Parnarama	34.018	1,6	0,583516%
134	210790	MA	Passagem Franca	18.387	1,2	0,437637%
135	210800	MA	Pastos Bons	18.848	1,2	0,437637%
136	210805	MA	Paulino Neves	15.427	1,0	0,364697%
137	210810	MA	Paulo Ramos	20.539	1,2	0,437637%
138	210820	MA	Pedreiras	38.582	1,8	0,656455%
139	210825	MA	Pedro do Rosário	24.183	1,4	0,510576%
140	210830	MA	Penalva	36.899	1,6	0,583516%
141	210840	MA	Peri Mirim	13.989	1,0	0,364697%
142	210845	MA	Peritoró	22.369	1,2	0,437637%
143	210850	MA	Pindaré-Mirim	32.037	1,6	0,583516%
144	210860	MA	Pinheiro	80.917	2,6	0,948213%
145	210870	MA	Pio XII	21.333	1,2	0,437637%
146	210880	MA	Pirapemas	18.053	1,2	0,437637%
147	210890	MA	Poção de Pedras	18.191	1,2	0,437637%
148	210900	MA	Porto Franco	22.956	1,2	0,437637%
149	210905	MA	Porto Rico do Maranhão	5.909	0,6	0,218818%
150	210910	MA	Presidente Dutra	46.369	2,0	0,729395%
151	210920	MA	Presidente Juscelino	12.255	0,8	0,291758%
152	210923	MA	Presidente Médici	6.755	0,6	0,218818%
153	210927	MA	Presidente Sarney	18.210	1,2	0,437637%
154	210930	MA	Presidente Vargas	11.206	0,8	0,291758%
155	210940	MA	Primeira Cruz	14.758	1,0	0,364697%
156	210945	MA	Raposa	29.167	1,4	0,510576%
157	210950	MA	Riachão	19.926	1,2	0,437637%
158	210955	MA	Ribamar Fiquene	7.563	0,6	0,218818%
159	210960	MA	Rosário	41.349	1,8	0,656455%
160	210970	MA	Sambaíba	5.546	0,6	0,218818%
161	210975	MA	Santa Filomena do Maranhão	7.503	0,6	0,218818%
162	210980	MA	Santa Helena	40.518	1,8	0,656455%
163	210990	MA	Santa Inês	82.680	2,8	1,021152%
164	211000	MA	Santa Luzia	75.762	2,6	0,948213%
165	211003	MA	Santa Luzia do Paruá	24.507	1,4	0,510576%
166	211010	MA	Santa Quitéria do Maranhão	24.879	1,4	0,510576%
167	211020	MA	Santa Rita	35.364	1,6	0,583516%
168	211023	MA	Santana do Maranhão	12.761	0,8	0,291758%
169	211027	MA	Santo Amaro do Maranhão	15.110	1,0	0,364697%
170	211030	MA	Santo Antônio dos Lopes	14.270	1,0	0,364697%
171	211040	MA	São Benedito do Rio Preto	18.189	1,2	0,437637%
172	211050	MA	São Bento	43.447	1,8	0,656455%
173	211060	MA	São Bernardo	27.599	1,4	0,510576%
174	211065	MA	São Domingos do Azeitão	7.187	0,6	0,218818%
175	211070	MA	São Domingos do Maranhão	33.716	1,6	0,583516%
176	211080	MA	São Félix de Balsas	4.554	0,6	0,218818%
177	211085	MA	São Francisco do Brejão	11.242	0,8	0,291758%
178	211090	MA	São Francisco do Maranhão	11.961	0,8	0,291758%
179	211100	MA	São João Batista	20.195	1,2	0,437637%
180	211102	MA	São João do Carú	15.558	1,0	0,364697%
181	211105	MA	São João do Paraíso	10.933	0,8	0,291758%
182	211107	MA	São João do Soter	17.956	1,2	0,437637%
183	211110	MA	São João dos Patos	25.287	1,4	0,510576%
184	211120	MA	São José de Ribamar	172.402	4,0	1,458790%
185	211125	MA	São José dos Basílios	7.501	0,6	0,218818%
186	211140	MA	São Luís Gonzaga do Maranhão	18.807	1,2	0,437637%
187	211150	MA	São Mateus do Maranhão	40.341	1,8	0,656455%
188	211153	MA	São Pedro da Água Branca	12.349	0,8	0,291758%
189	211157	MA	São Pedro dos Crentes	4.542	0,6	0,218818%
190	211160	MA	São Raimundo das Mangabeiras	18.255	1,2	0,437637%
191	211163	MA	São Raimundo do Doca Bezerra	5.387	0,6	0,218818%
192	211167	MA	São Roberto	6.432	0,6	0,218818%
193	211170	MA	São Vicente Ferrer	21.591	1,2	0,437637%
194	211172	MA	Satubinha	13.231	0,8	0,291758%
195	211174	MA	Senador Alexandre Costa	10.763	0,8	0,291758%
196	211176	MA	Senador La Rocque	14.195	1,0	0,364697%
197	211178	MA	Serrano do Maranhão	10.758	0,8	0,291758%
198	211180	MA	Sítio Novo	17.559	1,2	0,437637%
199	211190	MA	Sucupira do Norte	10.444	0,8	0,291758%
200	211195	MA	Sucupira do Riachão	5.519	0,6	0,218818%
201	211200	MA	Tasso Fragoso	8.219	0,6	0,218818%
202	211210	MA	Timbiras	28.442	1,4	0,510576%
203	211220	MA	Timon	163.342	4,0	1,458790%
204	211223	MA	Trizidela do Vale	20.747	1,2	0,437637%
205	211227	MA	Tufilândia	5.699	0,6	0,218818%
206	211230	MA	Tuntum	40.566	1,8	0,656455%
207	211240	MA	Turiaçu	34.694	1,6	0,583516%
208	211245	MA	Turilândia	24.559	1,4	0,510576%
209	211250	MA	Tutóia	56.501	2,2	0,802334%
210	211260	MA	Urbano Santos	31.840	1,6	0,583516%
211	211270	MA	Vargem Grande	53.918	2,2	0,802334%
212	211280	MA	Viana	50.976	2,2	0,802334%
213	211285	MA	Vila Nova dos Martírios	12.661	0,8	0,291758%
214	211290	MA	Vitória do Mearim	31.923	1,6	0,583516%
215	211300	MA	Vitorino Freire	30.937	1,6	0,583516%
216	211400	MA	Zé Doca	50.190	2,0	0,729395%
			T O T A L	5.786.687	274,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: MG - MINAS GERAIS

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	310010	MG	Abadia dos Dourados	6.992	0,6	0,071208%
2	310020	MG	Abaeté	23.494	1,2	0,142416%
3	310030	MG	Abre Campo	13.711	1,0	0,118680%
4	310040	MG	Acaiaca	4.050	0,6	0,071208%
5	310050	MG	Açucena	10.216	0,8	0,094944%
6	310060	MG	Água Boa	14.856	1,0	0,118680%
7	310070	MG	Água Comprida	2.067	0,6	0,071208%
8	310080	MG	Aguanil	4.332	0,6	0,071208%
9	310090	MG	Águas Formosas	19.248	1,2	0,142416%
10	310100	MG	Águas Vermelhas	13.378	0,8	0,094944%
11	310110	MG	Aimorés	25.685	1,4	0,166152%
12	310120	MG	Aiuruoca	6.257	0,6	0,071208%
13	310130	MG	Alagoa	2.764	0,6	0,071208%
14	310140	MG	Albertina	3.025	0,6	0,071208%
15	310150	MG	Além Paraíba	35.641	1,6	0,189888%
16	310160	MG	Alfenas	78.176	2,6	0,308569%
17	310163	MG	Alfredo Vasconcelos	6.566	0,6	0,071208%
18	310170	MG	Almenara	41.028	1,8	0,213624%
19	310180	MG	Alpercata	7.458	0,6	0,071208%
20	310190	MG	Alpinópolis	19.513	1,2	0,142416%
21	310200	MG	Alterosa	14.371	1,0	0,118680%
22	310205	MG	Alto Caparaó	5.655	0,6	0,071208%
23	315350	MG	Alto Jequitibá	8.532	0,6	0,071208%
24	310210	MG	Alto Rio Doce	12.006	0,8	0,094944%
25	310220	MG	Alvarenga	4.343	0,6	0,071208%
26	310230	MG	Alvinópolis	15.630	1,0	0,118680%
27	310240	MG	Alvorada de Minas	3.661	0,6	0,071208%
28	310250	MG	Amparo do Serra	4.997	0,6	0,071208%
29	310260	MG	Andradas	39.761	1,8	0,213624%
30	310280	MG	Andrelândia	12.507	0,8	0,094944%
31	310285	MG	Angelândia	8.416	0,6	0,071208%
32	310290	MG	Antônio Carlos	11.534	0,8	0,094944%
33	310300	MG	Antônio Dias	9.711	0,6	0,071208%
34	310310	MG	Antônio Prado de Minas	1.685	0,6	0,071208%
35	310320	MG	Araçaí	2.344	0,6	0,071208%
36	310330	MG	Aracitaba	2.112	0,6	0,071208%
37	310340	MG	Araçuaí	37.220	1,6	0,189888%
38	310350	MG	Araguari	115.632	3,4	0,403513%
39	310360	MG	Arantina	2.884	0,6	0,071208%
40	310370	MG	Araponga	8.478	0,6	0,071208%
41	310375	MG	Araporã	6.593	0,6	0,071208%
42	310380	MG	Arapuá	2.870	0,6	0,071208%
43	310390	MG	Araújos	8.645	0,6	0,071208%
44	310400	MG	Araxá	101.136	3,0	0,356041%
45	310410	MG	Arceburgo	10.262	0,8	0,094944%
46	310420	MG	Arcos	38.946	1,8	0,213624%
47	310430	MG	Areado	14.624	1,0	0,118680%
48	310440	MG	Argirita	2.907	0,6	0,071208%
49	310445	MG	Aricanduva	5.078	0,6	0,071208%
50	310450	MG	Arinos	18.210	1,2	0,142416%
51	310460	MG	Astolfo Dutra	13.840	1,0	0,118680%
52	310470	MG	Ataléia	14.188	1,0	0,118680%
53	310480	MG	Augusto de Lima	5.051	0,6	0,071208%
54	310490	MG	Baependi	19.117	1,2	0,142416%
55	310500	MG	Baldim	8.082	0,6	0,071208%
56	310510	MG	Bambuí	23.759	1,2	0,142416%
57	310520	MG	Bandeira	5.039	0,6	0,071208%
58	310530	MG	Bandeira do Sul	5.639	0,6	0,071208%
59	310540	MG	Barão de Cocais	30.893	1,6	0,189888%
60	310550	MG	Barão de Monte Alto	5.738	0,6	0,071208%
61	310560	MG	Barbacena	133.972	3,6	0,427249%
62	310570	MG	Barra Longa	5.893	0,6	0,071208%
63	310590	MG	Barroso	20.590	1,2	0,142416%
64	310600	MG	Bela Vista de Minas	10.362	0,8	0,094944%
65	310610	MG	Belmiro Braga	3.500	0,6	0,071208%
66	310630	MG	Belo Oriente	25.329	1,4	0,166152%
67	310640	MG	Belo Vale	7.803	0,6	0,071208%
68	310650	MG	Berilo	12.469	0,8	0,094944%
69	310665	MG	Berizal	4.630	0,6	0,071208%
70	310660	MG	Bertópolis	4.656	0,6	0,071208%
71	310670	MG	Betim	412.003	4,0	0,474721%
72	310680	MG	Bias Fortes	3.724	0,6	0,071208%
73	310690	MG	Bicas	14.342	1,0	0,118680%
74	310700	MG	Biquinhas	2.652	0,6	0,071208%
75	310710	MG	Boa Esperança	40.155	1,8	0,213624%
76	310720	MG	Bocaina de Minas	5.169	0,6	0,071208%
77	310730	MG	Bocaiúva	49.293	2,0	0,237361%
78	310740	MG	Bom Despacho	48.802	2,0	0,237361%
79	310750	MG	Bom Jardim de Minas	6.658	0,6	0,071208%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

80	310760	MG	Bom Jesus da Penha	4.121	0,6	0,071208%
81	310770	MG	Bom Jesus do Amparo	5.871	0,6	0,071208%
82	310780	MG	Bom Jesus do Galho	15.587	1,0	0,118680%
83	310790	MG	Bom Repouso	10.763	0,8	0,094944%
84	310800	MG	Bom Sucesso	17.832	1,2	0,142416%
85	310810	MG	Bonfim	7.014	0,6	0,071208%
86	310820	MG	Bonfinópolis de Minas	5.867	0,6	0,071208%
87	310825	MG	Bonito de Minas	10.535	0,8	0,094944%
88	310830	MG	Borda da Mata	18.481	1,2	0,142416%
89	310840	MG	Botelhos	15.325	1,0	0,118680%
90	310850	MG	Botumirim	6.593	0,6	0,071208%
91	310870	MG	Brás Pires	4.634	0,6	0,071208%
92	310855	MG	Brasilândia de Minas	15.522	1,0	0,118680%
93	310860	MG	Brasília de Minas	32.473	1,6	0,189888%
94	310890	MG	Brasópolis	14.957	1,0	0,118680%
95	310880	MG	Braúnas	5.068	0,6	0,071208%
96	310900	MG	Brumadinho	37.314	1,6	0,189888%
97	310910	MG	Bueno Brandão	11.217	0,8	0,094944%
98	310920	MG	Buenópolis	10.586	0,8	0,094944%
99	310925	MG	Bugre	4.128	0,6	0,071208%
100	310930	MG	Buritis	24.169	1,4	0,166152%
101	310940	MG	Buritizeiro	28.071	1,4	0,166152%
102	310945	MG	Cabeceira Grande	6.818	0,6	0,071208%
103	310950	MG	Cabo Verde	14.280	1,0	0,118680%
104	310960	MG	Cachoeira da Prata	3.727	0,6	0,071208%
105	310970	MG	Cachoeira de Minas	11.525	0,8	0,094944%
106	310270	MG	Cachoeira de Pajeú	9.372	0,6	0,071208%
107	310980	MG	Cachoeira Dourada	2.645	0,6	0,071208%
108	310990	MG	Caetanópolis	11.046	0,8	0,094944%
109	311000	MG	Caeté	43.395	1,8	0,213624%
110	311010	MG	Caiana	5.308	0,6	0,071208%
111	311020	MG	Cajuri	4.128	0,6	0,071208%
112	311030	MG	Caldas	14.325	1,0	0,118680%
113	311040	MG	Camacho	3.133	0,6	0,071208%
114	311050	MG	Camanducaia	21.901	1,2	0,142416%
115	311060	MG	Cambuí	28.402	1,4	0,166152%
116	311070	MG	Cambuquira	13.012	0,8	0,094944%
117	311080	MG	Campanário	3.720	0,6	0,071208%
118	311090	MG	Campanha	16.325	1,0	0,118680%
119	311100	MG	Campestre	21.367	1,2	0,142416%
120	311110	MG	Campina Verde	19.991	1,2	0,142416%
121	311115	MG	Campo Azul	3.832	0,6	0,071208%
122	311120	MG	Campo Belo	53.870	2,2	0,261097%
123	311130	MG	Campo do Meio	11.844	0,8	0,094944%
124	311140	MG	Campo Florido	7.562	0,6	0,071208%
125	311150	MG	Campos Altos	15.078	1,0	0,118680%
126	311160	MG	Campos Gerais	28.783	1,4	0,166152%
127	311190	MG	Cana Verde	5.738	0,6	0,071208%
128	311170	MG	Canaã	4.721	0,6	0,071208%
129	311180	MG	Canápolis	11.945	0,8	0,094944%
130	311200	MG	Candeias	15.088	1,0	0,118680%
131	311205	MG	Cantagalo	4.436	0,6	0,071208%
132	311210	MG	Caparaó	5.435	0,6	0,071208%
133	311220	MG	Capela Nova	4.836	0,6	0,071208%
134	311230	MG	Capelinha	37.041	1,6	0,189888%
135	311240	MG	Capetinga	7.203	0,6	0,071208%
136	311250	MG	Capim Branco	9.461	0,6	0,071208%
137	311260	MG	Capinópolis	16.038	1,0	0,118680%
138	311265	MG	Capitão Andrade	5.270	0,6	0,071208%
139	311270	MG	Capitão Enéas	14.986	1,0	0,118680%
140	311280	MG	Capitólio	8.574	0,6	0,071208%
141	311290	MG	Caputira	9.371	0,6	0,071208%
142	311300	MG	Caraí	23.458	1,2	0,142416%
143	311310	MG	Caranaíba	3.330	0,6	0,071208%
144	311320	MG	Carandaí	24.864	1,4	0,166152%
145	311330	MG	Carangola	33.412	1,6	0,189888%
146	311340	MG	Caratinga	90.192	2,8	0,332305%
147	311350	MG	Carbonita	9.487	0,6	0,071208%
148	311360	MG	Careaçu	6.645	0,6	0,071208%
149	311370	MG	Carlos Chagas	20.090	1,2	0,142416%
150	311380	MG	Carmésia	2.584	0,6	0,071208%
151	311390	MG	Carmo da Cachoeira	12.276	0,8	0,094944%
152	311400	MG	Carmo da Mata	11.429	0,8	0,094944%
153	311410	MG	Carmo de Minas	14.550	1,0	0,118680%
154	311420	MG	Carmo do Cajuru	21.519	1,2	0,142416%
155	311430	MG	Carmo do Paranaíba	30.739	1,6	0,189888%
156	311440	MG	Carmo do Rio Claro	21.273	1,2	0,142416%
157	311450	MG	Carmópolis de Minas	18.416	1,2	0,142416%
158	311455	MG	Carneirinho	9.939	0,6	0,071208%
159	311460	MG	Carrancas	4.089	0,6	0,071208%
160	311470	MG	Carvalhópolis	3.523	0,6	0,071208%
161	311480	MG	Carvalhos	4.642	0,6	0,071208%
162	311490	MG	Casa Grande	2.308	0,6	0,071208%
163	311500	MG	Cascalho Rico	3.018	0,6	0,071208%
164	311510	MG	Cássia	17.991	1,2	0,142416%
165	311530	MG	Cataguases	73.712	2,6	0,308569%
166	311535	MG	Catas Altas	5.184	0,6	0,071208%
167	311540	MG	Catas Altas da Noruega	3.623	0,6	0,071208%
168	311545	MG	Catuji	6.721	0,6	0,071208%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

169	311547	MG	Catuti	5.187	0,6	0,071208%
170	311550	MG	Caxambu	22.244	1,2	0,142416%
171	311560	MG	Cedro do Abaeté	1.222	0,6	0,071208%
172	311570	MG	Central de Minas	7.051	0,6	0,071208%
173	311580	MG	Centralina	10.593	0,8	0,094944%
174	311590	MG	Chácara	3.010	0,6	0,071208%
175	311600	MG	Chalé	5.814	0,6	0,071208%
176	311610	MG	Chapada do Norte	15.648	1,0	0,118680%
177	311615	MG	Chapada Gaúcha	12.239	0,8	0,094944%
178	311620	MG	Chiador	2.817	0,6	0,071208%
179	311630	MG	Cipotânea	6.813	0,6	0,071208%
180	311640	MG	Claraval	4.776	0,6	0,071208%
181	311650	MG	Claro dos Poções	7.885	0,6	0,071208%
182	311660	MG	Cláudio	27.579	1,4	0,166152%
183	311670	MG	Coimbra	7.437	0,6	0,071208%
184	311680	MG	Coluna	9.195	0,6	0,071208%
185	311690	MG	Comendador Gomes	3.105	0,6	0,071208%
186	311700	MG	Comercinho	7.962	0,6	0,071208%
187	311710	MG	Conceição da Aparecida	10.263	0,8	0,094944%
188	311520	MG	Conceição da Barra de Minas	4.055	0,6	0,071208%
189	311730	MG	Conceição das Alagoas	25.588	1,4	0,166152%
190	311720	MG	Conceição das Pedras	2.845	0,6	0,071208%
191	311740	MG	Conceição de Ipanema	4.618	0,6	0,071208%
192	311750	MG	Conceição do Mato Dentro	18.235	1,2	0,142416%
193	311760	MG	Conceição do Pará	5.430	0,6	0,071208%
194	311770	MG	Conceição do Rio Verde	13.559	0,8	0,094944%
195	311780	MG	Conceição dos Ouros	11.151	0,8	0,094944%
196	311783	MG	Cônego Marinho	7.515	0,6	0,071208%
197	311787	MG	Confins	6.409	0,6	0,071208%
198	311790	MG	Congonhal	11.334	0,8	0,094944%
199	311800	MG	Congonhas	52.280	2,2	0,261097%
200	311810	MG	Congonhas do Norte	5.111	0,6	0,071208%
201	311820	MG	Conquista	6.860	0,6	0,071208%
202	311830	MG	Conselheiro Lafaiete	124.370	3,4	0,403513%
203	311840	MG	Conselheiro Pena	23.088	1,2	0,142416%
204	311850	MG	Consolação	1.801	0,6	0,071208%
205	311860	MG	Contagem	643.476	4,0	0,474721%
206	311870	MG	Coqueiral	9.476	0,6	0,071208%
207	311880	MG	Coração de Jesus	26.933	1,4	0,166152%
208	311890	MG	Cordisburgo	8.981	0,6	0,071208%
209	311900	MG	Cordislândia	3.565	0,6	0,071208%
210	311910	MG	Corinto	24.457	1,4	0,166152%
211	311920	MG	Coroaci	10.422	0,8	0,094944%
212	311930	MG	Coromandel	28.428	1,4	0,166152%
213	311940	MG	Coronel Fabriciano	108.843	3,2	0,379777%
214	311950	MG	Coronel Murta	9.394	0,6	0,071208%
215	311960	MG	Coronel Pacheco	3.101	0,6	0,071208%
216	311970	MG	Coronel Xavier Chaves	3.440	0,6	0,071208%
217	311980	MG	Córrego Danta	3.408	0,6	0,071208%
218	311990	MG	Córrego do Bom Jesus	3.815	0,6	0,071208%
219	311995	MG	Córrego Fundo	6.159	0,6	0,071208%
220	312000	MG	Córrego Novo	3.065	0,6	0,071208%
221	312010	MG	Couto de Magalhães de Minas	4.395	0,6	0,071208%
222	312015	MG	Crisólita	6.467	0,6	0,071208%
223	312020	MG	Cristais	12.185	0,8	0,094944%
224	312030	MG	Cristália	5.993	0,6	0,071208%
225	312040	MG	Cristiano Otoni	5.193	0,6	0,071208%
226	312050	MG	Cristina	10.485	0,8	0,094944%
227	312060	MG	Crucilândia	4.991	0,6	0,071208%
228	312070	MG	Cruzeiro da Fortaleza	4.122	0,6	0,071208%
229	312080	MG	Cruzília	15.299	1,0	0,118680%
230	312083	MG	Cuparaque	4.922	0,6	0,071208%
231	312087	MG	Curral de Dentro	7.420	0,6	0,071208%
232	312090	MG	Curvelo	78.373	2,6	0,308569%
233	312100	MG	Datas	5.425	0,6	0,071208%
234	312110	MG	Delfim Moreira	8.199	0,6	0,071208%
235	312120	MG	Delfinópolis	7.120	0,6	0,071208%
236	312125	MG	Delta	9.280	0,6	0,071208%
237	312130	MG	Descoberto	4.989	0,6	0,071208%
238	312140	MG	Desterro de Entre Rios	7.279	0,6	0,071208%
239	312150	MG	Desterro do Melo	3.048	0,6	0,071208%
240	312160	MG	Diamantina	47.803	2,0	0,237361%
241	312170	MG	Diogo de Vasconcelos	3.929	0,6	0,071208%
242	312180	MG	Dionísio	8.558	0,6	0,071208%
243	312190	MG	Divinésia	3.427	0,6	0,071208%
244	312200	MG	Divino	19.947	1,2	0,142416%
245	312210	MG	Divino das Laranjeiras	5.080	0,6	0,071208%
246	312220	MG	Divinolândia de Minas	7.425	0,6	0,071208%
247	312230	MG	Divinópolis	228.643	4,0	0,474721%
248	312235	MG	Divisa Alegre	6.398	0,6	0,071208%
249	312240	MG	Divisa Nova	6.011	0,6	0,071208%
250	312245	MG	Divisópolis	10.027	0,6	0,071208%
251	312247	MG	Dom Bosco	3.857	0,6	0,071208%
252	312250	MG	Dom Cavati	5.288	0,6	0,071208%
253	312260	MG	Dom Joaquim	4.624	0,6	0,071208%
254	312270	MG	Dom Silvério	5.346	0,6	0,071208%
255	312280	MG	Dom Viçoso	3.074	0,6	0,071208%
256	312290	MG	Dona Eusébia	6.386	0,6	0,071208%
257	312300	MG	Dores de Campos	9.882	0,6	0,071208%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

258	312310	MG	Dores de Guanhães	5.335	0,6	0,071208%
259	312320	MG	Dores do Indaiá	14.014	1,0	0,118680%
260	312330	MG	Dores do Turvo	4.495	0,6	0,071208%
261	312340	MG	Doresópolis	1.512	0,6	0,071208%
262	312350	MG	Douradoquara	1.915	0,6	0,071208%
263	312352	MG	Durandé	7.783	0,6	0,071208%
264	312360	MG	Elói Mendes	27.019	1,4	0,166152%
265	312370	MG	Engenheiro Caldas	10.888	0,8	0,094944%
266	312380	MG	Engenheiro Navarro	7.353	0,6	0,071208%
267	312385	MG	Entre Folhas	5.373	0,6	0,071208%
268	312390	MG	Entre Rios de Minas	15.034	1,0	0,118680%
269	312400	MG	Ervália	18.789	1,2	0,142416%
270	312410	MG	Esmeraldas	66.237	2,4	0,284833%
271	312420	MG	Espera Feliz	24.287	1,4	0,166152%
272	312430	MG	Espinosa	32.117	1,6	0,189888%
273	312440	MG	Espírito Santo do Dourado	4.648	0,6	0,071208%
274	312450	MG	Estiva	11.329	0,8	0,094944%
275	312460	MG	Estrela Dalva	2.483	0,6	0,071208%
276	312470	MG	Estrela do Indaiá	3.599	0,6	0,071208%
277	312480	MG	Estrela do Sul	7.851	0,6	0,071208%
278	312490	MG	Eugenópolis	11.107	0,8	0,094944%
279	312500	MG	Ewbank da Câmara	3.914	0,6	0,071208%
280	312510	MG	Extrema	32.402	1,6	0,189888%
281	312520	MG	Fama	2.421	0,6	0,071208%
282	312530	MG	Faria Lemos	3.409	0,6	0,071208%
283	312540	MG	Felício dos Santos	5.118	0,6	0,071208%
284	312560	MG	Felisburgo	7.288	0,6	0,071208%
285	312570	MG	Felixlândia	14.973	1,0	0,118680%
286	312580	MG	Fernandes Tourinho	3.269	0,6	0,071208%
287	312590	MG	Ferros	10.707	0,8	0,094944%
288	312595	MG	Fervedouro	10.880	0,8	0,094944%
289	312600	MG	Florestal	7.137	0,6	0,071208%
290	312610	MG	Formiga	67.833	2,4	0,284833%
291	312620	MG	Formoso	8.945	0,6	0,071208%
292	312630	MG	Fortaleza de Minas	4.330	0,6	0,071208%
293	312640	MG	Fortuna de Minas	2.872	0,6	0,071208%
294	312650	MG	Francisco Badaró	10.546	0,8	0,094944%
295	312660	MG	Francisco Dumont	5.130	0,6	0,071208%
296	312670	MG	Francisco Sá	26.102	1,4	0,166152%
297	312675	MG	Franciscópolis	5.784	0,6	0,071208%
298	312680	MG	Frei Gaspar	6.031	0,6	0,071208%
299	312690	MG	Frei Inocêncio	9.428	0,6	0,071208%
300	312695	MG	Frei Lagonegro	3.475	0,6	0,071208%
301	312700	MG	Fronteira	16.036	1,0	0,118680%
302	312705	MG	Fronteira dos Vales	4.765	0,6	0,071208%
303	312707	MG	Fruta de Leite	5.863	0,6	0,071208%
304	312710	MG	Frutal	57.269	2,2	0,261097%
305	312720	MG	Funilândia	4.153	0,6	0,071208%
306	312730	MG	Galiléia	7.076	0,6	0,071208%
307	312733	MG	Gameleiras	5.259	0,6	0,071208%
308	312735	MG	Glaucilândia	3.114	0,6	0,071208%
309	312737	MG	Goiabeira	3.253	0,6	0,071208%
310	312738	MG	Goianá	3.876	0,6	0,071208%
311	312740	MG	Gonçalves	4.381	0,6	0,071208%
312	312750	MG	Gonzaga	6.168	0,6	0,071208%
313	312760	MG	Gouveia	12.039	0,8	0,094944%
314	312770	MG	Governador Valadares	276.995	4,0	0,474721%
315	312780	MG	Grão Mogol	15.737	1,0	0,118680%
316	312790	MG	Grupiara	1.415	0,6	0,071208%
317	312800	MG	Guanhães	33.297	1,6	0,189888%
318	312810	MG	Guapé	14.379	1,0	0,118680%
319	312820	MG	Guaraciaba	10.527	0,8	0,094944%
320	312825	MG	Guaraciama	4.941	0,6	0,071208%
321	312830	MG	Guaranésia	19.319	1,2	0,142416%
322	312840	MG	Guarani	8.996	0,6	0,071208%
323	312850	MG	Guarará	3.977	0,6	0,071208%
324	312860	MG	Guarda-Mor	6.739	0,6	0,071208%
325	312870	MG	Guaxupé	51.704	2,2	0,261097%
326	312880	MG	Guidoval	7.341	0,6	0,071208%
327	312890	MG	Guimarânia	7.764	0,6	0,071208%
328	312900	MG	Guiricema	8.805	0,6	0,071208%
329	312910	MG	Gurinhatã	6.094	0,6	0,071208%
330	312920	MG	Heliodora	6.455	0,6	0,071208%
331	312930	MG	Iapu	10.820	0,8	0,094944%
332	312940	MG	Ibertioga	5.159	0,6	0,071208%
333	312950	MG	Ibiá	24.613	1,4	0,166152%
334	312960	MG	Ibiaí	8.264	0,6	0,071208%
335	312965	MG	Ibiracatu	6.228	0,6	0,071208%
336	312970	MG	Ibiraci	13.158	0,8	0,094944%
337	312980	MG	Ibirité	171.932	4,0	0,474721%
338	312990	MG	Ibitiúra de Minas	3.512	0,6	0,071208%
339	313000	MG	Ibituruna	2.990	0,6	0,071208%
340	313005	MG	Icaraí de Minas	11.524	0,8	0,094944%
341	313010	MG	Igarapé	39.045	1,8	0,213624%
342	313020	MG	Igaratinga	10.144	0,6	0,071208%
343	313030	MG	Iguatama	8.202	0,6	0,071208%
344	313040	MG	Ijaci	6.288	0,6	0,071208%
345	313050	MG	Ilicínea	12.141	0,8	0,094944%
346	313055	MG	Imbé de Minas	6.782	0,6	0,071208%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

347	313060	MG	Inconfidentes	7.254	0,6	0,071208%
348	313065	MG	Indaiabira	7.527	0,6	0,071208%
349	313070	MG	Indianópolis	6.632	0,6	0,071208%
350	313080	MG	Ingaí	2.752	0,6	0,071208%
351	313090	MG	Inhapim	24.858	1,4	0,166152%
352	313100	MG	Inhaúma	6.114	0,6	0,071208%
353	313110	MG	Inimutaba	7.349	0,6	0,071208%
354	313115	MG	Ipaba	17.902	1,2	0,142416%
355	313120	MG	Ipanema	19.318	1,2	0,142416%
356	313130	MG	Ipatinga	255.266	4,0	0,474721%
357	313140	MG	Ipiaçu	4.260	0,6	0,071208%
358	313150	MG	Ipuiúna	9.991	0,6	0,071208%
359	313160	MG	Iraí de Minas	6.842	0,6	0,071208%
360	313170	MG	Itabira	116.745	3,4	0,403513%
361	313180	MG	Itabirinha	11.297	0,8	0,094944%
362	313190	MG	Itabirito	49.203	2,0	0,237361%
363	313200	MG	Itacambira	5.276	0,6	0,071208%
364	313210	MG	Itacarambi	18.350	1,2	0,142416%
365	313220	MG	Itaguara	13.087	0,8	0,094944%
366	313230	MG	Itaipé	12.489	0,8	0,094944%
367	313240	MG	Itajubá	95.491	3,0	0,356041%
368	313250	MG	Itamarandiba	34.033	1,6	0,189888%
369	313260	MG	Itamarati de Minas	4.295	0,6	0,071208%
370	313270	MG	Itambacuri	23.557	1,2	0,142416%
371	313280	MG	Itambé do Mato Dentro	2.261	0,6	0,071208%
372	313290	MG	Itamogi	10.553	0,8	0,094944%
373	313300	MG	Itamonte	14.998	1,0	0,118680%
374	313310	MG	Itanhandu	15.006	1,0	0,118680%
375	313320	MG	Itanhomi	12.311	0,8	0,094944%
376	313330	MG	Itaobim	21.566	1,2	0,142416%
377	313340	MG	Itapagipe	14.645	1,0	0,118680%
378	313350	MG	Itapecerica	22.082	1,2	0,142416%
379	313360	MG	Itapeva	9.338	0,6	0,071208%
380	313370	MG	Itatiaiuçu	10.674	0,8	0,094944%
381	313375	MG	Itaú de Minas	15.798	1,0	0,118680%
382	313380	MG	Itaúna	90.783	2,8	0,332305%
383	313390	MG	Itaverava	5.795	0,6	0,071208%
384	313400	MG	Itinga	15.012	1,0	0,118680%
385	313410	MG	Itueta	6.069	0,6	0,071208%
386	313420	MG	Ituiutaba	102.690	3,2	0,379777%
387	313430	MG	Itumirim	6.250	0,6	0,071208%
388	313440	MG	Iturama	37.277	1,6	0,189888%
389	313450	MG	Itutinga	3.963	0,6	0,071208%
390	313460	MG	Jaboticatubas	18.785	1,2	0,142416%
391	313470	MG	Jacinto	12.524	0,8	0,094944%
392	313480	MG	Jacuí	7.770	0,6	0,071208%
393	313490	MG	Jacutinga	24.648	1,4	0,166152%
394	313500	MG	Jaguaraçu	3.124	0,6	0,071208%
395	313505	MG	Jaíba	36.586	1,6	0,189888%
396	313507	MG	Jampruca	5.333	0,6	0,071208%
397	313510	MG	Janaúba	70.472	2,4	0,284833%
398	313520	MG	Januária	68.065	2,4	0,284833%
399	313530	MG	Japaraíba	4.206	0,6	0,071208%
400	313535	MG	Japonvar	8.622	0,6	0,071208%
401	313540	MG	Jeceaba	5.340	0,6	0,071208%
402	313545	MG	Jenipapo de Minas	7.531	0,6	0,071208%
403	313550	MG	Jequeri	12.993	0,8	0,094944%
404	313560	MG	Jequitaí	8.021	0,6	0,071208%
405	313570	MG	Jequitibá	5.310	0,6	0,071208%
406	313580	MG	Jequitinhonha	25.260	1,4	0,166152%
407	313590	MG	Jesuânia	4.899	0,6	0,071208%
408	313600	MG	Joaíma	15.523	1,0	0,118680%
409	313610	MG	Joanésia	5.222	0,6	0,071208%
410	313620	MG	João Monlevade	78.040	2,6	0,308569%
411	313630	MG	João Pinheiro	47.870	2,0	0,237361%
412	313640	MG	Joaquim Felício	4.573	0,6	0,071208%
413	313650	MG	Jordânia	10.786	0,8	0,094944%
414	313652	MG	José Gonçalves de Minas	4.650	0,6	0,071208%
415	313655	MG	José Raydan	4.738	0,6	0,071208%
416	313657	MG	Josenópolis	4.804	0,6	0,071208%
417	313665	MG	Juatuba	24.662	1,4	0,166152%
418	313670	MG	Juiz de Fora	550.710	4,0	0,474721%
419	313680	MG	Juramento	4.307	0,6	0,071208%
420	313690	MG	Juruaia	10.008	0,6	0,071208%
421	313695	MG	Juvenília	5.862	0,6	0,071208%
422	313700	MG	Ladainha	17.881	1,2	0,142416%
423	313710	MG	Lagamar	7.800	0,6	0,071208%
424	313720	MG	Lagoa da Prata	49.654	2,0	0,237361%
425	313730	MG	Lagoa dos Patos	4.285	0,6	0,071208%
426	313740	MG	Lagoa Dourada	12.874	0,8	0,094944%
427	313750	MG	Lagoa Formosa	17.962	1,2	0,142416%
428	313753	MG	Lagoa Grande	9.216	0,6	0,071208%
429	313760	MG	Lagoa Santa	58.702	2,2	0,261097%
430	313770	MG	Lajinha	20.241	1,2	0,142416%
431	313780	MG	Lambari	20.564	1,2	0,142416%
432	313790	MG	Lamim	3.517	0,6	0,071208%
433	313800	MG	Laranjal	6.770	0,6	0,071208%
434	313810	MG	Lassance	6.663	0,6	0,071208%
435	313820	MG	Lavras	99.229	3,0	0,356041%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

436	313830	MG	Leandro Ferreira	3.297	0,6	0,071208%
437	313835	MG	Leme do Prado	4.974	0,6	0,071208%
438	313840	MG	Leopoldina	53.032	2,2	0,261097%
439	313850	MG	Liberdade	5.373	0,6	0,071208%
440	313860	MG	Lima Duarte	16.786	1,0	0,118680%
441	313862	MG	Limeira do Oeste	7.327	0,6	0,071208%
442	313865	MG	Lontra	8.881	0,6	0,071208%
443	313867	MG	Luisburgo	6.407	0,6	0,071208%
444	313868	MG	Luislândia	6.685	0,6	0,071208%
445	313870	MG	Luminárias	5.571	0,6	0,071208%
446	313880	MG	Luz	18.230	1,2	0,142416%
447	313890	MG	Machacalis	7.210	0,6	0,071208%
448	313900	MG	Machado	41.070	1,8	0,213624%
449	313910	MG	Madre de Deus de Minas	5.108	0,6	0,071208%
450	313920	MG	Malacacheta	19.209	1,2	0,142416%
451	313925	MG	Mamonas	6.573	0,6	0,071208%
452	313930	MG	Manga	19.757	1,2	0,142416%
453	313940	MG	Manhuaçu	85.909	2,8	0,332305%
454	313950	MG	Manhumirim	22.465	1,2	0,142416%
455	313960	MG	Mantena	28.023	1,4	0,166152%
456	313980	MG	Mar de Espanha	12.480	0,8	0,094944%
457	313970	MG	Maravilhas	7.674	0,6	0,071208%
458	313990	MG	Maria da Fé	14.534	1,0	0,118680%
459	314000	MG	Mariana	58.233	2,2	0,261097%
460	314010	MG	Marilac	4.286	0,6	0,071208%
461	314015	MG	Mário Campos	14.427	1,0	0,118680%
462	314020	MG	Maripá de Minas	2.934	0,6	0,071208%
463	314030	MG	Marliéria	4.126	0,6	0,071208%
464	314040	MG	Marmelópolis	2.958	0,6	0,071208%
465	314050	MG	Martinho Campos	13.248	0,8	0,094944%
466	314053	MG	Martins Soares	7.858	0,6	0,071208%
467	314055	MG	Mata Verde	8.363	0,6	0,071208%
468	314060	MG	Materlândia	4.659	0,6	0,071208%
469	314070	MG	Mateus Leme	29.873	1,4	0,166152%
470	317150	MG	Mathias Lobato	3.389	0,6	0,071208%
471	314080	MG	Matias Barbosa	14.196	1,0	0,118680%
472	314085	MG	Matias Cardoso	10.717	0,8	0,094944%
473	314090	MG	Matipó	18.604	1,2	0,142416%
474	314100	MG	Mato Verde	12.921	0,8	0,094944%
475	314110	MG	Matozinhos	36.382	1,6	0,189888%
476	314120	MG	Matutina	3.853	0,6	0,071208%
477	314130	MG	Medeiros	3.676	0,6	0,071208%
478	314140	MG	Medina	21.485	1,2	0,142416%
479	314150	MG	Mendes Pimentel	6.541	0,6	0,071208%
480	314160	MG	Mercês	10.784	0,8	0,094944%
481	314170	MG	Mesquita	6.038	0,6	0,071208%
482	314180	MG	Minas Novas	31.864	1,6	0,189888%
483	314190	MG	Minduri	3.960	0,6	0,071208%
484	314200	MG	Mirabela	13.598	1,0	0,118680%
485	314210	MG	Miradouro	10.718	0,8	0,094944%
486	314220	MG	Miraí	14.649	1,0	0,118680%
487	314225	MG	Miravânia	4.803	0,6	0,071208%
488	314230	MG	Moeda	4.903	0,6	0,071208%
489	314240	MG	Moema	7.406	0,6	0,071208%
490	314250	MG	Monjolos	2.365	0,6	0,071208%
491	314260	MG	Monsenhor Paulo	8.583	0,6	0,071208%
492	314270	MG	Montalvânia	15.875	1,0	0,118680%
493	314280	MG	Monte Alegre de Minas	20.728	1,2	0,142416%
494	314290	MG	Monte Azul	22.102	1,2	0,142416%
495	314300	MG	Monte Belo	13.440	0,8	0,094944%
496	314310	MG	Monte Carmelo	47.770	2,0	0,237361%
497	314315	MG	Monte Formoso	4.877	0,6	0,071208%
498	314320	MG	Monte Santo de Minas	21.897	1,2	0,142416%
499	314340	MG	Monte Sião	22.794	1,2	0,142416%
500	314330	MG	Montes Claros	390.212	4,0	0,474721%
501	314345	MG	Montezuma	7.973	0,6	0,071208%
502	314350	MG	Morada Nova de Minas	8.712	0,6	0,071208%
503	314360	MG	Morro da Garça	2.649	0,6	0,071208%
504	314370	MG	Morro do Pilar	3.399	0,6	0,071208%
505	314380	MG	Munhoz	6.327	0,6	0,071208%
506	314390	MG	Muriaé	106.576	3,2	0,379777%
507	314400	MG	Mutum	27.475	1,4	0,166152%
508	314410	MG	Muzambinho	21.012	1,2	0,142416%
509	314420	MG	Nacip Raydan	3.261	0,6	0,071208%
510	314430	MG	Nanuque	41.852	1,8	0,213624%
511	314435	MG	Naque	6.767	0,6	0,071208%
512	314437	MG	Natalândia	3.377	0,6	0,071208%
513	314440	MG	Natércia	4.807	0,6	0,071208%
514	314450	MG	Nazareno	8.422	0,6	0,071208%
515	314460	MG	Nepomuceno	26.812	1,4	0,166152%
516	314465	MG	Ninheira	10.261	0,8	0,094944%
517	314467	MG	Nova Belém	3.609	0,6	0,071208%
518	314470	MG	Nova Era	18.000	1,2	0,142416%
519	314480	MG	Nova Lima	88.672	2,8	0,332305%
520	314490	MG	Nova Módica	3.811	0,6	0,071208%
521	314500	MG	Nova Ponte	14.241	1,0	0,118680%
522	314505	MG	Nova Porteirinha	7.630	0,6	0,071208%
523	314510	MG	Nova Resende	16.313	1,0	0,118680%
524	314520	MG	Nova Serrana	87.260	2,8	0,332305%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

525	313660	MG	Nova União	5.766	0,6	0,071208%
526	314530	MG	Novo Cruzeiro	31.760	1,6	0,189888%
527	314535	MG	Novo Oriente de Minas	10.773	0,8	0,094944%
528	314537	MG	Novorizonte	5.226	0,6	0,071208%
529	314540	MG	Olaria	1.935	0,6	0,071208%
530	314545	MG	Olhos-d'Água	5.735	0,6	0,071208%
531	314550	MG	Olímpio Noronha	2.700	0,6	0,071208%
532	314560	MG	Oliveira	41.375	1,8	0,213624%
533	314570	MG	Oliveira Fortes	2.182	0,6	0,071208%
534	314580	MG	Onça de Pitangui	3.171	0,6	0,071208%
535	314585	MG	Oratórios	4.673	0,6	0,071208%
536	314587	MG	Orizânia	7.767	0,6	0,071208%
537	314590	MG	Ouro Branco	37.878	1,8	0,213624%
538	314600	MG	Ouro Fino	33.214	1,6	0,189888%
539	314610	MG	Ouro Preto	73.700	2,6	0,308569%
540	314620	MG	Ouro Verde de Minas	6.138	0,6	0,071208%
541	314625	MG	Padre Carvalho	6.203	0,6	0,071208%
542	314630	MG	Padre Paraíso	19.859	1,2	0,142416%
543	314655	MG	Pai Pedro	6.150	0,6	0,071208%
544	314640	MG	Paineiras	4.692	0,6	0,071208%
545	314650	MG	Pains	8.329	0,6	0,071208%
546	314660	MG	Paiva	1.587	0,6	0,071208%
547	314670	MG	Palma	6.742	0,6	0,071208%
548	314675	MG	Palmópolis	6.537	0,6	0,071208%
549	314690	MG	Papagaios	15.144	1,0	0,118680%
550	314710	MG	Pará de Minas	90.306	2,8	0,332305%
551	314700	MG	Paracatu	90.294	2,8	0,332305%
552	314720	MG	Paraguaçu	21.276	1,2	0,142416%
553	314730	MG	Paraisópolis	20.563	1,2	0,142416%
554	314740	MG	Paraopeba	23.940	1,4	0,166152%
555	314760	MG	Passa Quatro	16.290	1,0	0,118680%
556	314770	MG	Passa Tempo	8.363	0,6	0,071208%
557	314780	MG	Passa-Vinte	2.117	0,6	0,071208%
558	314750	MG	Passabém	1.764	0,6	0,071208%
559	314790	MG	Passos	112.402	3,2	0,379777%
560	314795	MG	Patis	5.881	0,6	0,071208%
561	314800	MG	Patos de Minas	147.614	3,8	0,451141%
562	314810	MG	Patrocínio	87.928	2,8	0,332305%
563	314820	MG	Patrocínio do Muriaé	5.583	0,6	0,071208%
564	314830	MG	Paula Cândido	9.630	0,6	0,071208%
565	314840	MG	Paulistas	5.010	0,6	0,071208%
566	314850	MG	Pavão	8.755	0,6	0,071208%
567	314860	MG	Peçanha	17.817	1,2	0,142416%
568	314870	MG	Pedra Azul	24.648	1,4	0,166152%
569	314875	MG	Pedra Bonita	7.015	0,6	0,071208%
570	314880	MG	Pedra do Anta	3.375	0,6	0,071208%
571	314890	MG	Pedra do Indaiá	4.013	0,6	0,071208%
572	314900	MG	Pedra Dourada	2.374	0,6	0,071208%
573	314910	MG	Pedralva	11.652	0,8	0,094944%
574	314915	MG	Pedras de Maria da Cruz	11.084	0,8	0,094944%
575	314920	MG	Pedrinópolis	3.638	0,6	0,071208%
576	314930	MG	Pedro Leopoldo	62.473	2,4	0,284833%
577	314940	MG	Pedro Teixeira	1.840	0,6	0,071208%
578	314950	MG	Pequeri	3.310	0,6	0,071208%
579	314960	MG	Pequi	4.314	0,6	0,071208%
580	314970	MG	Perdigão	10.185	0,6	0,071208%
581	314980	MG	Perdizes	15.484	1,0	0,118680%
582	314990	MG	Perdões	21.129	1,2	0,142416%
583	314995	MG	Periquito	7.126	0,6	0,071208%
584	315000	MG	Pescador	4.284	0,6	0,071208%
585	315010	MG	Piau	2.877	0,6	0,071208%
586	315015	MG	Piedade de Caratinga	7.878	0,6	0,071208%
587	315020	MG	Piedade de Ponte Nova	4.197	0,6	0,071208%
588	315030	MG	Piedade do Rio Grande	4.744	0,6	0,071208%
589	315040	MG	Piedade dos Gerais	4.897	0,6	0,071208%
590	315050	MG	Pimenta	8.619	0,6	0,071208%
591	315053	MG	Pingo-d'Água	4.743	0,6	0,071208%
592	315057	MG	Pintópolis	7.516	0,6	0,071208%
593	315060	MG	Piracema	6.573	0,6	0,071208%
594	315070	MG	Pirajuba	5.396	0,6	0,071208%
595	315080	MG	Piranga	17.835	1,2	0,142416%
596	315090	MG	Piranguçu	5.454	0,6	0,071208%
597	315100	MG	Piranguinho	8.456	0,6	0,071208%
598	315110	MG	Pirapetinga	10.787	0,8	0,094944%
599	315120	MG	Pirapora	55.972	2,2	0,261097%
600	315130	MG	Piraúba	11.112	0,8	0,094944%
601	315140	MG	Pitangui	27.040	1,4	0,166152%
602	315150	MG	Piumhi	33.833	1,6	0,189888%
603	315160	MG	Planura	11.355	0,8	0,094944%
604	315170	MG	Poço Fundo	16.705	1,0	0,118680%
605	315180	MG	Poços de Caldas	162.379	4,0	0,474721%
606	315190	MG	Pocrane	8.994	0,6	0,071208%
607	315200	MG	Pompéu	30.943	1,6	0,189888%
608	315210	MG	Ponte Nova	59.814	2,2	0,261097%
609	315213	MG	Ponto Chique	4.187	0,6	0,071208%
610	315217	MG	Ponto dos Volantes	11.949	0,8	0,094944%
611	315220	MG	Porteirinha	38.709	1,8	0,213624%
612	315230	MG	Porto Firme	11.033	0,8	0,094944%
613	315240	MG	Poté	16.428	1,0	0,118680%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

614	315250	MG	Pouso Alegre	142.073	3,6	0,427249%
615	315260	MG	Pouso Alto	6.263	0,6	0,071208%
616	315270	MG	Prados	8.865	0,6	0,071208%
617	315280	MG	Prata	27.293	1,4	0,166152%
618	315290	MG	Pratápolis	8.952	0,6	0,071208%
619	315300	MG	Pratinha	3.485	0,6	0,071208%
620	315310	MG	Presidente Bernardes	5.612	0,6	0,071208%
621	315320	MG	Presidente Juscelino	3.901	0,6	0,071208%
622	315330	MG	Presidente Kubitschek	3.053	0,6	0,071208%
623	315340	MG	Presidente Olegário	19.398	1,2	0,142416%
624	315360	MG	Prudente de Morais	10.287	0,8	0,094944%
625	315370	MG	Quartel Geral	3.493	0,6	0,071208%
626	315380	MG	Queluzito	1.940	0,6	0,071208%
627	315390	MG	Raposos	16.144	1,0	0,118680%
628	315400	MG	Raul Soares	24.408	1,4	0,166152%
629	315410	MG	Recreio	10.651	0,8	0,094944%
630	315415	MG	Reduto	6.973	0,6	0,071208%
631	315420	MG	Resende Costa	11.429	0,8	0,094944%
632	315430	MG	Resplendor	17.653	1,2	0,142416%
633	315440	MG	Ressaquinha	4.820	0,6	0,071208%
634	315445	MG	Riachinho	8.266	0,6	0,071208%
635	315450	MG	Riacho dos Machados	9.650	0,6	0,071208%
636	315460	MG	Ribeirão das Neves	319.310	4,0	0,474721%
637	315470	MG	Ribeirão Vermelho	4.008	0,6	0,071208%
638	315480	MG	Rio Acima	9.816	0,6	0,071208%
639	315490	MG	Rio Casca	14.310	1,0	0,118680%
640	315510	MG	Rio do Prado	5.324	0,6	0,071208%
641	315500	MG	Rio Doce	2.588	0,6	0,071208%
642	315520	MG	Rio Espera	5.986	0,6	0,071208%
643	315530	MG	Rio Manso	5.636	0,6	0,071208%
644	315540	MG	Rio Novo	9.032	0,6	0,071208%
645	315550	MG	Rio Paranaíba	12.364	0,8	0,094944%
646	315560	MG	Rio Pardo de Minas	30.578	1,6	0,189888%
647	315570	MG	Rio Piracicaba	14.590	1,0	0,118680%
648	315580	MG	Rio Pomba	17.872	1,2	0,142416%
649	315590	MG	Rio Preto	5.502	0,6	0,071208%
650	315600	MG	Rio Vermelho	13.674	1,0	0,118680%
651	315610	MG	Ritápolis	4.922	0,6	0,071208%
652	315620	MG	Rochedo de Minas	2.246	0,6	0,071208%
653	315630	MG	Rodeiro	7.543	0,6	0,071208%
654	315640	MG	Romaria	3.664	0,6	0,071208%
655	315645	MG	Rosário da Limeira	4.495	0,6	0,071208%
656	315650	MG	Rubelita	7.257	0,6	0,071208%
657	315660	MG	Rubim	10.304	0,8	0,094944%
658	315670	MG	Sabará	133.528	3,6	0,427249%
659	315680	MG	Sabinópolis	16.014	1,0	0,118680%
660	315690	MG	Sacramento	25.432	1,4	0,166152%
661	315700	MG	Salinas	41.098	1,8	0,213624%
662	315710	MG	Salto da Divisa	7.096	0,6	0,071208%
663	315720	MG	Santa Bárbara	29.888	1,4	0,166152%
664	315725	MG	Santa Bárbara do Leste	8.068	0,6	0,071208%
665	315727	MG	Santa Bárbara do Monte Verde	3.005	0,6	0,071208%
666	315730	MG	Santa Bárbara do Tugúrio	4.631	0,6	0,071208%
667	315733	MG	Santa Cruz de Minas	8.365	0,6	0,071208%
668	315737	MG	Santa Cruz de Salinas	4.408	0,6	0,071208%
669	315740	MG	Santa Cruz do Escalvado	5.026	0,6	0,071208%
670	315750	MG	Santa Efigênia de Minas	4.641	0,6	0,071208%
671	315760	MG	Santa Fé de Minas	4.021	0,6	0,071208%
672	315765	MG	Santa Helena de Minas	6.336	0,6	0,071208%
673	315770	MG	Santa Juliana	12.702	0,8	0,094944%
674	315780	MG	Santa Luzia	214.830	4,0	0,474721%
675	315790	MG	Santa Margarida	15.879	1,0	0,118680%
676	315800	MG	Santa Maria de Itabira	10.942	0,8	0,094944%
677	315810	MG	Santa Maria do Salto	5.400	0,6	0,071208%
678	315820	MG	Santa Maria do Suaçuí	14.854	1,0	0,118680%
679	315920	MG	Santa Rita de Caldas	9.228	0,6	0,071208%
680	315940	MG	Santa Rita de Ibitipoca	3.611	0,6	0,071208%
681	315930	MG	Santa Rita de Jacutinga	5.077	0,6	0,071208%
682	315935	MG	Santa Rita de Minas	6.984	0,6	0,071208%
683	315950	MG	Santa Rita do Itueto	5.760	0,6	0,071208%
684	315960	MG	Santa Rita do Sapucaí	40.941	1,8	0,213624%
685	315970	MG	Santa Rosa da Serra	3.357	0,6	0,071208%
686	315980	MG	Santa Vitória	19.250	1,2	0,142416%
687	315830	MG	Santana da Vargem	7.364	0,6	0,071208%
688	315840	MG	Santana de Cataguases	3.815	0,6	0,071208%
689	315850	MG	Santana de Pirapama	8.068	0,6	0,071208%
690	315860	MG	Santana do Deserto	4.006	0,6	0,071208%
691	315870	MG	Santana do Garambéu	2.381	0,6	0,071208%
692	315880	MG	Santana do Jacaré	4.811	0,6	0,071208%
693	315890	MG	Santana do Manhuaçu	8.839	0,6	0,071208%
694	315895	MG	Santana do Paraíso	30.943	1,6	0,189888%
695	315900	MG	Santana do Riacho	4.235	0,6	0,071208%
696	315910	MG	Santana dos Montes	3.902	0,6	0,071208%
697	315990	MG	Santo Antônio do Amparo	18.266	1,2	0,142416%
698	316000	MG	Santo Antônio do Aventureiro	3.655	0,6	0,071208%
699	316010	MG	Santo Antônio do Grama	4.120	0,6	0,071208%
700	316020	MG	Santo Antônio do Itambé	4.121	0,6	0,071208%
701	316030	MG	Santo Antônio do Jacinto	12.024	0,8	0,094944%
702	316040	MG	Santo Antônio do Monte	27.556	1,4	0,166152%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

703	316045	MG	Santo Antônio do Retiro	7.264	0,6	0,071208%
704	316050	MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	1.818	0,6	0,071208%
705	316060	MG	Santo Hipólito	3.261	0,6	0,071208%
706	316070	MG	Santos Dumont	47.558	2,0	0,237361%
707	316080	MG	São Bento Abade	4.981	0,6	0,071208%
708	316090	MG	São Brás do Suaçuí	3.693	0,6	0,071208%
709	316095	MG	São Domingos das Dores	5.642	0,6	0,071208%
710	316100	MG	São Domingos do Prata	17.805	1,2	0,142416%
711	316105	MG	São Félix de Minas	3.465	0,6	0,071208%
712	316110	MG	São Francisco	56.217	2,2	0,261097%
713	316120	MG	São Francisco de Paula	6.668	0,6	0,071208%
714	316130	MG	São Francisco de Sales	6.110	0,6	0,071208%
715	316140	MG	São Francisco do Glória	5.177	0,6	0,071208%
716	316150	MG	São Geraldo	11.372	0,8	0,094944%
717	316160	MG	São Geraldo da Piedade	4.329	0,6	0,071208%
718	316165	MG	São Geraldo do Baixio	3.788	0,6	0,071208%
719	316170	MG	São Gonçalo do Abaeté	6.717	0,6	0,071208%
720	316180	MG	São Gonçalo do Pará	11.475	0,8	0,094944%
721	316190	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	10.488	0,8	0,094944%
722	312550	MG	São Gonçalo do Rio Preto	3.180	0,6	0,071208%
723	316200	MG	São Gonçalo do Sapucaí	25.143	1,4	0,166152%
724	316210	MG	São Gotardo	34.107	1,6	0,189888%
725	316220	MG	São João Batista do Glória	7.292	0,6	0,071208%
726	316225	MG	São João da Lagoa	4.880	0,6	0,071208%
727	316230	MG	São João da Mata	2.809	0,6	0,071208%
728	316240	MG	São João da Ponte	25.933	1,4	0,166152%
729	316245	MG	São João das Missões	12.539	0,8	0,094944%
730	316250	MG	São João del Rei	88.902	2,8	0,332305%
731	316255	MG	São João do Manhuaçu	11.038	0,8	0,094944%
732	316257	MG	São João do Manteninha	5.591	0,6	0,071208%
733	316260	MG	São João do Oriente	7.925	0,6	0,071208%
734	316265	MG	São João do Pacuí	4.308	0,6	0,071208%
735	316270	MG	São João do Paraíso	23.417	1,2	0,142416%
736	316280	MG	São João Evangelista	16.043	1,0	0,118680%
737	316290	MG	São João Nepomuceno	26.227	1,4	0,166152%
738	316292	MG	São Joaquim de Bicas	28.624	1,4	0,166152%
739	316294	MG	São José da Barra	7.213	0,6	0,071208%
740	316295	MG	São José da Lapa	21.905	1,2	0,142416%
741	316300	MG	São José da Safira	4.258	0,6	0,071208%
742	316310	MG	São José da Varginha	4.630	0,6	0,071208%
743	316320	MG	São José do Alegre	4.180	0,6	0,071208%
744	316330	MG	São José do Divino	3.943	0,6	0,071208%
745	316340	MG	São José do Goiabal	5.695	0,6	0,071208%
746	316350	MG	São José do Jacuri	6.682	0,6	0,071208%
747	316360	MG	São José do Mantimento	2.738	0,6	0,071208%
748	316370	MG	São Lourenço	44.417	2,0	0,237361%
749	316380	MG	São Miguel do Anta	7.006	0,6	0,071208%
750	316390	MG	São Pedro da União	5.016	0,6	0,071208%
751	316410	MG	São Pedro do Suaçuí	5.584	0,6	0,071208%
752	316400	MG	São Pedro dos Ferros	8.339	0,6	0,071208%
753	316420	MG	São Romão	11.370	0,8	0,094944%
754	316430	MG	São Roque de Minas	7.005	0,6	0,071208%
755	316440	MG	São Sebastião da Bela Vista	5.300	0,6	0,071208%
756	316443	MG	São Sebastião da Vargem Alegre	2.955	0,6	0,071208%
757	316447	MG	São Sebastião do Anta	6.215	0,6	0,071208%
758	316450	MG	São Sebastião do Maranhão	10.678	0,8	0,094944%
759	316460	MG	São Sebastião do Oeste	6.344	0,6	0,071208%
760	316470	MG	São Sebastião do Paraíso	69.057	2,4	0,284833%
761	316480	MG	São Sebastião do Rio Preto	1.611	0,6	0,071208%
762	316490	MG	São Sebastião do Rio Verde	2.217	0,6	0,071208%
763	316520	MG	São Thomé das Letras	7.001	0,6	0,071208%
764	316500	MG	São Tiago	10.986	0,8	0,094944%
765	316510	MG	São Tomás de Aquino	7.248	0,6	0,071208%
766	316530	MG	São Vicente de Minas	7.487	0,6	0,071208%
767	316540	MG	Sapucaí-Mirim	6.678	0,6	0,071208%
768	316550	MG	Sardoá	6.021	0,6	0,071208%
769	316553	MG	Sarzedo	29.270	1,4	0,166152%
770	316556	MG	Sem-Peixe	2.834	0,6	0,071208%
771	316557	MG	Senador Amaral	5.409	0,6	0,071208%
772	316560	MG	Senador Cortes	2.046	0,6	0,071208%
773	316570	MG	Senador Firmino	7.650	0,6	0,071208%
774	316580	MG	Senador José Bento	1.769	0,6	0,071208%
775	316590	MG	Senador Modestino Gonçalves	4.523	0,6	0,071208%
776	316600	MG	Senhora de Oliveira	5.871	0,6	0,071208%
777	316610	MG	Senhora do Porto	3.598	0,6	0,071208%
778	316620	MG	Senhora dos Remédios	10.565	0,8	0,094944%
779	316630	MG	Sericita	7.391	0,6	0,071208%
780	316640	MG	Seritinga	1.860	0,6	0,071208%
781	316650	MG	Serra Azul de Minas	4.358	0,6	0,071208%
782	316660	MG	Serra da Saudade	822	0,6	0,071208%
783	316680	MG	Serra do Salitre	11.236	0,8	0,094944%
784	316670	MG	Serra dos Aimorés	8.744	0,6	0,071208%
785	316690	MG	Serrania	7.787	0,6	0,071208%
786	316695	MG	Serranópolis de Minas	4.682	0,6	0,071208%
787	316700	MG	Serranos	2.033	0,6	0,071208%
788	316710	MG	Serro	21.423	1,2	0,142416%
789	316720	MG	Sete Lagoas	229.887	4,0	0,474721%
790	316555	MG	Setubinha	11.717	0,8	0,094944%
791	316730	MG	Silveirânia	2.277	0,6	0,071208%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

792	316740	MG	Silvianópolis	6.266	0,6	0,071208%
793	316750	MG	Simão Pereira	2.634	0,6	0,071208%
794	316760	MG	Simonésia	19.307	1,2	0,142416%
795	316770	MG	Sobrália	5.869	0,6	0,071208%
796	316780	MG	Soledade de Minas	6.014	0,6	0,071208%
797	316790	MG	Tabuleiro	4.052	0,6	0,071208%
798	316800	MG	Taiobeiras	33.040	1,6	0,189888%
799	316805	MG	Taparuba	3.206	0,6	0,071208%
800	316810	MG	Tapira	4.484	0,6	0,071208%
801	316820	MG	Tapiraí	1.922	0,6	0,071208%
802	316830	MG	Taquaraçu de Minas	4.006	0,6	0,071208%
803	316840	MG	Tarumirim	14.674	1,0	0,118680%
804	316850	MG	Teixeiras	11.770	0,8	0,094944%
805	316860	MG	Teófilo Otoni	140.567	3,6	0,427249%
806	316870	MG	Timóteo	86.794	2,8	0,332305%
807	316880	MG	Tiradentes	7.551	0,6	0,071208%
808	316890	MG	Tiros	6.912	0,6	0,071208%
809	316900	MG	Tocantins	16.567	1,0	0,118680%
810	316905	MG	Tocos do Moji	4.112	0,6	0,071208%
811	316910	MG	Toledo	6.111	0,6	0,071208%
812	316920	MG	Tombos	9.174	0,6	0,071208%
813	316930	MG	Três Corações	77.340	2,6	0,308569%
814	316935	MG	Três Marias	30.673	1,6	0,189888%
815	316940	MG	Três Pontas	56.408	2,2	0,261097%
816	316950	MG	Tumiritinga	6.632	0,6	0,071208%
817	316960	MG	Tupaciguara	25.269	1,4	0,166152%
818	316970	MG	Turmalina	19.288	1,2	0,142416%
819	316980	MG	Turvolândia	4.932	0,6	0,071208%
820	316990	MG	Ubá	109.779	3,2	0,379777%
821	317000	MG	Ubaí	12.324	0,8	0,094944%
822	317005	MG	Ubaporanga	12.523	0,8	0,094944%
823	317010	MG	Uberaba	318.813	4,0	0,474721%
824	317020	MG	Uberlândia	654.681	4,0	0,474721%
825	317030	MG	Umburatiba	2.736	0,6	0,071208%
826	317040	MG	Unaí	82.298	2,8	0,332305%
827	317043	MG	União de Minas	4.486	0,6	0,071208%
828	317047	MG	Uruana de Minas	3.336	0,6	0,071208%
829	317050	MG	Urucânia	10.583	0,8	0,094944%
830	317052	MG	Urucuia	15.266	1,0	0,118680%
831	317057	MG	Vargem Alegre	6.635	0,6	0,071208%
832	317060	MG	Vargem Bonita	2.214	0,6	0,071208%
833	317065	MG	Vargem Grande do Rio Pardo	4.966	0,6	0,071208%
834	317070	MG	Varginha	131.269	3,6	0,427249%
835	317075	MG	Varjão de Minas	6.662	0,6	0,071208%
836	317080	MG	Várzea da Palma	38.213	1,8	0,213624%
837	317090	MG	Varzelândia	19.690	1,2	0,142416%
838	317100	MG	Vazante	20.580	1,2	0,142416%
839	317103	MG	Verdelândia	8.967	0,6	0,071208%
840	317107	MG	Veredinha	5.760	0,6	0,071208%
841	317110	MG	Veríssimo	3.781	0,6	0,071208%
842	317115	MG	Vermelho Novo	4.871	0,6	0,071208%
843	317120	MG	Vespasiano	116.506	3,4	0,403513%
844	317130	MG	Viçosa	76.745	2,6	0,308569%
845	317140	MG	Vieiras	3.777	0,6	0,071208%
846	317160	MG	Virgem da Lapa	14.023	1,0	0,118680%
847	317170	MG	Virgínia	8.865	0,6	0,071208%
848	317180	MG	Virginópolis	10.820	0,8	0,094944%
849	317190	MG	Virgolândia	5.691	0,6	0,071208%
850	317200	MG	Visconde do Rio Branco	40.778	1,8	0,213624%
851	317210	MG	Volta Grande	5.274	0,6	0,071208%
852	317220	MG	Wenceslau Braz	2.618	0,6	0,071208%
			T O T A L	18.242.988	842,6	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: MS - MATO GROSSO DO SUL

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	500020	MS	Água Clara	14.210	1,0	1,133787%
2	500025	MS	Alcinópolis	4.961	0,6	0,680272%
3	500060	MS	Amambaí	37.144	1,6	1,814059%
4	500070	MS	Anastácio	24.642	1,4	1,587302%
5	500080	MS	Anaurilândia	8.801	0,6	0,680272%
6	500085	MS	Angélica	9.991	0,6	0,680272%
7	500090	MS	Antônio João	8.612	0,6	0,680272%
8	500100	MS	Aparecida do Taboado	24.078	1,4	1,587302%
9	500110	MS	Aquidauana	46.998	2,0	2,267574%
10	500124	MS	Aral Moreira	11.209	0,8	0,907029%
11	500150	MS	Bandeirantes	6.759	0,6	0,680272%
12	500190	MS	Bataguassu	21.463	1,2	1,360544%
13	500200	MS	Batayporã	11.188	0,8	0,907029%
14	500210	MS	Bela Vista	24.002	1,4	1,587302%
15	500215	MS	Bodoquena	7.938	0,6	0,680272%
16	500220	MS	Bonito	20.825	1,2	1,360544%
17	500230	MS	Brasilândia	11.923	0,8	0,907029%
18	500240	MS	Caarapó	28.001	1,4	1,587302%
19	500260	MS	Camapuã	13.751	1,0	1,133787%
20	500280	MS	Caracol	5.769	0,6	0,680272%
21	500290	MS	Cassilândia	21.557	1,2	1,360544%
22	500295	MS	Chapadão do Sul	21.948	1,2	1,360544%
23	500310	MS	Corguinho	5.403	0,6	0,680272%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

24	500315	MS	Coronel Sapucaia	14.712	1,0	1,133787%
25	500320	MS	Corumbá	108.010	3,2	3,628118%
26	500325	MS	Costa Rica	19.175	1,2	1,360544%
27	500330	MS	Coxim	33.045	1,6	1,814059%
28	500345	MS	Deodápolis	12.588	0,8	0,907029%
29	500348	MS	Dois Irmãos do Buriti	10.880	0,8	0,907029%
30	500350	MS	Douradina	5.670	0,6	0,680272%
31	500370	MS	Dourados	210.218	4,0	4,535151%
32	500375	MS	Eldorado	12.079	0,8	0,907029%
33	500380	MS	Fátima do Sul	19.240	1,2	1,360544%
34	500390	MS	Figueirão	3.005	0,6	0,680272%
35	500400	MS	Glória de Dourados	10.008	0,6	0,680272%
36	500410	MS	Guia Lopes da Laguna	10.211	0,8	0,907029%
37	500430	MS	Iguatemi	15.534	1,0	1,133787%
38	500440	MS	Inocência	7.687	0,6	0,680272%
39	500450	MS	Itaporã	22.568	1,2	1,360544%
40	500460	MS	Itaquiraí	19.920	1,2	1,360544%
41	500470	MS	Ivinhema	22.881	1,2	1,360544%
42	500480	MS	Japorã	8.429	0,6	0,680272%
43	500490	MS	Jaraguari	6.779	0,6	0,680272%
44	500500	MS	Jardim	25.328	1,4	1,587302%
45	500510	MS	Jateí	4.044	0,6	0,680272%
46	500515	MS	Juti	6.321	0,6	0,680272%
47	500520	MS	Ladário	21.488	1,2	1,360544%
48	500525	MS	Laguna Carapã	6.935	0,6	0,680272%
49	500540	MS	Maracaju	42.101	1,8	2,040816%
50	500560	MS	Miranda	26.890	1,4	1,587302%
51	500568	MS	Mundo Novo	17.773	1,2	1,360544%
52	500570	MS	Naviraí	50.692	2,0	2,267574%
53	500580	MS	Nioaque	14.305	1,0	1,133787%
54	500600	MS	Nova Alvorada do Sul	19.086	1,2	1,360544%
55	500620	MS	Nova Andradina	50.010	2,0	2,267574%
56	500625	MS	Novo Horizonte do Sul	4.442	0,6	0,680272%
57	500627	MS	Paraíso das Águas	5.047	0,6	0,680272%
58	500630	MS	Paranaíba	41.363	1,8	2,040816%
59	500635	MS	Paranhos	13.311	0,8	0,907029%
60	500640	MS	Pedro Gomes	7.850	0,6	0,680272%
61	500660	MS	Ponta Porã	85.251	2,8	3,174606%
62	500690	MS	Porto Murtinho	16.340	1,0	1,133787%
63	500710	MS	Ribas do Rio Pardo	22.803	1,2	1,360544%
64	500720	MS	Rio Brilhante	34.078	1,6	1,814059%
65	500730	MS	Rio Negro	4.949	0,6	0,680272%
66	500740	MS	Rio Verde de Mato Grosso	19.407	1,2	1,360544%
67	500750	MS	Rochedo	5.205	0,6	0,680272%
68	500755	MS	Santa Rita do Pardo	7.582	0,6	0,680272%
69	500769	MS	São Gabriel do Oeste	24.515	1,4	1,587302%
70	500780	MS	Selvíria	6.441	0,6	0,680272%
71	500770	MS	Sete Quedas	10.854	0,8	0,907029%
72	500790	MS	Sidrolândia	49.712	2,0	2,267574%
73	500793	MS	Sonora	17.019	1,2	1,360544%
74	500795	MS	Tacuru	10.907	0,8	0,907029%
75	500797	MS	Taquarussu	3.570	0,6	0,680272%
76	500800	MS	Terenos	19.434	1,2	1,360544%
77	500830	MS	Três Lagoas	111.652	3,2	3,628118%
78	500840	MS	Vicentina	6.020	0,6	0,680272%
			T O T A L	1.776.537	88,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: MT - MATO GROSSO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	510010	MT	Acorizal	5.396	0,6	0,429185%
2	510020	MT	Água Boa	23.057	1,2	0,858369%
3	510025	MT	Alta Floresta	49.877	2,0	1,430609%
4	510030	MT	Alto Araguaia	17.168	1,2	0,858369%
5	510035	MT	Alto Boa Vista	5.980	0,6	0,429185%
6	510040	MT	Alto Garças	11.071	0,8	0,572246%
7	510050	MT	Alto Paraguai	10.592	0,8	0,572246%
8	510060	MT	Alto Taquari	9.376	0,6	0,429185%
9	510080	MT	Apiacás	9.249	0,6	0,429185%
10	510100	MT	Araguaiana	3.108	0,6	0,429185%
11	510120	MT	Araguainha	1.000	0,6	0,429185%
12	510125	MT	Araputanga	15.926	1,0	0,715308%
13	510130	MT	Arenápolis	9.825	0,6	0,429185%
14	510140	MT	Aripuanã	20.293	1,2	0,858369%
15	510160	MT	Barão de Melgaço	7.545	0,6	0,429185%
16	510170	MT	Barra do Bugres	33.365	1,6	1,144492%
17	510180	MT	Barra do Garças	58.099	2,2	1,573677%
18	510185	MT	Bom Jesus do Araguaia	5.889	0,6	0,429185%
19	510190	MT	Brasnorte	17.361	1,2	0,858369%
20	510250	MT	Cáceres	90.106	2,8	2,002854%
21	510260	MT	Campinápolis	14.971	1,0	0,715308%
22	510263	MT	Campo Novo do Parecis	31.171	1,6	1,144492%
23	510267	MT	Campo Verde	36.800	1,6	1,144492%
24	510268	MT	Campos de Júlio	5.969	0,6	0,429185%
25	510269	MT	Canabrava do Norte	4.703	0,6	0,429185%
26	510270	MT	Canarana	19.948	1,2	0,858369%
27	510279	MT	Carlinda	10.493	0,8	0,572246%
28	510285	MT	Castanheira	8.379	0,6	0,429185%
29	510300	MT	Chapada dos Guimarães	18.548	1,2	0,858369%
30	510305	MT	Cláudia	11.457	0,8	0,572246%
31	510310	MT	Cocalinho	5.527	0,6	0,429185%
32	510320	MT	Colíder	31.707	1,6	1,144492%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33	510325	MT	Colniza	32.230	1,6	1,144492%
34	510330	MT	Comodoro	19.294	1,2	0,858369%
35	510335	MT	Confresa	27.749	1,4	1,001431%
36	510336	MT	Conquista D'Oeste	3.673	0,6	0,429185%
37	510337	MT	Cotriguaçu	17.209	1,2	0,858369%
38	510343	MT	Curvelândia	4.984	0,6	0,429185%
39	510345	MT	Denise	8.897	0,6	0,429185%
40	510350	MT	Diamantino	20.945	1,2	0,858369%
41	510360	MT	Dom Aquino	8.066	0,6	0,429185%
42	510370	MT	Feliz Natal	12.440	0,8	0,572246%
43	510380	MT	Figueirópolis D'Oeste	3.599	0,6	0,429185%
44	510385	MT	Gaúcha do Norte	6.900	0,6	0,429185%
45	510390	MT	General Carneiro	5.267	0,6	0,429185%
46	510395	MT	Glória D'Oeste	3.047	0,6	0,429185%
47	510410	MT	Guarantã do Norte	33.632	1,6	1,144492%
48	510420	MT	Guiratinga	14.401	1,0	0,715308%
49	510450	MT	Indiavaí	2.518	0,6	0,429185%
50	510452	MT	Ipiranga do Norte	6.347	0,6	0,429185%
51	510454	MT	Itanhangá	5.950	0,6	0,429185%
52	510455	MT	Itaúba	4.124	0,6	0,429185%
53	510460	MT	Itiquira	12.293	0,8	0,572246%
54	510480	MT	Jaciara	26.281	1,4	1,001431%
55	510490	MT	Jangada	7.889	0,6	0,429185%
56	510500	MT	Jauru	9.482	0,6	0,429185%
57	510510	MT	Juara	33.483	1,6	1,144492%
58	510515	MT	Juína	39.640	1,8	1,287554%
59	510517	MT	Juruena	13.424	0,8	0,572246%
60	510520	MT	Juscimeira	11.179	0,8	0,572246%
61	510523	MT	Lambari D'Oeste	5.708	0,6	0,429185%
62	510525	MT	Lucas do Rio Verde	55.094	2,2	1,573677%
63	510530	MT	Luciára	2.121	0,6	0,429185%
64	510558	MT	Marcelândia	11.090	0,8	0,572246%
65	510560	MT	Matupá	15.206	1,0	0,715308%
66	510562	MT	Mirassol d'Oeste	26.188	1,4	1,001431%
67	510590	MT	Nobres	14.980	1,0	0,715308%
68	510600	MT	Nortelândia	6.128	0,6	0,429185%
69	510610	MT	Nossa Senhora do Livramento	11.444	0,8	0,572246%
70	510615	MT	Nova Bandeirantes	13.343	0,8	0,572246%
71	510620	MT	Nova Brasilândia	4.139	0,6	0,429185%
72	510621	MT	Nova Canaã do Norte	12.330	0,8	0,572246%
73	510880	MT	Nova Guarita	4.660	0,6	0,429185%
74	510618	MT	Nova Lacerda	5.939	0,6	0,429185%
75	510885	MT	Nova Marilândia	3.080	0,6	0,429185%
76	510890	MT	Nova Maringá	7.546	0,6	0,429185%
77	510895	MT	Nova Monte Verde	8.543	0,6	0,429185%
78	510622	MT	Nova Mutum	38.206	1,8	1,287554%
79	510617	MT	Nova Nazaré	3.406	0,6	0,429185%
80	510623	MT	Nova Olímpia	18.704	1,2	0,858369%
81	510619	MT	Nova Santa Helena	3.550	0,6	0,429185%
82	510624	MT	Nova Ubiratã	10.508	0,8	0,572246%
83	510625	MT	Nova Xavantina	20.273	1,2	0,858369%
84	510627	MT	Novo Horizonte do Norte	3.830	0,6	0,429185%
85	510626	MT	Novo Mundo	8.174	0,6	0,429185%
86	510631	MT	Novo Santo Antônio	2.301	0,6	0,429185%
87	510628	MT	Novo São Joaquim	5.465	0,6	0,429185%
88	510629	MT	Paranaíta	10.823	0,8	0,572246%
89	510630	MT	Paranatinga	20.703	1,2	0,858369%
90	510637	MT	Pedra Preta	16.513	1,0	0,715308%
91	510642	MT	Peixoto de Azevedo	32.464	1,6	1,144492%
92	510645	MT	Planalto da Serra	2.665	0,6	0,429185%
93	510650	MT	Poconé	32.092	1,6	1,144492%
94	510665	MT	Pontal do Araguaia	5.993	0,6	0,429185%
95	510670	MT	Ponte Branca	1.648	0,6	0,429185%
96	510675	MT	Pontes e Lacerda	42.924	1,8	1,287554%
97	510677	MT	Porto Alegre do Norte	11.508	0,8	0,572246%
98	510680	MT	Porto dos Gaúchos	5.361	0,6	0,429185%
99	510682	MT	Porto Esperidião	11.392	0,8	0,572246%
100	510685	MT	Porto Estrela	3.255	0,6	0,429185%
101	510700	MT	Poxoréo	16.677	1,0	0,715308%
102	510704	MT	Primavera do Leste	56.450	2,2	1,573677%
103	510706	MT	Querência	15.121	1,0	0,715308%
104	510715	MT	Reserva do Cabaçal	2.621	0,6	0,429185%
105	510718	MT	Ribeirão Cascalheira	9.440	0,6	0,429185%
106	510719	MT	Ribeirãozinho	2.275	0,6	0,429185%
107	510720	MT	Rio Branco	5.054	0,6	0,429185%
108	510757	MT	Rondolândia	3.759	0,6	0,429185%
109	510760	MT	Rondonópolis	211.718	4,0	2,861230%
110	510770	MT	Rosário Oeste	17.275	1,2	0,858369%
111	510775	MT	Salto do Céu	3.583	0,6	0,429185%
112	510724	MT	Santa Carmem	4.256	0,6	0,429185%
113	510774	MT	Santa Cruz do Xingu	2.213	0,6	0,429185%
114	510776	MT	Santa Rita do Trivelato	2.935	0,6	0,429185%
115	510777	MT	Santa Terezinha	7.798	0,6	0,429185%
116	510726	MT	Santo Afonso	3.032	0,6	0,429185%
117	510779	MT	Santo Antônio do Leste	4.435	0,6	0,429185%
118	510780	MT	Santo Antônio do Leverger	19.030	1,2	0,858369%
119	510785	MT	São Félix do Araguaia	11.039	0,8	0,572246%
120	510729	MT	São José do Povo	3.782	0,6	0,429185%
121	510730	MT	São José do Rio Claro	18.701	1,2	0,858369%
122	510735	MT	São José do Xingu	5.354	0,6	0,429185%
123	510710	MT	São José dos Quatro Marcos	18.710	1,2	0,858369%
124	510740	MT	São Pedro da Cipa	4.393	0,6	0,429185%
125	510787	MT	Sapezal	21.811	1,2	0,858369%
126	510788	MT	Serra Nova Dourada	1.492	0,6	0,429185%
127	510790	MT	Sinop	126.817	3,4	2,432039%
128	510792	MT	Sorriso	77.735	2,6	1,859794%
129	510794	MT	Tabaporã	9.582	0,6	0,429185%
130	510795	MT	Tangará da Serra	92.298	3,0	2,145916%
131	510800	MT	Tapurah	11.950	0,8	0,572246%
132	510805	MT	Terra Nova do Norte	10.391	0,8	0,572246%
133	510810	MT	Tesouro	3.498	0,6	0,429185%
134	510820	MT	Torixoréu	3.785	0,6	0,429185%
135	510830	MT	União do Sul	3.594	0,6	0,429185%
136	510835	MT	Vale de São Domingos	3.045	0,6	0,429185%
137	510840	MT	Várzea Grande	265.775	4,0	2,861230%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

138	510850	MT	Vera	10.650	0,8	0,572246%
139	510550	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade	15.138	1,0	0,715308%
140	510860	MT	Vila Rica	23.469	1,2	0,858369%
			T O T A L	2.648.877	139,8	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: PA - PARÁ

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	150010	PA	Abaetetuba	148.873	3,8	1,562500%
2	150013	PA	Abel Figueiredo	7.070	0,6	0,246711%
3	150020	PA	Acará	54.047	2,2	0,904605%
4	150030	PA	Afuá	37.004	1,6	0,657895%
5	150034	PA	Água Azul do Norte	26.105	1,4	0,575658%
6	150040	PA	Alenquer	54.353	2,2	0,904605%
7	150050	PA	Almeirim	33.466	1,6	0,657895%
8	150060	PA	Altamira	106.768	3,2	1,315789%
9	150070	PA	Anajás	27.051	1,4	0,575658%
10	150080	PA	Ananindeua	499.776	4,0	1,644737%
11	150085	PA	Anapu	24.525	1,4	0,575658%
12	150090	PA	Augusto Corrêa	43.154	1,8	0,740132%
13	150095	PA	Aurora do Pará	28.974	1,4	0,575658%
14	150100	PA	Aveiro	15.956	1,0	0,411184%
15	150110	PA	Bagre	27.491	1,4	0,575658%
16	150120	PA	Baião	42.513	1,8	0,740132%
17	150125	PA	Bannach	3.303	0,6	0,246711%
18	150130	PA	Barcarena	112.921	3,2	1,315789%
19	150145	PA	Belterra	16.924	1,0	0,411184%
20	150150	PA	Benevides	57.393	2,2	0,904605%
21	150157	PA	Bom Jesus do Tocantins	16.074	1,0	0,411184%
22	150160	PA	Bonito	14.990	1,0	0,411184%
23	150170	PA	Bragança	120.124	3,4	1,398026%
24	150172	PA	Brasil Novo	15.139	1,0	0,411184%
25	150175	PA	Brejo Grande do Araguaia	7.258	0,6	0,246711%
26	150178	PA	Breu Branco	59.651	2,2	0,904605%
27	150180	PA	Breves	97.351	3,0	1,233553%
28	150190	PA	Bujaru	27.349	1,4	0,575658%
29	150200	PA	Cachoeira do Arari	22.100	1,2	0,493421%
30	150195	PA	Cachoeira do Piriá	30.430	1,4	0,575658%
31	150210	PA	Cametá	129.161	3,6	1,480263%
32	150215	PA	Canaã dos Carajás	32.366	1,6	0,657895%
33	150220	PA	Capanema	65.932	2,4	0,986842%
34	150230	PA	Capitão Poço	52.616	2,2	0,904605%
35	150240	PA	Castanhal	186.895	4,0	1,644737%
36	150250	PA	Chaves	22.302	1,2	0,493421%
37	150260	PA	Colares	11.641	0,8	0,328947%
38	150270	PA	Conceição do Araguaia	46.302	2,0	0,822368%
39	150275	PA	Concórdia do Pará	30.801	1,6	0,657895%
40	150276	PA	Cumaru do Norte	12.069	0,8	0,328947%
41	150277	PA	Curionópolis	17.844	1,2	0,493421%
42	150280	PA	Curralinho	31.591	1,6	0,657895%
43	150285	PA	Curuá	13.333	0,8	0,328947%
44	150290	PA	Curuçá	37.188	1,6	0,657895%
45	150293	PA	Dom Eliseu	55.513	2,2	0,904605%
46	150295	PA	Eldorado dos Carajás	32.544	1,6	0,657895%
47	150300	PA	Faro	7.504	0,6	0,246711%
48	150304	PA	Floresta do Araguaia	19.005	1,2	0,493421%
49	150307	PA	Garrafão do Norte	25.307	1,4	0,575658%
50	150309	PA	Goianésia do Pará	37.249	1,6	0,657895%
51	150310	PA	Gurupá	31.182	1,6	0,657895%
52	150320	PA	Igarapé-Açu	37.112	1,6	0,657895%
53	150330	PA	Igarapé-Miri	59.998	2,2	0,904605%
54	150340	PA	Inhangapi	10.876	0,8	0,328947%
55	150345	PA	Ipixuna do Pará	56.613	2,2	0,904605%
56	150350	PA	Irituia	31.644	1,6	0,657895%
57	150360	PA	Itaituba	98.405	3,0	1,233553%
58	150370	PA	Itupiranga	51.743	2,2	0,904605%
59	150375	PA	Jacareacanga (1)	41.487	1,8	0,740132%
60	150380	PA	Jacundá	55.204	2,2	0,904605%
61	150390	PA	Juruti	52.755	2,2	0,904605%
62	150400	PA	Limoeiro do Ajuru	26.961	1,4	0,575658%
63	150405	PA	Mãe do Rio	28.800	1,4	0,575658%
64	150410	PA	Magalhães Barata	8.260	0,6	0,246711%
65	150420	PA	Marabá	257.062	4,0	1,644737%
66	150430	PA	Maracanã	28.643	1,4	0,575658%
67	150440	PA	Marapanim	27.262	1,4	0,575658%
68	150442	PA	Marituba	120.305	3,4	1,398026%
69	150445	PA	Medicilândia	29.444	1,4	0,575658%
70	150450	PA	Melgaço	26.133	1,4	0,575658%
71	150460	PA	Mocajuba	28.933	1,4	0,575658%
72	150470	PA	Moju	76.096	2,6	1,069079%
73	150475	PA	Mojuí dos Campos	15.341	1,0	0,411184%
74	150480	PA	Monte Alegre	56.231	2,2	0,904605%
75	150490	PA	Muaná	37.314	1,6	0,657895%
76	150495	PA	Nova Esperança do Piriá	20.596	1,2	0,493421%
77	150497	PA	Nova Ipixuna	15.632	1,0	0,411184%
78	150500	PA	Nova Timboteua	14.472	1,0	0,411184%
79	150503	PA	Novo Progresso	25.169	1,4	0,575658%
80	150506	PA	Novo Repartimento	69.267	2,4	0,986842%
81	150510	PA	Óbidos	50.317	2,0	0,822368%
82	150520	PA	Oeiras do Pará	30.490	1,4	0,575658%
83	150530	PA	Oriximiná	67.939	2,4	0,986842%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

84	150540	PA	Ourém	16.986	1,2	0,493421%
85	150543	PA	Ourilândia do Norte	30.171	1,4	0,575658%
86	150548	PA	Pacajá	43.930	1,8	0,740132%
87	150549	PA	Palestina do Pará	7.444	0,6	0,246711%
88	150550	PA	Paragominas	105.417	3,2	1,315789%
89	150553	PA	Parauapebas	183.352	4,0	1,644737%
90	150555	PA	Pau D'Arco	5.637	0,6	0,246711%
91	150560	PA	Peixe-Boi	7.881	0,6	0,246711%
92	150563	PA	Piçarra	12.697	0,8	0,328947%
93	150565	PA	Placas	27.700	1,4	0,575658%
94	150570	PA	Ponta de Pedras	28.601	1,4	0,575658%
95	150580	PA	Portel	57.205	2,2	0,904605%
96	150590	PA	Porto de Moz	37.669	1,8	0,740132%
97	150600	PA	Prainha	29.270	1,4	0,575658%
98	150610	PA	Primavera	10.458	0,8	0,328947%
99	150611	PA	Quatipuru	12.943	0,8	0,328947%
100	150613	PA	Redenção	79.917	2,6	1,069079%
101	150616	PA	Rio Maria	17.755	1,2	0,493421%
102	150618	PA	Rondon do Pará	49.476	2,0	0,822368%
103	150619	PA	Rurópolis	45.595	2,0	0,822368%
104	150620	PA	Salinópolis	38.819	1,8	0,740132%
105	150630	PA	Salvaterra	21.987	1,2	0,493421%
106	150635	PA	Santa Bárbara do Pará	19.197	1,2	0,493421%
107	150640	PA	Santa Cruz do Arari	9.191	0,6	0,246711%
108	150650	PA	Santa Isabel do Pará	65.251	2,4	0,986842%
109	150655	PA	Santa Luzia do Pará	19.418	1,2	0,493421%
110	150658	PA	Santa Maria das Barreiras	19.437	1,2	0,493421%
111	150660	PA	Santa Maria do Pará	23.790	1,4	0,575658%
112	150670	PA	Santana do Araguaia	65.062	2,4	0,986842%
113	150680	PA	Santarém	290.521	4,0	1,644737%
114	150690	PA	Santarém Novo	6.390	0,6	0,246711%
115	150700	PA	Santo Antônio do Tauá	29.110	1,4	0,575658%
116	150710	PA	São Caetano de Odivelas	17.344	1,2	0,493421%
117	150715	PA	São Domingos do Araguaia	24.235	1,4	0,575658%
118	150720	PA	São Domingos do Capim	30.701	1,6	0,657895%
119	150730	PA	São Félix do Xingu	111.633	3,2	1,315789%
120	150740	PA	São Francisco do Pará	15.341	1,0	0,411184%
121	150745	PA	São Geraldo do Araguaia	24.828	1,4	0,575658%
122	150746	PA	São João da Ponta	5.703	0,6	0,246711%
123	150747	PA	São João de Pirabas	21.767	1,2	0,493421%
124	150750	PA	São João do Araguaia	13.470	0,8	0,328947%
125	150760	PA	São Miguel do Guamá	55.191	2,2	0,904605%
126	150770	PA	São Sebastião da Boa Vista	24.768	1,4	0,575658%
127	150775	PA	Sapucaia	5.492	0,6	0,246711%
128	150780	PA	Senador José Porfírio	12.075	0,8	0,328947%
129	150790	PA	Soure	24.076	1,4	0,575658%
130	150795	PA	Tailândia	93.906	3,0	1,233553%
131	150796	PA	Terra Alta	10.973	0,8	0,328947%
132	150797	PA	Terra Santa	17.783	1,2	0,493421%
133	150800	PA	Tomé-Açu	59.795	2,2	0,904605%
134	150803	PA	Tracuateua	29.125	1,4	0,575658%
135	150805	PA	Trairão	17.880	1,2	0,493421%
136	150808	PA	Tucumã	36.674	1,6	0,657895%
137	150810	PA	Tucuruí	105.431	3,2	1,315789%
138	150812	PA	Ulianópolis	51.956	2,2	0,904605%
139	150815	PA	Uruará	44.607	2,0	0,822368%
140	150820	PA	Vigia	50.622	2,0	0,822368%
141	150830	PA	Viseu	58.694	2,2	0,904605%
142	150835	PA	Vitória do Xingu	14.242	1,0	0,411184%
143	150840	PA	Xinguara	42.465	1,8	0,740132%
			T O T A L	6.672.036	243,2	100,000000%

Legenda:

FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM
(1) Decisão Judicial: Processo nº 798-41.2011.4.01.3902, 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santarém (TC-020.891/2011-3)

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: PB - PARAÍBA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	250010	PB	Água Branca	9.990	0,6	0,313480%
2	250020	PB	Aguiar	5.580	0,6	0,313480%
3	250030	PB	Alagoa Grande	28.689	1,4	0,731452%
4	250040	PB	Alagoa Nova	20.399	1,2	0,626959%
5	250050	PB	Alagoinha	14.188	1,0	0,522466%
6	250053	PB	Alcantil	5.425	0,6	0,313480%
7	250057	PB	Algodão de Jandaíra	2.461	0,6	0,313480%
8	250060	PB	Alhandra	19.057	1,2	0,626959%
9	250073	PB	Amparo	2.195	0,6	0,313480%
10	250077	PB	Aparecida	8.174	0,6	0,313480%
11	250080	PB	Araçagi	17.186	1,2	0,626959%
12	250090	PB	Arara	13.258	0,8	0,417973%
13	250100	PB	Araruna	19.855	1,2	0,626959%
14	250110	PB	Areia	23.288	1,2	0,626959%
15	250115	PB	Areia de Baraúnas	1.894	0,6	0,313480%
16	250120	PB	Areial	6.860	0,6	0,313480%
17	250130	PB	Aroeiras	19.231	1,2	0,626959%
18	250135	PB	Assunção	3.782	0,6	0,313480%
19	250140	PB	Baía da Traição	8.696	0,6	0,313480%
20	250150	PB	Bananeiras	21.276	1,2	0,626959%
21	250153	PB	Baraúna	4.669	0,6	0,313480%
22	250160	PB	Barra de Santa Rosa	14.999	1,0	0,522466%
23	250157	PB	Barra de Santana	8.300	0,6	0,313480%
24	250170	PB	Barra de São Miguel	5.865	0,6	0,313480%
25	250180	PB	Bayeux	95.677	3,0	1,567387%
26	250190	PB	Belém	17.545	1,2	0,626959%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

27	250200	PB	Belém do Brejo do Cruz	7.306	0,6	0,313480%
28	250205	PB	Bernardino Batista	3.312	0,6	0,313480%
29	250210	PB	Boa Ventura	5.540	0,6	0,313480%
30	250215	PB	Boa Vista	6.779	0,6	0,313480%
31	250220	PB	Bom Jesus	2.514	0,6	0,313480%
32	250230	PB	Bom Sucesso	5.025	0,6	0,313480%
33	250240	PB	Bonito de Santa Fé	11.549	0,8	0,417973%
34	250250	PB	Boqueirão	17.530	1,2	0,626959%
35	250270	PB	Borborema	5.332	0,6	0,313480%
36	250280	PB	Brejo do Cruz	13.790	1,0	0,522466%
37	250290	PB	Brejo dos Santos	6.389	0,6	0,313480%
38	250300	PB	Caaporã	21.387	1,2	0,626959%
39	250310	PB	Cabaceiras	5.386	0,6	0,313480%
40	250320	PB	Cabedelo	64.360	2,4	1,253918%
41	250330	PB	Cachoeira dos Índios	10.034	0,6	0,313480%
42	250340	PB	Cacimba de Areia	3.693	0,6	0,313480%
43	250350	PB	Cacimba de Dentro	17.145	1,2	0,626959%
44	250355	PB	Cacimbas	7.075	0,6	0,313480%
45	250360	PB	Caiçara	7.298	0,6	0,313480%
46	250370	PB	Cajazeiras	61.030	2,2	1,149425%
47	250375	PB	Cajazeirinhas	3.148	0,6	0,313480%
48	250380	PB	Caldas Brandão	5.903	0,6	0,313480%
49	250390	PB	Camalaú	5.945	0,6	0,313480%
50	250400	PB	Campina Grande	402.912	4,0	2,089853%
51	250403	PB	Capim	6.206	0,6	0,313480%
52	250407	PB	Caraúbas	4.085	0,6	0,313480%
53	250410	PB	Carrapateira	2.566	0,6	0,313480%
54	250415	PB	Casserengue	7.350	0,6	0,313480%
55	250420	PB	Catingueira	4.912	0,6	0,313480%
56	250430	PB	Catolé do Rocha	29.990	1,4	0,731452%
57	250435	PB	Caturité	4.747	0,6	0,313480%
58	250440	PB	Conceição	18.816	1,2	0,626959%
59	250450	PB	Condado	6.722	0,6	0,313480%
60	250460	PB	Conde	23.554	1,2	0,626959%
61	250470	PB	Congo	4.775	0,6	0,313480%
62	250480	PB	Coremas	15.400	1,0	0,522466%
63	250485	PB	Coxixola	1.874	0,6	0,313480%
64	250490	PB	Cruz do Espírito Santo	17.028	1,2	0,626959%
65	250500	PB	Cubati	7.150	0,6	0,313480%
66	250510	PB	Cuité	20.312	1,2	0,626959%
67	250523	PB	Cuité de Mamanguape	6.331	0,6	0,313480%
68	250520	PB	Cuitegi	6.867	0,6	0,313480%
69	250527	PB	Curral de Cima	5.252	0,6	0,313480%
70	250530	PB	Curral Velho	2.526	0,6	0,313480%
71	250535	PB	Damião	5.195	0,6	0,313480%
72	250540	PB	Desterro	8.225	0,6	0,313480%
73	250560	PB	Diamante	6.613	0,6	0,313480%
74	250570	PB	Dona Inês	10.495	0,8	0,417973%
75	250580	PB	Duas Estradas	3.631	0,6	0,313480%
76	250590	PB	Emas	3.463	0,6	0,313480%
77	250600	PB	Esperança	32.530	1,6	0,835946%
78	250610	PB	Fagundes	11.413	0,8	0,417973%
79	250620	PB	Frei Martinho	2.984	0,6	0,313480%
80	250625	PB	Gado Bravo	8.458	0,6	0,313480%
81	250630	PB	Guarabira	57.780	2,2	1,149425%
82	250640	PB	Gurinhém	14.107	1,0	0,522466%
83	250650	PB	Gurjão	3.344	0,6	0,313480%
84	250660	PB	Ibiara	6.000	0,6	0,313480%
85	250260	PB	Igaracy	6.200	0,6	0,313480%
86	250670	PB	Imaculada	11.705	0,8	0,417973%
87	250680	PB	Ingá	17.978	1,2	0,626959%
88	250690	PB	Itabaiana	24.613	1,4	0,731452%
89	250700	PB	Itaporanga	24.317	1,4	0,731452%
90	250710	PB	Itapororoca	18.129	1,2	0,626959%
91	250720	PB	Itatuba	10.666	0,8	0,417973%
92	250730	PB	Jacaraú	14.283	1,0	0,522466%
93	250740	PB	Jericó	7.703	0,6	0,313480%
94	251365	PB	Joca Claudino	2.675	0,6	0,313480%
95	250760	PB	Juarez Távora	7.797	0,6	0,313480%
96	250770	PB	Juazeirinho	17.737	1,2	0,626959%
97	250780	PB	Junco do Seridó	6.995	0,6	0,313480%
98	250790	PB	Juripiranga	10.616	0,8	0,417973%
99	250800	PB	Juru	9.906	0,6	0,313480%
100	250810	PB	Lagoa	4.698	0,6	0,313480%
101	250820	PB	Lagoa de Dentro	7.592	0,6	0,313480%
102	250830	PB	Lagoa Seca	26.950	1,4	0,731452%
103	250840	PB	Lastro	2.787	0,6	0,313480%
104	250850	PB	Livramento	7.338	0,6	0,313480%
105	250855	PB	Logradouro	4.206	0,6	0,313480%
106	250860	PB	Lucena	12.635	0,8	0,417973%
107	250870	PB	Mãe d'Água	4.035	0,6	0,313480%
108	250880	PB	Malta	5.675	0,6	0,313480%
109	250890	PB	Mamanguape	44.030	1,8	0,940439%
110	250900	PB	Manaíra	11.037	0,8	0,417973%
111	250905	PB	Marcação	8.241	0,6	0,313480%
112	250910	PB	Mari	21.703	1,2	0,626959%
113	250915	PB	Marizópolis	6.473	0,6	0,313480%
114	250920	PB	Massaranduba	13.548	0,8	0,417973%
115	250930	PB	Mataraca	8.088	0,6	0,313480%
116	250933	PB	Matinhas	4.475	0,6	0,313480%
117	250937	PB	Mato Grosso	2.845	0,6	0,313480%
118	250939	PB	Maturéia	6.363	0,6	0,313480%
119	250940	PB	Mogeiro	13.333	0,8	0,417973%
120	250950	PB	Montadas	5.441	0,6	0,313480%
121	250960	PB	Monte Horebe	4.724	0,6	0,313480%
122	250970	PB	Monteiro	32.498	1,6	0,835946%
123	250980	PB	Mulungu	9.796	0,6	0,313480%
124	250990	PB	Natuba	10.445	0,8	0,417973%
125	251000	PB	Nazarezinho	7.330	0,6	0,313480%
126	251010	PB	Nova Floresta	10.655	0,8	0,417973%
127	251020	PB	Nova Olinda	6.028	0,6	0,313480%
128	251030	PB	Nova Palmeira	4.717	0,6	0,313480%
129	251040	PB	Olho d'Água	6.716	0,6	0,313480%
130	251050	PB	Olivedos	3.843	0,6	0,313480%
131	251060	PB	Ouro Velho	3.013	0,6	0,313480%
132	251065	PB	Parari	1.809	0,6	0,313480%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

133	251070	PB	Passagem	2.361	0,6	0,313480%
134	251080	PB	Patos	105.531	3,2	1,671880%
135	251090	PB	Paulista	12.167	0,8	0,417973%
136	251100	PB	Pedra Branca	3.791	0,6	0,313480%
137	251110	PB	Pedra Lavrada	7.907	0,6	0,313480%
138	251120	PB	Pedras de Fogo	28.174	1,4	0,731452%
139	251272	PB	Pedro Régis	5.999	0,6	0,313480%
140	251130	PB	Piancó	15.929	1,0	0,522466%
141	251140	PB	Picuí	18.634	1,2	0,626959%
142	251150	PB	Pilar	11.705	0,8	0,417973%
143	251160	PB	Pilões	6.793	0,6	0,313480%
144	251170	PB	Pilõezinhos	5.138	0,6	0,313480%
145	251180	PB	Pirpirituba	10.540	0,8	0,417973%
146	251190	PB	Pitimbu	18.422	1,2	0,626959%
147	251200	PB	Pocinhos	18.087	1,2	0,626959%
148	251203	PB	Poço Dantas	3.783	0,6	0,313480%
149	251207	PB	Poço de José de Moura	4.206	0,6	0,313480%
150	251210	PB	Pombal	32.684	1,6	0,835946%
151	251220	PB	Prata	4.072	0,6	0,313480%
152	251230	PB	Princesa Isabel	22.734	1,2	0,626959%
153	251240	PB	Puxinanã	13.473	0,8	0,417973%
154	251250	PB	Queimadas	42.884	1,8	0,940439%
155	251260	PB	Quixabá	1.868	0,6	0,313480%
156	251270	PB	Remígio	18.922	1,2	0,626959%
157	251274	PB	Riachão	3.490	0,6	0,313480%
158	251275	PB	Riachão do Bacamarte	4.448	0,6	0,313480%
159	251276	PB	Riachão do Poço	4.401	0,6	0,313480%
160	251278	PB	Riacho de Santo Antônio	1.890	0,6	0,313480%
161	251280	PB	Riacho dos Cavalos	8.538	0,6	0,313480%
162	251290	PB	Rio Tinto	23.955	1,4	0,731452%
163	251300	PB	Salgadinho	3.813	0,6	0,313480%
164	251310	PB	Salgado de São Félix	12.144	0,8	0,417973%
165	251315	PB	Santa Cecília	6.596	0,6	0,313480%
166	251320	PB	Santa Cruz	6.576	0,6	0,313480%
167	251330	PB	Santa Helena	5.933	0,6	0,313480%
168	251335	PB	Santa Inês	3.593	0,6	0,313480%
169	251340	PB	Santa Luzia	15.213	1,0	0,522466%
170	251370	PB	Santa Rita	133.927	3,6	1,880867%
171	251380	PB	Santa Teresinha	4.601	0,6	0,313480%
172	251350	PB	Santana de Mangueira	5.257	0,6	0,313480%
173	251360	PB	Santana dos Garrotes	7.160	0,6	0,313480%
174	251385	PB	Santo André	2.553	0,6	0,313480%
175	251392	PB	São Bentinho	4.404	0,6	0,313480%
176	251390	PB	São Bento	33.065	1,6	0,835946%
177	251396	PB	São Domingos de Pombal	3.031	0,6	0,313480%
178	251394	PB	São Domingos do Cariri	2.543	0,6	0,313480%
179	251398	PB	São Francisco	3.382	0,6	0,313480%
180	251400	PB	São João do Cariri	4.337	0,6	0,313480%
181	250070	PB	São João do Rio do Peixe	17.923	1,2	0,626959%
182	251410	PB	São João do Tigre	4.437	0,6	0,313480%
183	251420	PB	São José da Lagoa Tapada	7.675	0,6	0,313480%
184	251430	PB	São José de Caiana	6.206	0,6	0,313480%
185	251440	PB	São José de Espinharas	4.711	0,6	0,313480%
186	251450	PB	São José de Piranhas	19.846	1,2	0,626959%
187	251455	PB	São José de Princesa	4.015	0,6	0,313480%
188	251460	PB	São José do Bonfim	3.452	0,6	0,313480%
189	251465	PB	São José do Brejo do Cruz	1.767	0,6	0,313480%
190	251470	PB	São José do Sabugi	4.114	0,6	0,313480%
191	251480	PB	São José dos Cordeiros	3.739	0,6	0,313480%
192	251445	PB	São José dos Ramos	5.817	0,6	0,313480%
193	251490	PB	São Mamede	7.774	0,6	0,313480%
194	251500	PB	São Miguel de Taipu	7.026	0,6	0,313480%
195	251510	PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	11.588	0,8	0,417973%
196	251520	PB	São Sebastião do Umbuzeiro	3.411	0,6	0,313480%
197	251530	PB	Sapé	51.964	2,2	1,149425%
198	251540	PB	Seridó	10.803	0,8	0,417973%
199	251550	PB	Serra Branca	13.488	0,8	0,417973%
200	251560	PB	Serra da Raiz	3.172	0,6	0,313480%
201	251570	PB	Serra Grande	3.067	0,6	0,313480%
202	251580	PB	Serra Redonda	7.071	0,6	0,313480%
203	251590	PB	Serraria	6.185	0,6	0,313480%
204	251593	PB	Sertãozinho	4.811	0,6	0,313480%
205	251597	PB	Sobrado	7.669	0,6	0,313480%
206	251600	PB	Solânea	26.925	1,4	0,731452%
207	251610	PB	Soledade	14.569	1,0	0,522466%
208	251615	PB	Sossêgo	3.427	0,6	0,313480%
209	251620	PB	Sousa	68.434	2,4	1,253918%
210	251630	PB	Sumé	16.691	1,0	0,522466%
211	251640	PB	Tacima	10.745	0,8	0,417973%
212	251650	PB	Taperoá	15.284	1,0	0,522466%
213	251660	PB	Tavares	14.518	1,0	0,522466%
214	251670	PB	Teixeira	14.859	1,0	0,522466%
215	251675	PB	Tenório	2.981	0,6	0,313480%
216	251680	PB	Triunfo	9.429	0,6	0,313480%
217	251690	PB	Uiraúna	15.147	1,0	0,522466%
218	251700	PB	Umbuzeiro	9.874	0,6	0,313480%
219	251710	PB	Várzea	2.709	0,6	0,313480%
220	251720	PB	Vieirópolis	5.262	0,6	0,313480%
221	250550	PB	Vista Serrana	3.710	0,6	0,313480%
222	251740	PB	Zabelê	2.189	0,6	0,313480%
			T O T A L	3.163.147	191,4	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: PE - PERNAMBUCO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	260005	PE	Abreu e Lima	98.201	3,0	1,098901%
2	260010	PE	Afogados da Ingazeira	36.547	1,6	0,586081%
3	260020	PE	Afrânio	18.831	1,2	0,439560%
4	260030	PE	Agrestina	24.052	1,4	0,512821%
5	260040	PE	Água Preta	35.344	1,6	0,586081%
6	260050	PE	Águas Belas	42.291	1,8	0,659341%
7	260060	PE	Alagoinha	14.250	1,0	0,366300%
8	260070	PE	Aliança	38.248	1,8	0,659341%
9	260080	PE	Altinho	22.865	1,2	0,439560%
10	260090	PE	Amaraji	22.600	1,2	0,439560%
11	260100	PE	Angelim	10.795	0,8	0,293040%
12	260105	PE	Araçoiaba	19.579	1,2	0,439560%
13	260110	PE	Araripina	82.298	2,8	1,025641%
14	260120	PE	Arcoverde	72.672	2,6	0,952381%
15	260130	PE	Barra de Guabiraba	13.808	1,0	0,366300%
16	260140	PE	Barreiros (1)	42.105	2,0	0,732601%
17	260150	PE	Belém de Maria	11.833	0,8	0,293040%
18	260160	PE	Belém de São Francisco	20.678	1,2	0,439560%
19	260170	PE	Belo Jardim	75.186	2,6	0,952381%
20	260180	PE	Betânia	12.487	0,8	0,293040%
21	260190	PE	Bezerros	60.301	2,2	0,805861%
22	260200	PE	Bodocó	37.054	1,6	0,586081%
23	260210	PE	Bom Conselho	47.520	2,0	0,732601%
24	260220	PE	Bom Jardim	38.871	1,8	0,659341%
25	260230	PE	Bonito	38.122	1,8	0,659341%
26	260240	PE	Brejão	8.997	0,6	0,219780%
27	260250	PE	Brejinho	7.464	0,6	0,219780%
28	260260	PE	Brejo da Madre de Deus	48.541	2,0	0,732601%
29	260270	PE	Buenos Aires	12.974	0,8	0,293040%
30	260280	PE	Buíque	55.905	2,2	0,805861%
31	260290	PE	Cabo de Santo Agostinho	198.383	4,0	1,465201%
32	260300	PE	Cabrobó	32.927	1,6	0,586081%
33	260310	PE	Cachoeirinha	19.814	1,2	0,439560%
34	260320	PE	Caetés	27.959	1,4	0,512821%
35	260330	PE	Calçado	11.179	0,8	0,293040%
36	260340	PE	Calumbi	5.749	0,6	0,219780%
37	260345	PE	Camaragibe	152.840	3,8	1,391954%
38	260350	PE	Camocim de São Félix	18.138	1,2	0,439560%
39	260360	PE	Camutanga	8.428	0,6	0,219780%
40	260370	PE	Canhotinho	24.877	1,4	0,512821%
41	260380	PE	Capoeiras	20.000	1,2	0,439560%
42	260390	PE	Carnaíba	19.253	1,2	0,439560%
43	260392	PE	Carnaubeira da Penha	12.496	0,8	0,293040%
44	260400	PE	Carpina	80.194	2,6	0,952381%
45	260410	PE	Caruaru	342.328	4,0	1,465201%
46	260415	PE	Casinhas	14.189	1,0	0,366300%
47	260420	PE	Catende	40.857	1,8	0,659341%
48	260430	PE	Cedro	11.421	0,8	0,293040%
49	260440	PE	Chã de Alegria	13.105	0,8	0,293040%
50	260450	PE	Chã Grande	21.142	1,2	0,439560%
51	260460	PE	Condado	25.632	1,4	0,512821%
52	260470	PE	Correntes	17.901	1,2	0,439560%
53	260480	PE	Cortês	12.624	0,8	0,293040%
54	260490	PE	Cumaru	13.960	1,0	0,366300%
55	260500	PE	Cupira	23.769	1,2	0,439560%
56	260510	PE	Custódia	35.884	1,6	0,586081%
57	260515	PE	Dormentes	18.126	1,2	0,439560%
58	260520	PE	Escada	66.907	2,4	0,879121%
59	260530	PE	Exu	32.001	1,6	0,586081%
60	260540	PE	Feira Nova	21.579	1,2	0,439560%
61	260550	PE	Ferreiros	11.904	0,8	0,293040%
62	260560	PE	Flores (2)	22.599	1,4	0,512821%
63	260570	PE	Floresta	31.454	1,6	0,586081%
64	260580	PE	Frei Miguelinho	15.036	1,0	0,366300%
65	260590	PE	Gameleira	29.829	1,4	0,512821%
66	260600	PE	Garanhuns	136.057	3,6	1,318681%
67	260610	PE	Glória do Goitá	30.111	1,4	0,512821%
68	260620	PE	Goiana	78.287	2,6	0,952381%
69	260630	PE	Granito	7.251	0,6	0,219780%
70	260640	PE	Gravatá	81.182	2,6	0,952381%
71	260650	PE	Iati	18.962	1,2	0,439560%
72	260660	PE	Ibimirim	28.403	1,4	0,512821%
73	260670	PE	Ibirajuba	7.719	0,6	0,219780%
74	260680	PE	Igarassu	110.917	3,2	1,172161%
75	260690	PE	Iguaraci	12.117	0,8	0,293040%
76	260760	PE	Ilha de Itamaracá	24.413	1,4	0,512821%
77	260700	PE	Inajá	21.475	1,2	0,439560%
78	260710	PE	Ingazeira	4.563	0,6	0,219780%
79	260720	PE	Ipojuca	89.660	2,8	1,025641%
80	260730	PE	Ipubi	29.338	1,4	0,512821%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

81	260740	PE	Itacuruba	4.700	0,6	0,219780%
82	260750	PE	Itaíba	26.462	1,4	0,512821%
83	260765	PE	Itambé	36.256	1,6	0,586081%
84	260770	PE	Itapetim	13.855	1,0	0,366300%
85	260775	PE	Itapissuma	25.514	1,4	0,512821%
86	260780	PE	Itaquitinga	16.696	1,0	0,366300%
87	260790	PE	Jaboatão dos Guararapes	680.943	4,0	1,465201%
88	260795	PE	Jaqueira	11.680	0,8	0,293040%
89	260800	PE	Jataúba	16.770	1,0	0,366300%
90	260805	PE	Jatobá	14.526	1,0	0,366300%
91	260810	PE	João Alfredo	32.651	1,6	0,586081%
92	260820	PE	Joaquim Nabuco	16.038	1,0	0,366300%
93	260825	PE	Jucati	11.133	0,8	0,293040%
94	260830	PE	Jupi	14.427	1,0	0,366300%
95	260840	PE	Jurema	15.112	1,0	0,366300%
96	260845	PE	Lagoa do Carro	17.247	1,2	0,439560%
97	260850	PE	Lagoa do Itaenga	21.244	1,2	0,439560%
98	260860	PE	Lagoa do Ouro	12.777	0,8	0,293040%
99	260870	PE	Lagoa dos Gatos	16.131	1,0	0,366300%
100	260875	PE	Lagoa Grande	24.475	1,4	0,512821%
101	260880	PE	Lajedo	38.898	1,8	0,659341%
102	260890	PE	Limoeiro	56.336	2,2	0,805861%
103	260900	PE	Macaparana	24.904	1,4	0,512821%
104	260910	PE	Machados	15.046	1,0	0,366300%
105	260915	PE	Manari	19.910	1,2	0,439560%
106	260920	PE	Maraial	11.858	0,8	0,293040%
107	260930	PE	Mirandiba	15.008	1,0	0,366300%
108	261430	PE	Moreilândia	11.245	0,8	0,293040%
109	260940	PE	Moreno	60.435	2,2	0,805861%
110	260950	PE	Nazaré da Mata	31.951	1,6	0,586081%
111	260960	PE	Olinda	388.821	4,0	1,465201%
112	260970	PE	Orobó	23.608	1,2	0,439560%
113	260980	PE	Orocó	14.261	1,0	0,366300%
114	260990	PE	Ouricuri	67.098	2,4	0,879121%
115	261000	PE	Palmares	62.020	2,4	0,879121%
116	261010	PE	Palmeirina	8.078	0,6	0,219780%
117	261020	PE	Panelas	26.490	1,4	0,512821%
118	261030	PE	Paranatama	11.449	0,8	0,293040%
119	261040	PE	Parnamirim	21.093	1,2	0,439560%
120	261050	PE	Passira	29.031	1,4	0,512821%
121	261060	PE	Paudalho	54.547	2,2	0,805861%
122	261070	PE	Paulista	319.769	4,0	1,465201%
123	261080	PE	Pedra	21.609	1,2	0,439560%
124	261090	PE	Pesqueira	65.770	2,4	0,879121%
125	261100	PE	Petrolândia	34.939	1,6	0,586081%
126	261110	PE	Petrolina	326.017	4,0	1,465201%
127	261120	PE	Poção	11.263	0,8	0,293040%
128	261130	PE	Pombos	26.779	1,4	0,512821%
129	261140	PE	Primavera	14.358	1,0	0,366300%
130	261150	PE	Quipapá	25.381	1,4	0,512821%
131	261153	PE	Quixaba	6.835	0,6	0,219780%
132	261170	PE	Riacho das Almas	20.064	1,2	0,439560%
133	261180	PE	Ribeirão	46.433	2,0	0,732601%
134	261190	PE	Rio Formoso	23.078	1,2	0,439560%
135	261200	PE	Sairé	10.633	0,8	0,293040%
136	261210	PE	Salgadinho	10.252	0,8	0,293040%
137	261220	PE	Salgueiro	59.409	2,2	0,805861%
138	261230	PE	Saloá	15.722	1,0	0,366300%
139	261240	PE	Sanharó	24.556	1,4	0,512821%
140	261245	PE	Santa Cruz	14.675	1,0	0,366300%
141	261247	PE	Santa Cruz da Baixa Verde	12.308	0,8	0,293040%
142	261250	PE	Santa Cruz do Capibaribe	99.232	3,0	1,098901%
143	261255	PE	Santa Filomena	14.076	1,0	0,366300%
144	261260	PE	Santa Maria da Boa Vista	41.103	1,8	0,659341%
145	261270	PE	Santa Maria do Cambucá	13.728	1,0	0,366300%
146	261280	PE	Santa Terezinha	11.571	0,8	0,293040%
147	261290	PE	São Benedito do Sul	15.105	1,0	0,366300%
148	261300	PE	São Bento do Una	57.046	2,2	0,805861%
149	261310	PE	São Caitano	36.626	1,6	0,586081%
150	261320	PE	São João	22.284	1,2	0,439560%
151	261330	PE	São Joaquim do Monte	21.126	1,2	0,439560%
152	261340	PE	São José da Coroa Grande	20.005	1,2	0,439560%
153	261350	PE	São José do Belmonte	33.610	1,6	0,586081%
154	261360	PE	São José do Egito	33.188	1,6	0,586081%
155	261370	PE	São Lourenço da Mata	109.298	3,2	1,172161%
156	261380	PE	São Vicente Ferrer	17.688	1,2	0,439560%
157	261390	PE	Serra Talhada	83.712	2,8	1,025641%
158	261400	PE	Serrita	18.985	1,2	0,439560%
159	261410	PE	Sertânia	35.207	1,6	0,586081%
160	261420	PE	Sirinhaém	43.620	1,8	0,659341%
161	261440	PE	Solidão	5.934	0,6	0,219780%
162	261450	PE	Surubim	62.530	2,4	0,879121%
163	261460	PE	Tabira	27.778	1,4	0,512821%
164	261470	PE	Tacaimbó	12.912	0,8	0,293040%
165	261480	PE	Tacaratu	24.236	1,4	0,512821%
166	261485	PE	Tamandaré	22.323	1,2	0,439560%
167	261500	PE	Taquaritinga do Norte	27.188	1,4	0,512821%
168	261510	PE	Terezinha	7.025	0,6	0,219780%
169	261520	PE	Terra Nova	10.052	0,6	0,219780%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

170	261530	PE	Timbaúba	53.844	2,2	0,805861%
171	261540	PE	Toritama	41.035	1,8	0,659341%
172	261550	PE	Tracunhaém	13.547	0,8	0,293040%
173	261560	PE	Trindade	29.182	1,4	0,512821%
174	261570	PE	Triunfo	15.264	1,0	0,366300%
175	261580	PE	Tupanatinga	26.172	1,4	0,512821%
176	261590	PE	Tuparetama	8.139	0,6	0,219780%
177	261600	PE	Venturosa	17.666	1,2	0,439560%
178	261610	PE	Verdejante	9.430	0,6	0,219780%
179	261618	PE	Vertente do Lério	7.802	0,6	0,219780%
180	261620	PE	Vertentes	19.720	1,2	0,439560%
181	261630	PE	Vicência	32.014	1,6	0,586081%
182	261640	PE	Vitória de Santo Antão	134.871	3,6	1,318681%
183	261650	PE	Xexéu	14.549	1,0	0,366300%
			T O T A L	7.666.355	273,0	100,000000%

Legenda:

FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM
(1) Decisão Judicial: Processo nº 0800382-56.2013.4.05.8300, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco (TC-004.610/2013-0)
(2) Decisão Judicial: Processo nº 2006.83.03.000106-9, Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TC-004.792/2006-8)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: PI - PIAUÍ

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	220005	PI	Acauã	6.913	0,6	0,344432%
2	220010	PI	Agricolândia	5.087	0,6	0,344432%
3	220020	PI	Água Branca	16.944	1,0	0,574053%
4	220025	PI	Alagoinha do Piauí	7.485	0,6	0,344432%
5	220027	PI	Alegrete do Piauí	5.215	0,6	0,344432%
6	220030	PI	Alto Longá	13.967	1,0	0,574053%
7	220040	PI	Altos	39.625	1,8	1,033295%
8	220045	PI	Alvorada do Gurguéia	5.249	0,6	0,344432%
9	220050	PI	Amarante	17.305	1,2	0,688863%
10	220060	PI	Angical do Piauí	6.697	0,6	0,344432%
11	220070	PI	Anísio de Abreu	9.531	0,6	0,344432%
12	220080	PI	Antônio Almeida	3.097	0,6	0,344432%
13	220090	PI	Aroazes	5.773	0,6	0,344432%
14	220095	PI	Aroeiras do Itaim	2.460	0,6	0,344432%
15	220100	PI	Arraial	4.678	0,6	0,344432%
16	220105	PI	Assunção do Piauí	7.667	0,6	0,344432%
17	220110	PI	Avelino Lopes	11.390	0,8	0,459242%
18	220115	PI	Baixa Grande do Ribeiro	11.123	0,8	0,459242%
19	220117	PI	Barra D'Alcântara	3.886	0,6	0,344432%
20	220120	PI	Barras	45.938	2,0	1,148106%
21	220130	PI	Barreiras do Piauí	3.283	0,6	0,344432%
22	220140	PI	Barro Duro	6.941	0,6	0,344432%
23	220150	PI	Batalha	26.277	1,4	0,803674%
24	220155	PI	Bela Vista do Piauí	3.902	0,6	0,344432%
25	220157	PI	Belém do Piauí	3.440	0,6	0,344432%
26	220160	PI	Beneditinos	10.021	0,6	0,344432%
27	220170	PI	Bertolínia	5.396	0,6	0,344432%
28	220173	PI	Betânia do Piauí	6.092	0,6	0,344432%
29	220177	PI	Boa Hora	6.560	0,6	0,344432%
30	220180	PI	Bocaina	4.431	0,6	0,344432%
31	220190	PI	Bom Jesus	24.092	1,4	0,803674%
32	220191	PI	Bom Princípio do Piauí	5.474	0,6	0,344432%
33	220192	PI	Bonfim do Piauí	5.531	0,6	0,344432%
34	220194	PI	Boqueirão do Piauí	6.359	0,6	0,344432%
35	220196	PI	Brasileira	8.139	0,6	0,344432%
36	220198	PI	Brejo do Piauí	3.714	0,6	0,344432%
37	220200	PI	Buriti dos Lopes	19.386	1,2	0,688863%
38	220202	PI	Buriti dos Montes	8.165	0,6	0,344432%
39	220205	PI	Cabeceiras do Piauí	10.276	0,8	0,459242%
40	220207	PI	Cajazeiras do Piauí	3.456	0,6	0,344432%
41	220208	PI	Cajueiro da Praia	7.415	0,6	0,344432%
42	220209	PI	Caldeirão Grande do Piauí	5.675	0,6	0,344432%
43	220210	PI	Campinas do Piauí	5.499	0,6	0,344432%
44	220211	PI	Campo Alegre do Fidalgo	4.883	0,6	0,344432%
45	220213	PI	Campo Grande do Piauí	5.775	0,6	0,344432%
46	220217	PI	Campo Largo do Piauí	7.058	0,6	0,344432%
47	220220	PI	Campo Maior	45.904	2,0	1,148106%
48	220225	PI	Canavieira	3.911	0,6	0,344432%
49	220230	PI	Canto do Buriti	20.619	1,2	0,688863%
50	220240	PI	Capitão de Campos	11.208	0,8	0,459242%
51	220245	PI	Capitão Gervásio Oliveira	3.993	0,6	0,344432%
52	220250	PI	Caracol	10.588	0,8	0,459242%
53	220253	PI	Caraúbas do Piauí	5.704	0,6	0,344432%
54	220255	PI	Caridade do Piauí	4.974	0,6	0,344432%
55	220260	PI	Castelo do Piauí	18.466	1,2	0,688863%
56	220265	PI	Caxingó	5.248	0,6	0,344432%
57	220270	PI	Cocal	27.163	1,4	0,803674%
58	220271	PI	Cocal de Telha	4.611	0,6	0,344432%
59	220272	PI	Cocal dos Alves	6.014	0,6	0,344432%
60	220273	PI	Coivaras	3.916	0,6	0,344432%
61	220275	PI	Colônia do Gurguéia	6.278	0,6	0,344432%
62	220277	PI	Colônia do Piauí	7.522	0,6	0,344432%
63	220280	PI	Conceição do Canindé	4.532	0,6	0,344432%
64	220285	PI	Coronel José Dias	4.598	0,6	0,344432%
65	220290	PI	Corrente	26.011	1,4	0,803674%
66	220300	PI	Cristalândia do Piauí	8.069	0,6	0,344432%
67	220310	PI	Cristino Castro	10.191	0,8	0,459242%
68	220320	PI	Curimatá	11.078	0,8	0,459242%
69	220323	PI	Currais	4.829	0,6	0,344432%

70	220327	PI	Curral Novo do Piauí	5.059	0,6	0,344432%
71	220325	PI	Curralinhos	4.318	0,6	0,344432%
72	220330	PI	Demerval Lobão	13.526	0,8	0,459242%
73	220335	PI	Dirceu Arcoverde	6.841	0,6	0,344432%
74	220340	PI	Dom Expedito Lopes	6.735	0,6	0,344432%
75	220345	PI	Dom Inocêncio	9.376	0,6	0,344432%
76	220342	PI	Domingos Mourão	4.291	0,6	0,344432%
77	220350	PI	Elesbão Veloso	14.462	1,0	0,574053%
78	220360	PI	Eliseu Martins	4.791	0,6	0,344432%
79	220370	PI	Esperantina	38.749	1,8	1,033295%
80	220375	PI	Fartura do Piauí	5.186	0,6	0,344432%
81	220380	PI	Flores do Piauí	4.395	0,6	0,344432%
82	220385	PI	Floresta do Piauí	2.513	0,6	0,344432%
83	220390	PI	Floriano	58.702	2,2	1,262905%
84	220400	PI	Francinópolis	5.268	0,6	0,344432%
85	220410	PI	Francisco Ayres	4.361	0,6	0,344432%
86	220415	PI	Francisco Macedo	3.078	0,6	0,344432%
87	220420	PI	Francisco Santos	8.993	0,6	0,344432%
88	220430	PI	Fronteiras	11.411	0,8	0,459242%
89	220435	PI	Geminiano	5.298	0,6	0,344432%
90	220440	PI	Gilbués	10.509	0,8	0,459242%
91	220450	PI	Guadalupe	10.340	0,8	0,459242%
92	220455	PI	Guaribas	4.472	0,6	0,344432%
93	220460	PI	Hugo Napoleão	3.811	0,6	0,344432%
94	220465	PI	Ilha Grande	9.176	0,6	0,344432%
95	220470	PI	Inhuma	15.032	1,0	0,574053%
96	220480	PI	Ipiranga do Piauí	9.569	0,6	0,344432%
97	220490	PI	Isaías Coelho	8.389	0,6	0,344432%
98	220500	PI	Itainópolis	11.330	0,8	0,459242%
99	220510	PI	Itaueira	10.818	0,8	0,459242%
100	220515	PI	Jacobina do Piauí	5.695	0,6	0,344432%
101	220520	PI	Jaicós	18.585	1,2	0,688863%
102	220525	PI	Jardim do Mulato	4.402	0,6	0,344432%
103	220527	PI	Jatobá do Piauí	4.756	0,6	0,344432%
104	220530	PI	Jerumenha	4.397	0,6	0,344432%
105	220535	PI	João Costa	2.968	0,6	0,344432%
106	220540	PI	Joaquim Pires	14.059	1,0	0,574053%
107	220545	PI	Joca Marques	5.282	0,6	0,344432%
108	220550	PI	José de Freitas	38.169	1,8	1,033295%
109	220551	PI	Juazeiro do Piauí	4.837	0,6	0,344432%
110	220552	PI	Júlio Borges	5.496	0,6	0,344432%
111	220553	PI	Jurema	4.641	0,6	0,344432%
112	220555	PI	Lagoa Alegre	8.290	0,6	0,344432%
113	220557	PI	Lagoa de São Francisco	6.590	0,6	0,344432%
114	220556	PI	Lagoa do Barro do Piauí	4.570	0,6	0,344432%
115	220558	PI	Lagoa do Piauí	3.963	0,6	0,344432%
116	220559	PI	Lagoa do Sítio	5.022	0,6	0,344432%
117	220554	PI	Lagoinha do Piauí	2.757	0,6	0,344432%
118	220560	PI	Landri Sales	5.251	0,6	0,344432%
119	220570	PI	Luís Correia	29.415	1,4	0,803674%
120	220580	PI	Luzilândia	25.028	1,4	0,803674%
121	220585	PI	Madeiro	8.075	0,6	0,344432%
122	220590	PI	Manoel Emídio	5.262	0,6	0,344432%
123	220595	PI	Marcolândia	8.186	0,6	0,344432%
124	220600	PI	Marcos Parente	4.482	0,6	0,344432%
125	220605	PI	Massapê do Piauí	6.315	0,6	0,344432%
126	220610	PI	Matias Olímpio	10.693	0,8	0,459242%
127	220620	PI	Miguel Alves	32.993	1,6	0,918485%
128	220630	PI	Miguel Leão	1.239	0,6	0,344432%
129	220635	PI	Milton Brandão	6.791	0,6	0,344432%
130	220640	PI	Monsenhor Gil	10.410	0,8	0,459242%
131	220650	PI	Monsenhor Hipólito	7.565	0,6	0,344432%
132	220660	PI	Monte Alegre do Piauí	10.441	0,8	0,459242%
133	220665	PI	Morro Cabeça no Tempo	4.077	0,6	0,344432%
134	220667	PI	Morro do Chapéu do Piauí	6.641	0,6	0,344432%
135	220669	PI	Murici dos Portelas	8.846	0,6	0,344432%
136	220670	PI	Nazaré do Piauí	7.279	0,6	0,344432%
137	220672	PI	Nazária	8.330	0,6	0,344432%
138	220675	PI	Nossa Senhora de Nazaré	4.723	0,6	0,344432%
139	220680	PI	Nossa Senhora dos Remédios	8.457	0,6	0,344432%
140	220795	PI	Nova Santa Rita	4.276	0,6	0,344432%
141	220690	PI	Novo Oriente do Piauí	6.493	0,6	0,344432%
142	220695	PI	Novo Santo Antônio	3.371	0,6	0,344432%
143	220700	PI	Oeiras	36.266	1,6	0,918485%
144	220710	PI	Olho D'Água do Piauí	2.390	0,6	0,344432%
145	220720	PI	Padre Marcos	6.742	0,6	0,344432%
146	220730	PI	Paes Landim	4.074	0,6	0,344432%
147	220735	PI	Pajeú do Piauí	3.479	0,6	0,344432%
148	220740	PI	Palmeira do Piauí	4.988	0,6	0,344432%
149	220750	PI	Palmeirais	14.151	1,0	0,574053%
150	220755	PI	Paquetá	3.909	0,6	0,344432%
151	220760	PI	Parnaguá	10.530	0,8	0,459242%
152	220770	PI	Parnaíba	149.348	3,8	2,181389%
153	220775	PI	Passagem Franca do Piauí	4.470	0,6	0,344432%
154	220777	PI	Patos do Piauí	6.241	0,6	0,344432%
155	220779	PI	Pau D'Arco do Piauí	3.914	0,6	0,344432%
156	220780	PI	Paulistana	20.133	1,2	0,688863%
157	220785	PI	Pavussu	3.645	0,6	0,344432%
158	220790	PI	Pedro II	38.014	1,8	1,033295%
159	220793	PI	Pedro Laurentino	2.472	0,6	0,344432%
160	220800	PI	Picos	76.309	2,6	1,492526%
161	220810	PI	Pimenteiras	11.900	0,8	0,459242%
162	220820	PI	Pio IX	18.023	1,2	0,688863%
163	220830	PI	Piracuruca	28.066	1,4	0,803674%
164	220840	PI	Piripiri	62.600	2,4	1,377716%
165	220850	PI	Porto	12.239	0,8	0,459242%
166	220855	PI	Porto Alegre do Piauí	2.637	0,6	0,344432%
167	220860	PI	Prata do Piauí	3.107	0,6	0,344432%
168	220865	PI	Queimada Nova	8.775	0,6	0,344432%
169	220870	PI	Redenção do Gurguéia	8.580	0,6	0,344432%
170	220880	PI	Regeneração	17.696	1,2	0,688863%
171	220885	PI	Riacho Frio	4.255	0,6	0,344432%
172	220887	PI	Ribeira do Piauí	4.368	0,6	0,344432%
173	220890	PI	Ribeiro Gonçalves	7.112	0,6	0,344432%
174	220900	PI	Rio Grande do Piauí	6.328	0,6	0,344432%
175	220910	PI	Santa Cruz do Piauí	6.119	0,6	0,344432%
176	220915	PI	Santa Cruz dos Milagres	3.910	0,6	0,344432%
177	220920	PI	Santa Filomena	6.152	0,6	0,344432%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

178	220930	PI	Santa Luz	5.694	0,6	0,344432%
179	220937	PI	Santa Rosa do Piauí	5.180	0,6	0,344432%
180	220935	PI	Santana do Piauí	4.534	0,6	0,344432%
181	220940	PI	Santo Antônio de Lisboa	6.215	0,6	0,344432%
182	220945	PI	Santo Antônio dos Milagres	2.109	0,6	0,344432%
183	220950	PI	Santo Inácio do Piauí	3.713	0,6	0,344432%
184	220955	PI	São Braz do Piauí	4.367	0,6	0,344432%
185	220960	PI	São Félix do Piauí	2.931	0,6	0,344432%
186	220965	PI	São Francisco de Assis do Piauí	5.759	0,6	0,344432%
187	220970	PI	São Francisco do Piauí	6.332	0,6	0,344432%
188	220975	PI	São Gonçalo do Gurguéia	2.942	0,6	0,344432%
189	220980	PI	São Gonçalo do Piauí	4.885	0,6	0,344432%
190	220985	PI	São João da Canabrava	4.516	0,6	0,344432%
191	220987	PI	São João da Fronteira	5.873	0,6	0,344432%
192	220990	PI	São João da Serra	6.101	0,6	0,344432%
193	220995	PI	São João da Varjota	4.738	0,6	0,344432%
194	220997	PI	São João do Arraial	7.700	0,6	0,344432%
195	221000	PI	São João do Piauí	20.077	1,2	0,688863%
196	221005	PI	São José do Divino	5.237	0,6	0,344432%
197	221010	PI	São José do Peixe	3.702	0,6	0,344432%
198	221020	PI	São José do Piauí	6.615	0,6	0,344432%
199	221030	PI	São Julião	5.771	0,6	0,344432%
200	221035	PI	São Lourenço do Piauí	4.488	0,6	0,344432%
201	221037	PI	São Luis do Piauí	2.593	0,6	0,344432%
202	221038	PI	São Miguel da Baixa Grande	2.407	0,6	0,344432%
203	221039	PI	São Miguel do Fidalgo	2.994	0,6	0,344432%
204	221040	PI	São Miguel do Tapuio	18.132	1,2	0,688863%
205	221050	PI	São Pedro do Piauí	13.956	1,0	0,574053%
206	221060	PI	São Raimundo Nonato	33.613	1,6	0,918485%
207	221062	PI	Sebastião Barros	3.475	0,6	0,344432%
208	221063	PI	Sebastião Leal	4.199	0,6	0,344432%
209	221065	PI	Sigefredo Pacheco	9.799	0,6	0,344432%
210	221070	PI	Simões	14.393	1,0	0,574053%
211	221080	PI	Simplício Mendes	12.385	0,8	0,459242%
212	221090	PI	Socorro do Piauí	4.519	0,6	0,344432%
213	221093	PI	Sussuapara	6.504	0,6	0,344432%
214	221095	PI	Tamboril do Piauí	2.839	0,6	0,344432%
215	221097	PI	Tanque do Piauí	2.694	0,6	0,344432%
216	221110	PI	União	43.511	1,8	1,033295%
217	221120	PI	Uruçuí	20.902	1,2	0,688863%
218	221130	PI	Valença do Piauí	20.555	1,2	0,688863%
219	221135	PI	Várzea Branca	4.899	0,6	0,344432%
220	221140	PI	Várzea Grande	4.339	0,6	0,344432%
221	221150	PI	Vera Mendes	3.023	0,6	0,344432%
222	221160	PI	Vila Nova do Piauí	2.987	0,6	0,344432%
223	221170	PI	Wall Ferraz	4.365	0,6	0,344432%
			T O T A L	2.354.118	174,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: PR - PARANÁ

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	410010	PR	Abatiá	7.852	0,6	0,145560%
2	410020	PR	Adrianópolis	6.374	0,6	0,145560%
3	410030	PR	Agudos do Sul	8.892	0,6	0,145560%
4	410040	PR	Almirante Tamandaré	111.586	3,2	0,776322%
5	410045	PR	Altamira do Paraná	3.544	0,6	0,145560%
6	412862	PR	Alto Paraíso	3.116	0,6	0,145560%
7	410060	PR	Alto Paraná	14.427	1,0	0,242601%
8	410070	PR	Alto Piquiri	10.317	0,8	0,194081%
9	410050	PR	Altônia	21.619	1,2	0,291121%
10	410080	PR	Alvorada do Sul	10.965	0,8	0,194081%
11	410090	PR	Amaporã	5.885	0,6	0,145560%
12	410100	PR	Ampére	18.439	1,2	0,291121%
13	410105	PR	Anahy	2.922	0,6	0,145560%
14	410110	PR	Andirá	20.931	1,2	0,291121%
15	410115	PR	Ângulo	2.959	0,6	0,145560%
16	410120	PR	Antonina	19.414	1,2	0,291121%
17	410130	PR	Antônio Olinto	7.573	0,6	0,145560%
18	410140	PR	Apucarana	129.265	3,6	0,873362%
19	410150	PR	Arapongas	113.833	3,2	0,776322%
20	410160	PR	Arapoti	27.362	1,4	0,339641%
21	410165	PR	Arapuã	3.469	0,6	0,145560%
22	410170	PR	Araruna	13.971	1,0	0,242601%
23	410180	PR	Araucária	131.356	3,6	0,873362%
24	410185	PR	Ariranha do Ivaí	2.389	0,6	0,145560%
25	410190	PR	Assaí	16.322	1,0	0,242601%
26	410200	PR	Assis Chateaubriand	34.008	1,6	0,388161%
27	410210	PR	Astorga	25.862	1,4	0,339641%
28	410220	PR	Atalaia	4.007	0,6	0,145560%
29	410230	PR	Balsa Nova	12.200	0,8	0,194081%
30	410240	PR	Bandeirantes	32.718	1,6	0,388161%
31	410250	PR	Barbosa Ferraz	12.583	0,8	0,194081%
32	410270	PR	Barra do Jacaré	2.817	0,6	0,145560%
33	410260	PR	Barracão	10.187	0,6	0,145560%
34	410275	PR	Bela Vista da Caroba	3.887	0,6	0,145560%
35	410280	PR	Bela Vista do Paraíso	15.589	1,0	0,242601%
36	410290	PR	Bituruna	16.448	1,0	0,242601%
37	410300	PR	Boa Esperança	4.518	0,6	0,145560%
38	410302	PR	Boa Esperança do Iguaçu	2.739	0,6	0,145560%
39	410304	PR	Boa Ventura de São Roque	6.692	0,6	0,145560%
40	410305	PR	Boa Vista da Aparecida	7.998	0,6	0,145560%
41	410310	PR	Bocaiúva do Sul	11.996	0,8	0,194081%
42	410315	PR	Bom Jesus do Sul	3.800	0,6	0,145560%
43	410320	PR	Bom Sucesso	6.906	0,6	0,145560%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

44	410322	PR	Bom Sucesso do Sul	3.368	0,6	0,145560%
45	410330	PR	Borrazópolis	7.608	0,6	0,145560%
46	410335	PR	Braganey	5.770	0,6	0,145560%
47	410337	PR	Brasilândia do Sul	3.086	0,6	0,145560%
48	410340	PR	Cafeara	2.853	0,6	0,145560%
49	410345	PR	Cafelândia	16.321	1,0	0,242601%
50	410347	PR	Cafezal do Sul	4.310	0,6	0,145560%
51	410350	PR	Califórnia	8.464	0,6	0,145560%
52	410360	PR	Cambará	25.051	1,4	0,339641%
53	410370	PR	Cambé	103.036	3,2	0,776322%
54	410380	PR	Cambira	7.657	0,6	0,145560%
55	410390	PR	Campina da Lagoa	15.353	1,0	0,242601%
56	410395	PR	Campina do Simão	4.113	0,6	0,145560%
57	410400	PR	Campina Grande do Sul	41.447	1,8	0,436681%
58	410405	PR	Campo Bonito	4.309	0,6	0,145560%
59	410410	PR	Campo do Tenente	7.623	0,6	0,145560%
60	410420	PR	Campo Largo	122.443	3,4	0,824842%
61	410425	PR	Campo Magro	27.143	1,4	0,339641%
62	410430	PR	Campo Mourão	92.300	3,0	0,727825%
63	410440	PR	Cândido de Abreu	16.484	1,0	0,242601%
64	410442	PR	Candói	15.741	1,0	0,242601%
65	410445	PR	Cantagalo	13.424	0,8	0,194081%
66	410450	PR	Capanema	19.229	1,2	0,291121%
67	410460	PR	Capitão Leônidas Marques	15.659	1,0	0,242601%
68	410465	PR	Carambeí	21.233	1,2	0,291121%
69	410470	PR	Carlópolis	14.289	1,0	0,242601%
70	410480	PR	Cascavel	309.259	4,0	0,970403%
71	410490	PR	Castro	70.454	2,4	0,582242%
72	410500	PR	Catanduvas	10.463	0,8	0,194081%
73	410510	PR	Centenário do Sul	11.346	0,8	0,194081%
74	410520	PR	Cerro Azul	17.689	1,2	0,291121%
75	410530	PR	Céu Azul	11.589	0,8	0,194081%
76	410540	PR	Chopinzinho	20.034	1,2	0,291121%
77	410550	PR	Cianorte	76.456	2,6	0,630762%
78	410560	PR	Cidade Gaúcha	11.937	0,8	0,194081%
79	410570	PR	Clevelândia	17.436	1,2	0,291121%
80	410580	PR	Colombo	229.872	4,0	0,970403%
81	410590	PR	Colorado	23.542	1,2	0,291121%
82	410600	PR	Congonhinhas	8.693	0,6	0,145560%
83	410610	PR	Conselheiro Mairinck	3.813	0,6	0,145560%
84	410620	PR	Contenda	17.300	1,2	0,291121%
85	410630	PR	Corbélia	17.016	1,2	0,291121%
86	410640	PR	Cornélio Procópio	48.487	2,0	0,485201%
87	410645	PR	Coronel Domingos Soares	7.553	0,6	0,145560%
88	410650	PR	Coronel Vivida	21.939	1,2	0,291121%
89	410655	PR	Corumbataí do Sul	3.817	0,6	0,145560%
90	410680	PR	Cruz Machado	18.755	1,2	0,291121%
91	410657	PR	Cruzeiro do Iguaçu	4.380	0,6	0,145560%
92	410660	PR	Cruzeiro do Oeste	21.149	1,2	0,291121%
93	410670	PR	Cruzeiro do Sul	4.646	0,6	0,145560%
94	410685	PR	Cruzmaltina	3.166	0,6	0,145560%
95	410700	PR	Curiúva	14.720	1,0	0,242601%
96	410715	PR	Diamante D'Oeste	5.242	0,6	0,145560%
97	410710	PR	Diamante do Norte	5.501	0,6	0,145560%
98	410712	PR	Diamante do Sul	3.575	0,6	0,145560%
99	410720	PR	Dois Vizinhos	38.768	1,8	0,436681%
100	410725	PR	Douradina	8.120	0,6	0,145560%
101	410730	PR	Doutor Camargo	6.036	0,6	0,145560%
102	412863	PR	Doutor Ulysses	5.822	0,6	0,145560%
103	410740	PR	Enéas Marques	6.209	0,6	0,145560%
104	410750	PR	Engenheiro Beltrão	14.303	1,0	0,242601%
105	410753	PR	Entre Rios do Oeste	4.255	0,6	0,145560%
106	410752	PR	Esperança Nova	1.922	0,6	0,145560%
107	410754	PR	Espigão Alto do Iguaçu	4.591	0,6	0,145560%
108	410755	PR	Farol	3.422	0,6	0,145560%
109	410760	PR	Faxinal	17.084	1,2	0,291121%
110	410765	PR	Fazenda Rio Grande	90.648	2,8	0,679282%
111	410770	PR	Fênix	4.912	0,6	0,145560%
112	410773	PR	Fernandes Pinheiro	5.981	0,6	0,145560%
113	410775	PR	Figueira	8.315	0,6	0,145560%
114	410785	PR	Flor da Serra do Sul	4.812	0,6	0,145560%
115	410780	PR	Floraí	5.137	0,6	0,145560%
116	410790	PR	Floresta	6.397	0,6	0,145560%
117	410800	PR	Florestópolis	11.265	0,8	0,194081%
118	410810	PR	Flórida	2.662	0,6	0,145560%
119	410820	PR	Formosa do Oeste	7.381	0,6	0,145560%
120	410830	PR	Foz do Iguaçu	263.647	4,0	0,970403%
121	410845	PR	Foz do Jordão	5.277	0,6	0,145560%
122	410832	PR	Francisco Alves	6.448	0,6	0,145560%
123	410840	PR	Francisco Beltrão	85.486	2,8	0,679282%
124	410850	PR	General Carneiro	14.039	1,0	0,242601%
125	410855	PR	Godoy Moreira	3.279	0,6	0,145560%
126	410860	PR	Goioerê	29.722	1,4	0,339641%
127	410865	PR	Goioxim	7.553	0,6	0,145560%
128	410870	PR	Grandes Rios	6.425	0,6	0,145560%
129	410880	PR	Guaíra	32.394	1,6	0,388161%
130	410890	PR	Guairaçá	6.500	0,6	0,145560%
131	410895	PR	Guamiranga	8.415	0,6	0,145560%
132	410900	PR	Guapirama	3.959	0,6	0,145560%
133	410910	PR	Guaporema	2.290	0,6	0,145560%
134	410920	PR	Guaraci	5.404	0,6	0,145560%
135	410930	PR	Guaraniaçu	14.181	1,0	0,242601%
136	410940	PR	Guarapuava	176.973	4,0	0,970403%
137	410950	PR	Guaraqueçaba	7.988	0,6	0,145560%
138	410960	PR	Guaratuba	34.767	1,6	0,388161%
139	410965	PR	Honório Serpa	5.834	0,6	0,145560%
140	410970	PR	Ibaiti	30.464	1,4	0,339641%
141	410975	PR	Ibema	6.329	0,6	0,145560%
142	410980	PR	Ibiporã	51.802	2,2	0,533721%
143	410990	PR	Icaraíma	8.723	0,6	0,145560%
144	411000	PR	Iguaraçu	4.241	0,6	0,145560%
145	411005	PR	Iguatu	2.300	0,6	0,145560%
146	411007	PR	Imbaú	12.246	0,8	0,194081%
147	411010	PR	Imbituva	30.713	1,6	0,388161%
148	411020	PR	Inácio Martins	11.294	0,8	0,194081%
149	411030	PR	Inajá	3.110	0,6	0,145560%
150	411040	PR	Indianópolis	4.469	0,6	0,145560%
151	411050	PR	Ipiranga	14.895	1,0	0,242601%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

152	411060	PR	Iporã	14.981	1,0	0,242601%
153	411065	PR	Iracema do Oeste	2.537	0,6	0,145560%
154	411070	PR	Irati	59.339	2,2	0,533721%
155	411080	PR	Iretama	10.730	0,8	0,194081%
156	411090	PR	Itaguajé	4.649	0,6	0,145560%
157	411095	PR	Itaipulândia	10.056	0,6	0,145560%
158	411100	PR	Itambaracá	6.869	0,6	0,145560%
159	411110	PR	Itambé	6.183	0,6	0,145560%
160	411120	PR	Itapejara d'Oeste	11.335	0,8	0,194081%
161	411125	PR	Itaperuçu	26.371	1,4	0,339641%
162	411130	PR	Itaúna do Sul	3.411	0,6	0,145560%
163	411140	PR	Ivaí	13.541	0,8	0,194081%
164	411150	PR	Ivaiporã	32.705	1,6	0,388161%
165	411155	PR	Ivaté	7.958	0,6	0,145560%
166	411160	PR	Ivatuba	3.180	0,6	0,145560%
167	411170	PR	Jaboti	5.166	0,6	0,145560%
168	411180	PR	Jacarezinho	40.232	1,8	0,436681%
169	411190	PR	Jaguapitã	13.059	0,8	0,194081%
170	411200	PR	Jaguariaíva	34.285	1,6	0,388161%
171	411210	PR	Jandaia do Sul	21.131	1,2	0,291121%
172	411220	PR	Janiópolis	6.226	0,6	0,145560%
173	411230	PR	Japira	5.065	0,6	0,145560%
174	411240	PR	Japurá	9.095	0,6	0,145560%
175	411250	PR	Jardim Alegre	12.280	0,8	0,194081%
176	411260	PR	Jardim Olinda	1.416	0,6	0,145560%
177	411270	PR	Jataizinho	12.447	0,8	0,194081%
178	411275	PR	Jesuítas	9.017	0,6	0,145560%
179	411280	PR	Joaquim Távora	11.447	0,8	0,194081%
180	411290	PR	Jundiaí do Sul	3.469	0,6	0,145560%
181	411295	PR	Juranda	7.726	0,6	0,145560%
182	411300	PR	Jussara	6.931	0,6	0,145560%
183	411310	PR	Kaloré	4.473	0,6	0,145560%
184	411320	PR	Lapa	47.294	2,0	0,485201%
185	411325	PR	Laranjal	6.337	0,6	0,145560%
186	411330	PR	Laranjeiras do Sul	32.036	1,6	0,388161%
187	411340	PR	Leópolis	4.182	0,6	0,145560%
188	411342	PR	Lidianópolis	3.831	0,6	0,145560%
189	411345	PR	Lindoeste	5.247	0,6	0,145560%
190	411350	PR	Loanda	22.448	1,2	0,291121%
191	411360	PR	Lobato	4.658	0,6	0,145560%
192	411370	PR	Londrina	543.003	4,0	0,970403%
193	411373	PR	Luiziana	7.479	0,6	0,145560%
194	411375	PR	Lunardelli	5.159	0,6	0,145560%
195	411380	PR	Lupionópolis	4.832	0,6	0,145560%
196	411390	PR	Mallet	13.522	0,8	0,194081%
197	411400	PR	Mamborê	14.017	1,0	0,242601%
198	411410	PR	Mandaguaçu	21.419	1,2	0,291121%
199	411420	PR	Mandaguari	34.150	1,6	0,388161%
200	411430	PR	Mandirituba	24.516	1,4	0,339641%
201	411435	PR	Manfrinópolis	3.003	0,6	0,145560%
202	411440	PR	Mangueirinha	17.367	1,2	0,291121%
203	411450	PR	Manoel Ribas	13.635	1,0	0,242601%
204	411460	PR	Marechal Cândido Rondon	50.299	2,0	0,485201%
205	411470	PR	Maria Helena	6.007	0,6	0,145560%
206	411480	PR	Marialva	34.096	1,6	0,388161%
207	411490	PR	Marilândia do Sul	9.083	0,6	0,145560%
208	411500	PR	Marilena	7.117	0,6	0,145560%
209	411510	PR	Mariluz	10.534	0,8	0,194081%
210	411520	PR	Maringá	391.698	4,0	0,970403%
211	411530	PR	Mariópolis	6.558	0,6	0,145560%
212	411535	PR	Maripá	5.802	0,6	0,145560%
213	411540	PR	Marmeleiro	14.434	1,0	0,242601%
214	411545	PR	Marquinho	4.917	0,6	0,145560%
215	411550	PR	Marumbi	4.750	0,6	0,145560%
216	411560	PR	Matelândia	17.186	1,2	0,291121%
217	411570	PR	Matinhos	32.148	1,6	0,388161%
218	411573	PR	Mato Rico	3.716	0,6	0,145560%
219	411575	PR	Mauá da Serra	9.534	0,6	0,145560%
220	411580	PR	Medianeira	44.523	2,0	0,485201%
221	411585	PR	Mercedes	5.357	0,6	0,145560%
222	411590	PR	Mirador	2.345	0,6	0,145560%
223	411600	PR	Miraselva	1.890	0,6	0,145560%
224	411605	PR	Missal	10.830	0,8	0,194081%
225	411610	PR	Moreira Sales	12.754	0,8	0,194081%
226	411620	PR	Morretes	16.381	1,0	0,242601%
227	411630	PR	Munhoz de Melo	3.883	0,6	0,145560%
228	411640	PR	Nossa Senhora das Graças	4.059	0,6	0,145560%
229	411650	PR	Nova Aliança do Ivaí	1.509	0,6	0,145560%
230	411660	PR	Nova América da Colina	3.556	0,6	0,145560%
231	411670	PR	Nova Aurora	11.659	0,8	0,194081%
232	411680	PR	Nova Cantu	6.833	0,6	0,145560%
233	411690	PR	Nova Esperança	27.783	1,4	0,339641%
234	411695	PR	Nova Esperança do Sudoeste	5.211	0,6	0,145560%
235	411700	PR	Nova Fátima	8.361	0,6	0,145560%
236	411705	PR	Nova Laranjeiras	11.988	0,8	0,194081%
237	411710	PR	Nova Londrina	13.461	0,8	0,194081%
238	411720	PR	Nova Olímpia	5.758	0,6	0,145560%
239	411725	PR	Nova Prata do Iguaçu	10.710	0,8	0,194081%
240	411721	PR	Nova Santa Bárbara	4.135	0,6	0,145560%
241	411722	PR	Nova Santa Rosa	8.044	0,6	0,145560%
242	411727	PR	Nova Tebas	6.943	0,6	0,145560%
243	411729	PR	Novo Itacolomi	2.906	0,6	0,145560%
244	411730	PR	Ortigueira	23.530	1,2	0,291121%
245	411740	PR	Ourizona	3.485	0,6	0,145560%
246	411745	PR	Ouro Verde do Oeste	5.952	0,6	0,145560%
247	411750	PR	Paiçandu	38.846	1,8	0,436681%
248	411760	PR	Palmas	46.996	2,0	0,485201%
249	411770	PR	Palmeira	33.613	1,6	0,388161%
250	411780	PR	Palmital	14.626	1,0	0,242601%
251	411790	PR	Palotina	30.598	1,6	0,388161%
252	411800	PR	Paraíso do Norte	12.839	0,8	0,194081%
253	411810	PR	Paranacity	10.968	0,8	0,194081%
254	411820	PR	Paranaguá	149.467	3,8	0,921906%
255	411830	PR	Paranapoema	3.016	0,6	0,145560%
256	411840	PR	Paranavaí	86.218	2,8	0,679282%
257	411845	PR	Pato Bragado	5.239	0,6	0,145560%
258	411850	PR	Pato Branco	78.136	2,6	0,630762%
259	411860	PR	Paula Freitas	5.737	0,6	0,145560%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

260	411870	PR	Paulo Frontin	7.256	0,6	0,145560%
261	411880	PR	Peabiru	14.116	1,0	0,242601%
262	411885	PR	Perobal	5.960	0,6	0,145560%
263	411890	PR	Pérola	10.852	0,8	0,194081%
264	411900	PR	Pérola d'Oeste	6.783	0,6	0,145560%
265	411910	PR	Piên	12.086	0,8	0,194081%
266	411915	PR	Pinhais	125.808	3,4	0,824842%
267	411925	PR	Pinhal de São Bento	2.732	0,6	0,145560%
268	411920	PR	Pinhalão	6.417	0,6	0,145560%
269	411930	PR	Pinhão	31.800	1,6	0,388161%
270	411940	PR	Piraí do Sul	24.786	1,4	0,339641%
271	411950	PR	Piraquara	102.798	3,2	0,776322%
272	411960	PR	Pitanga	32.626	1,6	0,388161%
273	411965	PR	Pitangueiras	3.039	0,6	0,145560%
274	411970	PR	Planaltina do Paraná	4.264	0,6	0,145560%
275	411980	PR	Planalto	13.944	1,0	0,242601%
276	411990	PR	Ponta Grossa	334.535	4,0	0,970403%
277	411995	PR	Pontal do Paraná	23.816	1,4	0,339641%
278	412000	PR	Porecatu	14.086	1,0	0,242601%
279	412010	PR	Porto Amazonas	4.755	0,6	0,145560%
280	412015	PR	Porto Barreiro	3.601	0,6	0,145560%
281	412020	PR	Porto Rico	2.606	0,6	0,145560%
282	412030	PR	Porto Vitória	4.141	0,6	0,145560%
283	412033	PR	Prado Ferreira	3.641	0,6	0,145560%
284	412035	PR	Pranchita	5.600	0,6	0,145560%
285	412040	PR	Presidente Castelo Branco	5.101	0,6	0,145560%
286	412050	PR	Primeiro de Maio	11.222	0,8	0,194081%
287	412060	PR	Prudentópolis	51.281	2,2	0,533721%
288	412065	PR	Quarto Centenário	4.855	0,6	0,145560%
289	412070	PR	Quatiguá	7.377	0,6	0,145560%
290	412080	PR	Quatro Barras	21.738	1,2	0,291121%
291	412085	PR	Quatro Pontes	3.981	0,6	0,145560%
292	412090	PR	Quedas do Iguaçu	32.693	1,6	0,388161%
293	412100	PR	Querência do Norte	12.210	0,8	0,194081%
294	412110	PR	Quinta do Sol	5.030	0,6	0,145560%
295	412120	PR	Quitandinha	18.257	1,2	0,291121%
296	412125	PR	Ramilândia	4.359	0,6	0,145560%
297	412130	PR	Rancho Alegre	4.004	0,6	0,145560%
298	412135	PR	Rancho Alegre D'Oeste	2.850	0,6	0,145560%
299	412140	PR	Realeza	16.978	1,0	0,242601%
300	412150	PR	Rebouças	14.812	1,0	0,242601%
301	412160	PR	Renascença	6.986	0,6	0,145560%
302	412170	PR	Reserva	26.397	1,4	0,339641%
303	412175	PR	Reserva do Iguaçu	7.757	0,6	0,145560%
304	412180	PR	Ribeirão Claro	10.952	0,8	0,194081%
305	412190	PR	Ribeirão do Pinhal	13.692	1,0	0,242601%
306	412200	PR	Rio Azul	14.913	1,0	0,242601%
307	412210	PR	Rio Bom	3.372	0,6	0,145560%
308	412215	PR	Rio Bonito do Iguaçu	13.532	0,8	0,194081%
309	412217	PR	Rio Branco do Ivaí	4.072	0,6	0,145560%
310	412220	PR	Rio Branco do Sul	32.092	1,6	0,388161%
311	412230	PR	Rio Negro	33.157	1,6	0,388161%
312	412240	PR	Rolândia	62.590	2,4	0,582242%
313	412250	PR	Roncador	11.212	0,8	0,194081%
314	412260	PR	Rondon	9.441	0,6	0,145560%
315	412265	PR	Rosário do Ivaí	5.437	0,6	0,145560%
316	412270	PR	Sabáudia	6.524	0,6	0,145560%
317	412280	PR	Salgado Filho	4.213	0,6	0,145560%
318	412290	PR	Salto do Itararé	5.223	0,6	0,145560%
319	412300	PR	Salto do Lontra	14.450	1,0	0,242601%
320	412310	PR	Santa Amélia	3.726	0,6	0,145560%
321	412320	PR	Santa Cecília do Pavão	3.625	0,6	0,145560%
322	412330	PR	Santa Cruz de Monte Castelo	8.194	0,6	0,145560%
323	412340	PR	Santa Fé	11.297	0,8	0,194081%
324	412350	PR	Santa Helena	25.159	1,4	0,339641%
325	412360	PR	Santa Inês	1.784	0,6	0,145560%
326	412370	PR	Santa Isabel do Ivaí	8.915	0,6	0,145560%
327	412380	PR	Santa Izabel do Oeste	14.039	1,0	0,242601%
328	412382	PR	Santa Lúcia	3.986	0,6	0,145560%
329	412385	PR	Santa Maria do Oeste	11.159	0,8	0,194081%
330	412390	PR	Santa Mariana	12.496	0,8	0,194081%
331	412395	PR	Santa Mônica	3.815	0,6	0,145560%
332	412402	PR	Santa Tereza do Oeste	10.528	0,8	0,194081%
333	412405	PR	Santa Terezinha de Itaipu	22.353	1,2	0,291121%
334	412400	PR	Santana do Itararé	5.291	0,6	0,145560%
335	412410	PR	Santo Antônio da Platina	45.031	2,0	0,485201%
336	412420	PR	Santo Antônio do Caiuá	2.765	0,6	0,145560%
337	412430	PR	Santo Antônio do Paraíso	2.359	0,6	0,145560%
338	412440	PR	Santo Antônio do Sudoeste	19.855	1,2	0,291121%
339	412450	PR	Santo Inácio	5.468	0,6	0,145560%
340	412460	PR	São Carlos do Ivaí	6.713	0,6	0,145560%
341	412470	PR	São Jerônimo da Serra	11.570	0,8	0,194081%
342	412480	PR	São João	10.743	0,8	0,194081%
343	412490	PR	São João do Caiuá	6.044	0,6	0,145560%
344	412500	PR	São João do Ivaí	11.342	0,8	0,194081%
345	412510	PR	São João do Triunfo	14.583	1,0	0,242601%
346	412520	PR	São Jorge d'Oeste	9.307	0,6	0,145560%
347	412530	PR	São Jorge do Ivaí	5.673	0,6	0,145560%
348	412535	PR	São Jorge do Patrocínio	6.051	0,6	0,145560%
349	412540	PR	São José da Boa Vista	6.567	0,6	0,145560%
350	412545	PR	São José das Palmeiras	3.864	0,6	0,145560%
351	412550	PR	São José dos Pinhais	292.934	4,0	0,970403%
352	412555	PR	São Manoel do Paraná	2.175	0,6	0,145560%
353	412560	PR	São Mateus do Sul	44.179	2,0	0,485201%
354	412570	PR	São Miguel do Iguaçu	27.061	1,4	0,339641%
355	412575	PR	São Pedro do Iguaçu	6.440	0,6	0,145560%
356	412580	PR	São Pedro do Ivaí	10.733	0,8	0,194081%
357	412590	PR	São Pedro do Paraná	2.490	0,6	0,145560%
358	412600	PR	São Sebastião da Amoreira	8.935	0,6	0,145560%
359	412610	PR	São Tomé	5.626	0,6	0,145560%
360	412620	PR	Sapopema	6.910	0,6	0,145560%
361	412625	PR	Sarandi	89.388	2,8	0,679282%
362	412627	PR	Saudade do Iguaçu	5.333	0,6	0,145560%
363	412630	PR	Sengés	19.229	1,2	0,291121%
364	412635	PR	Serranópolis do Iguaçu	4.659	0,6	0,145560%
365	412640	PR	Sertaneja	5.771	0,6	0,145560%
366	412650	PR	Sertanópolis	16.315	1,0	0,242601%
367	412660	PR	Siqueira Campos	19.881	1,2	0,291121%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

368	412665	PR	Sulina	3.329	0,6	0,145560%
369	412667	PR	Tamarana	13.518	0,8	0,194081%
370	412670	PR	Tamboara	4.954	0,6	0,145560%
371	412680	PR	Tapejara	15.572	1,0	0,242601%
372	412690	PR	Tapira	5.878	0,6	0,145560%
373	412700	PR	Teixeira Soares	11.321	0,8	0,194081%
374	412710	PR	Telêmaco Borba	75.054	2,6	0,630762%
375	412720	PR	Terra Boa	16.674	1,0	0,242601%
376	412730	PR	Terra Rica	16.197	1,0	0,242601%
377	412740	PR	Terra Roxa	17.461	1,2	0,291121%
378	412750	PR	Tibagi	20.283	1,2	0,291121%
379	412760	PR	Tijucas do Sul	15.776	1,0	0,242601%
380	412770	PR	Toledo	130.295	3,6	0,873362%
381	412780	PR	Tomazina	8.696	0,6	0,145560%
382	412785	PR	Três Barras do Paraná	12.212	0,8	0,194081%
383	412788	PR	Tunas do Paraná	7.347	0,6	0,145560%
384	412790	PR	Tuneiras do Oeste	8.873	0,6	0,145560%
385	412795	PR	Tupãssi	8.252	0,6	0,145560%
386	412796	PR	Turvo	13.860	1,0	0,242601%
387	412800	PR	Ubiratã	21.916	1,2	0,291121%
388	412810	PR	Umuarama	107.319	3,2	0,776322%
389	412820	PR	União da Vitória	55.874	2,2	0,533721%
390	412830	PR	Uniflor	2.581	0,6	0,145560%
391	412840	PR	Uraí	11.711	0,8	0,194081%
392	412853	PR	Ventania	10.934	0,8	0,194081%
393	412855	PR	Vera Cruz do Oeste	9.038	0,6	0,145560%
394	412860	PR	Verê	7.853	0,6	0,145560%
395	412865	PR	Virmond	4.080	0,6	0,145560%
396	412870	PR	Vitorino	6.801	0,6	0,145560%
397	412850	PR	Wenceslau Braz	19.843	1,2	0,291121%
398	412880	PR	Xambrê	6.047	0,6	0,145560%
			T O T A L	9.217.276	412,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: RJ - RIO DE JANEIRO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	330010	RJ	Angra dos Reis	184.940	4,0	2,079002%
2	330015	RJ	Aperibé	10.882	0,8	0,415800%
3	330020	RJ	Araruama	120.948	3,4	1,767152%
4	330022	RJ	Areal	11.879	0,8	0,415800%
5	330023	RJ	Armação dos Búzios	30.439	1,4	0,727651%
6	330025	RJ	Arraial do Cabo	28.866	1,4	0,727651%
7	330030	RJ	Barra do Piraí	96.568	3,0	1,559252%
8	330040	RJ	Barra Mansa	179.697	4,0	2,079002%
9	330045	RJ	Belford Roxo	479.386	4,0	2,079002%
10	330050	RJ	Bom Jardim	26.126	1,4	0,727651%
11	330060	RJ	Bom Jesus do Itabapoana	35.896	1,6	0,831601%
12	330070	RJ	Cabo Frio	204.486	4,0	2,079002%
13	330080	RJ	Cachoeiras de Macacu	55.967	2,2	1,143451%
14	330090	RJ	Cambuci	14.849	1,0	0,519751%
15	330100	RJ	Campos dos Goytacazes	480.648	4,0	2,079002%
16	330110	RJ	Cantagalo	19.792	1,2	0,623701%
17	330093	RJ	Carapebus	14.713	1,0	0,519751%
18	330115	RJ	Cardoso Moreira	12.578	0,8	0,415800%
19	330120	RJ	Carmo	18.074	1,2	0,623701%
20	330130	RJ	Casimiro de Abreu	39.414	1,8	0,935551%
21	330095	RJ	Comendador Levy Gasparian	8.245	0,6	0,311850%
22	330140	RJ	Conceição de Macabu	22.006	1,2	0,623701%
23	330150	RJ	Cordeiro	20.965	1,2	0,623701%
24	330160	RJ	Duas Barras	11.096	0,8	0,415800%
25	330170	RJ	Duque de Caxias	878.402	4,0	2,079002%
26	330180	RJ	Engenheiro Paulo de Frontin	13.566	0,8	0,415800%
27	330185	RJ	Guapimirim	55.626	2,2	1,143451%
28	330187	RJ	Iguaba Grande	25.354	1,4	0,727651%
29	330190	RJ	Itaboraí	227.168	4,0	2,079002%
30	330200	RJ	Itaguaí	117.374	3,4	1,767152%
31	330205	RJ	Italva	14.489	1,0	0,519751%
32	330210	RJ	Itaocara	22.824	1,2	0,623701%
33	330220	RJ	Itaperuna	98.521	3,0	1,559252%
34	330225	RJ	Itatiaia	29.996	1,4	0,727651%
35	330227	RJ	Japeri	99.141	3,0	1,559252%
36	330230	RJ	Laje do Muriaé	7.341	0,6	0,311850%
37	330240	RJ	Macaé	229.624	4,0	2,079002%
38	330245	RJ	Macuco	5.380	0,6	0,311850%
39	330250	RJ	Magé	233.634	4,0	2,079002%
40	330260	RJ	Mangaratiba	40.008	1,8	0,935551%
41	330270	RJ	Maricá	143.111	3,8	1,975052%
42	330280	RJ	Mendes	18.086	1,2	0,623701%
43	330285	RJ	Mesquita	170.473	4,0	2,079002%
44	330290	RJ	Miguel Pereira	24.829	1,4	0,727651%
45	330300	RJ	Miracema	26.724	1,4	0,727651%
46	330310	RJ	Natividade	15.040	1,0	0,519751%
47	330320	RJ	Nilópolis	158.299	4,0	2,079002%
48	330330	RJ	Niterói	495.470	4,0	2,079002%
49	330340	RJ	Nova Friburgo	184.460	4,0	2,079002%
50	330350	RJ	Nova Iguaçu	806.177	4,0	2,079002%
51	330360	RJ	Paracambi	49.120	2,0	1,039499%
52	330370	RJ	Paraíba do Sul	42.159	1,8	0,935551%
53	330380	RJ	Parati	39.965	1,8	0,935551%
54	330385	RJ	Paty do Alferes	26.758	1,4	0,727651%
55	330390	RJ	Petrópolis	298.017	4,0	2,079002%
56	330395	RJ	Pinheiral	23.691	1,2	0,623701%
57	330400	RJ	Piraí	27.579	1,4	0,727651%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

58	330410	RJ	Porciúncula	18.293	1,2	0,623701%
59	330411	RJ	Porto Real	17.970	1,2	0,623701%
60	330412	RJ	Quatis	13.415	0,8	0,415800%
61	330414	RJ	Queimados	142.709	3,8	1,975052%
62	330415	RJ	Quissamã	22.261	1,2	0,623701%
63	330420	RJ	Resende	124.316	3,4	1,767152%
64	330430	RJ	Rio Bonito	57.284	2,2	1,143451%
65	330440	RJ	Rio Claro	17.768	1,2	0,623701%
66	330450	RJ	Rio das Flores	8.838	0,6	0,311850%
67	330452	RJ	Rio das Ostras	127.171	3,4	1,767152%
68	330460	RJ	Santa Maria Madalena	10.253	0,8	0,415800%
69	330470	RJ	Santo Antônio de Pádua	41.108	1,8	0,935551%
70	330480	RJ	São Fidélis	37.710	1,8	0,935551%
71	330475	RJ	São Francisco de Itabapoana	41.343	1,8	0,935551%
72	330490	RJ	São Gonçalo	1.031.903	4,0	2,079002%
73	330500	RJ	São João da Barra	34.273	1,6	0,831601%
74	330510	RJ	São João de Meriti	460.711	4,0	2,079002%
75	330513	RJ	São José de Ubá	7.175	0,6	0,311850%
76	330515	RJ	São José do Vale do Rio Preto	20.812	1,2	0,623701%
77	330520	RJ	São Pedro da Aldeia	95.318	3,0	1,559252%
78	330530	RJ	São Sebastião do Alto	9.033	0,6	0,311850%
79	330540	RJ	Sapucaia	17.608	1,2	0,623701%
80	330550	RJ	Saquarema	80.915	2,6	1,351351%
81	330555	RJ	Seropédica	82.090	2,8	1,455298%
82	330560	RJ	Silva Jardim	21.336	1,2	0,623701%
83	330570	RJ	Sumidouro	15.099	1,0	0,519751%
84	330575	RJ	Tanguá	32.140	1,6	0,831601%
85	330580	RJ	Teresópolis	171.482	4,0	2,079002%
86	330590	RJ	Trajano de Morais	10.348	0,8	0,415800%
87	330600	RJ	Três Rios	78.998	2,6	1,351351%
88	330610	RJ	Valença	73.445	2,6	1,351351%
89	330615	RJ	Varre-Sai	9.966	0,6	0,311850%
90	330620	RJ	Vassouras	35.275	1,6	0,831601%
91	330630	RJ	Volta Redonda	262.259	4,0	2,079002%
			T O T A L	10.007.491	192,4	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: RN - RIO GRANDE DO NORTE

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	240010	RN	Acari	11.349	0,8	0,551724%
2	240020	RN	Açu	56.829	2,2	1,517246%
3	240030	RN	Afonso Bezerra	11.197	0,8	0,551724%
4	240040	RN	Água Nova	3.183	0,6	0,413793%
5	240050	RN	Alexandria	13.864	1,0	0,689655%
6	240060	RN	Almino Afonso	4.922	0,6	0,413793%
7	240070	RN	Alto do Rodrigues	13.680	1,0	0,689655%
8	240080	RN	Angicos	11.906	0,8	0,551724%
9	240090	RN	Antônio Martins	7.188	0,6	0,413793%
10	240100	RN	Apodi	36.120	1,6	1,103448%
11	240110	RN	Areia Branca	27.115	1,4	0,965517%
12	240120	RN	Arês	13.905	1,0	0,689655%
13	240130	RN	Augusto Severo	9.688	0,6	0,413793%
14	240140	RN	Baía Formosa	9.116	0,6	0,413793%
15	240145	RN	Baraúna	26.799	1,4	0,965517%
16	240150	RN	Barcelona	4.067	0,6	0,413793%
17	240160	RN	Bento Fernandes	5.422	0,6	0,413793%
18	240165	RN	Bodó	2.385	0,6	0,413793%
19	240170	RN	Bom Jesus	10.040	0,6	0,413793%
20	240180	RN	Brejinho	12.399	0,8	0,551724%
21	240185	RN	Caiçara do Norte	6.568	0,6	0,413793%
22	240190	RN	Caiçara do Rio do Vento	3.570	0,6	0,413793%
23	240200	RN	Caicó	66.759	2,4	1,655178%
24	240210	RN	Campo Redondo	10.974	0,8	0,551724%
25	240220	RN	Canguaretama	33.289	1,6	1,103448%
26	240230	RN	Caraúbas	21.750	1,2	0,827586%
27	240240	RN	Carnaúba dos Dantas	7.972	0,6	0,413793%
28	240250	RN	Carnaubais	10.628	0,8	0,551724%
29	240260	RN	Ceará-Mirim	72.374	2,6	1,793103%
30	240270	RN	Cerro Corá	11.305	0,8	0,551724%
31	240280	RN	Coronel Ezequiel	5.583	0,6	0,413793%
32	240290	RN	Coronel João Pessoa	4.955	0,6	0,413793%
33	240300	RN	Cruzeta	8.173	0,6	0,413793%
34	240310	RN	Currais Novos	44.710	2,0	1,379315%
35	240320	RN	Doutor Severiano	7.181	0,6	0,413793%
36	240330	RN	Encanto	5.554	0,6	0,413793%
37	240340	RN	Equador	6.070	0,6	0,413793%
38	240350	RN	Espírito Santo	10.739	0,8	0,551724%
39	240360	RN	Extremoz	27.107	1,4	0,965517%
40	240370	RN	Felipe Guerra	5.994	0,6	0,413793%
41	240375	RN	Fernando Pedroza	3.019	0,6	0,413793%
42	240380	RN	Florânia	9.250	0,6	0,413793%
43	240390	RN	Francisco Dantas	2.919	0,6	0,413793%
44	240400	RN	Frutuoso Gomes	4.254	0,6	0,413793%
45	240410	RN	Galinhos	2.516	0,6	0,413793%
46	240420	RN	Goianinha	24.889	1,4	0,965517%
47	240430	RN	Governador Dix-Sept Rosado	12.992	0,8	0,551724%
48	240440	RN	Grossos	10.099	0,6	0,413793%
49	240450	RN	Guamaré	14.282	1,0	0,689655%
50	240460	RN	Ielmo Marinho	13.237	0,8	0,551724%
51	240470	RN	Ipanguaçu	14.983	1,0	0,689655%
52	240480	RN	Ipueira	2.206	0,6	0,413793%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53	240485	RN	Itajá	7.397	0,6	0,413793%
54	240490	RN	Itaú	5.850	0,6	0,413793%
55	240500	RN	Jaçanã	8.702	0,6	0,413793%
56	240510	RN	Jandaíra	6.875	0,6	0,413793%
57	240520	RN	Janduís	5.436	0,6	0,413793%
58	240530	RN	Januário Cicco	9.767	0,6	0,413793%
59	240540	RN	Japi	5.427	0,6	0,413793%
60	240550	RN	Jardim de Angicos	2.673	0,6	0,413793%
61	240560	RN	Jardim de Piranhas	14.476	1,0	0,689655%
62	240570	RN	Jardim do Seridó	12.540	0,8	0,551724%
63	240580	RN	João Câmara	34.324	1,6	1,103448%
64	240590	RN	João Dias	2.689	0,6	0,413793%
65	240600	RN	José da Penha	6.049	0,6	0,413793%
66	240610	RN	Jucurutu	18.409	1,2	0,827586%
67	240615	RN	Jundiá	3.821	0,6	0,413793%
68	240620	RN	Lagoa d'Anta	6.640	0,6	0,413793%
69	240630	RN	Lagoa de Pedras	7.425	0,6	0,413793%
70	240640	RN	Lagoa de Velhos	2.762	0,6	0,413793%
71	240650	RN	Lagoa Nova	15.110	1,0	0,689655%
72	240660	RN	Lagoa Salgada	8.076	0,6	0,413793%
73	240670	RN	Lajes	11.065	0,8	0,551724%
74	240680	RN	Lajes Pintadas	4.794	0,6	0,413793%
75	240690	RN	Lucrécia	3.897	0,6	0,413793%
76	240700	RN	Luís Gomes	10.086	0,6	0,413793%
77	240710	RN	Macaíba	76.801	2,6	1,793103%
78	240720	RN	Macau	31.037	1,6	1,103448%
79	240725	RN	Major Sales	3.856	0,6	0,413793%
80	240730	RN	Marcelino Vieira	8.502	0,6	0,413793%
81	240740	RN	Martins	8.661	0,6	0,413793%
82	240750	RN	Maxaranguape	11.628	0,8	0,551724%
83	240760	RN	Messias Targino	4.489	0,6	0,413793%
84	240770	RN	Montanhas	11.608	0,8	0,551724%
85	240780	RN	Monte Alegre	21.996	1,2	0,827586%
86	240790	RN	Monte das Gameleiras	2.240	0,6	0,413793%
87	240800	RN	Mossoró	284.288	4,0	2,758621%
88	240820	RN	Nísia Floresta	26.208	1,4	0,965517%
89	240830	RN	Nova Cruz	37.239	1,6	1,103448%
90	240840	RN	Olho-d'Água do Borges	4.380	0,6	0,413793%
91	240850	RN	Ouro Branco	4.866	0,6	0,413793%
92	240860	RN	Paraná	4.194	0,6	0,413793%
93	240870	RN	Paraú	3.907	0,6	0,413793%
94	240880	RN	Parazinho	5.127	0,6	0,413793%
95	240890	RN	Parelhas	21.387	1,2	0,827586%
96	240325	RN	Parnamirim	235.983	4,0	2,758621%
97	240910	RN	Passa e Fica	12.424	0,8	0,551724%
98	240920	RN	Passagem	3.057	0,6	0,413793%
99	240930	RN	Patu	12.635	0,8	0,551724%
100	240940	RN	Pau dos Ferros	29.696	1,4	0,965517%
101	240950	RN	Pedra Grande	3.467	0,6	0,413793%
102	240960	RN	Pedra Preta	2.587	0,6	0,413793%
103	240970	RN	Pedro Avelino	7.122	0,6	0,413793%
104	240980	RN	Pedro Velho	14.787	1,0	0,689655%
105	240990	RN	Pendências	14.579	1,0	0,689655%
106	241000	RN	Pilões	3.723	0,6	0,413793%
107	241010	RN	Poço Branco	14.994	1,0	0,689655%
108	241020	RN	Portalegre	7.760	0,6	0,413793%
109	241025	RN	Porto do Mangue	5.788	0,6	0,413793%
110	241030	RN	Presidente Juscelino	9.666	0,6	0,413793%
111	241040	RN	Pureza	9.208	0,6	0,413793%
112	241050	RN	Rafael Fernandes	5.001	0,6	0,413793%
113	241060	RN	Rafael Godeiro	3.202	0,6	0,413793%
114	241070	RN	Riacho da Cruz	3.442	0,6	0,413793%
115	241080	RN	Riacho de Santana	4.279	0,6	0,413793%
116	241090	RN	Riachuelo	7.753	0,6	0,413793%
117	240895	RN	Rio do Fogo	10.684	0,8	0,551724%
118	241100	RN	Rodolfo Fernandes	4.548	0,6	0,413793%
119	241110	RN	Ruy Barbosa	3.683	0,6	0,413793%
120	241120	RN	Santa Cruz	38.538	1,8	1,241379%
121	240933	RN	Santa Maria	5.259	0,6	0,413793%
122	241140	RN	Santana do Matos	13.768	1,0	0,689655%
123	241142	RN	Santana do Seridó	2.661	0,6	0,413793%
124	241150	RN	Santo Antônio	23.681	1,2	0,827586%
125	241160	RN	São Bento do Norte	2.935	0,6	0,413793%
126	241170	RN	São Bento do Trairí	4.262	0,6	0,413793%
127	241180	RN	São Fernando	3.572	0,6	0,413793%
128	241190	RN	São Francisco do Oeste	4.138	0,6	0,413793%
129	241200	RN	São Gonçalo do Amarante	96.759	3,0	2,068972%
130	241210	RN	São João do Sabugi	6.196	0,6	0,413793%
131	241220	RN	São José de Mipibu	42.773	1,8	1,241379%
132	241230	RN	São José do Campestre	12.896	0,8	0,551724%
133	241240	RN	São José do Seridó	4.528	0,6	0,413793%
134	241250	RN	São Miguel	23.100	1,2	0,827586%
135	241255	RN	São Miguel do Gostoso	9.333	0,6	0,413793%
136	241260	RN	São Paulo do Potengi	17.066	1,2	0,827586%
137	241270	RN	São Pedro	6.255	0,6	0,413793%
138	241280	RN	São Rafael	8.349	0,6	0,413793%
139	241290	RN	São Tomé	11.196	0,8	0,551724%
140	241300	RN	São Vicente	6.364	0,6	0,413793%
141	241310	RN	Senador Elói de Souza	6.034	0,6	0,413793%
142	241320	RN	Senador Georgino Avelino	4.269	0,6	0,413793%
143	241330	RN	Serra de São Bento	5.890	0,6	0,413793%
144	241335	RN	Serra do Mel	11.336	0,8	0,551724%
145	241340	RN	Serra Negra do Norte	8.106	0,6	0,413793%
146	241350	RN	Serrinha	6.568	0,6	0,413793%
147	241355	RN	Serrinha dos Pintos	4.775	0,6	0,413793%
148	241360	RN	Severiano Melo	4.278	0,6	0,413793%
149	241370	RN	Sítio Novo	5.384	0,6	0,413793%
150	241380	RN	Taboleiro Grande	2.494	0,6	0,413793%
151	241390	RN	Taipu	12.334	0,8	0,551724%
152	241400	RN	Tangará	15.354	1,0	0,689655%
153	241410	RN	Tenente Ananias	10.558	0,8	0,551724%
154	241415	RN	Tenente Laurentino Cruz	5.677	0,6	0,413793%
155	241105	RN	Tibau	3.978	0,6	0,413793%
156	241420	RN	Tibau do Sul	13.017	0,8	0,551724%
157	241430	RN	Timbaúba dos Batistas	2.408	0,6	0,413793%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

158	241440	RN	Touros	33.228	1,6	1,103448%
159	241445	RN	Triunfo Potiguar	3.386	0,6	0,413793%
160	241450	RN	Umarizal	10.864	0,8	0,551724%
161	241460	RN	Upanema	12.853	0,8	0,551724%
162	241470	RN	Várzea	5.490	0,6	0,413793%
163	241475	RN	Venha-Ver	4.086	0,6	0,413793%
164	241480	RN	Vera Cruz	11.832	0,8	0,551724%
165	241490	RN	Viçosa	1.705	0,6	0,413793%
166	241500	RN	Vila Flor	3.086	0,6	0,413793%
			T O T A L	2.546.466	145,0	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: RO - RONDÔNIA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	110001	RO	Alta Floresta D'Oeste	25.652	1,4	2,280130%
2	110037	RO	Alto Alegre dos Parecis	13.884	1,0	1,628664%
3	110040	RO	Alto Paraíso	19.841	1,2	1,954397%
4	110034	RO	Alvorada D'Oeste	17.228	1,2	1,954397%
5	110002	RO	Ariquemes	102.860	3,2	5,211726%
6	110045	RO	Buritis	37.207	1,6	2,605863%
7	110003	RO	Cabixi	6.424	0,6	0,977199%
8	110060	RO	Cacaulândia	6.318	0,6	0,977199%
9	110004	RO	Cacoal	86.556	2,8	4,560261%
10	110070	RO	Campo Novo de Rondônia	14.081	1,0	1,628664%
11	110080	RO	Candeias do Jamari	23.573	1,2	1,954397%
12	110090	RO	Castanheiras	3.653	0,6	0,977199%
13	110005	RO	Cerejeiras	18.013	1,2	1,954397%
14	110092	RO	Chupinguaia	9.887	0,6	0,977199%
15	110006	RO	Colorado do Oeste	19.001	1,2	1,954397%
16	110007	RO	Corumbiara	8.938	0,6	0,977199%
17	110008	RO	Costa Marques	16.258	1,0	1,628664%
18	110094	RO	Cujubim	20.204	1,2	1,954397%
19	110009	RO	Espigão D'Oeste	32.047	1,6	2,605863%
20	110100	RO	Governador Jorge Teixeira	10.327	0,8	1,302932%
21	110010	RO	Guajará-Mirim	46.203	2,0	3,257329%
22	110110	RO	Itapuã do Oeste	9.831	0,6	0,977199%
23	110011	RO	Jaru	55.669	2,2	3,583062%
24	110012	RO	Ji-Paraná	129.242	3,6	5,863191%
25	110013	RO	Machadinho D'Oeste	36.412	1,6	2,605863%
26	110120	RO	Ministro Andreazza	10.860	0,8	1,302932%
27	110130	RO	Mirante da Serra	12.414	0,8	1,302932%
28	110140	RO	Monte Negro	15.710	1,0	1,628664%
29	110014	RO	Nova Brasilândia D'Oeste	21.511	1,2	1,954397%
30	110033	RO	Nova Mamoré	26.925	1,4	2,280130%
31	110143	RO	Nova União	7.853	0,6	0,977199%
32	110050	RO	Novo Horizonte do Oeste	10.393	0,8	1,302932%
33	110015	RO	Ouro Preto do Oeste	40.010	1,8	2,931596%
34	110145	RO	Parecis	5.589	0,6	0,977199%
35	110018	RO	Pimenta Bueno	37.230	1,6	2,605863%
36	110146	RO	Pimenteiras do Oeste	2.432	0,6	0,977199%
37	110025	RO	Presidente Médici	22.783	1,2	1,954397%
38	110147	RO	Primavera de Rondônia	3.548	0,6	0,977199%
39	110026	RO	Rio Crespo	3.709	0,6	0,977199%
40	110028	RO	Rolim de Moura	55.807	2,2	3,583062%
41	110029	RO	Santa Luzia D'Oeste	8.706	0,6	0,977199%
42	110148	RO	São Felipe D'Oeste	6.160	0,6	0,977199%
43	110149	RO	São Francisco do Guaporé	18.640	1,2	1,954397%
44	110032	RO	São Miguel do Guaporé	23.803	1,4	2,280130%
45	110150	RO	Seringueiras	12.543	0,8	1,302932%
46	110155	RO	Teixeirópolis	5.041	0,6	0,977199%
47	110160	RO	Theobroma	11.345	0,8	1,302932%
48	110170	RO	Urupá	13.391	0,8	1,302932%
49	110175	RO	Vale do Anari	10.682	0,8	1,302932%
50	110180	RO	Vale do Paraíso	8.327	0,6	0,977199%
51	110030	RO	Vilhena	89.797	2,8	4,560261%
			T O T A L	1.254.518	61,4	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: RR - RORAIMA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	140005	RR	Alto Alegre	16.301	1,0	8,620690%
2	140002	RR	Amajari	10.721	0,8	6,896552%
3	140015	RR	Bonfim	11.632	0,8	6,896552%
4	140017	RR	Cantá	15.774	1,0	8,620690%
5	140020	RR	Caracaraí	19.981	1,2	10,344826%
6	140023	RR	Caroebe	8.997	0,6	5,172414%
7	140028	RR	Iracema	10.043	0,6	5,172414%
8	140030	RR	Mucajaí	16.137	1,0	8,620690%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9	140040	RR	Normandia	9.953	0,6	5,172414%
10	140045	RR	Pacaraima	11.667	0,8	6,896552%
11	140047	RR	Rorainópolis	26.811	1,4	12,068964%
12	140050	RR	São João da Baliza	7.401	0,6	5,172414%
13	140060	RR	São Luiz	7.309	0,6	5,172414%
14	140070	RR	Uiramutã	9.309	0,6	5,172414%
			T O T A L	182.036	11,6	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: RS - RIO GRANDE DO SUL

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	430003	RS	Aceguá	4.671	0,6	0,125997%
2	430005	RS	Água Santa	3.839	0,6	0,125997%
3	430010	RS	Agudo	17.140	1,2	0,251995%
4	430020	RS	Ajuricaba	7.403	0,6	0,125997%
5	430030	RS	Alecrim	6.935	0,6	0,125997%
6	430040	RS	Alegrete	78.768	2,6	0,545989%
7	430045	RS	Alegria	4.188	0,6	0,125997%
8	430047	RS	Almirante Tamandaré do Sul	2.098	0,6	0,125997%
9	430050	RS	Alpestre	7.752	0,6	0,125997%
10	430055	RS	Alto Alegre	1.841	0,6	0,125997%
11	430057	RS	Alto Feliz	3.017	0,6	0,125997%
12	430060	RS	Alvorada	205.683	4,0	0,839983%
13	430063	RS	Amaral Ferrador	6.737	0,6	0,125997%
14	430064	RS	Ametista do Sul	7.565	0,6	0,125997%
15	430066	RS	André da Rocha	1.286	0,6	0,125997%
16	430070	RS	Anta Gorda	6.228	0,6	0,125997%
17	430080	RS	Antônio Prado	13.274	0,8	0,167997%
18	430085	RS	Arambaré	3.769	0,6	0,125997%
19	430087	RS	Araricá	5.249	0,6	0,125997%
20	430090	RS	Aratiba	6.663	0,6	0,125997%
21	430100	RS	Arroio do Meio	19.923	1,2	0,251995%
22	430107	RS	Arroio do Padre	2.871	0,6	0,125997%
23	430105	RS	Arroio do Sal	8.641	0,6	0,125997%
24	430120	RS	Arroio do Tigre	13.277	0,8	0,167997%
25	430110	RS	Arroio dos Ratos	14.166	1,0	0,209996%
26	430130	RS	Arroio Grande	18.964	1,2	0,251995%
27	430140	RS	Arvorezinha	10.585	0,8	0,167997%
28	430150	RS	Augusto Pestana	7.175	0,6	0,125997%
29	430155	RS	Áurea	3.740	0,6	0,125997%
30	430160	RS	Bagé	121.500	3,4	0,713986%
31	430163	RS	Balneário Pinhal	12.106	0,8	0,167997%
32	430165	RS	Barão	6.035	0,6	0,125997%
33	430170	RS	Barão de Cotegipe	6.749	0,6	0,125997%
34	430175	RS	Barão do Triunfo	7.360	0,6	0,125997%
35	430185	RS	Barra do Guarita	3.226	0,6	0,125997%
36	430187	RS	Barra do Quaraí	4.189	0,6	0,125997%
37	430190	RS	Barra do Ribeiro	13.208	0,8	0,167997%
38	430192	RS	Barra do Rio Azul	1.972	0,6	0,125997%
39	430195	RS	Barra Funda	2.487	0,6	0,125997%
40	430180	RS	Barracão	5.491	0,6	0,125997%
41	430200	RS	Barros Cassal	11.480	0,8	0,167997%
42	430205	RS	Benjamin Constant do Sul	2.284	0,6	0,125997%
43	430210	RS	Bento Gonçalves	112.318	3,2	0,672140%
44	430215	RS	Boa Vista das Missões	2.171	0,6	0,125997%
45	430220	RS	Boa Vista do Buricá	6.808	0,6	0,125997%
46	430222	RS	Boa Vista do Cadeado	2.522	0,6	0,125997%
47	430223	RS	Boa Vista do Incra	2.549	0,6	0,125997%
48	430225	RS	Boa Vista do Sul	2.859	0,6	0,125997%
49	430230	RS	Bom Jesus	11.809	0,8	0,167997%
50	430235	RS	Bom Princípio	12.792	0,8	0,167997%
51	430237	RS	Bom Progresso	2.285	0,6	0,125997%
52	430240	RS	Bom Retiro do Sul	12.058	0,8	0,167997%
53	430245	RS	Boqueirão do Leão	7.911	0,6	0,125997%
54	430250	RS	Bossoroca	6.912	0,6	0,125997%
55	430258	RS	Bozano	2.243	0,6	0,125997%
56	430260	RS	Braga	3.711	0,6	0,125997%
57	430265	RS	Brochier	4.928	0,6	0,125997%
58	430270	RS	Butiá	21.163	1,2	0,251995%
59	430280	RS	Caçapava do Sul	34.665	1,6	0,335993%
60	430290	RS	Cacequi	13.757	1,0	0,209996%
61	430300	RS	Cachoeira do Sul	85.830	2,8	0,587988%
62	430310	RS	Cachoeirinha	125.246	3,4	0,713986%
63	430320	RS	Cacique Doble	5.068	0,6	0,125997%
64	430330	RS	Caibaté	5.066	0,6	0,125997%
65	430340	RS	Caiçara	5.125	0,6	0,125997%
66	430350	RS	Camaquã	65.628	2,4	0,503990%
67	430355	RS	Camargo	2.710	0,6	0,125997%
68	430360	RS	Cambará do Sul	6.703	0,6	0,125997%
69	430367	RS	Campestre da Serra	3.384	0,6	0,125997%
70	430370	RS	Campina das Missões	6.112	0,6	0,125997%
71	430380	RS	Campinas do Sul	5.653	0,6	0,125997%
72	430390	RS	Campo Bom	63.767	2,4	0,503990%
73	430400	RS	Campo Novo	5.338	0,6	0,125997%
74	430410	RS	Campos Borges	3.546	0,6	0,125997%
75	430420	RS	Candelária	31.407	1,6	0,335993%
76	430430	RS	Cândido Godói	6.631	0,6	0,125997%
77	430435	RS	Candiota	9.266	0,6	0,125997%
78	430440	RS	Canela	42.057	1,8	0,377992%
79	430450	RS	Canguçu	55.637	2,2	0,461991%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

80	430460	RS	Canoas	339.979	4,0	0,839983%
81	430461	RS	Canudos do Vale	1.834	0,6	0,125997%
82	430462	RS	Capão Bonito do Sul	1.776	0,6	0,125997%
83	430463	RS	Capão da Canoa	46.467	2,0	0,419992%
84	430465	RS	Capão do Cipó	3.354	0,6	0,125997%
85	430466	RS	Capão do Leão	25.321	1,4	0,293994%
86	430468	RS	Capela de Santana	11.198	0,8	0,167997%
87	430469	RS	Capitão	2.749	0,6	0,125997%
88	430467	RS	Capivari do Sul	4.227	0,6	0,125997%
89	430471	RS	Caraá	7.804	0,6	0,125997%
90	430470	RS	Carazinho	61.875	2,4	0,503990%
91	430480	RS	Carlos Barbosa	27.279	1,4	0,293994%
92	430485	RS	Carlos Gomes	1.588	0,6	0,125997%
93	430490	RS	Casca	9.016	0,6	0,125997%
94	430495	RS	Caseiros	3.152	0,6	0,125997%
95	430500	RS	Catuípe	9.438	0,6	0,125997%
96	430510	RS	Caxias do Sul	470.223	4,0	0,839983%
97	430511	RS	Centenário	3.031	0,6	0,125997%
98	430512	RS	Cerrito	6.501	0,6	0,125997%
99	430513	RS	Cerro Branco	4.654	0,6	0,125997%
100	430515	RS	Cerro Grande	2.457	0,6	0,125997%
101	430517	RS	Cerro Grande do Sul	11.141	0,8	0,167997%
102	430520	RS	Cerro Largo	13.926	1,0	0,209996%
103	430530	RS	Chapada	9.622	0,6	0,125997%
104	430535	RS	Charqueadas	37.946	1,8	0,377992%
105	430537	RS	Charrua	3.518	0,6	0,125997%
106	430540	RS	Chiapetta	4.080	0,6	0,125997%
107	430543	RS	Chuí	6.320	0,6	0,125997%
108	430544	RS	Chuvisca	5.233	0,6	0,125997%
109	430545	RS	Cidreira	14.079	1,0	0,209996%
110	430550	RS	Ciríaco	5.017	0,6	0,125997%
111	430558	RS	Colinas	2.497	0,6	0,125997%
112	430560	RS	Colorado	3.546	0,6	0,125997%
113	430570	RS	Condor	6.804	0,6	0,125997%
114	430580	RS	Constantina	10.086	0,6	0,125997%
115	430583	RS	Coqueiro Baixo	1.564	0,6	0,125997%
116	430585	RS	Coqueiros do Sul	2.486	0,6	0,125997%
117	430587	RS	Coronel Barros	2.549	0,6	0,125997%
118	430590	RS	Coronel Bicaco	7.855	0,6	0,125997%
119	430593	RS	Coronel Pilar	1.747	0,6	0,125997%
120	430595	RS	Cotiporã	4.014	0,6	0,125997%
121	430597	RS	Coxilha	2.889	0,6	0,125997%
122	430600	RS	Crissiumal	14.315	1,0	0,209996%
123	430605	RS	Cristal	7.706	0,6	0,125997%
124	430607	RS	Cristal do Sul	2.916	0,6	0,125997%
125	430610	RS	Cruz Alta	63.946	2,4	0,503990%
126	430613	RS	Cruzaltense	2.115	0,6	0,125997%
127	430620	RS	Cruzeiro do Sul	12.122	0,8	0,167997%
128	430630	RS	David Canabarro	4.837	0,6	0,125997%
129	430632	RS	Derrubadas	3.173	0,6	0,125997%
130	430635	RS	Dezesseis de Novembro	2.823	0,6	0,125997%
131	430637	RS	Dilermando de Aguiar	3.140	0,6	0,125997%
132	430640	RS	Dois Irmãos	29.862	1,4	0,293994%
133	430642	RS	Dois Irmãos das Missões	2.183	0,6	0,125997%
134	430645	RS	Dois Lajeados	3.410	0,6	0,125997%
135	430650	RS	Dom Feliciano	15.103	1,0	0,209996%
136	430660	RS	Dom Pedrito	39.920	1,8	0,377992%
137	430655	RS	Dom Pedro de Alcântara	2.621	0,6	0,125997%
138	430670	RS	Dona Francisca	3.397	0,6	0,125997%
139	430673	RS	Doutor Maurício Cardoso	5.249	0,6	0,125997%
140	430675	RS	Doutor Ricardo	2.079	0,6	0,125997%
141	430676	RS	Eldorado do Sul	37.366	1,8	0,377992%
142	430680	RS	Encantado	21.750	1,2	0,251995%
143	430690	RS	Encruzilhada do Sul	25.647	1,4	0,293994%
144	430692	RS	Engenho Velho	1.428	0,6	0,125997%
145	430695	RS	Entre Rios do Sul	3.088	0,6	0,125997%
146	430693	RS	Entre-Ijuís	9.068	0,6	0,125997%
147	430697	RS	Erebango	3.064	0,6	0,125997%
148	430700	RS	Erechim	101.752	3,0	0,629987%
149	430705	RS	Ernestina	3.202	0,6	0,125997%
150	430720	RS	Erval Grande	5.227	0,6	0,125997%
151	430730	RS	Erval Seco	7.834	0,6	0,125997%
152	430740	RS	Esmeralda	3.294	0,6	0,125997%
153	430745	RS	Esperança do Sul	3.268	0,6	0,125997%
154	430750	RS	Espumoso	15.790	1,0	0,209996%
155	430755	RS	Estação	6.173	0,6	0,125997%
156	430760	RS	Estância Velha	45.986	2,0	0,419992%
157	430770	RS	Esteio	83.846	2,8	0,587988%
158	430780	RS	Estrela	32.535	1,6	0,335993%
159	430781	RS	Estrela Velha	3.743	0,6	0,125997%
160	430783	RS	Eugênio de Castro	2.769	0,6	0,125997%
161	430786	RS	Fagundes Varela	2.699	0,6	0,125997%
162	430790	RS	Farroupilha	68.030	2,4	0,503990%
163	430800	RS	Faxinal do Soturno	6.870	0,6	0,125997%
164	430805	RS	Faxinalzinho	2.570	0,6	0,125997%
165	430807	RS	Fazenda Vilanova	4.048	0,6	0,125997%
166	430810	RS	Feliz	13.068	0,8	0,167997%
167	430820	RS	Flores da Cunha	28.974	1,4	0,293994%
168	430825	RS	Floriano Peixoto	2.004	0,6	0,125997%
169	430830	RS	Fontoura Xavier	10.916	0,8	0,167997%
170	430840	RS	Formigueiro	7.119	0,6	0,125997%
171	430843	RS	Forquetinha	2.532	0,6	0,125997%
172	430845	RS	Fortaleza dos Valos	4.636	0,6	0,125997%
173	430850	RS	Frederico Westphalen	30.409	1,4	0,293994%
174	430860	RS	Garibaldi	32.862	1,6	0,335993%
175	430865	RS	Garruchos	3.239	0,6	0,125997%
176	430870	RS	Gaurama	5.940	0,6	0,125997%
177	430880	RS	General Câmara	8.679	0,6	0,125997%
178	430885	RS	Gentil	1.714	0,6	0,125997%
179	430890	RS	Getúlio Vargas	16.647	1,0	0,209996%
180	430900	RS	Giruá	17.269	1,2	0,251995%
181	430905	RS	Glorinha	7.443	0,6	0,125997%
182	430910	RS	Gramado	34.365	1,6	0,335993%
183	430912	RS	Gramado dos Loureiros	2.282	0,6	0,125997%
184	430915	RS	Gramado Xavier	4.190	0,6	0,125997%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

185	430920	RS	Gravataí	270.689	4,0	0,839983%
186	430925	RS	Guabiju	1.618	0,6	0,125997%
187	430930	RS	Guaíba	98.864	3,0	0,629987%
188	430940	RS	Guaporé	24.331	1,4	0,293994%
189	430950	RS	Guarani das Missões	8.187	0,6	0,125997%
190	430955	RS	Harmonia	4.557	0,6	0,125997%
191	430710	RS	Herval	6.972	0,6	0,125997%
192	430957	RS	Herveiras	3.060	0,6	0,125997%
193	430960	RS	Horizontina	19.174	1,2	0,251995%
194	430965	RS	Hulha Negra	6.434	0,6	0,125997%
195	430970	RS	Humaitá	5.019	0,6	0,125997%
196	430975	RS	Ibarama	4.517	0,6	0,125997%
197	430980	RS	Ibiaçá	4.848	0,6	0,125997%
198	430990	RS	Ibiraiaras	7.432	0,6	0,125997%
199	430995	RS	Ibirapuitã	4.166	0,6	0,125997%
200	431000	RS	Ibirubá	20.181	1,2	0,251995%
201	431010	RS	Igrejinha	34.035	1,6	0,335993%
202	431020	RS	Ijuí	82.563	2,8	0,587988%
203	431030	RS	Ilópolis	4.212	0,6	0,125997%
204	431033	RS	Imbé	19.676	1,2	0,251995%
205	431036	RS	Imigrante	3.141	0,6	0,125997%
206	431040	RS	Independência	6.682	0,6	0,125997%
207	431041	RS	Inhacorá	2.321	0,6	0,125997%
208	431043	RS	Ipê	6.374	0,6	0,125997%
209	431046	RS	Ipiranga do Sul	1.985	0,6	0,125997%
210	431050	RS	Iraí	8.074	0,6	0,125997%
211	431053	RS	Itaara	5.299	0,6	0,125997%
212	431055	RS	Itacurubi	3.550	0,6	0,125997%
213	431057	RS	Itapuca	2.341	0,6	0,125997%
214	431060	RS	Itaqui	39.129	1,8	0,377992%
215	431065	RS	Itati	2.613	0,6	0,125997%
216	431070	RS	Itatiba do Sul	4.049	0,6	0,125997%
217	431075	RS	Ivorá	2.149	0,6	0,125997%
218	431080	RS	Ivoti	21.739	1,2	0,251995%
219	431085	RS	Jaboticaba	4.136	0,6	0,125997%
220	431087	RS	Jacuizinho	2.634	0,6	0,125997%
221	431090	RS	Jacutinga	3.719	0,6	0,125997%
222	431100	RS	Jaguarão	28.393	1,4	0,293994%
223	431110	RS	Jaguari	11.631	0,8	0,167997%
224	431112	RS	Jaquirana	4.167	0,6	0,125997%
225	431113	RS	Jari	3.660	0,6	0,125997%
226	431115	RS	Jóia	8.643	0,6	0,125997%
227	431120	RS	Júlio de Castilhos	20.074	1,2	0,251995%
228	431123	RS	Lagoa Bonita do Sul	2.810	0,6	0,125997%
229	431127	RS	Lagoa dos Três Cantos	1.649	0,6	0,125997%
230	431130	RS	Lagoa Vermelha	28.419	1,4	0,293994%
231	431125	RS	Lagoão	6.480	0,6	0,125997%
232	431140	RS	Lajeado	77.761	2,6	0,545989%
233	431142	RS	Lajeado do Bugre	2.583	0,6	0,125997%
234	431150	RS	Lavras do Sul	7.847	0,6	0,125997%
235	431160	RS	Liberato Salzano	5.789	0,6	0,125997%
236	431162	RS	Lindolfo Collor	5.621	0,6	0,125997%
237	431164	RS	Linha Nova	1.697	0,6	0,125997%
238	431171	RS	Maçambara	4.834	0,6	0,125997%
239	431170	RS	Machadinho	5.654	0,6	0,125997%
240	431173	RS	Mampituba	3.085	0,6	0,125997%
241	431175	RS	Manoel Viana	7.347	0,6	0,125997%
242	431177	RS	Maquiné	7.053	0,6	0,125997%
243	431179	RS	Maratá	2.649	0,6	0,125997%
244	431180	RS	Marau	39.693	1,8	0,377992%
245	431190	RS	Marcelino Ramos	5.074	0,6	0,125997%
246	431198	RS	Mariana Pimentel	3.913	0,6	0,125997%
247	431200	RS	Mariano Moro	2.223	0,6	0,125997%
248	431205	RS	Marques de Souza	4.171	0,6	0,125997%
249	431210	RS	Mata	5.178	0,6	0,125997%
250	431213	RS	Mato Castelhano	2.563	0,6	0,125997%
251	431215	RS	Mato Leitão	4.161	0,6	0,125997%
252	431217	RS	Mato Queimado	1.808	0,6	0,125997%
253	431220	RS	Maximiliano de Almeida	4.901	0,6	0,125997%
254	431225	RS	Minas do Leão	7.984	0,6	0,125997%
255	431230	RS	Miraguaí	4.985	0,6	0,125997%
256	431235	RS	Montauri	1.562	0,6	0,125997%
257	431237	RS	Monte Alegre dos Campos	3.229	0,6	0,125997%
258	431238	RS	Monte Belo do Sul	2.712	0,6	0,125997%
259	431240	RS	Montenegro	62.861	2,4	0,503990%
260	431242	RS	Mormaço	2.928	0,6	0,125997%
261	431244	RS	Morrinhos do Sul	3.209	0,6	0,125997%
262	431245	RS	Morro Redondo	6.509	0,6	0,125997%
263	431247	RS	Morro Reuter	6.056	0,6	0,125997%
264	431250	RS	Mostardas	12.679	0,8	0,167997%
265	431260	RS	Muçum	4.980	0,6	0,125997%
266	431261	RS	Muitos Capões	3.127	0,6	0,125997%
267	431262	RS	Muliterno	1.890	0,6	0,125997%
268	431265	RS	Não-Me-Toque	16.894	1,0	0,209996%
269	431267	RS	Nicolau Vergueiro	1.760	0,6	0,125997%
270	431270	RS	Nonoai	12.321	0,8	0,167997%
271	431275	RS	Nova Alvorada	3.404	0,6	0,125997%
272	431280	RS	Nova Araçá	4.339	0,6	0,125997%
273	431290	RS	Nova Bassano	9.412	0,6	0,125997%
274	431295	RS	Nova Boa Vista	1.965	0,6	0,125997%
275	431300	RS	Nova Bréscia	3.320	0,6	0,125997%
276	431301	RS	Nova Candelária	2.817	0,6	0,125997%
277	431303	RS	Nova Esperança do Sul	5.006	0,6	0,125997%
278	431306	RS	Nova Hartz	19.834	1,2	0,251995%
279	431308	RS	Nova Pádua	2.551	0,6	0,125997%
280	431310	RS	Nova Palma	6.579	0,6	0,125997%
281	431320	RS	Nova Petrópolis	20.275	1,2	0,251995%
282	431330	RS	Nova Prata	24.785	1,4	0,293994%
283	431333	RS	Nova Ramada	2.453	0,6	0,125997%
284	431335	RS	Nova Roma do Sul	3.543	0,6	0,125997%
285	431337	RS	Nova Santa Rita	25.293	1,4	0,293994%
286	431349	RS	Novo Barreiro	4.150	0,6	0,125997%
287	431339	RS	Novo Cabrais	4.067	0,6	0,125997%
288	431340	RS	Novo Hamburgo	248.251	4,0	0,839983%
289	431342	RS	Novo Machado	3.866	0,6	0,125997%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

290	431344	RS	Novo Tiradentes	2.325	0,6	0,125997%
291	431346	RS	Novo Xingu	1.798	0,6	0,125997%
292	431350	RS	Osório	43.586	1,8	0,377992%
293	431360	RS	Paim Filho	4.248	0,6	0,125997%
294	431365	RS	Palmares do Sul	11.393	0,8	0,167997%
295	431370	RS	Palmeira das Missões	35.045	1,6	0,335993%
296	431380	RS	Palmitinho	7.163	0,6	0,125997%
297	431390	RS	Panambi	40.804	1,8	0,377992%
298	431395	RS	Pantano Grande	9.979	0,6	0,125997%
299	431400	RS	Paraí	7.257	0,6	0,125997%
300	431402	RS	Paraíso do Sul	7.632	0,6	0,125997%
301	431403	RS	Pareci Novo	3.706	0,6	0,125997%
302	431405	RS	Parobé	55.056	2,2	0,461991%
303	431406	RS	Passa Sete	5.457	0,6	0,125997%
304	431407	RS	Passo do Sobrado	6.340	0,6	0,125997%
305	431410	RS	Passo Fundo	195.620	4,0	0,839983%
306	431413	RS	Paulo Bento	2.291	0,6	0,125997%
307	431415	RS	Paverama	8.410	0,6	0,125997%
308	431417	RS	Pedras Altas	2.210	0,6	0,125997%
309	431420	RS	Pedro Osório	8.017	0,6	0,125997%
310	431430	RS	Pejuçara	4.062	0,6	0,125997%
311	431440	RS	Pelotas	342.053	4,0	0,839983%
312	431442	RS	Picada Café	5.498	0,6	0,125997%
313	431445	RS	Pinhal	2.606	0,6	0,125997%
314	431446	RS	Pinhal da Serra	2.138	0,6	0,125997%
315	431447	RS	Pinhal Grande	4.568	0,6	0,125997%
316	431449	RS	Pinheirinho do Vale	4.739	0,6	0,125997%
317	431450	RS	Pinheiro Machado	13.011	0,8	0,167997%
318	431454	RS	Pinto Bandeira	2.800	0,6	0,125997%
319	431455	RS	Pirapó	2.707	0,6	0,125997%
320	431460	RS	Piratini	20.664	1,2	0,251995%
321	431470	RS	Planalto	10.707	0,8	0,167997%
322	431475	RS	Poço das Antas	2.099	0,6	0,125997%
323	431477	RS	Pontão	3.984	0,6	0,125997%
324	431478	RS	Ponte Preta	1.743	0,6	0,125997%
325	431480	RS	Portão	33.615	1,6	0,335993%
326	431500	RS	Porto Lucena	5.360	0,6	0,125997%
327	431505	RS	Porto Mauá	2.568	0,6	0,125997%
328	431507	RS	Porto Vera Cruz	1.764	0,6	0,125997%
329	431510	RS	Porto Xavier	10.779	0,8	0,167997%
330	431513	RS	Pouso Novo	1.862	0,6	0,125997%
331	431514	RS	Presidente Lucena	2.679	0,6	0,125997%
332	431515	RS	Progresso	6.368	0,6	0,125997%
333	431517	RS	Protásio Alves	2.044	0,6	0,125997%
334	431520	RS	Putinga	4.200	0,6	0,125997%
335	431530	RS	Quaraí	23.604	1,2	0,251995%
336	431531	RS	Quatro Irmãos	1.846	0,6	0,125997%
337	431532	RS	Quevedos	2.812	0,6	0,125997%
338	431535	RS	Quinze de Novembro	3.803	0,6	0,125997%
339	431540	RS	Redentora	10.938	0,8	0,167997%
340	431545	RS	Relvado	2.200	0,6	0,125997%
341	431550	RS	Restinga Seca	16.345	1,0	0,209996%
342	431555	RS	Rio dos Índios	3.473	0,6	0,125997%
343	431560	RS	Rio Grande	207.036	4,0	0,839983%
344	431570	RS	Rio Pardo	38.899	1,8	0,377992%
345	431575	RS	Riozinho	4.552	0,6	0,125997%
346	431580	RS	Roca Sales	10.909	0,8	0,167997%
347	431590	RS	Rodeio Bonito	5.949	0,6	0,125997%
348	431595	RS	Rolador	2.556	0,6	0,125997%
349	431600	RS	Rolante	20.599	1,2	0,251995%
350	431610	RS	Ronda Alta	10.633	0,8	0,167997%
351	431620	RS	Rondinha	5.569	0,6	0,125997%
352	431630	RS	Roque Gonzales	7.313	0,6	0,125997%
353	431640	RS	Rosário do Sul	40.798	1,8	0,377992%
354	431642	RS	Sagrada Família	2.675	0,6	0,125997%
355	431643	RS	Saldanha Marinho	2.890	0,6	0,125997%
356	431645	RS	Salto do Jacuí	12.395	0,8	0,167997%
357	431647	RS	Salvador das Missões	2.766	0,6	0,125997%
358	431650	RS	Salvador do Sul	7.251	0,6	0,125997%
359	431660	RS	Sananduva	16.086	1,0	0,209996%
360	431670	RS	Santa Bárbara do Sul	8.847	0,6	0,125997%
361	431673	RS	Santa Cecília do Sul	1.699	0,6	0,125997%
362	431675	RS	Santa Clara do Sul	6.127	0,6	0,125997%
363	431680	RS	Santa Cruz do Sul	125.353	3,4	0,713986%
364	431697	RS	Santa Margarida do Sul	2.483	0,6	0,125997%
365	431690	RS	Santa Maria	274.838	4,0	0,839983%
366	431695	RS	Santa Maria do Herval	6.312	0,6	0,125997%
367	431720	RS	Santa Rosa	71.961	2,6	0,545989%
368	431725	RS	Santa Tereza	1.781	0,6	0,125997%
369	431730	RS	Santa Vitória do Palmar	31.524	1,6	0,335993%
370	431700	RS	Santana da Boa Vista	8.444	0,6	0,125997%
371	431710	RS	Santana do Livramento	83.324	2,8	0,587988%
372	431740	RS	Santiago	50.622	2,0	0,419992%
373	431750	RS	Santo Ângelo	78.908	2,6	0,545989%
374	431760	RS	Santo Antônio da Patrulha	41.784	1,8	0,377992%
375	431770	RS	Santo Antônio das Missões	11.241	0,8	0,167997%
376	431755	RS	Santo Antônio do Palma	2.199	0,6	0,125997%
377	431775	RS	Santo Antônio do Planalto	2.055	0,6	0,125997%
378	431780	RS	Santo Augusto	14.357	1,0	0,209996%
379	431790	RS	Santo Cristo	14.767	1,0	0,209996%
380	431795	RS	Santo Expedito do Sul	2.494	0,6	0,125997%
381	431800	RS	São Borja	63.089	2,4	0,503990%
382	431805	RS	São Domingos do Sul	3.056	0,6	0,125997%
383	431810	RS	São Francisco de Assis	19.556	1,2	0,251995%
384	431820	RS	São Francisco de Paula	21.482	1,2	0,251995%
385	431830	RS	São Gabriel	62.692	2,4	0,503990%
386	431840	RS	São Jerônimo	23.399	1,2	0,251995%
387	431842	RS	São João da Urtiga	4.846	0,6	0,125997%
388	431843	RS	São João do Polêsine	2.654	0,6	0,125997%
389	431844	RS	São Jorge	2.848	0,6	0,125997%
390	431845	RS	São José das Missões	2.748	0,6	0,125997%
391	431846	RS	São José do Herval	2.201	0,6	0,125997%
392	431848	RS	São José do Hortêncio	4.419	0,6	0,125997%
393	431849	RS	São José do Inhacorá	2.228	0,6	0,125997%
394	431850	RS	São José do Norte	26.853	1,4	0,293994%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

395	431860	RS	São José do Ouro	7.116	0,6	0,125997%
396	431861	RS	São José do Sul	2.240	0,6	0,125997%
397	431862	RS	São José dos Ausentes	3.456	0,6	0,125997%
398	431870	RS	São Leopoldo	226.988	4,0	0,839983%
399	431880	RS	São Lourenço do Sul	44.520	2,0	0,419992%
400	431890	RS	São Luiz Gonzaga	35.266	1,6	0,335993%
401	431900	RS	São Marcos	21.117	1,2	0,251995%
402	431910	RS	São Martinho	5.844	0,6	0,125997%
403	431912	RS	São Martinho da Serra	3.305	0,6	0,125997%
404	431915	RS	São Miguel das Missões	7.714	0,6	0,125997%
405	431920	RS	São Nicolau	5.762	0,6	0,125997%
406	431930	RS	São Paulo das Missões	6.385	0,6	0,125997%
407	431935	RS	São Pedro da Serra	3.554	0,6	0,125997%
408	431936	RS	São Pedro das Missões	1.977	0,6	0,125997%
409	431937	RS	São Pedro do Butiá	2.979	0,6	0,125997%
410	431940	RS	São Pedro do Sul	16.802	1,0	0,209996%
411	431950	RS	São Sebastião do Caí	24.517	1,4	0,293994%
412	431960	RS	São Sepé	24.448	1,4	0,293994%
413	431970	RS	São Valentim	3.642	0,6	0,125997%
414	431971	RS	São Valentim do Sul	2.253	0,6	0,125997%
415	431973	RS	São Valério do Sul	2.748	0,6	0,125997%
416	431975	RS	São Vendelino	2.107	0,6	0,125997%
417	431980	RS	São Vicente do Sul	8.771	0,6	0,125997%
418	431990	RS	Sapiranga	79.152	2,6	0,545989%
419	432000	RS	Sapucaia do Sul	137.750	3,6	0,755985%
420	432010	RS	Sarandi	22.840	1,2	0,251995%
421	432020	RS	Seberi	11.176	0,8	0,167997%
422	432023	RS	Sede Nova	3.070	0,6	0,125997%
423	432026	RS	Segredo	7.366	0,6	0,125997%
424	432030	RS	Selbach	5.124	0,6	0,125997%
425	432032	RS	Senador Salgado Filho	2.887	0,6	0,125997%
426	432035	RS	Sentinela do Sul	5.463	0,6	0,125997%
427	432040	RS	Serafina Corrêa	15.614	1,0	0,209996%
428	432045	RS	Sério	2.256	0,6	0,125997%
429	432050	RS	Sertão	6.225	0,6	0,125997%
430	432055	RS	Sertão Santana	6.207	0,6	0,125997%
431	432057	RS	Sete de Setembro	2.142	0,6	0,125997%
432	432060	RS	Severiano de Almeida	3.902	0,6	0,125997%
433	432065	RS	Silveira Martins	2.491	0,6	0,125997%
434	432067	RS	Sinimbu	10.395	0,8	0,167997%
435	432070	RS	Sobradinho	14.904	1,0	0,209996%
436	432080	RS	Soledade	31.207	1,6	0,335993%
437	432085	RS	Tabaí	4.424	0,6	0,125997%
438	432090	RS	Tapejara	21.224	1,2	0,251995%
439	432100	RS	Tapera	10.796	0,8	0,167997%
440	432110	RS	Tapes	17.315	1,2	0,251995%
441	432120	RS	Taquara	57.072	2,2	0,461991%
442	432130	RS	Taquari	27.084	1,4	0,293994%
443	432132	RS	Taquaruçu do Sul	3.084	0,6	0,125997%
444	432135	RS	Tavares	5.547	0,6	0,125997%
445	432140	RS	Tenente Portela	14.056	1,0	0,209996%
446	432143	RS	Terra de Areia	10.553	0,8	0,167997%
447	432145	RS	Teutônia	29.802	1,4	0,293994%
448	432146	RS	Tio Hugo	2.893	0,6	0,125997%
449	432147	RS	Tiradentes do Sul	6.432	0,6	0,125997%
450	432149	RS	Toropi	2.997	0,6	0,125997%
451	432150	RS	Torres	36.859	1,6	0,335993%
452	432160	RS	Tramandaí	45.744	2,0	0,419992%
453	432162	RS	Travesseiro	2.388	0,6	0,125997%
454	432163	RS	Três Arroios	2.885	0,6	0,125997%
455	432166	RS	Três Cachoeiras	10.761	0,8	0,167997%
456	432170	RS	Três Coroas	25.822	1,4	0,293994%
457	432180	RS	Três de Maio	24.478	1,4	0,293994%
458	432183	RS	Três Forquilhas	2.938	0,6	0,125997%
459	432185	RS	Três Palmeiras	4.478	0,6	0,125997%
460	432190	RS	Três Passos	24.656	1,4	0,293994%
461	432195	RS	Trindade do Sul	5.962	0,6	0,125997%
462	432200	RS	Triunfo	27.638	1,4	0,293994%
463	432210	RS	Tucunduva	6.008	0,6	0,125997%
464	432215	RS	Tunas	4.576	0,6	0,125997%
465	432218	RS	Tupanci do Sul	1.591	0,6	0,125997%
466	432220	RS	Tupanciretã	23.421	1,2	0,251995%
467	432225	RS	Tupandi	4.309	0,6	0,125997%
468	432230	RS	Tuparendi	8.617	0,6	0,125997%
469	432232	RS	Turuçu	3.601	0,6	0,125997%
470	432234	RS	Ubiretama	2.283	0,6	0,125997%
471	432235	RS	União da Serra	1.434	0,6	0,125997%
472	432237	RS	Unistalda	2.489	0,6	0,125997%
473	432240	RS	Uruguaiana	129.580	3,6	0,755985%
474	432250	RS	Vacaria	64.564	2,4	0,503990%
475	432253	RS	Vale do Sol	11.608	0,8	0,167997%
476	432254	RS	Vale Real	5.499	0,6	0,125997%
477	432252	RS	Vale Verde	3.420	0,6	0,125997%
478	432255	RS	Vanini	2.080	0,6	0,125997%
479	432260	RS	Venâncio Aires	69.521	2,4	0,503990%
480	432270	RS	Vera Cruz	25.525	1,4	0,293994%
481	432280	RS	Veranópolis	24.476	1,4	0,293994%
482	432285	RS	Vespasiano Correa	1.986	0,6	0,125997%
483	432290	RS	Viadutos	5.306	0,6	0,125997%
484	432300	RS	Viamão	251.033	4,0	0,839983%
485	432310	RS	Vicente Dutra	5.264	0,6	0,125997%
486	432320	RS	Victor Graeff	3.080	0,6	0,125997%
487	432330	RS	Vila Flores	3.353	0,6	0,125997%
488	432335	RS	Vila Lângaro	2.197	0,6	0,125997%
489	432340	RS	Vila Maria	4.385	0,6	0,125997%
490	432345	RS	Vila Nova do Sul	4.362	0,6	0,125997%
491	432350	RS	Vista Alegre	2.893	0,6	0,125997%
492	432360	RS	Vista Alegre do Prata	1.613	0,6	0,125997%
493	432370	RS	Vista Gaúcha	2.867	0,6	0,125997%
494	432375	RS	Vitória das Missões	3.486	0,6	0,125997%
495	432377	RS	Westfalia	2.940	0,6	0,125997%
496	432380	RS	Xangri-lá	13.951	1,0	0,209996%
			T O T A L	9.734.792	476,2	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: SC - SANTA CATARINA

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	420005	SC	Abdon Batista	2.643	0,6	0,203114%
2	420010	SC	Abelardo Luz	17.651	1,2	0,406229%
3	420020	SC	Agrolândia	10.115	0,6	0,203114%
4	420030	SC	Agronômica	5.239	0,6	0,203114%
5	420040	SC	Água Doce	7.121	0,6	0,203114%
6	420050	SC	Águas de Chapecó	6.346	0,6	0,203114%
7	420055	SC	Águas Frias	2.419	0,6	0,203114%
8	420060	SC	Águas Mornas	6.020	0,6	0,203114%
9	420070	SC	Alfredo Wagner	9.794	0,6	0,203114%
10	420075	SC	Alto Bela Vista	1.997	0,6	0,203114%
11	420080	SC	Anchieta	6.066	0,6	0,203114%
12	420090	SC	Angelina	5.109	0,6	0,203114%
13	420100	SC	Anita Garibaldi	8.055	0,6	0,203114%
14	420110	SC	Anitápolis	3.256	0,6	0,203114%
15	420120	SC	Antônio Carlos	8.012	0,6	0,203114%
16	420125	SC	Apiúna	10.211	0,8	0,270819%
17	420127	SC	Arabutã	4.273	0,6	0,203114%
18	420130	SC	Araquari	31.030	1,6	0,541638%
19	420140	SC	Araranguá	65.090	2,4	0,812458%
20	420150	SC	Armazém	8.251	0,6	0,203114%
21	420160	SC	Arroio Trinta	3.563	0,6	0,203114%
22	420165	SC	Arvoredo	2.276	0,6	0,203114%
23	420170	SC	Ascurra	7.732	0,6	0,203114%
24	420180	SC	Atalanta	3.296	0,6	0,203114%
25	420190	SC	Aurora	5.668	0,6	0,203114%
26	420195	SC	Balneário Arroio do Silva	11.248	0,8	0,270819%
27	420205	SC	Balneário Barra do Sul	9.580	0,6	0,203114%
28	420200	SC	Balneário Camboriú	124.557	3,4	1,150982%
29	420207	SC	Balneário Gaivota	9.551	0,6	0,203114%
30	421280	SC	Balneário Piçarras	19.976	1,2	0,406229%
31	422000	SC	Balneário Rincão	11.824	0,8	0,270819%
32	420208	SC	Bandeirante	2.836	0,6	0,203114%
33	420209	SC	Barra Bonita	1.815	0,6	0,203114%
34	420210	SC	Barra Velha	25.662	1,4	0,473934%
35	420213	SC	Bela Vista do Toldo	6.219	0,6	0,203114%
36	420215	SC	Belmonte	2.696	0,6	0,203114%
37	420220	SC	Benedito Novo	11.037	0,8	0,270819%
38	420230	SC	Biguaçu	63.440	2,4	0,812458%
39	420240	SC	Blumenau	334.002	4,0	1,354096%
40	420243	SC	Bocaina do Sul	3.408	0,6	0,203114%
41	420250	SC	Bom Jardim da Serra	4.598	0,6	0,203114%
42	420253	SC	Bom Jesus	2.771	0,6	0,203114%
43	420257	SC	Bom Jesus do Oeste	2.158	0,6	0,203114%
44	420260	SC	Bom Retiro	9.498	0,6	0,203114%
45	420245	SC	Bombinhas	16.897	1,0	0,338524%
46	420270	SC	Botuverá	4.864	0,6	0,203114%
47	420280	SC	Braço do Norte	31.319	1,6	0,541638%
48	420285	SC	Braço do Trombudo	3.627	0,6	0,203114%
49	420287	SC	Brunópolis	2.690	0,6	0,203114%
50	420290	SC	Brusque	119.719	3,4	1,150982%
51	420300	SC	Caçador	75.048	2,6	0,880162%
52	420310	SC	Caibi	6.259	0,6	0,203114%
53	420315	SC	Calmon	3.407	0,6	0,203114%
54	420320	SC	Camboriú	72.261	2,6	0,880162%
55	420330	SC	Campo Alegre	11.982	0,8	0,270819%
56	420340	SC	Campo Belo do Sul	7.358	0,6	0,203114%
57	420350	SC	Campo Erê	9.098	0,6	0,203114%
58	420360	SC	Campos Novos	34.721	1,6	0,541638%
59	420370	SC	Canelinha	11.452	0,8	0,270819%
60	420380	SC	Canoinhas	54.079	2,2	0,744753%
61	420325	SC	Capão Alto	2.682	0,6	0,203114%
62	420390	SC	Capinzal	21.928	1,2	0,406229%
63	420395	SC	Capivari de Baixo	23.342	1,2	0,406229%
64	420400	SC	Catanduvas	10.244	0,8	0,270819%
65	420410	SC	Caxambu do Sul	4.118	0,6	0,203114%
66	420415	SC	Celso Ramos	2.784	0,6	0,203114%
67	420417	SC	Cerro Negro	3.417	0,6	0,203114%
68	420419	SC	Chapadão do Lageado	2.892	0,6	0,203114%
69	420420	SC	Chapecó	202.009	4,0	1,354096%
70	420425	SC	Cocal do Sul	16.009	1,0	0,338524%
71	420430	SC	Concórdia	72.073	2,6	0,880162%
72	420435	SC	Cordilheira Alta	4.114	0,6	0,203114%
73	420440	SC	Coronel Freitas	10.236	0,8	0,270819%
74	420445	SC	Coronel Martins	2.527	0,6	0,203114%
75	420455	SC	Correia Pinto	14.063	1,0	0,338524%
76	420450	SC	Corupá	14.925	1,0	0,338524%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

77	420460	SC	Criciúma	204.667	4,0	1,354096%
78	420470	SC	Cunha Porã	10.944	0,8	0,270819%
79	420475	SC	Cunhataí	1.937	0,6	0,203114%
80	420480	SC	Curitibanos	39.061	1,8	0,609343%
81	420490	SC	Descanso	8.558	0,6	0,203114%
82	420500	SC	Dionísio Cerqueira	15.283	1,0	0,338524%
83	420510	SC	Dona Emma	3.955	0,6	0,203114%
84	420515	SC	Doutor Pedrinho	3.883	0,6	0,203114%
85	420517	SC	Entre Rios	3.135	0,6	0,203114%
86	420519	SC	Ermo	2.079	0,6	0,203114%
87	420520	SC	Erval Velho	4.456	0,6	0,203114%
88	420530	SC	Faxinal dos Guedes	10.784	0,8	0,270819%
89	420535	SC	Flor do Sertão	1.603	0,6	0,203114%
90	420543	SC	Formosa do Sul	2.589	0,6	0,203114%
91	420545	SC	Forquilhinha	24.694	1,4	0,473934%
92	420550	SC	Fraiburgo	35.781	1,6	0,541638%
93	420555	SC	Frei Rogério	2.301	0,6	0,203114%
94	420560	SC	Galvão	3.297	0,6	0,203114%
95	420570	SC	Garopaba	20.545	1,2	0,406229%
96	420580	SC	Garuva	16.435	1,0	0,338524%
97	420590	SC	Gaspar	63.826	2,4	0,812458%
98	420600	SC	Governador Celso Ramos	13.801	1,0	0,338524%
99	420610	SC	Grão Pará	6.448	0,6	0,203114%
100	420620	SC	Gravatal	11.148	0,8	0,270819%
101	420630	SC	Guabiruba	21.046	1,2	0,406229%
102	420640	SC	Guaraciaba	10.433	0,8	0,270819%
103	420650	SC	Guaramirim	39.869	1,8	0,609343%
104	420660	SC	Guarujá do Sul	5.076	0,6	0,203114%
105	420665	SC	Guatambú	4.743	0,6	0,203114%
106	420670	SC	Herval d'Oeste	22.083	1,2	0,406229%
107	420675	SC	Ibiam	1.971	0,6	0,203114%
108	420680	SC	Ibicaré	3.336	0,6	0,203114%
109	420690	SC	Ibirama	18.255	1,2	0,406229%
110	420700	SC	Içara	52.284	2,2	0,744753%
111	420710	SC	Ilhota	13.309	0,8	0,270819%
112	420720	SC	Imaruí	11.117	0,8	0,270819%
113	420730	SC	Imbituba	42.708	1,8	0,609343%
114	420740	SC	Imbuia	5.993	0,6	0,203114%
115	420750	SC	Indaial	61.968	2,4	0,812458%
116	420757	SC	Iomerê	2.861	0,6	0,203114%
117	420760	SC	Ipira	4.675	0,6	0,203114%
118	420765	SC	Iporã do Oeste	8.769	0,6	0,203114%
119	420768	SC	Ipuaçu	7.193	0,6	0,203114%
120	420770	SC	Ipumirim	7.467	0,6	0,203114%
121	420775	SC	Iraceminha	4.175	0,6	0,203114%
122	420780	SC	Irani	10.033	0,6	0,203114%
123	420785	SC	Irati	2.046	0,6	0,203114%
124	420790	SC	Irineópolis	10.916	0,8	0,270819%
125	420800	SC	Itá	6.383	0,6	0,203114%
126	420810	SC	Itaiópolis	21.139	1,2	0,406229%
127	420820	SC	Itajaí	201.557	4,0	1,354096%
128	420830	SC	Itapema	55.016	2,2	0,744753%
129	420840	SC	Itapiranga	16.253	1,0	0,338524%
130	420845	SC	Itapoá	17.521	1,2	0,406229%
131	420850	SC	Ituporanga	23.777	1,4	0,473934%
132	420860	SC	Jaborá	4.040	0,6	0,203114%
133	420870	SC	Jacinto Machado	10.642	0,8	0,270819%
134	420880	SC	Jaguaruna	18.704	1,2	0,406229%
135	420890	SC	Jaraguá do Sul	160.143	4,0	1,354096%
136	420895	SC	Jardinópolis	1.697	0,6	0,203114%
137	420900	SC	Joaçaba	28.705	1,4	0,473934%
138	420910	SC	Joinville	554.601	4,0	1,354096%
139	420915	SC	José Boiteux	4.850	0,6	0,203114%
140	420917	SC	Jupiá	2.150	0,6	0,203114%
141	420920	SC	Lacerdópolis	2.244	0,6	0,203114%
142	420930	SC	Lages	158.846	4,0	1,354096%
143	420940	SC	Laguna	44.316	2,0	0,677048%
144	420945	SC	Lajeado Grande	1.479	0,6	0,203114%
145	420950	SC	Laurentino	6.500	0,6	0,203114%
146	420960	SC	Lauro Muller	14.919	1,0	0,338524%
147	420970	SC	Lebon Régis	12.091	0,8	0,270819%
148	420980	SC	Leoberto Leal	3.258	0,6	0,203114%
149	420985	SC	Lindóia do Sul	4.659	0,6	0,203114%
150	420990	SC	Lontras	11.200	0,8	0,270819%
151	421000	SC	Luiz Alves	11.653	0,8	0,270819%
152	421003	SC	Luzerna	5.700	0,6	0,203114%
153	421005	SC	Macieira	1.823	0,6	0,203114%
154	421010	SC	Mafra	55.012	2,2	0,744753%
155	421020	SC	Major Gercino	3.389	0,6	0,203114%
156	421030	SC	Major Vieira	7.841	0,6	0,203114%
157	421040	SC	Maracajá	6.873	0,6	0,203114%
158	421050	SC	Maravilha	23.975	1,4	0,473934%
159	421055	SC	Marema	2.046	0,6	0,203114%
160	421060	SC	Massaranduba	15.806	1,0	0,338524%
161	421070	SC	Matos Costa	2.729	0,6	0,203114%
162	421080	SC	Meleiro	7.076	0,6	0,203114%
163	421085	SC	Mirim Doce	2.450	0,6	0,203114%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

164	421090	SC	Modelo	4.158	0,6	0,203114%
165	421100	SC	Mondaí	11.034	0,8	0,270819%
166	421105	SC	Monte Carlo	9.650	0,6	0,203114%
167	421110	SC	Monte Castelo	8.476	0,6	0,203114%
168	421120	SC	Morro da Fumaça	17.052	1,2	0,406229%
169	421125	SC	Morro Grande	2.925	0,6	0,203114%
170	421130	SC	Navegantes	70.565	2,4	0,812458%
171	421140	SC	Nova Erechim	4.654	0,6	0,203114%
172	421145	SC	Nova Itaberaba	4.338	0,6	0,203114%
173	421150	SC	Nova Trento	13.379	0,8	0,270819%
174	421160	SC	Nova Veneza	14.285	1,0	0,338524%
175	421165	SC	Novo Horizonte	2.643	0,6	0,203114%
176	421170	SC	Orleans	22.311	1,2	0,406229%
177	421175	SC	Otacílio Costa	17.593	1,2	0,406229%
178	421180	SC	Ouro	7.418	0,6	0,203114%
179	421185	SC	Ouro Verde	2.272	0,6	0,203114%
180	421187	SC	Paial	1.668	0,6	0,203114%
181	421189	SC	Painel	2.383	0,6	0,203114%
182	421190	SC	Palhoça	154.244	3,8	1,286430%
183	421200	SC	Palma Sola	7.699	0,6	0,203114%
184	421205	SC	Palmeira	2.512	0,6	0,203114%
185	421210	SC	Palmitos	16.266	1,0	0,338524%
186	421220	SC	Papanduva	18.681	1,2	0,406229%
187	421223	SC	Paraíso	3.838	0,6	0,203114%
188	421225	SC	Passo de Torres	7.681	0,6	0,203114%
189	421227	SC	Passos Maia	4.351	0,6	0,203114%
190	421230	SC	Paulo Lopes	7.124	0,6	0,203114%
191	421240	SC	Pedras Grandes	4.089	0,6	0,203114%
192	421250	SC	Penha	28.718	1,4	0,473934%
193	421260	SC	Peritiba	2.931	0,6	0,203114%
194	421265	SC	Pescaria Brava	9.761	0,6	0,203114%
195	421270	SC	Petrolândia	6.110	0,6	0,203114%
196	421290	SC	Pinhalzinho	18.284	1,2	0,406229%
197	421300	SC	Pinheiro Preto	3.353	0,6	0,203114%
198	421310	SC	Piratuba	4.424	0,6	0,203114%
199	421315	SC	Planalto Alegre	2.782	0,6	0,203114%
200	421320	SC	Pomerode	30.598	1,6	0,541638%
201	421330	SC	Ponte Alta	4.855	0,6	0,203114%
202	421335	SC	Ponte Alta do Norte	3.389	0,6	0,203114%
203	421340	SC	Ponte Serrada	11.405	0,8	0,270819%
204	421350	SC	Porto Belo	18.630	1,2	0,406229%
205	421360	SC	Porto União	34.717	1,6	0,541638%
206	421370	SC	Pouso Redondo	16.154	1,0	0,338524%
207	421380	SC	Praia Grande	7.374	0,6	0,203114%
208	421390	SC	Presidente Castello Branco	1.670	0,6	0,203114%
209	421400	SC	Presidente Getúlio	16.210	1,0	0,338524%
210	421410	SC	Presidente Nereu	2.312	0,6	0,203114%
211	421415	SC	Princesa	2.862	0,6	0,203114%
212	421420	SC	Quilombo	10.201	0,8	0,270819%
213	421430	SC	Rancho Queimado	2.838	0,6	0,203114%
214	421440	SC	Rio das Antas	6.245	0,6	0,203114%
215	421450	SC	Rio do Campo	6.149	0,6	0,203114%
216	421460	SC	Rio do Oeste	7.355	0,6	0,203114%
217	421480	SC	Rio do Sul	66.251	2,4	0,812458%
218	421470	SC	Rio dos Cedros	11.019	0,8	0,270819%
219	421490	SC	Rio Fortuna	4.569	0,6	0,203114%
220	421500	SC	Rio Negrinho	41.386	1,8	0,609343%
221	421505	SC	Rio Rufino	2.484	0,6	0,203114%
222	421507	SC	Riqueza	4.775	0,6	0,203114%
223	421510	SC	Rodeio	11.325	0,8	0,270819%
224	421520	SC	Romelândia	5.320	0,6	0,203114%
225	421530	SC	Salete	7.573	0,6	0,203114%
226	421535	SC	Saltinho	3.923	0,6	0,203114%
227	421540	SC	Salto Veloso	4.536	0,6	0,203114%
228	421545	SC	Sangão	11.532	0,8	0,270819%
229	421550	SC	Santa Cecília	16.413	1,0	0,338524%
230	421555	SC	Santa Helena	2.331	0,6	0,203114%
231	421560	SC	Santa Rosa de Lima	2.122	0,6	0,203114%
232	421565	SC	Santa Rosa do Sul	8.285	0,6	0,203114%
233	421567	SC	Santa Terezinha	8.873	0,6	0,203114%
234	421568	SC	Santa Terezinha do Progresso	2.720	0,6	0,203114%
235	421569	SC	Santiago do Sul	1.389	0,6	0,203114%
236	421570	SC	Santo Amaro da Imperatriz	21.572	1,2	0,406229%
237	421580	SC	São Bento do Sul	79.971	2,6	0,880162%
238	421575	SC	São Bernardino	2.593	0,6	0,203114%
239	421590	SC	São Bonifácio	2.966	0,6	0,203114%
240	421600	SC	São Carlos	10.849	0,8	0,270819%
241	421605	SC	São Cristovão do Sul	5.308	0,6	0,203114%
242	421610	SC	São Domingos	9.523	0,6	0,203114%
243	421620	SC	São Francisco do Sul	47.547	2,0	0,677048%
244	421630	SC	São João Batista	31.534	1,6	0,541638%
245	421635	SC	São João do Itaperiú	3.606	0,6	0,203114%
246	421625	SC	São João do Oeste	6.235	0,6	0,203114%
247	421640	SC	São João do Sul	7.205	0,6	0,203114%
248	421650	SC	São Joaquim	26.045	1,4	0,473934%
249	421660	SC	São José	228.561	4,0	1,354096%
250	421670	SC	São José do Cedro	13.902	1,0	0,338524%
251	421680	SC	São José do Cerrito	8.941	0,6	0,203114%
252	421690	SC	São Lourenço do Oeste	23.017	1,2	0,406229%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

253	421700	SC	São Ludgero	12.192	0,8	0,270819%
254	421710	SC	São Martinho	3.232	0,6	0,203114%
255	421715	SC	São Miguel da Boa Vista	1.885	0,6	0,203114%
256	421720	SC	São Miguel do Oeste	38.575	1,8	0,609343%
257	421725	SC	São Pedro de Alcântara	5.256	0,6	0,203114%
258	421730	SC	Saudades	9.454	0,6	0,203114%
259	421740	SC	Schroeder	18.186	1,2	0,406229%
260	421750	SC	Seara	17.395	1,2	0,406229%
261	421755	SC	Serra Alta	3.317	0,6	0,203114%
262	421760	SC	Siderópolis	13.593	1,0	0,338524%
263	421770	SC	Sombrio	28.589	1,4	0,473934%
264	421775	SC	Sul Brasil	2.661	0,6	0,203114%
265	421780	SC	Taió	17.959	1,2	0,406229%
266	421790	SC	Tangará	8.767	0,6	0,203114%
267	421795	SC	Tigrinhos	1.733	0,6	0,203114%
268	421800	SC	Tijucas	34.628	1,6	0,541638%
269	421810	SC	Timbé do Sul	5.385	0,6	0,203114%
270	421820	SC	Timbó	40.515	1,8	0,609343%
271	421825	SC	Timbó Grande	7.563	0,6	0,203114%
272	421830	SC	Três Barras	18.843	1,2	0,406229%
273	421835	SC	Treviso	3.746	0,6	0,203114%
274	421840	SC	Treze de Maio	7.052	0,6	0,203114%
275	421850	SC	Treze Tílias	7.082	0,6	0,203114%
276	421860	SC	Trombudo Central	6.979	0,6	0,203114%
277	421870	SC	Tubarão	102.087	3,2	1,083316%
278	421875	SC	Tunápolis	4.644	0,6	0,203114%
279	421880	SC	Turvo	12.452	0,8	0,270819%
280	421885	SC	União do Oeste	2.751	0,6	0,203114%
281	421890	SC	Urubici	11.058	0,8	0,270819%
282	421895	SC	Urupema	2.502	0,6	0,203114%
283	421900	SC	Urussanga	20.915	1,2	0,406229%
284	421910	SC	Vargeão	3.590	0,6	0,203114%
285	421915	SC	Vargem	2.674	0,6	0,203114%
286	421917	SC	Vargem Bonita	4.713	0,6	0,203114%
287	421920	SC	Vidal Ramos	6.372	0,6	0,203114%
288	421930	SC	Videira	50.349	2,0	0,677048%
289	421935	SC	Vitor Meireles	5.156	0,6	0,203114%
290	421940	SC	Witmarsum	3.805	0,6	0,203114%
291	421950	SC	Xanxerê	47.679	2,0	0,677048%
292	421960	SC	Xavantina	4.095	0,6	0,203114%
293	421970	SC	Xaxim	27.336	1,4	0,473934%
294	421985	SC	Zortéa	3.190	0,6	0,203114%
			T O T A L	6.265.624	295,4	100,000000%

Legenda:

FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: SE - SERGIPE

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C (B / tot.B) x 100
1	280010	SE	Amparo de São Francisco	2.366	0,6	0,726392%
2	280020	SE	Aquidabã	21.170	1,2	1,452785%
3	280040	SE	Arauá	10.684	0,8	0,968523%
4	280050	SE	Areia Branca	17.996	1,2	1,452785%
5	280060	SE	Barra dos Coqueiros	28.093	1,4	1,694915%
6	280067	SE	Boquim	26.640	1,4	1,694915%
7	280070	SE	Brejo Grande	8.165	0,6	0,726392%
8	280100	SE	Campo do Brito	17.727	1,2	1,452785%
9	280110	SE	Canhoba	4.057	0,6	0,726392%
10	280120	SE	Canindé de São Francisco	27.714	1,4	1,694915%
11	280130	SE	Capela	33.024	1,6	1,937046%
12	280140	SE	Carira	21.299	1,2	1,452785%
13	280150	SE	Carmópolis	15.283	1,0	1,210654%
14	280160	SE	Cedro de São João	5.868	0,6	0,726392%
15	280170	SE	Cristinápolis	17.726	1,2	1,452785%
16	280190	SE	Cumbe	3.970	0,6	0,726392%
17	280200	SE	Divina Pastora	4.804	0,6	0,726392%
18	280210	SE	Estância	67.953	2,4	2,905569%
19	280220	SE	Feira Nova	5.551	0,6	0,726392%
20	280230	SE	Frei Paulo	14.890	1,0	1,210654%
21	280240	SE	Gararu	11.718	0,8	0,968523%
22	280250	SE	General Maynard	3.188	0,6	0,726392%
23	280260	SE	Gracho Cardoso	5.836	0,6	0,726392%
24	280270	SE	Ilha das Flores	8.589	0,6	0,726392%
25	280280	SE	Indiaroba	17.165	1,2	1,452785%
26	280290	SE	Itabaiana	92.732	3,0	3,631961%
27	280300	SE	Itabaianinha	41.116	1,8	2,179177%
28	280310	SE	Itabi	5.032	0,6	0,726392%
29	280320	SE	Itaporanga d'Ajuda	32.911	1,6	1,937046%
30	280330	SE	Japaratuba	18.098	1,2	1,452785%
31	280340	SE	Japoatã	13.249	0,8	0,968523%
32	280350	SE	Lagarto	101.305	3,0	3,631961%
33	280360	SE	Laranjeiras	28.835	1,4	1,694915%
34	280370	SE	Macambira	6.774	0,6	0,726392%
35	280380	SE	Malhada dos Bois	3.632	0,6	0,726392%
36	280390	SE	Malhador	12.550	0,8	0,968523%
37	280400	SE	Maruim	17.076	1,2	1,452785%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

38	280410	SE	Moita Bonita	11.372	0,8	0,968523%
39	280420	SE	Monte Alegre de Sergipe	14.685	1,0	1,210654%
40	280430	SE	Muribeca	7.620	0,6	0,726392%
41	280440	SE	Neópolis	18.961	1,2	1,452785%
42	280445	SE	Nossa Senhora Aparecida	8.809	0,6	0,726392%
43	280450	SE	Nossa Senhora da Glória	35.268	1,6	1,937046%
44	280460	SE	Nossa Senhora das Dores	26.042	1,4	1,694915%
45	280470	SE	Nossa Senhora de Lourdes	6.475	0,6	0,726392%
46	280480	SE	Nossa Senhora do Socorro	174.974	4,0	4,842616%
47	280490	SE	Pacatuba	14.032	1,0	1,210654%
48	280500	SE	Pedra Mole	3.170	0,6	0,726392%
49	280510	SE	Pedrinhas	9.374	0,6	0,726392%
50	280520	SE	Pinhão	6.380	0,6	0,726392%
51	280530	SE	Pirambu	8.971	0,6	0,726392%
52	280540	SE	Poço Redondo	33.358	1,6	1,937046%
53	280550	SE	Poço Verde	23.249	1,2	1,452785%
54	280560	SE	Porto da Folha	28.366	1,4	1,694915%
55	280570	SE	Propriá	29.562	1,4	1,694915%
56	280580	SE	Riachão do Dantas	19.957	1,2	1,452785%
57	280590	SE	Riachuelo	9.949	0,6	0,726392%
58	280600	SE	Ribeirópolis	18.218	1,2	1,452785%
59	280610	SE	Rosário do Catete	10.191	0,8	0,968523%
60	280620	SE	Salgado	20.039	1,2	1,452785%
61	280630	SE	Santa Luzia do Itanhy	13.733	1,0	1,210654%
62	280650	SE	Santa Rosa de Lima	3.899	0,6	0,726392%
63	280640	SE	Santana do São Francisco	7.532	0,6	0,726392%
64	280660	SE	Santo Amaro das Brotas	11.963	0,8	0,968523%
65	280670	SE	São Cristóvão	85.814	2,8	3,389831%
66	280680	SE	São Domingos	10.887	0,8	0,968523%
67	280690	SE	São Francisco	3.777	0,6	0,726392%
68	280700	SE	São Miguel do Aleixo	3.881	0,6	0,726392%
69	280710	SE	Simão Dias	40.364	1,8	2,179177%
70	280720	SE	Siriri	8.588	0,6	0,726392%
71	280730	SE	Telha	3.144	0,6	0,726392%
72	280740	SE	Tobias Barreto	50.971	2,2	2,663438%
73	280750	SE	Tomar do Geru	13.196	0,8	0,968523%
74	280760	SE	Umbaúba	24.251	1,4	1,694915%
			T O T A L	1.595.808	82,6	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: SP - SÃO PAULO

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	350010	SP	Adamantina	35.001	1,6	0,179412%
2	350020	SP	Adolfo	3.631	0,6	0,067280%
3	350030	SP	Aguaí	34.530	1,6	0,179412%
4	350040	SP	Águas da Prata	7.984	0,6	0,067280%
5	350050	SP	Águas de Lindóia	18.212	1,2	0,134559%
6	350055	SP	Águas de Santa Bárbara	5.911	0,6	0,067280%
7	350060	SP	Águas de São Pedro	3.073	0,6	0,067280%
8	350070	SP	Agudos	36.339	1,6	0,179412%
9	350075	SP	Alambari	5.460	0,6	0,067280%
10	350080	SP	Alfredo Marcondes	4.083	0,6	0,067280%
11	350090	SP	Altair	4.035	0,6	0,067280%
12	350100	SP	Altinópolis	16.159	1,0	0,112133%
13	350110	SP	Alto Alegre	4.183	0,6	0,067280%
14	350115	SP	Alumínio	17.924	1,2	0,134559%
15	350120	SP	Álvares Florence	3.883	0,6	0,067280%
16	350130	SP	Álvares Machado	24.568	1,4	0,156986%
17	350140	SP	Álvaro de Carvalho	4.984	0,6	0,067280%
18	350150	SP	Alvinlândia	3.153	0,6	0,067280%
19	350160	SP	Americana	226.970	4,0	0,448530%
20	350170	SP	Américo Brasiliense	37.691	1,8	0,201839%
21	350180	SP	Américo de Campos	5.930	0,6	0,067280%
22	350190	SP	Amparo	69.808	2,4	0,269119%
23	350200	SP	Analândia	4.672	0,6	0,067280%
24	350210	SP	Andradina	57.198	2,2	0,246692%
25	350220	SP	Angatuba	23.917	1,4	0,156986%
26	350230	SP	Anhembi	6.215	0,6	0,067280%
27	350240	SP	Anhumas	3.970	0,6	0,067280%
28	350250	SP	Aparecida	36.184	1,6	0,179412%
29	350260	SP	Aparecida d'Oeste	4.432	0,6	0,067280%
30	350270	SP	Apiaí	25.349	1,4	0,156986%
31	350275	SP	Araçariguama	19.636	1,2	0,134559%
32	350280	SP	Araçatuba	191.662	4,0	0,448530%
33	350290	SP	Araçoiaba da Serra	30.713	1,6	0,179412%
34	350300	SP	Aramina	5.451	0,6	0,067280%
35	350310	SP	Arandu	6.343	0,6	0,067280%
36	350315	SP	Arapeí	2.532	0,6	0,067280%
37	350320	SP	Araraquara	224.304	4,0	0,448530%
38	350330	SP	Araras	127.661	3,4	0,381250%
39	350335	SP	Arco-Íris	1.907	0,6	0,067280%
40	350340	SP	Arealva	8.299	0,6	0,067280%
41	350350	SP	Areias	3.849	0,6	0,067280%
42	350360	SP	Areiópolis	11.020	0,8	0,089706%
43	350370	SP	Ariranha	9.187	0,6	0,067280%
44	350380	SP	Artur Nogueira	49.346	2,0	0,224666%
45	350390	SP	Arujá	82.651	2,8	0,313972%
46	350395	SP	Aspásia	1.851	0,6	0,067280%
47	350400	SP	Assis	100.911	3,0	0,336397%
48	350410	SP	Atibaia	135.895	3,6	0,403677%
49	350420	SP	Auriflama	14.897	1,0	0,112133%
50	350430	SP	Avaí	5.243	0,6	0,067280%
51	350440	SP	Avanhandava	12.516	0,8	0,089706%
52	350450	SP	Avaré	87.820	2,8	0,313972%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

53	350460	SP	Bady Bassitt	16.109	1,0	0,112133%
54	350470	SP	Balbinos	4.629	0,6	0,067280%
55	350480	SP	Bálsamo	8.703	0,6	0,067280%
56	350490	SP	Bananal	10.728	0,8	0,089706%
57	350500	SP	Barão de Antonina	3.326	0,6	0,067280%
58	350510	SP	Barbosa	7.064	0,6	0,067280%
59	350520	SP	Bariri	33.761	1,6	0,179412%
60	350530	SP	Barra Bonita	36.315	1,6	0,179412%
61	350535	SP	Barra do Chapéu	5.550	0,6	0,067280%
62	350540	SP	Barra do Turvo	7.853	0,6	0,067280%
63	350550	SP	Barretos	118.521	3,4	0,381250%
64	350560	SP	Barrinha	30.873	1,6	0,179412%
65	350570	SP	Barueri	259.555	4,0	0,448530%
66	350580	SP	Bastos	21.064	1,2	0,134559%
67	350590	SP	Batatais	60.128	2,2	0,246692%
68	350600	SP	Bauru	364.562	4,0	0,448530%
69	350610	SP	Bebedouro	77.558	2,6	0,291545%
70	350620	SP	Bento de Abreu	2.855	0,6	0,067280%
71	350630	SP	Bernardino de Campos	11.146	0,8	0,089706%
72	350635	SP	Bertioga	55.138	2,2	0,246692%
73	350640	SP	Bilac	7.602	0,6	0,067280%
74	350650	SP	Birigui	117.143	3,4	0,381250%
75	350660	SP	Biritiba-Mirim	30.830	1,6	0,179412%
76	350670	SP	Boa Esperança do Sul	14.452	1,0	0,112133%
77	350680	SP	Bocaina	11.691	0,8	0,089706%
78	350690	SP	Bofete	10.694	0,8	0,089706%
79	350700	SP	Boituva	54.594	2,2	0,246692%
80	350710	SP	Bom Jesus dos Perdões	22.508	1,2	0,134559%
81	350715	SP	Bom Sucesso de Itararé	3.802	0,6	0,067280%
82	350720	SP	Borá	835	0,6	0,067280%
83	350730	SP	Boracéia	4.586	0,6	0,067280%
84	350740	SP	Borborema	15.454	1,0	0,112133%
85	350745	SP	Borebi	2.489	0,6	0,067280%
86	350750	SP	Botucatu	137.899	3,6	0,403677%
87	350760	SP	Bragança Paulista	158.856	4,0	0,448530%
88	350770	SP	Braúna	5.400	0,6	0,067280%
89	350775	SP	Brejo Alegre	2.746	0,6	0,067280%
90	350780	SP	Brodowski	23.134	1,2	0,134559%
91	350790	SP	Brotas	23.192	1,2	0,134559%
92	350800	SP	Buri	19.484	1,2	0,134559%
93	350810	SP	Buritama	16.449	1,0	0,112133%
94	350820	SP	Buritizal	4.313	0,6	0,067280%
95	350830	SP	Cabrália Paulista	4.410	0,6	0,067280%
96	350840	SP	Cabreúva	45.830	2,0	0,224266%
97	350850	SP	Caçapava	90.426	2,8	0,313972%
98	350860	SP	Cachoeira Paulista	32.046	1,6	0,179412%
99	350870	SP	Caconde	18.952	1,2	0,134559%
100	350880	SP	Cafelândia	17.424	1,2	0,134559%
101	350890	SP	Caiabu	4.204	0,6	0,067280%
102	350900	SP	Caieiras	94.516	3,0	0,336398%
103	350910	SP	Caiuá	5.490	0,6	0,067280%
104	350920	SP	Cajamar	70.710	2,4	0,269119%
105	350925	SP	Cajati	29.010	1,4	0,156986%
106	350930	SP	Cajobi	10.287	0,8	0,089706%
107	350940	SP	Cajuru	25.009	1,4	0,156986%
108	350945	SP	Campina do Monte Alegre	5.869	0,6	0,067280%
109	350950	SP	Campinas	1.154.617	4,0	0,448530%
110	350960	SP	Campo Limpo Paulista	79.982	2,6	0,291545%
111	350970	SP	Campos do Jordão	50.541	2,0	0,224266%
112	350980	SP	Campos Novos Paulista	4.808	0,6	0,067280%
113	350990	SP	Cananéia	12.601	0,8	0,089706%
114	350995	SP	Canas	4.788	0,6	0,067280%
115	351000	SP	Cândido Mota	31.063	1,6	0,179412%
116	351010	SP	Cândido Rodrigues	2.773	0,6	0,067280%
117	351015	SP	Canitar	4.812	0,6	0,067280%
118	351020	SP	Capão Bonito	47.498	2,0	0,224266%
119	351030	SP	Capela do Alto	19.212	1,2	0,134559%
120	351040	SP	Capivari	52.559	2,2	0,246692%
121	351050	SP	Caraguatatuba	111.524	3,2	0,358824%
122	351060	SP	Carapicuíba	390.073	4,0	0,448530%
123	351070	SP	Cardoso	12.257	0,8	0,089706%
124	351080	SP	Casa Branca	29.739	1,4	0,156986%
125	351090	SP	Cássia dos Coqueiros	2.640	0,6	0,067280%
126	351100	SP	Castilho	19.620	1,2	0,134559%
127	351110	SP	Catanduva	118.853	3,4	0,381250%
128	351120	SP	Catiguá	7.553	0,6	0,067280%
129	351130	SP	Cedral	8.662	0,6	0,067280%
130	351140	SP	Cerqueira César	18.909	1,2	0,134559%
131	351150	SP	Cerquilho	44.320	2,0	0,224266%
132	351160	SP	Cesário Lange	16.943	1,0	0,112133%
133	351170	SP	Charqueada	16.268	1,0	0,112133%
134	355720	SP	Chavantes	12.482	0,8	0,089706%
135	351190	SP	Clementina	7.856	0,6	0,067280%
136	351200	SP	Colina	18.177	1,2	0,134559%
137	351210	SP	Colômbia	6.203	0,6	0,067280%
138	351220	SP	Conchal	26.914	1,4	0,156986%
139	351230	SP	Conchas	17.286	1,2	0,134559%
140	351240	SP	Cordeirópolis	22.945	1,2	0,134559%
141	351250	SP	Coroados	5.685	0,6	0,067280%
142	351260	SP	Coronel Macedo	4.965	0,6	0,067280%
143	351270	SP	Corumbataí	4.027	0,6	0,067280%
144	351280	SP	Cosmópolis	65.628	2,4	0,269119%
145	351290	SP	Cosmorama	7.396	0,6	0,067280%
146	351300	SP	Cotia	225.306	4,0	0,448530%
147	351310	SP	Cravinhos	33.831	1,6	0,179412%
148	351320	SP	Cristais Paulista	8.176	0,6	0,067280%
149	351330	SP	Cruzália	2.234	0,6	0,067280%
150	351340	SP	Cruzeiro	80.749	2,6	0,291545%
151	351350	SP	Cubatão	126.105	3,4	0,381250%
152	351360	SP	Cunha	22.167	1,2	0,134559%
153	351370	SP	Descalvado	32.790	1,6	0,179412%
154	351380	SP	Diadema	409.613	4,0	0,448530%
155	351385	SP	Dirce Reis	1.766	0,6	0,067280%
156	351390	SP	Divinolândia	11.547	0,8	0,089706%
157	351400	SP	Dobrada	8.513	0,6	0,067280%
158	351410	SP	Dois Córregos	26.324	1,4	0,156986%
159	351420	SP	Dolcinópolis	2.145	0,6	0,067280%
160	351430	SP	Dourado	8.890	0,6	0,067280%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

161	351440	SP	Dracena	45.600	2,0	0,224266%
162	351450	SP	Duartina	12.576	0,8	0,089706%
163	351460	SP	Dumont	9.028	0,6	0,067280%
164	351470	SP	Echaporã	6.352	0,6	0,067280%
165	351480	SP	Eldorado	15.289	1,0	0,112133%
166	351490	SP	Elias Fausto	16.926	1,0	0,112133%
167	351492	SP	Elisiário	3.406	0,6	0,067280%
168	351495	SP	Embaúba	2.484	0,6	0,067280%
169	351500	SP	Embu	259.053	4,0	0,448530%
170	351510	SP	Embu-Guaçu	66.792	2,4	0,269119%
171	351512	SP	Emilianópolis	3.162	0,6	0,067280%
172	351515	SP	Engenheiro Coelho	18.153	1,2	0,134559%
173	351518	SP	Espírito Santo do Pinhal	43.756	1,8	0,201839%
174	351519	SP	Espírito Santo do Turvo	4.574	0,6	0,067280%
175	355730	SP	Estiva Gerbi	10.772	0,8	0,089706%
176	351520	SP	Estrela d'Oeste	8.460	0,6	0,067280%
177	351530	SP	Estrela do Norte	2.756	0,6	0,067280%
178	351535	SP	Euclides da Cunha Paulista	9.685	0,6	0,067280%
179	351540	SP	Fartura	15.925	1,0	0,112133%
180	351560	SP	Fernando Prestes	5.748	0,6	0,067280%
181	351550	SP	Fernandópolis	67.836	2,4	0,269119%
182	351565	SP	Fernão	1.658	0,6	0,067280%
183	351570	SP	Ferraz de Vasconcelos	182.544	4,0	0,448530%
184	351580	SP	Flora Rica	1.666	0,6	0,067280%
185	351590	SP	Floreal	3.027	0,6	0,067280%
186	351600	SP	Flórida Paulista	13.854	1,0	0,112133%
187	351610	SP	Florínia	2.821	0,6	0,067280%
188	351620	SP	Franca	339.461	4,0	0,448530%
189	351630	SP	Francisco Morato	166.505	4,0	0,448530%
190	351640	SP	Franco da Rocha	143.817	3,8	0,426104%
191	351650	SP	Gabriel Monteiro	2.790	0,6	0,067280%
192	351660	SP	Gália	6.956	0,6	0,067280%
193	351670	SP	Garça	44.506	2,0	0,224266%
194	351680	SP	Gastão Vidigal	4.534	0,6	0,067280%
195	351685	SP	Gavião Peixoto	4.662	0,6	0,067280%
196	351690	SP	General Salgado	10.966	0,8	0,089706%
197	351700	SP	Getulina	11.249	0,8	0,089706%
198	351710	SP	Glicério	4.759	0,6	0,067280%
199	351720	SP	Guaiçara	11.511	0,8	0,089706%
200	351730	SP	Guaimbê	5.676	0,6	0,067280%
201	351740	SP	Guaíra	39.567	1,8	0,201839%
202	351750	SP	Guapiaçu	19.728	1,2	0,134559%
203	351760	SP	Guapiara	18.002	1,2	0,134559%
204	351770	SP	Guará	20.823	1,2	0,134559%
205	351780	SP	Guaraçaí	8.555	0,6	0,067280%
206	351790	SP	Guaraci	10.683	0,8	0,089706%
207	351800	SP	Guarani d'Oeste	2.021	0,6	0,067280%
208	351810	SP	Guarantã	6.640	0,6	0,067280%
209	351820	SP	Guararapes	32.187	1,6	0,179412%
210	351830	SP	Guararema	28.016	1,4	0,156986%
211	351840	SP	Guaratinguetá	118.378	3,4	0,381250%
212	351850	SP	Guareí	16.513	1,0	0,112133%
213	351860	SP	Guariba	38.128	1,8	0,201839%
214	351870	SP	Guarujá	308.989	4,0	0,448530%
215	351880	SP	Guarulhos	1.312.197	4,0	0,448530%
216	351885	SP	Guatapará	7.394	0,6	0,067280%
217	351890	SP	Guzolândia	5.064	0,6	0,067280%
218	351900	SP	Herculândia	9.217	0,6	0,067280%
219	351905	SP	Holambra	13.046	0,8	0,089706%
220	351907	SP	Hortolândia	212.527	4,0	0,448530%
221	351910	SP	Iacanga	10.923	0,8	0,089706%
222	351920	SP	Iacri	6.505	0,6	0,067280%
223	351925	SP	Iaras	7.704	0,6	0,067280%
224	351930	SP	Ibaté	33.178	1,6	0,179412%
225	351940	SP	Ibirá	11.740	0,8	0,089706%
226	351950	SP	Ibirarema	7.290	0,6	0,067280%
227	351960	SP	Ibitinga	57.098	2,2	0,246692%
228	351970	SP	Ibiúna	75.845	2,6	0,291545%
229	351980	SP	Icém	7.938	0,6	0,067280%
230	351990	SP	Iepê	8.002	0,6	0,067280%
231	352000	SP	Igaraçu do Tietê	24.376	1,4	0,156986%
232	352010	SP	Igarapava	29.549	1,4	0,156986%
233	352020	SP	Igaratá	9.301	0,6	0,067280%
234	352030	SP	Iguape	30.259	1,4	0,156986%
235	352042	SP	Ilha Comprida	10.102	0,6	0,067280%
236	352044	SP	Ilha Solteira	26.242	1,4	0,156986%
237	352040	SP	Ilhabela	31.599	1,6	0,179412%
238	352050	SP	Indaiatuba	226.602	4,0	0,448530%
239	352060	SP	Indiana	4.946	0,6	0,067280%
240	352070	SP	Indiaporã	3.978	0,6	0,067280%
241	352080	SP	Inúbia Paulista	3.854	0,6	0,067280%
242	352090	SP	Ipaussu	14.483	1,0	0,112133%
243	352100	SP	Iperó	32.568	1,6	0,179412%
244	352110	SP	Ipeúna	6.778	0,6	0,067280%
245	352115	SP	Ipiguá	4.941	0,6	0,067280%
246	352120	SP	Iporanga	4.351	0,6	0,067280%
247	352130	SP	Ipuã	15.378	1,0	0,112133%
248	352140	SP	Iracemápolis	22.191	1,2	0,134559%
249	352150	SP	Irapuã	7.721	0,6	0,067280%
250	352160	SP	Irapuru	8.155	0,6	0,067280%
251	352170	SP	Itaberá	18.086	1,2	0,134559%
252	352180	SP	Itaí	25.792	1,4	0,156986%
253	352190	SP	Itajobi	15.141	1,0	0,112133%
254	352200	SP	Itaju	3.556	0,6	0,067280%
255	352210	SP	Itanhaém	94.977	3,0	0,336398%
256	352215	SP	Itaóca	3.334	0,6	0,067280%
257	352220	SP	Itapecerica da Serra	165.327	4,0	0,448530%
258	352230	SP	Itapetininga	155.436	3,8	0,426104%
259	352240	SP	Itapeva	92.265	3,0	0,336398%
260	352250	SP	Itapevi	220.250	4,0	0,448530%
261	352260	SP	Itapira	72.514	2,6	0,291545%
262	352265	SP	Itapirapuã Paulista	4.109	0,6	0,067280%
263	352270	SP	Itápolis	42.135	1,8	0,201839%
264	352280	SP	Itaporanga	15.090	1,0	0,112133%
265	352290	SP	Itapuí	13.178	0,8	0,089706%
266	352300	SP	Itapura	4.674	0,6	0,067280%
267	352310	SP	Itaquaquecetuba	348.739	4,0	0,448530%
268	352320	SP	Itararé	49.963	2,0	0,224266%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

269	352330	SP	Itariri	16.602	1,0	0,112133%
270	352340	SP	Itatiba	111.620	3,2	0,358824%
271	352350	SP	Itatinga	19.520	1,2	0,134559%
272	352360	SP	Itirapina	16.938	1,0	0,112133%
273	352370	SP	Itirapuã	6.277	0,6	0,067280%
274	352380	SP	Itobi	7.819	0,6	0,067280%
275	352390	SP	Itu	165.511	4,0	0,448530%
276	352400	SP	Itupeva	52.627	2,2	0,246692%
277	352410	SP	Ituverava	40.776	1,8	0,201839%
278	352420	SP	Jaborandi	6.864	0,6	0,067280%
279	352430	SP	Jaboticabal	75.436	2,6	0,291545%
280	352440	SP	Jacareí	224.826	4,0	0,448530%
281	352450	SP	Jaci	6.361	0,6	0,067280%
282	352460	SP	Jacupiranga	17.826	1,2	0,134559%
283	352470	SP	Jaguariúna	50.719	2,0	0,224266%
284	352480	SP	Jales	48.825	2,0	0,224266%
285	352490	SP	Jambeiro	5.981	0,6	0,067280%
286	352500	SP	Jandira	117.457	3,4	0,381250%
287	352510	SP	Jardinópolis	41.228	1,8	0,201839%
288	352520	SP	Jarinu	26.921	1,4	0,156986%
289	352530	SP	Jaú	141.703	3,6	0,403677%
290	352540	SP	Jeriquara	3.223	0,6	0,067280%
291	352550	SP	Joanópolis	12.610	0,8	0,089706%
292	352560	SP	João Ramalho	4.389	0,6	0,067280%
293	352570	SP	José Bonifácio	35.197	1,6	0,179412%
294	352580	SP	Júlio Mesquita	4.663	0,6	0,067280%
295	352585	SP	Jumirim	3.092	0,6	0,067280%
296	352590	SP	Jundiaí	397.965	4,0	0,448530%
297	352600	SP	Junqueirópolis	19.918	1,2	0,134559%
298	352610	SP	Juquiá	19.446	1,2	0,134559%
299	352620	SP	Juquitiba	30.443	1,4	0,156986%
300	352630	SP	Lagoinha	4.960	0,6	0,067280%
301	352640	SP	Laranjal Paulista	27.122	1,4	0,156986%
302	352650	SP	Lavínia	10.297	0,8	0,089706%
303	352660	SP	Lavrinhas	7.002	0,6	0,067280%
304	352670	SP	Leme	98.460	3,0	0,336398%
305	352680	SP	Lençóis Paulista	65.587	2,4	0,269119%
306	352690	SP	Limeira	294.128	4,0	0,448530%
307	352700	SP	Lindóia	7.377	0,6	0,067280%
308	352710	SP	Lins	75.612	2,6	0,291545%
309	352720	SP	Lorena	86.764	2,8	0,313972%
310	352725	SP	Lourdes	2.238	0,6	0,067280%
311	352730	SP	Louveira	42.796	1,8	0,201839%
312	352740	SP	Lucélia	21.059	1,2	0,134559%
313	352750	SP	Lucianópolis	2.355	0,6	0,067280%
314	352760	SP	Luís Antônio	13.046	0,8	0,089706%
315	352770	SP	Luiziânia	5.449	0,6	0,067280%
316	352780	SP	Lupércio	4.536	0,6	0,067280%
317	352790	SP	Lutécia	2.741	0,6	0,067280%
318	352800	SP	Macatuba	16.961	1,0	0,112133%
319	352810	SP	Macaubal	8.006	0,6	0,067280%
320	352820	SP	Macedônia	3.751	0,6	0,067280%
321	352830	SP	Magda	3.230	0,6	0,067280%
322	352840	SP	Mairinque	45.729	2,0	0,224266%
323	352850	SP	Mairiporã	90.627	2,8	0,313972%
324	352860	SP	Manduri	9.529	0,6	0,067280%
325	352870	SP	Marabá Paulista	5.345	0,6	0,067280%
326	352880	SP	Maracaí	13.878	1,0	0,112133%
327	352885	SP	Marapoama	2.852	0,6	0,067280%
328	352890	SP	Mariápolis	4.064	0,6	0,067280%
329	352900	SP	Marília	230.336	4,0	0,448530%
330	352910	SP	Marinópolis	2.155	0,6	0,067280%
331	352920	SP	Martinópolis	25.641	1,4	0,156986%
332	352930	SP	Matão	80.990	2,6	0,291545%
333	352940	SP	Mauá	448.776	4,0	0,448530%
334	352950	SP	Mendonça	5.089	0,6	0,067280%
335	352960	SP	Meridiano	3.923	0,6	0,067280%
336	352965	SP	Mesópolis	1.933	0,6	0,067280%
337	352970	SP	Miguelópolis	21.602	1,2	0,134559%
338	352980	SP	Mineiros do Tietê	12.642	0,8	0,089706%
339	353000	SP	Mira Estrela	2.988	0,6	0,067280%
340	352990	SP	Miracatu	20.660	1,2	0,134559%
341	353010	SP	Mirandópolis	28.902	1,4	0,156986%
342	353020	SP	Mirante do Paranapanema	17.901	1,2	0,134559%
343	353030	SP	Mirassol	57.390	2,2	0,246692%
344	353040	SP	Mirassolândia	4.622	0,6	0,067280%
345	353050	SP	Mococa	68.695	2,4	0,269119%
346	353060	SP	Mogi das Cruzes	419.839	4,0	0,448530%
347	353070	SP	Mogi Guaçu	146.114	3,8	0,426104%
348	353080	SP	Moji Mirim	91.027	2,8	0,313972%
349	353090	SP	Mombuca	3.426	0,6	0,067280%
350	353100	SP	Monções	2.227	0,6	0,067280%
351	353110	SP	Mongaguá	51.580	2,2	0,246692%
352	353120	SP	Monte Alegre do Sul	7.665	0,6	0,067280%
353	353130	SP	Monte Alto	49.186	2,0	0,224266%
354	353140	SP	Monte Aprazível	23.579	1,2	0,134559%
355	353150	SP	Monte Azul Paulista	19.339	1,2	0,134559%
356	353160	SP	Monte Castelo	4.187	0,6	0,067280%
357	353180	SP	Monte Mor	54.462	2,2	0,246692%
358	353170	SP	Monteiro Lobato	4.424	0,6	0,067280%
359	353190	SP	Morro Agudo	31.310	1,6	0,179412%
360	353200	SP	Morungaba	12.779	0,8	0,089706%
361	353205	SP	Motuca	4.571	0,6	0,067280%
362	353210	SP	Murutinga do Sul	4.395	0,6	0,067280%
363	353215	SP	Nantes	2.943	0,6	0,067280%
364	353220	SP	Narandiba	4.611	0,6	0,067280%
365	353230	SP	Natividade da Serra	6.803	0,6	0,067280%
366	353240	SP	Nazaré Paulista	17.625	1,2	0,134559%
367	353250	SP	Neves Paulista	9.012	0,6	0,067280%
368	353260	SP	Nhandeara	11.254	0,8	0,089706%
369	353270	SP	Nipoã	4.753	0,6	0,067280%
370	353280	SP	Nova Aliança	6.462	0,6	0,067280%
371	353282	SP	Nova Campina	9.205	0,6	0,067280%
372	353284	SP	Nova Canaã Paulista	2.059	0,6	0,067280%
373	353286	SP	Nova Castilho	1.206	0,6	0,067280%
374	353290	SP	Nova Europa	10.276	0,8	0,089706%
375	353300	SP	Nova Granada	20.534	1,2	0,134559%
376	353310	SP	Nova Guataporanga	2.279	0,6	0,067280%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

377	353320	SP	Nova Independência	3.507	0,6	0,067280%
378	353330	SP	Nova Luzitânia	3.787	0,6	0,067280%
379	353340	SP	Nova Odessa	56.008	2,2	0,246692%
380	353325	SP	Novais	5.202	0,6	0,067280%
381	353350	SP	Novo Horizonte	39.191	1,8	0,201839%
382	353360	SP	Nuporanga	7.210	0,6	0,067280%
383	353370	SP	Ocauçu	4.299	0,6	0,067280%
384	353380	SP	Óleo	2.652	0,6	0,067280%
385	353390	SP	Olímpia	53.010	2,2	0,246692%
386	353400	SP	Onda Verde	4.169	0,6	0,067280%
387	353410	SP	Oriente	6.394	0,6	0,067280%
388	353420	SP	Orindiúva	6.370	0,6	0,067280%
389	353430	SP	Orlândia	42.354	1,8	0,201839%
390	353440	SP	Osasco	693.271	4,0	0,448530%
391	353450	SP	Oscar Bressane	2.614	0,6	0,067280%
392	353460	SP	Osvaldo Cruz	32.353	1,6	0,179412%
393	353470	SP	Ourinhos	109.489	3,2	0,358824%
394	353480	SP	Ouro Verde	8.274	0,6	0,067280%
395	353475	SP	Ouroeste	9.392	0,6	0,067280%
396	353490	SP	Pacaembu	13.896	1,0	0,112133%
397	353500	SP	Palestina	12.070	0,8	0,089706%
398	353510	SP	Palmares Paulista	12.132	0,8	0,089706%
399	353520	SP	Palmeira d'Oeste	9.647	0,6	0,067280%
400	353530	SP	Palmital	22.041	1,2	0,134559%
401	353540	SP	Panorama	15.374	1,0	0,112133%
402	353550	SP	Paraguaçu Paulista	44.555	2,0	0,224266%
403	353560	SP	Paraibuna	18.083	1,2	0,134559%
404	353570	SP	Paraíso	6.249	0,6	0,067280%
405	353580	SP	Paranapanema	19.164	1,2	0,134559%
406	353590	SP	Paranapuã	4.001	0,6	0,067280%
407	353600	SP	Parapuã	11.110	0,8	0,089706%
408	353610	SP	Pardinho	6.051	0,6	0,067280%
409	353620	SP	Pariquera-Açu	19.316	1,2	0,134559%
410	353625	SP	Parisi	2.126	0,6	0,067280%
411	353630	SP	Patrocínio Paulista	13.959	1,0	0,112133%
412	353640	SP	Paulicéia	6.895	0,6	0,067280%
413	353650	SP	Paulínia	95.221	3,0	0,336398%
414	353657	SP	Paulistânia	1.837	0,6	0,067280%
415	353660	SP	Paulo de Faria	8.909	0,6	0,067280%
416	353670	SP	Pederneiras	44.498	2,0	0,224266%
417	353680	SP	Pedra Bela	6.027	0,6	0,067280%
418	353690	SP	Pedranópolis	2.582	0,6	0,067280%
419	353700	SP	Pedregulho	16.450	1,0	0,112133%
420	353710	SP	Pedreira	45.052	2,0	0,224266%
421	353715	SP	Pedrinhas Paulista	3.062	0,6	0,067280%
422	353720	SP	Pedro de Toledo	10.880	0,8	0,089706%
423	353730	SP	Penápolis	61.726	2,4	0,269119%
424	353740	SP	Pereira Barreto	25.755	1,4	0,156986%
425	353750	SP	Pereiras	8.111	0,6	0,067280%
426	353760	SP	Peruíbe	64.531	2,4	0,269119%
427	353770	SP	Piacatu	5.683	0,6	0,067280%
428	353780	SP	Piedade	54.523	2,2	0,246692%
429	353790	SP	Pilar do Sul	28.097	1,4	0,156986%
430	353800	SP	Pindamonhangaba	158.864	4,0	0,448530%
431	353810	SP	Pindorama	16.180	1,0	0,112133%
432	353820	SP	Pinhalzinho	14.247	1,0	0,112133%
433	353830	SP	Piquerobi	3.672	0,6	0,067280%
434	353850	SP	Piquete	14.199	1,0	0,112133%
435	353860	SP	Piracaia	26.532	1,4	0,156986%
436	353870	SP	Piracicaba	388.412	4,0	0,448530%
437	353880	SP	Piraju	29.599	1,4	0,156986%
438	353890	SP	Pirajuí	24.325	1,4	0,156986%
439	353900	SP	Pirangi	11.167	0,8	0,089706%
440	353910	SP	Pirapora do Bom Jesus	17.372	1,2	0,134559%
441	353920	SP	Pirapozinho	26.374	1,4	0,156986%
442	353930	SP	Pirassununga	74.128	2,6	0,291545%
443	353940	SP	Piratininga	12.968	0,8	0,089706%
444	353950	SP	Pitangueiras	37.860	1,8	0,201839%
445	353960	SP	Planalto	4.876	0,6	0,067280%
446	353970	SP	Platina	3.406	0,6	0,067280%
447	353980	SP	Poá	112.917	3,2	0,358824%
448	353990	SP	Poloni	5.780	0,6	0,067280%
449	354000	SP	Pompéia	21.220	1,2	0,134559%
450	354010	SP	Pongaí	3.523	0,6	0,067280%
451	354020	SP	Pontal	45.119	2,0	0,224266%
452	354025	SP	Pontalinda	4.388	0,6	0,067280%
453	354030	SP	Pontes Gestal	2.593	0,6	0,067280%
454	354040	SP	Populina	4.284	0,6	0,067280%
455	354050	SP	Porangaba	9.162	0,6	0,067280%
456	354060	SP	Porto Feliz	51.628	2,2	0,246692%
457	354070	SP	Porto Ferreira	54.413	2,2	0,246692%
458	354075	SP	Potim	21.984	1,2	0,134559%
459	354080	SP	Potirendaba	16.557	1,0	0,112133%
460	354085	SP	Pracinha	3.433	0,6	0,067280%
461	354090	SP	Pradópolis	19.450	1,2	0,134559%
462	354100	SP	Praia Grande	293.695	4,0	0,448530%
463	354105	SP	Pratânia	4.967	0,6	0,067280%
464	354110	SP	Presidente Alves	4.192	0,6	0,067280%
465	354120	SP	Presidente Bernardes	13.645	1,0	0,112133%
466	354130	SP	Presidente Epitácio	43.348	1,8	0,201839%
467	354140	SP	Presidente Prudente	220.599	4,0	0,448530%
468	354150	SP	Presidente Venceslau	39.337	1,8	0,201839%
469	354160	SP	Promissão	38.380	1,8	0,201839%
470	354165	SP	Quadra	3.539	0,6	0,067280%
471	354170	SP	Quatá	13.603	1,0	0,112133%
472	354180	SP	Queiroz	3.114	0,6	0,067280%
473	354190	SP	Queluz	12.419	0,8	0,089706%
474	354200	SP	Quintana	6.389	0,6	0,067280%
475	354210	SP	Rafard	8.979	0,6	0,067280%
476	354220	SP	Rancharia	29.755	1,4	0,156986%
477	354230	SP	Redenção da Serra	3.941	0,6	0,067280%
478	354240	SP	Regente Feijó	19.602	1,2	0,134559%
479	354250	SP	Reginópolis	8.432	0,6	0,067280%
480	354260	SP	Registro	56.203	2,2	0,246692%
481	354270	SP	Restinga	7.139	0,6	0,067280%
482	354280	SP	Ribeira	3.418	0,6	0,067280%
483	354290	SP	Ribeirão Bonito	12.831	0,8	0,089706%
484	354300	SP	Ribeirão Branco	17.866	1,2	0,134559%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

485	354310	SP	Ribeirão Corrente	4.545	0,6	0,067280%
486	354320	SP	Ribeirão do Sul	4.574	0,6	0,067280%
487	354323	SP	Ribeirão dos Índios	2.247	0,6	0,067280%
488	354325	SP	Ribeirão Grande	7.675	0,6	0,067280%
489	354330	SP	Ribeirão Pires	119.644	3,4	0,381250%
490	354340	SP	Ribeirão Preto	658.059	4,0	0,448530%
491	354360	SP	Rifaina	3.586	0,6	0,067280%
492	354370	SP	Rincão	10.782	0,8	0,089706%
493	354380	SP	Rinópolis	10.152	0,6	0,067280%
494	354390	SP	Rio Claro	198.413	4,0	0,448530%
495	354400	SP	Rio das Pedras	32.489	1,6	0,179412%
496	354410	SP	Rio Grande da Serra	47.731	2,0	0,224266%
497	354420	SP	Riolândia	11.600	0,8	0,089706%
498	354350	SP	Riversul	6.017	0,6	0,067280%
499	354425	SP	Rosana	18.803	1,2	0,134559%
500	354430	SP	Roseira	10.257	0,8	0,089706%
501	354440	SP	Rubiácea	2.950	0,6	0,067280%
502	354450	SP	Rubinéia	3.039	0,6	0,067280%
503	354460	SP	Sabino	5.477	0,6	0,067280%
504	354470	SP	Sagres	2.458	0,6	0,067280%
505	354480	SP	Sales	5.929	0,6	0,067280%
506	354490	SP	Sales Oliveira	11.333	0,8	0,089706%
507	354500	SP	Salesópolis	16.576	1,0	0,112133%
508	354510	SP	Salmourão	5.116	0,6	0,067280%
509	354515	SP	Saltinho	7.714	0,6	0,067280%
510	354520	SP	Salto	113.127	3,2	0,358824%
511	354530	SP	Salto de Pirapora	43.148	1,8	0,201839%
512	354540	SP	Salto Grande	9.190	0,6	0,067280%
513	354550	SP	Sandovalina	4.026	0,6	0,067280%
514	354560	SP	Santa Adélia	15.098	1,0	0,112133%
515	354570	SP	Santa Albertina	5.956	0,6	0,067280%
516	354580	SP	Santa Bárbara d'Oeste	189.233	4,0	0,448530%
517	354600	SP	Santa Branca	14.465	1,0	0,112133%
518	354610	SP	Santa Clara d'Oeste	2.139	0,6	0,067280%
519	354620	SP	Santa Cruz da Conceição	4.292	0,6	0,067280%
520	354625	SP	Santa Cruz da Esperança	2.070	0,6	0,067280%
521	354630	SP	Santa Cruz das Palmeiras	32.384	1,6	0,179412%
522	354640	SP	Santa Cruz do Rio Pardo	46.366	2,0	0,224266%
523	354650	SP	Santa Ernestina	5.691	0,6	0,067280%
524	354660	SP	Santa Fé do Sul	31.113	1,6	0,179412%
525	354670	SP	Santa Gertrudes	24.272	1,4	0,156986%
526	354680	SP	Santa Isabel	54.363	2,2	0,246692%
527	354690	SP	Santa Lúcia	8.651	0,6	0,067280%
528	354700	SP	Santa Maria da Serra	5.840	0,6	0,067280%
529	354710	SP	Santa Mercedes	2.933	0,6	0,067280%
530	354740	SP	Santa Rita d'Oeste	2.574	0,6	0,067280%
531	354750	SP	Santa Rita do Passa Quatro	27.457	1,4	0,156986%
532	354760	SP	Santa Rosa de Viterbo	25.459	1,4	0,156986%
533	354765	SP	Santa Salete	1.517	0,6	0,067280%
534	354720	SP	Santana da Ponte Pensa	1.610	0,6	0,067280%
535	354730	SP	Santana de Parnaíba	123.825	3,4	0,381250%
536	354770	SP	Santo Anastácio	21.051	1,2	0,134559%
537	354780	SP	Santo André	707.613	4,0	0,448530%
538	354790	SP	Santo Antônio da Alegria	6.692	0,6	0,067280%
539	354800	SP	Santo Antônio de Posse	22.176	1,2	0,134559%
540	354805	SP	Santo Antônio do Aracanguá	8.109	0,6	0,067280%
541	354810	SP	Santo Antônio do Jardim	6.065	0,6	0,067280%
542	354820	SP	Santo Antônio do Pinhal	6.750	0,6	0,067280%
543	354830	SP	Santo Expedito	2.988	0,6	0,067280%
544	354840	SP	Santópolis do Aguapeí	4.572	0,6	0,067280%
545	354850	SP	Santos	433.565	4,0	0,448530%
546	354860	SP	São Bento do Sapucaí	10.848	0,8	0,089706%
547	354870	SP	São Bernardo do Campo	811.489	4,0	0,448530%
548	354880	SP	São Caetano do Sul	157.205	4,0	0,448530%
549	354890	SP	São Carlos	238.958	4,0	0,448530%
550	354900	SP	São Francisco	2.861	0,6	0,067280%
551	354910	SP	São João da Boa Vista	88.477	2,8	0,313972%
552	354920	SP	São João das Duas Pontes	2.618	0,6	0,067280%
553	354925	SP	São João de Iracema	1.875	0,6	0,067280%
554	354930	SP	São João do Pau d'Alho	2.145	0,6	0,067280%
555	354940	SP	São Joaquim da Barra	49.690	2,0	0,224266%
556	354950	SP	São José da Bela Vista	8.791	0,6	0,067280%
557	354960	SP	São José do Barreiro	4.188	0,6	0,067280%
558	354970	SP	São José do Rio Pardo	54.209	2,2	0,246692%
559	354980	SP	São José do Rio Preto	438.354	4,0	0,448530%
560	354990	SP	São José dos Campos	681.036	4,0	0,448530%
561	354995	SP	São Lourenço da Serra	15.028	1,0	0,112133%
562	355000	SP	São Luís do Paraitinga	10.726	0,8	0,089706%
563	355010	SP	São Manuel	40.200	1,8	0,201839%
564	355020	SP	São Miguel Arcanjo	32.696	1,6	0,179412%
565	355040	SP	São Pedro	33.966	1,6	0,179412%
566	355050	SP	São Pedro do Turvo	7.538	0,6	0,067280%
567	355060	SP	São Roque	85.502	2,8	0,313972%
568	355070	SP	São Sebastião	81.718	2,8	0,313972%
569	355080	SP	São Sebastião da Grama	12.374	0,8	0,089706%
570	355090	SP	São Simão	15.041	1,0	0,112133%
571	355100	SP	São Vicente	353.040	4,0	0,448530%
572	355110	SP	Sarapuí	9.734	0,6	0,067280%
573	355120	SP	Sarutaiá	3.700	0,6	0,067280%
574	355130	SP	Sebastianópolis do Sul	3.293	0,6	0,067280%
575	355140	SP	Serra Azul	12.908	0,8	0,089706%
576	355160	SP	Serra Negra	28.103	1,4	0,156986%
577	355150	SP	Serrana	42.264	1,8	0,201839%
578	355170	SP	Sertãozinho	118.864	3,4	0,381250%
579	355180	SP	Sete Barras	13.190	0,8	0,089706%
580	355190	SP	Severínia	16.646	1,0	0,112133%
581	355200	SP	Silveiras	6.121	0,6	0,067280%
582	355210	SP	Socorro	39.227	1,8	0,201839%
583	355220	SP	Sorocaba	637.187	4,0	0,448530%
584	355230	SP	Sud Mennucci	7.702	0,6	0,067280%
585	355240	SP	Sumaré	262.308	4,0	0,448530%
586	355255	SP	Suzanápolis	3.693	0,6	0,067280%
587	355250	SP	Suzano	282.441	4,0	0,448530%
588	355260	SP	Tabapuã	12.027	0,8	0,089706%
589	355270	SP	Tabatinga	15.738	1,0	0,112133%
590	355280	SP	Taboão da Serra	268.321	4,0	0,448530%
591	355290	SP	Taciba	6.067	0,6	0,067280%
592	355300	SP	Taguaí	12.314	0,8	0,089706%

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

593	355310	SP	Taiaçu	6.179	0,6	0,067280%
594	355320	SP	Taiúva	5.605	0,6	0,067280%
595	355330	SP	Tambaú	23.187	1,2	0,134559%
596	355340	SP	Tanabi	25.335	1,4	0,156986%
597	355350	SP	Tapiraí	8.085	0,6	0,067280%
598	355360	SP	Tapiratiba	13.084	0,8	0,089706%
599	355365	SP	Taquaral	2.817	0,6	0,067280%
600	355370	SP	Taquaritinga	56.398	2,2	0,246692%
601	355380	SP	Taquarituba	23.123	1,2	0,134559%
602	355385	SP	Taquarivaí	5.548	0,6	0,067280%
603	355390	SP	Tarabai	7.099	0,6	0,067280%
604	355395	SP	Tarumã	14.027	1,0	0,112133%
605	355400	SP	Tatuí	115.515	3,4	0,381250%
606	355410	SP	Taubaté	299.423	4,0	0,448530%
607	355420	SP	Tejupá	4.788	0,6	0,067280%
608	355430	SP	Teodoro Sampaio	22.551	1,2	0,134559%
609	355440	SP	Terra Roxa	9.036	0,6	0,067280%
610	355450	SP	Tietê	39.765	1,8	0,201839%
611	355460	SP	Timburi	2.704	0,6	0,067280%
612	355465	SP	Torre de Pedra	2.365	0,6	0,067280%
613	355470	SP	Torrinha	9.801	0,6	0,067280%
614	355475	SP	Trabiju	1.650	0,6	0,067280%
615	355480	SP	Tremembé	44.399	2,0	0,224666%
616	355490	SP	Três Fronteiras	5.694	0,6	0,067280%
617	355495	SP	Tuiuti	6.452	0,6	0,067280%
618	355500	SP	Tupã	65.596	2,4	0,269119%
619	355510	SP	Tupi Paulista	15.066	1,0	0,112133%
620	355520	SP	Turiúba	2.005	0,6	0,067280%
621	355530	SP	Turmalina	1.912	0,6	0,067280%
622	355535	SP	Ubarana	5.822	0,6	0,067280%
623	355540	SP	Ubatuba	85.399	2,8	0,313972%
624	355550	SP	Ubirajara	4.662	0,6	0,067280%
625	355560	SP	Uchoa	9.927	0,6	0,067280%
626	355570	SP	União Paulista	1.733	0,6	0,067280%
627	355580	SP	Urânia	9.128	0,6	0,067280%
628	355590	SP	Uru	1.240	0,6	0,067280%
629	355600	SP	Urupês	13.426	0,8	0,089706%
630	355610	SP	Valentim Gentil	12.217	0,8	0,089706%
631	355620	SP	Valinhos	118.312	3,4	0,381250%
632	355630	SP	Valparaíso	24.663	1,4	0,156986%
633	355635	SP	Vargem	9.704	0,6	0,067280%
634	355640	SP	Vargem Grande do Sul	41.547	1,8	0,201839%
635	355645	SP	Vargem Grande Paulista	47.879	2,0	0,224666%
636	355650	SP	Várzea Paulista	115.403	3,2	0,358824%
637	355660	SP	Vera Cruz	11.014	0,8	0,089706%
638	355670	SP	Vinhedo	71.217	2,4	0,269119%
639	355680	SP	Viradouro	18.311	1,2	0,134559%
640	355690	SP	Vista Alegre do Alto	7.830	0,6	0,067280%
641	355695	SP	Vitória Brasil	1.815	0,6	0,067280%
642	355700	SP	Votorantim	116.706	3,4	0,381250%
643	355710	SP	Votuporanga	90.508	2,8	0,313972%
644	355715	SP	Zacarias	2.542	0,6	0,067280%
			T O T A L	32.139.411	891,8	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141
ANEXO IX
FPM - INTERIOR - CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2015
Estado: TO - TOCANTINS

Seq	Código IBGE	UF	Município	População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2014)	CIFPM - Interior	Participação Relativa no Total do Estado
				A	B	C
						(B / tot.B) x 100
1	170025	TO	Abreulândia	2.523	0,6	0,597610%
2	170030	TO	Aguiarnópolis	5.987	0,6	0,597610%
3	170035	TO	Aliança do Tocantins	5.645	0,6	0,597610%
4	170040	TO	Almas	7.480	0,6	0,597610%
5	170070	TO	Alvorada	8.546	0,6	0,597610%
6	170100	TO	Ananás	9.900	0,6	0,597610%
7	170105	TO	Angico	3.355	0,6	0,597610%
8	170110	TO	Aparecida do Rio Negro	4.561	0,6	0,597610%
9	170130	TO	Aragominas	5.933	0,6	0,597610%
10	170190	TO	Araguacema	6.791	0,6	0,597610%
11	170200	TO	Araguaçu	8.822	0,6	0,597610%
12	170210	TO	Araguaína	167.176	4,0	3,984055%
13	170215	TO	Araguanã	5.448	0,6	0,597610%
14	170220	TO	Araguatins	33.963	1,6	1,593625%
15	170230	TO	Arapoema	6.821	0,6	0,597610%
16	170240	TO	Arraias	10.805	0,8	0,796813%
17	170255	TO	Augustinópolis	17.386	1,2	1,195219%
18	170270	TO	Aurora do Tocantins	3.654	0,6	0,597610%
19	170290	TO	Axixá do Tocantins	9.669	0,6	0,597610%
20	170300	TO	Babaçulândia	10.728	0,8	0,796813%
21	170305	TO	Bandeirantes do Tocantins	3.379	0,6	0,597610%
22	170307	TO	Barra do Ouro	4.416	0,6	0,597610%
23	170310	TO	Barrolândia	5.579	0,6	0,597610%
24	170320	TO	Bernardo Sayão	4.540	0,6	0,597610%
25	170330	TO	Bom Jesus do Tocantins	4.361	0,6	0,597610%
26	170360	TO	Brasilândia do Tocantins	2.166	0,6	0,597610%
27	170370	TO	Brejinho de Nazaré	5.426	0,6	0,597610%
28	170380	TO	Buriti do Tocantins	10.681	0,8	0,796813%
29	170382	TO	Cachoeirinha	2.246	0,6	0,597610%
30	170384	TO	Campos Lindos	9.207	0,6	0,597610%
31	170386	TO	Cariri do Tocantins	4.116	0,6	0,597610%
32	170388	TO	Carmolândia	2.482	0,6	0,597610%
33	170389	TO	Carrasco Bonito	3.945	0,6	0,597610%
34	170390	TO	Caseara	5.043	0,6	0,597610%
35	170410	TO	Centenário	2.771	0,6	0,597610%
36	170510	TO	Chapada da Natividade	3.363	0,6	0,597610%
37	170460	TO	Chapada de Areia	1.391	0,6	0,597610%
38	170550	TO	Colinas do Tocantins	33.535	1,6	1,593625%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

39	171670	TO	Colméia	8.581	0,6	0,597610%
40	170555	TO	Combinado	4.839	0,6	0,597610%
41	170560	TO	Conceição do Tocantins	4.224	0,6	0,597610%
42	170600	TO	Couto de Magalhães	5.370	0,6	0,597610%
43	170610	TO	Cristalândia	7.393	0,6	0,597610%
44	170625	TO	Crixás do Tocantins	1.666	0,6	0,597610%
45	170650	TO	Darcinópolis	5.753	0,6	0,597610%
46	170700	TO	Dianópolis	20.870	1,2	1,195219%
47	170710	TO	Divinópolis do Tocantins	6.729	0,6	0,597610%
48	170720	TO	Dois Irmãos do Tocantins	7.311	0,6	0,597610%
49	170730	TO	Dueré	4.720	0,6	0,597610%
50	170740	TO	Esperantina	10.356	0,8	0,796813%
51	170755	TO	Fátima	3.889	0,6	0,597610%
52	170765	TO	Figueirópolis	5.403	0,6	0,597610%
53	170770	TO	Filadélfia	8.824	0,6	0,597610%
54	170820	TO	Formoso do Araguaia	18.773	1,2	1,195219%
55	170825	TO	Fortaleza do Tabocão	2.542	0,6	0,597610%
56	170830	TO	Goianorte	5.125	0,6	0,597610%
57	170900	TO	Goiatins	12.730	0,8	0,796813%
58	170930	TO	Guaraí	24.892	1,4	1,394414%
59	170950	TO	Gurupi	82.762	2,8	2,788836%
60	170980	TO	Ipueiras	1.843	0,6	0,597610%
61	171050	TO	Itacajá	7.388	0,6	0,597610%
62	171070	TO	Itaguatins	6.063	0,6	0,597610%
63	171090	TO	Itapiratins	3.711	0,6	0,597610%
64	171110	TO	Itaporã do Tocantins	2.482	0,6	0,597610%
65	171150	TO	Jaú do Tocantins	3.730	0,6	0,597610%
66	171180	TO	Juarina	2.253	0,6	0,597610%
67	171190	TO	Lagoa da Confusão	11.859	0,8	0,796813%
68	171195	TO	Lagoa do Tocantins	3.957	0,6	0,597610%
69	171200	TO	Lajeado	2.991	0,6	0,597610%
70	171215	TO	Lavandeira	1.782	0,6	0,597610%
71	171240	TO	Lizarda	3.801	0,6	0,597610%
72	171245	TO	Luzinópolis	2.896	0,6	0,597610%
73	171250	TO	Marianópolis do Tocantins	4.814	0,6	0,597610%
74	171270	TO	Mateiros	2.478	0,6	0,597610%
75	171280	TO	Maurilândia do Tocantins	3.338	0,6	0,597610%
76	171320	TO	Miracema do Tocantins	19.934	1,2	1,195219%
77	171330	TO	Miranorte	13.232	0,8	0,796813%
78	171360	TO	Monte do Carmo	7.412	0,6	0,597610%
79	171370	TO	Monte Santo do Tocantins	2.213	0,6	0,597610%
80	171395	TO	Muricilândia	3.395	0,6	0,597610%
81	171420	TO	Natividade	9.279	0,6	0,597610%
82	171430	TO	Nazaré	4.239	0,6	0,597610%
83	171488	TO	Nova Olinda	11.408	0,8	0,796813%
84	171500	TO	Nova Rosalândia	4.066	0,6	0,597610%
85	171510	TO	Novo Acordo	4.101	0,6	0,597610%
86	171515	TO	Novo Alegre	2.350	0,6	0,597610%
87	171525	TO	Novo Jardim	2.625	0,6	0,597610%
88	171550	TO	Oliveira de Fátima	1.091	0,6	0,597610%
89	171570	TO	Palmeirante	5.543	0,6	0,597610%
90	171380	TO	Palmeiras do Tocantins	6.272	0,6	0,597610%
91	171575	TO	Palmeirópolis	7.623	0,6	0,597610%
92	171610	TO	Paraíso do Tocantins	48.409	2,0	1,992024%
93	171620	TO	Paranã	10.579	0,8	0,796813%
94	171630	TO	Pau D'Arco	4.793	0,6	0,597610%
95	171650	TO	Pedro Afonso	12.698	0,8	0,796813%
96	171660	TO	Peixe	11.209	0,8	0,796813%
97	171665	TO	Pequizeiro	5.344	0,6	0,597610%
98	171700	TO	Pindorama do Tocantins	4.562	0,6	0,597610%
99	171720	TO	Piraquê	3.024	0,6	0,597610%
100	171750	TO	Pium	7.264	0,6	0,597610%
101	171780	TO	Ponte Alta do Bom Jesus	4.652	0,6	0,597610%
102	171790	TO	Ponte Alta do Tocantins	7.712	0,6	0,597610%
103	171800	TO	Porto Alegre do Tocantins	3.007	0,6	0,597610%
104	171820	TO	Porto Nacional	51.846	2,2	2,191226%
105	171830	TO	Praia Norte	8.158	0,6	0,597610%
106	171840	TO	Presidente Kennedy	3.750	0,6	0,597610%
107	171845	TO	Pugmil	2.561	0,6	0,597610%
108	171850	TO	Recursolândia	4.081	0,6	0,597610%
109	171855	TO	Riachinho	4.478	0,6	0,597610%
110	171865	TO	Rio da Conceição	1.938	0,6	0,597610%
111	171870	TO	Rio dos Bois	2.740	0,6	0,597610%
112	171875	TO	Rio Sono	6.473	0,6	0,597610%
113	171880	TO	Sampaio	4.329	0,6	0,597610%
114	171884	TO	Sandolândia	3.411	0,6	0,597610%
115	171886	TO	Santa Fé do Araguaia	7.144	0,6	0,597610%
116	171888	TO	Santa Maria do Tocantins	3.198	0,6	0,597610%
117	171889	TO	Santa Rita do Tocantins	2.278	0,6	0,597610%
118	171890	TO	Santa Rosa do Tocantins	4.773	0,6	0,597610%
119	171900	TO	Santa Tereza do Tocantins	2.729	0,6	0,597610%
120	172000	TO	Santa Terezinha do Tocantins	2.545	0,6	0,597610%
121	172010	TO	São Bento do Tocantins	5.026	0,6	0,597610%
122	172015	TO	São Félix do Tocantins	1.532	0,6	0,597610%
123	172020	TO	São Miguel do Tocantins	11.436	0,8	0,796813%
124	172025	TO	São Salvador do Tocantins	3.044	0,6	0,597610%
125	172030	TO	São Sebastião do Tocantins	4.604	0,6	0,597610%
126	172049	TO	São Valério da Natividade	4.267	0,6	0,597610%
127	172065	TO	Silvanópolis	5.318	0,6	0,597610%
128	172080	TO	Sítio Novo do Tocantins	9.270	0,6	0,597610%
129	172085	TO	Sucupira	1.878	0,6	0,597610%
130	172090	TO	Taguatinga	16.086	1,0	0,996008%
131	172093	TO	Taipas do Tocantins	2.075	0,6	0,597610%
132	172097	TO	Talismã	2.716	0,6	0,597610%
133	172110	TO	Tocantínia	7.236	0,6	0,597610%
134	172120	TO	Tocantinópolis	23.153	1,2	1,195219%
135	172125	TO	Tupirama	1.751	0,6	0,597610%
136	172130	TO	Tupiratins	2.402	0,6	0,597610%
137	172208	TO	Wanderlândia	11.509	0,8	0,796813%
138	172210	TO	Xambioá	11.722	0,8	0,796813%
			T O T A L	1.231.471	100,4	100,000000%

Legenda:
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
CIFPM - Coeficiente Individual do FPM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO NORMATIVA - TCU - Nº 141

ANEXO X

FPM - NOTA EXPLICATIVA DA METODOLOGIA DE CÁLCULO

EXERCÍCIO 2015

Em cumprimento ao item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais relativas ao cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Portanto, esta nota explicativa detalha a metodologia empregada para o cálculo dos coeficientes do FPM fixados pela presente Decisão Normativa, que terão vigência em 2015.

Cabe ressaltar que eventuais alterações, determinadas por decisão judicial, na população informada pelo IBGE e publicada na Decisão Normativa são aplicadas exclusivamente para fins de cálculo do FPM e não devem ser utilizadas fora desse contexto. Nesse sentido, considera-se que o dado populacional oficial dos municípios é aquele definido e informado pelo IBGE.

Os Anexos IV, V e IX da presente Decisão Normativa-TCU apresentam, para os três grupos definidos para o FPM ("Capitais", "Reserva" e "Interior"), as tabelas com os coeficientes individuais de cada município (CIFPM). As tabelas apresentadas foram construídas a partir dos preceitos legais e seguem a seguinte metodologia:

1) TABELA "FPM - CAPITAIS" (ANEXO IV)

"Código": código de cada capital atribuído pela Fundação IBGE;

"População" (Coluna A): mostra, para as capitais, as populações fornecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com data de referência em 1°/7/2014 (art. 102 da Lei 8.443/1992);

"Fator população" (Coluna B): lista o fator população de cada ente, obtido consoante o Código Tributário Nacional (art. 91, § 1º, da Lei 5.172/1966) - calcula-se a relação entre a população de cada ente e o somatório das populações das capitais. Com esse valor, extrai-se o fator correspondente a partir da Tabela "FPM - Fator população", Anexo II da presente Decisão Normativa;

"Renda *per capita* 2012" (Coluna C): mostra os valores de renda *per capita* relativos ao exercício de 2012, fornecidos pelo IBGE, considerando-se a população daquele exercício. Esses valores são apurados pelo IBGE por Unidade da Federação, com defasagem de dois anos, e o valor utilizado pela capital corresponde ao informado pelo IBGE para a respectiva UF. Já a renda *per capita* média corresponde à razão entre o PIB total do Brasil e o número total de habitantes de 2012;

"Fator renda *per capita* " (Coluna D): lista o fator renda *per capita* de cada estado, obtido consoante o Código Tributário Nacional (art. 90 da Lei 5.172/1966) - calcula-se a relação entre a renda *per capita* de cada estado e a renda *per capita* do País, e, com o inverso desse valor (expresso em percentual), extrai-se o fator correspondente a partir da Tabela "FPM - Fator renda per capita", Anexo III da presente Decisão Normativa;

"CIFPM-Capital" (Coluna E): expressa o produto dos dois fatores (população e renda *per capita*) indicados nas colunas C e E, conforme o disposto no CTN (art. 91, § 1º, da Lei 5.172/1966);

"Participação relativa no Total das Capitais" (Coluna F): apresenta a participação relativa, isto é, o percentual a que cada capital tem direito no montante financeiro destinado ao grupo "Capitais". É dado pela relação entre o "CIFPM-Capital" (Coluna E) da capital e o somatório da coluna E.

Observação: a participação relativa de algumas capitais (Coluna F) foi ajustada, quando necessário, para que a soma das parcelas do grupo "Capitais" resultasse em 100%, considerando a precisão utilizada de 6 (seis) casas decimais.

2) TABELA "FPM - RESERVA" (ANEXO V)

O requisito para um município participar da "Reserva" é o de possuir "CIFPM-Interior" no valor de 3,8 ou 4,0 (Lei Complementar 91/1997, art. 3º, § 1º). O cálculo dos coeficientes ("CIFPM-Reserva") e a "Participação Relativa no Total da Reserva" para os municípios integrantes do grupo "Reserva" segue basicamente a mesma metodologia empregada para o grupo "Capitais", visto que o coeficiente apurado também provém do produto dos fatores população e renda *per capita*.

Quanto à renda *per capita*, os valores são apurados pelo IBGE por Unidade da Federação e o valor utilizado para o município da reserva corresponde ao informado pelo IBGE para a UF a que ele pertence;

Observação: a participação relativa de alguns municípios da "Reserva" (Coluna F) foi ajustada, quando necessário, para que a soma das parcelas do grupo "Reserva" resultasse em 100%, considerando a precisão utilizada de 6 (seis) casas decimais.

3) TABELA "FPM - INTERIOR" (ANEXO IX)

"Código": código de cada município atribuído pela Fundação IBGE.

"População" (Coluna A): mostra, para os municípios do interior, as populações fornecidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com data de referência em 1°/7/2014 (art. 102 da Lei 8.443/1992);

"CIFPM Interior" (Coluna B): coeficientes obtidos pelo emprego da Tabela "FPM - Interior - Tabela para o cálculo de coeficientes", Anexo VII da presente Decisão Normativa, a partir do tamanho da população de cada município;

"Participação relativa no Total do Estado" (Coluna C): apresenta a participação relativa, isto é, o percentual a que cada município tem direito no montante financeiro destinado ao respectivo estado. É dado pela relação entre o "CIFPM Interior" (Coluna B) do município e o somatório da coluna B.

Observação 1: a distribuição aos estados do montante destinado ao grupo "Interior" é apresentada no Anexo VI da presente Decisão Normativa, "FPM - Interior - Participação dos estados no total a distribuir" (Lei Complementar 62/1989 e Resolução-TCU 242/1990).

Observação 2: a participação relativa de alguns municípios (Coluna C) foi ajustada, quando necessário, para que a soma das parcelas dentro de cada estado resultasse em 100%, considerando a precisão utilizada de 6 (seis) casas decimais.

1ª CÂMARA

ATA Nº 42, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretário da Primeira Câmara: TEFC Paulo Morum Xavier

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Ausentes, por motivo de férias, o Ministro Benjamin Zymler e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e, justificadamente, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 41, referente à Sessão realizada em 11 de novembro de 2014.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foi excluído de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo nº 012.171/2003-5, cujo Relator é o Ministro Bruno Dantas.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 7163 a 7316.

RELAÇÃO Nº 37/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 7163/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em adotar a seguinte medida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.214/2012-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Hilda Duarte Batista de Faria (253.076.226-00); Joao Batista Gomes Soares (124.672.946-68); Julio Luiz Moreira de Morais (130.846.316-20); Maria Antonieta Rubião do Val (221.996.756-53); Maria Cely Horta Ramos (174.835.576-72); Maria do Carmo Reis (195.378.086-53); Marli Pereira Baia de Andrade (305.179.316-72); Nair Guedes Viana Gomes (795.503.476-72); Pablino Duarte Paredes (064.972.096-20); Roberto Gomes Dias (010.891.706-10); Tomaz Jacinto de Fraga Filho (117.479.436-49); Valdecy Antonio Pereira de Almeida (102.215.906-25); Valdeir Almeida Cangussu (045.537.306-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Medida: reiterar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais a determinação estabelecida no item 1.6 do Acórdão 2343/2012 - TCU - 1ª Câmara, no sentido de cadastrar no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novo ato de aposentadoria de *Nair Guedes Viana Gomes* (CPF 795.503.476-72), livre das inconsistências apontadas pelo TCU.

ACÓRDÃO Nº 7164/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.353/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eloiza Grativol Nunes (707.714.137-34); Ivanildo de Melo Barbosa (000.632.154-20); Ivanildo de Melo Barbosa (000.632.154-20); Roberto Regis Magalhaes Pinto (203.179.307-10); Sonia Maria de Oliveira Vellozo (263.371.777-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Oswaldo Cruz que, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, providencie o envio ao controle interno do ato de aposentadoria 10487204-04-2012-000068-6, de interesse de *Ivanildo de Melo Barbosa* (CPF 000.632.154-20), nos termos do subitem 1.6 do Acórdão 2584/2012 - TCU - 1ª Câmara e da IN - TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 7165/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.423/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adaury Monteiro de Oliveira (120.030.261-34); Almir Washington de Freitas (009.588.401-72); Augusto Nogueira Mena Barreto (036.433.873-34); Demeral de Lima e Souza (097.392.381-49); Edilson Oliveira dos Santos (144.081.551-87); Edson Nery da Fonseca (000.230.601-82); José Fernandes Neto (123.693.491-15); Lázaro Carneiro da Silva (009.496.981-72); Otacílio Camelo da Silva (046.856.101-30); Pedro Ivan Pellegrini (151.864.741-34); Vanderilo Rodrigues da Silva (032.779.841-68)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7166/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.521/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademir Monteiro e Silva (288.336.867-87); Alexandre Pfaender (001.832.961-68); Altamiro Cruz (000.357.851-87); Amaro Correa de Oliveira (008.123.151-20); Antonio Pereira da Silva (084.342.391-91); Antônio Soares (045.003.507-72); Arary Benedicto de Aguiar (001.537.371-15); Helen Garcia Baptista Cunha (296.187.461-00); Joaquim Pinto (024.255.051-72); João Augusto de Oliveira Santos (359.844.067-72); João Batista de Lima Filho (009.804.471-00); Ligia Maria Barbedo Ferreira (398.850.039-91); Maria Julieta Assumpção dos Santos (068.721.071-20); Maximiano Vianna (000.011.631-91); Otacílio Junqueira Barreto (276.163.041-68)

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7167/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-000.983/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Francisca da Silva (531.723.532-49); Maria Olinda Silva Serra (896.827.852-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7168/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.990/2011-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Helena Ovidia de Faria (591.125.307-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7169/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.356/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Helena de Miranda Lage Caetano (859.679.986-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7170/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.662/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antônia Maria Mendes (908.731.306-34); Izabel Maria da Conceição (277.265.844-91); Juracy Umbelina de Jesus Ramiher (606.044.097-53); Marinalva Pinheiro Queiroz (894.725.785-00); Quitéria Maria de Lima (413.265.568-78); Socorro Vieira da Silva (283.214.054-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7171/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.302/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elizabeth Ramos dos Santos Silva (818.280.713-15); Ester Alves Mendonça (073.260.843-00); Rosalva Cavalcante Bezerra de Sena (000.929.673-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7172/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, e em fazer a determinação constante do item 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.476/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria das Graças Pereira Orrico (001.247.235-27); Valdelice Alves Lins (413.471.535-00)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema SISAC, tendo por base as informações constantes do sistema SIAPE, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7173/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas do Sr. Nilton José de Andrade (CPF 358.460.707-87), regulares com ressalva, dando-lhe quitação, e, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas dos Srs. Vanderlei Faioli (CPF 689.203.187-00) e Wilson de Almeida Laranja Júnior (CPF 249.653.167-20), regulares, dando-lhes quitação plena, fazendo-se a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.737/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Nilton José de Andrade (358.460.707-87); Vanderlei Faioli (CPF 689.203.187-00); Wilson de Almeida Laranja Júnior (249.653.167-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Secex-ES que remeta ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo cópia do relato da CGU correspondente ao item 6.1.1.3 do Relatório de Auditoria de Gestão 201203670 (peça 4, páginas 129 a 131), para apuração, caso entenda cabível, na esfera de sua competência, de alegada alteração, na construção dos reservatórios de abastecimento de água das aldeias indígenas de Comboios, Pau-Brasil e Irajá, em Aracruz-ES, sob a responsabilidade da Superintendência Estadual da Funasa no Espírito Santo, do projeto estrutural sem autorização do projetista original e sem parecer técnico do responsável pela modificação.

ACÓRDÃO Nº 7174/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5709/2014-TCU-1ª Câmara, para onde se lê: *"1.1. Responsáveis: Artur Roberto Couto (329.664.747-34); José Leôncio de Andrade Feitosa (311.058.747-53); Paulo Szarvas (699.006.207-04); Pedro Luiz Haffer Cantisano (273.840.717-04)"*, leia-se: *"1.1. Responsáveis: José Leôncio de Andrade Feitosa (311.058.747-53); Paulo Szarvas (699.006.207- 04); Pedro Luiz Heffer Cantisano (273.840.717-04)"*, e mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.148/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Artur Roberto Couto (329.664.747-34); José Leôncio de Andrade Feitosa (311.058.747-53); Paulo Szarvas (699.006.207-04); Pedro Luiz Haffer Cantisano (273.840.717-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7175/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 613/2014-TCU-1ª Câmara, para onde se lê: *"9.2. Julgar irregulares as contas e em débito..., o recolhimento da referida quantia aos cofres da Caixa Econômica Federal"; "9.3. Julgar irregulares as contas e em débito..., o recolhimento da referida quantia aos cofres da Caixa Econômica Federal"*, leia-se: *"9.2. Julgar irregulares as contas e em débito..., o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional; 9.3. Julgar irregulares as contas e em débito..., o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional";* e mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.125/2011-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Augusto Veiga (056.760.102-15); Eduardo Azevedo (014.473.512-15)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jacareacanga - PA
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7176/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, dando-se ciência desta deliberação ao representante, ao Dnit e à empresa STE - Serviços Técnicos de Engenharia S/A, de acordo com o parecer da SecobRodov:

1. Processo TC-014.508/2007-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Paulo Roberto Coelho de Godoy (219.919.287-34); Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (STE) (88.849.773/0001-98)
1.2. Interessados: 1ª Secretaria de Controle Externo - TCU; Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (STE) (88.849.773/0001-98)
1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7177/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, tendo em vista que a matéria tratada não se insere dentre as competências deste Tribunal, dando-se ciência desta deliberação à representante e promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-029.789/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Senado Federal (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 36/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 7178/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.532/2014-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana da Silva (386.664.482-53)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7179/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.411/2006-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Alda Fontes Lima de Castro (197.109.842-68)
1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7180/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.494/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Helia Maria do Nascimento (451.606.357-34)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7181/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.089/2009-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Almerindo Gomes de Souza (154.290.591-53)
1.2. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7182/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.881/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antônio Pereira Rabêlo (616.838.843-53); Cintia Beatriz de Freitas Alves (628.414.161-00); Joice da Silva Gama (727.703.761-87); Márcio Denilson de Sousa Morais (829.248.561-91); Rafael Esdras Fonseca de Alencar (036.275.754-23); Rafael Muniz Murta (046.306.906-46)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7183/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.374/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Sandes Silva (020.180.915-06); Adriano Augusto Santos Gerosino da Silva (026.355.864-97); Agatha Cristina Bueno Takeda (316.653.118-19); Agnes Rangel Zanetti (698.240.967-87); Airton Barata de Azevedo (738.191.072-15); Alexander Barbosa de Faria (081.438.157-06); Alexandre Lima Tavares (870.120.492-00); Anderson Alves Ferreira (092.772.757-90); Ângela Oliveira de Sousa (039.683.293-84); Antonio Ferreira de Brito (877.788.902-91); Antonio Herculano Joaquim Junior (042.101.169-63); Carla Cristina da Silva (032.757.907-22); Carlos Eduardo Rosa Santos (029.766.749-14); Claudio Machado Pasini (857.808.558-20); Claudson Roberto Ferreira Silva (010.511.194-56); Cristiano dos Santos Benvindo (087.242.087-60); Diane Braga Quindere Brito (676.273.902-49); Diego Ricardo Laranjeira (029.541.114-70); Eliane da Silveira Franco (044.135.328-21); Elisa Moreira Alves Pessi (024.995.811-23); Elizania Bezerra de Melo Nascimento (009.527.664-50); Elton José do Nascimento Barreto (635.787.782-49); Esnard Pinto Cunha (373.056.891-49); Evandro Silva Pereira (755.598.203-00); Felipe Campos Mendes (101.859.426-44); Fernando Miranda Gomes (025.188.544-52); Frederico de Backer Mendes Ferreira (104.221.917-60); Gleice Santos Dias Rodrigues (850.058.272-34); Guilherme Lohmann Togni (734.144.090-20); Heliton José Nogacz (421.319.019-68); Israel Andrade Kinpara (694.036.602-44); Jean Paulo Silva Teixeira da Costa (118.731.767-59); João Gabriel Andrade da Costa (762.648.902-00); Karin Schulze Damiani (247.986.309-34); Karla Araujo Olivio (951.536.912-68); Larissa Fernandes de Oliveira (722.757.231-53); Leonardo Guilherme de Abreu Vitorino (003.030.083-50); Leonardo da Silva Moreira (087.125.777-74); Luca Rizzatti Mendes (035.502.231-10); Luciana Alves da Macena (860.124.441-68); Luciana Mafra (022.866.939-19); Manoel Afonso Moreira Pinheiro (901.708.901-63); Marcia Anita Stringhini Nogueira (286.173.268-75); Marcia Regina de Sousa Panesi (629.254.407-97); Marcos Alexandre Andreozzi Muller (109.015.937-45); Marcos Paulo Gonzaga Targino (737.020.211-91); Mauricio Ferreira Nascimento Junior (710.034.442-53); Meire Teodoro Silva (942.725.061-53); Oracio Costa da Silva (020.868.611-84); Osney Ferreira Benevides (052.523.908-19); Patrick Ruela Rodrigues de Sousa (113.207.257-32); Paulo Sergio Oliveira Pinho Junior (125.131.827-40); Perolina Carvalho de Jesus Filha (328.484.471-68); Rafael Maia Duarte (092.371.767-67); Rodrigo Silva do Nascimento (057.965.947-02); Rony Anderson Tavares de Oliveira Silva (973.647.113-68); Sandro Erikson Moreira de Oliveira (588.835.680-87); Sergio Ricardo de Siqueira Basi (092.811.498-85); Tatiane Bispo Silva (056.775.784-60); Tercia Lessa Santos (030.314.745-89); Thiago Moreira da Cunha Lima (009.727.509-32); Uilis Silva da Rocha (054.860.397-94); Vicente Sampaio (318.826.847-53); Wendell Caetano da Silva (000.824.183-06); William Bravo Nogueira Junior (028.534.847-77); William Oliveira de Mendonça (322.750.558-43)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7184/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.945/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriela Fernanda dos Santos Castro (014.470.861-20); Genar Agapito da Silveira Júnior (758.487.751-68); Gesseia Maria Martins Soares (004.555.261-41); Gregory Rhuan de Almeida Ferreira (021.102.331-09); Ícaro Cavalcante de Sousa (995.794.641-20); Igor Mendes Costa (716.306.941-34); Jackeline Mendes de Araújo (019.622.961-80); João Roberto de Franca Pereira (046.619.524-99); José Antônio Rodrigues de Almeida (630.797.207-68); Juliana Maria Azeredo Coutinho Villanova (072.826.827-20)
1.2. Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7185/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.951/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Priscilla Valadares Leite (007.097.691-05); Rafaela Martins Alkimin Soares (100.909.176-00); Raphael Reis da Silva (004.296.881-05); Rhuandry de Oliveira (692.906.441-68); Ricardo Luiz da Silva Ferreira (477.410.824-34); Roberta Rodrigues Borges Torquato (015.066.081-24); Rodrigo Oliveira Silva (039.453.005-50); Ronaldo da Costa Ramos (624.578.967-20); Rosana Benincasa da Silva (091.171.687-40); Roseane Alves Matteucci (718.774.101-44)
1.2. Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7186/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.915/2006-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Andreza Lins Falcone Pontes (812.345.462-72); Lorena Braga Gomes Simpson (522.794.052-53); Luana Braga Gomes Simpson (522.794.212-91)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7187/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.752/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcina Gomes da Silva (432.674.754-49); Alexandre Coimbra de Araujo e Silva (702.299.304-17); Ângela Maria Pereira da Cunha (265.727.294-00); Diogo de Araujo Belo (092.647.944-09); Edmilson Ferreira de Sousa Junior (700.275.844-61); Elizabete do Nascimento da Silva (025.702.154-06); Jeane Leopoldina da Silva Araujo (146.933.134-91); Joana Maria de Freitas (710.213.964-00); Maria Inez Ferreira do Nascimento (102.260.794-49); Maria da Assunção dos Santos Souza (138.423.154-49); Maria do Carmo Gonçalves Borba Pinto (335.475.644-68); Maria do Socorro Gomes da Silva (764.047.574-00); Otacílio Gomes da Costa (000.066.024-87); Zilda Luna Lopes da Silva (198.384.334-20)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7188/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à ma-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.083/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alexandre Nogueira de Castro Constantino (395.347.900-87); Cyro Flores de Vargas (516.745.308-97); Julia Eugenia Silveira Eifler (947.639.090-53)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7189/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Emenda Constitucional nº 70/2012; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.315/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clarice Afonso Coutinho (970.281.776-53); Eliane Elias Rocha (029.755.736-00); Judite Rodrigues de Oliveira (012.021.786-42); Marco Antonio Elias Ribeiro (096.133.276-06); Maria Arlinda Freitas (256.178.506-87); Marina Maciel Soler (989.939.096-87); Nair Falco de Freitas (256.160.056-49); Neyde Soares Lobato de Almeida (759.032.966-53); Rosa Soares Jacob (983.445.956-49)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7190/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.935/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Allisson Hugo dos Santos Mafra (933.857.812-72); Antonio Teles Briglia Neto (014.754.332-04); Antonio de Oliveira Neto (144.722.602-04); Aprígio Moraes da Silva (017.698.202-72); Arthur dos Santos Mafra (945.085.002-00); Daiana de Souza Alves (017.092.012-74); Iraima Carvalho Briglia (004.111.642-95); Iris Mariana Carvalho Briglia (014.754.302-99); Jurandir Fidelis Mafra (382.096.672-20); Maria Iracelma Carvalho Briglia (014.754.312-60); Maria Neuza Alves de Souza (188.722.202-20); Rita de Cassia de Oliveira Vieira (027.842.892-49)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Roraima
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7191/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.189/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Edy Carneiro Asp (689.213.220-00)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7192/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.291/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clelia Perotti Cantudo (896.385.306-34); Elmo Resende (015.503.816-87); Geraldina Silva de Oliveira (617.800.306-49); Luísa Valadares de Paula (333.343.586-15); Mair Theresinha Navarro Meirelles (684.207.066-04); Maria Auxiliadora Moreira Silva (008.115.136-53); Maria Montenegro Menezes (513.768.066-49); Maria do Carmo Teixeira (771.751.156-87); Tania Soely Grijota (794.486.237-04)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7193/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.293/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Carmen Lucia de Souza Bastos Belache (470.081.489-68); Sônia Marisa Giraldi Pinto (442.952.949-34)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7194/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.301/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Athais Meire Garcia Custodio (386.430.828-30); Darcy Pessuto (025.280.538-00); Elizabeth Vieira Kuhn (669.739.458-72); Emília Devisate Carvalho (304.375.528-61); Iara Garcia Custodio (418.215.128-39); Maria Mendes Garcia Custodio (057.272.838-76); Mauricio Theodoro (232.668.578-44); Moises Garcia Custodio (417.522.048-83); Philomena Promezio (103.635.978-67); Uziel Garcia Custodio (418.215.438-07); Yvonne Sangiovanni Fonseca (112.686.548-68)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7195/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.395/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Yvone Silva dos Santos (855.994.416-87)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal - STF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7196/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.813/2014-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Associação Brasileira da Construção Metálica (46.358.842/0001-10)
1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Marcos Ezequiel de Moura Lima (OAB/MG 136.164) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7197/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-009.216/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná/RO
1.2. Unidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Rondônia e Acre
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Controladoria Geral da União/PR que, no prazo de 90 dias, apure o fato mencionado na presente representação, relativo a possíveis irregularidades na execução dos Contratos PP-674/2009-00 e PP-675/2009-00, celebrados entre o Dnit e a Fundação Rio Franco - FRF e, se for o caso, adote medidas com vistas à identificação dos responsáveis, à quantificação dos eventuais danos e ao seu imediato ressarcimento ao erário, devendo ainda tomar todas as providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial - com a devida comunicação do resultado a este Tribunal;
1.8. Encaminhar à Controladoria Geral da União/PR cópia desta instrução e das peças 1 a 35, 44, 47 e 48, a fim de subsidiar o atendimento da determinação.

ACÓRDÃO Nº 7198/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, dando ciência das seguintes impropriedades, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar o representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, e arquivar estes autos.

1. Processo TC-014.390/2011-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Malhador/SE
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Malhador/SE
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Dar ciência à Prefeitura Municipal de Malhador/SE acerca das seguintes impropriedades:
1.7.1. atraso no envio dos documentos referentes à prestação de contas dos recursos do Pnae, exercício 2010, pois estes documentos deveriam ter sido entregues para a análise do Conselho de Alimentação Escolar do município de Malhador/SE até o dia 15/2/2011, mas isso só foi feito no dia 2/3/2011, o que afronta o disposto no art. 34, caput, da Resolução FNDE 38/2009;
1.7.2. não fornecimento de alimentação escolar na Escola Municipal José Joaquim Pacheco (período noturno), nos dias 24/3/2010, 11/6/2010, 18/6/2010, 27/8/2010, 31/8/2010, 28/7/2010, 29/7/2010, 30/7/2010, 5/8/2010, 6/8/2010, 13/8/2010, 18/10/2010 e 13/12/2010, em afronta ao art. 6, inciso II, da Resolução FNDE 38/2009.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7199/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar o representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-019.800/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Joca Claudino/PB
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Enviar cópia integral da presente representação:
1.7.1. à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para subsidiar a análise da prestação de contas do Convênio 8562/2010 (Siafi 737381), celebrado com a Prefeitura Municipal de Joca Claudino/PB, uma vez que o prazo de vigência desse ajuste findará em 2/12/2014 e que este Tribunal recebeu documentação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba informando acerca do pagamento em excesso na importância de R$ 11.732,60, referente ao quantitativo de concreto armado para cinta superior da cozinha comunitária, objeto do convênio;
1.7.2. à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, para subsidiar a análise da prestação de contas do Convênio 12/2010 (Siafi 753266), celebrado com a Prefeitura Municipal de Joca Claudino/PB, uma vez que o prazo de vigência desse ajuste terminou em 8/2/2013 e que este Tribunal recebeu documentação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba informando acerca do pagamento em excesso no montante de R$ 54.909,85, correspondente a serviços não realizados, tais como: revestimento de paredes, pisos e tetos; esquadrias; instalações elétricas e hidrossanitárias; pintura e diversos;
1.8. Encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB);
1.9. Encerrar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 7200/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, arquivando-a e dando ciência ao representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.507/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Controladoria-Geral da União (05.049.940/0001-99)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7201/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar o representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-032.182/2013-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Coronel Barros/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/RS
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. Determinar ao Ministério das Cidades que, no prazo de 60 (sessenta) dias, instaure tomada de contas especial, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa-TCU 71, de 28/11/2012, para o ressarcimento dos valores federais gastos a título de subvenção econômica, no total de R$ 96.000,00 (valor do subsídio de R$ 12.000,00 para cada uma das oito unidades habitacionais) empregados na execução do Convênio SEHADUR/DEPRO 1.965/2010, firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Coronel Barros/RS, com adesão ao contrato operacional do Programa "Minha Casa, Minha Vida", em que se constatou a construção de 8 unidades habitacionais em área não edificável.

RELAÇÃO Nº 11/2014 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 7202/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.525/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo Cezar Sander (258.082.227-53); Plinio de Mattos Pessoa Filho (274.954.779-20); Raimundo Ribeiro Pinto Junior (201.998.139-49); Sandra Jacqueline Stoll (004.227.558-00); Sandra Jacqueline Stoll (004.227.558-00); Sergio Bulgacov (056.903.239-34); Sergio Bulgacov (056.903.239-34); Silvio Calafati Moyses (141.013.818-60); Susana da Costa Ferreira (253.728.589-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7203/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.371/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eleide da Silva Rodrigues (179.971.432-20); Hermantine Maria Mendes Carmona (040.073.952-68); Maria Elizabete Monteiro de Souza (093.416.762-15); Paulo Rodrigues Costa (067.408.042-49); Rosa Maria Pantoja Trindade (137.625.322-49); Sonia Nasare Guedes de Souza (129.446.962-20); Violeta Refkalefsky Loureiro (005,908.002-72)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010, bem como, no caso de Sonia Nasare Guedes de Souza, retifique o campo "Tipo de Registro" de alteração para inicial.

ACÓRDÃO Nº 7204/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;
Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;
Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;
Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);
Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;
Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;
Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:
Enunciado 276
"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."
Enunciado 279
"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";
Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;
Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-023.987/2014-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Candido do Nascimento (CPF: 045.749.402-63).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Acre, no prazo de 15 (quinze) dias:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;
1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;
1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;
1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal do Acre.

ACÓRDÃO Nº 7205/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;
Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-023.988/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Justino de Matos (CPF: 197.426.302-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal do Acre.

ACÓRDÃO Nº 7206/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-023.994/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sebastiao Pereira da Silva (CPF: 040.816.762-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal do Acre.

ACÓRDÃO Nº 7207/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-024.008/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Elton da Silva (CPF: 106.845.142-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7208/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior desse Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeitos ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegais e recusar o registro dos atos de concessão de aposentadoria ora apreciados, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-024.043/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Lucia Zamith David (CPF: 434.077.817-68), com dois atos de aposentadoria (inicial e alteração).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 4/5 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 4/5, à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ACÓRDÃO Nº 7209/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.453/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lea Olinda Cury (102.538.586-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7210/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.530/2014-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Suze Caixeta Marcovig (860.139.716-68)

1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MEC

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7211/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, à exceção do instituído em favor de Marilena Manno Vieira (518.483.178-91), cujo julgamento se fará em apartado, após realizada a diligência proposta pelo Ministério Público (peça 6), conforme determinação a seguir:

1. Processo TC-026.533/2014-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arnaud Ramos da Silva (147.090.648-14); Arnorino Barbosa Alves (396.773.709-87); Marilena Manno Vieira (518.483.178-91)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar à Sefip realização de diligência junto à Universidade Federal de São Paulo, a fim de ser anexada aos autos a memória de cálculo dos proventos de Marilena Manno Vieira (518.483.178-91).

ACÓRDÃO Nº 7212/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.534/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Bernardo de Carvalho (263.138.636-15)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7213/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.537/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Lúcia Cavalcanti Moura de Melo (086.192.394-49); Wilde Krepker Leiros (043.863.104-87)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7214/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.539/2014-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Dulce Augusto Faria (332.503.408-04)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7215/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.547/2014-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ediraci Guedes Barros da Silveira (078.020.132-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7216/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.550/2014-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eteriano Castro da Conceiçao (111.424.211-04); Manoel Americo de Assunção (063.760.021-53); Nilton Leoncio da Silva (109.090.441-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7217/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.553/2014-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Batista Correia Lima Raulino (214.560.111-20); Luiza Alves de Medeiros Costa (035.902.083-68); Maria Goret Veras Batista de Carvalho (185.674.603-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7218/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.578/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cecília Maria Brackmann (103.658.420-87); Daniel Batista Reis (115.024.101-25); Maria José de Freitas (145.075.954-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7219/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.593/2014-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adelia Machado de Alcântara (011.116.631-49); Alcides dos Santos (058.469.431-87); Disnei Alves da Cunha (002.519.251-53); Ernesto Fernandes de Carvalho (014.191.101-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7220/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.594/2014-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Hiram Lima Magalhaes (344.285.857-72); Raymundo Ferreira (235.783.356-49); Rogerio Augusto Barrozo (180.922.416-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7221/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, à exceção do concedido em favor de Luiz Antônio de Matos Macedo, cujo julgamento será feito em apartado, após realizada a diligência a seguir, nos termos da manifestação ministerial (peça 23):

1. Processo TC-026.595/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alene Gonzaga (195.845.806-63); Alene Gonzaga (195.845.806-63); Ana Alves Tavares (294.884.786-91); Anna Maria de Mattos Pereira (092.442.046-49); Antônio Belmiro de Avila (249.366.346-20); Beatriz Linhares de Carvalho (798.681.696-15); Beatriz Linhares de Carvalho (798.681.696-15); Enedina Mendes de Oliveira (593.311.786-20); Ercilia Aparecida de Souza (133.931.386-34); Gabriel Arcanjo de Melo (082.683.046-34); Gualter Martins Ribeiro (103.783.596-49); Hudson Nogueira Atela (044.460.706-49); Ilda Fraguas Mesquita (163.734.306-00); Inis de Carvalho (138.463.296-49); Jesus Vales Moreira (074.795.306-68); Jose Caetano de Carvalho (013.636.036-04); Jose Coelho Teixeira (049.245.846-49); José Geraldo Pereira da Fonseca (013.214.806-44); Luiz Antonio de Matos Macedo (642.836.588-04); Maria Aparecida dos Santos Barcelos (129.768.656-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip a realização de diligência junto à UFMG, para que seja encaminhada ao Tribunal cópia do mapa de tempo de serviço, assim como das eventuais certidões que embasaram a averbação de outros tempos de serviço prestados por Luiz Antônio de Matos Macedo.

ACÓRDÃO Nº 7222/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.602/2014-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Bunick (110.081.569-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7223/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.606/2014-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lucia Bezerra da Silva (182.450.804-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7224/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.608/2014-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elisabete Andrade Cabral (172.972.814-68); José Auri de Santana (113.654.204-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7225/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.707/2014-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cirene Sousa e Silva (143.231.682-68); Geraldo Antonio de Oliveira (231.035.906-87); Sueleni Michelin Vicente (219.843.102-59); Verônica Maria de Souza e Silva da Silva (103.153.812-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7226/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.725/2014-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisca Veras Sá (225.486.882-91); Rosemeire de Oliveira Pereira (074.613.482-72); Vital Maria Pinheiro Vieira (039.312.504-15)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7227/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.730/2014-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Americo de Assunção (063.760.021-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7228/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.732/2014-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Fernandes de Oliveira (510.821.878-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7229/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.738/2014-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antonio Carlos Vieira Lopes (018.438.775-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7230/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.740/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo de Assis Duarte (177.381.136-34); Janete Ricas (163.306.176-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7231/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.762/2014-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Zulda Rocha Freitas (508.984.851-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7232/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.150/2014-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Ligia Madureira Pina (010.887.425-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7233/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.633/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ademir Capistrano Pereira (CPF: 115.406.721-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7234/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.637/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Eduardo Rondon (CPF: 109.493.131-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7235/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.638/2014-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cleusa Aparecida Goncalves Pereira Zamparoni (CPF: 648.663.438-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7236/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.643/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Esther Maxine Trew (CPF: 141.747.741-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7237/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.645/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Frederico Guilherme de Moura Muller (CPF: 098.449.101-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7238/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.646/2014-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Guilherme Julio Muller Abreu Lima (CPF: 070.057.761-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7239/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.650/2014-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Carlos Barrozo (CPF: 070.184.601-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7240/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeitos ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade dos atos em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegais e recusar o registro dos atos de concessão de aposentadoria ora apreciados, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.651/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Juarez Falcao de Barros (CPF: 086.601.901-49), com dois atos de aposentadoria (inicial e alteração).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos, livres da irregularidade apontada no presente processo, a serem submetidos à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 4/5 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 4/5, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7241/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.653/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Francisco de Vasconcelos Motta (CPF: 102.098.084-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7242/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.655/2014-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Cristina de Figueiredo e Albuquerque (CPF: 049.603.003-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7243/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.659/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nelice de Souza Lotufo (CPF: 014.744.298-23).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7244/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

CONTRAFAÇÃO PROIBIDA POR LEI (9.610/98)

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.660/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nely Tocantins (CPF: 035.656.808-30).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7245/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.662/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Roseney Bellato (CPF: 042.658.868-17).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7246/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.663/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Talal Dib (CPF: 077.697.921-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7247/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.666/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ulysses Ribeiro (CPF: 001.964.281-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7248/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.667/2014-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valdir Barbaresco Filho (CPF: 433.072.569-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7249/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data de implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.668/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Wilse Arena da Costa (CPF: 284.041.491-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

ACÓRDÃO Nº 7250/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a parcela judicial relativa ao índice de 28,86% decorre de sentenças judiciais que garantiram aos servidores civis o ganho da diferença existente entre o reajuste salarial a eles concedido e aquele deferido, na mesma ocasião, aos servidores militares, nos termos da Lei 8.622/1993;

Considerando que o referido reajuste foi estendido aos servidores públicos civis por intermédio da MP 1.704/1998, a qual encontra-se reeditada, atualmente, pela MP 2.169-43/2000, *in verbis*:

"Art. 1º Fica estendida aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração.

Art. 2º A vantagem de que trata o artigo anterior será devida, a partir de 1º de janeiro de 1993, aos servidores públicos civis aos quais se aplicam as tabelas constantes dos anexos da Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

§ 1º O percentual referido no artigo anterior, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, incidirá sobre os vencimentos dos servidores.

§ 2º Os valores resultantes da aplicação do disposto no parágrafo anterior serão pagos mediante rubrica específica e estarão sujeitos aos futuros reajustes gerais concedidos aos servidores públicos.";

Considerando que o cumprimento pelo gestor de pessoal da sentença judicial que assegurou o pagamento do percentual de 28,86% não levou em consideração essa extensão do reajuste que foi dada pela referida Medida Provisória, de modo que o pagamento de tal parcela de forma destacada nos proventos de aposentadoria consubstancia-se, na verdade, em pagamento em duplicidade, o que é indevido;

Considerando que, ainda que se pudesse admitir que a decisão judicial justificasse o pagamento destacado da referida parcela, tal rubrica deveria ter ficado limitada à data da implantação das diversas reestruturações legais ocorridas nas carreiras dos servidores públicos federais;

Considerando o entendimento firmado no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo alicerce já se tenha esvaído, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem impugnada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de defasagem salarial, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.670/2014-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Orlinda Simal Izidoro de Souza (CPF: 250.768.761-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

ACÓRDÃO Nº 7251/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que é de notório conhecimento que novos níveis salariais foram seguidamente fixados pela União, quando concedeu, por meio das Leis 7.923/1989 (26,06%), 8.091/1990 (30%), 8.162/1991 (81%) e 8.216/1991 (20%), por exemplo, reajustes sobre os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Poder Executivo, isso somente em termos de reajustes mais remotos, percentuais esses que totalizam ganhos bastante superiores àqueles derivados dos planos econômicos que os precederam, restando patente que inexiste amparo à continuidade de pagamento de parcelas dessa natureza de forma destacada;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (*e.g.*, MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no exemplar Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, a exemplo das Leis 11.091/2005, 11.344/2006, 11.784/2008 e 12.772/2012, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial de plano econômico;

Considerando os entendimentos fixados nos seguintes enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU:

Enunciado 276

"As vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente."

Enunciado 279

"As rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma.";

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se encontrando, assim, sujeito ao procedimento preliminar decorrente da orientação fixada pela Corte de Contas, mediante o Acórdão 587/2011-TCU-Plenário, em razão da jurisprudência do STF, que impõe seja assegurada a cada interessado a oportunidade do uso das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa sempre que transcorrido lapso temporal superior a cinco anos quando da apreciação do ato, contados a partir de sua entrada no TCU;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado, em decorrência da inclusão de parcela judicial irregular, concedida a título de plano econômico, na base de cálculo dos proventos, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula/TCU 106), sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.786/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Jurandir Pereira de Azevedo (CPF: 187.810.802-63).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que, no prazo de 15 (quinze) dias:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU;

1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada, acompanhada das peças 3/4 dos autos, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

1.7.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento do contido no item anterior;

1.7.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

1.8. Enviar cópia desta deliberação, acompanhada das peças 3/4, à Fundação Universidade Federal do Acre.

ACÓRDÃO Nº 7252/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.198/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Honorato Braga (023.106.841-71); Adriano Marcos Fuzaro (117.260.428-20); Agna Rita dos Santos Rodrigues (005.173.395-10); Alaerson Maia Geraldine (003.422.711-30); Alberto Belo Esteves Filho (036.041.144-46); Aline Sousa Camargos (062.164.106-52); Ariel Muncio Compagnon (049.020.639-56); Bacus de Oliveira Nahime (772.341.541-91); Carina Calixto Ribeiro de Araujo (000.946.831-58); Clarice Aparecida Megguer (875.842.559-49); Cristiane Maria Ribeiro (510.625.771-91); Daline Benites Bottega (011.643.571-23); Daniel Emanuel Cabral de Oliveira (018.671.781-41); Eber Oliveira Silva (825.941.551-87); Elliezer de Almeida Melo (013.296.621-21); Emerson Trogello (060.380.369-54); Erika Crispim Resende (862.098.331-87); Erika Lemes de Andrade (696.141.481-87); Fabiana Aparecida Marques (084.813.976-36); Fabiula Ferrarez Silva Gajo (047.388.016-43); Fernanda Salamoni Becker (878.995.231-68); Fernanda Santos Andrade (095.229.946-18); Frank Luiz Rosa Chagas (015.470.951-48); Gabriela Nogueira Ferreira da Silva (022.830.461-06); Gilson Reis dos Santos (003.161.961-42); Gustavo Castoldi (056.917.079-65); Hugo Jayme Mathias Coelho Peron (010.139.561-25); Janaina dos Santos Melo (030.257.551-05); Jose Carlos de Souza Junior (988.057.891-00); Juliano de Caldas Rabelo (713.724.901-91); Leonardo Cunha de Albuquerque (704.934.991-72); Lidiane Jorge Michelini (021.940.571-96); Marcel da Silva Melo (089.112.116-13); Marcela Dias França (077.708.386-81); Marcelo Bezerra Barboza (728.009.841-04); Matias Noll (832.769.470-72); Monia Franciele de Souza (017.703.311-82); Najla Kauara Alves do Vale (008.793.181-80); Pabline Marinho Vieira (714.333.501-06); Pablo Diego Silva Cabral (957.252.881-53); Paulo Vitor Teodoro de Souza (078.563.256-58); Raphael Silva Tomaz (016.342.231-10); Raquel Maria Prado (634.147.081-91); Renata Pereira Marques (006.253.351-71); Samuel Santos de Souza Pinto (060.270.686-63); Silvia Sanielle Costa de Oliveira (052.704.514-41); Simone Alexandre Martins Corbiniano (781.874.351-00); Thiago Sebastião de Oliveira Coelho (083.871.816-76); Thony Assis Carvalho (988.285.841-49); Tony Alexandre Medeiros da Silva (999.273.576-72)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7253/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.210/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Magno Pereira da Costa (010.056.783-59); Aliny Guerra Vale (003.516.633-98); Andrea Santana de Freitas (950.634.475-20); Antonio Hermeson de Sousa Castro (013.987.563-85); Antonio Mauro Barbosa de Oliveira (051.713.263-04); Arquimedes Albuquerque Moura (030.103.453-21); Carina Teixeira de Oliveira (001.569.313-97); Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira (014.419.763-45); Caroline de Oliveira Bueno (995.214.233-15); Cicero Erialdo Oliveira Lima (018.367.113-95); Cintia Guima-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

raes de Almeida (619.254.113-20); Cledeilson Pereira Santos (034.619.335-46); Cristiano Lima da Silva (037.796.083-75); Cybele Nogueira Rodrigues (028.549.323-07); Daniel Rodrigues Nere (012.207.103-42); Debora Natazia Moreira Barbosa (033.785.833-04); Elizete Freitas de Sousa (959.597.853-15); Everton Barbosa Nunes (003.916.393-82); Francisca Ferreira dos Santos (346.677.923-53); Francisco Rafael Sousa Freitas (959.061.773-53); Francisco das Chagas Gomes da Silva Junior (837.734.013-53); Genilson Gomes da Silva (070.041.044-94); Geraldo Bezerra da Silva Junior (860.071.573-34); Germana de Sousa Vieira (837.786.833-49); Helano Leom Maia de Oliveira (027.132.043-56); Henrique Blanco da Silva (872.410.052-87); Jamile Barboza Dantas (027.018.193-85); Jonas Araujo Nascimento (868.833.303-30); Jonatha Rodrigues da Costa (896.778.463-53); Jose Lucio Nascimento Nunes Filho (831.512.813-20); Jose Renan da Silva Freitas (672.553.703-06); Josias Guimaraes Batista (634.348.653-49); Juliana Kelly Feitosa da Silva (010.576.163-03); Juliana Montezuma Barbosa Monteiro Tinel (013.825.413-33); Karine Disraelly Paulo Marques (039.169.943-10); Leonardo Elias Ferreira (057.819.184-93); Lidia Farias Lima (012.869.703-26); Luan Carlos dos Santos Mazza (027.848.133-71); Luiz Antonio Taumaturgo Mororo (006.504.133-00); Manuela Pinheiro de Andrade Guedes (422.324.813-87); Marcelino Antero Silva (839.716.703-00); Marcos Aurelio Silva Barros Filho (624.269.403-44); Marcus Vinicius de Mesquita Peixoto (006.169.393-61); Maria Alrice Alves Alencar (398.983.423-15); Maria Aparecida Liberato Milhome (785.935.063-72); Maxwell de Sousa Pita (023.625.803-69); Natalia Lima Alcantara (017.430.423-45); Rafaela Sampaio de Oliveira (011.102.213-47); Rebeca Maria Gadelha de Sousa (025.342.983-80); Reinaldo Bezerra Braga (977.583.883-53)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7254/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.212/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline de Sousa Loli (055.262.686-40); Blenda Cunha Moura (031.136.299-00); Jailson das Chagas Freitas (340.065.672-00); Maria Ana da Silva Morais Lima (433.817.902-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7255/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.228/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano Jose da Silva (049.241.489-03); Andressa Loise Speck (082.575.969-22); Angela Maria Erazo Munoz (012.358.159-19); Beatriz Freire Dias (094.384.359-64); Bianca Petermann Stoeckl (031.411.969-82); Cristiane Grando (183.490.528-13); Daniela Jaqueline de Almeida Quaresma (010.076.250-66); Felipe Cordeiro de Almeida (358.896.378-27); Francisco Javier Calvo Del Olmo (011.932.049-50); Gabriel Henrique Bianco Navia (329.115.438-07); Gaston Cosentino (233.496.858-70); Herlander da Mata Fernandes Lima (235.788.548-32); Juliana Carla Scalcon (028.190.379-41); Karla Ghellere (044.948.359-27); Liana Maria Tavares Genovez (099.922.987-74); Livia Fernanda Morales (056.235.449-24); Mamadou Alpha Diallo (057.440.707-37); Marcelo Ricardo Villena (009.129.249-26); Mariah Portinho Oliveira (070.768.379-35); Mario Rene Rodriguez Torres (232.063.208-52); Rafael Medeiros de Lemos (833.899.890-72); Rodrigo de Melo Lameiras (041.517.614-03); Thais Antunes Riolfi Peres (368.457.268-33); Walter Beinar Farias (063.863.409-14)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7256/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.233/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Vinicius Camargo Andrade (068.567.529-70)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7257/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.266/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Allen Lopes Petrini (056.098.416-23); Ana Carolina Barbosa Padovan (218.372.948-10); Cassia Helena Marchon (083.476.937-90); Daniela Aparecida Chagas de Paula (063.163.216-60); Débora Mônica Costa Vieira (592.944.776-49); Guilherme Junio Neri Dal Ava (015.885.056-42); Iara Maria Landre Rosa (089.184.156-30); Jamilli Salviano Coelho (078.234.846-76); Jennifer Elis Pires (381.848.738-32); João Guilherme de Andrade Freitas (089.739.576-00); Lincoln da Motta Ferreira (342.196.416-53); Melina Savioli Lopes (303.244.288-55); Paula Mari Sato (060.291.536-84); Paulo Furtado de Oliveira (368.101.278-44); Roberta Garcia Gomes (058.342.806-17); Roberto Conde Santos (049.288.988-00); Thirza Pavan Sorprezo (276.294.918-16); Vaneska Costa Lima (787.275.966-72); Walter Francisco Figueiredo Lowande (052.284.816-80)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7258/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.267/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Auxiliadora Tireli Miranda (068.327.286-11); Ana Carla Coelho Assis (015.159.316-76); Andrezza de Fatima Leal Machado (060.478.476-76); Anna Carolina de Siqueira Ferreira (079.937.996-43); Aurélio Luiz Magalhães Coelho (013.215.973-20); Benedito Gomes Vieira (712.469.086-20); Bruno Tardiole Kuehne (063.928.246-69); Camilo Lelis Mota de Paula (078.381.436-40); Carlos Henrique de Oliveira (041.997.516-02); Cassia Cristina Vieira de Souza (309.383.658-19); Claudio Abiar Lourenço (585.551.296-72); Daniel Ribeiro dos Santos Silva (039.710.836-25); Danilo Roque Huanca (231.701.138-52); Domingos Sávio Faria Paes (037.117.566-62); Edineres Caldeira dos Santos (084.092.016-40); Eduardo Fideles de Araujo (799.899.856-34); Eliane D'martin Fowler (126.937.018-99); Ericson Marquiere Reis Silva (045.082.716-00); Geraldo Majela Ribeiro de Souza (286.057.136-15); Glauber Gonçalves Vitorino (073.041.956-81); Hebert Wesley Pereira Zaroni (097.663.256-00); Jalmir Pinheiro de Souza Junior (041.766.686-10); João Lucas da Silva (057.471.136-82); Luciana Tavares Prado (064.792.406-42); Luciano Rocha Porto (461.190.356-72); Luiz Ricardo de Moura Gissoni (012.544.816-30); Lúcio José da Motta (079.726.966-59); Marcelo Daige Prado Leite (162.273.718-07); Marcos Paulo Rocha Morais (016.601.066-99); Mauricio Campos Passaro (071.227.708-00); Michelle Pinto de Lima (808.752.973-15); Michelle Roseli da Luz (013.362.346-79); Nedson Joaquim Maia (053.287.516-80); Oscar Cavichia de Moraes (302.480.098-00); Paula Soares de Almeida (068.192.196-01); Rafael Emílio Lopes (005.212.506-84); Rodrigo Ulian Antunes (403.863.288-11); Simone Alves Alexandrino (063.905.626-16); Simone Policena Rosa (128.229.358-31); Thaianne Esquierdo Silva (016.346.096-54); Thamiris Daniel dos Santos (097.537.076-65); Verbenia Mendonça Fernandes Silva Ribeiro (075.587.946-50); Vinicius Tadeu Moreira Costa (070.752.976-00); Waner Wodson Aparecido Gonçalves Silva (063.298.436-86)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7259/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.273/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Fernando Ebersol Menna (000.714.610-86); Francine Silva da Rosa (016.268.190-92); Joao Goncalves Pereira (348.601.856-68); Jose Otoni Signorini Pinto (308.983.158-91); Mario Luiz de Farias (118.710.670-49); Natalia Carrao Winckler (010.345.350-48); Nilson Gouvea Iahnke (244.549.150-91); Ronaldo Moreira da Silva (118.750.890-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7260/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.280/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandro Damasio Trani Gomes (036.726.956-29); Alex Vidigal Bastos (011.805.326-43); Americo Calsavara Neto (537.388.536-34); Ana Elisa de Resende Raposo Leal (028.639.096-57); Antônio Marques da Silva Junior (070.079.186-89); Carlos de Oliveira Malaquias (014.489.216-27); Caroline Liboreiro Paiva (733.299.086-53); Cássia Beatriz Batista e Silva (010.767.566-89); Daniel Calbino Pinheiro (072.515.006-80); Daniel de Souza Carneiro (044.699.266-63); Francisco Carlos Rodrigues Coelho (091.934.676-64); Fábio Henrique de Oliveira (064.808.216-45); Janaína Miranda Barbosa (083.074.996-90); Marcella Franco de Andrade (060.250.706-52); Maria Clara Oliveira Santos (052.325.724-40); Marilia Magalhães Gonçalves (059.888.266-95); Natane Moreira de Carvalho (012.958.646-30); Patricia da Silva Oliveira (025.374.066-56); Pietro Raphael Teodoro Santana (089.207.476-01); Rafael Belitzck Ferreira (012.503.406-75); Raquel Alves Costa (027.368.956-81); Renato Vinícius Oliveira Castro (079.816.616-92); Rodolfo Antonio Ribeiro de Moura (103.938.856-66); Rodrigo Russo (011.746.216-05); Silvan Antônio Flávio (047.032.416-33)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7261/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.284/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Mario Alberto Miranda (313.332.572-87); Marivone Souza de Oliveira (243.127.462-49); Mary Ellen Rivera Cacheado (519.060.402-06); Mayara Pereira da Silva (912.577.352-68); Milena Sampaio Arruda (669.987.352-00); Nadia Gomes Batista dos Santos (872.592.302-15); Natasha Verdasca Meliciano (298.826.378-76); Patricia Vasconcelos Costa (001.014.292-40); Patricio Azevedo Ribeiro (861.308.972-00); Roberto Luiz de Menezes Martinho (866.586.382-68); Roberto de Souza Oliveira (718.431.242-20); Sergio Armstrong Russo da Silva (348.086.122-91); Sue Anne Guimaraes Cursino (989.629.142-04); Suellen Andrade Barroso (718.666.392-34); Tahis Melo de Lima (946.020.852-53); Tatiane Sabino da Silva de Andrade (116.486.187-58); Thiago Lucas da Silva Ferreira (931.451.602-49); Tiago Maika Muller Schwade (865.703.072-15)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7262/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.290/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleyton Aquilino Souza da Rocha (028.567.411-00); Cristina Maria Albuquerque Passos (414.041.907-59); Daiani Damm Tonetto Riedner (007.801.641-05); Daniele de Almeida Soares (050.777.624-06); Danielle Cristina Tonello Pequito (047.893.639-70); Danielly Inacio Sandim (004.219.201-30); David Alex Arancibia Suarez (232.115.258-31); Dayane Arruda Teodoro (014.580.391-02); Deise Bresan (059.430.259-52); Dennis Hanson Costa (402.283.717-91); Diego de Paula Ramos (020.638.651-67); Diogo Costa da Silva (006.700.401-69); Diogo Helney Freire (705.558.001-30); Douglas de Souza Baldo (331.504.058-31); Eder Afonso Doná (325.457.008-19); Eder Fernandes Bezerra (982.449.731-53); Eder de Sousa Rodrigues (951.935.371-20); Edison Di Fabio (762.737.258-53); Eduardo Espindola Braud Martins (006.149.091-12); Eduardo Theodoro Bogue (039.466.861-84); Ekler Paulino de Mattos (922.933.871-00); Elisa Pinheiro de Freitas (276.748.058-08); Emeson Tavares da Silva (078.499.944-93); Eralcilene Moreira Terezio (066.819.899-00); Estevão Diniz Broering (025.164.761-75); Fabiano Greter Moreira (292.771.788-50); Fabricio Diamante Gouveia (184.327.078-13); Felipe Roland Braga (026.155.071-33); Fernanda Zandonadi Ramos (024.607.011-01); Fernando Araujo Fernandes (024.760.951-09); Fernando Cardoso Maia (034.658.991-64); Fernando Rodrigues Teodoro dos Santos (047.149.051-20); Franco Lopes Catto (005.451.831-89); Gabriel Galhanone Nemirovsky (013.794.651-17); Geovani Ferreira Alves (067.370.248-07); Gilberto Haranaka (006.595.771-78); Gilliard da Silva Prado (002.335.725-89); Giselle Marques de Araujo (391.347.411-00); Glauber Correa da Costa Flores Ribeiro de Carvalho (013.276.641-86); Guilherme Afonso Monteiro de Barros Marins (037.201.299-00); Halisson Rafael Hiran de Souza (003.073.901-28); Helder Samuel dos Santos Lima (014.500.371-00); Helio Roberto Braunstein (036.970.318-99); Henrique Ferreira de Brito (995.105.021-20); Hideobrando Viana Saito (043.746.591-88); Humberto Moreno Tacca (931.237.521-00); Iluska Lopes Schultz (018.221.721-36); Ismara Belmonte da Silva (023.950.251-51); Itzhak David Simao Kaveski (074.638.629-09); Jackeline Cristina Nogueira Guerrero (029.584.081-16)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7263/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.293/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Rosely Almeida Souza (012.379.731-47); Sandro Fabian Francilio Dornelles (552.037.520-87); Selma Guimarães Ferreira Medeiros (925.080.061-49); Sidiclei Formagini (593.877.500-00); Simone Cardoso Sueira (106.103.667-77); Stefanni Alves Vasques Loureiro (011.806.181-06); Stella Sanches de Oliveira Silva (170.549.618-03); Susana Boschetti da Silva (048.641.831-63); Taisa Tiaen (023.235.841-97); Tassio Luiz dos Santos (023.015.591-06); Valeria Ramos Baltazar Quevedo (339.677.728-02); Vanessa Paiva Colman Cardoso (946.646.761-15); Vanessa Trovato Silva (861.872.521-87); Vera Lucia Oliveira da Silva Pinheiro (465.987.071-53); Victor Garcia Miranda (065.266.029-08); Victor Leonardo Yoshimura (833.571.301-49); Vinicius Santos Pires (028.519.551-44); Vinicius Souza Morais (310.041.928-60)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7264/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.295/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandro Pereira Ramos (691.082.930-15); Alvacir Alves Tavares (141.214.250-49); Ana Cristina Medina Pinto (628.663.030-91); Anderson Chollet (015.689.780-65); Aruana da Rosa Sedres (013.765.060-41); Beatriz Simoes Valente (652.071.060-15); Bruno Ruzicki Conceição (003.312.150-80); Caroline de Medeiros Menezes (004.758.570-62); Daiane Rossckopf Castro (012.104.800-42); Daniel Borges Savio (058.549.359-61); Davi Borges Schiller (002.257.920-60); Denise Nascimento Silveira (231.230.440-68); Diuliana Leandro (034.426.119-03); Eduardo Silveira de Menezes (006.558.550-09); Janice Nery (172.538.370-53); Liza Bilhalva Martins da Silva (724.257.680-68); Mateus Schmeckel Mota (964.947.510-91); Michel Roberto Lange (023.137.510-74); Natalia Marcumini Pola (337.744.178-65); Nery Andre Borges de Oliveira (007.787.440-43); Patricia Schneider Severo (006.189.220-32); Roberto Trentin (042.067.259-18); Romulo Henrique Batista de Farias (067.124.214-89); Rossana Daniela Cordeiro Leiria (003.085.680-95); Thiago Tavares Borchardt (014.929.640-18)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7265/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.296/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Sousa Lima (010.269.993-32); Alba Patricia Passos de Sousa (003.877.753-31); Ana Emilia Quezado de Figueiredo (008.371.023-08); Anne Karollyne de Freitas Bonfim Figueiredo (020.588.823-26); Antonia Sylca de Jesus Sousa (027.723.083-75); Artenisa Cerqueira Rodrigues (667.014.222-68); Bruno Gabriel Nunes Pralon (313.234.628-48); Calebe Paiva Gomes de Souza (884.028.433-87); Carlos Andre Pinheiro (924.383.503-34); Carlos Henrique da Costa Brauna (661.195.373-68); Dalila de Brito Marques Ramos (054.779.444-47); Daniel da Costa Silva (663.558.773-04); Danielle do Rego Monteiro Rocha (623.184.543-53); Danilo Cesar Rodrigues Azevedo (669.992.943-72); Demetrios Gomes Galvao (872.809.063-20); Denise Cerqueira de Sousa (035.156.913-83); Diego Moraes de Carvalho (011.770.193-96); Edilaine Cristina de Sousa Barros (016.811.343-06); Edmilsa Santana de Araujo (131.980.093-91); Elaine Aparecida da Silva (025.416.513-33); Elianderson Meneses Santos (036.416.733-56); Elizangela Soares Menezes (036.195.493-03); Ellen Maria Matos de Andrade (627.872.173-20); Fabio Fernandes Torres (865.711.923-49); Fabio Solon Tajra (757.334.633-68); Fabricia de Sousa Miranda (960.609.993-87); Fernanda Rocha Santos (003.653.613-05); Flavio Conceicao da Silveira (028.407.057-29); Francisco Antonio Machado Araujo (911.055.603-68); Francisco Aristides de Oliveira Santos Filho (017.166.503-13); Francisco Pereira da Silva Filho (666.326.843-00); Francisco de Tarso Ribeiro Caselli (910.353.093-00); Francismilton Teles (253.514.888-92); Gerson dos Santos Lisboa (956.887.659-68); Hatawa Melo de Almeida Monteiro (578.244.283-20); Herbert de Sousa Barbosa (883.157.973-87); Hilton Batista da Costa (006.795.603-35); Igo Coutinho Moura (025.780.563-07); Isaura Danielli Borges de Sousa (015.874.843-31); Italo Augusto Oliveira de Albuquerque (027.576.203-39); Itamar Pereira da Silva (733.397.923-72); Jaqueline Dalla Rosa (036.503.349-92); Jaqueline Luz Moura Sousa (657.365.833-72); Jean Prost Moscardi (270.810.428-48); Joao Mateus Reis Melo (000.513.263-02); Joao Paulo Charrone (012.026.236-38); Kamilla Amilanny da Silva Eufrazio (004.622.703-27); Karla Maria Mateus (030.442.613-09); Kleverton Ribeiro da Silva (668.124.293-68); Larissa Valeria de Faria Carvalho Almeida (592.093.483-20)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7266/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.303/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Advania Elza da Silva (034.550.966-89); Aislann de Oliveira Rosa (397.193.108-12); Albená Nunes da Silva (787.399.856-87); Ana Carolina Rodrigues Faria (089.959.326-78); Ana Paula de Oliveira (034.150.836-59); Andre Luiz Souto (042.823.186-19); Arlene de Paula Lopes Amaral (074.879.346-16); Arthur Nascimento e Moura (036.894.586-33); Ayrton Pereira da Mota (054.326.716-46); Beatriz Rodrigues Campos de Andrade (033.816.366-26); Daniela Ribeiro Vallim da Silva (106.217.787-88); Daniele Renata da Silva (081.271.356-74); Edna Miranda Mayer (073.369.176-58); Eduardo Martins Fontes (095.611.896-82); Eliab Coelho Venâncio (110.417.986-52); Fabio Jose Borges Fonseca (076.115.496-50); Franciele Aparecida Amaral Silva (103.173.736-76); Francisca Zenaide de Lima (287.084.154-04); Geraldo Luiz Costa Junior (068.559.376-24); Guillermo Vega Sanabria (010.097.499-60); Higo de Oliveveira Ribeiro (150.157.737-90); Ivo da Silva (180.790.246-34); Junia Goncalves Oliveira (089.377.626-25); Karine Diniz Xavier (072.213.486-00); Leiliane Cristina Pimenta (071.971.636-50); Lucas Samuel Soares Tiburcio (097.991.896-08); Luiz Henrique Vieira (059.528.277-64); Marcelo Guedes de Salles (002.637.436-67); Maria Ines de Assis (037.009.496-42); Mariana Lenir Moura de Jesus (083.118.956-86); Matheus de Morais Gomes Rosmaninho (085.423.236-29); Miriam Maria Roberto Marmol (042.881.726-24); Narley Iris da Silva (058.609.836-46); Nayara Macedo de Lima Jardim (088.210.956-14); Paula Pereira de Souza (082.089.336-60); Paulo Cesar Pinto de Oliveira (087.163.146-62); Pedro Augusto Mendes e Silva (068.205.456-90); Pedro de Almeida Sacramento (073.246.956-20); Plinio Oliveira Santana (091.234.006-17); Priscila Roque de Almeida (092.924.646-20); Rafael Luiz Xavier (073.128.236-10); Rafael da Silva Carrasco (072.717.646-31); Renata da Silva Lopes Reis (311.513.868-71); Ricardo Cesar de Paula Filho (071.546.626-70); Roberto Turbay de Mello (068.612.956-39); Rodrigo Jose Possa Lopes (110.565.236-03); Saulo Ladislau Monteiro (067.275.446-03); Simone Maria Dantas Longhi (332.347.228-46); Thaizy Geralda da Silva (015.800.916-95); Vania Aparecida Lopes Leal (644.353.696-72)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7267/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.372/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Efigenia Ferreira e Ferreira (108.545.256-53); Eliana Amarante de Mendonça Mendes (201.076.846-91); Eliane Costa Dias Macedo Gontijo (195.373.106-63); Gerson Antonio Pianetti (011.070.546-72); Helena Maria Tarchi Crivellari (063.959.025-04); Heloisa Soares de Moura Costa (387.711.607-87); Humberto Magno Peixoto Goncalves (052.377.916-03); Jose Cirilo de Vargas (110.154.896-72); Jose Eustaquio da Costa (154.860.606-53); Luiz Claudio de Almeida Barbosa (261.796.876-68); Marcia dos Santos Pereira (327.478.966-68); Maria Bernadete Lovato (965.561.378-04); Maria Imaculada de Fatima Freitas (221.813.346-68); Maria da Penha Lopes (001.109.066-91); Roberto Baracat de Araujo (162.535.666-87); Sergio Luiz Prado Bellei (157.536.628-20); Tarcizo Afonso Nunes (091.435.056-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7268/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-026.376/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Analice Franca Lima Amorim (026.920.284-65); Andre Anderson Cavalcante Felipe (805.175.523-53); Andrea Cruz Camara (028.969.344-64); Andrea Lopes Bandeira Delmiro Santana (781.905.764-53); Andrea Tavares Dantas (031.440.074-55); Antonio Carlos Rabelo Nigro Filho (019.438.114-58); Antonio Jose Alves (078.366.944-53); Araken Guedes Barbosa (040.737.114-15); Betania Lucena Domingues Hatzlhofer (055.053.074-69); Brunna Carvalho Almeida Granja (034.984.984-60); Claudio José Montenegro de Albuquerque (006.399.154-34); Daniela de Souza Cavalcante (053.642.684-89); Daniele Andrade da Cunha (024.131.814-90); Danielle Patricia Cerqueira Macedo (031.100.924-76); Deborah Pitta Paraiso Iglesias (037.892.724-85); Douglas Mateus de Lima (014.628.244-20); Eduardo de Lima Visconti (294.017.278-13); Edvânia Torres Aguiar Gomes (184.597.734-34); Elielson Oliveira Damascena (062.343.884-42); Emilia Chagas Costa (040.806.274-67); Erika Michelle Correia de Macedo (043.108.494-74); Fabio Adriano Santos da Silva (023.705.364-03); Fabricio Bradaschia (045.889.974-75); Flavio Campos de Morais (866.397.904-59); Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos (104.712.354-15); Francisco Espedito de Lima (179.096.274-91); Francisco Vicente Sales Melo (962.191.573-20); Gilcenio Rodrigues de Sousa Neto (017.893.813-04); Gleybson Miguel da Silva (057.312.444-21); Helio Marcio Pajeu (329.279.698-92); Henrique Novais Mansur (041.158.226-78); Iana Ludermir Bernardino (013.621.464-98); Janete Maria Lins de Azevedo (255.187.124-72); Jose Antonio dos Santos (058.319.274-23); Jose Claudino de Lira Junior (356.944.834-72); Jose Gilson de Almeida Teixeira Filho (035.163.974-89); Jose Roberto Ferreira Guerra (014.179.344-92); João Policarpo Rodrigues Lima (015.165.314-34); Juan Carlos Pina Velasquez (016.201.174-10); Keila Silene de Brito e Silva (038.641.454-81); Laise de Holanda Cavalcanti Andrade (004.364.024-91); Laudicena Maria Pereira Barreto (773.115.664-87); Leonardo de Sousa Fortes (015.031.166-46); Leonor Costa Maia (193.804.294-87); Leopoldina Augusta Souza Sequeira de Andrade (127.925.004-68); Leucio Duarte Vieira Filho (052.199.624-42); Licia de Souza Leao Maia (218.037.064-49); Magda Rosangela Santos Vieira (011.544.504-81); Manaira Freitas Silva (066.700.514-50); Marcia Ferreira Neves Tavares (012.743.814-95)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7269/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.381/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano do Nascimento Simões (807.292.073-15); Argélia Maria Araújo Dias (335.021.704-44); Clara Nilce Barbosa (546.379.106-68); Cláudio Everaldo Ferreira de Lima (037.054.464-10); Erivaldo Montarroyos Rodrigues Lima (069.438.024-53); Gonçalo Manoel da Silva Neto (083.366.484-02); Guilherme Vilar (181.071.174-68); Iane Alves de Oliveira (041.033.714-55); Jose Claudio de Almeida Souza (042.516.794-15); Luís Otávio Bezerra da Silva (030.518.864-08); Manuela Medeiros Gonçalves (055.857.184-01); Maria do Socorro Valois Alves (123.297.034-49); Natália de Souza Carvalho Oliveira (067.671.854-00); Paulo Roberto Santiago (080.280.364-49); Rebeka Cavalcanti Melo Gonçalves (080.871.114-86); Reginaldo de Carvalho (397.418.263-20); Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (528.171.132-68); Rosa Maria de Aquino (018.852.194-15); Sergiany da Silva Lima (813.600.613-04); Tania Nobre Gonçalves Ferreira Amorim (173.097.354-04); Valdeline Atanazio da Silva (264.525.292-34)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7270/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.498/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maira Frigo Flores (001.082.760-90); Marta Cristina Rodrigues da Silva (011.347.630-26)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7271/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.504/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Tanandra Bernieri (016.192.370-40)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7272/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.506/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Elias de Souza (247.604.698-18)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7273/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.507/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dione Sousa Albuquerque de Lima (037.964.604-88); Francelino Albert Almeida (052.403.577-65); Juselli de Castro Nazaré (027.668.447-83); Leandro de Almeida Cunha (045.640.647-62)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7274/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.508/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mariana dos Santos Cezar (101.682.407-69)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7275/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.510/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Francisca Daniela Gonçalves Teixeira (640.158.153-00); Gleycielle Cavalcante Pinheiro (039.929.523-20); Jairo Menezes Ferraz (018.238.323-77)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7276/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.513/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elizete Santos Balbino (533.813.004-15)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7277/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.523/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Elpidio Rezende Vieira (007.289.206-46)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7278/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.536/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Paula Galvão Scheidegger (059.138.567-83); Isabella de Brito Alves (063.918.466-93); Leonardo Albergaria Oliveira (045.511.046-80); Rodrigo Leite Pinto (962.460.066-04)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Itajubá

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7279/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

REVISADO POR ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-027.538/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Brenno Ramos Pereira (525.507.702-00)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7280/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.543/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: José Pereira dos Santos (019.685.805-49); Phillipe Farias Ferreira (035.663.554-61)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7281/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.549/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabricio Gonçalves de Jesus (026.474.481-08)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7282/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.550/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Carla de Araujo Caravassilakis (140.783.208-56); Aldo Aranha de Castro (841.221.612-15); Aleilsa de Lima Paula (920.874.851-00); Alexandre Vieira Silva (989.403.411-04); Alisson Juliano Nascimento da Silva (021.759.531-65); Andrea Duarte de Oliveira (941.047.511-20); Angela Maria Frata (768.720.179-53); Angelino Caon (921.912.071-20); Aparecida de Sousa dos Santos (614.491.051-49); Barbara Cunha Ferragini (335.752.958-08); Bruno Tayson de Lima Oliveira (733.548.801-04); Camila de Freitas Vieira (314.288.448-30); Carla Leticia Stuermer (030.781.501-35); Carolinetouro Beluque (992.652.061-87); Daiana Lisboa Baptista da Silva (056.200.367-31); Dirley Doun Nolasco (834.645.811-87); Ederson Nishikawa (734.068.481-68); Eliud Josafat Lima (595.717.991-49); Euzenir Francisca da Silva (893.753.601-30); Evandro da Silva Santos (039.096.871-48); Fabio Seiki Kanamaru (005.220.161-97); Fabíola Tobias de Alencar (031.171.421-85); Flávia Regina Grego (847.996.091-49); Francisco Jose Silveira de Vasconcelos (802.941.117-00); Gerson das Neves Ferreira de Moraes (378.996.601-06); Giovani Alessandro de Mello (628.154.740-34); Giovanni Franca Oliveira (013.475.461-11); Gisele Fabricia Martins dos Reis (267.606.558-00); Gisele Leite de Abreu (007.556.391-62); Helivalda Pedroza Bastos (006.601.848-00); Helton Carlos Lima Godoy (006.034.251-00); Herly Augusto Antunes de Abreu (009.888.291-00); Isloany Dias Machado (001.998.431-63); Italo Bruno Bossay Candia (960.271.501-49); Ivanilton Morais Mota (463.913.045-72); Janaina Rolan Loureiro (024.878.771-38); Jeferson de Paula Almeida (031.936.301-52); Juliana Mendonça Ferreira dos Santos (007.426.401-08); Juliano Koji Yugoshi (250.212.368-22); Justina Souza Souto Paiva (368.296.411-87); Lafaiette Silva Oliveira (946.742.481-91); Larissa Rodrigues Vacari de Arruda (011.428.530-63); Leandro Costa Vieira (001.615.530-01); Leandro Nunes dos Santos (320.418.398-05); Luciane Ravaglia Cuandu (714.190.631-20); Luciane Sartor (893.930.661-91); Lívia Aparecida Pinheiro Bastos (025.793.251-82); Melina D Villa Silva (293.898.758-70); Melissa Azevedo Nogueira (798.687.621-20); Márcia Rodrigues Gorisch (542.874.051-53)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7283/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.553/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Isabel Castro Bonow (915.481.950-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7284/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.556/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alcilene Dalilia de Sousa (600.080.853-40); Arthur Goncalves Lima (012.557.093-75); Atecio Alves (042.020.133-52); Giovanna de Oliveira Liborio Dourado (009.899.893-56); Iriane do Nascimento Rosa (019.298.263-03); Maria de Jesus dos Santos (351.087.623-72); Robson Almeida Borges de Freitas (019.324.223-07); Vinicius Leao Araujo (036.340.703-07)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7285/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.562/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luis Costa Lopes da Silva (099.560.356-10); Rodrigo Pereira Chagas (087.012.746-27); Serginei Jose do Carmo Liberato (097.497.096-40)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7286/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.588/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Alessandra Haber Bastos (657.768.282-87); Michelle Sena da Silva (664.795.502-00); Roberto de Andrade Shinkai (264.929.202-44)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7287/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.592/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaqueline Luzia da Silva (028.406.297-98)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7288/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.529/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Pedro Raiol da Costa (011.032.452-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7289/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.808/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Donata Rodrigues da Silva (616.145.301-06); Lahis Paula Andrade Strobel (050.733.421-35); Lúcia Cazuza de Paula (035.400.791-22)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7290/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.814/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Becker Junior (185.900.559-49); Clarianna Neumann Baran (075.659.679-39); Marileia Neumann (870.458.859-20)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7291/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.899/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Nelci de Fatima Medeiros Carvalho (133.338.602-87)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7292/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.902/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Benedito Francelino de Souza (126.816.011-34); Maria das Graças Gomes dos Santos (570.151.981-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7293/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.913/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliete Maria Souza da Cunha (508.986.637-68); Elizeu Lira Barbosa (289.489.987-49); Jose Maria Barcellos (792.297.785-91); Maria Carolina Barcellos (792.297.865-00); Safira de Meneses Barcellos (045.318.505-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7294/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.955/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Catarina Fernandes Baptista (566.032.821-00); Maria Abadia Custodio Monteiro (220.172.401-68); Mariusa Conceição dos Santos Carvalho (270.475.471-34)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7295/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.958/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Antonio Cassemiro da Silva (195.700.906-34); Barbara Aniceta Martins (850.858.476-87); Geni Gomes Teixeira (032.404.886-63); Maristela da Rocha Costa (066.469.026-23); Mariza Velloso Borges Guimarães (374.585.666-04); Mariza Veloso Borges (374.585.666-04); Selma Menendes D'oliveira (037.162.757-51); Viviane Sette Morais (969.822.926-49)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7296/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.959/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Gilson André Dennys Correa Rosário (533.541.252-68); Ivanilda Rosa Carreira (236.814.462-53); Lisete da Silva Magalhães (137.692.432-34); Maria Elisa Sampaio Costa Salles (000.256.152-20); Maria Anunciação de Souza Costa (177.338.552-68); Maria de Nazare Acatauassu Paes Barreto (597.933.682-68); Nazira Jordy Figueiredo (710.281.022-91); Norma Sueli de Carvalho Chaves de Siqueira Mendes (016.408.872-53); Réia Silvia Lemos Costa e Silva Gomes (049.024.242-15)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7297/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.964/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Daniel Ferreira dos Santos (127.916.937-00); Filipe Furtado Capuano (122.275.397-98); Idalina Alves Ferreira dos Santos (838.527.867-20); Julia Furtado Capuano (122.275.387-16); Leandro Rocha de Andrade (084.360.087-07); Mariangela Monsores Furtado Capuano (921.322.787-68); Oslinda Cesar Gonçalves (970.128.156-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7298/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.965/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Marta Maria Fernandes Santana (682.805.059-20); Selma Clasen Santana (800.627.849-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7299/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.023/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Ulda de Oliveira Pereira (755.867.706-87)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7300/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.027/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Idalina Fernandes (021.077.527-02); Maria Helena Cabral Portal (491.831.687-53); Marlene Martins Rodrigues (934.625.657-53)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Benjamim Constant
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7301/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.031/2014-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Huga Ferreira de Carvalho (597.958.241-04)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7302/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.041/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Emiko Yanagawa (256.130.819-72)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7303/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.052/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vera Luz Ferrão Garcia (950.788.198-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7304/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) sugerida(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.053/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria da Conceição Clementino Nunes (446.762.788-02)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamentos legais no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 7305/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.059/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vera Maria Rocha Figueiredo (075.282.304-30)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7306/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.215/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Dinah de Lourdes Bertoni de Sa (024.192.019-14); Maria Stella Olive Malhadas (064.096.459-10)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7307/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.271/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eliane Cristina de Oliveira Quirino (267.479.364-34); Francileide Procopio Garcia (305.246.523-68); Maria Jose Silva Nogueira (061.385.684-86); Taina Garcia de Araujo (085.491.854-00)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7308/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.346/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Odete Silva Martins (928.820.806-20)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MEC
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7309/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.347/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jesuina Ferreira da Cruz (069.491.916-00)
1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Salinas - MEC
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7310/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.354/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Elizabeth da Silva Castro (625.438.902-97); Maria Zenita Amorim de Souza (270.404.702-25)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7311/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.356/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Edelicia Siganski Reolon (997.907.690-91)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7312/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.360/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Zoê Italia Nozella Gil (036.618.218-81)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7313/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.412/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adauto Miranda Anunciação (019.893.165-49); Bernardina da Encarnação Silva (986.559.735-72); Dilma Coutinho Eloi (370.850.695-20); Ederaldo Muniz Barreto (050.032.025-04); Hélio das Neves (036.127.245-68); Manoel Januario dos Santos (037.646.725-87); Maria do Carmo Silva (404.569.005-00); Nelia Maria Ferreira Vitório (338.188.195-72); Olivia da Hora Silva (374.687.075-53); Valdete Damasceno Silva (433.508.445-53)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7314/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.414/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alzira Bezerra Arruda (988.641.221-68)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7315/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, as seguintes disposições, sem prejuízo da determinação constante do item 1.8:

a) no Acórdão 559/2014 - TCU - 1ª Câmara (peça 103), o item 1.1 passa a vigorar com a seguinte redação: "1.1. Responsáveis: Antônio Xerxes O'dena Tavares (009.092.380-49); Central de Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - ME (94.546.876/0001-81); Fernando Onofre Batista da Costa (122.548.000-00); Forense - Consultoria Jurídica (90.746.926/0001-13); Isabel Cristina Medeiros de Oliveira (892.736.480-53); Wilmo Miola (023.758.770-04)";

b) no Acórdão 1878/2013 - TCU - 1ª Câmara (peça 68), onde se lê "Central de Seguros Administradora e Corretora Ltda.", leia-se "Central de Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - ME";

c) nos Acórdãos 5853/2012 - TCU - 1ª Câmara (peça 36) e 3017/2012 - TCU - 1ª Câmara (peça 28), onde se lê "Central de Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda.", leia-se "Central de Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - ME";

1. Processo TC-003.869/2003-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 010.159/2013-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 004.308/2014-0 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Antônio Xerxes O'dena Tavares (009.092.380-49); Central de Seguros Administradora e Corretora de Seguros Ltda - Me. (94.546.876/0001-81); Conselho Regional de Representantes Comerciais - RS (92.963.776/0001-25); Fernando Onofre Batista da Costa (122.548.000-00); Forense - Consultoria Jurídica (90.746.926/0001-13); Isabel Cristina Di Giorgi Medeiros (888.888.888-88); Wilmo Miola (023.758.770-04)
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Regional de Representantes Comerciais-RS
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. determinar à unidade técnica que proceda aos ajustes nos sistemas deste Tribunal das inexatidões sanadas nesta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 7316/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que as informações extraídas do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (peça 4) e demais elementos comprovatórios indicam que o servidor Marcos Mendonça Lemos (CPF 583.870.215-04) não só exerce outra atividade remunerada privada (o magistério) como mantém participação na qualidade de sócio-administrador de entidade privada, embora em regime de dedicação exclusiva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente, fazendo as determinações que se seguem e dando ciência desta deliberação, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 5), ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, para adoção das providências que entender cabíveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.105/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano que:
1.6.1. instaure, imediatamente, processo administrativo disciplinar com o objetivo de apurar as condutas do Sr. Marcos Mendonça Lemos (CPF 583.870.215-04), relativas à sua participação na administração de sociedade privada, assim como ao descumprimento do regime de dedicação exclusiva a que está submetido nesse Instituto, por implicar em infrações administrativas previstas nos artigos 117, incisos X e XVIII, e 132, inciso IV, da Lei 8.112/1990;
1.6.2. informe, circunstanciadamente, a este Tribunal o resultado das apurações, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do seu término.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 7317 a 7329, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 7317/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC 006.647/2014-6.
2.Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria).
3.Recorrente: Krystyna Matys Costa (CPF290.143.879-20).
4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7.Unidades Técnicas: Sefip e Serur.
8.Advogado constituído nos autos: Rafael Campos de Oliveira (OAB/RS nº71.145).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto por Krystyna Matys Costa contra o Acórdão nº2.862/2014-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria, ante a falta de absorção do resíduo de 3,17% com a implantação de novas estruturas remuneratórias da carreira da servidora.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7317-42/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7318/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC-010.628/2014-2
2.Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial
3.Responsável: Ari Alfredo Costa (ex-prefeito, CPF 118.360.590-00)
4.Unidade:Prefeitura Municipal de Tavares/RS
5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6.Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7.Unidade Técnica: Secex/RS
8.Advogado constituído nos autos:não há

9.Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que trata de ocorrências verificadas na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o Município de Tavares/RS, em 1999, para a construção e equipamento de posto de saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em julgar regulares com ressalva as contas de Ari Alfredo Costa, dando-lhe quitação.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7318-42/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7319/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC-011.444/2012-6
2.Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3.Responsável: Anael Robson Ramos Farias (CPF 258.701.306-20)
4.Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Módica/MG
5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6.Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7.Unidade Técnica: Secex/MG
8.Advogado constituído nos autos: não há

9.ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à rejeição da prestação de contas do Convênio nº 702761/2008, firmado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Nova Módica/MG, para a realização do projeto "II Rodeio da Virada".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, alínea "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:
9.1.julgar irregulares as contas do responsável Anael Robson Ramos Farias, condenando-o a pagar o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 16/4/2009 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;
9.2.aplicar a Anael Robson Ramos Farias multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;
9.3.autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e
9.4.remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7319-42/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7320/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC-012.582/2013-1
2.Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3.Responsáveis: Conceição Deromar Castro Krusser (ex-prefeito, CPF 194.586.309-91) e Município de Encruzilhada do Sul/RS (CNPJ 89.363.642/0001-69)
4.Unidade: Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul/RS
5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6.Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7.Unidade Técnica: Secex/RS
8.Advogados constituídos nos autos: Marcelo Xavier de Abreu (OAB/DF 18811); André Luiz Kipper (OAB 52569); e outros

9.ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio 300/2004 (SIAFI 517744), celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e o Município de Encruzilhada do Sul/RS, com vistas à "*promoção do evento 3° Festival Estadual da Ovelha, a ser realizado no município de 16 a 19/12/2004, conforme plano de trabalho aprovado*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 10, § 1º; e 12, § 1º; da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 201, § 1º; e 202, §§ 1º a 5º, do Regimento Interno, em:
9.1.rejeitar as alegações de defesa aduzidas pelo Município de Encruzilhada do Sul/RS, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia de R$ 64.820,03 (sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e três centavos) aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir de 29/11/2007 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2.dar ciência ao município de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, com quitação, ao passo que a não adoção dessa providência poderá levar ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação do débito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7320-42/14-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7321/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC022.659/2014-5.
2.Grupo II - Classe V - Pensão Civil.
3.Interessados: Alexandre Augusto Fernandes Moreira (CPF 837.658.241-00), Carmem Maria Nene Soares (CPF 126.588.200-20), Cristina do Carmo Tinoco Mendes (CPF 334.841.551-91), Francisca Maria Alves Rodrigues (CPF 835.017.111-15), Inês Morais de Carvalho Queiroz (CPF 078.408.026-72), Luiz Carlos Fernandes Moreira (CPF 643.192.103-87), Maria Eduarda Barreto Nogueira (CPF 059.246.311-76), Maria de Fátima Moreira Fernandes (CPF 225.834.751-34), Polybio Fernandes Moreira (CPF 840.039.441-00), Raimundo da Cruz Costa (CPF 034.955.153-72) e Valeria Paes Lima Fernandes (CPF 711.583.751-15).
4.Unidade: Ministério da Fazenda.
5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6.Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8.Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores do Ministério da Fazenda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº106, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Alexandre Augusto Fernandes Moreira, Carmem Maria Nene Soares, Cristina do Carmo Tinoco Mendes, Francisca Maria Alves Rodrigues, Inês Morais de Carvalho Queiroz, Luiz Carlos Fernandes Moreira, Maria de Fátima Moreira Fernandes, Polybio Fernandes Moreira, Raimundo da Cruz Costa e Valeria Paes Lima Fernandes, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Maria Eduarda Barreto Nogueira, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7321-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7322/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-026.672/2013-8

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Tiago Henquer Cesarino (ex-presidente) - CPF nº 945.396.690-87 e Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem) - CNPJ nº 04.472.848/0001-74

4. Unidade: Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor da Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul (Acofem) e de seu ex-presidente, Tiago Henquer Cesarino, devido à falta de apresentação de documentos complementares à prestação de contas do Convênio nº 735.612/2010, cujo objeto era a implantação do Projeto Oitavo Minuano da Canção Nativa - São Pedro do Sul/RS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1 - julgar irregulares as contas de Tiago Henquer Cesarino e da Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, o valor de R$ 6.639,22, ressarcido em 28/7/2011, na forma da legislação em vigor;

Data	Valor (R$)
2/7/2010	22.300,00
5/7/2010	19.630,00
12/7/2010	5.800,00
30/7/2010	1.500,00

9.2 - aplicar a Tiago Henquer Cesarino e à Associação das Comissões Organizadoras de Festivais de Música do Rio Grande do Sul, individualmente, multas no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 - encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7322-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7323/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC026.713/2014-4.

2.Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3.Interessados: Osvaldo Leo Ujikawa (CPF 286.601.048-54) e Seiken Tasoko (CPF 282.404.728-34).

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7.Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8.Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessões de aposentadoria a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ªCâmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, incisoV, 39, incisoII, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art.262, §2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº106, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria a Seiken Tasoko, ordenando o registro;

9.2.considerar ilegal a concessão de aposentadoria a Osvaldo Leo Ujikawa, recusando o registro;

9.3.dispensar o interessado do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. fazer cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dar ciência, no prazo de quinze dias, do inteiro teor desta deliberação ao servidor cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.3. enviar, para este Tribunal, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado relacionado no item 9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.6.1. monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação dos pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao TCU em caso de não atendimento;

9.6.2. corrigir, no sistema Sisac, o código do fundamento legal da concessão em favor de Seiken Tasoko para que, onde se lê "1-1-0247-8", leia-se "1-1-0208-7", tendo em vista as informações constantes do sistema Siape.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7323-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

ACÓRDÃO Nº 7324/2014 - TCU - 1ª Câmara

1.Processo nº TC026.841/2014-2.

2.Grupo II - Classe V - Pensão Civil.

3.Interessados: Adelmo Rocha de Oliveira (CPF 231.501.731-91), Alda da Silva Pires (CPF 248.120.051-91), José Tavares Neto (CPF 002.739.611-87), Natália Rocha de Oliveira (CPF 750.376.611-53) e Vitor Rocha de Oliveira (CPF 055.364.521-85).

4.Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás.

5.Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6.Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7.Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8.Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº106, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Adelmo Rocha de Oliveira, José Tavares Neto, Natália Rocha de Oliveira e Vitor Rocha de Oliveira, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Alda da Silva Pires, recusando o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.2 acima, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3.encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada de que trata o item9.2 teve conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7324-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7325/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.380/2011-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II- Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Conde/PB (08.916.645/0001-80) e Temístocles de Almeida Ribeiro (059.479.284-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Conde/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Advogado constituído nos autos: Carlos Neves Dantas Freire (OAB-PB nº 2666) e Maria do Carmo Marques Araújo (OAB-PB, nº 8767)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Fundo Nacional de Saúde-FNS, em virtude de indícios de irregularidades verificados na aplicação de recursos transferidos ao Fundo Municipal de Saúde-FMS do Município de Conde-PB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante os motivos expostos pelo Relator, em:

9.1. declarar revel, para todos os efeitos, o Município do Conde/PB (01.208.821/0001-16), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Temístocles de Almeida Ribeiro (059.479.284-34) e do Município de Conde/PB, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, atualizadas e acrescidas dos juros de mora devidos, calculadas a partir das correspondentes datas até o efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento dos valores aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
256,44	27/01/2003
90,42	31/03/2003
4.000,00	20/10/2003
5.400,00	15/12/2003
8.154,50	31/01/2004
5.300,00	04/02/2004
9.845,53	16/02/2004
8.769,03	10/03/2004
9.348,50	31/03/2004
819,00	30/04/2004
10.460,86	10/05/2004
7.926,00	01/06/2004

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 ao Sr. Temístocles de Almeida Ribeiro (059.479.284-34), no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.4. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas às notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado pelos responsáveis, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. remeter cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7325-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7326/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.254/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria.

3. Interessado: Jaime Baião (CPF: 154.909.399-15).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado(s): não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 261, *caput* e § 1º, e 262, *caput* e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Jaime Baião (CPF: 154.909.399-15), negando registro ao ato correspondente, número de controle 10795006-04-2012-000203-0, em razão da inclusão, nos proventos, de parcela judicial relativa à defasagem da URV (3,17%);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado (Súmula/TCU 106);

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 15 (quinze) dias:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, escoimado da irregularidade verificada, a ser submetido à apreciação do TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento do contido no item anterior;

9.3.4. informe ao TCU as medidas adotadas;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7326-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7327/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.436/2011-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Lúcia de Fátima Aires Miranda (131.962.514-20); Orlando Dantas de Miranda (203.809.924-34).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Advogado constituído nos autos: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) do Ministério da Saúde em razão de irregularidades na gestão de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Puxinanã/PB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o município de Puxinanã/PB da presente relação processual;

9.2. declarar a revelia do Sr. Orlando Dantas de Miranda, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Orlando Dantas de Miranda e da Sra. Lúcia de Fátima Aires Miranda, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.4. condenar o Sr. Orlando Dantas de Miranda e a Sra. Lúcia de Fátima Aires Miranda, solidariamente, ao pagamento de débito abaixo discriminado, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas mencionadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor R$
11/3/2003	4.500,00
11/3/2003	4.500,00
10/4/2003	4.500,00
17/9/2003	5.400,00
14/11/2003	5.400,00
11/3/2003	1.083,33
10/4/2003	1.083,33
6/2/2003	1.242,60
14/3/2003	1.098,20
23/4/2003	1.520,00
16/9/2003	1.501,00
22/10/2003	1.900,00
5/12/2003	1.092,50
15/2/2003	1.300,00
4/3/2003	1.000,00
6/3/2003	2.000,00
14/3/2003	5.500,00
2/4/2003	2.000,00
24/4/2003	2.000,00
2/5/2003	3.000,00
5/5/2003	1.000,00
5/6/2003	500,00
18/6/2003	5.000,00
13/10/2003	5.500,00
18/11/2003	3.007,74
14/2/2003	250,00
24/2/2003	130,00
13/3/2003	100,00
17/6/2003	600,00
22/9/2003	300,00
6/10/2003	300,00
13/11/2003	427,20
16/1/2003	26,20
17/2/2003	26,20
14/3/2003	26,20
20/5/2003	45,45
16/6/2003	22,55

9.5. aplicar ao Sr. Orlando Dantas de Miranda e à Sra. Lúcia de Fátima Aires Miranda, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, além de alertá-los que a falta

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar à unidade técnica que, comprovado o recolhimento integral das dívidas pelos responsáveis, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação, nos termos do art. 27 da Lei 8.443/1992;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.9. enviar cópia do inteiro teor da presente deliberação à Procuradoria da República na Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7327-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7328/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.469/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Representante: Real Construções e Serviços Ltda. (09.013.606/0001-36).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação noticiando irregularidades generalizadas nas licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Conceição/PB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. desconsiderar a personalidade jurídica da empresa Lopel Lopes Pereira Engenharia Ltda. (05.060.557/0001-31), para incluir na responsabilidade seu sócio administrador, Sr. José Pereira da Silva Filho (181.616.854-87), pelo débito a ela atribuído;

9.2. constituir processo apartado de tomada de contas especial, nos termos do 47 da Lei 8.443/1992, a partir de cópia desta deliberação e das peças 27-32, 363-369 e 372-373 destes autos, a fim de citar, com base nos arts. 10, §1º, e 12, inciso II, da mesma Lei, os responsáveis abaixo especificados, para apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência, alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres da Fundação Nacional de Saúde as quantias indicadas, atualizadas monetariamente, a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, quantia(s) eventualmente ressarcida(s), na forma da legislação vigente, em decorrência dos seguintes atos:

9.2.1. Responsáveis solidários: Vani Leite Braga de Figueiredo (203.909.804-63), ex-Prefeita; Lopel Lopes Pereira Engenharia Ltda., empresa contratada; José Pereira da Silva Filho, sócio administrador da Lopel;

9.2.2. Atos impugnados:

9.2.2.1. em relação à gestora, não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do convênio 1.342/2008 (Siafi 648982), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Conceição/PB, para construção de 15 melhorias habitacionais, consubstanciada na ausência de nexo causal entre os mencionados recursos e as despesas apresentadas, tendo em vista evidências de que a empresa contratada para executar o objeto conveniado é de fachada;

9.2.2.2. em relação à contratada e respectivo sócio, recebimento dos pagamentos realizados com recursos federais transferidos por intermédio do convênio 1.342/2008 (Siafi 648982), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Conceição/PB, para construção de 15 melhorias habitacionais, consubstanciada na ausência de nexo causal entre os mencionados recursos e as despesas apresentadas, tendo em vista evidências de que a empresa contratada para executar o objeto conveniado é de fachada;

9.2.3. Nexo causal:

9.2.3.1. em relação à gestora, ao contratar empresa de fachada para executar o contrato, não provar que o objeto conveniado foi executado e usar a documentação da contratada para comprovar a aplicação dos valores transferidos, possibilitou a ocorrência do débito, por ausência da comprovação da boa e regular aplicação dos recursos;

9.2.3.2. em relação à contratada e respectivo sócio, ao utilizar e se beneficiar do uso de empresa de fachada, para receber os pagamentos feitos com recursos federais, sem ter executado o objeto conveniado, os responsáveis concorreram e se beneficiaram do prejuízo suportado pelo erário;

9.2.4. Dispositivos violados:

9.2.4.1. em relação à gestora, art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, art. 93 do Decreto-Lei 200/1967, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e art. 20 da IN-STN 1/1997;

9.2.4.2. em relação à contratada e respectivo sócio, art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e art. 876 da Lei 10.406/2002 (Código Civil);

9.2.5. Evidências:

9.2.5.1. de acordo com o item 2.2.1.15 do Relatório de Demandas Externas 00214.000547/2012-41 da Controladoria-Geral da União, o encarregado da execução dos serviços foi o servidor municipal Sr. José Quintino de Magalhães Neto, que informou ser o responsável pela contratação e pagamento dos funcionários alocados na obra (peças 27-32);

9.2.5.2. as investigações realizadas no âmbito da Operação Transparência da Polícia Federal colheram evidências de que a contratada é uma firma de fachada usada por seu proprietário e outras pessoas para fraudar licitações públicas e desviar os recursos envolvidos nos contratos (peças 363-369 e 372);

9.2.5.3. nos exercícios em que teria executado o objeto do convênio em voga (2011-2012), a contratada não registrou obras no INSS e nem possuiu empregados suficientes para executar os contratos por ela mantidos (peça 37);

9.2.6. Dispositivos violados: art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, art. 93 do Decreto-Lei 200/1967, art. 66, *caput*, do Decreto 93.872/1986, arts. 2º e 3º da Lei 8.666/1993 e art. 22 da IN-STN 1/1997;

9.2.7. Quantificação do débito:

Valores históricos (R$)	Datas de ocorrência
78.053,13	20/6/2011
76.638,67	1º/8/2011
76.638,67	19/9/2011
89.939,36	25/5/2011
63.406,57	2/7/2012

9.3. cientificar o Ministro de Estado da Saúde acerca da instauração do supracitado processo de tomada de contas especial pelo Tribunal, em atenção ao art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

9.4. realizar diligência, com fulcro no art. 157 do Regimento Interno/TCU:

9.4.1. à Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba, solicitando o envio de cópia do material referente ao Inquérito Policial 344/2012-SR/DPF/PB (relatório final, termos de interrogatório e depoimentos, relatórios de interceptações telefônicas e vigilância, etc), que comprovem possíveis irregularidades em procedimentos licitatórios da Prefeitura Municipal de Conceição/PB, bem como desvio de recursos federais com uso de empresas de fachada, indicando os documentos eventualmente protegidos por sigilo;

9.4.2. à Prefeitura Municipal de Conceição/PB, para que:

9.4.2.1. envie, em relação aos convênios PAC 202225/2011, CV 438/2007 (Siafi 628244) e CV 218/2011 (Siconv 760305) e aos contratos de repasse 0303467-47 (Siafi 713586), 0336139-66 (Siafi 746131), 0213801-87 (Siafi 585065), 0309740-82 (Siafi 725146) e 0314680-67 (Siafi 729142):

9.4.2.1.1. cópia do comprovante de matrícula das obras no INSS (CEI);

9.4.2.1.2. cópia das ARTs/CREA dos responsáveis pela execução das obras, inclusive do fiscal contratado, pelo município, para fiscalizá-las;

9.4.2.1.3. folha de pessoal das obras, mês a mês, acompanhada de cópia autenticada das referidas GFIP/GRPS (com o número do CEI das obras), demonstrando adimplemento de todas as obrigações e encargos trabalhistas (FGTS) e previdenciários (INSS), durante o período de execução das obras objeto dos contratos firmados com as empresas contratadas;

9.4.2.1.4. comprovantes de pagamentos (notas fiscais, recibos, extratos bancários, etc);

9.4.2.2. informe a situação atual das obras objetos dos convênios PAC 202225/2011, CV 438/2007 (Siafi 628244) e CV 218/2011 (Siconv 760305) e dos contratos de repasse 0303467-47 (Siafi 713586), 0336139-66 (Siafi 746131), 0213801-87 (Siafi 585065), 0309740-82 (Siafi 725146) e 0314680-67 (Siafi 729142);

9.5. determinar ao Ministério da Integração Nacional e à Caixa Econômica Federal que, desde já, adotem as medidas estipuladas no art. 70 da Portaria Interministerial 507/2011, uma vez caracterizados os superfaturamentos de R$111.845,10 e R$68.327,77 apontados, respectivamente, nos itens 2.4.1.2 e 2.4.1.3 do Relatório de Demandas Externas 00214.000547/2012-41 da Controladoria-Geral da União, na execução pela empresa Livramento Construções Serviços e Projetos Ltda. do contrato de repasse 0213801-87 (Siafi 585065), informando a este Tribunal, num prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7328-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7329/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.014/2012-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador).
3.2. Responsável: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15).
3.3. Recorrente: Aldenir Santana Neves (176.561.093-15).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Urbano Santos - MA (05.505.839/0001-03).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Advogado constituído nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Aldenir Santana Neves contra o Acórdão 4.456/2014-Primeira Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante, acompanhada do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7329-42/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e Bruno Dantas.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 16 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Aprovada em 19 de novembro de 2014.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 43/2014 (ORDINÁRIA)
Sessão em 25 de novembro de 2014, às 15h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 1ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.871/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Heitoraí - GO
Responsável: Vilmar Sebastião de Paula
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.081/2014-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsável: Antonio Gustavo Matos do Vale
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.232/2013-5
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessado: Jesy de Proença Coelho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-004.583/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social (Seteps/PA), atual Secretaria de Estado do Trabalho e Renda (Seter/PA)
Responsáveis: Ana Catarina Peixoto de Brito e outros
Advogados constituídos nos autos: Luana Tainah Rodrigues de Mendonça Ribeiro, OAB-DF 28949, e João da Costa Mendonça, OAB-TO 1128 (docs. 6 e 29); Fernando de Moraes Vaz, OAB/PA 5773, Paulo Augusto Maia Franco, OAB/PA 4649, e Alessandra Monteiro Tavares e Silva, OAP-PA 15904 (docs. 9, 10 e 21); Almerindo Augusto de Vasconcellos Trindade, OAB/PA 1069, e outros (doc. 16)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-010.289/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri - PA
Responsáveis: Formato Engenharia Ltda. e Mario da Costa Leão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.213/2012-4
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Minas Gerais
Interessado: Armando Miranda de Albuquerque Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.961/2011-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
Interessados: Antenor Mendes de Souza e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.975/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso
Interessado: Jose Haddad Filho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.227/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mimoso de Goiás - GO
Responsáveis: Antônio da Costa Tavares e Miriã de Souza Vidal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.410/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes (vinculador)
Interessados: Arlindo Trajano da Costa e outros
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.727/2014-6
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.373/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Interessados: Antonio Joaquim Carneiro da Cunha e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.202/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Desiderio Masrtins dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.355/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte
Interessado: José Antonio Bezerra e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.372/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Interessada: Margarida Alvim Alayeto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.389/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
Interessado: Miguel Nunes dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.452/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
Interessado: Antenor Costa Abreu e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.354/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Interessados: Adriana Bariani e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.396/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Interessados: Fabio Alexandre Paarmann e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.968/2012-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício de 2011
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Angela Socorro da Silva Araujo e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-035.969/2011-3
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Interessados: Gisele Pereira Castanheira e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-001.184/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Joana Angelica da Silva Mendes; Neuza Maria de Oliveira Costa
Órgão: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.353/2014-8
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.641/2002-1
Natureza: Aposentadoria - Monitoramento
Interessados: Antonia Pinheiro; Célida Gomes de Oliveira; Josemar Carneiro de Mesquita; Luiz Gonzaga Martins; Maria Francisca Sampaio Rodrigues; Maria de Lourdes Pereira Ferreira
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.429/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Cláudia Lopes
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.463/2009-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Lopes da Silva Neto; Antônio Ferreira Mendes; Henrique Cruz Filho; José Dionísio Ladeira
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.494/2002-1
Natureza: Aposentadoria - Monitoramento
Interessado: José Carlos Becker
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.896/2014-3
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos
Entidade: Instituto Evandro Chagas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.235/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto; Ednalva Freire Caetano; Euclides Santos; José Carlos Tourinho e Silva; José Costa Almeida; José Maria de Oliveira Silva; João Antônio Macêdo Santana; Marcos Antonio de Melo; Maria Elisa da Cruz; Maria Helena Trindade de Santanna; Maria Inês Morais Ferreira; Maria Jésia Vieira; Maria de Lourdes Silva de Almeida; Roza Maria Macedo Andrade Menezes; Silvia Souza Guimarães Santana; Terezinha Alves de Oliva; Valnice Silveira dos Santos
Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.103/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Higino José Silva Marçal Pessoa; Hilton Barreto Orengo; Homero Farias Eschiletti; Ilmo Oscar Jachetti; Indio Riopardense Borges; Isaura Virginia Breier Bonato; Ivan Wladimirsky; Ivo Fensterseifer; Joao Carlos Alff; Job Christian Buss Angeli; Jorge Gutierrez Orcy; João Carlos Goldani; João Manuel Fernandez da Cruz
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.124/2009-0
Natureza: Relatório de Inspeção
Interessadas: Maruska Vaz Sansaloni; Universidade Federal de Goiás
Entidade: Universidade Federal de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.494/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Anna Maria de Souza Rodrigues; Selma Mangini Prado
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - São Paulo/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.637/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Cirano Batista Teló
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.660/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Ruth Coelho Monteiro; Sindicato dos Trabalhadores Nas Industrias do Vestuário da Baixada Santista, Vale do Ribeira e Litor; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.720/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ivani Vaz de Lima; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Programa de Apoio Às Entidades - PAE; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.541/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Nassif Junior
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.266/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Comunitária de Autogestão - ACA; Edmilson Nazareno Monteiro da Costa; Federação Paulista de Associação de Moradores - Fepam; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Patrícia Quevedo Kay; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.645/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Comunitária e Cultural Acadêmica de Sertãozinho; Associação Escola Profissional dos Trabalhadores Nas Indústrias de Borracha do Estado de São Paulo; Esmeraldo Fernandes da Silva; Instituto Paulista de Técnicos Em Desenvolvimento Econômico e Social; José Antônio Raimundo; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Telma Pinheiro Morgado; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo Advogados constituídos nos autos: Antonio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Gabriela Dellacasa Stuckert (OAB/DF 39.693) e outros.

TC-017.794/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cooperativa Industrial de Trabalhadores Em Tratamento Térmico e Transformação de Metais - Coopertrat; José Carlos Teixeira; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.796/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Federação dos Trab. Nas Empresas de Ref. Coletivas, Cozinhas Industriais e Afins do Estado de SP; Luiz Gonzaga da Silva Nascimento; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.618/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Pereira Sampaio dos Santos; Aline Engracia Camilo Gomes; Ana Maria de Souza Couto; Joelma Silva de Carvalho Reis; Vera Regina Migon Archanjo
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-018.764/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Dalton Silvano do Amaral; Leida Maria Mordeni Borba Leite de Moraes; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de SP; Sindicato dos Publicitários, dos Agenciadores e dos Trab. em Empresas de Propaganda no Estado de SP; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-018.876/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Laide Braga Penha
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.984/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial - INSPIR, e Neide Aparecida Fonseca, presidente
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.992/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto do Meio Ambiente, Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável - Projeto Ânima; Ione Garcia Altieri; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.997/2014-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Eliermes Arraes Meneses; Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - Mec; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.002/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luiz Carlos Lima; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - SP; Sebastião Mantovani; Sindicato dos Trab. Mas Ind. de Fiação e Tecelagem Em Geral de Itatiba e Morungaba - Sinditêxtil-SP; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.218/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontual do Paranapanema - Idesp; Ivan Ponce Inácio; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.302/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alexandre Bianchi Jau; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos/SP - Sintelmark e Walter Barelli
Entidades: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE) e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP). Advogados constituídos nos autos: Pedro Acioli Werner (OAB/RJ 166.030) e outros.

TC-019.312/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Brasileiro de Recursos Humanos; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Nielce Camillo Filetti; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.330/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Jamil Zantut; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.709/2012-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Arare Gilberto Maya Bertoia
Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Santa Maria/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.886/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Conter- Construções e Serviços Tecnicos Ltda; Francisco Leite Guimarães Nunes
Recorrente: Francisco Leite Guimarães Nunes
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Icó - CE
Advogado constituído nos autos: Cícero Charles Sousa Soares (OAB/22.260).

TC-020.906/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Carolina Silva Viana; Maria Clara Silva Viana
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.105/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aline Coutinho da Silva; Edson de Souza Passos; Gilda Roza Marques Fernandes; Maria Lydia Furtado de Sampaio Vianna; Naidelea Beatriz Coutinho da Silva; Vanda do Espírito Santo Teixeira
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.182/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Allan Bruno da Silva; Estelita Marques Coelho Martins; Heloisa Ferreira Juacaba; João Cunha Lima; José Péricles Maia Chaves; Maria da Costa Studart
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.183/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eduardo Melo do Rosário; José Américo de Oliveira
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.399/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Leda de Freitas Gomes; Leda de Freitas Gomes; Maria da Conceição Buainain; Maria da Conceição Buainain
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.539/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Claudete Silveira Pegorim; Lindomar Cardoso
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.851/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ajax Pinto Ferreira; Avelino Caldas Leitão; Erasto Ferreira Gomes Filho; Erasto Ferreira Gomes Filho; João Batista Gomes Soares
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.153/2013-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alessandra Saldanha Soares da Rocha; Fernando Lima Bittencourt; Hanna Lima Bittencourt; Joao Guilherme Albuquerque de Oliveira
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.477/2009-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Angélica Coscarelli Antonini; Angélica Coscarelli Antonini; Antonio Carlos Schaefer Carvalho; Antonio Luiz de França; Aurea Lucia Barbosa; Carlos Augusto de Oliveira; Celia Angelo Pinto Sao Thiago; Dalva Oyara de Oliveira; Eduardo Sergio de França; Eliane Assunção de Souza; Gustavo Alvares Magalhaes Maciel; José Deonizio; Leandro Alberto Brito Sao Thiago; Maria Damietta Alvares Maciel; Maria Damietta Alvarez Maciel; Maria Luzia de França; Marilene de Oliveira; Mauricio de França; Rosângela Coscarelli Antonini; Terezinha de Jesus Schaefer Carvalho; Yone Vieira
Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.618/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edna Maria Santos Lima
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.623/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Gonzaga da Silva
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.625/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cerli Gomes de Oliveira; Cesar Nogueira Grillo; Claudionor da Silva Dutra; Edir Tomaz da Silva; Terezinha de Jesus Lima Martins; Therezinha da Conceição dos Santos Vitovsky
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.655/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Cristina Teodoro Pereira
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.656/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Célia Simões
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.658/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ari Boulanger Scussel; Rafael Marotta Filho
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.746/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Leticia Alencar Costa; Rosa Maria Leal Gueiros
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.153/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria de Lourdes Lima Oliveira; Maria de Lourdes Lima Oliveira
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.173/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Amauri Seixas
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.180/2014-0
(INCLUÍDO EM PAUTA)
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Alzira de Souza Oliveira
Órgão: Ministério das Comunicações
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.223/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Zaida Coralia Cardoso Pereora
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.224/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Domenico Siciliano
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.249/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Areosvaldo Fausto de Oliveira; Dalva Torres de Freitas; Elisa Maria Horta Marques; Elza Paula de Sao Leao; Georgina Dornelles Saraiva; Luiza Pereira da Silva Bastos; Luzinete Alves de Albuquerque; Magno Lima de Almeida; Maria Jose da Silva Silveira; Santa Teixeira Avila Machado
Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.343/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Daniel Machado Macedo; Francisco de Assis da Silva Andrade; Horácio da Silva Andrade; Maria Lina Machado Macedo
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.364/2014-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arlinda Isabel de Santana; Marize Paterson Pereira de Campos
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-027.446/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aldyr Ferreira Teixeira; Helena Mafalda Dematheey Camacho de França; Jorge de Mattos Moreira; Leila Maria Rastelli Ramos Sargentelli
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.473/2014-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Atibaia - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.046/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joatan Leite da Silva; Katia Maria Martins Nogueira
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.047/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fernando Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.051/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dalvanise Albuquerque Braz e Silva; Maria de Lourdes Rodrigues Figueiredo
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.055/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cássia Fátima do Nascimento; Maria de Fatima de Souza Toledo Silva
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Tocantins
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.750/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio de Oliveira Costa; Celsina Maria Reis Souza; Tenisson Bueno Barauna
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.596/2011-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelaide Ribeiro dos Santos; Adriana Leffer da Silva; Adriana de Avila Rito; Adriane Borges Reichert; Alan Coelho de Macedo; Alan Soares Barbosa Junior; Alessandro Monteiro de Araujo; Aline Pedrolo Denardin; Ana Cristina Rodrigues Dutra; Ana Marcia Fassbender Aragao; Ana Paula Reolon; Ana Paula Viana Duarte; Anderson Giliard Lopes Macedo; Andrea Maria Menezes Ferraz; Anibia Alessandra Mayer Duarte Alves; Anilton Tadeu Borges de Oliveira Junior; Barbara Abud; Beatriz Cristina Moreira; Bibiana Castro Menezes Xavier de Mello e Silva; Carine Oliveira de Sousa Monteiro; Carlos Alberto Faccin de Miranda; Carlos Eduardo Lavorini; Carlos Eduardo Martins Moreira; Carlos Henrique de Oliveira; Carmine Luvison Zardo; Celia Maria Soares da Costa; Claudia de Lima Martins; Cristiane Carla Ribeiro; Cristiane Dematte; Cristina Amalia Cunha Oliveira Azevedo Torres; Cristine Cobalchini; Daiana de Meneses Ventura Silva; Daniel da Silva; Dario Uehara Miyamoto; Dayse Berenice Espinosa Griebeler; Edgar Paulo Manke; Elias Jose de França; Emaxsuel Roger Rodrigues; Evaldo Leite da Silva; Fabiana Santana de Mendonça; Fabricio Monteiro Kleinibing; Felipe Augusto Lancha dos Santos; Felipe Coelho Leite; Gabriela Scheit; Gislaine Guedes da Silva; Glaucia Amaral; Hugo Cesar de Souza; Ilca Lopes Kalume; Isabel Cristina Moreira Silva; Jaime Pedroso Alves Junior; Jeane dos Santos Silva; Jeremias Santos da Silva; Jhonne Jossy Pereira Costa; Joao Marcelo Pereira e Oliveira da Rocha; Joaquim Taizo Sawasato; Jose Geraldo Ligorio Antunes; Julia Gabriela Alberti; Jussara Alves Moreira; Katia Barreto Marciniak; Larissa dos Santos Figueiredo; Leandro Jose e Vasconcelos do Egypto; Leticia Alcici Santana; Licia Gaspari Portela; Livia Maciel Alves Santos; Luciana Etchebest da Conceição; Luciano Arduin de Oliveira; Luiz Claudio Pereira de Pinho; Maisa Cristina Menezes Cabral; Manuela Maria Melo da Silva; Marcia Angelica Ilha Hardem Neves; Marcia Cristina Alves da Silva; Marcia Terezinha Pereira Sarate; Marciel Venâncio da Gama; Marcus Vinicius de Oliveira Pauseiro; Maria Agtha Cristiane do Espirito Santo Pires; Maria Cristina Leao Monteiro de Barros; Maria Virginia da Matta Machado Malheiros; Maria de Fatima Vieira; Marinalda dos Santos Oliveira; Marisa Aparecida Melotto Gallotti; Marlei Johann Bernardi; Max Renato Martins; Michael Vandré Moreira Nitsch; Pamela Spiller de Mendonça; Patricia Azevedo Valença; Patricia Vieira de Llano; Patricia Vitoria de Souza Assimos; Rafael Kettermann Caponi; Ricardo Gomes Magalhaes; Rita Flavia Guimaraes Lopes; Rita de Cascia Saldanha Dornelles; Rodrigo Benvenutti Schutz; Rodrigo Moura de Avelar Baltar; Rosane Quaresma da Silva; Roseane Maria Fraga Costa; Rubens Gonçalves Pereira; Sacha Lima Pinheiro; Sandra Guimaraes Santos de Oliveira; Sergio Aurelio Velozo Diniz; Simone Candido de Sousa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.730/2012-5
Natureza: Prestação de Contas
Responsável: Frederico Cezar de Araujo; Carlos da Fonseca
Entidade: Embaixada do Brasil Em Santiago - Mre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-750.053/1997-6
Apensos: 014.704/2010-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 014.702/2010-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 014.706/2010-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Anísio Reginaldo de Araújo, Paulo Silvano Rozo e Município de Alvorada D'Oeste/RO
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alvorada D'oeste - RO
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-006.947/2013-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Zairo Jacques Pinto Loureiro (ex prefeito)
Responsáveis: Therezinha Niella Rosa Costa (ex secretária de saúde) e outros
Unidade: Prefeitura Municipal de Canavieiras - BA
Advogados constituídos nos autos: José Souza Pires (OAB/BA nº 9.755) e Carlos Conrado de Souza Nunes (OAB/SE 4618)

TC-013.080/2012-1
Natureza: Representação
Representante: Controladoria-Geral da União (CGU)
Unidade: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora Aparecida/SE
Advogado constituído nos autos: não há

TC-016.450/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fulgêncio Freitas de Oliveira
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-024.700/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rubens Melo da Silva e outros
Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.461/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luis Otávio Melo Rezende e outros
Unidade: Banco Central do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.838/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gilberto Bezerra da Rocha
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.847/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Roberto de Souza e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.047/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Bernardete de Souza Russo; Maria Isabel Dieguez Saad
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.207/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Ferreira dos Santos
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.295/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Altamira Teixeira de Araújo e outras
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.380/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Marina da Silva Pereira
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.435/2014-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aracy Pereira Cota e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Rondônia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.857/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Bene Maria de Amorim Alem e outros
Unidade: Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.939/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Pereira de Sousa e outros
Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-029.947/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Akemi Tsuruda e outros
Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.211/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deone Ribeiro de Souza e outros
Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.248/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abel Marcos Castro e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.250/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Finger e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.254/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Mota Nunes Brusadin e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.255/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: David Nunes da Silva e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.256/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edson Jorge Casagrande Júnior e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.257/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evandro Luiz Mudrak e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.258/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Daniele da Silva e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.260/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hector Takeshi Fujii Yagyu e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.267/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucinaldo da Silva Ferreira e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.268/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia Yukari Maeshiro e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há..

TC-030.270/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nacilene de Souza Melhor e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-030.272/2014-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Mobarack Panzenhagen e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.274/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rogério Carvalho dos Santos e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.276/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Martinelli Kirhakos e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.277/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Coutinho Aguiar e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.282/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Enderson Rafael Paula da Silva e outros
Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.304/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Figueiredo de Mello e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.306/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Demian Gebrim e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.308/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gracielia Oliveira Batista Amaral e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.309/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonh Eudo dos Santos Ferreira e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.314/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosimar Visnheski e outros
Unidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.554/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ione Ramos de Figueiredo
Unidade: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro BRUNO DANTAS

TC-012.795/2007-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Creusa de Miranda Matos e outros
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.879/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ricardo José Ribeiro Pessoa
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.403/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cristina de Castro Frade
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.495/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Expedito Alves de Melo e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.499/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ari Fernando Bittar e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.504/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edivaldo Rosas dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.511/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Almenara Ribeiro Bravo Goncalves e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.556/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Egon Figueroa Hidalgo e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.562/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Milton Zelmanovitz e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.567/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Benedito Rangel Filho e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.659/2013-7
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Adonias dos Reis Santiago e outros
Órgão/Entidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.707/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Kevy Rufino Moreira e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.119/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alaiza Pinheiro dos Santos e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.164/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eliseth Cavalcanti Maia Padilha e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.171/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Jose Pereira Rego e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.361/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elenaldo Santos Couto e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.301/2014-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton Kenji Kobata e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.375/2014-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Aragao Barbosa e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.378/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adaildo Gomes D Assunçao e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.384/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldrei Augustus Alfaro Bastos e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.802/2014-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria da Luz Santos Sousa
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.888/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria do Socorro de Abreu Brito e outros
Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.417/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alipio Soares de Oliveira e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.418/2014-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joao da Silva Lima e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.426/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adali Soares Lins Bahia e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.428/2014-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisca Maria de Brito Macedo e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.485/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Frank Vanuthy de Freitas Mendes
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.503/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elielson Oliveira Damascena e outros
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.540/2014-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Baldiati Parizi
Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.546/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alice Alves Menezes Ponce de Leao e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.554/2014-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Leal Sclowitz
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.558/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsandro Clauder Santos Pinto e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.561/2014-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Eurípedes Cunha e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.589/2014-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Wronscki Ricardo e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.591/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adamo Perrucci e outros
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-027.635/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cacildo Paulino de Souza
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.647/2014-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Guilherme Lumina Pupatto
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.656/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Lino
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.050/2014-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Egno do Carmo Gomes e outros
Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-033.535/2012-4
Natureza: Representação
Apensos: TC-031.804/2012-8; TC-018.356/2013-3
Interessados: Antonio Carlos Welter e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chuvisca - RS
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-003.692/2013-2
Natureza: Representação.
Representante: Albercio da Costa Brito Filho.
Entidade: município de Ituaçu/BA.
Advogado constituído nos autos: Joel de Souza Neiva Júnior (peça 1, fl. 2).

TC-022.513/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Alcio de Alencar Antunes; Armando Zambelli; Cristina Berto; Djanira Telles de Menezes; Heitor Lucindo da Silva; Helena Loiola Monte; Ivan Mattos Speridiao; Joadiva Pereira Brandão; Jorge Washington Touceira; Maria Jose Carvalho dos Santos; Maria das Dores Rodrigues Cabral; Pedro Marques Pinheiro; Regino Manch Sarone; Silvio Carneiro Cabral; Yara Cristina Rosenbaum Costa Monteiro.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.673/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Edvaldo de Sousa Santos Junior; Maria Lenir de Sousa Pereira; Maria Zelia Pereira de Souza Furlaneto; Rita Gomes dos Santos; Rosiane dos Santos Milhomem.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.676/2014-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Edith Lage de Andrade Raydan; Maria Alice Pereira Braz; Maria Aparecida Nogueira Falcão.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.130/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Antonia Vasconcelos; Eliza da Conceição Nepomuceno; Erothildes Alpino de Lucca; Hilda Lourenço dos Santos Paes Oliveira; Honorina Cardozo Silva; Iraci Neri de Lira; Joana Darc Costa Silva; Kely Lima de Carvalho; Nauro Serejo de Carvalho.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.628/2013-5
Natureza: Prestação de Contas.
Exercício: 2012.
Responsáveis: Daniela América Suarez de Oliveira; João de Deus Medeiros; Roberto Brandão Cavalcanti.
Órgão: Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.786/2014-1
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Maria Falcão de Oliveira.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.791/2014-5
Natureza: Pensão Civil.
Interessada: Maria Alves da Silva.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Piauí.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.256/2014-6
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Aurora da Silva Rezende e Natalia da Rocha Santiago.
Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.071/2014-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Ponte Serrada/SC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.843/2014-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Antonio Valderi Rodrigues de Castro; Antonio do Carmo; Carlos Artur Pacheco Fernandes; Carlota Selma Cesar; Ciomara Machado de Freitas; Jocerlan Perez Lima; Jorge Luis Silva Furtado; Jose Vaz Parente; Luiz Carlos dos Santos; Maria Angelica Ribeiro da Cunha; Maria Arlete Maramaldo Andrade; Maria Luiza Pereira da Silva; Maria das Graças Moreira Sales Torres; Maria do Socorro Freire de Oliveira; Nilcea Ribeiro de Macedo; Regina Lucia de Alcantara Goes; Suzana Maria Alves da Paixao.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-044.461/2012-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Vera Lucia da Rocha Barros.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-044.589/2012-3
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - Art. 112 do R.I)
Natureza: Tomada de Contas Especial.
VISTA AO PROCURADOR JÚLIO MARCELO em 22/10/2013 - Ata 38/2013
Entidade: Município de Boa Vista/RR.
Responsáveis: Maria Teresa Saenz Surita Jucá; Nélio Afonso Borges.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).
Advogado constituído nos autos: Leandro Bemfica Rodrigues (OAB/DF 16.341), peça 6.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-010.296/2010-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Poções - BA
Responsáveis: Almino Alves Viana; Antonio Edvaldo Macedo Mascarenhas --- Falecido
Recorrentes: Almino Alves Viana; Espólio de Antonio Edvaldo Macedo Mascarenhas, representado pela inventariante Rita de Cássia Araújo Mascarenhas
Interessado: Ministério do Meio Ambiente (vinculador)
Advogados constituídos nos autos: José Eduardo de Araújo Lima (OAB/BA 7.228) e Débora Cardoso Guirra (OAB/BA 14.622).

TC-011.636/2009-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Entidade: Prefeitura Municipal de Tuntum - MA.
Responsáveis: Antonio Pires Leda Neto; Poli Construtécnica Ltda.
Interessado: Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: Marco Aurélio Santos Sousa (OAB/MA 10.244)

TC-018.332/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Secretaria de Vigilância Em Saúde
Responsáveis: Associação Regional de Cooperação Agrícola - Arca; Ivo Ricardo Barfknecht
Advogados constituídos nos autos: Rafael Modesto dos Santos (OAB-DF 43.179); Edinaldo Dias Assunção (OAB-DF 43.230).

TC-028.408/2010-1
Natureza: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
Órgão: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessados: Maria Terezinha Goulart; Maria Aparecida Gonçalves; Maria das Graças Espíndola da Silveira; Marta Lúcia Schueitzer Pinheiro
Advogado constituído nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12605) e outros

TC-028.937/2011-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PB.
Responsáveis: Adail Barbosa Lima da Silva; Maxim's Comércio, Serviços e Representações Ltda.; Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: Bruno Lopes de Araújo (OAB/PB 7.588-A); Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827); Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1663); e outros.

TC-038.229/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Viseu - PA
Responsáveis: Jose Olinto de Vasconcelos Valente; José Cristiano Martins Nunes; Luis Alfredo Amin Fernandes
Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-003.497/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Raul Cortez Promoções Culturais S/C Ltda.
Responsáveis: Raul Christiano Machado Cortez, José Eduardo Machado Cortez e Raul Cortez Promoções Culturais S/C Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Kleyton Rogério Machado Araújo (OAB/SP 312.539), Aline Akemi Freitas (OAB/SP 246.891) e outros

TC-004.007/2013-1
Natureza: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
Entidade: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social - Abads
Recorrente: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social - Abads
Advogado constituído nos autos: Thiago Lopes Ferraz Donnini (OAB/SP 235.247)

TC-006.099/2012-2
Natrueza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Prefeitura Municipal de Arari/MA
Responsável: José Antônio Nunes Aguiar
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.111/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Fundo Nacional da Saúde/Ministério da Saúde
Responsáveis: Hospital Internacional dos Estivadores de Santos; João Perchiavalli Filho; Manoel Tavares Pinho Filho
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.424/2014-7
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Entidades: Fundo Nacional de Saúde - MS; Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ
Responsável: Cosme José Salles
Advogados constituídos nos autos: Rafael da Gama Martins (OAB/RJ: 164.624) e Débora Silva Ribeiro (OAB/MG: 117.320)

TC-006.427/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Ministério da Cultura
Responsável: Miguel Juliano e Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.654/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessado: Paulo Renato Correa Glavam
Advogados constituídos nos autos: Rafael Campos de Oliveira, OAB/RS 71.145, e outros.

TC-017.155/2014-2
Natureza: Pensão Civil
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Interessado: Maria de Fátima Santos Moura
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.368/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jorge Abissamra
Entidade: Município de Ferraz de Vasconcelos/SP
Interessado: Ministério da Justiça - MJ
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-021.994/2013-7
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Interessados: Rui Gabriel Kazapi; Silvia D'Avila Fernandez; Silvio Cesar da Silva Gonçalves; Silvio Lino Vidal Junior
Advogados constituídos nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12605) e outros

TC-023.956/2014-3
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Acre
Interessado: Raimundo Gomes da Silva Filho
Advogado constituído nos autos: não há

TC-025.162/2014-4
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Interessados: Henrique Denbinski Neto; Jonathan Wang de Oliveira Santos; Julio Cezar Oliveira do Vale; Robson Weyder Abreu Santos; Ronaldo Soares Lima; Solange Maria de Farias; Solange Terezinha Nieradka Ramos; Wagner Gonsalves Ribeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.166/2014-0
Natureza: Atos de Admissão
Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR
Interessados: Claudio Nalon; Gelson Jose Adam; Nilson Gonçalves; Paulo Roberto da Silva Pinto; Ricardo Canei; Romulo Cezari Couto; Sinara Alves do Nascimento; Valerio Mora de Oliveira; Wagner Lopes Pereira; Washington Amaro Seravalli da Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.684/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Interessada: Silvia Regina Goulart Quinto
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.686/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Interessado: Eduardo Musse
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.113/2007-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidades: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Ministério das Comunicações (vinculador)
Responsáveis: José Antônio Alves de Carvalho; Alpaan Comércio e Serviço Ltda. - ME e SS Comércio e Reforma de Móveis Ltda. - ME.
Advogados constituído nos autos: Alexandre Alves de Carvalho (OAB/SP 212.098) e outros.

TC-032.548/2011-7
Apenso: TC 026.145/2013-8
Natureza: Recurso de reconsideração (tomada de contas especial)
Órgão/Entidade: extinta Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (atual Departamento de Ambiente - DAU do Ministério do Meio Ambiente)
Recorrente: Thais Rodrigues Corral
Advogado constituído nos autos: Daniel Portugal F. Nogueira (OAB/RJ 151.640)

- Relator, Ministro BRUNO DANTAS

TC-001.544/2005-8
Apensos: TC 020.707/2012-6, TC 011.705/2002-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iguaba Grande - RJ
Responsáveis: Alípio Villanova do Nascimento; Delta Construções S.A; Hugo Canellas Rodrigues Filho; Lucia Amélia Canellas Lessa e Silva; Marcia Betânia da Silva
Interessado: Ministério do Meio Ambiente
Advogado constituído nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros

TC-013.561/2013-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
Interessada: Suely de Souza Leite.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.104/2013-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessados: Aducio Leonel Thiesen, Alair Brich Machado, Aldo Sylvio de Souza - com quatro atos - e Antonio Galvão Naclerio Novaes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.205/2008-3
Natureza: Tomada de Contas
Órgão/Entidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
Exercício: 2007
Responsáveis: ldemar Gonçalves de Carvalho; Alex Borba dos Santos; Augusto Akira Chiba; Breno da Costa Barros; Carla Regia Benevenuto; Euripedes Vieira Correia; Gessé Santana Borges; Gildenora B. D. Milhomem; Izaurina Araujo Rodrigues; Jose Divino Rodrigues Galvão; Laerte Dorneles Meliga; Lilian Daniela de Sa Eirado; Luiz Alberto de Almeida Palmeira; Maria da Purificação Sales Veras; Marilusia Martins de Moura; Nilde Pereira Sabbat; Paulo Roberto Campos Moreira; Ricardo Augusto Peixoto Pinheiro; Walmir Gomes de Sousa; Wilza Toscano de Almeida
Interessado: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há

TC-021.452/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Crisélia de Fátima Vieira Dutra; Fundação Rubens Dutra Segundo.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: Enriquimar Dutra da Silva, OAB/PB 2.605, e Romilton Dutra Diniz, OAB/PB 4.583

TC-032.090/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itatuba - PB
Responsáveis: Renato Lacerda Martins; Prefeitura Municipal de Itatuba - PB
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-001.642/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Sebastião Laranjeiras/BA.
Responsável: Manoel Messias Rocha Sobrinho.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.797/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Rio do Pires/BA.
Responsável: José de Oliveira Macêdo.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.232/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Jaboatão dos Guararapes/PE.
Responsável: Fernando Antonio Rodovalho.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.319/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Serrinha/BA.
Responsável: Antonio Josevaldo Silva Lima.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).
Advogado constituído nos autos: Mauro Márcio Serra Silva (OAB/MG 58491) e outro - peça 1, pág. 212.

TC-006.380/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Sapeaçu/BA.
Responsáveis: Eládio Borges Lima; Gerson de Deus Barros.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Advogado constituído nos autos: Mauro Teixeira Barreto (OAB/BA 13.347) e outros - peça 10.

TC-009.219/2013-7
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Município de Baianópolis - BA.
Responsável: Corcino Gomes da Silva Neto.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Advogado constituído nos autos: Marcelo Azevedo Palma (OAB/BA 14.207) e outros - peça 8.

TC-011.717/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Araci/BA.
Responsável: José Eliotério da Silva Zedafó.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.732/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Nilo Peçanha - BA.
Responsável: Antônio Galdino de Oliveira Filho.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.578/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Órgão: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica/Base Aérea de Anápolis (BAAN).
Responsáveis: Cleide Batista Correia e Walmir Rodrigues da Silva.
Interessado: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica/Base Aérea de Anápolis (BAAN).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.672/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
Interessado: Edilane da Silveira Alves.
Advogado constituído nos autos: Não há.

Secretaria das Sessões, 21 de novembro de 2014.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

2ª CÂMARA

ATA Nº 42, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Aroldo Cedraz
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Raimundo Carreiro; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausente, em licença médica, a Ministra Ana Arraes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 41, referente à Sessão Ordinária realizada em 11 de novembro de 2014.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-025.737/2013-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-003.419/2010-0 e TC-011.913/2009-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-002.724/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-007.523/2008-0 e TC-009.413/2013-8, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 6832 a 7085.

RELAÇÃO Nº 34/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 6832/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.435/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Almir de Campos Alt (054.973.960-20); Altamirando da Silva Lobo Filho (161.165.777-68); Ari Teixeira da Silva (055.410.770-87); Ari Teixeira da Silva (055.410.770-87); Ayrton Carlos Pereira Marçal (002.981.150-34); Ayrton Carlos Pereira Marçal (002.981.150-34); Eunice Schmidt Pelufa (062.452.770-00); Fernando Guimarães Bandeira (010.540.400-44); Flávio Só Dias

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(099.026.780-68); Homero Ferrugem Martins (001.421.400-82); Homero Ferrugem Martins (001.421.400-82); Irineu Guerra (013.314.180-20); Joao Pereira (055.296.110-87); Joao Pereira (055.296.110-87); Jose Carlos Gonzaga (001.785.270-68); Jose Carlos Gonzaga (001.785.270-68); Jose Carlos Gonzaga (001.785.270-68); José Alvares Lourenço (009.938.910-04); Juarez Pereira da Cunha Vasconcellos (056.767.970-53); Luiz Barbosa de Massena (000.740.631-20)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Porto Alegre/RS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6833/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.542/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Benedicto Edejamir Costa (011.984.328-53); Marina Rafael de Souza (252.625.136-20)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6834/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.281/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Ramos (288.291.319-20); Belmiro Procopio da Silva Filho (216.307.399-87); Dalcio João Holske (029.861.249-68); Edite do Amaral (432.570.469-87); Eliete Rosa Cristofolini (493.687.459-00); Elisia Nascimento do Amaral (238.779.100-25); Florentina Luiza Boaventura Bastos (454.970.289-34); Gisele Filippetto (479.029.909-06); Heloisa Duarte Roig (279.785.320-20); Illa Blanche Lopes Ramos Fissmer (368.421.765-49)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6835/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.293/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dermival Souza de Carvalho (084.120.575-20)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6836/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.476/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudio Albino Tesheiner (005.642.730-15)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Caxias do Sul/RS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6837/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.491/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Pereira de Barros (018.633.124-04)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Petrolina/PE - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6838/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.506/2014-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Isabel de Lira Herculani (970.121.068-91)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Presidente Prudente/SP - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6839/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.511/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivanir Cesar dos Santos Junior (278.687.966-34); Ivone Ferreira Tavares (363.447.536-68)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Divinópolis/MG - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6840/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.588/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ruth Souza de Oliveira (239.925.571-20)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6841/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.590/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ademar Lindner de Oliveira (197.866.460-53); Heliane Müller de Souza Nunes (313.378.130-87)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6842/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.631/2014-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Arlindo Seiki Nakasone (182.630.897-00); Fernando Verissimo de Souza (236.495.429-00)

1.2. Entidade: Superintendência Estadual do Inss em Campo Grande/MS - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6843/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.646/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hidal Tabatschnic (170.819.479-72)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Curitiba/PR - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6844/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.647/2014-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Mauro de Alencastro Costa (543.628.737-91); Pedro Paulo França (044.468.361-53)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Goiânia/GO - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6845/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.719/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edival José Nunes (015.334.446-68); Ephigenia Barbosa dos Santos (801.576.616-87); Luiz Martins Neto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(132.879.076-20); Maria Dorothea Linhares (075.544.866-91); Vania Portugal de Vasconcelos (010.857.516-00); Vania Portugal de Vasconcelos (010.857.516-00); Zuleika Maria Caldeira (130.675.836-04)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Belo Horizonte/MG - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6846/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.164/2014-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cesar Roberto Amaral (023.569.531-91)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6847/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. Walter Gomes de Souza, e dilatar por 15 (quinze) dias, contados a partir da notificação do presente acórdão, o prazo para atendimento o Ofício de Notificação 7110/2014-TCU/Sefip, emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 2985/2014 - TCU - Segunda Câmara.

1. Processo TC-033.077/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Emanuel Lopes Loureiro (142.982.954-00); Emanuel Lopes Loureiro (142.982.954-00); Francisco Pereira Gomes (022.057.775-72); Francisco Pereira da Cunha (019.820.604-68); Francisco Pinto de Lacerda (034.921.505-78); Fulton Magalhaes Porto (013.216.924-04); Jose Alfredo dos Santos (027.514.704-59); Jose Geronimo dos Santos (026.359.764-49); Jose Lopes Duarte (058.353.054-00); Jose Nilde de Souza (018.737.333-72); Lazaro do Espirito Santo (033.502.665-68); Maria Cristina Ferreira do Amaral (011.616.443-34); Maria do Socorro Carvalho Pereira (024.316.294-49); Raimunda da Penha Alencar (039.168.043-91); Raimunda da Penha Alencar (039.168.043-91); Waldemar Correia de Amorim (013.401.664-53)

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6848/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.875/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriela Cristina Mafacioli Ehlers (011.984.380-37); Juliana Bueno Bergmann (742.738.250-15); Juliano Ferneda (702.916.080-00); Mariana Borges Retamoso (006.179.120-25)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6849/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.350/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaqueline Cristina de Siqueira Junqueira (401.845.248-90); Tiago Emerick Borsanyi (326.995.868-46)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6850/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.353/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariovaldo Ferreira Marques (253.010.551-00); Letícia Mourão de Souza Pereira (045.220.746-03)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6851/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.362/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Souza de São Paulo (023.879.285-47); Bruno Rodrigues de Freitas (737.168.041-34); Camila Marques Rosa de Oliveira (024.598.821-14); Candice Hellen Sousa de Freitas (013.594.454-63); Diego Eduardo Mendes Silva (997.635.321-91); Higor Fernando Silva Almeida de Faria (022.959.061-64); Jannayna Cintia do Bomfim Teixeira (045.851.574-41); Juarez Mesquita de Souza da Silva (034.356.491-27); Lucas Monteiro dos Santos (033.649.785-73); Mariana Martins Narciso Paiva (014.414.791-20); Marta Ysae Yamagami Kakitani (600.489.729-91); Paula Pessin Fabrega Branisso (213.420.178-97); Pericles Fonseca dos Santos Filho (037.140.771-03); Renata Lopes Velloso (070.223.147-99)

1.2. Órgão/: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6852/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.578/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Camilo Teixeira (011.415.861-42); Dailton Resplandes da Silva (999.782.963-87)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6853/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.580/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ravenna Magalhães de Oliveira (009.917.573-86)

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6854/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.582/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Nascimento da Silva (099.000.057-59)

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6855/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.093/2014-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alice Silva de Magalhaes (848.230.036-91); Armando de Paula e Silva Filho (055.309.896-91)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Belo Horizonte/MG - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6856/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 4.781/2014 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 16/9/2014, Ata 33/2014, de modo que onde se lê: "prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1.", leia-se: "legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.310/2014-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alda Bezerra Santos Freire (148.466.914-20); Eurides Saraiva Campos (346.427.904-97); Miguel Vassalo Filho (007.370.114-91)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Maceió/AL - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6857/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.463/2014-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cleide Silva Azevedo (093.896.443-72); Maria Dagmar Pereira Costa (494.474.833-72); Maria da Graça Sousa da Silva (726.956.763-87); Sonia Maria Camara Gouveia (068.752.033-91)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Luís/MA - INSS/MPS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 6858/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.792/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Valter Pinto de Camargo (054.782.941-87)
1.2. Órgão: Ministério da Previdência Social (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6859/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.821/2014-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lorena Dickel Bernardo (777.150.470-15)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Ijuí/RS - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6860/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.824/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Lucas Guerreiro Pedroso (076.995.829-00); Sebastiana Guerreiro Pedroso (040.378.019-57)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Londrina/PR - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6861/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.828/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Marcio Roberto Soares Ferreira (003.367.344-68); Maria do Socorro Cavalcante (885.896.174-91)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em João Pessoa/PB - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6862/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.854/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Azanira Carvalho Araponga (627.193.865-53); Gildete Francisca de Santana (174.898.905-78); Jaciel Gonzaga de Farias (038.221.095-68)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Salvador/BA - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6863/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.859/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cesar Augusto Leite (235.154.978-38); Gessi Cesar Leite (874.225.308-04); Gessi Cesar Leite (874.225.308-04)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Osasco/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6864/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.864/2014-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aricleia dos Santos Papeira (022.035.397-20); Carlos Alexandre Rodrigues Lopes (141.097.457-05); Edna Silva Oliveira de Medeiros (025.433.097-56); Ivonete Gomes Monteiro (068.539.707-64); Rodrigo Morais Lopes Guimaraes (152.849.257-93); Rosana Alves Rodrigues (086.122.657-70)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6865/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.865/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maurício Vieira Leroy (131.865.746-68)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Contagem/MG - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6866/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.039/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Euridice Ferrer Pinto Martins (329.316.058-16); Mauro da Silva Gomes (006.024.738-02)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo/Sul
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Sefip que providencie as devidas correções de fundamento legal no sistema Sisac, tendo por base as informações constantes do sistema Siape, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução TCU 206, de 2007, com redação dada pela Resolução TCU 237, de 2010.

ACÓRDÃO Nº 6867/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.258/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Luis Scagnetti (584.136.779-04)
1.2. Entidade: Ministério da Previdência Social (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6868/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.281/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleomar Torres Figueiredo da Silva (343.517.524-91); Jane de Oliveira Pinheiro (221.610.901-00)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em João Pessoa/PB - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6869/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.285/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alice Especiosa da Silva (470.891.994-87)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Petrolina/PE - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6870/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.305/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: José Hitler Biancardi (082.336.678-20)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss em Presidente Prudente/SP - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6871/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.310/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aliomar Paixao Neves (360.638.787-34); Conceição Barcelos (028.240.507-05); Dalila Motta da Silva (796.625.797-53); Ilma da Silva Avallone (633.730.507-82); Lucia Vipieski Garcia (054.505.397-89); Maria Luiza de Souza (624.851.997-87); Marilda dos Santos Barbosa (848.075.397-87); Maurilio Carvalho Tosta (340.604.217-15); Nathalina Rodrigues D'azevedo (823.970.827-72); Renata Paes da Silva (124.822.297-07); Renata Paes da Silva (124.822.297-07); Severina Maria da Silva Souza (487.378.607-04)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6872/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.314/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Almerinda de Oliveira (068.928.247-81); Carmen Dolores Rocha Ninio (261.273.777-49); Carmen Dolores Rocha Ninio (261.273.777-49); Irene Serzedelo Soares (465.269.867-49); Jurema Sandez Rodrigues (737.744.567-04); Jurema Sandez Rodrigues (737.744.567-04); Mariana Dias de Matos (710.289.947-53); Onilia da Silva Chaves (025.260.137-80); Vera Lucia Costa (400.972.187-15)
1.2. Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6873/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.371/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Hortência Leon de Castro (316.706.281-91); Maria Petruce Pita Cavalcanti (564.339.304-25); Terezinha Maria Ferreira Borges (784.253.601-53)
1.2. Órgão: Ministério das Relações Exteriores (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6874/2014 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de expediente intitulado de Embargos de Declaração apresentado por Edeijavá Rodrigues Lira em face do Acórdão 5.188/2014 - TCU - Segunda Câmara.

Considerando que o mencionado Acórdão 5.188/2014 conheceu e negou provimento a Embargos de Declaração opostos pelo responsável Edeijavá Rodrigues Lira em face do Acórdão 9.428/2012 - TCU - 2ª Câmara, o qual, igualmente, conheceu e negou provimento aos Embargos de Declaração anteriores contra o Acórdão 2.184/2012, mediante o qual o Tribunal conheceu e negou provimento ao Recurso de Reconsideração interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 1.169/2011, que julgou irregulares as suas contas e aplicou-lhe a multa art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, mantido pelo Acórdão 2.170/2011, todos da 2ª Câmara;

Considerando que o responsável, a exemplo do que fez nos Embargos anteriores, conforme mencionado no Voto condutor do Acórdão 5.188/2014 - TCU - Segunda Câmara, não apresenta elementos que evidenciem a existência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, limitando-se a rediscutir as questões de mérito que motivaram o julgamento pela irregularidade das contas e a aplicação da multa;

Considerando, ademais, ser esta a terceira vez em que o recorrente ingressa com Embargos de Declaração, no qual faz o mesmo pedido e reproduz, em essência, os mesmos argumentos, evidenciando uma atitude meramente protelatória;

Considerando que essa atitude constitui abuso do direito de recorrer;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 287, § 6º, do Regimento Interno, em receber o documento apresentado pelo responsável Edeijavá Rodrigues Lira intitulado como Embargos de Declaração contra os termos do Acórdão 5.188/2014 - TCU - Segunda Câmara, como mera petição, negar a esta seguimento, e determinar a restituição dos autos à Unidade Técnica de origem, para declaração do trânsito em julgado da deliberação e adoção das demais medidas pertinentes ao feito.

1. Processo TC-015.996/2003-1 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TCE)
1.1. Embargante: Edeijavá Rodrigues Lira.
1.2. Entidade: Fundação Universitária de Brasília - Fubra.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.7. Advogado constituído nos autos: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291).

RELAÇÃO Nº 39/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 6875/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM fazer a seguinte determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-003.725/2011-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Genivaldo Cardoso da Gama (020.312.994-68); Martinho Antonio dos Santos (058.075.654-87); Raimundo Judival de Lima (042.684.902-72); Roseli Maria Auler de Araujo (334.518.779-53); Valdir Mendes Colect (231.157.349-72); Vendelin Celestin Kolb (124.972.159-87)
1.2. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613), Cleber Jair Amaral (OAB/RO 2856)
1.7. Determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária n. 0009340-44.2011.4.05.8200/PB, que se encontra no Superior Tribunal de Justiça, em grau de Recurso Especial n. 1442890; e
1.8. Arquivar o presente processo, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 6876/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidor de Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-027.159/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leomar Barros Amorim de Sousa (124.278.453-53)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6877/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidor de Ministério Público Federal, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007.

1. Processo TC-027.171/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Marcos Corbal (531.259.167-04)
1.2. Unidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6878/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzir mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-027.575/2014-4 (ATO DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Luis Carlos Miranda de Oliveira (439.684.062-49)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6879/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Ministério Público Federal, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada, seja por meio da constatação da existência de ato de desligamento na base Sisac e Siape, ou pela constatação do óbito do servidor;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzir mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-027.596/2014-1 (ATO DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thaisa Rios Marciano (101.850.506-70)
1.2. Unidade: Ministério Público Federal
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6880/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.776/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mario Lucas Pinto (020.355.293-87)
1.2. Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6881/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.927/2014-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anazita Ferreira do Monte (034.973.231-01); Luiz Victor de Souza Botto (184.408.868-53)
1.2. Unidade: Ministério Público do Trabalho
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6882/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-026.949/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leonardo Deppe (147.944.540-15)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6883/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.401/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Helena Novaes Herdy (865.397.287-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6884/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-027.451/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Angelita Alves da Silva (060.229.004-09); Janaina Maria Palmeira de Oliveira (246.162.737-15); Lúcia Magnolia Faria Alvares Afonso (159.054.892-20)
1.2. Unidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6885/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares, dar quitação plena aos responsáveis, e mandar fazer as seguintes ciências e recomendação sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-044.336/2012-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Gomes Lima (106.341.263-34); Edno Negrini (140.993.061-00); Eduardo de Carolis (891.383.097-34); Ildo Wilson Grüdtner (375.801.169-87); Josias Matos de Araujo (039.310.132-00); José Henrique Paim Fernandes (419.944.340-15); Luiz Antonio de Amorim Soares (546.971.157-91); Marco Aurélio de Almeida Garcia (333.928.460-15); Miguel Colasuonno (004.197.618-53); Miriam Mara Miranda (221.806.131-72); Othon Luiz Pinheiro da Silva (135.734.037-00); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Pérsio José Gomes Jordani (109.681.057-34)
1.2. Unidade: Eletrobras Termonuclear S/A - Eletrobras Eletronuclear, Ministério de Minas e Energia (MME)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo nominados, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno:

Nome	CPF	Cargo
OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA	135.734.037-00	Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração
PEDRO JOSE DINIZ DE FIGUEIREDO	020.040.627-20	Diretor de Operação e Comercialização
LUIZ ANTONIO DE AMORIM SOARES	546.971.157-91	Diretor Técnico
EDNO NEGRINI	140.993.061-00	Diretor de Administração e Finanças
PERSIO JOSE GOMES JORDANI	109.681.057-34	Diretor de Planejamento, Gestão e Meio Ambiente
MIGUEL COLASUONNO	004.197.618-53	Presidente do Conselho de Administração
EDUARDO DE CAROLIS	891.383.097-34	Conselheiro de Administração
ILDO WILSON GRODTNER	375.801.169-87	Conselheiro de Administração
MARCO AURELIO DE ALMEIDA GARCIA	333.928.460-15	Conselheiro de Administração
JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES	419.944.340-15	Conselheiro de Administração
MIRIAM MARA MIRANDA	221.806.131-72	Conselheiro de Administração
JOSIAS MATOS DE ARAÚJO	039.310.132-00	Conselheiro de Administração
ANTONIO CARLOS GOMES LIMA	106.341.263-34	Conselheiro de Administração

1.8. Dar ciência à Controladoria-Geral da União sobre a seguinte impropriedade:
1.8.1. que a ausência de avaliação, por parte da CGU, de justificativas para a baixa execução físico-financeira de Ações de responsabilidade da Eletronuclear (caso das Ações 4477 e 6508), constitui inobservância de orientação contida na DN TCU 117/2011, parte A, item 2, do Anexo III;
1.9. Dar ciência à Eletrobras Eletronuclear sobre a seguinte impropriedade:
1.9.1. que a ausência de justificativas, no Relatório de Gestão da Eletronuclear, para a baixa execução financeira de Ações de responsabilidade da entidade (caso das Ações 4477 e 6508), constitui inobservância de orientação contida na Portaria TCU 123/2011, Anexo A, itens 2.3.1 e 2.3.2;
1.10. Recomendar à Eletronuclear a implementação de processo de avaliação de riscos em consonância com diretrizes internacionais (Gerenciamento de Riscos - Estrutura Integrada / COSO II, INTOSAI GOV 9100 e 9130), bem como aderente à Matriz de Riscos definida em conjunto com a controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras;
1.11. Dar ciência deste Acórdão à Eletrobras Eletronuclear;
1.12. Arquivar as presentes contas.

ACÓRDÃO Nº 6886/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 4.441/2014-TCU - 2ª Câmara (peça 52), 2ª Câmara - TCU, prolatado na Sessão de 26/08/2014, Ata nº 30/2014, relativamente ao item 3, para que:

No item 3, onde se lê "Ruy Santo Carvalho (CPF n.º 087.480.202-49)", leia-se "Ruy Santos Carvalho (CPF 087.480.202-49)".

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-AP e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-022.905/2010-3 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Responsáveis: Abelardo da Silva Oliveira Júnior (148.851.072-53); Ivanilze Vasconcelos Gurjão (188.511.002-25); Jamil Gomes de Souza (124.023.461-91); Luiz Carlos Pinheiro Borges (388.588.272-87); Maria Valcirena Pantaleao Barbosa (097.742.382-49); Raimundo dos Santos Cardoso (209.534.962-87); Ruy Santos Carvalho (087.480.202-49)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Amapá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).
1.6. Advogado constituído nos autos: Alessandro Chagas de Oliveira (n.º OAB/AP n.º 964).

ACÓRDÃO Nº 6887/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.601/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Exato Engenharia Ltda. (03.865.048/0001-50); Marcelo Jose Leal Gasino (782.642.789-49); Ronaldo de Almeida Jares (312.961.147-91)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - Ministério dos Transportes

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Mariana Pirih da Silva (OAB/PR 59.275), Nelson Pietniczka Junior (OAB/PR 63.566) e outros

1.7. Julgar regulares as contas dos Srs. Ronaldo de Almeida Jares, CPF 312.961.147-91, Marcelo José Leal Gasino, CPF 782.642.789-49 e da Empresa Exato Engenharia Ltda., CNPJ 03.865.048/0001-50, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno;

1.8. Julgar regulares com ressalva as contas do Sr. David José de Castro Gouvêa, CPF 232.236.859-87, dando-lhe quitação, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno;

1.9. Dar ciência ao DNIT de que a dispensa de licitação em caso de obra emergencial, sem a justificativa dos preços contratados, fere o disposto no artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993.

1.10. Dar ciência deste Acórdão ao Dnit e aos responsáveis;

1.11. Arquivar os autos.

ACÓRDÃO Nº 6888/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Representação (peça 1, p. 1) pela qual o interessado, Dr. Renato Madeira Reis, Promotor de Justiça da Comarca de Turiaçu/MA, noticia que foi instaurado Procedimento Preparatório de 02/2014 para apurar irregularidades na organização, execução e gerenciamento dos serviços e ações de Atenção Básica, inclusive o programa de Saúde da Família, no município citado; com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, III, do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) seja informado ao Representante, que o seu pleito poderá ser encaminhado ao Ministério da Saúde no Maranhão, mais especificamente ao Serviço de Auditoria do SUS, integrante da estrutura regimental do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) e da estrutura operacional do Núcleo de Representação do Ministério da Saúde no Maranhão (NEMS/MA), onde poderão ser prestadas informações fidedignas e atualizadas, sem prejuízo de que, dentro das possibilidades estruturais, também venha a realizar auditoria no objeto apontado na sua representação.

c) encaminhar cópia desse Acórdão e da instrução da unidade técnica ao Representante; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-025.432/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Renato Madeira Reis, Promotor de Justiça da Comarca de Turiaçu/MA

1.2. Órgão/Entidade: Municipal de Turiaçu/MA

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 6889/2014 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Representação, interposto pela Cbemi - Construtora Brasileira e Mineradora Ltda., contra o Acórdão 514/2014 - 2ª Câmara.

Considerando que não sendo o representante legitimado no processo como parte, e inexistindo interesse recursal;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 146 e 282, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto pela Cbemi em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal,

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-032.685/2013-0 - PEDIDO DE REEXAME (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Cbemi - Construtora Brasileira e Mineradora Ltda. (83.720.060/0001-06)

1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobUrban).

1.7. Advogado constituído nos autos: Thiago Groszewicz Brito (OAB/31.762)

RELAÇÃO Nº 27/2014 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 6890/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso V, 243, 260, e 262, § 2º, do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.309/2007-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jaime Freire de Queiroz (039.316.094-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. ao Departamento de Polícia Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, cadastre, no Sistema Sisac, novo ato inicial de aposentadoria do interessado, escoimado da irregularidade verificada pelo Acórdão n. 1599/2011 - 1 ª Câmara, nos termos da IN/TCU n. 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6891/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista a reversão do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.282/2008-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Antônio Cardoso (103.075.913-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6892/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.492/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sonia Maria Morais Nascimento (102.014.245-68).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6893/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.499/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Nunes da Motta (259.766.997-15); Maria Conceição da Mota Rodrigues (709.942.187-53); Takashi Yoneyama (738.221.838-49); Valter José Carrara (074.521.368-53).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6894/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.372/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adi Maria de Moura Matos (237.455.411-20); Ana Lucia Gonçalves de Souza (172.901.634-00); Ana Lúcia Cardoso Barreto (183.758.635-72); Antonia Albino de Sousa (185.085.101-87); Beatriz Nunes Oliveira (209.791.930-87); Benedita dos Santos (468.609.327-91); Carlos Alberto da Silva (043.475.367-04); Catarina Maria Brandina da Silva (356.672.659-15); Cicinato Gomes Lisboa (028.316.512-04); Clarice Moreira Domingos (568.708.097-04).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6895/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.490/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisca Torres Leão (064.890.012-68); Francisca de Araujo Duarte (625.228.097-68); Francisco Ferreira de Sousa (040.540.243-00); Francisco de Souza Sales (017.606.022-72); Geralda Cordeiro Borba (213.760.261-04); Gerson João Silva (080.097.322-49); Gertrudes Bentes da Silva (106.877.692-72); Getulio Jorge Moura (317.093.117-20); Herculano Batista Serrão (040.446.572-20); Hilda Honda Azevedo (214.813.181-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6896/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 250, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, à exceção do ato de alteração de aposentadoria em favor da Sra. Terezinha Pinheiro Chagas, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, conforme o parecer do MP/TCU:

1. Processo TC-021.978/2014-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sebastião Ely Soares (613.469.267-00); Solange Gomes (581.049.417-04); Suely Jesus da Silva (753.088.517-00); Terezinha Cerqueira Santos (279.608.385-34); Terezinha Pinheiro Chagas (152.909.801-72); Valdir Caetano da Cruz (111.575.422-04); Valmir Gomes de Souza (059.124.662-72); Vercidino Pinto Marcelino (194.362.540-91); Waldir Ferreira Coelho (041.307.072-72).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que proceda ao destaque do ato de alteração de aposentadoria da Sra. Terezinha Pinheiro Chagas (Peça n. 6), com vistas à análise conjunta com o ato de concessão inicial da interessada, após a unidade técnica dar cumprimento à determinação inserida no subitem 9.2.1 do Acórdão n. 1.938/2011 - 2ª Câmara, em que se determina a oitiva da interessada, ante a irregularidade de cômputo de 3 (três) anos de tempo de serviço além de 31/12/2003, o que impede o respectivo registro nos moldes em que foram emitidos, devendo a interessada optar por se aposentar com fundamento na EC n. 20/1998, computando tempo somente até 31/12/2003, ou com fundamento na EC n. 41/2003, em que os proventos deverão ser calculados pela média de suas maiores remunerações.

ACÓRDÃO Nº 6897/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.635/2014-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Amelia Cristina Marques Caracas (CPF 125.508.413-87); Antonio Fernando Alves Pinto (CPF 126.585.290-15); Armando Paulo dos Santos Filho (CPF 367.035.087-04); Candida Zuleide Bacellar Urpia (CPF 101.732.935-49); Carlos Eduardo Massot Fontoura (CPF 465.173.677-72); Denzil Hudson de Oliveira (CPF 119.405.221-53); Edite Francisca da Silva (CPF 069.075.714-04); Iury Bento Pedraça de Oliveira (CPF 241.147.582-91); Marcia Vasconcelos Boaventura (CPF 307.919.017-34); Maria Lúcia Rocha Lima (CPF 166.587.791-04); Maria Tereza Junior (CPF 153.150.451-53); Marise Lima de Souza (CPF 675.772.707-25); Meurenir Jose de Paula (CPF 352.324.716-00); Paulo Vianna Tegethoff (CPF 210.195.687-04); Raphael Renato Chepi Souza (CPF 133.387.900-82); Rose Mery Pedrosa (CPF 276.156.694-72); Zenaide Pimentel Barbosa (CPF 271.246.651-91).

1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6898/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.637/2014-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Katia Lucia Carvalho da Silveira (966.143.827-72); Sonia de Carvalho Dutra Pereira (352.944.697-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Osório - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6899/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.703/2014-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Séris de Fátima Rossato (271.136.980-34).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que providencie a correção do fundamento legal do presente ato, no sistema Sisac, nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, com redação dada pela Resolução/TCU n. 237/2010.

ACÓRDÃO Nº 6900/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.760/2014-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hilton Moreira Venezuela (296.193.607-10).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija o fundamento legal do presente ato, no sistema Sisac, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, com redação dada pela Resolução/TCU n. 237/2010.

ACÓRDÃO Nº 6901/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação, por perda de objeto, dos atos de admissão de pessoal dos Srs. Roberto Branco Vieira e Roudney Carlos dos Santos, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do seu respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, e legais, para fins de registro, os demais atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.862/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Batista Coelho (089.126.877-43); Renato Moreira Garbin (075.215.657-89); Renato da Silva Bittencourt (087.150.357-35); Renato de Oliveira Araújo (037.608.327-17); Roberto Branco Vieira (051.397.287-02); Robson dos Santos Nieto (085.722.317-81); Rodrigo Baptista (087.152.527-52); Rodrigo Ricardo Garcia Ortigoso (085.923.047-33); Roudney Carlos dos Santos (038.115.626-57); Sandro dos Santos Silva (072.049.157-63); Sidney de Oliveira Cezario (047.531.717-36); Thiago Rodrigues Santos (090.633.807-71); Valmir Andrade Domingues (078.401.277-62); Wagner da Silva de Farias (069.897.247-30); Wellington Martins Gonçalves (053.174.196-62); Wiliam Moscardi Rodrigues (083.330.647-28).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6902/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.500/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcilio Alexandre Teixeira (075.742.896-70); Marcilio Geremias Filho (289.255.528-09); Marcílio Geremias Filho (289.255.528-09); Marcilio Santos Correa (615.865.361-68); Marcilio Santos Correa (615.865.361-68); Marcilio da Silva Costa (028.042.173-70); Marcilio de Moura Silva (007.966.952-29); Marcilio de Moura Silva (007.966.952-29); Marcinelio Santiago Viriato (818.778.542-04); Marcinelio Santiago Viriato (818.778.542-04); Marciney Gomes Pereira (936.712.962-91); Marciney Gomes Pereira (936.712.962-91); Marcinon Cardoso dos Reis (018.807.951-32); Marcio Ahlmann (007.061.439-30); Marcio Alessandro da Silva Chaiko (006.650.651-40); Marcio Alexandre da Silva (301.787.328-50); Marcio Almeida (984.963.522-34); Marcio Alves da Silva (780.700.232-87); Marcio Alves de Oliveira (820.898.501-59); Marcio Andre Bachega (035.694.189-28); Marcio Andre Rodrigues Ferreira (697.901.670-91); Marcio Andre Rodrigues Ferreira (697.901.670-91); Marcio Antonio (125.044.338-59); Marcio Antonio Benedito (278.488.048-60); Marcio Antonio Brezolim (028.179.478-27); Marcio Antonio Brezolim (028.179.478-27); Marcio Antonio Carobini (038.620.956-14); Marcio Antonio Fernandes Lima (656.986.063-15); Marcio Antonio Fernandes Lima (656.986.063-15); Marcio Antonio Ferreira (302.040.928-41); Marcio Antonio Rosa (164.367.758-62); Marcio Antonio Rosa (164.367.758-62); Marcio Aparecido da Silva (024.268.289-86); Marcio Aurelio Freira (535.671.611-72); Marcio Aurelio Freire (535.671.611-72); Marcio Bazzi dos Santos (002.970.452-96); Marcio Borges Bongiovani (086.857.727-88); Marcio Borges de Oliveira (075.595.839-03); Marcio Brites da Silva (313.446.918-97); Marcio Cleide de Melo Silva (714.152.112-72); Marcio Cleiton Silva Araujo (089.423.347-50); Marcio Costa da Silva (832.552.221-68); Marcio da Silva Costa (026.268.955-39); Marcio da Silva Sousa (030.697.503-38); Marcio da Silva Sousa (030.697.503-38); Marcio de Jesus Correa (567.638.751-34); Marcio de Jesus Correa (567.638.751-34); Marcio de Oliveira Braga (305.286.838-10); Marcio de Oliveira Miranda (938.111.871-04); Marcio de Souza Oliveira (995.839.505-30).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6903/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.227/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abner Nasser dos Reis Barbosa (122.247.197-36); Alex Sandro Marques (398.636.288-67); Daniel Figueiredo Ferrão (105.947.566-93); Daniel Victor Alves Moreira (140.268.637-43); Douglas Henrique Araujo Martins (159.899.947-88); Egas Amado Gomes Junior (142.173.887-21); Felippe Siciliano Garritano Bruno (148.662.147-32); Fernando Henrique Ehlert (412.767.648-55); Gustavo Dias de Castro (105.124.579-64); Gustavo dos Reis Oliveira (162.674.047-06); Higor dos Santos Bevilaqua (156.935.767-60); Hugo Eimert Gonçalves (146.677.687-03); Jeffer-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

son Soares de Lima (154.386.377-92); Jonatan Patricio Izidio da Silva (145.056.997-81); Jonatas de Oliveira Madeira (131.653.977-67); Jorge Thiago Barbosa Ferreira (120.289.447-06); João Carlos Santos (100.539.686-89); Leandro dos Santos Silva (843.830.380-34); Leonardo dos Santos Cruz (142.138.077-38); Lucas Souza da Silva (371.207.258-90); Lucas de Almeida Silva (118.917.556-84); Luigi Sandro de Arruda (160.254.087-00); Marcos Eduardo Nascimento de Oliveira Junior (166.785.117-94); Matthews Marins Cesario Thinnes (149.657.467-24); Paulo Roberto de Oliveira Júnior (167.591.777-97); Pedro Henrique Santana Bellinato (157.639.827-70); Rafael Ayan Cury Inglez (122.992.396-93); Rafael Ferreira Mendonça (139.163.627-98); Rafael Rodrigues da Paz (111.372.476-57); River Mariano Moutinho (147.212.817-65); Sergio Matheus Pereira Fernandes (127.889.047-54); Vinicius Matheus Mello de Souza (145.161.587-60); Vinicius Victorio Araujo de Oliveira (151.866.687-61); Willian Lopes Tosate (104.366.116-60); Yan Gustavo Miranda Leite Beuttenmuller (153.276.367-04).

1.2. Órgão/Entidade: 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6904/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.234/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jorge Eduardo Nunes Pereira (409.617.454-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Regional de Obras da 7ª Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6905/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.255/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline de Almeida Ferraz (016.058.476-07); Ana Bordin Anelli (053.692.414-73); Ana Carolina de Almeida Amaral e Silva (082.035.216-06); Bruna Machado Amaral Rosa (318.085.798-60); Claudielle Michaelsen Caetano (129.825.767-08); Cristian Fernando de Siqueira Alves (073.819.544-86); Danielle Andrade Gonçalves de Carvalho (064.578.034-07); Douglas de Araújo Ramos Braga (119.189.967-50); Elton Cavalcante Milanês (012.543.715-32); Evânia Eliza Gouveia da Costa Paiva (095.414.487-20); Felipe Silveira de Almeida (085.514.317-73); Filipe de Carvalho Tolentino (106.418.867-21); Gabriela de Sousa Magalhaes (121.772.727-26); Grace Cristiane Magalhães Pinto (053.058.759-94); Helder Onuki Sato (037.658.109-32); Jerusa Palauro Spasiani (324.760.158-90); Joicenara Baldoni da Silveira Flach (981.078.520-87); Josue Mendes Goncalves (933.669.650-53); Kelvin Nogueira (035.556.069-05); Laryssa Sampaio Silva (091.893.326-95); Lucas Cerqueira Marques (352.315.818-44); Marcelle Alves de Santana (059.319.457-84); Marcelo Lemos Gonçalves (965.267.501-68); Mariana Resener de Morais (024.113.280-01); Marilene Figueiredo Bueno (930.551.450-20); Maurício Garcia de Lima Filho (835.026.373-34); Monique Sobrinho Lira (052.434.627-56); Mônica Oliveira Ferreira (051.507.936-71); Natália Nunes Barros Neto Franklin (121.328.507-04); Osmany Barros de Freitas (048.690.694-90); Paolla Cristina de Moura e Silva (030.006.961-80); Patrícia Conceição Silva (821.610.035-34); Pedro Henrique Vasconcelos Cavalcante (037.265.363-45); Raphael Mota Ramos (070.323.226-62); Tama Souza Santos (088.305.977-08); Thaynan Miranda Amorim (081.779.066-74); Tiago Betat Pereira (823.730.510-87); Tiago José Reis Melquiades (059.567.186-17); Yves Luan Guimarães Sá (027.962.835-85); Úrsula Salerno Chaves (109.997.167-51).

1.2. Órgão/Entidade: Escola de Formação Complementar do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6906/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.256/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abner Rosa Lodoro (153.270.177-29); Addan Christiano Bartolomeu Gonçalves da Cunha (142.627.927-22); Adriano Silvestrin Junior (392.509.258-75); Afonso Correa de Santana Neto (427.301.018-61); Alan Gustavo Leite (164.116.317-86); Alex Jalson Pires da Fonseca (154.543.957-57); Alexandre Gill Kossoski (937.926.202-78); Alexandre Ubeda Gomes (433.185.558-94); Alexsandre Neves dos Santos Rodrigues (149.344.357-78); Alisson Cardoso de Oliveira (143.752.837-69); Allan Felipe Santos de Souza (150.094.557-90); Allef Christian Pereira de Almeida (146.986.597-10); Amilton Matias dos Santos Junior (152.500.607-06); Andesson Pereira de Melo da Silva (107.946.254-60); Andre Demenech (113.179.857-02); Andre Luis Meine Rosa (148.886.817-40); André Pereira Sacomani (405.989.798-16); André de Magalhães Fernandes (412.414.118-16); Antonio Augusto Fonseca Marson (114.886.056-88); Antonio Endel Gazé Ferreira (122.469.667-01); Arthur Jorge Rodrigues Alves (160.207.427-50); Arthur Werneck Catharino dos Anjos (144.905.267-33); Arthur de Barros Olivieri (151.152.547-94); Artur Paixão de Alencar (104.607.416-40); Augusto Frederico Nunes Galvão (118.630.947-41); Augusto Prata Sigeiro (100.781.946-44); Bernardo Ladeira Errico (153.958.867-02); Breno Jose de Oliveira Celino (110.535.616-79); Bruno Lima Gomes (148.746.627-73); Bruno Michael da Silva (145.989.947-46); Bruno Nunes dos Santos (419.798.558-46); Bruno Pereira Pinto (409.104.768-88); Bruno de Araujo Cavalcante (124.871.007-02); Bruno de Moura Frizzera (112.818.454-00); Bryan Andrade do Nascimento (153.798.057-28); Caetano de Almeida Santos (153.186.717-05); Caio Felipe de Souza Costa (148.364.947-45); Caio Henrique Assir Rodrigues (111.051.557-06); Caio Henrique Cerqueira (443.858.138-92); Caio Terror Aguiar (146.426.597-65); Caique Nobre Gregori (435.698.688-18); Caique Teixeira Ferreira (122.490.116-99); Calebe Josué Cardoso Sodré (142.615.647-26); Carlos Alberto dos Santos Junior (123.752.166-10); Carlos Eduardo Jano Marinho (103.488.114-03); Chrystian Alves Guilhermino (115.880.086-06); Conrado Andrade Sales Silva (101.791.176-29); Cícero Farias Tourinho (115.093.984-22); Daniel Felbinger Cossu da Silveira (157.024.707-29); Daniel Lucas de Castro Oliveira (737.374.021-91).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6907/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.257/2014-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Maiolini Ribeiro (108.635.766-30); Daniel Martins Gonçalves (151.133.247-60); Daniel Sant'anna Estrella (142.567.637-59); Davyd do Monte Bassi (112.688.516-98); Demetrios Tomaz da Silva (150.194.657-98); Diego Gomes dos Santos (155.341.247-84); Diego Matheus de Almeida Andrade (118.087.226-63); Diego Vitor Ribeiro Mariano (110.715.376-01); Dilson do Nascimento Vasconcelos (112.087.864-07); Diogo Henrique de Andrade Mesquita (134.465.077-52); Douglas Anezaneo Santos Costa (119.083.876-10); Douglas da Silva Arruda Xavier Cruz (122.916.967-93); Edno Rodrigues de Moura Junior (139.517.067-32); Edson Samuel Penna dos Santos (147.802.227-29); Eduardo Cardoso Vidigal (129.634.556-40); Eduardo Godoy de Araujo (126.888.296-88); Eduardo Jorge Amorim da Silva Junior (112.660.164-06); Emanuel Victor Ferreira Amaral (114.967.064-98); Eric de Vasconcellos Dias (166.355.187-11); Erick Bianchi Machado Valentim (153.466.617-60); Erick Henrique Soares (153.744.937-01); Erick de Barros Lobo (143.472.627-44); Erick de Lucka Christofari (869.886.110-53); Erickson Felippe de Azeredo Pereira (122.955.127-19); Estevam Vieira de Freitas Junior (153.756.577-08); Fabio de Oliveira Pinto Moreira (135.779.967-57); Fabricio Nascimento Queiroz (153.500.447-96); Felipe Carlos Soares Monteiro (233.514.718-82); Felipe Henriques de Souza (400.788.798-50); Felipe Jose Bragança Milione (114.348.276-07); Felipe Leite de Oliveira (444.468.498-40); Fernando Carlos Moura Junior (417.176.168-95); Fernando Cesar Jose Santana dos Santos (105.538.484-70); Fernando Vitor Coutinho da Rosa (155.719.087-93); Filipe dos Reis Torres (120.553.736-84); Fillip da Silva Sereno (136.330.927-73); Flavio da Rocha Monsores (153.644.627-06); Flavio de Lima Ferreira (153.322.727-66); Frederic Antonio de Andrade Silva (154.449.937-08); Frederico Fernandes Dias Chaves (143.792.457-30); Frederico Trindade Dutra (123.304.576-85); Gabriel Augusto Mayer da Silva (846.639.100-25); Gabriel Camargo de Souza (110.356.306-80); Gabriel Ferreira dos Santos (442.472.778-55); Gabriel Neves de Vasconcelos (146.948.137-57); Gabriel Rocha Barbosa (104.343.556-58); Gabriel Tabanez (111.403.636-62); Genesis Danton dos Santos Souza (122.907.987-46); Glauber Cleiton da Silva Lodoro (127.817.696-90); Glauco Bello Rodrigues (230.178.038-48).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6908/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.258/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Almeida Gomes (435.680.088-58); Guilherme Augusto Braga Silva (117.789.447-52); Guilherme Moffati Soares (113.528.657-42); Guilherme Oliveira da Silva (419.679.708-31); Guilherme Rodrigues Lanza Destefano (434.437.668-46); Guilherme Santana (104.793.637-22); Guilherme Souza Figueira (147.709.857-70); Guilherme de Oliveira Rezende (149.069.407-22); Gustavo Souza de Paula (134.438.206-11); Gustavo de Oliveira de Paulo (117.591.637-40); Hichem Tannouri (409.759.288-21); Hugo Leonardo Tremmel Medeiros (147.078.667-27); Hugo Ribeiro Belonia Gonçalves (165.774.167-29); Igor Silva de Souza (137.377.447-93); Israel Lessa de Almeida (143.702.447-57); Israel da Costa Silva (160.370.157-59); Ivo Luis da Silva Rocha (126.248.057-45); Jason Feitoza (385.764.808-24); Jed Allah Issa Raffide Netto (128.725.187-03); Jhonatta Martins da Silva (153.457.957-54); Johny Miranda de Souza Martins (145.893.187-09); Jonatas Russo de Souza (141.824.927-06); Jonathan Daniel de Paula Lee (142.511.587-09); Jonathan Sant'anna da Silva (168.815.897-94); Jonathas Lopes da Silva Barbosa (160.507.677-50); Jonathas Vieira da Silva (430.986.608-56); Jorge Luiz Vicente Correa (147.494.467-18); Jose Monteiro de Campos Neto (396.530.208-62); Jose Roberto de Souza Nascimento (150.249.687-94); Jose Rodolfo Nogueira Vilela (146.509.417-25); João Bosco Ferrari Freitas Dantas (107.692.376-30); João Guilherme Goulart Moura (104.331.776-75); João Pedro Fontaine Manso (122.173.297-82); João Pedro da Silva Meliano (151.458.927-30); João Victor Bueno de Barros (103.527.959-21); João Victor Precioso Zini Ferreira (138.517.167-79); Juliano Lisboa Vieira de Castro (111.289.817-42); Julio Cesar Fernandes Coelho (110.322.756-42); Julio Cesar da Silva (229.628.418-30); Julio Cezar Ferreira (115.153.076-03); Lazaro Jose Singulani Rech Lyra (161.113.417-07); Leandro Costa de Oliveira (123.079.776-94); Leonardo Donegal Matos (113.973.466-04); Leonardo Toledo Sena Severo (130.562.826-83); Luan Lisboa de Aguiar (146.439.087-85); Lucas Antunes Veronez (428.381.578-09); Lucas Conde Vieira dos Santos (442.574.118-80); Lucas Costa de Carvalho (125.363.966-30); Lucas Endres Fujie (860.416.060-49); Luã Luiz Machado do Amaral da Silva (158.361.767-10).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6909/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.259/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Escutari Almeida de Felice (408.366.568-81); Lucas Hansen Polesi (395.011.938-88); Lucas Hyppolito Gasparini (412.224.298-37); Lucas Konishi Vozmediano Membrive (437.754.968-58); Lucas Lopes Hostalacio (126.243.106-90); Lucas Machado Cordeiro (130.792.136-10); Lucas Oliveira Nascimento (157.658.157-82); Lucas Peres Teixeira (146.742.457-96); Lucas Rolim Almeida (858.266.850-34); Lucas Silva de Cerqueira (151.105.537-50); Luccyan Froes Peres do Rosario (166.891.207-40); Luciano Diniz Romaneli Seabra (116.981.256-23); Luciano Francisco de Almeida Mendes (114.621.216-08); Luis Eduardo Sobral de Barros (121.655.757-88); Luis Paulo Oliveira Moreira (140.340.157-80); Luiz Paulo de Almeida Fonseca (158.750.867-26); Marcel Peixoto Falcão (858.507.985-10); Marcelo Leal Lopes Filho (149.266.787-05); Marco Antonio Benetton Pizzol Grigolon (339.090.288-02); Marco Antonio de Almada Junior (156.091.827-60); Marco Aurelio Alves do Nascimento Junior (147.900.807-90); Marco Aurélio Assakura de Freitas Sportore (353.895.298-12); Marcony Silva Farias de Carvalho (142.538.437-43); Marcos Vinicius da Silva Barbosa (146.672.177-40); Mario Alberto Mendes Figueira (154.376.877-61); Mateus Leite Albuquerque (333.837.148-96); Mateus Longatti Sousa (112.404.106-03); Matheus Antunes Pimentel (146.406.887-92); Ma-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

theus Blanco Verçosa Freitas (161.082.777-50); Matheus Chediak do Carmo (131.694.497-29); Matheus Fernandes Antão (123.958.157-21); Matheus Kluft Ponce de Azevedo Duarte de Almeida (128.238.437-60); Matheus Miranda de Souza (114.776.246-51); Matheus Nunes Machado (149.155.987-05); Matheus Patrocinio Paes (120.539.746-99); Matheus Silva Carvalho (102.203.586-05); Matheus Sobral Vanzellotti (167.775.447-80); Matheus de Freitas Castro Couto (145.092.527-81); Matheus de Lima Gil Vieira (150.162.987-50); Matheus de Souza Monteiro (140.225.907-77); Matheus dos Santos Lourenço (130.496.577-58); Michel Marinho Martins (131.912.887-40); Natan Nelson de Oliveira (147.684.837-80); Nathan Ferreira de Oliveira (442.957.198-89); Nicolas Fiorito Ferreira Mouro Borba (430.090.018-35); Nicollas Augusto Fernandes Oliveira (147.360.187-80); Nilson de Souza Sudre (127.673.396-83); Norton Barbosa da Silveira (168.888.527-76); Otavio Barreto Manso da Rocha (112.823.344-41); Otoniel Alonso de Lucena Junior (148.453.157-42).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6910/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.260/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Patrick da Silva Costa (107.119.626-00); Paulo Henrique Goulart (128.443.086-35); Paulo Henrique Vieira Sousa (106.106.636-31); Pedro Carvalho Loureiro (151.032.887-45); Pedro Henrique Azevedo Lemes de Menezes (146.941.387-66); Pedro Henrique Jacob Santos (125.275.366-70); Pedro Henrique Queiroz Neves (100.876.526-09); Pedro Henrique de Oliveira Martins (148.408.937-56); Philipe Delmiro dos Santos (141.907.937-95); Philippe Domingues Matos (139.765.177-63); Rafael Buery de Melo Campelo (859.097.165-14); Rafael Domingos Duque (118.979.946-48); Rafael Fernandes Dias (164.700.687-23); Rafael Ferreira Bezerra (124.596.876-99); Rafael Garzone de Souza (431.005.908-21); Rafael Lopes Farias Chaves (129.935.127-14); Rafael Rodrigues dos Passos (141.136.817-75); Rafael Sibilio Gomes da Silva (122.472.417-86); Rafael da Silva Nunes (401.778.418-69); Rafael de Oliveira Faria (153.574.837-01); Raphael Brum Pires de Moraes (114.006.106-21); Raphael Castro Stephano (105.601.127-00); Raí Cardoso Santana (146.535.287-21); Renan de Almeida Segadas Vianna Rego Lopes (419.100.848-08); Renan de Amorim Costa (100.767.467-98); Rennan Gonçalves Tosi (146.569.217-77); Ricardo Martins Franco (846.668.620-72); Richard Norberto Chaves Coitinho (160.438.537-52); Roberto Mota Brandão Neto (153.205.037-25); Robson Luiz de Albuquerque Cavalcante Junior (147.011.077-60); Rodrigo Carvalho Almeida de Souza (154.558.847-35); Rodrigo Correa Damasceno (128.896.227-46); Rodrigo Prado Luis Nunes (415.802.328-92); Romulo Virginio do Nascimento (158.194.827-19); Sanderson de Mello Godinho (144.019.377-08); Silvio Ferreira do Nascimento Junior (114.734.317-94); Thalles Rodrigues Rama (441.313.988-77); Thiago Sobrinho Ramponi (326.117.218-58); Thiago da Silva Paranhos (150.411.037-47); Thiago de Barros Silva (151.413.437-31); Tiago Peixoto da Silva (125.634.517-28); Tulio de Azevedo Barbosa (130.764.656-51); Victor Thomaz de Almeida Martins Souza (415.172.518-00); Vinicius Henrique Rodrigues Chagas da Silva (134.217.917-08); Vitor Martins de Carvalho (415.796.398-95); Wellington da Silva Velozo (132.763.237-37); Wendell de Sousa Mendes da Silva (455.311.048-20); Willian Ribeiro Meirelles (107.471.946-88); Yan Pereira Simão (142.071.137-70); Yan Soares Inacio (120.111.497-70).

1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6911/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.261/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Raquel Lima de Carvalho Agrelli (012.372.876-26).

1.2. Órgão/Entidade: Escola de Saúde do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6912/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.409/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Rodrigo Pereira Nogueira (114.691.926-32).

1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6913/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Marco Aurélio Nunes da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.527/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Marco Aurélio Nunes da Silva (CPF 076.683.157-48).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6914/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.534/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Ana Mariza de Souza Rodrigues (CPF 441.598.032-53); Diego Sesary Weber (CPF 041.396.269-50); Eleonis Freitas Nunes (CPF 337.428.202-49); Raimundo Nonato Martins Junior (CPF 019.173.137-48); Robson Araujo de Almeida (CPF 194.007.992-68).

1.3. Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6915/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o exaurimento dos seus efeitos financeiros antes do respectivo processamento por esta Corte, em razão do desligamento do cargo a que se refere o ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.608/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Herny Ford Dal Col Frois (110.564.906-75).

1.2. Órgão/Entidade: 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6916/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, sem prejuízo de informar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis o seguinte, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.364/2013-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Celia Ribeiro (042.125.766-00); Celina Alves dos Santos (888.490.235-53); Dalva Curvelo dos Santos (150.021.285-72); Dirce Terezinha Lataro Hoehne (955.940.516-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Informação:

1.7.1. ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que o valor do benefício de partida pago atualmente para a beneficiária Dalva Curvelo dos Santos (R$ 1.746,90) está abaixo do valor devido (R$ 1.969,10).

ACÓRDÃO Nº 6917/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.692/2014-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Augusto Alves de Santana (407.750.897-53); Cícera da Silva Pereira (701.649.404-72); Eliudes Pereira Barros (621.549.074-15); Maria Jose Alves Costa (315.394.597-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6918/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.852/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Agenora Loiola Ferreira (460.910.922-00); Alcimar Santos da Silva (252.062.258-00); Ana Luiza Faria Santos (455.811.108-83); Daisy Ribeiro de Souza (041.088.357-35); Dolores Muniz Saes (385.064.858-35); Edson Ferreira dos Santos (000.312.388-07); Elaine Cristina Santana de Freitas (510.223.622-91); Gilson de Souza Soares (837.571.987-00); Iza Marques da Silva (172.181.522-87); Joana de Fátima Fontanari Bezerra (110.040.958-05); José Sérgio Miguel (715.451.588-00); Lidia de Paula Cordeiro (038.050.339-58); Luiz Fernando Vitor Santana (702.821.194-00); Marcelina Vitor de Oliviera (312.589.054-34); Maria Emília da Mata Lima (489.445.302-97); Maria da Costa da Silva (088.196.547-25); Maria do Carmo Souza Lima (085.075.541-72); Marilene dos Santos Carvalho (076.365.297-00); Osmarina Guedes dos Santos (270.872.122-49); Rita Maria Meireles Brandão (206.445.153-68); Rosa Maria Amaral da Silva (395.893.152-91); Vera Lucia Bento da Silva Rodrigues (593.728.187-04); Vera Lúcia de Oliveira Lima (371.670.491-15); Vilma Gradilone de Sanctis (331.276.128-00).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6919/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-025.549/2013-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Judite Risoraide dos Santos (407.822.127-00); Nadir Rosa Santos de Santana (962.093.487-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6920/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.793/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cleide Baiense Barbosa (697.212.627-49); Izelina Ambrozia da Silva Pereira (589.596.967-49); José Barbosa de Souza (269.786.447-49); Luzinete Barcellos Ramos (084.707.297-56); Maria Alves de Carvalho Leite (703.330.927-91); Maria Jeronima dos Santos da Conceição (669.951.757-00); Maria do Carmo da Silva Gonçalves (008.548.827-58); Marizete Alzira Nascimento Marques (006.797.927-08); Neuza da Silva Almeida (106.794.767-17); Neyde Domingos Ribeiro (443.214.067-49).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6921/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.797/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Vilma Terezinha Lang Camargo (018.988.499-19).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6922/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.799/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mauricea da Costa Barros (076.758.792-87).
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6923/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.800/2014-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clarinda Pereira Soares (310.038.003-78); Maria Augusta dos Santos Silva (673.818.633-91); Maria Souza de Moraes (480.116.653-91); Olivio Martins de Souza Torres (002.450.203-06); Paulo Régis de Souza Moraes (658.146.903-30); Raimundo Nonato Sousa de Moraes (679.190.143-87); Rosa Maria de Albuquerque Lopes (322.920.153-15).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6924/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.882/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Edilma Amaro de Oliveira (CPF 500.162.707-97); Edinea Horacio Rosa (CPF 819.338.947-68); Gecy de Paula Rosa (CPF 024.865.427-60); Helena Martiniano Vasconcelos Alvares (CPF 411.364.117-04); Ivone do Carmo Carneiro Melo (CPF 020.857.417-46); Neide Faria Soares (CPF 021.868.687-09); Odiléia Quartieri Lima Telles (CPF 120.254.611-00); Zenaide Gomes Rodrigues dos Santos (CPF 457.653.837-34).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6925/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.921/2014-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriano Lama Gonçalves (537.086.602-34); Francisca Izabel do Amaral Ribeiro (377.269.356-34); Laura Francisca Sodre de Souza do Carmo (021.944.412-98); Lucilda Teresinha Bagetti Garcia (237.316.800-68); Maria de Lurdes Danelon da Rocha (270.384.670-34); Marlene Lucilia Martins (478.041.819-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6926/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.937/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adriano Cardoso de Brito (024.667.741-43); Benedicto José de Campos (314.457.138-53); Clara Conceição Scherma Claudino (175.708.078-39); Conceição Aparecida Pinheiro Silva (201.904.738-19); Elza Lemos da Silva (107.263.097-45); Lidia Sivi da Silva (066.368.938-42); Luzia Fonseca de Araújo Silva (025.119.517-11); Maria Cipriano da Silva (440.098.012-04); Maria Helena Cardoso de Brito (350.667.761-68); Nicéia de Sousa Bittencourt (162.856.128-97); Odinéa da Silva Mourão (398.605.312-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6927/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.941/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Elza Lúcia Batista Sena (046.999.996-97); Rosângela de Oliveira Santos (086.387.618-80).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6928/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.040/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Antonia Ribeiro de Souza (297.173.023-91).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sefip que providencie a devida correção do fundamento legal do ato no sistema Sisac, nos termos do que foi estabelecido pelo art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução/TCU n. 206/2007, com redação dada pela Resolução/TCU n. 237/2010.

ACÓRDÃO Nº 6929/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de pensão civil de Felipe Adão Vitorino de Abreu, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.203/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Felipe Adão Vitorino de Abreu (CPF 050.989.011-38).
1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6930/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.209/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria de Jesus (270.863.211-68); Naiara Patrícia Moraes Chaves (963.077.142-04); Sérgio Carvalho de Andrade (461.536.407-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6931/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-027.260/2014-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Arlete Heloiza da Fonseca (123.625.597-69); Arlette de Araujo Bittencourt (024.264.857-60); Gloria Maria Russo (051.652.447-09); Lea Valim da Silva (052.820.317-79); Luzia da Silva Queiroz (100.963.777-04); Maria Antonia Daumas dos Santos (013.211.597-22); Maria de Fatima Araujo Lima (631.793.347-20); Ruth Magalhães de Moura Teixeira (016.041.347-80); Venacia Maria de Jesus (015.818.797-09); Walkiria Ennes dos Santos (098.893.587-27).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6932/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.261/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Almerinda do Vale Alves (461.299.527-91); Cecy Maia Nery (081.010.097-52); Glória Ribeiro Maria (424.517.367-04); Irene Mota Corrêa (273.932.917-20); Izabel Alvarenga Silva (057.158.767-45); Luiza de Oliveira Lessa (932.869.537-68); Maria Aparecida Lemes (007.438.257-80); Maria Jose de Lourdes Silva (071.831.927-33); Nanzara dos Anjos Oliveira (585.647.997-15); Roberto Ramos (036.333.577-34).
1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6933/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.263/2014-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adel Domingues de Souza (159.456.958-40); Ernestina de Oliveira Antunes Jofre (185.664.598-30); Eunice Avila da Conceição Rosa (625.129.948-72); Helena Antonia de Jesus Rodrigues (199.228.918-24); Ignez Rodrigues de Almeida Luiz (083.654.938-45); Irany da Gloria Gomes (073.344.228-56); Jean Giordanio da Silva (433.104.028-35); Johnny William da Silva (436.605.828-67); Jonathan Luiz da Silva (425.073.148-00); Maria Alice de Souza (019.101.968-27); Maria Lourdes de Castro Souza Costa (293.890.568-88); Santina Auxiliadora Zanin Thome de Souza (054.571.888-09).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6934/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.264/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edina Marcondes Henrique (250.528.708-25); Jose Oliveira da Silva (091.491.718-87); Judith Teodoro da Fonseca Silva (109.657.628-74); Maria Amelia da Silva Jeronymo (309.954.228-85); Maria Aparecida Rodrigues da Silva (171.295.368-02); Maria Benedita Rodrigues (083.659.058-92); Maria Luzia Bitencourt Leal (264.187.418-03); Maria das Graças de Andrade Nogueira (052.233.688-43); Sonia Regina Lourenco Rodrigues (074.956.478-41); Vera Lucia Tamborini (042.456.868-39).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6935/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.268/2014-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marlene de Oliveira Missiaggia (949.857.749-87).
1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6936/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.270/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Geralda Costa Soares (058.121.353-04); Maria Rosalia Santos da Costa (723.185.543-15).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6937/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.323/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Deusarina Matos Lucena (CPF 018.318.397-50); Etelvina de Lima Ferreira (CPF 965.481.187-15); Ismaelina Bastos de Melo Rodrigues (CPF 030.215.054-49); Maria de Lourdes Duarte (CPF 388.606.357-72); Marianna Campos Pacca Rocha (CPF 028.327.477-87); Marina Hilario de Souza (CPF 036.950.817-32); Nativa Chaves de Souza (CPF 127.526.567-77); Orlando de Queiroz (CPF 352.056.797-00); Zuleide de França Cocentino (CPF 156.201.904-04).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6938/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.331/2014-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Eleir Ercilia Martins (CPF 619.995.717-20); Iracema Gama dos Passos Soares (CPF 099.099.822-34); Jurema Maria da Rocha (CPF 055.760.347-16); Maria Dalva Lins de Albuquerque (CPF 028.653.784-20); Maria José de Souza (CPF 071.767.724-95); Maria da Cruz (CPF 548.267.727-34); Ottilia Barroco (CPF 275.838.137-00); Vilma Panar dos Santos (CPF 068.631.217-19).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6939/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.334/2014-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Arlette Meira dos Santos (CPF 023.850.177-92); Dilsa de Jezus Bastos (CPF 031.342.877-81); Ester Damaceno de Carvalho (CPF 978.231.551-68); Neli Caetano da Silva (CPF 516.813.077-15); Rosa Abdala Jorge (CPF 066.840.589-90); Yvonilde Mota da Silva (CPF 212.911.955-72).
1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6940/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Rubens Boia Barbosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.351/2014-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Rubens Boia Barbosa (CPF 069.489.367-68).
1.3. Unidade: Escola Superior de Guerra.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6941/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.369/2014-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Celia Medeiros Apulino de Carvalho (112.467.277-06); Elza Andrade Penha (920.481.967-72); Grimar de Sousa e Silva (016.180.367-93); Jacy Rocha (035.382.269-89); Lydia Seda da Rocha Maia (721.487.807-00); Noely Candemil Gomes (383.854.309-20); Regina Neves dos Santos (111.425.707-97); Thereza Barbosa Paulino (005.957.147-06).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6942/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.385/2014-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alcidéa Andrade da Silva (080.004.587-48); Maria Herbene Grangeiro (176.390.548-93); Maria Luiza Cabral Lobato (256.541.362-91); Maria da Conceição Martins (552.802.857-49); Neiva Guimarães da Silva (027.264.337-82); Ruth Leal Ferreira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Neves (063.420.098-48); Samaranga Bittencourt Cyrne (018.342.467-09); Simone Aparecida Rocha de França (051.433.957-80); Tereza Leite da Rosa (367.162.528-78); Thereza Mattos de Souza (008.734.877-29).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6943/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.386/2014-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Aline Lins do Couto (053.498.337-58); Almerita Francisca da Silva Coelho (462.957.397-68); Dirce Barbosa Corrêa (071.091.868-22); Dirce Lelis Aranha (800.151.665-20); Eduardo José do Couto (052.218.147-30); Elina Ferreira de Souza (297.196.235-00); Josefa Francisca de Lima Dantas (722.700.204-72); Laurides Soares Medeiros (928.059.307-20); Luzia Xavier Mota (664.096.327-20); Maria Pereira de Almeida (712.595.113-91); Minervina Vieira Cabral (523.984.984-68); Neuza Lins do Couto (551.232.877-87).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6944/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.388/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Benedito Ferreira da Silva (314.947.818-91); Enedia Ferraz Durão (668.790.007-20); Maria José Marques de Castro (291.157.158-41); Marinez Vieira de Araújo Lima (250.906.278-60); Nadir Ferreira da Costa (026.085.338-09); Rita Ângela da Silva Ferreira (136.015.204-00); Ruy Moises Dias (008.063.232-72); Terezinha de Jesus Brito (226.801.527-00); Vitalina Alves da Costa da Rocha (098.687.801-44).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6945/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.364/2014-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Rubia Francisca dos Santos (215.908.260-00); Victoria Francisca dos Santos (215.908.260-00).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6946/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.551/2014-3 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Adriene Milcent Assis (031.548.146-39); Ana Paula da Silva Ângelo (040.304.486-31); Anita Moreira de Carvalho (625.963.226-68); Antonieta Alberti Ramos (039.950.356-04); Beatriz Magalhães Bahia (954.154.246-87); Celeste Rodrigues Espeschit (673.387.986-72); Efigênia da Conceição Linhares (029.634.286-69); Elza da Conceição Borsatto de Carvalho (043.586.608-78); Helena Augusta Baptista (850.670.836-20); Helena Maria Siriani Galil (059.795.736-31); Hilda de Carvalho Grossi (008.471.436-00); Iracema Verdolin D'abreu (551.397.796-68); Izabela Rodrigues Mandarino (175.448.597-97); Maria Paula Camilo (637.739.026-20); Maria da Conceição Moraes Santos (357.040.126-04); Olívia Auer Cunha (971.155.416-04); Rita de Cássia Ferreira (354.784.116-04); Terezinha Alves Dias (908.088.866-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6947/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.553/2014-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Alice Correia Bertoldi (939.883.119-87); Ciderli da Aparecida Antonio Paula (078.473.689-86); Dilma Souza de Azevedo (888.220.529-00); Ida Bona (018.254.569-50); Ignez Ursula Pereira Oliveira (379.866.519-20); Irene Catharina Valerio Ramos (147.748.019-68); Luzia Demarchi Stein (531.321.499-34); Margarida de Oliveira Castro (020.550.109-56); Maria Clara Correa Pereira (439.942.709-44); Maria Zulma Bucher (679.505.159-53); Maria de Lourdes Fabro Rizzatti (794.270.909-44); Maria de Oliveira Rocha (843.038.089-20); Marli Leal de Mato Jaques (041.079.579-85); Neuza Maciel Verges (318.015.369-53); Neuza dos Santos de Oliveira (841.150.179-53); Sandra Mara Antonio de Miranda (057.341.249-90); Suelly Cordeiro Correa (231.469.829-00); Zizinha Araujo Ferro (247.376.898-66).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6948/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.558/2014-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Alda Montenegro Costa (041.951.764-25); Audinete Maria Ferreira (015.477.474-04); Cledson dos Santos Palma (048.583.034-54); Eunice Lima de Holanda Sa (074.173.674-88); Inez Maria de Lima Santos (667.517.564-53); Jeruza Carlos da Silva (795.647.204-00); Jose Sabino da Silva (032.407.464-68); Luiz Claudio dos Santos Palma (045.098.864-38); Luzinete Bezerra de Figueiroa Faria (015.847.884-37); Maria Alves de Medeiros (737.041.054-49); Maria Aparecida dos Santos Almeida (199.371.564-91); Maria Batista dos Santos (393.983.234-00); Maria Guimaraes Gomes (515.161.604-87); Maria Jose dos Santos (454.433.784-49); Maria Raimunda de Souza Lima (883.542.884-04); Maria Zeneide Gadelha de Oliveira (020.628.744-56); Maria das Dores da Silva (013.811.544-33); Maria de Lourdes da Silva (183.792.494-53); Miriam Vicente da Silva Sousa (489.221.614-34); Olimpia da Costa e Silva (772.915.904-00); Quiteria Maria Ferreira de Barros (304.729.384-87); Rita Ca Conceiçao Malta da Silva (496.106.434-34); Valdomacy Bezerra da Silva Pereira (373.213.154-87).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6949/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.562/2014-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Leni Lima de Melo (151.453.102-00); Luiza Soares de Pinho (055.892.742-49); Maria do Carmo Cunha da Silva (409.988.782-00).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6950/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.094/2014-6 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Balbina Muller Lepaus (024.566.917-50); Maria Schultz Kuster (069.047.407-52); Sermes da Silva Bila (027.016.687-43).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6951/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.095/2014-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Fatima Terezinha Morais Vieira (428.142.860-72); Helena da Silva dos Santos (372.541.380-00); Zulmira Maria Lourenco (629.938.100-06).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6952/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.230/2014-7 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Maria Izabel Leitao Neves (020.318.514-54); Maria do Carmo de Andrade Valença (217.050.974-72); Moacir Neves Filho (038.770.514-72); Moacir Neves Filho (038.770.514-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6953/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão especial de ex-combatente a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.232/2014-0 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessado: Geralda Arantes (331.414.978-69).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6954/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer do MP/TCU:

1. Processo TC-005.700/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alderina Nunes da Silveira (801.051.140-49); Amelia Izolina Dias Coelho (241.473.890-15); Ana Maria Lima Pinheiro (266.643.480-04); Carmen Dora Pareja de Correa Avila (242.778.430-34); Denise Madureira Burns (321.556.970-15); Dolcidia Redivo Correa Machado (239.964.551-00); Helena Sanchez Minuscoli (441.138.117-68); Irena Pinto Minotto (706.929.470-00); Karen Christiane de Almeida Cunha (669.612.970-72); Katia Rejane Cunha Boeck (407.400.990-00); Luiza Maria Sanches (223.451.750-87); Magda Ellen de Almeida Cunha (295.894.870-68); Magda Maria Gomes Segredo (475.464.330-53); Maria da Gloria Leandro de Lima (561.263.100-63); Marlene Pozzera Sanches (327.955.640-68); Orlandina Caetano de Barcelos (586.979.000-00); Rubia Mara de Almeida Cunha (537.656.050-34); Vania Elisabeth Cunha Pires (237.862.720-34); Vilma de Assis Carvalho (920.489.510-15); Zulma Batista Antunes (084.848.300-63).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que corrija, no sistema Sisac, o nome do instituidor da pensão de peça n.º 11 para *"JOSÉ SANCHEZ"*, bem como o nome de sua beneficiária para *"HELENA SANCHEZ MINUSCOLI"*, conforme pesquisa obtida junto ao sistema CPF da Secretaria da Receita Federal.

ACÓRDÃO Nº 6955/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.704/2014-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Peixoto de Freitas (263.325.740-20); Ani Taina Coelho Carvalho (024.529.590-90); Arsenia Maria Gerlach (502.608.630-68); Eliane Branco dos Reis (371.213.240-91); Georgina Bernasque dos Santos (922.714.300-97); Laura Cristina de Toledo Quadros (003.211.437-01); Liana Mendonca Siqueira (429.014.641-49); Luana Assumpcao Mendonca (417.946.801-87); Marcia Helena da Silva Costa (685.715.690-53); Maria Cristina Fernandes dos Santos (937.420.610-20); Nilsa Santa Donida Schlottfeldt (980.837.080-20); Rejane Branco dos Reis (371.213.590-49); Roselaine Fernandes dos Santos (777.009.450-04); Vera Beatriz Peixoto de Freitas Campos (502.367.418-53).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6956/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.706/2014-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria Zazyki Marques (539.333.970-49); Beatriz Marilene Zazyki Galetto (202.952.510-34); Carmen Maria Ramme de Morais (238.702.490-72); Celina Peres Vera (008.022.250-12); Clelia Oliveira (253.194.500-87); Ieda Ernestina Bohrer Scherer (428.009.600-78); Ines Teresinha Zazyki (271.267.060-49); Janete Cristina Zazyki (342.170.370-15); Laura dos Santos Siqueira (006.496.720-46); Leda Camargo da Hora (884.438.250-49); Lia Nuria Denis Zazyki (170.875.970-00); Magda Cristina de Carvalho Barros (296.217.630-53); Mara Lucia Bohrer (477.135.340-91); Maria Elizete Lorenzoni dos Santos (409.502.710-04); Maria Elizete Lorenzoni dos Santos (409.502.710-04); Neusa Maria da Silva Uberti (199.453.700-06); Teresa Isis Toscani (120.365.010-87).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6957/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar em favor da Sra. Elta Medeiros Metzger, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, e legais, para fins de registro, os demais atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.708/2014-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ceci Rocha Lemos (005.342.199-00); Elouirdes Gonçalves Rodrigues (018.318.939-67); Elta Medeiros Metzger (290.817.699-87); Helena Budziak Dzierva (537.363.469-72); Helena Budziak Dzierva (537.363.469-72); Heliete Martins (222.366.279-04); Ilda Kvietchinski (598.217.609-53); Isolete Martins Farias (005.772.329-08); Josefa Budziak Trzaskos (584.419.059-91); Josefa Budziak Trzaskos (584.419.059-91); Lea Indrusiak Weiss (645.820.279-20); Lucia Budziak Czelusniak (019.118.749-69); Lucia Budziak Czelusniak (019.118.749-69); Manoel Juarez de Sousa Weiss (079.169.169-16); Maria Beatriz Trevisan Alberti (913.774.129-20); Maria Irani Martins (657.851.509-72); Maria Ismenia Gomes do Rego (058.581.009-53); Maria de Lourdes Gomes do Rego (222.539.989-15); Virginia Carturano (017.015.979-50).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6958/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.047/2014-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Elizabeth Maldonado Silveira (625.712.577-49); Maria Regina Maldonado Silveira Alonso Munhoz (532.409.527-34); Maria Thereza Maldonado Silveira (077.718.897-00).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6959/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.778/2014-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andrea Rodrigues Monaco (561.147.450-00); Carmen Lucia de Almeida (000.199.740-86); Fernanda Moura Rodrigues (983.845.200-97); Isabel Cristina Guaita Donadel (443.209.300-53); Maria Antonieta Souto Teixeira (632.956.360-87); Marina de Fatima da Silva Goncalves (412.543.090-04); Rita Helena Figueiredo da Silva (697.425.370-20); Salete Maria Lavarda de Assunçao (224.488.880-00); Sonia Cristina Prazeres Guaita (907.380.120-68); Terezinha do Carmo de Oliveira dos Santos (579.983.610-34).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6960/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.782/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Annita Patricia Fairon Pereira (014.526.289-80); Carla Laemmle Campos (383.948.479-00); Claudia Miranda Caceres (006.616.889-92); Claudia Miranda Caceres (006.616.889-92); Daicy de Moraes Santos (368.761.350-04); Doraci Bueno Barddal (428.954.649-87); Dorildes Scherer dos Santos (119.366.301-68); Eduardo Vargas Piemontez (109.534.759-48); Eleonora de Bem Santana Cardoso (026.547.347-06); Elizabeth Maria Marques dos Santos (975.784.287-72); Emanuele Vargas Piemontez (087.534.399-61); Franciele Fernanda Vargas Piemontez (080.707.009-20); Genoveva Selenko Martins (186.874.669-00); Herondina Danziato (018.025.149-02); Ivone Domingues dos Santos Piemontez (794.589.479-87); Janet Serio Guerios (463.089.709-72); Marilene Denadai Cologni (799.047.509-04); Mauricia Miranda Caceres Novaes (662.454.199-72); Mauricia Miranda Caceres Novaes (662.454.199-72); Nadyr Martins (056.652.649-20); Nancy Aparecida Martins Dall'agnol (231.448.909-87); Neyde Martins (034.912.779-49); Nilza Therezinha Martins Molinari (340.102.971-15); Olacy Oliveira Batista (019.846.139-95); Roseli Piemontez (701.859.489-87); Silvia Miranda Caceres (017.843.489-29); Silvia Miranda Caceres (017.843.489-29); Tania Piemontez (714.226.099-87); Thiago Miranda Caceres (065.046.429-07); Zeni Diniz Modesto (031.862.689-66).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6961/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação da concessão de pensão militar instituída pelo Sr. Odair Guedes Moreira, por inépcia do ato, ante a falta de fundamentação legal que justifique a concessão de três graduações superiores no ato, e legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer do MP/TCU:

1. Processo TC-018.783/2014-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia de Oliveira Fontes Machado (004.076.937-26); Ana Luiza de Oliveira Fontes (957.042.567-91); Genil Vaz do Nascimento (792.110.205-06); Joselita Ferreira Velloso Silva (062.180.245-04); Joselita Ferreira Veloso Silva (062.180.245-04); Margareth de Oliveira Porto Silva (696.521.807-00); Marizi Porto Carneiro (851.211.347-20); Marly Navajas Moreira (953.204.665-87); Virgínia do Socorro Ferreira da Cruz (000.599.267-24).

1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sexta Região Militar do Comando do Exército que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novo ato de pensão militar instituído pelo Sr. Odair Guedes Moreira, devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, esclarecendo, em especial quanto à fundamentação legal que justifique a concessão de 3 (três) graus hierárquicos superiores na pensão militar, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU n. 55/2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6962/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.786/2014-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Damasceno Rabêlo Gomes (523.748.312-72); Josiane Ferreira Pires dos Santos (854.005.212-15); Maria Raimunda Alves dos Santos (147.798.032-68); Rosa Maria Carvalho da Silva (084.340.182-68); Thaynan Viana do Espririto Santo (015.375.782-51); Thays Viana do Espirito Santo (028.806.392-98).
1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6963/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação da concessão de pensão militar em favor do Sr. Mário Rodrigues Martins, por inépcia do ato, e legais os demais atos a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer do MP/TCU:

1. Processo TC-018.790/2014-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andreia Carina Spohr Martins Campello (318.699.201-04); Carmem Helena Senhorinha Strympl Cohen (654.605.702-63); Celso Carvalho Antunes Junior (511.788.422-15); Celso Carvalho Antunes Junior (511.788.422-15); Claudia Adriana Spohr Martins Mendes (784.450.864-72); Daniel Barreira Guimaraes (025.569.492-01); Darsonia Batista Barreira (348.100.052-91); Elisabeth Mendonca de Sousa (286.863.496-68); Eliza Marques da Rocha (335.248.582-87); Iramildes Marinho (522.217.842-00); Irene Olegario Gomes (416.073.092-20); Katiuscia Rodrigues Leao (657.190.772-00); Lorely Guaraldi Ebling (129.960.842-68); Lucimar Lima Vieira de Sousa (022.622.662-04); Lucina Rocha dos Santos (336.238.212-68); Luz Marina Montes Peres Mendonca (420.645.540-68); Maria Cleia Leao (143.500.092-72); Maria Rita Leao de Araujo (520.185.632-20); Maria da Gloria Barreira Guimaraes (276.741.932-68); Maria de Jesus Sarrazin Diniz (160.671.422-87); Nazare Batista da Silva (202.088.712-68); Nazare Batista da Silva (202.088.712-68); Neuza Ribeiro da Rocha (214.750.752-00); Patricia Quiteria Bayma Diniz (523.134.252-15); Raiara Alves da Silva (021.303.642-84); Renata Alves da Silva (005.342.582-04); Robenita Alves da Silva (909.282.452-68); Robertina Alves da Silva (718.259.322-04); Rosa Batista Correa (240.223.222-68); Rosa Batista Correa (240.223.222-68); Roseli de Siqueira Moreira (693.830.739-34); Roseli de Siqueira Moreira (693.830.739-34); Shirley Leao (075.568.452-49); Vera Nalu Spohr Martins (239.791.941-91).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Décima Segunda Região Militar que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novo ato de pensão militar em favor do Sr. Mário Rodrigues Martins, devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato, esclarecendo, em especial, a fundamentação legal que justifique a concessão de três graduações superiores na pensão militar, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN/TCU n. 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 6964/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.795/2014-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Isolda Araújo de Oliveira (716.221.281-68); Luci Kapassi Jamielniaski (611.700.202-59); Maria Durcinéia G. Leite (364.488.278-97); Olga Peres Mantovani (299.925.378-84).
1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6965/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.757/2014-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Avelina de Souza Campos (791.084.741-68); Celia Regina Silveira de Souza (153.697.491-91); Elizabeth Conceição Cabral da Costa (317.382.141-68); Isabel Cristina Cabral da Costa Ribeiro (101.836.551-68); Maria Cecilia Stipp Lucas (185.911.081-91).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6966/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.222/2013-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria Antonia Moura Faria (694.179.206-00); Maria Tereza Oliveira Moura (573.268.516-20); Maria da Costa Oliveira (583.198.916-04); Maria da Costa Oliveira (583.198.916-04); Marize Cristina Reis Moura Py (289.156.071-04); Zilda Batista de Toledo Moura (479.337.716-53); Zilda Batista de Toledo Moura (479.337.716-53); Zilda Batista de Toledo Moura (479.337.716-53).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6967/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.616/2014-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria Bezerra Lopes (186.099.531-49); Maria de Fatima Veppo de Almeida (205.979.830-20); Marta Janete Esteves Veppo (226.399.851-91); Vera Regina Veppo dos Santos (185.839.701-49).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6968/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.249/2014-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alice Piva de Carvalho (034.919.648-65); Cideneide Leme Franco Nicolau (359.686.608-13); Cideneide Leme Franco Nicolau (359.686.608-13); Rosa dos Santos Puppa (031.785.128-45).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6969/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.252/2014-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Ivoni Edi da Cunha (508.368.032-72).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6970/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.259/2014-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Darcy de Campos Caceres (304.654.431-68); Ramona Siqueira dos Santos (436.155.541-91); Vicencia Melo Nogueira (947.837.131-20).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6971/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.796/2014-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Eloisa Baptista Mendoza (675.544.660-20); Judith Cardoso da Silveira (696.994.530-87); Jussara Maria Leal Ayres (250.345.450-04); Stela Maris Silva de Moraes (183.209.020-53).
1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6972/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.814/2014-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alysson Roberto Guedes Santos (053.371.324-23); Ana Beatriz Barbosa Azevedo (705.564.354-60); Ana Sophia Duarte Azevedo (105.187.864-04); Angela Maria de Miranda Travassos (122.330.724-72); Audaci Amaral (183.471.694-20); Benedita Barros da Silva (259.054.654-87); Bianca Nayure Almeida Fernandes (062.808.334-37); Brenda Natally Almeida Fernandes (053.371.214-99); Bruna Nayla Almeida Fernandes (053.371.154-13); Carolina de Abreu Pereira da Costa (339.439.728-52); Doraci Ivone Dias Carneiro (104.116.314-20); Elvira Carneiro de Carvalho (131.700.234-20); Eriele Tamires da Silva (769.581.755-49); Gutem-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

berg Almeida da Silva (769.581.675-20); Idatil Zulnara Cavalcante de Lima (270.669.084-49); Ilma Cavalcanti de Barros Fonseca (034.338.384-53); Jane de Albuquerque Siqueira (364.415.464-34); Jersia Chaves Silva de Figueiredo (476.737.614-91); Joceane Leandro de Lima (365.097.284-00); Josane Maria Leandro de Lima Guimaraes (863.503.827-49); Jose Nilton Cardoso Braga (001.572.568-55); Josenalda Leandro de Lima Soares (603.355.724-72); Josenalva Leandro de Lima (554.557.274-00); Jussara Cavalcante (078.988.354-68); Katia de Carvalho Ribeiro (330.280.017-72); Ladjane Soares da Silva Costa (377.813.244-04); Leila Correia de Albuquerque Feijo (374.680.575-91); Luiza Cordeiro de Oliveira (103.114.594-04); Maria Almerinda Cavalcante (048.904.854-49); Maria Angela Souza da Silva (729.831.674-53); Maria Jose Barros de Oliveira (436.203.704-78); Maria Jose da Silva Siqueira (138.109.524-00); Marinete Fernandes de Lima (181.565.504-63); Monica Maria Batista de Lima (186.635.754-91); Rosalia Durier de Lima do Carmo (065.941.155-53); Sandy Emilly Fernandes Guedes (053.371.284-00); Shirley Melo Avelino (204.629.214-68); Sonia Maria Ferreira da Silva (679.958.104-15); Tania Maria Cavalcanti Leao (333.304.334-34); Telma Maria Cavalcanti da Silva Fischer (333.304.504-44); Teresinha Santana Ferreira Braga (062.553.894-30); Tereza Cristina Batista de Lima (420.014.394-15); Tereza Maria Betin dos Santos (329.644.634-68); Vera Lucia Alves Ribeiro (242.819.484-49); Zelia Caetano Ferreira (087.540.804-44).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6973/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.822/2014-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Abigail Tenorio Lins (060.861.414-95); Adjacir Cavalcante de Lucena (364.103.574-00); Ana Laura Ferreira Candido (045.100.064-11); Edna Maria Tenorio Lins Epaminondas (128.494.804-87); Heloisa Helena Chagas Simoes e Silva (174.764.024-72); Jacqueline Tenorio Lins (060.610.744-41); Maria Eligia Valdivia (214.238.618-09); Maria Elisabete Chagas Simoes (544.419.354-04); Maria Priscila Chagas Simoes (024.299.944-10); Maria da Conceiçao de Lemos Moreira Lima (020.833.384-30); Maria do Socorro Fernandes (160.086.774-04); Neusa Maria Chagas Simoes (292.931.464-87); Odete de Oliveira Leal (026.443.954-61); Sonia Cordeiro Pessoa (450.393.994-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6974/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.823/2014-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adelia França Cavalcante (108.959.492-53); Ana Cecilia Linhares Ribeiro (471.274.573-87); Eleana Linhares Ribeiro (471.312.763-91); Elene Linhares Ribeiro (251.886.823-20); Eloisa Flora de Arruda Moura (008.118.662-20); Flora Izabel Arruda Moura Ribeiro (117.619.382-15); Iracema Ataide Pinto (460.575.362-15); Maria Eduarda de Sousa Magalhães (043.093.651-67); Maria Elza Saraiva Trindade (650.247.452-72); Maria Jose Barreto de Oliveira (012.834.212-91); Maria Suelhi Borges Roterdan (226.878.902-00); Maria Valeria Campello de Toledo (664.512.307-82); Marineide Chaar Vieira Toledo (053.532.308-50); Mateus Magalhães de Souza (009.484.431-38); Paula Ramos Magalhães de Souza (033.909.121-50); Renata Ramos Magalhães de Souza (039.381.721-00); Rosa Ataide de Souza (036.576.042-00).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6975/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.832/2014-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Belmira Silva (174.589.002-53); Filomena Maria Mendes da Silva (081.435.792-04); Heidi de Oliveira Pereira (007.139.541-59); Maria da Conceição Maia Pereira (585.237.741-49); Twigg de Oliveira Pereira (007.301.011-18); Valesca Pinho Cartaxo Pereira (615.373.730-72); Vilma Gonçalves Sucupira (055.094.401-04); Virdenea Gonçalves Santos (533.892.806-00); Virgínia Gonçalves Rossi (151.895.701-34); Virmari Gonçalves (523.492.761-04); Virna Gonçalves Pazinatto (339.558.081-49).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6976/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.835/2014-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alzira Pereira de Lima (099.472.302-44); Benezilda Braga dos Santos (257.946.472-72); Carmem Helena Senhorinha Strympl Cohen (654.605.702-63); Diva Spencer Pereira (290.049.420-68); Diva Spencer Pereira (290.049.420-68); Divana Farias dos Santos (773.242.342-91); Gracilene Aparicio de Freitas (741.498.492-34); Jussara Irion Ribeiro (290.442.350-87); Jussara Irion Ribeiro (290.442.350-87); Linara Golveia da Costa (029.207.242-23); Maria de Fatima Mota Barroso (273.398.662-72); Marilene Soares Gomes (030.855.354-38); Marilucia Soares Gomes (474.346.352-15); Marines Soares Gomes (517.201.402-00); Marlene Lima dos Santos (310.218.672-68); Olindina da Costa Oliveira (099.424.832-68); Siunirley da Silva Oliveira (532.721.022-72); Terezinha Alves de Melo (149.787.252-91).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6977/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.842/2014-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Aldenira Carvalho Coimbra (CPF 890.024.903-72); Artenisa Campos da Costa (CPF 503.388.034-91); Benedita Ferreira Diniz Véras (CPF 036.302.277-59); Carmelia Helena Furtado Veras (CPF 120.098.347-55); Dila Paim Muller (CPF 023.985.567-19); Dilma Falcão Quaresma de Lima (CPF 003.331.234-68); Edina Josefa Vilas Boas Galvão (CPF 598.836.507-87); Eliana de Carvalho Felicio (CPF 392.926.302-53); Elizabeth Bandeira Alves dos Santos (CPF 848.861.459-49); Elizabeth Cordeiro de Almeida (CPF 870.463.007-63); Ivanise dos Santos Costa Chaves (CPF 025.974.857-90); Jamille de Jesus Bandeira (CPF 022.045.915-05); Josepha Alves Marques (CPF 028.070.807-66); Lea Torres de Castro (CPF 098.390.047-78); Margareth Galvão Bandeira Ulbrich (CPF 466.390.557-91); Maria da Conceição Veras Brandão (CPF 380.497.597-68); Mariana Pereira de Carvalho (CPF 265.802.922-53); Mauren Cristina Silva Machado (CPF 028.901.687-86); Monica Alves Muniz (CPF 005.960.677-04); Queila Sibna Pereira de Carvalho Lima (CPF 028.068.457-69); Rosa Peluzo Silveira Paula (CPF 100.194.707-03); Rosana Coimbra Matos (CPF 430.091.152-53); Sebastiana Pinto da Fonseca Abreu (CPF 034.775.611-55); Therezinha Fernandes dos Santos Pinto (CPF 026.102.427-27); Vera Lucia Cardoso Lima (CPF 844.189.157-53); Vilma Regina Cunha de Sousa (CPF 829.581.817-15); Vitoria Régia Cunha de Sousa Tomas (CPF 377.257.007-06); Zefira Gracina de Oliveira (CPF 019.424.537-36).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6978/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.844/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Ana Maria Matias de Oliveira (CPF 044.069.304-77); Aurelina Maria dos Santos de Jesus (CPF 646.872.527-53); Carla de Oliveira França (CPF 023.780.457-35); Carmem Gomes Faria (CPF 363.661.707-97); Dagmar de Andrade Freitas (CPF 620.192.104-44); Delma de Andrade Freitas (CPF 093.763.304-63); Diva Cerqueira Souza (CPF 146.354.965-20); Eci Ferreira Corrêa (CPF 738.809.817-87); Edilana Nunes de Oliveira (CPF 126.089.347-22); Edneia Alves Cardoso Faria (CPF 052.004.507-64); Eduarda Lima de Oliveira (CPF 012.622.042-59); Esabele Espirito Santo de Oliveira (CPF 076.600.437-65); Esnaide Oliveira de Aguiar (CPF 029.189.467-45); Fabiana Lima de Oliveira (CPF 892.229.542-20); Fátima Cardoso Silva (CPF 082.821.347-08); Gabriel Nunes de Oliveira (CPF 438.193.658-26); Israel de Sejus Alves (CPF 778.172.225-68); Josué de Jesus Alves (CPF 778.172.145-49); Keilla Regina Campos Ferreira (CPF 699.257.041-20); Ledir Villas Boas França (CPF 230.150.637-15); Leila Maria Magalhães Costa (CPF 607.040.717-20); Lucas Nunes de Oliveira (CPF 438.193.238-21); Luciana de Jesus Alves (CPF 908.546.165-00); Luciane de Oliveira Martins (CPF 863.341.907-68); Marcia Paes da Silva (CPF 535.450.877-00); Maria Ilza Pires do Couto (CPF 021.000.237-99); Maria Julita Pinheiro Lau (CPF 144.072.801-15); Maria da Conceição dos Santos (CPF 313.722.874-34); Maria de Lourdes Medeiros (CPF 490.417.034-20); Maria do Carmo Silva Freitas (CPF 905.871.034-34); Maria do Carmo dos Santos (CPF 438.649.374-34); Marinalva Farias Cardoso Lau (CPF 899.931.017-53); Neusa Fernandes Lamartine Nogueira (CPF 093.209.807-05); Nádia Paes da Silva Arêas (CPF 513.521.097-00); Railda Santos Machado (CPF 589.631.627-53); Rosana Lomeu Garcia de Oliveira (CPF 038.610.987-76); Roseli Victório Garcia (CPF 173.585.901-04); Telma Paes Zanco (CPF 537.268.807-63); Yramaia de Jesus Alves (CPF 647.033.125-49); Zaira de Jesus Alves (CPF 778.172.305-87).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6979/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.845/2014-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Amélia de Lima Motta (CPF 506.773.901-06); Ana Cristina Dias Araujo Motta (CPF 223.986.604-78); Ana Cristina de Almeida Pereira Damasceno (CPF 013.385.437-09); Analice de Almeida Pereira (CPF 784.768.287-72); Beatriz Maria da Silva Motta (CPF 438.584.574-34); Dilza Henriques de Carvalho (CPF 366.813.187-20); Efigênia Maria Nazário de Castro (CPF 037.696.817-62); Elaine de Almeida Pereira (CPF 934.569.487-00); Eliane Lima de Araujo Felix (CPF 521.774.834-68); Eliane dos Santos Oliveira Manfredi (CPF 708.958.057-15); Fernando Lacerda Pereira Junior (CPF 163.157.607-08); Francisca Teixeira de Macêdo (CPF 512.340.764-20); Glaucia da Silva Valadares Cantarino (CPF 030.048.827-01); Iolanda Pereira Rodrigues Nunes (CPF 032.477.397-85); Janaina Oliveira Nunes (CPF 030.303.057-75); Jane Marcia Torraca do Nascimento (CPF 691.718.157-91); Jaqueline Oliveira Nunes Freire (CPF 030.303.437-82); Jorgina Chiconha dos Santos (CPF 540.853.577-00); Josefa Felix de Macêdo (CPF 580.573.407-97); Josineide Oliveira Nunes Rodrigues (CPF 036.543.087-08); Jucinara Nunes Rodrigues (CPF 853.518.817-72); Laís Lopes dos Santos Barros (CPF 064.175.694-11); Marcia Gonçalves Cerqueira (CPF 915.722.407-25); Maria do Socorro Silva (CPF 443.519.334-53); Marta Dantas de Macêdo (CPF 009.230.994-17); Myriam Marcia Vaqueiro Sennas (CPF 588.934.237-15); Noemia da Silva Gonçalves Cerqueira (CPF 363.346.187-68); Rejane Caetano da Silva do Nascimento (CPF 859.502.037-04); Rosilene Boaes de Freitas (CPF 022.138.307-70); Rozineide Teixeira de Jesus Alves

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(CPF 083.875.647-61); Silvana Faitão Cezar Lopes Neves (CPF 080.436.847-31); Soraya Ribeiro de Lima (CPF 013.097.177-45); Suelane Ribeiro de Lima Coutinho (CPF 055.100.447-99); Suzana Ribeiro de Lima Calixto (CPF 955.213.057-34); Tania Cristina de Almeida Pereira Damasceno (CPF 013.385.437-09); Vania Lucia de Almeida Pereira (CPF 802.546.597-72); Vera Lúcia Monteiro Boaes (CPF 386.797.797-68).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6980/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.850/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Alice Rosane Costa da Silva Aguiar Beraldo (CPF 724.783.227-49); Andressa Vieira da Gama Pinto Guthierres da Rosa (CPF 053.326.797-85); Celia Rodrigues de Souza (CPF 002.236.087-50); Dilma Barbosa de Souza Aguiar (CPF 339.245.117-72); Eliane de Oliveira Pereira (CPF 795.860.077-15); Elisa Pereira Pullig Bastos (CPF 795.860.157-34); Elisabeth Parga Nina (CPF 875.680.717-15); Eni de Almeida Freitas Pereira (CPF 833.103.047-87); Flávia da Silva Viana (CPF 091.098.887-05); Genilde Silva Santos (CPF 377.448.875-49); Gilda Maria Gonçalves de Magalhães (CPF 068.667.857-58); Jani Lima Pereira de Melo (CPF 771.357.417-49); Jucy Lima Pereira de Melo (CPF 584.464.197-34); Juliana de Assis Pinto (CPF 053.045.267-75); Juracy Lima de Melo (CPF 408.917.637-91); Lucia Faria de Menezes (CPF 373.049.411-20); Marcia Assis de Oliveira (CPF 017.974.987-03); Marcia de Lara dos Santos (CPF 025.521.947-45); Margareth Lara dos Santos (CPF 796.626.507-25); Maria Eliza Batista Pinto (CPF 433.522.277-72); Maria de Fátima Barbosa de Melo (CPF 035.884.957-89); Mariza Silva Barbosa (CPF 936.817.801-10); Martha Faria de Menezes (CPF 225.934.971-49); Odevaldina Luiza Pereira (CPF 077.543.957-62); Ofenizia Silva Botelho (CPF 178.705.693-72); Olantina Castelo Branco Matheus (CPF 080.419.757-12); Ritta Araujo da Silva Matheus (CPF 324.296.067-04); Sandra Pinto Pontes (CPF 009.047.617-46); Saraia Dutra da Silva (CPF 931.723.467-49); Silvia Faria de Menezes Fonseca (CPF 276.091.971-49); Soraia Dutra da Silva (CPF 931.723.467-49); Therezinha Santiago Telles Dutra (CPF 251.465.567-68); Walesca Guimarães de Menezes Bretas (CPF 671.984.147-53).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6981/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.851/2014-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Adelide de Oliveira Canela (CPF 698.423.027-68); Antonia Cremona Almeida (CPF 115.133.287-94); Catia Cristina Belati Magalhães (CPF 017.932.017-30); Deuzimar Batista Oliveira (CPF 744.835.017-04); Elisete Tavares Barrozo (CPF 160.227.987-01); Genevra Farias de Araujo (CPF 925.882.987-53); Glória Pereira Viana (CPF 301.302.717-72); Ivone Alves Noronha Canela (CPF 621.693.437-68); Joana Gomes de Barros Romualdo (CPF 873.523.117-34); José Mauro Ramos de Oliveira (CPF 234.634.828-78); Jucea de Souza Quintela e Silva (CPF 642.317.717-15); Laura Menezes Hachem (CPF 463.492.193-68); Luciana Mendes Almeida (CPF 012.446.627-39); Lucília Mendes Almeida (CPF 025.610.397-65); Lúcia Helena Mendes Sobral (CPF 137.028.167-63); Marcia Maria dos Santos Canela (CPF 031.596.107-48); Maria Dolores Elias de Queiroga (CPF 735.782.407-10); Maria Jose Salles de Oliveira (CPF 490.309.901-63); Maria de Lourdes Souza Pimentel (CPF 046.010.172-20); Maria de Lourdes de Araujo Souza (CPF 080.650.818-35); Maria do Socorro Oliveira de Almeida (CPF 433.823.713-91); Miriam Magaraia (CPF 175.954.928-23); Raymunda da Silva Bastos (CPF 581.250.197-15); Rosana da Silva Beserril de Santana (CPF 070.807.237-28); Sandra Lourença Nogueira Lima (CPF 069.523.127-81); Solita de Souza da Silva (CPF 887.827.789-49); Sonia Regina Antunes Silveira (CPF 162.445.083-00); Tatiana Aline Cremona Almeida (CPF 092.435.487-94); Zoradia Casini da Silva (CPF 077.481.467-56).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6982/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.856/2014-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1.Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Alda Lenir Silva (CPF 002.206.627-62); Ana Maria Capristrano Midon (CPF 408.716.731-34); Ana Maria Silva Costa Cuiabano (CPF 054.852.907-87); Andreza Arruda de Souza (CPF 161.454.647-98); Dail do Amaral Ferreira (CPF 072.111.577-20); Deivison Arruda de Souza (CPF 159.763.457-35); Denize Freire de Lima (CPF 794.418.747-87); Ednilza Mendes Saraiva Romão (CPF 824.427.547-20); Euridice Martins Laureano da Silva (CPF 054.490.487-77); Francisca Elza Cavalcante Pinheiro (CPF 097.718.163-49); Ivanete Cavalcanti de Aquino (CPF 316.593.147-04); Izete de Melo Moura (CPF 073.844.897-41); Jane Vieira de Carvalho da Silva (CPF 801.122.697-53); Josefa Regina da Silva (CPF 398.653.714-72); Julunilsa Peixoto Ferreira (CPF 792.260.194-87); Kezia Maria Barreto de Aquino (CPF 273.332.304-06); Klene Barreto de Aquino (CPF 434.051.344-04); Maria Aleide de Santana Soares (CPF 098.766.377-11); Maria Alves de Lima (CPF 086.730.267-41); Maria Belaniza de Góes Barreto de Campos (CPF 348.526.547-00); Maria Christina Cerqueira Gomes (CPF 021.898.397-26); Maria Rodrigues de Pontes (CPF 439.326.067-87); Maria Steinhauser Vidal (CPF 415.847.329-20); Maria de Fatima Gomes Pacheco (CPF 166.592.282-68); Neuza Nascimento de Souza (CPF 399.203.217-53); Sonia Maria Ferreira dos Santos (CPF 027.979.867-92); Zilá Adriano (CPF 018.245.209-30).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6983/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.860/2014-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Aliceomar Maria da Rosa (CPF 037.928.959-86); Alícia Regina Navarros Dias de Souza (CPF 330.273.077-20); Ana Leal da Silva (CPF 229.023.766-34); Ana Maria Conceicao e Silva (CPF 170.661.905-72); Ana Maria Silva (CPF 036.436.587-02); Carmem Lucia da Silva Martins (CPF 030.138.977-24); Cecilia Teresinha de Abreu Graziadei (CPF 730.576.300-49); Cléa de Carvalho Barrêto (CPF 794.660.607-91); Conceição Aparecida Seara Gomes (CPF 014.396.407-00); Elenice Adélia da Silva Moreira (CPF 000.854.527-85); Enide Cavalcante Pereira (CPF 832.101.994-34); Fatima Cristina Seara da Silva (CPF 081.664.607-42); Gloria Regina Seara Nobrega da Silva (CPF 033.743.927-33); Honorata Jung de Albuquerque (CPF 345.064.209-00); Ilaine Vitoriano Rabello (CPF 661.315.027-49); Ivanilde Marina Lopes Bunn (CPF 915.457.579-68); Izabel Mariza Seara (CPF 255.046.294-70); Jaira Ferraz de Souza (CPF 095.770.497-61); Jussanã Pereira (CPF 599.861.317-15); Kely Cristina de Sá Fernandes da Silva (CPF 036.085.997-62); Ligia da Conceição dos Santos (CPF 029.175.617-42); Lillian Maria Dantas Cunha (CPF 380.274.967-72); Luzia de Abreu Seara Mariano (CPF 484.013.827-34); Maria Henriques Mendonça (CPF 045.540.967-69); Maria das Dores Seara Ramos (CPF 411.966.607-78); Paulina Araujo dos Santos Chaves (CPF 548.282.287-72); Sheila Pereira de Souza Cardoso (CPF 044.042.957-90); Simone Marta Moura de Amorim (CPF 026.200.867-01); Solange de Souza Ribeiro (CPF 041.122.047-01); Sueli Pereira de Souza Muniz (CPF 093.860.647-66).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6984/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.866/2014-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Gomes de Britto Soares (052.485.067-43); Andrea Mara do Nascimento Almeida (527.627.000-78); Angela Maria Louzada (092.563.818-85); Brenda Cristina Silva de Almeida (511.707.282-00); Dilair Oliveira Sales (499.381.937-49); Dilma Pires de Oliveira (330.446.947-87); Etelvina Moreira da Silva (245.843.108-90); Hiramita Maria P. de Carvalho (765.773.332-20); Lourdes Veras de Sousa (534.375.782-00); Maria Arnofi Alves da Silva (130.534.502-91); Maria Bernadete M. Careta (525.858.677-49); Maria Dulce Silva de Aquino (424.610.732-87); Maria Eliza Binatti (669.958.257-72); Maria Proença Figueira Gouvêa (028.775.702-15); Maria Raimunda Néo Dantas (339.043.911-00); Maria da Guia Fragoso Dantas (965.879.547-15); Maria das Graças Gomes de Britto Soares (824.217.577-20); Maria de Jesus A. Machado (131.266.137-21); Mariangela Binatti da Costa (384.162.987-34); Nadja Maria Sales Fort (007.457.767-01); Nilda Gomes de O da Silva (464.678.827-68); Nádia Fragoso da Silva (313.733.727-53); Otilia Azevedo Lima (183.259.631-15); Pedro Gomes de Britto Soares (052.485.037-28); Railda Néo de Araujo (040.701.357-15); Renata Grings Almeida (810.176.260-49); Rita de Cassia Goulart Pereira (021.778.847-56); Rita de Cassia Néo da Silva (021.658.257-17); Rosangela Binatti (601.349.257-34); Rosália Ferreira Pinto (547.509.707-00); Said da Apparecida Molinari (023.935.097-98); Tatiane Leonor G. de Oliveira (035.647.477-10); Valdenira do Socorro Ferreira Sousa (401.029.982-72); Vera Lucia Binatti B. Lopes (095.972.927-50).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6985/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.098/2014-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana de Medeiros Silva (051.707.627-63); Dalton Bruno dos Santos Martins (052.014.957-29); Elizabeth Ferreira Soares (096.246.187-39); Hilda Gurrites Martins (297.087.617-53); Lilian Simone da Costa Cabral (025.697.537-00); Monica Netto dos Reys (720.399.307-87); Perla dos Santos Martins (071.497.777-24); Silvia Almira da Costa Cabral (543.578.377-15); Solange Marques (601.266.557-15); Tatiana Gimenez Netto dos Reys (105.267.037-76); Vera Carvalho Garcia (509.185.917-91); Vera Lucia da Costa Cabral (843.634.527-49).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6986/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.101/2014-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Paulina Homrich dos Santos (533.740.700-78); Eloiza Rufo Castro (178.835.470-20); Eni Santos Lopes (974.830.010-20); Florinda Fanton de Camargo (255.672.500-10); Ilka Borges Lopes (985.272.150-04); Laureci Lozza Quinto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(093.166.550-72); Leonardo de Bastos Mazzardo (026.549.680-22); Lucas Teixeira Real (036.916.500-40); Maria Eugenia Dieter (486.337.470-49); Paulo Iranez de Souza (163.905.470-72); Seloy Perico (140.250.190-00); Tania Regina Homrich dos Santos (224.456.680-34); Tereza Mendes Cesar (884.444.810-68).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6987/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.102/2014-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adimilma Abecassis Gomes (087.856.196-04); Aldiléa Abecassis Assunção (140.461.726-49); Carla Cristina Tavares da Silva (044.091.817-00); Eliana Freitas (541.767.196-72); Joana Aparecida Barbosa (465.244.796-53); Lidice de Fatima Barbosa Jacques (383.394.476-53); Maria Elizabeth Mota (902.435.606-72); Maria das Graças dos Santos Silva (010.989.216-07); Maria de Fatima Freitas de Castro Oliveira (001.353.957-47); Teresinha de Fatima Santos Souza (540.411.046-53).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6988/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.107/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Maria de Nazare da Cunha Nadalon (100.590.752-87).

1.2. Órgão/Entidade: Oitava Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6989/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.109/2014-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Maria Julia Flores de Flores (145.278.551-15).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6990/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.113/2014-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Catia Mara Oliveira da Silva (CPF 009.161.977-78); Etiene Ribeiro de Oliveira (CPF 080.492.217-92); Iracy Lima do Rego Barros (CPF 057.504.434-93); Ivonildes Sampaio dos Santos da Hora (CPF 467.039.345-68); Jacira Xavier de Araujo (CPF 211.835.892-04); Jaciára Xavier de Sousa (CPF 223.652.902-30); Luciene dos Santos Bastos (CPF 056.497.877-94); Maria Angelica Ribeiro (CPF 663.706.047-04); Marly Valido Barreto (CPF 155.511.485-72); Nilza Andrade da Silva (CPF 474.513.604-82); Rejane Rafael da Silva (CPF 033.303.517-80); Rosangela da Silva Freire da Hora (CPF 701.539.067-15); Therezinha Alves Rangel (CPF 764.504.657-00).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6991/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.118/2014-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Alvira Fonseca dos Santos (CPF 698.475.097-00); Andreza Pereira do Nascimento (CPF 108.123.407-52); Aureni Pereira do Nascimento (CPF 000.000.001-91); Elisabete de Oliveira Silverio (CPF 545.128.597-72); Evanira Aparecida dos Santos Carvalho (CPF 647.245.497-34); Gabrielle Alves Silverio (CPF 171.403.357-02); Kizi Ferreira de Souza (CPF 018.214.190-06); Luzia da Silva de Jesus (CPF 068.460.787-54); Maria de Lourdes Melo do Nascimento (CPF 683.427.807-91); Nalva Melo do Nascimento (CPF 016.305.627-77); Natalia Telles Siqueira Farias (CPF 080.057.587-31); Núbia Melo do Nascimento (CPF 011.848.927-50); Renato Amazonas de Souza (CPF 080.771.067-90); Shirlei Narciso Rêgo Gualberto (CPF 867.645.197-49); Silvana da Costa Levita Siqueira Farias (CPF 491.811.307-91); Tatiana Moreira Moraes (CPF 020.880.627-00); Thais Azevedo Gualberto (CPF 339.542.917-20); Viviane Amazonas de Souza (CPF 086.418.127-25); Wallace Gabriel Alves Silverio (CPF 171.403.607-31); Wallyson da Silva Silverio (CPF 171.422.677-80).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6992/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, I, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.120/2014-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.1. Interessados: Ednelza Oliveira (CPF 410.815.447-91); Eloise dos Santos Soares da Silva (CPF 297.178.948-92); Francisca Pena Gomes (CPF 213.802.408-32); Hiloir Gomes Coelho (CPF 814.802.100-72); Valquíria Rosa (CPF 091.632.698-56); Wanderley Calixto Ferreira da Silva (CPF 118.475.614-70).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6993/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.121/2014-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cristina Valéria da Silva dos Santos (999.933.417-20); Katia Palmieri G. Fontes (018.563.587-39); Maria Cristina Alves Feitoza (104.210.058-66).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6994/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.237/2014-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Jurema Gimenez Netto dos Reys (676.152.877-15); Maria Theresinha Rodrigues de Amorim (190.750.907-06).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6995/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.241/2014-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Iracema Mori Buenano (588.972.082-15); Natalina Agostinho Urbani (263.652.538-69).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6996/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.925/2014-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adolfo Walter Steinmetz (058.584.459-34); Jorge Leite Moreira (000.200.792-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6997/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.929/2014-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Nilson Francisco Pereira (019.796.204-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 6998/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.226/2014-3 (REFORMA)
1.1. Interessado: Edil Assis dos Santos (073.223.567-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6999/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.939/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adelir Capistrano Ferreira (628.140.799-72); Adevair Antonio da Silva (290.065.621-49); Aloizio Carlos de Oliveira (898.228.897-04); Altair Jose de Almeida (023.189.027-39); Altair Vicentini (363.561.660-53); Andre Branco da Silva (011.945.177-81).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7000/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.538/2014-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Josué Luiz da Silva (074.891.371-87); Josué Luiz da Silva (074.891.371-87); João Neto Gonçalves Dias (028.043.521-53); João Neto Gonçalves Dias (028.043.521-53); Nelson Santos (010.176.919-91); Nelson Santos (010.176.919-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7001/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.551/2014-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Nilson Aquino de Brito (247.065.237-53); Nilson Aquino de Brito (247.065.237-53); Roberto Almeida Rocha (022.968.293-68); Roberto Almeida Rocha (022.968.293-68); Valmir Zaupa Goularte (054.329.010-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7002/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.553/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Wenceslau Virgílio Cardoso Leães (039.684.130-91); Wenceslau Virgílio Cardoso Leães (039.684.130-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7003/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.778/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: José Domingos Filho (010.413.201-91); José Domingos Filho (010.413.201-91); Manoel Milton França (057.991.557-34); Manoel Milton França (057.991.557-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7004/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.253/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Silvio de Souza (143.309.621-87); Antonio Silvio de Souza (143.309.621-87); José Antonio Martins de Oliveira (002.831.694-00); José Antonio Martins de Oliveira (002.831.694-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7005/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.576/2014-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Mauro de Oliveira Miranda (384.486.027-49); Mauro de Oliveira Miranda (384.486.027-49); Pedro Paulo Molinaro Zacharias (233.375.407-91); Pedro Paulo Molinaro Zacharias (233.375.407-91); Pedro Teixeira de Lima (057.734.667-91); Pedro Teixeira de Lima (057.734.667-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7006/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em excluir, por duplicidade, o ato inicial de reforma em favor do Sr. Sued José Peixoto, e em considerar legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.121/2014-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Phelipe Mattos Costa (105.602.477-10); Rafael Bento Claro da Silva (099.218.647-18); Rene Pereira de Almeida (149.136.038-09); Sued José Peixoto (080.154.220-00); Sued José Peixoto (080.154.220-00); Sued José Peixoto (080.154.220-00); Suetônio Abnar Vasconcelos (168.856.518-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. à Sefip que realize o lançamento no sistema Radar desta deliberação, nos termos do Acórdão n. 2.100/2010 - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 7007/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.759/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Gomes Reis (125.151.911-34); Carlos Rodrigues de Lima (020.705.100-34); Casemiro Scepaniuk (024.021.497-87); Fellipe Karan Souza Querne (085.238.676-19); Genesio Ferreira (085.783.627-72); Gilberto de Souza Santos (042.768.677-62); Handerson Martins Costa (052.427.717-63); Jorge Luis de Sousa Fagundes (157.235.500-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7008/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.760/2014-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jorge Tadeo Heleno (527.643.978-87); Josias Trindade (266.308.851-04); José Rodrigues da Costa Neto (069.105.614-57); Juarez Jose de Carvalho (058.017.446-81); Libanio Amaral (020.678.030-34); Luiz Antonio de Carvalho (057.125.564-72); Mauro Ribeiro Barbosa (009.098.661-04); Neilton Dantas de Oliveira (086.107.462-91); Raimundo Maciel Filho (001.062.082-68); Reginaldo Castro Bisi (109.079.087-21).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7009/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação da concessão de reforma em favor do Sr. Valthervan Araújo Oliveira, por inépcia do ato, considerando que os fundamentos legais informados do ato não dão suporte ao pagamento de proventos na graduação de subtenente, mas de 2º sargento, e legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os parecer do MP/TCU:

1. Processo TC-013.761/2014-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ronivan Neves do Nascimento (599.443.402-78); Sued Jonson Veiga Neves (516.545.986-15); Val-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

thervan Araujo Oliveira (016.148.785-87); Vilson Martins (081.572.607-44).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. à Sefip que que corrija, no sistema Sisac, no campo "Dados dos Proventos", o "Posto/Graduação base para cálculo" de segundo sargento para terceiro sargento, no ato do cabo engajado Ronivan Neves do Nascimento (peça 2), observando que o valor consignado no ato está correto;

1.7.2. à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, encaminhe, por intermédio do sistema Sisac, nos termos da IN/TCU n. 55/2007, novo ato de concessão de reforma em favor do Sr. Valthervan Araújo Oliveira, escoimado da irregularidade apontada pelo MPTCU, para apreciação por este Tribunal, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º do normativo mencionado, de maneira a fazer constar todas as informações necessárias ao correto exame do ato.

ACÓRDÃO Nº 7010/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.798/2014-6 (REFORMA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Paulo Walker de Medeiros (CPF 889.987.387-91).

1.3. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7011/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.799/2014-2 (REFORMA)

1.1. Interessados: Adelino Palma Nunes (031.918.000-00); Adenir Pereira de Freitas (657.310.696-20); Adão Iris da Silva (430.308.071-34); Agostinho Ferreira da Silva (523.658.404-34); Alandi Geraldo da Silva (789.567.496-04); Alex Adao da Silva Xavier (008.512.787-60); Amauri Lima (069.066.807-49); Anderson Rogério Borges dos Santos (512.636.020-53); Antonio Marcos Paula de Souza (013.231.257-36); Armando Dias Figueiredo (098.659.187-49); Carlos Alberto Ferreira da Silva (400.933.521-15); Carlos Celestino Teixeira (061.598.467-36); Celso de Carvalho Filho (419.685.300-53); Charles Ramos (563.907.424-87); Claudio Gomes da Costa (003.529.487-60).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7012/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.804/2014-6 (REFORMA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Adriano dos Santos Cunha (CPF 855.952.684-68); Alcino Marcos da Conceicao Batista (CPF 985.723.347-34); Ana Regina Cyrillo Gomes Vianna (CPF 918.967.207-06); Anderson Cleiton Rodrigues de Siqueira (CPF 018.594.377-29); Antonio de Oliveira Neto (CPF 464.146.304-20); Artur Jorge Climaco Machado (CPF 054.482.417-27); Carlos Alberto de Souza Silva (CPF 482.195.173-87); Carlos Alberto dos Santos Ramos (CPF 270.250.392-68); Claude da Silva Chaves (CPF 036.629.477-65); Damiao de Azevedo (CPF 683.346.137-68); Eduardo Ribeiro Falcão (CPF 388.783.647-20); Elvio Tito de Araujo (CPF 174.159.262-34); Enio Barbosa Siqueira e Silva (CPF 482.244.054-00); Erlon Cazumba Cardoso (CPF 668.426.705-00); Gehova Fernandes de Oliveira (CPF 091.666.614-04); Ivan Gomes de Araujo (CPF 789.275.287-00); Jorge Luiz de Almeida da Silva (CPF 983.902.017-04); Jorge Pinheiro Landim Filho (CPF 235.756.703-15); Jurandir Mascarenhas Gomes (CPF 021.788.775-91).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7013/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.806/2014-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alexander Marcos Pinto da Silva (868.807.057-15); Diego Gomes da Silva Sousa (054.360.264-86); Geovane Ignacio de Souza (011.927.157-56); Jairo de Freitas Gomes (060.262.248-40); José Henrique Gomes Pinho (014.533.157-13); Julio Cesar Dutra (245.445.319-34); Luiz Francisco Arruda (788.997.028-53); Manoel Cardoso de Araújo Filho (990.237.417-49); Marcia Aparecida Alves Flores Rojas (639.915.436-72); Marcia Cabral dos Santos (932.615.437-87); Marcos Rodrigues de Barcelos (101.718.517-49); Meire Aparecida Maglahães Beniincasa (087.078.618-00); Milton Azevedo (019.862.604-53); Racinei Najar Sarmento Dias (229.477.102-82); Ramon José Nobrega Vianna (836.437.457-53); Rogeria Gaglianone Calixto da Silva (598.120.527-04); Ubirajara Fernandes da Silva (023.121.747-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7014/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em excluir, por duplicidade, os atos de reforma inicial de interesse dos Srs. Olício Luiz Gonzaga e Osmar Elias, e considerar legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.452/2014-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Flávio Gomes da Câmara (044.131.137-72); Luis Ari Roliano Vieira (418.051.350-15); Luiz Claudio Gomes Giampaoli (020.805.217-80); Neildo Gonçalves Machado (058.992.737-04); Nelson Corrêa Piassá (202.224.167-34); Nelson Corrêa Piassá (202.224.167-34); Nelson Coutinho do Nascimento (026.201.207-30); Nelson Garragorri Graces Lopes (067.053.670-91); Odilon Campos Correa (162.860.570-72); Olício Luiz Gonzaga (010.437.906-59); Olício Luiz Gonzaga (010.437.906-59); Osmar Elias (019.239.431-20); Osmar Elias (019.239.431-20); Paulo Carreiro Rodgers (172.119.647-15); Pedro Machado (182.514.040-53); Pedro Machado (182.514.040-53); Pedro de Vasconcelos Rebelo (013.049.414-34); Pedro de Vasconcelos Rebelo (013.049.414-34); Ricardo Sabidussi (008.010.460-68); Ronaldo Luiz Tenorio de Oliveira (053.778.544-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que realize o lançamento, no sistema Radar, desta deliberação, nos termos do Acórdão n. 2.100/2010 - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 7015/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.456/2014-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Daniel Honório Lopes Bastos (284.880.593-53); Emerson de Oliveira Dias (017.900.697-50); Jose Carlos Freitas da Silva (193.296.282-49); Jose Carlos Freitas da Silva (193.296.282-49); Raimundo Jairo Feitosa Rodrigues (085.244.161-49); Raimundo Jairo Feitosa Rodrigues (085.244.161-49).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7016/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.646/2014-6 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Vieira da Silva (005.143.653-15); Luiz Casagrande (052.385.607-53); Marco Aurélio de Castro Monteiro (002.121.215-53); Milton Sebastião Rezende (031.644.117-15).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7017/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.667/2014-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Fernando Bastos Costa (062.266.807-25); Joaquim Crispim Filgueiras (045.987.255-91); José Viana da Silva (006.894.244-34); Nelson Carquejo (024.881.837-68).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7018/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma em favor dos Srs. José Augusto Vaz Sampaio Neto e Jose Mendonça da Silva, tendo em vista o falecimento dos interessados, e legais, para fins de registro, os demais atos a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.731/2014-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Jorge da Matta Freire (425.733.197-68); Jorge de Almeida (059.928.937-68); Jose Maria Nogueira Ramos (183.215.347-91); Jose Maria Nogueira Ramos (183.215.347-91); Jose Mendonça da Silva (240.540.467-20); José Augusto Vaz Sampaio Neto (000.692.805-68); José Pinto (080.181.207-06); Luis Carlos Guedes (009.642.556-34); Mario de Sousa Filho (129.433.717-34); Milton Luciano Cavalcante Gomes (001.076.543-34); Milton Luciano Cavalcante Gomes (001.076.543-34).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7019/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.816/2014-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Decio Paulo Iracett Silveira (131.216.260-00); Luiz Piovesan Mello (145.814.770-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7020/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.829/2014-7 (REFORMA)
1.1. Interessado: Adalberto Cardoso (232.228.407-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7021/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.647/2014-3 (REFORMA)
1.1. Interessado: Andre de Sousa Alves (110.074.767-29).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7022/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de reforma a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.220/2014-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Celso de Almeida Guimarães (082.267.767-91); Darci Seaone (135.695.387-53); Derval Pereira de Castro (027.812.126-87); Diogo Ferreira Lima (003.319.883-72); Florindo Pilla (031.303.040-53); Francisco Assis de Lima (013.425.253-53); Geraldo Mendes de Oliveira (003.307.879-34); Getulio dos Santos (077.624.887-15); Getulio dos Santos (077.624.887-15); João Borges de Magalhães (026.359.767-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7023/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.631/2014-7 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V
1.2. Interessados: Tasman Jose Bezerra de Medeiros (CPF 357.958.084-15); Valdecir Ribeiro de Macedo (CPF 036.022.047-90); Valter Querino Guimarães Filho (CPF 380.745.915-49); Varlei Barbosa da Silva (CPF 023.089.377-50); Vilson Machado da Costa (CPF 074.274.091-91); Wellington Sergio Videira (CPF 082.377.487-27).
1.3. Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7024/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.633/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aguinaldo Francisco da Silva (021.425.204-30); Aguinor Carlos de Oliveira Filho (826.860.097-72); Agustinho Lopes (105.672.831-00); Ailton Correia Guerra (018.708.234-00); Ailton de Souza (776.360.238-49); Airton Rodrigues de Oliveira (140.958.151-91); Alan Alves Silva (961.594.562-53); Alan Sant'anna da Costa (096.699.727-10); Albertino de Lima (402.597.308-15); Alberto José Figueiredo Braga (128.149.381-34); Alberto Keller (013.943.636-72); Alberto Keller (013.943.636-72); Alberto Souza Gonçalves (233.684.627-68); Alberto dos Santos Firmino (490.179.937-15); Alcides Ocanã Bandeira (188.762.000-10); Alcindo Edvin Poeppl (110.324.139-72); Aldo Valério Pereira de Melo (584.382.542-68); Alex Junior Maule (038.558.591-83); Alexander Almeida dos Santos (568.951.605-82); Alexandre de Oliveira Geromini (881.945.232-49).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7025/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.635/2014-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alfredo Gomes Estanqueira Neto (318.595.507-20); Alfredo da Silva Coelho (224.520.797-15); Almir de França Rodrigues (368.742.307-78); Almiro Alves (060.551.177-20); Almiro Coronel (233.413.867-34); Alois Anildo Maros (125.706.309-00); Aloisio Rodrigues dos Santos (032.174.777-15); Alonso Anizio Antão de Carvalho (059.566.840-20); Altair Araujo Schiafino (178.982.690-04); Aluisio Carlos da Silva (233.672.707-25); Aluisio da Costa Lyra (008.629.244-72); Alvaro Luiz Salgado Pinto (014.510.902-00); Amando Salgado Gomes (027.628.977-34); Amir Nobre Pereira (045.305.860-49); Anauderino Pereira Munhoz (057.233.882-15); Anderson Ferreira Antunes (850.653.402-00); Anderson Leandro de Almeida (065.184.002-34); André Avelino de Souza (138.749.344-20); Angelo Mencia (079.597.961-49); Antônio Afranio do Nascimento Santos (356.580.297-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7026/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.636/2014-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Amaro de Lima (016.267.524-00); Antonio Carlos Aringhieri (201.667.700-78); Antonio Carlos Costa Vaz (391.078.847-53); Antonio Carlos Dias da Silva (105.595.587-91); Antonio Carlos Guelfi (101.051.749-04); Antonio Carlos Miranda Pires (230.860.767-04); Antonio Carlos da Silva Farias (165.166.990-20); Antonio Carlos de Almeida (303.832.507-49); Antonio Celso Ribeiro (435.895.888-53); Antonio Cezar Santos Oliveira (091.981.215-53); Antonio Correa Neves (062.515.287-53); Antonio Correa Neves (062.515.287-53); Antonio Ferreira Leal (112.656.122-34); Antonio Ferreira de Souza (021.899.172-04); Antonio Félix Correia Sobrinho (127.278.224-72); Antonio Honorio de Souza (224.497.527-49); Antonio José da Silva (073.086.632-72); Antonio José dos Reis (065.012.906-78); Antonio José dos Reis (065.012.906-78); Antonio dos Reis Luz (111.080.292-72); Antônio da Mota Marinho (211.765.237-91).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7027/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.642/2014-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Dario Mendes Moreira (439.956.247-15); David Gomes dos Santos (374.961.150-53); David Pacheco de Oliveira (252.808.307-63); Deleon Lopes (105.637.411-04); Demerval Germano de Oliveira (070.477.384-87); Denilson Dias Ramos (087.838.906-70); Denizio Souza (067.449.237-49); Denizio Souza (067.449.237-49); Deusimar Veloso da Costa (127.933.103-87); Dimar Carvalho de Aragão (013.662.702-15); Dimas Oliveira dos Santos (214.940.967-49); Dinis Ibernon de Moura (052.299.282-04); Diogo Pinto da Silva (045.901.712-87); Diomar Dorneles de Melo (231.191.600-91); Diomedes Gomes de Matos (011.787.094-34); Dirceu Moreira do Vale (002.106.923-91); Divino Carrijo de Anicesio (104.695.671-04); Djair Bomgosto (347.871.437-00); Domingos João da Silva (562.511.907-44); Dário Dias Teixeira (224.459.007-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7028/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.643/2014-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Dorcilio Pereira (003.757.051-04); Dorgival Cândido Ferreira (085.596.604-10); Dorgival das Neves Franco (224.508.827-15); Dorival Melchior (699.956.218-00); Dorival Vaz Prestes (219.482.320-49); Dráusio Antonio da Encarnação (522.950.528-15); Edelvar Fernandes da Cunha (176.349.030-00); Edenilson Bernardo de Arruda (525.599.201-15); Edgar Carneiro Gomes (061.136.053-53); Edgar da Silva Santos (167.099.420-15); Edilson Barbalho Campos (085.989.244-15); Edilson de Castro Barbosa (082.882.592-00); Edilson dos Santos (048.433.469-77); Edison Barroso de Vasconcellos (063.608.151-68); Edivaldo Dutra de Souza (063.430.741-04); Edivander Assis Lima (762.140.526-00); Edmar Xavier de Dreitas (131.253.627-68); Edmilson José Amarante Botelho (289.831.147-20); Edmir Pinto da Silveira (047.700.217-04); Edmundo Joreni das Chagas (014.668.280-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7029/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.645/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Edwy dos Santos Pessoa Barros (020.524.907-87); Egand Schneider (010.119.364-53); Egdoberto Romualdo da Silva (004.983.869-53); Elemar Feil Murussi (157.524.020-34); Elias Aiub Lazaro (000.051.770-49); Elias Antonio Alvarenga dos Santos (142.315.571-87); Elias Torres Barbosa (104.956.141-49); Elias da Silva Coutinho (464.060.777-68); Eliazar Diniz de Carvalho (233.670.087-53); Elienai Gabriel da Silva (094.202.806-67); Elio Roberto da Silva (543.194.397-91); Elisio Alves Moreira (046.450.657-34); Eliton Pereira Miranda (006.656.904-44); Eliziario Gaspar (064.875.217-87); Ellis Ourique de Aguiar (032.539.457-15); Elsio Jurkiewicz (036.495.529-57); Elísio Alves Moreira (046.450.657-34); Elói Antonio Dalprá (321.745.357-34); Emanuel Heriberto Ferreira de Oliveira (094.601.954-15); Emerson Celso Nascimento Barroso (166.418.099-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7030/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.648/2014-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco Luiz Dutra (023.099.127-00); Francisco Paulo Bezerra (017.413.309-04); Francisco Pereira de Souza Filho (130.991.837-68); Francisco Renato Codevila Pinheiro (233.365.877-00); Francisco Rodrigues de Souza (067.526.673-49); Francisco Sigisnando Mascarenhas Loiola (035.999.223-49); Francisco Tomaz do Nascimento (275.976.957-72); Franklin Luís Vianna Mayrink (247.979.607-87); Franklin Walker Meira dos Santos (290.425.187-15); Gabriel Arcanjo Alves (182.150.760-68); Gabriel Vicente dos Santos (022.315.303-68); Gelson Marques Dutra (064.002.720-20); Genildo Jardim Rodrigues (143.568.480-04); George Gomes Veles (122.497.184-15); Geraldo Barbosa de Lima (053.827.008-00); Geraldo Barbosa de Lima (053.827.008-00); Geraldo Jorge (005.446.044-15); Geronimo Correia de Melo (025.668.429-49); Gervasio Rodrigues (105.557.491-34); Getulio de Souza (059.928.347-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7031/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.653/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Joao Nepomuceno da Silva (066.061.997-00); Joao Nepomuceno da Silva (066.061.997-00); Joaquim João de Carvalho (131.199.232-49); Joel Belon Rodrigues (287.086.107-97); Joel Samuel de Brito (068.237.347-87); Joel Santos de Jesus (224.225.107-44); Joi Davi Martinez (219.884.630-68); Jolson da Mota e Silva (177.278.043-04); Jonathan Alves Maciel (792.395.872-68); Jordan Silveira Brandão (022.446.673-91); Jorge Adalberto Masera da Silva (275.370.560-72); Jorge Carlos Weber (244.476.847-72); João Neves dos Santos (055.322.300-30); João Pessoa Riograndense Moreira (007.842.730-49); João Ribeiro dos Santos (032.192.757-53); João Roberto Bastos Hammes (365.428.307-15); João Sebastião Domingues (060.876.808-10); João Teles (140.073.201-87); João Tito Santrovitsch (033.923.920-49); João Viana e Silva (010.573.674-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7032/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.655/2014-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jose Araujo Barreto (051.346.841-20); José Antonio Medeiros Soares (255.282.540-00); José Antônio Paganella Beckestein (178.428.677-04); José Antônio de Moura (365.860.801-34); José Arimatéa de Lima (338.116.607-72); José Barbosa dos Anjos (019.991.764-72); José Belizário Sobrinho (112.994.795-53); José Benedito Viana (199.017.046-34); José Brasileiro de Souza (065.573.843-68); José Campos Filho (149.415.978-34); José Campos Filho (149.415.978-34); José Carlos Correa Gomes (492.647.707-63); José Carlos Cortes Barroso (352.245.097-34); José Carlos Fernandes Marques (332.056.477-34); José Carlos Santos Costa (209.200.400-04); José Carlos Tarifa (024.532.661-87); José Carlos da Costa Albuquerque (002.198.195-72); José Carlos da Silva (080.679.451-87); José Carlos da Silva (448.638.107-68); José Chuquer Rodrigues (023.070.067-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7033/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.664/2014-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Mauricio Barrios (104.267.441-87); Mauricio de Mello (459.567.157-15); Maurilio Batista de Almeida (131.376.974-68); Mauro Alberto Bucoski (340.702.570-04); Mauro Albuquerque (338.859.587-91); Mauro Benedito de Moura (361.164.838-87); Maurício Luiz Silva (185.103.456-00); Melvino Rodrigues Moreira Sobrinho (696.403.278-91); Miguel Angelo Teixeira Pedroso (233.409.087-53); Miguel Ângelo Rossi (274.111.417-04); Milton Antonio da Silva (259.014.517-91); Milton Braz Pagani (125.973.847-72); Milton Luiz de Paula (548.998.008-78); Milton Roberto de Souza (099.476.121-04); Moacir Bastianello Pereira (188.004.240-15); Moacir Guimarães Batista (100.132.295-91); Moacir Jose Gomes da Silva (014.306.964-00); Moacyr Rey (005.263.551-15); Morilo Lopes da Silva (014.116.916-87); Morilo Lopes da Silva (014.116.916-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7034/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.667/2014-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Otoniel Leite do Alto (073.354.434-74); Patricio Areco (105.637.331-87); Paulino Machado Bandeira (182.413.280-87); Paulo Alberto Amendola Fonseca (181.526.867-00); Paulo Antonio da Silva Ribeiro (078.563.007-44); Paulo Cesar Amaral da Costa (182.243.340-15); Paulo Cesar Gonzaga Marques (224.518.707-53); Paulo Cesar da Silva (541.593.347-68); Paulo Cesar de Castro (038.620.898-00); Paulo César Miranda de Azevedo (092.846.800-34); Paulo Felisberto da Virgem (739.444.597-68); Paulo Jorge Reis (117.758.826-91); Paulo Jorge Rodrigues Tondela (433.680.427-34); Paulo Lourenço Lira Bernardes (072.528.542-72); Paulo Lumertz Carlos (216.145.980-53); Paulo Pereira da Silva (608.604.647-68); Paulo Roberto Barcellos (207.114.250-00); Paulo Roberto Bueno Costa (119.109.680-72); Paulo Roberto Colombo (773.231.068-34); Paulo Roberto da Costa Neves (178.319.707-20).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7035/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.674/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Valder Freire Mesquita (568.680.817-15); Valderi Antonio Foletto (305.883.750-04); Valdir Cristovão de Oliveira (289.641.609-91); Valdir Freire de Brito (372.868.621-20); Valdir Leiria Sales (020.699.890-20); Valdir Leiria Sales (020.699.890-20); Valdivino Borges da Silva (624.454.131-68); Valmeron Martins (288.311.280-00); Valmir Correa Dias (140.163.891-00); Valmir Dias (282.545.039-15); Valmor Meneguzzo (143.184.400-44); Valter Alves (233.675.207-72); Valter Antonio Beskow (067.825.580-68); Vanderlei Bilhalva Duarte (051.690.117-68); Vanderson Gomes Calazans (102.131.447-19); Vianei Cassenote Dias (271.316.700-06); Vicemar Sidnei Cirino (581.332.168-34); Vicente Caorsi Flores (014.735.220-72); Vicente Caorsi Flores (014.735.220-72); Vicente de Paula Saldanha (018.050.370-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7036/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.677/2014-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alberto Carrozzo (024.730.702-53); Ivan David da Cunha (004.628.618-72); Luis Dias Mota (749.208.128-68); Mário de Oliveira Seixas (031.664.907-44); Sebastião Ferreira Moreira (367.338.737-53); Vicente Rodrigues de Souza (502.649.238-04).
1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7037/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.680/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aylton Caldas (006.158.031-72); Horacio Tertuliano dos Santos (007.449.212-87); Manoel Miguel Rodrigues (060.774.800-10).
1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7038/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.705/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Elio Silva (297.100.657-34); Elpídio Corrêa Vinhote (067.074.837-49); Elso Guimarães Lopes (031.725.462-68); Elson Antonio Cesar Falcão (038.587.664-53); Enio Saraiva Pena (011.634.420-20); Enoque Rodrigues dos Santos (140.496.436-34); Epaminondas Guimarães Cardoso (089.116.575-49); Erasmo Cicero de Lacerda (191.185.117-91); Erb Pinto de Souza (025.178.337-53); Eufrásio Alves de Lima (740.862.868-15); Eurides Altoir Schunck (005.697.630-53); Fernando Fonseca Huergo (054.580.217-20); Fernando Oliveira de Farias (245.061.507-59); Flávio Jacintho Machado (638.450.088-49); Francisco André Teixeira (006.282.125-34); Francisco Canindé Pereira de Macedo (012.423.184-53); Francisco Florkoski (236.918.168-00); Francisco José Brito de Andrade (370.708.437-04); Francisco de Assis Sobrinho (740.862.438-49); Ênio da Costa Ramos (001.547.507-78).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7039/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.711/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Manoel Cabral Correa (003.433.312-68); Manoel Frncisco Ramos Lisboa (002.402.902-59); Manoel da Anunciação Ferreira Ramos (409.369.028-68); Marcelo Marques (021.557.367-62); Marco Aurélio de Benevides (047.702.008-97); Marcos José Borges (354.619.187-00); Marcos Vinícius Sfoggia (041.066.878-87); Mauricio dos Santos (018.771.947-00); Maximiliano Leite de Azevedo (000.040.302-49); Maximiliano Leite de Azevedo (000.040.302-49); Miguel José Neves dos Santos (003.837.161-87); Narinho Ortiga (502.779.608-00); Nelson de Araujo (321.097.099-87); Newton Cardoso dos Santos (018.836.154-53); Nilton Oliveira da Silva (030.398.897-53); Nivaldo Neves Ribeiro (157.250.498-68); Norberto Lauria Tejedor (740.695.438-72); Norberto Manes Leitão (277.451.987-04); Obed Zelinschi de Arruda (902.058.208-91); Orlando dos Santos (240.368.547-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7040/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.729/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Irio Pscheidt (118.901.690-72); Armando Pereira Sarmento (032.934.247-91); Fernando Carvalho Cabral (003.487.084-91); Kunioki Shibao (435.157.038-53); Paulo Simões de Souza (055.309.704-00); Valtenis Luiz Gomes (007.586.550-53).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7041/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.733/2014-8 (REFORMA)
1.1. Interessados: Helio Francisco de Queiroz Fernandes (009.993.181-87); Reynaldo Guntharo Dambit (084.492.608-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7042/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.737/2014-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Gomes Collyer Filho (069.156.474-49); José Carlos Batista (787.509.628-68); Titus Roos (157.219.810-91); Welington de Souza Cardozo (548.155.178-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7043/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.216/2014-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Cleiton Fernandes dos Santos (359.144.322-00); Luiz Henrique da Silva (641.205.036-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7044/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.065/2014-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ilton Aparecido Teixeira (384.593.258-90); Inácio Eduardo Ribeiro Pereira (522.769.962-34); Jorge Luiz Severo Neto (270.881.890-20); Jorge Luiz Severo Neto (270.881.890-20); José Caetano da Cruz (143.286.158-15); José Iomar Gomes de Oliveira (126.318.508-82); José Iomar Gomes de Oliveira (126.318.508-82); João Felismino de Jesus Filho (022.494.991-87); João de Deus Corrêa (462.626.287-20); João de Oliveira Régis (006.140.925-15); João dos Santos Tavares (010.374.474-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7045/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.066/2014-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luiz Claudio Pereira da Costa (871.051.107-59); Marcos Fábio Oliveira de Souza (616.391.503-82); Marne de Oliveira Alves (201.023.218-68); Nei Paulo Vieira (142.190.850-68); Nilton da Motta Moraes (028.493.050-49); Odair José Santos Pires (578.461.891-15); Pedro Antonio Karas (109.406.859-49); Pedro Prudente dos Santos (135.259.647-49); Rafael Portes de Souza Franca (119.525.217-00); Ramiro Miller Penedo Barbosa (141.026.457-21).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7046/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.070/2014-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alderi Severino da Silva (205.769.514-04); Antônio José de Azevedo (315.557.307-44); Clair Getelina (214.660.410-72); Claudionor de Castro Oliveira (176.897.836-00); Ezequiel Brilhante de Oliveira (224.150.687-72); Francisco Aragão Sobrinho (105.327.813-68); Francisco Carlos Lemos Ferreira (109.731.093-00); Francisco Passos Dias (412.434.557-72); Fábio Lopes de Araújo (636.920.317-34); Gilson Bezerra Alves (318.598.447-15).
1.2. Órgão/Entidade: Décima Região Militar - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7047/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.074/2014-5 (REFORMA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aquino Tomas da Costa Filho (CPF 178.620.861-04); Arialdo Ausgustinczyk (CPF 342.548.039-15); Ayron Guipson Ferreira de Souza (CPF 106.535.114-34); Camilo Costa Rodrigues (CPF 556.180.067-15); Carlos Alberto Franco (CPF 586.906.707-34); Carlos Augusto de Sousa Silva (CPF 466.998.137-49); Carlos Bernardo Nunes Moraes (CPF 173.545.601-20); Carlos Caldas Costa (CPF 408.810.247-91); Carlos David Pereira Mello (CPF 537.213.907-25); Carlos Henrique Leocadio (CPF 412.517.687-68).
1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7048/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-027.077/2014-4 (REFORMA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Elcio Jesuino de Souza e Silva (CPF 504.435.347-72); Elias Lima da Silva (CPF 178.431.384-04); Eliezer Alves dos Santos (CPF 407.929.357-72); Eliezer Ferreira da Costa (CPF 508.988.337-87); Elton de Oliveira Sousa (CPF 790.271.642-15); Emanoel Gonçalves de Souza (CPF 269.309.947-15); Emilio Antonio Guariento (CPF 339.162.687-91); Enio Ochs (CPF 604.665.707-59); Enoque Alcantara Lira (CPF 466.067.427-49); Everaldo Carmo de Almeida (CPF 765.606.357-91).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7049/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de reforma dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.085/2014-7 (REFORMA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Mauricio Tavares da Cruz (CPF 536.688.557-49); Mauricio dos Santos (CPF 434.611.407-59); Mauro Procópio (CPF 483.427.777-15); Moacir Ribeiro Chang (CPF 060.642.807-00); Mário Lúcio da Silva (CPF 550.698.007-87); Neide dos Santos Gertrudes (CPF 513.775.007-72); Nelson Germano (CPF 542.368.437-49); Nelson Nogueira (CPF 431.223.297-00); Newton Jorge Oliveira Tavares (CPF 504.534.837-04); Nhôjoffre Magno Vieira Machado (CPF 783.313.907-68).

1.3. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7050/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU n. 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de reforma a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.101/2013-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Radamés Geraque Murta (030.670.097-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7051/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - SAIC/MMA, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.741/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Aldenir Chaves Paraguassu (022.878.542-15); Antoniela de Vicente Borges (607.030.401-20); Mariana Meirelles Nemrod Guimarães (356.866.005-97); Samyra Brollo de Serpa Crespo (031.149.188-08).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC/MMA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7052/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.121/2013-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Aldemurpe Oliveira de Barros (049.826.652-49); Aldimar José Diger Paes (015.249.412-04); Américo Augusto Souto Rodrigues Esteves (815.400.007-53); Antonio Carlos da Silva (002.008.322-04); Athaydes Mariano Felix (021.855.208-49); Dermilson Carvalho das Chagas (344.767.412-15); Francisco Edson Ferreira Rebouças (200.640.552-72); João Martins Dias (012.062.142-87); Sécrates Bomfim Neto (510.001.642-68); Vicente de Lima Filizzola (053.141.432-91); Wilson Luis Buzato Périco (057.588.428-26).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Amazonas - Senai/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Amazonas que:

1.7.1.1. nos futuros contratos celebrados pelo Senai/AM, cujo objeto seja a locação direta de imóveis, observe os aspectos necessários, como: a avaliação real e fidedigna do preço de mercado, com ampla pesquisa de preços, juntando os documentos pertinentes ao processo, e identifique claramente as características do imóvel locado, nos termos do art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC do Senai;

1.7.1.2. respeite o limite de 60 (sessenta) meses no que se refere à duração dos contratos celebrados para a prestação de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o art. 26, parágrafo único, do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC do Senai;

1.7.1.3 aprimore as rotinas de controle sobre a execução de serviços contratados, a fim de evitar pagamento por reconhecimento de dívida após o término do contrato, a exemplo do que ocorreu no caso da contratação com a Diocese de Parintins, cuja vigência contratual encerrou em 31/7/2012 e o termo aditivo só foi firmado em 1º/12/2012, quatro meses, portanto, após o término da avença, em desacordo ao art. 25 do Regulamento de Licitações e Contratos/RLC do Senai.

ACÓRDÃO Nº 7053/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas do responsável abaixo indicado regulares e dar-lhe quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.467/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsável: Paulo Horténsio Albuquerque e Silva (282.970.408-87).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe/MD.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7054/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação à Sra. Heloiva Amoras da Silveira Távora, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, promovendo-se em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AP:

1. Processo TC-015.631/2006-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA - Exercício: 2005)

1.1. Responsáveis: Amiraldo da Silva (051.253.912-04); Carlos Alberto da Silva Arrelias (033.183.382-49); Heloiva Amoras da Silveira Tavora (180.906.302-78); João Antonio da Mota Miranda (061.245.772-91); Ladislao Pedroso Monte (060.008.352-72); Manoel Raimundo Pereira da Costa (000.009.428-55); Maria Socorro da Costa Conceicao (151.299.852-49); Maria de Nazaré de Souza Bittencourt (316.049.432-20); Maria do Socorro da Silva (415.748.262-04); Virginaldo Ferreira Diniz (009.295.222-49).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Amapá - Sesc/AP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.1 do Acórdão n. 2.116/2009, proferido pela Primeira Câmara, em Sessão de 5/5/2009, Ata n. 13/2009.

Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 5/5/2009

Valores recolhidos: Datas dos recolhimentos:

R$ 218,08 10/05/2010
R$ 225,00 10/06/2010
R$ 225,00 09/07/2010
R$ 225,00 10/08/2010
R$ 225,00 10/09/2010
R$ 227,00 08/10/2010
R$ 227,00 10/11/2010
R$ 230,00 09/12/2010
R$ 235,00 10/01/2011
R$ 235,00 14/02/2011
R$ 240,00 14/03/2011
R$ 245,00 19/04/2011
R$ 250,00 18/05/2011
R$ 224,09 30/06/2011
R$ 225,00 15/08/2011
R$ 451,18 08/11/2011
R$ 600,00 21/07/2014
R$ 635,36 21/07/2014
R$ 635,38 21/07/2014

ACÓRDÃO Nº 7055/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443 /1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas de Urbino Capanema Júnior e dar-lhe quitação.

1. Processo TC-002.554/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsável: Urbino Capanema Junior (CPF 365.267.706-49).

1.3. Unidade: município de Ipiaçu - MG.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7056/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, na tabela discriminativa do débito constante do item 9.4 do acórdão 3883/2014-2ª Câmara, para que, onde se lê "5/1/2204", leia-se "5/1/2004"; e manter os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-003.427/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Bernardo Ramos dos Santos (CPF 037.839.103-82); Carlos Eduardo Ramos dos Santos (CPF 067.514.153-20).

1.3. Unidade: município de Humberto de Campos - MA.

1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7057/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com alterações do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

junto ao TCU e com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 e os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas de José Bonifácio Mourão; Célio Marcos Santos Lima; Genserico Barroso Filho; e Elice Eliane Nobre Ribeiro e do Município de Governador Valadares e dar-lhes quitação plena; e em dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

1. Processo TC-012.945/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Célio Marcos Santos Lima (CPF 203.200.196-91); Elice Eliane Nobre Ribeiro (CPF 272.618.836-20); Genserico Barroso Filho (CPF 016.661.426-20); José Bonifácio Mourão (CPF 069.597.256-15); Prefeitura Municipal de Governador Valadares - MG (CNPJ 20.622.890/0001-80).
1.3. Unidade: município de Governador Valadares - MG.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7058/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso II, e 211, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar as contas dos responsáveis a seguir especificados iliquidáveis, ordenando-se o seu trancamento e consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.449/2013-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: José Bernardes da Silva (144.372.441-68); Trion Construtora Ltda, (00.263.913/0001-09).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7059/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do item 9.3.1 do acórdão 1674/2013-2ª Câmara e prejudicado o exame do cumprimento das determinações contidas nos itens 9.3.2 e 9.3.3 do mesmo acórdão; e em arquivar os autos.

1. Processo TC-009.063/2013-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Responsáveis: Humberto Tannús Junior (CPF 167.058.231-00); Ismael Gonçalves Numes (CPF 348.826.696-68); Laerte Simão (CPF 395.229.388-15); Mario Renato de Azeredo (CPF 122.352.101-04); Nalva Oliveira Resende (CPF 301.830.571-04); Orizomar Araújo Siqueira (CPF 040.148.041-00); Parocínio Braz Concentino (CPF 025.739.111-87); Paulo Afonso Ferreira (CPF 117.159.951-04); Paulo Vargas (CPF 037.237.201-53); Pedro Alves de Oliveira (CPF 021.568.811-20); Samuel Alves Silva (CPF 278.423.121-68); Wilson de Oliveira (CPF 095.954.731-20).
1.3. Interessado: Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás (CNPJ 03.786.187/0001-99).
1.4. Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Goiás.
1.5. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).
1.8. Advogado: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7060/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, alínea a, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas todas as determinações do Acórdão n. 3.739/2013 - 2ª Câmara e em arquivar o presente processo, de acordo com o parecer emitido pela Secex/GO:

1. Processo TC-031.717/2013-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Edward Robinson Lacerda (460.185.576-49); Hospital São Marcos (02.198.539/0001-22); João Batista Pereira Machado (094.674.241-34); Wanderlei Domingos da Costa Junior (623.886.571-72).
1.2. Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado de Goiás (Secex/GO).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itumbiara/GO.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7061/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias a contar da notificação desta deliberação, o prazo para que a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República cumpra a determinação do subitem 9.2 do acórdão 3.680/2014-2ª Câmara, conforme pareceres emitidos nestes autos.

1. Processo TC-006.888/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 006.900/2013-5 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Classe de Assunto: VI.
1.3. Interessado: Presidência da República (vinculador); Secretaria de Comunicação Social.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7062/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, considerando a anulação do Pregão Eletrônico n. 11/2014 pelo Grupamento de Apoio Logístico do Comando da Aeronáutica, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução produzida pela unidade técnica à representante, à Sociedade empresarial Manuquip Comércio e serviços Ltda. e ao Grupamento de Apoio Logístico do Comando da Aeronáutica, promovendo, em seguida, o arquivamento dos autos:

1. Processo TC-015.807/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Toalheiros Real Ltda. (42.272.856/0001-66).
1.2. Órgão/Entidade: Grupamento de Apoio Logístico - GAL - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: Patrick Granados da Mata Machado, OAB/RJ n. 129.107.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7063/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso IV, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação e fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-016.880/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO.
1.2. Órgãos/Entidades: Ministério do Turismo - Mtur e Município de Palmas/TO.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.7. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. ao Ministério do Turismo, por meio de sua Secretaria Executiva, que adote, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da notificação desta decisão, todas as providencias necessárias para apreciar conclusivamente a prestação de contas alusiva ao Convênio n. 703815/2009, firmado em 22/6/2009, entre aquele Ministério e o município de Palmas/TO, considerando, inclusive, indício de irregularidade financeira apontada na instrução produzida pela Secex/TO, instaurando, se necessário, processo de tomada de contas especial decorrente dos resultados daquela apreciação, informando a este Tribunal, ao término do referido prazo, as providências adotadas;
1.7.2. à Secex/TO que autue processo vinculado de monitoramento, com objetivo de verificar o cumprimento da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 7064/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 106, § 3°, inciso I, da Resolução/TCU n. 259/2014, em conhecer da presente representação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de acordo com o parecer da Secex/PE:

1. Processo TC-017.616/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sr. Joamy Alves de Oliveira, atual Prefeito do Município de Araçoiaba/ PE.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/ PE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Informar:
1.7.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 72, §§ 4° ao 8°, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n. 507/2011, que rege a matéria.

ACÓRDÃO Nº 7065/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1°, da Lei n. 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte recomendação e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Centro de Inteligência do Exército e à representante, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-024.746/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Latina Motors Comércio Exportação e Importação Ltda. (13.151.411/0001-20).
1.2 Órgão/Entidade: Centro de Inteligência do Exército - CIEX/MD/CE.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogados constituídos nos autos: Luiz Roberto Buzolin Júnior, OAB/SP n. 236.866 e Denise La Fosse, OAB/SP n. 230.595.
1.6. Recomendação:
1.6.1. ao Centro de Inteligência do Exército que insira, nos editais dos próximos certames licitatórios a serem promovidos pelo órgão, o quantitativo mínimo a ser demonstrado nos atestados destinados à comprovação da qualificação técnica exigida, com vistas a evitar dúvidas como a suscitada pela representante no bojo do Pregão n. 3/2014.

ACÓRDÃO Nº 7066/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno, em conhecer desta representação, considerá-la improcedente, arquivá-la e encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 6, à representante e ao Hospital Central da Marinha - HCM/Divisão de Intendência - Seção de Licitações e Contratos.

1. Processo TC-029.332/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2.Representante: Aje Serviços Técnicos Especializados Ltda. (CNPJ: 01.435.248/0001-48).
1.3. Unidade: Hospital Central da Marinha.
1.4. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7067/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, alínea a, 169, inciso II, 235, 237, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de prestar a seguinte informação e de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

1. Processo TC-034.042/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Eronides Teixeira de Queiroz, atual Prefeito do Município de Taguatinga/TO.
1.2. Responsáveis: Ailton Gomes Ferreira (335.929.501-34); Zeila Aires Antunes (096.389.971-68).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Taguatinga/TO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Informar:
1.8.1. ao representante que cabe ao órgão/entidade concedente dos recursos federais esgotar as medidas administrativas de sua alçada e, caso necessário, instaurar processo de tomada de contas especial a ser apreciado posteriormente pelo TCU, esclarecendo, ainda, que há a possibilidade de suspensão da inadimplência do município caso o administrador atual, estando comprovadamente impossibilitado de prestar contas, tenha tomado medidas para o resguardo do patrimônio público, nos termos do art. 72, §§ 4° ao 8°, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT n. 507/2011, que rege a matéria.

RELAÇÃO Nº 31/2014 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 7068/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais para fins de registro, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, os atos de concessão de aposentadoria de Orlando Ferreira da Silva Cortes, José Maria Valentini, Romualdo Roma, Denise Kerimian Sarkissian, Juliana Ibraim Rodrigues de Barros, Melchiades Rodrigues Martins, Angelino de Moura, Nelma Rejane Martins Dias, Marli Gonçalves de Abreu e Itamar Toledo de Oliveira; e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Inez da Silva Santos, tendo em vista a alteração da aposentadoria proposta já ter sido analisada em ato mais recente, qual seja o de número de controle 20784201-04-2009-000033-4, já julgado legal no âmbito do TC 005.341/2012-4:

1. Processo TC-012.199/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Angelino de Moura (CPF 555.949.058-04); Denise Kerimian Sarkissian (CPF 135.040.368-77); Itamar Toledo de Oliveira (CPF 836.018.728-20); José Maria Valentini (CPF 085.444.848-91); Juliana Ibraim Rodrigues de Barros (CPF 256.879.748-73); Maria Inez da Silva Santos (CPF 787.341.008-06); Marli Gonçalves de Abreu (CPF 750.235.048-91); Melchiades Rodrigues Martins (CPF 376.337.248-20); Nelma Rejane Martins Dias (CPF 639.063.097-20); Orlando Ferreira da Silva Cortes (CPF 053.019.718-91) e Romualdo Roma (CPF 125.305.068-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - TRT/Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7069/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.474/2014-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geni de Jesus Kuh (CPF 401.055.477-00); José Manoel de Andrade Pires (CPF 278.235.397-72) e Maria do Perpetuo Socorro Rocha (CPF 371.353.417-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7070/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar prejudicada, por perda de objeto, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, a apreciação para fins de registro dos atos de admissão de pessoal de Anisia Batista Oliveira de Abreu, Balbino Praxedes de Jesus Junior e Cristiane Souza Rodrigues de Araújo, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pelo desligamento dos servidores; e

b) considerar legais para fins de registro, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, os demais atos de admissão de pessoal relacionados no item 1.1 deste Acórdão:

1. Processo TC-019.428/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Iramina (CPF 055.516.039-46); Alvaro de Oliveira Silva Duarte (CPF 005.827.461-83); Andrea Santos Guimarães (CPF 869.065.501-87); André Gustavo Freire Dias (CPF 854.188.462-72); Anisia Batista Oliveira de Abreu (CPF 356.141.106-15); Balbino Praxedes de Jesus Junior (CPF 037.887.544-27); Carlos Henrique Laborda Chenaud (CPF 009.530.145-33); Cristiane Souza Rodrigues de Araújo (CPF 297.336.448-54); Daniel Castro Dória de Menezes (CPF 702.639.221-20); Fabricia Kelly Gonçalves e Silva (CPF 642.701.813-20); Fernanda Laís de Matos (CPF 010.457.854-82); Guilherme Machado de Oliveira (CPF 016.534.711-23); Hudson Leandro Chaves Ayres da Fonseca (CPF 880.882.431-49); Ivan Gomes Carvalho (CPF 010.602.061-70); Marcela Morais Cabregas (CPF 842.505.341-20); Suely Carolina Goes Balo (CPF 120.755.627-09) e Tassia Toffoli Nunes (CPF 332.741.458-07).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7071/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de pensão civil de Laura Augusta Garcez de Souza e Barbara Schneider de Souza, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento e pela maioridade da interessada, respectivamente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.820/2008-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Bárbara Schneider de Souza (CPF 005.042.450-58) - inicial; Bárbara Schneider de Souza (CPF 005.042.450-58) - alteração; e Laura Augusta Garcez de Souza (CPF 144.625.400-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - TRT/RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7072/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.780/2014-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes Bastos Barcellos (CPF 090.991.817-10).

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Tecnologia Mineral.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7073/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.894/2014-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Regina Lucia Vicente da Cunha (CPF 070.489.267-75).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Casa de Rui Barbosa.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7074/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos responsáveis Ana Lúcia Bezerra Silva, Vânia Jacira Tanajura Chaves, Edivaldo Lopes Santana e Tarcísio José Filgueiras dos Reis, e dar-lhes quitação; bem como, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer as determinações e as recomendações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.175/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Ana Jaqueline Carvalho Feitosa Nunes (CPF 175.043.413-04); Ana Lúcia Bezerra Silva (CPF 374.678.595-20); Arlene Maria da Silva Soares Cruz (CPF 095.572.025-72); Carlito Silva Miranda (CPF 577.154.325-04); Carlos Alberto Marinho dos Santos (CPF 350.281.575-53); Edivaldo Lopes Santana (CPF 374.678.595-20); Edson Alves Santos Filho (CPF 644.413.775-68); Elisa Maria Amado de Moraes (CPF 001.842.765-00); Gustavo Henrique Fernandes Guimarães (CPF 509.305.595-68); Humberto Frederico Borba da Trindade (CPF 095.123.905-82); José Augusto Costa Lopes (CPF 129.568.805-00); José Máximo da Cruz Neto (CPF 902.297.975-04); Luiz Tadeu Leite Vieira (CPF 053.473.515-00); Maria Adna Aguiar do Nascimento (CPF 094.143.635-72); Maria das Graças Silvany Dourado Laranjeiras (CPF 111.944.805-00); Maurício Baptista de Melo (CPF 347.903.905-78); Patrícia Lopes de Morais Cerqueira (CPF 597.392.155-72); Sadinoel Pereira de Souza (CPF 567.527.415-49); Tarcísio José Filgueiras dos Reis (CPF 374.678.595-20); Valdson Luís Menezes de Oliveira (CPF 193.150.745-72); Valtércio Ronaldo de Oliveira (CPF 062.782.135-91); Vânia Jacira Tanajura Chaves (CPF 053.920.395-53) e Victor Emílio Feital Soares (CPF 214.353.928-25).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - TRT/BA que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:

1.7.1. não constaram do Relatório de Gestão de 2011 dados alusivos ao convênio de natureza especial nº 09.52.10.00239-35 (atualmente alterado para contrato), firmado em novembro/2010 com a Caixa Econômica Federal para a construção dos demais prédios da nova sede da instituição, a despeito da informação constante à cláusula terceira do 3º Termo Aditivo pactuado em 9/12/2013 de que o montante acumulado de R$ 935.156,09 já havia sido repassado ao regional na data mencionada, não sendo observado, assim, o Item 6, Parte A, Anexo II, da DN nº 108/2010;

1.7.2. não constaram do Relatório de Gestão de 2011 informações de atendimentos às determinações/recomendações expedidas pelo TCU e pelo Controle Interno, concernentes à obra de construção do edifício sede do TRT 5ª Região, ainda que de forma resumida, de forma a observar na íntegra os Itens 15 e 16, Parte A, Anexo II, da DN nº 108/2010;

1.7.3. o Relatório de Gestão de 2011 foi apresentado ao TCU com vários indicadores de desempenho sem medição, e sem justificativas para estas lacunas, a saber: 9, 10, 13, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34 e 35, ou seja, quase metade do conjunto fixado, comprometendo negativamente a análise tempestiva dos aspectos elencados no Item 3, Parte A, Anexo III da DN nº 117/2011;

1.7.4. as informações originais constantes dos autos relativas a passivos trabalhistas do TRT 5ª Região, consoante demonstrativos contábeis de 31/12/2011 e Relatório de Gestão 2011 (páginas 48/49), não estavam corretas, especialmente quanto aos passivos (URV, PAE, ATS, VPNI) reconhecidos em exercícios anteriores e pagos em 2011; passivos reconhecidos e pagos em 2011; e passivos reconhecidos em 2011 e não pagos nesse exercício;

1.7.5. há casos remanescentes de omissão de apresentação de DBR ou de autorização de acesso aos dados de bens e rendas do exercício de 2011 (ano-base 2010) por parte de servidores do TRT 5ª Região, em desrespeito ao que estabelece o art. 1º, inciso VII, da Lei nº 8.730/1993, e a IN TCU nº 67/2011; e

1.7.6. foram identificados imóveis do TRT 5ª Região cadastrados no sistema SPIUnet que necessitam de reavaliação, pois foram avaliados há mais de dez anos, e não foi verificada a devida discriminação dos valores gastos com manutenção dos imóveis, de forma individualizada e a destacar os bens de propriedade da União dos locados de terceiros, comprometendo também a exatidão dos demonstrativos de patrimônio do TRT.

ACÓRDÃO Nº 7075/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Muniz Sodré de Araújo Cabral e dar-lhe quitação; bem como, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1 deste Acórdão e dar-lhes quitação plena, sem prejuízo de fazer as determinações e as recomendações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-029.578/2011-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Celia Maria de Albuquerque Mattos Portella (CPF 046.763.947-72); Ilce Gonçalves Milet Cavalcanti (CPF 611.343.337-49); Liana Gomes Amadeo (CPF 932.360.697-91); Maria Helena Costa Signorelli (CPF 674.457.217-20); Monica Rizzo Soares Pinto (CPF 739.916.517-34); Muniz Sodré de Araújo Cabral (CPF 020.821.287-68); Oscar Manoel da Costa Gonçalves (CPF 541.985.267-53) e Tânia Mara Barreto Pacheco (CPF 388.624.097-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. à Fundação Biblioteca Nacional que se abstenha de incorrer nas impropriedades descritas a seguir, identificadas nestas contas anuais:

1.7.1.1. apresentação do rol de responsáveis de forma incompleta, contrariando o previsto no art. 10 da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010;

1.7.1.2. falta de análise crítica quanto aos fatores que influenciaram os resultados alcançados na apresentação dos indicadores de gestão, contrariando o previsto no Anexo da Portaria TCU nº 277/2010, item 2.4.3;

1.7.1.3. falta de fiscalização in loco do objeto celebrado no Convênio FBN 001/2008, analisando a sua execução em face das ações previstas no plano de trabalho, contrariando o previsto nos arts. 51 a 55 da Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época; e

1.7.1.4. celebração de convênio com plano de trabalho contendo objeto genérico, contrariando os termos dos arts. 21 e 22 da Portaria Interministerial nº 127/2008, vigente à época;

1.7.2. à Secex/RJ que envie cópia da instrução técnica (Peça nº 45) à Fundação Biblioteca Nacional.

1.8. Recomendar à Fundação Biblioteca Nacional que:

1.8.1. no tocante às transferências voluntárias a seu cargo, normatize as rotinas para acompanhamento, controle e fiscalização dos valores repassados pela FBN;

1.8.2. em observância aos princípios constitucionais da eficiência e eficácia, formule e implemente seu planejamento estratégico; e

1.8.3. nos termos do Decreto nº 7.748/2012, que formule e faça publicar seu regimento interno.

ACÓRDÃO Nº 7076/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.095/2010-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 16/3/2010 (Ata nº 7/2010), alterado pelo Acórdão 3.779/2010-TCU-2ª Câmara, inserido na Relação nº 16/2010, prolatado na Sessão Extraordinária de 20/7/2010 (Ata nº 25/2010), na forma que se segue, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/AP, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) relativamente ao item 3:

onde se lê: "Responsáve is: Espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho (001.349.702-25); José Augusto Dias Gurjão (393.130.772-72).";

leia-se: "Responsáve l: Espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho (CPF 001.349.702-25).";

b) relativamente ao item 9.2:

onde se lê: "...condenando o espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho, na pessoa do seu inventariante, até o limite do valor do patrimônio transferido,...";

leia-se: "...condenando o espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho ou, caso tenha havido a partilha de bens, os sucessores, até o limite do patrimônio a eles transferido,...".

1. Processo TC-001.125/2004-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-025.678/2010-8 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Espólio de Adelino Fernandes Gurjão Filho (CPF 001.349.702-25).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Tartarugalzinho - AP.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).

1.7. Advogado constituído nos autos: Paulo Alberto dos Santos (OAB/AP 66).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7077/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5.551/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 7/10/2014 (Ata nº 36/2014), na forma que se segue, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/AM, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Relativamente ao seu item 9.2:

onde se lê:

Valor (R$)	Data
12.455,00	7/2/1997
7.777,00	15/5/1997
2.026,00	5/9/1997
7.420,00	12/11/1997
6.459,00	12/3/1998
4.090,00	23/4/1998
4.306,00	19/5/1998
1.192,00	26/6/1998
3.144,00	29/6/1998
3.014,00	22/7/1998
4.306,00	27/8/1998
4.521,00	26/9/1998
1.077,00	21/11/1998
2.798,00	21/11/1998
7.750,00	23/12/1998
216,00	23/12/1998

leia-se:

Valor (R$)	Data
12.455,00	7/2/1997
7.777,00	15/5/1997
2.026,00	5/9/1997
7.420,00	12/11/1997
6.459,00	12/3/1998
4.090,00	23/4/1998
4.306,00	19/5/1998
1.192,00	26/6/1998
3.114,00	29/6/1998
3.014,00	22/7/1998
4.306,00	27/8/1998
4.521,00	26/9/1998
1.077,00	21/11/1998
2.798,00	21/11/1998
7.750,00	23/12/1998
216,00	23/12/1998

1. Processo TC-001.557/2014-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco das Chagas de Jesus Gomes da Costa (CPF 053.765.212-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Pauini - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7078/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, em desfavor dos Srs. Paulo Afonso Lages Gonçalves e Paulo Henrique Paes Landim, ex-Secretários de Estado da Saúde do Piauí, motivada pela não aprovação da prestação de contas do Convênio CV nº 1575/1999 (Siafi nº 387983), celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - Sesapi e a aludida fundação federal, objetivando a execução do Programa de Implantação e Implementação das Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental;

Considerando que a avença, que gerou o repasse federal de R$ 290.000,00, esteve vigente de 20/1/2000 a 2/8/2002, com prazo para apresentação da prestação de contas expirado em 1º/10/2002;

Considerando que, no âmbito do TCU, os Srs. Paulo Henrique Paes Landim e Paulo Afonso Lages Gonçalves, ex-Secretários de Estado da Saúde do Piauí, foram citados para apresentarem defesa ou recolherem os débitos de R$ 107.588,26 e R$ 185.236,01, respectivamente;

Considerando que o Sr. Paulo Henrique Paes Landim, apesar de ter recebido em 27/5/2014 o ofício citatório, conforme comprova o Aviso de Recebimento acostado à Peça nº 19, não se manifestou nos autos e tampouco recolheu o débito a ele imputado;

Considerando que o Sr. Paulo Afonso Lages Gonçalves apresentou tempestivamente suas alegações de defesa (Peça nº 20), as quais aduzem que, após várias tentativas de obter a documentação junto à Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, o responsável foi informado, pela Gerência de Acompanhamento de Prestação de Contas da Sesapi, sobre a impossibilidade de fornecimento dos documentos em razão do seu extravio no incêndio ocorrido em 24/10/2011 na aludida Secretaria, o qual destruiu praticamente todo o prédio da referida pasta e ensejou a decretação de estado de anormalidade, tendo sido anexado como provas o Ofício GAPCON/SESAPI 21/2014 e o Decreto Estadual nº 14.617/2011 (Peça 20, p. 4 e 5, respectivamente);

Considerando que o incêndio na Sesapi, comprovado pela documentação anexada aos autos, aliado ao longo lapso temporal transcorrido entre a aplicação dos recursos e a citação dos responsáveis, permitem concluir que de fato houve prejuízo ao pleno exercício do direito do contraditório e da ampla defesa;

Considerando que, a teor do disposto nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.443/1992, as contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível seu julgamento de mérito, devendo o TCU ordenar o trancamento de tais contas e o consequente arquivamento do processo;

Considerando, por fim, os pareceres convergentes do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso III, e 211, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar iliquidáveis as contas dos Srs. Paulo Afonso Lages Gonçalves e Paulo Henrique Paes Landim, ex-Secretários de Estado da Saúde do Piauí, ordenando o trancamento e o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.739/2013-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Paulo Afonso Lages Gonçalves (CPF 051.628.073-20) e Paulo Henrique Paes Landim (CPF 002.065.393-04).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - Sesapi/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/PI que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 7079/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 7.599/2012-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 16/10/2012 (Ata nº 37/2012), relativamente ao seu item 3, para que onde se lê: "...Maria da Penha Soares Lopes (CPF 001.523.887-37)..."; leia-se: "...Maria da Penha Lopes Soares Rocha (CPF 007.778.907-55)...", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, restituindo-se os autos à Secex/ES, para que dê prosseguimento às providências a seu cargo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.116/2007-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Pimentel Mello (CPF 036.035.477-72); Ary Queiroz da Silva (CPF 035.994.187-72); Arízio Ribeiro Brotto (CPF 577.999.207-00); Elaine Barreto Vivas (CPF 578.174.487-87); Francisco de Morais (CPF 451.515.807-44); Jonas Hilario da Silva (CPF 658.258.377-87); Jorge Luiz de Paula Penha (CPF 818.257.067-00); Lorena Dallorto Ramos (CPF 019.799.977-80); Marcia Bicalho Alonso (CPF 947.862.597-72); Maria Helena Ruy Ferreira (CPF 035.851.587-49); Maria Ilse Dória Vinha (CPF 416.558.007-44); Maria Terezinha Silva Gianordoli (CPF 214.521.807-68); Maria da Penha Soares Lopes (CPF 007.778.907-55); Regina Célia Mendonça Magalhães (CPF 559.817.127-91); Sandra de Carvalho (CPF 768.162.066-49); Sebastian Marcelo Veiga (CPF 007.936.217-63); Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - Senai/ES (CNPJ 33.564.543/0007-86).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social do Espírito Santo - Setas/ES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (Secex-ES).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Roberto Tenório Katter, OAB/ES 5334; Amulio Finamore Filho, OAB/ES 1.418; Hygoor Jorge Cruz Freire, OAB/ES 1.171; José Júlio dos Reis, OAB/DF 22.057; e Renata Lima de Oliveira, OAB/ES 19.879; e Letícia Maria Ruy Ferreira, OAB/ES 13.027 e OAB/DF 18.361.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7080/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde - Funasa no Estado do Ceará, em desfavor do Sr. Arônio Lucena Salviano, ex-prefeito do município de Brejo Santo/PI (gestão 2005-2008), em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio nº 573/2005 (Siafi nº 555778), celebrado entre a Funasa e o aludido município, o qual tinha por objeto a Construção do Sistema de Abastecimento de Água;

Considerando que a Funasa deveria repassar ao município o valor de R$ 325.000,00 para a execução das obras previstas, acrescido do montante de R$ 16.250,00, relativo à contrapartida municipal para essa finalidade;

Considerando que foram repassados ao município os valores de R$ 130.000,00, em 3/7/2006, e de R$ 50.000,00, em 20/3/2007 (1ª e 2ª parcelas), com a posterior prestação de contas pelo responsável;

Considerando que os pareceres técnicos decorrentes de vistorias in loco realizadas por engenheiro da Funasa, em 20/6/2007 e 6/12/2007, concluíram que os serviços executados correspondiam a 100% dos valores até então liberados (Peça nº 3, fls. 5/9, e Peça nº 5, fls. 75/79);

Considerando que, posteriormente, em auditoria realizada em 2008, outro engenheiro da própria entidade considerou que 76,07% da obra não havia sido executada (Relatório de Auditoria nº 2008/147, Peça nº 7, fls. 1/25);

Considerando que nessa auditoria o engenheiro considerou como parâmetro para o cálculo do percentual executado os quantitativos referentes à integralidade da obra (obra concluída);

Considerando que a Funasa optou pela imputação do débito pelo valor total repassado, tendo em vista que o sistema de abastecimento de água "não foi concluído em nenhuma das localidades, portanto, a população não foi beneficiada";

Considerando, no entanto, que os valores até então repassados correspondiam a apenas 53% do valor total necessário para a conclusão das obras, restando justificada a não conclusão dos empreendimentos;

Considerando que o convênio encontrava-se em execução;

Considerando, ainda, a falta de clareza na identificação e valoração das parcelas de obras executadas ou parcialmente executadas (ex: inclusão como débito integral de obras executadas com especificações diferentes da prevista, inobstante a aparente ausência de análise da adequabilidade ou da diferença de preço, ou de obras parcialmente executadas, não obstante o repasse parcial dos recursos);

Considerando que não constam dos autos o projeto técnico e a planilha orçamentária aprovada, dificultando a análise das questões apontadas;

Considerando que o próprio engenheiro responsável pelo parecer técnico acima citado reconheceu que houve "nítido prejuízo à execução do convênio decorrente de procedimentos ou atrasos administrativos", em especial os atrasos no repasse dos recursos e constantes aditamentos de prazos por esse motivo, aduzindo que o valor apurado na vistoria poderia "não retratar fielmente as realizações da convenente em alguns aspectos";

Considerando a necessidade da adequada apuração dos valores a serem imputados como débitos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-029.455/2013-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aronio Lucena Salviano (CPF 117.332.503-44) e N J Construtora Ltda - ME (CNPJ 04.241.616/0001-05).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Brejo Santo - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

1.7.1. promova a devolução dos presentes autos de tomada de contas especial à Fundação Nacional de Saúde - Funasa para que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as providências para a resolução das irregularidades apontadas no presente feito; e

1.7.2. realize diligência à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, solicitando esclarecimentos sobre as medidas adotadas para dar continuidade ao convênio (ou às obras iniciadas), tendo em vista a aparente manutenção dos problemas de abastecimentos de água no referido município e considerando, ainda, o alerta da área técnica (Relatório de Auditoria nº 2008/147) no sentido da necessidade de providências urgentes para o adequado prosseguimento da obra.

ACÓRDÃO Nº 7081/2014 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação formulada pelo Exmo. Sr. Raimundo Feliciano Lopes de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Japurá/AM, noticiando possíveis irregularidades que teriam ocorrido na execução do Contrato de Repasse nº 252180-98 (Siafi nº 622785), firmado entre o Ministério das Cidades e o aludido município, com vistas à pavimentação de vias urbanas, figurando a Caixa Econômica Federal como mandatária da União;

Considerando que o representante relatou, em síntese, as seguintes ocorrências:

a) somente receberam malha de aço as vias: 1) R. Nossa Senhora Aparecida, entre a R. São Francisco e a R. Prefeito Antônio Amâncio; 2) R. Prefeita Maria Rosineide, entre a Estrada Prefeito Antônio Amâncio e a Presidente João Matias; e 3) Estrada Prefeito Antônio Amâncio, entre a R. Nossa Senhora Aparecida e a R. Prefeita Maria Rosineide, sendo que, nos demais, a pavimentação foi executada somente com concreto não estrutural de 7,0 cm de espessura, de má qualidade, sem a malha de aço, sendo que o projeto previa 15 cm;

b) não havia sido concluído o trecho entre a Av. N. Sª Aparecida e a Av. Juscelino Kubistchek, o qual recebeu apenas a camada de lastro de concreto não estrutural de 5 cm; e

c) teria sido firmado convênio com a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (Convênio nº 65/2009-Seinf) para o mesmo objeto, no valor de R$ 5.990.473,54;

Considerando que a unidade técnica, no intuito de averiguar as irregularidades noticiadas, entre as quais a duplicidade de convênios para o mesmo objeto, realizou diligências saneadoras junto à Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas - Seinfra, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM e à Caixa Econômica Federal - Caixa;

Considerando que, da análise das respostas apresentadas, a unidade técnica chegou às seguintes conclusões:

- o Contrato de Repasse nº 252180-98 (Siafi nº 622785) encontra-se 100% concluído;

- as vias pavimentadas no âmbito do Contrato de Repasse nº 252180-98 receberam malha de aço;

- há obras do Contrato de Repasse nº 252180-98 (Siafi nº 622785) e do Convênio nº 65/2009-Seinfra em vias do mesmo nome, sendo, porém, os trechos previstos em cada avença totalmente distintos;

- no projeto básico do Convênio nº 65/2009-Seinfra, consta que o serviço de pavimentação é do tipo pavimento rígido em concreto fck = 20Mpa com espessura de 7 centímetros, sem utilização de malha de aço;

Considerando, dessa forma, que o Contrato de Repasse nº 252180-98 (Siafi nº 622785) foi totalmente concluído com utilização de malha de aço nas vias pavimentadas, não se verificando duplicidade de objeto entre as duas avenças;

Considerando, pelo exposto, a improcedência do presente feito, já que tão somente o Contrato de Repasse nº 252180-98 (Siafi nº 622785), executado regularmente, desafia a competência deste TCU;

Considerando, de toda sorte, que, tendo em vista que as irregularidades noticiadas podem se referir ao Convênio nº 65/2009-Seinfra, que não previu em seu Plano de trabalho a utilização de malha de aço, apesar de prever a utilização de concreto fck = 20Mpa com espessura de apenas 7 centímetros, mostra-se conveniente encaminhar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para conhecimento dos fatos e adoção de providências que entender cabíveis;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso IV e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente; e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.121/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Câmara Municipal de Japurá - AM.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Japurá - AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/AM que:

1.7.1. envie cópia do presente Acórdão e do parecer da unidade técnica, bem como cópia da documentação acostada à Peça nº 1, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis;

1.7.2. envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à representante; e

1.7.3. arquive os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 7082/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006, em considerar cumprida a determinação expedida ao Ministério do Turismo por meio do item 1.7.1 do Acórdão 2.609/2013-TCU-2ª Câmara e arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.920/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Sr. Carlos Eduardo Maciel Pereira, Procurador-Geral do Município de Beberibe - CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Beberibe - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

1.7. Determinar à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério do Turismo.

ACÓRDÃO Nº 7083/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006, em considerar cumprida a determinação expedida à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Turismo por meio do item 9.2 do Acórdão 1.736/2014-TCU-2ª Câmara e arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.848/2013-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha (CPF 289.153.053-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Beberibe - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

1.7. à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Turismo.

ACÓRDÃO Nº 7084/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em reiterar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará - Funasa/CE a determinação que lhe foi exarada no item 1.7.1 do Acórdão 2.433/2014-TCU-2ª Câmara, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.056/2013-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Francisco Raimundo Santiago Bessa, Prefeito do Município de Quixeré - CE.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Quixeré - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.1. alerte a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará - Funasa/CE que aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado, fica sujeito à aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º da Lei nº 8.443/1992; e

1.7.2. envie, em anexo à notificação a ser expedida à Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará - Funasa/CE, cópia do parecer da unidade técnica e do Acórdão 2.433/2014-TCU-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 7085/2014 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006, em considerar cumprida a determinação expedida ao Ministério da Saúde por meio do item 1.7.1 do Acórdão 1.729/2014-TCU-2ª Câmara e arquivar os presentes autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.589/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Exmo. Sr. Francisco de Araújo Macedo Filho, Procurador da República no Estado do Ceará.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Barreira - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex-CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao Ministério da Saúde.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 7086 a 7137, a seguir transcritos, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios, os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 7086/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.243/2010-8.

1.1. Apenso: 036.036/2012-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Diretório do Partido Socialista Brasileiro em Alagoas (01.292.307/0001-76); Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (00.509.018/0002-02); Jorge Briseno Torres (326.014.844-20); Katia Born Ribeiro (164.391.804-44) e Luis Abilio de Sousa Neto (002.602.584-15-falecido).

3.2. Responsáveis: Alberto José Mendonça Cavalcante (088.333.544-15); Jorge Briseno Torres (326.014.844-20); José Nelson do Nascimento (309.894.004-25); Jurandir Bóia Rocha (192.135.227-20); Katia Born Ribeiro (164.391.804-44); Luis Abilio de Sousa Neto (002.602.584-15-falecido); Maria de Fátima Borges de Omena (076.212.724-49); Petrúcio César Bandeira Mendes (126.000.244-68); Thalmann Bernardes Farias (111.378.784-87)

3.3. Recorrentes: Jorge Briseno Torres (326.014.844-20); Katia Born Ribeiro (164.391.804-44); Luis Abilio de Sousa Neto (002.602.584-15-falecido).

4. Órgão/Entidade: Diretório do Partido Socialista Brasileiro Em Alagoas (01.292.307/0001-76)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Advogados constituídos nos autos: Isaclea Mayria Olanda Oliveira (OAB/AL 10.546).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Jorge Briseno Torres, Kátia Born Ribeiro e Espólio de Luís Abílio de Sousa Neto em face do Acórdão nº 385/2012 - TCU - 2ª Câmara (fls. 92/93 - Peça 17), o qual julgou as presentes contas irregulares, condenando os Recorrentes, solidariamente, em débito, e, individualmente, à exceção do Espólio de Luís Abílio de Sousa Neto, em multa

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jorge Briseno Torres (326.014.844-20), Katia Born Ribeiro (164.391.804-44) e Espólio de Luis Abilio de Sousa Neto (002.602.584-15-falecido), para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, com a finalidade única e exclusiva de autorizar o parcelamento do débito em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor, ficando inalterados os demais termos do Acórdão nº 385/2012 - TCU - 2ª Câmara;

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, aos órgãos/entidades interessados e aos Recorrentes.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7086-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7087/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.963/2011-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Gastone Righi Cuoghi (068.878.138-15); Oswaldo Marques Cera (099.562.558-15).

4. Entidade: Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogados constituídos nos autos: Francisco Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP nº 97.557) e Roberto Machado de Luca de Oliveira Ribeiro (OAB/SP nº 120.070).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em virtude de irregularidade apuradas na aplicação dos recursos provenientes do Fundo Partidário nas contas do exercício de 2002 do Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Gastone Righi Cuoghi (CPF 068.878.138-15), Presidente da Direção Estadual de São Paulo do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB/SP no exercício de 2002, e do Sr. Osvaldo Marques Cera (CPF 099.562.558-15), Tesoureiro da Direção Estadual de São Paulo do Partido Trabalhista Brasileiro /SP no exercício de 2002, e condená-los ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Partidário/Partidos Políticos, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas também abaixo discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

Data	Valor histórico(R$)
31/07/2002	1.000,00
30/12/2002	300,00
31/12/2002	76.898,14

9.2. aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando aos Responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar os Responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. determinar à Secex/SP que inclua nas notificações para o pagamento dos valores mencionados nos itens 9.1 e 9.2 o disposto nos itens 9.3 e 9.4, com fundamento no art. 15 e no art. 18, inciso II, alínea "a", da Resolução n.º 170, de 30 de junho de 2004; e

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7087-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7088/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.967/2010-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Arnaldo França Vianna (268.776.197-49); Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ (29.116.894/0001-61)

3.3. Recorrentes: Município de Campos dos Goytacazes/RJ (29.116.894/0001-61) e Arnaldo França Vianna (268.776.197-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: João Batista de Oliveira Filho (OAB/MG 20.180); José Sad Júnior (OAB/MG 65.791); Rodrigo Rocha da Silva (OAB/MG 79.709); Thiago Lopes Lima Naves (OAB/MG 96.182); Igor Bruno Silva de Oliveira (OAB/MG 98.899); Flávio Marcelo Ramos da Silva (OAB/MG 108.928).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo Município de Campos dos Goytacazes, por meio do Controle Interno do Município, e pelo Sr. Arnaldo França Vianna, ex-Prefeito do aludido Município, em face do Acórdão nº 293/2013 - TCU - 2ª Câmara (fls. 16/17 - Peça 10), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando os Recorrentes, individualmente, em débito e em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Arnaldo França Vianna (268.776.197-49) e pelo Município de Campos dos Goytacazes - RJ (29.116.894/0001-61);

9.2. dar provimento ao recurso interposto pelo Município de Campos dos Goytacazes (29.116.894/0001-61), para excluir do débito a ele imputado os juros de mora, dando-se a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão nº 293/2013 - TCU - 2ª Câmara:

"9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que o Município de Campos dos Goytacazes recolha, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, a quantia de R$ 68.729,64, atualizada monetariamente a contar de 5/6/2001 até o efetivo recolhimento;"

9.3. alertar o Município de Campos dos Goytacazes de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4. negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Arnaldo França Vianna (268.776.197-49); e

9.5. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, aos órgãos/entidades interessados e aos Recorrentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7088-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7089/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.025/2009-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Paulo Celso de Bruin (173.265.618-50); Roberto Camanho (010.455.588-26); Sociedade Brasileira de Comando Numérico (76.276.617/0002-87)
3.2. Recorrentes: Roberto Camanho (010.455.588-26) e Paulo Celso de Bruin (173.265.618-50).
4. Entidade: Sociedade Brasileira de Comando Numérico (76.276.617/0002-87).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
8. Advogados constituídos nos autos: Félix Ruiz Alonzo (OAB/SP nº 12.211); Fernanda Torres Araújo (OAB/SP nº 270.533); Camila Frias Fernandes (OAB/SP nº 229.011); Ian Henryk Barski (OAB/SP nº 283.535); Diego Pupo Elias (OAB/SP nº 212.930); Maristela Costa Mendes Caires Silva (OAB/SP nº 245.335) e Genivaldo Pereira Barreto (OAB/SP nº 237.829.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos pelo Srs. Roberto Camanho e Paulo Celso de Bruin em face do Acórdão nº 9.904/2011-TCU-2ª Câmara (fls. 43/44 - Peça 4), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando os Recorrentes em débito, e, individualmente, em multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Roberto Camanho (CPF 010.455.588-26) e Paulo Celso de Bruin (CPF 173.265.618-50), para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterado o Acórdão nº 9.904/2011 - TCU - 2ª Câmara;
9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, aos órgãos/entidades interessados e aos Recorrentes.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7089-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7090/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.263/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Município de Brasiléia/AC (04.508.933/0001-45); Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.
3.2. Responsáveis: Aldemir Lopes da Silva (005.712.022-68); Nativa Construções Comércio e Representações Ltda. (14.363.139/0001-04)
3.3. Recorrente: Nativa Construções Comércio e Representações Ltda. (14.363.139/0001-04).
4. Entidade: Município de Brasiléia/AC.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).
8. Advogados constituídos nos autos: Rafaela Yusif Awni El-Shawwa (OAB/AC nº 2.801).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela sociedade empresária Nativa Construções Comércio e Representações Ltda. em face do Acórdão nº 7.313/2013 - TCU - 2ª Câmara (Peça 44), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando o Recorrente, solidariamente com Sr. Aldemir Lopes da Silva, ex-Prefeito do Município de Brasiléia/AC, em débito, e, individualmente, em multa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela sociedade empresária Nativa Construções Comércio e Representações Ltda. (CNPJ 14.363.139/0001-04), para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão nº 7.313/2013 - TCU - 2ª Câmara;
9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, aos órgãos/entidades interessados e à Recorrente.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7090-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7091/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.841/2004-1.
1.1. Apenso: 009.453/2010-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Cícero Mauro Fialho Rodrigues (221.857.987-15); Rita de Cassia Borges de Campos Quitiere (491.244.717-04).
3.2. Recorrentes: Cícero Mauro Fialho Rodrigues (221.857.987-15); Rita de Cassia Borges de Campos Quitiere (491.244.717-04).
4. Entidade: Universidade Federal Fluminense.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Sra. Rita de Cássia Borges de Campos Quintiere, ex-diretora do Departamento de Administração de Pessoal da UFF, e pelo Sr. Cícero Mauro Fialho Rodrigues, ex-reitor da UFF, em face do Acórdão nº 5.503/2009-TCU-2ªC (fls. 537/538 - Volume 2, Peça 11), que deliberou pela aplicação de multa aos responsáveis, em razão do descumprimento de determinações contidas no Acórdão 1.380/2006-TCU-1ªC.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, ***caput***, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame interposto pela Sra. Rita de Cássia Borges de Campos Quintiere (CPF: 491.244.717-04), ex-diretora do Departamento de Administração de Pessoal da UFF, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente o item 9.3 do Acórdão nº 5.503/2009 - TCU - 2ª Câmara, e em consequência, tornar insubsistente a multa aplicada à recorrente;
9.2. com fundamento no Art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos Arts. 285, ***caput***, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Cícero Mauro Fialho Rodrigues (CPF: 221.857.987-15), para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para reformar o Acórdão nº 5.503/2009 - TCU - 2ª Câmara, nos seguintes pontos:
9.2.1. em razão da insubsistência do descumprimento do item 1.8 do Acórdão nº 1.380/2006 - TCU - 1ª Câmara, reformar o item 9.2 do Acórdão nº 5.503/2009 - TCU - 2ª Câmara, mitigando a multa a ele aplicada, dando ao referido item 9.2 a seguinte redação:

"*9.2 com fundamento no inciso IV do art. 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, aplicar ao Reitor da Universidade Federal Fluminense, Sr. Cícero Mauro Fialho Rodrigues, multa no valor de R$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais), em face do não atendimento, sem motivo justificado, da determinação contida no item 1.4 do Acórdão 1.380/2006 - 1ª Câmara, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor*;"

9.2.2. reformar os itens 9.6 e 9.7 do Acórdão nº 5.503/2009 - TCU - 2ª Câmara, para excluir a referência ao item 1.8 do Acórdão nº 1.380/2006 - TCU - 1ª Câmara, passando os referidos itens a ter a seguinte redação:

"*9.6 fixar novo prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, para que o Departamento de Administração de Pessoal da UFF cumpra as determinações contidas nos itens 1.4 e 1.6 do Acórdão 1.380/2006 - TCU - 1ª Câmara;*
9.7 alertar os responsáveis da UFF que o não cumprimento das determinações contidas nos itens 1.4 e 1.6 do Acórdão 1.380/2006 - TCU - 1ª Câmara, no novo prazo ora fixado, poderá ensejar a aplicação de nova sanção;"

9.3. recomendar à Segepres e à Segecex que examinem a conveniência e oportunidade de adotar medidas para ultimar as correções do Sistema Sisac, por meio da STI, a fim de evitar os problemas descritos no item 10 da Instrução da Unidade Técnica contida às fls. 179/187 (Peça 40);
9.4. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, acompanhada do relatório e voto, à entidade interessada, à Segepres, à Segecex e aos recorrentes.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7091-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7092/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.509/2009-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Município de Vera/MT (00.179.531/0001-93)
3.2. Responsáveis: Isani Luiza Konerat (204.458.810-20); Klass Comércio e Representações Ltda. (02.332.985/0001-88)
3.3. Recorrente: Isani Luiza Konerat (204.458.810-20).
4. Entidade: Município de Vera/MT.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos: Luciano André Frizão (OAB/MT 8.340-B) e Arlindo José Vogel (OAB/MT 5.360-A).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Sra. Isani Luíza Konerat, em face do Acórdão nº 11.441/2011 - TCU - 2ª Câmara (fls. 85/86 - Peça 7), o qual julgou irregulares as presentes contas, condenando a Recorrente, ex-Prefeita do Município de Vera/MT, em débito e em multa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, caput, do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Sra. Isani Luíza Konerat (CPF 204.458.810-20), ex-Prefeita do Município de Vera/MT, para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente o Acórdão nº 11.441/2011 - TCU - 2ª Câmara;

9.2. determinar a restituição dos autos ao Relator **a quo** para os fins dispostos no art. 157 do Regimento Interno, tendo em vista os indícios de direcionamento da licitação e superfaturamento identificados nos autos; e

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando cópia do respectivo relatório e voto, à Recorrente e ao órgão concedente, informando-lhe que, segundo o § 2º do art. 5º da Instrução Normativa-STN nº 1, de 1997, compete, relativamente ao Convênio nº 3.581/2001, ao Ministério da Saúde, na condição de órgão concedente, examinar o pedido de suspensão de inadimplência, bem como efetuar a respectiva exclusão do registro no Siafi.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7092-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7093/2014 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo TC nº 022.328/2006-3

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessado: Francisco Rovélio Nunes Pessoa (CPF nº 064.774.025-72), ex-Prefeito.

4. Entidade: Município de São Matheus do Maranhão/MA.

5. Relatores:

5.1 Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.2 Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF nº 25.341).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão nº 5.960/2009-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei nº 8.443/1992 e art. 285, **caput,** do RI/TCU, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Rovélio Nunes Pessoa (CPF nº 064.774.025-72), ex-Prefeito do Município de São Matheus do Maranhão/MA, para, no mérito, dar-lhe provimento a fim de considerar as presentes contas iliquidáveis, e, por via de consequência, ordenar seu trancamento e determinar o arquivamento destes autos, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 8.443/1992; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, mediante o encaminhamento de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7093-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7094/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.982/2014-1

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - FNS.

3.2. Responsáveis: Edson Paulino Cordeiro (CPF 153.948.326-68) e Município de Rio Pardo de Minas/MG (CNPJ 24.212.862/0001-46).

4. Unidade: Município de Rio Pardo de Minas/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em razão da inexecução parcial do objeto do convênio 507/2003 (Siafi 495220), firmado com o município de Rio Pardo de Minas/MG para aquisição de equipamentos e material permanente destinado ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) daquela comunidade, e em razão de débito apontado no relatório de auditoria Denasus 4163, no qual foram impugnadas despesas realizadas pela prefeitura do aludido município com recursos do SUS, no exercício de 2004.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c'; 18; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 208; 214, inciso III, alínea 'a'; e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do município de Rio Pardo de Minas/MG;

9.2. considerar revel o responsável Edson Paulino Cordeiro;

9.3. julgar irregulares as contas de Edson Paulino Cordeiro;

9.4. condenar Edson Paulino Cordeiro ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde dos valores abaixo relacionados, acrescidos de encargos legais desde as respectivas datas de ocorrência até a data do pagamento;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
9.408,11	24/9/2004
3.100,00	24/9/2004
3.144,92	27/10/2004
9.190,00	16/11/2004

9.5. aplicar a Edson Paulino Cordeiro multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.8. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.10. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Saúde e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7094-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7095/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.149/2014-1.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

3.2. Responsável: Antônio Luiz Ferreira Tupiná (CPF 219.026.586-04).

4. Unidade: Município de Cônego Marinho/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em decorrência da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Cônego Marinho/MG por meio do convênio 5.406/1997, celebrado para financiar a aquisição de veículo automotor para transporte dos alunos do ensino fundamental no referido município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Antônio Luiz Ferreira Tupiná;

9.2. julgar irregulares as contas de Antônio Luiz Ferreira Tupiná;

9.3. condená-lo ao recolhimento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, acrescidos de encargos legais de 15/12/1997 até a data do pagamento;

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. dar ciência desta decisão ao responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7095-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7096/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.654/2014-8.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Liorne Branco de Almeida Júnior (CPF 417.918.603-97).

4. Unidade: Município de Alto Alegre do Maranhão/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Liorne Branco de Almeida Júnior, ex-prefeito de Alto Alegre do Maranhão/MA, em razão da omissão do dever de prestar contas de parte dos recursos repassados por meio do convênio 608/2008, no valor de R$ 800.000,00, cujo objeto era a construção de 198 módulos sanitários domiciliares no município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Liorne Branco de Almeida Júnior;

9.2. julgar irregulares as contas de Liorne Branco de Almeida Júnior;

9.3. condená-lo ao recolhimento à Fundação Nacional de Saúde - Funasa das quantias abaixo discriminadas, acrescidas de encargos legais contados das datas indicadas até o dia do pagamento;

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
19/08/2011	17.203,61
28/02/2012	240.000,00

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Fundação Nacional de Saúde - Funasa para ciência, e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7096-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7097/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.333/2012-1.

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Luci Acúrcio Torres (CPF 035.745.202-04), Maria Farias de Oliveira (CPF 130.749.114-68), Maria José Bezerra (CPF 078.233.804-63), Nadege Sousa Rabelo Oliveira (CPF 098.247.074-68), Terezinha Sobral da Camara (CPF 565.118.254-34) e Valdenice Alexandre da Silva (CPF 097.604.664-49).

4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTAS, relatadas e discutidas estas concessões de aposentadoria a ex-servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259, II; 260; e 262 do Regimento Interno e com o art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, bem como na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legais e registrar os atos de concessão de aposentadoria de Luci Acúrcio Torres, Nadege Sousa Rabelo, Maria Farias de Oliveira e Terezinha Sobral da Câmara;

9.2. considerar ilegais e negar registro aos atos de concessão de aposentadoria de Maria José Bezerra e Valdenice Alexandre da Silva;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias dos atos considerados ilegais até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.4. determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região que:

9.4.1. cesse pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.4.2. comunique às interessadas a deliberação deste Tribunal e as alerte que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação;

9.5. esclarecer à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante emissão de novos atos, em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, e sua remessa a esta Corte, para nova apreciação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas determinadas neste acórdão e represente a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7097-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7098/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.747/2013-2.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Bernardo Lima Furtado (CPF 027.413.423-34).

4. Unidade: Município de Araguanã/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Bernardo Lima Furtado, ex-prefeito de Araguanã/MA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do convênio 3189/2001, firmado para construção de 43 módulos sanitários no valor de R$ 50.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Bernardo Lima Furtado;

9.2. julgar irregulares as contas de Bernardo Lima Furtado;

9.3. condená-lo ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa da quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), acrescida de encargos legais de 11/12/2002 até a data do pagamento;

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 9.000,00 (nove mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7098-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7099/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.750/2014-1.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

3.2. Responsável: João José Gonçalves de Souza Lima (CPF 879.472.854-20).

4. Unidade: Município de Maracaçumé/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada contra João José Gonçalves de Souza Lima, ex-prefeito de Maracaçumé /MA, em decorrência da não aprovação da prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao município, nos exercícios de 2005 e 2006, no âmbito Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea "a"; e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o responsável João José Gonçalves de Souza Lima;

9.2. julgar irregulares as contas de João José Gonçalves de Souza Lima;

9.3. condená-lo ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação dos valores abaixo, acrescidos de encargos legais das respectivas datas até a data do pagamento;

Data	**valor** (R$)
6/7/2005	71.700,00
6/7/2005	5,00
10/8/2005	47.800,00
10/8/2005	5,00
2/9/2005	47.650,00
2/9/2005	5,00
4/10/2005	47.700,00
4/10/2005	5,00
3/11/2005	23.833,00
3/11/2005	5,00
5/1/2006	47.666,70
6/1/2006	7,00

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7099-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7100/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.710/2013-5.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessada: Caixa Econômica Federal.

3.2. Responsável: José de Jesus Rodrigues de Sousa (CPF 178.419.413-15).

4. Unidade: Município de Barreirinhas/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada contra José de Jesus Rodrigues de Sousa, ex-prefeito de Barreirinhas/MA, em decorrência da não consecução do objeto pactuado no contrato de repasse 103.018-69/2000 (Siafi 412.245), por meio do qual o município recebeu R$ 51.811,66 do Programa Pró Desporto, entre 2003 e 2004, para construção e equipamento de uma quadra de esportes coberta.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas 'b' e 'c'; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea 'a'; 209, § 7º e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel José de Jesus Rodrigues de Sousa;

9.2. julgar irregulares as contas de José de Jesus Rodrigues de Sousa;

9.3. condená-lo ao recolhimento ao Tesouro Nacional dos valores abaixo, acrescidos de encargos legais das respectivas datas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
10/10/2003	12.940,34
2/3/2004	28.029,66
17/6/2004	10.841,66

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Caixa Econômica Federal e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7100-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7101/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.682/2014-1.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada/Responsável:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

3.2. Responsável: Geralda Terezinha Parreiras Marques Ribeiro (CPF 205.616.446-91).

4. Unidade: Município de Bonfim/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida a tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra Geralda Terezinha Parreiras Marques Ribeiro, ex-prefeita, em decorrência da impugnação total das despesas do convênio 2.954/2001, celebrado com o Município de Bonfim/MG com o objetivo de executar sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/1992; 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno; e 6º, inciso I, e 19, **caput**, da Instrução Normativa TCU 71/2012, arquivar os autos, por racionalização administrativa e economia processual, sem cancelamento da dívida (R$ 27.146,56 à data de 26/11/2002), a cujo pagamento continuará obrigada a devedora para que lhe possa ser dada quitação;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que:

9.2.1. adote as medidas estabelecidas nos artigos 15 e 16, parágrafo único, da Instrução Normativa TCU 71/2012, relativamente ao débito de responsabilidade de Geralda Terezinha Parreiras Marques Ribeiro acima indicado; e

9.2.2. informe nas suas próximas contas anuais as providências implementadas para cumprir o subitem anterior, bem como os eventuais resultados alcançados;

9.3. dar ciência à Fundação Nacional de Saúde de que a fiscalização e o acompanhamento das obras objeto de convênios firmados são deveres primários do ente repassador dos recursos e de que a extemporaneidade dessas ações e a não observância dos prazos legais para instauração das tomadas de contas especiais, como verificado no convênio 2.954/2001, celebrado com o Município de Bonfim/MG, podem dificultar ou impedir a restituição ao erário dos recursos quando identificadas irregularidades na execução dos ajustes, bem como ensejar a responsabilização solidária dos gestores faltosos, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992; e

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à Funasa e à responsável.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7101-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7102/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.957/2013-4.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

3.2. Responsáveis: Antônio Soares Dias (CPF 076.478.596-68) e Município de Francisco Sá/MG (CNPJ 22.681.423/0001-57).

4. Unidade: Município de Francisco Sá/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) à Prefeitura de Francisco Sá/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, e 217, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas do município de Francisco Sá/MG e de Antônio Soares Dias;

9.2. condenar o município de Francisco Sá/MG ao recolhimento ao Fundo Nacional de Assistência Social das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas especificadas até o dia do pagamento:

VALOR ORIGINAL	DATA DA OCORRÊNCIA
R$ 11.063,00	6/1/2004
R$ 55.315,00	24/12/2003
R$11.063,00	1/8/2003

9.3. aplicar a Antônio Soares Dias multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7102-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7103/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.963/2014-2.

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.

3. Interessados: Ademir Cavalheiro Martins (CPF 459.230.607-44), Assunção de Maria Braga Moreira (CPF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

225.958.301-63), Brás Antônio Maciel Pinheiro (CPF 098.443.171-34), Carlos José Cavalcanti de Lima (CPF 067.382.144-72), Edna Maria da Paz (CPF 222.811.261-53), Gerônimo Cavalcanti Barbosa (CPF 094.196.754-91), Gilmar Ferreira Alves (CPF 123.146.841-68), Gilson Campos Soares (CPF 168.003.621-15), Helda Renilda Meireles Borba (CPF 236.191.041-15), Jorge Luiz Teixeira de Albuquerque (CPF 353.059.407-53), Lindalva Rodrigues de Sousa (CPF 153.105.741-15), Luiz Ferreira da Silva (CPF 996.380.708-97), Maria Luzinete Batista Sousa Fernandes (CPF 089.896.564-00), Mariza Cristina Ribeiro Reis (CPF 602.324.717-20), Mariza Mayumi Nagano (CPF 091.864.762-20), Marta Maria Macêdo Rolim (CPF 281.646.441-53), Nilson Meneses Castro (CPF 144.806.201-25), Reinaldo Rodrigues de Carvalho (CPF 119.255.401-97), Rita Maria Crisostomo de Moraes (CPF 210.305.451-20) e Sérvia Vaz dos Santos (CPF 120.042.601-06).

4. Unidade: Controladoria-Geral da União - CGU.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria a ex-servidores da Controladoria-Geral da União.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Mariza Mayumi Nagano;

9.2. considerar legal e registrar os atos de aposentadoria dos demais interessados; e

9.3. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7103-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7104/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.656/2013-8.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Humberto Ribeiro da Cruz (CPF 367.043.186-15) e Juvelci dos Santos Meneses (CPF 177.971.366-53).

4. Unidade: Município de Jequitaí/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra José Humberto Ribeiro da Cruz e Juvelci dos Santos Meneses, ex-prefeitos de Jequitaí/MG (gestões 2005-2008 e 2009-2012, respectivamente), em razão da omissão no dever de prestar contas do contrato de repasse 179.983-53/2005, celebrado com o Ministério das Cidades para transferência de recursos financeiros da União para pavimentação de vias públicas naquele município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. excluir Juvelci dos Santos Meneses deste processo;

9.2. julgar irregulares as contas de José Humberto Ribeiro da Cruz;

9.3. condenar José Humberto Ribeiro da Cruz ao recolhimento ao Tesouro Nacional das quantias abaixo discriminadas, acrescidas de encargos legais das respectivas datas até a data do pagamento:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
13.175,53	6/12/2007
4.639,93	19/2/2008
29.808,11	8/7/2008
49.876,43	27/8/2008

9.4. aplicar a José Humberto Ribeiro da Cruz multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais, calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, à Caixa Econômica Federal, ao Ministério das Cidades e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7104-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7105/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.867/2014-8.

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Representante: Wap Air Refrigeração Ltda. (CNPJ 01.352.748/0001-16).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação da empresa Wap Air Refrigeração Ltda. Acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 134/ADRJ/SBRJ/2014 da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, destinado à contratação de serviços de adequação da climatização da sala de embarque do Aeroporto Santos Dumont/RJ.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero de que somente deve ser limitado o somatório de quantidades de atestados para comprovação de capacidade técnico-operacional dos editais nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretar, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou desproporção entre quantidades e prazos para sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejada na contratação da obra ou serviços, devendo ser justificada tecnicamente a necessidade dessa limitação;

9.3. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e à representante;

9.4. arquivar os autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7105-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7106/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-027.748/2013-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Ética Construtora Ltda. e Geoserv - Serviços de Geotecnia e Construção Ltda..

4. Órgão: Superintendência Regional no Estado do Tocantins do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes SR-TO/DNIT.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Nascimento de Deus Neto, OAB/GO 18.197; Marina Junqueira Lima, OAB/GO 21.682; Mario Andrade Carvalho Filho, OAB/GO 38.179 e Milton Lima Filho, OAB/GO 39.185.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelas empresas Ética Construtora Ltda. e Geoserv - Serviços de Geotecnia e Construção Ltda. contra o Acórdão 3.859/2014 - 2ª Câmara (Relação 15/2014, Ata 26/2014).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelas empresas Ética Construtora Ltda. e Geoserv - Serviços de Geotecnia e Construção Ltda., para, no mérito, dar-lhes provimento, tornando insubsistente o Acórdão 3.859/2014 - 2ª Câmara;

9.2. restituir os autos à Secex/TO para que analise os argumentos apresentados pela firma Ética Construtora Ltda. na peça 143, e pelo Sr. Amauri Sousa Lima na peça 179, reinstruindo os autos tendo por base o exame efetuado;

9.3. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam aos embargantes e ao Sr. Amauri Sousa Lima.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7106-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7107/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.439/2012-0.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: José Manoel Medeiros (CPF 155.602.449-53).

4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados: Fabrizio Costa Rizzon (OAB/RS 47.867 e OAB/SC 19.111A), Pedro Maurício Pita Machado (OAB/RS 24.372, OAB/SC 12.391A e OAB/DF 29.543) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por José Manoel Medeiros contra o acórdão 2.403/2014-2ª Câmara, que considerou ilegal sua aposentadoria em virtude do pagamento em separado do percentual de 3,17% da URV, quando essa vantagem já havia sido estendida, por meio da Medida Provisória 2.225-45/2001, à remuneração de todos os servidores civis do Poder Executivo Federal.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentaram, à Universidade Federal de Santa Catarina e ao recorrente.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7107-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7108/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n. TC- 030.656/2013-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Unidade: Comando do Exército.

4. Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip decorrente da manifestação da Ouvidoria deste Tribunal de n. 166.407, acerca da percepção irregular de pensões por parte da Sra. Maria Lucia Bonorino Nobre (CPF 359.491.551-49).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar:

9.2.1. ao Comando do Exército que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste Acórdão, e observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, adote as providências necessárias à regularização da situação da Sra. Maria Lúcia Bonorino Nobre (CPF 359.491.551-49), para fins de cumprimento dos exatos termos do art. 29 da Lei n. 3.765/1960;

9.2.2. à Sefip que monitore o cumprimento deste Acórdão:

9.3. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, ao Comando do Exército, à Universidade Estadual do Maranhão e ao TCE/MA.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7108-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7109/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.123/2013-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Viru Oscar Friedrich, CPF 369.939.649-53.

4. Entidade: Município de Alto Alegre/RR.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RR.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa, de responsabilidade do Sr. Viru Oscar Friedrich, ex-Prefeito de Alto Alegre/RR, tendo em vista a impugnação das despesas realizadas com recursos dos Convênios 280/PCN/2007 (Siafi 601.928) e 8/PCN/2008 (Siafi 637.779), referentes ao Programa Calha Norte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Viru Oscar Friedrich, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas, até o dia do seu efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor, abatendo-se a quantia de R$ 66.111,08 (sessenta e seis mil cento e onze reais e oito centavos), devolvida em 30/07/20012;

Valor histórico (R$)	Data da ocorrência
5.914,49	25/9/2010
49.598,86	25/9/2010
625.000,00	30/4/2010
500.000,00	23/10/2010
500.000,00	8/11/2011

9.2. aplicar ao Sr. Viru Oscar Friedrich a multa capitulada no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens 9.1 e 9.2 acima, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Roraima, com base no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992, assim como ao Ministério da Defesa, para ciência.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7109-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7110/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.191/2013-8.

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amedeo Pannone - falecido (CPF 886.862.307-25), Paulo César da Costa (CPF 237.964.306-78), Rubens Barros Santos (CPF 193.242.276-53 e Município de Cambuquira/MG (CNPJ 17.955.386/0001-98).

4. Unidade: Município de Cambuquira/MG.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogada: Elaine Manes Lopes Oliveira (OAB/MG 95.111).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Rubens Barros Santos, Paulo César da Costa e Amedeo Pannone, ex-prefeitos municipais de Cambuquira/MG, em razão de irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 1893/2005-CGU/MS.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. acolher as razões de justificativas de Paulo César da Costa;

9.2. acolher as alegações de defesa do Município de Cambuquira/MG e aproveitar seus efeitos com relação a Rubens Barros Santos e Amedeo Pannone, nos termos do art. 161 do Regimento Interno;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Rubens Barros Santos, Paulo César da Costa, Amedeo Pannone e do Município de Cambuquira/MG e dar quitação aos responsáveis;

9.4. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7110-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7111/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.473/2011-4.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Francisco das Chagas Cruz (CPF 365.844.524-68).

4. Unidade: Município de Rio do Fogo/RN.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Francisco das Chagas Cruz, ex-prefeito do município de Rio do Fogo/RN, contra o acórdão 271/2014 - 2ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo acórdão 2.247/2014 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento;

9.2. tornar sem efeito os itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.5 do acórdão 271/2014 - 2ª Câmara, retificado pelo acórdão 2.247/2014 - 2ª Câmara;

9.3. considerar iliquidáveis as presentes contas e, nos termos do art. 21 da Lei 8.443/1992, ordenar seu trancamento;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram:

9.4.1. a Francisco das Chagas Cruz;

9.4.2. a Jaime Freire de Queiroz;

9.4.3. ao Fundo Nacional de Saúde;

9.4.4. ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado no Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7111-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7112/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.912/2013-2.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Donato de Araújo Neto (CPF 141.964.843-87); Mágila Construtora Ltda. (CNPJ 02.959.897/0001-00).

4. Entidade: Município de Canavieira/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/PI.

8. Advogado constituído nos autos: César Augusto Fonseca Gondim, OAB/PI nº 6352.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Funasa contra o Sr. José Donato de Araújo, ex-prefeito do município de Canavieira/PI (gestão: 2001-2008), em vista da omissão no dever de prestar contas dos recursos referentes às 2ª e 3ª parcelas do Convênio nº 422/2002, que tinha por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares naquela municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o Sr. José Donato de Araújo Neto;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Donato de Araújo Neto, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "a", e no art. 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, de forma isolada e em solidariedade com a empresa Mágila Construções Ltda., nas formas a seguir especificadas, ao pagamento das quantias a seguir informadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.2.1. responsável: Sr. José Donato de Araújo:

VALOR	DATA
R$ 45.383,94	30/12/2003

9.2.2. responsáveis solidários: Sr. José Donato de Araújo e empresa Mágila Construções Ltda.:

VALOR	DATA
R$ 86.614,23	30/12/2003
R$ 131.998,16	7/3/2006

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), ao Sr. José Donato de Araújo Neto, e no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à empresa Mágila Construções Ltda., fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 207, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7112-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7113/2014 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 010.923/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Cláudio Dias de Oliveira (CPF 141.958.953-91).

4. Entidade: Município de Milhã/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Wilson da Silva Vicentino, OAB/CE nº 12.844, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará (Funasa/CE) em desfavor do Sr. José Cláudio Dias de Oliveira, ex-prefeito municipal de Milhã/CE (gestões: 2005/2008 e 2009/2012), em face da impugnação total das despesas realizadas com os recursos federais repassados por meio do Convênio nº 874/2007, celebrado entre a Funasa e a referida municipalidade, no valor de R$ 105.612,85, cujo objeto consistia na execução de sistema de abastecimento de água na localidade. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Cláudio Dias de Oliveira; e

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. José Cláudio Dias de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, dando-lhe quitação.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7113-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7114/2014 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 016.150/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco Leite Guimarães Nunes (CPF 326.225.463-00).

4. Entidade: Município de Icó/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará em desfavor do Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes, ex-prefeito municipal de Icó/CE (gestão: 2001/2004), em face da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Convênio nº 1.039/2003, celebrado entre a Funasa/CE e o aludido município, cujo objeto consistia na execução de sistema de abastecimento de água na localidade

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
39.904,43	28/6/2004
29.929,00	5/11/2004

9.3. aplicar ao Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando o responsável de que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7114-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7115/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.784/2013-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsável/Recorrente:

3.1. Responsável: Francisco Ilton Cambé Barrozo (CPF 116.196.943-87).

3.2. Recorrente: Francisco Ilton Cambé Barrozo (CPF 116.196.943-87).

4. Entidade: Município de Guaramiranga/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Francisco Ilton Cambé Barrozo em face do Acórdão 5.558/2014-TCU-2ª Câmara, proferido na Sessão de 7/10/2014, por meio do qual foi apreciada tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em razão da omissão no dever de prestar contas das 2ª e 3ª parcelas do Convênio n° 480/2006 (Siafi nº 571.922), cujo objeto consistia em melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas;

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao embargante.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7115-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7116/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.787/2013-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eleva Serviços e Incorporações Ltda. - ME

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(CNPJ 05.032.706/0001-59); Francisco Antônio Cardoso Mota (CPF 206.090.194-49); Manoel Humberto Coelho D'Alencar Júnior (CPF 455.699.673-20).

4. Entidade: Município de Icó/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) originalmente em desfavor do Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, ex-prefeito do município de Icó/CE (gestão: 2005-2008), em razão da impugnação total da prestação de contas do Convênio nº 1.858/2005 (Siafi nº 555.897), cujo objeto consistia na construção de sistema de esgotamento sanitário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Manoel Humberto Coelho D'Alencar Júnior;

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota e a empresa Eleva Serviços e Incorporações Ltda. - ME (nome de fantasia Construtora Nominal), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de junho de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a empresa Eleva Serviços e Incorporações Ltda. - ME, ao pagamento do débito especificado abaixo, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculado desde as datas indicadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, abatendo-se na oportunidade a quantia de R$ 11.225,85, já ressarcida em 17/4/2007, na forma da legislação em vigor:

Valor original (em R$)	Data da ocorrência
80.000,00	15/5/2006
80.000,00	3/10/2006
40.000,00	27/10/2006

9.4. aplicar ao Sr. Francisco Antônio Cardoso Mota e à empresa Eleva Serviços e Incorporações Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.7. determinar à Secex/CE que:

9.7.1. encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Fundação Nacional de Saúde, para conhecimento dos indícios de crime de falsidade ideológica que podem ter sido praticados em outros convênios firmados com prefeituras cearenses; e

9.7.2. encaminhe cópia deste Acórdão, acompanhada do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e ao Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará, para conhecimento e providências cabíveis sobre os possíveis casos de falsificação de assinatura do Sr. Manoel Humberto Coelho D'Alencar Júnior em prestações de contas de convênios celebrados entre a União e municípios do Estado do Ceará, juntando, para tanto, cópia das peças destes autos pertinentes a esses indícios, bem assim das peças relativas ao TC 002.058/2009-3 (município de Barbalha/CE) e ao TC 031.792/2013-8 (município de Mulungu/CE), ambos sob a minha relatoria.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7116-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7117/2014 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 022.026/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Miguel Antonio Braga Neto (CPF 298.574.064-91) e Construtora João de Barro Ltda. (CNPJ 03.140.320/0001-35).

4. Entidade: Município de Fartura do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/PI.

8. Advogados constituídos nos autos: Adriano Moura de Carvalho, OAB/PI nº 4503 e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Miguel Antonio Braga Neto, ex-prefeito municipal de Fartura do Piauí/PI (gestões: 2005/2008 e 2009/2012), em face da execução apenas parcial do objeto do Convênio nº 1.318/2002, celebrado entre a Funasa e a referida municipalidade, no valor de R$ 353.535,35, cujo objeto consistia na construção de sistemas simplificados de abastecimento de água na sede do município e nas localidades de Sossego, Fazenda do Meio e Morro do Milho.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Miguel Antonio Braga Neto;

9.2. considerar revel a Construtora João de Barro Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Miguel Antonio Braga Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para condená-lo, solidariamente com a Construtora João de Barro Ltda., ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze dias), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
11.997,39	12/12/2005
20.000,00	8/5/2006

9.4. aplicar, individualmente, ao Sr. Miguel Antonio Braga Neto e à Construtora João de Barro Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, informando os responsáveis de que incidirão sobre cada parcela os correspondentes acréscimos legais e de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.7. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7117-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7118/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.492/2013-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Costa Silva (CPF 210.664.183-49); José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes (CPF 111.270.153-20); José Arnon Cruz Bezerra de Menezes (CPF 115.756.463-15); José Rodrigues Sampaio (CPF 077.798.101-78); Nielson Queiroz Guimarães (CPF 382.290.723-53); Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho (CPF 091.583.753-68); Pedro Ribeiro Filho (CPF 030.880.653-00); Roberto Rivelino Freire Queiroz (CPF 398.851.863-87).

4. Entidade: Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado do Ceará - PTB/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Francisco Irapuan Pinho Camurça (OAB/CE 6.476) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Ceará - TRE/CE, em virtude da não aprovação da prestação de contas anual do Diretório Regional do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado do Ceará - PTB/CE relativas ao exercício de 2003, conforme decisão do TRE/CE no Processo nº 11.818 - Classe 22.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar, com base no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, revéis os Srs. Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho, José Arnon Cruz Bezerra de Menezes, Antônio Costa Silva, Roberto Rivelino Freire Queiroz, José Rodrigues Sampaio e José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Pedro Ribeiro Filho e Nielson Queiroz Guimarães;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho, Pedro Ribeiro Filho, José Arnon Cruz Bezerra de Menezes, Antônio Costa Silva, Roberto Rivelino Freire Queiroz, José Rodrigues Sampaio, Nielson Queiroz Guimarães e José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei n° 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a efetiva quitação do débito, na forma da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida dívida aos cofres do Fundo Partidário, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsáveis solidários	Data	Valor (R$)
Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho, presidente do Diretório Estadual do PTB até 2/2/2003, Antônio Costa Silva, Roberto Rivelino Freire Queiroz e José Rodrigues Sampaio, tesoureiros.	28/1/2003	2.334,00
Pedro Ribeiro Filho, presidente do Diretório Estadual do PTB de 3/2/2003 a 16/9/2003, e Nielson Queiroz Guimarães, tesoureiro.	28/2/2003	7.834,00
	28/3/2003	6.168,00
	7/5/2003	9.168,00
	3/6/2003	3.834,00
	27/6/2003	3.834,00
	29/7/2003	6.034,00
	28/8/2003	2.000,00
José Arnon Cruz Bezerra de Menezes, presidente do Diretório Estadual do PTB de 17/9/2003 a 31/12/2003, e José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes, tesoureiro.	25/9/2003	4.000,00
	29/10/2003	4.350,60
	28/11/2003	4.350,60

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Paulo Afonso de Accioly Sousa Filho, Antônio Costa Silva, Roberto Rivelino Freire Queiroz e José Rodrigues Sampaio a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar, individualmente, aos Srs. Pedro Ribeiro Filho e Nielson Queiroz Guimarães a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar, individualmente, aos Srs. José Arnon Cruz Bezerra de Menezes e José Arnaldo Cruz Bezerra de Menezes, a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor

9.7. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei n° 8.443, de 1992, e no art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido pelos responsáveis, alertando-os de que, conforme disposto no § 2º, do art. 217, do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.9. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n° 8.443, de 1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7118-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7119/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.797/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Cláudio Dias de Oliveira (CPF 141.958.953-91) e Construtora Litoral e Projetos Ltda. (CNPJ 07.218.899/0001-62).

4. Entidade: Município de Milhã/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Alberto Câmara Vasconcelos (OAB-CE 15.334), Carlos Bolívar Pontes Pimentel (OAB/CE 16.825), Manoel Undino Gomes da Fonseca Neto (OAB/CE 20.584) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor do Sr. José Cláudio Dias de Oliveira, ex-prefeito de Milhã/CE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da execução apenas parcial do Convênio nº 2.481/2001, cujo objeto consistia na construção de sistema de esgotamento sanitário e na implantação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social - PESMS;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a Construtora Litoral e Projetos Ltda.;

9.2. excluir destes autos a responsabilidade dos Srs. Adriano Dantas Moreira e Cristiano Vidal Dias;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. José Cláudio Dias de Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, solidariamente com a Construtora Litoral e Projetos Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas especificadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

Valor - R$	Data
309.743,27	7/3/2007
165.461,50	27/4/2007
80.516,38	27/6/2007
40.000,00	23/8/2007
46.274,00	28/9/2007

9.4. aplicar ao Sr. José Cláudio Dias de Oliveira e à Construtora Litoral e Projetos Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, assim como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7119-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7120/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.312/2013-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cosampa Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 03.006.548/0001-37); Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda (CNPJ 07.192.755/0001-84); João Dilmar da Silva (CPF 041.258.433-68); João Udison Saraiva Cruz (CPF 263.375.413-91).

4. Entidade: Município de Limoeiro do Norte - CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Maria Imaculada Gordiano de Oliveira Barbosa, OAB/CE 8.667, e Francisco Fernando Antônio Albuquerque Lima, OAB/CE 17.658.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) orginalmente em desfavor do Sr. João Dilmar da Silva, ex-prefeito de Limoeiro do Norte/CE (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), em razão da impugnação parcial das despesas realizadas por conta do Convênio PGE 04/2005 (Siafi 527020), cujo objeto consistia na execução de obras complementares do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, referente à recuperação e pavimentação da rede viária de uso comum, com extensão de 24,5 Km (Trecho Limoeiro do Norte - Canal 2ª Etapa - Tomé), mediante recursos financeiros na ordem de R$ 3.332.000,00 da parte concedente, bem como de R$ 320.000,00 da parte convenente, perfazendo o montante de R$ 3.652.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. João Dilmar da Silva e a empresa Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda.;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Udison Saraiva Cruz e pela empresa Cosampa Projetos e Construções Ltda.;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. João Dilmar da Silva e João Udison Saraiva Cruz e das empresas Cosampa Projetos e Construções Ltda. e Goiana Construções e Prestações de Serviços Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, dando-lhes quitação;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, para que, na esfera de sua competência, examine se houve, ou não, malversação na eventual aplicação de recursos municipais na execução de obras complementares do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, referente à recuperação e pavimentação da rede viária de uso comum; e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7120-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente) e Raimundo Carreiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7121/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.600/2012-2.

2. Grupo II - Classe III - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Bernardo Cesar Carlos Belarmino de Amorim (596.237.724-91); C L Construções & Serviços Ltda. (10.634.109/0001-34); Cid Leite Vieira (722.429.734-87); Cn Construções Ltda. (02.923.344/0001-06); Construtora Primos Ltda. (04.430.820/0001-74); Construções e Serviços de Limpeza Azevedo Ltda. - Serlimpa (07.264.250/0001-88); Jackson Carlos Godeiro (033.196.994-74); Lawrence Carlos Amorim de Araújo (046.601.564-93); Marcos Jacob Fernandes Nunes (261.686.344-87); Wm Comércio e Indústria Ltda. (02.266.076/0001-99).

4. Unidade: Prefeitura de Almino Afonso - RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no Município de Almino Afonso-RN, nos meses de fevereiro e março de 2012, com objetivo de verificar a regularidade da aplicação dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasses celebrados entre o referido Município e a União.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, sem julgamento de mérito, uma vez demonstrado que os custos da fiscalização e de seu processamento superam os benefícios esperados pela ação de controle.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7121-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 7122/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.450/2010-8.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em Aposentadoria
3. Recorrente: Maria Iris Mendes da Rocha Sá (078.691.343-68).
4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (OAB/PI 7343)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Maria Iris Mendes da Rocha Sá, em face do Acórdão 7.607/2012 - TCU - 2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da Recorrente, negando-lhe o registro, em razão da incorporação - por força de sentença judicial - nos proventos da interessada, de percentual relativo ao Plano Bresser (26,05%), alusivo à URP de fevereiro/1989, sem, no entanto, considerar, para fins de absorção, as novas estruturas remuneratórias implantadas após o provimento jurisdicional.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48, c/c o art. 33, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a suspender a eficácia do subitem 9.3.1 do aresto em relação à ex-servidora Maria Iris Mendes da Rocha Sá;
9.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Srª Maria Iris Mendes da Rocha Sá, no âmbito do Mandado de Segurança 31.412/DF, impetrado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí junto ao Supremo Tribunal Federal, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao Erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;
9.3. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe as decisões judiciais que atualmente asseguram à Srª Maria Iris Mendes da Rocha Sá o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS 31.412/DF informando a este Tribunal o seu desfecho;
9.4. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal do Piauí e à Recorrente, enviando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7122-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7123/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.451/2010-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria
3. Recorrente: Maria Veralúcia Leite Nogueira (018.410.253-72).
4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: Arianne Beatriz Fernandes Ferreira (OAB/PI 7343)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Maria Veralúcia Leite Nogueira, em face do Acórdão 7.238/2012 - TCU - 2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da Recorrente, negando-lhe o registro, em razão da incorporação - por força de sentença judicial - nos proventos da interessada, de percentual relativo ao Plano Bresser (26,05%), alusivo à URP de fevereiro/1989, sem, no entanto, considerar, para fins de absorção, as novas estruturas remuneratórias implantadas após o provimento jurisdicional.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48, c/c o art. 33, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a suspender a eficácia do subitem 9.3.1 do aresto em relação à ex-servidora Maria Veralúcia Leite Nogueira;
9.2. faça cessar, em caso de decisão desfavorável à Srª Maria Veralúcia Leite Nogueira, no âmbito do Mandado de Segurança 31.412/DF, impetrado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí junto ao Supremo Tribunal Federal, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao Erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;
9.3. encaminhar cópia da presente deliberação ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União, para que acompanhe as decisões judiciais que atualmente asseguram à Srª Maria Veralúcia Leite Nogueira o pagamento da parcela referente à URP (26,05%) - MS 31.412/DF informando a este Tribunal o seu desfecho;
9.4. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade Federal do Piauí e à Recorrente, enviando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7123-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7124/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.868/2012-2.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Recorrente: Dulce Regina Niffingger e Souza (006.744.276-53).
4. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão 6.620/2013 prolatado na Sessão Ordinária da 2ª Câmara realizada em 14/11/2013, que julgou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da recorrente.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos do art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de tornar sem efeito os itens 9.3.2, e seus subitens 9.3.2.1, 9.3.2.2 e 9.3.2.3, e 9.3.3 do Acórdão 6.620/2013 - 2ª Câmara;
9.2. orientar a Universidade Federal de Minas Gerais de que poderá emitir novo ato de concessão de aposentadoria em favor da Srª Dulce Regina Niffingger, em regime de 40 (quarenta)horas, no cargo de professor-adjunto;
9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que, em havendo provimento judicial desfavorável à Srª Dulce Regina Niffingger no âmbito do Processo 2008.38.00.001103-2, em trâmite na Justiça Federal de Minas Gerais (15ª Vara Federal), promova, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a título de diferença do art. 192 do mesmo diploma legal;
9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente e à UFMG, após, arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7124-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7125/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.623/2013-1.
2. Grupo I - Classe I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Sidney Chaves (CPF: 044.135.716-49).
4. Unidade: Prefeitura de Conselheiro Pena/MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).
8. Advogado constituído nos autos: Saint-Clair Campanha Filho (OAB/MG 89.253)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto por Sidney Chaves em face do Acórdão 1.411/2014-TCU-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer do presente Recurso de Reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento, conferindo nova redação ao subitem 9.1 do Acórdão 1.411/2014-TCU-2ª Câmara, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
"9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Sidney Chaves (CPF: 044.135.716-49) e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalvas as contas do aludido responsável, dando-lhe a respectiva quitação;"
9.2. tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.7 do referido acórdão;
9.3. dar ciência desta decisão ao recorrente;
9.4. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7125-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7126/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.389/2002-3.
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Bernardo dos Santos Batista (062.616.803-10)
4. Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, encaminhados a este Tribunal em 2001, pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão, previamente considerado legal por meio do Acordão TCU nº 1612/2003-Primeira Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. de conformidade com o que dispõe o artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; c/c os artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; c/c os arts. 1º, inciso VIII e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, presente a ressalva posta na parte final do art. 54 da Lei 9.784/1999, rever de ofício do Acordão-TCU nº 1612/2003-Primeira Câmara, para considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Bernardo dos Santos Batista (CPF: 062.616.803-10), em razão de o interessado não ter cumprido tempo de serviço suficiente para a aposentadoria, de acordo com o fundamento legal indicado no ato;
9.2. com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão que:
9.2.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão deste Tribunal, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
9.2.2. promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, a restituição dos valores pagos indevidamente ao interessado desde sua aposentadoria, relativos aos pagamentos feitos acima da proporção devida da sua aposentadoria, de 31/35 avos;
9.2.3. dê ciência do inteiro teor do acórdão a ser proferido ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso, junto ao TCU, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento desse recurso;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado tomou ciência do julgamento deste Tribunal;
9.2.5. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento Interno.
9.3. dar ciência desta decisão aos interessados.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7126-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 7127/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.562/2014-9.
2. Grupo II - Classe IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Marlon Rossetto Braga (102.873.527-81); Michele Leal Morais (046.301.296-85); Micheline Pires Sampaio (805.307.966-00); Miky Maximiano de Oliveira (075.457.436-95); Nathalia Vaz da Trindade (085.620.096-44); Neiliane Cristina da Silva Souza (890.018.186-68); Neuza Ribeiro Cotta (097.271.856-73); Neyrivone Santos Carvalho (080.437.566-60); Noemi Matos Machado (075.799.357-59); Olga Jurema de Oliveira Barbosa (287.826.155-00); Patricia Maria Santos Correia (420.081.905-87); Paula Regina Wenceslau Lloyd (933.378.926-04); Priscila Jordana da Silveira e Souza (052.671.486-79); Priscilla Andrade de Almeida (053.448.576-67); Quesia da Costa Izidoro (099.156.817-63); Rafael Gariglio Cezar (054.765.216-07); Rafael Gustavo Barbosa (077.777.236-18); Rafaella Nunes Alves (014.839.706-98); Rejane Cristina de Oliveira (053.988.396-40); Renata Iris Dima (109.277.477-74); Rodrigo Mendonça de Vasconcelos Barbosa (076.257.216-71); Rodrigo de Almeida Brum (045.539.546-21); Rose Helena Vieira Celestino Ferreira (992.612.357-00); Saila Stefânia Salatiel Teixeira (955.025.566-20); Samantha Nervo Otero (809.814.880-72); Sandra Tereza Lopes (025.911.936-90); Solange da Silva Quintão (698.434.146-91); Tatiane Bertolina de Carvalho Borges (050.440.126-29); Tulio Roriz Ferreira de Castro (055.491.056-08); Vaneide Salomao dos Santos Medeiros (032.963.606-54); Vanessa Viegas Passos (033.894.536-95); Vera Maria Salviano Gianesini (324.231.446-87); Victor Santos de Barros (102.833.047-23); Vitor Maia Santos (104.471.007-18); Waldenice Pinheiro de Araujo (038.126.636-27); Wilson Gustavo Rodrigues Alves (005.446.606-76); Zoraide Machado Brito (022.847.697-64).
4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões efetuadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 259 a 263 do Regimento Interno/TCU:
9.1 apreciar como ilegal o ato de admissão de Micheline Pires Sampaio (805.307.966-00), no cargo de Analista do Seguro Social - área de formação em Serviço Social - junto ao INSS, negando o registro do ato de peça nº 4, devendo a interessada ser convocada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para optar entre o cargo exercido no INSS e o cargo de assistente social exercido junto à Prefeitura de Ipatinga/MG, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/90;
9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela servidora Micheline Pires Sampaio, nos termos do enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
9.3 apreciar como legais os demais atos constantes dos presentes autos, ordenando os respectivos registros;
9.4 determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS que:
9.4.1. caso a servidora Micheline Pires Sampaio opte pelo cargo federal, submeta novo ato de admissão à apreciação deste Tribunal, por intermédio do sistema Sisac; e, em caso contrário, que envie, pelo mesmo sistema, o ato relativo ao desligamento da servidora do quadro do INSS.
9.4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, remeta a este Tribunal a comprovação de que a interessada em epígrafe tomou conhecimento da presente decisão.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7127-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7128/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.851/2008-6.
2. Grupo II - Classe IV - Pensão Civil.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Aristides Martingo Maia (112.502.162-49); Arnoldo de Oliveira Filho (221.346.979-20); Jackson Ferreira de Souza Callado (040.589.129-60); Jaqueline Ferreira de Souza Callado (674.414.249-68); Julcineia da Luz Goncalves (769.372.839-20); Juraci da Rosa Rodrigues Lima (864.269.239-15); Maria Azir Almeida Lopes (098.520.509-15); Maria Celia dos Santos (004.141.759-30); Maria Dolores da Silva (666.573.269-04); Ricardo Gaspar Muller (314.746.837-20); Thais Julcinéia Gonçalves (058.056.149-60).
4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do cumprimento do Acórdão nº 873/2010 - 2ª Câmara, que considerou ilegais diversos os atos de pensão civil em razão do pagamento irregular da vantagem relativa ao percentual de 3,17% (em duplicidade e sob a forma de percentual incidente sobre outras rubricas).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões exposta pelo relator, em:
9.1. rever de ofício a apreciação do ato de pensão civil instituída por Valdeci Mário Gonçalves, considerado ilegal pelo Acórdão nº 873/2010 - 2ª Câmara, para julgá-lo legal e determinar o respectivo registro, nos termos da legislação processual de regência;
9.2. reiterar a determinação à Universidade Federal de Santa Catarina, no sentido de que exclua, no prazo máximo de 15 (quinze) dias e após prévia notificação dos interessados, o percentual judicial de 3,17% do cálculo das pensões deixadas por Delta Maria de Souza Maia, Guilherme Vicente da Silva, Henrique Espada Rodrigues Lima, Lauro Lopes, Maria Celia Marcondes de Moraes e Maria Madalena de Oliveira, uma vez que restou comprovada a total absorção da referida vantagem pelas melhorias posteriores aplicadas aos proventos dos instituidores, desde a implantação da rubrica judicial até o falecimento dos ex-servidores ou até a situação atual, para aqueles cujas pensões ainda guardam paridade;
9.3. determinar à UFSC o encaminhamento, pelo sistema Sisac, de novos atos para os instituidores de pensão listados no subitem supra, livres de irregularidades, para nova apreciação pela Corte de Contas;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações supra.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7128-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7129/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.086/2014-0.
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão
3. Interessados: Ana Paula Cavalcante de Oliveira (029.529.264-41); Gabriela Maia Lemos Lyra (001.038.844-32); Thais Lasneaux Barboza (094.678.837-59).
4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam três atos de admissão expedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, determinar o sobrestamento do exame dos atos relativos às interessadas até o efetivo trânsito em julgado das ações judiciais que fundamentaram as suas admissões (Mandado de Segurança Individual nº 480-39.2013.4.01.3821; Sentença Judicial nº 0004.000012-7/2008, constante do Processo 2007.80.00.006467-1; e Sentença Judicial proferida na Ação Ordinária nº 0001.0000345-4/2007, constante do Processo 2006.80.00.005069-2, pelo Juiz Federal da 1ª Vara Federal/AL);
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que acompanhe o andamento das ações judiciais que ampararam os atos de admissão a que se refere o subitem anterior;
9.3. encaminhar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7129-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7130/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.648/2013-1
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Perla Arantes de Almeida Hess (782.214.718-87) e Silvia Aparecida da Silva (673.851.258-91).
4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de aposentadorias concedidas pela Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul às ex-servidoras Sílvia Aparecida da Silva e Perla Arantes de Almeida Hess.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegais, nos moldes em que foram concedidas, as aposentadorias de interesse de servidoras Sílvia Aparecida da Silva (10001875-04-2004-010052-5) e Perla Arantes de Almeida Hess (10001875-04-2009-000004-4), negando-se-lhes registro;
9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas interessadas, nos termos do enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos irregulares decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e emita novos atos de aposentadoria, livres das irregularidades detectadas nestes autos, levando ao conhecimento das interessadas o teor deste acórdão e alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste decisum, caso os recursos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, remeta a este Tribunal a comprovação de que as interessadas em epígrafe tomaram conhecimento da presente decisão;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7130-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7131/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.952/2010-9.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrentes: Gerson Rizzatti (179.122.029-00); Erna Unlauf Machado Cabral (420.952.049-72).
4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Gerson Rizzatti e Erna Unlauf Machado Cabral, ex-servidores da Universidade Federal de Santa Catarina, contra o Acórdão 6.365/2012 - TCU - 2ª Câmara, Sessão de 28/8/2012, que considerou ilegais suas aposentadorias;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. nos termos do art. 48 e seu parágrafo único, da Lei 8.443/1992, conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e à UFSC;
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7131-42/14-2.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7132/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.305/2010-7.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame em Pensão Civil)
3. Interessada: Edna Maxima Dias (637.132.337-72 - instituidor: Silvino da Silva Barbosa)
4. Unidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: Wilson da Rocha Viana (OAB/RJ 51.855).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Srª Edna Maxima Dias, por intermédio de seu representante legal, contra o Acórdão 8.936/2012 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal a concessão de pensão civil (instituidor: Silvino da Silva Barbosa) em favor da recorrente, recusando o registro do respectivo ato.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fulcro no art. 48, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, do Pedido de Reexame interposto pela Srª Edna Maxima Dias, por intermédio de seu Representante Legal para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 8.936/2012 - TCU - 2ª Câmara;
9.2. dar ciência ao recorrente desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7132-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7133/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.818/2011-6.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Germano Alberto Ricardo (125.220.667-49).
4. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa/ES - MEC.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Sr Germano Alberto Ricardo, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 2.357/2012-TCU, prolatado pela 2ª Câmara desta Corte de Contas, que considerou ilegal o ato de aposentadoria do recorrente, em virtude da inclusão indevida da vantagem prevista no art. 250 da Lei 8.112/1990, por não possuir os 35 anos de serviço requeridos para a inclusão em 18/4/1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992 e arts. 285, caput, 286, parágrafo único, do RI/TCU, conhecer do recurso interposto pelo Sr. Germano Alberto Ricardo (CPF 125.220.667-49) para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar conhecimento ao órgão interessado e ao recorrente da deliberação proferida.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7133-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7134/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.624/2014-5.
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Antonio Muinos de Souza Araujo (045.137.626-91).
4. Unidade: Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da aposentadoria concedida ao Sr. Antonio Muinos de Souza Araujo pela Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal, nos moldes em que foi concedida, a aposentadoria de interesse de Antonio Muinos de Souza Araujo, negando-se registro ao ato registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões - Sisac sob o número 10162275-04-2013-000021-6;
9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, nos termos do enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Gerência Executiva do INSS em Porto Alegre/RS que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos irregulares decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade detectada nestes autos, levando ao conhecimento do Sr. Antonio Muinos de Souza Araujo o teor deste acórdão e alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste decisum, caso os recursos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, remeta a este Tribunal a comprovação de que o interessado em epígrafe tomou conhecimento da presente decisão;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7134-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7135/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.687/2014-7
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Josué Nunes (CPF 181.368.427-87).
4. Unidade: Superintendência Estadual do INSS em Maceió/AL.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da aposentadoria concedida ao Sr. José Josué Nunes pela Superintendência Estadual do INSS em Maceió/AL.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal, nos moldes em que foi concedida, a aposentadoria de interesse de José Josué Nunes, negando-se registro ao ato registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões - Sisac sob o número 10803106-04-2011-000003-1;
9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, nos termos do enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS em Maceió/AL que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos irregulares decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade detectada nestes autos, levando ao conhecimento do Sr. José Josué Nunes o teor deste acórdão e alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste decisum, caso os recursos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, remeta a este Tribunal a comprovação de que o interessado em epígrafe tomou conhecimento da presente decisão;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7135-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7136/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.688/2014-3
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessado: Valeria Calife da Silva (CPF 292.382.504-72).
4. Unidade: Superintendência Estadual do INSS em Natal/RN.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da aposentadoria concedida à Srª Valéria Calife da Silva pela Superintendência Estadual do INSS em Natal/RN.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegal, nos moldes em que foi concedida, a aposentadoria de interesse de Valéria Calife da Silva, negando-se registro ao ato registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Admissão e Concessões - Sisac sob o número 10804706-04-2003-000024-5;
9.2. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, nos termos do enunciado 106 da súmula de jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Superintendência Estadual do INSS em Natal/RN que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, faça cessar os pagamentos irregulares decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, e emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade detectada nestes autos, levando ao conhecimento da Srª Valéria Calife da Silva o teor deste acórdão e alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste decisum, caso os recursos não sejam providos;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste acórdão, remeta a este Tribunal a comprovação de que o interessado em epígrafe tomou conhecimento da presente decisão;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações objeto do subitem 9.3 supra, representando ao Tribunal em caso de irregularidade.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7136-42/14-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7137/2014 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.282/1998-1
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34), José Gilvan Pires de Sá (CPF 215.560.598-68) e outros.
4. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: SecobRodovias.

8. Advogados constituídos nos autos: Érica Bastos da Silveira Cassini (OAB/DF 16.124) e Vanessa Khristine Carvalho Lima (OAB/GO 18.351).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, referentes a 1997, do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no art. 11 da Lei 8.443, de 16/7/1992, e no art. 157 do Regimento Interno do TCU, levantar o sobrestamento dos presentes autos;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Diretor-Geral do DNER, Sr. Maurício Hasenclever Borges (CPF 006.996.756-34), em face da utilização indevida de recursos federais destinados às obras da BR-381, entre a divisa MG/SP até o entroncamento com a BR-116 e da BR-116, da divisa SP/PR até o km 42,7, recursos estes oriundos de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e desviados para o pagamento de serviços médico-odontológicos à Sul América Seguros, a exemplo das notas de empenho 97NE6611 e 97NE6693;

9.3. considerar que a irregularidade sintetizada no subitem anterior deste Acórdão e aquelas detectadas nos autos dos TCs 002.133/1998-9, 425.021/1998-0 e 014.811/2000-0 têm reflexo tal nas presentes contas que, quando consideradas no conjunto da gestão em exame, justificam sejam julgadas irregulares, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas ordinárias dos Sres Maurício Hasenclever Borges e José Gilvan Pires de Sá referentes ao exercício de 1997;

9.4. com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas ordinárias dos demais responsáveis pela gestão do DNER do exercício de 1997, arrolados nestes autos, dando-lhes quitação plena;

9.5. com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, aplicar ao Sr. Maurício Hasenclever Borges multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea **a**, de seu Regimento Interno, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, acrescida dos encargos legais devidos a contar da data desta deliberação, caso não venha a ser paga dentro do prazo ora estipulado;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.7. em consonância com o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, encaminhar cópia eletrônica destes autos ao Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 42/2014 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 18/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7137-42/14-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Raimundo Carreiro, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 54 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 20 de novembro de 2014.

AROLDO CEDRAZ
Presidente

EXTRATO DA PAUTA Nº 43 (ORDINÁRIA)

Sessão em 25 de novembro de 2014, às 16h

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pela 2ª Câmara, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-006.039/2014-6
Apenso 010.379/2011-8 (Representação)
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA
Advogado constituído nos autos: não há

TC-014.984/2009-5
Natureza: aposentadoria
Interessados: Antonio Cassiano de Souza Sobrinho; Breno Machado Grissi; Cirilo Cordeiro dos Anjos Filho; Fernando Jose Cantalice Soares; Francisca de Alencar Soares Leite; Glicia Machado Athayde; Jose Nilton da Silva; João Tranquilino de Brito; Maria Carmesia Targino Maranhão Leite; Maria Celia Aquino de Assis; Maria Dolores Menezes Brayner; Maria Ilbaniza Gomes; Maria do Socorro Costa Sousa Caldas; Maurice Joseph Felix Van Woensel; Ozaes Barros Mangueira; Ubiratan Indio de Lameiro
Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-000.754/2012-9
Natureza: Representação
Entidade: Prefeitura de Governador Dix-Sept Rosado - RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-001.310/2014-3
Natureza: Representação
Representante: Tamengo Empreendimentos Hoteleiros S/A
Órgão: Ministério do Turismo (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.303/2010-1
Apensos: 018.202/2009-0 (Tomada de contas especial)
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Dirce Duraes Vila Nova; Edinar Valente de Andrade Gibim; M do Espirito Santo Braga; Marcos Herbert Felix; Namis Levino da Silva Filho
Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.591/2009-0
Natureza: Pensão civil
Interessados: Acelio Matheus Pinheiro Souza; e outros
Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.620/2013-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-010.650/2014-8
Natureza: Monitoramento
Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.967/2012-6
Natureza: Tomada de contas especial
Responsáveis: Samuel Monteiro da Cruz e Real Master Serviços Indústria & Comércio Ltda.
Entidade: Prefeitura de Baía Formosa - RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.828/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Gonzaga Mello Gomes; e outros
Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.280/2014-5
Natureza: Representação
Representante: AJS Prestação de Serviços Ltda
Órgão: Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.796/2013-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte.
Entidade: Prefeitura de Martins - RN
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.045/2012-3
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo do TCU/AC
Entidade: Secretaria de Estado de Polícia Civil do Acre - SEPC/AC
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.082/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Lucia Santos Lima
Entidade: Superintendência Estadual do Inss em Maceió/AL - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-019.307/2014-4
Natureza: Prestação de contas -
Exercício: 2013
Responsáveis: Denize Mota Silva; Luis Alberto Daguano; Maria Doralice Novaes; Silvia Regina Pondé Galvão Devonald
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.401/2014-0
Natureza: Representação
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São José dos Campos/SP - MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.422/2014-8
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Carlos Kelson Rodrigues dos Santos; e outros
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.901/2014-3
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Francisco Sousa do Nascimento; e outros
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho - TST
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.908/2011-3
Apensos: 029.357/2011-0 (Denúncia)
Natureza: Monitoramento
Entidade: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.931/2014-0
Natureza: Atos de admissão
Interessados: Alexandre de Cassio Barreira; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.648/2014-0
Natureza: Representação
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Manaus/AM - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.911/2013-4
Natureza: Prestação de contas -
Exercício: 2012
Responsáveis: Alberto de Barros Moraes Sayao; Andre Nunes; Antonio Gustavo Matos do Vale; Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves; Cleverson Aroeira da Silva; Célio Alberto Barros de Lima; Ernesto Serejo Costa; Fernando Antonio Ribeiro Soares; Francisco José de Siqueira; Geraldo Moreira Neves; Gilvan da Silva Dantas; Guilherme Walder Mora Ramalho; Jaime Henrique Caldas Parreira; Jose Irenaldo Leite de Ataide; José Antônio Eirado Neto; João Marcio Jordão; Licinio Velasco Junior; Lílian Maria Cordeiro Pinheiro; Marco Aurelio Goncalves Mendes; Mariana Marreco Cerqueira; Mauricio Melo Chaves; Mauro Roberto Pacheco de Lima; Ramon Borges Cardoso; Sergio Cruz
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.467/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Gonzaga Neves Romão; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.205/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Cohen.
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Porto Alegre/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.243/2013-6
Natureza: Representação
Interessada: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
Órgão: Ministério do Turismo (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-025.259/2014-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agueda Maria Lopes Couto; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.267/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Wagner Caldeira Garzon; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.279/2014-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cleusa Maria de Alexandre Lourenço; e outros
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.113/2014-7
Natureza: Representação
Interessado: Maria da Silva Kulkamp
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Criciúma/SC - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.447/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dulce Martins e Arruda; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Luís/MA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.474/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisca Marcolla Garcia; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Santa Maria/RS - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.482/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Joair Alves de Araújo; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Curitiba/PR - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.858/2014-2
Natureza: Pensão civil
Interessado: Marisa Aparecida Vieira da Silva
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Sorocaba/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.997/2011-8
Natureza: Prestação de contas -
Exercício: 2010
Responsáveis: Margarida de Fátima Nicoletti; Maria Aparecida Mendes de Oliveira; Maria de Fátima Rosa Vilarinho; Polliana Figueirôa Liebich
Entidade: Coordenação Regional da Funai em Dourados/MS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.137/2014-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Kimimaro Arita
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Marília/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.162/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo José de Vasconcelos Astuto
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.165/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Divina Oliveira Jardim
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.184/2014-5
Natureza: Pensão civil
Interessado: Maria Ferreira Requiao
Órgão: Ministério da Previdência Social (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.193/2014-4
Natureza: Pensão civil
Interessados: Altair Gomes; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss no Rio de Janeiro/Norte
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.194/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessado: Alzira Pessione Mercadante
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Rio de Janeiro-Centro/RJ - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.213/2014-5
Natureza: Pensão civil
Interessado: Maria Luzia Jose Leandro de Sousa
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.307/2014-0
Natureza: Pensão civil
Interessado: Elisabeth Menten Scatolini
Entidade: Gerência Executiva do Inss em São Paulo Centro/SP - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.308/2014-6
Natureza: Pensão civil
Interessados: Maria Jose Vila Nova; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Belo Horizonte/MG - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.761/2014-2
Natureza: Representação
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Superintendência Regional Sudeste I - São Paulo.
Representante: Cibam Engenharia Eireli - EPP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.044/2014-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rita de Cassia Neves Teles Koop; e outros
Entidade: Gerência Executiva do Inss em Salvador/BA - INSS/MPS
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.328/2013-6
Natureza: Prestação de contas -
Exercício: 2012
Responsáveis: Paulo Antonio Skaff; Renato Capolari Cordeiro; Robson Braga de Andrade
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional - Sesi/DN.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.510/2010-8
Natureza: Representação
Responsáveis: Luis Hiroshi Sakamoto; e outros
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas.
Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. Advogados constituídos nos autos: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB/AM 3.554), Luciana Cristina Rodrigues (OAB/AM 3.671), Francisco dos Santos da Silva (OAB/AM 3.458), Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB/AM 6.142), Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187), Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656) e Paula Jaurina Silva Bessa (OAB/AM 5.028).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-002.164/2004-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria da Glória Oliveira Santos
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Educação - Seduc /PA
Advogado constituído nos autos: José Acreano Brasil (OAB/PA n.º 1.717).

TC-007.701/2012-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessados: Instituto Quero-Quero; Associação de Preservação do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Difusão da Cultura e Educação - Apreced; Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural - Indesc; Instituto de Cidadania Raízes.
Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-015.973/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Adilmar Arcênio dos Santos
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.903/2014-6
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2013
Responsáveis: Ana Celia Coelho Madeira Veras; Marconi de Macedo Rodrigues
Órgão/Entidade: Superintendência do Patrimônio da União No Estado do Piauí - SPU/PI
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.389/2013-0
Apensos: 033.872/2013-9 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2012
Responsáveis: Walmália Socorro Barata Bivar e outros
Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vinculada ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.244/2014-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adelaide Rodrigues de Araujo e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.249/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudio Mizuta e outros
Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.403/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jandyra Ferreira da Rocha e outros
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.275/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria da Graça Pacheco Nascimento
Órgão/Entidade: Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX/SE/MP
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.213/2014-2
Natureza: Ato de Admissão
Interessado: Everton de Oliveira Gois
Órgão/Entidade: Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA (em substituição a Ministra ANA ARRAES)

TC-005.718/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Adaltiva Mendonça da Silva; Alba Nunes Salviano;Albanice Nunes Couto Barreto; Albanita Nunes Lira; Angela Maria de Araujo Peixoto; Anicelia Nunes da Silva; Catia Cristina de Araujo Quarterolli Bastos; Denise Pinto de Oliveira; Deyse Pinto de Oliveira Simas; Erico Nunes da Silva; Francisca Elisa Pontes; Helena de Araujo; Iara da Rocha Vianna; Jacqueline Cavalcante de Oliveira; João Batista de Almeida; Maria Conceicao Almeida dos Santos; Maria Conceição Almeida dos Santos; Maria das Graças Vale de Medeiros Maia; Maria de Araújo Almeida; Maria de Fatima Almeida de Pontes; Rita de Cassia Pinto Oliveira; Rosa Adélia Rodrigues Buraseska;Tereza Clara de Souza.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.381/2009-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Alzira Gonçalves Quaresma Mota; Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Candida Leticia Nobre Furtado Nogueira; Carlos Alberto Neves de Sousa; Edilazir Maria de Sousa Pereira; Ednaldo Gomes da Rocha; Francisco Jose Aragao; Joao Alberto Brandolt Urruzola; Josebias Batista da Silva; Judas Thadeu de Vasconcelos Pereira; Lucia de Fatima Taumaturgo dos Santos Nucci; Luiz Carlos Serconek; Paulo Jose Benatti; Roger Barros Rezegue; Samuel Freitas Costa Filho; Sergio dos Santos Calazans; Vilson Souza da Hora.
Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.410/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Emerson Santo Stresser; Instituto Confiancce; Márcia Rutz Lazarini Coutinho e Sineden Aparecido de Lara.
Unidade: município de Rio Branco do Sul - PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.431/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Emerson Santo Stresser; Márcia Rutz Lazarini Coutinho; Organização Sociedade Civil de Integração Médica - Oscimed; Sineden Aparecido de Lara.
Unidade: município de Rio Branco do Sul - PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.805/2014-2
Natureza: Reforma.
Interessados: Lavoizier Bernardino Pinheiro; Mauricio Silva do Nascimento; Oton Francisco Oliveira de Souza; Paulo Cezar Rocha de Mello; Roberto Julio de Oliveira; Rodrigo da Silva Diniz; Rosana Aparecida Mallet Tomas; Rubem Figueira Mendes; Ueniton de Souza Teixeira; Washington Moura Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.844/2013-0
Natureza: Monitoramento.
Responsáveis: Wander Antunes Borges e Construtora Supera Ltda..
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás.
Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e município de Campinorte - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-013.964/2014-3
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Celia Elisabete de Moura Palha Mondeg; Julieta de Moura Palha; Regina Celia de Moura Palha Falcao; Sueli de Moura Palha Possas; Vanja Cláudia de Sousa Jota; Vânia Conceição de Souza Jota.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.362/2013-6
Natureza: Monitoramento.
Responsável: Francisco Olizete Agra.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Unidade: Prefeitura Municipal de Itapaci - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.825/2014-1
Natureza: Reforma.
Interessado: Elisio Soares da Silva.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.780/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alexandre Porto de Souza; Amanda da Rocha Ramos; Ana Carolina Cassiano; Brenda Ferreira Cesar; Caroline Lucindo da Silva Cordeiro; Cassia Naiane do Nascimento; Crissia Ramos Alves Pereira; Fabio Lacerda Braz; Gilciane Sales de Brito; Igor André Neves Moraes; Jhonatas Breno Araujo de Jesus; Jonathan Lourenço Rodrigues de Oliveira; José Guedes das Neves Júnior; Juliana Menezes Azevedo dos Santos; Leandro Ferreira da Silva; Leonardo Huguenin Marques; Leydiane Moreira Neves; Luana Cristina da Silva de Assis; Luana Silva Sant'anna; Lílian Santana Alves; Marcelo Gomes Sato; Natália Franco da Silva Sampaio; Neilor Faria de Moraes; Otávio Vargas Moreira; Philippi Poubel Martins; Sabrina Alice Resende Marques; Sara dos Santos de Oliveira; Silas Mendes de Oliveira; Sueny Silva Macie; Tassianna Pinto dos Reis.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.335/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Rio Bonito - R; Solange Pereira de Almeida.
Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.484/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Aila da Silva Mendes; Alfredina da Silva Aldama; Alice do Espirito Santo Eduardo; Cheila Maria Azeredo Narciso; Debora Sampaio Silva; Edna Maria de Jesus Souza; Elizabeth Silva do Nascimento; Elizete Silva Santos Torquato; Enilzete Silva Santos Ramos; Hélia Emilia da Silva;Iracema Emilia da Silva; Izabel Cristina do Espirito Santo E. do Nascimento; Marcia Cristina de Almeida Bello; Margarida Maria Bello; Maria Gorette Cunha de Oliveira; Maria Lucia Eduardo de Asevedo; Maria Regina Oliveira da Silva; Maria das Neves Costa da Cunha; Mariland Gonçalves Lopes; Mariza Eduardo dos Santos; Miriam Silva Sant ' Ana da Silva; Nilda de Souza Moretti; Nizia de Oliveira Freire; Patricia Gomes Martins; Rosana Fátima de Souza; Rosane Batista da Silva; Rosangela Batista da Silva; Rozineia Rocha da Silva; Sandra de Almeida Bello Andrioli; Sergio de Souza Carvalho; Sheily Maria Azeredo Costa; Solange de Jesus Martins; Sonia Esteves dos Santos; Sonia Maria Costa; Suzete Maria Bello; Telma Maria Bello; Vera Lucia de Oliveira Dias.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.651/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Maria Auxiliadora de Oliveira Madureira;Marta Maria Leopoldino dos Santos.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.526/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Sergio Amaro; Severino Nunes Pereira Neto; Suzy dos Santos Vieira; Telma Machado Martins; Valter Oliveira da Conceição.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.877/2014-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Adalgisa Araujo Ferreir; Antonia Maria Alves; Arlete Martins Carvalho Costa; Aureni Mattos da Silva de Carvalho; Maria Luiza Mascarenhas de Mesquita Bezerra; Marlene Silva do Nascimento; Thereza Pereira dos Santos; Vivaldina Araujo do Nascimento.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.984/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Erni Luiz Lorencini Pedo; Kleber Lorencini Pedo; Larrubia Oliveira Almeida; Yulla Di Franco Bicudo de Sa e Benevides.
Unidade: Advocacia-Geral da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.107/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: José Eliomar da Costa Dias.
Unidade: município de Água Doce do Maranhão - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.231/2014-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-Combatente.
Interessados: Geralda Santana Tiburcio; Jordina Patricio Machado; Maria das Dôres dos Santos; Olavio Candido Filho.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.239/2014-4
Natureza: Pensão Militar.
Interessados: Analice Reis Farias; Edite Gomes Floro; Luiza Fernandes de Melo; Neuza Bastos de Melo; Valdelicia dos Santos Victor.
Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.397/2014-6
Natureza: Representação.
Representante: Sauipe Estacionamentos Ltda..
Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.043/2014-0
Natureza: Representação.
Representante: Trivale Administração Ltda..
Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - Amazul.
Advogados constituídos nos autos: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870) e outros.

TC-030.192/2014-5
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Douglas Ribeiro França; Douglas Rodrigues Gomes de Paula; Douglas Silva de Souza; Douglas Vicente dos Santos; Douglas Xavier Moreira; Dyllan Costa Leme; Ed Albert Correia Paulino Santos; Edgleison dos Santos Silva;Edielson Pereira de Abreu; Edilson Carlos Batista da Silva; Edilson de Jesus Machado Coelho Junior; Edmilson Moraes da Silva de Souza; Edson Kennedy Maia Silva; Edson Saboia Lima da Luz; Eduardo Baense de Abreu; Eduardo Costa dos Santos; Eduardo Lucas de Santos Lima; Eliab Antonio da Silva; Elmo Pacheco Neto; Elvis Borges Santos de Moraes; Emerson Farias da Silva; Enoque dos Santos Neto; Enã Coelho da Silva; Erick Guimarães dos Santos; Erick Lucio dos Santos; Erick da Silva Marculino; Eriton Azevedo de Andrade; Evandro de Jesus Magalhães); Evandson Vieira Silva de Oliveira; Everton Livramento dos Santos; Ewerton Gonçalves Antunes da Silva; Ewerton Gustavo Lima Braga Alves; Fabiano de Araujo; Fabio Ferreira da Silva Junior; Fabricio Conceição dos Santos; Fabricio Raposo; Fabricio Ribeiro Gonçalves; Fabricio Sampaio dos Santos; Felipe Andrade dos Santos; Felipe Anisio Frederico da Silva; Felipe Cabral Porcinio; Felipe Caetano da Silva; Felipe Cardoso de Cunto; Felipe da Conceição Sousa; Felipe de Medeiros Ledo; Felipe de Souza Guimarães; Felipe do Nascimento Lima; Fábio Augusto de Souza da Silva; Fábio Santos do Carmo; Érick Simon da Silva Pedroso.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.193/2014-1
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Felipe Ferreira Rangel; Felipe Gomes de Moraes; Felipe Matheus Gabriel dos Reis; Felipe Mendonça de Menezes; Felipe Renato Nascimento dos Santos; Felipe Simeão dos Santos; Felipe Telles Silva; Felipe Trajano Macedo; Felippe Moura Dantas; Fernando Sampaio Cabral Junior; Fhellip Oliveira da Silva; Filipe Augusto Ribeiro de Oliveira; Filipe Barbosa de Carvalho; Filipe Felix Dias; Filipe Fernandes Ayres Arcangelo; Filipe Rocha Clarindo; Filipe dos Santos Barreira; Fillipe Gomes Bezerra; Flavio França do Carmo; Flávio Ernan dos Santos de Araújo; Flávio Ferreira da Silva Júnior; Flávio Rossi de Oliveira Junior; Flávio das Neves Borba; Flávio dos Santos Lima; Francis Johnny's da Silva Sant'anna; Francisco Ferreira dos Santos; Francisco Luan; Francisco Lucas Meireles da Mota; Francisco de Assis Rodrigues da Silva Junior; Franklin Santana Simões dos Reis; Gabriel Corrêa Santino;Gabriel Diniz Felipe; Gabriel Marcelino Braga da Silva; Gabriel Martins da Silva; Gabriel Medeiros de Souza; Gabriel Menezes da Rocha; Gabriel Oliveira dos Santos; Gabriel Pereira Francisco;Gabriel Silva das Neves; Gabriel de Abreu da Silva; Gabriel dos Santos Freire; Gedson Xavier dos Santos; Genilmar Minervino de Farias; Genilson Lima de Almeida Silva; George Augusto Hamren; George Demerciano Loureiro; George Lucas dos Santos; Geovane Carlos Velôso Nobrega; Geovani Silva Conceição; Gerson Fernado Matos Moraes.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.200/2014-8
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Lucas Alves Ramos; Lucas Alves de Souza Silva; Lucas Ayres de Souza; Lucas Bastos Rodrigues; Lucas Costa Albino; Lucas Gabriel Santos Carneiro; Lucas Gama Almeida; Lucas Germano Costa; Lucas Gomes Miranda; Lucas Isaac Guimarães da Silva; Lucas Jacinto Veiga; Lucas José Pinto dos Santos; Lucas Lamônica Silva; Lucas Lima Queiroz do Nascimento; Lucas Macena Bastos; Lucas Martins Arcanjo; Lucas Mendes Barbosa; Lucas Miranda Bento; Lucas Moura de Oliveira; Lucas Rezende dos Santos; Lucas Salgado Ferilles; Lucas Santos Mirra Porto; Lucas Souza Santos; Lucas Teixeira Ferreira; Lucas Vieira Ferreira;Lucas da Costa Alves; Lucas da Costa Nascimento; Lucas da Silva Barros; Lucas da Silva Domingues; Lucas da Silva Hortêncio; Lucas de Arruda Silva; Lucas de Magalhães; Lucas de Miranda Carvalho; Luciano Augusto do Rosario Pereira; Luciano Ludson da Silva Rangel; Luciano da Silva Oliveira; Luis Felipe Paula Ferreira da Silva; Luis Henrique Barros de Oliveira; Luis Henrique Silva da Costa; Luiz Carlos da Silva Junior; Luiz Felipe Carneiro Teles da Silva; Luiz Felipe Dias Silva; Luiz Felipe da Cruz Mendes; Luiz Felipe de Oliveira; Luiz Fernando Ferreira da Silva; Luiz Fernando Vieira da Silva; Luiz Filipe Vieira; Luiz dos Santos de Oliveira; Luís Cláudio Gouveia Bueno; Luís Henrique da Silva Floriano.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.204/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Rafael Moreira Rodrigues; Rafael Nunes Viana; Rafael Romeu Durans; Rafael Rosa de Lima; Raimundo Ferreira Filho Junior; Raphael Banelli Barbosa; Raphael Rodrigo Ribeiro da Silva;Raphael da Conceição de Melo Silva; Raphael da Silva Izidoro; Raphael dos Reis Alves de Lima; Raul Castro Cunha; Reger Oliveira da Silva; Reginaldo Nascimento da Silva; Renan Campos Soares; Renan Coelho Carvalho; Renan Felipe Caposse; Renan Luciano Silva; Renan Matheus Ignácio de Lima; Renan Ribeiro; Renan de Oliveira Silva; Renan de Souza Rodrigues; Renato dos Reis da Silva; Rene dos Santos Lopes; Renildo Jacó da Silva; Rennan Gomes Soares; Rennan Sales Macedo; Rhenan Chagas de Oliveira; Ricardo Baptista de Andrade; Ricardo Batista Junior; Ricardo Benevides da Conceição; Ricardo da Silva Máximo; Ricardo de Oliveira; Riquelme Constâncio Dias; Roan de Sousa Assis; Roberto Duarte Costa; Roberto Jefferson Sena da Silva; Roberto Moraes Peixoto; Roberto Trajano de Carvalho; Robervaldo de Sousa Silva; Robson Fonseca da Silva; Robson Ribeiro Ulmann; Rodolfo Amandio Coelho Farias; Rodolfo Suzart Brito; Rodolpho Rodrigues de Oliveira; Rodolpho de Almeida Batista; Rodrigo Freitas Conceição; Rodrigo Pereira Peixoto; Rodrigo Pereira de Oliveira; Rodrigo do Monte Ferraz; Rodrigo dos Santos Silva.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.205/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Rodrigo Pinheiro Pereira dos Santos; Rodrigo Rodriguês Souza; Roger Filguera dos Reis; Romulo Helbert Bandeira Silva; Romulo Muller Felix; Romulo Viana Araujo; Ronaldo Maciel Nascimento Matos; Ronisson Torres Guimarães; Ronny Figueiredo Matos; Rossini Corrêa Barros Acioli Junior; Ruan Carlos Braga Rodrigues de Souza; Ruan Carlos Zaniz; Ruan Luiz Dionízio Cambuí; Ruan Rocha Roli; Ruan da Conceição de Oliveira Silva; Rubens Barbosa da Silva; Rubens Cristiano Duarte Amaral; Rubiney Cardoso Souza Mattos; Rui Osório de Paiva Neto; Rômulo Leite Bressan; Rômulon Gabriel Santos de Oliveira; Samuel de Jesus Neves Ribeiro; Sergio Luiz Ferreira Guimarães; Sergio Meneses dos Santos Júnior; Sergio Murilo do Espirito Santo Junior; Sergio Ricardo Vidal Ribeiro Júnior; Sidnei Barros Pimentel; Sidney Douglas Francisco Leitão; Sávio José da Silva; Sérgio Avelino Lima da Silva; Sérgio Ferreira Mendes de Morais Júnior; Sérgio Simon Brito;Tayriki Juan Sores; Thadeu de Oliveira Melo; Thailander Ubirajara Felix Barenco; Thalles Caíque Pereira Sobral; Thauã da Conceição Braz; Thiago Alves da Silva de Velasco; Thiago Calixto Weitzell; Thiago Ferreira Bernardes; Thiago Hamilton Rosário Dias; Thiago Marinho da Silva; Thiago Patrick Rocha Vieira; Thiago Pimentel Souza; Thiago Salgueiro da Rocha; Thiago da Silva Reis; Tiago Estevão da Silva; Tiago da Silva Aragão; Tiago dos Santos Wanzeler; Tércio da Silva Rodrigues.
Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.219/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Karla Coelho Ramos; Laura Araujo Simoni Silva; Leandro Magalhaes Soares; Leonardo Furtado Vieira; Leonardo Mendes dos Santos; Lidiane de Leles Carvalho; Lilian Dias da Rocha Reis; Linei Lopes da Silva; Liria Jade de Oliveira Alves; Livia Pereira Cavalcante; Luanda Xavier Belo; Lucas Cunha de Alencar; Lucas Krauss Queiroz; Lucas Magdiel da Silva dos Santos; Luciano George de Carvalho Maia; Ludmila Nogueira Barros Bernardes; Luis Fernando Gomes Santos; Luisa Ramos Caetano; Luiz Claudio Ferreira; Madson Euler Tavares Pereira; Maiara Claudia Libano Soares e Souza; Manoel Castelo Branco Neto; Marcelo Dantas Correa de Sa; Marcelo Ferraz Soares; Marcelo Ives de Sousa Magalhaes; Marcelo Mello Ramos; Marcelo Padovan de Toledo e Silva; Marcelo Rafael de Souza; Marcos de Castro Leite; Marcos de Souza Alencar; Maria Glaucia Gomes de Andrade; Maria de Lourdes Inacio Ramalho; Mariana Amaral de Sousa; Mariana Tarnapolsky Lewkowicz; Mariana de Oliveira Lima; Marilia Santos Arrigoni; Marilia de Almeida Gonçalves; Mayra Vieira Borges; Micheline Cristina Cardoso dos Santos; Michelle Almeida Tito; Michelle Matuck de Godoy; Miriam Duarte

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Teixeira; Mirian Conceição Leobino da Silva; Mirian Ritton Magami; Monica Andrade Maia Brito; Monica Tavares Ferreira Lima; Monica dos Santos Galvao Maia; Monique Teixeira da Silva; Nicolau Duailibe Leitao; Nina Fernandes de Moraes.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.220/2014-9
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Noelle Santos Oliveira; Osvaldo Rubem de Freitas Austin; Patricia Barros Fontoura; Patricia de Souza Silva Lima; Paula Sobrinho de Souza Assumpção; Paulo Eduardo Costa Barbosa; Paulo Henrique de Menezes Leite; Paulo Santos Fernandes; Pedro Castro da Silva Nunes; Pedro Lins Peduzzi Netto; Priscilla Cunha Batista Soares; Rafael Oliveira Silva; Rafael Oliver Rosa; Renata Aline Cavalcante Martins; Renata Cabral Silva de Sá; Renato Fanti de Araujo Pereira Cavalcanti; Robert Barbosa Mendes; Roberta Estevam da Silva; Roberta Timponi Rocha; Robson Gomes da Silva; Rodrigo Piemonte Ribeiro; Rodrigo Soprana; Rodrigo da Silva Moreira; Rogerio Fernando de Oliveira; Salomão Solino Santos de Carvalho; Sayonara Patricia Ferreira Moreno; Sheily da Silva Noleto; Sigmar Gonçalves da Silva; Silvana de Fatima Neitzke; Stephania de Azevedo Amorim; Tamara Freire Cardoso; Tarcisio Augusto Silvano; Tcherena Candido Costa Correia Guimaraes; Tennison Carvalho Silva; Thais Alves Pessoa Rodrigues; Thais de Melo Rangel; Thomas Gustavo de Freitas Florencio; Uanderson de Moura Campos; Ubirajara Gonçalves Barros de Abreu; Vanuza de Oliveira; Veronica Honorio Gomes de Souza; Veronica Ramalho Nunes; Victor Ribeiro da Gloria Lopes; Vitor Chambon; Vitor Orlando Gagliardo; Waldecir de Oliveira Dias Junior; Walter Ferreira Dias da Silva; William Sales Figueiredo.
Unidade: Empresa Brasil de Comunicação S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.334/2014-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Carla Ferreira Santos Dias; Carla Mariel Mendes Rodrigues; Carla Silverio dos Santos Coelho;Carlos Eduardo Barboza de Oliveira; Carlos Eduardo Ribeiro dos Santos; Carlos Eduardo Rodrigues de Oliveira; Carlos Henrique Dutra da Conceição; Carlos Henrique Gomes Barbosa; Carlos Henrique Nazareth Lobo; Carolina Cunto de Athayde; Carolina Nascimento de Souza Renovato dos Santos; Carolina dos Santos Teixeira; Caroline Brandão da Silva; Caroline Ferreira da Paixã; Caroline Freitas Carvalho de Castro; Caroline Maciel dos Santos; Caroline da Silva; Caroline dos Santos Faria; Carollyne Tilemahos Psomaras Guimarães; Celina Camila Teixeira de Sena; Celio Farias de Oliveira Junior; Christian Ryhosin da Cunha Nakandakar; Christina Costa Waddington Vieira; Cintya Coelho Kercher Nobre; Cleiton Santos Lima; Cláudia Regina Coldoeira Medeiros Schuenck; Cristiane da Silva Vieira; Cristina do Espírito Santo de Carvalho; Cássia Daiane Farias Machado; Cássio Gomes de Castro; Cíntia Priscila da Conceição Rosa; Daiane da Silva Porto; Daiane dos Santos Knupp; Daniel Luiz Macedo Pereira; Daniel Vasconcellos Moreira; Daniel Vitor Cunha Silva; Daniela Freitas da Silva; Daniela Panicé do Nascimento; Daniele Gomes Ramos; Daniele Gonçalves Sousa; Danielle Pinheiro Silva Oliveira; Danielle da Costa Borges; Danilo Jose da Silva; Davi Hebrom Balbino Lins; Davi Oliveira Pupe dos Santos; David Wilson Silveira Rodrigues Andrade; Davidson de Brito Saloan Neif; Davison Ferreira Soares; Dayana Ariane da Silva Lima; Dayana Costa de Oliveira.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.338/2014-0
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Jessica Duarte da Cruz Cerqueira; Jessica Jorge de Freitas; Jessica Keroline dos Santos Silva; Jessica Neves dos Santos; Jessica Sant´anna de Oliveira; Jessilane Mônica Rosa Carlos da Silva; Jhonatas Soares da Silva;Jhonny Matheus Aguiar de Assunção; Joana D'arc Guedes Araujo; Joana Paula de Lemos Leitão; Johnny Augusto de Souza Lima Ferreira; Joilma Salgado Monteiro; Jonas de Souza dos Reis; Jonatas dos Santos Silva; Jordan Barbosa Ribeiro Sobral;Jorge Antonio da Silva Júnior; Jorge Braga de Araujo Junior; Josiane Luiza Braga dos Santos; Josilaine Souza Castilho; Josilene de Assis Oliveira; José Alexandre Castro Gama; José Carlos Paz de Lima; Joyce Lima Dias Cerialle; Joyce Martins dos Santos; Joyce da Rocha Azevedo; Joyce de Paula Lima; Joyce dos Santos Annibal; Jozimar da Silva Oliveira; João Marcelo Batista de Oliveira; João Pedro Oliveira Farche; Juliana Agabel Fernandes; Juliana Bigi Maya Monteiro;Juliana Bomfim Almeida; Juliana Capistrano Monteiro; Juliana Spironelo Matias; Julio Cesar Costa Bravo; Jully Moreira Macedo; Jéssica Martins dos Santos; Jéssica Pereira de Almeida; Jéssica Sabino Elias Silva; Júlia Lescano Vieira; Júlian Gabriela dos Santos da Silva; Kamilla Costa Cunha; Kamylla Machado Rebello; Karem Castro de Oliveira; Karen Santos de Oliveira Lima; Karina Reges Vargas de Sant'anna; Karina de Azevedo da Costa; Karine Fernandes da Silva Medeiros;Karine Rodrigues da Silva.
Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-001.079/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Secretaria de Estado de Saúde de Roraima - Sesau/RR.
Responsáveis: Augusto Affonso Botelho Neto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.921/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Flores de Goiás/GO.
Responsáveis: João Robério Marques e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.701/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Andrea Cecchi e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.713/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Auristela Fátima Marques e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.483/2007-0
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Interessados: Dirceu Freitas e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.765/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Nicolau Cinat Filho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.946/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Angélica da Cunha e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.947/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Maria José Goyatá Lopes e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.952/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessados: Guilherme de Oliveira Palhares e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.617/2014-6
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Araçoiaba/PE.
Representante: Joany Alves dew Oliveira, Prefeito.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.780/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Maria Pompeu de Sousa e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.781/2014-4
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE.
Interessados: Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.788/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Arminda Crespo Alves Negrão e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.196/2007-1
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.
Interessados: Fábio Luiz Machado e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.684/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adelina Rodrigues da Silva Tito e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.848/2014-2
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Ana Teresa Bernardes Simionato e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.854/2014-2
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Hosana Maria da Costa Yamada e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.266/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar - MD/CA.
Interessadas: Antonieta da Silveira e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.369/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessado: Enny de Siqueira Cabral.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.650/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Helon Ferreira de Morais e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.656/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: José Gomes Rangel e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.663/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Marco Antônio Sarkis e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.669/2014-4
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Pedro Silva de Carvalho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.673/2014-1
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Sidnei Ventura de Menezes e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.675/2014-4
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Vicente Irage Gomes Alencar e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.708/2014-0
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Jorge Longuinho e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.712/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Orlando Maia Negrão e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.764/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Martins Toneto e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.767/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Ana Maria da Rocha Alvarenga e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.770/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Alice Santos Savaget e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.772/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adair de Souza Bravo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.780/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Alberto alves de Carvalho e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.782/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adriana Pizzutti dos Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-023.783/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Cassiane Vieira de Oliveira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.787/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Anadir Possa Minuzzi e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.798/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alessandra Joseli Alves de Oliveira Lima e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.801/2014-0
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Cristina de Araújo Miranda e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.802/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adolphina Werner Cunha e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.804/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ada Lisboa de Macedo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.811/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adriana Oliveira de Menezes e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.819/2014-6
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Maria Reinaldo de Almeida e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.828/2014-5
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Allan Vinícius Pratini de Macêdo e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.863/2014-9
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Adelir Cabral Viegas e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.917/2014-1
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE.
Interessados: Anizia Mello Santos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.920/2014-2
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessadas: Edméia Ferreira Machado e outras.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.400/2014-2
Natureza: Representação.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - EsPCEx/MD/CE.
Representante: Associação Comercial de São Paulo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.573/2014-8
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Antônio Carlos Ribeiro Soares Dutra e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.798/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Carmen Gonçalves Ferreira e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-026.801/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
Interessados: Maria Abadia de Oliveira e Raimunda Batista Francisco.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.071/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Décima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Gilson Omar de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.091/2014-7
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Eunésio Luiz da Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.096/2014-9
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Dulce Maria Pinheiro da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.097/2014-5
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE.
Interessados: Amazilde Dias de Paiva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.099/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE.
Interessados: Alberto Luiz de Souza e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.108/2014-7
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Nona Região Militar - MD/CE.
Interessados: Ana Luiza da Silva Pinto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.125/2014-9
Natureza: Aposentadoria.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessada: Irene Motta de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.154/2014-9
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Interessada: Maria Gorete Vieira Medeiros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.185/2014-1
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessada: Teresinha de Souza Moutinho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.229/2014-9
Natureza: Pensão Especial de ex-Combatente.
Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Thereza Albrecht.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.233/2014-6
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Interessados: Christovam Santiago Torres e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.236/2014-5
Natureza: Reforma.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Laércio Paulo de Souza Pinto e Sérgio de Almeida Geraldo.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.238/2014-8
Natureza: Pensão Militar.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Alzira de Souza Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.267/2014-8
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE.
Interessada: Lucy Ferraz.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.381/2014-5
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Anna Ferrari Petrusivicz e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.384/2014-4
Natureza: Pensão Civil.
Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.
Interessados: Antônia Yedda Daher Barbosa de Mello e Silva e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.532/2014-3
Natureza: Atos de Admissão.
Unidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército - MD/CE.
Interessados: Francisco Ramos de Vasconcellos Souto Barreto e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-030.942/2011-0
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2010.
Unidade: Comando-Geral de Operações Aéreas - MD/CA.
Responsável: Gilberto Antônio Saboya Burnier.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.184/2013-9
Natureza: Prestação de Contas - exercício de 2012.
Entidade: Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Pará - Senai/PA.
Responsáveis: Dario Antônio Bastos de Lemos e outros.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-002.493/2014-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Camocim - CE
Interessada: Monica Gomes Aguiar, Prefeita do Município de Camocim - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.469/2002-0
Apensos: TC-010.310/2002-3 (DENÚNCIA); TC-026.223/2008-6 (SOLICITAÇÃO); TC-014.064/2002-6 (SOLICITAÇÃO); TC-028.058/2007-1 (SOLICITAÇÃO) Naturteza: Prestação de Contas Ordinária
Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro
Responsáveis: Adalgisa dos Santos Nunes e outros
Exercício: 2001
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.818/2014-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Município de Nhamundá - AM
Interessado: Alexandre Jabur, Procurador da República no Estado do Amazonas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.369/2012-0
Natureza: Prestação de Contas Ordinária
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Responsáveis: Adriana Maria Frias Ponchio e outros
Exercício: 2011
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-001.584/2013-8
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio
Responsáveis: Luiz Pedro San Gil Jutuca; Núria Mendez Sánchez e Mariana Flores Fontes Paiva
Advogado constituído nos autos: não há

TC-002.718/2010-3
Natureza: Embargos de declaração em processo de aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Interessado: José Carlos Abrão
Advogado constituído nos autos: não há

TC-013.626/2011-6
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
Responsável: Maria Francisca Pinheiro Coelho
Interessado: Maria Francisca Pinheiro Coelho
Advogado constituído nos autos: Natali Nunes da Silva (OAB/DF 24.439) e outros (peças 9, 10 e 24).

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-002.701/2010-3
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Recorrente: Sebastião Barros Jorge.
Advogado constituído nos autos: Maíra de Jesus Freitas Passos (OAB/MA 8.139).

TC-002.915/2011-1
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Interessados: Acacio Muralha Junior; Albenice Moura Ferreira; Almyr Luiz Leite Cabral; Alvaro Alves da Costa; Américo Vespúcio de Sant'anna; Anselmo Zita Pinto; Antonio Evaristo Alves; Araci Nonato da Silva; Aroldo Silva; Auserina Rodrigues da Silva; Bianor Gomes Segundo; Carlos Alberto de Deus; Carlos Antonio da Silva; Carlos La-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cerda Franco Junior; Daniel Gomes da Silva; Daniel Porfírio de Santana; Eraldo Irineu da Silva; Francisca Garcia de Andrade Nogueira; Gilberto Ferreira Bartholo; Gildésio Luiz Magalhães Passos; Hamilton Costa; Ivan da Silva; Jaime de Queiroz Nogueira; Janio Paiva de Morais; Joel Rodrigues Bezerra; José Roberto de Moura; Karla Specialski Silveira; Lincoln França Moreira; Luiz Alfredo Jansen Ribeiro; Luiz Carlos Lopes; Maria Bernadete Lima Soares Santos; Maria Lucia Feitosa dos Santos; Maria das Graças Bueno; Maria do Socorro Fernandes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.990/1992-0
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda.
Recorrente: Daniele Russo Barbosa Feijó (070.646.277-79)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.149/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Parazinho/RN.
Responsável: Antônio Anchieta Varela, ex-Prefeito (Gestão 2001-2004).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.151/2004-0
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Recorrente: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Interessado: Ataíde Moacyr Ferrazza.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.789/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de São João do Sabugi - RN
Responsáveis: Anibal Pereira de Araujo; Elísio Brito de Medeiros Galvão.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.995/2013-0
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Unidade: Ministério Público do Trabalho - MPT.
Recorrentes: Ministério Público do Trabalho - MPT; Erick Wellington Lagama Lamarca; Lair Carmen Slveira da Rocha Guimarães; Lélia Guimarães Carvalho Ribeiro.
Advogados constituídos nos autos: Melissa Folmann (OAB/PR 32.362); Ronaldo Ferreira Tolentino (OAB/DF 17.384).

TC-010.470/2013-1
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.
Recorrente: Oseas Almeida Carvalho.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.190/2007-9
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Interessados: Eulino Pereira dos Santos; João Francisco Galvão; Rubens de Paula Gavi; Rubens de Paula Gavi.
Advogado constituído nos autos: Marcelo Matedi Alves (OAB/ES 10.751); e Leonardo Pizzol Vinha (OAB/ES 11.893).

TC-013.469/2013-4
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Órgão: Departamento de Polícia Federal.
Interessados: Carlos Enaude Madeira Correa; Cesar de Freitas Saraiva; Clarimundo Flores; Cyrene Maria Batista Alves; Demosthenes Costa de Aguiar; Erivaldo Araujo dos Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.654/2011-0
Natureza: Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
Recorrente: José Eustáquio Dourado.
Advogada constituída nos autos: Juliana Pedrosa Monteiro (OAB/MG 90.788).

TC-014.186/2011-0
Apenso: TC 041.687/2012-4
Natureza: Pedido de Reexame em Representação.
Entidade: Conselho Regional de Farmácia/ES.
Responsáveis: Angela Maria Del Caro; Carlos Bragança; Ony Luiza Pereira Pessoa.
Interessada: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.321/2010-6
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Responsáveis: Deise Ribeiro Motter; Maria Salete Lopes Natividade.
Interessados: Arden Zylbersztajn; Carlos Jaime Martendal; Ester Fialho de Souza; Maria Rutilandia Possebon Ribeiro Anaissi Costa,; Maria Severina Borges Mendes; Anibal Emilio Abadie-aicardi; Arden Zylbersztajn; Camila Machado; Carlos Jaime Martendal; Denise Ribeiro Motter; Leila da Graça Amaral; Malvina de Souza Eli; Maria Rutilandia Possebon Ribeiro Anaissi Costa; Maria Salete Lopes Natividade; Maria Severina Borges Mendes; Maria de Lurdes da Silva; Marina Ester Filho de Souza; Marina Uiera.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.663/2003-0
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessados: Fundação Universidade Federal do Piauí; Amália Nunes de Castro Soares do Nascimento; América Morais de Oliveira Silva; Angela Coeli Basilio de Gayoso e Almendra; Antonia Machado Mesquita; Antonio Augusto Drumond Ramos Gondim; Antonio Vieira do Nascimento; Carlos Eugênio Loureiro Moita; Creusa Francisca da Silva; Diracilda da Silveira Pereira da Silva; Iraci Medeiros Nunes de Castro; José Fernandes da Silva; Liana Medeiros Nunes de Castro; Lucas Medeiros Nunes de Castro; Manoel Ubaldo de Oliveira; Maria Claudia Loureiro Alves Muniz Moita; Maria Doraci Nogueira Cardoso; Maria Ondina Melo Paiva; Maria de Lourdes Melo; Sara Medeiros Nunes de Castro; Singefredo Neto Gondim; Vaemir de Moura Ribeiro Sousa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.060/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Ministério do Turismo.
Responsáveis: Claudeci Ferreira Martins; Instituto Arte, Cia e Cidadania.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.537/2012-2
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Fundação Universidade de Brasília - FUB.
Recorrente: José Pereira dos Santos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.548/2014-0
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Aracajú/SE.
Interessada: Maria Celia de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.089/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Lagoa de Pedras - RN.
Responsável: José Arlindo da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há

TC-017.381/2004-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Interessados: Carlos Alberto Villar Gomes de Castro; Cleusa Nunes dos Santos; Eunice dos Santos de Moraes; Gemina Garcia Ramos; Guilhermina Rocha Pereira; Ismael de Barros Mello; Joao Carlos Fernandes Villar; Joao Terto da Silva; Leci Dias Moreira; Marcia Dutra de Moraes; Margarida Justo Domingos; Maria das Neves Mota Gomes; Maria do Carmo dos Santos Macedo; Sadi Pereira de Oliveira; Sergio Castro Medina; Sergio Veras; Sheila Ramos Pereira; Terezinha_de Jesus Goncalves.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.478/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Diretório Regional do PMDB/RN.
Responsáveis: Aluizio Alves; José Martins da Silva; Ticiano Duarte (002.836.654-91).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.752/2003-4
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
Interessados: Eulalia Enise Cardoso; Rogerio Jahel Nascif; Sebastiao Campos.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-020.444/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Baraúna - RN
Responsáveis: Construtora Prumo Ltda.; Francisco Gilson de Oliveira.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.335/2006-3
Natureza: Tomada de Contas -
Exercício: 2005.
Entidade: Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social
Responsáveis: Abelardo Bayma Azevedo; Adacir dos Reis; Ana Maria Rocha Meira; Angela Maria Mamede Lage; Carlos Alberto Mees Stringari; Carlos Eduardo Gabas; Cid Furtado Filho; Debora da Col Tavares; Delubio Gomes Pereira da Silva; Denio Aparecido Ramos; Edmundo Soares do Nascimento Filho; Elizabeth Martins de Freitas Ferreira; Fernando Siqueira Rodrigues; Francisco Leite da Silva; Francisco de Assis Leme Franco; Gizele Geralda Garcia Feitosa; Helmut Schwarzer; Jorge Antonio Deher Rachid; Jose Claudio Murat Ibrahim; Jose Eduardo Lopes Mendes; Jose Evangelista Mendonça; Jose Ivan de Paula; Jose Reynaldo da Cunha Santos Arozo Vieira da Silva; Jose Roberto Pimentel Teixeira; Jose Wagner Lima Belchior; Jose de Barros e Silva Filho; Julio Cesar Mantovani; Kleine Helaine Quirido; Leonardo André Paixão; Levy Leite; Lieda Amaral de Souza; Marco Aurélio de Alencar Lima; Marcos Santos Parente Filho; Maria Rosinete Gomes; Monica Cabanas Guimaraes; Neiva Renck Maciel; Ocenir Sanches; Ricardo de Oliveira Lira; Romeu Rodrigues da Silva; Rosangela Aparecida Elias; Sandra Cardoso Dorea; Silas Santiago; Silvio Gonçalves Seixas; Sonia Rodrigues e Silva; Taciana Maria de Assis Ribeiro Xavier; Teresa Cristina Morais Gondim; Terezinha Rosa de Oliveira Silva; Walkiria Reis Moraes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.137/2014-9
Natureza: Aposentadoria.
Órgão: Ministério das Relações Exteriores.
Interessados: Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo; Paulo Cesar Bruno; Raimundo Araujo Pinto; Renato Luiz Rodrigues Marques; Rene Pinto de Mesquita Junior; Ricardo Drummond de Mello; Ruth do Nascimento Baldo; Saulo Castro de Carvalho; Sergio Conceição da Silva; Silvio Carlos Moreira dos Santos; Sérgio Barbosa Serra; Tomas Mauricio Guggenheim; Valter Gonçalves; Virgílio Leite Aviani.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.192/2008-4
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - Cefet/BA.
Recorrente: Aurina Oliveira Santana.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.334/2014-2
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Gerência Executiva do INS no Rio de Janeiro/Norte.
Interessados: Celina da Silva Monteiro; Cremilda da Conceição Lopes; Francisco das Chagas Machado; Geralda Lina de Jesus Teixeira; Maria Apararecida Camilo Carlos; Marlene da Fonseca Malheiros; Mercedes Maria Alves; Myriam Gomes D'oliveira; Sueli Rodrigues de Sousa Freire; Vera Lucia Ribeiro dos Santos; Walquiria Tavares Gomes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.295/2010-1
Natureza: Pensão Civil.
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará.
Interessados: Brian Wochan Pinheiro de Souza; Iranildes Veiga Pontes; Itamar do Espirito Santo Damasceno; Marina Pinheiro de Souza; Rosangela Pinheiro de Souza; Vitor Diniz Ferreira da Costa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.527/2007-9
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado de Santa Catarina.
Interessado: Alvor Dada.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.737/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura de Passa e Fica/RN.
Responsável: Pedro Augusto Lisbôa.
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).
Advogados constituídos nos autos: João Eudes Ferreira Filho, OAB/RN 6.405; Hugo Leonardo Santos Cruz, OAB/RN 10.036 e Bárbara Dantas Neri, OAB/RN 11.523.

TC-026.357/2008-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).
Unidades: Prefeitura de Jaciara/MT, Funasa - Fundação Nacional de Saúde.
Recorrente: Gemini Projetos e Incorporações Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Darlã Martins Vargas (OAB/MT 5.300-B), Murilo Barros da Silva Freire (OAB/MT 8.942) e outros (procuração à peça 39).

TC-026.549/2008-9
Natureza: Embargos de Declaração (em processo de Tomada de Contas Especial).
Unidade: Município de Beberibe/CE.
Embargante: Marcos de Queiroz Ferreira.
Advogados constituídos nos autos: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6.854), Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677), Lyanna Magalhães Castelo Branco (OAB/CE 17.841) e Tiago Ribeiro Rebouças (OAB/CE 22.745).

TC-027.757/2008-6
Natureza: Pedido de Reexame (Admissão).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Recorrente: Osvaldo Jurandir Nunes da Silva.
Advogado constituído nos autos: Alexandre Simões Lindoso (OAB/DF 12.067) e outros.

TC-030.745/2012-8
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria).
Órgão: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.
Recorrente: Maria Leuda Monteiro da Silva.
Advogado constituído nos autos: Almir Antonio Pagliarini (OAB/AC 2.680).

TC-031.434/2011-8
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil).
Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
Interessada: Maria Alice de Queiroz Cavalcanti.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.092/2012-1
Natureza: Pedido de Reexame em Pensão Civil
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
Interessada: Isa Helena de Sousa Loures.
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-033.005/2012-5
Natureza: Pedido de Reexame (Pensão Civil).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.
Interessado: Edir da Conceição Pinto.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-034.572/2011-2
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Representação).
Unidade: Conselho Regional de Economia da 10ª Região/MG - Corecon/MG.
Recorrentes: Cláudio Gontijo, Gabriela Ferrari Veras, Wilson Benício Siqueira e Conselho Regional de Economia da 10ª Região/MG. Advogados constituídos nos autos: Antônio César Cavalcanti Júnior (OAB/RN 2.268 e OAB/DF 1.617-A) e Gabriela Ferrari Veras (OAB/MG 96.887).

TC-036.425/2012-5
Natureza: Atos de Admissão.
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
Interessados: Dirceia Romero Calixto; Edneia Durli; Eduardo Alberto Felippsen; Fausto Neves Silva; Fernanda Aparecida Henneberg; Fernando de Lima Alves; Gerson Jose Guernieri; José Carlos Pereira; Marcio Luiz Modolo; Marcio Rodrigo Santos; Monica Luiza Simiao Pinto; Nara Mayumi Simões Florido; Paulo Henrique Camargo Batista; Raphael Miranda Medeiros Cruz; Romulo Ruiz Gasparini; Vanessa Vogt.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-001.616/2010-2
Natureza: Representação.
Entidade: Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG.
Responsáveis: Diego Toledo de Abreu Andrade; Nesmar Aparecida Brazão Guerini e Roberto Luciano Vieira.
Interessado: Câmara Municipal de Guaxupé.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-002.017/2008-2
Apenso: TC 019.976/2010-0
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Chapadinha - MA.
Responsável: Magno Augusto Bacelar Nunes (595.771.267-15).
Interessado: Ministério da Educação (vinculador).
Recorrente: Magno Augusto Bacelar Nunes.
Advogado constituído nos autos: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756); Sebastião Baptista Afonso (OAB/DF 788).

TC-006.059/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Paraná
Responsáveis: Irmandade da Santa Casa de Londrina e José Cyrilo da Silveira Mendes
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Advogados constituídos nos autos: Deborah Alessandra de Oliveira Damas, OAB/PR 20.127 e outros (procurações contidas às peças 25 e 26); Amanda Aparecida Alves Marcos Oliveira, OAB/PR 38.750 e outras (peça 27).

TC-012.975/2013-3
Apenso: TC 007.890/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades: Centrais Elétricas Brasileiras S.a.; Eletrobrás Distribuição Roraima
Responsáveis: Cesar Augusto da Fonseca Vila Nova; Intec Instalacoes Tecnicas de Engenharia Ltda
Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Procuradoria da República/RR - MPF/MPU
Advogado constituído nos autos: Geraldo João da Silva (OAB/RR nº 118/A).

TC-015.653/2009-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença - AM
Responsáveis: Embrac Construções e Comercio Ltda; Hamilton Lima do Carmo Fermin.; Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença - AM
Interessado: Departamento de Administração Interna - MD Advogados constituídos nos autos: Herivelto Simões Barroso (OAB/AM nº 3.088); Marcelo Carvalho da Silva (OAB/AM nº 6.193); Marlon Lobo Souto Maior (OAB/AM nº 6.331); Bruno Alecrim de Lima (OAB/AM nº 6.440); Cassius Clay Carneiro (OAB/AM nº 2.891); Alfredo Glück Young (OAB/AM nº 1.838); Marcelo Carvalho da Silva (OAB/AM nº 6.193); Marlon Lobo Souto Maior (OAB/AM nº 6.331).

TC-018.703/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo; Gustavo Adolfo França Galvão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.555/2008-3
Natureza: Recurso de Rencosideração em Prestação de Contas - Exercício: 2007
Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Exercício: 2008
Recorrentes: Fundação de Apoio A Pesquisa e Extensão de Sergipe; Ricardo de Oliveira Lacerda de Melo; Jose Manuel Pinto Alvelos e Josue Modesto dos Passos Subrinho
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.016/2011-8
Apenso: TC 025.853/2013-9
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins
Responsáveis: Arnaldo Alves Nunes e Francisco Melquiades Neto
Interessado: Secretaria Estadual de Saúde - TO
Advogado constituído nos autos: Pabllo Vinícius Félix de Araujo (OAB/TO nº 3.976).

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA (em substituição a Ministra ANA ARRAES)

TC-002.449/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Associação dos Artistas de Pedro Leopoldo e Região - Cooperart; Valério Sena Thomaz.
Unidade:
Unidade: Associação dos Artistas de Pedro Leopoldo e Região - Cooperart.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-005.299/2013-6
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Responsável: Ricardo de Santana Araújo.
Unidade: Município de Galinhos/RN.
Advogados constituídos nos autos: Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (OAB/RN 3640) e outros.

TC-006.946/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: José Genésio Mendes Soares.
Unidade: Município de Pinheiro - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.954/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado do Maranhão.
Responsável: Iltamar de Araujo Pereira.
Unidade: Prefeitura de Junco do Maranhão - MA.
Advogadas constituídas nos autos: Roberta Vasconcelos Santos - OAB/MA 6.775 e Luana Emanuela Assunção Salem - OAB/MA 11.999.

TC-013.114/2014-0
Natureza: Relatório Auditoria.
Responsável: Clovis Lascosque.
Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.317/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
Responsável: Luiz Donizete Ribeiro.
Unidade: Município de Serra da Saudade/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.409/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Engenharte Engenharia e Construções Ltda. e Roberto Miguel Augusto Godinho.
Unidade: Município de São Sebastião do Maranhão - MG
Advogados constituídos nos autos: Frederico Macedo Garcia (OAB/MG 104.527), Fernando Batista Procópio (OAB/MG 98.997) e outros.

TC-020.468/2009-0
Apenso: TC 014.415/2004-0 e TC 019398/2013-1
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Recorrente: Darci Rogério do Vale.
Unidade: Município de Rio Branco/AC.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.297/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Antônio Carlos Latalisa França.
Unidade: Município de Abaeté/MG.
Advogado constituído nos autos: Marley Juliano Araújo Alves Silva (OAB/MG 97.539).

TC-022.085/2014-9
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Francisco Germano da Silva, Francisco Pascoal da Silva, Francisco dos Santos Avelino, Georgete Lima, Georgina Maria Isabel, Geraldo Mata da Silva, Gercilei Sodré, Gerhard Bauer, Gerson Roque Anacleto Ferreira, Graças Luzia Manhães Marins, Humberto Soares Filadelfo, Idail Hervano Pinto, Iracema Motta Garcia, Isaías Custódio da Silva, Itamar Rodrigues de Souza, Jadir Machado Silva, Jasson Mariano, Jayme Lourenço dos Santos, Jorcilio Gomes Guimarães e João Carlos Filho.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado contituído nos autos: não há.

TC-023.927/2014-3
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Paulo Henrique Chagas Mesquita.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.928/2014-0
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Lucas Moura Lima.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.568/2013-9
Natureza: Pedido de Reexame.
Recorrente: Sonia Maria Martins Pereira.
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE/RJ.
Advogada constituída nos autos: Juliana Martins dos Reis Ribeiro (OAB/GO 23.238).

TC-027.630/2014-5
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Sebastião Maria Cabral.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.631/2014-1
Natureza: Aposentadoria.
Interessada: Zélia Laiola Barcellos.
Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-005.675/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de São João da Baliza/RR.
Responsável: Maria Lúcia Cavalcanti Muniz.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.870/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Guaraíta/GO.
Responsável: Raimundo Martins de Azevedo.
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-038.217/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade/Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros, Luiz Antônio Aires da Silva, Medcomerce - Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda., Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Advogados constituídos nos autos: Márcio Pacheco Magalhães, OAB/GO 5.795; Antônio Augusto Rosa Gilberti, OAB/GO 11.703; Fabricio Mendonça de Faria, OAB/GO 22.805; Eduardo Taveira Pinheiro, OAB/GO 12.141; Antonio Henrique Jorge da Cunha, OAB/GO 27.773; Carla Valente Brandão, OAB/GO 13.267; Lincoln Magalhães da Rocha, OAB/DF 24.089.

- Relator, Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-003.817/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Responsáveis: Agência de Desenvolvimento da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras/BA e José Gonçalves de Sá
Advogado constituído nos autos: Amando Carlos Nery Santos, OAB/BA nº 23.347.

TC-006.824/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de General Sampaio/CE
Responsável: Raimundo Acinésio Bezerra
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.466/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de São Luís do Curu/CE
Responsáveis: Jequitibá Construções e Serviços Ltda.; Marinez Rodrigues de Oliveira e Ricardo Cavalcante Lima
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.256/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Limoeiro do Norte/CE
Responsáveis: João Dilmar da Silva e Município de Limoeiro do Norte/CE
Advogado constituído nos autos: João Batista Freitas de Alencar, OAB/CE nº 4.972.

TC-021.105/2007-1
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Estado do Espírito Santo
Recorrente: Maria Terezinha Silva Gianordoli
Advogados contituídos nos autos: Roberto Tenório Katter (OAB/ES 5334) e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-024.517/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Parnaguá/PI
Responsável: Edson Luiz Guerra de Melo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.436/2014-1
Natureza: Representação
Entidade: Indústrias Nucleares do Brasil S.A - INB/MCTI
Interessado: Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.791/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Barreiras do Piauí/PI
Responsáveis: Construtora João de Barro Ltda.; Crifen - Engenharia e Construções - Hildo Martins de Souza Filho e Leodete Barreira Soares
Advogado constituído nos autos: Aníbal Cezar Rômulo de Carvalho Coelho Filho, OAB/PI 9110/PI.

Secretaria das Sessões, 21 de novembro de 2014.
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS

PROCESSO: 0505481-71.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GENIVALDO HENRIQUE DOS SANTOS
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA
OAB: RN-491
PROC./ADV.: WAGNER GERALDO DA SILVA
OAB: RN-5 761
PROC./ADV.: CELY DANTAS FREIRE
OAB: RN-10129
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA
OAB: RN-9002
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INVIABILIDADE DO INCIDENTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pretende a parte requerente a modificação de acórdão que manteve, pelos seus próprios fundamentos, a sentença de acolhimento do pedido inicial de repetição de indébito tributário sobre parcelas recebidas em razão de benefício oriundo de previdência privada.

2. No tocante ao ponto questionado no incidente - termo inicial da prescrição -, asseverou a sentenciante que "o direito da parte demandante não se encontra fulminado pela prescrição porque a dupla tributação se mantém até o presente momento sobre as parcelas da renda vitalícia antecipada que são recebidas mês a mês, devido a persistência da conduta do Fisco em cobrar o IRPF de forma integral sobre o benefício vitalício pago pela entidade de previdência privada, sem, por outro lado, considerar o período entre 1989 a 1995, em que já houve tributação na fonte sobre as contribuições recolhidas ao fundo complementar. Dessa forma, a prescrição alcançará os valores anteriores ao qüinqüênio antecedente ao ajuizamento da demanda".

3. O entendimento da sentenciante, mantido pela turma recursal, está alinhado ao desta TNU, como se pode colher do seguinte trecho do PEDILEF 200683005146716, rel. Juiz Federal Manoel Rolim Campbell Penna, j. 27.06.2012: "Na verdade, o pagamento indevido e ilegítimo só se verifica no momento em que tributado o valor proveniente da complementação da aposentadoria ou do resgate das contribuições, na proporção do que já tributado sob a égide da Lei n.º 7.713/88, configurando indevido bis in idem. Logo, renova-se a pretensão de repetição do indébito - e, portanto, o início do prazo prescricional - a cada incidência do imposto de renda sobre a complementação percebida pelo autor ou sobre o resgate das contribuições, se for o caso. Deste modo, a prescrição atinge apenas as parcelas de restituição vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, incidindo a Súmula n.º 85 do STJ, ficando, porém, prejudicada a contagem do prazo no caso, uma vez que, para tanto, seria necessário adentrar no exame dos fatos, a fim de averiguar as datas em que tributados os valores referentes à complementação da aposentadoria, sendo vedado o reexame de matéria fática nesta instância uniformizadora (TNU - Súmula n.º 42). - Pedido de Uniformização provido, para reconhecer o direito do autor à não incidência do imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria até o limite dos recolhimentos para a entidade de previdência privada efetuados sob a égide da Lei n.º 7.713/88". No mesmo sentido, PEDILEF 200570500182188, rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes, j. 27.06.2012.

4. Portanto, o entendimento da turma de origem está em sintonia com o deste colegiado uniformizador, motivo pelo qual o não conhecimento do incidente se impõe, a teor da questão de ordem nº 13: "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e súmula nº 83 do STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Neste sentido, PEDILEF 200461843125324, rel. Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, j. 20.02.2013.

5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer este Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5006907-84.2011.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IDA LUIZA MORSCH
PROC./ADV.: YÁRA CORRÊA
OAB: SC-4 768
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INVIABILIDADE DO INCIDENTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pretende a parte requerente a modificação de acórdão que manteve a sentença de acolhimento do pedido inicial de repetição de valores recolhidos a mais, em atenção ao art. 45-A da Lei nº 8.212/91.

2. Sustenta a requerente a sua ilegitimidade passiva para figurar na ação, reputando legitimada a autarquia previdenciária (INSS), tendo em vista a suposta natureza indenizatória dos recolhimentos.

3. Ocorre que todos os paradigmas elencados dizem respeito exclusivamente à competência do INSS para expedição de certidão de tempo de serviço, o que não se confunde com a competência para o recolhimento do valor ora discutido.

4. Ausente, portanto, a similitude fático-jurídica entre decisão recorrida e as paradigmas.

5. Com estas considerações, deixo de conhecer o incidente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer este Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007030-40.2011.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MILENI BORBA TERESA SANTOS (REPRESENTANTE: CELI BORBA TERESA)
PROC./ADV.: EDUARDO VIELMO CORTES
OAB: RS-66464
PROC./ADV.: TAISE VIELMO CORTES
OAB: RS-39542
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA:

ASSISTÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LOAS). SÍNDROME DE DOWN. LAUDO PERICIAL QUE RECONHECE A INCAPACIDADE TOTAL DA AUTORA. RENDA FAMILIAR 'PER CAPITA' INFERIOR A ½ SALÁRIO MÍNIMO. AUSÊNCIA DE INVESTIGAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DA REQUERENTE E SUA FAMÍLIA. NECESSIDADE DE AFERIR-SE O IMPACTO DA MOLÉSTIA NO CONTEXTO QUOTIDIANO DA PARTE. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO, COM RETORNO DOS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM, PARA NOVO JULGAMENTO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização de intepretação de lei federal interposto em face de Acórdão da 1a. Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença de 1a Instância, confirmou o indeferimento de pedido de benefício assistencial (Art. 20, da LEI 8.742/93), por entender não cumprido o requisito da miserabilidade familiar, em virtude da renda auferida pelo Pai da Recorrente.

2. A Requerente alega divergência do Acórdão recorrido com paradigmas indicados no recurso (STJ. RESp 841.060/SP, STF, RCL 4374/CE), no sentido de que, ao apreciar o pedido de Amparo Social, o Poder Judiciário deve levar em consideração que o valor equivalente a 1/2 salário mínimo deve ser o referencial econômico para equacionar o nível de miserabilidade e hipossuficiência do núcleo familiar em cada caso concreto. No caso de que se cuida, vislumbro a divergência jurisprudencial hábil a permitir o conhecimento do pedido de uniformização, especialmente porque nenhuma das instâncias julgadoras fez o cotejo da renda do genitor da requerente com as demais provas existentes nos autos.

3. Ao julgar pedidos de benefício assistencial, à luz das normas constitucionais e legais pertinentes, o espírito desse Colegiado se inclinou a predicar que a análise de cada demanda, ainda que segundo as regras que disciplinam o pedido de uniformização, não deve tornar a lei previdenciária simplesmente impossível de ser aplicada (ou com aplicação demasiada restrita) por meio de interpretação exclusivamente literal de seus termos.

3.1. Tal restrição da eficácia das normas em que se funda o pedido vestibular se manifesta claramente nestes autos, onde o Acórdão hostilizado, se limitou a confirmar os termos da sentença, a qual, por sua vez, proclamando a inexistência do estado de miserabilidade familiar, não examinou a renda do pai da recorrente em conjunto com as condições pessoais, sociais e econômicas do núcleo familiar, apostiladas na prova documental aqui produzida.

4. Em outras palavras, no caso concreto, ainda que a perícia tenha constatado a incapacidade total da Autora (Síndrome de Down), e que (a) o laudo social e econômico tenha mostrado a miserabilidade das condições de vida de sua Família (integrada por cinco membros), sustentada apenas pelo seu genitor, e (b) o MPF tenha opinado pela concessão do benefício, a d. Sentença julgou improcedente o pedido vestibular, "... tendo em vista que não está atendido o critério da renda, já que, computados os ganhos do pai (R$ 1.202,50) da postulante, conforme anexo, se ultrapassa a barreira legal". O Acórdão recorrido, por sua vez, limitou-se a aplicar a regra do Art. 46, da Lei 9.099/95 ao confirmar a decisão de 1a. Instância.

5. Parece evidente, portanto, repito, a ilação de que não houve, no caso, análise dos aspectos da renda do núcleo familiar em que convive a requerente, nem tampouco das condições pessoais, sociais e econômicas de seus integrantes, a partir da análise da prova material e pericial produzida nos autos.

5.1. A sentença e o acórdão limitaram-se a considerar apenas a renda do genitor da recorrente, sem maiores incursões nos demais aspectos postos em destaque, sendo certo que a jurisprudência já evoluiu para firmar o entendimento de que o valor da renda per capita familiar, quando alcançar a média de 1/2 salário mínimo, permite concluir que a família não é capaz de prover de forma digna a manutenção do membro idoso ou portador de deficiência física, sendo passível, inclusive de ser cotejado com as demais provas dos autos.

5.2. O Acórdão vergastado, longe de ser conciso, foi proferido mediante argumentos genéricos, e sem apreciação mais aprofundada dos termos em que interposto o recurso inominado da parte interessada. A medida que se impõe, portanto, é o parcial provimento do presente recurso e o retorno dos autos à TR de origem para novo julgamento da causa, inclusive com ênfase na análise das condições sócio-econômicas da parte autora e sua família e demais questões de direito que a partir daí tenham aplicação necessária.

É como voto.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar parcial provimento ao pedido de uniformização e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 08 de outubro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.51.51.079818-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FLORENTINO NASCIMENTO SOBRINHO
PROC./ADV.: MÔNICA SOUTO
OAB: RJ-95517
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA UNIÃO FEDERAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS INCIDENTES SOBRE AS CONTAS VINCULADAS DO FGTS. SERVIDOR DA EXTINTA FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA - LBA. AÇÃO MOVIDA CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A UNIÃO FEDERAL PARA COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. FGTS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL. QUESTÃO ACERCA DA LEGITIMIDADE DA UNIÃO FEDERAL. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43 DA TNU. NÃO INCIDÊNCIA, PRESENTES SITUAÇÕES CONCRETAS NAS QUAIS A QUESTÃO PROCESSUAL POSSA VIR A TER REFLEXOS NEGATIVOS NA ESFERA JURÍDICA DE UMA DAS PARTES. PRECEDENTES DA TNU INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A União interpõe o presente incidente de uniformização nacional pretendendo a reforma de acórdão proferido pela 1a. Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro, demonstrando divergência entre a decisão recorrida e os paradigmas apontados - decisões da 1ª Turma Recursal do Mato Grosso e 1ª Turma Recursal de Goiás.

2. No cotejo analítico entre o acórdão vergastado e os paradigmas, o E. Relator confirmou a divergência de entendimento e instaurou o dissenso jurisprudencial. Recurso conhecido desde a origem.

3. Em continuidade ao julgamento, o E. Relator, seguindo a aplicação da Súmula 252 do STJ, reconhecia que, a despeito da União ser sucessora da LBA, a recorrente não tem legitimidade passiva para as demandas que têm por objeto a aplicação dos expurgos inflacionários nas contas vinculadas ao FGTS, vez que a parte legítima, nesta hipótese, é a Caixa Econômica Federal.

4. Discordei do relator, o que fui acompanhada pela maioria desta Corte, uma vez que a matéria já havia sido enfrentada por esta Turma Uniformizadora em pedido de uniformização julgado em 09/10/2013 (PEDILEF 2007.51.51.051379-0) , que reconheceu, na oportunidade, a responsabilidade da União, sucessora da extinta LBA, pelo pagamento dos expurgos inflacionários do FGTS de ex-empregado, mantendo-se o entendimento firmado pela Turma Recursal do Rio de Janeiro em sua inteireza, negando provimento ao recurso, mantendo-se a decisão da ilegitimidade da União para figurar no polo passivo da presente demanda.

5. Aquela decisão considerou que, a despeito da decisão do Superior Tribunal de Justiça quanto à exclusividade da legitimidade da Caixa Econômica Federal para efetuar os pagamento dos índices expurgados das contas fundiárias estabelecidos na Súmula 252 ("Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02%(LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38%(BTN) para maio de 1990 e 7,00% (TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS))" , porque a questão tratada nestes e naqueles autos difere da situação jurídica das demais empregadoras e seus empregados.

6. Todas as empregadoras que contrataram empregados sob o regime da CLT estavam obrigadas a recolher, aos empregados optantes, o valor devido a título de FGTS junto aos bancos depositários. Posteriormente, por determinação legal, todas as contas fundiárias foram encaminhadas à Caixa Econômica Federal. Por sua vez, as entidades filantrópicas tinham situação jurídica distinta dos demais empregadores. Com efeito, até a edição da Lei 7.839, de 12 de outubro de 1989, a LBA, sucedida pela União, na qualidade de entidade filantrópica, não era obrigada a efetuar os recolhimentos mensais do FGTS dos seus empregados, mantendo em seu poder os valores descontados de seus empregados. Essa benesse legal durou até 12 de outubro de 1.989, quando tal faculdade foi revogada, passando assim a entidade filantrópica a ser obrigada a efetuar o recolhimento das parcelas do FGTS em conta vinculada junto aos bancos conveniados.

7. Acrescento ao voto, as razões expostas pela E. Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo que também concluiu pela ilegitimidade passiva ad causam da Caixa Econômica Federal - CEF para responder pela aplicação dos expurgos inflacionários ao saldo do FGTS durante o período em que a LBA - empregadora - não era obrigada ao depósito fundiário.

8. Portanto, conforme consta dos autos, os depósitos relativos ao FGTS do Autor apenas passaram a ser efetuados junto à Caixa Econômica Federal - CEF em 10/04/1998, de sorte que, não estando os valores à disposição da CEF nos período relativos aos Planos Verão (janeiro de 1989) e Collor I (abril/1990), compete à sucessora da empregadora LBA a obrigação de repor os expurgos inflacionários incidente sobre os saldos nas épocas pertinentes.

9. Ante o exposto, entendo que não há como afastar a responsabilidade da União, sucessora da extinta LBA, pelo pagamento dos expurgos inflacionários do FGTS de ex-empregado, mantendo-se o entendimento firmado pela Turma Recursal do Rio de Janeiro em sua inteireza.

10. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização, com base no voto-ementa.

Brasília, 04 de junho de 2014.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003019-94.2013.4.04.7122
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROJANI MARIA SAMPAIO
PROC./ADV.: EDUARDO VIELMO CÔRTES
OAB: RS-66 464
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDRÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACÓRDÃOS PARADIGMAS DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora em face de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que deu provimento ao recurso inominado interposto pelo INSS, para julgar improcedente o pedido de concessão do benefício de pensão por morte, em razão da inexistência de comprovação da dependência econômica.

2.No Incidente de Uniformização, a parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados do TRF da 1ª Região que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo direito à concessão do benefício previdenciário.

3.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º) e, ainda, "em face de decisão de Turma Regional de Uniformização proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça" (art. 6º, III, do RI/TNU).

4.A alegação de divergência com acórdão de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

5.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007227-25.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSOÉ LUIS DE SOUZA SIMÕES
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO NO VALOR MÍNIMO RECEBIDO POR OUTRO INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. EXCLUSÃO DO CÔMPUTO DA RENDA FAMILIAR DO MONTANTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO DE ORDEM 20. PROVIMENTO DO INCIDENTE PARA RESTABELECER A SENTENÇA.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou pedido de benefício assistencial previsto na Lei 8.742/93, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

2.O aresto combatido considerou que não foram satisfeitos os requisitos à concessão do amparo assistencial, sob o entendimento de que não cumpriria o requisito da miserabilidade. Por sua vez, no julgado paradigma entendeu que, em se tratando de benefício no valor de um salário mínimo, mesmo que não seja de idoso, este deve ser excluído da renda do grupo familiar.

3.No Incidente de Uniformização, a parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário à jurisprudência firmada pela TNU, em alegada hipótese semelhante, afirmando que, para aferição do requisito miserabilidade tendente à concessão do benefício assistencial, é possível excluir a renda de membro da família, mesmo que não seja de benefício de idoso, desde que seja no valor de salário mínimo.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.

6.Explico:

7.No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, reformando a sentença, entendeu ser o caso do indeferimento do pedido de concessão do amparo assistencial, sob o seguinte fundamento:

"O autor é uma criança de apenas deze anos de idade, e que, segundo o laudo pericial, é portador de retardo mental. Tratando-se de benefício assistencial requerido por menor de idade, o requisito da incapacidade laboral não pode ser analisado em relação à deficiência do requerente (do menor, no caso), mas pelo enfoque da existência, ou não, de óbice às atividades laborais dos pais e/ou representantes legais do menor em razão da deficiência do filho. Também importa averiguar se existe a necessidade de cuidados especiais e diferenciados não disponíveis na rede pública. No caso, conquanto possível a qualificação do autor como deficiente para os fins da LOAS, não se faz presente o requisito econômico. De acordo com o laudo social, a família é composta por três pessoas: o autor, a mãe, aposentada por invalidez, com renda mensal de R$ 510,00 reais, e o pai, que recebe R$ 220,00 a título de 'pecúlio', por ter quatro dedos amputados na mão direita, totalizando uma renda familiar de R$ 730,00. Com referência ao requisito econômico, assim referiu o juízo a quo: '(...) Diante do descrito pela perita assistente social, flagrante a necessidade de aplicação do princípio da razoabilidade ao presente caso. Poder-se-ia compreender, numa análise objetiva, que o rendimento per capita da família, sendo superior aos 25% do salário mínimo, afastaria a possibilidade de percepção do benefício assistencial pleiteado. Todavia, em consonância ao entendimento nesta decisão esposado, tenho que o limite da renda familiar em ¼ por integrante, adotado pelo legislador ordinário, é critério objetivo, mas que comporta temperamentos que decorrem das circunstâncias do caso concreto, em casos em que a situação de miserabilidade resta demonstrada mesmo quando a renda familiar 'per capita' supera o limite de ¼ do salário mínimo.' Acontece que a renda decorrente de um salário mínimo e meio, aproximadamente, para três pessoas fica acima do limite de renda estabelecido na LOAS. E, consoante entendimento firmado pela Suprema Corte na ADIn nº 1.232/DF, tal limite, fixado no § 3º do artigo 20 da Lei nº 8.742/93, não encerra nenhuma inconstitucionalidade, consistindo, antes, em hipótese objetiva de prestação assistencial do Estado. Ademais, o autor recebe ou tem condiçoes de receber tratamento médico e/ou atendimentro pedagógico pelo Estado. Assim, por incomprovado o requisito econômico, impõe-se a reforma da sentença para afastar a condenação. Talvez mais tarde, se cancelado o benefício da mãe e a renda do pai mostrar-se insuficiente, possa o autor vir a receber benefício assistencial. Rejeito todas as alegações não expressamente apreciadas, porquanto desnecessária a sua análise para a conclusão acerca do provimento jurisdicional cabível, e dou por prequestionadas todas as matérias ventiladas nos autos, em cumprimento ao disposto no artigo 102, inciso III, § 3º , da Constituição Federal" (grifei).

8.No caso paradigma, PEDILEF 2008.70.95.00.2492-3, foi excluído o benefício no valor de um salário mínimo, conforme o seguinte trecho do julgado:

"Inicialmente, observo que o Pedido de Uniformização foi apresentado tempestivamente pelo autor, dentro do prazo de 10 dias. E verifico que foi suficientemente demonstrada a existência de similitude fático-jurídica e de divergência entre os acórdãos contrastados. Assim sendo, o pedido merece ser conhecido. Entretanto, no mérito, voto por negar provimento ao pedido, conforme já uniformizado por esta TNU. Por força do disposto no art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003): "Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS". (grifei) De acordo com a interpretação literal deste dispositivo legal, temos: I - como destinatário da norma um idoso, que pretende a concessão de um benefício assistencial (dimensão subjetiva); II - como titular de benefício já concedido qualquer membro da família (composta por idosos) (dimensão subjetiva); e III - como benefício já concedido suscetível de não ser computado no cálculo da renda familiar per capita um benefício assistencial (dimensão objetiva). Literalmente, fora desse contexto não seria possível fazer outra exclusão do cálculo da renda familiar per capita. Ocorre que nesta seara o Direito Positivo apresenta as seguintes lacunas: 1) quando quem está pretendendo a concessão do benefício assistencial é um deficiente; 2) quando o titular de benefício já concedido é um membro da família, mas não é idoso (e pode nem ser deficiente); e 3) quando o benefício já concedido a qualquer membro da família é um benefício previdenciário, e, à semelhança do benefício assistencial, é um benefício de valor mínimo, com proventos mensais de um salário mínimo. Diante da existência destas lacunas se descortina a possibilidade do uso da analogia para a integração da lei. Na dicção de Miguel Reale: " A analogia atende ao princípio de que o Direito é um sistema de fins. Pelo processo analógico, estendemos a um caso não previsto aquilo que o legislador previu para outro semelhante, em igualdade de razões. Se o sistema do Direito é um todo que obedece a certas finalidades fundamentais, é de se pressupor que, havendo identidade de razão jurídica, haja identidade de disposição nos casos análogos, segundo um antigo e sempre novo ensinamento: ubi eadem ratio, ibi eadem juris dispositio (onde há a mesma razão deve haver a mesma disposição de direito)" (Lições preliminares de direito, 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 1988, p. 292). Portanto, em que pese a existência de lacuna legal, havendo igualdade de razões, ou, na dicção de Castanheira Neves, quando as "constitutivas intenções de juridicidade forem no fundo as mesmas ou afins" (Metodologia Jurídica, Coimbra: Coimbra Editora, 1993, p. 261), a disposição de direito deve ser a mesma. Para que prevaleçam as semelhanças sobre as diferenças, a "razão suficiente" das situações contrastadas deve se pautar nos mesmos aspectos teleológicos, valorativos (Castanheira Neves, op. cit., p. 248/249), o que, em se tratando de analogia legal ocorre apenas de forma mediata. Isto porque, a analogia legal opera "por uma indução mais 'local' ou mais limitada e particular, com o seu apelo e apoio imediato numa só norma legal e, através dela, mediatamente ao conceito ou princípio fundante" (Castanheira Neves, op. cit., p. 258). É por isso que, revendo posicionamento anterior, reconheço que em se tratando de analogia não há propriamente isonomia entre as situações contrastadas; o que há é identidade ou isonomia de razões normativas, de valorações fundantes. Como reforça Castanheira Neves "o raciocínio analógico pressupõe uma relação de 'semelhança' (ou de correspondência) que como tal, não é suscetível de reduzir-se a uma relação de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

identidade ou a uma qualquer 'igualdade'", sendo que "como tal, a semelhança, não sendo identidade (nunca passará de identidade 'parcial'" (op. cit., p. 248). Nesse contexto, considerando que o presente caso envolve um benefício assistencial destinado a um deficiente, em cuja família há um idoso que recebe um benefício previdenciário de valor mínimo, passo à análise da primeira e da terceira lacuna mencionadas. Quanto à primeira lacuna, forçoso é reconhecer que, embora o idoso não se identifique socialmente, culturalmente e fisicamente com o deficiente, tanto o idoso quanto o deficiente que buscam a concessão de benefício assistencial são dotados da mesma dignidade enquanto beneficiários de um mesmo benefício de mesmo valor por força de expressa disposição constitucional (art. 203, inc. V, da CF/88) e de expressas disposições legais [no que diz respeito ao princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento (art. 4º, inc. IV, primeira parte, Lei nº 8.742/93) e quanto à previsão de um mesmo benefício de mesmo valor (art. 20 da Lei nº 8.742/93)]. Portanto, nada justifica que se lhes dispense tratamento normativo diferenciado, não havendo justificativa para a proteção do idoso ser mais ampla do que a proteção do deficiente. Outrossim, quanto à terceira lacuna, forçoso é reconhecer que a "razão suficiente" ou pauta de valor que justifica a existência do benefício assistencial é a garantia do mínimo existencial. Ora, a Assistência Social se destina à cobertura do mínimo existencial consubstanciado nos bens absolutamente necessários à sobrevivência de qualquer cidadão. E o mínimo existencial não varia em função deste ou daquele destinatário ou beneficiário, motivo pelo qual a apuração da renda do grupo familiar para verificar se há necessidade de assistência do Estado é pautada pelo fator econômico, pelo valor monetário que integra a renda do grupo familiar, e não propriamente pelo tipo de benefício por via do qual se dá o ingresso: assistencial ou previdenciário. Daí porque, em se tratando de valor correspondente a um salário mínimo, o benefício deve ser excluído da renda do grupo familiar, ainda que tenha natureza previdenciária. Aqui a diferença, entre a natureza dos benefícios, secunda o valor essencial, de cunho econômico. Como leciona Vladimir Novaes Martinez, a Assistência Social é técnica de proteção social, como exigência do bem-estar comum, aí também compreendidos o bem-estar individual e familiar, pautado na "necessidade da clientela" (Princípios de Direito Previdenciário, 4ª ed., São Paulo: LTr, 2001, p 205). De sorte que havendo a mesma necessidade econômica, o tratamento normativo há de ser o mesmo. De qualquer sorte, considerando que a analogia prevista no art. 4º da LICC pressupõe a existência de uma lacuna involuntária, decorrente da impossibilidade do legislador prever todas as situações possíveis, impende ressaltar que a Lei nº 8.742/93, que tratou de todos os destinatários do benefício assistencial não previu a situação regulada pelo parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) em relação a qualquer um destes destinatários. Isto gerou uma lacuna acidental, por uma não previsão inconsciente do legislador. Já o Estatuto do Idoso, que é uma lei especial superveniente, o fez naturalmente apenas em relação aos idosos, pois naquele contexto especial não caberia tratar expressamente da situação dos deficientes.

Assim sendo, afigura-se cabível a colmatação da mencionada lacuna pela analogia. Destarte, aplicando-se analogicamente o disposto no parágrafo único

do art. 34 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), um benefício previdenciário de valor mínimo recebido pelo pai (no caso uma aposentadoria recebida por uma pessoa idosa) do autor (no caso um deficiente não idoso), deve ser excluído da renda do grupo familiar para fins de apuração da renda per capita, assim como também deve ser excluída a própria pessoa do pai para fins de cálculo." (grifei).

9.Portando, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/percepção de benefício previdenciário no valor mínimo por outro integrante do grupo familiar) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).

10.O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 580.963/PR, declarou a inconstitucionalidade parcial por omissão, sem pronúncia de nulidade, do parágrafo único do art. 34 da Lei 10.741/2003, para admitir a exclusão de benefício previdenciário ou assistencial no valor de um salário mínimo do cômputo da renda familiar, para fins de concessão do benefício de prestação continuada da Lei 8.742/93 destinada ao deficiente.

11.Em conclusão, apontada a percepção de um benefício no valor um salário mínimo a um membro do grupo familiar, tal renda deve ser excluído, utilizando-se, por analogia o Estatuto do Idoso, conforme decisão paradigma acima citada. Mas, mesmo assim, devem ser avaliadas as condições sociais, econômicas e pessoais dos integrantes do núcleo familiar, que foram apreciadas pelo juiz sentenciante no Juizado Especial Federal.

12.Com efeito, a sentença analisou detidamente o conjunto probatório e, mesmo não tendo desconsiderado no cômputo da renda familiar o benefício no valor mínimo, ainda assim reconheceu a condição de miserabilidade do autor integrante do núcleo da família da qual faz parte, o que se revela desnecessário o retorno à Turma Recursal de origem para reexame da matéria fática, na esteira da QO nº 20 da TNU, sendo por demais suficiente ao deslinde da causa o mero provimento do pedido de uniformização, para restabelecer o decisum monocrático de primeiro grau.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora e DAR-LHE PROVIMENTO PARA RESTABELECER A SENTENÇA PROFERIDA, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0512299-62.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: RAYSSA FERNANDES LAURINDO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA LEI 8.742/93. INDEFERIMENTO. REQUISITO DA MISERABILIDADE. RENDA FAMILIAR PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO. MISERABILIDADE AFERIDA NO CASO CONCRETO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de amparo assistencial ao deficiente previsto na Lei 8.742/93.

2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão do amparo assistencial, sob o entendimento de que não estaria configurada a vulnerabilidade social, uma vez que não foram demonstrados gastos extraordinários do requerente capazes de comprometer a renda familiar, de modo a caracterizar o seu estado concreto de miserabilidade. Por sua vez, no julgado paradigma, a TR de Mato Grosso entendeu que o critério objetivo de ¼ salário mínimo de renda per capita familiar, para fins de concessão do benefício de amparo assistencial, não é o único meio de aferição da condição de miserabilidade do requerente do benefício.

3.No Incidente de Uniformização, a parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário à jurisprudência do STJ e do STF, em alegadas hipóteses semelhantes, afirmando que a renda familiar per capita inferior a ¼ salário mínimo é um dos critérios a ser considerado para a verificação da miserabilidade, devendo-se considerar, para tal fim, "toda a estrutura social em que está inserido o postulante do benefício".

4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que o acórdão recorrido estaria contrário a entendimentos adotados nos julgados paradigmas quanto à aplicação do critério previsto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93. Afirmou-se, ainda, que "no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ".

5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6.Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.

7.Explico:

8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal da Paraíba, fazendo remissão aos fundamentos da sentença, entendeu ser o caso do indeferimento do pedido de concessão do amparo assistencial, sob o seguinte entendimento:

"No caso dos autos, não restou comprovado o requisito renda. Ademais, os documentos colacionados não demonstraram gastos extraordinários do requerente capazes de comprometer a renda familiar, de modo a caracterizar o seu estado concreto de miserabilidade".

9.Por seu turno, a sentença julgou improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial sob o argumento de que "a renda familiar per capita supera o limite legal, pois equivale a 1/3 do salário mínimo, pelo menos".

10.No caso paradigma, decidiu-se que a aferição da condição de miserabilidade, para fins de concessão do amparo assistencial, não se esgota na verificação da não superação do limite de ¼ do salário mínimo pela renda familiar per capita, mas sim demanda o exame do estado de miserabilidade de toda a estrutura social em que está inserido o postulante do benefício (Processo 2008.36.00.700052-6).

11.Comprovada a divergência jurisprudencial, passo à análise do mérito.

12.Quanto ao mérito, esta Turma Nacional de Uniformização, quando do julgamento do Pedilef 0504262-46.2010.4.05.8200 (Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, j. 13/11/2013), (a) firmou a tese de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade e (b) determinou o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado.

13.Com efeito, o presente caso comporta a mesma interpretação considerando que o acórdão recorrido somente considerou a questão da renda auferida, em confronto com as despesas do grupo familiar, divergindo da jurisprudência fixada nesta TNU, no sentido de ser necessário o exame da miserabilidade por outros elementos existentes nos autos quando a renda per capita supera o limite do artigo 20, §3º, da Lei nº 8.742/93 (PEDILEF 0506899-67.2010.4.05.8200, JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DJ 14/02/2014; PEDILEF 05037758420124058013, JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DJ 09/10/2013; PEDILEF 05023602120114058201, JUIZ FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DJ 21/06/2013).

14.Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade, mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513151-60.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ANA PAULA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO. POSSIBILIDADE INDEPENDENTEMENTE DO PRAZO DE DURAÇÃO. ÓTICAS RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA NA CONTAGEM DO PRAZO. SÚMULA Nº 48 DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou pedido de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de que a incapacidade temporária não é de longo prazo (5 meses), conforme atestou o laudo médico judicial.

2.Sustenta a parte autora que a temporariedade da incapacidade, ainda que de curto prazo, não constitui óbice à concessão do benefício assistencial. Nesse sentido, acostou como paradigma o seguinte julgado da TNU: PEDILEF 0508601-64.2009.4.05.8400 (Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DJ: 13/07/2012).

3.Incidente não admitido pela Presidente da Turma Recursal de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

4.O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5.Comprovada a divergência jurisprudencial, passo à análise do mérito. Quanto ao mérito, o Colegiado desta Turma Nacional de Uniformização, quando do julgamento do PEDILEF 0517034-49.2012.4.05.8013 (Relatora Juíza Federal KYU SOON LEE, sessão de julgamento realizada em 11/09/2014), firmou a tese no sentido de que "a temporariedade da incapacidade não constitui óbice para a concessão do benefício assistencial, inexistindo um parâmetro quanto ao prazo de duração dessa incapacidade. A desnecessidade de incapacidade permanente é, inclusive, objeto da Súmula nº 48 desta Corte ("A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada"). 7. Não olvido que o §10º do artigo 20 da Lei nº 8.742/93, na esteira do §2º, da redação anterior, cuida de prazo de 02 (dois) anos. Mas como já me manifestei numerosas vezes (PEDILEF nº 0504262-2-46.2010.4.05.8200 (DJ: 13/11/2013) e o PEDILEF nº 0020452-59.2007.4.01.3900 (DJ: 09/04/2014), e ainda nesta sessão PEDILEF nº 0505926-15.2010.4.05.8200 e PEDILEF nº 0505926-15.2010.4.05.8200), o julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de repercussão geral, onde o Supremo Tribunal Federal declarou incidenter tantum a inconstitucionalidade do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, incita reflexão deste Colegiado Uniformizador. 8. Por obviedade não trago a discussão do critério de renda neste processo, mas a lição que extraio do julgamento é a de que "(...) A definição dos critérios a serem observados para a concessão do benefício assistencial depende de apurado estudo e deve ser verificada de acordo com as reais condições sociais e econômicas de cada candidato à beneficiário, não sendo o critério objetivo de renda per capta o único legítimo para se aferir a condição de miserabilidade. Precedente (Rcl nº 4.374/PE).(...)" (Rcl 4154 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 19/09/2013, **ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJE-229 DIVULG 20-11-2013 PUBLIC 21-11-2013), GRIFO NOSSO. 9. DO MESMO MODO, O CRITÉRIO DE DEFICIÊNCIA "COM EFEITOS PELO PRAZO MÍNIMO DE 2 (DOIS) ANOS" NÃO PODE SER O ÚNICO NORTE PARA SUA CONFIGURAÇÃO. ASSIM, MESMO QUE A DEFICIÊNCIA FIQUE AQUÉM DOS 02 (DOIS) ANOS, POSSÍVEL SE AFIGURA CARACTERIZAR O CRITÉRIO OBJE-**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TIVO, QUE DEVE SER APURADO EM CADA CASO, ATÉ PORQUE A EXPRESSÃO "LONGA DURAÇÃO" PERMITE A TEMPORARIEDADE E A INTERPRETAÇÃO DE QUE '90 DIAS' (OU MAIS; OU MENOS) POSSA SER CONSIDERADO DE 'LONGA DURAÇÃO', NOTADAMENTE PARA AS PARTES AUTORAS QUE NECESSITAM DE UM BENEFÍCIO DESTA NATUREZA".

6.Além disso, o prazo de impedimento, para fins de concessão de amparo assistencial ao deficiente, deve ser aquilatado tanto na ótica retrospectiva quanto prospectiva. Na espécie em apreço, restou demonstrado que existe um histórico retrospectivo da deficiência que remota lapso temporal superior a 5 (cinco) meses, o que reforça a ideia de possível reconhecimento do direito à percepção da proteção assistencial.

7.Neste sentido, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, retome o julgamento, tanto quanto para a apreciação dos demais requisitos atinentes à deficiência ("impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"), quanto a instrução e aferição do requisito da miserabilidade.

8.Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que o impedimento temporário, independente do prazo de duração, não constitui óbice para a concessão de benefício assistencial ao deficiente; (ii) determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado a partir das premissas de direito ora uniformizada, bem como instrução e aferição do requisito da hipossuficiência.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização por CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501119-63.2012.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EURIDES ENEDINA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AMPARO ASSISTENCIAL DO DEFICIENTE. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA LEI 8.742/93. INCAPACIDADE PARCIAL. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA QUE TRANSCENDE A LIMITAÇÃO FÍSICA SOB O ASPECTO DA CAPACIDADE LABORATIVA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO NÚCLEO FAMILIAR. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

2.Sustenta a parte autora o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado paradigma (processo nº 2009.35.00.700828-2, Turma Recursal de Goiás), em alegada hipótese semelhante, afirmando que, em caso de incapacidade parcial, devem-se considerar as condições pessoais e sociais da parte-requerente, o que não foi atendido no acórdão recorrido.

3.Incidente não admitido pela Presidente da Turma Recursal de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

4.4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5.O aresto combatido considerou que não foram satisfeitos os requisitos à concessão do amparo assistencial, no que se refere à incapacidade laboral. Por sua vez, no julgado paradigma, entendeu-se ser o caso de concessão do benefício de amparo assistencial, não obstante a incapacidade parcial da requerente, consideradas as condições sociais e pessoais da pleiteante.

6.Deste modo, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.

7.Comprovada a divergência jurisprudencial, passo à análise do mérito.

8.Passando ao exame da questão de fundo, observo que a Súmula 47 desta TNU prescreve que:

"Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

9.Não obstante, a referida súmula refira-se a aposentadoria por invalidez, entendo que o entendimento ali esposado estende-se ao benefício assistencial, considerada a identidade da natureza dos benefícios requeridos (no que se refere à finalidade social), destinando-se ambos a amparar aqueles que não estão em condições de manterem-se por força de sua própria capacidade produtiva.

10.Esta TNU, inclusive, já teve oportunidade de que assim decidir, quando do exame de incidente de uniformização:

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. HIV. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES. OMISSÃO DO JULGADO. 1. Incide, no caso, as Súmulas 47 ("uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deva analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez") e 48 ("a incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada"). 2. Caso em que o acórdão foi omisso na análise destas condições. 3. Incidente conhecido e parcialmente provido para anular o julgado e determinar o retorno dos autos à Turma de Origem" (PEDILEF 05055337020084058100, rel. ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, j. 13/07/2012).

11.Veja-se que a Lei nº 8.742/93 (art. 20, § 2º), ao definir o requisito da incapacidade, menciona "impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (grifei), expositivo que permite concluir que serão levados em consideração todos os aspectos (não só o médico-fisiológico) na apuração da incapacidade laborativa.

12.Em conclusão, apontada à incapacidade parcial da parte-requerente, o exame do pedido de concessão de benefício assistencial demanda a análise das condições pessoais e sociais do assistido postulante, sendo insuficiente a mera menção de que a recorrente encontra-se em supostamente em idade produtiva.

13.Por fim, implicando o provimento do presente incidente, quanto à matéria de direito, na necessidade de reexame da matéria de fato, devem os autos retonarem à TR de origem para reapreciação das provas (conforme a Questão de Ordem nº 20/TNU).

14.Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para reapreciação das provas referentes às condições pessoais e sociais da parte requerente.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000758-42.2011.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LURDES LORECI DE LIMA
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
OAB: RS-36152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE EM RELAÇÃO AO FILHO FALECIDO. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. FUNDAMENTOS FÁTICOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO DIVERGENTES DAQUELES DOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de pensão por morte.

2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos à concessão de pensão por morte, dada a falta de dependência econômica da mãe em relação ao filho falecido.

3.No Incidente de Uniformização, a parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgados da TNU e do STJ que, em alegadas hipóteses semelhantes, reconheceram o direito à concessão do benefício previdenciário de pensão por morte.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.

6.Explico:

7.No acórdão recorrido, a Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, sob o seguinte entendimento:

"Primeiramente, importante salientar que à época do óbito a autora possuía 47 anos e auferia mensalmente R$ 860,00, ou seja, sua renda por si só já resta por descaracterizar a dependência econômica, pois não há como cogitar a hipótese de enquadrá-la na situação de perigo social. Ademais, o de cujus faleceu com apenas 24 anos de idade e seu salário era inferior ao percebido pela recorrente.

Assim, inverossímil que a renda do falecido fosse imprescindível para o sustento da família; em que pese o grupo familiar não leve uma vida com maiores luxos, não há como considerar que a renda extinta era substancial para a manutenção da vida digna da autora, até porque pouco tempo antes de o de cujus começar a exercer atividades laborativas a família já se auto-sustentava.

Com efeito, não havia subordinação econômica, devendo o recurso ser improvido." (grifei).

8.Assim, conclui-se que a TR/RS entendeu ser o caso do indeferimento do pedido de concessão de pensão por morte, porque restou demonstrado durante a instrução probatória que a mãe não era economicamente dependente de seu filho, por ter uma renda superior à do de cujus.

9.Portanto, o fundamento da improcedência não se centrou na ausência de início de prova material para a comprovação da dependência econômica, conforme alegado no incidente de uniformização.

10.Nos casos paradigmas, processo proveniente da TNU (PEDILEF nº 2006.38.00.72.2087-6) e processos provenientes do STJ (AgRg no REsp 886069 e REsp 543.423/SP), houve o enfrentamento da questão relativa à míngua de início de prova material para a caracterização da dependência econômica dos pais em relação aos filhos, conforme os seguintes trechos dos julgados:

Processos do STJ:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal, no âmbito da Quinta e da Sexta Turma, já consolidou entendimento no sentido de que não se exige início de prova material para comprovação da dependência econômica de mãe para com o filho, para fins de obtenção do benefício de pensão por morte. 2. Agravo improvido. (AgRg no REsp 886069 / SP. Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. DJU: 25.09.2008)" (Grifei).

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ADMISSIBILIDADE.1. A jurisprudência desta Corte é firme em que a legislação previdenciária não exige início de prova material para a comprovação de dependência econômica dos pais em relação aos filhos, sendo bastante para tanto a prova testemunhal. Precedentes. 2. Recurso provido (REsp. 543.423/SP, Sexta Turma, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ 23.08.05)" (grifei).

Processo da TNU:

"PREVIDENCIÁRIO - PENSÃO POR MORTE - DESNECESSIDADE DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS PARA COM OS FILHOS FALECIDOS - **ACÓRDÃOS MAIS RECENTES DO STJ - AGRGRESP 886.069 - INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO 1. O INSS TROUXE COMO PARADIGMA ACÓRDÃO DO STJ DO ANO DE 1998, QUANDO JÁ EXISTEM JULGADOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA MAIS RECENTES DA 3ª SEÇÃO CONSOLIDANDO O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO SE EXIGE INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE OU DO PAI PARA COM O FILHO OU FILHA PARA FINS DE OBTENÇÃO DO BENÉFICO DE PENSÃO POR MORTE (AGRG NO RESP 886.069, STJ). DESTE MODO A TESE CONTRÁRIA À PRETENSÃO JÁ ENCONTRA-SE CONSOLIDADA. OUTROSSIM, NÃO SE TRATA DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE DO ART. 16 § 7º E 22 DO DECRETO 3.048/99 POSTO QUE A LISTA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS É MERAMENTE EXEMPLIFICATIVA, NÃO IMPEDINDO A CONFIGURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA SEM A EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. COM EFEITO, É MANDAMENTO DIRIGIDO À ADMINISTRAÇÃO E NÃO AO PODER JUDICIÁRIO QUE MEDIANTE O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO POSSIBILIDADE O RECONHECIMENTO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA SEM A NECESSIDADE DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PELAS MESMAS RAZÕES, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM VIOLAÇÃO DO ART. 16 II E §4º DA LEI 8.213/91. 2. SUGIRO AO MM. MINISTRO PRESIDENTE DESTA EGRÉGIA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO QUE IMPRIMA AO RESULTADO DESTE JULGAMENTO A SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 7º LETRA A) DO REGIMENTO INTERNO, DEVOLVENDO ÀS TURMAS RECURSAIS DE ORIGEM TODOS OS OUTROS INCIDENTES QUE VERSEM SOBRE O MESMO OBJETO, A FIM DE QUE MANTENHAM OU PROMOVAM A ADEQUAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA ÀS PREMISSAS JURÍDICAS FIRMADAS, NO SENTIDO DE QUE NÃO SE EXIGE INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS PARA COM OS FILHOS PARA FINS DE OBTENÇÃO DO BENÉFICO DE PENSÃO POR MORTE, JÁ QUE REFLETE O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DESTA CORTE. 3. PELO EXPOSTO, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO FIRMANDO A TESE DE QUE NÃO SE EXIGE INÍCIO DE PROVA**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MATERIAL PARA COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS PARA COM OS FILHOS PARA FINS DE OBTENÇÃO DO BENÉFICO DE PENSÃO POR MORTE. BRASÍLIA, 29 DE FEVEREIRO DE 2012. (TNU. PEDILEF 200638007220876. JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VISTOVSKY. DJU: 01.09.2011)." (GRIFEI).

11.Colaciona-se, ademais, paradigmas do STJ (REsp 1252961/SP) e da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado de São Paulo, em que houve o enfrentamento da questão relativa à presunção relativa de dependência econômica e assistência vitalícia dos filhos frente aos seus genitores e da possibilidade de concessão do benefício de pensão por morte mesmo sendo parcial a dependência econômica, nos seguintes termos:

Processo do STJ:

"CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PENSÃO MENSAL. REVISÃO. INTERESSE RECURSAL. FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA ENTRE SEUS INTEGRANTES. PRESUNÇÃO RELATIVA. DEPENDÊNCIA DOS PAIS FRENTE AOS FILHOS. VITALICIEDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA. VALOR. (...). 2. Nas famílias de baixa renda, há presunção relativa de dependência econômica entre os seus integrantes. Precedentes. 3. Nas famílias de baixa renda há presunção relativa de

assistência vitalícia dos filhos frente aos seus genitores, (...). (STJ. REsp 1252961/SP. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI. DJU: 06.12.2011)".

Processo da TR/SP:

"(...) II - VOTO Trata-se de ação em que se pleiteia o recebimento do benefício de pensão por morte. (...) A r. sentença de primeiro grau não merece reparos. Os requisitos do benefício de pensão por morte defluem da análise sistemática dos artigos 74 e 16 da Lei nº 8.213-91. Além disso, embora não seja necessária a carência para a pensão por morte (art. 26, I, da Lei nº 8.213-91), é imprescindível a demonstração de que o instituidor da pensão almejada ostentava, na data em que faleceu, a qualidade de segurado. Conforme se depreende da dicção do art. 16, caput, II, e § 4º, transcrito acima, a dependência dos pais em relação aos filhos deve ser demonstrada. Convém ainda registrar que, mesmo sendo parcial a dependência econômica, o benefício será devido, conforme já esclarecia no enunciado nº 229 da Súmula do Tribunal Federal de Recursos: A mãe do segurado tem direito à pensão previdenciária, em caso de morte do filho, se provada a dependência econômica, mesmo não exclusiva. No presente processo, a prova produzida ampara a alegação da parte autora. Importa notar que as provas produzidas na instrução desta ação foram robustas e concludentes quanto à demonstração da dependência econômica dos pais bem como no tocante à qualidade no tocante à qualidade de segurado do instituidor. Portanto, não merece ser reformada a sentença de primeiro grau. (...) Ante o exposto, nego provimento ao recurso e mantenho a sentença recorrida pelos seus próprios fundamentos, nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/95. Assim, utilizando-me do disposto no artigo 46 da Lei n. 9.099/95, combinado com o artigo 1º da Lei n. 10.259/01, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto como razões de decidir, dando-os por transcritos. Esclareço, por oportuno, que não há falar em omissão em acórdão de Turma Recursal de Juizado Especial Federal, quando o recurso não é provido, total ou parcialmente, pois, nesses casos, a sentença é confirmada pelos próprios fundamentos (Lei 9.099/95, art. 46.) (Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Minas Gerais. Relator: Juiz Federal João Carlos Costa Mayer Soares. Segunda Turma. Processo n. 8 2004.38.00.705831-2, julgado em 12/11/2004). Esclareço ainda que tal procedimento não ofende a garantia constitucional da fundamentação das decisões judiciais, conforme reconhecido inclusive no Egrégio Supremo Tribunal Federal (AI 736026 AgR. Relatora: Min. CÁRMEN LÚCIA. Primeira Turma. DJe-108: 12/6/2009). No mesmo sentido, o enunciado 34 destas Turmas Recursais, in verbis: A confirmação da sentença por seus próprios fundamentos, nos termos 46 da Lei 9.099/95, não ofende a garantia constitucional esculpida no inciso IX do art. 93 da Constituição Federal de 1988. Condeno a Autarquia Previdenciária ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R$ 500,00 (quinhentos reais), tendo em vista que a Fazenda Pública foi vencida em grande parte das suas alegações, bem como por não ter natureza complexa a presente causa, nos termos doa rt. 20, §4º do Código de Processo Civil e art. 55 da Lei 9099/95. Por fim, consigno que o acórdão que contenha os parâmetros para a elaboração dos cálculos de liquidação atende ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/1995, nos termos do Enunciado n.º 32, do FONAJEF e da Súmula n.º 318, do Superior Tribunal de Justiça. É o voto. III - EMENTA PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. PEDIDO DOS PAIS EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE FILHO. COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SENTENÇA PROCEDENTE. - RECURSO DO INSS - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO E MANTIDA SENTENÇA DE 1º GRAU PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46, DA LEI 9.099/95. IV - **ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS ELETRÔNICOS, EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, DECIDE A SEGUNDA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DE SÃO PAULO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, NOS TERMOS DO VOTO DO JUIZ FEDERAL RELATOR. (2ª TR DE SP. PROCESSO N. 00263873020094036301. REL. JUIZ FEDERAL ANDRÉ WASILEWSKI DUSZCZAK. DJU: 27.03.2012)"(GRIFEI).**

12.Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

13.Observe-se que a ausência de similitude fática permite mesmo o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática pelo relator (Questão de Ordem nº 22/TNU).

14.Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0013543-71.2007.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: SALOMÃO AFONSO DE SOUZA CRUZ
PROC./ADV.: VALDENOR ALVES GOMES
OAB: RR-618
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO DE 1961 A 1968. AVERBAÇÃO. ECONOMIA FAMILIAR. FUNDAMENTOS FÁTICOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO DIVERGENTES DAQUELES DOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Roraima que deu provimento ao recurso inominado interposto pelo INSS, para reformar a sentença e julgar improcedente a pretensão autoral.

2.O aresto combatido considerou que não estariam satisfeitos os requisitos para a averbação do período de 1961 a 1968 em que o requerente laborou em atividade rural, em regime de economia familiar, para fins de contagem recíproca junto ao RPPS, mediante recolhimento de contribuição previdenciária.

3.No Incidente de Uniformização, a parte autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a súmulas da TNU, e julgados do STJ e do TRF 1ª Região que, em alegadas hipóteses semelhantes, entenderam pelo direito à concessão do benefício previdenciário.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.Do cotejo entre o acórdão combatido e o julgado paradigma observo que não está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ausência de similitude fática entre os julgados recorridos e paradigma.

6.Explico:

7.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de Roraima, reformando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de tempo de labor rural, sob o seguinte entendimento:

"Primeiramente, não há um só documento capaz de indicar efetivo trabalho rural pelo recorrido, o que torna duvidoso o efetivo trabalho rural, em regime de economia familiar, nos exatos termos do art. 11, VII, "c" e 1º, da Lei nº 8.213/91. Ademais, os documentos em nome de seu pai indicam que se tratava de produtor rural (contribuinte individual, na forma do art. 11, V, "a"da Lei nº 8.213/91).

O Sr. Jacir era possuidor de considerável rebanho, circunstância que se infere de recibos apresentados nos autos, os quais se referem à aquisição de produtos veterinários em grande quantidade (1.000(mil) doses de vacina anti-rábica).

O aviso de recibo de ITR indica coeficiente de dimensão de 2% para o cálculo do ITR, no exercício de 1966, o que implica dizer que a extensão da propriedade de Jacir Cruz, localizada no município de Amajari/RR, possui área entre 10 e 30 módulos rurais(art. 50, §1º, alínea "c", da Lei 4.504/1964). Logo, a área total do imóvel rural pertencente à família do recorrido se afasta dos limites típicos para caracterização da agricultura de subsistência (inteligência do art. 11, V, "a"da LGB).

Realizada audiência de instrução e julgamento, foi ouvida a testemunha Aldemir dos Santos Pontes, cujas declarações informam que o pai do autor possuía outra propriedade rural, na qual também criava bovinos, conforme se verifica, em termos:

(...)

Das declarações da testemunha, conclui-se que a família do recorrido qualificava-se não como segurados especiais rurais, mas como produtores rurais (contribuintes individuais), dedicando-se à produção e venda de leite."

8.Assim, conclui-se que a TR/RR entendeu ser o caso do indeferimento do pedido de averbação de tempo de trabalho rural, por entender que o conjunto probatório demonstra que não ter exercido a parte autora trabalho rural no período de 1961 a 1968, em regime de economia familiar, nos exatos termos do art. 11, VII, "c" e 1º, da Lei nº 8.213/91, mas que se tratava de produtor rural, dedicado à produção e venda de leite.

9.Portanto, o fundamento da improcedência não se centrou na ausência de início de prova material, conforme alegado no incidente de uniformização.

10.Nos casos paradigmas, processos proveniente STJ (AgRg-REsp 976.410, AgRg-EDcl-REsp 1.132.360, AR 3429/SP, AR 695/SP), houve o enfrentamento da questão relativa aos documentos que podem constituir início de prova material, de modo a caracterizar a labor na condição de segurado especial, conforme os seguintes trechos dos julgados:

Processo do STJ:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO EM QUE CONSTA A CONDIÇÃO DE RURÍCOLA DO MARIDO DA AUTORA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO.

1. Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícola, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo.

2. O rol de documentos hábeis a comprovar o labor rural, elencados pelo art. 106, parágr. único da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo. Precedentes.

3. Não sendo a prova material suficiente para comprovar o labor rural (no caso, a Certidão de Casamento em que consta a condição de trabalhador rural do marido da autora), excepcionalmente deve ser dada maior ênfase à prova testemunhal colhida na instância ordinária, quando esta é capaz de demonstrar, de forma idônea, harmônica e precisa o labor rural exercido pelo autor.

4. Agravo Regimental do INSS desprovido.

(AgRg no REsp 976.410/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 29/11/2010)" (grifei).

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. ATIVIDADE RURAL .COMPROVAÇÃO. ROL DE DOCUMENTOS EXEMPLIFICATIVO. ART. 106 DA LEI 8.213/91. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIRO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CARÊNCIA. ART. 143 DA LEI 8.213/91. DEMONSTRAÇÃO. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA POR MEMBRO DA FAMÍLIA. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

I - O rol de documentos hábeis à comprovação do exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único da Lei 8.213/91, é meramente exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis, portanto, outros documentos além dos previstos no mencionado dispositivo.

II - Na hipótese dos autos, houve o necessário início de prova material, pois a autora apresentou documentos em nome do marido, o que também lhe aproveita, sendo despicienda a documentação em nome próprio, nos termos da jurisprudência desta Corte.

III - Consoante dispõe o artigo 143 da Lei 8.213/91, o trabalhador rural enquadrado como segurado obrigatório, na forma do artigo 11, VII da Lei em comento, pode requerer a aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante quinze anos, contados a partir da data de vigência desta Lei, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, o que restou comprovado pela Autora.

IV - Este Superior Tribunal de Justiça considera que o exercício de atividade remunerada por um dos membros da família, mesmo que urbana, não descaracteriza a condição de segurado especial dos demais.

V - Agravo interno desprovido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1132360/PR, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 22/11/2010)"(grifei).

11.Portando, não há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que não se partiu do mesmo fato (de mesma natureza) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente), mas sim partiram os órgãos julgadores, nos casos citados, de fatos diversos, de modo que não há como compararem-se os julgamentos, para efeito de interposição do presente incidente de uniformização.

12.No tocante aos paradigmas do TRF da 1ª Região, a alegação de divergência com acórdão de turmas de Tribunal Regional Federal não constitui hipótese de cabimento do incidente previsto no artigo 14, parágrafo 2º da Lei 10.259/2001.

13.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, pela não ocorrência da divergência no presente caso, uma vez que não há similitude entre os fundamentos fáticos expostos no acórdão recorrido e no paradigma, além de que o conhecimento do pedido implicaria no reexame da matéria de fato, não cabível em sede de incidente de uniformização.

14.Incidente de Uniformização não conhecido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, à unanimidade, em NÃO CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0011510-16.2008.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURA BIANCA COSTA ROTONDARO
OAB: SP-225944
REQUERIDO(A): ANDREY RICARDO DOS SANTOS OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURA BIANCA COSTA ROTONDARO
OAB: SP-225944
REQUERIDO(A): BRUNA FABIANA FELIPE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURA BIANCA COSTA ROTONDARO
OAB: SP-225944
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. PERÍODO DE GRAÇA. EXTENSÃO. DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO NA CTPS E DE RECOLHIMENTOS NO CNIS. INSUFICIÊNCIA. DEMAIS PROVAS ADMITIDAS EM DIREITO. PRECEDENTE DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deu provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora, para reformar a sentença e julgar procedente a pretensão autoral.

2.A autarquia previdenciária, neste incidente, pretende a modificação do acórdão que julgou devida a concessão de pensão por morte. Alega que a ausência de anotação na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) ou do registro de recolhimentos no cadastro nacional de informações sociais (CNIS) não comprovam o desemprego para fins de prorrogação do período de graça.

3.Para fins de prorrogação do período de graça previsto no § 2º do art. 15 da Lei 8.231/91, tanto a ausência de anotação de vínculo empregatício na CTPS quanto o não recolhimento de contribuições previdenciárias não comprovam o desemprego, uma vez que não afastam a possibilidade de ocupação remunerada informal. Precedentes do STJ (Petição 7.115/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho) e desta Turma (PEDILEF 0510419-78.2009.4.05.8100, Rel. Juiz Adel Américo de Oliveira).

4.É necessário, então, produzir prova do desemprego do suposto segurado.

5.Nos termos da Questão de Ordem n. 20 desta Turma, quando não produzidas provas nas instâncias inferiores, a decisão recorrida deve ser anulada, ficando a Turma Recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. No caso, a instrução processual objetivou comprovar a qualidade de segurado especial, não abordando a questão do desemprego, sendo imperioso anular a própria sentença para renovação das provas.

6.Julgamento, de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.

7.Pedido de uniformização parcialmente provido para, reafirmando o entendimento de que a simples ausência de anotação na CTPS ou do registro de contribuições no CNIS não é suficiente para comprovar o desemprego, anular o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal, para que possibilite a produção de provas e profira nova decisão.

ACÓRDÃO

8.Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO interposto pelo INSS e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para anular o acórdão recorrido e devolver os autos à Turma Recursal de origem a fim de possibilite a produção de provas e profira nova decisão, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2014.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0034300-02.2009.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA EUNICE DE SOUZA CORREIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DESNECESSIDADE. SÚMULA 77/TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13/TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de auxílio-doença.

2.O aresto combatido considerou que não estão satisfeitos os requisitos à concessão do auxílio-doença, sob o entendimento de que não restou configurada a incapacidade laborativa da parte-requerente. Por sua vez, no julgado paradigma, concedeu-se o benefício previdenciário (auxílio-doença/aposentadoria por invalidez), mesmo ausente a incapacidade laboral, conforme laudo pericial, baseando-se o deferimento em outros elementos constantes dos autos.

3.No recurso, a parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido está contrário a julgado de Turma Recursal de outra região, em hipótese semelhante, afirmando que a apuração da incapacidade não deve basear-se apenas no laudo pericial, mas também nos demais elementos de prova existentes nos autos.

4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que o acórdão recorrido estaria contrário a entendimentos adotados nos julgados paradigmas quanto ao exame de outros meios de provas referentes à capacidade laborativa, que não só o laudo pericial.

5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6.Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorrido e paradigma.

7.Explico:

8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal da Bahia, mantendo a sentença, entendeu ser o caso do indeferimento do pedido de concessão do auxílio-doença, sob o seguinte fundamento:

"PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARA ATIVIDADE LABORATIVA HABITUAL NÃO ATESTADA PELA PERÍCIA. RECURSO DESPROVIDO.

O auxílio-doença funda-se no art.59 da Lei 8.213/91, que garante o benefício ao segurado que esteja incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, cumprido o período de carência respectivo, equivalente a doze contribuições mensais.

Tendo a perícia judicial sido conclusiva acerca da inexistência de incapacidade laborativa, ainda que existente a patologia (doenças ortopédicas), mostra-se indevida a concessão de auxílio-doença. Ressaltou o perito que há limitação apenas para atividades de 'alta demanda física ou de repetição', que não é o caso da recorrente, cuja profissão é diarista, afirmando, ainda, que as queixas funcionais da autora podem ser amenizadas com tratamento fisioterápico e mudanças nos hábitos de vida. Se o expert afirma que a autora é capaz e a enfermidade só induz incapacidade em relação a ocupações que exijam alta demanda física é porque valorou que a atividade de diarista não requer alta demanda física.

Recurso a que se nega provimento. Sentença que se mantém por seus próprios fundamentos" (grifei).

9.Portanto, o indeferimento do pedido pelo acórdão recorrido teve por fundamento a ausência de incapacidade da parte-autora para a sua atividade habitual, apurado pela perícia judicial.

10.No caso paradigma, se decidiu que, não obstante a perícia judicial haver apontado também a ausência de incapacidade laboral da parte-autora, concluiu-se pelo deferimento do pedido do auxílio-doença e a sua conversão em aposentadoria por invalidez, considerada "as condições pessoais do segurado e natureza da atividade habitualmente desenvolvida" (TRGO - RECURSO INOMINADO, PROCESSO Nº 503051820084013 - DJ 19/07/2010, rel. Juiz ERNANE MOREIRA BARROS).

11.Portando, há similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/ausência de incapacidade atestada em laudo pericial) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente).

12.Passando ao exame da questão de fundo, observo que a TNU emitiu a Súmula nº 77, que dispõe:

"O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".

13.Assim, uma vez verificada a capacidade do segurado para as suas atividades habituais, o julgar está dispensado do exame das condições pessoais e sociais da parte-requerente, o que, como no caso dos autos, ocorreu, na medida em que o laudo pericial apontou que, em face da atividade de diarista da parte-autora, não havia incapacidade laborativa.

14.O exame das condições pessoais e sociais do segurado impõe-se apenas quando reconhecida a incapacidade parcial laborativa (Súmula nº 47/TNU), como complemento à tarefa do julgador de apurar, no caso concreto, a impossibilidade de reinserção do segurado no mercado de trabalho.

15.Neste sentido, registre-se, foi o que decidiu a TNU nos PEDILEF nºs 0020741-39.2009.4.03.6301 e 0507072-34.2009.4.05.8101 (dois dos precedentes que ensejaram a edição da Súmula nº 77 desta TNU).

16.Nestes termos, não obstante a similitude fática, impõe-se o não conhecimento do pedido de uniformização de jurisprudência, por estar o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta TNU (Questão de Ordem nº 13/TNU).

17.Súmula do julgamento: A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade de votos, NÃO CONHECEU DO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO, nos termos do voto-ementa.

Brasília, 06 de agosto de 2014.

SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0021854-37.2009.4.01.3600
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO
REQUERENTE: GONÇALO NERIS DOS SANTOS
PROC./ADV.: WILSON ROBERTO ALVES
OAB: MT-6783
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INVIABILIDADE DO INCIDENTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pretende a parte requerente a modificação de acórdão que manteve a sentença de rejeição do pedido inicial de concessão de aposentadoria por idade de rurícola.

2. Registrou a ementa-voto que a parte autora exerceu atividade urbana no período de 06/11/1980 a 05/02/1982, bem como vínculo estatutário no período de 13/08/1982 a 28/06/1999. Ademais, dela consta que "o autor alega que em 1997 se afastou do trabalho na Prefeitura Municipal de Cuiabá por dois anos e foi exonerado em 1999 para ir trabalhar na lavoura no Pontal da Glória. O autor deveria demonstrar o exercício da atividade rural a partir de 1999 (data da exoneração do cargo estatutário) pelo período mínimo de 15 anos, conforme art. 143 da Lei nº 8.213/91, já que a tabela do art. 142 da Lei nº 8.213/91 só é aplicada aos que detinham a qualidade de segurado especial na data da publicação da referida lei".

3. O entendimento da turma recursal está alinhado ao desta TNU, porquanto o exercício da atividade urbana por tão longo período (1980 a 1999) fez romper totalmente os antigos vínculos rurícolas, exigindo, após o retorno às lidas rurais, reinício de contagem de carência para a aposentadoria por idade na condição de rurícola.

4. É bem verdade que nos termos da súmula nº 46 da TNU, "o exercício de atividade urbana intercalada não impede a concessão de benefício previdenciário de trabalhador rural, condição que deve ser analisada no caso concreto". Ocorre que, no caso concreto, claramente a atividade urbana superar a intercalação, representando verdadeiro rompimento do anterior vínculo rural. Em acréscimo, "para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima" (súmula nº 54), bem como, "para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar" (súmula nº 34), circunstâncias que não se apresentam na espécie.

5. Portanto, o entendimento da turma de origem está em sintonia com o deste colegiado uniformizador, cristalizado nas suas súmulas nº 34, 46 e 54, motivo pelo qual o não conhecimento do incidente se impõe, a teor da questão de ordem nº 13: "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e súmula nº 83 do STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

6. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer este Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 2009.38.00.715596-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: EVA MENDES GONÇALVES
PROC./ADV.: ROGÉRIO MENDES GOMES
OAB: MG94152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA. INVIABILIDADE DO INCIDENTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Pretende a parte requerente a modificação de acórdão que reformou a sentença de acolhimento do pedido inicial de concessão de aposentadoria por idade de rurícola.

2. Registrou a ementa-voto que a parte autora ,ao completar a idade mínima, "conforme ela própria afirmou em seu depoimento pessoal, já se encontrava afastada das lides do campo, o que ocorrera desde 2004. Apesar de alegar que a cessação do serviço no campo se dera por motivo de saúde, tal fato não restou comprovado. Assim, o fato é que, ao ingressar com o pedido administrativo, em 07/2008, há muito já se afastara das lidas rurais, morando na cidade e, eventualmente, conforme consta dos documentos de fls. 54-57 e de fl. 26, dedicando-se a atividade de faxina" (fl. 100).

3. O art. 143 da Lei nº 8.213/91 exige a comprovação do exercício de atividade rural, "ainda que descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício". Em interpretação flexibilizadora, esta TNU abrandou tal rigor, exigindo que "para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima" (súmula nº 54). No caso dos autos, todavia, nem mesmo o labor até o implemento da idade mínima restou configurado, motivo pelo qual está o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência sumulada da TNU.

4. Portanto, o entendimento da turma de origem está em sintonia com o deste colegiado uniformizador, cristalizado na sua súmula nº 54, motivo pelo qual o não conhecimento do incidente se impõe, a teor da questão de ordem nº 13: "não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido" e súmula nº 83 do STJ: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida".

5. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer este Pedido de Uniformização, nos termos da ementa/voto constante dos autos, que passa a fazer parte deste julgado.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0013062-24.2005.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RMI. DIB. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 33 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de São Paulo, o qual manteve a sentença que fixou os efeitos financeiros da revisão da renda mensal inicial do benefício a partir da data do laudo pericial elaborado em juízo. Trata-se de ação em que a parte autora postula a conversão de período especial em comum para, assim, elevar o coeficiente de cálculo de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que satisfez todos os pressupostos necessários à revisão do benefício no momento do requerimento administrativo, razão pela qual entende que este deverá ser o termo inicial dos efeitos financeiros. Com intuito de comprovar a divergência jurisprudencial, apresentou julgados do C. STJ, do TRF da 4ª Região, da Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, bem como a Súmula nº 33 desta TNU ("Quando o segurado houver preenchido os requisitos legais para concessão da aposentadoria por tempo de serviço na data do requerimento administrativo, esta data será o termo inicial da concessão do benefício").

3. Incidente admitido pela i. Coordenadora das Turmas Recursais de São Paulo, com base na Súmula nº 33 desta Corte, a qual determinou a devolução dos autos ao i. Relator para que, entendendo cabível, exercesse juízo de retratação, e, caso não ocorresse qualquer juízo de retratação, fossem os autos remetidos à Turma Nacional de Uniformização. A Turma Recursal de origem entendeu que não se aplica ao caso a referida Súmula, uma vez que a demanda versa sobre revisão e não sobre concessão de benefício. Assim sendo, foram os autos encaminhados a esta Corte Uniformizadora e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Comprovada a divergência em relação à TNU, passo ao exame do mérito.

6. A Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado no sentido de que a concessão de aposentadoria gera efeitos a partir da data do requerimento administrativo quando os requisitos legais já eram aperfeiçoados pelo segurado desde então, ainda que a sua comprovação somente tenha sido possível em juízo. Tal entendimento se estende às revisões. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL SOMENTE EM JUÍZO. EFEITOS FINANCEIROS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS QUANDO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização apresentado pela parte autora-recorrente em face de acórdão que manteve sentença concessiva de revisão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, mas limitou os efeitos financeiros da revisão, determinando o pagamento de atrasados apenas após a juntada do laudo pericial em juízo. 2. A parte autora sustenta que o acórdão afronta jurisprudência do STJ e da TNU. Requer seja determinado o pagamento do benefício desde a DER e o pagamento de atrasados desde então, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora. 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação à Súmula 33 desta TNU. 4. A questão já está pacificada nesta Turma Nacional de Uniformização, no seguinte sentido: "3. A concessão de aposentadoria gera efeitos a partir da data do requerimento administrativo quando os requisitos legais já eram aperfeiçoados pelo segurado desde então, ainda que a sua comprovação somente tenha sido possível em juízo. 4. O pagamento de diferenças desde a data da entrada do requerimento administrativo de aposentadoria não constitui instrumento de penalização da entidade previdenciária, mas exigência de norma jurídica expressa concretizadora da cláusula do direito adquirido (Lei 8.213/1991, artigos 49, inciso II, e 54). (PEDILEF 200461850249096, Rel. José Antonio Savaris, DOU 08/07/2011)". Mais recentemente, o mesmo entendimento fora reafirmado no PEDILEF 200870550024853, Rel. Adel Américo de Oliveira, DOU 13/07/2012. Referido entendimento é aplicável tanto na hipótese de concessão quanto de revisão de benefícios (PEDILEF 200971580079668, Rel. Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 31/08/2012). 5. Incidente conhecido e parcialmente provido para reafirmar o entendimento deste Colegiado de que se o segurado satisfaz os pressupostos à concessão da aposentadoria quando formula requerimento administrativo, este será o termo inicial dos efeitos financeiros da concessão ou da revisão do benefício, respeitada a prescrição. 6. Determinação de retorno dos autos à Turma Recursal de origem para a adequação do julgado". (grifei)

(PEDILEF nº 00186071220044036302. Relatora: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo. DOU: 12/06/2013).

7. No caso dos autos, os pressupostos necessários à revisão postulada encontravam-se presentes desde a DER, razão pela qual os efeitos financeiros da mesma devem retroagir à referida data.

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para (i) reafirmar a tese de que, se o segurado satisfaz os pressupostos necessários à concessão da aposentadoria quando formula requerimento administrativo, este será o termo inicial dos efeitos financeiros da concessão ou da revisão do benefício, e (ii) com base na Questão de Ordem nº 01, reformar o acórdão recorrido para fixar os efeitos financeiros da revisão da renda mensal do benefício NB: 117.722.040-4 na DER (27/06/2000), respeitada a prescrição quinquenal. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004000-89.2013.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA VANDERLEIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: VIVIANE VASCONCELOS
OAB: RS-59 134
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. MANUTENÇÃO DE PENSÃO POR MORTE A FILHO NÃO INVÁLIDO QUE ATINGIU OS 21 ANOS. ILEGALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SE CONFERIR INTERPRETAÇÃO QUE ALBERGUE SITUAÇÃO DE ILEGALIDADE. AFRONTA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE INTERPRETAÇÃO. DECADÊNCIA INOCORRÍVEL. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul que abonou sentença de procedência de pedido de manutenção de pensão por morte à filha maior não inválida, sob a assertiva da decadência de se revisar o ato em pauta, ainda que ilegal.

2. Interposto Incidente de Uniformização de Jurisprudência pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que a decisão contraria a legislação, bem como há divergências de julgados de Turmas Recursais, trazidos aos autos.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O incidente merece ser conhecido, pois patente a distinção de interpretação das Turmas Recursais quanto à extensão da decadência para pensão a maior de idade. A decisão recorrida amplia o alcance interpretativo do art. 103-A para fulminar o dever poder do INSS de cassar benefício sem amparo em lei, ao passo que o paradigma confere interpretação de que o art. 103-A não alberga a decadência de pensão a maior de idade.

6. Quanto ao mérito, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência é procedente. Como é sabido, em sede de antinomias interpretativas, cabe ao intérprete se socorrer dos princípios constitucionais para alcançar o efeito interpretativo que agasalhe valores constitucionais de maior magnitude. O caso apresenta embate entre o princípio da legalidade e o da proteção da confiança. Eis a questão decidida pelo juízo a quo:

(...)

No caso dos autos, o benefício deveria cessar com a maioridade da parte autora, em 10/11/1988. Porém, somente foi cancelado em 01/12/2009 - após, portanto, o dia 1º/02/2009, que corresponde a 10 anos da vigência da Lei n. 9.784/1999. Saliento, por fim, que para efeito de aplicação do instituto da decadência, não há qualquer distinção entre concessão ou manutenção (indevida) de benefício previdenciário.

7. Data venia, não se visualiza passível de compreensão que o art. 103-A da Lei nº 8.213/91 busque sustentar situações de ilegalidade - dada a natureza dos benefícios que alcança a tutelar - quer por força da ratio interpretativa do artigo em pauta que não sustentar a extensão apontada pela decisão recorrida; quer em face da própria má-fé que se dessume de situações como a presente, presunção jurídica que se deduz da situação, como regra de direito.

8. Eis a dicção do art. 103-A:

Art. 103-A. O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. (Incluído pela Lei nº 10.839, de 2004)

§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento. (Incluído pela Lei nº 10.839, de 2004)

§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato

9. A doutrina há muito é categórica a repelir interpretações que atentam contra a natureza das coisas ou que respalde situação de ilegalidade ou má-fé para não se ir além do razoável à hipótese legal normativa. Nesse sentido, doutrina Daniel Machado da Rocha e João Baltazar Jr, in Comentários à Lei de Previdência Social, ed. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2012, 11º edição, p. 349 (grifei):

O fundamento da regra é o princípio da moralidade administrativa (CF, art. 37), no particular aspecto de proteção da confiança, ou da boa-fé, de resto expressamente consagrado no inciso IV do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/99.

Claro está, ainda, que o dispositivo não é aplicável aos casos em que a própria lei autoriza a revisão, como é o caso da cessação da aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença em caso de recuperação da capacidade do trabalho. Na mesma linha, o beneficiário de pensão que ostenta essa qualidade por ser inválido ou menor, poderá ter sua quota extinta quando cessada a invalidez ou atingir a idade limite, ainda que esse fato se der mais de dez anos após a concessão.

10. Simples e categórico, o raciocínio traçado pelo jurista Daniel Machado da Rocha, cuja presença nessa Corte nos honra. Com efeito, a partir da maioridade da pensionista não subsiste qualquer resquício de boa-fé ou de proteção à confiança, pois a partir de então o gozo do benefício é extra legem, situação que aponta até mesmo, se for o caso, para a restituição dos valores, consoante nova orientação do Superior Tribunal de Justiça. Em outros termos, não há qualquer valor constitucional ou previdenciário a ser tutelado para a manutenção do benefício, nem mesmo a sua essência - a contingência existencial de dificuldade do pensionista (presente tão somente até a maioridade do beneficiário).

11. A própria Teoria Geral da Interpretação abona essa premissa, segundo explicito em Dissertação de Mestrado: Competência Legislativa dos Entes Federados; Conflitos e Interpretação Constitucional, FADUSP, 2011, p. 89/90, ao explicitar que a interpretação deve-se fincar na razão de sua lógica premida pela própria ponderação:

Humberto Ávila ratifica essa orientação ao aprofundar o papel da ponderação para além dos princípios propriamente dito no âmbito do conflito normativo. Ensina o estudioso que a ponderação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

não é método privativo de aplicação dos princípios, enquanto sopesamento de razões e contra-razões que culminam com a decisão de interpretação, de forma que também é aplicável entre dispositivos de regras hipoteticamente contraditórios. Defende que a solução ao conflito situa-se no plano da aplicação, e não da validade, de forma que a ponderação concreta do caso apontará a solução mais sensata ao caso, diante das finalidades que estão em jogo .

Advoga, ainda, que muitas vezes a exceção pode estar prevista no próprio ordenamento jurídico, hipótese em que o aplicador deverá, mediante ponderação de razões, decidir se há mais razões para a aplicação da hipótese normativa da regra ou, ao contrário, para a de sua exceção. Nesse sentido, decidiu a Suprema Corte brasileira quanto à aplicação de exceção contida na própria lógica do ordenamento quanto à presunção de violência de estupro (art. 213, CP), ao decidir que essa presunção é relativa, a teor do caso concreto e das circunstâncias particulares do caso em apreço .

No esteio desse raciocínio Ana Barcellos observa que em ocasiões de crise (situações de ruptura) quando a aplicação de regras abstratamente válidas podem mostrar-se, em determinadas incidências, incompatíveis com outras disposições constitucionais ou profundamente injustas admite-se a ponderação dos interesses que ela tutela através da aproximação do parâmetro da equidade. Ou seja: respeitado o limite do texto e suas possibilidade, o intérprete poderá empregar uma interpretação conforme a equidade da regra, de modo a evitar a incidência iníqua (tal como o STF entendeu a interpretação do estupro com presunção relativa, supra relatado).

Assim, quer em razão da sua relevância ao sistema, quer em razão da sua força pragmática para solver os conflitos, a ponderação tem-se destacado como elemento chave, de forma que merece estudo quanto à necessidade de se estabelecer parâmetros de controle, tanto normativos, como argumentativo.

A ponderação é, pois, um raciocínio jurídico lato, como se denota das palavras de Dworkin :

Os princípios, ao contrário das regras, podem ser contrários sem ser contraditórios, sem se eliminarem reciprocamente. E, assim, subsistem no ordenamento princípios contrários que estão sempre em concorrência entre si para reger uma determinada situação. A sensibilidade do juiz para as especificidades do caso concreto que tem diante de si é fundamental, portanto, para que possa encontrar a norma adequada a produzir justiça naquela situação específica. É precisamente a diferença entre os discursos legislativos de justificação - regidos pelas exigências de universalidade e abstração - e os discursos judiciais e executivos de aplicação - regidos pelas exigências de respeito às especificidades e à concretude de cada caso, ao densificarem as normas gerais e abstratas na produção das normas individuais e concretas - que fornece o substrato do que Klaus Günther denomina senso de adequabilidade, que no Estado Democrático de Direito é de se exigir do concretizador do ordenamento ao tomar decisões.

Daí a conclusão de Menelick de Carvalho Neto de que vivemos um novo paradigma na tomada de decisões, outrora idealista baseada na aplicação simplista das regras; agora se exige uma leitura procedimentalista de efetividade da Constituição e seus princípios, através da análise de senso de adequabilidade das regras frente aos princípios, ao contexto e as particularidades do caso, para que assim as decisões judiciais apresentem um nível de racionalidade discursivo, próprio do Estado Democrático de Direito, onde a cidadania e a participação popular na criação e aplicação do Direito é inerente ao sistema político e jurídico do País .

12. Nesse passo, tenho como iníqua a interpretação que fulmina de decadência o poder-dever do INSS de cassar a pensão por morte de filho pensionista não inválido maior de idade, diante da extensão interpretativa do art. 103-A não albergar essa hipótese, nem tampouco qualquer outro valor constitucional sufragar essa assertiva. Factível, pois, a racionalidade da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal ao caso: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

13. Incidente conhecido e provido para (i) firmar a tese no sentido de que o INSS tem o poder dever de cassar a qualquer tempo pensão por morte vigente, cujo filho pensionista saudável atingiu a maioridade (21 anos), pois inaplicável a decadência, via interpretação extensiva do art. 103-A da Lei nº 8.213/91 ao caso; (ii) reformar o acórdão recorrido para que o INSS casse imediatamente o benefício em pauta. Expeça-se ofício para tal fim.

14. Julgamento nos termos do artigo 7º, inciso VII, alínea "a", do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504785-20.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DOS ACÓRDÃOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Pernambuco, a qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de ausência do requisito da deficiência.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o julgador não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Nesse sentido, sustenta que se faz necessária a análise das condições pessoais e sócio-econômicas para aferição da incapacidade. Com o intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça (EDREsp nº 802.568) e da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso (autos nº 2007.36.00.703086-8).

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O acórdão recorrido manteve a sentença de improcedência. Transcrevo, a seguir, excerto do julgado:

(...)

4 - Na hipótese em exame, o laudo pericial concluiu que a parte autora não apresenta incapacidade total e permanente para a vida independente e para o trabalho.

5 - Em casos extraordinários, as circunstâncias pessoais do postulante - v. g., idade, família, despesas médicas, escolaridade, local de residência - podem autorizar a concessão do benefício. Essa excepcionalidade, contudo, não restou comprovada nos autos.

(...)

6. Como se vê, a decisão impugnada analisou o caso concreto sob o ponto de vista também das condições pessoais do postulante, considerando estas desfavoráveis à comprovação do requisito da incapacidade. Desse modo, encontra-se tal decisão em consonância com os paradigmas apontados. Logo, ausente o necessário dissídio jurisprudencial.

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5013232-63.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLECI LIZIANE DE FREITAS
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA
OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PORTADOR DO VÍRUS HIV. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE ATESTADA PELA PERÍCIA. NATUREZA ESTIGMATIZANTE DA DOENÇA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de ausência de incapacidade laboral atestada pela perícia médica judicial.

2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o acórdão impugnado divergiu do entendimento da TNU, segundo a qual, em se tratando de portadores do vírus HIV, para aferição do requisito da incapacidade, faz-se necessária a análise das condições pessoais e sócio-econômicas do postulante.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Comprovada a divergência, passo à análise do mérito.

6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento sumulado no sentido de que "comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença" (redação da Súmula nº 78, aprovada na sessão realizada no dia 11 de setembro de 2014, em Brasília). A seguir, o seguinte julgado, cujo caso é semelhante ao dos presentes autos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LAUDO PERICIAL ATESTOU SER A AUTORA PORTADORA DE HIV. ASSINTOMÁTICO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, ECONÔMICAS E SOCIAIS. ESTIGMA DA DOENÇA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1.Trata-se de ação objetivando a concessão de benefício assistencial para pessoa portadora de deficiência - LOAS. A renda familiar da parte autora é fato inconteste, eis que o próprio INSS reconheceu a situação de miserabilidade do grupo familiar. O ponto controvertido da presente demanda se restringe à comprovação da incapacidade laborativa. 2. A r. sentença julgou o feito parcialmente procedente, condenando o INSS a pagar apenas as parcelas vencidas do referido benefício no período de 15.10.2008 a 13.04.2009, período que a autora apresentou tuberculose e incapacidade por 180 (cento e oitenta) dias. 3. Dessa sentença, tanto a parte autora como o INSS recorreram e o V. Acórdão negou provimento a ambos os recursos, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos. 4. Pedido de Uniformização, apresentado pela parte autora, com fundamento no artigo 14, da Lei 10.259/2001, no qual se verifica que embora o laudo tenha atestado a ausência de incapacidade laboral, mostra-se imperiosa a concessão do benefício, tendo em vista os fatores estigmatizantes da doença que pesam sobre o paciente, a impedir sua reinserção no mercado de trabalho. Cita como paradigma julgado dessa Turma Nacional de Uniformização (proc. n° 2009.35.00.701477-6). 5. Conheço do incidente entre a evidente divergência entre o acórdão recorrido e o paradigma acima mencionado, acostado aos autos. 6. No mérito, dou parcial provimento ao presente pedido, tendo em vista que a jurisprudência desta Turma Uniformizadora tem se firmado no sentido de que os portadores do vírus da AIDS, mesmo que assintomáticos, devem ter sua incapacidade aferida com base nas condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, visto tratar-se de doença estigmatizante, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela ausência de incapacidade laborativa. Precedente: PEDILEF 200783005052586. 7. No presente caso a perícia judicial constatou ser a autora portadora de "SIDA/AIDS, CID B-24, com doença sob controle medicamentoso", causando limitação leve, não sendo indicado o afastamento do trabalho. No entanto, a recorrente exercia, até então, a atividade de doméstica e não foi considerado pela Turma Recursal de origem as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais da autora, bem como o preconceito que a doença da qual é portadora carrega, de modo a averiguar a possibilidade de sua manutenção ou recolocação no mercado de trabalho. 8. Diante disso, o recurso é conhecido e parcialmente provido, para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do julgado, com a análise das condições pessoais e sociais, nos termos deste voto-ementa." (grifei)

(PEDILEF nº 05077686120094058201. Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio. DOU: 26/09/2014).

7. Como se vê, a decisão impugnada adotou entendimento diverso do posicionamento consolidado desta Corte Uniformizadora acerca da matéria, sendo de rigor sua nulidade para adequação.

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que, nos casos de portadores do vírus HIV, as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do segurado devem ser analisadas para a aferição da incapacidade, e (ii) determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado a partir das premissas de direito ora uniformizada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2010.33.06.700544-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: MARIA DAS DORES OLIVEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MANOEL DA SILVA
OAB: BA-826-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AFASTAMENTO DO LIMITE DE ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Bahia, o qual reformou a sentença, julgando improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial.De acordo com o Colegiado, as provas existentes nos autos apontam que o núcleo familiar, não obstante a renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo, não se encontra em situação de miserabilidade.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que a renda per capita inferior a ¼ do salário-mínimo torna presumida de forma absoluta a miserabilidade. Com intuito de demonstrar divergência jurisprudencial, aponta como paradigmas os seguintes julgados desta Turma Nacional: PEDILEF nº 2008.70.65.001597-7 (Relatora: Juíza Federal Cristiane Conde Chmatalik. DJ: 17/03/2011) e PEDILEF nº 5002034-40.2012.4.04.7000 (Relator: Juiz Federal Adel Américo Dias de Oliveira. DJ: 17/10/2012). Alega divergência, também, com a jurisprudência do STJ, porém não apontou qualquer paradigma da Colenda Corte.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Com efeito, os acórdãos apontados como paradigmas, os quais reconhecem como presumida de forma absoluta a miserabilidade quando a renda per capita for inferior a ¼ do salário-mínimo, representavam o entendimento desta Turma Nacional acerca da matéria nas épocas em que foram confeccionados (17/03/2011 e 17/10/2012). Todavia, o julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, que teve como Relator para acórdão o Ministro Gilmar Mendes, de repercussão geral, onde o Supremo Tribunal Federal declarou incidenter tantum a inconstitucionalidade do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, incitou uma nova reflexão desta Corte Uniformizadora a respeito do tema. Desse modo, a TNU tem o posicionamento atual no sentido de que o limite de ¼ do salário-mínimo não deve ser utilizado como único critério para a aferição da miserabilidade, sendo necessária a valoração das provas produzidas nos autos. Nesse sentido, o PEDILEF nº 0505926-15.2010.4.05.8200 (Relatora: Juíza Federal Kyu Soon Lee. DJ: 11/09/2014), in verbis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 567.985/MT. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, a qual negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de que a renda per capita é superior a ¼ do salário-mínimo vigente.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso, segundo o qual o julgador, para aferição do requisito da miserabilidade, deve se utilizar de outros meios, além do previsto no § 3º do art. 20 da Lei n. 8.742/93. Acostou como paradigma o acórdão proferido nos autos nº 2008.36.00.700052-6.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos a esta Turma Nacional após Agravo.

4. Comprovada a divergência jurisprudencial (Processo nº 2008.36.00.700052-6, 1ª Turma Recursal de Mato Grosso, DJ - MT 13/06/2008), conheço do incidente e passo à análise do mérito.

5. Em recente julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal declarou incidenter tantum a inconstitucionalidade do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, incitando nova reflexão e manifestação deste Colegiado Uniformizador a respeito do tema, conforme já me manifestei em alguns julgados de minha relatoria, dentre os quais o PEDILEF nº 0504262-2-46.2010.4.05.8200 (DJ: 13/11/2013) e o PEDILEF nº 0020452-59.2007.4.01.3900 (DJ: 09/04/2014).

6. Com efeito, o sistema processual pátrio consagra o princípio da persuasão racional do Juiz, também conhecido como o princípio da livre convicção motivada, com o que o magistrado forma livremente o seu convencimento (artigos 131 e 461, do CPC). Os professores das Arcadas da Universidade de São Francisco/USP em obra clássica (CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. GRINOVER, Ada Pelegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. "Teoria Geral do Processo", 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 73), lecionam que esse princípio "regula a apreciação e avaliação das provas existentes nos autos, indicando que o juiz deve formar livremente sua convicção. Situa-se entre o sistema da prova legal e o julgamento secundum conscientiam".

7. Entendo não ser aceitável a não valoração das provas constantes nos autos e fundamentar a procedência ou improcedência da demanda apenas em critério quantitativo de renda que foi declarado inconstitucional pelo Excelso Tribunal em repercussão geral. E isso justamente porque o nosso sistema não é o da tarifação de provas, e tampouco permite o julgamento de forma livre e arbitrária, mas sim o de princípio da persuasão racional, conforme alhures exposto.

8. Assim, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "(...) Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro)", a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa.

9. No caso em tela, o acórdão recorrido, ao abrigar nos termos do artigo 46, da Lei nº 9.099/95 a sentença monocrática, indeferiu o gozo do benefício assistencial utilizando-se apenas o critério da renda, sem valorar os demais dados do laudo sócio-econômico e outros elementos dos autos.

10. Nos termos da Questão de Ordem nº 20 da TNU, fica anulado o acórdão, determinando o retorno dos autos para a Turma Recursal de origem.

11. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada."

6. O acórdão recorrido, o qual reformou a sentença de procedência, baseou-se no seguinte fundamento, in verbis:

(...)

4. No que toca à comprovação do critério sócio-econômico, o relatório colacionado aos autos (fls. 22/23) informa que o grupo familiar, composto pela esposa e seu esposo, vive com a renda mensal, à época, de um salário-mínimo percebido a título de aposentadoria pelo marido da recorrida. Ocorre que, o benefício previdenciário de um salário mínimo auferido por pessoa idosa não é considerado para fins de cálculo da renda per capita a que se refere a Lei 8.742/93 (LOAS), conforme aplicação analógica do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 ("O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS"). In casu, porém, é de se notar que embora o critério legal para a aferição da hipossuficiência não seja uma presunção jure et jure para a caracterização da miserabilidade, as próprias condições de moradia da autora afasta esta característica uma vez que afirma o oficial de justiça em seu parecer que a autora reside em casa própria, avaliada em aproximadamente R$ 30.000,00 (trinta mil reais), situada em rua calçada, com luz elétrica, água encanada e saneamento básico, possuindo ainda mobília completa." (grifos não originais).

7. Como se vê, a Turma Recursal de origem analisou outros meios de prova para aferição da miserabilidade, não se restringindo ao limite de ¼ do salário-mínimo como único critério. Desse modo, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento atual da Turma Nacional. Portanto, reputo como de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 13 desta Corte, segundo a qual "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006407-21.2010.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIO APARECIDO NICÁCIO
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE FERREIRA
OAB: SP 192.911
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. TERMO INICIAL DA CONDENAÇÃO. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE NÃO FIXADA COM PRECISÃO PELA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL. AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS A SEREM OBSERVADOS CUMULATIVAMENTE PARA A PRESUNÇÃO DE CONTINUIDADE DO ESTADO INCAPACITANTE DESDE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 01. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Terceira Turma Recursal de São Paulo, a qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, fixando os efeitos financeiros a partir da data da perícia médica judicial.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o benefício deve ser restabelecido a partir da data da cessação quando há provas da incapacidade desde então. Nesse sentido, apresentou paradigmas da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, do C. STJ e desta TNU.

3. Incidente não admitido pela Presidente da Turma Recursal de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. O Incidente de Uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Comprovada a divergência jurisprudencial, passo ao exame do mérito.

6. O acórdão recorrido manteve a sentença que fixou a data da perícia médica como termo inicial para pagamento do benefício, sob o fundamento de que a perícia médica realizada em juízo não foi conclusiva quanto à data de início da incapacidade.

7. Sobre a questão controvertida, esta Corte Uniformizadora possui posicionamento consolidado no sentido de que, uma vez não fixada com precisão pela perícia judicial a data de início da incapacidade (DII), e em se tratando de restabelecimento de auxílio-doença e a incapacidade atual decorrer da mesma doença ou lesão que justificou a concessão do benefício que se pretende restabelecer, presume-se a continuidade do estado incapacitante desde a data do cancelamento; e, uma vez este ser reputado indevido, corresponderá ao termo inicial da condenação. Nesse sentido, o seguinte julgado: PEDILEF nº 0013873-13.2007.4.03.6302 (Relator designado para lavrar o acórdão: Juiz Federal Bruno Carrá. DJ: 10/09/2014).

8. Desse modo, deve ser observado o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: 1) que a incapacidade laborativa constatada seja derivada da mesma doença que motivou a concessão de benefício por incapacidade anterior, 2) que o laudo pericial não demonstre a recuperação da incapacidade no período que medeia a DCB anterior e o laudo pericial produzido em juízo, 3) que a natureza da patologia não implique a alternância de períodos significativos de melhora e piora e 4) que o decurso de tempo entre a DCB e a perícia judicial não seja significativo a ponto de interromper a presunção do estado incapacitante, o que deverá ser aferido no caso concreto.

9. No caso dos autos, diferentemente da situação concreta do PEDILEF nº 0006407-21.2010.4.03.6315 acima mencionado, o qual dizia respeito à doença de natureza progressiva e degenerativa, as patologias que acometem o autor, a saber, Alcoolismo e Transtorno de Ansiedade Orgânico, são suscetíveis de alternância de períodos significativos de melhora e piora. Prova disto é que o próprio autor, durante a realização da perícia, afirmou que se encontrava há dois meses sem a ingestão de álcool. Assim sendo, reputo como não preenchido um dos requisitos a serem observados cumulativamente para a presunção de continuidade do estado incapacitante desde o cancelamento do benefício. Por tal razão, deve ser mantida a fixação dos efeitos financeiros na data da perícia médica.

10. Nos termos da Questão de Ordem nº 01 da TNU, incidente conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501529-87.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROBERTO CARLOS DA CUNHA
PROC./ADV.: GILVANY CYNTHIA TAVARES NUNES
OAB: PE-24798
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. VIGILANTE. PERÍODO ANTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 9.032/95. USO DE ARMA DE FOGO. ATIVIDADE EXERCIDA EM EMPRESA DO RAMO DE SEGURANÇA ARMADA E/OU DE TRANSPORTE DE VALORES. PRESUNÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS COTEJADOS. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Pernambuco, a qual manteve a sentença que reconheceu como especial o período de 01/12/87 a 07/07/91 em que o autor exerceu atividade de vigilante. De acordo com o Colegiado, o reconhecimento da referida atividade como especial, no caso, é presumida, uma vez que o autor a exerceu em empresa do ramo de transporte de valores.

2. Interposto incidente de uniformização pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento da TNU, segundo a qual a atividade de vigilante, exercida anteriormente à entrada em vigor da Lei nº 9.032/95, exige a comprovação do porte de arma para ser equiparada à atividade de guarda (súmula 26) e, assim, reconhecida a especialidade.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material pro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

feridas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O acórdão recorrido, para o reconhecimento da atividade de vigilante exercida pelo autor adotou o seguinte fundamento:

"(...)

8. A atividade de vigilante embora não expressamente tida como perigosa, equipara-se à função de guarda, de forma que também se dá a presunção neste caso, nos termos da Súmula 26 da TNU, consoante a qual, "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Releve-se, por oportuno, que o precedente que deu origem à referida Súmula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE) envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0).

9. Com relação ao período impugnado, na atividade de vigilante, na empresa Advance Vigilância e Transporte de Valores, impõe-se, por presunção, o reconhecimento da insalubridade no período, vez que a atividade de vigilante foi desenvolvida em empresa do ramo de segurança armada e/ou de transporte de valores. Neste sentido:

PREVIDENCIARIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGIA, GUARDA OU VIGILANTE.- O tempo de serviço na atividade de guarda, vigia ou vigilante para fins de conversão e concessão de aposentadoria por tempo de serviço, salvo se exercida em empresa de transporte de valores e/ou instituições financeiras, não pode ser considerado como especial, uma vez não comprovada a periculosidade a que estava sujeito o autor.-Apelação do INSS e Remessa Oficial a que se dá parcial provimento. (AC 199903990715339, Relator: Juiz Walter Amaral, TRF 3ª Região - Primeira Turma, 18/11/2002). (grifei)

(...)"

6. Como se vê, a decisão impugnada adotou o entendimento no sentido de que o uso de arma de fogo é decisivo para fins de reconhecimento da atividade de vigilante como especial, e deve ser comprovado, independentemente do período em que foi a atividade exercida, ressalvada a hipótese de desenvolvimento desta em empresa do ramo de segurança armada e/ou de transporte de valores, na qual a especialidade torna-se presumida. Por sua vez, os acórdãos paradigmas também reconhecem a exigência do uso da arma de fogo, porém, nada dizem respeito em relação à ressalva constante no acórdão recorrido. Inexistente, portanto, a necessária similitude fático-jurídica entre os acórdãos cotejados. Assim, reputo como de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 22 desta Corte, in verbis: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002716-53.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SILVIA REGINA BONETTI
PROC./ADV.: MAYCON MARTINS DA ROSA
OAB: SC-15892
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. AGENTES BIOLÓGICOS. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE HABITUAL E PERMANENTE EM PERÍODO POSTERIOR À ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 9.032/95. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Santa Catarina, o qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou procedente o pedido de conversão de tempo especial em comum de períodos posteriores à entrada em vigor da Lei nº 9032/95, nos quais a parte autora exerceu a atividade de auxiliar de enfermagem em centro cirúrgico de hospital.

2. Interposição de incidente de uniformização pelo INSS. Alegação de que o acórdão impugnado reconheceu como especial período posterior à entrada em vigor da Lei nº 9.032/95 em que a parte autora exerceu a atividade de forma intermitente, contrariando, assim, o entendimento da Turma Nacional de Uniformização, segundo o qual para o referido período exige-se o exercício habitual e permanente.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à Turma Nacional de Uniformização e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O acórdão recorrido considerou que, no caso de agentes biológicos, o conceito de habitualidade e permanência é diverso daquele utilizado para outros agentes nocivos, pois o que se protege não é o tempo de exposição (causador do eventual dano), mas o risco de exposição a agentes biológicos. Ou seja, para a Turma Recursal de origem, no tocante ao enquadramento de tempo de serviço especial após o início da vigência da Lei nº 9.032/95, não é necessário que a exposição a agentes biológicos ocorra durante toda a jornada de trabalho, pois, consideradas as particularidades do labor desempenhado, o efetivo e constante risco de contaminação e de prejuízo à saúde do trabalhador satisfaz os conceitos de exposição habitual e permanente. Assim, o acórdão recorrido não destoou do entendimento dos acórdãos paradigmas, pois considerou a ocorrência de exposição habitual e permanente a agentes biológicos.

6. Não demonstrada a divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.

7. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0522679-33.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: ROSILENE MARIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE ATESTADA PELA PERÍCIA MÉDICA. PORTADOR DO VÍRUS HIV. ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU AS CONDIÇÕES PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS DA PARTE AUTORA. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de ausência de incapacidade.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que, no caso de portadores do vírus HIV, ainda que assintomáticos, para aferição do requisito subjetivo da incapacidade, o julgador deve analisar as condições pessoais e sócio-econômicas do postulante. Com intuito de comprovar o dissídio jurisprudencial, apontou como paradigma o seguinte julgado desta Turma Nacional de Uniformização: PEDILEF nº. 2009.35.00.701477-6

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Esta Turma Nacional de Uniformização posiciona-se no sentido de que os portadores do vírus da AIDS, mesmo que assintomáticos, devem ter sua incapacidade aferida com base nas condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, visto tratar-se de doença estigmatizante, ainda que o laudo pericial tenha concluído pela ausência de incapacidade laborativa. Nesse sentido, o seguinte precedente: PEDILEF nº 05077686120094058201 (Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cucio. DOU: 26/09/2014).

6. Na sessão de julgamento desta Corte Uniformizadora realizada em 11 de setembro de 2014, foi aprovada a Súmula nº 78, segundo a qual "comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença".

7. O acórdão recorrido manteve a sentença de improcedência adotando o seguinte fundamento:

"(...)

- No caso dos autos, não foi verificado o preenchimento do requisito incapacidade. Conforme demonstra o Laudo Pericial elaborado pelo Perito designado pelo Juízo, a Parte Autora não apresenta incapacidade laborativa, segundo as prescrições do art. 20, da Lei nº 8.742/93, não fazendo jus, portanto, à percepção de benefício assistencial.

- Apesar do diagnóstico da parte autora ser de AIDS, verifica-se do laudo pericial, além da capacidade laborativa, que ela não possui sinais exteriores da doença, seu estado geral é bom, eupnéico e hidratado. Observe-se, assim, que o laudo pericial trouxe informações quanto aos sinais exteriores da doença, estando em conformidade com o entendimento da TNU sobre o tema.

- Ora, apresentando a parte autora aparência normal, não sendo possível identificar que é portadora do HIV, está ela ressalvada, no momento, do preconceito que, infelizmente, ainda circunda os portadores da doença em questão. Outrossim,consoante a jurisprudência firmada pela TNU, " a segregação do portador da moléstia assintomático ou com leves seqüelas do meio social acabaria por agravar o preconceito" (PEDILEF nº 00212758020094036301, Relatora: JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, DOU 21/06/2013, pág. 105/162).

- Ademais, o demandante é pessoa jovem (atualmente com 37 anos de idade), que estudou até 5ª série. Entendo, assim, que as suas condições pessoais são plenamente favoráveis a sua reinserção no mercado de trabalho. Como se sabe, atualmente, uma pessoa portadora de AIDS pode viver com o vírus por um longo período sem apresentar nenhum sintoma ou sinal e sem que haja impedimentos de longo prazo para a vida em sociedade.

- Sentença mantida. Recurso improvido.(grifei)

(...)"

8. Como se vê, a Turma Recursal de origem, em consonância com o acórdão paradigma, na aferição da incapacidade, analisou as condições pessoais do requerente, considerando-as favoráveis a sua inserção no mercado de trabalho. Logo, inexiste o necessário dissídio jurisprudencial. Verifica-se, ainda, que a decisão vergastada encontra-se em consonância também com a jurisprudência da Turma Nacional acerca da matéria. Portanto, reputo como de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 13 desta Corte, segundo a qual "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513415-65.2008.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA DO CARMO DIAS DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS DO POSTULANTE. AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Pernambuco, a qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente, ao argumento de incapacidade apenas parcial para o exercício de atividade laboral e de renda per capita superior a ¼ do salário-mínimo.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que, para análise do requisito da incapacidade, o julgador não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Nesse sentido, sustenta que se faz necessária a análise das condições pessoais e sócio-econômicas para tal aferição. Com o intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça e da Primeira Turma Recursal do Goiás. Alega, ainda, que o julgador, para aferição do requisito da miserabilidade, deve se utilizar de outros meios, além do previsto no § 3º do art. 20 da Lei n. 8.742/93. Com intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados Superior Tribunal de Justiça e da Primeira Turma Recursal do Mato Grosso.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Reputo comprovadas as divergências jurisprudenciais, razão pela qual conheço do incidente e passo ao exame do mérito.

6. Quanto à incapacidade, esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado no sentido de que, constatada a incapacidade parcial, faz-se necessária a análise das condições pessoais e sócio-econômicas do postulante. Nesse sentido, o seguinte julgado:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. ESQUIZOFRENIA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente. 2. Sentença de procedência do pedido. 3. Reforma da sentença pela Turma Recursal do Ceará: "No caso dos autos, no entanto, ausente está o requisito da incapacidade necessário para a percepção do benefício. Isto porque a perita nomeada pelo Juízo asseverou que a incapacidade da autora é parcial, e para o trabalho. Além disso, segundo a expert, a doença da autora não a incapacita para realização de atividades da vida diária, podendo, inclusive ser estimulada para tal, inclusive para realização de atividades manuais, servindo inclusive como terapia ocupacional para a autora e não ser mantida inerte durante todo o dia, já que a mesma encontra-se atualmente bem equilibrada, apenas demonstrando discreta depressão mas com orientação no tempo e espaço". 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. 5. Defesa do entendimento de que é possível a concessão de benefício assistencial no caso de incapacidade parcial. 6. Indicação, pela parte recorrente, do seguinte precedente: REsp 984287 / SP, Rel. Ministro Ministro O G Fernandes, Sexta Turma, julgado em 06/10/2009. 7. Negativa de seguimento ao presente incidente pela Presidência da Turma Recursal do Ceará. 8. Apresentação, pela parte autora, de requerimento com pedido de processamento do incidente, nos termos do art. 15, § 4º, da Resolução nº 22/2008, do CJF - Conselho da Justiça Federal. 9. Distribuição do Incidente. 10. Da análise detida dos autos, verifica-se que a parte autora foi submetida a duas perícias médicas, sendo constatada incapacidade parcial da parte autora para o exercício de atividade laborativa: Trecho da 1ª perícia: "(...) Pericianda, 62anos, refere que trabalhou como professora até 1988 tendo concluído o 4° ano pedagógico, deixou de trabalhar pois apresentou problema de cabeça e vem se tratando há 3 anos no CAPS. Diz morar com sobrinha ajudando nas tarefa de casa, e que tem dificuldade de concentração, de leitura e síndrome do pânico (sic). IMA 06/10/07 crmce 1713, paciente sob meus cuidados desde 1992 com diagnóstico de esquizofrenia cid F20. (...)Pericianda com estado geral bom sem apresentar ao exame físico elementos que justifiquem incapacidade laboral para a atividade que habitualmente exercia, de professora. Ademais, a informação de médico assistente acerca de sua condição (patologia e tratamento) refere acompanhamento médico desde 1992 e data de outubro e dezembro de 2007, denotando falta de comparecimento amiúde à observação de médico assistente ". Trecho da 2ª Perícia: "(...) 03. Trata-se de incapacidade temporária ou definitiva? Trata-se de incapacidade parcial permanente. 04. Tal doença ou lesão incapacita o(a) periciado(a) para o exercício de qualquer atividade laborativa? Não, já que a autora apresenta-se mais controlada (equilibrada) emocionalmente, orientada, podendo executar atividades manuais, como auxiliar de produção em empresas ou indústrias, mas sem condições de retornar para atividades em sala de aula como professora, por exemplo. (...)Tal doença ou lesão incapacita o(a) periciado(a) para o exercício dos atos da vida diária de forma independente? Não, a doença da autora não a incapacita para realização de atividades da vida diária, podendo, inclusive ser estimulada para tal, inclusive para realização de atividades manuais, servindo inclusive como terapia ocupacional para a autora e não ser mantida inerte durante todo o dia, já que a mesma encontra-se atualmente bem equilibrada, apenas demonstrando discreta depressão mas com orientação no tempo e espaço. 11. Este Colegiado já se manifestou acerca da constatação de incapacidade parcial "Havendo incapacidade médica, ainda que apenas parcial, cabe a concessão do benefício se as condições pessoais forem desfavoráveis à inserção ou reinserção no mercado do trabalho." (PEDILEF nº 2004.61.84.242410-1/SP, Rel. Juiz Fed. Marcos Roberto Araújo dos Santos, DJ 14.03.2008; PEDILEF nº 2007.84.02.500190-2/RN, Rel. Juiz Fed. Élio Wanderley da S. Filho, DJ 16.01.2009; PEDILEF nº 2006.83.03.501397-9/PE, Rel. Juíza Fed. Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 28.07.2009). 12. Devolução dos autos à Turma de origem para reanálise do pedido a partir do precedente indicado. 13. Incidência da questão de ordem nº 20, da TNU. 14. Parcial provimento do incidente de uniformização de jurisprudência, ofertado pela parte autora'. (grifei)

(PEDILEF nº 05012039020094058101. Juíza Federal Relatora: Vanessa Vieira de Mello. DOU:08/06/2012).

7. No tocante ao requisito da miserabilidade, este Colegiado tem posicionamento consolidado no sentido de que, para sua aferição, o julgador deve se utilizar de outros meios de prova, não sendo a renda per capita de ¼ do salário-mínimo um único critério a ser adotado para tanto. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 567.985/MT. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Minas Gerais, a qual negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial do idoso. De acordo com o Colegiado, a renda per capita da família ultrapassa ¼ do salário-mínimo, ainda que excluído no cômputo o benefício assistencial percebido por membro da família.

(...)

8. Verifica-se, portanto, que as instâncias ordinárias pautaram-se única e exclusivamente no critério da renda per capita de ¼ do salário mínimo para a improcedência.

9. Portanto, diante da nova análise a respeito da matéria, levada a efeito no mencionado Recurso Extraordinário nº 567.985/MT, de onde copio trecho significativo, "Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro)", a miserabilidade da parte, para fins de concessão do LOAS, deverá levar em consideração todo o quadro probatório apresentado pela parte e não unicamente o critério legal constante do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, repita-se, agora havido por inconstitucional pela Augusta Corte pátria, mercê da progressão social e legislativa.

10. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para firmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Retornem os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada". (grifei)

(PEDILEF nº 0042047-21.2010.4.01.3800. Relatora: Juíza Federal Kyu Soon Lee. DJ: 04/06/2014).

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar o entendimento de que, a) uma vez atestada pela perícia médica judicial a incapacidade parcial para o exercício de atividade laboral, deve o julgador analisar as condições pessoais e sócio-econômicas do postulante, e b) de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade; (ii) nos termos da Questão de Ordem nº 20, acórdão anulado, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissas jurídicas ora fixadas.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509596-32.2008.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MARIA JOSÉ SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DIB. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS ACÓRDÃOS COTEJADOS. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 22. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal da Paraíba, o qual manteve a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido de concessão de benefício assistencial, fixando a DIB na data do laudo pericial.

2. Inconformada quanto à data de início do benefício fixada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o acórdão impugnado é divergente do entendimento da Primeira Turma de Goiás, bem como da jurisprudência dominante do C. STJ, segundo os quais a data de início do benefício deve ser fixada na data da DER.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Quanta à alegada divergência com a jurisprudência dominante do STJ, o incidente não merece ser conhecido em decorrência da ausência de paradigma.

6. No tocante à suposta divergência com o entendimento da Primeira Turma Recursal de Goiás, o incidente também não merece ser conhecido, desta vez em razão de ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos cotejados. De um lado, o acórdão recorrido que fixou a data de início do benefício na data do laudo pericial baseado em elementos de prova. De outro lado, em situação fática distinta, a Primeira Turma Recursal de Goiás, a qual fixou a tese no sentido de que, quando há dúvida acerca do cumprimento dos requisitos legais entre a data de propositura da ação e a de entrada do requerimento administrativo, esta deve prevalecer como marco inicial (in dubio pro misero). Incidência, portanto, da Questão de Ordem nº 22, segundo a qual é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.

7. Importante registrar, ainda, que a Turma Recursal de origem apontou de forma clara e bem fundamentada os motivos que a levaram a fixar a data de início do benefício na data do laudo pericial, conforme se vê no excerto da decisão impugnada a seguir transcrito:

"(...)

No caso em questão, embora o perito tenha informado que a incapacidade da periciada existe desde 17.09.2001, com base em atestado médico (anexo 2) que noticia a sua internação em hospital psiquiátrico no período de 17.09.2001 a 21.09.2001 e 04.07.2003 a 05.08.2003, tais períodos foram bastante curtos e não comprovam que desde àquele momento ela já estivesse incapacitada. Acrescente-se, ainda, que o referido atestado é datado de 20.05.2008, ou seja, é bem posterior a DER (10.05.2001). Por outro lado, não há nos autos nenhum outro documento que demonstre que a época da DER a requerente já estivesse incapacitada. Logo, não há que se falar em retroação da DIB à DER.

(...)"

8. Desse modo, qualquer discussão acerca da DIB em sede de incidente de uniformização, no caso concreto, implicaria em reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, in verbis: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

9. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5019307-48.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: ISADORA GOULART LEMOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AFASTAMENTO DO LIMITE DE ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO ANALISOU OUTROS MEIOS DE PROVA, ENCONTRANDO-SE NO MESMO SENTIDO DOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. REDUÇÃO DA RENDA FAMILIAR EM 25% MEDIANTE APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 45 DA LEI Nº 8.213/91. PARADIGMAS DE TURMAS RECURSAIS SEM INDICAÇÃO DAS FONTES QUE PERMITAM A AFERIÇÃO DA AUTENTICIDADE. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 03. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Santa Catarina, a qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial em favor da parte autora.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o limite de ¼ do salário-mínimo não deve ser o único critério a ser analisado pelo julgador para aferição da miserabilidade. Com o intuito de comprovar a divergência jurisprudencial nesse ponto, acostou como paradigmas acórdãos do STJ (AgRg no REsp nº 529.928/SP e AgRg no Ag nº 512.074/SP). Alega, ainda, curiosa tese, pois ao necessitar de acompanhamento constante de terceiros, deve-se por isso reduzir 25% (vinte e cinco por cento) da renda total do grupo familiar, mediante aplicação analógica do art. 45 da Lei nº 8.213/91 - que prevê o acréscimo neste patamar no valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente. Nesse sentido, apontou como paradigmas julgados da Primeira Turma Recursal de Goiás (autos nº 2007.35.713800-2 e nº 2007.35.712211-7).

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Primeiramente, passo a análise da alegação de afastamento do limite de ¼ do salário mínimo como único na aferição da miserabilidade.

6. Segundo os acórdãos paradigmas, devem ser considerados para fins de averiguação do estado de miserabilidade outros meios de prova, não sendo o limite de ¼ do salário mínimo o único critério a ser utilizado pelo julgador. Por sua vez, a Turma Recursal de origem assim decidiu:

"(...)

No caso concreto, a autora (2 anos), reside com a mãe e a irmã Bianca. A renda familiar atual é de aproximadamente R$ 694,00 - já que sua genitora foi readmitida em 11/01/2012 e auferiu R$ 400,00, remuneração esta proporcional a 19 dias - e de R$ 200,00 a título de prestação alimentícia à autora para um grupo familiar de 3 pessoas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Portanto, o grupo familiar aufere renda superior ao requisito objetivo (1/4 do salário-mínimo), devendo ser aferida a miserabilidade no caso concreto.

O imóvel em que a autora reside com sua família pertence aos avós e não há pagamento de aluguel. O referido imóvel tem 6 cômodos em boas condições de moradia, sendo dois quartos, uma sala, cozinha, banheiro e área de serviço. O modo de vida não representa a alegada miserabilidade afirmada pela autora, o que também pode ser aferido pelas fotos juntadas aos autos no evento 17. Ademais, buscou sua genitora, de todas as formas, ocultar renda visando a concessão do benefício assistencial, o que, somado às demais informações, contribui para o indeferimento.

(...)"

7. Oportuno, também, transcrever o seguinte trecho da sentença:

(...)

Outros pontos também chamam a atenção do relatório do evento 17 (LAU20), como a ajuda financeira que a família da Autora recebe dos avós maternos, sem contar os registros fotográficos que demonstram que a Autora reside em uma casa em bom estado de conservação, não se enquadrando no conceito de necessidade da Lei nº 8.742-93. A situação verificada, portanto, evidencia contraste com a alegada necessidade alimentar.

(...)

8. Como se vê, a Turma Recursal de origem, consonante ao entendimento dos acórdãos paradigmas do STJ, analisou outros meios de prova para aferição da miserabilidade e não se restringiu ao limite de ¼ do salário-mínimo como único critério. Fizera análise direta de miserabilidade provinda do Laudo Econômico e das posses da família da autora. Desse modo, qualquer rediscussão nesse sentido em sede de incidente de uniformização caracterizará reexame de matéria fática, implicando, assim, na incidência da Súmula nº 42 desta Corte Uniformizadora: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato. Ausente, pois, o necessário dissídio jurisprudencial nesse ponto.

9. No tocante à alegação da redução de 25% da renda total do grupo familiar, mediante aplicação analógica do art. 45 da Lei nº 8.213/91, o incidente também não merece ser conhecido. Isso porque a parte não comprova a autenticidade dos paradigmas coligidos aos autos. Ora, como a parte não explicita a autenticidade dos julgados, há prejuízo ao conhecimento do feito. Factível, pois, a questão de Ordem nº 03: A cópia do Acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência de Turmas Recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade. E, ainda se superado este obstáculo, não se denota possível o artifício de tal aplicação analógica, porquanto alheio da semântica interpretativa razoável do preceito legal; incorre, pois, em literal ativismo interpretativo alheio ao suporte normativo.

10. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2011.51.51.004544-0
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: MONICA SOLEDADE COSTA GASTALHO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. NÃO PREENCHIMENTO EM VIDA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO APÓS PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. ENTENDIMENTO DO STJ, CONFORME O RESP. 1110565/SE, EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 24. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal do Rio de Janeiro, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de pensão por morte. De acordo com o Colegiado, o falecido instituidor do benefício, na data do óbito, não detinha a condição de segurado, tampouco preenchia os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o falecido, muito embora não possuir a condição de segurado na data do óbito, havia vertido mais de 180 (cento e oitenta) contribuições à Previdência, razão pela qual faz jus à concessão de pensão por morte. Aduz que o entendimento esposado no acórdão impugnado diverge do posicionamento do C. STJ, cujo paradigma apontado (RESp. nº 282.588. Relator: Ministro Fernando Gonçalves. DJ: 27/03/2001) decidiu que, em havendo contribuição por mais de 180 (cento e oitenta) meses para os cofres da Previdência Social, a posterior perda da qualidade de segurado, em função de desemprego, não impede a concessão da pensão por morte aos dependentes.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O incidente não merece ser conhecido.

6. O posicionamento constante no julgado do STJ apontado como paradigma encontra-se superado. A Colenda Corte, em sede de recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que os dependentes do falecido, que já havia perdido a qualidade de segurado, não têm direito adquirido ao benefício de pensão por morte, quando não preenchidos em vida todos os requisitos necessários à aposentadoria (REsp 1110565/SE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 03/08/2009). Nesse sentido, recentes julgados da Corte Cidadã:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. DISPOSITIVOS APONTADOS COMO VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. OBSERVÂNCIA DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA 1.110.565/SE. REQUISITOS DO BENEFÍCIO. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O recurso especial encontra óbice na ausência de prequestionamento, nos moldes da Súmula 282/STF, tendo em vista que a matéria indicada como violada não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração com a finalidade de provocar o órgão julgador a respeito do tema. 2. O STJ, no julgamento do Recurso Repetitivo 1.101.565/SE, de Relatoria do Ministro Felix Fischer, DJe 27/5/2009, sedimentou o entendimento segundo o qual a condição de segurado do de cujus é requisito necessário ao deferimento do benefício pensão por morte ao(s) seu(s) dependente(s). Excepcionou-se essa regra, porém, na hipótese de o falecido ter preenchido, ainda em vida, os requisitos necessários à concessão de uma das espécies de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o que não ocorreu no presente caso.

3. O Tribunal a quo apreciou a questão com base nos elementos probatórios colacionados, entendendo que no momento do falecimento o de cujus não detinha mais a condição de segurado e tampouco preencheu os requisitos para a concessão de alguma das hipóteses de aposentadoria. Infirmar esse fundamento, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4 Consoante jurisprudência do STJ, a análise do dissídio jurisprudencial fica prejudicada em razão da aplicação da Súmula 7/STJ, porquanto não é possível encontrar similitude fática entre o acórdão combatido e os arestos paradigmas, uma vez que as suas conclusões díspares ocorreram, não em razão de entendimentos diversos sobre uma mesma questão legal, mas, sim, em razão de fundamentações baseadas em fatos, provas e circunstâncias específicas de cada processo.

5. Agravo regimental não provido".

(AgRg no AREsp nº 542867 / SP. Relator: Ministro Mauro Campbell Marques. Segunda Turma. Dje: 30/09/2014).

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA CONDIÇÃO DE SEGURADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ. PENSÃO POR MORTE. DESCONSIDERAÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. APOSENTADORIA. REUNIÃO DOS REQUISITOS. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ.

1. O magistrado não está obrigado a rebater item por item os argumentos da parte recorrente caso seu decisum esteja suficientemente fundamentado, de modo a por termo às controvérsias suscitadas na lide.

2. Impossível a apreciação de matéria constitucional na via especial, ainda que para fins de prequestionamento.

3. Tendo o Tribunal de Origem analisado o conjunto-fático probatório dos autos e para fins de sua valoração, entendido que houve a perda da condição de segurado e que no Juízo Federal não restou comprovada tal qualidade, impossível sua rediscussão em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

4. Para a concessão do benefício de pensão por morte, somente seria desconsiderada a perda da condição de segurado, caso o de cujus, à data do óbito, já reunisse todos os requisitos para aposentação, o que não restou discutido nos autos, atraindo a incidência da Súmula n. 211/STJ

5. Agravo regimental improvido".

(AgRg no Ag 1340262 / RS. Relatora: Ministra Regina Helena Costa. Sexta Turma. Dje: 19/11/2013).

7. Aplica-se ao caso, portanto, a Questão de Ordem nº 24, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

8. Ademais, importante ressaltar que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento atual desta Turma Nacional acerca da matéria em controvérsia, conforme se vê no julgado a seguir transcrito:

"PREVIDENCIARIO - PENSÃO POR MORTE DE FALECIDO QUE NÃO DETINHA QUALIDADE DE SEGURADO NEM FAZIA JUS NA ÉPOCA DO ÓBITO À APOSENTADORIA POR IDADE RURAL - CARÊNCIA CUMPRIDA MAS COM REQUISITO ETÁRIO INADIMPLIDO - IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO - INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PROVIDO 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pelo INSS em processo no qual a parte autora busca a concessão do benefício de pensão por morte, sob o argumento de que, a despeito de o instituidor, na data do óbito (10.02.2002), ter perdido a qualidade de segurado, teria implementado a carência para a aposentadoria por idade. (...) (...)Ante o exposto, CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO INSS PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO FIRMANDO A TESE DE QUE para a concessão de pensão por morte de rurícola é necessário que o instituidor tenha, na data do óbito, a qualidade de segurado ou tenha implementado, antes de falecer, todos os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade rural, tanto a carência quanto a idade mínima. (...). (PEDILEF nº 05069105120054058013. Relator: Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky. D.O.U: 20/04/2012).

9. Incidência, também, da Questão de Ordem nº 13, "in verbis": "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

10. Incidente de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502531-02.2012.4.05.8311
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA YOLANDA TADEU BORGES CAPARROZ
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO DE REVISÃO. PRAZO DECADENCIAL AUTÔNOMO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Pernambuco, o qual manteve pelos próprios fundamentos a sentença que reconheceu a decadência do direito de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário que deu origem à pensão por morte titularizada pela parte autora.

2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento da TNU, segundo o qual o prazo decadencial deve ser contado sobre a data de início da pensão por morte, e não sobre a data de início do benefício do instituidor.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Comprovada a divergência, passo ao exame do mérito.

6. A Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado no sentido de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão, e não da data de concessão do benefício originário. Nesse sentido, o PEDILEF nº 2008.50.51.001325-4 (Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DOU: 27/07/2012), destacado como representativo da controvérsia:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DIREITO DE REVISÃO. PRAZO DECADENCIAL AUTÔNOMO. CÔMPUTO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DA PENSÃO. INCIDENTE IMPROVIDO.

1. Pedido de concessão de revisão da renda mensal inicial do benefício previdenciário de pensão concedido em 09/11/1998, originário de benefício concedido em 16/03/1994, mediante a aplicação da variação integral do IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) na composição do índice de atualização dos salários-de-contribuição anteriores a março de 1994, antes da conversão dos valores em URV.

2. Sentença de procedência do pedido.

3. Recurso inominado do INSS apenas no que diz à decadência do direito. A Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo manteve a sentença referindo que o prazo decadencial deve ser considerado em razão da data de início da pensão por morte e não do benefício do instituidor da pensão. Considerou, ainda, que se o ins-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

tituidor/aposentado perdeu, em vida, o direito de revisar o ato de concessão da sua aposentadoria-base, esse fato não prejudica o titular da subseqüente pensão por morte, o qual pode discutir amplamente todos os critérios que tenham influenciado o cálculo do seu benefício, ainda que fundados em dados que poderiam ter sido questionados pelo aposentado atingido pela decadência.

4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001.

5. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná (2007.705.001.9477-1), destacando que o prazo decadencial iniciado contra o instituidor do benefício continua a correr contra o sucessor.

6. Incidente admitido na origem.

7. Seguindo a linha de raciocínio perfilhado pela Magistrada Simone Lemos Fernandes, nos autos do PREDILEF n. 2009.72.54.003963-7, julgado em 29 de março de 2012, considero que a pensão por morte e o benefício previdenciário do qual deriva são, de fato, benefícios atrelados por força do critério de cálculo de ambos, tão-somente. Mas são benefícios autônomos, titularizados por pessoas diversas que, de forma independente, possuem o direito de requerer a revisão de cada um deles, ainda que através de sucessores (pois a pensão por morte pressupõe, logicamente, o falecimento de seu instituidor), sendo que o prazo decadencial de revisão da pensão começa fluir a partir da data da concessão. Certo que os sucessores de segurado já falecido podem requerer, judicialmente, o reconhecimento de parcelas que seriam devidas àquele por força de incorreto cálculo de seu benefício. Mas não é este o tema discutido nestes autos, já que a autora não postulou diferenças sobre a aposentadoria de seu falecido marido, mas tãosomente diferenças sobre a pensão por morte que percebe.

8. Dessa forma, considero que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte percebida pela autora, computado a partir da data de sua concessão, o qual foi concedida em 09/11/1998. Outrossim, ressalto que, embora não seja o caso dos autos, alhures mencionado, a decadência do direito de revisão da aposentadoria propriamente dita, concedida ao falecido esposo da autora em março de 1994, encontra-se suspensa por repercussão geral (benefício concedido antes de 1997).

9. In casu, como a parte autora começou a perceber benefício em novembro de 1998, o prazo decadencial decenal começou a fluir a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação, consoante regra prevista no art. 103 da Lei n. 8.213/91, não se consumou a decadência.

10. Ante o exposto, voto por reafirmar o entendimento de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão, e para negar provimento ao incidente de uniformização interposto pelo INSS.

11. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU." (grifei)

7. No caso dos autos, considerando que a parte autora começou a perceber o benefício de pensão por morte NB: 21/144.661.683-2 em abril de 2008, o prazo decadencial decenal começou a fluir a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação, conforme o art. 103 da Lei nº 8.213/91, não se consumando, portanto, a decadência.

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido para (i) reafirmar a tese de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, devendo ser observada a regra de contagem de tal prazo - para os benefícios concedidos antes da MP nº 1523-9/97, de 28/06/97, considera-se como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, conforme entendimento do STF (RE nº 626.489); para os benefícios concedidos posteriormente à referida MP, considera-se como termo inicial o primeiro dia do mês subsequente ao do recebimento da primeira prestação, e (ii) anular o acórdão, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503924-68.2012.4.05.8502
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ISABEL ALVES DOS SANTOS
PROC./ADV.: HILDON OLIVEIRA RODRIGUES
OAB: SE-3775
PROC./ADV.: RAPHAELA DO AMOR BARROS
OAB: SE-5491
LITISCONSORTE : FRANCISCA PASTORA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO EVANGELISTA DE ARAÚJO
OAB: SE-6021
LITISCONSORTE : UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO MORTE. COMPANHEIRA. ACÓRDÃO RECONHECEU A SEPARAÇÃO DE FATO COM PAGAMENTO DE ALIMENTOS À VIÚVA. DIREITO AO RATEIO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Sergipe, o qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou procedente o pedido de rateio do benefício de pensão por morte entre a companheira e a esposa do falecido segurado.

2. Inconformado, o INSS interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que resta caracterizado o concubinato impuro, que impede o rateio do benefício. Com o intuito de comprovar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigma acórdãos da TNU e do STJ, segundo os quais o concubinato impuro, do tipo adulterino, isto é, a relação extraconjungal paralela ao casamento não caracteriza união estável para fins de recebimento de pensão por morte. Aponta, ainda, que o E. STF já sedimentou entendimento no sentido de que a relação concubinária não merece proteção previdenciária do Estado.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que o rateio de pensão por morte entre o(a) esposo(a) e o(a) companheiro(a) somente é possível na hipótese de cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão alimentícia. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF, destacado como representativo da controvérsia:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO EXTRACONJUGAL PARALELA AO CASAMENTO. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. INCIDENTE PROVIDO.

1. Não caracteriza união estável a relação afetiva extraconjugal, paralela ao casamento, pois nesse caso há impedimento à dissolução do casamento pelo divórcio. Hipótese distinta consiste na relação afetiva estabelecida pelo cônjuge separado de fato ou de direito, imbuída de affectio maritalis, i. e., com intuito de constituir entidade familiar.

2. O concurso entre esposa e companheira para o recebimento de pensão por morte só é possível na hipótese de "cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos", nos termos do art. 76, § 2º, da Lei nº 8.213/91. Do contrário, não sendo o cônjuge separado de fato ou de direito não há que se falar em relação de companheirismo, mas de concubinato, que não enseja o direito à pensão previdenciária.

4. Incidente de uniformização acolhido, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida". (grifei)

(PEDILEF nº 2008.72.95.001366-8. Relatora: Juíza Federal Simone Lemos Fernandes. DJ: 11/10/2011).

6. Oportuno mencionar que este também é o entendimento do STJ acerca da matéria em controvérsia. Nesse sentido, o seguinte julgado:

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSÃO. CONCUBINATO. RATEIO DA PENSÃO ENTRE A CONCUBINA E A VIÚVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de ação ordinária por meio da qual a agravante objetivava o recebimento de cota da pensão instituída por falecido militar, com quem alegava viver em união estável. Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente, determinando-se a partilha da pensão entre a agravante, a viúva e os filhos do militar, decisão essa mantida pelo Tribunal de origem.

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que é possível o rateio de pensão entre a viúva e a companheira com quem o instituidor da pensão mantinha união estável, assim entendida aquela na qual inexiste impedimento para a convolação do relacionamento em casamento, que somente não se concretiza pela vontade dos conviventes. Nos casos em que o instituidor da pensão falece no estado de casado, necessário se faz que estivesse separado de fato, convivendo unicamente com a companheira, para que esta possa fazer jus ao recebimento da pensão.

3. No caso dos autos, todavia, não se verifica a existência de relação estável, mas, sim, de concubinato, pois o instituidor da pensão "manteve os dois relacionamentos por um longo período

concomitantemente", consoante consta do acórdão recorrido, o que impossibilita o recebimento de pensão pela agravante, na esteira do entendimento jurisprudencial deste Tribunal.

Agravo regimental improvido". (grifei)

(AgRg no REsp 1344664 / RS. Órgão Julgador: Segunda Turma. Relator: Ministrao Humberto Martins. Dje: 14/11/2012).

7. O acórdão recorrido manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial. Transcrevo, a seguir, excerto da decisão singular:

(...)

Maria Isabel disse que o finado era vigilante em Aracaju quando a autora o conheceu; ele passava a semana em Aracaju e os finais com a autora. Depois, ele saiu do emprego de vigilante e passou a morar com o mesmo na Fazenda do ex-prefeito em tempo integral, por 22 anos; 2 filhos (21 e 23 anos); que a separação se deu pelo fato da primeira esposa ter problemas com bebidas e o finado ser evangélico.

Já Francisca disse que o finado vivia com as duas famílias, tendo filhos com ambos, mas que nunca deixou de pagar sua "mensalidade", isto é, uma ajuda mensal. Inclusive, a autora Maria Isabel confirmou essa situação. Apesar de a mesma garantir que havia relações e o casal vivia realmente vivia junto até o óbito, para mim ficou claro que casamento não mais havia, que a permanência maior foi com Maria Isabel, inclusive, nos tristes dias de doença. Mas, ao mesmo tempo, Daniel nunca deixou de prestar assistência financeira à Francisca, como foi dito até pela autora.

Por conseguinte, concluo que Francisca não mantinha mais vida em comum como cônjuge com o finado. No entanto, permaneceu a dependência econômica e isso autoriza que Francisca siga recebendo sua quota da pensão, nos termos da Súmula 64 do TFR. (grifei)

Por isso, o pedido procede.

(...)

8. Como se vê, a Turma Recursal de origem entendeu que não mais existia vida em comum entre a esposa e o segurado, ou seja, que os mesmos encontravam-se separados de fato, remanescendo, tão-somente, a dependência econômica. Assim, a jurisprudência da TNU encontra-se no mesmo sentido do acórdão recorrido, na medida em que adota o entendimento de que é possível o concurso entre o(a) esposo(a) e o(a) companheiro(a) para o recebimento de pensão por morte na hipótese de cônjuge separado de fato que recebia alimentos do(a) segurado(a) falecido(a). Portanto, é de rigor a incidência da Questão de Ordem nº 13 da TNU, segundo a qual "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". E mais, evidente a consonância entre o acórdão impugnado e os paradigmas apresentados, encontrando-se ausente o necessário dissídio jurisprudencial.

9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5014452-44.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE CARLOS DOBRIANSKY
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DO VÍRUS HIV. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE ATESTADA PELA PERÍCIA. NATUREZA ESTIGMATIZANTE DA DOENÇA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS. SÚMULA Nº 78 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Proferida sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial, determinando ao INSS o restabelecimento do auxílio-doença com posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Segundo o nobre juiz sentenciante, a despeito da ausência de incapacidade atestada pela perícia médica, a natureza estigmatizante da doença causada pelo vírus HIV enseja a incapacidade permanente para o labor.

2. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal do Paraná, o qual reformou a sentença, julgando improcedente o pedido formulado na inicial. De acordo com o Colegiado, "o estigma a que se submetem os portadores de HIV não é causa para a concessão do benefício quando o laudo médico é enfático em concluir pela capacidade do segurado".

3. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que é possível a concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez se os fatores pessoais e sociais impossibilitarem, na prática, a reinserção da pessoa humana no mercado de trabalho. Com intuito de comprovar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas os seguintes julgados desta TNU: PEDILEF nº 0507106-82.2009.4.05.8400 (Relator: Juiz Federal Alcides Saldanha Lima. DJ: 16/08/2012) e PEDILEF nº 2007.83.00.505258-6 (Relatora: Juíza Federal Maria Divina Vitória. DJ: 18/12/2008). Requer, por fim, a concessão de medida cautelar, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.259/01, para o restabelecimento imediato do benefício.

4. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Comprovada a divergência, passo à análise do mérito.

7. Esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento sumulado acerca da matéria em controvérsia no sentido de que "comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença" (redação da Súmula nº 78, aprovada na sessão realizada no dia 11 de setembro de 2014, em Brasília).

8. Transcrevo, a seguir, excerto do precedente que deu origem à referida Súmula:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTADOR DE HIV. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORAL ATESTADA PELAS PERÍCIAS MÉDICAS. ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL. INCAPACIDADE PRESUMIDA AFASTADA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS, ECONÔMICAS E CULTURAIS. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Quarta Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, diante da ausência de incapacidade laboral atestada pelos laudos médicos judiciais.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que, em se tratando de portadores do vírus HIV, a ausência de sintomas não implica em capacidade laboral, uma vez que a doença tem natureza estigmatizante. Alega, ainda, a necessidade de análise das condições pessoais e sociais na aferição da incapacidade laboral. Acostou como paradigmas julgados desta TNU.

3. Incidente não admitido pela Presidente da Turma Recursal de origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

(...)

7. Da análise do acórdão, verifica-se que a Turma Recursal, ao afastar a incapacidade laboral presumida dos portadores de HIV em razão da natureza estigmatizante da doença, de forma bem fundamentada, adotou entendimento consonante com o posicionamento desta Turma Nacional de Uniformização acerca de tal discussão. Veja-se o seguinte julgado: PEDILEF nº 05028486020084058401 1 (Relator: Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Ramos, D.O.U: 28/10/2013). Logo, ausente, nesse ponto, a necessária divergência jurisprudencial.

8. Os laudos encampados pelas instâncias ordinárias atestaram que não existe incapacidade da parte autora para o exercício das atividades habituais. Poder-se-ia então incidir a Súmula nº 77 da TNU. Entretanto, entendo que toda doença que possa acarretar grande estigma social, como a aids, hanseníase, obesidade mórbida, doenças de pele graves, e outras, constituem exceção à aplicação da Súmula citada, necessitando o Magistrado realizar a análise das condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do segurado.

9. Esse entendimento encontra-se assentado na TNU - de que os portadores do vírus HIV, mesmo que assintomáticos, devem ter sua incapacidade aferida com base nas condições pessoais, sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, o seguinte julgado de minha relatoria: PEDILEF nº 00212758020094036301 (D.O.U: 21/06/2013).

10. No caso dos autos, o acórdão recorrido teceu considerações a respeito dos avanços da Medicina, ausência de exclusão social e preconceitos (muito discutível) e decréscimo de doenças oportunistas, mas nada a respeito das condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do Autor, contrariando, assim, a jurisprudência consolidada desta Corte Uniformizadora.

11. Entrementes, de acordo com a Questão de Ordem nº 20 da TNU, os autos deverão retornar à Turma Recursal de origem para que, considerando a premissa de direito ora fixada, proceda à adequação do julgado.

12. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que a estigmatização da doença relacionada ao vírus HIV por si só não presume incapacidade laborativa; (ii) fixar a tese de que as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do segurado devem ser analisadas para a aferição da incapacidade nos casos de portadores do vírus HIV e outras doenças de grande estigma social, constituindo exceção à Súmula nº 77, da TNU (iii) determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado a partir das premissas de direito ora uniformizada."

(PEDILEF nº 5003198-07.2012.4.04.7108. Relatora: Juíza Federal Kyu Soon Lee. DJ: 11/09/2014).

9. Como se vê, a decisão impugnada adotou entendimento diverso do posicionamento consolidado desta Corte Uniformizadora acerca da matéria, sendo de rigor sua nulidade para adequação.

10. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para (i) reafirmar a tese de que, nos casos de portadores do vírus HIV, as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do segurado devem ser analisadas para a aferição da incapacidade (Súmula nº 78), e (ii) determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado a partir das premissas de direito ora uniformizada.

11. Pedido de concessão de medida cautelar por ora indeferido, uma vez que a verossimilhança do direito material postulado não se encontra no presente momento demonstrada.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004734-02.2011.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLEMENTINA LOURDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: WAGNER SEGALA
OAB: RS-60699
PROC./ADV.: HENRIQUE OLTRAMARI
OAB: RS-60442
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE ANTERIOR AO (RE)INGRESSO NO RGPS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 42 DA TNU. ACORDÃO PARADIGMA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Quarta Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual reformou a sentença, julgando improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. De acordo com o Colegiado, a parte autora já se encontrava incapacitada no momento do ingresso no RGPS.

2. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Aduz a recorrente que a incapacidade é decorrente de agravamento da doença e se iniciou posteriormente ao ingresso no RGPS, de modo que não há se falar em incapacidade preexistente. Alega divergência com o entendimento do TRF da 1ª Região e da TNU.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. Desse modo, o acórdão do TRF da 1ª Região não se presta a incidente de uniformização por falta de previsão legal.

5. A Turma Recursal de origem julgou improcedente o pedido formulado na inicial adotando a seguinte fundamentação:

(...)

O perito judicial, instado a indicar a data de início da incapacidade da parte autora, afirmou que (resposta ao quesito 'h' do LAU1 do Evento n. 23):

Segundo EXMMED4 04/10/2005, no olho direito a acuidade visual já era muito ruim (pior que 20/200), porem no olho esquerdo, pelo exame não há como afirmar a data de piora da visão, mas, segundo relata a autora, a visão esta ruim há aproximadamente 4 anos. (grifei)

Assim, a princípio, teria a parte autora qualidade de segurado quando da entrada de seu requerimento administrativo, em 06/07/2010.

Contudo, analisando o conjunto probatório acostado aos autos (CNIS3 do Evento n. 01), verifico que a parte autora ingressou no RGPS em 10/2005, quando já contava com 55 anos de idade, passando a verter contribuições, na condição de segurada facultativa (p. 08 do PROCADM1 do Evento n. 16), logo após ter procurado atendimento com especialista em oftalmologia, em 19/08/2005 (EXMED4 do Evento n. 01).

Ademais, depreende-se da 'história' constante da perícia médica realizada pela autarquia previdenciária que (LAU1 do Evento n. 07):

Segurada relata: contribuinte facultativo/dona-de-casa, conforme consulta vínculos com reinicio contribuição em 01/10/05; informa que em inicio de 2005 teve perda importante da visão em ambos olhos, procurou atendimento oftalmológico,realizou exames e refere que lhe foi informado que 'não havia tratamento a fazer e não corrigível com uso óculos' (grifei)

Do que foi exposto, denota-se, sem dificuldades, que a parte autora já se encontrava incapaz antes mesmo de seu ingresso no sistema, em 10/2005, passando a verter contribuições, na qualidade de segurada facultativa, no claro intuito de perceber benefício por incapacidade. Tal situação, obviamente, vai de encontro à noção de seguro ínsita à relação previdenciária, atraindo a incidência do §2º do art. 42 e do parágrafo único do art. 59, ambos da Lei n. 8.213/91, inviabilizando a concessão dos benefícios requeridos.

(...)

Assim, e não tendo a parte autora logrado demonstrar que a incapacidade que lhe acomete é posterior ao seu reingresso no RGPS, ônus do qual não se desincumbiu (art. 333, I, do Código de Processo Civil), deve ser provido o recurso do réu, para o fim de se julgar improcedente a demanda.

6. Como se vê, a Turma Recursal de origem apontou de forma clara os motivos que a levaram a considerar que a parte autora já se encontrava incapacitada no momento do ingresso no RGPS, e que tal incapacidade não decorreu de agravamento da doença, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca de todo o conjunto probatório constante nos autos. Desse modo, qualquer discussão nesse sentido em sede de incidente de uniformização implicaria em reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

7. Observa-se, ainda, que o acórdão da TNU apontado como paradigma (PEDILEF nº 200770510046080) encontra-se no mesmo sentido do acórdão recorrido, e representa o entendimento consolidado desta Turma Nacional acerca da matéria em controvérsia. Ausente, portanto, o necessário dissídio jurisprudencial, bem como de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 13 desta Corte: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005036-25.2010.4.01.4101
ORIGEM: RO - SEÇAO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ JANUÁRIO NETO
PROC./ADV.: CLEBER FAUSTINO DE SOUZA
OAB: RO-1743
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO DA DIB. PRESTÍGIO AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Rondônia, o qual deu provimento ao recurso da parte autora para conceder-lhe o benefício de aposentadoria por invalidez desde o primeiro dia subsequente à cessação do auxílio-doença NB: 535.635.271-5.

2. Interposto incidente de uniformização pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o laudo médico judicial não fixou a data de início da incapacidade, considerando esta parcial e permanente. Por tal motivo, aduz que a data de início do benefício da aposentadoria por invalidez deve ser fixada na data do acórdão, momento em que a Turma Recursal de origem concluiu encontrar-se a parte autora total e definitivamente incapaz para toda e qualquer atividade laboral. Amparada no princípio da eventualidade, requer a autarquia a fixação da DIB na data do laudo pericial, sob o fundamento de ser este inconclusivo quanto à data de início da incapacidade. Apontou como paradigmas julgados da TNU e do STJ.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de prestigiar o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o seguinte PEDILEF:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. FIXAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. PEDIDO NÃO CONHECIDO. (...) 5. Embora demonstrada a divergência, verifico que, no caso dos autos, a decisão recorrida está baseada no princípio do livre convencimento motivado do julgador para fixação da data do início da incapacidade, prestigiado por esta Turma Nacional de Uniformização, conforme ementa que segue: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A PRECEDENTES DESTA TNU. DEMONSTRAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO PELO JUÍZO EM DATA NÃO COINCIDENTE COM A DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. POSSIBILIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES RECENTES DA TNU. IMPROVIMENTO. 1. Na fixação da data do início da incapacidade, deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador, nos termos dos artigos 436 e 439, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sendo assim, a data de início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

outra data. Neste caso, a data de início da incapacidade não passará de uma ficção necessária ao julgamento da lide. 2. Esta TNU tem prestigiado o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o juízo não é obrigado a fixá-la na data da realização da perícia se o laudo pericial é inconclusivo neste aspecto. Precedentes: TNU, PU 2005.33.00.76.8852-5, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.03.2010; TNU, PU 2007.63.06.00.7601-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08.01.2010. 3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido. A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.(PEDILEF 200936007023962, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DOU 13/11/2011.) 6. Assim, é o caso de não conhecer do presente pedido de uniformização em razão do enunciado da Questão de Ordem n. 13, desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator".

(PEDILEF 50027625520114047214, Relator: Juiz Federal João Batista Lazzari, DOU: 21/03/2014)

6. No caso dos autos, o acórdão recorrido, a despeito da incapacidade parcial e permanente atestada pelo perito judicial, concluiu que as condições pessoais da parte autora lhe são desfavoráveis, tornando-a inapta para reabilitação, e, assim, concedeu-lhe a aposentadoria por invalidez. Quanto à data de início do benefício, a Turma Recursal de origem, com base no conjunto probatório constante nos autos, entendeu que a incapacidade persistia quando da cessação do benefício de auxílio-doença NB: 535.635.271-5, apontando expressamente documentos médicos anteriores à data da cessação do benefício, os quais comprovam a existência de hipertensão grave. Ou seja, para a fixação da data de início do benefício houve o livre convencimento motivado por parte dos julgadores, encontrando-se o acórdão, portanto, em consonância com a jurisprudência consolidada da Turma Nacional de Uniformização. Desse modo, de rigor a aplicação da Questão de Ordem nº 13 desta Corte Uniformizadora, segundo a qual "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

7. Ademais, no caso presente, apontando a Turma Recursal de forma clara os motivos que a levaram a considerar a parte autora incapaz de forma total e permanente desde a cessação do benefício de auxílio-doença, qualquer discussão neste sentido em sede de incidente de uniformização caracterizaria reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521945-87.2010.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: CONSUELO FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. CUMULAÇÃO COM PENSÃO VITALÍCIA DE SERINGUEIRO DA REGIÃO AMAZÔNICA, RECRUTADO PARA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO DISSENSO JURISPRUDENCIAL. APRESENTAÇÃO DE APENAS UM PRECEDENTE DA 6ª TURMA DO STJ QUE NÃO RECONHECE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NAQUELA CORTE. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, a qual negou ao autor o direito à cumulação de pensão vitalícia de seringueiro com aposentadoria por tempo de contribuição, sob o fundamento de que a referida pensão possui caráter assistencial e, portanto, inacumulável com qualquer outro benefício previdenciário.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o entendimento esposado no acórdão recorrido diverge do posicionamento do C. STJ. Com o intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigma o REsp nº501.035/CE (Rel. Ministro Paulo Gallotti, Órgão Julgador: Sexta Turma. DJ: 06/12/2004).

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Da análise dos autos, não verifico tenha sido demonstrada a divergência entre o acórdão recorrido e a jurisprudência dominante do STJ. Isso porque o único paradigma acostado, da 6ª Turma, não indica posição dominante daquela Corte. Nesse ponto, far-se-ia necessário o recorrente apresentar acórdão da 5ª ou da 6ª Turma, as quais possuem competência em matéria previdenciária, com menção a eventual entendimento pacífico do STJ, ou acórdãos de ambas as Turmas, ou, ainda, acórdão da 3ª Seção, que reúne a 5ª e 6ª Turma. Ademais, mediante pesquisa ao sítio eletrônico, constato que não existe jurisprudência dominante acerca da matéria em controvérsia na Corte Cidadã.

6. Esta TNU assim entendeu nos seguintes processos, similares ao presente: PEDILEF nº 00165020320104013200 (Relator: Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha. DJ: 17/05/2013) e PEDILEF nº 2009.39.00.702409-7 (Relatora: Juíza Federal Kyu Soon Lee. DJ: 17/04/2013).

7. Incidência da Questão de Ordem nº 05 da TNU, segundo a qual "um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte", situação diversa do presente.

8. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500571-07.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLAIRTON PIRES ARAUJO
PROC./ADV.: JOSÉ JOACY BESERRA JÚNIOR
OAB: CE-20 980
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO DA DIB. PRESTÍGIO AO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. JURISPRUDÊNCIA DA TNU NO MESMO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTELIGÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Rondo Ceará, o qual deu provimento ao recurso do INSS para fixar a data de início do benefício de aposentadoria por invalidez na data do laudo médico judicial.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o acórdão impugnado divergiu do entendimento do C. STJ, bem como da TNU, segundo os quais, na fixação da data do início da incapacidade, deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador.

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após Agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. Esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de prestigiar o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o seguinte PEDILEF:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. FIXAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM TNU N. 13. PEDIDO NÃO CONHECIDO. (...) 5. Embora demonstrada a divergência, verifico que, no caso dos autos, a decisão recorrida está baseada no princípio do livre convencimento motivado do julgador para fixação da data do início da incapacidade, prestigiado por esta Turma Nacional de Uniformização, conforme ementa que segue: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA EM RELAÇÃO A PRECEDENTES DESTA TNU. DEMONSTRAÇÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE. LAUDO INCONCLUSIVO. FIXAÇÃO PELO JUÍZO EM DATA NÃO COINCIDENTE COM A DA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. POSSIBILIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES RECENTES DA TNU. IMPROVIMENTO. 1. Na fixação da data do início da incapacidade, deve ser prestigiado o livre convencimento do julgador, nos termos dos artigos 436 e 439, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Sendo assim, a data de início da incapacidade corresponderá à data da realização da perícia apenas quando o juízo, diante de todas as provas produzidas, não puder fixá-la em outra data. Neste caso, a data de início da incapacidade não passará de uma ficção necessária ao julgamento da lide. 2. Esta TNU tem prestigiado o livre convencimento motivado do julgador na fixação da data do início da incapacidade. Neste sentido, o juízo não é obrigado a fixá-la na data da realização da perícia se o laudo pericial é inconclusivo neste aspecto. Precedentes: TNU, PU 2005.33.00.76.8852-5, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 05.03.2010; TNU, PU 2007.63.06.00.7601-0, Rel. Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08.01.2010. 3. Pedido de Uniformização conhecido e não provido. A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto do Juiz Federal Relator.(PEDILEF 200936007023962, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DOU 13/11/2011.) 6. Assim, é o caso de não conhecer do presente pedido de uniformização em razão do enunciado da Questão de Ordem n. 13, desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido". Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator".

(PEDILEF 50027625520114047214, Relator: Juiz Federal João Batista Lazzari, DOU: 21/03/2014)

6. No caso dos autos, o acórdão recorrido adotou o seguinte fundamento para a fixação da data de início do benefício:

"(...)

O vistor judicial não pôde precisar a data inicial da incapacidade que, com justeza, ensejou a concessão da aposentadoria por invalidez na sentença atacada. Os precedentes jurisprudenciais, com entendimento consolidado pelo eg. STJ, inclusive, são no sentido de adotar a data da apresentação do laudo pericial em Juízo, quando não for possível definir um marco inicial por meio pericial. Nesse sentido:

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APRESENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL EM JUÍZO. TERMO INICIAL. 1. Acerca do marco inicial da aposentadoria por invalidez, o entendimento jurisprudencial consolidado desta Corte é no sentido de considerar a data da apresentação do laudo pericial em juízo, ainda mais que, no caso em exame, não foi possível precisar o início da incapacidade. 2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AGRESP 200801987161, ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:12/05/2011)

O simples início da doença não induz à conclusão pela imediata incapacidade para o labor habitual. Em que pese a excepcional possibilidade de fixação de data diversa por cotejo dos demais elementos do conjunto probatório, tal não se mostra plausível no caso presente, sob pena de impor injustificado gravame à parte ré. (grifei)

(...)"

7. Como se vê, a respeito da fixação da data de início do benefício, houve o livre convencimento motivado por parte dos julgadores, os quais, após análise do conjunto probatório, entenderam que somente na data do laudo pericial foi possível identificar a incapacidade laboral da parte autora. Desse modo, inexiste a necessária divergência jurisprudencial, uma vez que o acórdão vergastado está em consonância com os julgados paradigmas.

8. Ademais, no caso presente, apontando a Turma Recursal de forma clara os motivos que a levaram a fixar a DIB na data do laudo pericial, qualquer discussão neste sentido em sede de incidente de uniformização caracterizaria reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, in verbis: Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0051410-82.2007.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: ALFREDO BRITO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: DANIELLE ALMEIDA DA SILVA
OAB: BA-20147
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

DIREITO CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE SALDOS EM CADERNETA DE POUPANÇA (PLANOS BRESSER, VERÃO, COLLOR I E COLLOR II). FORNECIMENTO DOS EXTRATOS PELO BANCO RÉU. NECESSIDADE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO SALDO NA CONTA. NÃO CABIMENTO. DEVER DO AUTOR DE COMPROVAR APENAS A TITULARIDADE NO PERÍODO VINDICADO. POSICIONAMENTO PACIFICADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O ASSUNTO. MATÉRIA, ADEMAIS, QUE REPERCUTE DIRETAMENTE NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO. AFASTAMENTO DA SÚMULA 43 DO COLEGIADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Cuida-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal interposto contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais Cíveis da Seção Judiciária do Estado da Bahia que confirmou sentença monocrática que julgou indeferiu a petição inicial e julgou extinta sem julgamento de mérito ação ordinária ajuizada pelo Autor contra a Caixa Econômica Federal - CEF, relativa ao pagamento das diferenças de atualização monetária sobre saldo de sua conta de caderneta de poupança (meses de junho e julho/87).

2. No que é essencial, colho do Acórdão recorrido: "3. Orientação jurisprudencial assente sobre competir à parte autora o ônus da prova a respeito da titularidade de caderneta de poupança à época dos expurgos inflacionários objeto da demanda e da existência de saldo positivo no respectivo período (...). Desincumbindo-se o consumidor do aludido ônus, impõe-se à instituição financeira depositária a exibição dos respectivos extratos, desde que tenha sido a demanda ajuizada no curso do lapso prescricional. [...]. 5. No caso concreto, apesar de a abertura da conta poupança ter sido em 03/09/1984, as anotações realizadas pelo próprio correntista no documento "controle pessoal de saldo" não são hábeis à comprovação de saldo positivo no período pertinente, mormente porque as diferenças pleiteadas deram-se a partir do ano de 1990 e seguinte. Assim, o autor não se desincumbiu de demonstrar a existência de saldo positivo nos períodos expurgados correspondentes, não merecendo, portanto, prosperar a sua irresignação.

2.1. Alega o Recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta Turma Nacional de Uniformização, quanto ao ônus da prova, pois demonstrou a titularidade da conta de caderneta de poupança junto à CEF, à época dos planos econômicos, cabendo à instituição financeira a juntada dos respectivos extratos. Ao final, requereu o seu provimento e a reforma do acórdão recorrido, para que a TNU, reafirme a tese de que cabe à Caixa Econômica Federal o ônus de demonstrar a existência de saldo positivo nos períodos expurgados correspondentes.

3. O recurso foi admitido na origem, diante da demonstração da similitude fática e a divergência de entendimentos entre os Acórdãos confrontados, acerca do tema relativo ao ônus da prova da conta de cadernetas de poupança, e respectivos saldos, presente a controvérsia em torno de qual das duas partes contratantes (autor/titular da conta ou CEF) cabe apresentar os respectivos extratos bancários.

3.1. Pelas mesmas razões, dele o conheço, afastando a aplicação da Súmula 43/TNU, especialmente em virtude dos termos da tese, já fixada neste Colegiado, de que:

"1. Cabe à parte autora, como prova do fato constitutivo do seu direito, apresentar documento que demonstre a existência e titularidade da conta de poupança. À instituição financeira caberá, em inversão do ônus da prova, apresentar os extratos bancários relativos à conta mencionada, no período a que se referem os expurgos pretendidos. 2. Incidente conhecido e parcialmente provido. (PEDILEF Nº 2007.83.00.50.7130-1-PE. RELATORA: JUÍZA FEDERAL ROSANA NOYA ALVES WEIBEL KAUFMANN).

4. Colho da documentação existente nos autos que o Autor demonstrou a titularidade da conta de poupança, aberta em 15.08.1984. Juntou também a prova de ter solicitado ao banco recorrido os extratos relativos aos meses de junho e julho de 1987, correspondentes ao período objeto do pedido vestibular.

5. A jurisprudência de nossos Tribunais, em especial do Superior Tribunal de justiça, já solidificou o entendimento de que nas ações relativas à recomposição e atualização dos saldos de cadernetas de poupança, compete à parte autora, segundo o artigo 333, I/CPC, trazer aos autos elementos probatórios mínimos do fato constitutivo do seu direito, a saber, a existência de conta de caderneta de poupança, em seu nome, no período pleiteado. Satisfeito tal requisito, transfere-se à C.E.F. o ônus da apresentação dos respectivos extratos (Art. 6o., VIII, do CDC):

"II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; [?] IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fim de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. (STJ. REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, 2a. SEÇÃO, julg.14/12/2011, DJ 28/03/2012)".

6. O Art. 6o, VIII, do CDC, tem plena aplicabilidade ao caso por incorporar em seu espírito doutrina que se revela em maior harmonia com o espírito do rito especial previsto nas Leis 9.099/95 e 10.251/01, a saber: da carga, ou distribuição, dinâmica do ônus da prova. Independentemente da qualidade da parte, se autor ou réu, o Magistrado deve determinar o encargo de produzir determinada prova à parte que possui melhores condições de suportar esse ônus. No caso concreto, portanto, deve a CEF suportar tal ônus

6.1. Trata-se da redistribuição dos ônus relativos à prova, ou seja, o repartimento desse encargo não por meio de um critério estático e apriorístico (como o que consta, por exemplo, do art. 333 do CPC) e sim em razão de uma equidade baseada na situação concreta, atribuindo a quem goze de melhores condições profissionais, técnicas, ou simplesmente fáticas a incumbência de comprovar ou desvencilhar-se do alegado. Mais do que isso, trata-se de trazer para dentro do processo civil aquela mesma lógica baseada na teoria do risco que tanto influenciou, por exemplo, o Direito Privado. (Cf. Jorge W. Peyrano e Julio O. CHIAPPINI. Lineamientos de las cargas probatorias dinámicas. In: El Derecho, Tomo 107, passim).

6.2. O mesmo c. Superior Tribunal de Justiça possui vasta jurisprudência sobre o tema. Aliás não seria exagerado dizer que a posição a que se chegou sobre o fornecimento dos extratos nas ações que discutem a existência do expurgo derivou mesmo do reconhecimento pela Cassação do mencionado balanceamento sobre o ônus da prova, como se pode perceber pela leitura do seguinte acórdão:

"2. Ademais, à luz da teoria da carga dinâmica da prova, não se concebe distribuir o ônus probatório de modo a retirar tal incumbência de quem poderia fazê-lo mais facilmente e atribuí-la a quem, por impossibilidade lógica e natural, não o conseguiria". (STJ. REsp 619148/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, 4a. TURMA, julgado em 20/05/2010, DJ 01/06/2010).

7. Entretanto, cumpre sindicar, por questões de coerência argumentativa, se o caso vertente não envolve matéria de ordem puramente processual, o que afastaria seu conhecimento por este Colegiado Nacional nos termos de sua Súmula 43. A resposta é negativa, porquanto esta Turma Nacional, em reiteradas ocasiões já considerou que quando a matéria pretensamente processual vem a repercutir diretamente no direito de ação da parte, que é tomado numa perspectiva material como se sabe.

7.1. De fato, esta Turma Nacional sempre permitiu concessões pontuais ao disposto em sua Súmula 43, diante de situações concretas nas quais a questão processual viesse a impactar na própria pretensão da parte: PEDILEF 200563020022909, JUIZ FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, TNU, DOU 08/06/2012; PEDILEF 200635007159701, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DJ 09/08/2010; PEDILEF 200871630021755, JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, TNU, DOU 08/06/2012; PEDILEF 200770950152490, JUÍZA FEDERAL JACQUELINE MICHELS BILHALVA, TNU, DJ 13/05/2010.

7.2. Pode-se dizer que, para justificar a não incidência de sua Súmula 43, esta Turma Nacional, em todos os precedentes acima colacionados, recorreu à noção de ofensa ao amplo acesso ao Judiciário e, por conseguinte, ao exercício do direito de ação. O fundamento não somente é apropriado, como foi muito bem divisado por este órgão jurisdicional colegiado, para mitigar a rigorosa limitação do art. 14 da Lei n.º 10.259/2001 o qual, cegamente aplicado, poderia resultar em situações de anomia, incoerência sistêmica, ou, em termos mais singelos, restringir direitos sem que a instância uniformizadora possa intervir na definição da matéria.

7.3. Os princípios dos Juizados Especiais, por outro lado, supõem maior atenção na análise das relações entre o direito material e o direito processual, esferas que, como vem sendo reconhecido pela doutrina mais recente, são dinâmicas, não estáticas (José Roberto dos Santos Bedaque. Direito e Processo. 6ª. Ed. SP: Malheiros, 2011). Um dos corolários disso é o reconhecimento de que, nesse sistema, a excessiva dificuldade imposta pelo Poder Judiciário para a apreciação da demanda já repercute negativamente sobre o patrimônio da parte autora, consideradas sua fragilidade ou vulnerabilidade.

7.4. Dado que o direito de ação é direito subjetivo, sempre que a análise e decisão sobre as suas condições e demais requisitos processuais que a circundam, mostrem-se juridicamente desarrazoada, criem obstáculos desnecessários ou coloquem as partes em uma espécie de limbo, sem perspectiva de ver prestada, em tempo hábil e de forma eficiente, a jurisdição, haverá visível prejuízo aos seus interesses legítimos, razão pela qual é possível analisá-las e compreendê-las, presente essa quadra, como violação de direito material para os fins do mencionado art. 14, da Lei n.º 10.259/2001.

7.5. Para os presentes fins, portanto, é plenamente aplicável a noção do processo como tutela jurídica do direito material cunhada por Adolf Wach (Cf. Wach, Adolf: Der Rechtsschutzanspruch. Apud. Zeitschrift für deutschen Zivilprozess. Bd. 32, 1904, Págs. 1 - 34. In: Digitale Bibliothek des Max-Planck-Instituts für Europäische Rechtsgeschichte). Se a ação serve para assegurar um direito violado, a recusa injustificada de prestar a jurisdição deve ser vista, nos termos acima explicados, como verdadeira agressão a direito subjetivo: nihil aliud est actio quam ius quod sibi debeatur in iudicio persequendi (Celso, D. 44, 7, 51).

7.6. Torna-se possível, nesses termos, concluir que não incide o enunciado n. 43 da Súmula de Jurisprudência da TNU quando o não conhecimento do Incidente de Uniformização implicar grave obstáculo à parte, por não lhe permitir deduzir sua pretensão perante o Poder Judiciário.

8. Como procurei demonstrar, o caso tem nítidas repercussões sobre o direito de ação da parte. Na medida em que se impede prematuramente o seguimento da demanda, com base em mero juízo de probabilidade, sem que se dê à parte a possibilidade de trazer aos autos os únicos documentos capazes de comprovar a existência de saldo (os extratos a serem fornecidos pela Caixa Econômica Federal) estar-se-á de modo sumário blindando o exercício do direito de ação do autor.

8.1. No caso dos autos, mesmo diante da prova da titularidade, o Magistrado baseou-se numa ilação que não permite a aferição de uma conclusão realmente segura. Assim, mesmo sem qualquer outra evidência substancial, não se deu à parte oportunidade alguma para que pudesse provar seu direito. Não foram, enfim, trazidos os extratos que se encontram em poder da CEF, não se podendo dizer de modo categórico, portanto, se existia ou não existia saldo credor em favor do correntista. Logo, na prática, estar-se-ia impedindo o próprio direito de ação, pois nunca a parte promovente poderia apresentar tais documentos (ou pelo menos iria necessitar de um esforço mais do que razoável a se esperar por parte do autor).

8.2. Ademais, tal decisão deveria ser de mérito e não extintiva, pois contempla não uma condição para o exercício da ação, em princípio mensurável in statu assertionis e não com base em prova. Porém, ainda que se possa aceitar que seria necessário demonstrar um mínimo de evidências sobre a viabilidade do pleito quando da oferta da petição inicial, este mínimo seria tão-somente a comprovação da titularidade da conta e não qualquer outro documento adicional, sob pena de se exigir da parte documentos que se referem ao próprio mérito da discussão - e não aqueles que se possam chamar de elementares para o ajuizamento da ação.

9. Desse modo, forte nessas razões, conheço e dou provimento ao recurso uniformizador para, com base nos julgados do Superior Tribunal de Justiça trazidos à colação, firmar a tese de que, nas ações relativas ao pagamento das diferenças de atualização monetária sobre saldos de caderneta de poupança (Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II), com a apresentação da prova da titularidade da conta pelo autor, deve a Caixa Econômica Federal apresentar os extratos necessários a confirmar a existência de saldo positivo.

10. Ante o exposto, conheço do pedido de uniformização de jurisprudência e dou-lhe provimento para reformar o Acórdão recorrido, determinando a devolução dos autos à origem, em primeiro grau, para novo julgamento do feito segundo as regras de distribuição do ônus da prova delineadas nas teses acima postas em destaque.

11. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

ACÓRDÃO.

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes Federais da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Brasília, 08 de outubro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005936-11.2011.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE CAETANO LEAL
PROC./ADV.: ACADIO DEWES
OAB: RS-34270
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. CF, ART. 203, V E LEI FEDERAL 8.742/93. INCAPACIDADE PARCIAL PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO REQUERENTE. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 29 PRECEDENTES DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A parte autora requereu judicialmente a concessão do benefício de amparo assistencial previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei 8.742/93. O benefício foi indeferido administrativamente sob o fundamento de não ter o autor comprovado, perante a autarquia (vide laudo - evento 33), incapacidade para a vida independente e para o trabalho (CF. Parágrafo 2O., do Art. 20 da Lei 8.742/93).

2. O Autor submeteu-se à perícia médica judicial (evento 36), tendo sido realizada igualmente a investigação das suas condições sociais e econômicas (eventos 36 a 46). A sentença de 1o. Grau considerou apenas o laudo produzido pelo expert judicial e julgou improcedente o pedido vestibular por entender que "... a parte demandante não cumpriu o requisito incapacidade previsto no art. 20, § 2º., da Lei nº 8.742/93", concluindo, ao final: "Tendo em vista a fundamentação supra, que por si só leva ao reconhecimento da improcedência do pedido formulado pela parte autora nesta demanda, considero desnecessária a análise do requisito miserabilidade".

3. A 1a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul, à unanimidade de votos, e com fundamento no Art. 46 da Lei 9.099/95, negou provimento ao recurso inominado da parte autora.

3.1. O pedido de uniformização, obstaculizado na origem, foi submetido a este egr. Colegiado por força de agravo, tendo a mim sido distribuído. O d. Sub-Procurador Geral da República opinou pelo provimento do recurso.

4. Conheço do recurso, por divergência com o Aresto apontado como paradigma, da Relatoria do em. Des. Federal Edilson Pereira Nobre Junior (Pedilef 200483200072127).

5. Compulsando os autos, verifico que o requerente é analfabeto e conta atualmente com 63 anos. A perícia judicial, realizada em 2011, concluiu que o requerente padece incapacidade parcial, apresentando, no entanto, limitações, em virtude das seguintes patologias: amputação dos dedos da mão esquerda, hipertensão e osteoporose, artrose e problemas de coluna, apresentando, desde 31.10.2006; estaria apto para o trabalho, porém "com limitações em torno de 30%" para as atividades de agricultor ou outras em serviços gerais.

6. No caso de se cuida, entendo que diante a idade avançada, o grau de instrução (analfabeto) e as limitadíssimas condições sociais e econômicas do recorrente, é aplicável a Súmula 29/TNU ("Para os

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

efeitos do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.742, de 1993, incapacidade para a vida independente não é só aquela que impede as atividades mais elementares da pessoa, mas também a impossibilita de prover ao próprio sustento"), permitindo a concessão do benefício almejado, também levando em conta a sua incapacidade parcial. A sentença de 1º. Grau não atentou para as conclusões do laudo econômico social que atestou a miserabilidade do autor.

8. Ante o exposto e, consoante os termos do parecer do douto Sub Procurador Geral da República, conheço e dou parcial provimento ao pedido de uniformização, para anular o acórdão recorrido e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para os fins de Direito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao Pedido de Uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 11 de setembro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502235-98.2012.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LÚCIA DE FATIMA OLIVEIRA
PROC./ADV.: ADEILSON FERREIRA DE ANDRADE
OAB: RN-4741
REQUERIDO(A): UFERSA - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA JUIZ RELATOR

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 3,77%. MP N. 2.225-45/01. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal interposto em face de acórdão da lavra da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que adotou o entendimento segundo o qual estão prescritas as pretensões deduzidas depois de 1993, no tocante à percepção da URP apurada nos meses abril e maio de 1988, limitado 7/30 de 16,19%.

2. A parte recorrente assevera que o Acórdão recorrido divergiu do entendimento do STJ, firmado nas seguintes decisões paradigmas: PET 7.154/RO, REsp. 1.082.057/PR e REsp. 199.108/RJ, ao reconhecer que a prescrição aplicada ao caso concreto é a do fundo de direito e não a prescrição de trato sucessivo.

3. Contudo, observa-se que acórdão recorrido, na verdade, reconheceu a prescrição de eventuais diferenças devidas, sob o fundamento de que o direito à reposição dos salários pela URP restou reconhecido pela Lei 7.686/88, que determinou seu pagamento a partir de novembro de 1988, de forma que eventuais diferenças somente poderiam ser postuladas até novembro de 1993. Cita como precedente o PEDILEF 2007.41.00.901921-1.

4. Desse modo, concluo que o incidente não merece ser conhecido porque os paradigmas apontados pela parte recorrente não apresentam divergência com o acórdão recorrido, uma vez que ambos afastam a prescrição do fundo de direito, reconhecendo que se aplica ao caso concreto a prescrição prevista na Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0513658-55.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: NIZETE SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAÚJO
OAB: AL-3300
REQUERIDO(A): INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NAT. RENOVÁVEIS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA JUIZ RELATOR

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. IBAMA. VENCIMENTOS. REAJUSTE. SERVIDORES DO IBAMA. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 28,86 % EM SEUS VENCIMENTOS. ABSORÇÃO DO REFERIDO PERCENTUAL PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA PELAS LEIS FEDERAIS. LEIS 11.357/2006 E 11.784/2008, AS QUAIS ESTABELECERAM NOVA ESTRUTURA E NOVA SISTEMÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se de ação ordinária, ajuizada no mês de setembro de 2012, tendo por objeto a condenação do IBAMA à "... implantação do índice de 28,86% sobre o vencimento/provento básico, com reflexo em todas as rubricas cujo cálculo o tenha como base, e também sobre as parcelas vencimentais sobre as quais incidem os reajustes gerais, bem assim o recebimento dos valores retroativos, tudo em conformidade com as jurisprudências pacificadas do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Turma Nacional de Uniformização" e que "o referido percentual não venha a ser abatido por eventuais, diversos e ulteriores reajustes salariais" ou progressões funcionais.

1.1. O Juiz Federal da 6a. Vara de Alagoas, assim decidiu a lide, julgando improcedente o pedido inicial: "Amparado pelo entendimento acima e, uma vez que a presente ação foi proposta em 2012, encontram-se prescritas todas as parcelas acaso devidas anteriores ao ano de 2007. No mérito, o direito à complementação do reajuste de 28,86% aos servidores civis e militares que perceberam reajustes inferiores a este percentual por força da Lei 8.627/93 é incontroverso, haja vista que a matéria já foi objeto de decisões judiciais e administrativas, inclusive por parte do STF. De fato, verifica-se que o Supremo Tribunal Federal editou, em 2003, a Súmula nº 672, pacificando o entendimento de que o aumento de 28,86%, concedido aos militares por força das Leis nº 8.622/93 e 8.627/93, deve ser estendido aos servidores públicos civis a título de revisão geral de vencimentos, com fundamento no inciso X do art. 37 da Constituição Federal e no princípio da isonomia. Resta, no entanto, saber se tal reajuste já foi, ou não, integralmente absorvido pela reestruturação remuneratória da carreira do autor, conforme alega o IBAMA em sua contestação. Saber se a nova remuneração foi instituída em valores superiores àqueles a que o servidor faria jus com a aplicação do índice pleiteado. Compulsando-se os autos, vê-se que a parte autora é integrante da carreira de técnico-administrativo em educação, conforme informado nos autos. No entanto, vislumbra-se que não existe qualquer débito a ser pago pela autarquia ré a esta categoria de servidores em decorrência da Lei nº 11.357/06 e Lei n.º 11.784/2008, cujo percentual ficou totalmente absorvido pelos novos patamares remuneratórios. [...] Tendo sido reestruturada a carreira do autor, com a fixação de novos padrões remuneratórios superiores ao que a parte autora teria direito com a aplicação da diferença do percentual de 28,86% pleiteada, resta integralmente absorvido o reajuste, não fazendo o demandante jus à percepção de qualquer valor a este título. Por todo o exposto, julgo improcedente o pedido formulado na exordial. Deixo de condenar o vencido nas despesas processuais e honorários advocatícios, em razão do que dispõe o art. 55 da Lei nº 9.099/95".

1.2. A sentença monocrática foi confirmada, à unanimidade de votos, por acórdão da Turma Recursal da SJ-SE: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL INTEGRANTE DO QUADRO DO IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. REMUNERAÇÃO. REVISÃO GERAL DE 28,86%. REESTRUTURAÇÕES REMUNERATÓRIAS SUPERVENIENTES. LEIS NS. 11.357/2006 E 11.784/2008. ABSORÇÃO INTEGRAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. CONFIRMAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. - A Medida Provisória nº 1.704-5/98 (reeditada pela Medida Provisória 2.169-43/01), a qual reconheceu aos servidores públicos o direito ao reajuste de 28,86%, importou em renúncia tácita à prescrição, inclusive para os militares, conforme art. 191 do Código Civil de 2002. - Proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o reajuste de 28,86% até 30/06/2003, os efeitos financeiros retroagirão a janeiro de 1993; caso ajuizada a ação após essa data, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas há mais de cinco anos (Súmula 85 do STJ). Entendimento firmado pelo STJ em sede de recurso especial repetitivo: RESP 990.284/RS, 3ª Seção, rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 26/11/2008, publicado em 13/04/2009. - O reajuste de 28,86%, concedido às patentes mais elevadas da carreira militar pelas Leis nº.s 8.627/93 e 8.622/93, foi estendido aos militares de patentes inferiores e aos servidores públicos civis da União em razão do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no RMS 22.307/DF, no sentido de que se tratava de revisão geral de vencimentos, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal. - Hipótese em que a parte autora, integrante de carreira do magistério superior, demanda a concessão do reajuste de 28,86% ao fundamento de inexistência de incorporação aos seus vencimentos. - A disciplina da matéria, via Portaria nº 2.179/98, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), não é idônea, vez que determinou que os aumentos vencimentais decorrentes de progressões funcionais individuais fossem deduzidos do índice de 28,86%, ao passo que a Medida Provisória nº 1.704/98 somente autoriza a compensação com acréscimos concedidos pela Lei nº 8.627/98. - As reestruturações remuneratórias das carreiras do Poder Executivo Federal, realizadas pelas Leis nºs 11.357/2006 e 11.784/2008, com fixação de novas tabelas de vencimentos, trouxeram vantagens que absorveram integralmente o índice de 28,86%. Nada há, pois, a ser incorporado à remuneração da parte autora. - Recurso inominado a que se nega provimento, deixando de condenar a parte recorrente nas despesas processuais e em honorários advocatícios por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita".

2. O incidente de uniformização não merece ser conhecido.

3. Isso porque não há similitude fático-jurídica entre o acórdão recorrido e os arestos paradigmas no que toca à possibilidade de compensação dos valores devidos a título do reajuste de 28,86% com a reestruturação de carreira operada por legislações supervenientes (no caso, Leis nº 11.357/2006 e 11.784/2008).

3.1. O AgRg no REsp 1349178/PR e o AgRg no REsp 1115256/AL trataram apenas da impossibilidade de compensação do índice de 28,86% com progressões funcionais e vantagens de caráter individual.

3.2. Já o MS 12230/DF trata de questão muito específica, em que se pretendia a limitação dos efeitos financeiros à edição de lei que regulava carreira diversa, ao qual os postulantes foram equiparados judicialmente, caso em nada semelhante a dos presentes autos.

3.3. De outra parte, tanto o STJ quanto esta TNU já firmaram a possibilidade de limitação dos efeitos decorrentes do reajuste de 28,86% com a reestruturação de carreira efetuada por legislação superveniente (RESP 990.284, julgada em sede de recurso repetitivo, e PEDILEF 05021605320124058500, j. 09/08/2013).

4. Incidente de Uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514080-94.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LEONCIO RAIMUNDO CARVALHO
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES
OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA JUIZ RELATOR

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28.86%. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ADEQUADO. ART. 13 DO REGIMENTO INTERNO DA TNU (RITNU). NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO.

1. Cuida-se de ação ordinária, ajuizada no mês de junho de 2011, tendo por objeto a condenação da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA e da UNIÃO FEDERAL "... à obrigação de pagar INTEGRALMENTE na remuneração do requerente, o percentual de 28,86%(vinte e oito virgula oitenta e seis por cento), com a respectiva implantação aos ganhos e pagamento dos atrasados, ...".

1.1. O Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Ceará extinguiu a demanda com julgamento de mérito, em virtude de ter reconhecido a prescrição total, "...pois a Medida Provisória n° 1.704, de 30.06.1998, posteriormente convertida em lei, correspondeu a um reconhecimento, por parte da União, favorável aos servidores públicos civis, quanto ao direito de ter seus vencimentos reajustados pelo índice integral de 28,86%, com base na Lei n° 8.622/1993 e na Lei n° 8.627/1993, caracterizando uma renúncia tácita à prescrição. Assim, se a ação foi ajuizada antes de cinco anos contados a partir de 30.06.1998, são devidas todas as parcelas, desde janeiro de 1993. Ajuizada a ação depois de cinco anos contados da aludida data, ou seja, depois de junho de 2003, atua a prescrição, afetando todas as parcelas precedentes aos cinco anos que antecederam o ajuizamento".

1.2. Entendeu que o pedido, tal como formulado pela parte ora recorrente, não se fundamenta em pretensão de trato sucessivo, mas no pedido de revisão de um ato administrativo localizado especificamente no tempo, pelo que o dies a quo da prescrição conta-se unicamente desse ato, não se renovando mensalmente o prazo prescricional.

1.3. A sentença monocrática foi confirmada, à unanimidade de votos, por acórdão da 1a. Turma Recursal da SJ-CE: "A sentença não merece reforma. Com efeito, tendo a presente ação sido interposta quando decorrido prazo superior a cinco anos a contar do pagamento da última parcela administrativa, conforme se observa nas fichas financeiras acostadas, qualquer questionamento acerca das parcelas vencidas encontra-se atingido pela prescrição qüinqüenal, nos termos do Decreto 20.910/1932 (art.1º).".

2. No caso de que se cuida, todavia, entendo que o incidente sub judice não deve ser conhecido, porquanto não restou efetivamente demonstrada na petição recursal a divergência entre os julgados trazidos à colação, o que impede a identificação da similitude entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados no recurso, bem como aferir a eventual divergência entre as teses jurídicas conferidas ao mesmo contexto fático. De fato, a Recorrente limitou-se a transcrever as ementas de julgados, não realizando, entretanto, o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados paradigmas, conforme previsão do art. 13 do RITNU, o qual dispõe que, o incidente de uniformização precisa expor a demonstração do dissídio jurisprudencial.

2.1. A TNU já decidiu nesse sentido, dispondo que "o cotejo analítico pressupõe a explanação das circunstâncias fáticas e jurídicas que identificam ou assemelham os julgados supostamente divergentes. Não basta citar acórdãos paradigmas sem explicar os ponto sem que eles divergem do acórdão recorrido" (PEDILEF N.º 200770500159096/PR. Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 1/6/2012).

3. Ante o exposto, não conheço do incidente de uniformização de jurisprudência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504084-03.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CICERO IGOR DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

EMENTA

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE. CRIANÇA. ASPECTOS SOCIAIS. ANÁLISE AMPLA. ACÓRDÃO PARADIGMA SEM INDICAÇÃO DE FONTE (URL) E SEM AUTENTICAÇÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se de ação proposta em face do INSS com pedido de concessão de benefício de benefício assistencial a menor com deficiência. A ação foi julgada procedente e, após a turma recursal de origem deu provimento ao recurso inominado do INSS, julgando improcedente a ação.

2. Pretende o recorrente a modificação do acórdão aduzindo que o acórdão da Turma Recursal do Ceará diverge do julgamento proferido pela Turma Recursal do Paraná. . Alega que o acórdão divergente considerou que, para fins de concessão de benefício assistencial, a análise da incapacidade deve ser ampla quando o beneficiário for menor.

3. Compulsando os autos, verificou-se que o acórdão paradigma foi juntado aos autos sem autenticação e sem a indicação da fonte (URL), dado imprescindível para a verificar a autenticidade do documento. A questão de ordem n. 20, por ocasião do julgamento deste pedido de uniformização, exigia que, no caso de acórdão paradigma constante de reprodução de página da internet, é necessária a indicação da respectiva fonte (endereço URL).

4. Portanto, diante da ausência da prova da autenticidade do acórdão paradigma, não se pode instaurar o procedimento de uniformização uma vez que não se pode comprovar a necessária similitude fática e jurídica.

5. Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por maioria, em não conhecer o presente recurso, nos termos do presente voto-ementa.

Brasília, 17 outubro de 2012.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 0501119-92.2009.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: AECIO AGUIAR DA PONTE
PROC./ADV.: THAISA CRISTINA CANTONI
OAB: CE-20 701
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: RAIMUNDO WDNILTON CHAVES CRUZ
OAB: CE-16287
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VLADIMIR SANTOS VITOVSKY

EMENTA:

ADMINISTRATIVO - JUROS REMUNERATÓRIOS - CONTA POUPANÇA - INCIDÊNCIA(S) SOBRE O VALOR DA DIFERENÇA DE CORREÇÃO NÃO CREDITADA NO PERÍODO EM QUE ESTEVE ATIVA - JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDEM APÓS A INATIVIDADE A CONTAR DA CITAÇÃO VÁLIDA - INCIDENTE NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA.

1. Trata-se de ação proposta em face da Caixa Econômica Federal a fim de pleitear as diferenças decorrentes da correção não creditada na conta de poupança, no período em que esta esteve ativa. A controvérsia cingiu-se quanto à incidência dos juros remuneratórios, se devem ou não incidir mensalmente, de forma capitalizada, até o efetivo pagamento, após a citação e durante o período em que ficou inativada.

2. O aórdão recorrido fixou o entendimento de que, no que concerne à extensão dos juros remuneratórios, há que incidir sobre o valor da diferença não creditada, no período em que a conta esteve ativa. Após a inatividade e a partir da citação válida, devem incidir os juros de mora conforme Manual da Justiça Federal. É que, não tendo o depositário, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, aplicado corretamente os índices de correção monetária, os valores que à época certa deveriam ter sido creditados aos titulares de caderneta de poupança ficaram sob sua custódia durante um longo período, o que lhe garantiu dividendos mês a mês, o qual deve prevalecer nos termos da jurisprudência do STJ (AGResp 200601076819, AGREsp 840944, AGREsp 1006990, AERESP 816486): "Os juros remuneratórios previstos na sentença da ação civil pública ajuizada pela APADECO contra a Caixa Econômica Federal são devidos apenas nos meses de junho/87 e janeiro/89, nos quais houve remuneração menor que a devida nas cadernetas de poupança, sem repercussão nos demais períodos".

3. O pedido de uniformização foi interposto pela parte autora, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001, não merece ser conhecido.

4. Como bem apontou o E. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, no seu voto vista, o recorrente, Aécio Aguiar da Ponte, pretende a reforma de acórdão da Turma de origem que deu parcial provimento a recurso inominado da Caixa Econômica Federal, para, alterando parcialmente sentença proferida no JEF, firmar que os juros remuneratórios devem incidir sobre o valor da diferença de correção não creditada na conta de poupança no período em que permaneceu ativa. Contudo, devem ser acolhidas as alegações da CEF no que se refere a ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos recorrido e paradigmas.

5. Com efeito, analisando os acórdãos paradigmas trazidos pela parte autora, nenhum deles refere-se a mesma situação fática do caso dos autos. Nesta ação, o acórdão recorrido decidiu, na parte que importa ao Incidente, que "No que concerne à extensão dos juros remuneratórios, há que incidir sobre o valor da diferença não creditada, no período em que a conta esteve ativa. Após a inatividade e a partir da citação válida, devem incidir os juros de mora conforme Manual da Justiça Federal. É que, não tendo a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aplicado corretamente os índices de correção monetária, os valores que à época certa deveriam ter sido creditados aos titulares de caderneta de poupança ficaram sob sua custódia durante um longo período, o que lhe garantiu dividendos mês a mês"

6. Por sua vez, já ficou consignado no voto-vista citado, a inadequação dos acórdãos juntados provenientes dos Tribunais Regionais Federais (TRF - 4.ª e 5.ª Regiões) e do Superior Tribunal de Justiça, no AgRg no Agravo de Instrumento n.º 940097 PR, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJE 8 jun. 2009, porque não guardam similitude fático-jurídica com o caso dos autos. E ainda foi desconsiderando o precedente apontado nas contrarrazões pela CEF para impugnar a alegação de dominância da jurisprudência do STJ, porque está dissociada do caso.

7. Restou, então, no entendimento do Juiz vogal, divergência entre o acórdão recorrido e o paradigma representado pelo REsp n.º 582.108- RS, de Relatoria do Ministro Cesar Asfor Rocha, (DJE 13 out. 2008). Todavia, a despeito do entendimento quanto o confronto das teses em aparente divergência, depreende-se da leitura do inteiro teor do o acórdão proferido pela Corte cidadão que não há similitude fática e jurídica entre ambos.

8. Ressalto que o paradigma foi proferido em recurso especial interposto contra acórdão proferido em embargos à execução em ação que se discute a incidência de juros remuneratórios decorrente do encerramento de contrato de financiamento, garantindo ao credor a cobrança de juros remuneratórios após seu vencimento. Tal situação não tem qualquer relação com o pedido de incidência de juros remuneratórios incidentes sobre diferenças de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, caso tratado pelo acórdão recorrido.

9. Ante a ausência de similitude fática e jurídica, impossível a instauração do processo de uniformização de jurisprudência. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria de votos, em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Brasília, 04 de junho de 2014.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 5000486-56.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FERNANDINA COSTA ESPINDOLA
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA
OAB: SC-9960
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA AUTARQUIA RÉ. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA PARTE AUTORA. TURMA RECURSAL DEU PARCIAL PROVIMENTO. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO. REQUISITOS CUMPRIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 3.048/99. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Ação proposta em face do INSS com pedido de conversão da aposentadoria por Invalidez em aposentadoria por idade.

2. Sentença de improcedência do pedido, reformada pela Turma Recursal de Santa Catarina que deu parcial provimento ao Recurso do autor, declarando o direito a transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade, eis que a parte autora preencheu os requisitos da aposentadoria por idade durante a vigência Decreto n. 3.408/1999, mas sem direito a recálculo da RMI, alterando, apenas, a espécie do benefício.

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência manejado pelo INSS, com fundamento no artigo 14 da Lei 10.259/2001. Arguição, em síntese, de que não é possível a conversão da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade, após a edição da Lei 8.213/1991, por ausência de previsão legal. Alegação de que o acórdão é divergente da jurisprudência dominante do C. STJ e do entendimento da Turma Nacional de Uniformização.

4. O recurso foi indeferido pelo Presidente da Turma de origem, mas a sua remessa foi permitida em virtude de agravo interposto pela parte autora.

5. Do cotejo analítico entre o acórdão vergastado e os paradigmas, não se verifica presente a indispensável similitude fática e jurídica.

6. Com efeito, os acórdãos trazidos à colação como paradigmas, proferidos pela 5ª e 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça não trataram da particularidade que justificou a concessão do benefício pleiteado pela parte autora.

7. No caso dos autos, ficou consignado no acórdão recorrido que a parte autora completou a idade necessária na vigência do Decreto 3.048/1999, ou seja, de 06.05.1999 a 31.12.2008, quando então deixou de ser prevista no Decreto 6.722/2008 a possibilidade de conversão. Logo, foi possível autorizar a conversão pretendida.

8. Como os paradigmas não tratam especificamente das mesmas situações fáticas, não há possibilidade de conhecimento do pedido de uniformização.

9. Consigno, ainda, que em recentes decisões desta Turma Nacional foi reconhecida a possibilidade de conversão de aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade, se cumpridos os requisitos autorizadores deste último benefício durante a vigência do Decreto n. 3.048/1999, com possibilidade de recálculo da renda mensal inicial tão somente sem o direito de recálculo da renda mensal inicial - Precedentes: PEDILEF 200972540044001 (Relator Juiz Federal Adel Américo de Oliveira - sessão de 29/03/2012); PEDILEF 50047438720114047206 (Relatora para acórdão Juíza Federa Ana Beatriz Palumbo - sessão de 16/08/2013) e PEDILEF 5001738132004 (Relatora Juíza Federal KYU Soon Lee - sessão de 17/05/2013), de modo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento esposado por esta Turma Nacional Uniformizadora.

10. Incidente não conhecido.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência em NÃO CONHECER ao Pedido de Uniformização, com base no voto-ementa.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 0512229-87.2011.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE HERMENEGILDO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLA COTRIM UCHÔA CAJUEIRO ALMEIDA
OAB: AL- 5819
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL CONSIDERADO COMO TEMPO ESPECIAL PARA FINS DE CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO 53.831/64 TAMBÉM APLICADO AOS TRABALHADORES RURAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES APENAS AGRÍCOLAS. REVISÃO DO POSICIONAMENTO DA TNU SOBRE A MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1.Cuida-se de ação previdenciária em que a parte autora pleiteia o reconhecimento de tempo de serviço prestado em atividade especial, com a consequente conversão em tempo comum, por ter sido trabalhador rural e operador de carregadeira.

2.A Autarquia, ora Recorrente, pretende a reforma do acórdão vergastado que manteve a sentença de procedência do pedido por seus próprios fundamentos, determinando a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, por entender que o tempo de serviço laborado pela parte autora em atividade rural deve ser considerado como tempo especial para fins de conversão em tempo comum.

3.Traz como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça - STJ e da Turma Recursal do Rio Grande do Sul. Neste último o argumento é no sentido de que o enquadramento da atividade laboral no item 2.2.1 do Decreto n. 58.831/64 (trabalhadores em agropecuária) somente se dá desde que o trabalho seja efetivamente desempenhado na agropecuária, isto é, desde que o trabalho seja executado na lavoura, bem como na criação e reprodução de gado e/ou aves, não se enquadrando como tal a atividade laboral exercida apenas na lavoura ou apenas na pecuária.

4.A Autarquia interpôs Pedido de Uniformização, com fundamento no artigo 14, §2º da Lei 10.259/2001.

5.Demonstrada a divergência requer a Autarquia, ora Recorrente, que seja o Incidente de Uniformização conhecido e provido, reformando-se o acórdão recorrido para julgar improcedente o pedido.

6.Ao analisar a admissibilidade do incidente, o Presidente da Turma Recursal determinou o sobrestamento do feito. Dessa decisão a Autarquia agravou, a decisão agravada foi mantida pela Turma Recursal de origem e os autos encaminhados ao Presidente dessa Turma Nacional de Uniformização e distribuídos a esta Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.O presente Pedido de Uniformização deve ser conhecido.

8.No mérito, aponto que essa Turma Nacional já apreciou a matéria controvertida nos autos, cujo julgamento foi resultado de exaustivo debate, conforme voto proferido nos autos do precedente PEDILEF 0509377-10.2008.4.05.8300, cujas termos lá expostos são utilizados como razões para decidir esta ação, a saber: "PROCESSO: 0509377-10.2008.4.05.8300 ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO REQUERIDO(A): INSS PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL. REQUERENTE: JOSÉ ZITO DE ASSIS PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário RELATOR PARA ACÓRDÃO: ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO - EMENTA: REVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO 53.831/64 SE APLICA TAMBÉM AOS TRABALHADORES RURAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES APENAS AGRÍCOLAS. REVISÃO DO POSICIONAMENTO DA TNU SOBRE A MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência interposto em face de acórdão proferido pela Turma Recursal de Pernambuco, que manteve sentença de improcedência, negando o cômputo da atividade exercida pela parte autora em destilaria como tempo especial. - Divergência jurisprudencial configurada, uma vez que o acórdão recorrido considerou que a atividade exercida pelo autor, na condição de agricultor em destilaria (agroindústria), conforme anotação em sua CTPS, não seria suficiente para o cômputo da atividade exercida como especial com base no enquadramento na ocupação descrita no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n. 53.831/64 ("trabalhadores na agropecuária"), ao passo que o acórdão indicado como paradigma admitiu explicitamente a consideração do tempo de atividade exclusivamente agrícola como. - A despeito da existência de precedentes em sentido diverso, inclusive desta própria Turma Nacional de Uniformização, a interpretação do significado da ocupação descrita no item 2.2.1, do quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64, necessita ser revista. - A expressão "agropecuária", utilizada na descrição da ocupação prevista no item 2.2.1 do anexo ao Decreto, é empregada amplamente na língua portuguesa para designar um ramo ou gênero de atividades, que pode abranger tanto atividades agrícolas como pecuárias, sem, necessariamente, significar a conjunção necessária de ambas. Aliás, no próprio quadro anexo ao Decreto, a expressão "trabalhadores na agropecuária" está inserida no "campo de aplicação" (gênero) "Agricultura", sem qualquer referência à atividade pecuária. - A interpretação restritiva do significado da expressão não apenas vai de encontro ao significado vernacular do termo, como também, acaso prevalecente, anula por completo a eficácia da norma contida no Decreto, destituindo-a de qualquer utilidade ou aplicação, ao arrepio da regra elementar de hermenêutica de que na lei não há palavras ou expressões inúteis. - A interpretação do significado da ocupação descrita no item 2.2.1 do quadro anexo ao Decreto n. 53.831/64 não pode ser feita sem a compreensão de que as ocupações relacionadas no referido Decreto se destinavam exclusivamente ao cômputo do tempo de serviço dos trabalhadores vinculados à Previdência Social Urbana, não se aplicando aos segurados vinculados à Previdência Rural (Lei Complementar n. 11/71), cujo regime não previa sequer aposentadoria especial ou por tempo de contribuição, e, por conseguinte, o cômputo de tempo de contribuição especial. A ocupação descrita no item 2.2.1 do quadro anexo ao referido Decreto ("Trabalhadores na agropecuária") somente se aplicava às atividades exercidas pela única categoria de trabalhadores rurais vinculados à Previdência Social Urbana: os trabalhadores empregados das empresas agroindustriais e empresas agrocomerciais, conforme art. 5º, VIII e IX, do Decreto n. 83.081/79. - Logo, a prevalecer a técnica de interpretação de que a expressão "agropecuária" significa a conjunção necessária das atividades agrícolas e pecuárias, apenas porque a menção a essas duas atividades consta da descrição da ocupação, chegar-se-ia à conclusão de que o cômputo de atividade especial por enquadramento na ocupação descrita na norma em questão jamais poderá ocorrer, pois as duas atividades referidas nunca poderão ser desempenhadas pela categoria de trabalhadores a que se referem o item 2.2.1 do anexo ao Decreto, uma vez que as empresas "agroindustriais" ou "agrocomerciais", segundo interpretação também literal e restritiva de suas nomenclaturas, não possuem atividade pecuária, mas apenas agrícola e industrial (usinas de açúcar, destilarias, etc.), ou agrícola e comercial. - A impossibilidade de a única categoria de trabalhadores rurais com direito à contagem de tempo de serviço especial (empregados de empresas agroindustriais e agrocomerciais, inculados ao regime da previdência social urbana) se enquadrarem na interpretação do significado da ocupação descrita no item 2.2.1 do quadro anexo ao Decreto n. 53.831/64, que preconiza a necessidade do exercício conjugado da atividade agrícola com a pecuária, demonstra o desacerto da exegese, pois atribui à norma significado que a torna completamente destituída de aplicabilidade. - Por outro lado, não se pode atribuir à expressão "agrocomercial" significado mais abrangente, para alcançar também empresas com exploração de atividade pecuária, sem violar justamente o critério em que se fundamentou a interpretação restritiva da expressão "trabalhadores em agropecuária" - a literalidade da nomenclatura - sob pena de se dar, a um mesmo peso, duas medidas. Ou bem se entende que a expressão "trabalhadores na agropecuária" designa um gênero que pode abranger tanto trabalhadores apenas agrícolas como trabalhadores na pecuária, e que empresas "agrocomerciais" também designa um gênero que abrange tanto as empresas exploram atividade agrícola como pecuária, ou, a se adotar a técnica de interpretação restritiva proposta para o termo "trabalhadores na agropecuária", deve-se concluir que não haverá atividade pecuária para ser exercida pelos empregados de empresas agrocomerciais, e que a previsão contida no Decreto não possuía nenhuma eficácia normativa. - Revisão da interpretação adotada por esta Tuma Nacional de Uniformização, fixando entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64, também se aplica aos trabalhadores que exercem atividades exclusivamente na agricultura como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial. - Incidente parcialmente provido, para reformar o acórdão recorrido no tocante à interpretação do Decreto n. 53.831/64 e devolver os autos à Turma Recursal de origem para complementação do julgamento. ACÓRDÃO. Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator. Brasília/DF, 04 de junho de 2014".

9. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e improvido, mantendo-se o acórdão proferido pela Turma Recursal de origem.

ACÓRDÃO

Acordam os membros dessa Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Brasília, 06 de agosto de 2014.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 0525551-60.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ MILTON DOS SANTOS MELO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO LABORADO EM ATIVIDADE RURAL CONSIDERADO COMO TEMPO ESPECIAL PARA FINS DE CONVERSÃO EM TEMPO COMUM. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO PARTE AUTORA PROVIDO PELA TURMA RECURSAL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO 53.831/64 TAMBÉM APLICADO AOS TRABALHADORES RURAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES APENAS AGRÍCOLAS. REVISÃO DO POSICIONAMENTO DA TNU SOBRE A MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1.Cuida-se de ação previdenciária em que a parte autora pleiteia o reconhecimento de tempo de serviço prestado em atividade especial, com a consequente conversão em tempo comum e a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

2.A Autarquia, ora Recorrente, pretende a reforma do acórdão vergastado que reformou a sentença de improcedência do pedido ao dar provimento ao recurso do autor.

3.O MM. Juiz Federal Relator, no V. Acórdão asseverou que nos termos do item 2.2.1 do quadro anexo do Decreto n. 53.831/64, o trabalho em atividade agropecuária, que engloba também a atividade na agricultura, desde que tenha sido prestada em empresa agroindustrial ou agrocomercial, pode ser considerado especial. Observou que uma parte dos períodos de trabalho pleiteados pelo autor ocorreu durante a vigência do Decreto n. 53.831/64, de modo que seu enquadramento como atividade especial se impõe durante o período de vigência do Decreto, de 25/03/1964 até 28/04/1995, em observância à legislação aplicável à época.

4.Traz como paradigmas julgados do Superior Tribunal de Justiça - STJ e da Turma Recursal de São Paulo. Alega o Recorrente que, de um lado, a TR/PE no acórdão recorrido, acolhe a tese de que a atividade na agricultura está enquadrada como especial por força do item 2.2.1 do Decreto n. 53.831/64. Por outro lado, o STJ e a TR/SP, em sentido oposto, entendem que a referida norma possibilitava o enquadramento como especial apenas do tempo trabalhado na agropecuária, não se aplicando ao segurado que trabalhou somente na agricultura.

5.A Autarquia interpôs Pedido de Uniformização, com fundamento no artigo 14, §2º da Lei 10.259/2001.

6.Demonstrada a divergência requer a Autarquia, ora Recorrente, que seja o Incidente de Uniformização conhecido e provido, reformando-se o acórdão recorrido para julgar improcedente o pedido.

7.O incidente, tempestivo, foi admitido pela Turma Recursal de origem. Autos encaminhados ao Presidente dessa Turma Nacional de Uniformização e distribuídos a esta Relatora.

8.O presente Pedido de Uniformização deve ser conhecido.

9.No mérito, aponto que essa Turma Nacional já apreciou a matéria controvertida nos autos, cujo julgamento foi resultado de exaustivo debate, conforme voto proferido nos autos do precedente PEDILEF 0509377-10.2008.4.05.8300, cujas termos lá expostos são utilizados como razões para decidir esta ação, a saber: "PROCESSO: 0509377-10.2008.4.05.8300 ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO REQUERIDO(A): INSS PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL. REQUERENTE: JOSÉ ZITO DE ASSIS PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA ASSUNTO: Averbação/cômputo/conversão de tempo de serviço especial - Tempo de Serviço - Direito Previdenciário RELATOR PARA **ACÓRDÃO: ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO - EMENTA: REVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO 53.831/64 SE APLICA TAMBÉM AOS TRABALHADORES RURAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES APENAS AGRÍCOLAS. REVISÃO DO POSICIONAMENTO DA TNU SOBRE A MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - TRATA-SE DE INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INTERPOSTO EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELA TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO, QUE MANTEVE SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, NEGANDO O CÔMPUTO DA ATIVIDADE EXERCIDA PELA PARTE AUTORA EM DESTILARIA COMO TEMPO ESPECIAL. - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CONFIGURADA, UMA VEZ QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO CONSIDEROU QUE A ATIVIDADE EXERCIDA PELO AUTOR, NA CONDIÇÃO DE AGRICULTOR EM DESTILARIA (AGROINDÚSTRIA), CONFORME ANOTAÇÃO EM SUA CTPS, NÃO SERIA SUFICIENTE PARA O CÔMPUTO DA ATIVIDADE EXERCIDA COMO ESPECIAL COM BASE NO ENQUADRAMENTO NA OCUPAÇÃO DESCRITA NO ITEM 2.2.1 DO ANEXO AO DECRETO N. 53.831/64 ("TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA"), AO PASSO QUE O ACÓRDÃO INDICADO COMO PARADIGMA ADMITIU EXPLICITAMENTE A CONSIDERAÇÃO DO TEMPO DE ATIVIDADE EXCLUSIVAMENTE AGRÍCOLA COMO. - A DESPEITO DA EXISTÊNCIA DE PRECEDENTES EM SENTIDO DIVERSO, INCLUSIVE DESTA PRÓPRIA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, A INTERPRETAÇÃO DO SIGNIFICADO DA OCUPAÇÃO DESCRITA NO ITEM 2.2.1, DO QUADRO ANEXO AO DECRETO N.º 53.831/64, NECESSITA SER REVISTA. - A EXPRESSÃO "AGROPECUÁRIA", UTILIZADA NA DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO PREVISTA NO ITEM 2.2.1 DO ANEXO AO DECRETO, É EMPREGADA AMPLAMENTE NA LÍNGUA PORTUGUESA PARA DESIGNAR UM RAMO OU GÊNERO DE ATIVIDADES, QUE PODE ABRANGER TANTO ATIVIDADES AGRÍCOLAS COMO PECUÁRIAS, SEM, NECESSARIAMENTE, SIGNIFICAR A CONJUNÇÃO NECESSÁRIA DE AMBAS. ALIÁS, NO PRÓPRIO QUADRO ANEXO AO DECRETO, A EXPRESSÃO "TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA" ESTÁ INSERIDA NO "CAMPO DE APLICAÇÃO" (GÊNERO) "AGRICULTURA", SEM QUALQUER REFERÊNCIA À ATIVIDADE PECUÁRIA. - A INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO NÃO APENAS VAI DE ENCONTRO AO SIGNIFICADO VERNACULAR DO TERMO, COMO TAMBÉM, ACASO PREVALECENTE, ANULA POR COMPLETO A EFICÁCIA DA NORMA CONTIDA NO DECRETO, DESTITUINDO-A DE QUALQUER UTILIDADE OU APLICAÇÃO, AO ARREPIO DA REGRA ELEMENTAR DE HERMENÊUTICA DE QUE NA LEI NÃO HÁ PALAVRAS OU EXPRESSÕES INÚTEIS. - A INTERPRETAÇÃO DO SIGNIFICADO DA OCUPAÇÃO DESCRITA NO ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO N. 53.831/64 NÃO PODE SER FEITA SEM A COMPREENSÃO DE QUE AS OCUPAÇÕES RELACIONADAS NO REFERIDO DECRETO SE DESTINAVAM EXCLUSIVAMENTE AO CÔMPUTO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS TRABALHADORES VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA, NÃO SE APLICANDO AOS SEGURADOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA RURAL (LEI COMPLEMENTAR N. 11/71), CUJO REGIME NÃO PREVIA SEQUER APOSENTADORIA ESPECIAL OU POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E, POR CONSEGUINTE, O CÔMPUTO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL. A OCUPAÇÃO DESCRITA NO ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO REFERIDO DECRETO ("TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA") SOMENTE SE APLICAVA ÀS ATIVIDADES EXERCIDAS PELA ÚNICA CATEGORIA DE TRABALHADORES RURAIS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA: OS TRABALHADORES EMPREGADOS DAS EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS E EMPRESAS AGROCOMERCIAIS, CONFORME ART. 5º, VIII E IX, DO DECRETO N. 83.081/79. - LOGO, A PREVALECER A TÉCNICA DE INTERPRETAÇÃO DE QUE A EXPRESSÃO "AGROPECUÁRIA" SIGNIFICA A CONJUNÇÃO NECESSÁRIA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS, APENAS PORQUE A MENÇÃO A ESSAS DUAS ATIVIDADES CONSTA DA DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO, CHEGAR-SE-IA À CONCLUSÃO DE QUE O CÔMPUTO DE ATIVIDADE ESPECIAL POR ENQUADRAMENTO NA OCUPAÇÃO DESCRITA NA NORMA EM QUESTÃO JAMAIS PODERÁ OCORRER, POIS AS DUAS ATIVIDADES REFERIDAS NUNCA PODERÃO SER DESEMPENHADAS PELA CATEGORIA DE TRABALHADORES A QUE SE REFEREM O ITEM 2.2.1 DO ANEXO AO DECRETO, UMA VEZ QUE AS EMPRESAS "AGROINDUSTRIAIS" OU "AGROCOMERCIAIS", SEGUNDO INTERPRETAÇÃO TAMBÉM LITERAL E RESTRITIVA DE SUAS NOMENCLATURAS, NÃO POSSUEM ATIVIDADE PECUÁRIA, MAS APENAS AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (USINAS DE AÇÚCAR, DESTILARIAS, ETC.), OU AGRÍCOLA E COMERCIAL. - A IMPOSSIBILIDADE DE A ÚNICA CATEGORIA DE TRABALHADORES RURAIS COM DIREITO À CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL (EMPREGADOS DE EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS E AGROCOMERCIAIS, INCULADOS AO REGIME DA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA) SE ENQUADRAREM NA INTERPRETAÇÃO DO SIGNIFICADO DA OCUPAÇÃO DESCRITA NO ITEM 2.2.1 DO QUADRO ANEXO AO DECRETO N. 53.831/64, QUE PRECONIZA A NECESSIDADE DO EXERCÍCIO CONJUGADO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM A PECUÁRIA, DEMONSTRA O DESACERTO DA EXEGESE, POIS ATRIBUI À NORMA SIGNIFICADO QUE A TORNA**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COMPLETAMENTE DESTITUÍDA DE APLICABILIDADE. - POR OUTRO LADO, NÃO SE PODE ATRIBUIR À EXPRESSÃO "AGROCOMERCIAL" SIGNIFICADO MAIS ABRANGENTE, PARA ALCANÇAR TAMBÉM EMPRESAS COM EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE PECUÁRIA, SEM VIOLAR JUSTAMENTE O CRITÉRIO EM QUE SE FUNDAMENTOU A INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DA EXPRESSÃO "TRABALHADORES EM AGROPECUÁRIA" - A LITERALIDADE DA NOMENCLATURA - SOB PENA DE SE DAR, A UM MESMO PESO, DUAS MEDIDAS. OU BEM SE ENTENDE QUE A EXPRESSÃO "TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA" DESIGNA UM GÊNERO QUE PODE ABRANGER TANTO TRABALHADORES APENAS AGRÍCOLAS COMO TRABALHADORES NA PECUÁRIA, E QUE EMPRESAS "AGROCOMERCIAIS" TAMBÉM DESIGNA UM GÊNERO QUE ABRANGE TANTO AS EMPRESAS EXPLORAM ATIVIDADE AGRÍCOLA COMO PECUÁRIA, OU, A SE ADOTAR A TÉCNICA DE INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA PROPOSTA PARA O TERMO "TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA", DEVE-SE CONCLUIR QUE NÃO HAVERÁ ATIVIDADE PECUÁRIA PARA SER EXERCIDA PELOS EMPREGADOS DE EMPRESAS AGROCOMERCIAIS, E QUE A PREVISÃO CONTIDA NO DECRETO NÃO POSSUÍA NENHUMA EFICÁCIA NORMATIVA. - REVISÃO DA INTERPRETAÇÃO ADOTADA POR ESTA TUMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO, FIXANDO ENTENDIMENTO DE QUE A EXPRESSÃO "TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA", CONTIDA NO ITEM 2.2.1 DO ANEXO DO DECRETO N. 53.831/64, TAMBÉM SE APLICA AOS TRABALHADORES QUE EXERCEM ATIVIDADES EXCLUSIVAMENTE NA AGRICULTURA COMO EMPREGADOS EM EMPRESAS AGROINDUSTRIAIS E AGROCOMERCIAIS, FAZENDO JUS OS EMPREGADOS DE TAIS EMPRESAS AO CÔMPUTO DE SUAS ATIVIDADES COMO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. - INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO, PARA REFORMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO NO TOCANTE À INTERPRETAÇÃO DO DECRETO N. 53.831/64 E DEVOLVER OS AUTOS À TURMA RECURSAL DE ORIGEM PARA COMPLEMENTAÇÃO DO JULGAMENTO. ACÓRDÃO. ACORDAM OS MEMBROS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO-EMENTA DO RELATOR.

Brasília/DF, 04 de junho de 2014."

10. Pedido de Uniformização Jurisprudencial conhecido e improvido, mantendo-se o acórdão proferido pela Turma Recursal de origem.

ACÓRDÃO

Acordam os membros dessa Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, por maioria, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Pedido de Uniformização, nos termos do presente voto-ementa.

Brasília, 06 de agosto de 2014.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 2009.70.55.002959-4
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: FABIANA CRISTINA SARTORETTO
PROC./ADV.: RAFAEL PELLIZZETTI
OAB: PR-38 483
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO

EMENTA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. CONTRADIÇÃO ENTRE O EMENTA E O PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. VÍCIO EXISTENTE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA PELA TURMA RECURSAL DO PARANÁ. EMBARGOS CONHECIDOS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N.º 22 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1.Cuida-se de pedido de concessão de auxílio-acidente, cuja sentença de improcedência foi mantida pela Turma Recursal do Paraná.

2.Em 16/08/2012, o Incidente de uniformização interposto pela parte autora, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001, foi julgado e o resultado proclamado foi de que o incidente não foi conhecido sob o fundamento de que se pretendia o reexame da matéria fática.

3.No entanto, o descritivo no voto-ementa não condiz com o pleito, caracterizando mero erro material, não alterando o resultado do julgamento.

4.Não há, na verdade, contradição, mas mero erro material, uma vez que, na essência do julgamento, qual seja, que do cotejo analítico entre o acórdão vergastado e os paradigmas não foi vislumbrada a similitude fático-jurídica foi mantida. Inteligência da Súmula n.º 22 da TNU.

5. A parte autora aduziu, em síntese, que é irrelevante o percentual de redução da capacidade laborativa, bastando para a obtenção do benefício a comprovação da redução, qualquer que seja o grau, ainda que mínimo.

6.No caso em tela, conforme laudo pericial, não houve redução da capacidade laborativa, concluindo que a parte autora está apta a trabalhar.

7. Pedido de Uniformização com nítido caráter de reexame da matéria fática-probatório. Inadmissibilidade. Súmula n.º 42 da TNU.

8.Embargos rejeitados.

ACÓRDÃO

Acordam os membros desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, por unanimidade, REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos deste voto-ementa, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem.

Brasília, 17 de maio de 2013.

MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO
Juiza Federal Relator

PROCESSO: 5003652-33.2011.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOÃO BATISTA DE VIVEIROS PRIMO
PROC./ADV.: JUCÉLIO DA SILVA
OAB: SC 9.105
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

EMENTA:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. AUXÍLIO-DOENÇA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PARCIALMENTE REFORMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM DECISÃO PROFERIDA PELA 5.ª TURMA RECURSAL DE SÃO PAULO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO COM FIXAÇÃO DA DATA DE SUA CESSAÇÃO. ALTA PROGRAMADA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. TNU - SÚMULA N.º 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

- O incidente de uniformização tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou Superior Tribunal de Justiça.

- Mas não se conhece do incidente de uniformização que apenas refere, sem juntar, junta sem referir, ou faz transcrição de ementas ou precedentes sem demonstrar as circunstâncias identificadoras da divergência, ou sem fazer o cotejo analítico entre as questões conflitantes (PEDILEF n.º 200381100016269, Rel. Juiz Federal Ivori Luis da Silva Scheffer, DJ 1.º mar. 2010), ou ainda, que implique o reexame de fatos ou prova (TNU - Súmula n.º 42).

- Hipótese na qual o recorrente alega que o acórdão da Turma Recursal de origem, reformando parcialmente sentença de improcedência para conceder o benefício de auxílio-doença prefixando a data de sua cessação, divergiu de decisão proferida pela 5.ª Turma Recursal de São Paulo, no sentido de que a cessação do benefício somente deve ocorrer se, depois de efetuada a reavaliação, não for constatada a manutenção da situação incapacidade, sem fazer o necessário cotejo analítico e invocando "depoimentos testemunhais que corroboram as provas materiais juntadas aos autos".

- Pedido de uniformização não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do Pedido de Uniformização, nos termos deste voto-ementa.

Brasília (DF), 17 de abril de 2013.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2007.71.50.030893-6
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RUMILDO LAZARO LATOCZINSKI
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
OAB: RS-33559
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA

EMENTA:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. APURAÇÃO DA RMI. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA MANTIDA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO SUL. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cabem embargos declaratórios quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade, contradição ou omissão, inclusive para fins de prequestionamento.

- O recorrente alega a existência de omissão no acórdão, argumentando que a decisão da TNU não se manifestou sobre matéria discutida no Incidente de Uniformização.

- Situação em que o Colegiado não entendeu presentes os requisitos de cabimento dos embargos de declaração, mantendo o não conhecimento do incidente de uniformização.

- Embargos de Declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Juízes da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em NÃO CONHECER dos Embargos de Declaração, nos termos deste voto-ementa.

Brasília (DF), 17 de abril de 2013.

JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA
Juiz Federal Relator

DECISÕES(*)

PROCESSO: 0508606-75.2007.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: BENTO LIRA DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: FRANCISCO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
OAB: PB-3 530
REQUERENTE: RAFAEL LIRA DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: FRANCISCO MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
OAB: PB-3 530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo interposto pela parte ora requerente como o incidente constante do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 7 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído no DOU, de 10-10-2014, Seção 1, página 187, com incorreção no original.

PROCESSO: 0504954-13.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: GABRIEL DA SILVA LOBÃO
PROC./ADV.: CÍCERO ANTÔNIO LIRA DE ARAUJO OAB: SE-461-A
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL SE SERGIPE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo de instrumento pela parte ora requerente como o incidente constante do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído no DOU, de 3-10-2014, Seção 1, página 160, com incorreção no original.

PROCESSO: 5001316-43.2013.4.04.7118
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NILSE LACÍ DA ROSA
PROC./ADV.: EDMILSO MICHELON
OAB: RS-36152
PROC./ADV.: KARLA SCHWERZ
OAB: RS-61 344
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, em razão da alegada violação ao processo legal, encontra óbice no enunciado da Súmula 43/TNU, segundo a qual "não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual."

Ademais, verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acór-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

dão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Por fim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 2 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

(*) Republicado por ter saído no DOU, Seção 1, página 286, de 17-10-2014 com incorreção no original.

PROCESSO: 0004064-83.2009.4.01.4200
ORIGEM: RR- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PFN
REQUERIDO (A): MILTON DE BARROS
PROC./ADV.: GLENER DOS SANTOS OLIVA OAB: RR 431
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado contra acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Roraima que, mantendo a sentença, acolheu pedido de ilegalidade de incidência de imposto de renda sobre o abono de permanência, diante do reconhecimento do caráter indenizatório da verba.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU e de turmas recursais de outras regiões, segundo o qual incide o imposto de renda sobre o abono de permanência.
É, no essencial, o relatório.
O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.268.154/SC, representativo da controvérsia, firmou o entendimento nos seguintes termos:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. ORIENTAÇÃO FIRMADA EM DEMANDA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DE RECURSOS REPETITIVOS (ART. 543-C DO CPC).
1. Incide imposto de renda sobre abono de permanência, uma vez que este possui natureza remuneratória, caracterizando acréscimo patrimonial em benefício do trabalhador que permanece em atividade, mesmo após completado os requisitos legais para a concessão da aposentadoria. Matéria firmada no julgamento do REsp n.º 1.119.556/PE, submetido à sistemática dos recursos repetitivos.
2. Recurso especial provido.
Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência do STJ, no sentido da incidência do imposto de renda sobre o abono de permanência.
Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.
Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002136-07.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ZULMA MARTINOVICZ
PROC./ADV.: MARCOS AURÉLIO ROSA OAB: SC-30 801
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a repetição do IRPF sobre a pensão do ex-combatente, assentando que "conforme documentação que instrui a inicial (evento 1 - OUT5), o benefício da pensão especial do marido da autora deu-se com fundamento no art. 30 da Lei 4.242/63".
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 201071650015561:
"TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. A União pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, afastou a incidência de imposto de renda sobre pensão especial de ex-combatente da FEB e determinou a restituição dos valores retidos, observada a prescrição quinquenal. Alega que apenas o ex-combatente portador de sequela física ou psicológica da guerra faz jus à isenção do imposto de renda. Apontou como paradigma o acórdão proferido por esta Turma no Pedilef 2007.72.57.002736-7.
2. O Superior Tribunal de Justiça e esta Turma de Uniformização firmaram o entendimento de que a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez. Precedentes do STJ (EDcl no AgRg no REsp 957.455/RS, 1ª Turma, relator o Sr. Ministro Luiz Fux, e o REsp 1.264.923/RS, 2ª Turma, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques) e desta Turma (Pedilef 050066179.2008.4.05.8401, relator o Sr. Juiz Antônio Schenkel e Pedilef 2007.72.57.002736-7, relatora a Srª Juíza Joana Carolina Pereira)
3. A aposentadoria especial de ex-combatente concedida nos termos no art. 53, II, do ADCT/88 não possui natureza indenizatória, tendo em vista que independe da ocorrência de dano.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. O Presidente deste Colegiado poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24-10-2011.
6. Pedido de uniformização provido para julgar improcedente o pedido inicial."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003820-64.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NILDA DE ASSIS
PROC./ADV.: MARCOS AURÉLIO ROSA OAB: SC-30 801
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a repetição do IRPF sobre a pensão do ex-combatente, assentando que "compulsando os autos, vê-se que a reforma do instituidor da pensão foi deferida com fundamento na Lei n. 4.242/63 à ex-combatente da FEB. Essa situação é comprovada pelos documentos acostados ao evento 1, OUT6".
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 201071650015561:
"TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. A União pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, afastou a incidência de imposto de renda sobre pensão especial de ex-combatente da FEB e determinou a restituição dos valores retidos, observada a prescrição quinquenal. Alega que apenas o ex-combatente portador de sequela física ou psicológica da guerra faz jus à isenção do imposto de renda. Apontou como paradigma o acórdão proferido por esta Turma no Pedilef 2007.72.57.002736-7.
2. O Superior Tribunal de Justiça e esta Turma de Uniformização firmaram o entendimento de que a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez. Precedentes do STJ (EDcl no AgRg no REsp 957.455/RS, 1ª Turma, relator o Sr. Ministro Luiz Fux, e o REsp 1.264.923/RS, 2ª Turma, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques) e desta Turma (Pedilef 050066179.2008.4.05.8401, relator o Sr. Juiz Antônio Schenkel e Pedilef 2007.72.57.002736-7, relatora a Srª Juíza Joana Carolina Pereira)
3. A aposentadoria especial de ex-combatente concedida nos termos no art. 53, II, do ADCT/88 não possui natureza indenizatória, tendo em vista que independe da ocorrência de dano.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. O Presidente deste Colegiado poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24-10-2011.
6. Pedido de uniformização provido para julgar improcedente o pedido inicial."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002135-22.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NADY VIEIRA
PROC./ADV.: MARCOS AURÉLIO ROSA OAB: SC-30 801
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a repetição do IRPF sobre a pensão do ex-combatente, assentando que "consta dos autos, ainda, que o ex-combatente foi beneficiado pela pensão especial prevista no art. 30, da Lei n. 4.242/63, a partir de 1º/10/1981 (OUT5, evento 1).".
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 201071650015561:
"TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. A União pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, afastou a incidência de imposto de renda sobre pensão especial de ex-combatente da FEB e determinou a restituição dos valores retidos, observada a prescrição quinquenal. Alega que apenas o ex-combatente portador de sequela física ou psicológica da guerra faz jus à isenção do imposto de renda. Apontou como paradigma o acórdão proferido por esta Turma no Pedilef 2007.72.57.002736-7.
2. O Superior Tribunal de Justiça e esta Turma de Uniformização firmaram o entendimento de que a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez. Precedentes do STJ (EDcl no AgRg no REsp 957.455/RS, 1ª Turma, relator o Sr. Ministro Luiz Fux, e o REsp 1.264.923/RS, 2ª Turma, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques) e desta Turma (Pedilef 050066179.2008.4.05.8401, relator o Sr. Juiz Antônio Schenkel e Pedilef 2007.72.57.002736-7, relatora a Srª Juíza Joana Carolina Pereira)
3. A aposentadoria especial de ex-combatente concedida nos termos no art. 53, II, do ADCT/88 não possui natureza indenizatória, tendo em vista que independe da ocorrência de dano.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. O Presidente deste Colegiado poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24-10-2011.
6. Pedido de uniformização provido para julgar improcedente o pedido inicial."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001706-34.2013.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSE BERNARDINO COELHO
PROC./ADV.: MARCOS AURÉLIO ROSA OAB: SC-30 801
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, concedeu a repetição do IRPF sobre a pensão do ex-combatente, assentando que "no caso dos autos, conforme Apostila ao Título de Pensão anexada (ANEXO2 - evento 15), o autor teve deferido o benefício de pensão especial, em 19-08-1982, com base no art. 30 da Lei n. 4.242/63".
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

nesta Turma Nacional, evidenciada no julgamento do PEDILEF 201071650015561:
"TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.
1. A União pretende a modificação do acórdão que, confirmando a sentença por seus próprios fundamentos, afastou a incidência de imposto de renda sobre pensão especial de ex-combatente da FEB e determinou a restituição dos valores retidos, observada a prescrição quinquenal. Alega que apenas o ex-combatente portador de sequela física ou psicológica da guerra faz jus à isenção do imposto de renda. Apontou como paradigma o acórdão proferido por esta Turma no Pedilef 2007.72.57.002736-7.
2. O Superior Tribunal de Justiça e esta Turma de Uniformização firmaram o entendimento de que a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez. Precedentes do STJ (EDcl no AgRg no REsp 957.455/RS, 1ª Turma, relator o Sr. Ministro Luiz Fux, e o REsp 1.264.923/RS, 2ª Turma, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques) e desta Turma (Pedilef 050066179.2008.4.05.8401, relator o Sr. Juiz Antônio Schenkel e Pedilef 2007.72.57.002736-7, relatora a Srª Juíza Joana Carolina Pereira)
3. A aposentadoria especial de ex-combatente concedida nos termos no art. 53, II, do ADCT/88 não possui natureza indenizatória, tendo em vista que independe da ocorrência de dano.
4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
5. O Presidente deste Colegiado poderá determinar que todos os processos que versarem sobre esta mesma questão de direito material sejam automaticamente devolvidos para as respectivas Turmas Recursais de origem, antes mesmo da distribuição do incidente de uniformização, para que confirmem ou adequem o acórdão recorrido. Aplicação do art. 7º, VII, "a", do regimento interno da TNU, com a alteração aprovada pelo Conselho da Justiça Federal em 24-10-2011.
6. Pedido de uniformização provido para julgar improcedente o pedido inicial."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002531-02.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ELIANA ROSA DE OLIVEIRA CALAGE
PROC./ADV.: FELISBERTO VILMAR CARDOSO OAB: SC-6608
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001481-29.2013.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VILMAR ADALBERTO SCHMDKE
PROC./ADV.: FELIPE RAMOS MELEGO OAB: SC-19146
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, mantendo a sentença, reconheceu indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001058-40.2011.4.04.7203
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALDOMIRO ANGELO SARI
PROC./ADV.: FERNANDO SOTTO MAIOR CARDOSO OAB: SC-21 623
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008620-12.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA REGINA PELICIOLLI
PROC./ADV.: DIONATO PONTES OAB: SC-27822
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5018337-14.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARVALHO FILHO
PROC./ADV.: MAYKON FELIPE DE MELO OAB: SC-20373
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012356-38.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CÉSAR DO CANTO MACHADO
PROC./ADV.: ALEXANDRE SANTANA OAB: SC 14.313
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001581-90.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SORAIA DE PELGRIN MATOS MENEZES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou SELIC, a depender do caso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5019286-38.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JAIME JOSE DA SILVEIRA VIEIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE SANTANA OAB: SC 14.313

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016903-87.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LOURIVAL DA SILVA
PROC./ADV.: SILVANA COLUSSI OAB: SC-20526

DECISÃO

Trata-se de incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, reformando a sentença, alterou a fórmula de cálculo do indébito tributário.
É, no essencial, o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) a atualização monetária do indébito pelos índices constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, em sentido oposto ao acórdão vergastado, que fez incidir BTN/INPC ou a SELIC, a depender do caso.
Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501170-05.2011.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LIDUINA LEONIDAS TRAPIÁ
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE-20 860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu equiparação entre ativos e inativos no tocante ao valor de gratificação GDPGPE.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal, evidenciada no julgamento do(a) RE 631.389:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas."
Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516928-36.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VERA LÚCIA ANDRADE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE-20 860

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu equiparação entre ativos e inativos no tocante ao valor de gratificação GDPGPE.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal, evidenciada no julgamento do(a) RE 631.389:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas."
Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500481-43.2011.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): REGINA LUCIA DA SILVA
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE 18.185

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu equiparação entre ativos e inativos no tocante ao valor de gratificação GDPGPE.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante no Supremo Tribunal Federal, evidenciada no julgamento do(a) RE 631.389:
"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO - GDPGPE - LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação - 80 - no tocante a inativos e pensionistas."
Destarte, incide, mutatis mutandis, o óbice da Questão de Ordem 24/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500628-47.2012.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARLY SOUTO DE ARAUJO LUCENA
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491
PROC./ADV.: WAGNER GERALDO DA SILVA OAB: RN-5 761
PROC./ADV.: TATIELY CORTÊS TEIXEIRA OAB: RN-9002

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, reconheceu o enquadramento do(a) professor(a) universitário(a) no padrão da classe de Professor Titular, bem como a pagar as diferenças resultantes.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se que não há similitude entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Os paradigmas acostados referem-se a casos de reunião dos requisitos da inatividade em momento posterior à revogação do art. 192, I, da Lei 8.112?90, ao passo que o acórdão vergastado assentou:
"Na lide em exame, a parte autora aposentou-se ainda sob a égide do art. 192, inc. I, da Lei n. 8.112/90, passando a receber os proventos de Professor Titular, classe imediatamente superior a que ocupava na ocasião, qual seja, a de Professor Adjunto IV."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507639-36.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SOLANGE MARÍLIA BEZERRA FURTADO
PROC./ADV.: ANDREIA ARAÚJO MUNEMASSA OAB: RN-491

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, reconheceu o enquadramento do(a) professor(a) universitário(a) no padrão da classe de Professor Titular, bem como a pagar as diferenças resultantes.
É, no essencial, o relatório.
Não assiste razão à parte requerente.
Verifica-se que não há similitude entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. Os paradigmas acostados referem-se a casos de reunião dos requisitos da inatividade em momento posterior à revogação do art. 192, I, da Lei 8.112?90, ao passo que o acórdão vergastado assentou:
"Na lide em exame, a parte autora aposentou-se ainda sob a égide do art. 192, inc. I, da Lei n. 8.112/90, passando a receber os proventos de Professor Titular, classe imediatamente superior a que ocupava na ocasião, qual seja, a de Professor Adjunto IV."
Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5046447-32.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VANDERLI LOPES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:MARCO AURÉLIO RIBEIRO OAB: RS 55.244
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 5000170-09.2013.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MAGALI CLELIA ROSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:ALDO BATISTA SOARES NOGUEIRA
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 5009290-13.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: VILSON EDUARDO GAPAROTTO LEMOS
PROC./ADV.:ALDO BATISTA SOARES NOGUEIRA
PROC./ADV.:HILTON SOARES NOGUEIRA OAB: RS 83.133
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 5010198-87.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JUSSARA REGINA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.:NILCE LOURDES KAPPES OAB: RS 12.141
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 5010159-90.2014.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: CLENI DE LIMA ZUIRTES
PROC./ADV.:MARIA SILÉSIA PEREIRA OAB: RS 33.075
PROC./ADV.:MELISSA PEREIRA OAB: RS 59.469
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 0502213-89.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ROSALI RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o requisito da incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, ficou convencida da capacidade laborativa no caso concreto.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000536-45.2013.4.04.7105
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ROSANA OLIVEIRA DA ROSA
PROC./ADV.: JULIANA MATZENBACKEROAB: RS 76.702
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, do exame dos autos, verifica-se que o Pedido de Uniformização interposto pela parte requerente é intempestivo. Isso porque, consoante o art. 13 do RITNU o prazo para interposição do referido incidente é de dez dias contados da publicação do acórdão que se pretende impugnar.

A parte requerente teve ciência do acórdão recorrido em 23.8.2013 e o incidente de uniformização somente foi interposto em 6.9.2013, quando já ultrapassado o prazo legal.

Ainda que assim não fosse, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 50043050-4.2012.4.04.7103
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANA SANTANA DUZAQUES
PROC./ADV.: MANOEL DA ROSA FREITAS NETOOAB: RS 42.346
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, decidiram que a parte autora não tem direito ao benefício pleiteado, pela não comprovação da incapacidade laboral.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2.014.

PROCESSO: 0511736-03.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: THEOGENES RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GERALDO LEITE OAB: CE-11873
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que a patologia sofrida pelo autor não lhe traz impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que obstruam a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, estando o autor apto ao exercício de atividade laboral, considerando suas condições pessoais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do grau de incapacidade do requerente, entendendo-se como possível enquadrá-lo como merecedor do benefício assistencial tal qual previsão legal, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501153-44.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ALVES DE LIMA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a incapacidade da autora é de natureza temporária.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500487-15.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AVANILDO CORDEIRO DE SOUZA
PROC./ADV.: MÔNICA DE SOUZA ROCHA BARBOSA OAB: PB-11 741

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos de boa-fé por servidor público.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que, porquanto as bases fáticas são distintas, não há similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) trazido(s) à colação, em que o conhecimento do erro pelo servidor acarretou no afastamento da sua boa-fé.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502569-50.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ARNALDO LIMA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o requisito da incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, ficou convencida da capacidade laborativa no caso concreto.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509443-91.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ MARIA CLEMENTE
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a doença portada pelo autor não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502208-67.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VITÓRIA EMILLY VIDAL DE SOUSA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510959-87.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503937-71.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral do autor, nem a sua qualidade de segurado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510371-17.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CLAUDENOR ALVES OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516157-42.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA AUSENIRA SOUSA DE FREITAS
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou comprovada a dependência econômica.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo fático-probatório, concluíram que a parte autora não demonstrou a dependência econômica necessária para a concessão do benefício previdenciário requerido. O acórdão recorrido destaca que "Destarte, no caso de que ora se cuida, cotejados os elementos de prova carreados aos autos, os requisitos para concessão do benefício pleiteado não foram atendidos, vez que a parte autora não logrou êxito em comprovar a dependência econômica em relação ao de cujus.".

Dessa forma, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508528-85.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA FELICIANO DE SOUZA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade laboral do autor.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502170-02.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ COSTA RIBEIRO
PROC./ADV.: JOSÉ NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE-6593
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a incapacidade de longo prazo da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502992-88.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a enfermidade portada pelo autor não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502254-28.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA CLEIA CANUTO
PROC./ADV.: FLÁVIO PONTES COUTINHO OAB: CE-16392

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que a autora/requerida preencheu os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0526859-47.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ISABEL CRISTINA FERREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: JOSE NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE-6593
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora recorrente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma de origem manteve a sentença que julgou improcedente o pedido da parte autora, ao fundamento de que a patologia que acomete a requerente é controlável, não a torna deficiente, não sendo caso, portanto, de deferimento do benefício assistencial pleiteado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas apresentados, mormente porque os paradigmas tratam, inclusive, de matéria totalmente diversa, qual seja, o reconhecimento de tempo de serviço rural.

Assim, conforme Questão de Ordem 22 da TNU, "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5014970-88.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VITÓRIO NECI MARQUES VIEIRA
PROC./ADV.: LUÍS ANDRÉ DA COSTA SILVA OAB: RS-54651

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, o qual, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de auxílio-doença relativo ao período de 26/12/2011 a 13/04/2012.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás de que o regime de economia familiar está restrito à atividade desenvolvida em imóveis de pequena dimensão, inferiores a dois módulos rurais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao enfrentar a matéria, editou a Súmula 30, segundo a qual "Tratando-se de demanda previdenciária, o fato de o imóvel ser superior ao módulo rural não afasta, por si só, a qualificação de seu proprietário como segurado especial, desde que comprovada, nos autos, a sua exploração em regime de economia familiar."

Dessa forma, atrai-se a incidência da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006070-17.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANGELITA MARTINELLI DA SILVA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTA OAB: RS-56506
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença/conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que houve perda da qualidade de segurado.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A Turma Nacional de Uniformização pacificou sua jurisprudência no sentido de que, embora não seja exigível exclusivamente o registro no Ministério do Trabalho, a ausência de anotação laboral na CTPS, CNIS ou a exibição do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho não são suficientes para comprovar a situação de desemprego. Concluiu, assim, que deve haver dilação probatória, por provas documentais e/ou testemunhais, para comprovar tal condição e afastar o exercício de atividade remunerada na informalidade. Nesse sentido: PEDILEF 200870950035921 e PEDILEF 200771950003942.

Referidos julgados, seguindo o entendimento adotado pelo STJ no julgamento da Pet 7.115/PR, decidiram que, embora o registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho seja dispensável para a extensão do período de graça, a simples inexistência de anotação em CTPS ou de registro de novos vínculos no CNIS não provam, por si sós, a situação de desemprego.

Nesse sentido, verifica-se que o entendimento exposto pela Turma de origem está em sintonia com a orientação do STJ, incidindo, deste modo, a Súmula 24 da TNU: Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004594-13.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JAMES FREITAS DE OLIVEIRA
PROC./ADV: RAPHAEL VIEIRA VOLPATO OAB: SC-24739

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

a) Não houve, inexistiu, interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, somente poder ser interrompida uma vez;

c) A prescrição contra a Fazenda Pública, quando interrompida, o que não é o caso, recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu;

d) Observadas as premissas, estão prescritas todas as parcelas que teriam sua prescrição interrompida acaso se considerasse que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010 tivesse o condão de interromper prescrição, o que não é o caso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008158-21.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MILTON CESAR SPINOSA
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

" a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008158-21.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MILTON CESAR SPINOSA
PROC./ADV: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34644

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

" a) não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício por incapacidade mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91, pela publicação do Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010;

b) a prescrição contra a Fazenda Pública somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não comporta seguimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia."

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0524873-58.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SERGISMAR DE FREITAS SERPA
PROC./ADV.: JOSÉ NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE-6593
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Na hipótese em exame, verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca da incapacidade da parte autora, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos, aplicando-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004165-43.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LINDOMAR DIAS
PROC./ADV: RAQUEL DIEGOLI OAB: SC-12288

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda a revisão do salário-de-benefício de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91 e pela Lei 9.876/1999.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que:

"a) O Decreto 6.939 de 18.08.2009 interrompeu a prescrição com vistas à correta aplicação do disposto no artigo 29, inciso II, da Lei n.º 8.213/199;

b) a prescrição somente poder ser interrompida uma vez;

c) a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu,ou seja, a partir de 18.08.2009, fazendo com que:

d) estejam prescritas todas as parcelas cuja prescrição eventualmente foi interrompida."

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF nº 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501585-91.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GEIZO RIBEIRO DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE DE O. ALVES OAB: CE-21259
PROC./ADV.: CHARLES MAIA MENDONÇA OAB: CE-8510
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedente o pedido da inicial para condenar o INSS a tão-só pagar as parcelas atrasadas, assim entendidas as referentes ao período compreendido de 30/1/2007 (data de entrada do requerimento administrativo) a 30/5/2007, e improcedente o pedido de restabelecimento do benefício auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrado o requisito da incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, ficou convencida da capacidade laborativa no caso concreto.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006739-17.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LUCIA DE SOUZA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426
PROC./ADV.: CLEITON MACHADO OAB: SC-28534

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008014-23.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PALMIRA DE OLIVEIRA WISENTAINER
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501524-65.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA RIBEIRO DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe frisar que as instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, dessa forma, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais esta Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF n. 00139766120104014300, firmou entendimento no sentido contrário ao da pretensão do requerente, nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. PROVAS QUE FORAM ADMITIDAS, MAS NÃO FORAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À CONVICÇÃO DOS JULGADORES. QUESTÃO DE ORDEM 22 E SÚMULA 42 DA TNU. PEDILEF NÃO CONHECIDO. O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. O julgamento proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária do Tocantins não apresenta qualquer contrariedade com o julgamento apresentado como paradigma, já que não negou aos documentos apresentados a potencialidade probante desejada pela parte autora da demanda, mas sim que sua força efetiva de comprovação da situação fática subjacente ao direito alegado foi insuficiente ao convencimento dos julgadores, tanto do JEF como da TR-SJTO. Portanto, não há similitude fática e jurídica do paradigma apresentado, porque o julgamento pela TR-SJTO não negou validade às provas apresentadas, mas antes as ponderou, junto a outros elementos dos autos, para considerar não comprovada a situação fática do exercício do labor rural pelo período de carência exigido na hipótese dos autos, de 156 meses. Aqui incide a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "É possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma (Aprovada na 8ª Sessão Ordinária da Turma Nacional de Uniformização, do dia 16.10.2006)." Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU, se vencida a Questão de Ordem 22 da TNU, que diz: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato (Publicada no DJ de 03/11/2011, à página 128)." Assim, voto pelo não conhecimento do Pedilef da parte autora da demanda.

Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501533-16.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCA ALVES DIAS
PROC./ADV: DJACI DO NASCIMENTO SILVA OAB: CE-13014

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, concedeu o benefício assistencial de prestação continuada ao idoso, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009721-50.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROZENI SILVEIRA
PROC./ADV.: MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO OAB: SC-7701

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, afastando a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efei-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

tos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011808-73.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SOLANGE MARIA ALVES
PROC./ADV.: CLAUDIO RENGEL OAB: SC-19 825

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000585-44.2013.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): APARECIDA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: RONALDO PINHO CARNEIRO OAB: SC-0431

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5012456-41.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA PATRÍCIA FUZÃO LAMIN
PROC./ADV.: ROSELI APARECIDA CORREIA OAB: SC-14 562

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001414-52.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EMANOEL JOSÉ MENDES
PROC./ADV.: RAQUEL DIEGOLI OAB: SC-12288

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001574-86.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DEBORA NICOSKI COSTA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000050-18.2013.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MONICA RODRIGUES LOPES
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC 15.426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, afastando a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007649-78.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IGUASSIR TADEU ESTEVAO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, afastando a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5006157-17.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANA PAULA MOREIRA CAMPOS DA SILVA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509724-50.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSE FELIX GOMES
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE-16 650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que a questão da realização de perícia médica por especialista, abordada por paradigmas juntados pela parte requerente, não foi enfrentada no aresto impugnado. Razão pela qual aplica-se na hipótese a Questão de Ordem 10 da TNU, segundo a qual "Não cabe o incidente de uniformização quando a parte que o deduz apresenta tese jurídica inovadora, não ventilada nas fases anteriores do processo e sobre a qual não se pronunciou expressamente a Turma Recursal no acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004008-85.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: CLEUZA NASCIMENTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, verificou que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006656-38.2012.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LORAIR RODRIGUES
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001290-81.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANITA IANZ CAMARGO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5021959-22.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA MADALENA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502674-72.2013.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ALEXSANDRO ALVES VIEIRA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5000738-88.2014.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TERESINHA ODETE COSTA DA SILVA
PROC./ADV.: DOUGLAS DALL CORTIVO DOS SANTO-SOAB: RS-66 427
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5039670-31.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANDERSON LUCAS DA RISA
PROC./ADV.: TATIANA DE SOUZA OLIVEIRA OAB: RS-56438
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050250-86.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA OLGA GONÇALVES DE JESUS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003984-41.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JORGE LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, em razão da ausência da condição de miserabilidade.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503497-73.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS FÁBIO MOREIRA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará, que acolheu o pedido de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte autora preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte faz jus ao benefício postulado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000012-55.2006.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA APARECIDA NUNES GONÇALVES
PROC./ADV.: FABIO GANDOLFI LOPES OAB: SP-250746

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que acolheu o pedido de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte autora preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, verificou que a parte faz jus ao benefício postulado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0055158-36.2009.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VANDELICE de OLIVEIRA
PROC./ADV.: GEORGE HENRIQUE ALVES DANTAS OAB: GO-16812

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que acolheu o pedido de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O acórdão recorrido, após a análise da prova dos autos, verificou que a parte faz jus ao benefício, tendo em vista suas condições pessoais, bem como sua situação física, conforme se verifica:

"[...] as limitações físicas apresentadas pela recorrente aliadas às suas condições pessoais, permitem concluir pelo direito à percepção do benefício de aposentadoria por invalidez, por se mostrar mais adequado ao caso. A recorrente possui idade relativamente avançada (56 anos) e baixa qualificação profissional. Além das limitações físicas impostas pelas sequelas do acidente, que a impedem de exercer atividades que exijam deambulação, também como sequela do evento, em decorrência do arrancamento muscular, apresenta insuficiência vascular superficial [...]"

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001429-55.2012.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LENOIR MACHADO
PROC./ADV.: JANETE SALETE LISBOA DOS SANTOS OAB: SC-20 420

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina, que acolheu o pedido de percepção de acréscimo de 25% no benefício de aposentadoria por invalidez recebido pela autora, tendo em vista as particularidades do caso concreto.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte faz jus ao acréscimo postulado.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000308-91.2008.4.03.6319
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ROSIMEIRE VENÂNCIO
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO GOMES OAB: SP-152639

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo, que acolheu o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que a parte autora preencheu todos os requisitos necessários para tanto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.
O incidente não comporta seguimento.
As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte faz jus ao benefício postulado.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5034066-55.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOCILEIA CUSTODIO FAGUNDES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a parte não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.
É, no essencial, o relatório.
O incidente não comporta seguimento.
As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501362-67.2013.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ VALDIR DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.
É, no essencial, o relatório.
O incidente não comporta seguimento.
As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501990-03.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ALEXANDRE DEMÉTRIO DO AMARAL
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que julgou improcedente o pedido de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte não preencheu todos os requisitos necessários para tanto.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não comporta provimento.
As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado.
Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5052449-52.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VERA MARIA PEREIRA GOMES
PROC./ADV.: VICTOR SERGIO PEREIRA DA ROSA OAB: RS-41 983
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de pensão por morte de filha maior inválida, pela comprovação da dependência econômica.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU segundo a qual não há presunção de dependência econômica de filho maior inválido, pois a invalidez surgiu após a maioridade.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece provimento.
Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 0500518-97.2011.4.05.8300, DOU 6.12.2013, assim decidiu:
PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16, § 4º, DA LEI 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.
3. A discussão posta nesta causa diz respeito ao alcance da presunção a que se refere o § 4º do art. 16 da Lei 8.213/91. Diz a norma que a dependência econômica do cônjuge, companheiro, filho menor de 21 anos ou maior inválido ou ainda que tenha deficiência intelectual ou mental em relação ao segurado instituidor da pensão é presumida. Essa presunção só pode ser a presunção simples, relativa, já que não qualificada pela lei. Não tendo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a mencionada presunção relativa da dependência econômica.
4. A questão já havia sido decidida recentemente nesta Turma, no Pedilef 2010.70.61.001581-0 (DJ 11-10-2012), relator para o acórdão o Sr. Juiz Paulo Arena, no sentido de se considerar absoluta a presunção, tendo eu ficado vencido. Contudo, em 2013, uma das turmas da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a julgar causas previdenciárias, reputou relativa a presunção. Isso, no AgRg no REsp 1.369.296/RS, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques; e no AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619/RS, relator o Sr. Ministro Ministro Humberto Martins. A essas decisões somam-se, do STJ, o AgRg no REsp 1.241.558/PR, relator o Sr. Ministro Haroldo Rodrigues; e da TNU, o Pedilef 2007.71.95.020545-9, relatora a Srª Juíza Rosana Noya Kaufmann.
5. Diante das novas decisões, deve ser novamente discutida a questão, com proposição da tese de que, para fins previdenciários, a presunção de dependência econômica do filho inválido fica afastada quando este auferir renda própria, devendo ser comprovada (Lei 8.213/91, art. 16, I, § 4º).
6. Nos termos da Questão de Ordem n. 20, quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado.
7. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95.
8. Pedido de uniformização parcialmente provido para, reafirmando o entendimento de que a presunção de dependência econômica do filho maior inválido é relativa, anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma de origem para que profira nova decisão, partindo dessa premissa. 2. Sugiro ao MM. Ministro Presidente desta Egrégia Turma Nacional de Uniformização que imprima ao resultado deste julgamento a sistemática prevista no art. 7º letra a) do Regimento Interno, devolvendo às Turmas Recursais de origem todos os outros incidentes que versem sobre o mesmo objeto, a fim de que mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida às premissas jurídicas firmadas, no sentido de que não se exige início de prova material para comprovação de dependência econômica dos pais para com os filhos para fins de obtenção do benéfico de pensão por morte, já que reflete o entendimento consolidado desta Corte. 3. Pelo exposto, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO firmando a tese de que não se exige início de prova material para comprovação de dependência econômica dos pais para com os filhos para fins de obtenção do benéfico de pensão por morte. Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

No caso concreto, a regra inserta no referido precedente foi observada, tendo a sentença assim concluído:
"Analisando detidamente o conteúdo probatório dos autos, possível se verificar que a falecida mãe da demandante, Sra. Theresinha Pereira Gomes, titulava benefício de aposentadoria por idade, no valor de R$ 1.013,61. A recorrida, por sua vez, aufere um salário mínimo mensal de aposentadoria por invalidez, desde 01/06/1993. De fato, no caso concreto é possível se constatar a existência de colaboração mútua para a subsistência do núcleo familiar composto pela requerente e a de cujus à data do óbito."
Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com base no art. 7, VII, c, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510435-27.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IRENE DA SILVA
PROC./ADV: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
PROC./ADV: ADELAIDE BRAGA SILVA TAVARES OAB: CE-18947
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, deixou de conceder o benefício assistencial de prestação continuada ao deficiente, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.
É, no essencial, o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, não ficou convencida da incapacidade laborativa no caso concreto.
Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida a incapacidade da parte. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".
Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009996-48.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO CLAUDINO DA SILVA
PROC./ADV: RENATA SILVA BRANDÃO OAB: PR-30452
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em razão da inadmissão do incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.
A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.
É, no essencial, o relatório.
O recurso não merece prosperar.
No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições pessoais, sociais e econômicas da parte ora recorrente, concluíram pela ausência do preenchimento do critério da miserabilidade.
Destarte, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplicam-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0505162-21.2013.4.05.8201
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOÃO CARNEIRO DOS SANTOS
PROC./ADV.: ITAMAR GOUVEIA DA SILVA OAB: PB-10 437

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos de boa-fé por servidor público.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o incidente, juntando os paradigmas que se orientam no mesmo sentido, defende que caberia a repetição do indébito porque "não se verifica errônea interpretação ou má aplicação da lei, é cabível o desconto em folha dos valores recebidos indevidamente pelo servidor", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5061204-31.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RUBEM RODRIGUES PEREIRA
PROC./ADV.: MARCO AURÉLIO RIBEIRO
OAB: RS-55244

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000821-53.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JUÍZO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIO DE PORTO ALEGRE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512975-19.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA FERREIRA LIMA
PROC./ADV.: ALYSSANDRA DE P. PINHEIRO T. LIMA OAB: CE-16516
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a enfermidade portada pela autora não a torna incapaz ao exercício das atividades laborais.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001139-39.2013.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIONATAN DE FRAGA ESPINDOLA
PROC./ADV: GUILHERME O, ALAMINI OAB: PR-58 482
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504144-39.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA FÉLIX DA SILVA
PROC./ADV: DEMÓSTENES SILVA COELHO OAB: CE-21705
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, alterou a data de início da percepção do benefício à data da interposição da ação, nos seguintes termos:

"[...] Vale ressaltar que, embora tal prática seja legítima aos aplicadores do direito, mencionada técnica não é deferida aos servidores do INSS, os quais devem se pautar na estrita legalidade administrativa, não sendo razoável que os efeitos da concessão do benefício retroajam à época do requerimento administrativo, visto que a Autarquia Federal não agiu ao arrepio da lei ao negá-lo. Assim, deve a data da DIB ser alterada para a data da interposição da ação."

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram unissonas na análise das circunstâncias especiais do caso concreto. Enquanto a sentença concedeu o benefício à parte autora com vigência a partir do requerimento administrativo, por terem sido preenchidos os requisitos em momento anterior à propositura da demanda, o acórdão de origem reformou a DIB à interposição da ação por entender que aos servidores e ex-servidores do INSS não é razoável se considerar a data de início do benefício à época do requerimento administrativo em respeito ao princípio da legalidade.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504171-82.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MÁRIA ADRIANA DE SOUZA
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO OAB: CE-17775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outrubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502314-51.2010.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: QUITÉRIA AMARO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que, embora as decisões expressadas na sentença e no acórdão tenham sido uníssonas, o requerente foi feliz ao demonstrar a divergência em relação a decisões emanadas do E. STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502739-96.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA SALETE DE MEDEIROS VIEIRA DANTAS
PROC./ADV.: ADEILTON HILÁRIO JÚNIOR OAB: PB-10047

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, reconheceu a irrepetibilidade de valores recebidos de boa-fé por servidor público.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o incidente, juntando os paradigmas que se orientam no mesmo sentido, defende que caberia a repetição do indébito porque o pagamento não decorreu de "mudança na interpretação de lei adotada pelo ente público, e sim, correção de uma distorção nos contracheques do Recorrido", em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500192-88.2012.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA
PROC./ADV.: WAGNER LEANDRO DA SILVA OAB: RN 3.619

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, afastou a prescrição e concedeu o rejuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que o prazo prescricional inicia-se a partir da edição da MP nº 2.225/2001, independente do parcelamento do débito, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500230-68.2010.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ CORREIA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu o benefício de pensão por morte.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o incidente defende que o fato de ter sido reconhecido o exercício de atividade remunerada informal seria suficiente para indicar similitude com a PET 7115, afastando a condição de desemprego, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513307-36.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AUGUSTO CESAR RAMOS
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514886-19.2008.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LAEL DOS SANTOS LEAL
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0511797-85.2008.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MARCOS JOSÉ FIGUEIREDO DA ROCHA
PROC./ADV.: MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM OAB: DF-16619
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510517-79.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JACQUELINE BEZERRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB: DF-11555

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, afastou a prescrição e reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0514007-12.2008.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FERNANDO AUGUSTO LAPA GUIMARAES
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513377-53.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): AVANY GOMES DA CUNHA CAVALCANTI
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB: DF-11555

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, afastou a prescrição e reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503616-89.2008.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ LINDBERGH BATISTA LEITE
PROC./ADV.: CARLOS LINCOLN BATISTA LEITE OAB: PE-13 842

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502092-75.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ RANICLIUDO DA SILVA
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário de auxílio-doença.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001139-39.2013.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIONATAN DE FRAGA ESPINDOLA
PROC./ADV: GUILHERME O, ALAMINI OAB: PR-58 482
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão do benefício assistencial, alegando que não foram preenchidos os requisitos legais.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que os rendimentos do núcleo familiar da parte autora superam em muito o limite legal, e os paradigmas colacionados, por seu turno, entendem que os rendimentos concedidos por programas do governo, como o bolsa família, não integram a renda familiar.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500450-16.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LUCIANO MANOEL SANTINAGO
PROC./ADV.: JOSÉ LINS DE SOUZA JÚNIOR OAB: PE-26835

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, afastou o prazo decadencial 120 dias, determinando o recebimento e processamento do requerimento de seguro-desemprego.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que o acórdão vergastado firmou entendimento oposto à tese consolidada por esta Turma Nacional no julgamento do PEDILEF 200850500029940:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. FIXAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO PARA REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO (120 DIAS APÓS A DATA DA DISPENSA). RESOLUÇÃO Nº. 467/2005 DO CODEFAT. LEGALIDADE. FENÔMENO DA DESLEGALIZAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1 - Pedido de Uniformização interposto em face de acórdão que, negando provimento ao recurso inominado da União, manteve a sentença que julgou procedente pedido de pagamento de seguro-desemprego sob o fundamento de que: "Não poderia uma resolução [467, CODEFAT] delimitar e/ou estipular um prazo não delineado na lei, de modo que a resolução extrapolou seus limites regulamentares".

2 - Apontados como paradigmas da divergência acórdãos proferido pelo STJ no REsp 1.174.034/RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ: 25/02/2010, e no REsp 653.134/PR, Rel. Min. Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ: 12/09/2005, nos quais se fixou a tese de que "não há ilegalidade em Resolução do CODEFAT que fixa o prazo máximo para se requerer o percebimento de seguro-desemprego".

3 - A jurisprudência dominante do STJ, refletida nos paradigmas supracitados, a seguir trasncritos, reconhece a legalidade da Resolução 467/2005 do CODEFAT no que tange à fixação de prazo para requerer o gozo do benefício, vez que nela reconhece ato administrativo normativo expedido com fundamento em autorização expressa contida no art. 2º da Lei nº. 7.998/1990. Caracterização do fenômeno da deslegalização (doutrina italiana), em que "uma lei, sem entrar na regulamentação da matéria, rebaixa formalmente o seu grau normativo, permitindo que essa matéria possa vir a ser modificada por regulamento" (CANOTILHO).

4 - PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. RESOLUÇÃO Nº 467/05 DO CODEFAT. PRAZO MÁXIMO PARA RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. LEGALIDADE. PRECEDENTE. 1. Conforme a jurisprudência desta Corte, não há ilegalidade em Resolução do CODEFAT que fixa o prazo máximo para se requerer o percebimento de seguro-desemprego. 2. "Verifica-se que a Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994, ao fixar prazo para a percepção do seguro-desemprego, nada mais fez do que seguir os ditames autorizados pela Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Dessa feita, deve prevalecer o prazo para o requerimento do seguro-desemprego a partir do 7º (sétimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo)" (REsp 653.134/PR, Rel. Min. Franciulli Netto, DJU 12.09.05). 3. Recurso especial conhecido em parte e provido. (REsp. nº 1.174.034/RS - 2009/0248484-7, Segunda Turma, Rel. Min. CASTRO MEIRA, pub. DJ de 25.2.2010). PREVIDENCIÁRIO. SEGURO-DESEMPREGO. PRAZO DE 07 ATÉ 120 DIAS PARA REQUERER, CONTADO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. FIXAÇÃO POR MEIO DE RESOLUÇÃO. PRETENDIDA NÃO-PREVALÊNCIA. NÃO-ACOLHIMENTO. - A norma que disciplina o denominado seguro-desemprego é a Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. A teor do contido no § 2º do artigo 2º da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, com a redação dada pela Lei n. 10.608, de 20 de dezembro de 2002, "caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no caput deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela". - A Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994, prevê, no artigo 10º, que "o trabalhador, a partir do 7º (sétimo) dia e até o 120º (centésimo vigésimo) dia subseqüente à data da sua dispensa, poderá encaminhar requerimento de seguro-desemprego ao Ministério do Trabalho por intermédio de suas Delegacias e do Sistema Nacional de Emprego". - A resolução acima consiste em ato administrativo normativo, cuja expedição é derivada de autoridade do Executivo, ou seja, o Ministro do Estado do Trabalho e Emprego. Essa autoridade, segundo dicção do dispositivo legal acima reproduzido, propõe, e ao CONDEFAT cabe estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício. - Verifica-se que a Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994, ao fixar prazo para a percepção do seguro-desemprego, nada mais fez do que seguir os ditames autorizados pela Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Dessa feita, deve prevalecer o prazo para o requerimento do seguro-desemprego a partir do 7º (sétimo) dia até o 120º (centésimo vigésimo) - Outra particularidade que merece ser registrada é a circunstância inscrita no verso da Comunicação de Dispensa, encartada nos autos, onde consta o procedimento e as instruções para o trabalhador perceber o seguro-desemprego, em que estabelece, para tanto, o prazo de requerimento, o qual deve permear entre 7 (sete) e 120 (cento e vinte) dias (cf. fl. 9 vº) contados da rescisão do contrato de trabalho, na forma estabelecida Resolução n. 64, de 28 de julho de 1994. - Recurso especial provido para reconhecer o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da rescisão do contrato de trabalho, para requerer o seguro-desemprego. (REsp 653134/PR - 2004/0058078-8, Segunda Turma, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, pub. DJ de 12.9.2005, p. 284)

5 - Incidente de uniformização conhecido e provido para uniformizar a tese de que é legal a fixação do prazo máximo de cento e vinte (120) dias para requerimento de seguro-desemprego pela Resolução nº. 467/2005 do CODEFAT e julgar improcedente o pedido inicial.

6 - O julgamento deste incidente de uniformização, que reflete o entendimento consolidado da Turma Nacional de Uniformização, resultará na devolução às Turma de origem de todos os outros recursos que versem sobre o mesmo objeto a fim de que mantenham ou promovam a adequação do acórdão recorrido à tese jurídica firmada, em cumprimento ao disposto nos arts. 7º VII, "a" e 15, §§ 1º e 3º, da Resolução CJF nº. 22 de 4 de setembro de 2008 (RI/TNU)."

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513706-65.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): EDMILSON FERREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: MARLÚCIO LUSTOSA BONFIM OAB: DF-16619
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR. OAB: PE-849-A
PROC./ADV.: RENATO BORGES BARROS OAB: DF-19275
PROC./ADV.: WILTON GONÇALVES BARBOSA OAB: PE-11340

DESPACHO

Diante da alegação formulada pela União, na petição protocolada em 12 de março do corrente, intime-se a parte requerida informar, em 10 (dez) dias, se renuncia ao direito em que se funda a presente ação.

Após, voltem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011294-72.2011.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EDELI ANTONIO COLOMBELLI
PROC./ADV: CELIA REGINA HANSEN DAMIANI OAB: PR-44 142
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte ora requerente que as decisões de origem encontram-se em confronto com o entendimento do STJ e de diversas turmas recursal, no qual dispõe que se a renda per capita resultar em valor inferior a ¼ do salário mínimo, haverá presunção absoluta de cumprimento do requisito econômico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, com base no acervo fático-probatório da lide e após analisar as condições pessoais, sociais e financeiras do requerente, entenderam que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500248-27.2012.4.05.8304
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES FREIRE DA SILVA ALVES
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte à autora, em razão do falecimento de seu marido, que seria aposentado como segurado especial junto à autarquia requerida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, observa-se pela análise das decisões emanadas e do incidente de uniformização encartado que não houve a avaliação de cada prova apresentada com o fim de se ter demonstrada a condição de segurado especial do "de cujus", afirmando-se genericamente que está ausente a prova de sua qualidade de segurado especial. Aplica-se, portanto, ao caso, o entendimento firmado por essa Turma Nacional de Uniformização, no PEDILEF n. 05000770220094058102:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESRESPEITO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. 1. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Não analisou, porém, os argumentos apresentados pelo INSS, dando conta de que tanto a autora quanto seu cônjuge possuíam extenso vínculo urbano. Esta afirmação feita por ocasião do recurso contra a sentença, difere do fundamento constante do "decisum" recorrido, que sopesou o vínculo urbano como de curto lapso temporal dentro do período da carência. Não foi feita análise casuística dos documentos que instruíram o recurso inominado interposto contra a sentença. O acórdão recorrido, padronizado e genérico, não atentou para as especificidades do caso concreto. 2. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010). 3. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010). 4. Decisões que genericamente afastam o valor probatório de documentos sem promover sua expressa identificação ou trazer os motivos existentes para essa desconsideração equivalem à negativa de prestação jurisdicional, caracterizando vício de julgamento por infringência ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018865-6, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 08/04/2011). 5. A deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Assim, tem razão o recorrente, quando sustenta a nulidade do acórdão recorrido. 6.Pedido de uniformização conhecido e provido para anular o v. acórdão recorrido, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as provas apresentadas, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5059828-10.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SEBASTIAO JOAQUIM DE SOUZA
PROC./ADV.: ANDIARA MACIEL PEREIRA OAB: RS-65408
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo e determino a restituição dos autos à Turma de origem para a análise dos demais meios de prova referentes à condição de miserabilidade da parte.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006809-20.2011.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: DINORÁ RODRIGUES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo e determino a restituição dos autos à Turma de origem para a análise dos demais meios de prova referentes à condição de miserabilidade da parte.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050839-78.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LAURA REGINA DA SILVA OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo e determino a restituição dos autos à Turma de origem para a análise dos demais meios de prova referentes à condição de miserabilidade da parte.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5039037-20.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA HILDA DA SILVA RITZ
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
LITISCONSORTE: ELISABETE MARTINS LABANDEIRA
PROC./ADV.: LUCIANA PEREIRA DA COSTAOAB: RS 56.506

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

A sentença, mantida pelo acórdão, julgou parcialmente procedente o pedido de Elisabete M. Labandeira para cancelar o benefício de pensão por morte em nome de Maria Hilda S. Hitz, ex-esposa do segurado falecido, por ausência de comprovação da sua dependência econômica superveniente para com o de cujus.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que, nesses casos, a dependência econômica é presumida.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram pela não comprovação da dependência econômica da ex-esposa.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011609-63.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: DIRCE SILVA PEREIRA
PROC./ADV.: JORGE ROBERTO M. JUNIOR OAB: PR 43.381
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003754-78.2013.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SIRENE GONÇALVES MOURA
PROC./ADV.: JOÃO RICARDO FORNAZARI BINI OAB: PR 44.897

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que acolheu o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013948-80.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CLAUDETE ZAMPARETT
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006072-53.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): EDINEIA TARASIUK
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: SC-13520
PROC./ADV.: RODRIGO FIGUEIREDO OAB: SC-24692
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHÜTZ OAB: SC-15426

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004983-70.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ZENILDA MARTINS FURLAN DAL PONTE
PROC./ADV.: JORGE ALEXANDRE RODRIGUES OAB: SC 15.444

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, determinou ao INSS que proceda à revisão do salário-de-benefício, de acordo com o inciso II do artigo 29 da Lei 8.213/91.

Sustenta a parte requerente, em síntese, divergência de entendimento com julgados do STJ e Turma Recursal de outra região, no sentido de que não houve interrupção da prescrição das parcelas decorrentes da revisão de benefício, mediante a aplicação do art. 29, II, da Lei 8.213/91.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 50070453820124047101, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO. REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. O INSS, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, confirmando os termos da sentença, julgou procedente a demanda e o condenou a revisar o benefício previdenciário percebido pelo autor, nos termos do art. 29, II, da Lei 8.213/91. Sustenta o recorrente que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e de outras turmas recursais, que entendem que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, não configura causa interruptiva da prescrição. Alega, ainda, que a prescrição contra a Fazenda Pública somente pode ser interrompida uma única vez e que as parcelas supostamente devidas já estariam prescritas, tendo em vista que a prescrição é contada pela metade após a ocorrência de qualquer ato de interrupção. Cita como paradigmas os recursos n. 003676625-2012.4.03.6301 e 0055832-25.2011.4.03.6301, provenientes das 2ª e 5ª Turmas Recursais de São Paulo, respectivamente. Colaciona, ainda, ementas relativas a julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça. O incidente foi admitido na origem. 2. Sem razão a autarquia previdenciária. A questão em discussão foi recentemente examinada por este Colegiado, sendo objeto do Pedilef 0012958-85.2008.4.03.6315, julgado em 14-2-2014, de minha relatoria. Esta Turma firmou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFE/INSS, de 15-4-2010, constituiu causa interruptiva da prescrição. Na oportunidade, decidiu-se que (i) a publicação do mencionado ato administrativo que reconheceu o direito dos segurados à revisão pelo art. 29, II, da Lei 8.213/91 importou a renúncia aos prazos prescricionais em curso, que voltaram a correr integralmente a partir de sua publicação, não pela metade; e (ii) para pedidos administrativos ou judiciais formulados dentro do período de 5 (cinco) anos contados da publicação do ato normativo referenciado, não incide a prescrição, retroagindo os efeitos financeiros da revisão à data de concessão do benefício revisando. 4. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95 5. Pedido de uniformização conhecido e desprovido. 6. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia.

Dessa forma, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento desta TNU, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5033055-68.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: EULALIA BISCAIA PINTO
PROC./ADV: IVONE PAVATO BATISTA OAB: PR-21072
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não merece prosperar.

No presente caso, as instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, incluindo análise minuciosa das condições pessoais, sociais e econômicas da parte ora recorrente, concluíram pela ausência do preenchimento do critério da miserabilidade.

Destarte, a pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501907-61.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCINEIDE ALVES NUNES
PROC./ADV.: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHÃES OAB: CE-16 650
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para o trabalho.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU segundo o qual, mesmo no caso de não comprovação da incapacidade, o julgador deve levar em consideração as condições pessoais do segurado. Requer, ainda, a realização de nova perícia médica por especialista.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Quanto ao requerimento de nova perícia, a ser realizada por médico especialista, cabe citar o PEDILEF 200972500071996, que demonstra o entendimento firmado por esta Turma Nacional de Uniformização, contrário às pretensões da parte ora recorrente:

"EMENTA-VOTO - AGRAVO REGIMENTAL - PREVIDENCIÁRIO - EXIGÊNCIA DE PERITO ESPECIALISTA NA DOENÇA - AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO A jurisprudência desta TNU é no sentido de que a realização de perícia por médico especialista em sede de juizados especiais federais é exceção e não a regra. Neste sentido: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL PROCESSO Nº: 2009.72.50.004468-3 REQUERENTE: MARIA GOES SCHFFMACHER REQUERIDO: INSS RELATOR: ANTONIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA EMENTA-VOTO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NULIDADE DA PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA. MÉDICO ESPECIALISTA. DESNECESSIDADE. ANÁLISE DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA N. 42 DA TNU. SÚMULA N. 7 DO STJ. 1. A realização de perícia por médico especialista só é necessária em casos especialíssimos e de maior complexidade, como, por exemplo, no caso de doença rara, o que não é o caso dos autos. Precedentes da TNU (PEDILEF 200872510048413, 200872510018627, 200872510031462). 2. No que se refere à análise da incapacidade, a TNU, por força do art. 14 da Lei n. 10.259/01, deve apenas se ater ao direito material, uniformizando a sua interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Federais. 3. Aplicação da Súmula n. 42 da TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato". 4. Incidência da Súmula n. 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 5. Incidente parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido. Pelo exposto, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL PARA MANTER A DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0008746-50.2009.4.04.7158
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: RICARDO HAUBERT
PROC./ADV.: SIRLEY HAUBERT OAB: RS 68.310
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de averbação de atividade laborada em condições especiais, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no acervo fático-probatório da lide, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos necessários à pretendida averbação.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.38.11.703651-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOSÉ LEOCÁDIO DE FARIA
PROC./ADV.: PATRÍCIA ALVES DE SOUZA OAB: MG 98.434
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida monocraticamente por Juiz Federal de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Com efeito, não se admite Pedido de Uniformização endereçado à Turma Nacional contra decisão unipessoal de Juiz de Turma Recursal, sem o prévio exaurimento dos recursos cabíveis na instância ordinária. Nesse sentido: PEDILEF 200638007385763; AgRg no RE 422.192/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ 22/10/04.

Ante o exposto, com fulcro no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.38.00.731322-9
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIANO MOTA LOYOLA E OUTROS
PROC./ADV.: JULIANA PEDROSA MONTEIROOAB: MG 90.788

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de reajuste pleiteado na inicial, afastando a prescrição decretada.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se o acórdão recorrido coaduna-se com a posição dominante nesta Turma Nacional quanto ao termo inicial do prazo prescricional, conforme julgamento do PEDILEF 00590153420074013800:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. MP Nº 2.225-45/2001. EFEITOS.

1. A edição da MP nº 2.225-45/2001 representou ao mesmo tempo a renúncia da Administração à prescrição e o reinício do prazo qüinqüenal para a reclamação judicial do resíduo de 3,17%, desde janeiro de 1995, de modo que as ações ajuizadas até 04/09/2006 não se encontram atingidas pela prescrição, ao contrário daquelas ajuizadas após essa data, cuja prescrição alcança as parcelas pretéritas ao qüinqüênio anterior.

2. Acórdão recorrido que se alinha em parte ao entendimento pacificado pelo STJ no Incidente de Uniformização de Interpretação de Lei Federal (PET nº 7.558-MG), que reafirmou a jurisprudência predominante desta Turma Nacional.

3. Incidente de uniformização provido em parte, com a determinação de devolução dos recursos com mesmo objeto às Turmas de origem a fim de que, nos termos do art. 15, §§ 1º e 3º, do RI/TNU, mantenham ou promovam a adequação da decisão recorrida."

A decisão vergastada alinhou-se ao entendimento supramencionado, pronunciando-se pelo afastamento da prescrição, nos seguintes termos:

"1. Em relação à prescrição, sem razão a recorrente: A MP 2.225-45/01 reconheceu aos servidores a existência do direito à majoração aqui pretendida. Com isso, ocorreu a renúncia ao prazo prescricional pela Administração, conforme permitido pelo art. 202, VI, do Código Civil.

2. não há que se falar em contagem do prazo prescricional após a edição da MP 2.225-45/01, tendo em vista que o prazo somente fluirá a partir do úlitimo pagamento administrativo, em dezembro de 2.009".

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000859-60.2006.4.02.5158
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSE COSTA DA SILVA
PROC./ADV.: GENILSON GARCIA LOPES OAB: RJ 104.026

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão da Renda Mensal Inicial - RMI de aposentadoria por tempo de serviço.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais e do Supremo Tribunal Federal não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0051550-53.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MIGUEL ARCANJO DE SANTANA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27.287

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, acolheu o pedido inicial de revisão da Renda Mensal Inicial - RMI de aposentadoria por invalidez, nos termos da Súmula 260/TFR.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, no sentido de que a parte autora não comprovou nos autos a ocorrência de reajuste proporcional da RMI do auxílio-doença que tenha repercutido na RMI da aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 0502053-21.2007.4.05.8100, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. DIB ANTERIOR À CF/88. SUM. 260 DO TFR. ART. 58 DO ADCT. DIFERENÇAS. PRECEDENTES.

1. "No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado" - Súmula 260 do TFR.

2. Para os benefícios concedidos antes da Constituição Federal de 1988, em geral, a aplicação da referida Súmula 260 só gera efeitos até março de 1989, visto que, a partir de abril do mesmo ano, a equivalência com o número de salários mínimos à data da concessão, determinada no art. 58 do ADCT, faz cessar qualquer diferença. E a cobrança de valores devidos até março de 1989 está inegavelmente atingida pela prescrição.

3. Entretanto, para os benefícios derivados da transformação de benefício anterior concedido antes da Constituição Federal de 1988, como, por exemplo, aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença ou pensão por morte precedida de aposentadoria, a aplicação da primeira parte da Súmula 260 do extinto TFR no reajuste do benefício anterior terá efeitos sobre a renda do benefício derivado e, conseqüentemente, na revisão determinada no art. 58 do ADCT, a qual levou em consideração a renda inicial do benefício em manutenção à data da promulgação da Nova Carta, ou seja, do benefício derivado.

4. Havendo o cumprimento da primeira parte do enunciado da Súmula 260 do TFR, consistente na aplicação do índice integral quando do primeiro reajuste do auxílio-doença, por exemplo, acarretará reflexos financeiros na RMI da aposentadoria por invalidez decorrente da transformação do referido benefício e, conseqüentemente, na renda mensal atual. Isto porque, quando da revisão do benefício previdenciário derivado (aposentadoria por invalidez), mediante a aplicação do art. 58 do ADCT, haverá um acréscimo da renda mensal, em relação à equivalência com o número de salários mínimos originariamente fixados.

5. Precedentes da TNU (PEDILEF's 200683005090157, 200583005295322 e 200750510007936). 6. Prescrição quinquenal da forma da Súmula n. 85 do STJ.

7. Parcelas em atraso devidamente corrigidas com os índices legais e acrescidas de juros de mora de 1% a partir da citação até o início da correção pelos índices da caderneta de poupança.

8. Incidente conhecido e provido.

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que são devidas as diferenças pretendidas de revisão da RMI do benefício previdenciário.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.38.00.740860-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: JOAQUIM AMARO PEREIRA
PROC./ADV.: DANIELLE FERNANDA LIMA DA COSTA ALMEIDA OAB: MG 91.049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pelos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, confirmando a sentença, rejeitou o pedido inicial de aplicação da ORTN/OTN na revisão de seu benefício previdenciário no ano de 1.985.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual a ORTN/OTN deve ser utilizada como índice de correção dos 24 salários de contribuição anteriores à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

Não prospera a irresignação.

De início, a análise acerca da tese de cerceamento de defesa pela não discussão de provas apresentadas encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").

Além do mais, o aresto recorrido consignou que, "apesar de a data de início do benefício originário da parte autora estar dentro do período em que é devida a revisão pela aplicação da ORTN/OTN aos salários de contribuição, a SECOT constatou que a revisão pleiteada pelo autor não geraria diferenças em seu favor, informação ratificada à fl. 31, levando-se em conta os 25 salários de contribuição considerados pelo INSS, razão pela qual a sentença deve ser mantida".

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0005466-04.2009.4.04.7051
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): NERZITA DA ROCHA RAMOS
PROC./ADV.: ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA OAB: PR 23.320

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de atividade laborada em condições especiais, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora preencheu os requisitos legais para a averbação pleiteada.

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.33.00.701236-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): CARLOS HEIDER CARDOSO SOARES
PROC./ADV.: JOANA DE BRITO OAB: MG 18.652
PROC./ADV.: CLARICE DE BRITO OAB: MG 14.091

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação de atividade laborada em condições especiais, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora esteve exposta a agentes agressivos no período laborado como funcionário da EBDA.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias sobre a matéria não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Além do mais, a parte suscitante não promoveu o necessário cotejo analítico entre o aresto recorrido e o juntado como paradigma da alegada divergência. Dessa forma, não há como verificar a ocorrência dos elementos necessários à comprovação do dissídio jurisprudencial deduzido, a saber, semelhança entre as bases fáticas dos acórdãos confrontados e divergência entre teses jurídicas conferidas a um mesmo contexto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500566-85.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIZETE LOPES BEZERRA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0076031-93.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INCRA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VITORIA EUGENIA OTTONI
PROC./ADV.: ALESSANDRA RIBEIRO FIGUEIREDO OAB: MG 76.148
PROC./ADV.: SUZANA SUELY OLIVEIRA MELO CARNEIRO OAB: MG 76.852

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que acolheu o pedido de condenação ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA também aos servidores inativos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O Supremo Tribunal Federal, através do AG. RE 635.184/SE, publicado em 10.10.2012, firmou entendimento no seguinte sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. PROVENTOS INATIVOS. EXTENSÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA - GDARA. ARTIGO 40, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. A questão debatida nos autos - extensão aos inativos e pensionistas da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária (GDARA) - foi solucionada pelo Tribunal a quo à luz do posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

2. As gratificações GDATA e GDARA possuem natureza geral, destarte, impõe-se a sua extensão aos inativos, sob pena de contrariedade ao artigo 40 da Constituição Federal.

3. In casu, o acórdão recorrido assentou: "SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - GDATA . GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE REFORMA AGRÁRIA - GDARA . ENTENDIMENTO DO STF. GRATIFICAÇÃO COM A MESMA NATUREZA. 'Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA - instituída pela L. 10.404/2002: extensão a inativos: pontuação variável conforme a sucessão de leis regentes da vantagem. RE conhecido e provido, em parte, para que a GDATA seja deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e nos termos do art. 5º, parágrafo único, da L. 10.404/2002, para o período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da MPv. 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos' (STF. RE 476.279). Entendimento aplicável à Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, pois se trata de gratificação com a mesma natureza, apenas com roupagem nova, cujo Eg. STF repeliu tratamento diferenciado entre ativos e inativos".

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

Destarte, incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2005.38.00.736269-0
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: PEDRO ROBERTO ROMANO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
PROC./ADV.: MARIA APARECIDA FERREIRA BARROS OAB: MG 62.852

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de indenização por dano moral à parte autora, devido a não demonstração do efetivo prejuízo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido, no sentido de que a comprovação a ser feita limita-se à existência do evento danoso.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.38.10.702447-1
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: VILMA ANDRADE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANDRÉ DE ALMEIDA OAB: MG 63.790
PROC./ADV.: SÍNTIA BARBOSA DUARTE OAB: MG 63.302
PROC./ADV.: FRANCISCO RAFAEL GONÇALVESOAB: MG 44.386
PROC./ADV.: DIEGO FRANCO GONÇALVES OAB: MG 124.796
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário formulado pela parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, a divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Regional de uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 00679939220104013800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: ELISABETH ROSA DA FONSECA CAMPOS
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRAOAB: MG 70.727
PROC./ADV.: REGINALDO LUIS FERREIRA OAB: MG 79.550
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de revisão de benefício previdenciário formulado pela parte autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

De início, a divergência com fundamento em paradigma oriundo de Turma Regional de uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, no tocante aos demais paradigmas, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0502217-89.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA GORETE MARTINS
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, concluíram que a parte autora não faz jus ao benefício pleiteado, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503686-13.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FÁTIMA FERREIRA INÁCIO
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501389-71.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: CÍCERO FÉLIX DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a asentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao idoso, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

Insiste a parte requerente no acolhimento do pedido de concessão de auxílio-doença, sustentando que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual é possível a fungibilidade entre benefícios previdenciários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam pelo indeferimento da concessão do benefício assistencial ao idoso, haja vista que não restaram demonstrados os requisitos necessários, bem como negaram a possibilidade de concessão de auxílio-doença, pelos seguintes fundamentos: "Ademais, a pretendida fungibilidade atenta contra princípios processuais que devem ser respeitados, dentre os quais o da consubstanciação, da adstrição do juiz ao pedido e do contraditório e ampla defesa. Com efeito, o réu se defende dos fatos e fundamentos contidos na inicial, os quais não podem ser desconsiderados pelo julgador no momento da sentença, sob pena de violar os artigos 128 e 460 do CPC, conduzindo à nulidade da sentença, que restaria maculada ao conhecer de pretensão não deduzida pela parte autora. Por outro lado, além da vedação legal (CPC, 294), no caso em tela, não há como admitir a fungibilidade dos pedidos porque a concessão do benefício de auxílio-doença depende da produção de prova pericial, que não foi requerida nem produzida em momento oportuno, não tendo a parte sequer instruído os autos com documentos médicos que justificassem a designação de uma perícia médica, pelo que não vejo como conceder um auxílio-doença quando o pedido foi de benefício ao idoso; bem como não é possível conceder uma aposentadoria por idade em virtude do autor não ter completado a carência para o referido benefício, embora esteja comprovada nos autos sua qualidade de segurado."

Com efeito, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas. O acórdão recorrido indeferiu o pedido em razão de não ser aplicável a fungilbilidade entre os benefícios previdenciários por incapacidade e o benefício de amparo social ao idoso, enquanto o paradigma colacionado trata da fungibilidade entre os benefícios previdenciários por incapacidade (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente) e não entre estes e o amparo social ao idoso, como discutido neste caso.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508695-91.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERIMILTON GONÇALVES PEREIRA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não comporta provimento.

No caso vertente, verifico que as instâncias ordinárias analisaram o conjunto probatório acostado aos autos, entendendo pela não comprovação da incapacidade laboral da parte autora.

Destarte, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma de origem não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515564-47.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VICENTE PEREIRA RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO BOSCO FERNANDES OAB: CE-9761
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão do benefício de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade laborativa.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

A tese ora defendida depende da análise de prova de forma contrária àquela feita pela decisão vergastada que, baseando-se na perícia judicial, ficou convencida da capacidade laborativa no caso concreto.

Com efeito, a Turma Recursal de origem deixou de analisar as condições pessoais, como pretende o incidente, tendo em vista que não foi reconhecida sequer a incapacidade parcial. Destarte, incide o entendimento firmado na Súmula 77/TNU ("O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual").

Além disso, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503777-09.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507173-94.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA LÚCIA ARAÚJO
PROC./ADV.: JUMARIO GOMES DE MEDEIROS JUNIOR OAB: CE-22 882
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restaram preenchidos pela autora/requerida os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0039321-54.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA SENHORA MONTEIRO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a união estável, nem a dependência econômica, entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503297-06.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO ELIVANDRO FERNANDES CIRILO
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada especial da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500868-69.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEDÔNICA MARTA MENDES SANTOS DA SILVA
PROC./ADV.: ANDRÉA PORTELA MAIA OAB: CE-11382
PROC./ADV.: RAFAELA LIMA TEIXEIRA OAB: CE-20156

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restaram preenchidos pela autora/requerida os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507585-97.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): RAIMUNDO LEONARDO CARLOS
PROC./ADV.: RENATO DE MOURA SOARES OAB: CE-15968

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão do benefício assistencial, sob o fundamento de que foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 48, firmou o entendimento no sentido de que "A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada.".

No caso dos autos, a sentença, confirmada pelo acórdão e com base nas condições pessoais do segurado, reconheceu o seu direito ao benefício.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500886-78.2012.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERIKA SAMARA LOPES MELO REP. POR FRANCISCA ARLENE LOPES CAMELO
REQUERENTE: FRANCISCA ARLENE LOPES CAMELO
REQUERENTE: ISAQUIEL LOPES MELO REP. POR FRANCISCA ARLENE LOPES CAMELO
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505615-62.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAURA MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: TEREZINHA MARIA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a invalidez ou incapacidade das filhas maiores do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507322-02.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): FERNANDA NUNES OMENA
PROC./ADV.: RUBENS FERREIRA STUDART FILHO OAB: CE-16081

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a autora/requerida preencheu os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500433-55.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ FIRMINO LACERDA
PROC./ADV.: AQUILES LIMA DE SOUSA OAB: CE-22030

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que o autor/requerido preencheu os requisitos exigidos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518585-94.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: NAIDE DA COSTA SOUSA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502979-23.2012.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MAIA BARBOSA
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517071-43.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA MADALENA FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ NARCELIO PIRES DE SOUSA OAB: CE-6593
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502613-15.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): FRANCISCA PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: PAULO ARIANILDO NOGUEIRA BRAGA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a autora/requerida preencheu os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501198-97.2011.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA AMÉLIA DE JESUS
PROC./ADV.: CÉLIA LIMA DE BRITO OAB: CE-10560

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a autora/requerida preencheu os requisitos necessários.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0528349-41.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO OAB: CE-22693
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501095-78.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: SEBASTIÃO PAULINO PINTO
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurada especial da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0503772-22.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZEZA RODRIGUES DE SOUZA
PROC./ADV.: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR OAB: CE-18937
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos dependência entre a autora e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501468-84.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUIZA LAURA DE SOUZA
PROC./ADV.: FRANCISCA JOSELIA ESMERALDO OLIVEIRA OAB: CE-16 690
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503025-28.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA EMILIANA NOGUEIRA RIBEIRO
REQUERENTE: VICTOR EMANUEL NOGUEIRA VALENTIM
PROC./ADV.: JOSÉ JOACY BESERRA JÚNIOR OAB: CE-20 980
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503617-78.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FELIX DO NASCIMENTO SOUSA
REQUERENTE: MARCIEUDA DO NASCIMENTO SOUSA
REQUERENTE: SUSANA DO NASCIMENTO SOUSA
PROC./ADV.: ANTÔNIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006307-92.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: TERESINHA MARIA SCHNORR
PROC./ADV.: ADRIANO SCHERER OAB: RS-61 567
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados, tendo em vista que, enquanto os arestos paradigmas tratam de casos nos quais fora aplicado tão somente o critério da renda per capita superior a ¼ do salário mínimo, as instâncias ordinárias analisaram todo o arcabouço fático-probatório dos autos, entendendo, com base nos meios de prova juntados, que a parte não preencheu o requisito da miserabilidade. Vejamos:

"[...] No que concerne ao requisito econômico, de acordo com o laudo sócio-econômico (Evento 17), o núcleo familiar é composto pela autora (Sra. Teresinha) e seu esposo (Sr. Mário - 78 anos), constando-se que ambos sobrevivem sem renda declarada, já excluindo o benefício de valor mínimo recebido pelo esposo da autora. No entanto, conforme consta ainda no laudo, o casal reside em casa própria, em boas condições de habitação e higiene, possuem mobília completa, com diversos eletrodomésticos. Ainda, segundo a perita, a autora tem os mínimos sociais atendidos, e seu contexto de vida não é compatível com a renda informada [...]"

Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502642-56.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MAGDA SARA TORRES GADELHA
REQUERENTE: MARIA CLEIDE TORRES GADELHA
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503346-80.2008.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOAQUIM VIEIRA LIMA NETO
REQUERENTE: MARIA FÁTIMA DE FARIAS SOUSA
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurado especial do de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0504214-50.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO RODRIGUES NETO
PROC./ADV.: ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDA OAB: CE-4 224
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada nos autos a qualidade de segurada especial da de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502860-92.2013.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: ISABEL JOAQUIM DA SILVA
PROC./ADV: ELIANE REIS MELO DE MEJIAS OAB: SE-3295
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que não restou configurada a comprovação do estado de dependência econômica da autora em relação ao falecido.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Na hipótese em exame verifica-se que a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou às suas razões quaisquer arestos que servissem como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500895-30.2014.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GILVANEIDE CONCEIÇÃO DE BRITO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restou configurada a incapacidade laboral da parte.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001414-40.2013.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SEMILDO MULLER
PROC./ADV: GUSTAVO HENTGES REDECKER OAB: RS-51159
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido como agravo, interposto em razão da inadmissão incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, não concedeu o pedido de pensão por morte ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O verifica-se na espécie que foi analisado pelas instâncias de origem todo o acervo fático probatório anexo aos autos de modo a considerar a ausência de dependência econômica do autor em relação ao segurado falecido.

Nessa esteira, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502774-63.2013.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: MARIA JOSE HORTENCIO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE O. FERREIRA OAB: PE-933
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, o qual ora recebo como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restou configurada a incapacidade laboral da parte.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, de posse de todo o caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, entendeu que não há incapacidade laboral da parte, ficando sua limitação restrita à atividade atualmente exercida.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0519729-51.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: SEVERINO JOVINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restou configurada a incapacidade laboral da parte.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, de posse de todo o caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, entendeu que não há incapacidade laboral da parte, ficando sua limitação restrita a atividades que demandem esforços físicos contínuos ou movimentação repetitiva do pescoço.

Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508848-88.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): SEVERINO BRAZ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisada não somente a sentença homologatória de acordo contra a qual se insurge a parte, mas sim todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

É de se afirmar, portanto, que ainda que não fosse considerada a referida sentença como início de prova material, certo é que as instâncias ordinárias foram enfáticas ao afirmar que há outras provas nos autos aptas a comprovar o cumprimento dos pressupostos.

Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500770-26.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ERASMO CARLOS SANTOS FERREIRA
PROC./ADV: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
PROC./ADV: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário de prestação continuada ao deficiente sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

No caso dos autos, a sentença, confirmada pelo acórdão e com base em nas condições pessoais do segurado, não reconheceu o seu direito ao benefício, por entender que "o postulante é pessoa jovem, de apenas 42 (quarenta e dois) anos, com boa escolaridade (ensino fundamental completo), podendo aprender qualquer outra atividade laboral, mesmo limitado pelo problema físico que possui."

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506359-73.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): HELENO MARCELINO JERONIMO
PROC./ADV.: LUIS ANTONIO T DE ALMEIDA OAB: PE-19 995

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500345-53.2014.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EDINALDO LOURIVAL DA SILVA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE 20.418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

Assim, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502189-41.2009.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANA PAULA FERREIRA FAGUNDES
PROC./ADV: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009537-12.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA CANDIDA DE SOUZA PEREIRA
PROC./ADV.: ALEXANDRE STURION DE PAULA OAB: PR-36505
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifica-se que não há similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504341-34.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ JALMIR VIDAL
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 50172317200940585000).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que não se pôde precisar a data de início da incapacidade, que restou demonstrada apenas a partir do laudo pericial.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517011-36.2012.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LEIDIANA PEREIRA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502641-62.2011.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TERESINHA ALVES DE MENDONÇA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506365-89.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA LOURDES ROCHA DE SOUZA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503773-72.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0527984-84.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ELIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504556-64.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA SOARES LIMA
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504287-22.2011.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA RENATA CAMPOS DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB:CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501418-12.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSEFA VELOSO LIMA
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501244-37.2012.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIVANDA SILVA FIRMINO
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de salário-maternidade, ao fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

O acórdão recorrido, analisando todo o caderno probatório dos autos, entendeu que a parte não preencheu os requisitos necessários à concessão do referido benefício.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0506918-48.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE CLAUDENIR MEDINA DE QUEIROZ
PROC./ADV.: VÂNIA DUWE OAB: CE-12235

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, concedeu benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que a incapacidade do beneficiado e a sua condição de miserabilidade encontram-se suficientemente comprovadas nos autos, preenchendo, consequentemente, todos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do laudo pericial anexado aos autos, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502218-25.2013.4.05.8305
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA NAZARÉ DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, confirmando a sentença, acolheu o pedido de auxílio-doença, com efeitos a partir da data da data da realização da perícia judicial.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge de julgados da TNU e de Turma Recursal, que deferem a concessão do benefício a partir da data do requerimento administrativo.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500).

Conclui-se que o acórdão recorrido está em concordância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, não tendo a perícia constatado a data do início da incapacidade, a da elaboração do laudo pericial será o termo inicial fixado para o benefício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 14.

PROCESSO: 0510373-03.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DOS SANTOS FRANCISCO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que a autora não obteve sucesso em sua tentativa de demonstrar que se trata de companheira do de cujus, mormente em razão da fragilidade das provas apresentadas.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para que seja possível se avaliar se a requerente era de fato companheira do segurado seria necessária reanálise fática.

Analisando-se o paradigma trazido aos autos, verifica-se que o pedido de uniformização baseou-se apenas na questão da coabitação, defendendo-se que não é necessária sua prova para o reconhecimento da união estável entre a demandante e o de cujus mas, no entanto, observa-se que o acórdão ora impugnado não se baseou apenas na ausência deste requisito para negar o pedido, voltando-se também para a ausência de outras provas que demonstrassem a condição de companheira da requerente.

Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5069788-24.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: LORECI SOUZA DA SILVA
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA OAB: RS 36.024
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, ao fundamento de que não foram cumpridos os requisitos legais para sua concessão.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com acórdãos da TNU e de Turmas Recursais de outra região segundo o qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto, como contexto social, nível de escolaridade e preconceito no mercado de trabalho, a fim de avaliar a existência da incapacidade.

Requer, assim, o provimento do recurso para a concessão de benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

No caso vertente, as instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, consideraram as condições socioculturais da parte autora, concluindo pela ausência de incapacidade.

A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501868-46.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: LUCIANO BARROS DA SILVA
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
PROC./ADV.:SABRINA DE SOUZA ARAÚJO OAB: CE-23 523
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte não preencheu os requisitos necessários para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

As instâncias originárias, após a análise da prova dos autos, concluíram que a parte não faz jus ao benefício postulado, haja vista que não restou demonstrada a sua incapacidade laborativa.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, limitando-se a colacionar ementas/votos sem realizar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508563-65.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ RICARDO DOS SANTOS JUNIOR
PROC./ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio doença, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004556-19.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRANI SABADIN
PROC./ADV: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB:RS-19127 REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que não restou configurado o preenchimento dos requisitos necessários à percepção do benefício.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que, no caso dos autos, foi analisado minuciosamente todo o acervo do caderno fático-probatório, de modo que não restou configurada a relação marital e a dependência econômica entre a autora e segurado instituidor do benefício.

Destarte, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005091-45.2012.4.04.7104
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELISIANE TERESINHA SANDRI
PROC./ADV: JELSON CARLOS ACCADROLLI OAB: RS-19127
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

morte, ao fundamento de que não restou configurada a comprovação do estado de dependência econômica e a união estável da autora em relação ao falecido.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002174-73.2014.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ADELINO NOVELLO
PROC./ADV: ELIANE PATRÍCIA BOFF OAB: RS-42375
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido inicial de pensão por morte de filho maior inválido.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e da TNU segundo a qual há presunção de dependência econômica de filho maior inválido não admitindo prova em contrário.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 0500518-97.2011.4.05.8300, DOU 6.12.2013, assim decidiu:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16, § 4º, DA LEI 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

3. A discussão posta nesta causa diz respeito ao alcance da presunção a que se refere o § 4º do art. 16 da Lei 8.213/91. Diz a norma que a dependência econômica do cônjuge, companheiro, filho menor de 21 anos ou maior inválido ou ainda que tenha deficiência intelectual ou mental em relação ao segurado instituidor da pensão é presumida. Essa presunção só pode ser a presunção simples, relativa, já que não qualificada pela lei. Não tendo caráter absoluto, é possível à parte contrária, no caso, o INSS, derrubar a mencionada presunção relativa da dependência econômica.

4. A questão já havia sido decidida recentemente nesta Turma, no Pedilef 2010.70.61.001581-0 (DJ 11-10-2012), relator para o acórdão o Sr. Juiz Paulo Arena, no sentido de se considerar absoluta a presunção, tendo eu ficado vencido. Contudo, em 2013, uma das turmas da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que passaram a julgar causas previdenciárias, reputou relativa a presunção. Isso, no AgRg no REsp 1.369.296/RS, relator o Sr. Ministro Mauro Campbell Marques; e no AgRg nos EDcl no REsp 1.250.619/RS, relator o Sr. Ministro Ministro Humberto Martins. A essas decisões somam-se, do STJ, o AgRg no REsp 1.241.558/PR, relator o Sr. Ministro Haroldo Rodrigues; e da TNU, o Pedilef 2007.71.95.020545-9, relatora a Srª Juíza Rosana Noya Kaufmann.

5. Diante das novas decisões, deve ser novamente discutida a questão, com proposição da tese de que, para fins previdenciários, a presunção de dependência econômica do filho inválido fica afastada quando este auferir renda própria, devendo ser comprovada (Lei 8.213/91, art. 16, I, § 4º).

Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência da TNU, segundo a qual, sendo a presunção de dependência econômica do filho maior inválido relativa, para efeito da concessão do benefício de pensão por morte, devem ser consideradas as circunstâncias do caso concreto.

Assim, incide à espécie a Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501568-48.2012.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: ELIELMA PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERENTE: IRAM PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERENTE: JILMAR PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERENTE: MARCICLEIDE PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DA SILVA
PROC./ADV: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL 5547
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão, ora recebido como agravo, interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001185-63.2011.4.04.7013
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SONIA MARIA DA COSTA
PROC./ADV: JOSÉ FRANCISCO DO PRADO JÚNIOR OAB: PR-43662
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, concedeu o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505709-35.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIANA SILVA NASCIMENTO
PROC./ADV: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128 PROC./ADV: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERENTE: RIAN SILVA NASCIMENTO
PROC./ADV: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503822-16.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: BENEDITA BENIZETE DA CONCEIÇÃO
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERENTE: LUZIA DA CONCEIÇÃO ARAUJO
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500296-32.2011.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: HIAGO ALVES OLIVEIRA
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERENTE: MATEUS ALVES DO NASCIMENTO
PROC./ADV: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO OAB: CE-12049
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, verifico que tampouco a sugerida divergência jurisprudencial restou comprovada. Com efeito, o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, assim, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0039705-80.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ NESTOR DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre o autor e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.703991-0
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: AGNALDO SOUZA DA GLORIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Recebo o agravo interposto pela parte ora requerente, nos termos do § 2º do art. 36 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:

§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.38.00.704214-4
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
REQUERIDO(A): ANTONIO MACHADO FILHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que deu provimento ao incidente de uniformização da parte autora, por entender caracterizado o dano moral pretendido.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, firmada no julgamento do REsp 730.855/RJ, segundo a qual o presente caso não trata de dano moral, mas de mero aborrecimento.

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

Apresentadas contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0002877-74.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: RAMINNY SARMENTO DE MESQUITA
REPRESENTANTE LEGAL: SUELANY OLIVEIRA SAMPAIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 36 do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento ao recurso ante a não comprovação da condição de miserabilidade da parte autora.

Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, firmada no julgamento do REsp 1.112.557/MG, segundo a qual a condição de miserabilidade pode ser demonstrada por outros meios de prova.

Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.

Apresentadas contrarrazões.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 36, § 1º, do RITNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, IX, do RITNU, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2005.38.00.738411-3
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): GILMAR ANTONIO DE FARIA
PROC./ADV.: JÚLIO CÉSAR MARIANO ABDALLA OAB: MG 17230

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização pela incidência da Súmula 42 e da Questão de Ordem 13, ambas da TNU.

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de equívoco na decisão embargada, porquanto a questão referente ao valor da condenação ser superior ao teto dos juizados, de 60 salários mínimos, é exclusivamente de direito.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Sem impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

A decisão embargada fundamentou-se na Súmula 42 para não conhecer das matérias suscitadas pela parte embargante. Todavia, compulsando os autos, verifico que o tema atinente à competência dos juizados especiais, ventilado na petição dos embargos, não foi abordada no acórdão recorrido, não podendo ser apreciado nesta TNU, a teor da Questão de Ordem 10.

Além do mais a Turma de origem, com base no contexto fático-probatório da lide, entendeu pela possibilidade da contagem do tempo laborado em condições especiais, para fins de concessão do tempo de contribuição.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2009.33.00.703427-3
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ARNALDO DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK OAB: BA 27.287

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que determinou a restituição dos autos à origem, para adequação do julgado ao entendimento consolidado na TNU, no sentido de que "até o Decreto 2.172, de 5/3/97, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que previsto no item 2.5.7. do anexo ao Decreto 53.831/64, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade, mediante, por exemplo, prova do uso da arma de fogo".

A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de contradição/erro material na decisão embargada, porquanto o acórdão recorrido não enseja reparos, estando em consonância com o posicionamento da TNU.

Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.

Apresentada impugnação.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão a parte embargante.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.

As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide, entenderam que a parte autora não comprovou a periculosidade, por meio do uso de arma de fogo, exigência esta constante do Decreto 53.831/64 para o computo do período laborado como vigilante.

Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.

Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0024312-72.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MANOEL NASCIMENTO SANTANA FILHO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: MG 118.436
PROC./ADV.: SAYLES RODRIGO SCHUTZ OAB: SC 15.426
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com Súmula e jurisprudência da Turma Recursal de Santa Catarina, no sentido de que:

Para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da Lei 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais vertidas no período contributivo". (Súmula 24 - TRSC)

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 2009.51.51.066212-3, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO

1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrente destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo. Determino, dessa forma, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0026029-22.2010.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: LUIZA LOPES MEDEIROS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: MG 118.436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com Súmula e jurisprudência da Turma Recursal de Santa Catarina, no sentido de que:

Para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da Lei 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais vertidas no período contributivo". (Súmula 24 - TRSC)

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 2009.51.51.066212-3, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO

1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrente destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.

2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo. Determino, dessa forma, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2010.38.00.704057-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: EVANILSON AZEE DE ARAUJO
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK OAB: MG 118.436
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.:PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de revisão de benefício previdenciário, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com Súmula e jurisprudência da Turma Recursal de Santa Catarina, no sentido de que:

Para os benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, concedidos após a vigência da Lei 9.876/99, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, independentemente da data de filiação ao RGPS e do número de contribuições mensais vertidas no período contributivo". (Súmula 24 - TRSC)

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A jurisprudência da TNU, por meio do PEDILEF 2009.51.51.066212-3, pacificou o entendimento nos seguintes termos:

PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999 - ART. 29 II DA LEI 8.213/91 - MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PROVIDO

1. A revisão pretendida vem sendo efetuada administrativamente pela autarquia nos termos dos Atos administrativos Memorandos-Circulares nº 21/DIRBEN/PFEINSS e 28/INSS/DIRBEN. Com efeito, é da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrente destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo.

2. Incidente de Uniformização Conhecido e Provido para firmar a tese de que para a aposentadoria por invalidez e para o auxílio-doença concedido sob a vigência da Lei 9.876/99, a partir de 29/11/1999, bem como para as pensões por morte decorrentes destes ou calculadas na forma do art. 75 da Lei 8.213/91, o salário-de-benefício deve ser apurado com base na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, independentemente da data de filiação do segurado e do número de contribuições mensais no período contributivo

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo. Determino, dessa forma, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0001962-60.2011.4.01.9360
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): JOSÉ RICARDO DA SILVA
PROC./ADV.: DIVINO BATISTA DA SILVA OAB: MT 6.433

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso que manteve a sentença para reconhecer como especiais os períodos laborados com exposição ao agente nocivo ruído.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual, para fins de reconhecimento de tempo especial, a exposição ao agente físico ruído deve ser superior a 90dB, a partir da publicação do Decreto 2.171/97, em 5/3/97, sendo reduzida para 85dB somente após 18/11/03, data da publicação do Decreto 4.882/03.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente comporta seguimento.

Com efeito, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da PET 9.059, dirimiu a questão jurídica objeto do presente recurso no sentido de que, na vigência do Decreto 2.172/97, "o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003". Eis a ementa do referido julgado:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ÍNDICE MÍNIMO DE RUÍDO A SER CONSIDERADO PARA FINS DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ÍNDICE SUPERIOR A 85 DECIBÉIS PREVISTO NO DECRETO N. 4.882/2003. IMPOSSIBILIDADE. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SUPERIOR A 90 DECIBÉIS NA VIGÊNCIA DO DECRETO N. 2.172/97. ENTENDIMENTO DA TNU EM DESCOMPASSO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

1. Incidente de uniformização de jurisprudência interposto pelo INSS contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que fez incidir ao caso o novo texto do enunciado n. 32/TNU: O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 e, a contar de 5 de março de 1997, superior a 85 decibéis, por força da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003, quando a Administração Pública reconheceu e declarou a nocividade à saúde de tal índice de ruído.

2. A contagem do tempo de trabalho de forma mais favorável àquele que esteve submetido a condições prejudiciais à saúde deve obedecer a lei vigente na época em que o trabalhador esteve exposto ao agente nocivo, no caso ruído. Assim, na vigência do Decreto n. 2.172, de 5 de março de 1997, o nível de ruído a caracterizar o direito à contagem do tempo de trabalho como especial deve ser superior a 90 decibéis, só sendo admitida a redução para 85 decibéis após a entrada em vigor do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. Precedentes: AgRg nos EREsp 1157707/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe 29/05/2013; AgRg no REsp 1326237/SC, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 13/05/2013; REsp 1365898/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/04/2013; AgRg no REsp 1263023/SC, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, DJe 24/05/2012; e AgRg no REsp 1146243/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 12/03/2012.

3. Incidente de uniformização provido.

Desse modo, diante da eficácia vinculativa do julgado acima indicado, impõe-se sua aplicação ao presente caso, devendo ser reformada a decisão da Turma de origem, uma vez que se encontra em manifesto confronto com a jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à instância de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5000691-73.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FRANCISCO STEIN
PROC./ADV.: SUZAN POST ISLEB
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de averbação do período laborado em condições especiais, o que resultou na concessão do benefício de aposentadoria por contribuição, porém determinou a devolução de valores indevidamente pagos a título de auxílio-doença.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido, ao entender que seria obrigatório o ressarcimento ao Erário de verba de caráter alimentar recebida de boa-fé em razão de erro cometido pela Administração, divergiu da jurisprudência do STJ, que, ao contrário, decidiu pela possibilidade de repetição de tais descontos.

É, no essencial, o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 2011.70.54.000676-2, firmou entendimento no seguinte sentido:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL. DESCONSTITUIÇÃO DE VALORES COBRADOS PELO INSS. BENEFÍCIO CONCEDIDO INDEVIDAMENTE. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. TURMA RECURSAL DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIBILIDADE DOS VALORES. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1.O presente incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela

Parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, pretende desconstituir o julgado proferido pela Turma Recursal do Paraná que proveu o recurso do INSS contra a sentença de procedência que anulou o lançamento de débito fiscal e suspendeu o desconto de valores recebidos de boa-fé pela autora.

[...]

5. Quanto ao confronto do julgado do Paraná com os julgados do Superior Tribunal de Justiça, merece provimento o recurso da autora. Em recente julgado, a Corte Cidadã modificou seu entendimento no Resp 1384418/SC 2013/0032089-3, adotando a tese de que os valores percebidos pelo segurado indevidamente deverão ser devolvidos independentemente da boa-fé. Não obstante tal juízo, é entendimento desta Turma Nacional que os valores recebidos em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar desses valores e da boa-fé no seu recebimento-Precedente PEDILEF 00793098720054036301. Importante destacar que ficou comprovado nos autos que o erro partiu da Administração quanto ao pagamento do benefício previdenciário e que a parte autora não contribuiu para o erro do INSS, autarquia que tinha a sua disposição os meios e sistemas para averiguar se a parte era ou não detentora de outro benefício.

6. Por fim, consigno recente precedente desta TNU nesse mesmo sentido, julgado na sessão de 12/3/2014, o PEDILEF nº 5009489-60.2011.4.04.7204, da Relatoria do Juiz João Lazzari.

7. Ante o exposto, incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e provido, para determinar o restabelecimento da sentença de primeira instância."

Conclui-se, dessa forma, que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, razão pela qual, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Determino, pois, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008737-55.2008.4.04.7051
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARIA SANTINA FRANCO
PROC./ADV.: BADRYED DA SILVA OAB: PR 42.071

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

A Turma de origem julgou procedente o pedido inicial da parte autora de averbação de tempo de serviço especial em comum para efeito de aposentadoria especial.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma Recursal de Minas Gerais segundo a qual, inexistindo informação sobre a média ponderada do ruído a que estava exposta a parte autora, somente pode ser reconhecida a especialidade da atividade quando o nível mínimo de ruído aferido superar os limites legais de tolerância.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente comporta seguimento.

Com efeito, no julgamento do PEDILEF 2010.72.55.003655-6, a Turma Nacional firmou o entendimento no sentido de que, "para fins de enquadramento de atividade especial por exposição à agente nocivo ruído em níveis variados, deve ser levada em consideração a média ponderada; na ausência de adoção dessa técnica pelo laudo pericial, deve ser realizada a média aritmética simples entre as medições levantadas pelo laudo".

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado na Turma Nacional de Uniformização.

Determino, pois, a restituição dos autos à origem para adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503170-56.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA NOBERTO DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB:CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a incapacidade que atinge a parte autora é apenas temporária.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, esta TNU, por meio do PEDILEF n. 50364169320114047000, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade temporária não impede a concessão do benefício assistencial. Vejamos:

"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. INCAPACIDADE PARA OS ATOS DA VIDA INDEPENDENTE. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 48/TNU. RETORNO À ORIGEM PARA ADEQUAÇÃO DO JULGADO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Pedido de concessão de auxílio-doença e, alternativamente, de benefício assistencial ao deficiente. 2. Sentença de improcedência do pedido. Segundo o juízo monocrático, o auxílio-doença seria indevido porque a demandante não teria satisfeito o requisito carência na data de início da incapacidade fixada pelo perito. Já quanto ao benefício assistencial, tendo o perito afirmado que a autora sofria de episódio depressivo e que estaria novamente apta ao trabalho em 3 meses, entendeu o juiz sentenciante que a temporariedade do estado incapacitante seria óbice à concessão do benefício. 3. No tocante ao auxílio-doença a 2ª Turma Recursal do Paraná manteve a sentença por seus próprios fundamentos. A respeito do benefício assistencial, o colegiado referiu que o entendimento vigente naquela Turma era no sentido de que a incapacidade temporária não constituiria obstáculo à concessão da prestação, todavia no caso dos autos "a permanência da incapacidade é extremamente curta". 4. Incidente de uniformização de jurisprudência, interposto pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 5. Alegação de que o acórdão é divergente de precedentes desta TNU e das Turmas Recursais do Mato Grosso e de São Paulo, segundo os quais a incapacidade temporária não poderia ser considerado motivo para o improvimento do pedido de benefício assistencial. 6. Incidente inadmitido pela Presidência da Turma Recursal de origem, pois seu seguimento importaria em reexame da matéria de fato. 7. Agravo na forma do RITNU. 8. A questão cerne da controvérsia é objeto de súmula por parte dessa TNU: "Súmula 48 - A incapacidade não precisa ser permanente para fins de concessão do benefício assistencial de prestação continuada". Assim, entendo que pouco importa que a temporariedade do quadro incapacitante seja demasiada curta ou mais extensa, visto que a jurisprudência desta Turma não estabelece um parâmetro. 9. Voto por reafirmar a jurisprudência sumulada desta Turma Nacional de Uniformização no sentido de que para fim de concessão de benefício assistencial é desnecessário que o estado de incapacidade laboral seja permanente. 10. Tendo em vista o disposto na Questão de Ordem 20/TNU e que a concessão ou não do benefício ainda carece da análise do requisito socioeconômico, determino o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado. 11. Incidente de uniformização de jurisprudência conhecido e parcialmente provido."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado na TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para adequação do julgado ao entendimento desta TNU.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004382-86.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): GABRIELA CABRAL SOARES MODESTO
PROC./ADV.: DIOGO REBELO OAB: SC-19 142

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu ajuda de custo em decorrência de sua remoção a pedido.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

A questão jurídica objeto do presente recurso foi julgada pela Primeira Seção da Corte Superior de Justiça na PET 8.345/SC, na qual foi uniformizado que "na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, da Lei n° 8.112, de 1990, a ajuda de custo é indevida", aguardando-se apenas a publicação do acórdão.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501799-33.2012.4.05.8307
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): LILLIAN MARIA BAIMA BRUM
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, concedeu ajuda de custo em decorrência de sua remoção a pedido.

É, no essencial, o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

A questão jurídica objeto do presente recurso foi julgada pela Primeira Seção da Corte Superior de Justiça na PET 8.345/SC, na qual foi uniformizado que "na hipótese prevista no art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea c, da Lei n° 8.112, de 1990, a ajuda de custo é indevida", aguardando-se apenas a publicação do acórdão.

Ante o exposto, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, b, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RI/TNU, dou provimento ao agravo para admitir e prover o incidente. Determino, em consequência, a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5039237-61.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO MARCOS SOARES DA SILVA
PROC./ADV: TATIANA DE SOUZA OLIVEIRA OAB: RS-56438
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de submissão proposto em razão da inadmissão de incidente de uniformização interposto pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, não concedeu o pedido de pensão por morte ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente pedido não merece prosperar.

Verifica-se na espécie que foi analisado pelas instâncias de origem todo o acervo fático probatório anexo aos autos, de modo que não restou configurada dependência econômica da parte autora em relação ao segurado instituidor do benefício, uma vez que ele é casado e possui renda própria decorrente de aposentadoria por invalidez.

Ademais, a alegada divergência não restou comprovada, tendo em vista que o requerente sequer juntou as razões e o devido cotejo analítico ao supostos arestos que serviriam como paradigmas aptos a confrontar o decisum proferido pela Turma Recursal de origem. Não atendido, portanto, o requisito disposto nos arts. 6º e 14, § 2º, da Lei 10.259/01

Ainda que assim não fosse, o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, em seu art. 15, parágrafos 4º e 5º, assim disciplina:

"Art. 15 - O Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional decidirão preliminarmente sobre a admissibilidade do incidente de uniformização.

§ 4º Em caso de inadmissão preliminar do incidente nacional de uniformização, a parte poderá interpor agravo nos próprios autos, no prazo de dez dias, a contar da publicação da decisão recorrida, devendo fundamentar o pleito, demonstrando o equívoco da decisão recorrida e a circunstância de se encontrar em confronto com súmula e jurisprudência dominante da TNU, do STJ e do STF.

§ 5º Após a interposição do agravo e ante os fundamentos colacionados, poderá o Presidente da Turma Recursal ou o Presidente da Turma Regional reconsiderar a decisão. Não havendo reconsideração, os autos serão encaminhados à TNU."

De acordo com os referidos parágrafos do RI/TNU, instituído pela Resolução 22/08 e alterado pela Resolução 163/11, o agravo é o recurso cabível a ser interposto em caso de inadmissão preliminar de incidente nacional de uniformização.

No presente caso, tratando-se de pedido formulado após a vigência da Resolução 163/11, caberia a interposição de agravo, o que não ocorreu no caso vertente.

Ante o exposto, não conheço do pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003080-16.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA JOSÉ TAVARES DE CARVALHO
PROC./ADV: ROSEMAR CRISTINA L. M. VALONE OAB: PR-30 511
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

O Juízo de primeiro grau, após estudo sócio-econômico e das provas dos autos, entendeu que o requisito da miserabilidade não foi preenchido pela parte autora, julgando improcedente a ação.

Assim, a pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

No mais, ressalto que os acórdãos paradigmas não correspondem à mesma situação fática trabalhada nas razões de decidir do acórdão recorrido. Nesse sentido, incide à espécie a Questão de Ordem nº 22: "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0042307-08.2008.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ADOLFO DE SOUSA BORGES
PROC./ADV.: SERGIO RODRIGUES MARINHO FILHO OAB: DF 27.024

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de averbação de tempo de serviço laborado em condições especiais na categoria profissional de vigilante armado, até o advento do Decreto 2.172.1997, pela comprovação do uso de arma de fogo.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual, no período posterior ao Decreto 2.172/1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser considerada de condições especiais.

É, no essencial, o relatório.

Sem razão o requerente.

A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que, até o Decreto 2.172, de 5/3/97, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto 53.831/64, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto 2.172, de 5/3/97, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais. Nesse sentido: PEDILEF 200972600004439 e PEDILEF 200872510044419.

No presente caso, o acórdão recorrido adotou o posicionamento da TNU ao concluir que, "demonstrado o uso de arma de fogo durante o exercício da vigilância (...), é de ser admitido o cômputo do tempo de serviço em condições especiais, até o advento do Decreto 2.172/1997".

A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0024352-81.2010.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: ADAIR BORBA
PROC./ADV.: SILVIO DA PAIXÃO COSTA OAB: GO 4.302
PROC./ADV.: CÉLIO HOLANDA FREITAS OAB: GO 4.302
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de reajuste do teto do benefício, com base na aplicação imediata das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03.

Sustenta o requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU segundo a qual, alterado o valor limite dos benefícios da previdência social, o novo valor deverá ser aplicado sobre o mesmo salário de benefício calculado quando da sua concessão, com os devidos reajustes legais a fim de se determinar a nova renda que passará a receber o segurado.

É, no essencial, o relatório.

O recurso não merece provimento.

O acórdão recorrido, ao indeferir o reajuste do benefício, em face de sua limitação ao teto, está de acordo com o entendimento do STF que, no julgamento do RE 564.354/SE, em sede de repercussão geral, assim decidiu:

DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário. Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 14/2/11 (grifo nosso)

Incide, por analogia, a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505312-05.2013.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: LAIS CRISTO DE SOUZA
PROC./ADV: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA OAB: PB-11 662
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que não restou configurada a qualidade de segurado especial do "de cujus".

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem nº 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5052710-26.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: TEREZA KOVALCZYK WISNIESKI
PROC./ADV.: JULIANA MARTINS PEREIRA OAB: PR-26382
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de auxílio-doença, com efeitos a partir da data do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

Verifica-se que a matéria foi amplamente analisada por ocasião do julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, no qual restou assentado que o termo inicial dos benefícios deve ser assim fixado:

a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 501723172009405850O).

Por outro lado, a TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

In casu, diante do conjunto fático-probatório dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que inexistem sinais de que a falta de capacidade para as atividades tenha se perdurado desde a data de cessação (DCB) do último benefício percebido.

Dessa forma, incide o óbice da Questão de Ordem 13/TNU, segundo a qual "não cabe Pedido de Uniformização, quando a Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013945-49.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ADRIANO KUBIS DA SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE BATISTA QUINTÃO OAB: PR-38990
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial por deficiência, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para o trabalho.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento em relação às Turmas Recursais da Justiça Federal da 1ª Região.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5010815-42.2012.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSÉ DOMINGOS SOARES
PROC./ADV.: IZAIAS LINO DE ALMEIDA OAB: PR 23.771
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que o autor, segundo a conclusão pericial, encontra-se apto ao exercício de suas atividades habituais, considerando suas condições pessoais, inclusive.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação do grau de incapacidade do requerente, entendendo-se como capaz de enquadrá-lo como deficiente físico ou não, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007760-49.2013.4.04.7003
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES FARIA PEREIRA
PROC./ADV.: JORGE ROBERTO M. JUNIOR OAB: PR-43 381
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a idoso, por considerar ausente o requisito da condição de miserabilidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação da presença ou não de condição de miserabilidade da requerente, seria necessária reanálise fática. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Mesmo que se desconsiderasse a informação trazida aos autos de que vivem com a requerente um filho adulto e uma neta, além do marido, a fundamentação das decisões questionadas afirma que as condições de vida da requerente não indicam necessidade, considerado o estudo socioeconômico realizado, o que impede a concessão do benefício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5019979-37.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GOMES DOS SANTOS PEIXOTO
PROC./ADV.: LUIZ LOPES BARRETO OAB: PR-23 516
PROC./ADV.: TÂNIA VALERIA DE OLIVEIRA OLIVER OAB: PR-25554
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. Aplicável, portanto, na hipótese, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."

Ademais, a pretensão de alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016435-75.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA REGINA PENACHIONE DE SOUZA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, revendo a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, acerca da incapacidade da parte autora ser anterior ao reingresso no RGPS, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

De outra parte, verifica-se que o acórdão recorrido não destoa da jurisprudência da TNU, incidindo a Questão de Ordem 13/TNU. Confira-se o seguinte julgado:

Não há direito a auxílio-doença ou a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade para o trabalho se consolida antes do reingresso do segurado no Regime Geral de Previdência Social. Rejeitada a tese jurídica segundo a qual o art. 42, § 2º, e o art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91 somente se aplicam quando a incapacidade para o trabalho é preexistente ao momento em que ocorre a filiação previdenciária pela primeira vez. Precedentes da TNU: PEDIDO 2008.70.51.004022-7, Relator Juiz Federal Alcides Saldanha, DOU 22/07/2011; PEDIDO 2007.70.51.004608-0, Relator Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port, DOU 25/03/2011; PEDIDO 2008.72.55.005224, Relatora Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, DJ 11/06/2010. (PEDILEF 200933007050980, Rel. Juiz Federal ROGÉRIO MOREIRA ALVES, DOU de 13/4/12)

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001506-91.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JENIFFER NAYARA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI OAB: PR-33257
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que não restou configurada a incapacidade laboral da progenitora da parte, nem tampouco a sua miserabilidade.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001854-18.2012.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MURILLO KATRYEL ROSA
PROC./ADV: IVERALDO NEVES OAB: PR-53 697

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, concedeu o pedido de pensão por morte ao fundamento de que os requisitos para sua concessão foram cumpridos.

É, no essencial, o relatório.

O presente incidente não merece seguimento.

Verifica-se na espécie que foi analisado pelas instâncias de origem todo o acervo fático probatório anexo aos autos. Nesse sentido, o acórdão recorrido, ao reformar a sentença, considerou o depoimento pessoal da companheira do de cujus, somado aos documentos presentes na demanda trabalhista, como o recolhimento das contribuições previdenciárias, assinatura da CTPS como indícios suficientes à demonstração da prova material a condição de segurado do falecido.

Nessa esteira, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo juízo a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5030582-75.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRACEMA BASSIL
PROC./ADV.: MARIVAL CARVALHAL SANTOS OAB: PR-4171
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a idoso, sob o fundamento de que a autora não preencheu o requisito econômico necessário à concessão do benefício, ou seja, a requerente não demonstrou condição de miserabilidade.

VEDADA A VENDA OU ASSINATURA DA IMPRENSA NACIONAL

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Com efeito, para avaliação da condição socioeconômica da requerente seria necessária reanálise da prova dos autos, o que não é permitido em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5007919-35.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANDRA CRISTINA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, revendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte ora requerente que a decisão de origem encontra-se em confronto com o entendimento do STJ e da própria TNU, o qual dispõe que se a renda per capita resultar em valor inferior a ¼ do salário mínimo, haverá presunção absoluta de cumprimento do requisito econômico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A instância de origem, com base no acervo fático-probatório da lide e após analisar as condições pessoais, sociais e financeiras da requerente, entendeu que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento é impossível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5049728-39.2011.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: LUAN BRAYAN DOMINGUES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para sua concessão não foram cumpridos.

Sustenta a parte ora requerente que a decisão de origem encontra-se em confronto com o entendimento do STJ e da própria TNU, o qual dispõe que se a renda per capita resultar em valor inferior a ¼ do salário mínimo, haverá presunção absoluta de cumprimento do requisito econômico.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A instância de origem, com base no acervo fático-probatório da lide e após analisar as condições pessoais, sociais e financeiras do requerente, entendeu que a parte autora não preencheu os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado.

Assim, a pretensão de se alterar o referido entendimento é impossível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013648-42.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: STEPHANY CRISTINY SOARES
PROC./ADV.: ELISÂNGELA CRISTINA DE OLIVEIRA OAB: PR-33954
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial a deficiente, sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito objetivo para a concessão, qual seja, a miserabilidade, considerados, inclusive, os aspectos sociais e econômicos pessoais da requerente.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma recursal, soberana na análise do acervo fático-probatório, não resta possível em virtude da necessidade de revisão das provas dos autos. Com efeito, para avaliação do requisito objetivo supramencionado seria necessária reanálise fática, que não é possível em sede de incidente de uniformização. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0009846-32.2012.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): PAULO ROBERTO DA SILVA
PROC./ADV.: GUSTAVO ESCOBAR OAB: GO-25790

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, reformando a sentença, acolheu o pedido inicial de restabelecimento do benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que os requisitos legais foram preenchidos.

É, no essencial, o relatório.

O incidente não comporta seguimento.

Com efeito, a TNU, ao julgar o PEDILEF 200934007005809, assim decidiu:

"VOTO / EMENTA AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. DIVERGÊNCIA ENTRE LAUDO PERICIAL E ATESTADOS MÉDICOS. DESVINCULAÇÃO DO JUIZ EM RELAÇÃO AO LAUDO PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE OS MEIOS DE PROVA. 1. O laudo pericial concluiu pela ausência de incapacidade para o trabalho. O acórdão recorrido, invocando o art. 436 do CPC, chegou a conclusão diversa com base em exames, atestados e relatórios produzidos na rede pública de saúde. Dessa forma, reconheceu direito ao restabelecimento de auxílio-doença. 2. O INSS arguiu divergência com julgados do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, o incidente de uniformização de jurisprudência pressupõe demonstração de contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001). Se os julgados indicados como paradigmas não representam a jurisprudência dominante da Corte, não cabe incidente de uniformização. 3. O acórdão paradigma representado pelo REsp 226.094 considerou que não tem direito a aposentadoria por invalidez o segurado em relação ao qual a perícia médica judicial conclui pela inexistência de incapacidade para o trabalho. O acórdão paradigma representado pelo EREsp 198.189 reformou julgado pelo fato de ter contrariado a conclusão de laudo pericial. Esses julgados não representam a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Aquela mesma Corte tem decidido mais recentemente que o magistrado não está vinculado às conclusões do laudo pericial, podendo firmar o seu livre convencimento com base nos demais elementos dos autos (AgREsp 1.000.210, DJe 18/10/2010; AgREsp nº 1.055.886, DJe 09/11/2009; REsp 965.597, DJ 17/9/2007). 4. O INSS arguiu divergência com acórdão paradigma da 1ª Turma Recursal de Minas Gerais, segundo o qual os laudos e exames médicos particulares não têm força para afastar a conclusão da perícia, porque produzidos unilateralmente pela parte interessada. Divergência jurisprudencial configurada. Pedido de uniformização admitido nesta parte. 5. Laudos e atestados médicos obtidos unilateralmente pelo segurado equiparam-se a mero parecer de assistente técnico, de forma que, em regra, não devem prevalecer sobre a conclusão divergente de laudo pericial judicial, elaborado sob o crivo do contraditório por médico presumivelmente imparcial. Não obstante, com base no princípio do livre convencimento motivado, na ausência de hierarquia entre os meios de prova e na expressa autorização legal para se desvincular do laudo pericial (art. 436 do CPC), pode o julgador, desde que fundamentadamente, priorizar a conclusão do documento técnico unilateral em detrimento do laudo pericial. O item 4 da ementa do acórdão recorrido concatenou motivação satisfatória para afastar a conclusão do laudo pericial. 6. A TNU já decidiu que "tanto para a verificação da existência do direito ao benefício por incapacidade quanto para a apreciação do tempo a partir do qual tal direito deve ser exercido (DIB), o julgador não está adstrito às informações do laudo pericial. Existentes outras provas nos autos diretamente relacionadas ao direito postulado (caso de atestados médicos, formulários de internações, comprovantes de licenças, exames realizados anteriormente pelo próprio órgão previdenciário, dentre outros), estas devem ser apreciadas e valoradas, podendo causar impressão suficiente no julgador de modo a resultar em convicção, parcial ou integralmente, divergente do exposto pelo médico perito" (Pedido nº 2007.63.06.007601-0, Relator Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, DJ 08/01/2010). 7. Incidente parcialmente conhecido e, nesta parte, improvido."

No caso concreto, a regra inserta no referido precedente foi observada, tendo a decisão recorrida assim concluído:

"5. O laudo técnico pericial informa que autor, portador de transtorno bipolar, não se encontra incapacitado para o labor. 6. Não obstante a isso, o autor juntou aos autos recente atestado médico que comprova a sua incapacidade para o trabalho (16/10/2012). 7. O referido atestado, firmado por médico que o acompanha há três anos, informou que o recorrente: "tem quadro clínico que envolve isolamento social, hipotimia intensa, fadiga crônica e perda do controle dos impulsos. Desde o início do seu tratamento mantém o padrão e mesmo com exaustivas mudanças de medicação não obteve remissão do quadro. Segue mantendo-se sem energia, sem ânimo, incapaz de assumir responsabilidades repetitivas e pragmáticas. Percebo nitidamente que não apresenta a característica de personalidade de se aproveitar de seu estado. Tenta realmente melhorar, usa a medicação, se esforça para ter uma vida normal. Segue incapaz de cumprir suas obrigações laborativas devido aos sintomas neurastênicos e ansiosos que impossibilitam sua readaptação". 8. Diante desse cenário, entendo que o benefício de auxílio doença deve ser restabelecido."

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500838-87.2010.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: GILMAR MONTEIRO LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

No caso dos autos, foi constada a incapacidade laborativa parcial, conforme os seguintes trechos da decisão recorrida: "Para corroborar o posicionamento, transcrevo as respostas de alguns quesitos constantes do laudo: (...)10. Em caso negativo, caso o(a) periciado(a) esteja incapacitado(a), essa incapacidade é susceptível de recuperação ou reabilitação para o exercício de outras atividades profissionais que não as anteriores exercidas pelo(a) periciado(a)? Em caso afirmativo, de qual natureza? Encontra-se com incapacidade laboral parcial, com capacidade residual, inclusive para sua atividade laboral, pois que já apresentava queixas importantes do quadril desde a idade de 15 anos, portanto, pré existente a época em que começou realizar suas atividades na lavoura." Entretanto, em que pese o reconhecimento da incapacidade laboral parcial da parte autora, se encontra ausente a avaliação das condições pessoais e sociais do segurado.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições pessoais e sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501773-29.2012.4.05.8309
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUIZA PEREIRA ANDRADE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, por ser a renda per capita auferida pela família superior a ¼ do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508817-68.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LUTERVITE JOSÉ AROUCHA FILHO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não fora preenchido o requisito da miserabilidade, por ser a renda per capita auferida pela família superior a ¼ do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504881-39.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA CLEMILDA RODRIGUES ZUZA
PROC./ADV.: JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO OAB: CE-20392
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito legal relativo à renda per capita da requerente e de sua família.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente ao cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501797-73.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS FELIPE DE LIMA
PROC./ADV.: GUSTAVO HENRIQUE SILVA BORGES OAB: CE-18590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria especial/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, por meio da Súmula 47, firmou o entendimento no sentido de que, "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

No caso dos autos, foi constada a presença de limitação da capacidade física, funcional e profissional, conforme os seguintes trechos da sentença: "O Laudo Pericial apresentado por Médico designado relata que o autor é portador de incapacidade irreversível e progressiva - cardiopatia grave com quadro de insuficiência cardíaca - que o impede de exercer suas atividades profissionais regulares, porquanto estas exigem grandes esforços físicos. Conclui o expert: 'o periciando é portador de cardiopatia grave classificado com classes funcional GRAU II e GRAU III - que são pacientes portadores de doença cardíaca com nítida limitação para a atividade física. Estes pacientes sentem -se bem em repouso, porém os grandes esforços provocam fadiga, dispneia, palpitações ou angina de peito. Portanto podemos afirmar que existe limitação da capacidade física, funcional e profissional do periciando'. Porém, atesta o perito que 'O periciando tem aptidão para atividades leves em cujo exercício, não traga risco

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

para a coletividade e para si'. (grifos no original). 9. Diante, pois, da conclusão da perícia verifica - se que a condição do autor não autoriza a concessão de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ."

Entretanto, em que pese o reconhecimento da limitação na capacidade laboral da parte autora, não foi efetuada a avaliação das condições pessoais e sociais do segurado, em descompasso com o entendimento sumulado no verbete 47/TNU, acima transcrito.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições pessoais e sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508005-67.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO MARCULINO DE BRITO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de aposentadoria rural por idade à autora, sob o fundamento de que não há início de prova material corroborada com prova testemunhal que evidencie o efetivo labor rural em regime de economia familiar, necessário para tanto.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, observa-se pela análise das decisões emanadas e do incidente de uniformização encartado que não houve a avaliação de cada prova apresentada com o fim de se ter demonstrada o cumprimento dos requisitos necessários à concessão do benefício, afirmando-se, genericamente, que está ausente a prova de sua qualidade de segurado especial. Aplica-se, portanto, ao caso, o entendimento firmado por essa Turma Nacional de Uniformização, no PEDILEF n. 05000770220094058102:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESRESPEITO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE DO ACÓRDÃO. 1. O acórdão recorrido manteve a sentença por seus próprios fundamentos. Não analisou, porém, os argumentos apresentados pelo INSS, dando conta de que tanto a autora quanto seu cônjuge possuíam extenso vínculo urbano. Esta afirmação feita por ocasião do recurso contra a sentença, difere do fundamento constante do "decisum" recorrido, que sopesou o vínculo urbano como de curto lapso temporal dentro do período da carência. Não foi feita análise casuística dos documentos que instruíram o recurso inominado interposto contra a sentença. O acórdão recorrido, padronizado e genérico, não atentou para as especificidades do caso concreto. 2. A concisão na exposição dos fundamentos, técnica apropriada ao modelo jurisdicional dos Juizados Especiais Federais, não se confunde com a ausência ou deficiência na fundamentação do julgado. Transtorna o devido processo legal o acórdão recorrido quando se apresenta como modelo inflexível, insensível às particularidades do caso concreto (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018124-8, Rel. Juiz Federal José Antonio Savaris, DJ 11/03/2010). 3. A adoção de premissas não afasta o dever de análise concreta de cada prova potencialmente relevante para a formação do convencimento do julgador, de forma a viabilizar o verdadeiro exercício da defesa do sucumbente, na qual está compreendida a faculdade de impugnação recursal da decisão (TNU, PEDIDO 2003.81.10.027644-9, Rel. Juiz Federal Derivaldo Bezerra Filho, DJ 05/05/2010). 4. Decisões que genericamente afastam o valor probatório de documentos sem promover sua expressa identificação ou trazer os motivos existentes para essa desconsideração equivalem à negativa de prestação jurisdicional, caracterizando vício de julgamento por infringência ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal (TNU, PEDIDO 2004.81.10.018865-6, Rel. Juíza Federal Simone Lemos Fernandes, DOU 08/04/2011). 5. A deficiência da motivação do acórdão recorrido frustra a aferição de efetiva divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material. Assim, tem razão o recorrente, quando sustenta a nulidade do acórdão recorrido. 6.Pedido de uniformização conhecido e provido para anular o v. acórdão recorrido, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento.

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado nesta Turma.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as provas apresentadas no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008104-06.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: PIERINA INES ZANATTA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOEL ISRAEL MENUS DE OLIVEIRA OAB: RS-79 103
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial sob o fundamento de que não foi preenchido o requisito legal relativo à condição de miserabilidade, posto que os filhos maiores da requerente a auxiliam em seu sustento.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio do PEDILEF 200733007030145, já decidiu em sede de representativo da controvérsia que:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. SEGURIDADE SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ART. 20, § 1º, da LEI 8.742/1993 E ART. 16 DA LEI 8.213/91. FILHO MAIOR E CAPAZ. EXCLUSÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Sentença de procedência do pedido de benefício assistencial, mantida pela Turma Recursal da Bahia pelos próprios e jurídicos fundamentos. 2. Interposição de incidente de uniformização pela parte ré, sob a alegação de que o acórdão recorrido é divergente do entendimento desta TNU, no sentido de que os filhos maiores e capazes não integram o grupo familiar no cálculo da renda per capita, para efeito de concessão do benefício assistencial previsto no art. 20 da Lei n. 8.742/93. 3. O incidente foi admitido na origem, por considerar o juiz coordenador das Turmas Recursais da Bahia configurado o dissídio. 4. O incidente de uniformização, com efeito, merece ser conhecido. 5. Inicialmente convém destacar que o presente incidente foi interposto antes da edição da Lei n° 12.435/2011 que modificou o § 1º do art. 20 da Lei n. 8.742/93, dando nova feição ao conceito de grupo familiar. 6. A matéria não é nova neste Colegiado, já tendo sido examinada por ocasião do julgamento do PEDILEF 2008.51.70000368-7, da Relatoria do Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, em que ficou definido o seguinte: "Com efeito, a jurisprudência consolidada nesta TNU já se firmou no sentido de que: "O grupo familiar, para efeito da concessão do benefício assistencial, deve ser definido de acordo com o art. 20, § 1º da Lei 8.742/93 e art. 16 da Lei 8.213/91. Os filhos maiores e capazes não podem ser considerados integrantes do grupo familiar, e nem mesmo sua renda pode ser computada para efeito do calculo da renda mensal per capita, para efeito da concessão do benefício assistencial, por falta de previsão legal. incidente conhecido e provido. PEDILEF 200870530040166. 7. Ressalto que o referido benefício foi requerido antes da Lei n° 12.435/2011, razão pela qual esta decisão não contempla as alterações por ela promovidas na concessão do benefício assistencial. 8. Diante disso, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao presente incidente, para fixar a premissa de que, para fins de concessão de benefício assistencial, o conceito de núcleo familiar deve ser aferido, restritivamente, nos termos do art. 20, § 1º da Lei 8.742/93 e art. 16 da Lei 8.213/91, e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para readequação do julgado." 7. Nesse passo, voto no sentido de que seja o Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e provido em parte, para determinar o retorno dos autos à Turma de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com base na orientação acima expendida.

Ademais, no que se refere à análise da miserablidade, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente ao cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado na TNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que seja aplicado o referido entendimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5050126-06.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ELENARA LINDNER DE NOGUEIRA
PROC./ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial de prestação continuada, ao fundamento de que não restaram demonstrados os requisitos exigidos pela norma.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, julgado em 28.10.2009, DJe 20.11.2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 2008.33.00.706504-8
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: DANTE SEVERO GIUDICE
PROC./ADV.: CLARICE DE BRITOOAB: BA 14.091
PROC./ADV.: NICODEMOS S. GADELCHA JÚNIOROAB: BA 35.100
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período laborado em condições especiais, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados retratam que "o tempo de serviço laborado na pelo segurado na condição de geólogo até a edição da Lei 9.032/95 deve ser enquadrado como especial, descrito no código 2.0.0., item 2.1.1. do Anexo do Decreto 53.831/64", de forma contrária ao acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0019013-03.2012.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA ANGELA LOPES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO OAB: AM 4.132
PROC./ADV.: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI OAB: AM 4.044
PROC./ADV.: JÁDSON ALVES LIMA

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0015482-11.2009.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): FRANCISCO IVAN ALVES DA SILVA
PROC./ADV.: VALMIR MEURER ISIDORIO OAB: SC 9.002
PROC./ADV.: ARIANE DE MATTOS BRAGA OAB: AM 4.946

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, é flagrante a divergência suscitada.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, ao editar a Súmula 51, firmou entendimento nos seguintes termos:

"Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, já firmou entendimento no sentido de que é devida a devolução dos valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Vejamos:

"PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. REVOGAÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ PELA PARTE SEGURADA. REPETIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Corte a quo não analisou a controvérsia à luz dos arts. 467 a 468 do Código de Processo Civil. Desse modo, ausente o prequestionamento. Incidência do enunciado da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. A Primeira Seção, por maioria, ao julgar o REsp 1.384.418/SC, uniformizou o entendimento no sentido de que é dever do titular de direito patrimonial devolver valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada. Entendimento reafirmado sob o regime do art. 543-c do CPC, no julgamento do REsp 1.401.560/MT (acórdão pendente de publicação).

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1416294/RS, Rel. , SEGUNDA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 24/03/2014).

Tendo em vista o evidente conflito entre súmula a Súmula 51 desta TNU e o entendimento pacificado do STJ em recurso repetitivo, necessária se faz a distribuição do feito a um dos juízes da TNU, para que o colegiado reexamine a matéria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510527-26.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS RAPOSO SANTOS REGO
PROC./ADV.: IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR OAB: DF-11555

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, afastou a prescrição e reconheceu o reajuste requerido à inicial.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o(s) paradigma(s) retrata(m) que com a edição do ato normativo da Presidência do TST, datado de 12.12.2000, o prazo prescricional interrompido teria voltado a correr imediatamente, em sentido oposto ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo e admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de outubro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502021-65.2011.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIA DE MARIA DA SILVA RODRIGUES
REQUERENTE: FABYLLANE DA SILVA RODRIGUES
REQUERENTE: GLORYA MARIA DA SILVA RODRIGUES
PROC./ADV.: VALÉRIA MAGALHÃES OAB: CE-10965
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, fixando como data de início de recebimento do benefício a do ajuizamento da ação, sob o fundamento de que as autoras não impugnaram especificamente a decisão da autarquia requerida, além de não apresentar documentação idônea na via administrativa, apta a demonstrar a qualidade de dependente.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s), no sentido de ser devido o benefício a partir da data do requerimento administrativo, quando preenchidos os requisitos.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002416-94.2012.4.04.7012
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DIAMANTINA DE LOURDES FRANÇA
PROC./ADV.: JOCIANE TRICHES SILVESTRI OAB: PR-27 876

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, fixando como data de início do recebimento do benefício a do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0503559-18.2010.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO MESQUITA ALVES
PROC./ADV.: JOAQUIM JOCEL DE VASCONCELOS NETO OAB: CE-20392
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, afastando parcialmente a sentença, fixou como data de início do recebimento do benefício a do ajuizamento da ação, sob o fundamento de que a Administração está adstrita ao princípio da legalidade, não cabendo interpretação analógica que possa chegar à conclusão de que o benefício seja devido a partir do requerimento administrativo.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500131-93.2013.4.05.8306
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DULCE DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade laboral da autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5016837-25.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ZENAIDE BORGES BRANDAO
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

No caso, a parte requerente busca a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, defendendo a referida incapacidade em razão das enfermidades de que é acometida.

É, no essencial, o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, posto que demonstrada divergência em relação à incapacidade causada pela artrose e à possibilidade de ter garantido o benefício também em razão de aspectos sociais, econômicos, profissionais e culturais da parte requerente, tais como a baixa escolaridade e a idade avançada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009847-18.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: ANA MARIA SANTOS ALVES
PROC./ADV.: THAYS A, CHAGAS ROMAGNOLI OAB: PR-53 002
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, afastando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurada da autora, diante da não comprovação do desemprego involuntário.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500846-86.2009.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ AMILTON DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ AUGUSTO DE MACEDO MAIA OAB: PB-12314

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de benefício assistencial à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s). Enquanto o acórdão recorrido entendeu que não é causa de nulidade a ausência de perícia social, o aresto paradigma consigna que tal ausência configura cerceamento à ampla defesa e ao contraditório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500164-61.2014.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: KAUANY VITÓRIA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: NEMÉZIO DE VASCONCELOS JÚNIOR OAB: PE 18.185
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500003-95.2012.4.05.8310
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA JOSELMA BEZERRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003940-50.2012.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GEISIANE PEREIRA DA ROSA
PROC./ADV: RAFAEL HÖHER OAB: RS-33 313
REQUERENTE: KAUANI PEREIRA DA ROSA
PROC./ADV: RAFAEL HÖHER OAB: RS-33 313
REQUERENTE: SONIA MARIA PEREIRA DA ROSA
PROC./ADV: RAFAEL HÖHER OAB: RS-33 313
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte ao fundamento de que não foram demonstrados os requisitos necessários à concessão do benefício.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU no sentido de que o "simples fato do instituidor da pensão por morte desenvolver concomitantemente uma atividade urbana, por si só, não é apta a descaracterizar a qualidade de segurado especial."

Requer, assim, o provimento do incidente.

É, no essencial, o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que os documentos apresentados pela parte autora não são aptos a comprovar a qualidade de segurado especial no período de carência exigido, e os paradigmas colacionados, por seu turno, entendem que o exercício de atividade urbana, por si só, não descaracteriza a condição de segurado especial.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5006211-78.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOÃO DEVIDES FILHO
PROC./ADV: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510914-48.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5030355-85.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): BENVINDA GARCIA DOS SANTOS
PROC./ADV.: SELSON RODRIGUES DE CAMPOS OAB: PR-28704

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, considerou irrepetíveis os valores recebidos de boa-fé pela requerida a partir da cumulação de dois benefícios inacumuláveis, quais sejam, o benefício assistencial por idade e a pensão por morte.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que o entendimento aplicado pelo acórdão recorrido diverge de decisões sobre a matéria em análise emandas pelo STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou seguimento ao incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 14.

PROCESSO: 0503082-52.2011.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: IRANILDO MARTINS PAIVA
PROC./ADV: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício previdenciário solicitado.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501914-87.2012.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO SILVA DOS SANTOS
PROC./ADV: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Observa-se que a sentença, após análise das condições pessoais e sociais do requerente, entendeu que a sua incapacidade é insuscetível de reabilitação, ao passo que o acórdão recorrido considerou sobre as mesmas provas que é possível a reabilitação da parte por meio de tratamento clínico e fisioterapia respiratória.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 5013381-49.2012.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): CINTHIA HELENA BAUMER
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores dos Tribunais Superiores, a título de auxílio-pré-escolar, sob o fundamento de respeito ao princípio da isonomia.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma, oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, d, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 4 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505402-27.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ELIZETE ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, afastando a sentença, acolheu o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que restou demonstrada a dependência econômica entre a autora/requerida, e o de cujus.

É, no essencial, o relatório.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no(s) acórdão(s) paradigma(s).

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo, para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

Min. HUMBERTO MARTINS
Presidente da Turma

ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta:

PROCESSO: 0058672-02.2006.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
EMBARGANTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): VALERIA MARIA CHAVES DE FIGUEIREDO
PROC./ADV.: MARIA ISABEL SILVA DIAS
OAB: GO 13.796
PROCESSO: 0509463-93.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A): GERALDO FELIPE DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
PROCESSO: 0500384-90.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A): ADELAIDE REGO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
PROCESSO: 0026423-09.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE: EDILAINE REINALDO DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGANTE: IGOR ROBERTO DA SILVA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCESSO: 2009.40.00.702532-7
ORIGEM: PI - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
EMBARGANTE: MANOEL DA CUNHA SOBRINHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:

PROCESSO: 2012.51.54.000889-8
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FABIO ALDROVANDO DA SILVA
PROC./ADV.: JOSÉ WALDEMAR COSTA NETO
OAB: RJ-169974
PROCESSO: 0000014-50.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
INTERESSADO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERENTE: MARIA JERUSA TINOCO BULHÕES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDOI(A): PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

ACÓRDÃO

RECURSOS EM AÇÃO ÉTICA JULGADOS PELO PLENÁRIO EM 18/09/2014

1. Processo CFO-17390/2014
Processo CRO-PA-017/2013
Denunciante: Vanessa Alessandra Fraga Pinto
Denunciado: CD-Alvacélio César Paes Barreto
Acórdão CFO-2144/2014
Decisão: "suspensão do exercício profissional, por 30 (trinta) dias" cumulada com pena pecuniária de 10 (dez) anuidades.

2. Processo CFO-13571/2014
Processo CRO-RJ-175/2010
Denunciante: Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro
Denunciado: CD-Carlos Hugo da Silveira França
Acórdão CFO-2136/2014
Decisão: "censura pública, em publicação oficial", cumulada com pena pecuniária de 05 (cinco) anuidades.

AILTON DIOGO MORILHAS RODRIGUES
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Disciplina a responsabilidade ética dos médicos supervisores e tutores acadêmicos no âmbito do "Projeto Mais Médicos para o Brasil"

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CREMERS, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e

CONSIDERANDO a Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o "Programa Mais Médicos";

CONSIDERANDO que o art. 15 da Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, define que integram o "Projeto Mais Médicos para o Brasil" o médico participante, que será submetido ao aperfeiçoamento profissional supervisionado; o supervisor, profissional médico responsável pela supervisão profissional contínua e permanente do médico; e o tutor acadêmico, docente médico que será responsável pela orientação acadêmica;

CONSIDERANDO que o art. 16 da Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, estabelece que o médico intercambista exercerá a Medicina exclusivamente no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão do "Projeto Mais Médicos para o Brasil";

CONSIDERANDO que a Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013 não retira a competência legal dos Conselhos Regionais de Medicina para fiscalizar a conduta ética dos médicos supervisores e tutores acadêmicos no âmbito do "Projeto Mais Médicos para o Brasil", bem como para conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem;

CONSIDERANDO que a Portaria Interministerial n.º 1.369, de 08 de julho de 2013, declara no seu art. 2º que o "Projeto Mais Médicos para o Brasil" tem a finalidade de aperfeiçoar médicos na atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), mediante oferta de curso de especialização por instituição pública de educação superior e atividades de ensino, pesquisa e extensão, que terá componente assistencial mediante integração ensino-serviço;

CONSIDERANDO que a Resolução CFM n.º 1.832/2008, a qual dispõe sobre as atividades, no Brasil, do cidadão estrangeiro e do cidadão brasileiro formados em Medicina por faculdade estrangeira, reforça que os atos médicos decorrentes do aprendizado somente poderão ser realizados nos locais previamente designados pelo programa e sob supervisão direta de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, que assumirão a responsabilidade ética solidária pelos mesmos;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo XII da Resolução CFM n.º 1.931/2009, que estabelece normas éticas sobre ensino e pesquisa médica;

CONSIDERANDO o que consta no Código de Ética Médica - Resolução CFM n.º 1.931/2009 - a qual define como infrações éticas causar dano ao paciente, por ação ou omissão, caracterizável como imperícia, imprudência ou negligência; delegar a outros profissionais atos ou atribuições exclusivos da profissão médica; deixar de assumir responsabilidade sobre procedimento médico que indicou ou do qual participou, mesmo quando vários médicos tenham assistido o paciente; deixar de assumir a responsabilidade de qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que solicitado ou consentido pelo paciente ou por seu representante legal; atribuir seus insucessos a terceiros e a circunstâncias ocasionais, exceto nos casos em que isso possa ser devidamente comprovado, entre outras normas de conduta ética;

CONSIDERANDO que a Resolução CFM n.º 1.494/98 disciplina a autorização especial para a prática de atos médicos de demonstração didática por parte de médicos estrangeiros, quando convidados por universidades brasileiras, organismos oficiais, associações e instituições culturais e científicas, implicando no cumprimento, perante o Conselho Regional de Medicina, de uma série de obrigações, sobretudo de assunção formal de responsabilidade pelos atos médicos praticados por parte do diretor técnico da instituição;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CREMERS n.º 05/2013, a qual normatiza a atuação dos médicos incluídos no "Projeto Mais Médicos no Brasil" do Governo Federal no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO o Processo-Consulta CFM Nº 3.426/2001 PC/CFM/Nº 13/2002, no qual se destaca que a relação entre o médico residente e seu preceptor deve ser respeitosa, exigindo qualidade ética e profissional do preceptor no exercício de sua atividade, que tem responsabilidade compartilhada com o residente, na prática do ato médico durante o treinamento do Programa de Residência Médica;

CONSIDERANDO o Despacho SEJUR n.º 174/2014, do Conselho Federal de Medicina, no qual se analisa a possibilidade do intercambista fornecer atestado médico, assim como a sua atuação restrita e limitada ao âmbito do "Projeto Mais Médicos para o Brasil";

CONSIDERANDO que nos autos da Ação Ordinária n.º 5017613-48.2014.404.7100/RS foi determinado à União que forneça ao CREMERS os nomes dos tutores e supervisores médicos que ocupam tais funções no programa 'Mais Médicos', bem como os respectivos endereços (Hospital, Posto de Saúde, Clínica, Policlínica) em que os médicos intercambistas desenvolvem suas atividades, resolve:

Artigo Primeiro: Os médicos supervisores e tutores acadêmicos que atuam no "Projeto Mais Médicos para o Brasil", deverão, no prazo de 15 (quinze) dias, informar e comprovar perante o CREMERS:

a)o ato administrativo de nomeação para o cargo de supervisor ou tutor acadêmico;

b)os nomes dos intercambistas que estão sob sua responsabilidade no âmbito do Programa;

c)o domicílio no qual exercem suas atividades profissionais, bem como o domicílio profissional dos intercambistas sob sua responsabilidade;

d)o plano de preceptoria e tutoria acadêmica necessário para o aperfeiçoamento profissional e aprendizado do intercambista, na medida em que a atuação deste se restringe às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e)a forma/método de implementação do plano;

f)as horas diárias destinadas ao exercício da atividade, inclusive devendo ser informado se a supervisão e tutoria acadêmica ocorrem à distância ou de modo presencial;

g)a declaração oficial da(s) Prefeitura(s) Municipal(is) atestando os locais onde o médico supervisor e tutor acadêmico exercem suas atividades, bem como os respectivos intercambistas.

Artigo Segundo: Os médicos preceptores e tutores acadêmicos, diante da responsabilidade ética compartilhada que possuem em relação aos atos médicos dos intercambistas, e tendo o "Projeto Mais Médicos Para o Brasil" o objetivo de formação, atuação supervisionada e ensino, detêm - respectivamente - a obrigação ética de exercerem a supervisão profissional contínua e permanente e orientação acadêmica em relação aos atos médicos praticados.

Artigo Terceiro: A responsabilidade ética compartilhada poderá implicar a eventual responsabilização dos médicos supervisores e tutores acadêmicos por infrações éticas cometidas pelos intercambistas, a ser apurada no âmbito do CREMERS conforme as circunstâncias do caso concreto, caso deixem de observar os deveres de supervisão profissional contínua e permanente e orientação acadêmica em relação aos atos médicos praticados.

Parágrafo Único. A responsabilidade ética dos médicos supervisores e tutores acadêmicos abrange os atos comissivos praticados por esses no exercício das suas funções.

Artigo Quarto: Constitui obrigação ética dos médicos supervisores e tutores acadêmicos orientarem os intercambistas de que não podem emitir atestados de condições de saúde, doenças e possíveis sequelas ou de óbito, exceto em casos de morte natural em localidade em que não haja médico.

Parágrafo Único. Sendo os intercambistas estudantes que atuam sob supervisão, poderão emitir atestados médicos em conjunto com o médico preceptor, desde que este tenha verificado pessoalmente o óbito ou prestado assistência ao paciente, responsabilizando-se eticamente pelo declarado.

Artigo Quinto: Os médicos supervisores e tutores acadêmicos são obrigados eticamente a orientar os intercambistas que somente estão autorizados a atuar dentro das atividades restritas do "Projeto Mais Médicos Para o Brasil", que englobam, exclusivamente, a atenção básica à saúde e que as atividades por eles exercidas detêm natureza acadêmica, com o objetivo de aprendizagem, pesquisa e extensão, não podendo exercer a Medicina em sua plenitude.

Parágrafo Único. Este dever ético contempla o de fiscalização, devendo os médicos supervisores e tutores acadêmicos comunicar ao CREMERS, ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Saúde qualquer atuação dos intercambistas que extrapole os limites disciplinados pela Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Artigo Sexto: O descumprimento das determinações e obrigações éticas disciplinadas por esta Resolução, ou de qualquer norma ética eventualmente incidente, poderá implicar a responsabilização dos médicos supervisores e tutores acadêmicos a ser apurada, conforme o caso concreto, no âmbito do CREMERS, dentro de suas atribuições legais.

Artigo Sétimo: Tomando ciência o CREMERS de possível ilícito ético que, em tese, configure crime, infração administrativa ou civil, oficiará o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e o Ministério da Saúde, para apurar, dentro de suas respectivas competências, as responsabilidades dos intercambistas, médicos supervisores e tutores acadêmicos e administradores Municipais, Estadual e Federal.

Artigo Oitavo: Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO WEBER MATOS
Presidente do Conselho

ISAIAS LEVY
1º Secretário

RAUL ANTÔNIO RAMOS VALLANDRO
p/Gerência

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA
2ª TURMA

ACÓRDÃO(*)

RECURSO N. 49.0000.2014.009141-9/SCA-STU. Recte: C.B. (Adv: Claudinei Belafronte OAB/PR 25307). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e R.C.C. (Advs: Laura Garbaccio Vianna OAB/PR 34674 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Evânio José de Moura Santos (SE). EMENTA N. 154/2014/SCA-STU. Recurso ao Conselho Federal. Prazo recursal. Tempestividade. Dies a quo. O prazo para recurso nos processos administrativos regidos pela Lei nº 8.906/94 é único de quinze dias, nos termos do seu artigo 69. Considera-se como termo inicial para contagem de referido lapso prazal o próximo dia útil seguinte ao do recebimento da notificação pelo interessado, nos termos do art. 139 do Regulamento Geral do EAOAB. Recurso intempestivo protocolado perante o Conselho Seccional. Preclusão temporal. Trânsito em julgado e coisa julgada formal. A tempestividade recursal, como pressuposto processual de admissibilidade é matéria de ordem pública, não admitindo convalidação. É impossível o enfrentamento de questões meritórias não apreciadas pela Seccional, sob pena de supressão de instância. Recurso conhecido, porém improvido para manter a decisão da Seccional do Paraná que não conheceu o recurso interposto por intempestividade. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Turma da 2ª Câmara do CFOAB, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Brasília, 04 de novembro de 2014. Paulo Roberto de Gouvêa Medina, Presidente em exercício. Evânio José de Moura Santos, Relator.

Brasília, 19 de novembro de 2014.
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND
Presidente

(*) Republicado por ter saído, no Diário Oficial da União, de 17 -11-2014, Seção 1, pág 95, com incorreção no original.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23ª REGIÃO

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região, de acordo com o que dispõe o art. 16, inciso XV da Resolução CFP nº 040/2013;

CONSIDERANDO a deliberação do seu Plenário, ocorrida em 2 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º- Referendar o Acordo Coletivo de Condições Salariais e de Trabalho do Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região 2014/2015, com vigência partir de 1º de maio de 2014.

Art. 2º- Esta Deliberação entra em vigor na data de sua assinatura.

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES
Conselheiro Presidente

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971,CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º- Instituir os valores para a anuidade, taxas e emolumentos e multas por infração disciplinar para o exercício de 2015, na forma que estabelece a presente Deliberação:

I- O valor da anuidade pessoa física será de R$ 428,00 (quatrocentos e vinte e oito reais), acrescido de R$ 5,13 (cinco reais e treze centavos) referente ao Fundo de Seções.

II- O valor da anuidade pessoa jurídica, conforme o Capital Social terá os seguintes valores máximos, acrescido de R$ 5,13 (cinco reais e treze centavos) referente ao Fundo de Seções:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 572,11 (quinhentos e setenta e dois reais e onze centavos);

Acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.139,08 (um mil cento e trinta e nove reais e oito centavos);

Acima de $ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.706,05 (um mil setecentos e seis reais e cinco centavos);

Acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.273,03 (dois mil duzentos e setenta e três reais e três centavos);

Acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.840,01 (dois mil oitocentos e quarenta reais e um centavo);

Acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.406,98 (três mil quatrocentos e seis reais e noventa e oito centavos);

Acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.540,94 (quatro mil quinhentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos).

III-O valor da taxa de:

Inscrição de pessoa física e jurídica será de R$ 80,00 (oitenta reais);

Segunda via da Carteira de Identidade Profissional e de Certificado de Registro/Cadastro será de R$ 30,00 (trinta reais).

Art. 2º- O valor mínimo para a multa por infração disciplinar para 2015 será de R$ 214,00 (duzentos e quatorze reais) e o máximo será de 2.140,00 (dois mil cento e quarenta reais).

Art. 3º- O valor exato da anuidade poderá ser pago em parcela única, com vencimento em 31/03/2015 ou em 5 (cinco) vezes, com vencimento a partir de 31/01/2015.

Art. 4º- Esta Deliberação entra em vigor da data da sua assinatura.

TÁSSIO DE OLIVEIRA SOARES
Conselheiro Presidente

ROSIVÂNIA LUCIA SILVA TOSTA
Conselheira Secretária





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014112100284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.